



Universitat Autònoma de Barcelona

**ADVERTIMENT.** L'accés als continguts d'aquesta tesi doctoral i la seva utilització ha de respectar els drets de la persona autora. Pot ser utilitzada per a consulta o estudi personal, així com en activitats o materials d'investigació i docència en els termes establerts a l'art. 32 del Text Refós de la Llei de Propietat Intel·lectual (RDL 1/1996). Per altres utilitzacions es requereix l'autorització prèvia i expressa de la persona autora. En qualsevol cas, en la utilització dels seus continguts caldrà indicar de forma clara el nom i cognoms de la persona autora i el títol de la tesi doctoral. No s'autoritza la seva reproducció o altres formes d'explotació efectuades amb finalitats de lucre ni la seva comunicació pública des d'un lloc aliè al servei TDX. Tampoc s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant als continguts de la tesi com als seus resums i índexs.

**ADVERTENCIA.** El acceso a los contenidos de esta tesis doctoral y su utilización debe respetar los derechos de la persona autora. Puede ser utilizada para consulta o estudio personal, así como en actividades o materiales de investigación y docencia en los términos establecidos en el art. 32 del Texto Refundido de la Ley de Propiedad Intelectual (RDL 1/1996). Para otros usos se requiere la autorización previa y expresa de la persona autora. En cualquier caso, en la utilización de sus contenidos se deberá indicar de forma clara el nombre y apellidos de la persona autora y el título de la tesis doctoral. No se autoriza su reproducción u otras formas de explotación efectuadas con fines lucrativos ni su comunicación pública desde un sitio ajeno al servicio TDR. Tampoco se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al contenido de la tesis como a sus resúmenes e índices.

**WARNING.** The access to the contents of this doctoral thesis and its use must respect the rights of the author. It can be used for reference or private study, as well as research and learning activities or materials in the terms established by the 32nd article of the Spanish Consolidated Copyright Act (RDL 1/1996). Express and previous authorization of the author is required for any other uses. In any case, when using its content, full name of the author and title of the thesis must be clearly indicated. Reproduction or other forms of for profit use or public communication from outside TDX service is not allowed. Presentation of its content in a window or frame external to TDX (framing) is not authorized either. These rights affect both the content of the thesis and its abstracts and indexes.



Universitat Autònoma  
de Barcelona

**Facultat de Ciències de la Comunicació**

**Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura**

Comunicação para o desenvolvimento sustentável em  
Moçambique: uma análise das estratégias de comunicação das  
vilas do desenvolvimento do milénio de Chibuto, Chitima e  
Itoculo – 1964 a 2020

TESE DE DOUTORAMENTO

Francisco Pedro Manuel Nguenha

Data: Dezembro de 2021

Director:

Enric Marin i Otto

Departamento de Mitjans, Comunicació i Cultura

**Título:**

Comunicação para o desenvolvimento sustentável em Moçambique: uma análise das estratégias de comunicação das vilas do desenvolvimento do milénio de Chibuto, Chitima e Itoculo – 1964 a 2020

Tese de doutoramento em Media, Comunicação e Cultura a ser apresentada na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autònoma de Barcelona

Autor: Francisco Pedro Manuel Nguenha

Director: Enric Marin i Otto

(Belaterra - Cerdanyola del Vallès) – Barcelona - Spain

Dezembro de 2021





À memória do Pai Consolador II que me mostrou o caminho da vida saudável e fraterna  
baseada no amor e irmandade.

## **AGRADECIMENTOS**

À Escola Superior de Jornalismo (ESJ), na pessoa do seu Director-Geral, Prof. Dr. Tomas José Jane, pelo apoio institucional dado para o início da parceria e as diligências feitas para o doutoramento na UAB.

À Cátedra da UNESCO de Comunicação (Incom-UAB) que envidou esforços para que junto à fundação Autónoma Solidária se conseguisse o apoio que garantiu os custos de estadia ao longo dos quatro anos do curso.

Ao Professor Enric Marin i Otto que, para além de orientador desta tese, serviu de leme no alcance de outros objectivos extra académicos. Às Professoras Maria Dolores Montero e Maria Piulas Coromina que se encarregaram por todo o processo de negociação e gestão da cooperação entre a UAB e a ESJ da qual foi possível o meu ingresso na UAB.

Aos meus colegas do CEC, na pessoa do seu Presidente, Ernesto Nhanale, pelas oportunidades que tem aberto de juntos caminharmos e fazermos uma equipa que busca oferecer algumas soluções e espaços de debate sobre comunicação Social em Moçambique.

Os meus agradecimentos vão ao Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia (CITT), especificamente na pessoa da sua directora adjunta Ivone Muocha, que abriu portas para junto de sua equipa poder ter espaço para consultas de documentos institucionais. Os meus agradecimentos são também extensivos às delegações do CITT nos distritos de Chibuto, Chitima e Itoculo que também tiveram uma influência no curso da pesquisa nas vilas do desenvolvimento do milénio a nível local. Às rádios comunitárias locais e à respectiva equipa de jornalista que, de forma indirecta puderam influenciar na recolha de dados.

Os meus agradecimentos vão aos colaboradores nas vilas de Itoculo, na pessoa de Caetano Caetano e, na vila de Chibuto, na pessoa de Timóteo Cumbe que, em tempo de confinamento devido à Covid-19 foram úteis na colecta de dados das pesquisa. Agradeço também e, em especial, a todos os entrevistados que se ariscaram ao longo do “fica em casa” a se fazerem presentes nos locais indicados das entrevistas. Aos que aceitaram dar entrevistas

via telefone, vai também os meus agraceimentos, por ter sido possível superar as adversidades condicionadas pela pandemia.

Ao meu grande amigo Mendes Mutenda que facilitou nos vários contactos de pessoas que fizeram parte das entrevistas. Os meus agradecimentos vão também ao Instituto de Comunicação Social (ICS) e ao FORCOM, pela partilha de informação necessária na presente pesquisa.

A todos os meus amigos, cujos nomes perdem-se na contagem, os meus sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional que têm vindo a proporcionar, mesmo que de forma indirecta. De forma específica, aos professores Salvador Isaías, pelo tempo que ofereceu para a perfeição dos conteúdos.

Ao pessoal da turma “Cerdanyola del Valles” na pessoa de Prof. Dr. Alexandre Zavala, Prof. Dr. Leonel Simila, Dr. Filipe Baloi e ao meu caloroso irmão Dr. Eulálio Mabuie. Estes, com os quais tive o prazer de dividir as instâncias em Bellattera (Cerdanyola del Valles) ao longo do curso e outros diversos momentos inesquecíveis.

À Lígia Novela, minha esposa; aos meus filhos Leuso, Shenick, Noreen e Drielle, que me têm permitido um clima familiar de conforto, amor, bem-estar e compreensão, mesmo em momentos do “vazio” e na esperança de que assim o sejam pelos próximos outros momentos em que esta tese e outras deverão ser reescritas e postas ao serviço dos interessados.

À minha mãe, Amélia Mabota, os meus eternos agradecimentos. A todos os meus irmãos Andrade, Custódio, Justino, Jafete, Julieta e Philpine e, em memória, Alexandre, Absalão e Ênes, pelos ensinamentos e todo o tipo de suporte, os meus agradecimentos.

Por fim, agradecer a Deus pela saúde e vida!

## **Resumo:**

Comunicação para o desenvolvimento sustentável em Moçambique: uma análise das estratégias de comunicação nas vilas do milénio de desenvolvimento de Chibuto, Chitima e Itoculo – 1964 a 2020

A presente tese discute sobre as estratégias de comunicação do governo na implementação dos modelos do desenvolvimento de Moçambique, a exemplo das vilas do desenvolvimento do milénio implementados pelo governo de Moçambique desde 2006 tomando como exemplo as aldeias comunais criadas no período de luta armada de libertação nacional, em 1964.

O argumento central que foi traçado é de que o fundamento para o desenvolvimento nas comunidades rurais, assumidos como tradicionais e cuja estrutura se orienta por poderes locais, é tomar como base as suas identidades socioculturais e linguísticas bem como respeitar as lideranças tradicionais capazes de influenciar os processos.

A pesquisa teve como orientação a análise das entrevistas nas vilas do desenvolvimento do milénio de Chitima (criada em 2011), Chibuto (criada em 2006) e Itoculo (criada em 2009), buscando momentos históricos que caracterizaram a conjuntura socioeconómica e política do país que parte de 1964 a 2020. Para o efeito, foi possível cruzar as várias ideias que ajudaram na análise das comunicações feitas através das conversas mantidas com especialistas em C4D que nos auxiliaram a fazer uma avaliação dos processos de comunicação em todos os níveis capazes de influenciarem no desenvolvimento. Por outro lado, historiadores, ex-moradores nas aldeias comunais, comunicadores das rádios comunitárias, profissionais do CITT, ICS e FORCOM foram úteis para nos darem o ponto de situação. Buscando os contextos dos distritos, conduzimos conversas como forma de avaliar o que condiciona desenvolvimento de forma sustentável. Percebemos que a falta de informação nesses lugares, da técnica e do conhecimento científico coloca as comunidades sem condições capazes de, associando e/ou através do conhecimento local, influenciarem sustentabilidade, pois, os níveis de produção são muito incipientes, o que agudiza cada vez mais a fome nestes locais.

Nos pontos de estudo em referência, o projecto vilas, implementado pelo governo e parceiros, tendo chegado ao fim, não deixou condições de sustentabilidade. Em alguns pontos como Chitima, a vila do desenvolvimento do milénio não chegou a iniciar as actividades, tendo o financiador, a Hidroeléctrica Cahora Bassa, abandonado sem que tenha-se criado condições para que a comunidade goze de capacidades de subsistência. Já, em Chibuto e Itoculo, as actividades da vila estão descontinuadas, sem sustentabilidade e os investimentos condicionados no início do projecto já não existem. O facto é que o investimento não deixou nenhum requisito através do qual a comunidade possa dialogar rumo ao desenvolvimento. Outro facto, porém, é que os mecanismos de comunicação, influenciados pela ideologia marxista do partido no poder desde a independência nacional, foram sempre fechados o que ditou o fracasso das aldeias comunais ora dinamizadas por uma comunicação de mão-única e que não cria pactos sociais por não ser humanista. Outrossim, a implementação das vilas não visava atingir as comunidades pelo facto de não ter sido implementada na base do diálogo e a comunidade não ter feito parte das decisões sobre a sua implementação como forma de definir critérios sobre o que devia ser feito para que se dinamizem processos em função dos interesses e necessidades locais.

**Palavras chave:** Comunicação, Desenvolvimento, Comunicação para o Desenvolvimento, Desenvolvimento Sustentável, Estratégia de Comunicação, Vilas do Milénio

## **Abstract:**

Communication for Sustainable Development in Mozambique: a Communication Strategies analyse in the Millennium Villages of Chibuto, Chitima and Itoculo – 1964 to 2020

This thesis discusses the government's communication strategies in the implementation of mozambican development models, such as the millennium development villages implemented by the government since 2006, taking as an example the communal villages created during the period of armed struggle for national liberation, in 1964.

The central argument that was drawn is that the foundation for development in rural communities, assumed as traditional and whose structure is guided by the local authorities is to take their sociocultural and linguistic identities as basis, as well as respect traditional leaders capable of influencing the processes.

The research was guided by the analysis of interviews in the millennium development villages of Chitima (created in 2011), Chibuto (created in 2006) and Itoculo (created in 2009), looking for historical moments that characterized the socio-economic and political situation of the country that started from 1964 to 2020. For this purpose, it was possible to cross the various ideas that helped in the analysis of the communications that held through conversations with experts in C4D that helped us to make an assessment of the communication processes at all levels experienced to influence the development. On the other hand, historians, former residents of communal villages, communicators from community radios, professionals from CITT, ICS and FORCOM were helpful in giving us the status of the situation. Searching the contexts of the districts, we conduct conversations as a way to assess and understand what lead to the sustainable development. We realized that the lack of information, technical and scientific knowledge in these places made the communities losing abilities that can be helpful in the combination with the local knowledge influencing sustainability and high the production levels that are very incipient and much effective to increase much hunger in these places.

The reference points of studying the millennium villages implemented by the government and his partners, once it came to the end, it did not leave conditions for sustainability. In some points such as Chitima, the project did not start its activities, and the financier, Hidroeléctrica Cahora Bassa, abandoned it without creating abilities for the community. In Chibuto and Itoculo, the activities of the village are discontinued and it did not leave any sustainability and all the investment conditioned at the beginning of the project does not exist. The fact is that the investment has left no requirement through which the community can dialogue towards development. Another fact, however, is that the communication mechanisms, influenced by the marxist ideology of Frelimo since national independence, were always closed and influence the miscarriage of communal villages by one-way flow of communication which does not create social covenant because it is not humanist. In addition, the implementation of the villages did not aim to reach the communities because it was not implemented on the basis of dialogue and the community was not part of the decisions about its implementation as a way of defining criteria on what should be done so that all the process should be stimulated according to the local interests and needs.

**Key words:** Communication, Development, Communication for Development, Sustainable Development, Communication Strategies, Millennium Villages

## **Lista de abreviaturas**

AMARC – associação moçambicana das rádios comunitárias

BM – banco mundial

CITT – centro de investigação e transferência de tecnologia

C4D – Comunicação para o Desenvolvimento

COMECON - Concil for Mutual Economic Assistance

CRCT – centro regional da ciência e tecnologia

CEC- centro de estudos interdisciplinares em comunicação

CRM – constituição da república

CSD – comunicação social e desenvolvimento

ECTIM – estratégia para inovação da ciência e tecnologia em Moçambique

ENDE – estatística nacional de desenvolvimento

END - estatística nacional de desenvolvimento

FAO - Organização Mundial da Alimentação

FORCOM - fórum das rádios comunitárias

FRELIMO – frente de libertação de Moçambique

FMI – fundo monetário internacional

GABINFO – gabinete de informação

HCB – hidroeléctrica da Cahora Bassa

IEC – informação, educação e comunicação

ICS – instituto de comunicação social

INE – instituto nacional de estatística

MAE – ministério da administração estatal

MCM – meios de comunicação de massa



MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia

MCTESTP – Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional

MISA-Moçambique – instituto de meios de comunicação da África Austral-Moçambique

MPD – ministério do plano e desenvolvimento

ODA – ajuda oficial ao desenvolvimento

ODM – objectivos do desenvolvimento do milénio

OMS – organização mundial da saúde

PAE – programa de ajustamento estrutural

PARPA - Plano de acção para a redução da pobreza absoluta

PES - Plano económico e social

PNAC - Plano nacional de acção para a criança

PNDS – plano nacional de desenvolvimento sustentável

PMA – programa mundial da alimentação

PRE – plano de reabilitação económica

PRES - plano de reabilitação económica e social

PPI – plano prospectivo indicativo

RC – rádios comunitárias

SADC – comunidade para o desenvolvimento da África Austral

SBCC – social behaviour change communication

SDAE – serviços distritais de actividades económicas

SDPI – serviços distritais de infraestruturas e planeamento

TICs- tecnologias de comunicação e informação

UNESCO –

URSS – união das repúblicas socialistas soviéticas

VMM – vilas do milénio do desenvolvimento

## Sumário

<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>24</b>
<b>1. Introdução .....</b>	<b>24</b>
1.1. Visão geral das metodologias.....	29
1.2. Composição da tese.....	31
1.3. Problema .....	35
1.4. Objectivos .....	41
1.4.1. <i>Gerais</i> .....	41
1.4.2. <i>Específicos</i> .....	41
1.5. Hipóteses:.....	42
1.6. Justificativa e relevância da pesquisa .....	43
1.7. Objecto de estudo no espaço e no tempo.....	44
1.8. Enquadramento teórico e conceptual.....	45
1.8.1. <i>A teoria da acção comunicativa de Habermas</i> .....	46
1.8.2. <i>O “agir comunitário” em Weber</i> .....	51
1.8.3. <i>Teoria de comunicação e desenvolvimento em Lenner e Schramm</i> .....	54
1.9. Conceitos.....	58
1.9.1. <i>Comunicação</i> .....	58
1.9.2. <i>Desenvolvimento</i> .....	60
1.9.3. <i>Comunicação para o Desenvolvimento</i> .....	62
1.9.4. <i>Comunicação estratégica</i> .....	64
1.10. O escopo e usos da Comunicação para o Desenvolvimento.....	70
1.10.1. <i>Modo monológico:</i> .....	71
1.10.2. <i>Modo dialógico:</i> .....	72
<b>Capítulo II.....</b>	<b>75</b>
<b>2. Discutindo o fenómeno da Comunicação para o Desenvolvimento .....</b>	<b>75</b>
2.1. Influência da Comunicação e da informação no desenvolvimento sustentável.....	75
2.2. Comunicação para o desenvolvimento e mudança social.....	80
2.3. Os dois sistemas de comunicação no processo da mudança social.....	83
2.4. O papel da comunicação e da informação no desenvolvimento sustentável .....	85
2.5. Implicações da comunicação e educação no contexto do desenvolvimento.....	88
2.6. Influência da comunicação e da cultura nas transformações sociais .....	92
2.7. O uso da comunicação e as condições para a eficiência do desenvolvimento.....	95
2.7.1. <i>Dinâmica planeada</i> .....	96
2.7.2. <i>Adaptação à cultura</i> .....	96
2.7.3. <i>Distribuição da mensagem</i> .....	97
2.7.4. <i>Comunicação bidireccional</i> .....	97
2.7.5. <i>Repetição, credibilidade e atenção</i> .....	98
2.7.6. <i>Demonstração</i> .....	98

2.7.7. <i>Prática</i> .....	98
2.8. Modelos de comunicação .....	98
2.8.1. <i>Modelos situacionais</i> .....	98
2.8.2. <i>Modelos de difusão</i> .....	102
2.9. Política estratégica da comunicação participativa .....	103
2.10. O significado da comunicação para o desenvolvimento .....	104
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>108</b>
<b>3. AS DINÂMICAS DA COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE</b>	<b>108</b>
3.1. Media e os contornos do desenvolvimento sustentável .....	108
3.2. Pensamento sobre a génese dos processos da comunicação alternativa .....	112
3.3. UNESCO na criação dos Centros de Comunicação Comunitários .....	118
3.4. O panorama actual das Rádios Comunitárias em Moçambique .....	123
3.4.1. <i>Enquadramento teórico e legal das RCs</i> .....	123
3.4.2. <i>Enquadramento legal das rádios comunitárias em Moçambique</i> .....	126
3.4.3. <i>A Rádio e o Desenvolvimento Local</i> .....	128
<b>Capítulo IV .....</b>	<b>134</b>
<b>4. DO CONCEITO DAS ALDEIAS COMUNAIS ÀS VILAS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO .....</b>	<b>134</b>
4.1. A formação das Aldeias Comunais e as Vilas de Milénio em Moçambique .....	134
4.1.1. <i>Características socioeconómicas de Moçambique entre 1964 a 2020</i> .....	134
4.1.2. <i>A população rural moçambicana e o surgimento das Aldeias Comunais</i> .....	137
4.2. Evolução das aldeias comunais .....	144
4.2.1. <i>As Vilas do Milénio em Moçambique e o desenvolvimento sustentável</i> .....	146
4.2.1.1. <i>O que são Vilas de Milénio?</i> .....	146
4.2.1.2. <i>Breve historial das Vilas do Milénio em Moçambique</i> .....	149
4.3. Programa Nacional Vilas do Milénio: fundamento e contexto .....	152
4.3.1. <i>O papel do Ministério da Ciência e tecnologia na gestão das Vilas do Milénio</i> .....	155
4.3.2. <i>Metodologia usada na escolha das vilas do milénio</i> .....	156
4.3.3. <i>Características de uma Vila do Milénio</i> .....	158
4.3.4. <i>Orientação e sustentabilidade das vilas do milénio</i> .....	158
4.5. Programa Nacional Centros Multimedia Comunitários .....	160
4.6. Sinais de desenvolvimento sustentável nos distritos .....	162
<b>Capítulo V .....</b>	<b>169</b>
<b>5. Estudo empírico: metodologia aplicada.....</b>	<b>169</b>
5.1. Metodologia de abordagem Científica .....	169
5.2. Método de análise documental .....	171
5.3. Pesquisa exploratória.....	174
5.4. Técnicas de colecta de dados.....	175

5.4.1. Entrevistas exploratórias em profundidade e do tipo não padronizado .....	175
5.4.1.1. Análise das entrevistas.....	178
5.4.2. Técnica de Observação.....	179
5.4.3. Técnica de Triangulação.....	180
5.5. Estudo qualitativo.....	184
5.6. Universo e unidade de análise .....	186
5.6.1. Instrumentos de recolha de dados .....	187
5.7. Estudo de caso .....	188
5.8. Considerações éticas.....	191
<b>PARTE II .....</b>	<b>193</b>
<b>AS PERSPECTIVAS E OS ENQUADRAMENTOS DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE.....</b>	<b>193</b>
<b>CAPÍTULO VI.....</b>	<b>195</b>
<b>6. Apresentação, análise e interpretação dos dados da pesquisa .....</b>	<b>195</b>
6.1. Perfil de Moçambique .....	195
6.1.1. Localização geográfica e características físico naturais de Moçambique .....	195
6.2. Perfis e caracterização geográfica dos locais de estudo.....	197
6.2.1. Perfil do distrito de Chibuto .....	197
6.2.1.1. Breve radiografia de Chibuto, província de Gaza.....	197
6.2.1.2. Vila de Milénio de Chibuto.....	199
6.2.2. Perfil do distrito da Cahora Bassa .....	200
6.2.2.1. Breve radiografia da Cahora Bassa, província de Tete.....	200
6.2.2.2. Vila do desenvolvimento do Milénio de Chitima .....	202
6.2.3. Perfil do distrito de Monapo.....	203
6.2.3.1. Breve radiografia de Monapo, província de Nampula .....	203
6.2.3.2. Vila do desenvolvimento do milénio de Itocolo .....	205
6.3. Contexto da criação das vilas do milénio no país.....	205
6.4. Fundamento estratégico do desenvolvimento dos distritos .....	207
6.4.1. Problemas sociais .....	207
6.4.2. Problemas económicos.....	208
6.4.3. Potencialidades gerais dos distritos .....	208
6.5. Estratégia de desenvolvimento .....	208
6.5.1. Área de prestação de serviços .....	209
6.5.2. Características dos três Distritos .....	209
Tabela 1 População total por cada Distrito .....	210
<b>CAPÍTULO VII .....</b>	<b>212</b>
<b>7. OS MODELOS E OS CONTORNOS DO DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE .....</b>	<b>212</b>
7.1. Moçambique e sua evolução após a independência.....	212
7.1.1. O modelo de desenvolvimento socialista .....	214

7.1.2. <i>O modelo de desenvolvimento neoliberal</i> .....	220
7.1.3. <i>Fracasso dos modelos de desenvolvimento</i> .....	222
7.1.3.1. Os planos estratégicos de desenvolvimento.....	228
7.1.3.2. Pilares estratégicos de desenvolvimento comunitário .....	231
7.1.3.2.1. Educação.....	231
7.1.3.2.2. Agricultura.....	233
7.1.3.2.3. Informação e comunicação .....	234
7.1.3.2.4. Saúde.....	237
7.1.4. <i>A utopia dos pilares estratégicos de desenvolvimento comunitário</i> .....	238
7.1.5. <i>O one-way da comunicação e suas barreiras no desenvolvimento</i> .....	240
<b>CAPÍTULO VIII</b> .....	<b>246</b>
<b>8. A COOPERAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS VILAS DO MILÉNIO DE DESENVOLVIMENTO</b> .....	<b>246</b>
8.1. As dinâmicas do Centro de Investigação e a Transferência de Tecnologia .....	246
8.2. A cooperação e as estratégias de implementação das vilas do milénio de desenvolvimento.....	254
8.2.1. <i>Hidroeléctrica da Cahora Bassa</i> .....	256
8.2.2. <i>Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</i> .....	257
8.2.3. <i>Embaixada do Japão</i> .....	259
<b>Capítulo IX</b> .....	<b>262</b>
<b>9. A TUTORIA E A FUNCIONALIDADE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS MOÇAMBICANAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....	<b>262</b>
9.1. O papel do ICS e da FORCOM na gestão das rádios comunitárias.....	262
9.2. As dinâmicas da comunicação alternativa nos distritos moçambicanos.....	277
9.3. Uma análise interpretativa dos modelos de comunicação no contexto moçambicano.....	288
<b>CAPÍTULO X</b> .....	<b>293</b>
<b>10. AS PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL</b> .....	<b>293</b>
10.1. Comunicação como fundamento da construção social e do desenvolvimento .....	293
10.2. Comunicação para o desenvolvimento e sustentabilidade dos projectos.....	301
10.3. As Rádios Comunitárias e a comunicação mediática .....	303
10.4. Compreendendo o alcance da comunicação comunitária .....	306
10.5. Sustentabilidade e independência das rádios comunitárias .....	309
10.6. Efeitos das mensagens das rádios comunitárias .....	312
10.7. Participação comunitária na tomada de decisões.....	315
10.8. Influência dos programas educativos na mudança de comportamento.....	321
10.9. A criação dos espaços de produção e as barreiras na comunicação.....	325
10.10. Impacto dos programas para o desenvolvimento e sustentabilidade .....	327
10.11. Modelos da comunicação dialógica.....	339

<b>Capítulo XI.....</b>	<b>349</b>
<b>11. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA NAS ALDEIAS COMUNAIS .....</b>	<b>349</b>
11.1. Um olhar histórico das aldeias comunais em moçambicanas .....	349
11.1.1. <i>As aldeias comunais e as vilas do milénio no contexto do desenvolvimento</i> .....	359
11.2. Experiência de vida nas aldeias comunais de Moçambique .....	370
<b>Parte III .....</b>	<b>390</b>
<b>A PARTICIPAÇÃO E AS DINÂMICAS COMUNITÁRIAS NAS VILAS DO MILÉNIO: TRÊS IDEALISMOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>390</b>
<b>CAPÍTULO XII.....</b>	<b>392</b>
<b>12. A VILA DO MILÉNIO DE CHIBUTO EM PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.....</b>	<b>392</b>
12.1. Perfil geoestratégico da vila do milénio de Chibuto.....	392
12.2. Circulação de informação no distrito de Chibuto .....	393
12.3. As dinâmicas comunitárias na vila do milénio de Chibuto e desenvolvimento.....	394
12.3.1. <i>Tendências de enquadramento comunitária e desenvolvimento</i> .....	394
12.3.2. <i>Os líderes comunitários como influenciadores dos processos</i> .....	403
12.3.3. <i>A comunidade de Chibuto e crescimento local</i> .....	416
12.3.4. <i>Os impactos dos serviços alocados na vila do milénio de Chibuto</i> .....	430
12.3.5. <i>O poder popular e as dinâmicas da vila no desenvolvimento</i> .....	440
<b>CAPÍTULO XIII.....</b>	<b>450</b>
<b>13. CHITIMA E AS TENDÊNCIAS COMUNITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL .....</b>	<b>450</b>
13.1. Perfil geoestratégico da vila do milénio de Chitima.....	450
13.2. Circulação de informação no posto administrativo de Chitima .....	451
13.3. AS DINÂMICAS DA VILA DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO DE CHITIMA ....	452
13.3.1. <i>Enquadramento e mecanismos de desenvolvimento de Chitima</i> .....	452
13.3.2. <i>A liderança local e sua persuasão na condução dos processos do desenvolvimento</i> .....	460
13.3.3. <i>A inércia do novo milénio no desenvolvimento comunitário</i> .....	474
13.3.4. <i>Confiabilidade colectiva na criação do bem-estar local</i> .....	486
<b>CAPÍTULO XIV .....</b>	<b>496</b>
<b>14. DESIDERATO COMUNITÁRIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO NA VILA DE ITOCULO .....</b>	<b>496</b>
14.1. Perfil geoestratégico da vila do milénio de Itoculo .....	496
14.2. Falta de informação sobre o andamento do projecto na comunidade .....	498
14.3. Vila de milénio de Itoculo e os contornos do desenvolvimento local.....	499
14.4. Uma liderança comunitária equilibrada na busca de soluções locais .....	512

14.5. A comunidade de Itoculo no combate ao subdesenvolvimento.....	516
<b>CAPÍTULO XV.....</b>	<b>527</b>
<b>15. Conclusões .....</b>	<b>527</b>
15.1. Insustentabilidade da vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto.....	535
15.2. Incongruências discursivas e desenvolvimento no novo milénio .....	538
15.3. Desajustes do projecto vilas do desenvolvimento de milénio de Itoculo.....	543
15.4. Crítica ao modelo vilas do desenvolvimento do milénio? .....	546
15.4.1. <i>Condicionismos:</i> .....	547
15.4.2. <i>Recomendações</i> .....	548
<b>16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>552</b>
<b>Apêndice 1 – Entrevistas semi-estruturadas individuais .....</b>	<b>565</b>
<b>1. Profissionais de comunicação para o desenvolvimento.....</b>	<b>565</b>
<b>2. Líderes (Comunitários, religiosos e chefes dos bairros) .....</b>	<b>565</b>
<b>3. Comunidade e Beneficiários.....</b>	<b>567</b>
<b>4. Entrevista com Jornalistas .....</b>	<b>567</b>
<b>5. Governos distritais .....</b>	<b>569</b>
<b>6. Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia (Maputo).....</b>	<b>570</b>
<b>Apêndice 2 – transcrições das entrevistas .....</b>	<b>572</b>
<b>1. Especialistas em Comunicação para o desenvolvimento, mudança social e de comportamento.....</b>	<b>572</b>
1.1. Celestino Vaz Joagete, entrevista realizada a 19 de Fevereiro de 2020.....	572
1.2. Ratmir Cuna, entrevista realizada a 20 de Fevereiro de 2020 .....	582
1.3. Tomás José Jane, em entrevista a 29 de Agosto de 2020 .....	591
1.4. Mário Marrengula, entrevista realizada a 25 de Fevereiro de 2020).....	602
1.5. Felisberto Tinga, entrevista a 23 de Fevereiro de 2020. ....	610
1.6. Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020 .....	625
<b>2. profissionais do ICS e do FORCOM.....</b>	<b>639</b>
2.1. Belmiro Mangaze, em entrevista a 16 de Março de 2020.....	639
2.2. Trindade Zucula, Gestor técnico do ICS, em entrevista a 19 de Março 2020).....	646
2.3. Vitória Homwana, editora do Jornal ‘o Campo’ do ICS, em entrevista a 17 de Março de 2020	654
2.4. Naldo Chivite, coordenador de Comunicação e Programas na FORCOM, em entrevista a 20 de Outubro de 2020.....	663
<b>3. ex-moradores nas aldeias comunais até 1992.....</b>	<b>672</b>
3.1. Lazaro Mabunda, funcionário sénior do MISA-Moçambique. Já foi jornalista e editor do jornal ‘o País, em entrevista realizada a 7 de Outubro de 2020 .....	672

3.2. Entrevista com a Sra. Carolina Siteo, ex-moradora da aldeia comunal, em entrevista a 11 de Janeiro de 2021 .....	681
3.3. ENTREVISTA COM RUI DOS REIS, ex-morador da aldeia comunal de Cheringoma, Província de Sofala, em entrevista a 29 de Janeiro de 2021 .....	684
3.4. Alves Macuacua, ex-morador da Aldeia de Muchuquete, no posto administrativo de Malehice, distrito de Chibuto, em entrevista a 22 de Dezembro de 2020. ....	693
<b>4. Jornalistas profissionais dos órgãos de comunicação social e pesquisadores em jornalismo .....</b>	<b>707</b>
4.1. Dias Impula, Jornalista da RC de Molumbo, Província da Zambézia, em entrevista a 14 de Outubro de 2020.....	707
4.2. Ernesto Saul, em entrevista a 14 de Outubro de 2020 .....	713
4.3. Eurico Rosário Guedes, Jornalista da Rádio Comunitária de Ile, Província da Zambézia, entrevista a 16 de Outubro de 2020 .....	721
<b>5. Entrevistas com Historiadores .....</b>	<b>732</b>
5.1. Raul Matsimbe, Professor da disciplina de História na Escola de Jornalismo, em entrevista a 5 de Fevereiro de 2021 .....	732
5.2. Francisco Zimba, Historiador e professor de história na Escola Secundaria Kiss Mavota, em entrevista a 17 de Outubro de 2020 .....	740
5.3. Manuel Matine, Historiador e professor da Universidade Pedagógica, delegação da Província de Inhambane, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021 .....	768
<b>6. Entrevista no Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia (CITT) .</b>	<b>781</b>
6.1. Dra. Ivone Muocha, directora adjunta do CITT, em entrevista a 10 de Fevereiro de 2021 .....	781
<b>7. Entrevistas na Vila do Milénio de Chibuto .....</b>	<b>788</b>
7.1. Adbul Remane, Líder religioso – Comunidade Islâmica, em entrevista a 15 de Janeiro de 2021 .....	788
7.2. Agostinho Mathe, Líder Comunitário do bairro Samora Machel, em entrevista a 17 de Janeiro de 2021.....	788
7.3. Alegria Macuácuca, membro da comunidade e residente, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021 .....	791
7.4. Nome: Américo Machava, Líder Comunitário do bairro 25 de Junho, em entrevista a 22 de Janeiro de 2021 .....	792
7.5. Celestina Siteo, líder comunitária (em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021) .....	794
7.6. Directora do Hospital Rural de Chibuto (entrevista em anonimato, a 15 de Janeiro de 2021)...	795
7.7. Nome: Edna Nacodá, Professora da escola secundaria local, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021.....	796
7.8. Félix Júnior, Jornalista da RC de Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021 .....	796
7.9. Henriqueta Francisco Sitóe, beneficiária dos serviços da vila, residente na comunidade Samora Machel, entrevista a 2 de Fevereiro de 2021).....	800



7.10. Marta Macome, beneficiária dos serviços da vila do milénio, residente na comunidade Samora Machel e chefe do processo de recrutamento do pessoal para se beneficiarem, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021.....	802
7.11. Verónica Joaquim Muthevuye, residente na vila de Chibuto, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021.....	805
7.12. Sérgio Zau-Zau, actual Gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto ( entrevista realizada a 26 de Janeiro de 2021) .....	806

**Vila do desenvolvimento do milénio de Chitima ..... 824**

**8.Entrevistas na Vila do desenvolvimento do Milénio de Chitima..... 824**

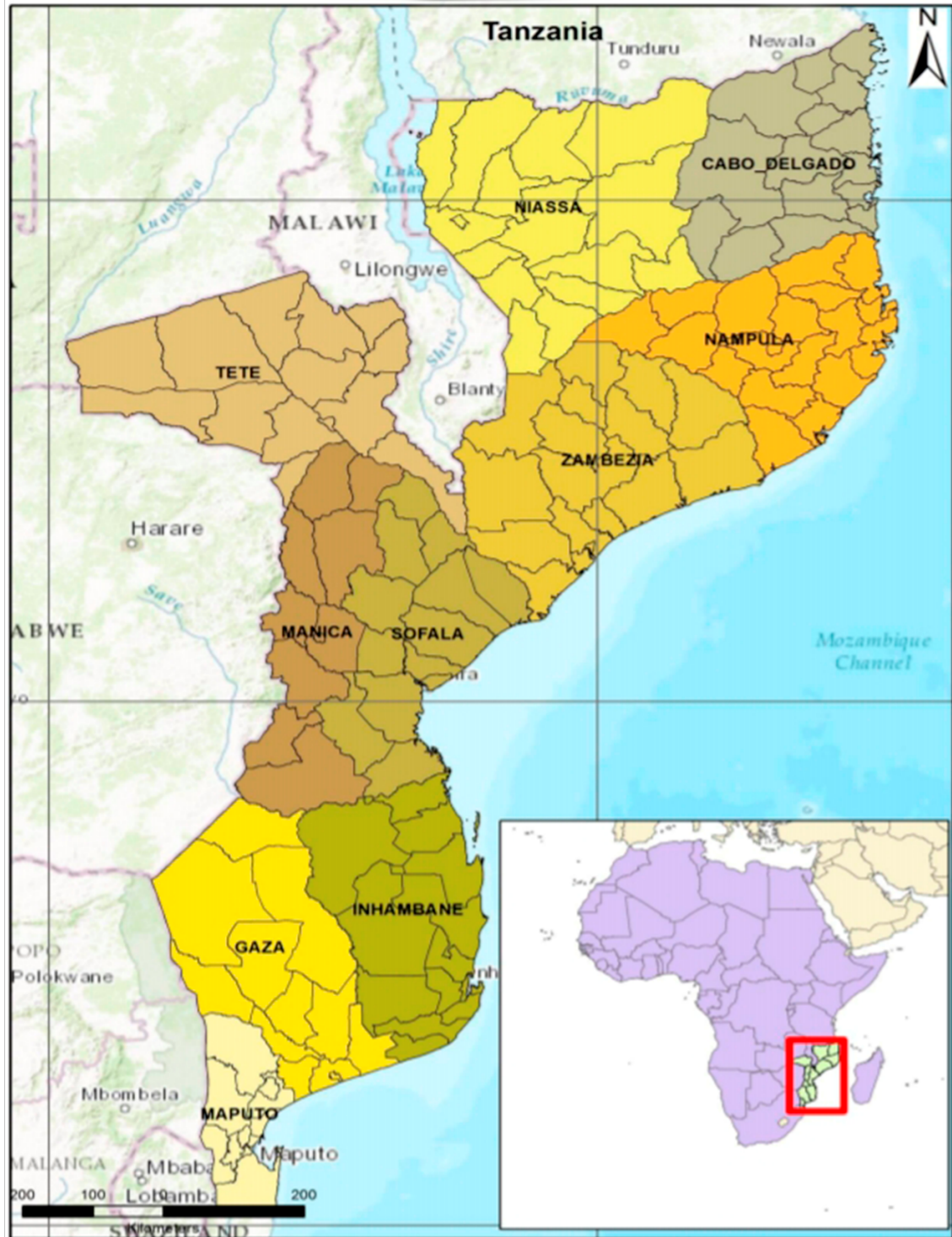
8.1. Alson Alcinar, membro da comunidade, repórter e escritor, Songo, Distrito de Cahora Bassa, em entrevista a 27 de Abril de 2021 .....	824
8.2. Alexandre Chaima, Professor primário na vila de Chitima, em entrevista a 25 de Abril de 2021 .....	833
8.3. Henriques, morador no Bairro 25 de Junho, em entrevista a 27 de Abril de 2021 .....	837
8.4. Dionísio Chicoponha, enfermeiro-chefe do Centro de Saúde de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021.....	838
8.5. Sidique Abílio, Sheik na Mesquita Massidide Bilal, em entrevista a 28 de Abril de 2021. ....	844
8.6. Helmer Azevedo, gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021 .....	850
8.7. Luís Filipe Raiva, Chefe do Posto administrativo da vila de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021 .....	859
8.8. Rogério, responsável pela área de tecnologia no ministério da Educação, departamento de tecnologia, juventude e cultura, na vila de Chitima. Em entrevista a 29 de Abril de 2021 .....	864
8.9. TRANSCRIÇÕES LÍDERES comunitários, em entrevista a 29 de abril de 2021 .....	867
8.10. Entrevista do grupo-focal de Chitima 20 de ABRIL de 2021 .....	875

**9. Vila do desenvolvimento do milénio de Itoculo ..... 885**

9.1. Cassimo Momade, membro da Comunidade de Itoculo, em entrevista a 24 de Julho de 2020 ..	885
9.2. Adolfo Manuel, Chefe da Localidade Vilas do Milénio, entrevista a 20 de Agosto de 2020.....	887
9.3. Manuel Issa –líder comunitário. Entrevista .....	893
9.4. Hilário Issa, Antigo dirigente das Vilas de Itoculo. Actualmente dirige a Escola Secundária de Monapo, em entrevista a 23 de Agosto de 2020.....	896
9.5. Luciano Jerónimo, locutor da Rádio Comunitária de Monapo, em entrevista a 23 de Agosto de 2020.....	899
9.6. Hélder Martins, Jornalista da Rádio Comunitária de Monapo, 17 de Outubro de 2020 .....	905
9.7. Armando Venâncio, coordenador da Vila do Millennium de Itoculo, em entrevista a 24 de Agosto de 2020 .....	911
9.8. Américo Sineque, líder religioso da comunidade de Namiro. Em entrevista a 17 de Agosto de 2020.....	916
9.9. Angélica Omar, residente da comunidade de Itoculo-sede, em entrevista a 17 de Agosto de 2020 .....	917

9.10. Francisco Ripas, líder comunitário de Itoculo-sede, em entrevista a 19 de Agosto de 2020....	917
9.11. Tony Araújo, professor e residente, em entrevista a 19 de Agosto de 2020.....	918

## Mapa da República de Moçambique





## CAPÍTULO I

### 1. Introdução

O presente trabalho tem como objectivo central compreender as estratégias e políticas de comunicação do departamento de comunicação do governo no âmbito da criação e implementação de projectos de desenvolvimento como forma de criar condições para influenciar sustentabilidade das comunidades rurais. Este objectivo coloca desafios na explicação de modelos de desenvolvimento a partir das questões de comunicação, mostrando a necessidade do governo dar maior atenção aos aspectos comunicativos a vários níveis para que se atinja, de forma eficiente, o indivíduo.

O maior aspecto a que se pode considerar como fundamental nos processos comunicativos é que este processo seja visto de forma cultural e assumido como tal em diferentes prismas sociais. Pois, Moçambique é caracterizado por ser multiétnico e linguístico o que determina as diferentes formas pelas quais as pessoas entendem a informação, bem como a forma pela qual se engajam nos vários processos decisivos. Pode-se, assim, considerar, em primeiro lugar, que os mecanismos de acesso à informação em diferentes contextos moçambicanos são influenciados pelas condições que foram se criando ao longo do tempo, a exemplo do insucesso da acção das rádios comunitárias espalhadas em quase todo o país que, servindo a interesses do governo, deixam de responder de forma sábia aos interesses das comunidades.

Em segundo lugar são notáveis as diferenciações dos ambientes que caracterizam Moçambique adentro, onde as condições de educação, da técnica e do conhecimento são pouco significativos. Mesmo considerando-se os espaços criados e condicionados, são influenciados pelos poderes políticos que dominam quase todo o território nacional que acabam, de certa forma, influenciar de forma negativa ao processo de relacionamento. Logo, pode-se considerar que a falta dos meios de acesso da técnica e da informação influenciado pelo sistema no poder, visando cada vez mais a dominação, mesmo que de forma inócua. Porém, as experiências das aldeias comunais, conduzidas ao longo da luta armada e do

período do socialismo evidenciam o uso da força para dominar, controlando as instituições estatais e as liberdades para a manutenção do *status*.

A criação dos meios de comunicação social, em particular os meios alternativos para responderem a demanda de informação no campo a partir da UNESCO serviu de base para que o país possa ter condições criadas para o aparecimento de pontos de debate sobre as formas de liderança e de desenvolvimento de Moçambique. Pois, a ideia da UNESCO era que, criando condições de acesso à informação nas comunidades rurais, estas podiam ser dotadas de capacidades de crítica como forma de se criar um Moçambique onde os responsáveis iriam ser obrigados a pautarem pela prestação de contas nos destinos do país. Ora, apercebendo-se da força dos meios, a ideologia do partido pautou pelo controle da informação que circula nos diferentes pontos do país.

Até aos dias de hoje, influenciados pelo sistema, os lugares recônditos do país são isentos de técnica, de informação, do conhecimento e, conseqüentemente, de informação. É neste contexto em que, a partir das dinâmicas do desenvolvimento a partir de fora, o governo é visto a reeditar o processo de produção nos moldes comunitários através das vilas do milénio, criadas em 2006, pelo então Presidente Guebuza, a exemplo da vila do desenvolvimento do milénio do Sauri, no Quénia.

Entretanto, as leituras indicam que em Moçambique, a implementação das vilas do desenvolvimento do milénio, na mesma política do Sauri, resultam de uma imitação de estratégia, podendo ser considerada também a implementação do socialismo em 1977 pelo governo da Frelimo como modelo de desenvolvimento de Moçambique a partir da socialização do campo. Ora, tanto uma assim como outra, são políticas que não deram sinais positivos do desenvolvimento do país. Por um lado, o socialismo viu-se como ameaça a nível da região, tendo sido sabotado pelos governos de Ian Smith e do *Apartheid*. O desiderato democrático, porém, resultou no empobrecimento do país através da dívida externa e desaparecimento das empresas como a Mabor, a vidreira de Moçambique, entre outras, todavia, resultou frutífero na recuperação económica através do investimento privado e criação de vários focos de debate a nível nacional. É neste contexto em que, olhando para o campo da comunicação mediática que em tempos era dirigida pelo governo através do ICS,

foi criado, influenciado pela Lei de 1990, o FORCOM como novo actor no campo da comunicação alternativa.

O surgimento do FORCOM não só foi influenciado pelas condições criadas com o pluralismo mediático, mas como oportunidade para responder o vazio criado pelo ICS na dinamização de informação capaz de servir as comunidades na busca de informação e conhecimento. Por outro lado, serviu de ponto central para monitorar, a nível dos distritos, a informação passada pelos governos distritais, daí este organismo ser visto como sendo o da oposição o que faz com que alguns jornalistas sejam perseguidos, alguns órgãos são fechados, entre outros. Facto é que as dinâmicas de informação são influenciadas mesmo a meio a diversidades.

Buscando compreender os contextos da comunicação alternativa e suas implicações no mundo desenvolvido foi possível dialogar com especialistas que abriram espaço para a interpretação dos contextos moçambicanos. Uma das particularidades é que a nível nacional, as decisões são tomadas a nível central, mais uma visão implicada pelo marxismo. Por esta via, observa-se que as decisões tomadas geram, em alguns momentos, implicações negativas quando for o caso de se dinamizar as mudanças. Até a esta parte, entende-se que as comunidades rurais e não só, raramente são integradas nas definições de processos visando sua integração e participação.

Ou seja, a participação das comunidades moçambicanas na definição de processos míngua do centro à periferia e, na periferia circula uma informação diferenciada pela manipulação, daí, regra geral, as comunidades rurais não se interessarem pela informação e muito menos pela técnica, pois as condições de fluxo são defeituosos.

É neste contexto que se desenhou a presente pesquisa, com particular destaque para olhar aos enquadramentos dados aos processos de comunicação para o desenvolvimento dos modelos de desenvolvimento, a exemplo das vilas do desenvolvimento do milénio. Pois, esta análise, como foi dito, olha as aldeias comunais como o contexto do surgimento, avaliando os níveis de implementação tendo em conta a forma como nos lugares onde foram efectuadas as comunidades se posiciona ou são influenciadas a se posicionarem.

A criação do modelo de desenvolvimento a partir das vilas do desenvolvimento do milénio surge como resposta à estratégia ‘pólos do desenvolvimento’ e à política dos sete milhões que tinham em vista incrementar desenvolvimento a nível dos distritos. À semelhança das aldeias comunais, criadas em lugares onde havia maior concentração da população como forma de o governo condicionar desenvolvimento através do que posteriormente foi chamado como pilares do desenvolvimento, a exemplo da agricultura, escola, saúde, água e saneamento do meio, as vilas do desenvolvimento do milénio também foram implementados nesta lógica. Entretanto, a diferença, condição considerada vantajada para as vilas, é que as condições foram criadas em lugares onde a população já havia-se estabelecido, tendo havia apenas a necessidade de se criar requisitos de implementação.

Considerando-se este cenário visto como crítico no contexto do desenvolvimento de Moçambique, a tese desenvolve-se a partir do estudo de caso de três vilas (múltiplos casos) que se localizam em três contextos diferentes desde os linguísticos até aos étnicos: a vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto, na etnia *shangana*, no sul do país; a vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, na etnia *cinyungwi*, no centro do país e; a vila do desenvolvimento do milénio de Itoculo, na etnia *macua*, no norte do país. A escolha destes três pontos deveu-se ao facto de serem lugares onde se concentram as sedes regionais dos centros tecnológicos implementados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, através do centro de investigação e transferência de tecnologia (CITT). Partiu-se do princípio de que nestes pontos existem rádios comunitárias, de acordo com as perspectivas do desenvolvimento do governo, responsáveis pela dinamização da comunicação e da informação usando meios locais e línguas locais como forma de integrar a comunidade em todos os processos.

É importante considerar, no contexto das rádios comunitários, particularmente dos distritos em análise, segundo a política do desenvolvimento do governo “cada distrito uma rádio”, que em Chibuto a rádio local é tutelada pelo ICS, porém, a capacidade de funcionamento é limitada. Em Chitima e em Itoculo as rádios locais não funcionam, havendo a necessidade de a comunidade sintonizar rádios comunitárias dos distritos vizinhos: Chitima socorre-se pela rádio da HCB e, Itoculo pela rádio da Monapo-sede.



Portanto, estas particularidades fazem com que, em Chibuto, a informação que circula na comunidade seja manipulada a partir do todo, sendo que, a rádio local é controlada pelo governo, o que faz com que esta funcione como agente de informação do governo. Por seu turno, em Chitima e Itoculo, sem rádio local em operação, a informação que circula, respondendo a contextos diferentes, a comunidade posiciona-se de forma diferente perante os contextos locais, pois, a informação que recebe tem maior peso na determinação dos comportamentos.

O foco da análise no caso das vilas do desenvolvimento do milénio fundamenta-se por três motivos: o primeiro porque a comunicação e informação cria espaços para a tomada de decisão implicando uma capacidade de participação (Habermas, 2003) na tomada de decisões em todos os níveis; o segundo é que uma comunicação alternativa, feita localmente, pelos locais e para responder a questões locais tem maior capacidade de integrar as comunidades, influenciando-as em todos os processos a tomarem decisões seguras; o terceiro é que a contribuição de Nyerere nas *ujama villages* serve de ponto de análise para se avaliar os impactos deste modelo no âmbito do desenvolvimento assumindo-se que as *ujamas* são feitas pelos locais, localmente e para responder aos interesses locais, de forma semelhante ao comportamento da comunicação alternativa e; o quarto está no contexto de autores como Agunga (1997), Anyaegbunam, Mefalopulos e Moetsabi (1998); Fraser e Restrepo-Estrada (1998) e Mefalopulos (2003) que mostram que a história do desenvolvimento tem vindo a verificar falhas e desapontamentos (como citados em Mefalopulos, 2008). Facto é que as falhas do desenvolvimento neste contexto são influenciadas pelos governos distritais e seus parceiros, a exemplo da implementação das vilas como uma política de desenvolvimento

Por outro lado, sendo Moçambique independente desde 1975 e, olhando para a sua trajectória, verifica-se ter passado e adoptado alguns modelos mas sem mostrarem bons sinais de desenvolvimento, o que significa haver algumas falhas no desenvolvimento, tanto pela implementação do socialismo e do neoliberalismo como modelos, assim como pela implementação das aldeias comunais e das vilas do desenvolvimento do milénio como estratégias, as falhas ainda continuam se verificando. As razões identificadas são que as estratégias de comunicação capaz de dinamizar estes processos não são valorizadas. A integração das comunidades nos processos participativos para a tomada de decisões não é

valorizada. A valorização da comunicação parte da valorização das questões culturais se assumirmos que comunicamo-nos culturalmente e, a forma como percebemos as mensagens é influenciada por questões culturais. Por sua vez, a forma como lidamos com as questões culturais vão determinando a forma como queremos ser percebidos e assim o fluxo de mensagens vai ganhando dinâmica.

Conforme pode-se perceber, as vilas do desenvolvimento do milénio, sendo uma estratégia do desenvolvimento implementada pelo governo caracteriza-se por ter menos dinâmica e impacto pela forma como os processos são implementados. Assim, entende-se haver uma necessidade de os aspectos de implementação dos projectos a nível do país ser visto de forma holística, havendo a necessidade de se considerar os diversos factores que influenciam os processos, conforme já foi referido. Desta feita, importa referir que a tese busca traçar um conjunto de debates que buscam responder sobre os melhores mecanismos de implementação dos modelos e estratégias de desenvolvimento e que melhores práticas podem ser adoptados para influenciar, por um lado, a que os proponentes dos projectos abram espaços para que os beneficiários participem na definição das prioridades e estratégias de implementação e, por outro lado, para que a comunidade veja a necessidade de se integrar e dar maior valor aos investimentos feitos como mecanismo de suportar as acções que devem ser levadas a cabo para que as regiões rurais possam dinamizar as questões económicas e se transformem em pequenas cidades atractivas, tanto pelo turismo bem como pelas questões económicas.

### **1.1. Visão geral das metodologias**

A presente pesquisa é de natureza aplicada. Quanto à forma de abordagem do problema, assumiu um carácter qualitativo, tendo como enfoque fenomenológico buscando tratar a comunicação como fenómeno social a partir do comportamento e atitudes dos actores no contexto do desenvolvimento moçambicano, gerando dados descritivos.

Quanto aos objectivos baseamo-nos em pesquisa exploratória (Gil, 2008), tomando as entrevistas em profundidade do tipo não-padronizado e em entrevistas em grupos focais como a técnica principal. Tentando dar um delineamento considerável ao estudo, em termos

de composição de um modelo teórico, indutivo e de interpretação de dados, foram aplicadas algumas formas de pesquisas sugeridas por Gil (2002 e 2008), May (2004) e Triviños (2007) que melhor ajudam a enquadrar as pesquisas deste horizonte:

**Revisão bibliográfica** – buscou fazer um levantamento de uma abordagem teórica que melhor explica o problema do presente estudo. Assim, baseamo-nos na consulta dos principais manuais em bibliotecas ou de artigos científicos na área de comunicação para o desenvolvimento e mudança social, ciências aplicadas e/ou em outras áreas consideradas relevantes das ciências sociais e humanas;

**Análise documental** – foi aplicada com maior precisão nos relatórios do governo buscando compreender a significação dada aos aspectos comunicacionais como mentoras de valores de relacionamento e que implicam na aceitação das propostas feitas;

**Estudo de caso** – consistiu na aplicação de entrevistas para medir os níveis de fluxo de mensagens dinamizadas em função dos contextos (Chibuto, Chitima e Itoculo) para avaliar os níveis de aceitação dos projectos implementados. Por outro lado, conversamos com algumas individualidades que achamos pertinentes na compreensão dos processos do desenvolvimento a partir da comunicação e outros elementos a ele integrados.

Como se pode depreender, os três níveis da pesquisa resultaram numa triangulação de dados, que garantiram uma maior profundidade na análise e discussões efectuadas. A triangulação de dados foi feita pela submissão a uma verificação minuciosa de dados de modo a comparar a variedade de informações obtidas por forma a produzir um estudo completo e equilibrado quanto possível. Assim, optamos na triangulação de dados apontado por Denzin (2005), pois, usamos diferentes fontes de informação no acesso e busca de dados para a análise.

O universo do presente estudo é compreendido por três vilas a saber:

- A vila de Chibuto, criada em 2006, situada no distrito com mesmo nome, província de Gaza (no Sul do País), a primeira a ser criada numa região onde as condições de pobreza eram extremas;

- A vila de Chitima, criada em 2011, situada no distrito de Cahora Bassa, província de Tete (no centro do país);
- A vila de Itoculo, criada em 2009, situada no distrito de Monapo, província de Nampula (no norte do país).

Para estas conversas, conseguimos agrupar os informantes em nove categorias a saber:

- governo (nos distritos) e parceiros como patronos das vilas do milénio;
- gestores da vila a nível central e distrital;
- investigadores e professores nacionais com especialização em comunicação e desenvolvimento;
- pessoas que tiveram experiências em viver nas aldeias comunais (período da guerra);
- historiadores;
- líderes tradicionais, religiosos e comunitários nos distritos;
- comunidade (individual e grupos focais a serem dirigidos por região/distrito);
- beneficiários (entrevistas individuais);
- jornalistas locais (rádios comunitárias nos distritos).

## **1.2. Composição da tese**

Os resultados da investigação, incluindo a introdução e as conclusões, são apresentados em 14 capítulos subdivididos em três partes, que se sintetizam da seguinte forma:

### **Parte I – abordagem teórica e contextual**

A primeira parte da tese é dedicada à construção de um quadro teórico sobre os principais conceitos e abordagens teóricas que orientam a investigação. Assim, os capítulos buscam oferecer mecanismos de compreensão e significação sobre o contexto da comunicação para o desenvolvimento a nível geral. Esta primeira parte é constituída, incluindo o capítulo primeiro, pela problematização, teorização, conceitos e alguns modelos da comunicação.

O **segundo capítulo** discute a comunicação como um fenómeno capaz de influenciar ao desenvolvimento sustentável a partir da mudança social. Numa outra perspectiva discute o papel da comunicação e da informação no desenvolvimento sustentável condicionada por agências como o PNUD. Autores como Schramm (1976) e Soares (2000), discutem a relação *comunicação e educação* que servem de base para que países pobres possam ultrapassar os problemas da transmissão do conhecimento e do uso da técnica, sendo que, a cultura tem maiores implicações nas transformações sociais. É neste capítulo que se apresentam os modelos da comunicação (situacional e de difusão) mostrando-se como sendo o fundamento teórico e interpretativo para a diminuição dos casos de falhas na comunicação.

O **terceiro capítulo** discute as dinâmicas da comunicação para o desenvolvimento a partir da génese sobre a comunicação alternativa no mundo e que contribuiu para que a Europa pudesse minimizar, em menos tempo, os impactos da segunda grande guerra mundial onde, um dos argumentos de Castells (2009) indica a necessidade de se alargar de forma massiva a comunicação, tornando-se pública e de acesso fácil em todos os níveis. Assim, pela influência da UNESCO e outros organismos internacionais, mostra-se ter sido pertinente a criação dos centros de comunicação comunitários para o desenvolvimento da América Latina que condicionou ao aparecimento de centros de pesquisa em comunicação e que, tendo a mesma influência, em Moçambique através da Lei 18/91, de 10 de Agosto, condicionou à proliferação das rádios comunitárias bem como ao surgimento de centros de estudos em comunicação.

O **quarto capítulo** faz uma abordagem sobre as aldeias comunais e as vilas do desenvolvimento do milénio desde a sua perspectiva histórica. Nesta análise Araújo (1988) apresenta-nos sua visão da criação das aldeias comunais como mecanismos de o país condicionar desenvolvimento em todas as comunidades, em particular, as das zonas periféricas, que na base do conceito de colectividade produtiva, evitou-se ao isolamento da população dos factores que condicionam ao bem-estar social, a exemplo da agricultura, sistema de abastecimento de água e educação, posteriormente assumidos pelo governo como pilares do desenvolvimento. Já, as vilas do desenvolvimento do milénio, servindo para apoiar as estratégias de desenvolvimento e de crescimento socioeconómico através da capacitação das comunidades na qualidade de programa de desenvolvimento das comunidades rurais

tinham em vista dinamizar processos de desenvolvimento em conexão com outros como o PARPA, condicionando ao surgimento de pequenas cidades do campo.

Esta primeira parte termina com a apresentação minuciosa da metodologia aplicada (**capítulo quinto**) que culminou no presente estudo que se considera básica na melhoria das estratégias de comunicação do governo na implementação dos projectos do desenvolvimento a nível nacional.

## Parte II – **perspectivas e enquadramentos da comunicação para o desenvolvimento em Moçambique**

A segunda parte da pesquisa apresenta seis capítulos de discussão e análise das entrevistas que constituem base de análise e fundamento do estudo base. Nesta segunda parte, apresentam-se as compreensões e bases que justificam a necessidade de dinamizar cada vez mais as estratégias, por um lado da comunicação e, por outro, do desenvolvimento, como alicerce para diminuir os índices da fome nas zonas mais excluídas da técnica e informação.

O **sexto capítulo** ajuda-nos a compreender e a conhecer um pouco sobre Moçambique e suas dinâmicas em termos geográficos. Mostra, numa outra perspectiva os perfis dos distritos pesquisados bem como as respectivas vilas. Em última análise mostra-se os contextos e fundamentos estratégicos usados pelo governo de Moçambique no desenvolvimento dos distritos.

No **sétimo capítulo** faz-se uma abordagem sobre os modelos e os contornos do desenvolvimento do país desde o período de luta armada, passando pela independência, onde se mostra modelo socialista como fundamento para o desenvolvimento, passando também pelo neoliberalismo, um mecanismo abordado pelo fracasso do socialismo até 2020. É durante estes períodos que foram sendo introduzidas, por um lado, as aldeias comunais e, por outro, as vilas do desenvolvimento do milénio, apresentando-se as *vilas* como superação das *aldeias*, à semelhança do modelo de desenvolvimento neoliberal que se apresenta como superação do socialismo, mas ambos se mostraram um fracasso para o país.

No **oitavo capítulo** buscam-se fundamentos sobre as vilas do desenvolvimento do milénio através do CITT e MCT, implementadores do programa vilas do desenvolvimento do milénio. Numa outra perspectiva, tentou-se analisar a estratégia de implementação das vilas no contexto da cooperação com os parceiros do governo em parceria com o CITT.

O **capítulo nove** apresenta o comportamento da comunicação alternativa a nível de Moçambique dinamizada pelo ICS e FORCOM, que se assumem como antagónicas, porém, visando cumprir e fazer cumprir os planos do governo sobre acesso à informação, particularmente, nos distritos moçambicanos.

No **décimo capítulo** analisamos as perspectivas da comunicação e do desenvolvimento sustentável onde mantivemos conversas abertas com alguns especialistas e pesquisadores em comunicação. Neste capítulo foi possível perceber que a sustentabilidade e autonomia das rádios comunitárias são fundamentais para que elas tenham uma posição e firmeza na difusão de conteúdos de forma local e na base das línguas e contextos locais, capazes de influenciar na mudança comunitária. Foi percebido ainda a necessidade de se dar espaço às comunidades nos mecanismos de participação, entendidos por Habermas como sendo a condição necessária para o desenvolvimento a partir da aceitação dos modelos propostos, sendo que o beneficiário apresenta, por outro lado, sua visão.

O último capítulo desta segunda parte, isto é, o **décimo primeiro**, faz uma abordagem, a partir de uma perspectiva histórica, olhando nas experiências de vida nas aldeias comunais para avaliar a possível situação futura nas vilas do milénio.

### Parte III – estudo de caso

A parte três da presente pesquisa procurou evidenciar o tipo ideal da comunicação para o desenvolvimento tendo como fundamento os casos em concreto a partir das experiências dos que passaram pela situação real, bem como pelos que influenciam os processos e pelos que analisam. Esta, que se coadjuva à segunda parte, apresenta três capítulos de descrição e discussão dos resultados do estudo empírico de análise das entrevistas efectuadas em Chibuto, Chitima e Itoculo, a saber:

Os **capítulos décimo** segundo (Chibuto), **décimo terceiro** (Chitima) e **décimo quarto** (Itoculo) apresentam as análises e constatações das vilas do desenvolvimento do milénio a partir do perfil de cada vila em termos gerais até às questões constatadas sobre a comunicação para o desenvolvimento. Ilustra-se aqui o fundamento da comunicação para o desenvolvimento usado como estratégia para o desenvolvimento de acordo com os contextos locais que se valem pela dinâmica cultural, onde o papel dos líderes, no geral, tem suas implicações no envolvimento, participação e influências comunitárias. Foi evidenciado o papel de cada vila nos contornos do desenvolvimento local assumindo-se como sendo o ponto de referência (ou não) da partilha da técnica e do conhecimento científico olhando os contextos locais.

### **1.3. Problema**

A escolha do tema, *comunicação para o desenvolvimento sustentável em Moçambique: uma análise das estratégias de comunicação das vilas do milénio do desenvolvimento de Chibuto, Chitima e Itoculo – 1964-2020*, tem como enfoque a conferência realizada em 1948 pelas Nações Unidas e UNESCO sobre *liberdade de informação* que, ao fazer um paralelismo com o pensamento de autores como Sen (1999, 2001), Lopes (2005), Habermas (2003) e Obregón (2014), percebemos que a comunicação serve de suporte ao desenvolvimento. Pois, a partir da comunicação, a comunidade ou sociedade passa a reflectir sobre as condicionantes do desenvolvimento, permitindo uma análise dos contextos, a partir das suas acções e liberdades. Isto é, o desenvolvimento tem como impacto quando é associado à liberdade individual/social que pode ser influenciado pela informação e pela comunicação.

A liberdade de escolha consiste, de acordo com Habermas (2003, p. 311), na capacidade de os “indivíduos poderem escolher de forma racional, agir de uma forma ou de outra, ou ter um novo começo na cadeia de eventos predefinidos ou existentes em seus contextos”. Portanto, o acesso à informação<sup>1</sup> condiciona a transformação social e, a participação, reconhecida pelo Banco Mundial, como uma parte necessária das estratégias de desenvolvimento sustentável (Banco Mundial, 1994 *apud* Mefalopulos, 2008, p. 7).

---

<sup>1</sup> Lei 18/91, Lei de direito à informação em Moçambique.

<sup>2</sup> O termo *ideologia* encontra várias interpretações de acordo com o autor que procura o explicar. Em Fisk (2001, pp. 220-221) entendemos que ele tem três interpretações a saber: 1) sistema de crenças que caracteriza um povo; 2) determina ou



As organizações governamentais bem como as não-governamentais dinamizam uma comunicação cujos modelos teóricos nos remetem a várias formas de ver a comunicação, como mostra Mefalopulos (2008), por exemplo, ao falar sobre desenvolvimento da comunicação, desenvolvimento de suportes de comunicação e, mais recentemente conhecido também como sendo comunicação para a mudança social. Estes modelos contribuem de forma considerável no processo de relacionamento bem como na abertura de espaços para a participação da comunidade na implementação e difusão pública dos programas onde a comunidade é parceira. No modelo participativo em referência, a partilha do conhecimento, na perspectiva de Simões (1995), é iniciada, reactivada e controlada pela informação visando a verdade e transparência, de modo a que se conheça a organização bem como os seus objectivos.

Mefalopulos (2008) mostra que muitos estudos já provaram que uma comunicação descendente (*top-down*) com uma abordagem da gestão para o desenvolvimento é menos efectiva que a participativa. O modelo participativo (modelo mais humanista), tendo surgido no início da queda das ditaduras civis e militares bem como no fim da guerra fria, veio a criar novas condições geopolíticas a nível internacional, condicionando a mobilização social e maior pluralidade de vozes perante os modelos de desenvolvimento dominantes (Obregón, 2014). Bagadion e Korten (1985), Shepherd (1998), Uphoff (1985) e o estudo do Banco Mundial (1992) estão entre os que fornecem dados para apoiar essa perspectiva.

Facto é que a informação dirigida à comunidade deve ter linguagem clara e dar conhecimento que capacite os indivíduos (Lyotard *apud*, Bolaño, 2000) e movê-los à participação. Outrossim, a comunicação para o desenvolvimento (C4D) cresce em direção a um modelo horizontal, bidirecional, que favorece a interação activa e directa das pessoas por meio de consulta e diálogo sobre a disseminação tradicional de informações unidireccionais pelos meios de comunicação de massa (Mefalopulos, 2008), na medida em que este modelo incentiva o envolvimento de diversos actores sociais, dá mais atenção aos grupos locais e maior foco às causas estruturais como económicos, políticos, sociais, entre outros (Obregón, 2014).

Bolaño (2000), por seu turno, mostra que o poder da informação e comunicação, por vezes, é elitizado e deixa de cumprir o seu papel, na medida em que deixa de ser igual para

todos e passa a ser de classe, isto é, ideológica<sup>2</sup> diferenciando o ritmo e método do trabalho. Nestas condições, o contacto com a comunidade confunde-se e o relacionamento perde alcance do público. Ou seja, torna-se em uma comunicação descendente e de mão única<sup>3</sup> (*one-way*) tida como “uma informação unidireccional organizada de acordo com as necessidades de acumulação de capital, logo, dominante” (Bolaño, 2000, p. 42), cujas tendências fazem com que o público não coopere, pois, sua integração torna-se fraca em função dos interesses da organização.

A falha de projectos e programas já passados pode ser atribuída, directa ou indirectamente, ao envolvimento limitado de pessoas afectadas (beneficiárias), como mostra Mefalopulos (2008) bem como à ignorância dos processos comunicativos na tomada de decisão pelo uso do modelo unidireccional. Pois, “o uso horizontal da comunicação, que abre um diálogo, avalia riscos, identifica soluções e busca consensos para a acção, passando a ser visto como o motor de sustentabilidade aos esforços de desenvolvimento” (Mefalopulos, 2008, p. 7).

Urrea (2002) sustenta que a cultura impede a adopção de atitudes e condutas modernas (como citado em Obregón, 2014). De acordo com o autor, as nações passaram a ter como meta inculcar informação e valores modernos mediante a alfabetização, educação, tecnologia dos media e fomentar uma cultura de um mundo em desenvolvimento (moderno). Moçambique, sendo um país do terceiro mundo, que saíra do jugo colonial português em 1974 e do partido único em 1992, vem se debatendo, até aos dias de hoje, com o subdesenvolvimento que faz dele o país mais pobre do mundo.

Em 1962, funda-se a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), como um movimento que resulta da unificação de vários movimentos nacionais e étnicos tais como UDENAMO, MANU e UNAMI. Em 1964, realizou o seu primeiro congresso, em Dar-Es-Salam. De acordo com Araújo (1988), durante o período de luta de libertação, a FRELIMO foi abrindo zonas libertadas e criou as primeiras aldeias comunais. Em 2006, o conceito das aldeias comunais foi alargado e criam-se as vilas de milénio. Tanto as vilas do milénio como

---

<sup>2</sup> O termo *ideologia* encontra várias interpretações de acordo com o autor que procura o explicar. Em Fisk (2001, pp. 220-221) entendemos que ele tem três interpretações a saber: 1) sistema de crenças que caracteriza um povo; 2) determina ou escamoteia a verdade e; 3) é um processo geral de produção de significações.

<sup>3</sup> A este modelo Grunig e Hunt, citados por Kunsch at all (2006, p. 111) referem que o modelo de mão única é igualmente o modelo de Imprensa/propaganda (Séc. XIX) que visa publicar notícias sobre a organização e despertar atenção da *media*, portanto, não permite troca de informação.

as aldeias comunais tinham em vista o mesmo objectivo: condicionar o bem-estar das comunidades locais e dinamizar o desenvolvimento que deve se tornar sustentável a médio e longo prazos.

A questão de desenvolvimento, em países pobres como Moçambique, por exemplo, pode ser explicada no contexto das liberdades em Sen (1999, 2001) e na acção comunicativa de Habermas (1984, 1985a, 1989a, 2003) que se assumem de menor índice. Por exemplo, em Moçambique, as dinâmicas de fluxo de informação são controladas pelo governo e agentes políticos e/ou económicos. Isto é, os processos de comunicação ainda não são dinamizados aos níveis desejados que possam fazer a comunidade perceber a ideologia de desenvolvimento do país, bem como a fraqueza das instituições que procuram liderar estratégias de combate à pobreza pelas suas várias e significadas acções dentro das comunidades.

Em Nguenha (2013) foi evidente a fraca dinâmica da comunicação na vila do milénio de Chibuto, o que fez com que a comunidade não cooperasse e, conseqüentemente, o fraco desempenho da vila no combate à pobreza. Isto é, a vila de Chibuto não conseguiu criar espaços de participação da comunidade nos programas implementados, o que condicionou a fraca apropriação do projecto pelas comunidades, daí ser uma vila que até a essa época era considerada um projecto quase falido. Esta vila foi a primeira, dentre muitas, a ser implementada em 2006, cujo conceito basilar foi o de aldeias comunais (criadas em zonas libertadas durante a luta armada) pese embora se argumente que o primeiro conceito de vila de milénio (VM) em África foi implementado no Quênia Ocidental, em *Sauri* pelo *Earth Institute da Universidade de Columbia*. Porém, Nyerere, nos anos 1950, já falava dos *Ujama village* e, em Moçambique, falava-se das aldeias comunais.

Para o caso de Moçambique, a ideia da Vila do desenvolvimento do Milénio era que as comunidades pudessem trabalhar, e de forma participativa, lado-a-lado com o governo, buscando cumprir metas do desenvolvimento sustentável e responder aos objectivos do desenvolvimento do milénio (ODMs)<sup>4</sup> no combate à pobreza extrema (Relatório do MCT,

---

<sup>4</sup> É um documento do Governo baseado nos ODM das NU que orientam as políticas dos governos em benefício das comunidades mais pobres. (Estes surgem, na Declaração do Milénio das NU em 2000 e adoptados por mais de 190 países sugerem o que?). Suas políticas estão orientadas para os sectores sociais e saúde.

2006). A participação não pode ter espaço sem a comunicação. Muitos dos programas de desenvolvimento, incluindo pessoas guiadas pela comunidade:

parece desconsiderarem esse aspecto e, ao mesmo tempo em que presta atenção à participação, não presta atenção semelhante à comunicação, destinada ao uso profissional de métodos e ferramentas dialógicos para promover a mudança. Para ser verdadeiramente significativa e relevante, a participação deve basear-se na aplicação de princípios e práticas genuínas de comunicação de mão dupla. (Mefalopulos, 2008, p. 7)

Portanto, Schramm (1976), ao justificar os impactos da comunicação afirma que:

talvez o modo mais comum de escrever o que faz o fluxo de informação enormemente aumentando numa nação em desenvolvimento é dizer que ela propicia o clima para o desenvolvimento nacional. . . . Torna o conhecimento especializado mobilizável onde seja necessário e prevê um foro para discussão, liderança e tomada de decisões. (Schramm, 1976, p. 78)

Olhando para este enfoque, percebemos que as dinâmicas da comunicação nos países em desenvolvimento, como Moçambique, por exemplo, manifestam-se sobre várias dimensões que se tornam excludentes como, por exemplo, a elitização da comunicação, o que nos ajudou a definir, para a nossa investigação, o seguinte problema: há falta de participação comunitária e falha no uso efectivo da comunicação nos programas e projectos de desenvolvimento implementados pelo governo moçambicano e seus parceiros. Este problema é definido tendo como suporte autores como Agunga (1997), Anyaegbunam, Mefalopulos e Moetsabi (1998); Fraser e Restrepo-Estrada (1998) e Mefalopulos (2003) que mostram que a história do desenvolvimento tem vindo a verificar falhas e desapontamentos (como citados em Mefalopulos, 2008). Por esta via, Searvaes (2003) mostra que o sucesso e o fracasso da maioria dos projectos de desenvolvimento são, frequentemente, determinados por dois factos cruciais: Comunicação e envolvimento das pessoas (participação), (Searvaes, 2003 como citado em Mefalopulos 2008), interpretado em Obregón (2014) como sendo o uso dos modelos alternativos da comunicação.

Tomamos em conta que desenvolvimento é para as pessoas e, para que essas pessoas se desenvolvam, precisam de ser engajadas, serem informadas sobre o que vai acontecer e os passos a serem seguidos. É neste sentido em que concordamos com Mefalopulos (2008) ao

afirmar que para qualquer projecto em curso, é sempre importante estabelecer diálogo entre os envolvidos, que é o que Habermas (1985a) chama de deixar as pessoas participarem do processo. Isto é, o diálogo é o elemento necessário na construção de confiança, partilha de conhecimento e assegura entendimento mútuo para que a participação e conhecimento sobre o que se faz tenha maior impacto.

Os argumentos acima definidos justificam que a comunicação só se torna eficiente se e só se ela conseguir, de certa forma, atingir o receptor, pois o objectivo último do *agir comunicativo* de Habermas (1984; 1985a; 1989a; 2003) é que a comunicação atinja o receptor e, este, ser capaz de participar na tomada de decisões que vão guiar sua vida, pois, com a comunicação, cada um vai poder escolher o que lhe satisfaz. Por isso, é importante ter como estratégia uma *comunicação dirigida*, pois, “a comunicação dirigida para a mudança deve, obviamente, atingir a pessoa ou pessoas capazes de decidirem a mudança” (Lenner & Schramm, 1973, p. 38).

Estes argumentos nos ajudaram a formular as seguintes questões de pesquisa: (1) Em que medida os mecanismos do *agir comunicativo* dinamizados pelo governo moçambicano e seus parceiros abrem espaços de participação comunitária que possa facilitar uma mudança desejada através da eliminação de barreiras que inibam a aceitação e o envolvimento comunitário na criação desses projectos? (2) Até que ponto a informação difundida pelo governo moçambicano e seus parceiros, dirigida à comunidade, tem uma linguagem clara e que condicione na aquisição do conhecimento que capacita os indivíduos a participarem nos projectos/programas implementados? (3) Qual é o comprometimento da comunicação veiculada nos programas de desenvolvimento pelo governo e seus parceiros no desenvolvimento das comunidades, tendo em conta a elitização da informação no processo de implementação destes projectos? e, (4) até que ponto, através do modo dialógico e de comunicação bidirecional para engajamento e descoberta, o governo chama a comunidade a participar na definição de problemas e soluções nos projectos de desenvolvimento implementados?

## 1.4. Objectivos

### 1.4.1. Gerais

- **Primeiro nível:** compreender o impacto das estratégias e das políticas de comunicação do departamento de comunicação do governo (a partir do centro de investigação e transferência de tecnologia – CITT) gestora das vilas do desenvolvimento do milénio em Moçambique no âmbito da criação e implementação de projectos de desenvolvimento nas comunidades bem como avaliar sua forma de apropriação como estratégia de condicionar sustentabilidade local.
- **Segundo nível:** explorar os contextos institucionais (governo e parceiros – implementador do projecto) e comunitário (receptor/beneficiário do projecto) de modo a interpretar os resultados da análise das entrevistas) (que foca no sentido) e, por outro lado, entender as relações e os tipos de relações que se criam entre os dois actores envolvidos no processo de comunicação (Governo/vilas e comunidade) para avaliar os níveis de participação comunitária na implementação dos projectos bem como analisar as percepções das mensagens enviadas a partir dos vários suportes comunicativos (mediáticos bem como da comunicação dirigida) que possam transmitir à comunidade informação capaz de influenciar na mudança e à acção bem como à educação no uso da técnica para o desenvolvimento sustentável.

### 1.4.2. Específicos

- Identificar e avaliar os modelos de desenvolvimento e de comunicação usados pelo governo de Moçambique na resposta às necessidades das comunidades tendo em conta os contextos culturais que determinam, em grande, o sucesso dos modelos implementados no desenvolvimento do país;
- Estimar os factores que impulsionam a participação, compreensão, integração e aceitação da comunidade na introdução de novos projectos de desenvolvimento sustentável, avaliando as formas de comunicação dos vários processos dentro das comunidades;
- Estudar numa perspectiva histórica e comunicacional os pressupostos que influenciam o desenvolvimento em contextos comunitários, olhando para as dinâmicas da cooperação com parceiros estratégicos do desenvolvimento do governo

- no âmbito da implementação do programa vilas do desenvolvimento do milénio nas comunidades;
- Analisar os factores que intervêm e manipulam o processo do fluxo de mensagens capazes de influenciar os ambientes sociais nos contornos da comunicação para o desenvolvimento sustentável.

### **1.5. Hipóteses:**

- As estratégias de comunicação do governo comportam-se na perspectiva do *agir* estratégico que se torna em um instrumento de exercício de poder através do qual os participantes perdem a capacidade de avaliar os ambientes comunicacionais, pois, a *acção* estratégica torna-se cada vez mais de dominação, cuja atitude da compreensão para a cooperação se reduz através do uso do *one-way*, o que cria uma fraca relação interpessoal reconhecida.
- A informação difundida nos programas de desenvolvimento pelo governo tem uma linguagem desfasada em relação à realidade local pelo facto de ser uma informação/comunicação que não responde ao *modus vivendi* local, pois, a ênfase está sendo colocada no desafio do desenvolvimento sustentável a níveis internacionais e a participação comunitária é relegada ao segundo plano e cada vez menos reconhecida como parte necessária (para a mudança) e interessada das estratégias de desenvolvimento sustentável.
- A informação e a comunicação veiculadas pelo governo em seus programas de desenvolvimento deixam de cumprir seu papel, na medida em que deixam de ser igual à todos e passam a ser de classe, o que faz com que não tenham papel fundamental na resolução de problemas, na criação de confiança, na prevenção de conflitos e ao envolvimento dos sectores mais pobres e marginalizados nos processos.
- O método usado nos diálogos entre o governo e a comunidade tem como orientação principal um modelo de mão-única (*one-way*) que não traz mudanças significativas bem como não visa compartilhar percepções e criar novos conhecimentos pelo facto de não poder abrir espaços de participação e abertura de conversas que possam ajudar a comunidade a ter acordos voluntários em nome da cooperação.

## 1.6. Justificativa e relevância da pesquisa

A principal motivação deste projecto de pesquisa prende-se com o facto de a última década ser vincada com maior incidência a Lei de direito à informação que pode ser enquadrada na conferência realizada em 1948 pelas Nações Unidas e UNESCO sobre *liberdade de informação* onde Lenner e Schramm (1973) qualificam a informação como o elemento que pode substituir as escolas no âmbito de ensino e, por outro lado, aos modelos de desenvolvimento implementados nos últimos 50 anos em Moçambique (1962 a 2020), como o caso das aldeias comunais/vilas do desenvolvimento do milénio.

O interesse em desenvolver este assunto é para poder compreender melhor a importância que as agências e o governo dão aos mecanismos comunicativos cuja tarefa é se aproximar à comunidade e, juntamente, intervirem, de forma participativa, numa educação ao uso da técnica e outras estratégias para o desenvolvimento sustentável numa situação em que percebemos haver afastamento do governo em todos os processos de desenvolvimento na comunidade.

As ONGs em Moçambique investem, mas não flexibilizam mecanismos de comunicar o investimento de modo a que a comunidade possa assumir e se apossar dos projectos. Os modelos de desenvolvimento em Moçambique precisam de ser editados em função do contexto, porque tendo dado certo em alguns contextos em África, não significa, necessariamente, que vão ter o mesmo êxito em outro contexto sem que se observe uma certa edição. Assumindo que a comunicação é cultural, e cultura envolve vários aspectos sociais, então, as acções dos investidores e/ou do governo devem ir ao encontro a estes contextos.

A partir das falhas que foram identificadas em algumas vilas, a nossa intervenção pretende averiguar que adaptação pode ser implementada nos modelos de desenvolvimento para a gestão das vilas do milénio de modo a que haja conciliação entre os três intervenientes: governo, financiadores (parceiros do governo) e comunidade (beneficiários). Neste caso, nossa preocupação vai ser avaliar a forma como foram alinhados os modelos das vilas do desenvolvimento do milénio em Moçambique e em que mecanismos ou princípios foram implementados para ter êxito, a exemplo da vila do Milénio de *Sauri*, no Quênia. Pela tirania da informação, podemos contextualizar a pesquisa na medida em que, na visão de



Santos (2001), a comunicação fornece as bases do sistema ideológico, sistemas estes que, bem monitorados, podem incrementar novos valores à participação social na causa do desenvolvimento sustentável, para o caso concreto de Moçambique.

Em Moçambique, há muita carência de literatura sobre comunicação para o desenvolvimento. O governo aposta em projectos de desenvolvimento usando experiências de outros países, esquecendo-se de definir uma estratégia de comunicação que possa ajudar as pessoas a serem cocriadoras dos projectos. Os modelos de desenvolvimento, na sua maioria, são um resultado falhado em Moçambique por serem importados e não readaptados para os contextos locais, o que veda a possibilidade de escolha sobre como a comunidade pretende se desenvolver. Pois, a liberdade de escolha consiste, de acordo com Habermas (2003: 311), na capacidade de os indivíduos poderem escolher, de forma racional, agir de uma forma ou de outra, ou de fazer um novo começo na cadeia de eventos predefinidos ou existentes em seus contextos.

Pretendemos condicionar a abertura de saberes por enriquecimento bibliográfico que vai apoiar na consulta sobre C4D em Moçambique. Assumimos que a informação é um bem social e um serviço público que ajuda na construção da democracia. Pessoas bem informadas facilmente tomam boas decisões. A informação é tão importante quanto a educação e saúde, mas que pelo seu poder, sua falta pode gerar crises institucionais.

### **1.7. Objecto de estudo no espaço e no tempo**

O estudo visa debruçar-se sobre as estratégias de comunicação do governo de Moçambique e seus parceiros na implementação e gestão das vilas do desenvolvimento do Milénio. Pretendemos, sim, compreender as dinâmicas criadas no sistema de comunicação com a comunidade no contexto de mudança de comportamento; influência na participação da comunidade e avaliação da mobilização das pessoas no desempenho de funções, resolução de problemas, definição e alcance de objectivos nacionais no âmbito do desenvolvimento sustentável em Moçambique no período compreendido entre 1962 a 2020.

## **1.8. Enquadramento teórico e conceptual**

Nas últimas décadas, inúmeras conferências globais sobre a égide das Nações Unidas tentaram mapear os deficits de previsibilidade: nas questões ambientais, científicas e humanas. Essas conferências atingiram seu ápice em 2000 quando, numa roda histórica, a Assembleia do Milénio aprovou uma declaração que define parâmetros de convívio para o futuro. Estabeleceu-se um conjunto de objetivos que visam à redução dos fossos entre ricos e pobres, como pauta para esse convívio. Esse guião visa emprestar uma dinâmica, uma nova bandeira ao trabalho das Nações Unidas (NU). Em função dos resultados alcançados até 2015 – a data fetiche de referência para atingir esses objetivos do desenvolvimento do Milénio - poderá ser introduzida uma previsibilidade que talvez permita uma nova segurança humana e pública (Lopes 2005, p. 31).

Uma definição clara das NU em conferências internacionais sobre a redução da pobreza absoluta no mundo é que os países ricos emprestem suas estratégias de criação de riqueza aos mais fracos neste processo. Daí, definiu-se, como estratégia, o uso de modelos de comunicação para o desenvolvimento como um dos instrumentos chave para o efeito. É neste contexto em que percebemos o aparecimento de agências internacionais nos países do terceiro mundo, como forma de aplicar modelos de desenvolvimento sustentável para alavancar a economia, em especial de comunidades excluídas do desenvolvimento e, em especial, das comunidades rurais.

No presente trabalho, pretendemos fazer uma discussão em torno dos processos de comunicação que trazem seus frutos significativos no âmbito do desenvolvimento onde as agências de cooperação internacional, organizações não-governamentais bem como governamentais e organizações da comunidade de base comunitária implementam modelos de diálogo que visem influenciar as comunidades a mudar de comportamento. Para o presente trabalho, temos em análise as vilas do desenvolvimento do Milénio de Chitima, Itoculo e Chibuto, cujas estratégias para o desenvolvimento serão vistas e analisadas na perspectiva das teorias de autores como Habermas (1984, 1985a, 1985b, 1989a, 1989b, 2003), Lenner e Schramm (1973) e Mefalopulos (2008).

### **1.8.1. A teoria da acção comunicativa de Habermas**

Os tempos modernos se identificam pelo surgimento de, cada vez mais, problemas no mundo que criam desníveis sociais. Por exemplo, o ano 2020 inicia com a explosão da Covid-19, um vírus que estremece(u) o mundo pela sua forma rápida de propagação e que atacou, sobremaneira, os países mais desenvolvidos, mesmo com uma capacidade técnico-científica na busca de soluções. As relações que as sociedades vão criando olham mais ao interesse do progresso como solução de vários problemas que vão até à liberdade e justiça sociais, passando pela felicidade e autorrealização.

O pensamento moderno do mundo e talvez mais concreto sobre o mundo, de acordo com Habermas (1984, p. 66), é baseado nos princípios da estrutura geral de racionalidade o qual seu julgamento racional obedece a critérios formal-pragmático da especificidade de fechamento/abertura, que conta com mudanças sistemáticas da lente para ver e interpretar o mundo que não podem ser explicadas apenas em termos psicológicos, económicos ou sociológicos, mas que também podem ser atribuídas a um crescimento do conhecimento internamente reconstruível.

Pois, os actores comunicativos podem alcançar um entendimento apenas por meio da aceitação de posições sim/não em reivindicações de validades criticáveis. As relações entre esses pesos mudam com a descentralização das visões de mundo. Quanto mais a visão de mundo que fornece o estoque cultural de conhecimento é descentrada, menos a necessidade de compreensão é coberta antecipadamente por um mundo da vida interpretado imune à crítica, e mais essa necessidade tem que ser satisfeita pelas realizações interpretativas dos próprios participantes, isto é, por meio de um acordo arriscado (porque racionalmente motivado), com maior frequência podemos esperar orientações racionais de acção. (Habermas, 1984, p. 70)

O argumento é de que o entendimento entre os falantes se vale mais pela capacidade discursiva de cada um e isso gera cada vez mais um bem-estar social. Isso significa, para Habermas, haver a necessidade de que cada participante tenha a capacidade de avaliar os ambientes comunicacionais e se posicionar em função dos seus interesses. Numa acção comunicativa que se vale pela cooperação, os participantes não obedecem aos outros mas tomam iniciativas em respostas dos seus objectivos, conforme a definição de quem comanda e/ou define os processos.

Habermas (1989b, p. 193) afirma que a comunicação linguística é relevante no contexto do desenvolvimento motivacional. A acção comunicativa é o meio de socialização através do qual se influenciam os ambientes familiares que, por sua vez, são filtrados e transferidos para o sistema de personalidade. Por outro lado, o autor afirma que a linguagem oferece uma forma de organização para os substitutos necessários à interpretação; a natureza interna como fonte de necessidades é o objecto de uma reestruturação comunicativa.

A linguagem é um instrumento de exercício de poder e, por outro lado, serve como instrumento que medeia as relações humanas (Vianna, 2008, p. 39). Porém, o acto comunicativo justificado por Habermas (1989b, p. 501), serve para: (a) o estabelecimento e a renovação de relacionamentos interpessoais, nos quais o falante se refere a algo no mundo de ordens legítimas; (b) à exposição ou pressuposição de estados e eventos, com os quais o falante se refere a algo no mundo dos estados de coisas existentes; e (c) à manifestação de experiências, isto é, à autoapresentação do sujeito propício, em que o falante se refere a algo no mundo subjectivo, ao qual ele tem acesso privilegiado.

Na intenção comunicativa do falante, Habermas (1989b, p. 501) argumenta haver processos ou procedimentos que se mostram por: (a) executar uma acção para o contexto normativo dado, de modo que uma relação interpessoal reconhecida como legítima possa ser estabelecida entre o falante e o ouvinte; (b) fazer uma afirmação verdadeira (ou pressupostos de existência relevantes) e; (c) expressar, com verdade, suas opiniões, intenções, sentimentos, desejos, etc., para que o ouvinte possa dar credibilidade ao que foi dito.

Habermas (1989b, p. 504) considera acção comunicativa (de compreensão) e acção estratégica (de dominação) como dois tipos de acção social, que representam uma alternativa a partir da perspectiva do agente; os participantes da interação, mesmo que intuitivamente, têm que escolher entre uma atitude orientada para o sucesso ou uma atitude orientada para a compreensão. Para Habermas (1989b):

en la acción comunicativa los participantes en la interacción ejecutan sus planes de acción teniendo a la vista un acuerdo comunicativamente alcanzado, mientras que las acciones coordinadas mismas mantienen su carácter de actividades teleológicas. La actividad teleológica constituye, por tanto, un componente, así de la acción orientada al entendimiento

como de la acción orientada al éxito; en ambos casos las acciones implican intervenciones en el mundo objetivo. (p. 504)

Consideramos o mundo objetivo indicado por Habermas como sendo o mundo das acções, onde os sujeitos interagem entre si para alcançar um certo pressuposto. Tendo o autor dividido a acção comunicativa em dois tipos de acções, podemos considerar, como mostra o autor, que a *media* tem uma acção estratégica perante o receptor, pois, o interlocutor é tomado como sendo objecto na relação comunicativa (daí a dominação). Isto é, usa-se uma comunicação descendente e de mão-única, fazendo com que o receptor seja passivo nessa relação (na comunicação) e suas reacções diante do estímulo são insignificantes ao seu emissor. Neste caso, sobre o receptor, se exerce o poder pelo facto de haver uma correspondência que não vise a criação de relacionamento entre as partes, mas apenas para satisfazer os interesses do emissor da mensagem. Por outro lado, na acção comunicativa há uma comunicação interpessoal (daí a compreensão) onde o receptor é reconhecido como sujeito e busca consensos nesse processo.

O conceito *acção comunicativa* de Habermas (1984, 1985b, 1989, 2003) ajuda-nos a compreender e a examinar todas as experiências imediatas, actividades e contactos que compõem o mundo de uma vida individual e corporativa. É uma teoria que nos ajuda a perceber se as estruturas da visão de mundo estão orientadas para a acção ou não onde o autor usou duas grandezas: pensamentos mítico e moderno. O primeiro pensamento remete-nos à ideia de que:

um gigantesco efeito-espelho, onde a imagem recíproca do homem e do mundo se reflectem *ad infinitum*, perpetuamente se decompondo e se recompondo no prisma das relações natureza-cultura (...) por analogia, o mundo inteiro faz sentido, tudo é significativo, tudo pode ser explicado dentro de uma ordem simbólica, onde todos os factos positivos conhecidos (...) podem ocupar seu lugar com toda a sua rica abundância de detalhes. (Habermas, 1984, p. 46)

Um dos aspectos mais interessantes em Habermas é que para ele, os intérpretes desconsideram os superiores da posição privilegiada do observador, pois estão envolvidos, pelo menos de maneira virtual, no tratamento do sentido e da validade das manifestações. Ao participar de acções comunicativas, aceitamos, fundamentalmente, a mesma posição

daqueles, cujas manifestações, tentamos compreender. Não mais desfrutamos de imunidade fria à declarações afirmativas ou negativas das pessoas que participam, mas estamos imersos em um processo de mudança de crítica. No curso de um processo de compreensão - seja real ou virtual - nenhuma decisão pode ser tomada *a priori* sobre *quem* deve aprender de *quem*, (Habermas,1985b, p. 39).

Por outro lado, Habermas (1985b) mostra que os intérpretes não só dispensam sua posição de segurança contra a esfera objectiva ao adoptar uma atitude de realização, mas também enfrentam o problema de como superar a dependência contextual de sua interpretação. Não podemos prever uma segurança de que tanto eles quanto os outros participantes partem das mesmas suposições e práticas. A pré compreensão global da situação hermenêutica do intérprete só pode ser parcialmente testada e não questionada em sua totalidade (Habermas,1985b).

Portanto, a racionalidade comunicativa de Habermas (2003) procura compreender os sinais de comunicação e retirar deles seus significados e significações que pressupõem uma análise e entendimento dos signos usados, o que equivale a dizer que haverá aí a compreensão da intenção do emissor da mensagem, por se preocupar em fazer com que seu receptor entenda algo na sua mensagem. Daí Habermas (2003) mostrar que:

com a força ilocutória de um enunciado, um falante pode motivar um ouvinte a aceitar a oferta contida em seu acto de fala e a entrar em um relacionamento de vinculação e vínculo racionalmente motivado. Esta concepção pressupõe que os sujeitos que agem e falam podem se relacionar com mais de um mundo, e que quando eles chegam a um entendimento uns com os outros sobre algo em um mundo, eles baseiam sua comunicação no sistema comumente suposto do mundo. (p. 110)

A acção comunicativa é dependente do contexto situacional, que por sua vez representa segmentos do mundo da vida dos participantes em interação (Habermas, 2003). Logo, alcançar a compreensão é considerado um processo de alcançar a unidade entre os sujeitos falantes e actantes. Alcançar a compreensão é inerente ao *telos* da linguagem humana (Habermas, 2003):

dizer algo frequentemente, ou mesmo normalmente, produzirá certos efeitos consequentes sobre os sentimentos, pensamentos ou acção da audiência, ou do falante, ou das outras

pessoas: e isso pode ser feito com o design, intenção ou propósito de produzi-los e podemos então dizer, pensando nisso, que o falante produziu um acto na nomenclatura da qual a referência é feita apenas obliquamente (...). (p. 123)

Habermas (2003, p. 259) mostra que no meio do acto de fala, através do qual o emissor endereça uma mensagem ao seu receptor, de modo a dar uma mensagem, ele expressa: a) a intensão do emissor; b) um estado de espírito e; c) as relações interpessoais.

Com um acto de fala, o falante não apenas fornece ao ouvinte a oportunidade de tomar consciência de sua própria intenção, ele ainda afirma ter razão que pode levar o ouvinte a aceitar uma afirmação como verdadeira, uma ordem como legítima, uma promessa como obrigatória, ou uma declaração como sincera. O falante não pode alcançar o objectivo ilocucionário de transmitir um facto, dar uma ordem, fazer um pedido ou uma promessa, ou revelar uma experiência subjectiva se ele não fizer, ao mesmo tempo, conhecer a condição sob a qual seu enunciado poderia ser aceito como válido e, de facto, ele deve fazê-lo de tal maneira que, ao alegar que essas condições estão satisfeitas ele, implicitamente, também ofereça razões para sustentar essa alegação, se necessário (Habermas, 2003).

O acto comunicativo de Habermas pressupõe a criação de relações interpessoais com outros onde há uma triangulação entre (a) o alcance da compreensão; (b) com outro; (c) sobre algo são refletidos. Assim, existe uma relação triádica entre o significado de uma expressão linguística: a) o que ela pretende, b) o que é nela é dito e, c) o modo como ela é usada no acto de fala (Habermas, 2003). O autor mostra que o acto de fala deve ser percebido pelo receptor e, acima de tudo, por ele aceite. Ora, o uso da racionalidade da linguagem que deve ser orientado em busca da compreensão, depende se o acto de fala é suficientemente compreensível e aceitável para ter sucesso ou não (Habermas, 2003, p. 315).

Ainda que Habermas admita que as acções estratégicas de fala são muito mais frequentes que as acções comunicativas de fala, não descarta a existência destas no mundo fático, pois toda acção estratégica pressupõe um entendimento mútuo. Para que as pessoas se apavorem com o *som* de disparo de uma arma, é necessário que inicialmente haja um consenso sobre esse tipo de *som*, ou que se tenha desse *som* uma experiência. É esse consenso, inerente à linguagem e, conseqüentemente, às acções humanas, que fundamenta toda a Teoria da acção comunicativa.

Isto é, a teoria da acção comunicativa torna-se em um instrumento que mede ou orienta os processos de comunicação que acontecem em vários sectores sociais onde os participantes agem e reagem aos estímulos em função dos seus interesses, vontades, gostos, disposições psicológicas e sociais que dão um certo valor à sua participação em cada processo que toma espaço.

### **1.8.2. O “agir comunitário” em Weber**

Weber (1973) anunciou-nos sobre o conceito de “agir em comunidade” bem antes do “agir comunicativo” de Habermas (2003). Na perspectiva de Weber, a acção humana se refere de maneira subjectivamente provida de sentido ao comportamento de outros homens. Neste contexto, o autor aborda sobre duas acções, uma voluntária e outra involuntária. Para ele, uma acção só se torna acção em comunidade se e só se os pressupostos que ditam seu acontecimento tiverem ocorrido de forma racional (exemplo, uma discussão ou um entendimento), neste caso, a acção voluntária.

Ora, Weber (1973) nos levanta um sentido provável ou particular na medida em que a acção ou as acções a que ele se refere terem protagonistas diferentes (feitos por dois ou mais indivíduos na comunidade), podendo, ao que entendemos, ser por orientação política, religiosa, cultural, racial e, mais no contexto africano e, sobretudo moçambicano, por questões étnicas, pois, essas acções ou comportamentos vão ser compreendidas de forma subjectiva.

O pensamento de Weber (1973) remete-nos à ideia de que uma acção orientada por um raciocínio lógico, a que nós entendemos como sendo acção voluntária e guiada por uma atitude orientada para atingir um certo objectivo, é que determina a que haja um agir em comunidade. Isto é, os pressupostos da determinação ou dos acontecimentos dentro da comunidade são guiadas pelos interesses sociais das pessoas que, comungando ou não os mesmos valores, tendem a partilhar uma ideia de forma racional.

*Agir em comunidade* e, particularmente, a sua orientação provida de sentido em expectativas de um determinado comportamento por parte dos outros e nas possibilidades calculadas (subjectivamente) para o êxito da própria acção . . . . O agir não se orienta pelas expectativas, mas por valores. . . . Em todo caso, *agir em comunidade* para nós significa: 1) um



comportamento historicamente observado, ou 2) um comportamento teoricamente construído como sendo objetivamente *possível* ou *provável* e que é praticado por indivíduos com relação a comportamentos de outros indivíduos, podendo ser comportamentos reais ou pensados como potencialmente possíveis. (grifos do autor) (Weber, 1973 p. 324)

Os argumentos de Weber (1973) em torno do agir real dos indivíduos tem seu fundamento sobre uma orientação segundo a qual suas normas e regulamentos podem ser guiados, de maneira subjetivamente provida de sentido, segundo diversos preceitos que, de acordo com os hábitos de pensamentos predominantes em cada caso, se contradizem de maneira provida de sentido, mesmo que sejam válidos paralela e empiricamente.

O agir se orienta com referência ao sentido que é apreendido subjetivamente através de uma orientação provida de sentido e que parte dela é influenciado. . . . Isto significa que os *associados* contam com o fato de que, muito provavelmente, o comportamento dos outros, de acordo com a concepção média vigente, adaptar-se-á ao regulamento ao passo que eles mesmos orientam o seu próprio agir conforme expectativas semelhantes alimentadas pelos outros - *agir em sociedade* - conforme ordens estabelecidas. (grifos do autor) (Weber, 1973 p. 327)

Ora, entende-se aqui a existência de uma norma ou acordos que orientam o fazer que determina ou que chama a atenção comunitária ao engajamento social em diversas perspectivas dentro do grupo. A atenção determinada por um sujeito que faz parte dessa relação vai poder influenciar as outras acções aos que provavelmente receiam em se engajar no acto. Isto porque as determinações dentro do contexto vão tomar espaço para que os indivíduos dentro do grupo se posicionem e que levem o evento a rumar numa certa direcção a eles favorável. Neste sentido, Weber (1973) avança que os indivíduos envolvidos em processos dentro das comunidades não orientam o seu próprio agir unicamente nas expectativas do agir dos outros, entendendo agir como comportamento, numa ordem lógica e orientada por normas sociais e obrigatórias que definem os padrões de relacionamento na busca de uma satisfação comum.

O agir ou o comportamento, como o entendemos, se orienta por uma intenção do sujeito, isto é, sem nenhuma intenção o agir em comunidade não se verifica. Vai daí o autor avançar uma ideia segundo a qual as expectativas dos terceiros sob o comportamento do outro, orientados para uma acção, os padrões desejados de conduta são de extrema

importância na medida em que o comportamento diferenciado do que se espera do outro pode gerar um mal-estar nessa relação por não poder satisfazer as expectativas anteriormente criadas. Isto significa que as expectativas criadas não podem, no fim, gerar uma frustração porque a ser assim, haverá uma tensão na relação o que significaria o não alcance dos objectivos previamente traçados no âmbito das medidas determinadas por essa acção. Pois, trata-se de:

um agir em sociedade conforme o estabelecimento do conteúdo e dos meios da acção social que resultou de um entendimento e de um acordo entre todos os integrantes. . . . Neste *agir em sociedade*, cada sócio confia, dentro de um certo âmbito, que os outros sócios se confortarão conforme os estatutos (pelo menos de maneira aproximada) e esta expectativa é levada em consideração na orientação racional do seu próprio procedimento. (grifo do autor) (Weber, 1973, p. 328)

No pensamento do autor o agir em sociedade determina uma transformação no meio do grupo, pois que:

todo agir em sociedade é, naturalmente, a expressão de uma constelação de interesses dos participantes que se dirige à orientação do agir, quer se trate do agir alheio ou do agir próprio, de acordo com os seus próprios regulamentos e de acordo com nenhum outro regulamento e, por causa disso, percebe-se sempre a presença das mais diversas constelações de interesses dos participantes. (Weber, 1973, p. 332)

O autor avança o conceito de consenso considerado como uma forma de estar condicionado pela aprovação unilateral das ideias propostas que determinam ou aceitam uma conduta como válida dentro do grupo influenciado por razões racionais que orientam esse mesmo grupo. Um indivíduo só adere a um certo tipo de conduta ou a uma acção se essa acção estiver pré-determinada como sua conduta, o que aventa a condição de, no grupo, as pessoas com mesmo tipo de pensamento, desenvolverem uma linha do fazer as coisas mesmo que esteja fora de um padrão desejado comunitariamente.

Individualmente o homem participa continuamente, no seu agir, de múltiplas e diversas acções em comunidade, acções por consenso e acções em sociedade. O seu agir em comunidade pode referir-se, com sentido, em cada ato individual a um círculo diverso de acções alheias ou a outros consensos ou associações. (Weber, 1973, p. 339)

O indivíduo é dotado de um porte legal que o sujeita a várias práticas tanto por consenso bem como por convivência que vai norteando o seu posicionamento em todas as suas direcções. Estas direcções vão definindo seu posicionamento perante a aceitação comunitária que, por sua vez, criam condições para que ele seja parte dos definidores primários (primary definers) sobre as práticas societárias ou comunitárias na construção do bem-estar comum tendo em conta os valores do grupo como um todo a partir dos diversos mecanismos de integração sociais para que se crie uma coesão ideal que defina parâmetros de condutas capazes de construir, de forma significativa, a comunidade/sociedade onde ela faz parte.

### **1.8.3. Teoria de comunicação e desenvolvimento em Lenner e Schramm**

No contexto indicado por Lopes (2005) percebe-se uma visão geral sobre comunicação e desenvolvimento iniciado na Europa no período pós II grande Guerra, onde as agências de cooperação filiadas às Nações Unidas se prontificaram em demandar mensagens de reconstrução social que visava a união dos povos pela solidariedade geral de modo a superar a pobreza. Pois, “a superação da pobreza parte da capacitação das comunidades locais para enfrentarem novos desafios” (Lopes, 2005, p. 157).

O pensamento de Lenner e Schramm (1973) sobre a comunicação para o desenvolvimento nos países do terceiro mundo remete-nos à ideia de que nesses países a comunicação deve ser levada ao nível desejado de modo a que as pessoas possam ter capacidades de discernimento sobre os vários eventos sociais e económicos do seu contexto e, no meio disso, buscar soluções urgentes. Isto porque a comunicação e a informação fornecem dados e/ou conhecimentos importantes ao uso da técnica daí que “conhecimento é poder” Schramm (1976, p. 45) associado ao poder económico e capitalista que, por seu turno, condiciona a um bem-estar social.

O processo de desenvolvimento sustentável chama à questão da comunicação que tem a capacidade de substituir vários sectores como o ensino, processo designado por Schramm (1976: 55) como lento e moroso por exigir a construção de escolas e outras infraestruturas que possam dinamizar o desenvolvimento. Daí, Briggs e Burke (2006) referem que os

“processos de aprender e ensinar seriam afectados mais profundamente pela nova disponibilidade de informação do que qualquer outra área da vida humana” (p. 262).

A informação sempre foi o instrumento que regula as normas sociais em uma sociedade, pois, ela foi sempre “considerada o princípio organizacional da própria vida” (Briggs & Burke, 2006, p. 260). Ora, esta importância remonta desde as sociedades tribais que, desde sempre, era usada como sendo sinal de alerta sobre os perigos advindos bem como oportunidades que se lhe esperavam na mudança de estratégia à acção. A informação ajuda as comunidades a tomarem uma decisão, portanto, o fenómeno de informação e da comunicação mostram-se como sendo partes da cultura de uma sociedade em que os signos<sup>5</sup> em troca devem ser repletos de uma significação com valores que respondam à sociedade.

A *sociedade de informação* relacionava-se ao desenvolvimento económico (Briggs e Burke, 2006, p. 261) daí ser premente desenvolver a capacidade da circulação de informação de modo a criar coesão social e permitir com que os indivíduos se tornem parte integrante do grupo. A informação cria e recria estruturas e formas de sociedade, o que faz com que haja necessidade de avanço em matéria da comunicação que afecte a sociedade como um todo (Schramm, 1976) bem como económico. Pois, a comunicação e a informação dinamizam a participação da sociedade na produção de bens económicos e industriais, isto é, estes dois elementos podem ser tomados como sendo os pré-requisitos e, associados à educação, tornam-se mais fortes e condicionantes do bem-estar social.

O desenvolvimento das técnicas de comunicação é “a base da população, a cooperação, a industrialização, a educação e as técnicas necessárias numa moderna sociedade” (Schramm, 1976, p. 75). O autor mostra a diferença entre ricos e pobres no tocante à comunicação onde, para ele, “os países subdesenvolvidos possuem também um sistema subdesenvolvido de comunicação” (idem, p. 75) daí se tornarem morosos na mudança de atitude/comportamento, o que faz com que percam a capacidade de uma análise crítica capaz de transformar os contextos que dificultam mudanças ou operações à mudanças.

O desenvolvimento nacional influencia o aparecimento de mais formas de comunicação, pois, “à medida que o desenvolvimento nacional é encaminhado, não são as

---

<sup>5</sup> O conceito de signo é visto por Peirce *apud* Netto (2001) sob duas perspectivas: a primeira vê signo como sendo o que representa alguma coisa para alguém sob algum aspecto (idem p. 45 ou p. 56), já, no segundo caso, nem tudo é signo se não tiver uma representação triádica ordenada e completa (idem p 67).

funções da comunicação que se modificam, mas as quantidades de comunicação” (Schramm 1976: 76), de tal sorte que a função da comunicação se mantém estacionária, levando a cabo os seus objectivos de modificar o comportamento da sociedade face ao fenómeno do desenvolvimento e que por se estar a observar que suas funções conseguem atingir seus objectivos, faz com que a quantidade de mensagens que circula se dinamize cada vez mais em termos quantitativos vai daí que:

talvez o modo mais comum de escrever o que faz o fluxo de informação enormemente aumentando numa nação em desenvolvimento é dizer que ela propicia o clima para o desenvolvimento nacional (...). Torna o conhecimento especializado mobilizável onde seja necessário e prevê um foro para discussão, liderança e tomada de decisões. (Schramm 1976, p. 78)

A questão de fundo, referindo ao processo comunicativo e troca de mensagens, é que, no geral, estes têm como pressuposto possibilitar a que haja um diálogo social de âmbito nacional, mantendo sempre os objectivos e as realizações nacionais perante o público, o qual prima pela evolução de todas as estratégias que podem colaborar para a mudança efectiva, (Schramm, 1976). Daí, “(...) a comunicação moderna sabiamente usada, pode ajudar a integrar comunidades isoladas, as subculturas diferenciadas, os indivíduos e grupos auto centralizados e os desenvolvimentos separados em um desenvolvimento nacional verdadeiro” (p. 79).

Ora, as questões de disseminação de informação e tendências de alargar os esquemas de comunicação a nível geral das camadas da população fazem com que as necessidades do público se evidenciem e se tomem medidas tendentes ao bem comum e que este bem vai garantir um ambiente que propicie e dinamize fenómenos económicos e capitalistas. O argumento de Schramm é que “nosso ponto é que a comunicação está sempre no centro da existência para qualquer sociedade, em desenvolvimento ou não. (...) se o fluxo de informações e os canais de comunicação não são adequados a essas tarefas, eles devem ser elevados ao nível da necessidade” (Schramm, 1976, p. 98).

O desenvolvimento socioeconómico (sustentável) é um processo de modernização da sociedade onde se exige à comunicação que:

auxilie a investigar um novo ambiente, promover as aspirações da população, orientar e controlar um processo dinâmico, ensinar novas habilidades e sociabilizar cidadãos para uma nova diferença social que ainda está em processo de formação e é esperado, numa sociedade moderna, um certo grau de mudança; por outro lado, numa sociedade em modernização. A mudança é um valor nacional dominante e, por conseguinte, aumenta em importância o uso planejado e propositado da comunicação. (Schramm, 1973, p. 21)

A mudança é o factor fundamental apregoado pelos processos ou canais de fluxo de mensagens que influenciam na mudança de comportamento face a um fenómeno cultural que concorre ao barramento do sistema de melhoramento das condições de vida.

Portanto, com base nos argumentos de Schramm e outros autores analisados até ao momento, pretendemos fazer uma análise do processo de comunicação para o desenvolvimento feito pelo governo e seus parceiros de modo que possamos evidenciar possíveis estratégias e mostrar desafios futuros para manter o fluxo de mensagens sempre acesa e capaz de motivar as sociedades a cumprir metas institucionais. E, por outro lado, avaliar o impacto da educação comunitária fornecida pelo governo, através do MCT, no contexto do desenvolvimento sustentável.

As teorias acima colocadas por Habermas (1984, 1985a, 1985b, 1989a, 2003) e Lenner e Schramm (1973) vão nos ajudar a interpretar os dados empíricos, pois, na presente pesquisa vão nos ajudar a pensar de forma correcta e coerente. Procuramos buscar algumas teorias para a nossa interpretação para não inventarmos uma forma de pensar e sim, partirmos do que já foi escrito sobre comunicação para o desenvolvimento, porém, não existem teorias da comunicação que explicam o contexto moçambicano, daí recorrermos a outros contextos. Isto porque a teoria visa à produção de pensamentos que estejam em acordo com a realidade. A prática visa à produção de realidades que estejam em acordo com o pensamento. Portanto, aspiração de estabelecer a congruência entre o pensamento e a realidade é comum à teoria e à prática (Cohen, como citado em May, 2014, p. 45).

## 1.9. Conceitos

### 1.9.1. Comunicação

Para compreender este trabalho o conceito de comunicação serviu de base de sustento, tornando-se pertinente a sua definição. A prior, percebemos advir do Latim *communicare*. Lampreia (2003), Caetano e Rasquilha (2004), Lupetti (2003), entre outros, definem-no como sendo o processo de transmitir, trocar, partilhar uma informação<sup>6</sup> de um indivíduo para o outro. Para estes autores, comunicar é pôr algo, um pensamento ou uma ideia em comum. Ora, ela só tem existência se houver compreensão mútua, numa situação em que se admite uma retroalimentação (feedback) através de uma significação partilhada.

Mefalopulos (2008) mostra duas definições que se separam, uma por ser singular (comunicação) e, o outra, por ser plural (comunicações). As duas diferenças podem ser analisadas em Mattelart (1996) entre comunicação e comunicações, onde, por um lado, o plural indica produtos tais como programas audiovisuais, Web sites (no geral a comunicação de massa ou telecomunicações) e, por outro, o singular remete-nos à ideia de comunicação como um processo, seus métodos, técnicas e *media* (pesquisa em comunicação, comunicação intercultural ou comunicação política).

Todo processo comunicacional, em Jakobson (como citado em Rodrigues, s.d) é uma relação bidireccional entre um emissor e receptor. Na visão de Hartley (2004, p. 50) e Fiorin (2003, p. 74), o conceito *comunicação* é percebido como interacção por meio de sinais mutuamente reconhecidos. Por seu turno, Rodrigues (1990) entende que “(...) em comunicação, o interesse de uma mensagem é inversamente proporcional à sua realização concreta, o valor informativo esgota-se na própria mudança colectiva da mensagem no processo da sua configuração (...)” (p. 18). Inversamente proporcional à sua realização porque esta pode ser compreendida e/ou interpretada de várias formas o que pode gerar uma forma de estar diferente da proposta iniciada pelo emissor da mensagem.

Portanto, o processo de comunicação toma espaço a partir do momento em que entre dois intervenientes (emissor e receptor) passam a partilhar ou a construir uma significação a

---

<sup>6</sup> Comunicação e informação são conceitos muito próximos: enquanto informação é um conjunto de dados, comunicação é partilha de sentidos (Cunha *in* CRS, 2011: 7).

partir do uso de um conjunto de signos<sup>7</sup> e códigos<sup>8</sup> inseridos num mesmo contexto cultural<sup>9</sup>. Este contexto traz consigo um manancial linguístico e simbólico que determina os pressupostos da comunicação.

Por seu turno, Schuler et al. (2004) entende que a comunicação é um “ato de tornar uma informação comum (...). Se a informação não causou nenhuma reação ou resposta no receptor, não houve comunicação, ou seja, essa informação não se tornou comum” (p. 13). Portanto, para a autora a comunicação é um fenómeno natural (social) presente em todos os processos do universo, tal como podemos concebê-la, isto é, na sua forma pura e natural. Por isso, anuncia que para que haja organização é preciso que haja comunicação daí ser difícil concebe-la e percebe-la, de forma pura e consciente, mas sim conhecer algumas contribuições científicas para esclarecer o seu sentido multidisciplinar.

Segundo Fiorin (2003), comunicar é também agir, por isso, quando o emissor comunica alguma coisa, tem em vista agir no mundo. Portanto, ao exercer seu fazer informativo:

“produz um sentido com a finalidade de influir sobre os outros. Deseja que o enunciatário creia no que ele lhe diz, faça alguma coisa, mude de comportamento ou de opinião, (...) mesmo que não pretenda que o destinatário aja, ao fazê-lo saber alguma coisa, realiza uma acção, pois, torna o outro detentor de um certo saber”. (Fiorin, 2003, p. 74)

Portanto, fica claro em Fiorin (2003), que em muitos casos o emissor tem um poder discursivo dominante capaz de reforçar as estruturas de dominação. O conceito de comunicação aqui abordado é referente à pragmática conforme mostra Bounoux (1999, p. 16), pois, existe, para o autor, a comunicação de dois tipos: a técnica e a pragmática. A técnica refere-se à uma comunicação entre um sujeito e um objecto (a que podemos entender como a *mediática*), isto é, os profissionais tratam os signos como simples sinais e agem por meio destes sobre objectos ou corpos (receptores).

Já, a pragmática, que é o conceito que tomaremos como central deste trabalho, parece implicar uma acção sobre as pessoas, porém, “a ação comunicacional não põe em relação o sujeito e o objecto (par técnico), mas o sujeito com o sujeito” (Fisk, 2001, p. 64). Ou seja, é o

---

<sup>7</sup> Signo é algo que representa uma coisa (tangível ou não) para alguém a determinado respeito ou capacidade, isto é, algo que cria na mente de alguém seu equivalente, FISK (2001: 64).

<sup>8</sup> Entendemos código como o sistema que organiza os signos, FISK (2001: 62).

<sup>9</sup> A cultura organiza os códigos e os signos e que, por sua vez, depende do uso destes para a sua existência e forma, Fisk (2001: 62).



homem agindo sobre o outro homem (acção comunicativa) por meio dos signos e faz com que eles entrem em sintonia, podendo partilhar o conhecimento, uma ideia ou um pensamento. Neste caso, a comunicação eleva-se e passa a moderar o comportamento e atitudes das pessoas, pois, como vimos em Fisk (2001), a comunicação pragmática procura atingir a parte sensível do homem, o comportamento, modificando-o e tornando-o em um ser social.

Freire (1970) mostra que quando a comunicação se torna verdadeira ela deixa de ser uma transferência ou transmissão exclusiva do conhecimento de um sujeito a outro, mas em sua co(m)participação no acto de compreender a significação do significado (como citado em Magalhães, 2004). Pois, a comunicação se estabelece através de troca de ideias, do diálogo, da construção comum, que só é possível quando nos dois lados do processo houver troca de papéis, criando intercâmbio. Porém, nos dias que correm, este processo se tornou num aspecto legitimador da dominação na sociedade, na medida em que o poder se transforma em instrumento político onde, em nome da produtividade, confere um grau de legitimidade à dominação.

No entanto, na compreensão e interpretação do presente trabalho, nos iremos valer da noção segundo a qual a comunicação é pragmática e se torna em um processo em torno dos elementos que actuam de forma dinâmica. Assim, a comunicação é eminentemente um facto das relações sociais, um fenómeno de intercâmbio múltiplo e de experiência e não mero exercício unilateral de influência individual. Ora, a comunicação postula-se que seja bidireccional, na medida em que serve de instrumento para identificar situações e questões de crise, para dar coesão às legítimas preocupações das comunidades, particularmente das menos privilegiadas e, através destas interacções, favorecerem a descoberta de sua própria situação existencial e estrutural onde, na visão de Callou e Braga (2005) assume-se a função de mobilizar e organizar as comunidades à acção.

### **1.9.2. Desenvolvimento**

O conceito de desenvolvimento remete-nos a um estado de espírito, uma tendência, uma direcção. Portanto, em vez de ser um objectivo fixo, é um índice de mudança em uma determinada direcção (Heady, 1970, como citado em Lima, 2008, p. 34). Em Seplan (2003,

como citado em Callou & Braga, 2005) o processo de mudança leva ao dinamismo económico e à melhoria da qualidade de vida da população e que está centrado nos recursos e potencialidades locais.

O desenvolvimento, em Sen (2001), pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelos indivíduos. O autor argumenta que focar a liberdade humana contrasta com concepções mais estreitas do desenvolvimento, como as que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto (PNB) ou com o aumento da renda pessoal, ou com a industrialização, ou com o avanço tecnológico, ou com a modernização.

Portanto, Sen (2000), ao abordar-nos sobre desenvolvimento, revela-nos ser a liberdade uma condição *sin qua non* ao processo de desenvolvimento, isto é, para ele, deve ser eliminado tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas dando a esses indivíduos uma educação, saúde e direitos civis uma vez que:

se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração dos esforços de análise desse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades económicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos. (Sen, 2000, como citado em Veiga, 2005, p. 34)

Por seu turno, autores como Lopes (2005), Lima (2008) e Veiga (2005) entendem o conceito de desenvolvimento como sendo o estado de mudança para o bem-estar social influenciado pelos níveis elevados de educação e saúde. Na verdade, esta mudança é vista por Freire (1970, como citado em Magalhães, 2004) como sendo a modernização do sistema de produção e de outros a ele referente, mas que até certo ponto, marginaliza o indivíduo pelo facto de não criar espaços para sua acção de forma independente.

De acordo com Nipassa (2009), desenvolvimento seria um processo que integra várias dimensões que podem ser espaciais, económicas, sociais, culturais, políticas entre outras que, através de seu conjunto dinâmico, podem produzir uma prosperidade sólida e durável nos países pobres no sentido de os países desenvolvidos buscarem um conceito de ajuda que não condicione dependência. De acordo com este autor, há a ideia segundo a qual o

capitalismo devia permitir com que o investimento alocado nos países em vias de desenvolvimento não seja encravado, produzindo investimento claro e benéfico para os países do terceiro-mundo, condicionando ao crescimento através do produto interno bruto (PIB)<sup>10</sup>.

Veiga (2005) mostra, em suas análises, que um país não precisa esperar pelo longo período de crescimento económico que o levará a ser muito rico antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde. Mostra o autor que a educação básica é o elemento fundamental para se atingir o desenvolvimento almejado pelos países, tanto pobres bem como os mais ricos e que não é preciso se ser rico para se tomar a educação como fundamental, mas o contrário. Neste contexto, analisaremos desenvolvimento como uma medida que condiciona um bem-estar social em que a população encontra satisfação plena das suas necessidades.

Assim, desenvolvimento só tem um verdadeiro sentido quando permite aos indivíduos e aos povos viver melhor e realizar na plenitude suas aspirações morais, espirituais e o pleno florescimento de suas faculdades criadoras (Rist, 2000, como citado em Trennepohl et al., 2007, p. 153).

### **1.9.3. Comunicação para o Desenvolvimento**

Comunicação para o Desenvolvimento (C4D) é um conceito que deriva do *Development Communication Division* do Banco Mundial (DevComm), o qual considera C4D como sendo um campo interdisciplinar baseado em pesquisa empírica que ajuda a construir um consenso enquanto facilita o compartilhamento de conhecimento para alcançar mudanças positivas nas iniciativas de desenvolvimento. Não se trata apenas da divulgação eficaz de informações, mas também do uso de pesquisa empírica e comunicação bidirecional entre as partes interessadas (Mefalopulos, 2008). Por outro lado, o primeiro congresso mundial em C4D, em Roma, no mês de Outubro de 2006, no seu documento conhecido como *Rome Consensus*, os participantes conceberam-no na qualidade de “processo social baseado no diálogo, usando uma ampla gama de ferramentas e métodos. Trata-se também de buscar a

---

<sup>10</sup> PIB (produto interno bruto) é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região e durante um período determinado. É um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objectivo de mensurar a actividade económica de uma região. (Álvaro Almeida, Economia Aplicada para Gestores, Cadernos IESF, 2007, pág. 63 e 64, acedido em 16 de Setembro de 2012)

mudança em diferentes níveis, incluindo ouvir, construir confiança, compartilhar conhecimentos e habilidades, construir políticas, debater e aprender para uma mudança sustentável e significativa” (Mefalopulos, 2008, p. 8).

Portanto, a noção de comunicação para o desenvolvimento é um fenómeno muito recente em que se cobre a relação comunicação e desenvolvimento. A comunicação como um processo social anteriormente definido por autores como Fisk (2001), Schuler et al. (2004), Fiorin (2003) e Rodrigues (1990), contribui para uma reflexão sobre o que seja desenvolvimento, na medida em que facilita e determina metas e estratégias que ajudam na análise da realidade comunitária. Esta comunicação para o desenvolvimento serve de promotor da mudança em todos os níveis de uma forma individual bem como colectiva.

Obregón (s.d) sustenta que o papel da comunicação, ao que nós entendemos ser *comunicação para o desenvolvimento*, é:

promover processos de mudança através da introdução de inovações num sistema social fazendo uso dos meios de comunicação de massa e da influência que os líderes de opinião podiam exercer em pessoas e comunidades. Isto é, usar a *media* para influenciar os líderes e, estes a influenciarem a comunidade - two-steps-flow of communication<sup>11</sup>. (Obregón, s.d, p. 2).

Assim, olhando para os dois conceitos acima referidos, podemos indagar que a *comunicação para o desenvolvimento* seria o conjunto de manifestações da comunicação que buscam incidir em aspectos políticos, sociais, culturais, económicos e de sustentabilidade visando a harmonia das condições socioeconómicas dos indivíduos. Por outro lado, podemos afirmar que é um estudo e utilização de estratégias de comunicação para informar e influenciar as decisões dos indivíduos e das comunidades no sentido de promoverem o uso de técnicas que incrementem a produção e o bem-estar. Pode ainda ser tomado como um conjunto de processos de concertação ou orquestração dos diferentes actores sociais

---

<sup>11</sup> *Two-step flow of communication* é uma teoria de comunicação proposta por P. Lazarsfeld, Bernard Berelson e Hazel Gaudet. Ela enfatiza o papel dos formadores de opinião comunitários como construtores da opinião pública em escala menor. Conhecido também como modelo dos dois tempos mostra que a influência dos meios de comunicação é selectiva, dependente de opiniões preexistentes e das relações interpessoais do receptor. As reacções variam de indivíduo para indivíduo e a ideia de que a sociedade é representada por uma grande massa homogénea, antes defendida na teoria hipodérmica já não existe mais. A eficácia da notícia e seus efeitos agora dependem da credibilidade do comunicador, que tem o poder de sensibilizar os seus receptores, distribuídos em pequenos grupos.

empenhados no desenvolvimento sustentável das potencialidades económicas endógenas (Jara, 2001, como citado em Callou & Braga, 2005).

De acordo com Callou e Braga (2005), em questões mediáticas, a comunicação para o desenvolvimento envolve a produção de uma informação (notícia) capaz de:

- Oferecer à sociedade uma confiança plena (informação fiável e contextualizada),
- Definir, de maneira pluralista, a agenda de prioridades no debate público,
- Exercer o controlo social em relação aos Governos e às políticas públicas.

Neste caso, a participação, integrada nos processos da comunicação, torna-se o motor que dinamiza a consciencialização e a organização dos indivíduos na resolução dos problemas, dando resposta às reivindicações dos grupos no contexto das insatisfações sociais. Ora, a comunicação busca colocar, em relação, um grupo de indivíduos e faz com que estes tenham interesse em satisfazer seus objectivos. Para além disso, esta integração social elimina ou condiciona a diminuição do tempo de espera e da ideologia das escolas, pois, a *media* feita por indivíduos da comunidade diagnostica problemas sociais locais, dá voz aos sem-voz e dinamiza a auto aprendizagem.

No presente caso assume-se comunicação para o desenvolvimento como o movimento ou práticas sociais, em concreto das rádios comunitárias, buscando criar proximidade nos indivíduos dentro da comunidade. Pois, a C4D aqui deve ser vista como sendo um mecanismo comunicacional que visa promover processos de mudança influenciado pelos líderes de opinião. Importa referir que, particularmente em Moçambique, os líderes de opinião tem um papel muito importante para influenciar a introdução de inovações nas comunidades.

#### **1.9.4. Comunicação estratégica**

Entendendo o conceito de comunicação estratégica, primeiro enalteçemos o conceito de estratégia, ainda não definido. Autores como Hofer e Schandel (1978) definem estratégia como sendo o estabelecimento dos meios fundamentais para atingir os objectivos institucionais sujeito à um conjunto de restrições do meio envolvente (como citados em Nicolau, 2001). Por outro lado, Chandler (1962) aponta ser uma determinação dos objectivos básicos de longo prazo de uma empresa e a adopção das acções adequadas e afectação de

recursos para atingir esses objectivos (como citados em Nicolau, 2001). Nas duas definições, os autores apontam um meio que visa atingir objectivos propostos pela organização.

Para Massoni (2007), o conceito *estratégia* confere um novo modo de pensar e fazer a comunicação constituindo-se estratégico, à medida que trabalha os aspectos simbólicos, materiais e afectivos. Com isso, a comunicação deixa de ser vista como uma mera ferramenta de gestão, para constituir-se como um elemento estratégico que vai desde a forma de se relacionar com seus públicos, bem como a maneira em que a organização efectua o vínculo com a sociedade e com outras instituições com as quais ela interage.

Massoni (2013) mostra que para construir processos de interactividade crescente entre os actores sociais, a comunicação deverá ser vista, não como uma área de apoio, tampouco para suporte nos momentos de crise, mas acima de tudo para contribuir na tomada de decisão em todos os níveis da organização (como citada em Bittencourt, 2017). Sendo assumido como tal, vai servir de forma correcta os interesses institucionais de forma mais estratégica, contribuindo na participação dos actores, bem como na construção do conhecimento que retrate, fielmente, a realidade à qual estão inseridos, gerando novas significações.

Ora, partindo do pressuposto de que a comunicação é um processo que consiste em estabelecer ou partilhar ideias e pensamentos a partir de uma significação comum, a *comunicação estratégica* seria um mecanismo que consiste em abrir espaços mais largos e cada vez mais acessíveis para o meio ambiente social e avaliar de forma mais cuidada as atitudes dos usuários dos bens e serviços.

A comunicação estratégica tem como objectivo comunicar de forma clara e compreensível a proposta de valor oferecido pela organização. Portanto, uma estratégia em comunicação assume-se como um dos seus pressupostos a comunicação crível (Torquato, 2004: 67) que é aquela cujo objectivo é abastecer ao público-alvo uma informação fundamentada e de valor diferenciado de dados tangíveis que possam colaborar, racionalmente, na tomada de decisão e motivar os sujeitos por aquilo que vêem, tocam, sentem e também pelo que analisam, tendo como origem fontes imparciais e isentas (aquelas que não têm nenhum vínculo com a organização).

Portanto, a formulação da comunicação estratégica é uma múltipla acção que visa levar ao público mensagens baseadas em argumentos racionais, pesquisas e estudos

produzidos com isenção, seja sobre empresas, produtos ou serviços tomando como emissor uma fonte imparcial como pessoas singulares ou *media*. O propósito fundamental da comunicação nas instituições é incentivar e permitir que os funcionários influenciem na satisfação da instituição. Ora, ao executar com êxito uma comunicação pode se realizar mudança social em qualquer contexto, desenvolvendo consciências, embora não seja uma tarefa fácil.

Villela (1995) considera a educação, um conceito ideológico já apresentado anteriormente e que pode ser substituído pela comunicação, como meio formador e que serve como base cultural das comunidades que se serve dela para dialogar com igualdade e respeitando os diversos valores do seu contexto histórico e sociocultural. Baldissera (2007), por seu turno, remete-nos à ideia de que a educação participa na promoção do diálogo intercultural para a compreensão do outro, sem imposição de valores apriorísticos (como citado em Bittencourt, 2017). Para este autor, uma instituição deve ser vista como sendo um arranjo institucional que actua de forma aprofundada, respeitosa e, sobretudo, dialógica, em uma diversidade cultural, onde o sujeito como próprio agente do processo cultural negocia, disputa, resiste, inaugura, dá vazão às sensações, à dúvida e à desordem, interage com a cultura transformando-se e transformando-a (Baldissera, 2007, como citado em Bittencourt, 2017), comportando-se, neste caso, com qualidades comunicacionais.

Isto significa que a educação também é transformadora à semelhança da comunicação e, induz as pessoas a terem bons actos perante os outros, respeitando-os. A educação serve de instrumento para medir o pulsar dos interesses e vontades que vão influenciar o indivíduo a agir perante uma situação. Daí, os processos de educação (Moreira, 2009, como citado em Bittencourt, 2017:) influírem a um bem-estar social, capaz de reduzir os níveis de pobreza e desigualdade social.

Bittencourt (2017) levanta uma discussão em torno da comunicação que se comporta em como se da educação se tratasse. Para a autora, a comunicação constitui-se uma matriz relacional que passa a ser vista como: (i) uma capacidade humana de carácter sociocultural que nos ajuda a sobreviver e a melhor viver mediante a interpretação, compartilhamento e geração de sentidos com os seres com os quais nos relacionamos nas organizações e; (ii) um espaço de encontro das alteridades colectivas e que também tem como diferencial facilitar a

incorporação da ciência da comunicação aos programas e políticas públicas, como elemento estratégico de intervenção das dinâmicas socioculturais.

Sendo assim, Massoni (2007, 2013) defende que a comunicação estratégica não é uma fórmula, um plano prévio, nem uma mensagem, é sim um dispositivo flexível e especialmente atento à situação, ao espaço e ao lugar em que coexistam as alteridades socioculturais (como citada em Bittencourt, 2017), daí sua defesa sobre o mundo *fluido* que, em Bauman (2001), é considerado um mundo em constantes mutações, pois, nada é fixo, tudo corre e passa. Neste contexto, Massoni (2007) mostra a existência de três movimentos e sete passos para que uma organização comunique de forma estratégica. No presente texto apenas nos limitamos a mostrar os três movimentos da comunicação: (a) como informação para a comunicação estratégica; (b) cujo fim último é trazer a comunicação como espaço de diversidade sociocultural e; (c) que define tema do problema a ser debatido (como citada em Bittencourt, 2017).

Os movimentos da comunicação mostrados pela Massoni (2007) remetem-nos à ideia de que seus fluxos cumprem um papel social na união dos que nela participam. As questões culturais, as equipes em uma organização bem como o diálogo que nela se pressupõe criar, são elementos fundamentais na construção de relacionamentos que abrem espaços para que os objectivos dos envolvidos se cumpram. Há uma tendência de a comunicação servir de elo de ligação entre as partes e que o fluxo desta comunicação vai influenciando na mudança de valores, de comportamento de todos os envolvidos, chegando ao ponto de todos olharem-se de forma cooperativista e não competitiva, o que cria o bem-estar social.

O objectivo da comunicação estratégica não é um acordo de sociabilidade generalizado (se não existe uma realidade externa, nem existe um único verdadeiro ponto de chegada, mas sim um espaço de conversação), mas, pelo contrário, uma recuperação da desordem cujo início da compreensão da solução do problema advém da contribuição por cada actor social (Massoni, 2008). É neste sentido em que a participação não é consenso, mas dissidência sociocultural e; a acção, não por mandato, mas porque genuinamente desafia os actores envolvidos. O comunicador que implementa a estratégia trabalha para gerar/descobrir os dispositivos participativos que respondam aos interesses e necessidades actuais dos grupos.



Tendo se definido a estratégia como um determinado curso de acções que buscam uma meta específica de forma muito rápida, ela se ocupa pela maneira mais efectiva de alcançar uma meta a partir das ferramentas disponíveis e do contexto em que se desenvolvem. Uma estratégia de comunicação seria, no entanto, um processo estruturado de actividades comunicativas que se desenvolvem com um propósito de alcançar determinados objectivos (Rodríguez, Obregón & Veja, 2002). Um exemplo de uma comunicação estratégica usada pelos autores é sobre edutretenimento definido como sendo um processo intencional de desenho e implementação de mensagens que buscam entreter e educar para incrementar o conhecimento da audiência acerca de um tema, promovendo atitudes favoráveis e estimular mudanças de comportamento (Singhal & Rogers, 1999, como citados em Rodríguez, Obregón & Veja, 2002).

Uma campanha de comunicação é desenhada para responder a uma situação específica (por exemplo, promover uma lei para que grupos comunitários tenham acesso aos meios de comunicação). Isso no sentido de que:

uma estratégia de comunicação oferece um marco conceitual e prático para responder a uma situação determinada aplicável em diferentes momentos, enquanto que uma campanha oferece um pacote de processos e ações pontuais que respondem a um problema específico, incluindo a aplicação de elementos provenientes de uma estratégia. (Rodríguez, Obregón & Veja, 2002, p. 28)

Ora, uma estratégia de comunicação pode ser muito ampla e resultar de um conjunto de estratégias de comunicação quando se tratar de uma estratégia de âmbito nacional como a campanha contra o HIV e SIDA baseando-se em uma comunicação que gera diálogo e debate públicos.

A partir de uma campanha, deve se ter como resultado um produto. O produto da comunicação seria o resultado mais concreto e visível de uma campanha ou estratégia de comunicação (Rodríguez, Obregón & Veja, 2002). Por exemplo, mostram, os autores, um *spot* publicitário, vídeo, folhetos, entre outros, mas sem se limitar somente a estes, são produtos da comunicação de grande valia que podem ser usados para a promoção da redução da mal nutrição infantil, mas não seria suficiente para gerar mudanças profundas. Uma campanha ou estratégia de comunicação pode dispor de diversos produtos comunicativos de

grande qualidade. Porém, se estes produtos não estão articulados à uma visão da comunicação como um processo, seu impacto será, consideravelmente, diminuído. Neste sentido, o fundamental é entender a comunicação como um processo em oposição à visão tradicional da comunicação como produto. Rodríguez, Obregón e Veja (2002) apresentam quatro modelos da comunicação, a saber:

**Modelo Psicológico** – neste modelo dois ou mais indivíduos trocam significados através da transmissão e recepção de estímulos comunicativos. É um modelo muito individualista considerando o receptor como pessoa isolada do colectivo. Ao desenhar uma mensagem é importante considerar a forma como ela vai ser decodificada.

**Modelo construtivista** - entende o processo comunicativo como uma forma de construção do mundo e reflete melhor as relações entre as pessoas. De acordo com este modelo, a comunicação não é um processo que “ocorre” entre as pessoas, mas sim a comunicação é algo que está ao redor da gente e que nos proporciona sentido ao mundo da gente, isto é, as pessoas habitam na comunicação, não a produzem. É através da comunicação que as pessoas desenvolvem ideias comuns sobre o que é ser um “grupo”, ideias comuns do mundo da vida e da morte. A comunicação se define como um processo através do qual as pessoas, em grupos e, utilizando instrumentos comunicativos que sua cultura fornece, criam representações colectivas da realidade. O contexto cultural não é mais do que o resultado de processos comunicativos. Através dela se constrói uma representação colectiva da realidade para uma colectividade. Para este pensamento, quatro elementos diferentes formam a comunicação: códigos simbólicos, hábitos cognitivos, tradições culturais, e regras e normas.

**Modelo pragmático** – este modelo se apoia em padrões de comportamento. Ele se preocupa em compreender os padrões que as pessoas produzem quando estão juntas e se comunicam. Aqui, a comunicação é definida como um sistema de comportamentos interdependentes que, com o tempo, se vão convertendo em padrões – pensa na comunicação como uma interação. O processo de comunicação se compreende como um jogo entre indivíduos, onde cada jogador se comporta de uma forma ou de outra dependendo das “jogadas” de cada jogador. Na medida em que o jogo avança, estes

comportamentos se vão convertendo em padrões de interação. Este modelo é importante porque enfatiza a interação entre emissor e receptor.

**Modelo culturalista** – este modelo concebe a comunicação em relação à cultura. Se formula através da Semiótica, Antropologia, Sociologia e História cujas disciplinas permitiram com que a comunicação ganhasse profundidade e projeção. O objecto de análise neste modelo é o sujeito receptor como actor social, agente activo e dinâmico que não é mais o receptáculo vazio a ser preenchido pela mensagem do emissor, nem como vítima indefesa da manipulação dos meios de comunicação de massa. Este modelo entende o sujeito (emissor e receptor) como alguém que faz parte de um universo cultural de significados que vai se conformando a partir de um processo de socialização onde a *media* reelabora e resignifica o sentido da sua vida e das mensagens e estímulos que recebe. Este modelo se aproxima à cultura de massa.

Os quatro modelos remetem-nos à ideia de que a comunicação é um jogo de interesses que colocam os actores em interação. Para o caso concreto, importa-nos frisar que o modelo a que adequamos à nossa pesquisa é o construtivista por ser o que reflete melhor as relações entre as pessoas e por mostrar a comunicação como lugar das vivências e que nos ensina a vida em grupo, isto é, a partilha.

### **1.10. O escopo e usos da Comunicação para o Desenvolvimento**

Na perspectiva de Mefalopulos (2008), o desenvolvimento está relacionado com o crescimento económico, e a comunicação está associada à disseminação de informação e mensagens que visam modernização dos países e suas comunidades. Ora, se desenvolvimento visa crescimento e informação visa modernização, então, comunicação para o desenvolvimento vai implicar, de forma directa, na criação de condições para o bem-estar social das comunidades.

Qualquer intervenção de desenvolvimento envolve algum tipo de mudança, onde Mefalopulos (2008), interpretando o pensamento de Paul Mitchell (2005), gerente da divisão de comunicação de desenvolvimento do Banco Mundial, refere que todo o processo desenvolvimentista deve ocorrer sobre um certo tipo de mudanças e, esta não pode ocorrer sem comunicação. A compreensão limitada da comunicação como forma de disseminar,

informar e persuadir não adota o espírito do novo paradigma de desenvolvimento, no qual a comunicação é usada para facilitar a participação e gerar conhecimento (Mefalopulos, 2008).

Um especialista em comunicação, quando chamado para ajudar em projetos e programas de desenvolvimento, deve sempre perguntar por que um determinado problema está ocorrendo e que tipo de comunicação é necessário para abordá-lo de forma eficaz. A comunicação é usada, principalmente, para informar e promover actividades e objectivos do projecto? Ou é para envolver as partes interessadas na investigação e avaliação de prioridades para a mudança, reforçando assim a concepção da iniciativa? (Mefalopulos, 2008).

A tipologia adoptada por Mefalopulos divide a comunicação para o desenvolvimento em dois modos básicos: o *monológico* (one-way ou de mão única), baseado no modelo clássico de comunicação unidirecional associado à difusão, e o *dialógico* (two-way ou de duas mãos), baseado nos dois modos interativos bem como pode ser visto como sendo o modelo de duas vias, associado a abordagens participativas (Mefalopulos, 2008).

#### **1.10.1. Modo monológico:**

A Comunicação unidirecional para mudança de comportamento, mais conhecido como o modelo de difusão (em Kunsch, 2006, pode ser entendido como o modelo de imprensa) visa alcançar mudança que pode ser uma *comunicação para informar* conforme indicam Pasquali (2003) e Beltrán Salmón (2000) e *comunicação para persuadir* (Mefalopulos, 2008, p. 22). Informar e persuadir são entendidos como mecanismos em que o receptor, em uma mensagem difundida, não tem opções de comportamento a não ser adoptar ou rejeitar a conduta trazida pelo emissor da mensagem. Isto prende-se mais com as características do tipo de comunicação empregue. Em muitos casos, a comunicação para a mudança de comportamento é uma estratégia de comunicação onde o receptor não tem muitas opções de escolhas nesse processo.

A comunicação para informar envolve uma transmissão linear da informação que, normalmente, envolve uma transmissão linear de informações, geralmente de um remetente para muitos receptores. É usado quando a conscientização ou o fornecimento de conhecimento sobre certas questões é considerado suficiente para atingir o objectivo

pretendido (por exemplo, informar à uma comunidade sobre as actividades de um projecto ou informar ao público sobre uma reforma que está em vigor). Em outros casos, a disseminação da informação é apenas uma etapa temporária a ser alcançada em um processo mais longo que visa alcançar mudanças de comportamento. Essa modalidade pode ser rotulada de comunicação para persuadir (Mefalopulos, 2008). E, por outro lado, pode ser vista em como se de um monólogo se tratasse.

### **1.10.2. Modo dialógico:**

O modo de Comunicação bidirecional para engajamento e descoberta (dialógico) está associado ao emergente paradigma participativo. Baseia-se no modelo horizontal de comunicação bidirecional (de duas mãos), criando um ambiente construtivo onde as partes interessadas podem participar na definição de problemas e soluções. Os principais propósitos deste modelo podem ser divididos em dois tipos amplos de aplicações: (1) comunicação para avaliar; e (2) comunicação para capacitar (Mefalopulos, 2008).

*A comunicação para avaliar* é usada como uma ferramenta de pesquisa e análise que, graças à sua natureza interdisciplinar e transversal, pode ser usada, efectivamente, para investigar qualquer questão, muito além daquelas estritamente relacionadas à dimensão de comunicação. A comunicação dialógica não é usada para informar, mas para realmente *comunicar*, isto é, compartilhar percepções e criar novos conhecimentos (Mefalopulos, 2008, p. 23).

Em Pruitt e Thomas (2007), o diálogo é entendido não como uma forma ampla de bate-papo, mas como um processo em que “os participantes se reúnem em um espaço seguro para entender o ponto de vista um do outro para desenvolver novas opções para resolver um problema comumente identificado” (como citados em Mefalopulos, 2008, p. 23). O diálogo visa estabelecer relações entre os integrantes em um processo de comunicação, pois, é no diálogo onde a comunicação se torna em processo na medida em que a partilha de pensamento vai conhecendo níveis de significações similares a todos os envolvidos e haver, a partir daí, um entendimento pleno. É neste contexto em que Mefalopulos mostra ser não “apenas uma ferramenta eficaz de resolução de problemas, mas também (...) uma ferramenta que cria confiança, previne conflitos e aborda a questão da pobreza envolvendo os sectores

mais pobres e marginalizados no processo em questões relevantes” (Mefalopulos, 2008, p. 24).

Ao envolver os mais desfavorecidos na avaliação de problemas e soluções, envolvendo-os, e não apenas os especialistas, no processo de tomada de decisões e, fazendo ouvir suas vozes, o modo dialógico pode abordar e reduzir uma dimensão chave da pobreza: exclusão social (Mefalopulos, 2008, p. 24). Em termos gerais, o desenvolvimento em países do terceiro mundo torna-se em um factor que exclui maior parte da população – a que não dispõe de mecanismos de acesso à informação, daí o maior fosso entre os mais ricos e pobres que se verifica à medida que se caminha para fora das cidades. Por isso, o autor afirmar que desenvolvimento é sobre mudança e sobre pessoas (Mefalopulos, 2008, p. 24).

Por outro lado, a comunicação bidirecional é mais indicada na obtenção de entendimento mútuo, na construção de confiança e na descoberta e geração de conhecimento, levando a melhores resultados (Mefalopulos, 2008). Nesta perspectiva, a visão da comunicação prende-se com o facto de procurar ser um fenómeno em que ganha poderes dentro dos contextos sociais na resolução de problemas advindos das relações que se procuram criar. O efeito de uma comunicação mede-se pela satisfação plena dos integrantes do processo quando estes conseguem resolver seus problemas.

A UNDP (1993) afirma que “a participação, na perspectiva do desenvolvimento humano, é um meio e um fim” (Mefalopulos, 2008, p. 27). Com que então, em Hornik (1988) a comunicação não é considerada apenas como um ingrediente necessário para a participação significativa de partes interessadas em iniciativas de desenvolvimento, mas muitas vezes é combinada com o termo *estratégia*. Uma estratégia eficaz baseada em comunicação bidirecional aumenta o sucesso e a sustentabilidade de um projecto de desenvolvimento. As estratégias de comunicação precisam ser profissionalmente projectadas e preparadas para evitar alguns dos problemas encontrados com mais frequência em projectos e programas: diagnóstico inadequado, projecto defeituoso ou mal concebido ou tempo inadequado (Hornik, 1988, como citado em Mefalopulos, 2008). É nesta perspectiva que Sen (1999) mostra que “o crescente consenso internacional considera a participação, não apenas como um meio, mas também como um fim em si mesmo” (como citado em Mefalopulos, 2008, p. 27).

A participação da comunidade ou dos beneficiários no desenho de um projecto de desenvolvimento torna-se em um dos elementos que vai condicionar o sucesso e a sustentabilidade na medida em que os beneficiários vão apropriar-se de todo um processo, desde o início até ao fim e vão tomar o projecto como sendo deles e daí, todo o engajamento comunitário vai ser mobilizado de modo a que não haja falta de mecanismos de sustentabilidade.

Portanto, os argumentos do modelo dialógico remetem-nos à ideia de relacionamentos. Remetem-nos à ideia de liberdades. Remetem-nos à ideia de agir comunicativo de Habermas com que, este modelo, pela capacidade de condicionar dinâmica nos participantes bem como reservar um espaço de compreensão para a acção, passamos a eleger-lo como sendo o que vai nos ajudar a compreender os processos de comunicação efetuados pelo governo no âmbito do desenvolvimento.

## Capítulo II

### 2. Discutindo o fenómeno da Comunicação para o Desenvolvimento

#### 2.1. Influência da Comunicação e da informação no desenvolvimento sustentável

Nas abordagens anteriores, o conceito de comunicação ajudou-nos a perceber que ela tem como seu subdomínio a informação, na medida em que esta se torna em objecto da comunicação, ou seja, é o que se partilha no processo da comunicação. Ora, a informação e a comunicação sempre foram os instrumentos que regulam as normas e as relações sociais em uma sociedade, particularmente, nas sociedades modernas, tidas como *sociedades de informação e/ou do conhecimento*. Portanto, ambos ajudam a comunidade a se informar sobre os vários aspectos sociais bem como influencia na tomada de decisão, mostrando-se como sendo parte da cultura de uma sociedade em que os signos devem ser apinhados de uma significação repleta de valores que transmitam ideias novas.

Schramm (1976, pp. 71-72) expõe que o processo de transmitir mensagens (informação) ou de ensinar obedece a três funções de informação: 1) função de vigilância (relacionada ao relato sobre as tribos); 2) a função política (propõe liderança) e; 3) função educacional (trazer os membros à sociedade com valores da sociedade) uma comunicação sem a qual, a sociedade não existiria.

A comunicação e a informação, quando bem definidas e com seu público bem identificado condicionam, de acordo com Schramm (1976), a criação de uma coesão nas relações sociais e permitem que os indivíduos se tornem parte integrante do grupo, ou seja, ganham a função educacional. Desta forma passam a criar e a recriarem estruturas e formas de sociedade o que faz com que haja necessidade de avanço em busca do maior empenho no domínio da comunicação que afecta a sociedade e que, em última análise, influencia no desenvolvimento.

Por isso, ainda em Schramm (1976) podemos perceber que “os novos avanços em comunicação afectam a sociedade e novos avanços em qualquer sector da sociedade afectam a comunicação. (...) um certo nível de estágio de desenvolvimento da comunicação tem de acompanhar o nível e estágio de desenvolvimento social” (p. 75) bem como económico, na



medida em que a comunicação e a informação dinamizam a participação da sociedade na produção de bens económicos e industriais.

O desenvolvimento das técnicas de comunicação é tomado como sendo a “base da população, a cooperação, a industrialização, a educação e as técnicas necessárias numa moderna sociedade” Schramm (1976, p. 75). Por isso, o autor sublinha que os países subdesenvolvidos possuem também um sistema subdesenvolvido de comunicação dada a importância a que estes países dão a este domínio.

O processo de desenvolvimento, para qualquer estratégia num país em desenvolvimento, pelo fraco fluxo de comunicação e informação torna-se lento e moroso. Sendo assim, a nação não encontra uma abertura ao alcance de um desenvolvimento considerável na medida em que se exclui ou não se considera a comunicação como o motor que dinamiza mudanças. Logo, Schramm (1976) aponta que este fluxo:

se torna tão importante para o desenvolvimento económico. Porque a tarefa dos veículos de comunicação de massa e informação e os novos veículos de educação consiste em acelerar e facilitar a longa e lenta transformação social necessária para o desenvolvimento económico e, em particular, acelerar e uniformizar a tarefa de mobilização dos recursos humanos pelo esforço nacional. (Schramm, 1976, p. 55)

Ora, a comunicação substitui vários sectores como o ensino, por exemplo, processo designado por Schramm (1976, p. 68) como lento e moroso por exigir a construção de escolas, embora o autor argumente poder esta ser feita de forma manipulada. Para o autor, no entanto, podemos encontrar situações em que haja uma diferença essencial entre a acção de manipular as pessoas e o encaminhamento dos factos, discussão, persuasão e argumentação que são parte do processo pelo qual o consenso é atingido por qualquer sociedade livre.

Entretanto, segundo Schramm (1976):

a comunicação pode ser usada, de alguma forma, para a manipulação se os possuidores dos canais decidem usá-los com esse propósito, mas é também evidente que quanto maior e mais livre o fluxo de informação, é menos provável que a comunicação manipuladora tenha algum efeito. (Schramm, 1976, p. 68)

Os efeitos das mensagens observam-se pela libertação do homem de uma manipulação. Libertá-lo de uma ignorância, pois, a informação serve-se em como se fosse

um direito básico e imprescindível, daí ser considerada como sendo um dos direitos básicos na medida em que os fluxos de informação, quando adequados à necessidade revive as culturas e as coloca em posição de negociação, o que ela precisa para se desenvolver, por um lado e, para desenvolver sua sociedade, por outro, Schramm (1976, p. 69) salienta ainda que a informação em uma nação em desenvolvimento é de extrema importância para além de que é necessário que haja canais próprios para que as pessoas possam ter seu acesso e poder discutir sob que políticas adoptar. Esta informação deve prover canais pelos quais as necessidades e os desejos dos habitantes dessas povoações possam ser levadas à hierarquia para fazer parte das decisões de alto nível.

Schramm (1976, p. 69) salienta ainda que a informação em uma nação em desenvolvimento é de extrema importância para além de que é necessário que haja canais próprios para que as pessoas possam ter seu acesso e poder discutir sob que políticas adoptar. Esta informação deve prover canais pelos quais as necessidades e os desejos dos habitantes dessas povoações possam ser levadas à hierarquia para fazer parte das decisões de alto nível.

As intenções e pressões encontradas no processo de introdução de certas técnicas podem ser eliminadas pela comunicação e informação pois, “o fluxo de informação é de maior importância na regulação do nível de tensão social” (Schramm, 1976, p. 70). Na medida em que a função da comunicação se torna manifesta, levando a cabo os seus objectivos de modificar o comportamento da sociedade face ao fenómeno do desenvolvimento, a quantidade de mensagens que circula se dinamize cada vez mais em termos quantitativos. Olhando para esta perspectiva, percebemos que para que a dinâmica de desenvolvimento seja directamente proporcional às diligências de comunicação é preciso que as tecnologias, tanto de desenvolvimento bem como de comunicação se auto influenciem de modo a que possa ocorrer as mudanças necessárias.

Por sua vez, Valá (2011, pp. 35-36) manifesta a ideia de que as comunidades se envolvem em processos de desenvolvimento quanto mais tiverem acesso à comunicação, à informação e à educação. Por esta via percebemos, segundo o autor, que o governo moçambicano, por exemplo, encara a comunicação em prol do desenvolvimento sustentável como um instrumento fundamental para a promoção dos objectivos do programa

quinquenal<sup>12</sup>. Nesta óptica, a comunicação social contribui para um maior diálogo e confiança entre os cidadãos na participação ao processo do desenvolvimento socioeconómico, político e cultural e, no fortalecimento das instituições democráticas bem como aproxima o governo ao povo, facilitando a livre circulação de ideias e opiniões.

A função educacional tende a chamar ao desenvolvimento a necessidade de informação educativa sobre a técnica de produção de forma geral. A informação eleva a necessidade de mais e mais informação, criando maior dinamismo e capacidade de produzir. Assim, o ponto central em Schramm (1976) e Valá (2011) é que a comunicação está sempre presente em qualquer sociedade, em desenvolvimento ou não, por isso, se o fluxo de informações e os canais de comunicação não são adequados à essas tarefas, eles devem ser elevados ao nível da necessidade.

Na verdade, Schramm toma esta posição como sendo apologista à teoria desenvolvimentista influenciada por um fluxo dinâmico de comunicação e de informação. Ora, para que isso ocorra, seria necessário que, em primeiro lugar, se desenhasse uma estratégia que implemente um sistema dinâmico para proporcionar a esse fluxo. Daí que, “em geral, o fluxo de informação em progresso que planta semente de transformação. . . . possibilitando um diálogo de âmbito nacional sobre a política nacional, mantendo sempre os objetivos nacionais e as realizações nacionais perante o público” (Schramm, 1976, p. 79).

Porém, o fluxo de informação e todo o material usado para dinamizá-la encontra-se regulada e mantida nas mãos de alguns países ricos que controlam o nível da sua produção. Esta informação torna estes poucos países hegemónicos, dando importância a suas políticas na medida em que aumentam para si o conhecimento tecnológico de que depende a sociedade moderna (Schramm, 1976, pp. 99-100). Ora, é das agências internacionais que a comunicação e a informação fluem, pois elas são as detentoras da técnica que faz com que “(...) as notícias fluam dos países altamente desenvolvidos para os menos desenvolvidos” (Schramm, 1976, p. 102). Por outro lado, “mesmo no país mais desenvolvido, as informações são mais prontamente obtidas nas grandes cidades do que nas regiões rurais” (Schramm, 1976, p. 115) o que torna, desta feita, um imperativo a que todos os países satisfaçam, de forma cabal, à esta necessidade.

---

<sup>12</sup> Estes objectivos podem ser vistos como sendo: a) garantia da paz, estabilidade e unidade Nacional; b) redução dos níveis de pobreza e; c) desenvolvimento socioeconómico (Valá, 2011).

As estratégias da comunicação são, em absoluto, acessíveis à todas as comunidades; elas são económicas e se baseiam profundamente na natureza da sociedade. Até a decisão sobre o que comunicar depende de decisões anteriores, relativas à estratégia de mudança. Desse modo, a comunicação está integrada fortemente na sociedade. Ela por si mesma tem pouca vida e independência, porém, ela “atende, de modo geral, as mesmas necessidades em todas as sociedades” (Schramm, 1973, p. 20).

O desenvolvimento socioeconómico é um processo de modernização da sociedade onde se exige à comunicação que:

auxilie a investigar um novo ambiente, promover as aspirações da população, orientar e controlar um processo dinâmico, ensinar novas habilidades e sociabilizar cidadãos para uma nova diferença social que ainda está em processo de formação e é esperado, numa sociedade moderna, um certo grau de mudança; por outro lado, numa sociedade em modernização, a mudança é um valor nacional dominante e, por conseguinte, aumenta em importância o uso planejado e propositado da comunicação. (Schramm, 1973, p. 21).

Portanto, a transformação é o factor fundamental apregoado pelos processos ou canais de fluxo de mensagens que influenciam na mudança de comportamento face a um fenómeno cultural que concorre ao barramento do sistema de melhoramento das condições de vida e de bem-estar social.

Assim, o desenvolvimento da comunicação ou do fluxo de mensagens é um dos fenómenos necessários para desenvolvimento sustentável, pois:

quando um país atingiu estágio relativamente adiantado do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa podemos crer convincentemente que sua renda per capita, sua proporção de habitantes urbanos, sua percentagem de alfabetização, seu produto industrial, sua proporção de crianças frequentando escolas, são também relativamente altos. (Schramm, 1973, p. 21).

Ou seja, o garante de um desenvolvimento sustentável parte do desenvolvimento e acesso dos meios que influenciam a educação, neste caso e, em particular, a comunicação. Pois, estes elevam necessidades de vária ordem como a procura de nova informação que, por sua vez, vai dinamizar a procura de bens de consumo assim como a produção. Percebemos que a dinâmica de informação condiciona a uma necessidade de procurar por um bem para

satisfazer a essa necessidade. Se a necessidade de informação cria um bem-estar social, então, este bem-estar precisa de ser mantido constante, o que faz com que as pessoas procurem cada vez mais outros serviços.

## **2.2. Comunicação para o desenvolvimento e mudança social**

Thomas (2014) mostra que falar de comunicação para o desenvolvimento é sinónimo de falar em comunicação para a mudança social que seria uma forma de buscar compreender o papel desempenhado pela informação, comunicação e pela *media* na mudança social de forma directa e indirecta. Inclui também uma variedade de aplicações práticas baseadas na integração da comunicação como *processo* e a alavancagem de tecnologias de *media* na mudança social (Thomas, 2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014).

Um outro ponto central na comunicação e mudança social que Thomas (2014) levanta tem que ver com a questão de participação, acesso e voz, os quais são definidos na prática. Na visão do autor, “uma abordagem crítica e inspirada na economia política oferece os meios para explorar as comunicações e a mudança social, em termos de sua modelagem por estruturas, ideologias e fluxos de poder” (Thomas, 2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014, p. 9).

Thomas (2014) aponta ainda que o resultado do envolvimento dos profissionais em tais circuitos de consumo cultural é que acabam contribuindo para iniciativas que estão destinadas sempre a lidar com os sintomas da pobreza, mas nunca com suas causas, que incluem práticas comerciais injustas, pobreza e exploração, a questão da terra, e assim por diante. A participação nessa utopia é limitada, precisamente, porque não dá ao produtor ou ao consumidor a oportunidade de participar de um exercício de liberdades. De acordo com o autor, as ONGs, por exemplo, em sua maioria, tendem a replicar a lógica do neoliberalismo e a participação, portanto, tendem a se tornar o meio de estender o projecto do neoliberalismo, permitindo que as pessoas participem de uma variedade de formas de *capitalismo compassivo* (Thomas, 2014, citado por Wilkins, Tufte & Obregón, 2014, p. 10).

Frequentemente, esse processo de desinvestir e investir em significados levou a participação a se tornar em um significante vazio, a base para as relações doador-receptor no financiamento da ajuda e na redacção de relatórios, mas não como uma ética essencial, que se prese à construção de capacidades nas populações locais (Thomas, 2014, citado por

Wilkins, Tufte & Obregón, 2014, p. 10), pois, toma-se em dinâmica a mercantilização da informação.

Um dos aspectos intrigantes da informação como mercadoria é que ela não pode, por sua própria natureza, ser completamente mercantilizada, ao contrário da vasta maioria dos bens físicos. Como um bem e serviço imaterial, seu *status*, como propriedade, permanece exclusivo e é difícil mapear o sistema existente de propriedade intelectual. Apesar de não negar o facto de que a informação é uma mercadoria e que os fluxos geram grande quantidade de capital global, o potencial disruptivo do digital continua a abalar governos e corporações (Thomas, 2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014).

Ainda de acordo com Thomas (2014), a compartimentalização da mudança do comportamento e mudança social pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), conforme descrição a seguir, exemplifica esta abordagem à comunicação e mudança social em que um foco em variáveis discretas permite que os indivíduos sejam abstraídos do sistema e atributos colectivos para ser abstraído de indivíduos. O resultado é uma abordagem esquizofrênica na qual a mudança do comportamento e a mudança social não são relacionadas e gerenciadas separadamente (Thomas, 2014 como citado em Wilkins, Tufte e Obregon, 2014).

Portanto, a mudança de comportamento é, comumente, definida como um processo consultivo baseado em pesquisa para abordar o conhecimento, a atitude e as práticas que estão intrinsecamente ligadas aos objectivos do programa. Sua visão inclui fornecer aos participantes informações e motivações relevantes por meio de estratégias bem definidas, usando uma combinação adequada de faixas interpessoais, colectivas e dos meios de comunicação de massa e métodos participativos. Estratégias de mudança de comportamento tendem a se concentrar no indivíduo como um *locus* de mudança (UNICEF, 2012).

E, por outro lado, a mudança social, por outro lado, é entendida como um processo de transformação no modo como a sociedade é organizada, dentro das instituições e na distribuição do poder dentro de várias instituições sociais e políticas. Para que os comportamentos mudem em grande escala, certas práticas culturais prejudiciais, normas sociais e desigualdades estruturais devem ser levadas em consideração. As abordagens de

mudança social, portanto, tendem a se concentrar na comunidade como a unidade de mudança (UNICEF, 2012).

Um processo de empoderamento é que ele não apenas elimina as estruturas da sociedade civil que são empilhadas contra os marginalizados, mas também inverte a equação de poder em favor dos marginalizados, tornando-os o centro da discussão (Thomas, 2014, citado por Wilkins, Tufte & Obregón, 2014, P. 15).

Uma das particularidades da comunicação é que ela é entendida como sendo um aspecto particular de desenvolvimento que, associado à participação, juntos, criam sinergias que engajam as pessoas a verem e a saberem decidir sobre como pretendem que suas ações sejam orientadas. É neste contexto em que Parks et al. (2005) entende que comunicação e participação tem vindo a se mostrarem como sendo duas faces do desenvolvimento.

Entretanto, estes dois elementos dependem mais da facilitação do conhecimento do agente de mudança envolvido bem como dos recursos disponíveis. Pois, a comunicação participativa “muda as regras a partir da forma como é veiculada em forma de uma comunicação persuasiva para um instrumento de diálogo e de coordenação” (Parks et al, 2005, p. 3) que, por seu turno, ajuda a identificar, articular e resolver os problemas.

No entanto, um dos maiores impedimentos principais na tomada de decisão na adoção de estratégia de participação é pelo facto de se respeitar as hierarquias sociais onde, pode se interpretar que a participação não implica que não haja mais um papel para especialistas em desenvolvimento, planeadores e líderes institucionais. Significa apenas que o ponto de vista dos grupos locais do público é considerado antes que os recursos para projectos de desenvolvimento sejam alocados e distribuídos, e que sugestões para mudanças na política sejam levadas em consideração (FAO, 2005).

Neste caso, percebe-se que dar voz à comunidade ou às pessoas que devem se engajar na mudança diminui estereótipos e valoriza ainda mais o sistema de informação e das relações na medida em que as pessoas passam a pensar no que fazer para resolver os vários problemas advindos.

### 2.3. Os dois sistemas de comunicação no processo da mudança social

Pye (1963) nos seus argumentos mostra que existem dois níveis de comunicação: o *urbano*, tido como sendo da elite e, o *rural*, tido como a comunicação das massas (como citado em Schramm, 1976). Segundo o autor, nas cidades, a comunicação tem cunho político e que uma parte da sociedade não se reflecte nessa comunicação, tomando como base a comunicação oral, mas que é menos eficiente. A comunicação rural, porém, torna-se como sendo o único meio pela escassez dos meios de comunicação onde o indivíduo, ao dar informação, se torna o centro dela. Para o autor, o sistema de comunicação urbana, tem uma dinâmica diferente comparativamente à comunicação rural. Portanto, Schramm (1976) mostra que a comunicação veiculada na cidade exclui, de certa forma, o ambiente rural, pois, nessa ordem, o básico não é incluir a sociedade rural na sociedade de informação, mas torná-la marginal fazendo com que esta fique latente.

O que Pye (1963) nos mostra é que os meios de comunicação de massa são escassos nas zonas rurais. Este facto deve-se a vários factores como a electricidade, infraestruturas e sistema de transporte, por exemplo, o que cria zonas opacas. Porém, para este autor, “mesmo quando os meios de comunicação atingem as povoações, eles em geral, não são delas ou para elas” (como citado Schramm, 1976) o que torna mais deficitário o sistema do uso destes meios. Ora:

os veículos de comunicação de massa centralizados nas cidades, que são eficientes e rápidos, mas se relacionam somente com assuntos urbanos, e os sistemas interpessoais das povoações, lentos e de alcance limitado, que ajudam a isolar as povoações, mas lidam com os assuntos que mais interessam aos habitantes das pequenas cidades. (Pye, 1963, como citado em Schramm, 1976, p. 121)

A exposição aos veículos de comunicação de massa é essencialmente a única razão pela qual as pessoas têm mais informações que outras. A educação, muito provavelmente, estabelece uma diferença, as pessoas aprendem a aprender e, assim, procuram os veículos de comunicação. Ou seja, “as pessoas que são realizadoras, que são mais desejosas de aprender, também provavelmente demandarão os veículos de comunicação e, a personalidade e as normas estabelecerão uma diferença” (Pye, 1963, como citado em Schramm, 1976, p. 123). Fica claro que a educação formal não tem poder sobre as comunidades por ser mais ideológica e burocrática. Ela apenas aparece como sendo um instrumento que valoriza a



comunidade, mas não a satisfaz, sob ponto de vista técnico, pois, as comunidades não se importam com uma educação formal por vários motivos como tempo, condições, acesso, entre outros.

Já, para Deutschmann (1963), a comunicação, tida como um processo de relacionamento pela qual a comunidade se informa e aprende várias formas informalmente, onde “os veículos de comunicação de massa estabelecem diferença substancial na ligação dos claros de informação nos países em desenvolvimento” (como citado em Schramm, 1976, p. 125), para além de que os efeitos da comunicação nos indivíduos é mais forte ou demonstra seu poder na mudança de comportamento.

Maior parte dos países em desenvolvimento usa meios de comunicação de massa tais como: panfleto, folheto, cartaz, entre outros, que levam informação para junto do público desejado de forma a contribuir na mudança de comportamento, porém, com menor impacto, pois, nestes países, esta forma de comunicar reduz o nível de relacionamento. O bom fluxo de informação e comunicação declina fora das cidades pois, “não apenas os veículos de comunicação de massa são raros fora das cidades de países de desenvolvimento: há também carência de meios que possibilitem às pessoas falarem com outras que não sejam as de seu círculo estrito” (Schramm, 1976, p. 125). Por outro lado, “não se pode esperar uma grande difusão enquanto não se difundem mais intensamente os veículos de comunicação de massa, as escolas e outros canais de comunicação” (Deutschmann, 1963, como citado em Schramm, 1976, p. 128).

As notícias, em países em vias de desenvolvimento, são raras a não ser que esteja numa situação onde “o fluxo e suprimento de informação caíam tremendamente à medida que se sai da cidade em direção às povoações. O fluxo de informação é mínimo onde a informação é mínima, e onde as concepções e o comportamento, em sua maioria, demandam transformação” (Deutschmann, 1963, como citado em Schramm, 1976, p.129), isto é, serem dotados de mecanismos de análise e crítica.

Schramm (1976), argumenta que, com a circulação rápida de informação e comunicação abre-se um novo horizonte para as pessoas transformando o seu nível psicológico a uma maior abertura no contexto social, político, cultural, entre outro. Porém, quanto maior for o ângulo de incidência dos meios de comunicação de massa mais se omite o

mundo de suas vivências pelas grandes informações internacionais. De acordo com o autor, quanto mais longo o canal, a informação vai se refazendo e seu valor perde capacidade manipuladora, embora terá importância para outros em retransmiti-la para outros, daí a fraca exactidão. O outro aspecto a que o autor nos remete é que esta informação deve ser veiculada de forma a ser usada localmente, pois, as necessidades locais diferem daí a necessidade de transformá-la e adaptá-la ao uso local, onde o ideal é “(...) comunicar à população como anda o programa e o que se necessita” (Schramm, 1976, p. 138).

#### **2.4. O papel da comunicação e da informação no desenvolvimento sustentável**

A discussão a que se pretende trazer neste ponto está enquadrada no contexto do uso da comunicação, informação e educação como elementos tidos como fundamentais pelo governo de Moçambique, em parceria com as Agências de Cooperação Internacional como é o caso do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), por exemplo, no desenvolvimento sustentável que tem vindo a mostrar teorias eficazes no apoio ao desenvolvimento dos países do terceiro mundo. Isto porque a comunicação e a informação nos países do primeiro mundo observaram impactos positivos onde, na visão de Schramm (1976), fornecem dados e/ou conhecimentos importantes ao uso da técnica daí que “conhecimento é poder” (p. 45), onde, por seu turno, associado ao poder económico e capitalista condiciona a um desenvolvimento sustentável bem como a um bem-estar social.

O processo de desenvolvimento precisa dos alicerces da comunicação que tem a capacidade de substituir vários sectores como o ensino, por exemplo, processo designado por Schramm (1976) como lento e moroso por exigir a construção de escolas e outras infraestruturas na dinamização do desenvolvimento. É neste sentido em que percebemos os argumentos de Briggs e Burke (2006) segundo os quais, os “processos de aprender e ensinar seriam afectados mais profundamente pela nova disponibilidade de informação do que qualquer outra área da vida humana” (p. 262). Portanto, os autores valorizam o fluxo da comunicação como sendo instrumento legal na dinamização do conhecimento que pode influenciar na mudança do comportamento e de atitudes ao desenvolvimento sustentável.

A informação é o instrumento que regula as normas sociais em uma sociedade, pois, ela é “considerada o princípio organizacional da própria vida” (Briggs & Burke, 2006, p.

260) do Homem. A informação ajuda as comunidades a tomarem uma decisão, portanto, o fenómeno de informação e comunicação mostram-se como sendo parte da cultura de uma sociedade em que os signos<sup>13</sup> em troca devem ser repletos de uma significação<sup>14</sup> com valores que respondem à sociedade.

*A sociedade de informação*<sup>15</sup> relacionava-se ao desenvolvimento económico (Briggs & Burke (2006), daí ser premente desenvolver a capacidade da sua circulação de modo a criar coesão social e permitir com que os indivíduos se tornem parte integrante do grupo. Ora, a informação e a comunicação criam e recriam estruturas e formas de sociedade o que faz com que haja necessidade de avanço nesta matéria que afecta a sociedade como um todo (Schramm 1976). Pois, a comunicação e a informação dinamizam a participação da sociedade na produção de bens económicos e industriais. Isto é, estes dois elementos podem ser tomados como sendo os pré-requisitos e, associados à educação (implementado pelos processos comunicativos), tornam-se mais fortes e condicionantes do bem-estar social.

Neste caso, o desenvolvimento das técnicas de comunicação é “a base da população, a cooperação, a industrialização, a educação e as técnicas necessárias numa moderna sociedade (...)” (Schramm 1976, p. 75). O autor mostra a diferença entre ricos e pobres no tocante à comunicação onde “os países subdesenvolvidos possuem também um sistema subdesenvolvido de comunicação” (p. 75), daí se tornarem morosos na mudança de atitude/comportamento o que faz com que percam a capacidade de uma análise crítica capaz de transformar os contextos que dificultam mudanças ou operações à mudanças.

Olhando para as necessidades de informação e comunicação nos países do terceiro mundo, onde esta se mede pelo seu nível de desenvolvimento, Valá (2011) sustenta ser uma

---

<sup>13</sup> O conceito de signo é vista por Peirce (como citado em Netto, 2001, p. 45), sob duas perspectivas: a primeira vê signo como sendo o que representa alguma coisa para alguém sob algum aspecto. Já, no segundo caso, nem tudo é signo se não tiver uma representação triádica ordenada e completa (pp. 67).

<sup>14</sup> Significação refere-se ao resultado interpretativo a que todo intérprete está destinado a chegar se o signo receber a suficiente consideração (Netto, 2001, p. 72). Na visão Semiótica de Peirce, significação refere-se ao modo pelo qual um conceito é tomado pelos intervenientes da comunicação como condição única para que se partilhe uma ideia ou pensamento. Ou seja, é o que está em partilha no processo comunicativo.

<sup>15</sup> Surge no período pós II GM, na primeira metade do Sec. XX num contexto em que o conhecimento científico e o avanço da tecnologia se converteram em meios, ao mesmo tempo, de produção e da demanda de crescente necessidades de informação. Rengifo (2006, como citado em Teixeira, s.d, p. 4) afirma que o nascimento da sociedade da informação tem como origem as transformações da informação digital em valor económico social e em conhecimento útil: cria novas indústrias, novos trabalhos e melhora a forma de vida da sociedade em seu conjunto através de um desenvolvimento baseado no uso do conhecimento. Em linhas gerais podemos perceber a SI como a que se baseia no uso das TICs para a cooperação e partilha de conhecimento entre os actores a fim de disseminarem a formação de competências na população.

simples forma de vida onde um dos elementos está relacionado com a auto-organização das comunidades (p. 35). Portanto, o autor aponta que os dispositivos de comunicação *formais* em prol do desenvolvimento rural em países do terceiro mundo são, grosso modo, insuficientes e ineficientes, para além de que a comunicação, sob ponto de vista urbana, não encontra enquadramento nas zonas rurais, pois, esta circula por mecanismos tradicionais.

A título de exemplo, Valá (2011) aponta uma relação existente entre os mecanismos tradicionais com as confissões religiosas, o mercado local (bazar), a escola, os líderes comunitários, os grupos de interesse (agricultores, criadores de gado, comerciantes, apicultores, pescadores, etc.), bem como a informação veiculada através de expressões culturais como a canção, a dança e o teatro que, ao nosso ver, não deixa de ser uma forma de comunicar e partilhar valores.

Voltando para as análises feitas em Schramm (1976), concluímos que o desenvolvimento de um país influencia o aparecimento de mais formas de comunicação porque “à medida que o desenvolvimento nacional é encaminhado, não são as funções da comunicação que se modificam mas as quantidades de comunicação” (p. 76), de tal sorte que a função da comunicação se mantém estacionária levando a cabo os seus objectivos de modificar o comportamento da sociedade face ao fenómeno do desenvolvimento e que por se estar a observar que suas funções conseguem atingir seus objectivos, faz com que a quantidade de mensagens que circula se dinamize cada vez mais em termos quantitativos. Dai que:

talvez o modo mais comum de escrever o que faz o fluxo de informação enormemente aumentando numa nação em desenvolvimento é dizer que ela propicia o clima para o desenvolvimento nacional (...). Torna o conhecimento especializado mobilizável onde seja necessário e prevê um foro para discussão, liderança e tomada de decisões. (Schramm, 1976, p. 78).

O processo comunicativo e troca de mensagens têm como pressupostos possibilitar que haja um diálogo social de âmbito nacional, mantendo sempre os objectivos e as realizações nacionais perante o público o qual prima pela evolução de todas as estratégias que podem colaborar para a mudança efectiva, (Schramm, 1976). Portanto, “a comunicação moderna sabiamente usada, pode ajudar a integrar comunidades isoladas, as subculturas

diferenciadas, os indivíduos e grupos auto centralizados e os desenvolvimentos separados em um desenvolvimento nacional verdadeiro” (Schramm, 1976, p. 79).

Ora, as questões de disseminação de informação e tendências de alargar os esquemas de comunicação a nível geral das camadas da população faz com que as necessidades do público se evidenciem e se tomem medidas tendentes ao bem comum e, que este bem vai garantir um ambiente que propicie e dinamize fenómenos económicos e capitalistas. O argumento de Schramm é que “a comunicação está sempre no centro da existência para qualquer sociedade, em desenvolvimento ou não. . . . se o fluxo de informações e os canais de comunicação não são adequados a essas tarefas, eles devem ser elevados ao nível da necessidade” (Schramm, 1976, p. 98), o que significa que a comunicação em uma nação em desenvolvimento, em particular, é uma necessidade urgente e ela influencia uma mudança social.

Com base nos argumentos de Schramm (1976) e outros autores analisados até ao momento, pretendemos com que este pensamento sirva de apoio às análises do processo de comunicação para o desenvolvimento feito pelo governo e seus parceiros no contexto do nosso objecto de análise. Os autores em epígrafe mostram ser premente valorizar os sistemas de comunicação como condição *sin qua non* ao desenvolvimento sustentável devendo evidenciar possíveis estratégias para manter o fluxo de mensagens sempre acesa e capaz de motivar a sociedade a se engajar nos processos de implementação dos projectos que visem garantir sustentabilidade local e combater a pobreza.

## **2.5. Implicações da comunicação e educação no contexto do desenvolvimento**

Analisamos, primeiramente, os conceitos de comunicação e de desenvolvimento onde percebemos que eles funcionam como um conjunto de processos onde, neste caso, a comunicação é tomada como sendo o motor que dinamiza o desenvolvimento pelas suas capacidades de influenciar as pessoas à mudança e a manter relações sociais que asseguram o controlo das acções dos indivíduos em um determinado lugar, em muitos casos, do processo educativo.

De acordo com Alonso (1996), o rápido desenvolvimento tecnológico permitiu, sem sombra de dúvidas, que a informação viesse a representar, nos dias actuais, o factor-chave

dos processos produtivos de bens e serviços (como citado em Soares, 2000). Notemos que “a informação geral da sociedade capitalista é uma tendência avassaladora, que marca profundamente o final do século XX, levando à generalização de um tipo de sociabilidade centrada na comunicação electronicamente mediada” (Lima, *in* Bolaño et al., 2008, p. 108).

Por seu turno, Soares (2000) aborda a educação como progresso dos povos que está a ser substituído pelo discurso sobre a excelência e a irreversibilidade da informação. Segundo o autor, nos tempos modernos, a educação está a ser mais negada em detrimento da comunicação, ou seja:

há uma valorização social do mundo da comunicação e uma negação do mundo da educação tradicional. Esta educação, representada pelo tempo lógico, geométrico e identificada com a era fordista, estaria em crise. Já, a instituição denominada comunicação de massa, consolidando um pensamento fragmentado e uma cultura aleatória, essencialmente audiovisual, estaria em alta no imaginário social. A comunicação de massa representaria o eixo que atravessa as novas condições da sociedade de pensar e organizar. (Soares, 2000, p. 14)

Para o caso de perceber a educação em Moçambique, no contexto da liberalização da sua economia e da política, o Estado afirma que apenas organiza e promove o ensino, como parte integrante da acção educativa, nos termos definidos na Constituição da República (Gonçalves, 2011). Ora, em 1991, a Assembleia da República mudou a ideologia *educação* por *ensino*. Dentre os aspectos que envolvem o ensino, de acordo com Gonçalves (2011, p. 119), - o físico, o intelectual, o moral, o religioso, o social, o estético e o cívico – apenas o intelectual é que interessava por envolver a instrução, ficando as outras responsabilidades para os outros agentes envolvidos na socialização. Pois, “a educação escolar deverá ter presente, na condução do processo de formação e socialização dos indivíduos” (Gonçalves, 2011, p. 158).

Furter (1995) mostra que enquanto a educação ainda se encontrar amarrada nas entranhas do poder e depender do espaço geográfico e, por normas conhecidas, o mundo da comunicação tornar-se-á cada vez mais livre, sem *poder* e sem *ideologia* do *poder* e sem dono, vai reflectindo as novas formas planetárias de *poder* (como citado em Soares, 2000). Enquanto se tornar ainda burocrática e hierarquizada, voltando a públicos determinados e,

tendo como missão a sistematização e transmissão de conhecimentos especializados, o sistema de meios se caracteriza por ser um conjunto de instituições com veículos transnacionais, a serviço de públicos abertos, desburocratizado, tendo como conteúdo principal o lazer e um agregado de mercadorias oferecidas ao consumo.

A comunicação revela-nos a flexibilidade de condicionar a transmissão do conhecimento e ao uso da técnica comparativamente ao processo educativo. Encontramos, na comunicação, um mecanismo de relacionamento entre a fonte e o destinatário da mensagem e, olhando para as abordagens de Sousa (2006), percebemos que, de facto, o processo comunicativo é mais social e humano, para além de que ele legitima as representações sociais se comparadas com a educação.

O processo comunicativo cria, virtualmente, uma imensa audiência acessível de produtores e receptores. Com um tempo próprio e um espaço virtual, a comunicação de massa mantém um pé na realidade, ainda que esta seja o universo fluído do imaginário e das paixões humanas. A comunicação de massa faz as pessoas sentirem-se, de alguma forma, cidadãos de um mundo em mutação (Soares, 2000). As analogias deste autor mostram tendências contrárias ao processo de educação que aparece como sendo a negação de transmissão de valores, embora argumentos de vários autores mostrem essa tendência, sua *ideologia* o nega, na medida em que não é social tal como o é a comunicação. É por estas tendências e comportamentos da educação que, nas comunidades rurais, há falta de conhecimento técnico, havendo fundamentos que justificam uma *acção* na busca de uma satisfação plena por meio da comunicação (grifo nosso).

Freire (1970) afirma que o homem é um ser de relações e não só de contactos como o animal; não está apenas no mundo, mas com o mundo na medida em que negocia com este, através dos seus discursos educacionais, uma postura que possa satisfazer suas necessidades culturais (como citado em Soares, 2000). Ora, o autor mostra uma distância entre a comunicação e a educação influenciada pelos discursos, na medida em que a educação se torna mais fechada, autoritária e que é:

imposta em forma de curriculum a alunos e professores. O discurso comunicacional, ao contrário, é desautorizado, desrespeitoso e aberto, no sentido de que está sempre à procura do novo, do diferente, do inusitado. Enquanto a educação está presa ao estado – fragilizado, sem

poder e pobre – naquilo que o Estado tem de pior, que é a burocracia; a comunicação vincula-se ao mercado, aprimora-se constantemente, tem liberdade na construção do seu curriculum e da sua forma de agir. (Soares, 2000, p. 18)

Paralelamente à esta diacidade (comunicação e educação), Kaplún (1999) aponta a existência de um tipo de comunicação por ele apelidado como sendo *comunicação educativa* que, segundo ele, existe para dar à educação métodos e procedimentos para formar a competência comunicativa do educando (como citado em Soares, 2000). Aqui é no sentido de educar pela comunicação e não para a comunicação, ou seja, usar métodos comunicativos na difusão de informação com vista a atingir o comportamento dos indivíduos. Dentro desta perspectiva da *comunicação educativa*, encontramos um mecanismo de relacionamento que enaltece os valores individuais monitorados em função das tendências e necessidades de comunicação onde os *meios* aparecem como sendo o modo dialógico de interação no processo do *agir* no contexto da comunicação pela mudança.

Olhando para os efeitos criados pelo processo comunicativo entre os vários intervenientes percebe-se, nos resultados apresentados nas pesquisas de Hovland (1953, 1960) que qualquer atitude ou opinião se tornam habituais aos indivíduos na medida em que produzem um *incentivo* onde podem ser encontrados vários factores motivacionais que influenciam na mudança (como citado em Gocci & Occhini, 1998). Para Hovland, em uma comunicação que visa alterar opiniões, o emissor da mensagem deve ser *credível e fidedigno* na modificação de atitudes enraizadas. Por outro lado, de acordo com o autor “a comunicação persuasiva pressupõe também a que o receptor da mensagem tenha atenção, compreensão e aceitação da comunicação” (como citado em Gocci & Occhini, 1998, p. 55) pese embora estes também careçam de incentivos. Ora, com base neste procedimento, o receptor se sente como parte do processo e evita a marginalização, pois, o fazer parte já é um reforço.

Por seu turno, Homans (1950) aponta que o comportamento social pode ser explicado e ilustrado em termos de troca, em termos de medição dos ganhos e perdas que ocorrem dentro de uma interacção (como citado em Gocci & Occhini, 1998). Ou seja, um comportamento gratificante de um indivíduo para o outro é uma *recompensa-valor* e um comportamento frustrante corresponde a um castigo. Dito isto, parece evidente que a



possibilidade de troca com um indivíduo e a sua continuidade no tempo se liga sempre ao facto de os dois protagonistas da interacção obterem vantagens a partir dessa troca.

Por esta via, o conceito de *justiça distributiva* introduzido por Homans (1950) refere que, quando o estatuto social e os investimentos que interagem são iguais, os lucros serão iguais, o que significa que, na troca entre um líder e um subordinado, este último terá menor ganho (como citado por Gocci & Occhini, 1998). Assim, Kelley (1959) defende que um comportamento social é mantido e repetido apenas se a recompensa em termos de ganhos e perdas for favorável aos dois elementos da interacção, na medida em que o indivíduo calcula “(...) as vantagens que obtém de uma relação e, se os parâmetros não corresponderem às suas expectativas, é provável que o indivíduo abandone a relação, mas apenas no caso em que abandoná-la não implique custos ainda maiores” (Kelley, 1959, como citado em Gocci & Occhini, 1998, p. 61).

Ora, o comportamento é consequência da aprendizagem de uma conexão entre um estímulo e uma reacção, ou seja, estímulo-resposta. Assim, podemos afirmar que qualquer comportamento humano está voltado para uma meta onde para que seja atingida, o indivíduo utiliza, de acordo com Gocci e Occhini (1998, p. 63), mapas cognitivos de aprendizagens anteriores que o guiam no interior do seu ambiente sensorial.

Examinando ambientes onde há uma suposta interacção social e partilha de opiniões em função do benefício social, conclui-se que a acção positiva entre os homens e as atitudes entre um líder e seu subordinado devem ser equilibrados de forma que os ganhos entre os participantes, e não só possam, de certa forma, devem demonstrar uma compensação.

## **2.6. Influência da comunicação e da cultura nas transformações sociais**

Foi assumido, desde o princípio deste trabalho, que a comunicação é tomada como prova do condicionamento ao bem-estar e tem a capacidade de influenciar a uma visão ampla no indivíduo o que pode o levar à acção positiva, em função das suas necessidades levadas a cabo por influências culturais. A cultura, neste caso, é entendido em de acordo com Kroeber (citado por Laraia, 2001, pp. 25-28) é entendida como sendo o comportamento que justifica uma certa acção; como meio de adaptação aos diferentes meios ecológicos; romper as

diferenças ambientais; depender do aprendizado do que agir por meio de atitudes geneticamente determinadas. Portanto, podemos afirmar, de forma categórica, que comunicação é um processo cultural.

Assim, a comunicação e a cultura, como medidas de tendências na aquisição do conhecimento, comportamento e uso da técnica de produção, são chamados para responderem às necessidades dos mais desfavorecidos. Isto é, com a ajuda do Estado e dos meios de comunicação de massa, juntos, buscam formas e alternativas de alargar uso massivo do fluxo de mensagens ao benefício do cidadão de tal forma que se consiga alcançar maior número de pessoas, com vista à elevação dos padrões de desenvolvimento das comunidades.

Neste caso, “treinar o indivíduo para sua integração no mercado global não significa preparar qualquer indivíduo, somente aqueles selecionados culturalmente e, portanto, socialmente, isto é, com menor risco de fracasso, serão mais facilmente capacitados” (Bolaño at all, 2008, p. 101).

Ora, na percepção de Bolaño at al. (2008, pp. 116-117), a ideia de progresso se baseia em uma concepção moderna que transmite aos indivíduos um *conhecimento da técnica* do trabalho onde, pelos efeitos da modernidade, se impõe novas *formas de produtividade e competitividade* em função dos avanços tecnológicos que consolidam a ideia de que o conhecimento é a matéria-prima das economias modernas e que as novas formas organizacionais requerem relações de trabalho mais flexíveis que apontam para novas maneiras de construção de conhecimento. Tal fenómeno requer:

uma nova cultura apoiada em tecnologia que suporta e integra processos de interação e comunicação (...) e implica em redimensionar o papel que o professor deverá desempenhar na formação do cidadão do século XX. (...) introduzir mudanças no processo ensino-aprendizagem e ainda nos modos de estruturação e funcionamento da Escola e das relações com a comunidade. (Bolaño at al., 2008, p. 119)

Neste caso, é importante sublinhar que países em desenvolvimento cujos desníveis tecnológicos e sociais em relação aos países ricos são profundos, podem também acentuar as desigualdades económicas e sociais em seu interior, o que produzirá riscos sociais consideráveis que podem culminar em exclusão social, marginalidade, entre outros males sociais, (Bolaño at al., 2008).

Portanto, a cultura e a comunicação são elevadas a motores de desenvolvimento, conforme argumenta a *teoria económica*<sup>16</sup>, voltada às exigências do mercado global. O desenvolvimento e a integração social chamam o Estado e o capital ao processo de construção de uma condição necessária de produção capitalista onde a comunicação dinamiza a informação ao conhecimento do uso da técnica, fazendo com que a cultura tome espaço no contexto do desenvolvimento.

Por outro lado, o contexto do desenvolvimento actual, implicado pelas condições culturais e sociopolíticas chamam atenção ao Estado no uso das teorias do neoliberalismo<sup>17</sup> e da globalização<sup>18</sup> que, contrariamente ao liberalismo, reafirmam o atraso económico e o aumento da exclusão social. Por isso, a informação que circula nestes Estados, grande parte se não toda, é de mão-única ficando no monopólio do Estado conservador e do capital monopolista.

As tendências de espelhar os países em desenvolvimento em função das outras sociedades para estratégias de desenvolvimento devem ser abolidas e passar a se olhar para questões prementes à sociedade moçambicana em termos tradicionais e transformar a tradição em moderna, sob pena e risco de sempre que se esquecerem as questões culturais, a estratégia de desenvolvimento falhe. O desenvolvimento é um fenómeno cujas teorias devem ser analisadas com as da comunicação e informação, onde os dois últimos funcionam como motor de análise e medida das tendências, gerais desde o comportamento da sociedade até ao da própria economia capitalista.

Portanto, a condição socioeconómica está mais assente sobre o ideal da aldeia global em que o fluxo de mensagens mostra e demonstra a sua capacidade de transformar a situação precária em uma vantagem e criar sinergias que condicionem ao bem-estar social. Ou seja, a

---

<sup>16</sup> É uma hipótese ou modelo que explica aspectos da realidade económica baseada em dois enfoques: micro e macroeconomia.

<sup>17</sup> Neo-liberalismo é percebido pelos cientistas políticos e sociais como sendo o novo Liberalismo. Etimologicamente, Clément *et all* (1999: 228) entende ser uma teoria onde o Estado tem como função garantir os direitos individuais. Bobbio *et all* (2000: 695) diz ser uma forma de auto-destruição. Ao nosso entender, neo-liberalismo seria uma nova forma de pensar que anula o poder do Estado na provisão do bem-estar social implicado pelo capitalismo. Podemos sublinhar o neo-liberalismo como uma teoria económica que determina o resultado da aplicação das políticas económicas.

<sup>18</sup> Giddens (1990, p. 64) e Kassotche (1999, p. 22), referem que a globalização é um processo de expansão ou intensificação das relações sociais à escala mundial, que ligam localidades distintas de tal maneira que os acontecimentos locais são informados por acontecimentos que se dão a muitas milhas de distância, e vice-versa. Percebemos Globalização como sendo um processo de integração económica, cultural, política e social influenciados pela abertura dos canais de comunicação e de transporte a nível mundial condicionado pelas necessidades do Capitalismo em formar uma aldeia global abrindo mercados que permite maior fluxo de bens e serviços nos países desenvolvidos nos finais do Sec. XX e princípios do Sec. XXI. Este processo desestrutura as bases políticas, económicas, sociais e culturais dos países (Stiglitz, 2006)

circulação de informação cai de cima dos sistemas da globalização, quando seu uso for do benefício do cidadão e não ter tendências ideológicas que mascaram as posições, necessidades e satisfações do homem. Neste caso, o Estado deve ser responsabilizado pela circulação de informação criando condições para que a comunidade se sinta protegida em função dos seus objectivos. Esta tendência vai fazer com que os indivíduos se sintam mais livres na tomada de decisão o que vai condicionar sua liberdade na participação da criação de riquezas (Sen, 2001, p. 15).

Ora, o futuro da sociedade, como um conjunto de indivíduos com mesma contiguidade e objectivos, merece uma análise apurada com vista a salvaguardar seus interesses, à liberdade de acesso à informação. Esta liberdade, no entanto, torna-se sector chave para orientar a família rumo ao desenvolvimento através da informação. Portanto, a família e a sociedade tradicional são orientadas por normas muito rígidas. As desigualdades entre homens e mulheres são acentuadas e, as crianças são tidas não como alegria dos pais, mas como agentes económicos que libertam a família da exclusão. Pois, as crianças tomam o papel de sustentar, de uma ou de outra forma, os caprichos da família e, as mulheres, como reprodutoras, o que faz com que estes elementos sejam tomados como sendo chaves para o desenvolvimento, na medida em que passam a dinamizar as populações ao bem-estar. Neste âmbito, a comunicação deve ser tomada na qualidade de elemento que busca trazer diálogo que possa pôr fim a este mal.

## **2.7. O uso da comunicação e as condições para a eficiência do desenvolvimento**

Nos Países em desenvolvimento, existe uma elite modernizadora que se empenha na mudança e, outra tradicional, tida como conservadora. Ora, na visão de Schramm (1973) dentro da estrutura do poder haverá planeadores que, supostamente, irão lidar com a elite de liderança e com a elite técnica, uma burocracia em numerosos níveis; e uma equipe de campo para representar a burocracia junto às massas, onde ocorre o fluxo de comunicação entre os grupos. A burocracia serve para facilitar o fluxo de informação de elite para as massas e vice-versa.

O processo comunicativo, nas nações em desenvolvimento, não tem um fluxo bidirecional (de duas mãos) adequado de informação e de forma satisfatória, embora tenha o

papel de multiplicador e de apaziguador das ameaças no contexto social bem como usar a comunicação para implementar e ampliar a ideia de mudança, para aumentar as expectativas do seu povo e torna-lo uma sociedade moderna (Schramm, 1973). Para este autor, a comunicação pode ser usada de forma eficiente, obedecendo algumas condições, de modo a que possa favorecer o desenvolvimento sustentável a saber: a dinâmica planeada; adaptação à cultura; distribuição da mensagem; Comunicação bidirecional; repetição; credibilidade e atenção; demonstração; prática.

### **2.7.1. Dinâmica planeada**

Schramm (1973) mostra existir um problema da eficiência na questão referente à dinâmica psicológica que, por sua vez, produz mudança do comportamento. Para o autor, a maior parte da teoria da comunicação é tanto psicológica assim como sociológica:

porque ela trata do comportamento dos indivíduos e de grupos; e a maior parte do planejamento para a comunicação eficiente deve consistir em termos sociais e psicológicos do conteúdo das mensagens a serem comunicadas . . . decidir o que comunicar exige que nos concentremos, não tanto sobre a comunicação, mas sobre a mudança. (p. 34)

Portanto, para este efeito Schramm apresenta como problema o modo como se planeia as mensagens que possam influenciar a mudança do comportamento e que se o problema não for resolvido nenhuma mensagem surtirá efeitos desejados à mudança. Na verdade, esta dinâmica planeada deve dar prioridade ao contexto psicossocial da comunidade. Deve valorizar o padrão das atitudes visíveis e manifestas, mas também procurar buscar respostas às latentes.

### **2.7.2. Adaptação à cultura**

Qualquer mudança brusca, em norma, valores e práticas fortemente arraigadas, requer muito mais que uma campanha através dos meios de comunicação de massa. Com efeito, geralmente requer uma mudança básica sobre o ambiente.

A comunicação que visa mudança deve olhar ao sistema de símbolos sociais e explicitar esta mudança no contexto em que se pretende mudar bastando apenas respeitar as

normas sociais. Pois, “(...) se a comunicação for para advogar uma mudança de comportamento, terá de defender uma mudança que seja exequível na cultura” (Schramm, 1973, p. 36).

### **2.7.3. Distribuição da mensagem**

A comunicação só se torna eficiente se e só se ela conseguir, de certa forma, atingir o emissor, pois, o objectivo último do processo de transmissão de mensagens é atingir o emissor, mas no sentido de ser o indivíduo a que se pretende mudar. Por outras, a mudança de comportamento ela é dirigida e, caso a mensagem não atinja a pessoa desejada, então, não se efectuará mudança alguma. Portanto, “a comunicação dirigida para a mudança deve, obviamente, atingir a pessoa ou pessoas capazes de decidirem a mudança” (Schramm, 1973, p. 38).

### **2.7.4. Comunicação bidireccional**

Na comunicação bidireccional encontramos dois sujeitos no processo de troca de mensagens onde num momento o emissor passa a ser receptor da mensagem (troca de papéis). Ora, na visão de Schramm (1973), a comunicação bidireccional é mais eficiente que a comunicação unidireccional, na medida em que a primeira (bidireccional) permite a participação de todos nos fenómenos em causa e que cada um se sente como parte do processo bem como ter a capacidade de:

dizer ao comunicador quem o ouve e, dentro de certos limites, quais são seus gostos, preferências e interesses. . . . a comunicação bidireccional ao serviço da mudança, requer mais do que a simples obtenção de informações sobre as pessoas a serem mudadas. Ela requer participação de ambas as partes na mudança sugerida. (Schramm, 1973, p. 39)

Esta particularidade, na opinião do autor, significa que as necessidades, desejos e ideias da comunidade devem caminhar em paralelo com as dos agentes de mudança, tomando em conta o respeito mútuo.

### **2.7.5. Repetição, credibilidade e atenção**

A comunicação ou o fluxo rápido de informações deve ser ouvida e percebida pelo seu público destinatário. Portanto, na visão do autor, esta circulação, quando bem operacionalizada, não precisa, necessariamente, que o agente que difunde a mensagem seja um líder, mas que tenha uma certa aceitação no seio da comunidade.

### **2.7.6. Demonstração**

É tomado como sendo um exemplo que também é útil no processo da comunicação dirigida<sup>19</sup> embora, em algum momento, esta demonstração ou exemplo possa não satisfazer o receptor da mensagem, mas sempre, ou quase sempre, seus efeitos são positivos.

### **2.7.7. Prática**

É colocar em acção o aprendido. Esta actividade ajuda ao aprendiz a reter e a aperfeiçoar as capacidades, de tal forma que ele encontre mecanismo de aplicar no seu dia-a-dia e ajudar a sociedade como um todo a alcançar seus objectivos.

## **2.8. Modelos de comunicação**

Os modelos de comunicação podem ser divididos em dois campos: o primeiro é referente ao *processo da comunicação (situacionais)* e, o segundo é referente à *difusão*. Neste caso, para Schuler et al. (2004), o esclarecimento da comunicação é uma questão complexa e é preciso fazer uma análise de vários modelos que apresentam uma fundamentação teórica e interpretativa a saber:

### **2.8.1. Modelos situacionais**

- a) *modelo mecanicista* – apresentado por Shannon e Weaver (1949), procura resolver os problemas<sup>20</sup> das telecomunicações. É, pela sua clareza e simplicidade, usado para explicar o processo comunicativo. É um modelo físico e mecânico por isso não explica a comunicação humana e não se preocupa com o receptor e sim com a fonte.

---

<sup>19</sup>É uma estratégia de comunicação que privilegia o receptor da mensagem. Ela consiste em contactos cara a cara e fazer com que as pessoas se sintam parte integrante ao processo em causa (BALDISSERA, 2001:121)

<sup>20</sup> É percebido como sendo o problema técnico (precisão de transmissão da mensagem), semântico (precisão no transporte do significado) e problema da eficácia (eficácia do significado em afectar o comportamento do receptor), todos identificados em três níveis (A, B e C) Fisk (2001: 20).

“Os modelos mecanicistas, quando aplicados à comunicação humana e social, tendem a apresentar a comunicação como um fenómeno neutro, sem intencionalidade manifesta, excepto a de transmitir fielmente uma mensagem, e sem uma relação evidente com a estrutura social na qual o processo se desenvolve” (Fisk 2001, p. 12). O modelo mecanicista apresenta a comunicação unidirecional e coloca o receptor numa posição passiva, é como se o acto de reconstituir um sentido sobre a mensagem percebida não fosse, por si só, uma acção, uma criação, uma vívida participação no fenómeno de tornar uma informação comum (Schuler at all, 2004).

- b) *modelo psicológico*** – trata a fonte e o receptor como pessoas e apresentam um outro nível de preocupação. Autores como Osgood (1954), Hoveland (1972) e Berlo (1960) tratam de relacionar a parte física da comunicação com os processos mentais das pessoas que se comunicam (como citados em Schuler at al. (2004). isto é, Osgood (1954) refere que no interior dos sujeitos da comunicação ocorre o processo de composição e de interpretação da mensagem. No seu exterior, ocorre o processo do estímulo. Segundo Osgood, quando o receptor é estimulado pela mensagem, processa, em seu campo interno, sua interpretação e pode agir de forma distinta para responder a esses estímulos. O modelo de Berlo (1960) considera o conhecimento, experiência e cultura elementos primordiais da fonte e do receptor da mensagem e reforça a importância da interpretação, como complemento fundamental da decodificação, a atenção do receptor é de dar significado à mensagem recebida. Hoveland (1972) preocupou-se com os efeitos da persuasão e de mudança de atitudes e de comportamento devido aos efeitos da comunicação social que tomam em análise o aspecto do conteúdo, as características do comunicador e dos meios, actuam sobre a atenção, a compreensão e aceitação das mensagens que por fim provocam a mudança de atitudes (mudança de opinião, comportamento, percepção e afecto). Este modelo refere que para compreender a comunicação não basta entender a manipulação de signos e canais, é preciso também compreender o funcionamento lógico da inteligência.
- c) *Modelo sociológico*** – o importante neste modelo é o ambiente, ou seja, os grupos sociais em que os indivíduos se encontram durante o processo comunicativo. Neste caso, toma espaço a questão cultural e a forma de linguagem.



- d) *Modelo antropológico* – Lévi-Strauss (1958) na sua antropologia cultural dá-nos uma ideia sobre o papel da comunicação como instrumento da organização dos componentes culturais.
- e) *Modelo Semiológico*<sup>21</sup> - trouxe um olhar mais analítico aos sistemas de signos. Ele compreende a Sintáctica<sup>22</sup>, a morfologia<sup>23</sup>, a Semântica<sup>24</sup> e a Pragmática<sup>25</sup>.
- f) *Modelo Sistémico* – integra, numa mesma análise, a descrição dos elementos e dos processos da comunicação com a compreensão da sua funcionalidade, de sua dinâmica e de seus efeitos gerais sobre as pessoas que se comunicam.
- g) *Modelo Dialéctico-Estrutural* – resulta da incapacidade de os modelos precedentes não explicarem cabalmente o desenrolar da comunicação. Esta Escola indica a relação entre a *realidade objectiva* e a *consciência*, considerados ambos factores dinâmicos e interactuantes. O modelo explica que o contexto cultural, bem como a diferença de níveis são influentes na diferenciação de interpretação de uma mesma realidade.

Estes modelos, na visão de Schuler et al. (2004) e Rodrigo (2014), não explicam exaustiva e completamente as dimensões da comunicação humana, pois, para os dois autores, o modelo é uma representação simplificada de uma realidade, como um mapa de um território que apenas dá indicações sem mostrar o comportamento do seu conteúdo, no geral.

O modelo de comunicação retrata o esquema completo de um processo comunicativo que, segundo Schuler et al. (2004, pp. 18-21) pode ser considerado como de todas as formas de trocas de informações de forma natural. Este sistema é preenchido por elementos tais como *o emissor, o receptor, a mensagem* e de processos como *a composição, a interpretação e a resposta*, onde cada um desempenha uma função específica. Portanto, neste caso, o *emissor* é a fonte de informação que pode ser uma máquina, um Homem ou um objecto, o

---

<sup>21</sup> Partem dos pressupostos teóricos da Semiótica dedicada à ciência do estudo dos signos na vertente lógica (Filosófica) de Peirce (1940) e Linguística de Saussure (1969).

<sup>22</sup> Estuda as relações estruturais dos signos dentro dos sistemas significantes, Schuler (2004).

<sup>23</sup> Foi agregada por Chomski apud Schuler (2004) na década de 60 com seus estudos entre a estrutura profunda da mensagem e a estrutura de superfície (a forma da mensagem).

<sup>24</sup> Estuda as relações entre os signos e seus significados (Schuler et al., 2004).

<sup>25</sup> Dedicar-se às relações entre o signo e as pessoas envolvidas na comunicação (Schuler et al., 2004).

*canal* é o meio que faz a informação chegar ao receptor, o *receptor* (passivo<sup>26</sup>, reactivo<sup>27</sup> e proactivo<sup>28</sup>) é o que recebe a informação, a *mensagem* o que é dito. Portanto,

neste modelo, emissor e receptor são elementos que representam funções e não pessoas, diretamente. Isto quer dizer que se pode ser uma situação de comunicação em que o emissor seja uma pessoa, várias pessoas, uma organização, toda uma sociedade. Da mesma forma o receptor pode ser uma ou várias, organizações, etc. O mais importante a compreender é que, durante uma situação de comunicação entre pessoas, não se pode atribuir isoladamente a função de emissor a uma delas e a de receptor a outra. (Schuler et al., 2004, p. 20).

Ora, os sujeitos envolvidos na comunicação devem se compreender para que esta comunicação se torne num processo e, por outro lado, deve haver um equilíbrio nas funções desempenhadas, havendo troca de papéis, por outro. E, de acordo com Schuler et al. (2004, pp. 22-29), para que o sistema seja funcional, deve haver sinergias<sup>29</sup> em todo sistema. Estas sinergias consistem em uma adequação e combinação nos elementos que fazem parte do sistema. Assim, a autora aponta que podemos encontrar as seguintes sinergias: *adequação canal-mensagem*, *adequação emissor-mensagem*, *adequação emissor-canal*, *adequação canal-receptor* e *adequação mensagem-receptor* que, na verdade, são combinações de elementos do esquema comunicativo a saber:

- *Adequação canal-mensagem* – a composição da mensagem em si deve estar adequada ao canal a ser usado. Uma mensagem bem composta, para ser efectiva, deve ser veiculada adequadamente;
- *adequação emissor-mensagem* – a forma que assume a mensagem deve ser coerente com o emissor, com sua imagem e com seu objectivo de comunicação. Por exemplo, o discurso de uma Freira ou um Padre, como educadores, não deve ter no seu discurso palavrões do mais baixo calão;
- *adequação emissor-canal* – deve ser considerado que o canal sempre comporta um significado específico, isto é, a comunicação com público deve obedecer a um conjunto de canais possíveis que satisfaçam a esse público;

---

<sup>26</sup> É um tipo de comportamento que inibe o receptor a usar a informação recebida (Schuler et al., 2004: 20).

<sup>27</sup> Tipo de comportamento que faz com que o receptor reaja (Schuler et al., 2004: 20).

<sup>28</sup> Neste, o receptor procura ou provoca a emissão da informação que ele deseja, por vezes ele emite estímulos que provocam a manifestação da fonte (Schuler et al., 2004: 20).

<sup>29</sup> Sinergia refere-se a toda uma acção coordenada de diversos órgãos, associação de diversos factores que concorrem para uma acção, a um efeito único (Schuler et al., 2004: 21).

- *adequação canal-receptor* – um exemplo elucidativo é a pretensão de estabelecer comunicação com um cão através de carta. É lógico que não é esse o canal adequado para esse receptor. *É preciso, no processo, adequar a comunicação às capacidades intelectuais do receptor* (o grifo é nosso);
- *adequação mensagem-receptor* – a forma da mensagem deve permitir sua descodificação pelo receptor. A linguagem<sup>30</sup> escolhida para formalizar a mensagem deve ser do domínio do receptor. *Há uma ligação estreita entre a função poética e conativa* (o grifo é nosso).

Ou seja, é uma necessidade apregoada pelo processo comunicativo que, apesar de cada um visar um certo objectivo, a ideia é manter firme o processo e fazer com que se mantenha um equilíbrio. Portanto, é importante referenciar, segundo Munari (1968) que cada receptor e, cada um à sua maneira própria, perceba as mensagens através de filtros, definidos por ele como filtros sensoriais<sup>31</sup>, operativos<sup>32</sup> e culturais<sup>33</sup> (como citado em Schuler et al., 2004: 26).

### 2.8.2. Modelos de difusão

Os modelos situacionais elevam um padrão de análise em função dos sujeitos envolvidos. Assim, podemos encontrar modelos que são considerados modelos de difusão públicas, na medida em que se comportam como forma de expressão, difusão no alcance de um público receptor.

Neste caso, Grunig e Hunt, citados por Kunsch et al. (2006) apontam os seguintes:

- a) modelo de Imprensa/propaganda (Séc. XIX): visa publicar notícias sobre a organização e despertar atenção da *media*. É uma comunicação de mão única e não permite troca de informação;
- b) modelo de informação pública (inícios do Séc. XX): caracterizado por disseminar informações relativamente objectivas por meio da *media*;

---

<sup>30</sup> Linguagem seria, segundo Marx *apud* Fiorin (2003), um fenómeno extremamente complexo, que pode ser estudada sob vários pontos de vista, pois pertence a vários domínios que pode ser social, física, fisiológica e psíquica. Também pode ser percebida como qualquer e todo sistema de signos que serve de meio de comunicação de ideias, pensamentos ou sentimentos.

<sup>31</sup> Refere-se ao equipamento perceptivo do receptor (Schuler et al., 2004: 26).

<sup>32</sup> É a forma pela qual o receptor processa a mensagem de acordo com suas características psicológicas Schuler et al., (2004: 26).

<sup>33</sup> Referem-se à limitação do ser humano em deixar apenas passar mensagens que ele reconhece, quer pelo desconhecimento do código quer pelo preconceito (Schuler et al., 2004: 26).

- c) modelo assimétrico de duas mãos (início de 1914): usa pesquisas para desenvolver mensagens persuasivas e manipuladoras. Visa os interesses só da organização e não se importa com os do público e;
- d) modelo simétrico de duas mãos (actual): centra-se em busca de equilíbrio entre os interesses da organização e dos do público envolvido. Baseia-se em pesquisas e utiliza a comunicação para administrar conflitos e melhorar entendimento com o público enfatizando os públicos que a *media*. As organizações têm de ouvir e levar em conta os interesses do público. Na perspectiva de Kunsch et al. (2006, p. 113), podemos encontrar o quinto modelo, cuja essência é a negociação que usa a *teoria dos jogos*<sup>34</sup> e associa os modelos simétricos e assimétricos. A negociação consiste em os envolvidos cederem até se alcançar um meio-termo.

O modelo simétrico de duas mãos, sendo um modelo de comunicação do tipo institucional, é o modelo a que consideramos como sendo o ideal no processo de comunicação entre uma instituição e seus diversos públicos, na medida em que busca equilíbrio e usa uma forma de comunicação que perspectiva criar relacionamentos com esses públicos. Porém, o modelo de negociação, que surge pelas necessidades de equilibrar os ganhos da comunicação, ganha mais dinâmica neste processo.

## **2.9. Política estratégica da comunicação participativa**

A tarefa da comunicação é persuadir as pessoas a modificar práticas por meio de campanhas informativas destinadas a corrigir e ampliar o conhecimento e a atitude. (Waisbord, 2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014).

O paradigma da persuasão vê a comunicação estratégica de forma positiva como um conjunto de acções planeadas destinadas a equipar as pessoas com informações para fazer melhores escolhas. Para Piotrow e Kincaid (2001), “a comunicação estratégica é baseada na combinação de factos, ideias e teorias integradas por um projecto visionário para alcançar objectivos verificáveis, afectando as fontes mais prováveis e as barreiras à mudança do comportamento com a participação activa das partes interessadas e beneficiários” (como citado em Waisbord, 2014, *in* Wilkins, Tufte & Obregón, 2014, p. 149).

---

<sup>34</sup> Na óptica de Chiavenato (2002: 319), a teoria dos jogos é uma aplicação da lógica matemática no processo de tomada de decisão nos jogos e, por extensão, nas organizações numa situação de conflito de interesse por causa de uma informação incompleta.

O modelo participativo compreende a comunicação em termos de diálogo. Ela defende as raízes etimológicas da comunicação - o cultivo de um senso de comunidade e de comunidades através do diálogo e da acção. Defende uma nação de comunicação democrática identificada com a livre troca de ideias entre os membros da comunidade. Seu principal interesse é entender as condições que favoreçam ou desencorajam o diálogo comunitário, a aprendizagem mútua, a solidariedade e a acção colectiva (Waisbord, 2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014, pp. 151-152).

A comunicação é entendida como campanhas de informação ocasionais, de cima para baixo, decididas de forma centralizada por profissionais qualificados para planificarem e financiadores que concebem audiências que são receptores passivos de informações pré-empacotadas. A comunicação deve incentivar os cidadãos a participarem activamente nas comunidades por meio da discussão de questões, problemas e desafios (Waisbord, 2014 em Wilkins, Tufte e Obregón, 2014).

Uma comunicação ou estratégia de difusão deve obedecer uma certa estratégia para alcançar seus objectivos de forma satisfatória, criando uma cooperação comunitária de quem a recebe. Nos modelos de comunicação Schuler et al. (2004), mostrou que os tipos diversos de receptores (passivo, reativo e proactivo) cada um tem sua capacidade de se expor às mensagens, determinando o seu posicionamento final em termos de comportamento adoptado. Uma comunicação deve, por assim dizer, mover um estágio de tendência do comportamento dos receptores como sendo a forma mais clássica de mostrar e provar a pertinência da mensagem enviada, porque do contrário, equivale a não ter enviado nenhum estímulo.

## **2.10. O significado da comunicação para o desenvolvimento**

Neste ponto não pretendemos trazer definições sobre o conceito de desenvolvimento, mas fazer uma retrospectiva sobre ela, de acordo com o que teremos abordado até então. Ora, o suporte dos nossos argumentos é que desenvolvimento significa um movimento progressista de base ampla, sinónimo de crescimento, modernização, industrialização, autoconfiança, mudança social, culminando no desenvolvimento nacional. Linden (1989), sugere que desenvolvimento deve ser um processo que alcança a autoconfiança e melhoria de

condições de vida da maioria desprivilegiada da população. Por seu turno, Rogers (1977) argumenta que o desenvolvimento é um processo amplamente participativo de mudança social em uma sociedade, destinado a trazer progresso (incluindo maior qualidade, liberdade e outra qualidade de valor) para a maioria das pessoas, através de um maior controle sobre seu ambiente (como citado em Prasad, 2009).

Por essas e outras razões, o Professor Cairncross demonstrou que, desenvolvimento não é apenas uma questão de ter muito dinheiro, nem é um fenómeno puramente económico. Abrange todos os aspectos do comportamento social - o estabelecimento da lei e da ordem, a relação entre família, alfabetização e escrupulos no trato comercial, familiaridade com dispositivos mecânicos, e assim por diante (como citado em Jhingan, 1975).

Provavelmente, o nosso maior argumento em defender desenvolvimento sustentável das comunidades esteja embasada na definição do Professor Cairncross na medida em que ele nos remete à ideia do comportamento social, onde a base da pirâmide tenha dimensões quase que iguais ao topo na escala das necessidades de Maslow. Assumimos o comportamento social como a dimensão social de medição de um bem-estar, onde, por exemplo, as relações entre famílias, como indica o professor Cairncross, são por nós entendidas como sendo as que dispensam as questões económicas pela liberdade, um valor incomensurável da visão de Sen.

Ora, o objetivo do desenvolvimento está em ir além do avanço material para canalizar, construtivamente, a vasta energia humana, fluindo livremente em direção à paz, amor e harmonia. O desenvolvimento é, portanto, uma evolução multidimensional nos planos da sociedade, económico, político, cultural e humano (Prasad, 2009).

Os argumentos de Prasad (2009) mostram que os meios de comunicação de massa são fundamentais para impulsionar projectos de desenvolvimento nos países do terceiro mundo cujas políticas de comunicação não são claras, o que dificulta na motivação e engajamento das pessoas.

De acordo com Melkote e Steeves (2001), no final dos anos 1950, os primeiros teóricos da comunicação, como Lerner (1958) e Schramm (1964), estavam convencidos de que a *media* de massa poderia levar os países em desenvolvimento a saírem da pobreza, do analfabetismo e terem infraestruturas melhoradas de acordo com o estilo de vida moderno.

(como citado em Prasad, 2009). Por volta de 1960, a UNESCO, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) começaram a se concentrar na comunicação para promover a modernização no terceiro mundo, com base nas experiências dos países desenvolvidos da Europa Ocidental e dos EUA. Essas abordagens iniciais falharam na modernização das pessoas, uma vez que eram equiparadas à ocidentalização, que era vista como um processo de cima para baixo, onde os meios de comunicação de massa, vistos como catalisadores de mudança, tinham alcance limitado entre as vastas populações e não absorviam as complexidades da cultura e estruturas que poderiam apoiar a mudança (Melkote & Steeves, 2001, como citado em Prasad, 2009).

Entende-se que os modelos de comunicação bem como de desenvolvimento aplicados nos países do terceiro mundo foram todos eles exportados de outros contextos e aplicados em outros sem que antes se observe os vários aspectos que orientam e determinam em grande medida o comportamento das pessoas, por exemplo as questões antropológicas e culturais. Considerando a comunicação imprescindível para impulsionar o desenvolvimento, é importante considerá-la como sendo um aspecto cultural, pois, as pessoas, em determinados lugares, comunicam em função das normas estabelecidas. Por exemplo, a forma como, no caso de Moçambique, assumindo as diferentes etnias existentes e, assumindo o grupo étnico como cultural, a transferência de uma mensagem de um lugar ao outro sem que obedeça ao critério de contextualização e adaptação sempre vai resultar em fracasso, pois, os cuidados sobre saúde, do ponto de vista étnico, é diferente para cada lugar.

Por exemplo, a questão da cólera no norte de Moçambique sempre vai ser um problema pelo facto de se ter usado o termo ‘cloro’ para designar a substância que purifica a água. Isto porque os termos ‘cloro’ e ‘cólera’, na percepção da etnia macua, são similares, o que significa ter sido um erro usar-se o mesmo conceito para designar o purificador de água a nível nacional como se de uma “nação” se tratasse.





## CAPÍTULO III.

### 3. AS DINÂMICAS DA COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE

#### 3.1. Media e os contornos do desenvolvimento sustentável

A comunicação é um instrumento de relações que vem sendo analisada desde os tempos do progresso das outras ciências como a astronomia, medicina, matemática, filosofia, sociologia, política, economia, entre outras áreas do saber. Tanto a comunicação interpessoal (informal) bem como a comunicação através dos dispositivos electrónicos (formal) como o jornal rádio, televisão e nos últimos dias com a internet, vem apoiando as sociedades a observarem seu desenvolvimento a partir da eliminação/diminuição dos espaços tanto físicos assim como de tempo para o bem da humanidade. Ela é uma ciência jovem, portanto, em construção, o que nos remete a um problema de definição clara e precisa em relação ao objecto, fontes e métodos próprios para a sua análise.

Para melhor nos fazermos compreender, quando falamos de comunicação, iremos excluir, neste texto, de forma intencional, a comunicação interpessoal (informal), ou seja, aquela que não tem sua manifestação social conhecida através dos meios de Comunicação de Massa, mas sem ignorarmos a existência de outros tipos de comunicação, porém, como apresentam mais resultados individuais do que sociais, não serão tratados neste ensejo. O facto é porque, ao longo do texto, queremos perceber os contornos da comunicação trazidos no âmbito do desenvolvimento dos projectos implementados nas *Vilas de Milénio em Moçambique* no contexto da mudança social e de comportamento que, porventura influencia ao desenvolvimento das comunidades como um todo. Portanto, quando falamos da comunicação social, autores como Diaz e Alffond (2001, como citado em Vicente, 2009) mostram-nos que sua história remonta aos anos 1940.

A partir da metodologia do marxismo e funcionalismo, as contribuições de Marx e Engels foram predominantes nas questões sociais. Estes dois autores tiveram um papel fundamental nas análises das questões socioeconómicas onde, o marxismo, por exemplo, expresso na obra *Contribuição à crítica da economia política* implicava, para Vicente (2009, p. 20), na aceitação de alguns princípios básicos como a existência do conflito na mudança social. Conflito este que, na maior parte dos casos, gera turbulências dentro da sociedade

pelo facto de a mudança não ser aceite pela maioria ou parte da sociedade. Assim, a mudança social através dos media torna-se o centro da nossa preocupação na medida em que passa pela necessidade em lidar com aspectos sociais.

O pensamento de Marx destaca que “o modo de produção determina o modelo de relações sociais e acentua a existência de uma superestrutura política, jurídica e ideológica como instrumentos perpetuadores das relações de dominação de classe” (Marx, *in* Vicente, 2009, p. 21). Os meios de comunicação de massa, neste caso, tomam como papel, formular e expressar valores determinantes, na consolidação de ideias e pensamentos e outras práticas (ideias conservadoras ao serviço da classe dirigente).

Os meios de comunicação social, nesse contexto, poderiam ser instrumentos a favor da mudança, na medida em que denunciam, com seus conteúdos, a maneira como a burguesia perpetua seu poder e formas de ascendência (Vicente, 2009). Vale dizer que a *media* tem o papel de unir as pessoas a um mesmo objectivo mas também pode criar outras situações anómalas que estão fora do seu controle, para além de gerar medo. As pessoas que controlam os meios veiculam conteúdos que apoiam sua forma de pensar e estar tentando fazer com que outros adotem sua forma de pensar e, a partir daí, ver seus objectivos satisfeitos.

Os funcionalistas, por seu turno, tratam a comunicação de forma especial, pois, consideravam-na como um elemento relevante na hora de intervir no sistema social, permitindo que as condutas individuais estejam de alguma forma determinadas pelos interesses de grupos comunicacionais mais amplos e poderosos (Vicente, 2009). Dentro desta corrente, McLuhan tentou identificar os componentes que determinam as condições de equilíbrio e de continuação nas sociedades, nos impérios e nas civilizações. Via nas tecnologias usadas na comunicação factores que ocorrem do nascimento e consolidação do sistema social, assim como os marcos de dominação política. Imbuído dessa crença, percebia que a comunicação – entendida como o conjunto de relações e técnicas – estabelecia um marco determinante sobre as formas vigentes em cada época e em cada era. McLuhan acredita numa convicção profunda: a *media* define o ambiente do homem e da sociedade, alterando todos os aspectos da vida (McLuhan, como citado em Vicente, 2009).

Por sua vez, Innis procurou compreender as causas, o sentido e a direcção das mudanças consecutivas à invenção das novas *media* e de seu impacto na vida social. A *media*

produz e reestrutura padrões de interdependência social, todo aspecto da vida pessoal e seu relacionamento social. A evolução da *media* constitui o principal factor explicativo determinante da história humana (Innis, como citado em Vicente, 2009).

Uma derivação importante proveniente da visão funcionalista se encontra na teoria da modernização. Nela, se considera a comunicação de massas principal responsável pelo progresso e pela modernização das sociedades, como um dos elementos fundamentais na evolução social. Defende-se a ideia do poder efectivo e real de interferência dos meios de comunicação de massa. Na construção social, as pessoas materializam suas representações e crenças influenciadas pelas mensagens veiculadas pelas mídias. Na comunicação, sob essa ótica, se conduziriam e socializariam os componentes e valores culturais desencadeadores de qualquer processo de mudança. (Innis, como citado em Vicente, 2009, p. 24)

Os processos de mudança são as mais importantes realizações dos *media* tendendo a colocar as pessoas a olharem para aquilo que se oferece pelo olho de quem os vê. Por outro lado, as mensagens veiculadas orientam as pessoas a pensarem melhor sobre um determinado fenómeno. Tem a capacidade de influenciar as pessoas na tomada de decisão sobre um evento social. A relevância das contribuições expostas por Vicente se encontra no facto de apresentar uma interpretação racional e científica sobre a relação dos meios de comunicação e as transformações sociais. Pois, a comunicação social, de forma racional, fornece instrumentos de mudança que induz as pessoas ao desenvolvimento e sustentabilidade.

Vicente (2009) mostra que posteriormente à década de 1960, os estudos da história da comunicação social seguiram dois caminhos bem diferenciados. O primeiro, mais descritivo e geral, procurou identificar, nos processos globais, factores da transformação social de um determinado período, inserindo a comunicação como um elemento a mais entre os responsáveis pelas mudanças. A comunicação, desde essa perspectiva, aparecia como elemento coadjuvante, perdendo sua originalidade e peculiaridade na modificação social. O segundo seguia rumos diferentes na medida em que procurava ver, de maneira mais restrita, o impacto da comunicação (ou, pelo menos, dos temas veiculados nos meios de comunicação) nas transformações das sociedades.

A segunda trajectória passa a ser do nosso maior interesse nesta pesquisa, mas sem descartar o primeiro percurso, na medida em que privilegia, como mostra Vicente (2009), a relação entre as dinâmicas das mudanças estruturais e a informação oferecida pelos meios de

comunicação. Ora, a *media*, através do agendamento (Wolf, 1999; Traquina, 2001) tem a capacidade de orientar as pessoas ao que pensar, pois, goza da capacidade de interferir na sua mente. Por isso afirmamos, na base deste poder dos media que, a comunicação social deve servir tanto aos interesses dos grupos dominantes como aos excluídos do sistema. O que significa servir aos interesses dos excluídos?

A consolidação das democracias durante o período da década de 1990 condicionou a uma ampliação dos temas relacionados à comunicação. Assuntos como o restabelecimento da liberdade de imprensa, o crescimento da indústria da comunicação dirigida pelo capital privado, a adopção de uma economia de mercado fortemente apoiada em vínculos internacionais, o uso das novas tecnologias nos meios de comunicação foram dominantes neste processo, muito em particular em Moçambique. De acordo com Martín-Barbero (2007), passou a existir, no início dos anos 1990, uma valorização da cultura e de sua função de mediação entre o sistema social e a vida quotidiana das pessoas (como citado em Vicente, 2009).

Do exposto anteriormente, podemos inferir, segundo nos indica Vicente (2009), que a comunicação social acontece e aparece como resultado da acção dos meios num espaço e tempo concretos daí, na década de 1990, os países africanos observarem a introdução de uma comunicação em cadeia estrangeira e comercial privada feita a partir de línguas estrangeiras que a maioria dos ouvintes africanos não percebe, passando estas a serem do domínio da elite. Porém, a expressão popular pela diversidade política, cultural e linguística, acabou por instalar um pluralismo radiofónico na paisagem mediática de cada país através do uso de rádios comunitárias (uma comunicação alternativa para as classes mais desfavorecidas introduzidas pela UNESCO no contexto da C4D).

Augustin (2013) mostra que a nível da política, as populações queriam ouvir tanto a voz do governo como a da oposição que se formou depois do multipartidarismo; a nível cultural e linguístico, queriam também que a diversidade cultural e linguística estivesse presente nos programas, pois cada região ou etnia queria ouvir emissões nas suas línguas, o que de certa forma coaduna com o observado no contexto moçambicano na medida em que as diferenças culturais são as mais dominantes.

Ainda de acordo com Augustin (2013), as rádios criadas no seguimento dessa tomada

de consciência das populações, vão conhecer um sucesso estrondoso, permitindo descobrir as virtudes da liberdade de expressão e promover um tratamento equilibrado das notícias. Essas inovações na comunicação radiofónica e a transmissão rápida das informações seduzem, cada vez mais, as populações. Elas vão ser um complemento, ou, por vezes rivais, das rádios do sector público e introduzir uma nova abordagem para a produção de rádio. Ajudaram em promover uma era de verdadeira comunicação de proximidade com o uso das línguas nacionais, e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), nomeadamente o telefone e a programação automática.

Quanto à popularização do rádio no mundo, Straubhaar e LaRose (2004) relatam que a experiência norte-americana durante a década de 1920 permitiu às comunidades rurais o acesso a diversos tipos de manifestações de culturas. Sabe-se que na década de 1920 muitas comunidades do interior não tinham acesso aos jornais, revistas, cinema, fazendo com que o rádio fosse a conexão das pessoas que viviam distante com as novidades transmitidas pelo rádio (como citados em Miranda, 2007).

A capacidade do meio rádio em penetrar nas mentes das pessoas era enorme de tal sorte que tudo quanto é informação difundida através deste meio era de acesso fácil à comunidade. O uso do sistema de alto-falantes era dominante e apresentava suas vantagens pelo facto de poder chamar atenção às pessoas que não sabiam ler maior parte das línguas usadas na difusão de informação através de meios impressos, a televisão era ainda de difícil aquisição pela maioria da população considerada classe mais baixa.

### **3.2. Pensamento sobre a génese dos processos da comunicação alternativa**

Filósofos e Políticos britânicos do século XVII como John Milton, em 1644, fez, perante o Parlamento Britânico, o primeiro discurso moderno sobre a liberdade de imprensa. Thomas Hobbes defendeu, em 1651, a liberdade individual e de expressão, no livro *Leviathan*. John Locke, em 1690, teorizou sobre o papel da imprensa livre numa sociedade democrática e liberal (Sousa, 2006). Ora, as primeiras correntes do pensamento contemporâneo em comunicação foram desenhadas a partir da Europa e se estruturaram entre o final do século XIX e o princípio do século XX. Verifica-se que a investigação sistemática sobre os meios de comunicação social ocorre já no século XX, no período subsequente à

Primeira Guerra Mundial, onde o meio rádio serviu de instrumento de propaganda para mover as pessoas a aderirem na guerra (Sousa, 2006).

A comunicação, como um instrumento que influencia na mudança social, vista em vários prismas e por vários autores, serviu de trampolim para formar conjunturas aos sistemas políticos a nível mundial onde estudiosos se empenharam em perceber seus impactos na sociedade. Servindo de orquestra na integração e aceitação social, foi determinando e impondo comportamentos que serviram de objecto de estudo para perceber os fenómenos advindos desses processos comunicativos.

O desenvolvimento do sistema da comunicação, a nível da europa e do mundo, nos remete à uma ideia de que a comunicação é um trunfo, nos aspectos sociais, que determina os contextos de união das sociedades. O facto de as línguas europeias terem proximidades é uma vantagem para facilitar o desenvolvimento, o que não se verifica no contexto africano onde encontramos uma diversidade multiétnica para além do linguístico. Esta é a primeira história do desenvolvimento dos sistemas de comunicação que veio dar lugar ao desenvolvimento da comunicação popular (comunicação alternativa, comunitária ou do desenvolvimento e/ou mudança de comportamento).

Ora, a comunicação para o desenvolvimento (comunicação alternativa ou popular), na europa e no mundo moderno, é fruto do desenvolvimento tecnológico e universal da Comunicação Social onde, para Obregón (2014), os meios de comunicação foram utilizados para transmitir e disseminar os valores da modernidade, e promover o uso de novas tecnologias e adopção de inovações. Schramm (1976), um dos maiores impulsionadores do modelo C4D, mostra que a exposição aos media, a urbanização, a alfabetização, o incremento *per capita* e a participação política constituem as variáveis mais importantes do desenvolvimento. Castells (2009), Castells e Cardoso (2005), por seu turno, apontam para o alargamento massivo da comunicação (comunicação em rede e interactividade alargando o *espaço público*) que justifica o seu uso para se alcançar comunidades mais longínquas das cidades (comunidades em zonas opacas, esquecidas nos processos de desenvolvimento e não só). Comunidade da periferia que almeja ganhar sentido da vida através do seu esforço, mas que vai resultar da convivência com o outro (na cidade).

Há que se frisar, como mostram Briggs e Burke (2006), que na europa medieval, a

comunicação era dominada pelo clero e nobreza onde saber ler e escrever somente era para a minoria da população. Esta visão não foge muito da dos contextos das comunidades rurais africanas, onde os níveis de comunicação vão baixando de intensidade saído da cidade para a periferia, como mostra Schramm (1976).

Portanto, pudemos perceber que a comunicação é um campo aberto onde sociólogos, psicólogos, politólogos, matemáticos, filósofos e outros buscam compreendê-la como forma de justificar uma forma de estar da comunidade e, por outro lado, condicionar um certo tipo de conhecimento através do uso de ferramentas da comunicação para a mudança do comportamento que leve ao bem-estar social. É neste contexto em que, por exemplo, Marx, através da sua crítica, elabora um pensamento marxista olhando para as classes sociais, mostrando a proveniência da dominação entre as classes (ricos e pobres).

Para Rodrigues (s.d), o uso da máquina nos processos de produção da comunicação, o indivíduo sofre uma imposição sobre como deve pensar (racionalidade técnica) o que ajuda as classes dominantes a controlarem a ordem social (como citado em Sousa, 2006, p. 454). Daí o autor mostrar que os discursos ganham importância não apenas pelo que enunciam, mas também pelo que omitem e escondem (preservar a ordem). Por seu turno, Esteves (1998), encontra, no campo mediático, modalidades de cooperação e conflito, mas esse campo goza de uma certa autonomia, que radica no direito à informação. Para Esteves, o campo da *media* é um espaço social de interação, sendo ao mesmo tempo material e simbólico (como citado em Sousa, 2006) onde se observam jogos de interesse.

O restabelecimento da liberdade de imprensa, o crescimento da indústria da comunicação dirigida pelo capital privado, a adopção de uma economia de mercado fortemente apoiada em vínculos internacionais, o uso das novas tecnologias nos meios de comunicação, além de uma possível integração socioeconómica entre os países da região, constituem as pautas mais relevantes dos estudiosos da comunicação (Vicente, 2009, p. 33) que deram início ao estudo do processo comunicativo que tem como finalidade evocar aspectos sobre a C4D.

A comunicação alternativa (ou a C4D) surge a partir das escolas críticas alemã, russa, sueca, americana, onde se incluía a comunicação de massa e a cultura (imperialismo cultural), a formação de monopólios, a comunicação alternativa, a transnacionalização da

cultura e a cultura popular (Vicente, 2009, p. 33). Nesse embate, emergia uma nova maneira de entender a comunicação fundamentado nos métodos propostos pelos frankfurtianos para conceituar o imperialismo cultural e, tendo como pano de fundo a *teoria da dependência*, emergem os estudos destinados a criticar o caráter mercantilista e consumista da comunicação. Abria-se, dessa forma, a possibilidade de se iniciar uma série de trabalhos nos quais a militância política e a comunicação andavam de mãos dadas (Vicente, 2009).

Uma derivação importante proveniente da visão funcionalista se encontra na teoria da modernização. Nela, se considera a comunicação de massas (comunicação social), principal responsável pelo progresso e pela modernização das sociedades, como um dos elementos fundamentais na evolução social. Defende-se a ideia do poder efectivo e real de interferência dos meios de comunicação de massa na medida em que estes ajudam as pessoas a materializarem suas representações e crenças (Vicente, 2009).

Sousa (2006) mostra alguns autores que deram seu contributo no desenho do pensamento contemporâneo em comunicação, e nós passamos a incluir o pensamento moçambicano de comunicação para o desenvolvimento, como uma estratégia, a saber:

### **Marx**

Para Marx, a ideologia dos meios de comunicação (de massa) está imbuída nas amaras da doutrina do jogo das forças dominantes (detentores dos meios de produção) o que limita o grau de autonomia dos jornalistas. As diferenças ideológicas entre profissionais e mesmo entre os proprietários dos *media* e ainda o facto de os *media* não se agruparem num monólito ideológico, coloca o trabalho jornalístico dependente de todo o sistema.

### **E. Durkheim**

Durkheim acentua que a comunicação contribui para a integração social. A língua materna, por exemplo, é aprendida de infância e obriga os falantes a um consenso lógico que enforma as suas formas de pensar, de agir e de ser. Induz, também, uma espécie de consciência colectiva, em consonância com as instâncias onde o uso da língua se faz e regula (escola, a religião, o mundo do trabalho, a imprensa, etc.), (Sousa, 2006). O trabalho das rádios comunitárias encontra caminho avantajado por



esta perspectiva.

### **Max Weber**

Weber defende a ideia de que a acção social dos indivíduos é produto do comportamento dos indivíduos e da forma como eles olham a esse comportamento. Para ele, a causalidade, nas ciências sociais, não pode ser entendida como uma mera sucessão de acontecimentos, pois tem de lhe ser adicionada a compreensão, que consiste na interpretação do significado que os homens dão às suas acções. O indivíduo, nesse sentido, é a ‘unidade básica’ de toda a relação social. As relações sociais estruturam-se, segundo Weber, pela interacção de indivíduos isolados, o que, naturalmente, engloba a comunicação (Sousa, 2006).

Weber concluiu, no seu texto, que, nas sociedades democráticas, a imprensa modifica a forma como o homem percebe o mundo, devido ao confronto permanente entre vários pontos de vista (Sousa, 2006).

### **Alexis Tocqueville**

Já no Séc. XIX, Tocqueville defendeu a ideia de que a democracia é o instrumento de medição da igualdade entre os homens (direitos sociais e civis). Para ele, a imprensa tem um importante poder na democracia, exercendo três funções: (a) garantir a liberdade, forçando os políticos a comparecer no tribunal da opinião; (b) sustentar e integrar a comunidade, dando-lhe referentes comuns e; (c) tornar possível e rápida uma acção concertada (por intermédio da imprensa, os homens falam sem se ver e se entendem sem estarem em contacto directo).

Para Tocqueville, a democracia pressupõe o fraccionamento das ideias (cada um pode ter e defender ideias próprias). Mas identifica-se, igualmente, uma tendência, por vezes perversa, para o conformismo, o que, em parte, se deve ao nivelamento das condições de vida e à necessidade que os indivíduos denotam de se associarem às opiniões comuns. Segundo Tocqueville, a imprensa corresponde a esses impulsos, pois favorece determinadas opiniões e leva-as a triunfar mais rapidamente, promovendo a formação de consensos. Consegue, ainda, incentivar as acções de cidadania, ou seja, as acções comuns de cidadãos preocupados com determinadas

questões, que se envolvem na vida política. Porém, a imprensa também pode ser perversa, ajudando a consolidar tiranias e mau gosto e fomentando a violência (Sousa, 2006).

### **Gabriel Tarde**

Tarde defende que os homens que constroem a sociedade vivem pela ‘imitação’, ou seja, para ele a imitação é um facto social, o que explica as acções dos líderes sobre a multidão, a difusão de ideias e a geração de modelos de comportamento. Segundo Tarde, a forma de que se reveste a imitação é mais importante do que o conteúdo que se pretende comunicar com essa imitação, pelo que o processo, por vezes, estaria cheio de irracionalidades (Sousa, 2006, p. 395). Entendemos, assim, que a C4D e para a mudança social e de comportamento, aspectos atinentes ao desenvolvimento (social ou sustentável) através do uso dos líderes tem seu início a partir da teoria de imitação de Tarde.

Para Tarde, a conversação, através da comunicação face-a-face, condiciona as opiniões individuais que depois se agrupam em opiniões sociais, que conduzem às acções sociais dos grupos organizados, devido à acção agregadora de determinados indivíduos, que, além de liderarem esses processos, medeiam a acção da imprensa. Pois, as opiniões constroem-se no processo comunicacional alimentado pela imprensa e, por vezes, mediado por líderes de opinião. O poder da imprensa é, para Tarde, o poder de tornar possível a diversificação dos pontos de vista. (Sousa, 2006).

### **Ferdinand Tönnies**

Para Ferdinand Tönnies, as relações sociais resultam de dois tipos contraditórios de vontades dos homens: a *orgânica*, que compreende o desejo, o hábito e a memória; e a *arbitrária*, que compreende a conveniência, a reflexão e o conceito. Dois tipos de organização social resultam dessas duas vontades: as *comunidades*, compostas por indivíduos unidos por laços naturais ou espontâneos; e as *sociedades*, compostas por indivíduos em livre associação, mas em competição entre si (Sousa, 2006).

Tönnies é um precursor das escolas de pensamento comunicacional que olha as tecnologias da comunicação artefactos capazes de devolver o homem a uma dimensão

comunitária, uma vez que permitem aos indivíduos participar activamente nas dinâmicas dessas comunidades. Para ele, a imprensa promove a abertura dos estados e, em última análise, favorece a criação de uma república mundial sem violência, dirigida pelos pensadores e sábios, onde os grupos verão a sua identidade comunitária reforçada devido a essa mesma imprensa (Sousa, 2006).

### **3.3. UNESCO na criação dos Centros de Comunicação Comunitários**

No período pós segunda guerra mundial, com o apoio da Unesco, muitas organizações passaram a se identificar com movimentos de desenvolvimento social, em particular na América Latina e outras regiões em que o desenvolvimento social era muito baixo, onde a ideia era expandir o capitalismo nas regiões rurais e mais pobres. O centro desta perspectiva era que se desenvolvessem mecanismos de produzir, com maior eficácia, os géneros alimentícios a partir da compra ou produção local, onde o uso dos *media* foi fundamental na definição de estratégias persuasivas na mudança de comportamento do consumidor e do produtor (Pinheiro et al., 2012).

Assim, foi criado o CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina), em 1959, com apoio da Unesco e outras agências, no Equador, Quito, onde a preocupação era a comunicação popular ou alternativa onde a população excluída dos processos pudesse ter um instrumento para ver e/ou ouvir sobre as dinâmicas da sociedade. No Chile, nos anos 1970, surge um núcleo de estudos que promovia tendências contra-hegemónicas da pesquisa em comunicação e cultura, disseminadas pelos intelectuais da Europa. Armand Mattelart coordena a criação do CEREN (Centro de Estudos da Realidade Nacional). Seu papel foi de realizar pesquisas sobre o domínio das multinacionais na comunicação latino-americana a partir da perspectiva marxista. Em 1973, na Venezuela, cria-se o ININCO (Instituto de Pesquisas da Comunicação) e, em 1963, no Brasil, o ICINFORM (Instituto de Ciências da Informação) (Pinheiro et al., 2012).

No Brasil, Beltrão, chefiando o ICINFORM, insere esta iniciativa no âmbito da luta contra a falta de acesso à informação, fazendo com que a *media* desempenhasse o papel central no desenvolvimento económico, cultural e educativo. “Ele propõe uma linha de pesquisa denominada *folk-comunicação*, destinada a aprofundar o conhecimento sobre as

leituras feitas pelas maiorias camponesas e operárias, das mensagens transmitidas coletivamente pela imprensa, rádio, televisão e cinema” (Pinheiro at al., 2012, p. 9).

O fim da ditadura militar nos países latino-americanos condicionou a massificação de centros de estudos em comunicação, em particular na década de 1980, como são os casos do Alaic, Falafacs e Intercom que passaram a usar uma linguagem menos agressiva, capaz de reflectir contradições e respeitar diferenças (Pinheiro at al., 2012).

Nos EUA, surgem outras escolas como a de Chicago onde busca compreender o papel dos jornais e, em especial, das inúmeras publicações em língua estrangeira junto às comunidades de imigrantes, no que diz respeito à natureza das informações, entre outros aspectos (Pinheiro at al., 2012). Ainda de acordo com este autor, as escolas de Oxford e Cambridge (Universidades), na Inglaterra, a obra de Richard Hoggart de 1957, *the uses of Literacy*, descreve as mudanças que revolucionaram o modo de vida e as práticas culturais das classes trabalhadoras (Pinheiro at al., 2012).

A Constituição Federal brasileira assegura aos cidadãos um amplo acesso à informação a partir de diferentes e variadas fontes, dentro de um ambiente democrático que garanta as liberdades de expressão e de imprensa. Entretanto, a realidade demonstra que o país tem ainda um longo caminho pela frente em relação à diversificação das suas fontes de informação, o que poderia incluir, por exemplo, canais governamentais e comunitários<sup>35</sup>.

No Dia Internacional do Acesso Universal à Informação, a diretora-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Irina Bokova, lembrou que, em um mundo globalizado, o acesso à informação é vital para a construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis, tendo papel fundamental no avanço da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O acesso à informação é um direito fundamental. Ele permite que mulheres e homens entendam e participem na criação e no compartilhamento do conhecimento que precisam para contribuir plenamente para a sociedade. Ele é uma condição para a cidadania informada, que ajuda na responsabilização dos governos. É também um condutor de inovação e criatividade,

---

<sup>35</sup> <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/freedom-of-expression/media-development/> acesso: 24 de Janeiro de 2019;

que amplia oportunidades para todos, sobretudo para meninas e mulheres.<sup>36</sup> (Bokova, entrevista publicada no site das NU, Setembro de 2017<sup>37</sup>)

Para Martín-Barbero (2003), a centralidade incontestável que hoje ocupam os meios de comunicação resulta desproporcionada e paradoxal em países como os nossos, com necessidades básicas insatisfeitas no âmbito da educação ou da saúde e, onde o crescimento da desigualdade atomiza nossas sociedades, deteriorando os dispositivos de comunicação, isto é, de coesão política e cultural (como citado em Mendes, 2007).

No Brasil, Sampaio (1984) relata que a primeira sociedade de rádio regular foi criada no Rio de Janeiro (capital do país na época) (como citado em Miranda, 2007). Tratava-se da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, sob direcção dos professores Roquette Pinto e Henrique Morais. Pouco tempo depois, em 1924, surgiu uma segunda rádio, a Rádio Club do Brasil, de propriedade de Elba Dias e associados. Em 1926 surgiu a Rádio Educadora do Brasil, que posteriormente foi renomeada Rádio Tamoio e no ano seguinte, a Rádio Mayrink Veiga. No ano de 1933 surgiu a Rádio Cruzeiro do Sul.

O surgimento de estações de rádio não foi um fenómeno exclusivo do Estado do Rio de Janeiro. Em 1923, em Recife, foi organizada a Rádio Club de Pernambuco, e em São Paulo, no ano de 1924, foi inaugurada a Rádio Educadora Paulista. No ano seguinte surge a Rádio Record e um pouco mais adiante, a Rádio Cruzeiro do Sul. No Rio Grande do Sul, foi inaugurada, em 1924, a Rádio Sociedade Rio Grandense e em 1928 surgiu a Rádio Gaúcha de Porto Alegre, a qual é a precursora da actual Rede Brasil Sul de Comunicações. Em Minas Gerais, foi inaugurada, em 1927, a Sociedade Rádio Mineira e em 1928, a Rádio Sociedade de Juíz de Fora.

África não ficou indiferente no tocante à criação de meios de comunicação. Já no tempo em que sofria opressão colonial, grupos de indivíduos assimilados criaram uma imprensa de combate para manifestar seu descontentamento. Em São Tomé e Príncipe, em 1869 circula *o Equador*, primeiro jornal independente assumindo-se como um semanário

---

<sup>36</sup> <https://nacoesunidas.org/unesco-acesso-a-informacao-e-vital-para-construcao-de-sociedades-mais-inclusivas/> 24 de Janeiro de 2019.

<sup>37</sup> <https://nacoesunidas.org/unesco-acesso-a-informacao-e-vital-para-construcao-de-sociedades-mais-inclusivas/> acedido a 24 de Janeiro de 2019.

agrícola<sup>38</sup> e, por outro lado, em Moçambique, o Brado africano, dos irmãos Albasine, nos anos 1920, como imprensa de combate. O ano de 1960, sendo conhecido como ano africano, os líderes, na prática, reproduziram o modelo político dos países coloniais e deram primazia não ao enlace da comunicação como chave para dinamizar as políticas de saída do jugo colonial. Com o tempo, foram olhando ao sistema de comunicação como instrumento para incrementar mudanças no seio da comunidade com ajuda da *media*<sup>39</sup>.

A comunicação puramente moçambicana, em particular, pode ser dividida em três fases: até 1975, temos a primeira fase que pode ser considerada a fase do jornalismo do combate onde se identifica o Brado africano; a segunda fase parte de 1975 até 1990 onde vigora a Primeira República que fazia uma comunicação nos moldes do regime autoritário nas cidades e, no campo, um pouco da comunicação para o desenvolvimento e, a terceira fase, de 1990 até aos nossos dias, que se caracteriza por ser uma comunicação democrática onde a liberdade de imprensa, através da Lei de imprensa (18/91 de 10 de Agosto), toma as rédeas da comunicação e do jornalismo no contexto moçambicano dando à todos uma oportunidade igual de expressão.

Os Centros Multimédias de Comunicação (CMC) iniciaram na década de 1980 com ajuda da UNESCO, preocupados com os défices de informação nas zonas rurais, principalmente com o alastramento da guerra civil, a Organização Mundial da Saúde (OMS), a UNICEF e a UNESCO deram a iniciativa de se criar um organismo social que pudesse apoiar o Ministério da Saúde nos projectos de desenvolvimento social nos bairros e nas aldeias comunais (hoje vilas de milénio de desenvolvimento, no seu novo conceito). Alves (2005) mostra que o sistema usado para a comunicação alternativa foi baseado na experiência do Brasil e China, pois, das aldeias beneficiadas pelo projecto-piloto, cresceram significativamente em relação às outras, embora a transmissão fosse muito limitada (4 horas ao dia) onde a população detinha a exclusividade da informação transmitida mesmo com alguma interferência do Governo do dia que, mesmo não controlando de forma directa, influenciava a certos pontos pelo facto de poder controlar a sua gestão e programação.

---

<sup>38</sup> <https://journals.openedition.org/cp/842> (acesso a 14 de Fevereiro de 2019). O site informa que mais tarde surgiram outros jornais da propriedade dos nativos africanos que defendiam seus interesses, por exemplo, *a folha de anúncios, a verdade, a liberdade e o combate* em 1911.

<sup>39</sup> <https://www.dn.pt/globo/africa/interior/o-ano-em-que-africa-gritou-liberdade--1465576.html> - acedido a 24 de Janeiro de 2019 às 17: 21

Alves (2005) mostra que com o fim da guerra civil o projecto de uso de altifalantes foi substituído pela instalação de rádios comunitárias com ondas hertzianas. Apesar do aumento significativo do número de transístores, para os fundadores mais fundamentalistas dos ICS, os altifalantes são actualmente aceites pelas comunidades rurais e suburbanas. Em Moçambique, apenas uma minoria da população urbana tinha acesso à informação por falar português, difundida pela Televisão pública e rádio Moçambique.

A Constituição da República de 1990, no artigo 74, defende que “todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação”. A década de 90 é conhecida como sendo a década do Estado democrático por ter sido o ano em que se cria a Lei de imprensa (Lei 18/91, de 10 de Agosto), por ter influenciado ao surgimento da imprensa livre. Neste contexto surge um quadro pluralista de comunicação, com novas iniciativas de comunicação comunitária escrita e radiofónica, pretendendo responder às lacunas deixadas pela radiodifusão pública e os jornais de grande tiragem, por não conseguirem cobrir todas as regiões do país e, tomando em consideração que 70% da população moçambicana vive nas zonas rurais.

É neste contexto em que o governo moçambicano implementa medidas para melhorar o acesso das comunidades rurais aos meios de comunicação social, promove a comunicação para o desenvolvimento através de jornais e rádios comunitárias e dá capacitação técnico profissional aos quadros da comunicação social dos sectores públicos e comunitários (Boletim de República, I Série, nº 7, Resolução nº3/97, 25 de Fevereiro). Alves (2005), citando um relatório do ICS (1999), mostra que as primeiras rádios comunitárias surgiram na segunda metade da década de 90, sob a tutela do Instituto de Comunicação Social, da Igreja Católica e de algumas associações com projectos financiados por doadores internacionais. A premência da transmissão à população dos princípios democráticos e das linhas orientadoras do desenvolvimento sustentável personifica-se exemplarmente na criação da rádio comunitária, que está na comunidade, serve a comunidade e é da comunidade.

O movimento das rádios comunitárias hoje é, provavelmente, o mais poderoso movimento da “sociedade civil” em Moçambique resultando de diversos processos de formação. Podemos citar, por exemplo, as rádios do ICS, da UNESCO, rádios das ONGs, rádios da Igreja Católica (embora se encontrem nos meios urbanos) e as rádios da Forcom.

Portanto, a comunicação feita na época colonial no contexto africano era uma imprensa de combate que visava a sua libertação. Hoje, acima de tudo, a comunicação feita é de carácter expressiva e caminha em busca dos direitos de igualdade e cidadania.

### **3.4. O panorama actual das Rádios Comunitárias em Moçambique**

#### **3.4.1. Enquadramento teórico e legal das RCs**

O conceito de rádio comunitária tem sido dado de diversas formas, pois, tornou-se em um tema de debate público. Está vinculado a conceitos como: cidadania, desenvolvimento sustentável, liberdade de expressão, boa-governança, opinião pública, género, violência doméstica, HIV-SIDA e saúde, capital humano, participação cívica, democracia, sociedade da informação, *empowerment*, entre outros. Estas particularidades, no fim, mostram uma partilha de qualquer coisa dentro dos grupos sociais que as torna dinâmicas – a informação.

A AMARC (2010) citada por Steinbrenner e Hurtienne (2012)<sup>40</sup> mostra ser uma rádio comunitária, uma rádio que pode ser rural, cooperativa, participativa, livre, alternativa, popular ou educativa. Isto é, quando uma rádio promove a participação do cidadão e defende os seus interesses; quando reflecte os gostos da maioria e produz bom humor informando com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida quotidiana; quando nos seus programas são debatidas todas as ideias e todas as opiniões respeitadas; quando a diversidade cultural tem primazia sobre homogeneidade comercial; quando as mulheres são as principais intervenientes na comunicação e não apenas uma voz bonita ou um atractivo de publicidade; quando nenhum tipo de ditadura é tolerado; quando a palavra de todos pode ir para o ar sem discriminação ou censura, isso é uma rádio comunitária.

Na perspectiva do Projecto de Desenvolvimento dos Medias em Moçambique, que opera ao abrigo de um acordo entre o governo moçambicano e o Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a rádio comunitária é aquela que é da comunidade, feita pela comunidade e para a comunidade, definindo-se a comunidade como

---

<sup>40</sup> <http://www.anppas.org.br/encontro6/anaais/ARQUIVOS/GT8-1069-1160-20120716005210.pdf>; AMARC significa Associação Mundial de Rádios Comunitárias (como citados em Steinbrenner & Hurtienne, 2012).



um grupo geograficamente baseado e/ou um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos.

O relatório Maputo (2000), um documento sobre estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique citado pelo Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária (CAICC, 2014), uma ONG nacional que tem oferecido apoio técnico para o crescimento das RCs, define a rádio comunitária como sendo um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade, responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o seu desenvolvimento de uma maneira progressista, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação da comunidade. Esta participação varia de acordo com as condições sociais em que ela opera. O fim último de uma rádio comunitária é de contribuir para o desenvolvimento sustentável e cultural da comunidade, promovendo a cultura de paz, a democracia, os direitos humanos, a equidade e o *empowerment* da comunidade onde está inserida. Uma rádio efectivamente comunitária deve estar na comunidade, servir a comunidade e ser da comunidade (Maputo, 2000)<sup>41</sup>.

Pelo se que pode perceber, nas experiências que vem sendo realizadas nas diferentes rádios comunitárias do país, os aspectos que os caracterizam tornam-se comuns, de acordo com Lima (2010), na medida em que:

- a) são sem fins lucrativos. Comercializa espaços publicitário para patrocínio na forma de apoio cultural, ou até presta serviço a terceiros, mas os recursos arrecadados são canalizados para sustento e/ou manutenção da rádio;
- b) é um serviço que serve a comunidade. A programação procura responder aos interesses locais, tratando de seus problemas, suas festas, suas necessidades, seus interesses e sua cultura. Por outro lado, tem um sistema de gestão local e partilhada, ou seja, funciona na base de órgãos deliberativos colectivos, tais como conselhos e assembleia;

---

<sup>41</sup> <https://www.caicc.org.mz/index.php/2014-01-16-09-57-33/documentos-sobre-radios> acesso a 21 de Fevereiro de 2019, às 15: 20;

c) sua programação é interactiva com a população ao microfone e produz e transmite seus próprios programas, através de suas entidades e associações. O acesso público ao veículo de comunicação é aberto;

d) valoriza e incentiva as manifestações culturais local;

e) seu compromisso é de educar para a cidadania;

f) os programas são dirigidos por pessoas da comunidade que são por ela treinadas;

Ora vejamos, a comunicação feita pelas RCs ajuda na democratização das comunidades. Pois, a rádio comunitária representa a democratização das comunicações, especialmente nos países do terceiro mundo onde os níveis de pobreza são extremos, porque é através dela (a RC) que se criam bases de participação e democratização das pessoas. A introdução das RCs nos países do terceiro mundo pode ser vista como sendo vantajosa pelos seguintes motivos:

- uso das línguas locais que asseguram a compreensão dos conteúdos (mensagens);
- aborda questões da cultura local, do direito à informação e da cidadania;
- a RC oferece uma educação alternativa e cria uma cultura de informação (diminui níveis de carência de informação);
- serve como uma plataforma de debate, intercâmbio de ideias e reacções aos vários planos e projectos;
- oferece à comunidade vias alternativas de preservar os hábitos culturais e padronizar a língua.

Percebe-se com maior brevidade que as RCs são de uma cada vez maior importância nas sociedades em que vivemos, na medida em que dão voz à todos e de forma igual. As rádios comunitárias, para além de serem meios de comunicação mais abrangentes e eficazes, diferentemente dos outros meios de comunicação tradicionais (reuniões, encontros, etc), são veículos importantes nesta nova era das tecnologias de comunicação e informação, onde, os indivíduos são “bombardeados” com variadíssimas e imensas informações provenientes da “aldeia global”, as quais produzem mudanças sociais a nível local.

No continente africano, as rádios comunitárias (RCs) são relativamente recentes. Até 1985 havia pouco mais de dez estações radiofónicas independentes, mas na década seguinte,

na sequência das rápidas e profundas mudanças sociopolíticas operadas pelos governos e com ajuda das agências internacionais, até 1998 já havia centenas de estações de rádio independentes. Esta explosão de estações de rádios independentes em África, sobretudo na década de 1990, tornou a informação mais acessível aos cidadãos e permitiu às populações uma maior participação nos processos de democratização.

Em Moçambique, a origem das RCs tem como sustento as experiências das rádios populares de alto falantes, cujo apogeu ocorreu nas décadas de 1980 onde os programas permitiram com que a comunidade passasse a ter acesso à mensagens diversas dentro das suas localidades. O movimento das rádios comunitárias é considerado ímpar em Moçambique. De acordo com Alves (2005), no ano de 1995, surgiu em Xai-Xai, na província de Gaza, a primeira rádio de carácter comunitário, alargando-se para oito em 1998. As primeiras rádios comunitárias surgiram na segunda metade da década de 90, sob a tutela do Instituto de Comunicação Social, da Igreja Católica e de algumas associações com projectos financiados por doadores internacionais.

Vivendo maior parte da população moçambicana por baixo na linha da pobreza, analfabeta, sem falar a língua portuguesa e sem condições para uma boa alfabetização que os possa colocar em níveis consideráveis de leitura (de jornais, por exemplo) e com a rede de comunicação deficiente, as rádios comunitárias apresentam-se como o meio de comunicação social que mais facilmente atinge a comunidade.

#### **3.4.2. Enquadramento legal das rádios comunitárias em Moçambique**

A Constituição da República de 2004, no seu Art. 48, é o mais importante marco legal que reconheceu o direito de todos os cidadãos à liberdade de expressão e de imprensa. A lei de imprensa 18/91, de 10 de Agosto, define os princípios que regem a actividade de imprensa e estabelece os direitos e deveres dos seus profissionais. Com estes instrumentos legais, podemos associar o Decreto 23/93, de 05 de Outubro que regulamenta as condições de participação do sector privado, cooperativo e misto na exploração dos serviços de radiodifusão e televisão.

Com a Lei de imprensa, Moçambique passou a dispor de uma legislação muito aberta e democrática para os meios de comunicação, porém, não existe ainda, qualquer legislação específica para os meios de comunicação social de carácter comunitário (rádios

comunitárias). Ora, o enquadramento legal das RCs em Moçambique é que elas têm uma orientação estatal cujo mandato é concedido pelo Gabinete do primeiro-ministro, por via do gabinete de informação. Por esta via, percebe-se que cada rádio comunitária, cria um corpo deliberativo, executivo e fiscalizador, que é reconhecido legalmente junto do governo provincial e ao registo notarial e, conseqüentemente, a obtenção da licença e frequência através do Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique (INCM). É da competência desta instituição (INCM) analisar os aspectos de natureza técnica da rádio e atribuir as frequências, já, o Alvará é da competência do Conselho de Ministros.

A atribuição do Alvará passa por vários processos que envolvem quatro aspectos, que, segundo a Constituição da República de 2004, no seu artigo 48, reforçados pela lei da imprensa 18/91, determina:

- o reconhecimento da existência legal da Associação pelo Gabinete da Informação, órgão tutelado pelo primeiro-Ministro;
- a atribuição da frequência modelar (normalmente em FM) pelo Instituto Nacional das Comunicações em Moçambique;
- a emissão do Alvará pelo Gabinete da Informação;
- finalmente, o reconhecimento pelo Conselho de Ministros.

A falta de um quadro legal específico constitui um obstáculo ao funcionamento das rádios comunitárias uma vez que, actualmente, estas são equiparadas aos comerciais, o que faz com que sejam obrigadas a pagar taxas mensais que estão além das suas capacidades, sendo que, perante esta situação, o governo se mostra insensível, apesar de reconhecer a importância do papel que estes órgãos jogam na democratização da sociedade através da difusão e massificação da informação.

Um dos grandes desafios e constrangimentos das rádios comunitárias em Moçambique no geral, para além das interferências no funcionamento das rádios comunitárias, prende-se com a sustentabilidade uma vez que não têm um carácter lucrativo, o que, à partida, constitui um desafio. Actualmente, Moçambique conta com cerca de 63 RCs, das quais 46 estão associadas ao Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM), cuja missão é de levar a informação às comunidades e, as restantes, estão sob tutela do ICS e outros organismos.

### 3.4.3. A Rádio e o Desenvolvimento Local

O movimento das rádios comunitárias é uma temática que vem ganhando cada vez mais destaque nas discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade dentro das comunidades. As razões estão nas características deste meio de comunicação as quais, para Peruzzo (1998), favorecem a democratização da comunicação; é despido de fins lucrativos e com uma programação vinculada aos interesses da comunidade onde está inserida valorizando, por seu turno, a cultura local e comprometida com a cidadania no conjunto de sua programação e, não somente, como também em actividades específicas (como citado em Lima, 2010).

Luz (2007, como citado em Lima, 2010) mostra que um dos fundamentos do meio radiofónico é que nele estão presentes: a) oportunidade para a difusão de ideias, cultura, tradições e hábitos sociais de uma comunidade; b) mecanismos de integração e formação comunitários que estimulam o convívio social; c) prestação de serviços de utilidade pública e integração aos serviços de defesa civil, sempre que se apresentar necessário; d) contribuição para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de actuação dos jornalistas e radialistas e; e) capacitação de pessoas para o exercício do direito de expressão.

O meio rádio, pelas suas características, serve de maior ligação entre as comunidades o que, de certa forma, faz com que este meio esteja próxima dos contextos populares, uma vez que suas técnicas de produção são apropriadas por actores locais, ajudando na representação de grupos que são excluídos na grande media. Ora, a rádio comunitária vem sendo considerada importante nos processos de construção do desenvolvimento local. O entendimento de C. Santos (2006, como citado em Lima, 2010) mostra como esforços de mobilização da comunidade a fim de promover acções empreendedoras a partir do aproveitamento das energias endógenas voltadas para os contextos locais.

A mobilização de pessoas a participarem de assuntos que lhes dizem respeito serve de enaltecimento das relações sociais dando força para a comunidade se integrar num processo de *agir comunicativo*. Dentro deste esforço social, as comunidades usam suas forças para enfrentar, de forma colectiva, os problemas, onde todos os membros passam a cooperar e, de certa forma, observar o desenvolvimento necessário.

É neste contexto em que C. Santos (2006) mostra que a rádio comunitária pode se transformar em instrumento de auxílio à disseminação dos laços de solidariedade, de reciprocidade, contribuindo com a ampliação do capital social de uma determinada comunidade (como citado em Lima, 2010). Viver em comunidade, estabelecer relações de reciprocidade, de confiança, de acção mútua em busca de objectivos comuns são algumas acções para se estabelecer comunidades firmes. Essas acções, se bem construídas, podem levar ao surgimento de capital social, imprescindível para o desenvolvimento das comunidades.

Cruz (2000), por sua vez, defende que o meio comunitário (a RC) é consagrado em termos de sua potencialidade para o desenvolvimento sustentável, seja no urbano como no rural, tanto pelo Estado como por ONGs e pelos movimentos sociais (como citado em Lima, 2010: 36). Para este autor, o meio comunitário é de grande utilidade em campanhas de saúde, educação e outras acções que movem pessoas para a mudança social (Cruz, 2000), criando seu próprio desenvolvimento e promovendo a participação dos actores locais em questões políticas e na formação da opinião dentro da comunidade (Freire, 2009).

O meio rádio condiciona respostas no desenvolvimento local pelo facto de os envolvidos no processo serem habitantes da comunidade que passam a se beneficiar dos serviços de saúde (saneamento do meio), educação, entre outros aspectos de organização social. É dentro deste contexto que C. Santos (2006) afirma que a característica fundamental do meio rádio é o seu envolvimento com a comunidade através de serviços de utilidade pública (como citado em Lima, 2010). Por isso, as rádios comunitárias assumem uma posição de destaque no processo de construção e do desenvolvimento social. Serve também como veículo de troca de mensagens entre os diversos membros da comunidade que, para além de serem ouvintes, são também produtores de conteúdos.

Jane (2004) afirma que as questões de segurança, saneamento, moradia, educação e saúde pública, quando debatidas no meio rádio, suas ideias se reflectem não só na própria comunidade, mas também aos responsáveis pela administração pública, estabelecendo uma ligação entre diferentes indivíduos e as lideranças no sentido de cobrar melhorias de vida para uma população e tornar uma comunidade sustentável, ractificando o conceito de desenvolvimento sustentável (como citado em Lima, 2010). Isto é, o processo que articula os

esforços nas esferas do crescimento económico com o objectivo de melhorar as condições de vida da população mediante uma transformação produtiva, sem arriscar a satisfação das necessidades fundamentais humanas.

De acordo com Peruzzo (2002) a produção de conteúdos por membros da comunidade estimula a sua organização e a participação política, numa relação com o exercício da cidadania, uma vez que os meios de comunicação comunitários contribuem duplamente para a construção da cidadania, oferecendo ou facilitando uma educação através dos conteúdos programáticos (como citada em Bahia, 2008).

É importante considerarmos que o meio rádio é um veículo fundamental na construção do desenvolvimento comunitário dado que ajuda no combate à pobreza, uma vez que o contacto com mensagens transmitidas pelo rádio estimulam a organização social, a cooperação em actividades, as boas práticas de saúde e a difusão de conteúdos educativos, tende a ajudar na produção de consensos para resolução de dificuldades colectivas relacionadas à pobreza, como a criminalidade, a insegurança, a falta de solidariedade social, e as carências no acesso à educação e saúde, por exemplo, (Ruas, 2002). Pois, “(...) quanto menor nível de informação de uma comunidade, menor é o seu nível de desenvolvimento” (Jane, 2004, como citado em Lima, 2010, p. 37). Com base no entendimento de Jane, pode-se considerar que a informação que se estabelece nos grupos tende, não somente a propiciar a articulação para melhorias físicas e materiais nas comunidades, mas também estimular mudanças sociais e culturais, cooperação e o respeito às diferenças, além de criar espaços para a expressão de grupos historicamente reprimidos e excluídos.

É neste contexto em que entendemos o conceito de desenvolvimento sustentável, de acordo com o Relatório Brundtland de 1988, como sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades (Brundtland, 1991, como citado em Goulart, 2006). Isto é, o que Furtado (1992) procura nos transmitir em seu artigo é que as transformações sociais não são necessariamente a uniformização dos padrões de vida é sim a que membros de uma sociedade satisfaçam, de forma apropriada, as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e à informação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais (como citado em Goulart, 2006), isto é, um conjunto de elementos que garantam a liberdade das pessoas.

O African Media Barometer (AMB, 2014) mostra que em Moçambique, a liberdade de imprensa é garantida, protegida e promovida pela Lei número 18/91 de 10 de Agosto, através da qual se garante o pluralismo de expressão. No seu artigo 48, a constituição da República de Moçambique (CRM, 1990) mostra que “todos os cidadãos têm direito à expressão, à liberdade de imprensa, bem como ao direito à informação”. De acordo com o AMB (2014), a liberdade de expressão é exercida com plenitude somente nos meios de comunicação comunitários onde o poder político não tem maior controle, embora as marcas do medo pela opressão ainda persistam.

Bauman (1989) aponta que o desejo de liberdade nasce da experiência da opressão. O medo e/ou a opressão aos meios de comunicação, no contexto moçambicano, tem como génese o período pós independência, onde o partido no poder abraçou o socialismo (1975 a 1992), que deixou marcas autoritárias que ainda persistem. Com a constituição de 1990 o país se abre à democracia e entra no capitalismo (processo iniciado em 1987, com introdução do Plano de Reabilitação Económica - PRE). Em Macuane (1996) nota-se que este plano teve apoio do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial cujo objetivo era debater a grave crise socioeconómica do país resultante do fracasso das estratégias de desenvolvimento socialista adoptadas após a independência e da guerra civil, com particular destaque para o Plano Prospectivo Indicativo (PPI), cujo plano era acabar com a fome no país num plano de 10 anos.

O relatório do AMB (2014) refere que o sigilo do jornalista está incorporado na lei de imprensa, no seu artigo 30, no número um, que indica um reconhecimento segundo o qual o jornalista goza do direito ao sigilo profissional em relação à origem das informações publicadas, o que significa que ele não pode ser obrigado a revelar a proveniência da informação. Sendo a CRM o instrumento de controle das infrações, concretamente na comunicação social, pode se considerar, pelo epigrafado, que em Moçambique as liberdades individuais e de acesso à informação e expressão de forma livre condiciona um ambiente de diálogo social entre os intervenientes. Este fato implica diretamente na avaliação positiva dos jornalistas comunitários que mesmo sob condições adversas esforçam-se para trazer informação à comunidade.



Ter um ambiente propício para que pessoas troquem e façam circular informação faz de Moçambique um lugar aonde, interpretando Sen (2001), as liberdades individuais podem condicionar ao desenvolvimento local. Pois, há um ambiente de aprendizagem pelos media na medida em que os jornalistas são chamados a levar informações educativas para as camadas com menor capacidade de se engajar no ensino.

De acordo com o AMB (2014), quase todos os principais órgãos de comunicação social em Moçambique aderiram, de forma voluntária, ao código de conduta do jornalista, aprovado em 2012 pelo sindicato nacional de jornalistas (SNJ), instrumento que serve de base para que o direito à informação seja efetiva na relação entre a comunidade e os fazedores das políticas públicas.



## Capítulo IV

### 4. DO CONCEITO DAS ALDEIAS COMUNAIS ÀS VILAS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

#### 4.1. A formação das Aldeias Comuns e as Vilas de Milénio em Moçambique

##### 4.1.1. Características socioeconómicas de Moçambique entre 1964 a 2020

Araújo (1988), na sua tese de doutorado sobre *aldeias comunais* defende que a grande dependência de Moçambique, do ponto de vista económico, em relação aos outros países com quem mantinha o comércio, não seria estranho que a situação social da comunidade moçambicana fosse caótica visto Portugal ser um país também pobre. Por exemplo, a situação da educação do povo moçambicano não passava da quarta classe gerando mais de 90% de analfabetos o que mostra a total discriminação na educação.

A saúde na comunidade moçambicana tinha muitas marcas discriminatórias as quais se notabilizavam pela baixa qualidade dos serviços oferecidos aos negros, isto é, apenas eram oferecidos em grandes centros urbanos aos brancos e os assimilados. Em 1973, havia um médico para 17.349 habitantes em outras zonas e, depois da independência, o País tinha cerca de 171 médicos, o que significa uma proporção de 1/50.000 (Araújo, 1988).

Na Habitação, durante a época colonial mais de 90% das famílias moçambicanas vivia em casas construídas em materiais precários (pau, caniço e madeira) e, apenas 6% possuía lares feitos de tijolo e cimento, 20% dos quais na cidade de Maputo (Lourenço Marques). Por outro lado, o autor mostra que as famílias que em 1970 possuíam água canalizada representavam não mais de 3,1% dos moçambicanos, enquanto apenas 2,8% tinha habitações com luz eléctrica (Primeiro Recenseamento Geral da População, 1983, como citado em Araújo, 1988).

Logo após à independência, o país debateu-se com combate à miséria, à fome e ao analfabetismo mesmo considerando ter herdado estruturas económicas e sociais completamente distorcidas, e que era necessário não apenas desenvolver, mas também a de operar profundas transformações em todos os domínios. Este trabalho foi agravado com o êxodo maciço que se observou no período entre 1975/1977 de gestores e técnicos e, posteriormente, com as agressões armadas dos regimes da Rodésia do Sul e da África do Sul

associadas a uma série sistemática e prolongada de calamidades naturais que destruíram muitas das infraestruturas existentes (Araújo, 1988).

Imediatamente, após à independência nacional, de acordo com Araújo (1988), toda a terra é nacionalizada para dar cumprimento ao Art. 8 da Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 que vem alterar toda estrutura agrária, sector que mais tem sentido nos efeitos da estrutura herdada, das transformações operadas, dos efeitos estabilizadores causados pelas agressões armadas movidas do exterior, das calamidades naturais bem como da falta de quadros tecnicamente preparados que possam encontrar vias mais adequadas de aumento da produção e da produtividade, definidas no âmbito da política de desenvolvimento.

Portanto, no meio de tantas batalhas agrícolas, a produção do sector familiar, em 1981, representava cerca de 41,5%, pois, a agricultura foi definida como sendo a base do desenvolvimento económico do País que, por seu turno, deve dinamizar o crescimento populacional, pois, para o caso de Moçambique, o crescimento populacional não deve ser visto como problema por si, na medida em que este tem, de acordo com Vennetier (1984, como citado em Araújo, 1988), implicações directas no desenvolvimento económico e vice-versa.

A distribuição da população é um assunto importante a nível global, em particular aos países em desenvolvimento na medida em que a redistribuição pode ajudar no aumento da eficiência dos sistemas económicos e do bem-estar dos habitantes (Clarke, 1982, como citado em Araújo, 1988) e que em Moçambique a distribuição está ligada à política de desenvolvimento económico e, em particular, ao desenvolvimento rural (sustentável).

O conceito de população não é genérico ou dificilmente pode ser entendido de forma universal, dado ao facto de os países terem características socioeconómicas diferentes. Por exemplo, no mesmo país, pode variar de época para época de acordo com os níveis de desenvolvimento, pois os indicadores vão ser determinantes nessa análise a consideração do que seria uma população rural ou urbana sobre o qual exerce uma influência de transformação, conforme argumenta Araújo (1988). Smirnov (1972), mostra que o conceito de desenvolvimento, por exemplo, toma os centros urbanos como lugares onde ocorrem transformações de sustentabilidade plena na medida em que são lugares onde se concentram

o conhecimento técnico e científico e, a indústria o que estimula mudanças, porém, a zona rural, seria o que se centra na agricultura e em outros aspectos a ele relacionados (como citado em Araújo, 1988).

Neste caso, o conceito de George (1967), segundo o qual população rural “é aquela que vive no campo e, a população moçambicana é essencialmente rural vivendo em contacto com as realidades e de harmonia com os ritmos da terra” (como citado em Araújo, 1988, p. 162). Por outro lado, segundo Araújo, assumindo que nestas zonas não temos ensino secundário, um hospital, água canalizada, luz eléctrica, tem como sector principal o agrário e com carências de infraestruturas socioeconómicas e administrativas, coloca-nos a indagar sobre a possibilidade de serem regiões onde há mais problemas e perturbações sociais de várias ordem.

O governo de Moçambique e seus parceiros têm feito grandes esforços para elevar os níveis de desenvolvimento no país através dos diversos programas de apoio, em particular na saúde, educação e agricultura, assumindo-se, estes como os pilares de desenvolvimento do governo. Assim, grande parte dos esforços do governo tem vindo a demonstrar melhoria nas vias de acesso, estradas, caminhos-de-ferro; melhoria das infraestruturas; melhoria da qualidade de ensino; melhoria no acesso à água, à energia eléctrica, mesmo havendo necessidade de melhoria nesses serviços. Portanto, estes serviços tem estado a crescer juntamente com os níveis de acesso à informação e à formação que vão abrindo espaços para que a sociedade informada dos processos do desenvolvimento a nível local.

O sul do país, onde encontramos as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, por exemplo, é dominado pelo sistema patrilinear onde todo o indivíduo é membro do grupo parental consanguíneo do seu pai. Portanto, são considerados da mesma família o pai, os filhos e os familiares directos do pai, excluindo a mãe, pois, ela pertence à sua família consanguínea. De um modo geral, os tios paternos e a família paterna é que arcam todas as responsabilidades sobre os filhos da irmã. Já, no norte do rio Save, onde se encontram as províncias de Tete, Sofala, Manica, Nampula, Zambézia, Cabo-Delgado e Niassa, no entanto, domina o sistema matrilinear aonde os membros da família são do domínio uterino onde, os tios, irmãos da mãe é que desempenham os papéis principais.

Portanto, os contextos socioeconómicos vistos nesta perspectiva encontram certas diferenças o que determina o *modos vivendi* de cada comunidade (grupos étnicos de Moçambique). Estando caracterizados por línguas particulares (locais), a forma como cada grupo usa sua língua local vai encontrando certas diferenças quando se traduz para a língua portuguesa, considerada a língua de unidade nacional e, assumindo-se que cada língua indica uma cultura a qual vai determinar a forma como cada um vai se posicionando diante dos diferentes fenómenos sociais.

Os sinais linguísticos em África e, particularmente em Moçambique, vão ser considerados como sendo os que criam barreiras ao desenvolvimento tornando os países mais pobres do mundo na medida em que a língua se torna em barreira, pois, diferentes comunidades dentro do mesmo contexto, não pensam, não entendem e não dizem a mesma coisa na base de um e único padrão que influencia a que as pessoas se entendam. Outro factor é o uso da técnica que, transferida dos países mais ricos, com seu padrão linguístico e cultural, não encontra sustentabilidade porque as condições para o seu suporte nestes lugares não estão criadas. É neste contexto em que em autores como M. Santos (1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011) e em (Prebisch, 1949; Arrigui, 1999, como citados em Árabe, 2003) encontramos a divisão entre centros, mais desenvolvidos e, as periferias, mais pobres.

É pela falta de conhecimento técnico e científico que deixa os países africanos e, em particular, Moçambique na condição da pobreza, pois, o conhecimento local adquirido e acumulado ao longo do tempo e que caracteriza e identifica cada grupo linguístico, não é suficientemente capaz de transformar os recursos naturais locais e dinamizar os processos que condicionem sustentabilidade e bem-estar. Um dos argumentos que se podem citar é a falta de circulação de informação nesses lugares que também é condicionada pela falta de corrente eléctrica na maior parte das zonas rurais moçambicanas.

#### **4.1.2. A população rural moçambicana e o surgimento das Aldeias Comuns**

Nesta parte do texto, importa-nos avançarmos na perspectiva de seguir a linha de pensamento de acordo com os traços deixados nas alíneas anteriores sobre a população rural definida por Araújo (1988). Ora, a distribuição territorial da população rural tem uma forte ligação com o tipo de ocupação e posse da terra, no contexto de desenvolvimento, seguindo a

política do período pós-independência, cujo meio socioeconómico, de acordo com Marinov (1974), se torna em um “sistema cuja estrutura concreta é determinada pela natureza das reações que situam os indivíduos no processo social de produção e de reprodução” (como citado em Araújo, 1988, p. 178).

Neste processo de produção rural, podemos identificar duas formações de espaços, o primeiro criado pelo colono, tomado como sendo o das grandes plantações ocupando as terras mais férteis e, o segundo, criado pelo camponês moçambicano ocupando terras menos férteis, de difícil acesso e constantemente sujeitas a deslocações forçadas. De acordo com Araújo (1988), esta situação criava mais dependência dos camponeses e os colocou em situações precárias e de vulnerabilidade socioeconómica, o que lhes fazia vender sua força de trabalho e, passando a ter pouco tempo para trabalharem em suas terras, criando nessas zonas, concentrações populacionais, mas de fraca densidade que condicionaram ao surgimento das famílias alargadas – ao que alguns autores chamam de pequenas aldeias.

Araújo (1988) mostra que com a independência, a terra foi nacionalizada e se inicia o processo de eliminação dos desequilíbrios sociais que eram condicionados pela falta de terra arável e, assim, o espaço rural moçambicano passa a ser reorganizado de acordo com os objectivos plasmados na Constituição da República de 1975, no seu Art. 11<sup>o42</sup> que diz “o Estado encoraja os camponeses e trabalhadores individuais a organizarem-se em formas colectivas de produção, cujo desenvolvimento apoia e orienta” (Constituição da República, o seu Art. 11<sup>o</sup>). É assim como surgem as aldeias comunais, a partir da eliminação do povoamento disperso pela produção colectiva que passou a ser mais económica e que reflecte uma forma diferente de organização da actividade produtiva rural assente em moldes colectivos de produção familiar.

O conceito de colectividade produtiva e concentração da população em aldeias, tendo como a primeira experiência a província de Cabo Delgado, deu azo a uma nova forma de estar que a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) adoptou como forma de evitar isolamento e insegurança de certos lugares habitacionais que iam sendo criados durante a luta armada de libertação nacional. De acordo com George (1967), o avanço das áreas libertadas condicionaram ao surgimento da população rural cada vez mais numerosa, criando mais

---

<sup>42</sup> Constituição da República Popular de Moçambique, 1975

necessidades de produção e de guerra, o que originou as aldeias comunais a partir “do agrupamento de indivíduos tendo os mesmos interesses a defender” (como citado em Araújo, 1988, p. 182). É assim que, de acordo com Araújo, em 1970, mais de 40% da população das zonas libertadas vivia organizada em aldeias de produção colectiva.

À luz desta experiência e, em função da política de desenvolvimento definida pela FRELIMO na sua 8ª Sessão do Comité Central realizada em 1976, concluiu-se que a aldeia comunal, enquanto unidade organizada de produção rural, “(...) deve constituir o quadro social do desenvolvimento futuro do campesinato moçambicano” (o Processo de desenvolvimento das aldeias comunais, 1978, citado por Araújo, 1988, p. 183). Nele definiram-se os princípios gerais orientadores da criação destas unidades territoriais de produção e residência, que se podem resumir da seguinte forma: (i) atingir a produção colectiva; (ii) produzir para a autossuficiência da colectividade, para a melhoria da nutrição e para acumulação social através de excedentes comercializáveis; (iii) mecanizar, apenas gradualmente, e de acordo com estágios de desenvolvimento cada vez mais avançados; (iv) conservar os recursos naturais e, muito em particular, a fertilidade dos solos; (v) ter em conta que o processo de cooperativização é gradual e não uniforme; (vi) considerar o agrupamento de 250 famílias (entre 1000 e 1500 pessoas) a unidade de dimensões suficientemente grandes para justificar um conjunto de serviços sociais de base (escola, posto de saúde, estabelecimento comercial, abastecimento de água potável, etc.).

Araújo (1988) mostra que destes princípios gerais ressaltam-se aspectos importantes para o futuro desenvolvimento das aldeias comunais, tais como:

- i. A coexistência entre produção colectiva e familiar não é contraditória, sendo desejável como garantia da autossuficiência alimentar;
- ii. A necessidade de defender o equilíbrio ecológico leva a dimensionar a concentração da população de forma a que se constituam unidades facilmente administradas e não se criem grandes e graves desequilíbrios entre a densidade demográfica e os recursos naturais disponíveis;
- iii. Devem introduzir-se gradualmente e, de acordo com o desenvolvimento que se observar, novas tecnologias de produção agrícolas, que permitam o aumento da



produção e da produtividade, mas sem criar situações de difícil solução para os camponeses.

Ao concreto, Araújo (1988) indica que o pensamento *aldeias comunais* como uma política de desenvolvimento foi iniciado aquando da reunião de Lusaka em 1975 da Comissão Económica para Africa (ECA) das NU que, segundo Clarke (1982), incitavam ao “(...) estabelecimento de centros de crescimento económicos com facilidades adequadas para a educação, saúde e outros serviços sociais, formulação e implementação de programas de desenvolvimento rural com incidência num desenvolvimento agrícola diversificado, conservação dos recursos agrícolas, reforma agrária e organização da produção (...)” (como citado em Araújo (1988, p. 185). Ao nosso ver, os serviços de educação e saúde bem como agrícolas são os que dão um apoio significativo na avaliação do desenvolvimento de uma comunidade, pois, quanto mais alto for o nível destes serviços, maior será o bem-estar.

Porém, mesmo considerando a importância destas aldeias de forma teórica e, por vezes prática, estas aldeias foram marginalizadas, por um lado, pelos governos centrais e, por outro, pela comunidade. Os governos distritais seguiram apenas as recomendações saídas do seminário de Marupa, pois, Araújo (1988) percebe ter se criado uma dinâmica das aldeias que iam resultar em perspectivas competitivas e não cooperativistas para ver qual é que consegue ter maior número de famílias onde:

a produção cooperativa, iniciada após a aglomeração da população, surgia de forma artificial e forçada, pouco organizada, o que resultava em produções e produtividades muito baixas; os membros das cooperativas de produção assim criadas não viam os benefícios do seu trabalho, o que os levava a abandoná-las. (...) criaram-se contradições entre o espaço de produção colectiva e o familiar. Superdimensionaram-se estes novos aglomerados rurais, criando-se grandes desequilíbrios população-recursos e dificultando-se uma administração aldeia eficiente. A localização dos novos centros rurais nem sempre era escolhida tendo em conta as distâncias em relação às unidades produtivas e aos locais de captação de água e de lenha, assim como a conservação dos solos. (Araújo, 1988, p. 185)

O abandono destas zonas referidas por Araújo resulta do facto da falta de organização e orientação dos que monitoram as acções e controle da situação identificada no âmbito do reassentamento na medida em que uma estratégia de comunicação é sempre pertinente para uma comunidade que vai ser deslocada para uma nova zona onde vai passar a habitar

deixando para trás a sua cultura e um conjunto de elementos com os quais a mesma se identifica.

Portanto, o princípio que serviu para nortear o surgimento das *aldeias comunais* foi todo ele marginalizado, pois, na sua grande maioria, as aldeias surgem como resultado da concentração populacional em locais onde as famílias ficavam afastadas das suas unidades residenciais-produtivas o que, segundo Araújo (1988), gerou problemas cuja solução era inalcançável dentro do seu contexto social. Sendo a ideia das aldeias um conceito da época da guerra de libertação colonial, depois da independência este conceito ganhou uma nova roupagem e a informação segundo a qual em caso de as famílias se reorganizassem teriam acesso mais fácil à educação, saúde e outros serviços, por isso o processo decresceu durante os primeiros anos mas com as calamidades naturais e, mais tarde a guerra movida pela África do Sul, a expansão da rede de aldeias foi revivido (Araújo, 1988).

Araújo (1988) mostra que sendo um dos objectivos da formação das aldeias comunais o de organizar a população rural em formas de povoamento concentrado, as aldeias que existiram ao longo do tempo em Moçambique, de acordo com o movimento da população rural são de seis tipos, onde cada um tem sua génese, a saber:

**Tipo 1:** aldeias formadas durante a luta armada nas “zonas libertadas”

Inclui as aldeias organizadas em forma de produção colectiva para fazer frente à guerra contra o exército colonial que produziam para os militares da frente bem como para o comércio com a Tanzania e Zâmbia. Estas aldeias estão localizadas nas Províncias de Cabo Delgado, Tete e Niassa;

**Tipo 2:** aldeias formadas a partir da produção colectiva

São de menor número e se caracterizam por possuírem melhores infraestruturas económicas e sociais. Por exemplo, a aldeia de Manjangue, na Província de Gaza;

**Tipo 3:** aldeias com origem na mobilização dos camponeses

Tinham em vista mobilizar os camponeses dispersos para se organizarem em forma de produção colectiva em troca de benefícios como escola e saúde mas sem sucesso, porque os camponeses tinham dificuldades em abandonar suas origens por algo do qual pouco compreendiam o que obrigou as lideranças a usarem métodos de

mobilização mais compulsivos, o que de certa forma não deu resultados positivos, isto é, os aldeões continuavam estreitamente ligados às suas unidades familiares e sem criarem unidades colectivas. Estas aldeias encontravam-se em quase todas as Províncias, mas com maior destaque para Nampula, porém, em Sofala e Zambézia este método não havia dado qualquer resultado;

**Tipo 4:** aldeias resultantes de calamidades naturais

Desde 1975 que Moçambique está sujeito à calamidades naturais como inundações que afectaram o Sul e Centro o que obrigou o Governo da Frelimo a mobilizar a população afectada a se concentrar em zonas mais elevadas. Desta situação, resultou grande número de aglomerados rurais nas terras altas, ao longo dos vales dos rios Incomati, Limpopo, Buzi, Púngué e Zambeze. Apesar de terem a mesma origem, tiveram desenvolvimento/s diferente/s: por um lado, as que, através da criação de unidades produtivas colectivas e familiares, atingiram uma situação económica satisfatória e, por outro, aquelas que não tendo organizado qualquer tipo de produção no novo espaço, continuaram ligadas às antigas áreas de produção familiar, por vezes muito distantes;

**Tipo 5:** aldeias edificadas em antigos “aldeamentos”

O regime colonial, nos últimos anos de luta armada de libertação nacional, construiu diversos “aldeamentos”, com dois objectivos: tentar controlar a população rural moçambicana, procurando afastá-la da acção da Frelimo; criar um movimento rural europeu, onde eram instalados colonos agricultores vindos das regiões mais pobres de Portugal para retirar campo de acção à Frelimo e servir de barreira ao avanço da luta. Com a derrota do colonialismo, estes “aldeamentos” foram recuperados e transformados, muitos deles, em aldeias comunais, onde se instalaram camponeses moçambicanos ou operários agrícolas a trabalharem em unidades produtivas estatais. Isso sucedeu em diversas províncias e com maior incidência em Cabo Delgado, Tete e Gaza;

**Tipo 6:** aldeias de regressados

Com o fim da guerra colonial, milhares de refugiados nos países vizinhos, particularmente na Tanzânia, regressaram ao País, tendo se instalado em aldeias que eles próprios construíram e nas quais iniciaram uma produção colectiva aliada a familiar.

Araújo (1988) mostra ainda que com a guerra levada a cabo por grupos armados movidos de fora, aparece um novo tipo de aldeias onde, a comunidade rural, para melhor se defender dos ataques e da pilhagem dos seus bens, organizou-se em aldeias e depois tenta criar estruturas produtivas (colectivas e familiares). De acordo com George (1967), a criação de um aglomerado social resulta de vários factores como os naturais, históricos (sedentarismo), sociais e económicos (como citado em Araújo (1988). Na óptica de Araújo (1988), a origem das aldeias surgidas em Moçambique pode ser reflectida nos mesmos factores indicados por George, mas para o caso concreto de Moçambique, acrescentam-se os de ordem política que teriam um papel de relevo na sua constituição.

Os povoamentos foram crescendo com o tempo em termos numéricos e em dimensão da unidade o que dificultava o acompanhamento e controle que possam ajudar na percepção do cumprimento dos objectivos (Araújo, 1988). Para o autor, esta situação era mais agravada pela falta de quadros para organizarem e controlarem o processo, o que criou dificuldades na classificação do povoamento. As localidades (das aldeias comunais) tinham uma distribuição territorial tradicional, dispersa e irregular uma vez o governo da Frelimo de então ter considerado a agricultura como sendo o motor-chave para o desenvolvimento do país. No entanto, com a dispersão da população, ficava difícil implementar as políticas fixadas para o desenvolvimento rural com base na socialização do campo e, a partir daí, definem-se as aldeias comunais como uma nova e fundamental forma de distribuição territorial da população rural, assente na organização da produção em moldes colectivos como forma de criar mais acesso dos camponeses aos serviços essenciais (saúde, educação, água potável, entre outros).

Neste caso, é importante que as motivações levem o camponês a mudar de comportamento em relação ao que se oferece de novo e de diferente como o caso de um espaço residencial-produtivo. Araújo indica que os factores (educação e saúde), devem fazer com que os aldeões sintam melhorias na condição de vida como por exemplo: extensão de

terras suficiente para o desenvolvimento da produção familiar e cooperativa; fertilidade dos solos; água potável; combustível doméstico; abastecimento; educação e saúde.

Como condição básica para a formação de uma aldeia, Araújo (1988) considera que critérios fundamentais devem ser seguidos para a escolha do sítio de implantação do novo espaço residencial-produtivo. De acordo com o autor, “no essencial pretende-se que o local da aldeia seja definido tendo em conta os recursos pedológicos e hidrológicos, a área para expansão residencial e produtiva, atendendo às perspectivas de desenvolvimento e as vias de comunicação existentes” (Araújo, 1988, p. 202). O autor indica que para que se crie uma *aldeia* definem-se entre dois a quatro bairros, cada um com dimensões para albergar cerca de 250 famílias.

A cada família é atribuída um espaço de 40x30 metros onde, em sistema de autoconstrução, se levantam três a quatro casas pequenas que constituem a residência da família, onde cada uma das casas tem função específica a saber: uma para a residência dos pais; outra para os filhos; a terceira funciona como cozinha e a quarta funciona como celeiro. A nível de cada bairro, abre-se um furo de água e, por vezes, constrói-se uma escola. Na estrutura da *aldeia* constrói-se um *centro comunal* (onde se decidem questões políticas e administrativas do bairro), constrói-se uma cooperativa de consumo, hospital, tudo como resultado do trabalho colectivo dos aldeões (Araújo, 1988).

#### **4.2. Evolução das aldeias comunais**

A implementação das aldeias comunais varia de uma Província a outra. No entanto, a situação do conflito armado (1977 a 1992) foi um factor conjuntural que não fica de fora como a que influenciou de forma directa na evolução das *aldeias*, pois, estes teve um papel devastador da população rural o que obrigou aos agentes políticos e administrativos locais e regionais a incentivarem a formação destas *aldeias*. Pacione (1984) mostra que em período de insegurança, as *aldeias* crescem em número e em tamanho, mas quando a segurança é reestabelecida, o número volta a decrescer (como citado em Araújo, 1988: 219). Um dos elementos cruciais, de acordo com Araújo (1988) é a falta de mudança de comportamento dos camponeses, pois, não houve tempo suficiente para se introduzir novos valores:

isto significa que uma transformação duradoura e eficaz do povoamento não pode ser feita apenas com base em acções administrativas e em função de factores conjunturais. O mais importante está no enquadramento da acção política, de forma a educar, com consistência, a população rural, tornando-a sensível a novos valores que, gradualmente, levem ao aparecimento de um novo comportamento. Isto implica tempo e princípios orientadores muito bem definidos que vão ao encontro dos interesses dos camponeses, sem esquecer os objectivos mais gerais a nível nacional. (Araújo, 1988, p. 219)

A ideia central das aldeias tinha em vista manter as pessoas no campo bem como evitar êxodo rural, mas que estas aldeias continuaram a perder mão-de-obra, em particular masculina em busca de trabalho noutros países vizinhos. Um aspecto fundamental é a não criação de escolas e centros de saúde pelo governo nestes locais o que obrigava a comunidade a ter de edificar escolas com material local e depois exigirem professores, mas com fraca cobertura devido ao número elevado de escolas que foram surgindo. Este vazio criava um sentimento de frustração entre os aldeões, pois, as promessas não estavam sendo cumpridas (Araújo, 1988).

Há um reconhecimento claro feito por Araújo (1988) de que a rede de comunicação nas aldeias comunais é deveras importante, na medida em que esta serve de elo de ligação entre as lideranças e a comunidade. No contexto moçambicano, a comunicação, muito em particular a comunicação rural, usando vias alternativas, oferece grandes impactos na medida em que:

a escrita ainda abrange uma percentagem muito pequena da população, devido aos grandes índices de analfabetismo. No campo, a única informação que chega e nem sempre nas melhores condições, é a da rádio. Pelo papel que a comunicação social pode desempenhar no desenvolvimento rural, foi criado, logo nos primeiros anos após a independência nacional, um projecto de comunicação social (...) visa dotar as aldeias comunais com um centro que desenvolve uma série de acções de informação, divulgação, ensino e recreação, de interesse para os aldeões. (...) em especial esclarecimento sobre a utilização de novas tecnologias, dos cuidados de saúde primários. (Araújo, 1988, p. 250)

Houve um maior dinamismo na constituição das aldeias comunais, pese embora tenha se esgotado a iniciativa pelo facto de as estruturas, tanto da Frelimo bem como governamentais, terem vencido factores adversos como resistência e desconfiança na sua

criação fora do alcance das novas inundações, por exemplo. Porém, não houve capacidade de disponibilização dos recursos materiais e humanos para apoiar e orientar o processo, de forma a que as *aldeias* tivessem a localização e dimensão mais adequadas, e se transformassem em unidades produtivas viáveis (Araújo, 1988).

As aldeias comunais constituem centros de desenvolvimento local, embora sua génese não obedeceu a um plano definido e sem uma prévia e adequada escolha da sua localização o que significa não ter havido ocasião para se avaliar os recursos naturais disponíveis, o que dificultou, em certa medida, a criação de respostas imediatas condicionando na acumulação dos problemas diversos (Araújo, 1988).

A partir do conceito ‘aldeias comunais’ trazido pelo pensamento de desenvolvimento iniciado pela frente de libertação, contando os seis tipos de aldeias mostrados por Araújo (1988), já mencionados acima, constatamos que este conceito, com os vários factores que condicionaram a sua falência, em 2006 renasce com nova roupagem e designação, mas valendo-se pelos mesmos objectivos, mesmo considerando a diferença do método – as *Vilas do Milénio (Millennium Villages)*.

#### **4.2.1. As Vilas do Milénio em Moçambique e o desenvolvimento sustentável**

##### **4.2.1.1. O que são Vilas de Milénio?**

A Vila do Milénio Moçambique (VMM) é um programa do Governo, implementado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que preenche um espaço geográfico criteriosamente selecionado para a organização da comunidade carenciada de modo a beneficiar-se de tecnologias e inovações, facilidades em infraestruturas sociais, entre outros serviços. Este programa visa influenciar na redução da pobreza absoluta com base no trabalho das comunidades empobrecidas através do uso das capacidades e potencialidades locais. Este programa tem como enfoque a expansão e uso de ciência, tecnologias e gestão do conhecimento nos países em vias de desenvolvimento<sup>43</sup>. Seus propósitos estão directamente ligados ao processo da implementação do segundo objectivo<sup>44</sup> na estratégia da Ciência,

---

<sup>43</sup>[http://www.vm.org.mz/prt/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=13&Itemid=30](http://www.vm.org.mz/prt/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=13&Itemid=30): acedido a 11 de Abril de 2013

<sup>44</sup>Preconiza a promoção da inovação e do uso de abordagens baseadas na Ciência e tecnologia nas comunidades empobrecidas e em desvantagens (Relatório, 2006: 7).

Tecnologia e Inovação de Moçambique na valorização da igualdade do género e a participação comunitária (Relatório do MCT, 2006).

O programa é suportado pelos fundos das Agências de Cooperação Internacional como o Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre outras organizações não-Governamentais, Embaixadas sediadas no país bem como de outros projectos de desenvolvimento a nível nacional na tentativa de dar resposta aos objectivos do desenvolvimento do Milénio e da Agenda 2025. O desenvolvimento deste programa depende também da participação activa dos actores sociais a nível local e tem como complemento o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) que se interliga aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) bem como da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) (Relatório do MCT, 2006).

Toma-se como pilar do desenvolvimento económico a melhoria das condições básicas da prossecução da actividade produtiva, como a melhoria das infraestruturas que promovam a geração da riqueza e garantam a disponibilidade dos recursos naturais, redução dos entraves burocráticos e o estabelecimento de uma legislação que assegure os direitos dos cidadãos e incentive o aumento da produtividade e inovação (Relatório do MCT, 2006).

Assim, tem como objectivo geral:

- Apoiar as estratégias de desenvolvimento e de crescimento socioeconómico de modo a apresentar os modelos melhorados de desenvolvimento sustentável nas comunidades locais com base no uso do conhecimento técnico-científico e sociocultural.

Como forma de operacionalizar este objectivo, foram criados nove objectivos específicos com uma forte ligação com os pilares do PARPA II<sup>45</sup> a saber:

- Eliminar a fome e a má nutrição com maior enfoque nas mulheres grávidas e em aleitamento incluindo crianças abaixo de dois anos;
- Melhorar os meios de subsistência e os rendimentos das famílias;

---

<sup>45</sup> Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) é um plano iniciado pelo Governo da FRELIMO em 2001 que tinha como objectivos incrementar a produção agrícola para combater a pobreza absoluta.



- Assegurar o acesso integral na Escola primária das crianças e eliminar a disparidade do género;
- Melhorar o acesso a serviços médicos;
- Diminuir a taxa de infecção pelo HIV e SIDA e outras doenças bem como assegurar a aquisição de medicamentos;
- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nos programas da aldeia de forma a reverter a perda de recursos ambientais e melhorar os serviços de ecossistemas;
- Condicionar o ambiente social, capital humano e condicionar o acesso à ciência e tecnologia;
- Disponibilizar o acesso ao uso das tecnologias de comunicação e informação e;
- Fazer monitoria e avaliação do impacto dos investimentos tecnológicos.

Tem como *Visão*<sup>46</sup>:

- Criar uma simbiose entre o saber científico, tecnológico, sociocultural e inovador das comunidades de modo a resolver os constrangimentos que retardam o desenvolvimento social, cultural e económico através de estabelecimento de centros de Transferência Tecnológica e desenvolvimento Humano.

Tem como *Missão*<sup>47</sup>:

- Contribuir para a redução da pobreza absoluta a partir da aplicação de todo o arsenal de conhecimento a que o país tem acesso e a sua implementação nas comunidades rurais onde é extremamente necessário, criando espaços onde que se operem intercâmbios de saberes científico, cultural e inovador para o melhoramento da vida das comunidades que vivem nas imediações da Vila do Milénio.

O programa caracteriza-se por capacitar as comunidades no uso das experiências científicas comprováveis, tecnologicamente adequadas e aceitáveis na vida comunitária. É também tarefa do programa transmitir às comunidades um saber fazer, actuar, estar, que modifique as atitudes e comportamentos das comunidades abrangidas com vista a elevar a sua qualidade de vida.

---

<sup>46</sup> [http://www.citt.gov.mz/?page\\_id=157](http://www.citt.gov.mz/?page_id=157) (acesso: 11 de Janeiro de 2013).

<sup>47</sup> *Idem.*

#### 4.2.1.2. Breve historial das Vilas do Milénio em Moçambique

O primeiro conceito de Vila do Milénio (VM) em África foi implementado no Quénia Ocidental, em *Sauri* pelo *Earth Institute da Universidade de Columbia*. A ideia da Vila do Milénio era que as comunidades pudessem trabalhar lado-a-lado com o governo buscando cumprir metas do desenvolvimento sustentável e responder aos ODMs<sup>48</sup> no combate à pobreza extrema (Relatório do MCT, 2006).

Com a proclamação da Independência Nacional, o novo Governo, dirigido pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1977, adoptou uma política de desenvolvimento rural baseada na socialização do campo, que incluía a alteração das formas de organização rural e dos sistemas de produção para aumentar a produtividade e acelerar o desenvolvimento nacional (Relatório do MCT, 2006). O relatório refere que a materialização deste programa foi possível graças à mobilização comunitária para se concentrar em aldeias comunais onde, com o apoio do Governo da FRELIMO, houve maior aderência na sua nova matriz de governação o que permitiu a rápida organização das comunidades. Neste contexto, a aldeia comunal, era a base fundamental que podia incrementar novas formas de desenvolvimento nas zonas rurais e assentar a população de forma organizada, tornando-se numa solução para contornar a localização dispersa e isolada das comunidades.

A política moçambicana de desenvolvimento rural assente nas aldeias comunais inspirava-se no socialismo científico onde se valorizava a igualdade de género. As aldeias estavam devidamente estruturadas e subdivididas em quatro (4) zonas principais:

- Zona habitacional;
- Zona de comércio onde se encontravam as cooperativas de consumo;
- Zona de infraestruturas sociais: escolas, postos de saúde, rede de comunicação social, etc.
- Zona de produção agrícola, onde se encontravam as cooperativas de produção;

Em 1986, o estado moçambicano adopta uma nova política de desenvolvimento, centrada ao capitalismo. Até 1992, anos dos acordos gerais de paz em Roma, e no concreto com os primeiros passos da democratização em Moçambique, os sinais das aldeias comunais,

---

<sup>48</sup> É um documento do Governo baseado nos ODM das NU que orientam as políticas dos governos em benefício das comunidades mais pobres. Estes surgem na Declaração do Milénio das NU em 2000 e adoptados por mais de 190 países. Suas políticas estão orientadas para os sectores sociais e saúde.

do aldeamento e das cooperativas deram início do seu desaparecimento, obrigando, desta forma, as comunidades moçambicanas, no geral, a adoptar os sistemas do comércio informal.

O Relatório do MCT (2006) mostra que depois de se perceber o sucesso do projecto na produção alimentar, Saúde e Educação em *Sauri* (Quénia), foram angariados mais de 120 milhões de dólares para implementar o projecto nas zonas rurais em toda África subsaariana. O grupo responsável na implementação do projecto vilas de milénio de Moçambique (VMM) incidiu suas atenções em zonas onde a fome era extrema. É neste contexto que surgem as Vilas do Milénio em todo território Nacional como aliadas à visão de que o “distrito é o pólo de desenvolvimento” de acordo com as orientações do presidente da República<sup>49</sup> de então nas suas estratégias nacionais de combate à pobreza<sup>50</sup>.

É neste contexto que em 2006, o então Presidente da República, Armando Guebuza, convida o economista norte-americano Jeffrey Sachs a vir a Moçambique para falar do estabelecimento das Vilas do Milénio. Após os debates com presidente da república, conselho de ministros, sociedade civil e comunidade internacional, o governo propôs a criação das VMM cuja gestão ficou sob a tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), pois, a Ciência e a Tecnologia (C&T<sup>51</sup>) são consideradas como sendo a fonte de soluções no combate à pobreza e nos problemas locais.

A operacionalização do Programa VMM é assente nos objectivos da Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM) aprovada pelo Conselho de Ministros em Junho de 2006<sup>52</sup> que preconizam a promoção:

- da inovação popular e uso das abordagens baseadas na ciência e tecnologia pelas comunidades pobres e desfavorecidas;
- da Pesquisa para o Desenvolvimento (P&D) e a inovação no sector produtivo;
- da transferência de tecnologias;

---

<sup>49</sup> Presidente do dia Armando E. Guebuza, eleito para o seu Segundo mandato até 2014.

<sup>50</sup> Pobreza pode ser entendido em dois sentidos. Por exemplo: 1) a falta de recursos económicos e, 2) carência social. Para o primeiro caso resume-se como sendo a falta de rendimentos que possam sustentar as necessidades básicas de uma família e, o segundo como sendo a dependência e incapacidade de participar nas decisões sociais (falta de educação e informação que colocam o indivíduo numa posição privilegiada ao exercício de cidadania. Para este caso os dois conceitos são válidos para compreender o presente trabalho.

<sup>51</sup> Tem como objectivo geral desenvolver um sistema integrado para a produção e gestão de conhecimento direccionado para as necessidades nacionais de modo a estimular o desenvolvimento sustentável do país, (Relatório MCT, 2006, p. 18).

<sup>52</sup> Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação de Moçambique (ECTIM). Maputo, Moçambique pp. 29).

- do uso das tecnologias de informação e comunicação para a boa governação e prestação de serviços a todos os cidadãos e estimular a difusão e absorção do conhecimento para a redução da pobreza e o crescimento económico.

Mesmo antes da avaliação total da experiência que podia se colher, outras vilas foram sendo implantadas a nível do País, de acordo com a concentração massiva da população rural. Podemos assim, de acordo com o site do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias (CITT)<sup>53</sup> afirmar que o País contava, até 2019, com sete (7) vilas, a saber:

Tabela 1

<b>Vila</b>	<b>Ano</b>	<b>Localização</b>	<b>Financiamento</b>	<b>Habs.</b>
<b>Chibuto</b>	2006	Gaza, Distrito de Chibuto	PNUD	13.000
<b>Lumbo</b>	2007	Nampula, Ilha de Moç.	Portugal	8.085
<b>Itoculo</b>	2009	Nampula, Distrito de Monapo	Japão	6.000
<b>Malua</b>	2009	Zambézia, Distrito Alto-Molocué	Japão	5.763
<b>Lionde</b>	2009	Gaza, Distrito de Chóckwé	Japão	8.000
<b>Chitima</b>	2011	Tete, Distrito de Cahoara Bassa	Cahora-Basssa	23.000
<b>Molumbo</b>	2014	Zambézia, Distrito de Molumbo	BID <sup>54</sup>	62.000

Fonte: CITT, disponível em <https://rnti.org.mz/citt/> e <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> Acesso: 07 de Março de 2019.

O número de habitantes por cada vila mostra a dimensão territorial bem como a capacidade de dinamização de seus recursos. As vilas do desenvolvimento do Milénio de Itoculo e Malua mostram-se ser as que apresentam mais sucesso. A vila do Milénio de Chibuto, a primeira a testar o modelo, que também faz parte do nosso estudo, apresenta um número de habitantes não muito grande, porém, de acordo com o site do CITT mostra que não registou grandes sucessos devido à falta de experiência local nesta iniciativa. No entanto, as Vilas do desenvolvimento do Milénio de Chitima e Molumbo, em termos do número de habitantes mostram-se ocuparem maiores dimensões territoriais, porém, suas experiências como vilas têm estado a mostrar sucessos significativos, conforme o site do CITT.

De acordo com o site institucional, das 7 Vilas do Milénio criadas a nível nacional destacam-se três, nomeadamente: as Vilas do Milénio de Lionde, Malua e de Itoculo, devido aos resultados satisfatórios registados durante a sua implementação. Por coincidência, todas

<sup>53</sup> <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> acesso: 7 de Março de 2019

<sup>54</sup> Banco Islâmico de Desenvolvimento

as vilas que tiveram sucessos são patrocinadas pelo Governo do Japão. A Vila do Milénio de Chitima apresenta-se com infraestruturas na fase final de construção, enquanto a de Molumbo está em processo inicial de obras. A Vila do Milénio de Lumbo, não cumpriu com o seu plano devido ao não desembolso dos fundos na totalidade pelo principal financiador. A Vila do Milénio de Chibuto, a primeira a testar o modelo, não registou grandes sucessos devido à falta de experiência local no modelo desta iniciativa. Tendo em conta o sucesso de uma e insucesso de outras, queremos avaliar até que ponto o governo de Moçambique decidiu manter esta estratégia (das vilas de milénio) no âmbito do desenvolvimento, mesmo tendo em conta algumas falhas e verificar o que foi feito até então para se ultrapassar os problemas de insucesso das vilas).

#### **4.3. Programa Nacional Vilas do Milénio: fundamento e contexto**

O Programa Nacional Vilas do Milénio (PNVM) é um modelo de desenvolvimento comunitário integrado baseado no uso de abordagens de investigação, transferência de tecnologias e inovações, que promove o desenvolvimento socioeconómico das comunidades em desvantagem usando saberes locais.

O site do CITT mostra que a concepção deste Programa inspirou-se nos aspectos positivos de dois conceitos de desenvolvimento comunitário, designadamente: (i) aldeias comunais, ideia surgida ao longo da guerra de libertação colonial (1964-1975) quando a frente conseguiu ter zonas libertadas onde concentrava as pessoas para as proteger e, produzir de modo a que não passem fome e outras necessidades e; (ii) Millennium Village (Aldeias do Milénio) concebido pelo Professor Jeffrey Sachs do *Earth Institute* da Universidade de Columbia nos EUA, ideia surgida a partir das experiências de outros países em desenvolvimento.

Dentre os aspectos positivos do conceito aldeias comunais destaca-se a agregação e organização das massas populares, de modo a garantir o maior acesso à infraestruturas sociais, maior contenção das despesas públicas e controle de doenças endémicas. Neste contexto, a aldeia comunal, foi a base fundamental do desenvolvimento rural, como forma de organização das comunidades, como solução para contornar a localização dispersa e isolada

das pessoas, permitindo a participação activa das massas na transformação das suas próprias vidas e na gestão do seu próprio destino.

Vai daí Nyerere (1980) afirmar que as *ujamaa villages* devem ser “(...) criadas pelo povo e governadas por aqueles que nelas vivem e trabalham” (como citado em Araújo, 1988, p. 201). A ideia aqui trazida por Nyerere faz-nos indagar sobre o facto de haver maior pertinência que as vilas de desenvolvimento sejam encabeçadas desde seu início, pela comunidade, de modo a que se possa garantir sua integração e melhoria das condições de vida sendo que as estratégias por adoptar sejam monitoradas pela mesma comunidade.

A ideia central das vilas do milénio era focalizar-se na materialização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a promoção da segurança humana nas zonas rurais desfavorecidas, através da capacitação e investimentos baseados nas comunidades. Além disso, este conceito reconhecia os esforços dos governos nacionais na materialização dos ODM, envolvendo comunidades desfavorecidas nos esforços de combate à pobreza, agregando aos saberes locais, o conhecimento científico, tecnológico e inovador. Foi com base nessas experiências e nas políticas e estratégias definidas pelo governo de Moçambique que o então Ministério da Ciência e Tecnologia concebeu, em 2006, o PNVM com carácter interventivo, visando promover o desenvolvimento comunitário integrado baseado no uso de abordagens de investigação, transferência de tecnologias e inovações, e que aliados aos saberes locais, se criam novos modelos de desenvolvimento integrado e sustentável.

Hoje, este programa é gerido pelo CITT, afigurando-se como uma estratégia para acelerar o desenvolvimento rural integrado baseando-se na investigação, transferência de tecnologias e inovações para as comunidades carenciadas. Este programa tem o seu foco nas comunidades que apresentam maiores índices de pobreza ponderada. Os critérios de aferição do índice de pobreza ponderada têm como base a privação à educação, saneamento, água potável e energia.

Neste contexto, podemos perceber que Moçambique tem estado a demonstrar avanços nos esforços do combate à pobreza, mesmo que persistam algumas comunidades que deixam de fazer uso dos recursos disponíveis para a melhoria da sua condição, daí apresentarem índices de pobreza elevados. Isto fez com que o governo, reconhecendo esta realidade, tenha definido políticas e estratégias de combate à pobreza destacando-se o programa quinquenal

do governo (PQG); plano de acção para a redução da pobreza (PARP) e os planos sectoriais. A isso se juntam os instrumentos de planificação estratégica e operacional do país, nomeadamente:

- Agenda 2025;
- Política de Ciência e Tecnologia;
- Estratégia da Ciência e Tecnologia;
- Estratégia de Desenvolvimento Rural;
- Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA, 2010-2019);
- Plano Estratégico da Educação 2012 – 2016;
- Plano Estratégico da Saúde.

Neste contexto, a operacionalização do programa vilas do milénio tem estado a intervir de forma integrada em cinco pilares<sup>55</sup> que têm sido tomados como fundamentais, a saber: agricultura; educação; saúde; HIV/SIDA e género; e água e saneamento do meio. Olhando a lógica apresentada por Araújo (1988), percebemos que o alinhamento das políticas do governo sempre teve a mesma lógica porque as aldeias foram criadas com o objectivo de poder se facilitar acesso aos bens fundamentais para dinamizar o desenvolvimento das comunidades dispersas.

Desta forma, o papel do MCT/CIIT na implementação do PNVM é: (1) promover a investigação científica, transferência da tecnologia e inovação tecnológica; (2) assegurar a transferência, adopção de tecnologias e inovações apropriadas para o desenvolvimento das comunidades; (3) garantir a articulação entre os diferentes sectores do Governo e outros parceiros envolvidos na implementação das vilas de milénio; (4) promoção do uso das TICs para a boa governação e prestação de serviços, incluindo a divulgação do conhecimento, visando a redução da pobreza e o crescimento económico e; (5) monitorar os indicadores de progresso bem como a análise científica dos resultados e impactos a serem gerados pela implementação do programa.

---

<sup>55</sup> <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> acesso: 18 de Março de 2019.

#### **4.3.1. O papel do Ministério da Ciência e tecnologia na gestão das Vilas do Milénio**

No âmbito do Programa Quinquenal do Governo<sup>56</sup>, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) tem a tarefa de agente de mudança, como promotor principal da Ciência, Tecnologia e Inovação na promoção da oferta de soluções científicas e tecnológicas aos cidadãos nas áreas estratégicas de desenvolvimento definidas nos programas do governo de Moçambique. Por outro lado, visa também induzir as comunidades ao crescimento e desenvolvimento socioeconómico de Moçambique. Estas actividades serão levadas a cabo em coordenação com as unidades que implementam a Ciência e Tecnologia regionais - os Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT).

Neste contexto, o MCT tem de fazer cumprir os seguintes objectivos:

- Difundir e popularizar a ciência e tecnologia através do apoio a entidades de promoção de eventos;
- Desenvolver a capacidade inovadora do sector produtivo nacional, incentivando a sua ligação com as instituições de investigação científica; e
- Desenvolver um sistema de investigação científica e de inovação, integrado, dinâmico e de qualidade, que promova o rápido desenvolvimento económico e social no país e reduzir a pobreza.

Esta acção, de acordo com o Relatório do MCT (2006, p 19), se reflecte na visão do ministério em garantir que as comunidades tenham acesso, disponibilização e utilização equitativa da Ciência, Tecnologia e Inovação com vista a acelerar a geração de riqueza, a redução de pobreza e a melhoria do bem-estar nos Distritos tomados pelo Governo como sendo o polo central do planeamento e da orçamentação no país, por um lado e, o MCT, a responsabilidade de garantir a igualdade no acesso à investigação e aos seus resultados, por outro.

Desta forma, no âmbito da Estratégia para a Inovação de C&T em Moçambique (ECTIM) foram criados os Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT), com sede em Gaza para a zona Sul, em Tete para a Zona Centro e Nampula para a Zona Norte com os seguintes objectivos:

---

<sup>56</sup> É um programa criado pelo Governo no âmbito do cumprimento das suas actividades ao longo do mandato governamental. Tem também em vista responder, em parte, os ODM.



- Coordenar, promover e identificar os constrangimentos tecnológicos;
- Desenvolver investigação aplicada e específica;
- Inovar e disseminar ciência e tecnologia para o desenvolvimento técnico, científico e tecnológico nas comunidades.

Em cada centro, o MCT, em colaboração com as comunidades, identifica os principais constrangimentos ao desenvolvimento na medida em que se criam condições para se aumentar os rendimentos, acesso aos serviços básicos e o respectivo incremento na qualidade de vida da comunidade. Os CRCT trabalham lado-a-lado com o Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento Comunitário (CITT), instituição pública criada pelo Conselho de Ministros pelo Decreto 36/2010 de 1 de Setembro, vocacionada em investigação, transferência de tecnologias e inovações para as comunidades.

O papel do CITT é de garantir, em coordenação com as comunidades, o desenvolvimento das actividades de investigação científica para o benefício local; garantir o desenvolvimento tecnológico, transferências de conhecimento, tecnologias, culturas locais e outros sectores para a comunidade; garantir a promoção de desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo junto às comunidades através do processo de incubação de tecnologias e negócios; promover e desenvolver inovações e sua difusão como alternativas para a solução dos problemas comunitários e desenvolvimento sustentável e; promover a colaboração intersectorial na investigação e transferência de tecnologias para o desenvolvimento comunitário.

Assim, a condição das vilas é garantida, em termos tecnológicos, pelo governo, porém, sua sustentabilidade depende inteiramente das comunidades onde as vilas foram instaladas. Portanto, o real funcionamento das vilas depende da forma como o CITT disponibiliza a tecnologia necessária para que haja desenvolvimento.

#### **4.3.2. Metodologia usada na escolha das vilas do milénio**

As vilas do Milénio, no contexto moçambicano, foram chamadas a responder a um conjunto de objectivos por nós já mostrados, para além dos que podem ser vistos nos ODMs.

Portanto, sua indicação como centro de desenvolvimento local passa pela análise da agenda dos governos central e distrital, com auxílio de uma investigação apurada e minuciosa do MCT em parceria com o PNUD. Assim, podemos perceber que esta escolha obedece aos seguintes indicadores:

- Potencialidades e recursos locais:
  - Localização estratégica da região;
  - Associativismo das comunidades;
  - Riqueza natural e outros recursos de relevo;
  - Identidade da população para a organização dos programas.
- Pobreza e desvantagens:
  - Baixos indicadores do desenvolvimento humano (DH);
  - Pouco acesso a água e saneamento;
  - Desigualdade de género;
  - Prevalência de HIV e SIDA e outras doenças oportunas;
  - Divisão digital, científica e do conhecimento;
  - Estigmatização do saber local.
- Educação e elevado índice de analfabetismo
  - Baixo índice de escolaridade;
  - Baixo rácio de raparigas por rapazes nas escolas;
  - Inexistência de infraestruturas.

Esta condição social alavanca, de certa forma, a necessidade de o governo tomar parte no investimento directo ao desenvolvimento social, aliás, como sua responsabilidade, olhando para o modelo do desenvolvimento incitado pelo governo moçambicano de apoio aos desfavorecidos injectando fundos que possibilitem ou que criem condições para uma iniciativa privada sustentável. Por exemplo, a política de distritos como polos de desenvolvimento e os vulgos sete milhões. Por esta via, os indicadores apresentados pelos distritos de Chibuto, Província de Gaza (no Sul do País – Vila de Chibuto), Cahora-Bassa, Província de Tete (no Centro do País – Vila de Chitima) e Monapo, Província de Nampula (no Norte do País – Vila de Itoculo), colocam-nos na situação de elegíveis na promoção do desenvolvimento por intermédio das políticas do Governo, daí constituírem objectos de

análise na nossa pesquisa e, observando o segundo factor, de serem zonas onde se instalam as sedes regionais de transferência de tecnologia.

#### **4.3.3. Características de uma Vila do Milénio**

O Relatório do CITT (2014) refere que, sendo uma VM um aglomerado populacional com objectivos bem definidos, a sua constituição deve observar algumas características básicas comuns, sendo de destacar as seguintes:

- Representa uma comunidade rural ou agrupamento de comunidades de baixa renda de pelo menos 5000 habitantes;
- Encoraja e beneficia da apropriação, liderança e autonomia da comunidade;
- Utiliza uma abordagem multissectorial integrada centrada em intervenções práticas;
- Aplica a melhor ciência, tecnologia e experiência disponíveis;
- Implementa actividades através de uma parceria de comunidades, Governo, Nações Unidas, parceiros de desenvolvimento, sector privado, ONGs e a sociedade civil no geral;
- Requer aproximadamente USD 110/pessoa/ano, dos quais o apoio dos doadores externos abrange um mínimo de USD 70/pessoa/ano com o equilíbrio dado por outros intervenientes, incluindo o governo e as próprias comunidades;
- É movida por um objectivo de transformação económica rural a ser alcançado dentro de um período de 5-10 anos;
- Aceita um compromisso de partilhar experiência e resultados com outras comunidades.

#### **4.3.4. Orientação e sustentabilidade das vilas do milénio**

O governo de Moçambique considera a sustentabilidade das VMM as doações possíveis que podem advir dos vários intervenientes. Para o efeito, aprovou a criação do *trust-fund* na gestão do PNUD e o Ministro da Ciência e Tecnologia (MCT) como sendo parceiros. Este fundo é supervisionado pelo MCT, em nome do governo e copresidido pelo director do PNUD no país, em nome das agências das NU. O PNUD aparece como o

executor do programa e conta como seus membros o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Plano e desenvolvimento. O projecto é avaliado por uma comissão directiva criada pelo Governo e pelo PNUD. Esta comissão mantém encontros bianuais que servem como auxílio na avaliação dos resultados e aprovar os relatórios e planos de trabalho.

Portanto, a sua sustentabilidade é da garantia do funcionamento e aproximação da comunidade no desenvolvimento das actividades onde se percebe o seguinte:

- Apropriação, liderança e autonomia da comunidade;
- Elevação dos índices de desenvolvimento humano;
- Investimento do governo na disponibilização de bens e serviços públicos;
- Investimentos do sector privado.

Podemos perceber e enquadrar, no entanto, o surgimento das vilas do milénio em África no contexto analisado por Lopes (2005, p. 31). Este autor mostra que nas últimas décadas inúmeras conferências globais sobre a égide das Nações Unidas tentaram mapear os *deficits* de previsibilidade: nas questões ambientais, científicas e humanas. Essas conferências atingiram seu ápice em 2000 quando, numa roda histórica, a Assembleia do Milénio aprovou uma declaração que define parâmetros de convívio para o futuro. Estabeleceu-se um conjunto de objectivos que visam a redução dos fossos entre ricos e pobres como pauta para esse convívio. Esse guião visa emprestar uma seiva e uma bandeira novas ao trabalho das Nações Unidas. Em função dos resultados alcançados até 2015 – a data fetiche de referência para atingir esses objectivos de desenvolvimento de Milénio - poderá ser introduzida uma previsibilidade que talvez permita uma nova segurança humana e pública.

As vilas do milénio são implementadas com o objectivo de dinamizar os fluxos económicos e facilitar o desenvolvimento social de modo a que se cumpra, com maior exactidão, os objectivos do desenvolvimento do Milénio (ODM). A condução ao desenvolvimento sustentável obedece as seguintes fases:

- Sensibilizar as comunidades acerca das oportunidades, responsabilidades e desafios que irão enfrentar.
- Transferir o uso do conhecimento científico para o uso e aplicação local;

- Combinar o saber local com a ciência e tecnologia para garantir a sustentabilidade e continuidade do desenvolvimento sócio económico e cultural;
- Suprir as necessidades humanas básicas: alimentos suficientes, água limpa, saúde básica, educação básica, habitação, igualdade de género e ambiente;
- Gerar excedentes agrícolas para comércio ou venda, através de uma Revolução Verde Moçambicana;
- Diversificar empreendimentos agrícolas de forma a melhorar a produtividade e rendimento do trabalho; e
- Libertar mão-de-obra para empregos fora da agricultura, e permitir acumulação de capital e reinvestimento.

Estas fases servem de controle aos processos de implementação de cada situação necessária no contexto de sustentabilidade que conduza a um bem-estar social. Esta condição é que eleva os níveis de necessidades ou não da implementação da tecnologia que condiciona o avanço em termos de produção económica de bens de consumo das comunidades e a respectiva associação e integração nos mercados locais que condicionam e/ou dinamizam o comércio local de pequena escala como forma de servir as comunidades locais.

#### **4.5. Programa Nacional Centros Multimedia Comunitários**

Os resultados do PNVM tem como racionalidade a criação de condições junto às comunidades de forma a condicionarem seu bem-estar social e sair dos níveis mais baixos da pobreza e dinamizar o desenvolvimento. Este programa tem como principal motor a comunicação planificada dentro da vila cujas raízes ganham maior dinamismo quando desenvolvidos a partir da concentração da população.

O Programa Nacional Centros Multimedia Comunitários (PNCMC) é um programa de comunicação monitorado pelo governo mas levado a cabo pelas comunidades locais. Tem as mesmas características de uma rádio comunitária, tendo em conta a dinamização de informação para as comunidades locais. O PNCMC é uma infraestrutura física instalada dentro das comunidades que visa desenvolver as capacidades de gestão das bases comunitárias. Possui um centro de formação em TICs para a comunidade, que contribui para a elevação do número de usuários dentro da comunidade em tecnologias. Tem, por seu turno,

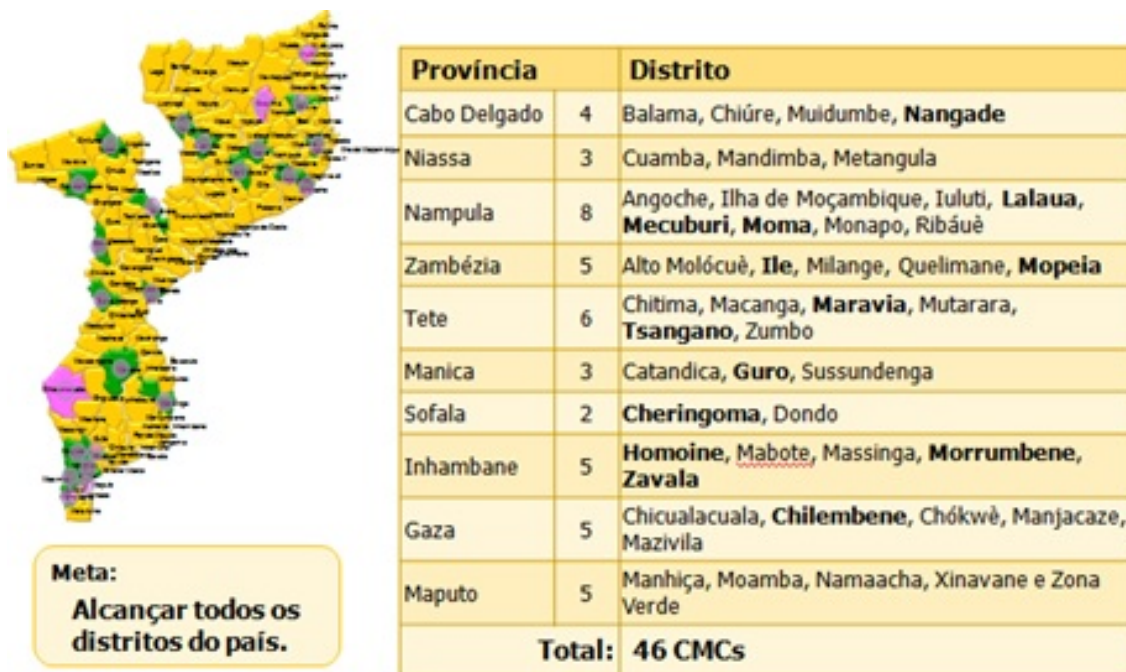
capacidade de facilitar acesso ao conhecimento diverso na área de tecnologias para a comunidade, para além de ser um centro de informação, onde as comunidades podem adquirir informação de vária ordem para o seu dia-a-dia bem como dinamizar a socialização dos seus membros.

O centro *multimedia* comunitário (CMC) completo é composto por uma rádio comunitária, uma sala de informática, um televisor, computadores com informações de utilidade pública, um espaço para reuniões, leitura, actividades sociais ou programas de rádio infantil, criando uma cadeia flexível e multidireccional de produção e circulação de informações.

O programa *multimedia* tem, por sua vez, uma rádio comunitária – estação de radiodifusão, com cerca de 100 Km de raio de cobertura, operada por membros da comunidade local (jornalistas, locutores e produtores de programas locais), transmitido nas línguas locais, contribuindo para a melhoria das condições sociais, qualidade de vida e cultural das comunidades. Responde questão de direito de acesso à informação e comunicação, aumenta a emancipação e autoestima, e preserva a identidade cultural.

Os Telecentros existentes em cada ponto (vite mapa 1 abaixo) servem de lugares públicos de acesso a computadores ligados à Internet, tem uma reprografia e outras tecnologias digitais que permitem a comunidade aceder e disseminar informação, aprender e comunicar com outros numa interação de desenvolver capacidades digitais essenciais. Entretanto, ao longo da pesquisa foi notória a inexistência destes telecentros que se percebeu, por um lado, pela falta de sustentabilidade a nível local dado o fraco uso destes centros pelo advento do uso dos celulares inteligentes que fornecem internet mais barata aos usuários e, por outro lado, pela não obsolescência dos computadores. Em Chitima e Itoculo, por exemplo, as rádios locais não funcionam e, em Chibuto, a rádio local funciona a meio e, por outro lado, o centro de informática foi instalado na Escola secundária local, o que dificulta acesso pela comunidade, no geral.

#### **Mapa 1. Distribuição geográfica dos centros multimédias em mocambique**



Fonte: <https://rnti.org.mz/citt/> acesso: 12 de Março de 2019.

Uma nota a tomar em conta no mapa apresentado pelo CITT, gestora das vilas do desenvolvimento do milénio é que as províncias em estudo (Gaza, Tete e Nampula), sendo consideradas centros das tecnologias indicadas na definição estratégica do governo, nos distritos (vilas) em estudo nao temos nenhum centro multimédia local, dai a razão da fraca capacidade do governo em criar sustentabilidade da RC local. No caso concreto de Chitima, em Tete, onde temos um centro multimédia, a rádio local se encontra obsoleta, sendo que a comunidade usa a rádios das localidades e/ou distritos vizinhos, á semelhança de Songo, no distrito de Cahora-Bassa.

#### 4.6. Sinais de desenvolvimento sustentável nos distritos

Os espaços distritais em estudo, amplos de dimensão mas vazios em termos de ocupação e exploração, apresentam-se em forma de matas menos densas podendo, por vezes, passar uma época sem aproveitamento, mesmo as consideradas zonas com potencial agrícola devido à fraca capacidade das comunidades.

M. Santos (1996) afirma que com o progresso da técnica o homem foi capacitado em acompanhar o movimento da natureza que se evidencia pelo fluxo e influxo dos lugares onde a acção dos homens é maior (como citado em Etges & Carissimi, 2011). Vai daí que o autor patenteia estes lugares como sendo os lugares luminosos e opacos. Pelos lugares luminosos

entendemos, na visão do autor, como sendo os que acumulam densidade técnica e informação, elementos que condicionam, ao nosso ver, o desenvolvimento através das actividades económicas, dos capitais, da tecnologia e da organização.

Para M. Santos (1996), os lugares onde a densidade técnica não se verifica são chamados de territórios opacos, pois, o fluxo de informação é muito fraco senão inexistente, logo, sem desenvolvimento (como citado em Etges & Carissimi, 2011). Os lugares opacos, largas vezes, são territórios mais distantes das cidades, notabilizadas pela falta de corrente eléctrica, como o caso das regiões rurais moçambicanas onde, caminhando das grandes cidades para a periferia, os níveis de informação e da luminosidade diminuem, daí Schramm (1976), postular que a informação chega aos lugares opacos já manipulada pela condição de seu fluxo.

Etges e Carissimi (2014) questionam-se sobre a relação entre maior luminosidade do território e desenvolvimento. A resposta trazida é de que os lugares luminosos surgem pelo advento da modernidade e da globalização aonde, no entender de Bouman (1999), “desenvolveram-se meios técnicos que permitiram à informação viajar de forma independente dos seus portadores físicos com a capacidade de fornecer elementos capazes de condicionar desenvolvimento em benefício do indivíduo” (p. 20).

Os lugares luminosos, de acordo com M. Santos (1996), passaram a carregar consigo a racionalidade e o discurso pragmáticos dos sectores hegemónicos. Por seu turno, os lugares opacos (como citado em Etges & Carissimi, 2014), assumem-se como os que se beneficiam de tudo o que vem de fora, sem poder alterar o que foi imposto, daí serem lugares de cegueira.

A luminosidade e opacidade dos lugares remetem-nos à ideia de centro e periferia trazido por autores como Raul Prebisch e Giovanni Arrighi, ambos citados por Árabe (2003). Em Árabe (2003), a concepção centro-periferia nos ajuda a compreender as disparidades de desenvolvimento na escala global, muito em particular em Moçambique, objecto do presente trabalho.

Prebisch publicou seu principal e mais criativo trabalho, *El desarrollo económico de La America Latina y algunos de sus principales problemas*, em 1949. Resgatamos, no seu modelo de análise, a ideia de um programa cujo horizonte era a superação da condição social



nos países subdesenvolvidos. Já, Arrighi escreveu *a ilusion do desenvolvimento*, 50 anos (em 1999) depois da obra de Prebisch. Nesta obra, entende-se que a possibilidade do desenvolvimento depende de mudanças estruturais na economia mundial no seu conjunto (Árabe, 2003).

Para os dois autores, a noção comum é a de que a economia mundial estrutura-se de forma assimétrica, com zonas ricas, por um lado e, zonas pobres, por outro (centro e periferia). Portanto, as regiões pobres moçambicanas são regiões que ocupam mais de 90% do território, caracterizadas por serem regiões com menor fluxo de pessoas devido à falta de recursos que possam justificar a presença massiva e, quando existentes, são pouco explorados.

As regiões periféricas são consideradas como sendo as atrasadas na perspectiva marxista, ao que podemos ainda chama-las de lugares opacos, pobres de informação e da técnica. Incapazes de criar condições mínimas de sustentabilidade pelo facto de o pouco que se produz ter de ser transportado para o centro, como mostra a teoria de Prebisch (1949) e Arrigui (1999), (como citados em Árabe, 2003).

Árabe (2003) mostra que Prebisch, por seu turno, construiu sua análise considerando a concomitância do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, produtos simultâneos da constituição da economia mundial. Nas palavras de Rodriguez:

Prebisch se negó a tratar como anomalía lo que en su experiencia fue percibiendo como un modo de ser. Entendió que el subdesarrollo no puede identificarse con un simple estado de atraso, con frecuencia atribuido al peso de factores extraeconómicos, supuestamente ligados a la estructura social. Antes bien, lo visualizó como un patrón de funcionamiento y de evolución específica de ciertas economías, que como tal merece un esfuerzo de elaboración teórica también específico. (como citado em Árabe, 2003, p. 186)

Ora, o subdesenvolvimento que se vive em Moçambique, em particular nas regiões rurais, caracteriza-se pelo atraso da ciência e da técnica. Porém, Rodriguez remete-nos à ideia de que o subdesenvolvimento não é sinónimo de atraso mas fica em nós um sentimento de o autor não querer assumir esta posição, provavelmente por a considerar ideológico (como citado em Árabe, 2003). Ora, os territórios opacos moçambicanos são extremamente pobres em termos de condições, mas ricos em recursos minerais e energéticos.

Na verdade fica mais claro em nós que há mais produção no centro que atravessa progresso técnico e acumulação de capital que na periferia. O centro se define por gerar progresso técnico e produz renda para o seu benefício condicionando o desenvolvimento (Árabe, 2003). A periferia absorve o progresso técnico e transfere a renda para o centro, daí o subdesenvolvimento, que se assume como atraso económico e de sustentabilidade.

Atraso em progresso mesmo olhando aos factores que impulsionam a agricultura, os meios de comunicação de massa, do ensino e da saúde, que tem maior peso nas capitais províncias, da internet na base dos vários suportes tecnológicos e da negação à comunidade no engajamento à tomada de decisão a nível central, isto é, na influência de políticas de desenvolvimento mesmo a partir dos modelos comunitários.

Para Árabe (2003) “o centro e periferia são lugares distintos e assimétricos pela sua dinâmica socioeconómica daí condicionarem um desenvolvimento desigual” (p. 187). Por isso, argumenta o autor, o subdesenvolvimento não é um estágio anterior ao desenvolvimento, mas simultâneo no tempo histórico. Árabe acrescenta que o centro, por sua estrutura económica e social, tem a capacidade de reter para si parte dos ganhos de produtividade bem como em se beneficiar das relações desiguais, enquanto que na periferia, dá-se o contrário, pela formação parcial e particular da sociedade de classes, em especial da classe trabalhadora incapaz de uma organização sólida para defender salários.

Em Prebisch (1949) e Arrigui (1999), para que se observe desenvolvimento na periferia deve haver aumento da participação na riqueza (que é para este contexto, a nível local) e a sua respectiva distribuição igualitária nesses mesmo lugares (como citado em Árabe, 2003). Por seu turno, Arrighi mostra que a natureza do subdesenvolvimento é sistémica e encontra-se fundada nas relações de troca desigual e relações de dominação (Árabe, 2003), na medida em que a estrutura mundial do capitalismo não admite o desenvolvimento da periferia daí a condição dependente das zonas rurais (periféricas), subdesenvolvidas por transferir os ganhos para o centro o que lhes deixa na condição de pobreza.

Neves (2009) mostra que a periferia tem a tarefa de pensar a periferia na qual assumimos ter de ser na base da tecnologia entendida como artefacto que emerge e estabiliza-

se a partir da interação de actores divergentes, operando em um universo próprio, de sentido específico e contextualizado.

Desse modo, ressalta-se a distribuição desigual dentro do sistema-mundo, segundo a concepção de Wallerstein (2006) atentando para a desigual distribuição dos recursos intelectuais, económicos e políticos que peculiarmente estruturam os sistemas nacionais e, concebendo a ciência como âmbito necessário ao desenvolvimento económico (como citado em Neves, 2009).

O contexto das zonas periféricas e das vilas de milénio, em particular, é confundido com a condição de subordinação e receptora passiva de conhecimento e tecnologia, imposta pela opacidade dos territórios. Ou seja, acarreta o entendimento de que os conteúdos cognitivos originais periféricamente construídos são subordinados a paradigmas centrais. Assim, em Neves (2009), a mobilização dos actores na construção das redes para que o conhecimento e tecnologia possam circular de forma livre ficaria limitada pela diferenciação centro-periferia.

Nas regiões rurais as pessoas se tornaram cegas, estando habilitadas apenas a consumir, mesmo o que não precisam, pois, suas capacidades de abstração e intelectualidade foram retraídas e diminuídas a tal ponto de não conseguirem distinguir o que precisam. Negrão (2001) refere que, as famílias rurais, na qualidade de unidades de consumo têm uma função de bem estar que não só representa a soma dos benefícios ou utilidades dos seus membros mas também, o que é mais relevante, a utilidade holística através da segurança da reprodução social.

Um dos factores que torna as comunidades rurais cegas ao consumo é condicionado pela localização das terras que dificulta o transporte dos produtos agrícolas. De acordo com Negrão (2011), as famílias rurais foram:

impelidas para terras marginais, onde os solos são pobres, a produtividade é baixa, as culturas não são cotadas no mercado internacional e as distâncias são longas. . . . Por outro lado, devido às distâncias e à baixa cotação das culturas, o uso da terra para a produção de excedentes pode ser quase que negligenciado quando comparado com os retornos provenientes do uso do tempo de trabalho em oportunidades alternativas de rendimentos em numerário. (Negrão, 2001, p. 11)

Este afastamento dita o abandono pelo governo e, por outro lado, os projectos visando o alcance destas comunidades perde sustentabilidade uma vez o governo não conseguir dar respostas aos problemas de vias de acessos nesses campos. Entendido em Valá (2017) “os pequenos agricultores, àqueles que produzem culturas alimentares, não tem sido alvo de apoio multifacético para poderem inserir-se mais activamente na produção para o mercado” (p. 207).

Portanto, conforme indicam Shanin (1971, 1973) e Isaacman (1989), as inter-relações entre as famílias rurais e as alianças de linhagens implícitas ao casamento é que condicionam maior dinamismo nas zonas rurais (como citados em Negrão, 2011). Em termos de direitos das comunidades rurais valorizados pelo governo, como indica Negrão (2001), foi consagrado o direito à água, à escola, à sanidade ambiental, à saúde e à sustentabilidade no uso dos recursos naturais tendo em consideração a sua distribuição espacial, como forma de responder às necessidades locais e garantir sustentabilidade nas gerações futuras.



## Capítulo V

### 5. Estudo empírico: metodologia aplicada

#### 5.1. Metodologia de abordagem Científica

O termo metodologia designa o modo pelo qual enfocamos os problemas e buscamos suas respostas. Esta busca, do ponto de vista científico, pode ser feita a partir de duas grandes perspectivas metodológicas: O primeiro é o *positivismo*, desenvolvido por Comte (1896) e Durkheim (1938-1951) que procuram buscar as causas dos fenômenos sociais (coisas estas que, para Durkheim, exercem uma influência externa sobre as pessoas) com independência ao estado subjectivo do indivíduo e, a segunda, a *fenomenologia*, desenvolvida por autores como Detscher (1979), Berger e Luchmann (1967), Bruyn (1966), Husserl (1913) entre outros, para os quais, a fenomenologia procura entender os fenômenos sociais a partir da perspectiva do actor, examinando o modo pelo qual se experimenta o mundo, onde o importante é a realidade percebida (como citados em Taylor & Bogdan, 1994).

Ora vejamos, tem o que busca a causa do fenômeno e, por outro lado, o que procura interpretá-lo. Estas duas grandezas metodológicas partem da ideia de que as coisas acontecem onde há acção das pessoas, influenciando-se mutuamente. Estes enfoques remetem-nos à ideia trazida pelo modelo dialógico de comunicação em Mefalopoulos (2008) que assegura, numa perspectiva humanista, a igualdade de poderes no processo de criação de relacionamentos entre os diversos intervenientes.

O presente trabalho de tese teve como base de orientação o enfoque fenomenológico, e de natureza qualitativa através do qual se geraram dados descritivos. A concepção de Taylor e Bogdan (1994, p. 16) mostrou haver uma tendência de se lutar pelo entendimento sobre os níveis de posicionamento dos indivíduos em termos de crenças e motivos que estão por trás das acções das outras pessoas dentro do seu contexto social. Por outro lado, os autores mostraram que a fenomenologia trata os fenômenos a partir do comportamento e atitudes dos actores no mundo social, tendo em conta as suas vivências e experiências. Foi no contexto de buscar compreender o processo de comunicação para o desenvolvimento como um fenómeno social e que se identifica pelos comportamentos e atitudes das pessoas que escolhemos este enfoque, e por se perceber que seus resultados remetem-nos ao modelo

dialógico de comunicação, mesmo se considerarmos a comunicação a partir dos meios onde através destes espera-se a criação de debates dentro das comunicades.

Quanto à natureza é aplicada<sup>57</sup> e, quanto à forma de abordagem do problema, assumiu um carácter qualitativo<sup>58</sup> decorrente do tipo de análise que pretendíamos seguir. Procuramos buscar respostas em torno do grupo social (vivências experimentadas pelos actores). Neste caso, objectivou compreender os processos de comunicação implementados pelo governo e seus parceiros de modo a perceber suas influências na mobilização da comunidade no âmbito do desenvolvimento sustentável em Moçambique.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos<sup>59</sup> seguimos, numa primeira fase, com uma pesquisa bibliográfica e documental que nos permitiram estabelecer um diálogo reflexivo entre a teoria e o objecto de estudo bem como trazer entendimento do problema. Assim, consultamos documentos do governo (Ministério da Ciência e Tecnologias e o Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias – CITT) como um ponto de reflexão das suas estratégias tanto de comunicação com a comunidade, tanto das estratégias que partem da identificação das necessidades, do desenho dos projectos até à sua implementação e monitoria. Por último, seguiu-se a revisão de literatura e, posteriormente, seguimos com o estudo de caso. Quanto aos objectivos baseamo-nos em pesquisa exploratória<sup>60</sup>.

O estudo exploratório ajudou-nos a analisar a comunicação para o desenvolvimento em Moçambique tendo como suporte a teoria do agir comunicativo de Habermas (1984, 1985, 1989b, 2003), o agir comunitário de Webber (1973) e Lenner & Schramm (1973). Os três pensamentos mostram-nos que a participação da comunidade (acção do indivíduo a partir do pensamento fenomenológico) nas discussões sobre suas vidas torna mais fácil a resolução dos problemas, pois, esta, apresenta uma reacção imediata sobre uma dada situação. Por outro lado, a comunicação serve de mediadora nas relações entre os intervenientes, integrando a

---

<sup>57</sup> Objectiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos (Gil, 2008).

<sup>58</sup> Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, um vínculo indissociável entre dois mundos distintos do sujeito: o objectivo e o subjectivo que não podem ser traduzidos em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Exclui, de certa forma, o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É basicamente descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados de forma indutiva. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem - In: [www.google.com/metodologia](http://www.google.com/metodologia) e organização do projecto de pesquisa (acesso: 11 de Fevereiro 2013).

<sup>59</sup> Consistem, basicamente, em pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso (Gil, 2008).

<sup>60</sup> Visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de caso (Gil, 2008).

comunidade no apoio à implementação de novos programas através da sua participação, envolvimento e aceitação massiva, pois, as informações sobre a comunicação para o desenvolvimento em Moçambique são escassas o que nos leva a crer que os fluxos de comunicação para o desenvolvimento nas comunidades são limitadas. Outrossim, a comunidade não demanda informação, mas sim os serviços (Nguenha, 2008), dadas as prioridades que se fazem exigir ou existir naqueles contextos por se tratar de comunidades pobres, sem recursos, e com fraco apoio do governo na solução dos seus problemas.

O trabalho de campo foi realizado nas vilas do desenvolvimento do Milénio de Chibuto (distrito com mesmo nome, província de Gaza); Chitima (distrito de Cahora Bassa, província de Tete); e Itoculo (distrito de Monapo, província de Nampula). Na colecta de dados privilegiamos duas técnicas: a entrevista não estruturada/despadronizada<sup>61</sup> em pequena profundidade e observação não participante/participativa<sup>62</sup> tendo, por outro lado, seguido em dois grupos-focais conforme as condições que se apresentaram em cada local.

## 5.2. Método de análise documental

Um documento representa um reflexo da realidade e que se torna em um meio através do qual o pesquisador procura uma correspondência entre a descrição e os eventos aos quais ela se refere. O documento em si é tomado como representativo de algum padrão social ou valor de uso subjacente (May, 2004, p. 212).

Os documentos têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e a longo prazo e também constituem leituras particulares dos eventos sociais. Eles nos falam de aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e descrevem lugares e relações sociais de uma época na qual podíamos não ter nascido ainda

---

<sup>61</sup> A entrevista é uma conversa orientada para recolher, através do interrogatório ao informante, dados que não podem ser encontrados em nenhum documento mas em certas pessoas (Cervo 1996). Privilegiamos a entrevista despadronizada porque neste tipo de entrevista o pesquisador tem liberdade para adaptar-se aos diferentes contextos que considere adequados. É uma maneira de oferecer possibilidades de maior exploração do assunto em voga. Neste tipo geralmente as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversa sem uma linha muito bem definida. É um dos principais meios que o investigador usa para colectar dados porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação (TRIVIÑOS, 2007: 146).

<sup>62</sup> Observação é uma técnica usada nas investigações sociológicas que consiste em incidir sobre os comportamentos dos actores, na medida em que manifesta sistemas de relações sociais, bem como sobre os fundamentos culturais, socioeconómicos e ideológicos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2008, p. 196). Para o presente trabalho iremos dar maior ênfase à observação simples onde o pesquisador observa de maneira espontânea os factos que aí ocorrem, sendo mais um espectador que um actor, sendo chamada de observação-reportagem, pela similaridade com as técnicas jornalísticas. Olhamos em particular para as *anotações de campo*. Esta, segundo TRIVIÑOS (2007: 153-154), é entendida como sendo todo processo de colecta e análise de informações ou como sendo a descrição por escrito de todas as manifestações (verbais, acções, atitudes, etc.) que o pesquisador observa no sujeito.



ou simplesmente não estávamos presentes e, por outro lado, os documentos são fundamentais para o modo como vemos os nossos arredores e a nós mesmos (May, 2004).

May (2004), ao falar de tempo de vida de um documento, remete-nos à ideia de que o tempo faz do documento em um monumento, ou seja, em um bem de extrema importância que chega a ser do interesse nacional. No caso concreto, referiríamos-nos a um bem com extrema utilidade nas pesquisas em ciências sociais e, em particular, na presente pesquisa, na medida em que vai nos dando informações sobre um determinado contexto do qual não vivemos, como mostra o autor. Os documentos, por outro lado, revelam uma situação sobre um determinado fenômeno e que, na base dele, passamos a ter uma informação geral daquilo que terá sido a causa do fenômeno e suas consequências, ou que pode ainda nos ajudar a prever outras situações futuras, evitando ao aparecimento de problemas sociais.

Para o nosso caso e, em particular no presente trabalho, documento seria, no seu sentido mais geral, um texto escrito, onde escrever passa a ser considerado como sendo a produção de símbolos representando palavras e envolve a utilização de lápis ou caneta, máquina de escrever ou outra ferramenta para inscrever a mensagem em papel, pergaminho ou outro meio material. Do mesmo modo, afirma Scott (como citado em May (2004, p. 208), a invenção dos meios magnéticos e eletrônicos de armazenar e exibir textos deveria nos encorajar a considerar os arquivos e documentos contidos nos computadores e editores de textos como documentos verdadeiros. Portanto, desse ponto de vista, os documentos podem ser considerados como textos fisicamente corpóreos, onde o conteúdo é o propósito primário do meio físico.

Podemos considerar, na indicação dos autores acima citados, como exemplo de documento os relatórios baseados em estatísticas oficiais e outros governamentais como anais do congresso, registros ministeriais, debates, discursos políticos, registros e relatórios de comissões administrativas e governamentais. Pode ser também o conteúdo de *media* de massa, os romances, as peças, os mapas, os desenhos, os livros, a internet, os documentos pessoais como diários, biografias, autobiografias e histórias orais (Samuel, 1982; Anderson et al, 1990; Plummer, 1990; Dex, 1991; Giele & Elder, 1998; Roberts, 2001, como citados em May, 2004), embora, e de alguma forma, na sua maioria foram excluídos neste trabalho.

As fontes primárias referem-se àqueles materiais que são escritos ou colectados por pessoas que testemunharam de facto os eventos que descrevem (May, 2004), aqueles que, por exemplo, no presente trabalho resultam das entrevistas feitas pelo pesquisador. O autor faz uma distinção entre documentos públicos e privados. Para ele, os documentos públicos são os produzidos pelos governos, mas no seu conjunto podem, alguns deles, serem documentos proibidos.

O pesquisador é do mundo social que estuda, por isso um documento não pode ser lido de uma forma desligada (May, 2004), isto é, fora de seu contexto. Os documentos aqui analisados são do contexto político-governamental que representam uma ideologia sobre a implementação de projectos de desenvolvimento em Moçambique a partir do uso da ciência e da tecnologia no âmbito do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, pode também ser considerado como sendo uma estratégia de desenvolvimento que inicia no ano 1962, período em que a FRELIMO, movimento de luta armada que resulta da unificação de vários movimentos (a exemplo de UNAMO e UDENAMO), assume o desenvolvimento das comunidades locais como sendo o crucial para se libertar do jugo colonial português. May (2004) afirma que os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Eles não reflectem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos.

Os documentos são vistos como meios através dos quais se expressa o poder social. Eles são abordados em termos do contexto cultural no qual são redigidos e podem ser vistos “como tentativas de persuasão” (Sparks, 1992, como citado em May, 2004, p. 214). Abordá-los desta maneira “diz-nos muita coisa sobre as sociedades nas quais os escritores escrevem e os leitores leem” (Agger, 1991, como citado em May, 2004, p. 214). Por exemplo, mostra o autor, poderia reflectir a marginalização de grupos particulares de pessoas e caracterização social de outros. Por outro lado, o contexto social do pesquisador é fundamental para entender os significados contidos em documentos (May, 2004).

Para avaliar a qualidade de um documento (Scott, 1990, como citado em May, 2004) há quatro critérios: sua autenticidade, sua credibilidade, sua representatividade e seu significado. O último critério é que nos importa discursarmos sobre ele como mostra Scott (1990, como citado em May, 2004), pois, este pode ser pretendido, recebido e de conteúdo.

Com a análise de documentos, na vertente da sua significação, conseguimos produzir compreensões capazes de influenciarem na reedição e reposicionamento do governo e seus parceiros no contexto da implementação dos projectos do desenvolvimento.

### **5.3. Pesquisa exploratória**

A pesquisa exploratória é um tipo de estudo cuja finalidade é criar uma visão geral sobre um dado facto a ele relacionado (Gil, 2008). Este tipo de pesquisa tem sido feito como fundamento para que as pesquisas subsequentes possam ser concebidas com maior compreensão, entendimento e exactidão. É usada com objectivo de se criar maior proximidade com o universo em estudo. Considera o meio envolvente da pesquisa como sendo a fonte directa dos dados e, o pesquisador, como ferramenta importante na busca de informação (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010).

De acordo com Gil (2008) e Kauark, Manhães e Medeiros (2010), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vista a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Gil (2008) sublinha que este tipo de pesquisa é desenvolvido com o objectivo de proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado facto. Para a presente pesquisa, na sua exploração, tivemos uma discussão com especialistas para nos tecerem suas opiniões e nos ajudarem a perceber sobre o estado da comunicação para o desenvolvimento no contexto moçambicano.

Selltiz (como citado em Gil, 2002) indica que estas pesquisas têm como objectivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planeamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao facto estudado. Em muitos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e; (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Com a pesquisa exploratória temos como objectivo contribuir, de forma significativa, no esclarecimento dos fenómenos observados, partindo da ideia de que as informações sobre a comunicação para o desenvolvimento no contexto moçambicano são escassas. Não tivemos a pretensão de usar métodos rigorosos, mas procuramos prover aos outros pesquisadores um

maior conhecimento sobre os fluxos de informação e comunicação para o desenvolvimento em Moçambique.

## **5.4. Técnicas de colecta de dados**

### **5.4.1. Entrevistas exploratórias em pequena profundidade e do tipo não padronizado**

A entrevista é uma técnica de pesquisa em que o entrevistador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas com objectivo de obter dados para produzir conhecimento sobre um dado facto social. É uma forma de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca colectar dados a partir de um outro que se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008). Por outro lado, a entrevista pode ser vista, de acordo com Benny e Hughes (1970, como citados em Taylor & Bogdan, 1994) como sendo uma ferramenta de escavar. Escavar em busca de algo profundo e que contem um significado pertinente na compreensão de um fenómeno.

Optamos por esta técnica porque é a que mais gere compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, atitudes e sentimentos das pessoas, (May, 2014). Por outro lado, por ser a que possibilita a classificação e quantificação das informações obtidas, bem como por ser muito eficiente na busca de informações em profundidade a cerca dos comportamentos humanos e sociais. May (2014) aponta quatro tipos de entrevistas: a estruturada, a semi-estruturada, a não-estruturada (focalizada), e em grupo.

Assim, usamos entrevistas estruturadas em pequena profundidade para conversar com especialistas e pesquisadores em C4D; a não-estruturada, para dialogarmos com fazedores de comunicação social, particularmente nos distritos, com os que viveram em aldeias comunais bem como as que estiveram no processo da criação das aldeias comunais e os que se beneficiaram de forma directa dos serviços das vilas e, por fim, fizemos dois grupos focais para dialogarmos com a comunidade. Como se pode perceber, fizemos uma combinação dos tipos de entrevistas em função dos contextos como forma de ganhar mais dados, tendo em conta as categorias dos entrevistados. Com a comunidade tínhamos como objectivo examinar e compreender as atitudes e a extensão em que estavam antes de terem acesso aos serviços fornecidos pelas vilas do milénio do desenvolvimento e, por outro lado, a satisfação proporcionada após terem estes serviços. De notar que a nossa pesquisa teve maior

concentração nas entrevistas não-estruturadas as quais, para Gil (2008), obedecem uma estrutura menos rígida bem como por serem mais espontâneas e não obedecem a um modelo preestabelecido de interrogação.

Na base destas entrevistas importava-nos o alcance de uma visão geral do problema, pois, são recomendadas em pesquisas exploratórias bem como pelo facto de termos estado a pesquisar realidades que pouco conhecíamos. Com efeito, nossa base foram informantes-chaves como especialistas em C4D, líderes comunitários formais e informais, algumas personalidades que se destacaram na criação das aldeias/vilas e comunidade (incluindo beneficiários dos serviços nas vilas), historiadores e pessoas que tiveram experiência de vida nas aldeias comunais. Tínhamos em vista entrevistar alguns parceiros estratégicos do governo importantes na implementação das vilas do desenvolvimento do milénio, a exemplo do PNUD, HCB e embaixada do Japão, porém, não nos abriram as portas.

As entrevistas foram de carácter exploratório, pois, com base nelas, foi possível poder incluir dados e informações que não estavam contempladas no formulário (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010). Ora, a entrevista em profundidade segue um modelo de uma conversa natural e procura ser humanista, dando voz aos que raramente são escutados (Taylor & Bogdan, 1994). Os autores mostram que a entrevista em profundidade procura valorizar aos que raramente são escutados. Serve como uma oportunidade para que os indivíduos se expressem visando, na base dessas falas, influenciar na mudança de políticas.

Com efeito, na presente pesquisa foi possível conversarmos com grupos sociais da comunidade que se beneficiam dos serviços trazidos pelos projectos de forma a percebermos suas aspirações em termos de respostas adquiridas no processo de comunicação com o governo e parceiros na aquisição de serviços de várias ordens. Pois, assumimos a comunicação na vertente habermasiana, segundo a qual os seres humanos, ao se comunicarem com outros, *agem* de tal sorte que seu comportamento mostra que há uma satisfação ou não nesse processo. Portanto, nossa intenção com os beneficiários dos serviços era o de medir os relacionamentos criados a partir do emissor (governo e parceiros). Entretanto, foi-nos obrigado a não considerarmos entrevistas com esta categoria de informantes na vila do desenvolvimento do milénio de Chitima por não estar operacional.

Usamos entrevistas de dois tipos: o tipo directo e indirecto. O primeiro tipo que

usamos é o directo que, por ser presencial, nos ajudou a medir, e de forma fácil, as pulsações da conversa e; o tipo indirecto, influenciado pelo Covid-19, usando recursos tecnológicos para obter respostas às indagações, como se pode perceber em (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010). Como mostram Taylor e Bogdan (1994), nas entrevistas, usamos um gravador e um bloco de nota (diário do pesquisador), interpretações, intuições e conjectura emergentes, gestos notáveis e expressões não verbais essenciais para compreender o significado do que se disse. As entrevistas gravadas foram transcritas e analisadas e, posteriormente, anexadas no presente trabalho para servir de evidência.

As entrevistas em grupos focais permitiram a que possamos ter uma melhor compreensão sobre os problemas de desenvolvimento sustentável implementados pelas agências de cooperação para o desenvolvimento em Moçambique bem como as perspectivas de comunicação. O gravador facilitou a captação das informações fornecidas, porém, com o consentimento dos nossos entrevistados, o que nos fez não incluirmos algumas conversas cujo consentimento para seu uso não foi permitido, para além de não termos usado essas informações no presente texto por princípios éticos.

As entrevistas em grupos focais ajudaram-nos a estudar e compreender o modo pelo qual as pessoas definem os processos comunicativos do governo como mecanismos de incluir a comunidade a participar nas decisões que vão nortear suas vidas. Tivemos 65 entrevistados nas três províncias (sem contar com o total dos grupos focais, num total de dois, com cerca de 8 a 12 pessoas por cada grupo), contando com cinco especialistas que se encontram na cidade de Maputo. Foi possível também ter uma conversa com a direção do centro de investigação e transferência de tecnologia (CITT), em Maputo. Porém, não foi possível conversar com os porta-vozes da hidroeléctrica da cahora bassa (HCB), embaixada do Japão e programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), como agentes parceiros estratégicos do governo no apoio à implementação das vilas do milénio do desenvolvimento. Com a embaixada do Japão a dificuldade foi influenciada pelo facto de os que introduziram e deram apoio à vila não serem identificados.

Nas entrevistas tivemos o cuidado de evitarmos a colocação dos nomes verdadeiros de alguns dos participantes como forma de salvaguardar a sua integridade física e sociocultural (apenas são verdadeiros os nomes dos especialistas e responsáveis na gestão das

vilas, dos historiadores, dos jornalistas). Ao longo das entrevistas, pelas dificuldades encontradas no campo, foram feitas algumas entrevistas na língua local (Shangana para o caso de Chibuto, Macua para o caso de Itoculo e nyungüi para o caso de Chitima) que, posteriormente foram traduzidas e transcritas. E, por algumas vezes, alguns dados não foram incluídos no texto por se ter optado por anonimato com que, apenas serviu de informação a considerar.

#### **5.4.1.1. Análise das entrevistas**

Buscamos categorizar as unidades (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem (Caregnato & Mutti, 2006). Porém, fizemo-lo segundo a análise temática das entrevistas tomando em consideração a significação do conteúdo manifesto, com particular destaque nas entrevistas dos especialistas em C4D.

Usando a *função heurística*, buscamos compreender a lógica do pensamento dos diversos intervenientes no processo de desenvolvimento no contexto moçambicano baseando-nos na lógica da análise por *categorias temáticas*. A análise por *categorias temáticas* ajudou-nos a encontrar um conjunto de significações detectados por meio de indicadores a ele ligados (Pêcheux, 1993), particularmente nos especialistas em C4D e historiadores.

Dentro do contexto das temáticas, entendidas como categorias de análise temos os seguintes: Comunicação/estratégias de comunicação; comunicação para o desenvolvimento; desenvolvimento sustentável; barreiras na comunicação; sustentabilidade; tomada de decisão; diálogo comunitário; mobilização social; acesso à informação; participação comunitária. Estes conceitos, para além de ajudarem na interpretação de dados, serviram de base para compreender melhor os discursos em volta da temática global sobre C4D.

Com efeito, buscamos categorizar os informantes chave para orientar a forma de pensar da pesquisa. Assim, como categorias tivemos os seguinte critério de definição: Governo (chefes dos postos administrativos e Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias – CITT, Maputo a nível dos distritos); especialistas em C4D; Pessoas que tiveram experiências em viver nas aldeias comunais; Historiadores; Líderes comunitários

(religiosos e comunitários/tradicionais); Comunidade (individual e grupos focais); Beneficiários; Jornalistas das RCs; Instituições como ICS e FORCOM (visando perceber a lógica do funcionamento das RCs nos distritos).

As entrevistas feitas nas comunidades foram organizadas em cinco categorias a saber: governos distritais; líderes locais; comunidade; beneficiários dos serviços e; grupos focais. Embora os grupos focais possam ser enquadrados na categoria “comunidade” foi opção criar esta nova categoria como forma de avaliar as percepções na qualidade de grupo, onde os indivíduos têm a oportunidade de trocar impressões com outros.

#### **5.4.2. Técnica de Observação**

Observação é uma técnica de pesquisa científica que consiste no uso dos sentidos com vistas a adquirir informação. Apresenta vantagem em relação a outras técnicas pelo facto de os factos poderem ser percebidos directamente, sem qualquer interrupção, reduzindo a subjectividade (Gil, 2008, p. 100).

Na presente pesquisa usamos uma observação simples (observação-reportagem) seguindo as normas indicadas por Gil (2008), o qual aponta que a observação pode consistir apenas em observar os factos de forma espontânea, informal e não planificada. Este tipo de observação é considerado por Kauark, Manhães e Medeiros (2010) como sendo assistemático (observação não-estruturada) por não obedecer a regras rijas, isto é, pode ser feita sem controlo e sem instrumento apropriado. Na observação não participante, de acordo com os autores, o observador permanece fora da realidade a ser observada onde seu papel é de espectador, não interferindo ou se envolvendo na situação. Portanto, a não participação diminuiu, de certa forma, o nível de subjectividade que podia advir dessa acção.

Fizemos uma observação em campo por poder ser feita no local da ocorrência do evento e foi de carácter individual a qual Kauark, Manhães e Medeiros (2010), indicam ser aquele que pode ser ministrado por apenas um pesquisador, porém, em algumas situações foi possível envolver mais pesquisadores, como forma de flexibilizar a colecta de dados. Assumimos uma observação simples pelo facto de o estudo ser de carácter exploratório. Como suporte da nossa observação, recorreremos ao gravador, ao bloco de notas e, com menos incidência à câmara fotográfica sem, no entanto, comprometer o processo de observação.



Foi importante observar que o ambiente sócio político nos três distritos tem características similares, porém, diferentes na forma de actuação que é influenciada pelas questões étnico linguísticas (shangana em Chibuto, nyungüi em Tete e macua em Itoculo), sendo que, todos os distritos são dominados pelo partido Frelimo, partido no poder.

Uma das dificuldades que condicionou a presente pesquisa é pelo facto de ter ocorrido em tempo de emergência, condicionado pela Covid-19. Outro factor a considerar são as distâncias entre os distritos que, embora a escolha tenha sido feita com noção dos lugares, tinha em vista responder a um dos objectivos específicos para “*verificar os níveis de influência étnico linguísticos na definição de critérios de desenvolvimento nas comunidades*”. Ora, a maior dificuldade nesta avaliação foi imposta pela pandemia que veio a impor o distanciamento social.

Os distritos de Chitima e Itoculo, em particular, obrigou-nos a percorrer, desde a Cidade de Maputo até aos locais em media 35 horas, dada as condições das vias. Outro facto a considerar é a falta de transporte dentro das localidades que ajudem a deslocação de um ponto a outro e em tempo específico que ajude na flexibilização da colecta de dados.

Nos postos administrativos a dinâmica social e, mais em particular, por serem lugares onde o poder político tem maior força em influenciar os processos, pelo partido Frelimo, condicionou sobre maneiras a pesquisa. Por outro lado, verificou-se um estilo de trabalho nos respectivos postos administrativos caracterizado pela lentidão na tramitação dos processos, o que determinou a permanência por mais tempo que o planificado.

#### **5.4.3. Técnica de Triangulação**

A triangulação é o método de aproximação múltipla que consiste no uso da amplitude de dados recolhidos para a verificação e comparação dos resultados (Bell, 2004, como citdo em Esteves, 2009). Neste método os dados são submetidos a uma verificação minuciosa de modo a comparar a variedade de informações obtidas de forma a produzir um estudo completo e equilibrado quanto possível. Revela-se mais por ser uma combinação de vários métodos ou dados, com a abordagem quantitativa e qualitativa, tal como o cruzamento das informações recolhidas através da aplicação dos diversos instrumentos metodológicos (Esteves, 2009, p. 48).

O conceito de triangulação, na perspectiva de autores como Stake (1995, como citado em Zappellini & Feuerschütte, 2015: 243-244), é percebido como sendo uma técnica que consiste em conferir significado nas conclusões de um estudo de caso. Já, Scriven (1991), Weiss (1998; Denzin & Lincoln, 2005, como citados em Zappellini & Feuerschütte, 2015, p. 244), definem a triangulação como sendo uma combinação de metodologias diferentes na análise de fenómenos. Para os autores, trata-se de uma alternativa qualitativa para a validação de uma pesquisa que assegura a compreensão mais profunda do fenómeno investigado através do uso de múltiplos métodos e com base em fontes diferentes.

Por outro lado, esta técnica, de acordo com Flick (2009, 2013), pode ser utilizada por meio da aplicação de múltiplos métodos qualitativos, quanto/quando constituir uma mistura destes com procedimentos quantitativos, combinando diferentes métodos. Portanto, ela tem o objectivo de ampliar as atividades de uma pesquisa utilizando mais de um método, mais de uma fonte de dados ou mais de um pesquisador (como citado em Zappellini & Feuerschütte, 2015, p. 245). Flick (2013) acrescenta que a triangulação pode assumir diferentes visões a respeito da questão de pesquisa que se busca responder, combinando-se distintos tipos de dados sob uma abordagem teórica e produzindo-se um conhecimento adicional em relação ao que seria possível, adoptando-se uma única perspectiva (Zappellini & Feuerschütte, 2015).

A técnica de triangulação serve como instrumento de confrontação e verificação das informações fornecidas pelos entrevistados ou inquiridos dentro do mesmo contexto ou sobre o mesmo fenómeno social (Gil, 2002). O processo da triangulação das informações fornecidas por diversas fontes ajuda a certificar se, de facto, o que fora fornecido revela a validade total ou refere-se ao conjunto do fenómeno analisado (Mefalopulos, 2008).

A triangulação deve utilizar um ponto de partida e confrontar os resultados obtidos com os diferentes métodos, populações, entre outros, bem como com as conclusões obtidas com base na perspectiva originalmente adoptada para conduzir a pesquisa (Zappellini & Feuerschütte, 2015: 246-247). Podemos citar alguns tipos de triangulação indicadas pelos autores a saber: 1) *de dados*; 2) *de investigadores*; 3) *da teoria*; 4) *metodológica*; 5) *de métodos*; 6) *entre métodos* e; 7) *interdisciplinar*.

No contexto do presente trabalho baseamo-nos na técnica de triangulação de dados apontado por Denzin (2005), pois, usamos diferentes fontes de informação no acesso e busca

de dados para a análise. Segundo Denzin (2005), a triangulação de dados consiste em usar diferentes fontes de dados, sem usar métodos distintos (citado por Zappellini & Feuerschütte, 2015). Neste caso, os dados são coletados em momentos, locais ou com pessoas diferentes de modo a percebermos seus significados no processo da sua implementação.

Stake (1995) também utiliza a classificação de Denzin (1989), adicionando alguns *insights* pessoais. Para ele, a triangulação de dados se refere às fontes desses dados, e precisa ser trabalhada de modo a determinar se o caso estudado permanece o mesmo em outros momentos, locais ou com outras interações pessoais. Assim, trata-se de verificar se o que está sendo observado e relatado possui o mesmo sentido em circunstâncias diferentes (Zappellini & Feuerschütte, 2015: 248). É neste senda em que procuramos perceber o fenómeno das vilas do desenvolvimento do milénio em três contextos diferentes partindo do princípio desta abordagem metodológica.

No que concerne às entrevistas, Barbour (2009) recomenda que as triangulações entre entrevistas individuais e de *focus groups* sejam trabalhadas de modo a considerar os dados em paralelo, sem a preocupação de validar uma conclusão ou outra (como citado em Zappellini & Feuerschütte, 2015) – uma recomendação coerente com a ideia de que as discrepâncias entre dados sejam tratadas como oportunidades para novas pesquisas. Já, Gibbs (2009) recomenda a triangulação para verificar os resultados das entrevistas e corrigir eventuais erros de interpretação (como citado em Zappellini & Feuerschütte, 2015: 252).

Nos métodos qualitativos os investigadores desenvolvem conceitos e procuram a compreensão dos fenómenos recorrendo a categorias provenientes da recolha de dados. Pode-se entender em Esteves (2009, p. 49) que a utilização de diversos instrumentos metodológicos com características diferentes e a possibilidade de cruzamento dos dados obtidos permitiu, sem dúvida, uma abordagem mais completa e profunda do objecto de estudo onde, a partir da triangulação das informações fornecidas, busca-se compreender como a comunicação, em diferentes pontos do país, é aplicada no âmbito da implementação dos diferentes tipos de projectos de desenvolvimento.

Yin (2005), por sua vez, argumenta que o uso da triangulação permite lidar com o problema da validade do constructo da pesquisa, uma vez que diferentes fontes de evidências estariam produzindo várias avaliações do mesmo fenómeno (como citado em Gil, 2008). O

autor conclui que os estudos de caso que contaram com múltiplas fontes de dados normalmente têm melhor avaliação do fenómeno que aqueles que confiam numa só fonte de evidências.

A triangulação, como técnica de pesquisa, é fundamental para prover amplitude e profundidade aos estudos e pesquisas na medida em que permite a duplicação e reprodução de estudos qualitativos. Dessa maneira, indicam Towns e Serpell (2004), as exigências do paradigma fenomenológico (incluindo o positivista) seriam satisfeitas, dando-se uma visão mais profunda e multifacetada do fenómeno estudado, pois, para eles, o uso de métodos qualitativos já não precisa de justificação, mas ainda resta a exigência positivista de garantir a replicabilidade e a confiabilidade da pesquisa (como citados em Zappellini & Feuerschütte, 2015, p. 253).

Stake (2011) afirma que devemos triangular os dados para aumentar a certeza de que interpretamos correctamente como as coisas funcionam (como citado em Zappellini & Feuerschütte, 2015, p. 254). Em uma análise mais completa, pode-se afirmar que, quando os casos de desacordo se referem às questões e aspectos de menor importância, é possível apresentar as diferentes evidências que resultam da triangulação. De acordo com o autor, os casos em que há acordo são simplesmente apresentados como comprovados e quando existe algum desacordo importante, é necessário analisar mais a fundo as evidências e buscar explicações para a discrepância.

A triangulação de dados nesta pesquisa a partir das várias entrevistas efectuadas com diferentes fontes desde especialistas até aos beneficiários, serviram de suporte para a conexão das evidências colhidas, dando maior dinamismo à técnica de entrevista usada, servindo, estes, como sendo elementos de confirmação e/ou convergência. Por outro lado, sua utilidade nesta pesquisa serviu para clarificar significados pela identificação das diferentes maneiras pelas quais a comunicação é vista e percebida.

Por isso, sendo o método fenomenológico o que procura ver as coisas a partir do ponto de vista dos outros, os actores sociais, (Taylor & Bogdan, 1994, p. 23), na base das informações desses outros foi possível fazer uma triangulação em função dos dados adquiridos. Portanto, a triangulação foi concebida como um método para proteger as tendências do investigador e de confrontar e submeter ao controlo recíprocos relatos de

diferentes informantes (Taylor & Bogdan, 1994, p. 92) o que nos ajudou a evitar interferências.

### **5.5. Estudo qualitativo**

O estudo qualitativo é um método de investigação científica cujo foco centra-se no carácter subjectivo do objecto analisado, estudando as suas experiências particulares e/ou individuais. É uma pesquisa subjectiva porque os informantes têm maior liberdade de darem seus pareceres sobre determinados assuntos que estejam directamente relacionados com o objecto de estudo e, a partir dessas declarações, o pesquisador conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo (Yin, 2001; Triviños, 2007).

Ao método qualitativo refere-se a uma investigação que produz dados descritivos onde as palavras ditas pelos personagens, faladas ou escritas, bem como a conduta observável dos falantes não podem ser reduzidos em variáveis, mas sim vistos como um todo (Taylor & Bogdan, 1994), ademais, servem de elementos de análise.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador vale-se mais pelos dados descritivos, as palavras dos entrevistados e a conduta observável. Esta pesquisa tem carácter indutivo onde o investigador desenvolve conceitos e, por outro lado, os cenários e os grupos por ele pesquisados não são reduzidos a variáveis, mas sim considerados como um todo (Taylor & Bogdan, 1994).

Os autores sublinham que na pesquisa qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objectivo e a subjectividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte directa para colecta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente.

O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 26). Em pesquisas qualitativas, todas as perspectivas são válidas onde,

por seu turno, o investigador não busca a *verdade* ou a *moralidade*, mas sim uma compreensão detalhada na perspectiva de outras pessoas (Taylor & Bogdan, 1994).

Autores como Yin (2001), Triviños (2007), Semedo (2012) e Gil (2002, 2008) consideram haver uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito (que age sobre o mundo real), ou seja, um vínculo indissociável entre dois mundos distintos do sujeito: o *objectivo* e o *subjectivo* que não podem ser traduzidos em números. De acordo com os autores, a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Exclui, de certa forma, o uso de métodos e técnicas estatísticas. Neste caso:

cuando reducimos las palabras y actos de la gente a ecuaciones estadísticas, perdemos de vista el aspecto humano de la vida social. Si estudiamos a las personas cualitativamente, llegamos a conocerlas en el personal y a experimentar lo que ellas sienten en sus luchas cotidianas en la sociedad. Aprendemos sobre conceptos tales como belleza, dolor, fe, sufrimiento, frustración y amor, cuya esencia se pierde en otros enfoques investigativos. (Burges, como citado em Taylor & Bogdan, 1994, p. 21)

O aspecto humano, em pesquisas qualitativas é mais importante, conforme atesta Burges, o que nos ajuda a perceber a relevância e necessidade em conversarmos com os informantes-chave por forma a compreendermos melhor os comportamentos adoptados face a um certo estímulo (do emissor ao receptor). Por outro lado, percebe-se que os comportamentos das pessoas que agem no mundo só são percebidos quando abordados em métodos qualitativos, pois, é nestas circunstâncias que o pesquisador tem a capacidade de medir os impulsos reais dos indivíduos dentro de um grupo.

Neste contexto, Bogda e Biklem (1994) definem seis características que identificam uma investigação qualitativa que, por sinal, caracterizam a presente pesquisa a saber: (a) a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo-se, o investigador como instrumento principal; (b) a investigação é descritiva. Os dados recolhidos são em forma de palavras e imagens; (c) os investigadores abordam o mundo de forma minuciosa; (d) o investigador interessa-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produto; (e) os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva e; (f) o significado é de

importância vital na abordagem qualitativa (Bogda & Biklem, 1994, como citados em Semedo, 2012).

Segundo Martins e Bicudo (1989), a pesquisa qualitativa lida com fenómenos (aquilo que se mostra, que se manifesta ou evento cujo sentido existe apenas num âmbito particular e subjectivo) (como citado em Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 27). Isto é, de acordo com os autores, neste tipo de pesquisa prevê-se a colecta de dados a partir de interações sociais e sua análise a partir da hermenêutica do pesquisador. Não possui condições de generalização e está fortemente associada ao conhecimento filosófico.

Os argumentos de Quivy e Campenhoudt (2003) sobre o estudo qualitativo nos fazem perceber que na nossa pesquisa a investigação qualitativa apresenta-se mais apropriada, pois, abre espaço para uma análise mais intensa e em profundidade das características do objecto em análise. Os autores referem que a pesquisa qualitativa permite compreender melhor os significados que vão emergir da realidade, captando as lógicas do funcionamento dos modelos comunicativos e fornece mecanismos de compreender como os intervenientes fundamentam as representações dos problemas e da realidade (Quivy & Campenhoudt, 1998).

A escolha da pesquisa qualitativa como metodologia da nossa investigação foi feita pelo facto de termos como objectivo compreender/entender as dinâmicas do fluxo de comunicação do governo e seus parceiros que leva a comunidade a ter uma visão geral nos projectos implementados que influenciam na mudança ao bem-estar social.

## **5.6. Universo e unidade de análise**

O universo de investigação da nossa pesquisa é geograficamente concentrado e pouco numeroso, por isso, pesquisamos todos os elementos envolvidos, ou a considerar que a amostra a ser usada é menor e a não ser levada em conta como tal. A importância desse procedimento, de acordo com Gil (2002, p. 145) garante a consciencialização e a mobilização da população em torno da proposta de acção envolvida pela pesquisa. Porém, de acordo com o autor, a informação que daí advém não deve generalizar o estudo, mas proporcionar os elementos necessários para a identificação da dinâmica do movimento ou fenómeno (dar um conhecimento básico sobre a situação, neste caso, sobre as dinâmicas da C4D implementadas

pelo governo de Moçambique e seus parceiros na criação de condições para desenvolver as comunidades locais a partir das vilas do desenvolvimento do milénio, uma estratégia de desenvolvimento nacional ora implementada no âmbito de luta armada, em 1962 (as aldeias comunais).

As razões que nos levam a estudar as vilas do desenvolvimento do milénio, a exemplo de Chibuto, Chitima e Itoculo é que no âmbito da estratégia para a inovação da ciência e tecnologia em Moçambique (ECTIM) foram criados os centros regionais de ciência e tecnologia (CRCT), com sede em Gaza para a zona Sul; em Tete para a Zona Centro; e Nampula para a Zona Norte – razão fundamental para escolhermos distritos situados nestas províncias. Sendo a unidades de análise, segundo Siglenton (1988), o objecto ou evento ao qual a pesquisa se refere, o que/quem será descrito, analisado ou comparado (como citado em Frota, s.d.).

Assim, o universo do presente estudo é compreendido por três vilas a saber:

- A vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto, criada em 2006, situada no distrito de Chibuto, província de Gaza (no Sul do País), com financiamento do PNUD. Foi a primeira vila a ser criada numa região onde as condições de pobreza eram extremas e ser, para o governo de Moçambique, uma das razões para a criação de uma vila. Importa salientar que a província de Gaza considera-se a mais pobre do país;
- A vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, criada em 2011, situada no distrito da Cahora Bassa, província de Tete (no centro do país). Conta com o financiamento da Hidroeléctrica da Cahora Bassa;
- A vila do desenvolvimento do milénio de Itoculo, situada no distrito de Monapo, província de Nampula (no norte do país). Foi implementado com o apoio financeiro da embaixada do Japão. Os relatório do governo mostram que esta vila serve de exemplo a ser seguido por mostrar resultados satisfatórios registados desde a sua implementação, um dos factores que influenciou a té-la no estudo.

#### **5.6.1. Instrumentos de recolha de dados**

Usando entrevistas exploratórias e, conjugando a estruturada e a não-estruturada ou despadronizada, foi possível monitorar conversas informais (questões abertas e amplas) e individuais a diferentes pessoas. Estas conversas tiveram, na prática, um carácter semelhante



à observação não participante, na medida em que conduziram e ajudaram a perceber a situação actual e que identifica o contexto dos processos de comunicação em Moçambique, olhando para questões particulares como o caso das estratégias usadas pelo governo e seus parceiros na implementação de certos projectos de desenvolvimento local.

Para estas conversas, conseguimos agrupar os informantes em 10 categorias a saber:

- Governo de Moçambique e seus parceiros como patronos das vilas de milénio. No caso concreto o CITT (Maputo), o PNUD, a HCB e a Embaixada do Japão (estes três últimos acabaram sendo excluídas);
- Governo distrital (CITT a nível dos distritos e os chefes dos postos distritais);
- Investigadores e professores nacionais com especialização em Comunicação & Desenvolvimento;
- Pessoas que tiveram experiências de vida nas aldeias comunais ( 1962 a 2020);
- Historiadores;
- Líderes comunitários (religiosos e tradicionais nos distritos);
- Comunidade (individual e grupos focais nos distritos);
- Beneficiários (entrevistas individuais nos distritos);
- Jornalistas locais (rádios comunitárias nos distritos);
- Instituições como ICS e FORCOM (visando perceber a lógica do funcionamento das RCs nos distritos).

### **5.7. Estudo de caso**

O estudo de caso é um tipo de estudo meramente qualitativo que, por essa razão, foi tomado como base para nortear o presente trabalho, pois, para além de ser mais relevante “caracteriza-se, fundamentalmente, do ponto de vista da medida dos dados que ele apresenta, pelo emprego, de modo geral, de uma estatística simples, elementar” (Triviños 2007, p. 132). Por outro lado, caracteriza-se por ser estudo profundo e exaustivo de um objecto de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (Gil, 2008).

Na visão de Yin (2005), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenómeno actual dentro do seu contexto de realidade (como citado em Gil, 2008). Brune (1975), refere ao estudo de caso como sendo o campo de investigação feito a partir do

interior. Afirma o autor, “a atitude compreensiva do investigador, pressupõe activa directa na vida dos sujeitos e uma análise em profundidade do tipo introspectivo” (in Semedo, 2012, p. 58). Do tipo introspectivo porque o pesquisador procura perceber/estudar os fenómenos a partir do interior, escavando a partir da base até encontrar argumentos que justificam sua situação geral.

Com base neste estudo de caso, pretendemos, conforme argumenta Merrien (1988), compreender a situação em profundidade da situação da C4D em Moçambique implementado pelo governo e seus parceiros, bem como a compreensão do sentido da situação para aqueles que nela se encontram envolvidos (como citado em Semedo, 2012:58). Gil (2002) mostra, por sua vez, que o problema formulado deve ser passível de verificação onde sua utilização concentra-se em estudos exploratórios e descritivos.

O estudo de caso caracteriza-se pelo facto de poder reunir informações “tão numerosas e tão pormenorizadas com vista a abranger a totalidade da situação, por esta razão recorre de técnicas variadas de recolha de informação (observação, entrevistas, documentos)” (Brune et al, 1977, como citado em Semedo, 2012, p. 59).

Pode-se dizer que, em termos de colecta de dados, o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, daí termos optado por esta via, pois vale-se tanto de dados *de gente* quanto de dados *de papel*. Com efeito, nos estudos de caso, os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefactos físicos (Gil, 2002).

Bogdan (como citado em Triviños, 2007, pp. 134-135), ao abordar a questão do estudo de caso, distingue várias categorias e, segundo ele, podemos encontrar o *histórico-organizacional*, *estudos de casos observacionais* e *História de vida*. Por seu turno, Stake (2000, como citado em Gil, 2002: 138), mostra três modalidades de estudo de caso: *intrínseco*, *instrumental* e *colectivo*. Este trabalho obedeceu a categoria *histórico-organizacional* onde a pesquisa tem, por vocação, perceber a evolução e impactos criados pela C4D feita pelo governo de Moçambique.

Ao longo da presente pesquisa, observou-se a vida organizacional como mentora do desenvolvimento sustentável em Moçambique desde o período da luta armada contra o colonialismo português no ano 1962 que passa pela criação das *aldeias comunais* nas zonas

libertadas, tendo terminado com a independência nacional em 1975. Nos dias actuais, o governo tem se debatido com o combate à pobreza através de várias estratégias implementadas com os vários parceiros. E, por outro lado, foi *intrínseco* por ter constituído o próprio objecto da pesquisa. Assim, buscamos apenas compreender em profundidade, sem qualquer preocupação com o desenvolvimento de alguma teoria.

Optamos por tomar a pesquisa como *estudo de caso* pelo facto de envolver o estudo profundo e exaustivo de um objecto de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (Kauark, Manhães & Medeiros, 2010, p. 29). Outrossim, foi constituído por *múltiplos casos* (Chibuto, Chitima e Itoculo) tendo em conta suas vantagens concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de melhor qualidade.

Procuramos, neste caso, descrever a situação do contexto da C4D feita pelo governo de Moçambique e seus parceiros na gestão das vilas do desenvolvimento do Milénio analisando, a partir dos pressupostos do agir comunicativo de Habermas, Weber, Lenner e Schramm, como forma de compreender as relações que se criam com a comunidade de modo a que esta tenha a necessidade de participar em todas as actividades para que o desenvolvimento ocorra. Ora, nosso objectivo não era generalizar, de acordo com as conclusões observadas ao longo do estudo, pois, estivemos perante uma situação de informações frágeis desde o topo até à base que, na indicação de Gil (2008), não ajudam na generalização.

Pretendia-se, outrossim, compreender as dinâmicas da comunicação no contexto do desenvolvimento que vem sendo propalado pelas agências de cooperação internacional no contexto do desenvolvimento, no caso concreto de Moçambique desde 1962, ano da criação da FRELIMO, passando pelo ano de 1975, ano da independência nacional, até 2020, mesmo tendo se observado, a nível mundial, a pandemia do Covid-19, que paralisou o mundo, onde Moçambique não escapou dos seus efeitos, ajudou-nos a avançar com a ideia de que ainda persistem fossos de partilha de todo tipo de bens em Moçambique, desde a informação até aos bens de consumo e de outros níveis que preocupam as comunidades em pequenas proporções.

Nesta vertente, percebeu-se ainda que a informação, nestes domínios, torna-se cada vez mais insignificante para as comunidades, pois, a tomada de decisões não observa as

várias formas de partilha de informação mas sim, as questões de âmbito cultural é que são chamadas a envolver as comunidades à acção, dentro dos domínios e desígnios do desenvolvimento.

Esta perspectiva ajudou-nos a levantar sugestões sobre os modelos de desenvolvimento (capítulo 7) que possam ser aplicáveis no contexto moçambicano, olhando aos aspectos antropológicos do país, no geral.

### **5.8. Considerações éticas**

O homem é considerado um ser social por que se comunica com outros, partilhando seus pensamentos, ideias, sentimentos, entre outros. A comunicação significa estar para os outros e criar condições para que esses outros se sintam à vontade na sua presença ou ausência. Isto porque as pessoas vivem em um determinado lugar, seguindo um certo tipo de padrão de conduta e de comportamento considerados por (May, 2014, p. 75) como sendo a ética. Ora, tendo se tratado de uma pesquisa social e que para sua consecução havia a necessidade de lidar com pessoas, tivemos a necessidade de orientá-la tendo em conta o cruzamento com várias pessoas que se encontram em diferentes contextos.

Esta pesquisa científica, assumindo-se qualitativa, envolveu algumas questões sensíveis que precisaram de ser tomadas em conta segundo padrões éticos, por se envolver seres humanos. Resulta de um conjunto de procedimentos que consistiram na busca de soluções no problema da comunicação em diferentes contextos moçambicanos, tendo em conta as diferenças contextuais de cada caso. Todo o procedimento que conduziu a presente pesquisa orientou-se por um conjunto de padrões que foram respeitados, pois, partiu-se do princípio de que se trabalha com pessoas e que era preciso respeitar seus sentimentos, suas culturas, seus posicionamentos, entre outros factores sociopsicológicos.

Olhando para aquilo que é a percepção de Chauí (2003) a questão da ética avaliza-nos à *consciência* a partir de quem a pratica de forma livre, sem coerção (como citado em centro de estudos interdisciplinares em comunicação [CEC] 2015). Assim, o relatório do CEC (2015, p. 12) nos remete à ideia segundo a qual os problemas da ética surgem quando há a possibilidade livre de escolha entre acções distintas em que pesam interesses pessoais e colectivos, a moralidade ou não para se conseguir certos fins, o respeito ou a transgressão às

regras, entre outras opções que abrangem a moral, as virtudes e os vícios, porém, nosso ponto de partida sempre se guiou tendo em conta todos estes valores, respeitando-os.

Foi neste contexto em que chamamos os argumentos de Fritz (2008) que nos ajudaram a perceber que o pesquisado, ao ser convidado a participar da pesquisa, ele deve, antes de mais, ser informado sobre todos os riscos possíveis e que, acima de tudo, ele deve dar a permissão, consentindo a sua participação na conversa (entrevista). Tendo seguido estas normas, partimos pela negociação cujo princípio teve como base a partilha de informação onde informamos e garantimos sigilo ao entrevistado, dando toda confidencialidade e uso de pseudónimos (sempre que achamos necessário). O princípio da ética levou-nos a não procedermos com entrevistas onde o entrevistado não aceitava ao uso do gravador, nosso principal instrumento de colecta de dados. E, por fim, reconhecemos que esta pesquisa aconteceu, conforme nos mostrou May (2014, p. 84), em contextos em que havia predominância de certos interesses e valores, sobretudo políticos-governamentais, o que implicou uma exclusão de ideias que se consideravam fora do domínio ético.

## **PARTE II**

### **AS PERSPECTIVAS E OS ENQUADRAMENTOS DA COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE**



## CAPÍTULO VI

### 6. Apresentação, análise e interpretação dos dados da pesquisa

#### 6.1. Perfil de Moçambique

##### 6.1.1. Localização geográfica e características físico naturais de Moçambique

O território moçambicano fica situado na região Austral de África, na sua costa sul-oriental, estendendo-se ao longo do Oceano Índico desde a foz do Rio Rovuma, ao Norte (10° 27' de latitude Sul), até à ponta do ouro, ao Sul (26° 52' de latitude sul), e alargando-se da ponta Jana, no litoral (40° 51' de longitude Este) até ao Zumbo (30° 12' de longitude Este) (Muchangos, 1999). É um país de expressão portuguesa, colonizada por Portugal até ao ano de 1974, ano em que se assinaram os acordos de Lusaka que lhe deu independência em 1975.

Moçambique ocupa uma área de 801590 km<sup>2</sup> dos quais 13000 km<sup>2</sup> são ocupados pelas águas interiores. Conta actualmente com cerca de 28.861.863 habitantes (INE, 2017) e uma linha de costa de cerca de 2470 Km e uma fronteira terrestre de cerca de 4330 Km. A norte, faz fronteira com a República da Tanzânia através do Rio Rovuma; a Oeste, ficam as Repúblicas do Malawi – lago Niassa e o Vale do Rift; da Zâmbia, do Zimbabwe – rios Zambeze e Limpopo – da África do Sul e do Reino da Eswathine (antiga Swazilândia). Pela sua localização desempenha um papel importante como saída para o mar aos países da *interland* com os quais faz fronteira.

Administrativamente tem 10 Províncias (estes se dividem em Distritos e localidades) através dos quais a máquina administrativa leva a cabo as suas diversas actividades económicas, sociais e políticas ainda que, de acordo com Araújo (1988), suas dimensões territoriais não correspondam a uma planificação regional que leve à formação de regiões económicas, as quais deveriam condiciona-la, de forma a que as relações intra e inter-regionais se processassem de forma harmónica, racional e complementar, levando ao desenvolvimento local e sustentável.

As planícies ocupam uma área de cerca de 44% do território (ao Sul do rio Save), os planaltos 43% e a área montanhosa ocupa uma área de 13% do território. Tem um clima tropical (corrente marítima quente do canal de Moçambique e dos ventos alísios do Sudeste).



Por sua vez, Araújo (1988) mostra que as águas superficiais interiores do País constituem um recurso natural de grandes potencialidades, mas ainda muito pouco exploradas.

Por razões geográficas, económicas e históricas as províncias distribuem-se por três grandes regiões: (1) a região norte, que compreende as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula; (2) a região centro, com as províncias da Zambézia, Tete, Manica e Sofala; e (3) a região sul que inclui as províncias de Inhambane, Gaza Maputo e Maputo cidade. O clima do País é predominantemente tropical húmido, com duas estações: fresca e seca, quente e húmida. Sua localização geográfica facilita a ocorrência sistemática e de forma cíclica de desastres naturais no que tange às cheias e secas, incluindo ciclones (END, 2013).

A precipitação média anual varia da vaporização potencial que é de 1.280mm e as regiões de menor déficit de água localizam-se ao sul do rio Save, na parte norte da província de Manica e no sul da província de Tete. Com essas características o risco de perdas pós colheita na agricultura de sequeiro excede aos 50% na região do sul do rio Save, atingindo mais de 75% na província de Gaza. As regiões norte e sul são favoráveis à agricultura de sequeiro, onde o risco de perda de colheitas é menor, cerca de 5% a 30%.

Araújo (1988) mostra a existência de recursos minerais (ferro, bauxite, cobre, grafite, entre outros) e energéticos (Gás, carvão mineral e petróleo) que apresentam viabilidade económica. A exploração destes recursos pela metrópole, Portugal como colónia, não foi possível pelo facto de Portugal ser um país pobre e dependente da economia da África do Sul e das Rodésias. Porém, “o regime português, valendo-se da localização geográfica do território moçambicano, utilizou-a transformando-a em colónia de prestação de serviços ferro-portuários e de fornecimento de mão-de-obra” (Battistini, 1967, como citado em Araújo, 1988, p. 34).

No presente trabalho iremos concentrar a nossa pesquisa em três vilas situadas em três distritos do País a saber: a vila de milénio de desenvolvimento de Chibuto, situada no Distrito com mesmo nome (Província de Gaza), a vila de milénio de desenvolvimento de Chitima, situada no Distrito de Cahora Bassa (Província de Tete) e a vila de milénio de desenvolvimento de Itoculo, situada no Distrito de Monapo (Província de Nampula).



potencial agrário dos seus solos bons e uma zona de florestas com algumas espécies de certo valor económico, tais como Cimbirre, Chanfuta e Sândalo (MAE, 2005).

O Distrito é atravessado pela EN1 que liga Maputo e Inhambane. Tem uma rede de 318 Km de estradas secundárias e terciárias. O acesso aos distritos limítrofes é feito em estradas pavimentadas e em boas condições<sup>65</sup>, mas o acesso ao distrito é feito em terra batida, sem, no entanto, apresentar grandes limitações de trânsito em épocas chuvosas (MAE, 2005). Chibuto é servido por uma rede de telecomunicações fixa e duas redes móveis<sup>66</sup> (Mcel e Vodacom – de destacar que a rede de telefonia fixa, as telecomunicações de Moçambique e a rede de telefonia móvel, fundiram-se e criaram a TMCcell em 2018 e conta desde 2015 com a nova telefonia móvel, a Movitel). Existe também uma delegação dos correios de Moçambique. Conta com três sistemas de abastecimento de água canalizada, que abastece a Cidade de Chibuto e os povoados de Malehice e Maqueze, bem como com mais de 160 furos com bombas e 223 poços que cobrem apenas 60% das necessidades. Tem razoável cobertura de rede eléctrica da EDM. Possui mais de 120 escolas (das quais, 106 do ensino primário nível 1), e está servido por 11 unidades sanitárias incluindo um Hospital Rural, que possibilita acesso progressivo da população aos serviços do Sistema nacional de Saúde (MAE, 2005).

A maior reserva mundial de Ilmenite<sup>67</sup> encontra-se em Chibuto. Conta com cerca de 32 líderes comunitários dos quais 11 já foram reconhecidos pela autoridade competente. Tem várias crenças religiosas onde se destaca o Sião/Zione praticada pela maioria da população. Possui cerca de 45 mil famílias, onde a maioria é composta por famílias alargadas que, na sua maioria, são crianças e, somente 35% sabe falar português (MAE, 2005).

Com somente 46% da população alfabetizada, na sua maioria homens, o distrito tem uma taxa de escolarização normal, onde a maioria, que frequenta a escola, é da sede (MAE, 2005). Sua habitação é de palhota com pavimento de terra batida, tecto de capim ou colmo e paredes de caniço ou paus. A maior parte das famílias não tem rádio e electricidade, dispondo de uma bicicleta em cada seis famílias, latrinas precárias e água tirada de poços.

---

<sup>65</sup> Usar o método de observação para ver até que ponto as estradas estão em boas condições.

<sup>66</sup> Recentemente são três contando com a entrada da Movitel desde 2011.

<sup>67</sup> Componente essencial da Indústria de Titânio que atraiu maiores investimentos estrangeiros da região o que cria uma plataforma de desenvolvimento local muito importante (MAE, 2005).

Em contrapartida, a cidade apresenta melhores condições habitacionais onde maior parte das famílias tem rádio e electricidade, com casas e sistemas de água melhorados (MAE, 2005).

O distrito está dividido em cinco Postos Administrativos, 18 localidades, 33 Aldeias comunais e 24 Povoações (MAE, 2005). Podemos, assim, encontrar Postos Administrativos como Chibuto, Alto Changane, Godide, Malehice, Chaimite e Chananine. Para o seu desenvolvimento, Chibuto tem tido apoio de vários organismos de cooperação que promovem programas sociais de assistência, protecção do ambiente e de desenvolvimento rural que desempenham um papel activo no desenvolvimento do Distrito tais como SCF, Organização de Ajuda Mútua, a *Link*, a Caritas e a Cruz Vermelha de Moçambique (CVM), ligadas a projectos na área de Saúde, Educação, Agricultura e Água.

A participação comunitária tem sido crucial para suprir várias necessidades em infraestruturas face à falta de fundos (MAE, 2005). Porém, tem um índice de Incidência da Pobreza estimado em cerca de 60% no ano de 2003, com um nível médio mensal das receitas familiares estimados em 1.695 contos (MAE, 2005). O acesso à internet pode ser efectuado nas zonas servidas por rede fixa e móvel de telecomunicações (MAE, 2005, p. 36).

#### **6.2.1.2. Vila de Milénio de Chibuto**

A vila de Milénio de Chibuto foi fundada em 2006 com financiamento do governo e do PNUD, como a primeira experiência de vilas em Moçambique. Ela tem como sede o Bairro Samora Machel, com cerca de 13 mil habitantes. Esta vila serve, de forma indirecta, a outros tantos bairros circunvizinhos. Tem como serviços: corte e costura, informática, serviços de agricultura, silvicultura e plantação.

Chibuto é o primeiro Distrito em Moçambique a ter uma VMM sob tutela do MCT em estreita cooperação com PNUD, tomado como sendo seu financiador oficial, cobrindo uma área de 9 hectares no Bairro Samora Machel, uma localidade que se situa entre as mais pobres dos Distritos do País onde as consequências da guerra civil e das cheias de 2000 ainda se fazem sentir. As suas acções têm sido benéficas no apoio de outros parceiros que queiram contribuir para o alcance dos ODM em Moçambique (MAE, 2006).

O Plano estratégico do desenvolvimento do Distrito do Chibuto de 2008 está no grupo dos mais pobres da província e do país, com uma taxa de incidência de 0,5%. Possui um potencial para a produção de alimentos, mas a fraca capacidade de aproveitamento dos recursos existentes, tendência para precipitações irregulares e baixas e a migração dos jovens para a Cidade e países vizinhos tornam as populações vulneráveis à pobreza e insegurança alimentar.

## **6.2.2. Perfil do distrito da Cahora Bassa**

### **6.2.2.1. Breve radiografia da Cahora Bassa, província de Tete**

O distrito da Cahora Bassa localiza-se no centro-sul da província de Tete, sendo limitado a norte pelos distritos de Marávia e Chiuta, a Este pelo distrito de Changara, a sul pela república do Zimbabwe e a oeste pelo distrito de Mágoè, ocupando uma superfície de cerca de 8.878 km<sup>2</sup>. Na classificação de Köppen, o Distrito tem um clima do tipo Seco de Estepe com Inverno Seco, modificado localmente pela altitude, com duas estações distintas, a estação chuvosa (muito curta) e a seca (muito longa). A maior queda pluviométrica ocorre nos períodos de dezembro a fevereiro, variando significativamente na quantidade e distribuição. A temperatura média está na ordem dos 26.1° C (com a média anual de 34,1° de máxima e 18.1° C de mínimo) (MAE, 2012).

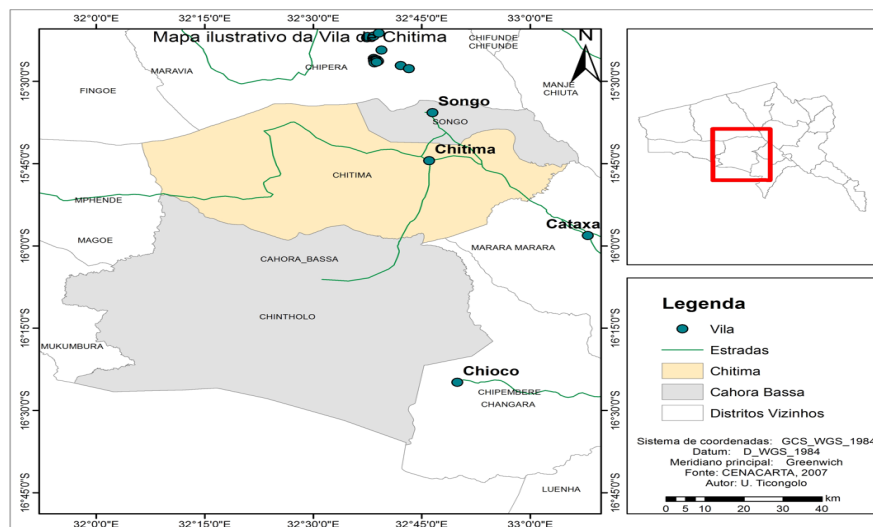
No distrito há predominância de práticas culturais como queimadas descontroladas, desflorestação, entre outros que afectam sua saúde ambiental. Ora, a guerra civil (de 1976 a 1992), condicionou uma maior concentração populacional na vila do Songo e Chitima, exercendo grande pressão sobre os recursos naturais que provocam problemas de desflorestamento e consequente degradação dos solos através da erosão. Este fenómeno condicionou, entre outros problemas, o deficiente saneamento do meio, o sobre pastoreio, a desflorestação, a caça furtiva, a ocupação desordenada do espaço e a garipamgem ilegal (MAE, 2012).

O distrito tem acesso aos sinais da Rádio Moçambique e da Televisão de Moçambique (TVM), RTP e Canal França (TV5), estas duas últimas apenas na vila de Songo. O distrito é definido pelas bacias hidrográficas dos rios Zambeze, Chirodze, Daque, Messanângua e Sacoke, onde a bacia do Zambeze ocupa em Moçambique uma área de cerca

de 140.000Km<sup>2</sup>, abrangendo totalmente a província de Tete e parte das províncias da Zambézia, Manica e Sofala, que, juntos, constituem um forte potencial para o desenvolvimento da região, pois, a energia produzida neste complexo abastece os países vizinhos como o Zimbabwé e a África do Sul e algumas regiões de Moçambique, havendo grandes perspectivas de extensão para várias regiões e outros países vizinhos (MAE, 2012).

O distrito tem três postos administrativos: Songo, Chitholo e Chitima (local do estudo – vide mapa abaixo) que, por sua vez, estão subdivididos em nove (9) localidades. A sua situação socioeconómica pode ser definida da seguinte forma: (1) fraca produção agrícola apesar do potencial das terras baixas no vale do Zambeze e das regiões altas de pastagens; (2) graves problemas de falta de água; (3) insuficiência da rede de transportes; (4) insuficiência da rede sanitária onde, em algumas localidades, a população é obrigada a percorrer grandes distâncias para ter acesso a uma unidade sanitária e; (5) insuficiência da rede escolar (MAE, 2012).

## Mapa 2. Posto Administrativo da vila de Chitima



Apesar dos esforços desenvolvidos, são ainda bem patentes, no distrito, os efeitos gerais da pobreza, das calamidades naturais e da guerra civil. O governo do distrito é dirigido por um administrador (MAE, 2012). A população do distrito é estimada em 109 mil habitantes (55 mil do sexo feminino), sendo 15% dos agregados familiares do tipo monoparental chefiados por mulheres. Existem no distrito algumas organizações não-governamentais e associações da sociedade civil que promovem a criação de igualdade de

oportunidades e direitos iguais nos aspectos da vida social e económica e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar. Esta coordenação recorre a mecanismos de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado (MAE, 2012).

A língua dominante é o cinyungwe (língua materna). Cerca de 46% das mulheres do distrito com 5 ou mais anos de idade fala a língua portuguesa, sendo este domínio mais acentuado nos homens (65%), dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 59%, sendo de 28% no caso dos homens. Das mulheres do distrito com mais de 5 anos, 43% nunca frequentou a escola (no caso dos homens só 27% nunca estudou) e 22% concluiu o ensino primário (no caso dos homens, 35% terminou o primário). No que diz respeito ao acesso a novas tecnologias também se verifica um desequilíbrio entre sexos (MAE, 2012).

#### **6.2.2.2. Vila do desenvolvimento do Milénio de Chitima**

A Vila do milénio de Chitima resulta do memorandum estabelecido entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a Hidroeléctrica de Cahora Bassa e o governo da província de Tete em 2010 e seu lançamento oficial aconteceu em 2011 e, em 2013, inauguram-se os edifícios por onde a vila devia funcionar. O memorando havia previsto que a implementação das actividades seria suportada com o financiamento directo da hidroeléctrica de Cahora Bassa, servindo a uma comunidade de cerca de 23 mil habitantes.

Porém, as actividades não chegaram a ser introduzidas nesta vila por factores não revelados o que deixou a comunidade preocupada, pois, aquando da inauguração do empreendimento, o ex-ministro do MCT, falecido Venâncio Massinga, prometeu trazer novos sinais de desenvolvimento na comunidade de 25 de Junho, visando responder aos pilares de desenvolvimento como educação, saúde, agricultura, habitação e, água e saneamento do meio, à semelhança de outras vilas.





consoante a época (chuvosa ou seca). Na sede do distrito está montado um sistema de canalização de água, controlado pelo conselho municipal, cujos níveis de abastecimento e qualidade não são satisfatórias devido à obsolescência do sistema, sobretudo do motor de bombagem e à falta de tratamento, por indisponibilidade de fundos.

O Distrito beneficia da rede de energia eléctrica da Cahora Bassa, que abrange as zonas de Nacololo, Carapira, Monapo-Vila, empresas Sisaleiras de Jagaia Plantação, Ramiane, comunidades de Muelege e Nicane assim como as vilas de Itoculo e Netia. Tem cerca de 30% da população alfabetizada, predominantemente homens. O distrito tem uma taxa de escolarização normal, constatando-se que 46% dos seus habitantes declararam no Censo 2007 ter frequentado a escola, ainda que, maioritariamente somente até ao nível primário (MAE, 2014).

A população do distrito é de cerca de 351 mil habitantes (179 mil do sexo feminino) sendo 11% do tipo monoparental, chefiadas por mulheres. A língua materna dominante é o *emakhuwa*, 20% das mulheres do distrito com cinco ou mais anos de idade têm conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio mais acentuado nos homens (43%), dada a sua maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho. A taxa de analfabetismo na população feminina é de 85%, sendo de 53% no caso dos homens. Das mulheres do distrito com mais de cinco anos, 64% nunca frequentou a escola (no caso dos homens só 44% nunca estudou) e 7% concluiu o ensino primário (no caso dos homens, 18% terminou o primário) (MAE, 2014).

O MAE (2012) mostra que este distrito tem sido alvo de calamidades naturais que afectam a vida social e económica da comunidade o que faz com que haja níveis de segurança alimentar de risco elevado, sobretudo os camponeses de menos posses, idosos e famílias chefiadas por mulheres, numa situação potencialmente vulnerável. Para resolver os problemas da fome, as famílias participam em programas de *comida pelo trabalho*, a recolha de frutos silvestres, a venda de lenha, carvão, estacas, caniço, bebidas e a caça. Para diminuir a fome, as autoridades distritais lançaram um plano de acção para redução do impacto da estiagem, incluindo a distribuição de sementes mais resistentes e introdução de tecnologias adequadas ao sector familiar.

### **6.2.3.2. Vila do desenvolvimento do milénio de Itoculo**

De acordo com o site<sup>68</sup> do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário (CITT), gestora das vilas de milénio em Moçambique, a vila de milénio de Itoculo é a segunda a ser criada em Moçambique, no Distrito de Monapo, Província de Nampula, depois da de Chibuto, em 2009 servindo a cerca de seis mil habitantes. Situa-se no posto administrativo de Itoculo. É financiada pelo governo do Japão. A vila funciona em estreita colaboração com a comunidade através do chefe do Posto, líderes comunitários, cabos e secretários. A vila serve as comunidades de Tequela, Namiro, Muelege, Itoculo-sede (Namalima, chama da unidade, Mulhauaue, Talalane) e Mutiapua. Estas comunidades são as que participam na resolução de todos os problemas advindos no contexto do desenvolvimento da vila.

A vila desenvolve a agricultura; educação (com apenas uma escola primária completa em Nakuka e as restantes são do primeiro grau); serviços de saúde (em Nakuka tem um posto de saúde com somente seis profissionais, sendo um técnico de medicina, um enfermeiro, uma parteira e três activistas); acção social; género; entre outras atividades como mobilização da comunidade local a se engajar em diversos programas. A sede do distrito tem um centro de saúde.

### **6.3. Contexto da criação das vilas do milénio no país**

As províncias têm sua divisão administrativa, em distritos e, estes, em localidades e bairros. De uma forma geral, Moçambique é um país maioritariamente jovem (dos zero aos 34 anos) com uma taxa de cerca de 76,5%, sendo que 68,2% vive em zonas rurais (INE, 2019). É importante considerar que as mulheres no contexto moçambicano ainda enfrentam dificuldades de acesso ao ensino, sendo que os pais apostam na educação dos rapazes.

Nos últimos anos, precisamente em 2006, o governo de Moçambique tem apostado nos distritos como “polos de desenvolvimento” alocando serviços diversos para atrair a massificação de jovens recém formados e dispersar a concentração das pessoas nas grandes cidades, evitando o êxodo rural. É neste contexto em que se criam as vilas do

---

<sup>68</sup> <https://citt.gov.mz/vila-do-milenio-de-itoculo/> (acesso: 02/07/2019).

desenvolvimento do milénio em 2006, tendo sido a primeira vila criada a vila de milénio de Chibuto, situada no distrito com o mesmo nome, província de Gaza, no sul do país.

Com o tempo as vilas foram crescendo no país. A gestão das vilas ficou ao cargo do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) que criou um centro de apoio dedicado na implementação e monitoria das vilas a todos os níveis - o Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia para o desenvolvimento comunitário (CITT). Cada vila tem seu gestor. Este, por sua vez, reporta, a cada trimestre, ao gestor central, na cidade de Maputo.

É importante considerar que as vilas foram estrategicamente colocadas tendo como critério a concentração da população de modo a que o governo distrital e, a nível provincial, possa condicionar os recursos para o bem-estar social como é o caso da construção de escolas e hospitais. As actividades centrais nas vilas foram criadas para satisfazerem aos objectivos do milénio, da agenda 2025 bem como em dar resposta significativa ao plano quinquenal. Assim, o governo adoptou como áreas prioritárias as seguintes: Agricultura; Educação; Saúde; HIV e Sida e género; e água e saneamento do meio.

As actividades, nestes distritos (dentro das vilas) são desempenhadas tendo como suporte as rádios comunitárias (RCs) e os centros multimédias comunitários (CMCs) – um dos critérios para que se possa criar uma vila dentro da comunidade. É neste contexto em que passamos a privilegiar informantes como: líderes comunitários tradicionais e religiosos; funcionários públicos, em especial que lidam directamente com as vilas; directores de programas de desenvolvimento; docentes e pesquisadores da área; jornalistas locais (nos distritos); comunidade beneficiária dos serviços bem como os residentes nas vilas (aqui incluem-se os que tiveram experiência de viver em aldeias comunais) cujo centro gravita em torno da rádio local.

A partir dos anos 1980, a UNESCO cria os centros *multimedias* comunitários e RCs como forma de proporcionar maior acesso à informação nas comunidades de modo a que possam adoptar um comportamento seguro dentro da comunidade. É importante referir que as entrevistas aos beneficiários dos programas das vilas, escolhidas ao acaso, abrangeram pessoas que se encontram dentro assim como fora da vila, tendo em conta a abertura desta para com a comunidade, no geral, considerando o equilíbrio na equidade do género, mas sem incluir menores de 18 anos.

Foi importante fazer uma avaliação do desempenho das rádios comunitárias locais, tendo em conta a seleção somente de três distritos e tendo em conta o lema “cada distrito uma rádio”, mesmo considerando ainda o trabalho existente para satisfazer a este lema. O poder da comunicação nos distritos têm efeitos substantivos no diálogo entre as comunidades em vários lugares que, não raras vezes, o papel da rádio acaba se tornando insignificante pela capacidade da comunidade poder fazer circular a informação de forma tão rápida entre os moradores, porém, a rádio tem o poder de levar a informação para lugares mais distantes.

Tivemos uma necessidade de ir à província da Zambézia conversar com alguns jornalistas locais para percebermos a dinâmica do processo comunicativo naquele distrito bem como compreender os níveis de necessidade de informação, mesmo tendo em conta que a vila deste distrito (vila de Molumbo, por sinal a mais povoada, com cerca de 62 mil habitantes, criada em 2014 e com financiamento do banco islâmico de desenvolvimento) não fora selecionada para o nosso estudo.

Os espaços distritais em estudo, amplos de dimensão, mas vazios em termos de ocupação e exploração, apresentam-se em forma de matas menos densas, podendo passar uma época produtiva sem serem aproveitadas mesmo as consideradas zonas com potencial agrícola devido à fraca capacidade das comunidades. A vila, nestes termos, chamada a desempenhar o seu papel de contribuinte no desenvolvimento através das suas técnicas, aplica-se de forma muito fraca, em particular destaque na vila de Chibuto (Nguenha, 2013).

#### **6.4. Fundamento estratégico do desenvolvimento dos distritos**

O fundamentos estratégico do desenvolvimento dos distritos consiste na definição estratégica da visão global que serve de base para nortear as acções dos governos distritais no alcance dos objectivos traçados no plano quinquenal do governo. Sua visão consiste em *reduzir a pobreza absoluta e melhor o acesso aos serviços básicos da população do que impulsiona o desenvolvimento através de acesso e equilíbrio.*

##### **6.4.1. Problemas sociais**

- Consumo de água imprópria e fecalismo a céu aberto;
- Ocupação desordenada da terra e queimadas descontroladas;

- Existência de doenças como malária, diarreias agudas, DTS/HIV/SIDA e doenças associadas e mão-de-obra não qualificada;
- Caça furtiva, degradação de vias de acessos, desflorestação, seca e desertificação;
- Fraca cobertura da rede escolar e mau estado das escolas existentes;
- Fraca cobertura da rede sanitária, das vias de acesso, da fonte de água potável;
- Insuficiência de infraestruturas sociais e destruição das poucas existentes;
- Fraca assistência aos necessitados.

#### **6.4.2. Problemas económicos**

- Relativa segurança alimentar;
- Deficiência de gestão dos insumos agrícolas;
- Mau estado das infraestruturas comerciais existentes.

#### **6.4.3. Potencialidades gerais dos distritos**

- Lençol freático a nível desejado, solos férteis e material de construção disponível;
- Maior efectivo pecuário: bovino, caprino, suíno, asinino e aves;
- Força de trabalho;

### **6.5. Estratégia de desenvolvimento**

O desenvolvimento económico, caracterizado pelo aumento dos níveis actuais de produção agropecuária, rendimento e acesso às famílias ao emprego, constitui o catalisador de todo o processo de desenvolvimento nos Distritos que, no governo de Guebuza, foi catalisado pela política dos sete milhões. A prática da agropecuária mecanizada constitui factor determinante para a dinamização da indústria e comércio local.

Ora, incrementa-se o acesso ao crédito pelos principais actores constitui um dos principais suportes ao fomento do desenvolvimento sustentável. Neste sentido, os objetivos do desenvolvimento nos distritos prendem-se em melhorar o acesso dos serviços básicos à comunidade, tendo em conta as seguintes estratégias:

- Aumentar a produção, a produtividade e a competitividade de 40% para 60%;
- Aumentar a taxa de cobertura de abastecimento de água potável de 60% para 85%;

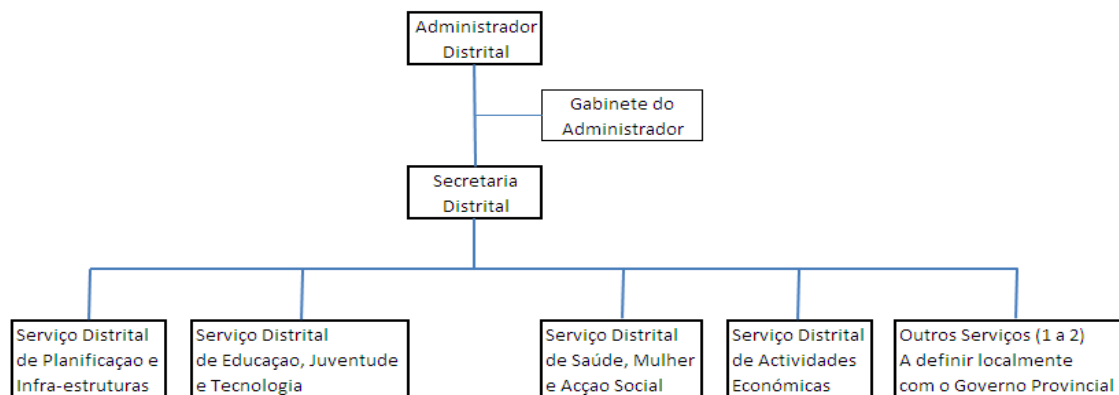
- Alargar o acesso ao ensino de qualidade e profissionalizante de 40% para 60%;
- Alargar o acesso aos cuidados de saúde em 60%;
- Melhorar os serviços de Administração Pública em 70%;
- Melhorar a mobilidade de pessoas e bens em 40%;
- Reduzir os índices de infecção de HIV/SIDA de 16,8% para 13%;
- Melhorar a arrecadação de receitas na ordem de 50%;
- Garantir a gestão ambiental sustentável em 60%.

### 6.5.1. Área de prestação de serviços

- Deficiente cobertura territorial das infraestruturas de prestação de serviços;
- Deficientes condições de atendimento ao público;
- Dificuldades de prestação de assistência diversa ao nível da base.

### 6.5.2. Características dos três Distritos

A organograma abaixo apresentada é usada pelo governo de Moçambique e que, de acordo com o Estatuto Orgânico do Governo Distrital aprovado pelo Decreto no 6/2006 de 12 de Abril, todos os Distritos apresentam uma *Estrutura Tipo do Governo Distrital* da seguinte forma:



Fonte: Decreto nº 6/2006 de 12 de Abril (in Manual dos Distritos, Edição de 2014).

Os distritos tem algumas organizações não-governamentais e associações da sociedade civil, que promovem a criação de igualdade de oportunidades e direitos entre sexos

em todos aspectos de vida social e económica, e a integração da mulher no mercado de trabalho, processos de geração de rendimentos e vida escolar, coordenando o processo de troca de informação, diálogo e concertação da acção, evitando a sobreposição de actividades e racionalizando recursos de forma a melhorar a eficácia e eficiência das acções governamentais e das iniciativas da comunidade e do sector privado.

**Tabela 1 População total por cada Distrito**

<b>Distrito</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
<b>Chibuto</b>	120 956	100 024	220 980
<b>Cahora Bassa</b>	66 154	66 818	132 972
<b>Monapo</b>	211 824	201 879	413 694

Fonte: INE, 2019 ([www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz), acesso: 02 de Junho de 2019).





## **CAPÍTULO VII**

### **7. OS MODELOS E OS CONTORNOS DO DESENVOLVIMENTO EM MOÇAMBIQUE**

#### **7.1. Moçambique e sua evolução após a independência**

No presente capítulo reflectem-se os resultados da análise de documentos tomados como sendo instrumentos que nortearam as respostas das acções do governo em todos os seus modelos de desenvolvimento desde a independência em 1975, porém, resultantes de acções que se desencadearam desde o período de luta armada, em 1964. Em May (2004), os documentos são entendidos como sendo representativos de algum padrão social. Portanto, os documentos analisados são públicos, produzidos pelo governo de Moçambique no âmbito da planificação das suas acções com vista a incentivar o desenvolvimento nacional.

Foi-nos possível dialogar com os documentos oficiais a partir do critério dos seus significados e, do ponto de vista do conteúdo que eles contêm (May, 2004), procurando responder ao objectivo do primeiro nível que é: compreender o impacto das estratégias de comunicação do governo explorando os contextos que influenciam a implementação dos modelos de desenvolvimento.

Assim, foi possível perceber e contextualizar as afirmações de May (2004), segundo as quais, os documentos podem ser interessantes pelo que deixam de fora, assim como pelo que contêm. Pois, ao longo das análises, buscamos construir realidades diversas de modo a verificar os impactos dos programas e projectos implementados mesmo que tenham resultado de teorias da imitação que, em muitos casos, se percebeu haver maior desajustamento no âmbito da sua implementação no contexto moçambicano.

É crucial entender os contextos em que se produziram e se implementaram os modelos e os respectivos programas e/ou projectos de desenvolvimento. Pois, cada contexto é ditado por um conjunto de acontecimentos que influenciaram positiva ou negativamente ao alcance dos objectivos traçados. Importa referenciar que os dois modelos de desenvolvimento (o socialismo e neoliberalismo) foram implementados em momentos de incerteza, caracterizados por uma conjuntura política de guerra e instabilidade, mas que o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) não se acanhou em dar seus passos em frente.

A FRELIMO resulta de um processo de unificação de três movimentos de libertação que culminou em 1962 tais como a UDENAMO, a UNAMI e o MANU, que faziam frente ao colono de forma desordenada o que criava desembaraços nas suas acções de guerrilha dai seus esforços se redundaram em fracasso. Em 1964 inicia a luta de libertação armada com apoio dos países africanos já independentes como a Tanzânia e Zâmbia e de países do bloco socialista, particularmente a ex-URSS.

Ao longo da guerra foram surgindo zonas libertadas, por um lado, pelo poderio da FRELIMO e, por outro, condicionado pelo apoio da população que foi cada vez mais se aproximando e assumindo a guerra como única saída do jugo colonial. Em 1974, assinam-se os acordos de Lusaka que condicionaram o fim da guerra e, em 1975, proclama-se a independência nacional.

A nossa perspectiva no presente capítulo é justificar a existência de modelos de desenvolvimento usados em Moçambique. Da análise feita nos documentos do governos como o PPI (1978), PRE (1987), PRES (1989), PARPA I (2001-2005) e PARPA II (2006-2009), o (PNDS, 2016) e os respectivos PQG, diagnosticamos que, desde o período de luta colonial, 1962, ano da criação da FRELIMO até aos dias de hoje, os documentos acima não se apresentam como modelos de desenvolvimento, mas como um conjunto de estratégias e planos para o desenvolvimento aplicados dentro dos modelos.

Com efeito, foram identificados somente dois modelos de desenvolvimento usados pelo governo da FRELIMO/Frelimo: o primeiro foi de orientação socialista (1975-1990) que representou uma ruptura com o sistema colonial português, ao propor construir uma sociedade sem classes, livre da exploração do homem pelo homem. O segundo foi de orientação neoliberal (1992), altura em que Moçambique aderiu aos programas de reajustamento estrutural preconizados pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Este modelo, implicando uma larga privatização e liberalização da economia, conduziu a alteração profunda das relações laborais e do papel do Estado enquanto agente de desenvolvimento, tornando-se este num agente da globalização neoliberal (José, 2005).

### **7.1.1. O modelo de desenvolvimento socialista**

O Socialismo é considerado como sendo uma doutrina política e económica que surgiu no final do século XVIII cujas ideias pautam pela eliminação da propriedade privada e distribuição equitativa dos recursos, eliminando as diferenças sociais, bem como opo-ndo-se ao capitalismo. Defende ainda a transformação do bem privado em estatal, isto é, sob o controle do Estado.

Em 1975, ano da proclamação da independência nacional, a 1977, ano em que se consolidam as idéias do II congresso do partido Frelimo, foram introduzidas reformas económicas e sociais na base da doutrina socialista como modelo de desenvolvimento no país. A propriedade privada foi substituída pela propriedade estatal e pelas cooperativas agrícolas; foram construídas aldeias comunais; as empresas e o património imobiliário antes pertencentes aos colonos portugueses foram nacionalizados; áreas sociais como saúde e educação foram, também, nacionalizadas (Matsinhe, 2011, p. 22).

As políticas económicas introduzidas para implementar o socialismo foram as seguintes: (1) eliminação da propriedade privada dos meios de produção; (2) eliminação das autoridades comunitárias pela sua alegada ligação com o poder colonial (sipaios); (3) nacionalização das propriedades privadas abandonadas por estrangeiros de origem portuguesa e indiana; (4) organização da produção rural em cooperativas e propriedades colectivas e estatais, que demandava a concentração da população em aldeias comunais; (5) gestão centralmente planificada da economia e assinatura de acordos de cooperação com a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e outros países do Bloco leste (Abrahamsson & Nilsson, 1995).

A criação das aldeias comunais e as cooperativas resultou em discórdias entre as populações rurais e as autoridades da FRELIMO. Embora tivessem o objectivo de socializar o meio rural, eliminar o individualismo e a dispersão das populações que dificultaria a prestação de serviços essenciais de saúde, educação, água, habitação e saneamento do meio, as aldeias comunais e as cooperativas “não consideraram os costumes e a importância do espaço na organização social e económica das famílias. Elas foram concebidas fundamentalmente como uma mudança física do local de residência” (Mosca, 2005, citado por Matsinhe, 2011, p. 33).

Apoiando-se na antiga Constituição da República de Moçambique de 1975, Matsinhe (2011) expõe que a consolidação da ideologia marxista-leninista passava pela eliminação das estruturas de opressão e exploração coloniais e tradicionais e da mentalidade que lhes está subjacente; extensão e reforço do poder popular democrático; a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social e; edificação da democracia popular e a construção das bases material e ideológica da sociedade socialista (Constituição da República de Moçambique [CRM] de 1975<sup>69</sup>, citado por Matsinhe, 2011).

Os planos de acção do governo da FRELIMO eram definidos pela Assembleia popular tomado como sendo o órgão máximo do Estado Moçambicano, no seu Art. 40 indica que os planos eram traçados e aprovados (CRM de 1975), porém, não havia nenhum plano que referenciava as questões de informação. Ainda que esforços estejam a ser feitos anualmente no plano quinquenal do governo (PQG) para responder às desigualdades socioeconómicas nos centros e nas periferias do país, as discórdias foram persistentes e de forma abismal.

Isso pode se medir pelo nível de acesso à informação nas zonas periféricas que, na visão de Schramm (1976) e M. Santos (1996, citado por Etges & Carissimi, 2011) sempre vão ter essa orientação na medida em que nas zonas rurais as condições tecnológicas não são suficientemente fortes para responder a esta demanda que coloca em cheque o desenvolvimento e a sustentabilidade.

Em Moçambique, a disparidade entre os centros urbanos e as zonas rurais teve como:

consequência o facto de, durante as primeiras décadas do período pós-independência, se ter seguido um sistema centralizado de planificação, partindo apenas dos sectores a nível nacional. No entanto, a partir de 1991, regista-se uma mudança no sistema de planificação, com o envolvimento mais directo dos distritos no processo e com a introdução da planificação estratégica e multisectorial. (MPD<sup>70</sup>, 2006 citado por Cáceres et al., 2007, p. 5)

Do ponto de vista de análise metodológica, o sistema centralizado de planificação era praticamente irracional tendo-se observado insustentável tomando em conta a conjuntura

---

<sup>69</sup> Em 1975, com esta constituição, o país declara-se socialista sendo uma República popular. No seu artigo 1 declara-se um país soberano, independente e democrático.

<sup>70</sup> Ministério do Plano e Desenvolvimento (MPD).

sociopolítica do país. A maior parte das comunidades nas zonas rurais dispersas e desempenhando actividades económicas como agricultura familiar, pesca artesanal, pastorícia, caça bem como exploração dos recursos faunísticos na pequena dimensão.

O sistema centralizado produziu vários empreendimentos que depois foram abandonados exactamente por falta de uma planificação objectiva o que resultou no aparecimento de várias instituições com fraco aproveitamento, pois, as pessoas abandonaram por não entenderem seu benefício. Um dos factores mais evidentes é a condição social destes lugares considerados por M. Santos (1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011) como regiões opacas, sem condições mínimas criadas para que o desenvolvimento aconteça. Esta afirmação de M. Santos (1996) encontra argumentos plausíveis na medida em que se verifica que nestas zonas há falta de informação e de electricidade, condicionalismos preponderantes para que o uso da tecnologia seja incentivada e que seja benéfica para a comunidade (como citado em Etges & Carissimi, 2011).

De acordo com Matsinhe (2011), o projecto de desenvolvimento socialista foi implantado no terceiro congresso da FRELIMO, em 1977, quando este deixou formalmente de ser um movimento de libertação e assumiu a condição de partido seguindo a ideologia marxista-leninista, tendo passado para movimento político, sua designação mudou de grafia para Frelimo visando:

não só a implantar um modelo de desenvolvimento socialista, como também convencer os países socialistas da sua opção pelo socialismo, como forma de atrair apoio do bloco socialista para a materialização do projeto de desenvolvimento socialista uma vez que a escolha político-ideológica da Frelimo limitava o apoio do bloco ocidental. (Matsinhe, 2011, p. 25)

No período do modelo socialista o poder do Estado tinha como raízes o povo, exercido em nome do povo e com o povo, assumindo-se a aliança operário-camponesa como vital para a construção do socialismo. Foram criadas e implantadas várias formas estruturais e formas de exercício do poder popular dentre as quais o conselho de produção, importante para ensaiar formas de participação democráticas-populares na produção, transformando as tradicionais relações de trabalho (José, 2005).

O processo de enquadramento das relações socialistas no campo foi assumido como um novo estilo de vida sustentado com base nas condições económicas racionais e assegurado pela fixação da população (Maloa, 2016). Porém, este pensamento redundou em fracasso devido à imposição administrativa e à falta de atenção do princípio de organização social predominante que provocaram reacções comportamentais diferentes, entre as mulheres aldeadas nas regiões norte e sul de Moçambique (Chipenembe, 2004), tendo-se mostrado a não-consideração dos factores culturais das comunidades.

A base social do poder assentou-se na aliança operário-camponesa. Os países socialistas foram considerados aliados naturais; houve uma intensificação das relações diplomáticas com países socialistas com o objectivo de obter apoio financeiro para os mega projectos de agricultura. Contudo, a tentativa de Moçambique integrar o *Concil for Mutual Economic Assistance* (COMECON), foi frustrada em 1981 (Matsinhe, 2011).

Matsinhe (2011) aponta que a negação para o país se integrar na COMECON foi um prenúncio para a queda da ideologia socialista. Por outro lado, políticas regionais e globais como a guerra-fria e a presença de governos de minoria branca na Rodésia do Sul (actual Zimbabwe) e na África do Sul são tidos como factores que impediram a construção do socialismo em Moçambique. Isto é, desde a sua independência, o país foi vítima de sabotagem dos países vizinhos como Rodésia do Sul e África do Sul que, por um lado, faziam ataques militares e, por outro, apoiavam a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) “contra civis como contra alvos económicos estratégicos, até a desestabilização económica, através do corte de linhas de energia, reduzindo os rendimentos em divisas” (Hermele, 1990, como citado em Matsinhe, 2011, p. 29).

Com a inviabilização do socialismo, como mostra Matshine (2011), devido à crise evidente que resultou do não-enquadramento da tecnologia importada no contexto das comunidades moçambicanas, a produção no campo deixou de ser sustentável e, como saída urgente da crise advinda, a Frelimo desenvolveu negociações com países ocidentais e Instituições de Bretton Woods, em 1983 e, em 1984, aderiu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial (BM), tendo sido obrigado a abrir suas portas para a economia do mercado, iniciando assim, o PRE, em 1987, no contexto do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) inspirado nas decisões do Consenso de Washington.

Outrossim, de acordo com José (2005), a transição para o neoliberalismo está associada à crise económica nacional e internacional, à queda do bloco socialista e consequente expansão capitalista e, igualmente, às pressões internas no sentido de adequar os quadros políticos e institucionais à economia de mercado.

A assinatura do acordo geral de paz (AGP) em Roma, em 1992 e, como prenúncio do advento da democracia bem como do capitalismo, Moçambique passou a conhecer um ambiente fértil para a construção dos destinos económicos definidos desde a sua independência em 1975. De acordo com Cáceres et al. (2007), o país estabeleceu uma agenda económica, social e política ambiciosa com vista a dar uma resposta significativa na economia nacional e consolidar o crescimento. Significa que a ideologia socialista, nessa época, era considerada oportuna para condicionar o desenvolvimento do país.

José (2005), por seu turno, chama de “morte da utopia” a transição do modelo socialista de desenvolvimento para o modelo capitalista, pois, a reconfiguração do Estado moçambicano ao adoptar o neoliberalismo trouxe consigo consequências económicas e sociais graves. Pois, a austeridade orçamental, as privatizações e a liberalização dos mercados, pilares resultantes do Consenso de Washington nos anos 1980 e 1990, no sentido de dar resposta aos problemas daqueles países (Stiglitz, 2002) não serviram para impulsionar desenvolvimento em Moçambique à semelhança do que sucedeu na China, Singapura, Malásia, Brasil, entre outros países considerados emergentes.

Em Moçambique as políticas do consenso de Washinton serviram, sim, para agudizar a pobreza na medida em que influenciaram ao encerramento de várias empresas como a Mabor (empresa de produção de pneu), a Loumar, a fábrica de processamento da castanha de caju, que resultaram, em quase todo país na produção do que Bauman (2009) apelidou como sendo refugio humano.

Do ponto de vista de análise metodológica, o sistema centralizado de planificação era praticamente irracional tendo-se observado insustentável tomando em conta a conjuntura sociopolítica do país, com maior parte das comunidades nas zonas rurais dispersas e desempenhando actividades económica como agricultura e pesca familiar, pastorícia, caça bem como exploração dos recursos faunísticos na pequena dimensão. O sistema centralizado produziu vários empreendimentos que depois foram abandonados por falta de uma

planificação objectiva o que resultou no aparecimento de várias instituições com fraco aproveitamento sustentável.

É notório até a esta parte a inexistência de estratégia de comunicação que pudesse colocar em harmonia o modelo socialista de desenvolvimento do país. Pelos argumentos apresentados ficou claro a não-abertura de espaços de debate entre o governo da Frelimo e a comunidade como forma de medir os interesses da comunidade para se implementar medidas de desenvolvimento.

Ora, o uso de políticas centralizadas dificulta as relações entre o governo e a população com que fica claro a não-aceitação deste modelo pela maioria da população. Aponta-se abandono de certos lugares pela população pelo facto de apenas ter sofrido imposição de certos serviços, mesmo assumindo serem significativos para a construção do bem-estar local.

A política centralista assumida pela Frelimo, por um lado, bem como o socialismo, incluindo as decisões resultantes do consenso de Washington, por outro, tornam-se fora do alcance dos objectivos da comunidade na medida em que se comportam fora das atitudes comunitárias. Um dos argumentos que se mostram é que o modelo socialista se baseia no uso da força, com que então, a forma como cria as relações deixam de ser interessantes para a comunidade por não serem, de acordo com Mefalopulos (2008), humanistas.

Outrossim, o socialismo tem como ideia formatar as pessoas a pensarem da mesma forma sobre trabalho o que de certa forma, não ajuda para o crescimento, pois, as pessoas não vão a busca da riqueza deixando de criar dinamismo nos processos de produção, justificando-se, assim, ao facto de a economia moçambicana ter colapsado olhando aos factores diversos que influenciaram para tal.

Weber (1973) levanta um sentido provável segundo a qual as acções comunitárias terem protagonistas diferentes (feitos por dois ou mais indivíduos na comunidade), podendo, ao que se entende, ser por orientação política, religiosa, cultural, racial e, mais no contexto africano e, sobretudo moçambicano, por questões étnicas, pois, essas acções ou comportamentos vão ser compreendidas de forma subjectiva. Isto é, as determinantes ideológicas de um grupo social obedecem a um critério de razão e construído constantemente pelas acções sociais dentro das comunidades.



Para alcançar as comunidades, a Frelimo usou como estratégia os meios de comunicação social assumidos como uma acção estratégica. Entende-se que a atitude particular dos meios de comunicação social é usar a comunicação descendente que não propõe a criação de relacionamento entre as partes, mas apenas satisfazer os interesses do emissor da mensagem.

Entende-se que a acção comunicativa é dependente do contexto situacional que, por sua vez, representa segmentos do mundo da vida dos participantes em interação (Habermas, 2003, p. 111). Logo, alcançar a compreensão é considerado um processo de atingir a unidade entre os sujeitos falantes e atuantes, o que não se verificou devido ao poder excessivo exercido no âmbito do relacionamento com as comunidades. Alcançar a compreensão é inerente ao *telos* da linguagem humana (Habermas, 2003, p. 120).

A linguagem humana é considerada pelo mesmo autor como o que orchestra o exercício de dominação. Há um aspecto particular dos meios de comunicação que é vista como sendo a que afasta a sociedade dos aspectos sociais da vida em comunidade, havendo a possibilidade de desintegração social pela forma como os meios se posicionam dentro da mesma comunidade.

### **7.1.2. O modelo de desenvolvimento neoliberal**

O termo neoliberalismo foi criado no período pós-segunda Guerra Mundial para designar um conjunto de novas políticas com características liberais. Foi influenciado pelo plano Marshal e guerra fria, uma competição internacional em prol do domínio do mercado (Duménil & Lévy, 2007; Andrade, 2019). Para (Andrade, 2019), o neoliberalismo tem como características: privatização das empresas do estado; desregulamentação; corte de despesas; austeridade fiscal; livre comércio e sector privado. Entende-se assim, como sendo uma doutrina que se orienta pelas políticas baseadas no capitalismo, suprimindo a intervenção directa do Estado nas decisões económicas.

As reformas neoliberais em Moçambique foram iniciadas em 1984 aquando da aceitação do país como membro do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Estas reformas:

visavam substituir o modelo socialista de desenvolvimento pelo capitalismo. Empresas do Estado foram privatizadas; reduziram-se os gastos do Estado com educação e saúde e; em 1990 uma nova constituição foi aprovada com o objetivo de acomodar a democracia multipartidária e propriedade privada (...). A Frelimo deixou de ser um partido de vanguarda marxista-leninista e deu início ao estabelecimento de alianças com os antigos poderes comunitários. (Matsinhe, 2011, p. 34)

Como se percebe, ocorreu um processo inverso aquando da independência do país onde as empresas eram privadas passando para a gestão centralizada pelo Estado. Como consequência das reformas neoliberais e, por outro lado, reatam-se as relações entre o governo e as lideranças locais como forma de descentralização no processo de tomada de decisões. Neste contexto, observa-se o “desemprego, a dívida externa, a corrupção, fuga de quadros do sector público para o privado; aparecimento de Organizações Não Governamentais (ONGs); representações de instituições financeiras internacionais e; a degradação da qualidade de vida dos cidadãos” (Matsinhe, 2011, p. 36).

Um dos grandes argumentos do capitalismo, conferida como sendo a liberalização económica e abertura de mercado, é a capacidade de o país criar condições de existência de mais meios de comunicação social para garantir acesso à informação, participar nas decisões políticas e ter acesso aos diversos dispositivos legais que lhes possa facultar informação diversificada, porém, esta capacidade vai se diminuindo à medida que caminhamos do centro à periferia devido à fragilidade do país em fornecer este serviço.

Os centros urbanos moçambicanos têm uma característica peculiar, que os diferencia de outros centros de outros países, com capitalismo fraco e com níveis de dispositivos de acesso à informação insuficientes para que possamos dizer que o acesso à informação e ao conhecimento em Moçambique são ainda insignificantes. Um exemplo prático é o acesso a internet que não ultrapassa a um milhão de internautas para um universo de cerca de 28 milhões de habitantes, onde, de acordo com INE (2019), cerca de 34% vive nas cidades, com condições minimamente criadas para o uso de tecnologias

Adesão ao FMI e BM implicava financiamento aos programas de emergência cujo objectivo era reabilitar a produção industrial; fortalecer a produção e comercialização do sector agrícola; reabilitação de regadios; condicionar as ferrovias e aumentar a circulação de

mercadorias e dos factores necessários à produção (Comiche, 2002 como citado em Chipenembe, 2004).

Apesar dos discursos triunfalistas do governo, do BM e do FMI ao avaliarem os resultados macroeconómicos, as privatizações e a liberalização do comércio não beneficiaram a maioria dos cidadãos moçambicanos, muitos dos quais continuam a viver no limiar da pobreza e outros tantos na pobreza absoluta. Flexibilização e precarização do trabalho, despedimentos colectivos, desemprego, insegurança, fome, drástica redução das prestações assistencialistas do Estado, são alguns dos efeitos devastadores dos programas de reajustamento estrutural (José, 2005).

Foi um novo desafio criado pelo governo da Frelimo que se previa superar as necessidades ora criadas. Porém, entende-se ter havido negligência dos aspectos comunicacionais na medida em que o discurso triunfalista não tinha em análise a situação das comunidades.

Portanto, a comunicação podia ter servido na estratégia da Frelimo como sendo a base e suporte no processo da superação da pobreza, partindo da análise de contexto da comunicação, da cultura e das atitudes da comunidade. Pois, Lopes (2005) assume que a comunicação serve para capacitar as comunidades a enfrentarem novos desafios. Enfrentar novos desafios só é possível numa situação em que o indivíduo esteja previamente informado sobre a situação.

O pensamento de Lenner e Schramm (1973) respeita os eventos sociais e económicos do seu contexto. A ocorrência dos eventos sociais dependem de factores externos ao indivíduo, porém, ele respeita os movimentos criados por esses eventos para poder ser agraciado pelos fenómenos naturais na medida em que, no contexto prático das comunidades rurais moçambicanas, dependem e respeitam as normas culturais, daí que se assume como fatal o seu afastamento na tomada de decisões, o que ditou o colapso da economia rural.

### **7.1.3. Fracasso dos modelos de desenvolvimento**

De acordo com Chipenembe (2004), as estratégias de desenvolvimento nos países africanos fracassaram principalmente:

devido aos factores de instabilidade política, excessos de organização burocrática centralizada e pela maneira como elas foram aplicadas pelos dirigentes. A aplicação de medidas macroeconómicas centradas na transferência de tecnologia do ocidente para os países subdesenvolvidos, iniciado na década de 50, não aliviou a pobreza das populações, apenas sufocou os conhecimentos e práticas locais. (Chipenembe, 2004, p. 64)

Daí os argumentos mostrarem a necessidade de se desenhar estratégias de desenvolvimento a partir do conhecimento dos contextos locais de modo a valorizar a forma como as comunidades pretendem se desenvolver. É visto que os sinais de desenvolvimento, ou os seus indicadores devem variar para cada caso. Por exemplo, as comunidades rurais africanas, sobretudo as moçambicanas, têm sempre um empreendimento que dá sustento como é o caso de pequenas machambas familiares onde se produzem hortícolas diversificadas. Por outro lado, tem também gado bovino ou caprino, ou mesmo têm, nos seus quintais, pequenas criações que fornecem, mesmo em pequenas quantidades, carne de várias espécies.

O mais importante factor, observando as análises de Chipenembe (2004), é que estes países não alteraram a estrutura e também aumentaram a desarticulação entre os sectores tradicionais e modernos, os investimentos privilegiaram o comércio e exportação do sector agrário e a dependência externa, transferência do saber fazer, bem como houve a necessidade de se implementar a moeda externa. A aldeia comunal constituía, na óptica da Frelimo, a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo do mesmo modo que nas zonas libertadas serviu para alimentar a guerra popular até a vitória final contra o colonialismo português (Machel, 1976).

Ainda que esforços estejam a ser feitos anualmente no plano quinquenal do governo (PQG) para responder às desigualdades socioeconómicas nos centros e nas periferias do país, as discórdias foram persistentes e de forma abismal. Isso pode se medir pelo nível de acesso à informação nas zonas periféricas que, na visão de Schramm (1976) e M. Santos (1996, citado por Etges & Carissimi, 2011) e em (Prebisch, 1949; Arrighi, 1999, como citados em Árabe, 2003) sempre vão ter essa orientação na medida em que nas zonas rurais as condições tecnológicas não são suficientemente fortes para responder a esta demanda que coloca em cheque o desenvolvimento e sustentabilidade.

Entende-se, em Moçambique, a existência de uma grande disparidade entre os centros urbanos e as zonas rurais, o que também:

é consequência do facto de, durante as primeiras décadas do período pós-independência, se ter seguido um sistema centralizado de planificação, partindo apenas dos sectores a nível nacional. No entanto, a partir de 1991, regista-se uma mudança no sistema de planificação, com o envolvimento mais directo dos distritos no processo e com a introdução da planificação estratégica e multissetorial. (MPD, 2006 citado por Cáceres et al., 2007, p. 5)

Em Macuane (1996, como citado em Chipenembe, 2004) entende-se ter havido insucesso em alguns programas como o PRE (1987), por exemplo, pela falta de coordenação que resultou da dificuldade do governo em articular a estratégia dos actores internos e externos empenhados nas reformas económicas. Isto resulta da falta de uma estratégia de comunicação que pudesse colocar em sintonia todos os envolvidos na tomada de decisão bem como na implementação dos planos em vista.

Pois, a comunicação é vista como sendo um processo que procura tranquilizar, por forma de diálogo, ajudando na eliminação de sobressaltos de qualquer tipo de inconveniência, podendo influenciar na reorientação da linha de pensamento que sustenta sua implementação a nível nacional, comunitário e local, porém, na planificação do governo, a comunicação é relegada ao último plano.

A estratégia nacional de desenvolvimento (ENDE, 2014), mostra que a fundamentação da estratégia e visão de desenvolvimento de Moçambique, agenda 2025, é a industrialização, através da criação de polos de desenvolvimento para a criação de zonas de concentração industrial ou parques industriais, constitui o modelo através do qual será possível fornecer, de forma regular e com qualidade, infraestruturas e serviços públicos que reduzirão os custos operacionais e de capital, bem como, incentivar investimentos privados em diversos ramos de atividade.

Significa, neste caso, haver uma percepção sobre o modo de agir do governo em dar cobertura, de forma sustentável, aos vários mecanismos e/ou instrumentos definidos que visam orientar os destinos económicos do país. Isto expressa ainda que a concentração de estratégias de desenvolvimento que tenha uma única visão do ponto de vista de acção

governamental é pertinente. Vai daí percebermos que as indicações de Weber (1973) sobre as orientações definidas por um grupo se tornam em racionais determinando que nesse grupo se tomem decisões por consenso que seria a aprovação unilateral das ideias propostas.

De acordo com o ENDE (2014), o sucesso da agenda 2025 depende, inteiramente, de factores como: unidade nacional; paz, estabilidade e democracia; reforço da soberania; planeamento e ordenamento territorial; mudança de mentalidade; transparência e prestação de contas; gestão sustentável dos recursos naturais.

Porém, estes factores são praticamente uma miragem na medida em que não são respondidas como unidades que devem ser consideradas, fundamentalmente como solução sendo simplesmente desorientada a pretensão da sua aniquilação. Por exemplo, até aos últimos os países vivem conflitos armados, que condicionam a crise político-militar; a democracia e o planeamento e ordenamento territorial ainda são uma miragem pelo facto de o governo não ter uma estratégia bem definida que oriente e monitore seus impactos de forma clara.

Por outro lado, factores como crise político-militar, a falta de unidade nacional que junta as línguas e as culturas diversas a raciocinarem da mesma forma sobre um dado conteúdo vai ser sempre um dilema no contexto das estratégias de desenvolvimento. Esforços empreendidos no desenho das estratégias existentes não mostram com clareza quais os passos a serem dados, bem como as acções e/ou áreas prioritárias para que seus objectivos sejam alcançados a curto, médio e longo prazos. Nesta ordem, as expectativas dos jovens, que constituem mais de 60% da população moçambicana, ao longo do desenho destas estratégias reduzem-se à medida que se caminha em direcção à periferia, pois, nestes lugares as acções visando dar respostas significativas aos jovens não se mostram prontas para responder às necessidades desta faixa etária.

A estratégia de desenvolvimento do ponto centralizado imposto pela Frelimo definia o equilíbrio de desenvolvimento entre as cidades e o campo, o que determinava a concentração da mão-de-obra onde se achar necessário e de acordo com as exigências locais, o que evitava o êxodo rural, mais porque o conceito das aldeias comunais respondia e reduzia o risco da exclusão social.

O binómio participar e informar os trabalhadores moçambicanos em todas as vertentes eram considerados por Machel (1977) como sendo uma forma acertada para

influenciar na tomada de decisão, pois, foram temas centrais no congresso de 1977, para além de terem sido assumidos como ardilosos para que todos os sectores estratégicos da economia nacional pudessem contribuir na ruptura da dependência com o imperialismo. Englobar a comunidade significava “aumentar a participação local na tomada de decisões” (Meque, 2013, p. 54), valorizando as ideias locais sobre a forma como as decisões deveriam ser tomadas e orientadas.

A participação na tomada de decisões era definida como sendo uma medida central de modo a que a comunidade, como um todo, pudesse se engajar na luta contra o imperialismo que já havia colocado a maior parte da população moçambicana na miséria. A participação, definida nestes termos, pode ser ainda entendida em Habermas (1984) como sendo o mecanismo pelo qual cada indivíduo define seus objectivos. Ademais, a participação mergulha as pessoas em um processo de mudança.

Isto pode significar que a ideologia participativa adotada visava engajar o indivíduo em todos os processos de definição ideológica de modo a que se possa evitar dissidentes, embora mais cedo tenha havido os que passaram a ser apelidados como revolucionários. Assim, segundo Lopes (2005, p. 155), é importante que se compreenda e se coordene o escopo das decisões sobre estratégias como primeira condição para se atingir os objectivos pretendidos.

Para o caso concreto de Moçambique, nas suas estratégias de desenvolvimento sustentável, Mucavele<sup>71</sup> analisa que este processo é dinâmico e complexo. Sua análise tende a ser difícil devido à multiplicidade dos factores que o determinam e que, segundo o autor, este deve reduzir as diferenças entre ricos e pobres. Por outro lado, deve incluir a mudança de atitudes dos agentes económicos perante a poupança e o investimento, onde deve se dar prioridade ao factor humano e o acesso à alimentação adequada para as pessoas mais vulneráveis. Essas estratégias são:

- desenvolvimento dos recursos humanos (associado às liberdades de escolha);
- desenvolvimento da agricultura e da indústria alimentar (a Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004, 2015), no seu Art. 103, número 1 refere

---

<sup>71</sup> MUCAVELE, F. – PhD. Economia Agrária e Recursos Naturais, Director, Reforma Académica e Integração Regional, Professor, Universidade Eduardo Mondlane. Disponível em [http://www.firmino-mucavele.net/index.php?p=1\\_16\\_EstratA-gias-de-Desenvolvimento](http://www.firmino-mucavele.net/index.php?p=1_16_EstratA-gias-de-Desenvolvimento) – Acesso: 19 de Junho de 2013.

que em Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento Nacional e no seu Art. 2 refere que o Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país;

- financiamento e investimento nas infraestruturas;
- desenvolvimento das instituições;
- criação das capacidades de gestão da economia e liderança e;
- boa governação e o Estado de Direito (*Rule of Law*).

Estrategicamente, as prioridades do sector de infraestrutura devem incluir a informação e tecnologias de comunicação, energia, transporte, água e serviços de saúde pública de forma harmonizada.

De acordo com a END (2013), para se perseguir os objectivos traçados de forma estratégica foi determinado que o país concentrasse seus esforços nos seguintes domínios:

- a) desenvolvimento do capital humano através de acções ligadas ao processo de formação técnico-científica do cidadão, acesso aos bens alimentares em quantidade e qualidades adequadas e prestação de serviços de saúde e estabelecimento de um sistema de protecção social justo e eficaz;
- b) planificação territorial e desenvolvimento de infraestruturas através da planificação do uso racional e sustentável da terra e estabelecimento de infraestruturas de suporte à agricultura, a indústria, transporte e outros serviços, com ênfase para as tecnologias de informação e comunicação (TICs);
- c) promoção da industrialização e da competitividade económica através da maximização da adição de valor aos produtos nacionais, estabelecimento da indústria pesada e criação de um ambiente de negócios que propicie uma maior competitividade da economia.

Porém, esta estratégia valoriza um desenvolvimento assente na industrialização pretendida que seja um processo de transformação estrutural, económico e social, e não apenas a substituição do trabalho manual pelo mecanizado ou instalação de uma indústria isolada (END, 2013).



Se a condição do desenvolvimento está assente de forma estrutural, é lógico valorizar os interesses sociais a partir da comunicação dialógica. No entanto, nos países em desenvolvimento as dificuldades encontradas revelam-se fundamentais para colocar suas capacidades de produção que encontram privação pela inexistência de mecanismos de sustentação dos meios de comunicação em todos os níveis, em particular, nas zonas rurais onde a informação faz muita falta. Por isso que se percebe que enquanto os países em desenvolvimento continuarem a sustentarem suas estratégias de comunicação tendo em conta a dependência internacional, por onde o fluxo é descendente chegando nestes países já manipulada, como afirma Schramm (1976), o seu sistema vai se manter em níveis mais baixos e insipientes para responder à necessidades de construção social.

#### **7.1.3.1. Os planos estratégicos de desenvolvimento**

Vários planos e/ou estratégias para o desenvolvimento do país foram implementados pelo governo desde os de menor impacto como PPI (1978), PRE (1987), PRES (1989) até aos de maior impacto tais como END (2013), ENDE (2014), PNAC II (2012), PARPA I (2001-2005) e PARPA II (2006-2009), (PNDS, 2016), PES (2017), entre outros.

No processo de planificação, execução, monitoria, avaliação e ajustamento destes planos são usados como documentos de base planos tanto sectoriais como transversais, respeitando os acordos regionais, africanos e internacionais, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Para cada um, citamos alguns de seus objetivos indicados por Chipenembe (2004) e Meque (2013), a saber:

- PPI (1978) – com bases assentes na educação e industrialização, o objectivo era de acabar com a pobreza em 10 anos, replicando o modelo de desenvolvimento dos países socialistas. O PPI fracassou e não produziu os efeitos desejados devido a factores internos (guerra civil e as calamidades naturais cíclicas) e externos (guerra fria e a política de isolacionismo contra o regime do *apartheid* da África do Sul e, a questão de indefinição ao assumir-se como um país não alinhado o que

influenciou ao bloco do leste a proceder uma redução do apoio financeiro a Moçambique);

- PRE (1987) - reverter o declínio da produção, assegurar o nível mínimo de rendimento e o consumo das populações rurais, reduzir os desequilíbrios financeiros internos, reduzir o défice da balança de pagamentos e construir as bases para o crescimento económico, tendo como medida os cortes nas despesas públicas, outrossim, os factores internos haviam já criado efeitos nefastos que se traduzia na fome crónica e degradação das condições de vida;
- PRES (1989) - melhorar a vida da população das zonas rurais que estava degradada devido a políticas não adequadas à realidade, como o caso das aldeias comunais e as machambas Estatais;
- PARPA I (2001-2005) e PARPA II (2006-2009) - viabilizar mecanismos de sustentabilidade económica com vista a diminuir a incidência da pobreza absoluta nas camadas mais desfavorecidas;
- PNDS (2016) - promover o uso sustentável dos recursos naturais, organização da terra e gestão ambiental. O programa deverá ser acompanhado por uma política de comunicação rural que veicula conteúdos construtivos e desenvolvimentistas através dos meios de comunicação, com destaque para as rádios e televisões comunitárias, lideranças comunitárias, e autoridades administrativas locais, respeitando e valorizando a cultura e as línguas locais. Tem como agentes de desenvolvimento: os empreendedores rurais, jovens, mulheres e as lideranças locais.

O ano de 1987 foi o início de uma nova era na economia moçambicana dominada pelo neoliberalismo ocidental e capitalista que veio a definir ou colocar sisão, de forma acentuada, entre o centro e a periferia do país, condicionando cada vez mais ao aparecimento de excluídos em vários serviços sociais. De forma particular, evidencia-se que a educação e a saúde são as áreas que mais se tornaram excludentes, pois, a privatização condicionou a que as condições dos serviços do estado ficassem caóticas e insuportáveis, fazendo com que houvesse abandono destes serviços por uma parte da classe media, passando a apostar nos serviços privados.

De acordo com Abrahamsson et al. (1994), os resultados do PRES (1989) é que a liberalização destruía cada vez mais a estrutura da produção, isto é, as medidas para atingir os objetivos a curto prazo minaram as condições para se atingir o objetivo do próprio programa, tanto a curto como a longo prazo (como citado em Bata, 2006). Nota-se que do PRE para o PRES foi apenas mudança do nome sugerida pelo BM e FMI, acompanhado pelas privatizações das empresas.

Entende-se que as privatizações condicionaram a eliminação do sonho de se combater a pobreza tanto urbano assim como rural, pois, os fundos do BM não serviram para condicionar serviços melhorados no contexto moçambicano. Com a situação, observou-se o êxodo rural e, por consequência, nas cidades há maior aglomeração de pessoas à procura de melhores condições de vida, mas estas condições não foram criadas, ainda.

As estratégias de desenvolvimento (nos congressos da FRELIMO) foram definidas tendo em conta a agricultura através das aldeias comunais, consideradas como sendo o eixo fundamental da libertação do homem no campo e, por outro lado, a indústria, dinamizando os centros urbanos, fora definido como sendo o factor que norteia os destinos da independência nacional que se considera, para Machel (1977), como sendo mecanismos de proporcionar o bem-estar social, “desenvolvendo, assim, o campo e as cidades de modo equilibrado” (Machel, 1977, p. 118).

Entende-se que 90% das estratégias de desenvolvimento, incluindo seus planos, são uma réplica! Por terem sido replicados, a probabilidade de não se enquadrarem no contexto moçambicano era maior por razões óbvias como a questão da iliteracia que abundava no território. Pois, o país acabava de sair do domínio colonial que durante mais de 500 anos era submetido a escravidão e sem nenhuma hipótese de ter acesso ao ensino e, por outro lado não ter se observado as questões contextuais. Dos poucos que frequentaram o ensino, iam apenas a 4ª classe do nível elementar que apenas era uma formação para o trabalho manual como carpintaria, enfermeiros, mas em número muito reduzido.

O PARPA II distingue-se do PARPA I por incluir nas suas prioridades uma maior integração da economia nacional e o aumento da produtividade. Em particular, focaliza a atenção no desenvolvimento de base ao nível distrital, na criação de um ambiente favorável ao crescimento do sector produtivo nacional, melhoria do sistema financeiro, ao

florescimento das pequenas e médias empresas enquadradas no sector formal, e a desenvolver ambos os sistemas de arrecadação de receitas internas e de afetação dos recursos orçamentais.

As zonas rurais, lugares onde encontramos maior percentagem de jovens a viver em condições de escassez e, nalguns casos, na pobreza absoluta, os serviços da educação, saúde, água e saneamento são também escassos, não conseguindo, responder, no entanto, os desejos da comunidade como um todo. Por outro lado, estes lugares se comportam como lugares periféricos e sem luminosidade (M. Santos, 1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011) e Árabe (2003, citando Prebisch, 1949 e Arrighi, 1999) cujas condições não favorecem ao bem-estar social significativo.

As capacidades do fluxo da comunicação em todos os lugares são incomensuráveis na medida em que tornam livres ao acesso à informação, como argumenta Schramm (1976, p. 78), fazendo com que haja especialização do conhecimento em todas as esferas sociais prevendo uma tribuna para discussão, liderança e tomada de decisões. Dando maior significado aos processos de discussão, liderança e tomada de decisão, é que eles tornam propensos às comunidades na participação dos eventos sociais que conduzem a um comportamento significativo.

### **7.1.3.2. Pilares estratégicos de desenvolvimento comunitário**

#### **7.1.3.2.1. Educação**

Desde a independência, em 1975, Moçambique tem vindo a demonstrar o seu compromisso em relação à educação, adoptando estratégias de ensino gratuito até ao nível primário. O sector da educação é o que recebe a maior quota do orçamento do Estado, estimado em mais de 15% (UNICEF, 2017). Como resultado, registou-se um aumento significativo no número de ingressos no ensino primário ao longo da última década, embora a qualidade e a melhoria da aprendizagem tenham ficado estacionárias (UNICEF, 2017). O inquérito realizado pelo Banco Mundial em 2015 mostrou que, dos sete países africanos, os alunos moçambicanos eram os mais fracos (Banco Mundial, 2015, citado por UNICEF, 2017).

Durante o período de luta de libertação, a educação foi assumida como instrumento de promoção das massas e da formação de servidores do povo (Machel, 1977). Para Machel e a FRELIMO, a educação devia constituir um instrumento de promoção individual, um meio de criar uma elite de privilegiados destinada a dirigir as massas que consideravam brutas e analfabetas (Machel, 1977, p. 20).

Schramm (1976) assumiu, já em sua obra, que a educação formal, o ensino nas escolas, é ideológica, morosa para atingir a camada necessitada. Com efeito, o autor sugere que ela possa vir a ser substituída pela educação informal que não é ideológica e nem obedece a uma série de estruturas e métodos para que as pessoas possam ser inseridas dentro das políticas de educação de um país. Para o autor, isso pode ser feito na base da comunicação alternativa que é isenta a valores, ideologias, regras extrínsecas, entre outras formas de controle basicamente por impingir no indivíduo doutrinas da ética fora do seu contexto sociocultural, como é o caso da educação formal.

O Banco Mundial e outros parceiros estratégicos de Moçambique apoiaram desde sempre o sector da educação com vista a que possa ser de fácil acesso para todos pelo menos até ao ensino secundário, especialmente para os mais jovens e vulneráveis. Nesta abordagem, as regiões pouco cobertas constituem a aposta do programa com vista a que se possa condicionar educação básica nas primeiras classes, com particular destaque às crianças de sexo feminino, porém, à medida que avançam de nível, o número da rapariga reduz drasticamente (Meque, 2013, p. 75).

O plano de acção do Cairo (PAC) considera a Educação como um aspecto fundamental para o desenvolvimento sustentável (Cairo +7, 2001). A educação, associada à informação e à comunicação, é percebida como uma componente crucial para o bem-estar, por se tratar de um instrumento importante para o acesso ao conhecimento que contribui para a redução das incertezas, permitindo à população a que tenha um maior conhecimento, compreensão, compromisso público a todos os níveis, daí que foi possível a que, pelo menos nas regiões rurais houvesse uma redução significativa das taxas de analfabetismo (Cairo +7, 2001). Assim, importa referir que:

a Constituição da República e demais legislação em vigor na República de Moçambique estabelecem que a educação é um direito e dever de cada cidadão e que o Estado promove a

extensão da educação e da formação profissional contínua e a igualdade de acesso para todos cidadãos. (PNAC II, 2012, p. 20)

Entretanto, existem diferenças muito significativas em todas as dimensões do acesso à educação e aproveitamento escolar entre as zonas rurais e urbanas, sendo que as zonas rurais têm um desempenho negativo do que as zonas urbanas em todas as categorias (Nixon & Walters, 2017, p. 28). Esta diferença prende-se com o facto de as zonas rurais serem zonas com poucas condições criadas para o ensino desde a construção das escolas até aos vários outros condicionalismos que ditam o acesso à educação.

#### 7.1.3.2.2. Agricultura

A Agricultura, em Moçambique, é vista como sendo o principal objecto estratégico para a erradicação da pobreza absoluta no país, pois, cerca de 80% da população moçambicana vive na base da agricultura (INE, 2019). Constitui também a base da segurança alimentar da população, principalmente nas zonas rurais onde sua prática serve de sobrevivência. Os grandes desafios deste sector em Moçambique são: aumento da produção e produtividade; uso de tecnologias melhoradas; prevenção das calamidades naturais como a seca e as inundações; escoamento da produção (más condições de transitabilidade); acesso ao mercado de insumos e; transformação da agricultura de subsistência em agricultura virada para o mercado (CAICC, 2016).

A organização dos camponeses em comunidades rurais é essencial para o desenvolvimento da vida colectiva no campo e para a criação das condições necessárias à socialização da agricultura. A produção colectiva, porque gera excedentes comuns, é a única via que permite ao camponês moçambicano a passagem a métodos mais avançados de trabalho e à introdução da produção mecanizada e das primeiras formas de industrialização no campo (Machel, 1977).

As Aldeias Comunais, constituem assim a nossa opção na estratégia de socialização das zonas rurais. É nelas que, através da produção colectiva, se reforça o combate ideológico dos trabalhadores, permitindo um rápido crescimento da consciência revolucionária e de classe e a conseqüente libertação da sua imensa capacidade criadora. (p. 124)

Matsinhe (2011) refere que a modernização da agricultura era insustentável ao país na medida em que os técnicos vindos dos países do Leste e Nórdicos não conheciam a realidade

local e, por outro lado, utilizaram recursos tecnológicos que resultaram no empobrecimento dos solos, o que levou o país ao endividamento e dependência externa, inviabilizando, assim, o socialismo.

Na década de 2000 o Governo desenvolveu e implementou o programa da agricultura (PROAGRI) com o apoio do Banco Mundial que visava melhorar o impacto das despesas públicas no desenvolvimento de um ambiente adequado para o crescimento sustentável e equilibrado no sector rural, de forma a reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar e nutricional da população local (Meque, 2013, p. 75).

#### **7.1.3.2.3. Informação e comunicação**

Em 1997, o governo aprova a política e estratégias de informação (PEI) que viria a proporcionar um quadro legal com vista ao melhoramento da comunicação para o desenvolvimento socioeconómico e cultural do país, comprometendo-se a dar maior apoio às diferentes iniciativas públicas e privadas, para a criação de canais propícios para a comunicação social e desenvolvimento (CSD) através de um quadro legal para as estações de Rádios Comunitárias (Cairo +7, 2001).

Hoje, Moçambique tem distribuído por todo o território emissoras de rádio equipado com material suficiente para levar a informação para as comunidades que, do ponto de vista económico, servem de base para tomar e assumir alguns papéis na educação, que na visão de Schramm (1976), por ser esta do cunho político, torna-se ideológica e demorado por precisar de construção de escolas, seguindo uma orientação formal. A comunicação, por meios tecnológicos, por seu turno, é despido de ideologias e formalidades o que garante a educação de forma independente.

Sendo que, por exemplo, de um total de 128 distritos do país que servem como pólos de desenvolvimento nacional, apenas é servido por não mais de 90 RCs que procuram dar respostas à comunidade sobre os vários problemas encontrados a nível local sem que se espere da resolução formal a partir do governo distrital e mais tarde do governo central.

Isto quer dizer que, embora com a deficiência do funcionamento das RCs devido a vários factores indicados no cap. 5, principalmente da ordem da sustentabilidade, há um nível

considerado de liberdade de expressão que, de acordo com o AMB (2014), é exercido com plenitude por não sofrer interferências directas do governo, bem como por se apresentar ao comando popular.

As RCs têm estado presentes nas vilas e, em especial, nos distritos, dando cobertura das matérias e dinamizando um fluxo de mensagens e informação do nível comunitário para responder àquelas demandas rurais. mesmo tendo que, depois de condicionar a um bem, a partir das escassas informações acedidas pelos jornalistas, terem que recorrer, no fim do dia, para dar uma satisfação ao governo distrital, no caso, por exemplo, da RC de Chibuto, cujo seu funcionamento depende inteiramente do governo central, por constituir uma das rádios do ICS.

Por outro lado, tendo sido identificada a não operacionalização da vila de Itoculo desde 2018, no distrito de Monapo, a rádio local deixou de fazer abordagens de desenvolvimento local em parceria com a vila, embora o AMB (2014) esteja a mostrar que a liberdade de expressão é exercida com plenitude somente nos meios de comunicação comunitários onde o poder político não tem maior controle, a condição do jornalista local ressentido-se pelas marcas deixadas pelo socialismo, período do partido único.

Para Bauman (1989) o desejo de liberdade nasce da experiência da opressão e que em Sen (2001), é preciso que as pessoas tenham liberdades mínimas para que possam condicionar o seu desenvolvimento. Portanto, apesar de algumas adversidades, Moçambique, com o neoliberalismo, passou a ter condições mínimas para que pessoas troquem e façam circular informação.

Caracterizado por uma informação de comando apenas para fazer cumprir ordens não seria uma informação que busca ao engajamento das comunidades a participarem de forma activa. Por outro lado, observa-se uma atitude que se afasta da busca do consenso a partir da comunicação que gera uma certa forma de se comportar da comunidade como um todo. Em Weber (1973), o comportamento dos outros define os padrões de relacionamento em função de uma satisfação. É pela satisfação que as pessoas orientam o seu próprio agir/comportamento conforme expectativas semelhantes alimentadas pelos outros, conforme ordens estabelecidas.



A implementação dos modelos de desenvolvimento em Moçambique, primeiro começando pelo contexto da guerra contra o colono e, depois da independência, o governo enveredou esforços para que pudesse criar dinâmica na população através dos sistemas de informação e comunicação fazendo com que esta dinâmica seja vista como sinal positivo no contexto da luta. Para tal, houve esforços significativos para que as comunidades pudessem ter acesso à informação. Por exemplo:

beneficiando das facilidades postas à nossa disposição pela Rádio Tanzânia, Rádio Zâmbia e Rádio Cairo fizemos emissões diárias em diversas línguas que permitiram uma informação correcta ao nosso Povo (...). Contra a nossa Informação o inimigo organizou uma tremenda máquina de intoxicação. Aumentou a potência do Rádio Clube, criou a chamada *Voz de Moçambique* (grifo do autor) e a rede de emissores regionais, instalou postos de interferência contra as nossas emissões, organizou dezenas de horas diárias em línguas ditas nativas, que até então desprezavam. Imprimiu dezenas de milhões de panfletos e fez milhares de horas de voo para os espalhar. Aviões com altifalantes fizeram milhares de voo nocturno para propaganda. (Machel, 1977, p. 39)

A ideologia em vista deixa claro a consideração efusiva dos mecanismos da comunicação feita por diversos instrumentos técnicos na ideologia socialista de desenvolvimento e engajamento social da parte da FRELIMO por considerar a partilha de informação como fundamental para o desenvolvimento. Ora, enquanto a FRELIMO se apoiava dos meios de comunicação dos países vizinhos e amigos socialistas, o colono português, usando meios locais e do seu poderio para contrariar o significado das informações difundidas pela FRELIMO.

Por outro lado, houve, pela parte do colono, a necessidade de se usar as línguas locais para que as comunidades pudessem entender a mensagem difundida. Quer dizer, a guerra ideológica entre a FRELIMO e o colono tomou espaço, porém, a informação da FRELIMO triunfou por corresponder à verdade, para além de trazer elementos de que a comunidade esperava ouvir.

#### **7.1.3.2.4. Saúde**

A Constituição da República de Moçambique (CRM, 2004, 2015) consagra a todos os cidadãos o direito à assistência médica. Também assegura que todos os cidadãos gozam dos mesmos direitos, independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, local de nascimento, religião, nível de educação, posição social ou género.

O Ministério da Saúde está a dar passos concretos para a satisfação do direito à saúde. Após a independência, Moçambique aboliu o registo étnico de identificação dos doentes, para assegurar a ausência de discriminação nos centros de saúde públicos e privados. Em 2006 adoptou uma Carta dos Direitos e Obrigações dos Doentes. Este documento reafirma a importância dos direitos humanos nos serviços de saúde, e a necessidade de proteger a dignidade e a integridade humanas. Destaca a responsabilidade dos doentes na colaboração com os profissionais de saúde e no respeito do direito doutros pacientes. (Folha Informativa do País [FIP, s.d, parágrafo sétimo)

O governo tem recebido apoio de vários parceiros na implementação de programas para a recuperação e desenvolvimento do sector da Saúde olhando para três componentes principais em todo país: melhoria da prestação de serviços; desenvolvimento institucional e desenvolvimento da capacidade dos recursos humanos (Meque, 2013). No entanto, a abertura de novas unidades sanitárias não tem sido acompanhada com a formação de recursos humanos, daí que continua a registar-se a exiguidade destes recursos, sendo que os casos mais críticos são observados nas zonas rurais (Meque, 2013).

A rede sanitária expandiu-se. O número de postos de saúde aumentou quatro vezes durante os primeiros sete anos da independência (...). Foi levada a cabo uma das mais louváveis campanhas de vacinação do mundo em que todas as crianças foram beneficiadas. (Matsinhe, 2011, p. 25)

Os esforços seguidos pelo governo na saúde da comunidade tem vindo a mostrar a importância que este dá como sendo um dos factores importantes para o desenvolvimento do país, porém, há muito trabalho por ser feito. Nas cidades, onde há maior concentração de habitantes, os serviços de saúde tornam-se cada vez mais exíguos, pois, um médico acaba servindo mais de 100 pacientes por dia. Caminhando em direcção à periferia, esta situação agudiza-se, pois, há mais falta de médicos, por um lado, os serviços são cada vez mais

insuficientes, mesmo com os esforços empreendidos pelo governo na resolução dos problemas criados nesta área.

#### **7.1.4. A utopia dos pilares estratégicos de desenvolvimento comunitário**

As grandezas da educação, saúde, agricultura e, água e saneamento, são tomados como pilares estratégicos no contexto de desenvolvimento do país por condicionarem sustentabilidade e bem-estar social. Embora tenham merecido atenção nas várias estratégias e planos, não há uma indicação clara da sua distribuição a nível das zonas rurais. Outrossim, as estratégias de comunicação avançadas no contexto de desenvolvimento de Moçambique foram se tornando cada vez mais fracas na sua missão na medida em que o acesso à informação foi se tornando limitado, em particular, nas zonas rurais, onde, a disponibilidade dos meios comunitários e a informação de utilidade pública são limitadas.

Assim, entende-se que, mesmo se assumindo a comunicação a partir dos dispositivos técnicos como a rádio e, em particular destaque para as rádios comunitárias, em concreto nas zonas rurais de Moçambique, o papel dos meios vai se destacando cada vez mais na medida em que serve na difusão pública de qualquer elemento considerado chave nestas comunidades.

Pois, o que importa na comunicação é o seu valor informativo que em Rodrigues (1990) se esgota na mudança colectiva, bem como em Straubhaar e LaRose (2004, como citados em Miranda, 2007), que abordam sobre o acesso comunitário dos vários tipos de manifestação cultural. Por seu turno, Obregón (2014) fala sobre a disseminação dos valores da modernidade e da promoção do uso das novas tecnologias que condicionam à inovação. A promoção ao uso das novas tecnologias torna o centro para que a comunidade, de forma massiva, possa fazer com que os seus valores e liberdades tenham espaço no usufruto de todos serviços disponíveis e sem exclusão, conforme mostra a CRM (2004).

É neste contexto em que se assume a grande importância que se dá aos líderes comunitários locais, desde os líderes tradicionais, passando pelos curandeiros até aos religiosos, contados como sendo pessoas que servem de ligação entre as comunidades e o governo. Observa-se ainda a grande importância deste grupo quando se elabora uma estratégia de comunicação para a mudança onde são assumidos como sendo pessoas-modelo dada a sua credibilidade e capacidade para mobilizar. Um dos aspectos importantes que os

caracteriza é a sua capacidade de mobilização das massas e, por outro lado, a (inquestionabilidade das decisões tomadas que, na maior parte dos casos extrapolam a dimensão humana, isto é, pela sua capacidade de comunicar em outras dimensões na busca de soluções aos problemas da comunidade.

Isto é, a mobilização por qualquer estratégia que seja, se não passar por estes grupos têm maior probabilidade de não ter os efeitos desejados. Ora, essa credibilidade não olha a outros níveis a não ser o nível cultural, aspecto muito importante nos contextos moçambicanos que vão se definindo por cada grupo étnico.

Moçambique optou pelo caminho da socialização do campo, adotando as experiências de produção colectiva implementadas noutros países de orientação socialista, tanto africanos como de outros continentes, daí o fracasso por não considerar aspectos locais e não só. Outrossim, o fracasso das aldeias comunais não foi apenas devido a transferência forçada das populações, mas sim a existência de um problema geral, isto é, o modo como o Estado/partido foram implementados. A construção das aldeias comunais não era, na essência, uma estratégia de desenvolvimento rural, mas sim uma estratégia visando a construção de um aparelho de Estado nas zonas rurais (Geffray, 1991, como citado em Chipenembe, 2004, p. 81).

É por meio desta lógica que, em 2006, o governo de Moçambique, activa, por via de novas parcerias económicas, as aldeias comunais em novo conceito de vilas de milénio de desenvolvimento, usando a mesma lógica dos pilares de desenvolvimento (educação, saúde, agricultura, água e saneamento). Entende-se que as vilas iniciam na mesma época em que se definem os distritos como pólos de desenvolvimento a partir da criação de projectos de desenvolvimento económico nos distritos.

O país tem 128 distritos distribuídos em 10 províncias cujas diferenças entre eles referem-se não só ao crescimento económico, mas também ao tipo de planificação e à disseminação de informação. Há uma diferenciação nos distritos em termos de fluxo de informação, sendo que, uns contam com uma rádio comunitária e, outros, tomam como base a informação transmitida a nível nacional pela rádio Moçambique.

Verifica-se, por outro lado, a diferença na qualidade dos planos e na forma de realização do levantamento de dados, partindo-se, num caso, do levantamento e da análise de

problemas dos distritos para se chegar a uma solução, e noutro caso, da busca e da escolha de potencialidades produtivas de geração de rendimento e de emprego visando o desenvolvimento económico distrital na base de cada realidade.

Há uma ideia avançada por Schramm (1976) segundo a qual a informação propicia o clima para o desenvolvimento de um país, entendendo que os países desenvolvidos partiram dessa lógica e que a mesma, hoje, parece não estar a dar efeitos positivos no contexto de Moçambique porque há uma fraca valorização da comunicação. Ora, ainda segundo o mesmo autor, a partir da informação mobiliza-se o conhecimento que pode ser especializado na busca de uma resposta satisfatória e capaz de influenciar na tomada de decisões.

#### **7.1.5. O *one-way* da comunicação e suas barreiras no desenvolvimento**

Os modelos de comunicação privilegiados pelo governo no âmbito da implementação dos programas de desenvolvimento nas comunidades são na base dos meios de comunicação social, no geral. É por essa via que o governo, através do ICS implementou o sistema de rádio e televisão comunitárias para difundir informações de várias ordem nas comunidades. Isto é, a comunicação do governo para com a comunidade é feita na base dos meios de comunicação social apenas para informar, porém, não se mostra em momento algum nas suas estratégias o uso de uma comunicação dirigida, feita pelas lideranças locais que, mesmo em pequena dimensão, serve para trazer consensos.

Informar significa, neste caso, dar uma informação que apenas comunica sem permitir com que haja uma conversação entre os falantes. Percebe-se que, esta forma de dar informação à comunidade a partir dos dispositivos electrónicos, a partilha dos valores e sentimentos torna-se limitado, estando, neste caso, o governo, a usar uma comunicação de mão única (*one-way*), no entanto, que limita as relações com a comunidade.

A comunicação de mão única ou descendente caracteriza-se por não ser humanista, como nos sugere Mefalopulos (2008). Não cria condições para um debate em torno de um assunto que, neste caso concreto, o governo pretende partilhar de modo a que se ache uma solução que vai de encontro com as questões culturais da comunidade onde a informação é dada.

Weber (1973) menciona duas acções que se entendem como sendo pressupostos comunicativos a partir dos quais a comunidade se associa ou não a uma causa. Trata-se da

acção voluntária e a involuntária, que para ele se revelam importantes dentro de uma comunidade, seja ela rural ou urbana na medida em que servem de base para que pessoas se integrem nos grupos. Designada por ele *agir em comunidade* (grifo do autor), aponta que a acção voluntária guia-se por uma lógica para alcançar um objectivo pré-definido.

A predefinição de um objectivo ajuda a que o emissor da mensagem faça a sua codificação a partir de elementos que o auxiliem a ter resultados positivos perante o que determina como sendo benéfico para os dois lados. Há muita probabilidade de o comportamento dos integrantes do grupo, como nos ilustra (Weber, 1973), ter a tendência de ser equilibrado para responder a uma necessidade, pois, de acordo com o autor, nos integramos a um grupo para respondermos algo do nosso interesse e que os outros nos aceitam para que possam responder aos deles. É um processo de troca que se caracteriza pelo benefício mútuo.

Durante a vigência do socialismo, o Presidente S. Machel usava comícios populares para transmitir informações à comunidade, onde esta era obrigada a participar. Com esta forma de difundir mensagens, havia a obrigatoriedade de as pessoas deixarem as suas tarefas para se fazerem presentes e escutar o presidente a falar. Os que se encontravam mais distantes eram reunidos ou se concentravam em lugares estratégicos e ouviam o Presidente via rádio (emissão nacional ou rádios comunitárias, na base de altifalantes).

As presidências abertas do Presidente Guebuza (2004-2009 e 2010-2015) obedeceram a mesma lógica, porém, neste, a coação passou a ser individual na medida em que o presidente dava espaço para que a comunidade desse suas opiniões tanto sobre a sua governação bem como para apresentarem os problemas locais, o que abriu espaço para o diálogo, porém, de menor impacto, pois, esses diálogos tinham lugar apenas uma vez ao ano.

Os comícios populares são vistos como sendo falas estratégicas na medida em que o receptor se torna passivo nesse processo. Por outro lado, e fazendo uma analogia com o pensamento de Habermas (1989b), estes comícios podem ser equiparadas à media, pois, sua atitude tende a se posicionar como uma acção estratégica perante o receptor, pois, o interlocutor é tomado como sendo objecto na relação comunicativa (daí a dominação).

Este acto do Presidente S. Machel fica fora do domínio do acto comunicativo clássico considerado por Habermas (2003), pois, para este autor, o acto comunicativo pressupõe a

criação de relações interpessoais que se fundam pela capacidade do interlocutor conseguir ser compreendido pelos outros sobre o que ele pretende, seja para uma acção em concreto, para uma tomada de decisão, entre outros aspectos.

Outrossim, entende-se o uso da racionalidade da linguagem que deve ser orientado em busca da compreensão como sendo aquele dependente do acto de fala cuja capacidade comunicativa seja suficientemente compreensível e aceitável para ter sucesso, tomando em consideração que partilhamos uma mensagem com objectivo de sermos compreendidos e que nossas expectativas sejam satisfeitas pela acção do destinatário.

O modelo de desenvolvimento neoliberal tem trazido consequências drásticas no contexto dos países em desenvolvimento, pois, nestes, o empenho de os governos dirigirem o Estado na base do interesse público tornou-se irrelevante por ter trazido corrupção, considerada uma disfunção do funcionamento das instituições democráticas. A corrupção é considerada “como uma das anomalias do funcionamento das democracias, sobretudo por representar práticas negativas dos servidores públicos, quebrando a confiança pública” (Nhanale, 2017: 73).

O exemplo disso podemos citar os contextos da corrupção no mundo indicados por Heywood (1997, citado por Nhanale, 2017) como sendo uma acção que afecta todo mundo, incluindo países mais desenvolvidos como Inglaterra e EUA cujos impactos são diversificados, chegando-se à conclusão de que nenhum país é imune à corrupção. Nos países em desenvolvimento como Moçambique seus impactos são negativos, minando seu progresso rápido.

Entende-se que nos modelos de desenvolvimento adotados a estratégia de comunicação obedecia ao modelo monológico (Kunsch, 2006) na medida em que serve apenas para difundir ideias tratando-se de uma comunicação que é feita na base de imprensa. Por outro lado, entende-se como sendo a que informa (Pasquali, 2003), mas também para persuadir (Mefalopulos (2008), deixando de ser humanista, o que dificulta a criação de relações e, conseqüentemente, a compreensão e uma acção conjunta que tem vista a busca de um resultado comum.

Dois actores no processo comunicativo buscam respostas sobre um determinado evento social que pode afetar suas aspirações nesse contexto comunicativo, influenciando

suas visões que eles do mundo. Ora, Habermas (1984) aponta que na maior parte das vezes, as necessidades comunitárias são obrigatoriamente satisfeitas pelas realizações a que cada membro integrante é levado a uma acção interpretativa das acções da comunidade como um todo.

Habermas (1989b), defende dois tipos de acção social que, segundo ele, representam uma alternativa a partir da perspectiva do agente; os participantes da interação, mesmo que intuitivamente, têm que escolher entre uma atitude orientada para o sucesso ou uma atitude orientada para a compreensão. Tanto uma assim como outra forma, tem em vista condicionar o bem-estar social.

As duas atitudes de orientação, consideradas como sendo dois tipos de acção social, sugerem-nos um movimento através do qual a comunidade deve se orientar como forma de estabelecer contactos sociais de forma sinérgica. Embora Habermas (1989b) argumente que tanto a atitude orientada para o sucesso assim como a orientada para a compreensão são acções que envolvem intervenções no mundo objectivo que deságua no campo real da vida.

Porém, partindo da ideia de que só a comunicação se torna efectiva como fundamento para o bem-estar social e, conseqüentemente, para o desenvolvimento, a atitude orientada para a compreensão é que parece ser a mais eloquente no desenvolvimento sustentável, pelas características que Habermas apresenta. Logo, as estratégias de comunicação devem ser dinâmicas e serem capazes de atingir as pessoas que são visadas pelas estratégias de desenvolvimento.

O implementador dos projectos de desenvolvimento em Moçambique tem estado a ignorar as reais necessidades do beneficiário, pois, a maioria destes projectos, com particular destaque nas aldeias comunais e, posteriormente, vilas do milénio de desenvolvimento, não toma aspectos da sociedade como por exemplo, seus contextos socioeconómicos e culturais, de modo a que esta sinta como se fosse parte integrante.

A participação da comunidade na implementação dos projectos é vital, para a comunidade, de um lado e, para o projecto, do outro, na medida em que os dois tenham benefício mútuo. Introduzimos certos aspectos sem que sejam do domínio da comunidade. É como se a comunidade interessada não existisse e que depois de se implementar os projectos



fôssemos buscar uma comunidade que vai encaixar no modelo ou no plano de desenvolvimento proposto.



## **CAPÍTULO VIII**

### **8. A COOPERAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DAS VILAS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO**

#### **8.1. As dinâmicas do Centro de Investigação e a Transferência de Tecnologia**

O desenvolvimento nos países do terceiro mundo tem estado a conhecer várias alterações de acordo com cada contexto. Particularmente em Moçambique que, em termos históricos remonta ao período de luta colonial, conforme se refere o relatório do Centro de Investigação e a Transferência de Tecnologia (CITT, 2014) ao abordar sobre a vida comunitária no contexto dos aldeamentos introduzidos no período colonial, mesma política incentivada nas comunidades depois da independência, com particular destaque para o terceiro congresso da FRELIMO em 1977, a partir do qual as comunidades deviam socializar-se como forma a poder a aumentar a produção.

Neste contexto, a introdução das vilas do desenvolvimento do milénio como substituição das práticas e modos de produção tradicionais mostrou-se pertinente pelo facto de as aldeias comunais não terem observado sucesso desejado em algumas aldeias. Para continuar a condicionar o desenvolvimento nas comunidades rurais, inicia-se a política ‘vilas do milénio’ cuja ideologia nos remete aos princípios das aldeias comunais, na visão de que o “distrito é o polo de desenvolvimento”, embora em algumas vilas o conceito introduzido sobre as aldeias foi rejeitado.

Das vilas implementadas em Moçambique, seis delas são orientadas pelos objectivos do desenvolvimento do milénio. Uma nota breve a ser considerada é pelo facto de as vilas implementadas, a partir de 2006, sendo a vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto a primeira não ter sido tomada em conta como forma de analisar os impactos sustentáveis das acções desenvolvidas a nível das comunidades. Mesmo assim, o programa vilas do milénio foi implementando outras a nível nacional.

Portanto, a introdução da sétima vila em 2014, esta passa a ser:

vila sustentável porque ehh, as outras vilas do milénio foram desenhadas no âmbito de um programa nacional que se enquadrava nos objectivos do desenvolvimento do milénio. E depois, com o fim ou com a alteração da designação, redefinição dos objectivos de

desenvolvimento foram chamados de objectivos de desenvolvimento sustentável e, por força disso migrou-se o conceito de vila do milénio para vila sustentável. (Ivone Muocha, Directora Adjunta do CITT, em entrevista a 10 de Fevereiro de 2021)

O novo conceito de vila sustentável resulta de um estudo de base que tinha em vista avaliar outras formas de relacionamento entre as vilas e a comunidade tomando em conta que nas outras vilas a comunidade esteve à margem da definição dos objectivos destas vilas. Entretanto, abandonou-se o conceito desenhado no âmbito dos objectivos do desenvolvimento do milénio pelo facto de não se observar sustentabilidade e com dificuldades de o governo cumprir os planos.

Uma vila que se considera sustentável possibilita a geração de rendimentos, como era de se esperar das vilas no contexto dos ODMs. Neste caso, mesmo considerando-se a alteração dos objectivos, os pilares norteadores em todas as vilas “são os mesmos que são agricultura, educação, saúde, água e saneamento e infraestruturas.... Foram desenhados para todas as vilas, ... mas o que acontece é que há comunidades que uma e outra, eh, um e outro pilar tem mais força” (Ivone Muocha, em entrevista a 10 de Fevereiro de 2021).

A questão a se pode levantar é a que se deve esta força dos pilares? Poderia estar relacionado com os contextos? Isto porque cada comunidade procura responder aos objectivos pela influência dos contextos, por exemplo, em comunidades onde a questão da água e saneamento do meio foi sempre problemática, ao se incrementar novas formas de tornar a água potável na base de meios/condições locais, a comunidade toma enfoque a todos os aspectos que dão vantagem ao processo, passando esta a usar das condições oferecidas localmente para resolver problemas emergentes.

É a esta posição ou definição que o CITT deve procurar apostar na comunidade como forma de criar, na base do conhecimento e meios locais, mecanismos sustentáveis na busca de soluções a todos os aspectos desafiantes.

Percebe-se, assim, que em algumas regiões foi dada prioridade a “construção de escolas que é para apoiar a comunidade a desenvolver a componente da educação, construção de centros de saúde para ajudar a comunidade a melhorar a sua qualidade de vida em termos de saúde” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021). Assume-se serem áreas que, para além de serem prioritárias, são consideradas mais sensíveis. Isto é, a saúde e a educação, nos

contextos moçambicanos, têm sido sectores mais problemáticos e que colocam inércia ao desenvolvimento nacional.

É neste contexto em que Schramm (1976) e Bolaño (2000, 2008), abordam a necessidade de a educação ser substituída pela comunicação que não respeita modelos rígidos da política para atingir as comunidades no processo de passagem do conhecimento.

O financiamento externo à introdução das vilas do milénio tinha em vista dar início ao investimento nas comunidades como forma de, após um período, elas condicionassem sustentabilidade de forma local. Porém, esta questão:

foi um pouco descurado durante o tempo da implementação do projecto. Então, os projectos, nalgumas vilas acabaram e as actividades também reduziram, embora ... haja membros da comunidade que ... tenham melhorado a sua qualidade de vida, nós já não podemos ter, o exacto controlo de quem, onde estão as pessoas, quem são as pessoas que melhoraram, por quê, porque durante o processo de implementação do projecto não houve o cuidado de se garantir, de se estudar os mecanismos de garantir a sustentabilidade das iniciativas no final do projecto. (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021)

A falta de mapeamento dos beneficiários no âmbito do desenvolvimento local influenciou a que os que tiveram apoio na introdução de negócios ou desenvolvimento de actividades rentáveis pela vila não fossem encontradas, pois, o mapeamento a nível local foi fraco. E por que isto acontece? O estudo de base feito não foi capaz de mapear os lugares com mais necessidades e, com base nisso, o CITT concentrou suas atenções nesses lugares? Portanto, “o estudo de base que foi feito para as vilas do milénio foi igual, foi o mesmo com a mesma abordagem assumindo que, porque o conceito de vila do milénio é um conceito de desenvolvimento comunitário integrado” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021).

Um dos problemas é o facto de o CITT assumir que os lugares são iguais. Assumir que as pessoas entendem e/ou reagem aos estímulos das mensagens recebidas da mesma forma. O estudo de base é entendido como sendo o que trouxe respostas erradas (ou certas, mas aplicadas de forma errada), assumindo a diferença dos contextos.

É importante, na comunicação com as comunidades, valorizar os contextos onde elas se encontram, pois, no caso concreto de Moçambique onde as diversidades linguísticas são determinantes na busca de resposta sobre a forma como uma comunidade pensa e/ou entende

um determinado aspecto para, com base nisso, determinar-se uma forma de actuação de modo a que as respostas sejam significativas e que orientem as acções subsequentes.

Durante a implementação do projecto não houve participação da comunidade que pudesse influenciar a ideologia da vila de forma a poder fazer intervenção dentro dos parâmetros definidos. A falta de integração da comunidade como forma de fazê-la assumir o empreendimento alocado como sua é pelo facto de, no caso do sistema de irrigação, não ser usado em pleno, pois, uma parte da comunidade ainda usa instrumentos rudimentares como caso de baldes para buscar água para irrigar os campos.

O contexto da definição dos programas de desenvolvimento em função dos pilares do governo foi influenciado por aspectos de ordem socioeconómica que condicionam ao bem-estar social e definem os padrões de comportamentos das comunidades. Estes aspectos, embora implementados sem a observância das necessidades reais da comunidade, procuraram, de forma integrada, responder aos problemas possíveis na medida em que as acções comunitárias se interligam.

A percepção do CITT e do governo é de que “ninguém pode comer sem poder ir ao hospital, ninguém pode ir ao hospital sem poder ir à escola.... Tudo isto foi resultado de estudo de base que foi feito e se decidiu quais eram as áreas de intervenção” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021). Uma das vantagens do projecto é olhar para o desenvolvimento de forma integrada na medida em que o desenvolvimento de um grupo ou sector implica e/ou é influenciado por outros, criando-se um ciclo de vida de forma sustentável. Portanto, considera-se acertada, em termos de posicionamento do CITT, a estratégia de busca de relacionamento entre os sectores cuja combinação ajuda na construção dos pactos sociais.

Aliando ao uso da ciência, em conformidade com os avanços tecnológicos que o mundo vai observando, o CITT condicionou espaços de partilha deste conhecimento como forma de colocar a comunidade a “saber da existência das tecnologias da informação e comunicação e saberem como é que são utilizadas” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021). O entendimento é de que o CITT apenas limitou-se em partilhar conhecimento referente à existência de uma tecnologia e não criou condições para que a comunidade, na base das condições criadas de forma local, possa caminhar, de forma gradual, na resolução dos problemas locais.

Um dos argumentos de Neves (2009) é de que uma das condições para que se elimine a diferenciação centro-periferia é os governos criarem condições para que o conhecimento e tecnologia possam circular de forma livre e, a comunidade assumi-la como algo que constrói e define os contextos que a circunda.

Esta forma de adaptação tecnológica condiciona ao bom uso dos mecanismos comunicacionais. Com que então, a comunicação organizacional, sendo o centro das definições das relações comunidade-instituição, não deve ser vista e assumida a partir de:

ofícios e partilha de informação, através de relatórios com o governo do distrito. Mas para cada vila do milénio, tem aquilo que é chamado comité de desenvolvimento local.... Através deste comité nós conseguimos chegar nas comunidades e as comunidades chegarem a nós por quê, porque o comité de desenvolvimento local é como se fosse alguém que estivesse no meio entre o CITT e a comunidade. (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021).

Ora, apenas em Chibuto foi identificado um membro que fez parte do referido comité. A existência de comités que funcionam como espécie de mediadores das relações entre o CITT e a comunidade tem de justificar eficácia no relacionamento. Esta comunicação pode ser considerada eficiente na medida em que privilegia proximidade entre os intervenientes. Porém, uma das desvantagens é o CITT não se aproximar de forma directa à comunidade para que, num gesto mais justo possa, de forma particular, compreender o percurso dos processos e, nessa base, avaliar o empenho da comunidade na aceitação ou não desses processos, assumindo que as comunidades rurais são eminentemente analfabetas.

A comunicação na base de ofícios e outros mecanismos a ela referidos, considera-se de mão-única pela forma como o CITT procede para informar a comunidade. Esta forma de atuação institucional, de acordo com Mefalopulos (2008), não cria pactos sociais, na medida em que não procura dialogar com as comunidades como forma de equilibrar as necessidades da comunidade. É facto que, por outro lado, a instituição quando se comunica visa atingir seus objectivos estratégicos, o que dificilmente, nesta condição se atinge.

Uma comunicação oral determinada como sendo eficiente pelo CITT é que ela tem a capacidade de penetrar na comunidade e influenciar nas atitudes e comportamentos das pessoas. Por outro lado, pode ser considerada a que valoriza os participantes da comunicação na medida em que se busca criar relacionamentos, reconhecida em Habermas (1989b) como

legítima, através da comunhão de ideias. Neste processo há uma maior probabilidade de o emissor da mensagem servir-se da empatia para ajudar o receptor a compreender um determinado facto/assunto.

Os projectos das vilas do milénio de desenvolvimento foram implementados em parceria com algumas instituições que fazem consórcio de forma estratégica com o governo cujo período era de cinco anos. Findo os cinco anos, cada vila deve ter amealhado requisitos próprios para que possa dar continuidade dentro das suas capacidades internas. Isto é, finda a intervenção do CITT e parceiros estratégicos, as vilas deviam ter criado espaços, para que, na base do aprendizado deixado pelo programa vilas do milénio, se crie sustentabilidade olhando aos recursos e capacidades locais.

Sucedem que a implementação das vilas, pela falta de comunicação sobre todos os processos, a informação de que a vila seria controlada e sustentada dentro das condições da comunidade sobre a monitoria do CITT não foi clara. Assim, a comunidade não foi capaz de abrir espaços de modo a que depois de cinco anos, ela pudesse assumir os destinos da vila e, dentro das condições possíveis, poder levar a cabo as actividades.

Portanto, o fim da comparticipação dos parceiros não seria necessariamente o fim da vila porque ela deve continuar mas “não com a mesma dinâmica porque a dinâmica inicial era dinâmica de um financiador externo que tinha prazos e metas por cumprir” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021). Entende-se que o financiador assumiu a implementação e gestão das actividades excluindo a comparticipação da comunidade, o que gerou insatisfação, particularmente do lado da comunidade.

É importante notar que a responsabilidade de dinamizar a vila foi plenamente deixada aos critérios externos (CITT e financiadores), ficando a comunidade apenas como passiva. Esta passividade reflecte-se de forma negativa nos últimos dias, pois, há diminuição das actividades que geram muitos rendimentos na comunidade. A comunidade ainda não se enquadrou dentro da nova forma de ser/estar, isto é, sem os financiadores. Ou porque pode-se considerar ter havido um retrocesso no desenvolvimento, pois, havia sido criada uma dinâmica socioeconómica sustentável pelas várias acções desenvolvidas a nível local.

É importante considerar que para cada distrito (no caso das vilas do milénio), olhando para as características de forma particular, percebe-se que foi importante definir-se um tipo



de estratégia que consistia no reforço ou concentração das actividades do CITT em sectores onde cada um reflectia-se da melhor e com maior facilidade. A exemplo de Itoculo que se concentrou na produção de sementes diversas e, hoje, os resultados ainda são visíveis. Em Chibuto, as actividades agrícolas são as dominantes.

O desenvolvimento dos distritos continua relativo mesmo depois da intervenção do CITT através das vilas do milénio. Porém, importa considerar que houve mudança de comportamento na maioria da comunidade na medida em que as pessoas conseguem identificar, para além da agricultura, uma actividade que possa ser sustentável para a família. A forma como a comunidade entende a actividade agrícola hoje é diferente da forma como entendia antes da intervenção da vila.

Pois, antes das práticas trazidas pela vila a comunidade ia:

à machamba, mesmo quando não é período de produção intenso, a pessoa sempre ia a machamba, principalmente as mulheres. Agora elas têm uma outra fonte, têm uma outra saída. Há mulheres que no período de de de na época agrícola, passam o tempo na machamba, mas quando a época agrícola sessa, elas ficam produzir frangos porque assim elas elas tem uma alternativa de trabalho, não é obrigatório que a pessoa vá todos os dias na machamba, tem uma outra saída. (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021)

Um dos ganhos das vilas do milénio e do qual possa se orgulhar é pelo facto de ter conseguido condicionar um bem-estar a partir das actividades desenvolvidas. É importante notar que “há comunidades que não tinham nenhuma fonte de renda, mas passaram a ter uma fonte de renda com base no aprendizado que tiveram das vilas do milénio” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021).

O projecto vilas do milénio tinha como política introduzir às comunidades diversos mecanismos de produção de renda familiar, porém, houve quem não aproveitou desta abertura do governo por não ter conseguido um aprendizado como era de se esperar, mas para aqueles que tiveram interesse foi possível condicionar uma melhoria. Acontece que este projecto não foi comunicativo, provavelmente a fraca integração com a comunidade, não foi percebida a ideologia em causa pelo facto de o projecto ter-se fechado.

Os ganhos são vistos como sendo a experiência adquirida na implementação das vilas, daí observar-se que a estratégia de actuação das vilas do milénio não é sustentável do

ponto de vista tanto económico como social. Social na medida em que as dinâmicas do projecto não envolviam a toda a comunidade, isto é, era um projecto aparentemente excludente. E, económico porque com a nova visão das vilas, há uma abertura para que a comunidade defina estratégias de actuação com vista a ter benefícios.

O problema das vilas do milénio prende-se com a falta de sustentabilidade em termos de acções levadas a cabo em todos os sectores o que dificulta a prontidão comunitária em assumir algumas tarefas. Isto é, com a descontinuidade dos projectos, observou-se que os gestores das vilas em todos os distritos estudados, abandonaram pelo facto de não vislumbrar condicionalismos de continuidade das actividades nos moldes anteriores.

Neste contexto, entende-se que “a comunidade tem que poder ficar a fazer aquele trabalho mesmo quando já não tivermos recursos do de financiadores externos ou do orçamento do Estado” (Ivone Muocha, 10 de Fevereiro de 2021). Portanto, uma ideia de uma vila cujos pés estão assentes na comunidade e não nos financiadores ou governo. Pois, tanto o governo assim como os financiadores têm seu tempo de vida, isto é, a mudança do governo pode implicar na mudança de política e estratégias de desenvolvimento. O exemplo disso, pode-se citar o projecto ‘sete milhões’ que vigorou no período do governo do presidente Guebuza, mas que hoje está descontinuado. Com o projecto assente na comunidade, a sua existência depende da forma como a comunidade a assume.

O CITT, na qualidade de instituição que fomenta o uso da técnica e da ciência, nos lugares por onde passa, procura influenciar as comunidades ao uso da ciência na combinação com o conhecimento local como uma metodologia de alcançar os ganhos significativos na sua missão. Porém, há uma dificuldade de elevar-se os níveis de comunicação a nível interministerial e/ou em outros sectores como forma de perspectivar-se a melhoria dos destinos dados aos fundos alocados nos diversos sectores para que se responda aos objectivos de desenvolvimento do milénio.

Um dos ganhos do CITT a que se pode fazer menção é o facto de ter aprendido sobre a necessidade de sustentabilidade dentro da comunidade em função das actividades desenvolvidas, olhando os contextos de forma particular. Por outro lado, foi possível chamar para esse efeito, o conjunto de material e instrumentos tecnológicos trazidos no âmbito da implementação das vilas, tomando como modelo a vila de Molumbo. Por exemplo, em todas

as vilas foi possível, o governo e parceiros, através do CITT, condicionar recursos, a exemplo dos meios de transporte, sistemas de irrigação, instalação de centros de tecnologia, entre outros, de modo a que a comunidade possa criar um ciclo de sustentabilidade.

Portanto, é possível ver as marcas deixadas pelas vilas em quase todas as vilas a partir da mudança de comportamento da comunidade pela forma como esta entende as actividades, a exemplo da agricultura. Trouxeram uma outra visão sobre produção e desenvolvimento na configuração dos processos condicionando um bem-estar social através das várias acções incentivadas pelo CITT, antes não desenvolvidas por falta de impulso.

É neste contexto em que se entende o papel da comunicação na gestão e monitoria dos projectos implementados nas comunidades. Em comunidades rurais, por exemplo, onde os reflexos do passado ainda se fazem sentir, como o caso da ideologia socialista e, em especial, a política das aldeias comunais onde os moldes de produção eram comunitários.

## **8.2. A cooperação e as estratégias de implementação das vilas do milénio de desenvolvimento**

A cooperação pode ser entendida de uma forma genérica como sendo uma modalidade de relação entre países que perseguem um benefício mútuo (Diaz, 2018). “Dessa forma, os atores executam um tipo de cooperação de acordo com sua posição no sistema internacional e com os seus objetivos políticos. Nesse sentido, os países desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD), executam a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA – *Official Development Assistance*)” (Diaz, 2018, p. 48). O autor indica que os países em desenvolvimento como Brasil trabalham com a cooperação sul-sul ou cooperação técnica entre países em desenvolvimento.

Segundo Diaz (2018) Moçambique usa dois modelos de cooperação: a ajuda oficial ao desenvolvimento e a cooperação técnica. Sotillo (2011, como citado em Diaz, 2018) assume que a cooperação se reproduz por razões objectivas de incapacidade de superar individualmente certos problemas e por razões subjectivas, como valores compartilhados ou história comum como, por exemplo, uma situação do passado colonial. Neste contexto entende-se como sendo uma das razões subjectivas a pobreza generalizada em Moçambique condicionado por vários factores.

Para Diaz (2018) há uma dificuldade de os países em vias de desenvolvimento, neste caso, países receptores da ajuda, absorverem os recursos e apropriarem-se dos “benefícios mútuos”, porque muitas vezes os doadores ignoram processos já implementados no país (grifo do autor). Ignorar processos tem que ver com o posicionamento do país que oferece ajuda na medida em que a ajuda oferecida não visa condicionar a transformação ao beneficiário.

Ayllón (2011, como citado em Diaz, 2018) entende que a ODA não está relacionada à lógica do desenvolvimento do outro, mas a questões de estratégia política. A tragédia da cooperação, neste caso, é estar vinculada ao interesse nacional e o modelo de desenvolvimento promovido pelo ODA, centrado no mercado e limitado ao crescimento do PIB per capita, que é o principal critério de alocação de recursos para os países receptores do CAD, ignorando as desigualdades na distribuição desses recursos.

Por sua vez, Riddell (2007), assume que a cooperação tem mais interesses comerciais e políticos do que desenvolvimentista e humanitários, porém, considera-se uma cooperação verdadeira a cooperação sul-sul, assumida como sendo processo de interação económica, social, comercial ou de outra natureza, que se estabelece (idealmente) com vantagens mútuas entre parceiros, localizados no hemisfério sul. verticalidade significa sul-sul (como citado em Diaz, 2018).

A resolução 34-2010 aprova a política de cooperação internacional e a estratégia de sua implementação em Moçambique. É neste contexto em que o país passa a se filiar a várias organizações de desenvolvimento a nível mundial tais como as Nações Unidas, SADC, FAO, OMS, UNESCO, PMA, FMI, Banco Mundial, PNUD, entre outras, que têm prestado ajuda em vários domínios. Portanto, cada sector de cooperação está integrado ao Ministério específico.

Para o presente caso entenda-se o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESTP) como sendo o ministério de referência para a cooperação ao uso da tecnologia em Moçambique, domínio essencial que é entendida como sendo o fundamental para alavancar desenvolvimento em países como Moçambique. Neste caso, o MCTESTP coordena com os organismos de cooperação no financiamento e sustentabilidade de recursos que condicionam o uso da ciência em regiões onde a técnica é

remota como forma de incentivar as comunidades a buscar mecanismos sustentáveis para criar o bem-estar local.

As experiências positivas destas vilas devem inspirar-nos na sua implementação e os aspectos negativos devem fornecer lições para um seu melhor desempenho”, (Nhambiu<sup>72</sup>, in AIM, 2015). De acordo com o AIM (2015), o projecto enquadra-se nos esforços que o executivo tem empreendido para melhorar as condições de vida das comunidades a partir do uso de abordagens de investigação, transferência de tecnologias e inovações, a que entendemos como um conjunto de acções que visa dar suporte às comunidades rurais onde 78% da população vive de agricultura de subsistência cujo sector representa 25% do PIB (INE, 2019).

Neste contexto, foram parceiros na implementação das vilas do desenvolvimento de milénio em estudo as seguintes instituições:

- Hidroeléctrica da Cahora-Bassa (HCB) – empresa pública de geração de corrente eléctrica;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – agência de cooperação;
- Embaixada do Japão (cooperação entre países).

### **8.2.1. Hidroeléctrica da Cahora Bassa**

A Hidroeléctrica de Cahora-Bassa (S. A.), é uma empresa pública de produção de corrente eléctrica. Possui um mandato de explorar o aproveitamento hidro-energético da Barragem de Cahora-Bassa desde 23 de Junho de 1975. Com a concretização da primeira fase desta oferta pública de venda (OPV), em 2019, que consistiu na venda de 4% das acções, o Estado moçambicano passou a deter 85% do capital social, a REN 7,5%, os cidadãos, empresas e instituições moçambicanos 4% e a sociedade HCB 3,5% de acções próprias, prevendo-se a venda destas pela HCB em data ainda por determinar. A reversão, ocorrida em 27 de Novembro de 2007, propiciou a implementação de uma nova visão da Empresa que procurou conjugar os elementos que reproduzam as aspirações da sociedade em

---

<sup>72</sup> Ministro do MCTESTP, Jorge Nhambiu, em entrevista à agência de informação de Moçambique (AIM, 2015). Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Projectos-de-desenvolvimento-comunitario-devem-ser-auto-sustentaveis> Acesso: 21 de Setembro de 2020

relação a HCB, e pode exigir, que seja o papel da Hidroeléctrica de Cahora Bassa como um dos mais importantes agentes económicos de desenvolvimento nacionais e impulsionadores da matriz energética nacional e regional<sup>73</sup>.

A Hidroeléctrica de Cahora Bassa (HCB) é o mais proeminente empreendimento de geração de energia hidroeléctrica em Moçambique criada pelo governo de Portugal em 1975. Reverteu 85% das suas acções ao estado moçambicano em 2007, no primeiro mandato do Presidente Guebuza e, hoje assume-se como sendo um dos maiores contribuintes do crescimento e desenvolvimento socioeconómico do país, primando pela lógica de sustentabilidade e responsabilidade social<sup>74</sup>.

Um dos pilares da HCB referenciados no site institucional prende-se com a “maximização do crescimento financeiro contínuo e sustentável, dando prioridade a oportunidades de negócios viáveis que compreendam os requisitos técnicos, económicos e financeiros”. É nesta lógica que ela dinamiza esforços, a partir da sua responsabilidade social, que criou um pacote de apoio a projectos de desenvolvimento comunitário, apoiando o governo a dinamizar as vilas de desenvolvimento de milénio.

Como política, a HCB considera sustentabilidade como sendo um dos seus princípios ajudando o governo na educação, saúde e saneamento, entre outras áreas consideradas importantes, porém, estas são as priorizadas pelo governo nas vilas do milénio.

### **8.2.2. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é parte integrante das Nações Unidas que lidera a rede global de desenvolvimento e tem como principal vocação o combate à pobreza e Desenvolvimento Humano tendo como foco três áreas: saúde, educação e renda (PNUD, 2015)<sup>75</sup>.

O PNUD tem estado a cooperar com o governo moçambicano desde o período da independência procurando diminuir os problemas do mal-estar causado pelo advento da pós-

---

<sup>73</sup> <https://www.hcb.co.mz/pt-pt/sobre-nos/> Acesso: 20 de Setembro de 2020.

<sup>74</sup> <https://www.hcb.co.mz/pt-pt/> acesso: 05 de Outubro de 2020.

<sup>75</sup> <https://www.google.com/search?q=PNUD&oq=PNUD&aqs=chrome..69i57j0l5.3606j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> acesso: 05 de Outubro de 2020;

modernidade que condiciona ao aparecimento dos negados na sociedade que, segundo Bauman (1998) se tornaram refugio da organização do Estado. Ao que se entende, o Estado moçambicano foi condicionando ao aparecimento de pessoas com condutas e comportamentos diversificados, semelhantemente aos outros países do mundo, porém, influenciado pelo socialismo que aparentemente ainda vigora em outros moldes e de forma amenizada.

As pessoas são diferentes, dá a entender o projeto liberal, mas são diferentes por causa da diversidade das tradições locais e particularísticas em que elas crescem e amadurecem. São produtos da educação, criaturas da cultura e, por isso, flexíveis e dóceis de serem reformadas. (Bauman, 1998, p. 29)

Neste processo da educação que, por seu turno, facilita a modificação das pessoas torna evidente a necessidade de deixar as pessoas a criarem e a condicionarem seus ambientes para desenvolverem suas habilidades nas conquistas sociais.

É neste contexto em que o PNUD contempla varias acções de modo a que as pessoas, no meio a diversidade das tradições e costumes, possam ter uma abertura para buscar uma satisfação plena. A criação das vilas, como um dos suportes de desenvolvimento pelo governo de Moçambique é visto como sendo uma das formas de diminuir o que Bauman (1998) chama de “exército de reserva da mão-de-obra”, pese embora considerarmos os argumentos do autor ao afirmar que maior parte da população nos países provavelmente nunca reingressará na produção.

Assim, a agência considera as vilas de milénio um sucesso, pois, no seu site mostra que a agricultura, educação e saúde, são as três áreas fundamentais que têm mostrado resultados positivos. Estas actividades:

são de especial atenção nas vilas do Milénio. E é ai onde se concentra as maiores intervenções. Até aqui verifica-se que este programa é um sucesso. Não há dúvidas nenhuma. Vilas do Milénio estão a significar melhor saúde, produção agrícola, menos fome, melhor educação. Isso é visível. Temos feito visitas de monitoria. Vamos a esses sítios, alguns deles, até certo ponto, remotos. Uma pessoa vê quando está a atravessar uma

zona que não tem vilas de Milénio e quando chega a uma vila de Milénio. Vê-se o dinamismo que existe. (PNUD, 2012, parágrafo quinto)<sup>76</sup>

Há uma percepção desmedida sobre o comportamento das vilas nos locais onde elas foram implementadas, pois, as comunidades ressentem-se do impacto negativo destas vilas na medida em que não se observam as suas actividades. Na pesquisa de dissertação de Nguenha (2013), intitulado “comunicação para o desenvolvimento em Moçambique, no caso da vila de milénio de Chibuto” a comunidade chibutense mostrou um certo descontentamento pelo serviço fornecido pelas vilas desde os serviços de água e saneamento, incluído saúde, educação e agricultura.

Portanto, de uma forma particular, as comunidades reclamam da falta de dinamismo das vilas por não conseguir mover as pessoas ao trabalho, como era previsto. No entanto, em muitos casos, dentro das comunidades, observou-se o desconhecimento não só da existência da vila pelas comunidades mas também não se saber o que ela faz na comunidade.

### **8.2.3. Embaixada do Japão**

A Embaixada do Japão em Moçambique vem desenvolvendo actividades de ajuda ao país em vários ramos como saúde, educação, agricultura bem como no apoio aos diversos projectos através de suas filiais como a Agência Internacional de Cooperação Japonesa (JICA).

No âmbito da cooperação bilateral entre os dois países, o Japão deu apoio na implementação da vila de Itoculo, no distrito de Monapo, província de Nampula, como projectos de desenvolvimento comunitário. Esta vila é considerada pelo CITT, no seu site, como sendo uma das vilas que tem demonstrado maior empenho e sustentabilidade.

A embaixada de Japão e o governo não se entenderam na implementação das vilas de milénio após financiamento, por isso que este abandonou o processo. Desconfia-se que tenha sido a partir desse desentendimento que a vila de Itoculo, cujo financiamento vinha da embaixada do Japão, decretou-se como sendo uma vila falida por não ter encontrado meios de suporte como devia ser, a exemplo das outras vilas.

---

<sup>76</sup> <https://news.un.org/pt/story/2012/04/1401511-pnud-considera-vilas-do-milenio-em-mocambique-um-sucesso> (parágrafo 5).



Entretanto, a pesquisa de Nguenha (2013) mostrou que a vila de Chibuto, por exemplo, era uma vila falida. A comunidade nesta vila reclamava o facto de o governo não dar valor ao que terá sido iniciado e prometido aquando da inauguração da primeira vila, assumindo Chibuto, como experiencia piloto das vilas de milénio em Moçambique.

Há descontinuidade da vila de Itoculo à semelhança de Chibuto, pois, nestes lugares o projecto chegou ao fim, tendo sido passada a sua gestão à comunidade, porém, a comunidade não está a desenvolver as actividades como previsto pelo projecto, isto é, as famílias perderam o sentido de trabalho comunitário para produzir e beneficiar o grupo e sim, cada família trabalha de forma individual.



## **Capítulo IX**

### **9. A TUTORIA E A FUNCIONALIDADE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS MOÇAMBICANAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

#### **9.1. O papel do ICS e da FORCOM na gestão das rádios comunitárias**

Os meios de comunicação comunitários moçambicanos são contextualizados pelas tutelas que as definem e/ou as originam. Das demais tutorias, duas se evidenciam com maior peso: o Instituto de Comunicação Social (ICS), por um lado, e o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM), por outro.

As instituições de tutela, historicamente são contextualizadas pelo Ministério da informação que, em 1977, criou o Gabinete de Comunicação Social (GCS) para divulgar informação sobre o campo e promover o desenvolvimento das populações das zonas rurais, partindo das suas necessidades e preocupações socioeconómicas e culturais reais. Ao mesmo tempo, o gabinete concebeu e desenvolveu como estratégia de informação, educação e comunicação (IEC) o uso combinado de centros de comunicação social, centros de escuta radiofónica colectiva, unidades móveis para mobilização social nas aldeias comunais (Relatório ICS, 2015). As aldeias comunais aqui apresentados como as concentrações populacionais foram estratégicos para implementar o sistema das rádios comunitárias por albergar um número maior de pessoas que se identificam pelos mesmos laços sócio culturais.

Volvidos sete anos da criação do gabinete, o impacto observado na arena política e social no contexto de desenvolvimento, suas acções viram-se inferiores perante a tamanha responsabilidade a que se lhe impunha. É criado, por via disso, o Instituto de Comunicação Social (Relatório ICS) através do decreto n.º 1/89, de 27 de Março. O decreto n.º 59/2004 estabelece o ICS como uma instituição pública de âmbito nacional, dotada de autonomia administrativa. Este tem como objectivo principal a comunicação para o desenvolvimento (C4D) nas zonas rurais e subordina-se ao gabinete de informação. Hoje, sua dinâmica é efectuada pelas delegações provinciais (Relatório ICS, 2015).

Assumindo seu papel nas comunidades rurais, o ICS define uma estratégia de comunicação para difundir informação comunitária através das rádios comunitárias (RCs) criadas com apoio e sustentabilidade do governo. Estas rádios passam a definir-se como as

que respondem intrinsecamente aos interesses do governo, sofrendo manipulação dos conteúdos por eles difundidos.

Por seu turno e, buscando uma outra face das informações fiéis a serem difundidas no seio comunitário e sem manipulação governamental, os organismos da sociedade civil e associações de base comunitária que detinham rádios comunitárias em sua posse, criam o Fórum Nacional de Rádios Comunitárias (FORCOM), um interlocutor oficial que fala em nome das rádios, defendendo seus interesses de forma a minimizar o aproveitamento excessivo por alguns organismos locais, bem como esquivando-se da manipulação. O FORCOM assume-se como sendo um organismo dotado de corpo jurídico na gestão das RCs a ela associadas.

O FORCOM tem como áreas de intervenção: comunicação, advocacia e *lobby*; formação e desenvolvimento de conteúdos; género. Tem como prioridades temáticas: direitos da criança; casamentos prematuros; direito à informação; entre outras áreas entendidas como sendo prioritárias para o bem-estar social das comunidades excluídas e desfavorecidas.

No contexto da comunicação social, o ICS entende a C4D em Moçambique nos contextos socioeconómicos vividos desde 1975, ano da independência, em que se aposta na prestação de serviços sociais – a saúde, educação, saneamento e agricultura, incluindo, actualmente, os “direitos da criança e meio ambiente.... Nós buscamos aquilo que é, são as preocupações da comunidade” (Vitória Homwana, em entrevista a 17 de Março de 2020). No entanto, para o FORCOM, “um dos grandes fortes das rádios é mesmo a questão da monitoria da governação do governo. . . . uma espécie de monitoria de como aqueles fundos estão a ser geridos. . . . para garantir a transparência e o desenvolvimento ao nível local” (Naldo Chivite, coordenador de Comunicação e Programas, 20 de Outubro de 2020).

Enquanto o ICS funciona em como jornalismo “cão-de-estimação” e/ou “cão-de-guarda”, fazendo uma parte de Relações Públicas para o governo, o FORCOM actua como “cão-vira-latas”, monitorando as acções do governo de modo a que a gestão dos fundos alocados sejam orientados na busca dos resultados positivos para responder ao desenvolvimento local (grifo nosso). Por outro lado, o maior interesse destes dois organismos, embora aparentemente em posições opostas, prende-se em fazer chegar informação às comunidades mais distantes e de difícil entrada, sem acesso à informação dos

meios tradicionais, muito em particular, por se localizar em lugares opacos, em nenhuma condição criada para o desenvolvimento.

Tanto o ICS assim como o FORCOM têm a missão de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população vulnerável, particularmente das zonas rurais, através de programas de comunicação para o desenvolvimento (C4D). Os programas do ICS são desenvolvidos em três frentes, os quais são mostrados por Vitória Homwana (em entrevista a 17 de Março de 2020) e por Belmiro Mangaze (em entrevista a 16 de Março 2020) como sendo os de “produção de vídeos eh temáticos, eh tem unidades móveis de desmobilização social, eh tem também boletins locais. Cada província tá produzir um boletim que fala daquilo que acontece naquela região e não só” (Belmiro Mangaze, 16 de Março 2020).

A mobilização social a partir dos produtos dos meios de comunicação feitos nestes lugares ajuda-nos a entender o que C. Santos (2006, como citado em Lima, 2010) mostra como sendo um conjunto de esforços empreendidos com vistas a desenvolver acções que ajudem a dinamizar as capacidades internas dos grupos locais cuja finalidade condiciona a colaboração das pessoas na prossecução dos objectivos dos grupos locais. A comunicação considerada efectiva nas relações sociais abre espaços para que os diferentes grupos sociais, mesmo com diferença em termos culturais, assumindo comunicação como cultura, partilhem os elementos que constroem um saber fazer local como forma de buscar sustentabilidade de todas as acções possíveis.

O importante na comunicação alternativa é deixar a comunidade retratar seus problemas, discutindo-os e buscando soluções de forma local. O FORCOM, em concreto, avalia as necessidades das comunidades onde ela actua. Assim, os jornalistas “primeiro eles fazem uma espécie de levantamento dos principais problemas que o distrito enfrenta ... para que elas produzam conteúdos de qualidade ... com envolvimento das comunidades e diferentes actores a nível local” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

Consideram-se os meios de comunicação comunitários como os meios mais necessários nas regiões rurais por poderem dar cobro às necessidades informativas nestas comunidades, criando vozes de mudança social. É nas regiões rurais que, de acordo com o AMB (2014), os meios de comunicação comunitários encontram espaço para exercer a

liberdade de expressão com plenitude, pois, nestes lugares o poder político não tem maior controle, embora as marcas do medo pela opressão ainda persistam.

As marcas da opressão identificados nas comunidades resultam de dois factores: o primeiro relaciona-se ao período colonial e, o segundo, ao período pós independência em que as comunidades viviam sinais de tensão, em particular nas aldeias comunais onde o governo da Frelimo fazia de tudo para que a Renamo não penetrasse.

Os governos locais, em particular nos distritos, entendem e percebem o exercício da liberdade de expressão no contexto do FORCOM:

como uma afronta .... Há uma cultura de que o administrador é o ‘dono do distrito’ (grifo do entrevistado). . . . Vários casos de chegarem na rádio e censurarem os conteúdos que estão a passar, não é, quererem influenciar, quererem mudar a linha editorial das próprias rádios porque ele acha que de facto, é o dono, não é, e desconstruir isso não é assim tão fácil. (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

Por outro lado, considera-se a rádio comunitária como sendo instrumento de extrema importância na comunidade por ter a capacidade de unir as pessoas e seguirem mesmos objectivos, respondendo às necessidades locais. Pois:

a rádio é uma necessidade do do governo nas comunidades, primeiro está estipulado dentro da política do governo que deve se garantir o acesso à informação. A constituição da república já fala de isso aí, ehhe nós sabemos que neste momento a rádio pública neste caso, primeiro não cobre todos pontos do país, então uma rádio comunitária acaba resolvendo essa lacuna. Então, as próprias comunidades vão pedindo, mas o próprio governo tem essa obrigação de pôr a informação a disposição das comunidades. (Trinidade Zucula, 19 de Março 2020).

Autores como Augustin (2013) relatam sobre a necessidade de a comunidade ouvir vozes diversificadas que remetem à ideia do multipartidarismo e liberdade de expressão. A liberdade de expressão, plasmada na Constituição da República, no seu Artigo 48 indica a necessidade de uma abertura tanto de busca, do lado de quem procura e, por outro lado, de dar, do lado de quem detém esta informação como forma de abrir balizas para que as comunidades tenham acesso aos processos de governação e transparência no uso dos recursos alocados no âmbito do desenvolvimento.

É graças a esta Lei que o FORCOM sustenta suas intervenções ao pressionar os agentes políticos nos distritos na monitoria das decisões e implementação das actividades a nível local que, mesmo sendo vistos como agentes da oposição, continuam pressionando o governo a ser aberto na apresentação de contas.

As diferentes plataformas são usadas como sendo o instrumento para aproximar o ICS da comunidade onde ela opera e fazer com que as experiências das outras comunidades, com particular destaque para o uso do jornal impresso (jornal *o campo*), sejam partilhadas como exemplo a ser seguido pelas comunidades.

O ICS é criado para buscar preocupações dos camponeses para responder a lacuna que ohhh no campo havia devido a fraqueza da informação que não chegava lá, o jornal não chega, a maioria dos sítios chegava a a a informações da Rádio Moçambique.... O ICS entra com o objetivo de ehhe fazer chegar informação lá no campo e trazer preocupações do campo para o o Governo poder responder.... O sistema de WhatsApp, eles traduzem as as notícias que acham que são importantes para aquela zona em línguas locais (Vitória Homwana, 17 de Março de 2020).

É importante considerar as diferenças encontradas nas comunidades rurais moçambicanas devido aos factores de vária ordem como as de ordem étnica, cultural e linguística, onde a comunicação feita pelo ICS bem como pelo FORCOM, na qualidade de gestores das rádios, tem pautado por uma ética de responsabilidade como forma de munir a comunidade de ferramentas de que possa usar para resolver problemas sociais.

É uma questão de pautar, não só pela responsabilização das acções do governo, como também:

consciencializar as comunidades sobre os seus direitos e seus deveres, mas particularmente, os seus direitos.... Então, isto faz com que o quê, com que a comunidade tenha voz e esta voz aparece muita das vezes nos programas ... e garantir que haja este espírito de transparência dos governantes, mudança de atitudes e transparência porque só assim é que é possível desenvolver o distrito. (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020)

Portanto, o saber local deve ser considerado fulcral para a iniciação tecnológica ou da difusão de uma acção nova. Porém, a questão linguística torna-se entrave nestas comunidades, muito em particular por se considerar a língua portuguesa como padrão na

comunicação, ignorando as línguas locais. Por isso, a particularidade das RCs é que condiciona “a vantagem de olhar de forma mais aproximada, de descer até lá... A questão da cultura ... implementando-se uma rádio, temos uma comunidade mais informada e uma comunidade que pode participar de forma mais activa no desenvolvimento” (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

O jornal *o campo*, é feito “em português depois se divulga em em em faz-se a tradução para changana ou para para Tsonga” (Vitória Homwana, 17 de Março de 2020). Em termos participativos, *o campo* tem contribuído grandemente na consciencialização da comunidade a partir da informação que difunde. Esta informação chega aos que não sabem ler através dos mais novos que trazem o jornal da escola e partilham a informação na comunidade. Portanto, assume-se *o campo* como sendo o “meio que apoia na formação própria da da das crianças.... As pessoas querem se informar ... saber daquilo que se passa nas outras províncias, nas outras comunidades. Como é que eles ... resolvem as suas dificuldades” (Vitória Homwana, 17 de Março de 2020).

O elemento central e determinante numa comunidade é a sua língua, considerado também como o que constrói culturalmente um povo cuja sua diversificação, incluindo a linguística, em Augustin (2013) considera-se a que possibilita a que as pessoas na comunidade tenham visões diferentes que sejam benéficas na busca de soluções, de forma local, aos diversos problemas socioculturais e políticos. Nesta forma de comunicação, o programa produzido não deve entrar em choque com os aspectos socioculturais da comunidade. Por isso “é preciso saber desenhar uma mensagem que não choque com as pessoa” (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

A comunicação por mensagens traduzidas cria distorção pelo facto de, e em particular, nas questões de tradução das comunicações, o tradutor não conhecer a orientação linguística na tradução para a língua da comunidade que, na maior parte das vezes, conhece a língua, mas desconhece seus contornos por não ser habitante local, assumindo o desenvolvimento das línguas no sentido geral. Por isso observa-se, na maior parte das vezes uma “distorção das mensagens.... o Macua por exemplo, do litoral não é o mesmo ehhh Macua do interior... Quem está na rádio lá no litoral ... não entende da mesma forma que a pessoa que está a falar Macua do interior” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020). Por



isso a necessidade de se desenhar as mensagens a partir do contexto onde elas serão difundidas como forma de prevenir distorções.

O ICS, na qualidade de entidade do Estado traz para os meios de comunicação, através das conversações dentro da comunidade, assuntos que afligem a todos como malária, extinção, falta da água potável, entre outros serviços que, discutidos em programas de rádio “tem valido muita a pena, tem mais-valia, até agora não temos tido problemas porque cada rádio traduz da forma como eles entendem as coisas” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020).

Por outro lado, considera-se o uso do jornal impresso como uma alternativa por poder mostrar as imagens do desenvolvimento feito em outros lugares. Pois, “tem páginas de educação sobre a agricultura.... Troca de experiência dos conhecimentos ... aquilo que o camponês não sabe, ehhe transmitir para poder aplicar e, neste contexto, no início nós trabalhamos mais em ligação com Instituto de Investigação Agrária” (Vitória Homwana, 17 de Março de 2020).

No tocante à participação comunitária, em quase todas as decisões comunitárias, nos distritos, a gestão das rádios do ICS é feita através do comité de gestão, já, a do FORCOM é feita pelos clubes de escuta constituídos por líderes e por influentes na comunidade. Este é considerado como sendo o órgão máximo e que toma as decisões que norteiam o rumo da própria rádio.

O comité de gestão no ICS é criado através de concurso dentro da comunidade com certa periodicidade onde devem fazer parte pessoas da comunidade cujo mandato influencia na “programação e sabem quais são os programas que têm mais impacto nas comunidades porque eles vivem lá na comunidade” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020). Já, o clube de escuta, no FORCOM é um “grupo que é criado que com o apoio da rádio ao nível das comunidades que faz uma espécie de censura dos conteúdos que são produzidos ao nível das rádios” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

Por outro lado, a existência de instituições e associações locais tem sido significativo para as rádios uma vez que elas “têm portas abertas para participar na programação da própria rádio comunitária” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020). Outro aspecto a considerar é que os nomes das rádios pertencentes ao ICS são designados pela comunidade

na tentativa de responder a “identidade cultural da comunidade ... é uma das formas de participação” (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020), ao que nos remete à ideia de que o nome tem um significado cultural.

Coagida pela comunidade a se elevar pelas suas acções e se impor pela sua capacidade de influenciar na mudança social, a rádio comunitária, a nível local, tem sido determinante em emitir programas que respondam:

as expectativas da comunidade.... Há aquela filosofia de Comunicação para o Desenvolvimento que o ICS tem que trabalhar com programas mais educativos, então vamos supor, alguém produz um programa que não é educativo, temos que ver se mudamos alguma coisa, a verdade é que há aquela informação que é mais geral. (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

no desenvolvimento das comunidades, porque há várias coisas que iam sendo feitas, mas com a a a implantação da rádio tem se notado uma mudança de comportamento de algumas pessoas. Por exemplo, problemas de saneamento do meio, se são as próprias comunidades que participam no nos debates, eh o saneamento melhora na nas comunidades, então há várias ... assuntos que são abordados e que concorrem para o desenvolvimento dessas comunidades. (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020).

Os líderes servem de “elo de ligação entre a rádio e a comunidade. Então, todas as dificuldades, por exemplo, que acontecem na rádio é do conhecimento deles e eles, na medida do possível, eh eh eles apoiam” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020). Portanto, considera-se haver apoio em todos os níveis, desde o programático até às questões de logística dos serviços prestados, pese embora sentir-se um vazio na sua gestão a partir do momento em que organismos sociais e privados desfrutam dos serviços das rádios quase que gratuitamente.

O ICS e o FORCOM corroboram quanto à falta de sustentabilidade das rádios o que as torna fracas no funcionamento, pois, prioriza-se colaboradores, indivíduos não-assalariados, daí o número menor de contratados e, por outro lado, o uso de colaboradores cria sempre um buraco quando estes conseguem outros empregos. Portanto, trabalhar com colaboradores torna-se cada vez mais difícil na medida em que as pessoas saem da rádio e “conseguem emprego na função pública e saem dali vão para a Rádio Moçambique, vão para

a Televisão de Moçambique, então tem que vir novas pessoas e quem é que vai capacitar essas novas pessoas?” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020). Isto prende-se com o facto de as rádios não terem verbas de sustentabilidade que possam garantir o pagamento de salários a uma máquina que se supõe ser grande para as capacidades das rádios nas comunidades.

Entretanto, a sustentabilidade no desenvolvimento apregoada por autores como Mefalopulos (2008) remete-nos à ideia de que o uso horizontal da comunicação seria um fundamento estratégico por ser capaz de abrir espaço de diálogo, avaliar um conjunto de riscos e capacitado a identificar soluções e buscar consensos para a acção.

Ora, a falta de sustentabilidade acaba influenciando na grelha de programas ou dos objectivos institucionais na medida em que o financiador determina o que deve ser feito. Sem muitas opções, as rádios acabam aderindo nas propostas trazidas de fora, porque:

muitas das vezes dependemos do da existência de doadores que queiram, por exemplo, patrocinar uma formação.... Você tem que formar numa área em que ele está interessado.... Por exemplo, temos uma semana de formação humm a a nós queremos formar um jornalista depois, ligado por exemplo ao vamos supor aos direitos da criança, durante aquele período dentro dos cinco dias alguns dias serão dedicados aos temas do do do próprio yeah do próprio doador.... Então essa dependência ... cria uma certa limitação. (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

O FORCOM, por seu turno, não deixa passar programas dos parceiros sem que paguem algum valor, o mínimo possível, pois, assume-se que a rádio tem despesas que tem que ver com o pagamento de “energia, tem que pagar pequenos subsídios, tem água, questões básicas de, de, ya, para ela poder sobreviver. Mas há aquelas que se aperceberam disso e sabem que precisam de passar informação para as comunidades, então, essas nós negociamos” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

Firmar parcerias com instituições locais, embora aborrecidas, tem sido uma opção para que as rádios possam sanar dificuldades que por si não conseguiriam, daí terem de aceitar manipulação na sua programação, porém, há um benefício comunitário. Há ainda um entendimento de que os problemas de sustentabilidade e dos recursos humanos nas rádios afecta também o próprio ICS.

A limitação financeira das rádios e a falta de recursos humanos para dinamizar as actividades destas rádios e não só, condiciona o processo de difusão de mensagens de forma regrada/cíclica e que “por causa dessa limitação o colaborador tem que ser multifacetado.... Tem que ser multifacetado, ele tem que saber fazer locução, tem que saber fazer notícias, tem que também fazer reportagem” (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

Em termos de fraquezas identificadas no trabalho que as rádios do ICS prestam tem que ver com a fraca participação da comunidade. Ora, a participação não vai ter espaço dentro da comunidade se a informação não for elevada ao nível de necessidade. Por isso, observa-se que “a participação nem sempre é dinâmica. Porque as pessoas têm outras necessidades na vida” (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

Sentimento diferente é partilhado pelo FORCOM na medida em que se argumenta que a participação da comunidade, influenciada pelos suas rádios, é positiva na medida em que os problemas ou falhas de funcionamento da rádio por longo período “são as próprias comunidades que procuram contactar a rádio, procuram até dirigir-se a própria rádio saber o que é que se passa” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

As comunidades têm muito interesse em ver a rádio a funcionar de forma plena o que nos ajuda a compreender, em outra perspectiva, os argumentos de C. Santos (2006, como citado em Lima, 2010) ao mostrar que as rádios comunitárias podem se transformar em instrumentos de auxílio à disseminação dos laços de solidariedade, de reciprocidade, contribuindo com a ampliação do capital social de uma determinada comunidade. Verifica-se, neste caso, um maior valor a que se dá a este veículo de comunicação, mostrando-se muito importante o seu contributo na construção social.

Verifica-se que a economia rural nos distritos moçambicanos é fraco o que tem influenciado de forma negativa na criação de uma quota para suportar as despesas comunitárias ao longo do ano, daí a necessidade de as famílias seguirem por mais de uma actividade económica, o que faz com que a dinâmica das pessoas seja orientada por uma busca incessante do bem-estar social.

No tocante ao acesso à informação é importante considerar que as poucas rádios implantadas nos distritos criam condições para que haja melhoria de:

acesso à informação, podemos discutir já a questão da qualidade, isso é um outro assunto, mas há mais comunidades que tem informação do que antes de se ter lá as rádios comunitárias. Por outro lado, o facto de as rádios terem a obrigação de transmitir a informação em português e nas línguas locais também contribuem para que se melhorasse acesso à informação, yeah. E outro lado, porque a informação que é feita na comunidade também tem haver com aspetos locais é mais fácil a pessoa pensar no especto local de desenvolvimento para depois pensar no país de forma geral. (Trinidade Zucula, 19 de Março de 2020).

Entretanto, importa salientar que para que esta informação tenha uma dose qualitativa e seja capaz de atingir os objectivos desejados, o fazedor da comunicação social deve ir mais a “fundo e trazer a verdade. Então, nós procuramos mostrar esse lado não é, mas temos algumas resistências, não é, haaa porque a informação, a reportagem que a rádio emitiu feriu pah não sei quê” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

Difundir informação sobre aspectos locais é importante para que as pessoas possam ser influenciadas a agirem de forma local na medida em que, de acordo com Schramm (1976), está condicionada ao conhecimento que se torna poderosa para que as pessoas tomem iniciativas de forma individual e sustentável.

Nestes termos, as questões de grupos comunitários é que têm maior impacto na medida em que as acções são direccionadas a responderem aos interesses desses grupos. Vai daí a necessidade de se replicar as práticas das rádios a nível nacional, como forma de abrir espaços para que as pessoas possam ter maior liberdade de fazer o que é benéfico, não só para elas e suas famílias, como também para a comunidade, como um todo.

Tanto os profissionais do ICS assim como os do FORCOM corroboram nos mecanismos da participação comunitária nas decisões que norteiam a vida da comunidade em todos os sentidos. Este nível de participação comunitária ajuda a avaliar o papel das RCs no desenvolvimento. Isto porque:

nós trabalhamos muito na massificação da informação para permitir uma participação qualitativa das comunidades.... Temos vários casos evidentes de pessoas ao nível local que ligavam para a rádio a solicitar informações, ligavam para a rádio a mostrarem-se indignadas porque ouviram na rádio.... Nós procuramos garantir esta consciencialização ao nível das comunidades para elas terem uma participação qualitativa porque nós sabemos que o que

acontece, muitas das vezes, é que os nossos governantes vão nas comunidades e fazem inúmeras promessas e não cumprem, não é.... Este tipo de exercício que nós fazemos que é para permitir, no entanto, o elevado nível de consciência das comunidades para que elas possam claramente ter uma participação qualitativa. (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

as populações escutam escutam a rádio e participam através de de mensagens. Eles eh contribuem porque as rádios também tem espaços que eles abrem as linhas telefônicas, então é aí onde se vê a participação da própria comunidade é naquela naquela rádio comunitária. (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020).

A participação das comunidades em todas as vertentes sociais é influenciada pela capacidade de circulação da informação dentro da comunidade. Significa, assim, que a capacidade de poder fazer parte de um grupo de tomada de decisões dentro da comunidade parte da iniciativa de as RCs poderem dinamizar um fluxo de informação capaz de capacitar os indivíduos ao conhecimento sobre as várias formas de inovação que possam ser benéficas para a comunidade.

Por isso, Simões (1995, p. 194) remete-nos à ideia de verdade e transparência da informação. Por outro lado, Steinbrenner e Hurtienne (2012) argumentam da necessidade de as RCs reflectirem suas acções nos gostos da maioria dentro das comunidades como forma de produzir ou condicionar um bem-estar psicossocial/sociopsicológico na medida em que vão partilhando informações de várias ordens pautando pela isenção, objectividade e veracidade.

Considera-se uma capacidade incontestável a da rádio em poder criar indivíduos com personalidades fortes e capazes de influenciarem os outros dentro do grupo. É neste contexto em que Lyotard (como citado em Bolaño, 2000), argumenta sobre a necessidade de a informação que circula nesses ambientes ter uma linguagem acessível para a comunidade. Pois, “lá no distrito as rádios abordam questões locais do próprio desenvolvimento local, então e vê-se ... a mudança do comportamento através das atitudes das pessoas que lá vivem” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020). Um exemplo a ser destacado é a questão da “campanha de vacinação.... Conseguem-se perceber que a rádio a população dá importância aquilo que é feito a partir da informação que que é feita na rádio” (TrinidadeZucula, 19 de Março de 2020).

Os líderes na comunidade são vistos como sendo aqueles indivíduos que vivem na comunidade e que colaboram ou coordenam certas actividades dentro da rádio, o que tem trazido benefícios sociais até ao ponto de se afirmar que os níveis de satisfação trazem harmonia social. Entretanto, os líderes, considerados pelos profissionais do ICS, na sua relação com a comunidade é que eles são “elementos escolhidos pela própria comunidade” (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020).

Há, no entanto, um conjunto de questões consideradas cruciais no avanço das acções das RCs que, nalguns casos, sentem-se como sendo de natureza burocrática e política.

É de praz que as RCs pautem pela paz e harmonia dentro da sociedade, com que então se entende como sendo seu trabalho não o de “perseguir o governo, não! esse não é o trabalho da rádio. O trabalho número um da rádio é garantir o acesso à informação para as comunidades” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020). Esta informação deve ser capaz de favorecer a interação activa e directa das pessoas por meio de consulta e diálogo sobre a disseminação tradicional de informações unidireccionais pelos meios de comunicação de massa (Mefalopulos, 2008). Por isso estes meios devem trazer:

informação correta.... Muitas das vezes as rádios não não não funcionam com ehhe com conflitos como tal, hum eles ehhe adotam ehhe fazem o jornalismo para o desenvolvimento. Ou seja, eles têm ahhe prerrogativa de tratar assuntos ehhe no lado positivo e não no lado negativo. Há vários assuntos que concorrem para conflitualidade e que a rádio não a rádio no no não dissemina essas mensagens. (Belmiro Mangaze, 16 de Março de 2020)

Há uma corroboração entre os profissionais do sobre do ICS sobre os desafios das suas rádios na medida em que este tem se ressentido pela fraca capacidade de elevar as dinâmicas das actividades das suas rádios. Um dos desafios apontados prende-se com o facto haver a necessidade de se implementar formações, tanto para os quadros do ICS nos distritos bem como dos seus funcionários e colaboradores em gestão de recursos financeiros que podem levar as actividades das rádios a nível dos distritos. Entretanto:

nem todas as rádios são iguais. Existem algumas que também dependem da localização geográfica, que podemos dizer que conseguem alguns recursos. É difícil falar de uma sustentabilidade numa forma muito generalizada, cada caso é um caso, há aquelas que estão mesmo em condições muito difíceis. (Trinidade Zucula, 16 de Março de 2020)

Portanto, ao que para o ICS se torna um desafio, para o FORCOM apresenta-se como força e objectivos alcançados mesma assumindo-se como sendo uma vantagem que precise de ser aprimorada, pois, mesmo se a instituição de tutela colapsar não são todas as rádios que vão ficar prejudicadas porque na sua maioria “evoluíram muito em termos dos meios de capacidade de ir buscar pequenos financiamentos .... Então, não pode ser um problema assim tão grave para algumas rádios.... dai a relevância do próprio FORCOM” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020).

Assume-se, no entanto, a necessidade de a comunidade ser envolvida de forma massiva nas actividades das rádios, pois, estas são da comunidade e é por ela gerida, sendo o ICS e o FORCOM apenas instituições que têm interesse em fazer com que estas comunidades tenham acesso à informação e poderem participar na tomada das decisões de suas vidas e, em última análise, do distrito. Isto porque, segundo Jane (2004, citado por Lima, 2010), quanto menor o nível de informação na comunidade, menor será o seu nível de desenvolvimento.

Os desafios das RCs geridas pelo FORCOM ainda são enormes, muito em particular a questão do espaço que conquistou pela monitoria das acções do governo a nível dos distritos, pois, tem trazido sinais de desconforto dos governos locais.

Enquanto por um lado, a capacidade financeira das rádios do FORCOM é garantida porque “nós temos, o nosso mandato é melhorar e coordenar o trabalho das rádios. Nós temos várias acções de capacitação na área financeira, na área programática para que as rádios também tenham a capacidade de ... irem buscar alguns fundos” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020). A sustentabilidade das rádios geridas pelo ICS vem do Estado, através dos vários impostos colectados, mesmo considerando-se insuficientes.

Assume-se, no entanto, pela parte do FORCOM, a capacitação como sendo um dos mecanismos de condicionar a sustentabilidade das rádios na base de vários fundos disponíveis sendo que as rádios “foram capacitadas, portanto, em matérias de elaboração de projectos.... É verdade que não são todas as rádios, há aquelas rádios que tem clivagens ainda na própria gestão” (Naldo Chivite, 20 de Outubro de 2020). Uma das diferenças entre as rádios sob a gestão do ICS e do FORCOM é que as do FORCOM são obrigadas a pagarem



taxas de exploração do espectro radioelétrico ao Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique (INCM).

Ora, há uma necessidade de o Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional (MCTESP), assessorado pelo CITT, mentora dos centros multimédias comunitários, inseridas onde as RCs operam, alocar serviços de formação técnico-profissional com o comprometimento de dar capacitações às comunidades de modo a que elas possam criar condições de auto emprego sem dependência externa. A dependência externa não cria desenvolvimento e, falando de desenvolvimento, a ideia básica é que qualquer projecto definido para o efeito deve ser auto sustentável.

Tratando-se de lugares de fraco domínio económico, uma instituição microfinanceira não vai olhar para a sustentabilidade a curto e médio prazos, mas a longo prazo. Significa que os projectos, como um todo, comportam-se da mesma forma. Ora, é premente que se criem condições, com particular destaque aos recursos humanos, capazes de justificar a necessidade de um projecto em determinadas comunidades rurais onde o uso da tecnologia não é dominante.

O outro ponto a considerar é a criação de sinergias através dos jovens recém formados saídos nesses distritos, influenciados pela unidade nacional que as universidades públicas criam, que devem ser convidados a regressarem às suas zonas de origem para dinamizar a economia local. Um dos aspectos fundamentais de sustentabilidade dos projectos na base da tecnologia é a capacidade de a comunidade conseguir manter dinamismo nos serviços básicos como electricidade. Não há tecnologia sem electricidade e, a maioria dos distritos moçambicanos não são cobertos pela rede eléctrica, o que torna estes lugares em zonas opacas.

Na base da racionalidade comunicativa de Habermas (2003) procuramos compreender os sinais de comunicação e retirar deles seus significados e significações que pressupõem uma análise e entendimento dos signos usados, o que equivale a dizer que haverá aí a compreensão da intenção do emissor da mensagem, por se preocupar em fazer com que seu receptor entenda algo na sua mensagem, dentro das dinâmicas comunicativas no contexto das comunidades rurais, em particular.

## **9.2. As dinâmicas da comunicação alternativa nos distritos moçambicanos**

A comunicação social em Moçambique, com particular destaque a comunicação através dos meios de comunicação comunitários nos distritos, é caracterizada por ser descontínua, com espaços vazios criados pela condição das rádios que se caracterizam por serem órgãos de comunicação na base de profissionais cujo compromisso institucional deixa de cumprir o estatuto de servidor por contrato social a tempo indeterminado e assalariado.

No entanto, são “os nossos blocos informativos locais estão mais virados até a própria comunidade do que acções governamentais.... Fala mais a comunidade do que ahh o próprio Governo” (Eurico R. Guedes, rádio comunitária do Ile, Província da Zambézia, em entrevista a 16 de Outubro de 2020). Entende-se assim, a prioridade a que se dá em termos informativos tomando como foco a que provem da comunidade mais do que a que provem do governo. Justifica-se como razão principal o envolvimento da comunidade no processo de produção de conteúdos de forma a que possam responder aos problemas e/ou necessidades locais, em particular o que está mais virado aos “hábitos e costumes da própria comunidade” (Eurico R. Guedes, 16 de Outubro de 2020).

Os espaços vazios são identificados nas grelhas de programação que não preenchem as 24 horas de emissão do sinal porque estes órgãos não têm condições suficientes para emitir programas de forma contínua. Portanto, dois factores são cruciais no desenvolvimento de conteúdos, o primeiro tem que ver com as questões editoriais que dependem, por seu turno, de factores económicos. Este último, o económico, é o que mais cria mal-estar na comunidade jornalística, não só dos meios comunitários, mas no sentido geral, agravado pela falta de uso massivo da tecnologia.

O factor económico, que abala todo o país e as instituições económico-financeiras dos distritos determina a existência ou não de uma rádio comunitária nestes lugares. Neste contexto, a situação da comunicação alternativa nos distritos é caracterizada por ser única, apoiando-se da telefonia móvel que proporciona outros elementos de comunicação. Entretanto, considera-se a rádio comunitária “uma grande valia, e pelo pelo nível ... interação de, de nós como profissionais de comunicação temos tido com as próprias comunidades” (Dias Impula, rádio comunitária de Molumbo, Província da Zambézia, em entrevista a 14 de Outubro de 2020).

A comunicação nos distritos moçambicanos é feita, normalmente, na base das RCs que, em particular, se apresentam como únicos meios de comunicação, sobretudo por se tratar de uma comunidade rural. Este facto faz dos distritos lugares isolados em termos de condições para o desenvolvimento o que vem a diminuir os impactos da comunicação a nível nacional, assumindo os distritos lugares de maior concentração de pessoas.

Ora, esta comunicação é considerada de maior impacto quando veiculada a partir das igrejas. Isto é, “enquanto a rádio traz..., mas a religião espalha mais rapidamente do que a um líder” (Eurico R. Guedes, Jornalista da Rádio Comunitária de Ile, Província da Zambézia, entrevista a 16 de Outubro de 2020). As igrejas, neste caso, são vistas como lugares de maior concentração podendo aglomerar pessoas provenientes de diferentes lugares fazendo com que o impacto da transmissão da informação seja maior.

As RCs são consideradas meios mais acessíveis para as comunidades terem acesso à informação mesmo considerando o surgimento das novas tecnologias de informação consideradas mais abrangentes como o caso do WhatsApp e do *Facebook*, porém, “mais usado nas ehh, ehh posso dizer, nas nos centros das vilas. Mas quando vamos mais para as comunidades é, é esta procura de de comunicação usando as vias de comunicação de informação se torna um pouco, ehh reduz.” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020). Ora, o meio mais disponível para a comunidade ter acesso aos vários mecanismos informativos é o meio rádio, pois, ele é “mais abrangente em termos de comunicação” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020).

Portanto, definem-se dois tipos de meios alternativos (RCs) no contexto moçambicano a partir dos quais se entende as suas diferenças: os primeiros, são considerados estatais, recebendo fundos do Estado para o seu funcionamento através da gestão do ICS e; os segundos, são tomados pela Lei de imprensa como sendo privados, pertencentes às diversas associações moçambicanas e cuja gestão é feita pela FORCOM. Nestes dois tipos, somente as rádios do ICS:

recebem alguns recursos do Estado para pagar salário de um pessoal chave.... Então, a partir daí custa pensar que as outras rádios estão em igualdade de circunstâncias com as do ICS, mas pensando de forma global, ainda assim, do ponto de vista legal, as rádios do ICS têm um conjunto de isenções que as outras rádios das associações não têm do ponto de vista legal.

(Ernesto Saul, Oficial de Comunicação do MISA-Moçambique, em entrevista a 14 de Outubro de 2020)

Porém, tanto os meios comunitários estatais bem como os privados, funcionam na base de comunicadores voluntários que prestam serviços sem compromissos contratuais permanentes, o que gera volubilidade destes servidores por poderem se desfazer do contrato por emprego seguro mesmo considerando que estes meios difundem programas educativos capacitando as comunidades a um certo tipo de “conhecimento e certos hábitos que talvez anteriormente antes da... e tem um meio de comunicação que eles não tinham relativamente e o conhecimento básico disto, na base deste meio de comunicação” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020).

Quer dizer:

alguém pode ser voluntário e é transferido, deixa de fazer rádio ... vai de deixar um vazio que precisa de ser preenchido.... Obriga-se ao recrutamento de novos voluntários, sem experiência, sem formação, etc., etc. E começa-se do zero ... e vai ser um círculo, um círculo vicioso, não é, e isto faz com que haja ... necessidade constante de treinamento.... Intervir nas rádios, a questão da formação, formação, formação. (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020)

A formação dos novos integrantes e do órgão como um todo é tomado como sendo um dos mecanismos que garante sustentabilidade, pois, as RCs, em particular, encontram maiores dificuldades em mobilizar recursos para o seu sustento mesmo assumindo-se que eles são também chamados a pautarem pela responsabilidade, objectividade e ética, garantindo qualidade dos conteúdos.

Porém, em alguns casos encontram-se rádios comunitárias situadas em lugares onde as actividades económicas conseguem dar suporte económico através de publicidade, mesmo considerando-se em pequena dimensão.

Temos alguns pequenos agentes económicos e nós fizemos algumas publicidades eles vão nos dando pouco, eh vamos tentando... com esse pouco vamos juntando, juntando para poder suportar algumas, algumas actividades. Agora éhhh em algum momento temos prestado ahhh, a, assim serviços para alguns parceiros quee, o caso da FGH, o caso da Visão

Mundial ahh que também trazem ahh, as suas informações quando tem uma actividade.  
(Eurico R. Guedes, 16 de Outubro de 2020)

De certa forma tem-se notado a existência de interferência no processo de produção de conteúdos mesmo nos meios clássicos como as televisões e jornais impressos de carácter privado. O contexto de busca de informação nos distritos caracteriza-se por um sistema de monitoria do governo local na medida em que seu acesso “precisa de uma autorização de tal fulano ou do chefe superior, depois com aquela toda burocracia acaba levando um tempo para nós termos essa informação” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020). Assumindo-se a vida curta de uma informação, a sua não difusão para o conhecimento comunitário pode criar problemas pelo facto de as pessoas não poderem evitar, caso seja um fenómeno que precise de prevenção comunitária. Por outro lado:

quer do ponto de vista político editorial, ... político económico.... Ao nível das rádios comunitárias onde não há conhecimento muitas vezes da Lei de imprensa, até onde o jornalista pode ir, de como o jornalista se pode defender numa situação de injustiça e pressão.  
(Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020)

A produção dos conteúdos é influenciada, principalmente, por dois factores: o político e económico. O factor económico, no sentido de escassez de recursos e de sustentabilidade, produz um mal estar no funcionamento das rádios na medida em que estas são susceptíveis a fugas sendo obrigadas a recontratar voluntários inexperientes o que obriga a ter que manter o sistema de treinamento nos seus planos de actuação. Portanto, o vazio a que se cria dentro das rádios comunitárias faz com que “o domínio, a experiência, que é também um processo acaba interferindo na qualidade dos conteúdos produzidos” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020).

Se as RCs não estiverem ao serviço da comunidade, então, seu valor reduz-se a fracasso se assumirmos que os meios de comunicação estão para servir o povo. Em Santos (2006, citado por Lima, 2010) pode-se entender que a característica fundamental do meio rádio é o seu envolvimento com a comunidade através de serviços de utilidade pública. Por isso, as rádios comunitárias assumem uma posição de destaque no processo de construção e do desenvolvimento social.

A sustentabilidade das RCs, sendo estas de pertença comunitária, atravessa inúmeros desafios cujos impactos comprometem o “acesso à informação principalmente para eh eh para os sectores públicos, falo dos serviços para ter uma informação tem ahh, não tem sido algo facilitado mas nós em todos sectores, mas há certos sectores que facilmente eh percebem” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020). Pois, maior parte delas estão localizadas em lugares onde não tem nenhum recurso financeiro que possa garantir a sustentabilidade. Daí, os fazedores de rádio serem considerados:

heróis da comunicação social... A ideia inicial de da criação das rádios comunitárias pressupunha a existência ... ao nível de cada área geográfica de certo nível de agentes económicos que possam olhar para a rádio como um espaço onde possam, onde difundem informação sobre negócio, publicidade. (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020).

Estes lugares, eminentemente opacos pela conjuntura que as cria, não são lugares onde publicitar um serviço seja factor para que este seja conhecido, pois, as sedes distritais onde se encontram são espaços muito reduzidos que, provavelmente, não necessitem de uma difusão em termos publicitários. Portanto, são considerados como:

zonas onde o desenvolvimento socioeconómico é bastante baixo como os distritos, em muitas vezes, o tipo de agente económico também é ajustado às características destas zonas, solicitar que ele pague uma publicidade de 1500 meticais 2000 meticais mês é arruinar o seu negócio sobretudo porque eles não sentem a necessidade de fazerem publicidade porque os empreendimentos económicos são conhecidos. (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020)

Se as RCs não estiverem ao serviço da comunidade, então, a comunidade corre o risco de perder o seu ritmo de desenvolvimento, de unidade e da construção de pactos sociais que estabeleçam mecanismos de paz social. Em C. Santos (2006, como citado em Lima, 2010) entende-se que a particularidade do meio rádio nas comunidades deve ser feita através do fomento dos serviços de utilidade pública. Significa, assim, que os apelos da rádio à comunidade para que este reaja é premente e crucial, considerando esta, uma estratégia eficaz para se medir o impacto da comunicação estabelecida. Por isso, as rádios comunitárias assumem uma posição de destaque no processo de construção e do desenvolvimento social.

As comunidades assumem o meio rádio (RC) como “um instrumento de maior importância no processo de difusão de informação de utilidade pública, porém, “um

instrumento que lhes fazia muita falta, porque muita coisa se passava, e eles não se aperceberam, não só a nível do distrito também para outros aspetos ehh que que vinham do, do país” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020).

Considera-se, por outro lado, um dilema o facto de maior parte das comunidades não saber lidar com a língua portuguesa, não assumindo o analfabetismo como de costume, na medida em que as pessoas sempre sabem ler e escrever na sua língua, o que significa que a questão da publicidade, se fosse o caso, não seria problemática, pois, sua produção e difusão seria na base das línguas locais.

O importante, neste caso, seria estudar uma nova forma de implementar as rádios comunitárias que vão condizer com os ambientes locais tendo em conta os contextos locais. Pois, as parcerias consideradas estratégicas são, normalmente, de vida curta considerando as necessidades que as condicionam nesses lugares.

Desta feita, aclama-se a necessidade de se condicionar uma “estratégia de desenvolvimento de negócio ao nível das rádios.... Cada distrito tem suas especificidades e suas necessidades, seria necessário mapear as necessidades de cada distrito ... mapear o básico que é preciso para o funcionamento da rádio comunitária” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020), como forma de ultrapassar as dificuldades encontradas.

A rádio, na qualidade de instrumento de difusão de informação é assumido, nas perspectivas de Ruas (2002), como sendo o que deve ser usado para ajudar na produção de consensos no contexto de resolução de dificuldades colectivas relacionadas à pobreza, como a criminalidade, a insegurança, a falta de solidariedade social, e as carências no acesso à educação e saúde, considerados elementos chave para que uma comunidade tenha sucessos na busca de soluções diversas.

Deve-se avaliar até que ponto, ao nível das comunidades, as pessoas estão aptas para lidar com negócios sustentáveis. Parte-se do princípio de que um negócio para ser sustentável deve olhar para o mercado como o lugar em torno do qual deve gravitar, precisando a cada momento, da presença incondicional do investidor.

Condicionar sustentabilidade às rádios é importante se considerarmos os ambientes onde elas operam e as condições a que foram criadas, porém, o fim do financiamento obriga

as rádios a terem de fechar, pois, na sua maioria ficam dependentes do financiamento, criando um defeito no seu funcionamento, a exemplo das rádios comunitárias de Muembe e Nghauma.

Portanto, os benefícios da Rádio Moçambique, assumindo-se estatal e beneficiando-se dos serviços públicos para o seu sustento, por um lado e, por outro, as RCs ocupam, a nível nacional, um lugar de destaque na comunicação social, porém, sem se beneficiar de nenhum serviço estatal, há a necessidade de condicionar partilha desses serviços.

Facto é que o papel da Rádio Moçambique, na maior parte dos espaços opacos moçambicanos, seu serviço público é exercido pelas RCs que não se beneficiam de finanças do Estado e sem se colocar em causa sua tutela, isto é, se do ICS, se do FORCOM, ou se de outros organismos. Facto é que exercem o serviço público para o Estado moçambicano.

Portanto, esta verba pode vir da taxa de lixo, pois, há algumas “rádios que estão localizadas em municípios ... ainda que não seja na mesma proporção que a rádio Moçambique mas pensar-se em parte destas taxas para apoiar as rádios comunitárias seria um bom caminho para ajudar a resolver estes problemas” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020). Nestes termos há a necessidade de se consciencializar as pessoas dentro das comunidades de modo a que possam ter “conhecimento aprofundado de como ceder a informação, que esta informação tem de ser do consumo público pela qual não pode haver ehh ehh barreiras” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020).

Porém, alega-se que a injeção de recursos via impostos, como o de lixo, pode vir a comprometer, sobremaneira, a isenção da rádio e fazer com que sofra interferência política. No entanto, os procedimentos que ditam a essa decisão são considerados fundamentais na medida em que:

a forma como as coisa começam é que abrem, é que dão aso a esse tipo de interpretações, de possibilidade de pressão, mas se am, digamos, qualquer que seja a decisão nesse sentido, seja devidamente clarificada que é um apoio estatal, ok, é um apoio estatal e que em nenhum momento deve ser traduzido como mecanismo de pressão e por aí em diante, penso que não haveria espaço para pensar-se. (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020).

Estes fundos, assumidos como sendo estatais, isto é, da contribuição a partir dos impostos, podiam influenciar a forma como os parceiros estratégicos entendem as RCs.



Portanto, na parceria não se assumiram as RCs como sendo os mais fracos e que seus serviços pudessem ser explorados de forma gratuita uma vez estas rádios estarem nesses lugares para “servir a comunidade.... Não gerar lucros não significa não gerar recursos para o seu funcionamento ... para o autossustento, ... é criar condições para continuar a manter a rádio” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020).

A sociedade como um todo deve desconstruir a forma de ver as RCs, ideia segundo a qual elas são vistas como espaços a serem explorados de forma gratuita porque não gerem lucros e, por outro lado, porque são da comunidade e devem servir a comunidade, evitando, neste caso, “entregar qualquer que seja o conteúdo e as rádios elas difundem gratuitamente, não” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020).

Se, por um lado, as rádios aceitam integrar ou alterar suas grelhas na base de um programa produzido pelos parceiros estratégicos e de forma externa pela sua fraqueza uma vez que “produzir conteúdos custa dinheiro, então a lhes ser oferecidos conteúdos lhes ajuda a suprir o vazio do ponto de vista de grelha de programação” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020), não significa necessariamente descartar dos fundos necessários para o autossustento. Por outro, “é preciso perceber que há uma componente humana que opera a rádio que precisa de um mínimo de condições para continuar a trabalhar” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020). Trabalhar de modo a que possa satisfazer seus públicos em todos os níveis, justificando-se, desta forma, a questão de sustentabilidade que não virá de outro lugar senão dos parceiros estratégicos que operam nos mesmos espaços que as RCs.

No entanto, mesmo considerando os problemas financeiros que atravessam, elas são dinâmicas e têm uma liberdade em aceitarem ou não os programas produzidos de forma externa “independentemente da tutela.... Agora, depois cada rádio analisa até onde os conteúdos que lhe são oferecidos são benéficos ou não, não é, e muitas vezes elas aceitam olhando sobretudo para os benefícios dos conteúdos ao nível das comunidades” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020).

Portanto, os parceiros estratégicos das RCs nos distritos e não só trabalham em parceria com o governo que, buscando responder aos objectivos deste, mesmo sendo organismos que vivem de também de financiamentos e, procurando justificar os fundos alocados nas suas instituições, acabam sobrecarregando a responsabilidade de transmitir os

conteúdos a estas rádios, não necessariamente a sua produção, que podia trazer uma mais-valia às respectivas rádios.

O acesso à informação é considerado significativo na medida em que as pessoas, a nível nacional, estão capacitadas a determinarem suas escolhas individuais. Pois, em termos de consciência, houve um trabalho feito a nível das instituições que lidam com comunicação em parceria com o governo, daí considerar-se haver “um crescimento dos cidadãos do ponto de vista de consciência dos seus direitos e sobretudo nesta questão de direito à informação impulsionada em parte, em parte com com a existência da Lei do direito à informação” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020), que condiciona um ambiente estável para a produção dos conteúdos locais.

Considera-se importante que as instituições de tutela das RCs se responsabilizem na implementação da Lei, pois, consciência e existência de instrumentos legais não justificam um relacionamento saudável entre quem procura informação e os servidores públicos, sobretudo das regiões mais recônditas, o que justifica a necessidade de se criar mais contactos entre as comunidades, os fazedores das Leis e os agentes públicos nos distritos de modo a que haja maior compromisso com a Lei. Como também é preciso que se crie um “fórum ou em debates ou em, em formações que tem que se abordar profundamente esta questão da importância de, de acesso à informação, ou de ceder quando um dirigente ou um qualquer que dá informação” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020).

Portanto, um dos mecanismos fundamentais para que os níveis de informação circule de forma desejada e que possa atingir as pessoas e influenciar no desenvolvimento do país é o Estado assumir responsabilidade em “construir cidadãos e instituições que funcionam na base na Lei ... perceber que há consequências nisto.... A capacitação, debates, etc, são assuntos complementares porque pode se chegar a conclusão de que não há conhecimento.” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020), pois, a Lei deve ser cumprida, independentemente da posição que os sujeitos ocupam.

O futuro das rádios comunitárias no contexto moçambicano, pelas características dos lugares onde se encontram revela-se preocupante na medida em que os organismos locais não são parceiros estrategicamente correctos do ponto de vista de estabelecimento de parcerias e

apoio um ao outro, pois, apenas as rádios servem os interesses desses organismos, porém, o inverso não se verifica.

Ora, considera-se haver um “excessivo aproveitamento das rádios comunitárias, quase que querendo difundir conteúdos de forma totalmente gratuita, ausência de um mecanismo de garantia de sustentabilidade ... quem mais necessita da taxa de lixo ... são as rádios comunitárias” (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020). Por outro lado, considera-se que “os parceiros influenciam nas atividades, em princípio cada parceiro tem a sua linha e tem a sua área que ele quer actuar..... nós fizemos o trabalho segundo aquilo que é a orientação do próprio parceiro” (Eurico R. Guedes, 16 de Outubro de 2020). Colocar, na maior parte do tempo, programas de entretenimento tem que ver com questões financeiras e que são ultrapassadas em casos de aparecer um parceiro que queira ocupar um espaço na rádio.

O apoio estatal destina-se aos mais fortes, exemplo da Rádio Moçambique que serve-se das verbas do Estado para impor no mercado e, por outro lado, as rádios do ICS que encontram no Estado um parceiro incontestável sobre a produção de conteúdos. Já, os mais fracos, isolados no tempo e espaço, caminham em passos curtos no preenchimento dos espaços deixados pela Rádio Moçambique que, mesmo sem condições, executam suas missões ao agrado comunitário.

Neste sentido, os cenários que identificam o funcionamento das RCs vão ser, por muito mais tempo, turbulentos se não se olhar a importância que estas têm na sociedade como factor principal para que o Estado, em particular a Rádio Moçambique, as assumam como o seu principal parceiro estratégico. Turbulentos no sentido de uma agitação causada pela mobilidade identificada como sendo um problema causado pela falta de verba para pagar salários de forma cronológica. Pois:

a dependência do ponto de vista de recursos humanos vai continuar. A fonte de recursos humanos serão continuarão a ser voluntários e isto vai continuar a interferir em grande medida na qualidade dos conteúdos radiofónicos produzidos e difundidos.... Os conteúdos de qualidade que serão transmitidos continuarão a ser fornecidos por outro tipo de actores. (Ernesto Saul, 14 de Outubro de 2020)

É neste contexto em que os argumentos da Peruzzo (2002, citado por Bahia, 2008: 95), nos remetem à ideia de que a produção de conteúdos deve ser feita pelos membros da

comunidade de modo a que possa-se estimular a sua organização e a participação política, numa relação com o exercício da cidadania, uma vez que os meios de comunicação comunitários contribuem duplamente para a construção da cidadania, oferecendo ou facilitando uma educação através dos conteúdos programáticos.

Facto, porém, é que o trabalho das RCs, mesmo considerando-se fracas na busca de receitas para a sustentabilidade, será presente nas comunidades. Portanto, o apoio das lideranças locais tem sido fundamental para o posicionamento das RCs na medida em que estes são chamados a se envolverem nas actividades diárias das rádios. As rádios, frequentemente tem “promovido várias mesas redondas que envolvemos, dependendo do, da situação que tem que se abordar tem uma necessidade de ser, de estar lá um líder religioso ou um líder comunitário” (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020), que vai ajudar na orientação de certas normas sociais usando sua sagacidade na resolução dos problemas locais.

As línguas locais são as consideradas mais eficientes na partilha de informação com as comunidades. Sendo multilingue e de contexto cultural diverso, a valorização das línguas nativas somente é sentida nas acções das RCs quando difundem informação de utilidade pública. Isto é, o meio rádio:

pela a sua localização, eles olham que a rádio tanto localmente falando, por exemplo, língua local a informação chega lhes mais rapidamente. É perceptível... eles acham que essa informação falado em própria língua daqui, ou para essa esta, para esta unidade eh eh eh eh é mais viável, acham que ahh atingir aquilo que são os objectivos, razão pelo qual optam mais em, em rádio. (Dias Impula, 14 de Outubro de 2020)

Considera-se, assim, o meio rádio como o instrumento tradicional na difusão de informação. O governo, por sua vez, faz uso deste meio para atingir maior parte da comunidade, influenciando na mudança de comportamento e social necessários ao que se entende como sendo um mecanismo segundo o qual e, de acordo com Freire (2009), participa na formação da opinião, ajudando na democratização da comunicação (Peruzzo, 1998, como citado em Lima, 2010). O meio rádio serve como o elo de ligação entre o governo e as comunidades nas zonas rurais assumindo-se a rádio como sendo o instrumento central na difusão de informação pública, o que significa que seu uso deve ser elevado ao nível de utilidade nas comunidades rurais como forma de colmatar certos distúrbios sociais.

Marx (como citado em Sousa, 2006) revela a necessidade de os meios de comunicação de massa serem desposados da ideologia política como forma de dar independência aos jornalistas na busca e criação de uma dinâmica social na base de mensagens que possam condicionar um bem-estar social desejado e, cada vez mais, uma liberdade plena na busca de informação pela capacidade de estes fazedores da comunicação social terem habilidades que satisfazem as comunidades. Pois, o desenvolvimento da Europa e do primeiro mundo é graças à comunicação iniciada pela Unesco no período pós segunda guerra mundial, como nos mostra Pinheiro et al. (2012).

O exercício democrático em Moçambique como factor impulsionador do desenvolvimento local ainda está aquém devido a vários factores (políticos, económicos, culturais e sociais) que se prendem com o facto de não haver aceitação do fluxo dinâmico da comunicação e diálogo pleno que condicione ao bem-estar social local. É neste contexto em que se entende em Habermas (2003) que um ouvinte, falando a partir do meio rádio tem a capacidade de motivar um ouvinte a aceitar suas mensagens e, na base dessas mensagens dar início a um relacionamento de vinculação motivado. É por esta razão, senão a principal, que faz do governo nos distritos, se recusar em criar mecanismos que flexibilizem a comunicação nas comunidades.

### **9.3. Uma análise interpretativa dos modelos de comunicação no contexto moçambicano**

Ao longo da revisão da literatura foram observados dois modelos de comunicação: o situacional e o de difusão. Estes dois, por seu turno, vão se distinguindo pela forma como cada um actua. Estes modelos são os que identificam as formas de comunicação levadas a cabo em torno do processo da comunicação política, da comunicação para o desenvolvimento, da comunicação e educação, entre outros a nível do mundo, como os que tomaram lugar ao longo do desenvolvimento da Europa desde os anos 1945.

O modelo de comunicação usado no contexto de desenvolvimento de Moçambique a partir da comunicação alternativa não está definido de forma clássica como a que se pode indicar nos modelos usados pelos países do primeiro mundo. No entanto, subentende-se se estar na presença do modelo mecânico (situacional) em todos os processos comunicacionais, em particular das RCs, como se pode constatar. E, por outro lado, em termos de difusão,

observa-se o uso do modelo de informação pública que se caracteriza por disseminar informações relativamente objectivas através dos meios de comunicação social, neste caso usando as RCs.

Entende-se se tratar de modelo mecânico e de difusão pública pelo facto de a comunicação ter um cunho ideológico, veiculado através de instrumentos electrónicos cuja base tem a tendência de manter o domínio dentro da comunidade, embora se considere meios de comunicação da comunidade, feita para a comunidade, encontram-se, no fim das contas, uma componente que instrumentaliza as relações sociais.

Ou seja, é uma necessidade apregoada pelo processo comunicativo que, apesar de cada modelo comunicativo visar um certo objectivo, a ideia é manter firme o processo e fazer com que se mantenha um equilíbrio. Portanto, é importante referenciar, segundo Munari (1968) que cada receptor e, cada um à sua maneira própria, percebe as mensagens através de filtros, definidos por ele como filtros sensoriais, operativos e culturais (como citado em Schuler et al., 2004, p. 26).

Entende-se que a comunicação difundida através dos meios tem a capacidade de modificar as práticas sociais nos três distritos que fizeram parte do nosso objecto de análise. Encontramos que em Chibuto (tutelada pelo ICS) e Chitima (tutelada por uma instituição privada), e em Itoculo, a rádio local é tutelada pelo FORCOM, mesmo que na condição estacionária por factores não revelados.

A comunicação estratégica do ponto de vista de política de comunicação, de acordo com Waisbord (2014), deve ser estrategicamente desenhada com pendor persuasivo de modo a que as pessoas tomem melhor as decisões sobre suas vidas (como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014). Entretanto, há uma ideia que subjaz sobre a comunicação estratégica na vertente de uma comunicação que deve ser dialógica, referenciada por Mefalopulos (2008) como sendo a humanista. Considerando-se importante no relacionamento entre as pessoas, anula, de certa forma, a importância de uma comunicação difundida através dos meios, considerada não-humanista, por não construir pactos sociais entre as pessoas.

Os debates havidos nos três pontos tem servido de alicerce para avaliar os níveis de exercício democrático, porém, ainda insipientes pela forma como as lideranças governamentais nestes pontos assumem as rádios que, como foi observado, há uma luta de

conquista de espaços e independência pela parte das rádios tuteladas pelo FORCOM na medida em que assumem que suas rádios devem merecer uma independência de modo a produzir informação de maior qualidade para condicionar debates acesos na resolução dos problemas sociais bem como ajudar na monitoria da governação a nível local.

Consideramos imprescindível a comunicação através dos meios, com particular destaque a alternativa, veiculada de cima para baixo e de mão-única, desde que seja feita por pessoas de dentro da comunidade e que conhece as condições antropológicas da comunidade, pois, estes vão tomar o ouvinte da comunicação como um receptor activo, valorizando sua existência como ser social, embora essa comunicação não ser humanista, influencia na abertura de espaços de debate.

Os meios de comunicação tuteladas pelo FORCOM estão mais próximos de garantirem uma estratégia de difusão, como Waisbord (2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014) nos induziu a perceber, na medida em que os fazedores de media têm maior responsabilidade com as questões comunitárias que políticas, se comparadas com as rádios tuteladas pelo ICS, cujo orçamento do funcionamento é determinada pelo governo.

Mesmo havendo dificuldades no engajamento das pessoas nos processos de tomada de decisão, considera-se que os meios de comunicação locais nos distritos determinam, como entendido nos argumentos de Prasad (2009), a condição da comunidade em termos do bem-estar físico-espiritual e amor social na medida em que procura trazer harmonia e diminuir conflitos sociais condicionados pela falta de recursos próprios na resolução dos diversos problemas.

Hoje, porém, as distâncias entre as populações tendem a diminuir e, por outro lado, tendem a absorver a complexa cultura no apoio à mudança social apregoada, o que significa dizer que, os meios de comunicação social nas zonas rurais têm estado a desempenhar o seu papel social, mesmo que de forma diferenciada e insipiente influenciada pelo posicionamento de cada órgão dada às várias circunstâncias adversas.

A comunicação como acção social que, na perspectiva de Habermas pode ser entendida como sendo acção comunicativa e em Weber como acção comunitária tem vindo a conhecer níveis de aplicação que não justifica uma capacidade de se influenciar as pessoas por meio dos meios. Pois, enquanto na percepção de Schramm (1973, 1976) os meios

estiverem ao serviço da elite e com tendências ideológicas, a comunidade vai sendo servida por uma comunicação não construtiva, não sendo válida, a condição segundo a qual os meios condicionam um desenvolvimento e bem-estar social.

A acção dos meios implica uma influência, mesmo que seja indirecta nas comunidades, bem aplicada e valorada a partir dos contextos, vai servir aos interesses da comunidade, sendo despida da ideologia, valendo-se pela análise dos contextos sociais, o que convida as pessoas a participarem das decisões internas.





## **CAPÍTULO X**

### **10. AS PERSPECTIVAS DA COMUNICAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

#### **10.1. Comunicação como fundamento da construção social e do desenvolvimento**

Este capítulo apresenta e discute a compreensão dos especialistas em comunicação para o desenvolvimento (C4D), assumindo-se a comunicação como sendo o centro das atenções nas sociedades modernas determinando a forma como os indivíduos se posicionam em sociedade. Pois, a compreensão mútua como apregoam os vários autores citados tem estado a mostrar muita importância tanto do ponto de vista singular bem como plural que, em Mefalopulos (2008), entende-se serem as duas formas a que as sociedades modernas privilegiam, sendo esta a responsável pela partilha de significações, relacionamentos, entre outros elementos que são influentes no desenvolvimento sustentável.

Olhando para o contexto moçambicano verifica-se um vazio comunicacional em todas as vertentes sociais, quer pelo governo, por um lado, quer pelas outras entidades incluindo as ONGs e as organizações de comunidade de base, por outro. Ora, no engajamento social das diversas esferas no contexto moçambicano os processos da comunicação não são chamados à primeira necessidade conforme se pode apurar em Nguenha (2013). Pois, a comunicação é vista como sendo “uma área que grande parte dos projectos negligenciam ou se a tratam não a tratam como ela deve ser porque tem muitos aspectos envolvidos” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020).

Os aspectos envolvidos referenciados tem que ver com as características de cada grupo assumindo-se Moçambique um país multicultural, multiétnico e multilinguístico o que tem dificultado na harmonização de estratégia de comunicação na resolução dos problemas. Vai daí que a definição das estratégias de comunicação não são universais tomando em conta este aspecto, pois, ignorar uma estratégia que responda às necessidades do contexto, seu impacto vai ser negativo. Evidentemente:

como se comunicam em Inhambane não é a mesma coisa como se comunicam no sul. Como se comunicam no norte não é a mesma coisa.... Mas pode ser válido para outros contextos onde existe uma única nação, uma única cultura, isso sim, você pode encontrar. A comunicação, por exemplo, a mensagem chave no nosso caso moçambicano não podem ser

as mesmas em todo o território nacional. O macua quando se comunica tem seus códigos linguísticos que ele utiliza para fazer passar a mensagem. Os mesmos códigos podem não ser aplicados na região sul. (Celestino Vaz, Docente e investigador em C4D, em entrevista a 19 de Fevereiro de 2020)

nessas sociedades ainda prevalece uma comunicação oral, nem e ai vamos entender que na base, a comunicação oral e a comunicação escrita visual tem muita diferença e isso vai ditar também as diferenças sócio culturais.... Quer ter a certeza de que está a falar consigo e no fim quer te abraçar quer te pegar, nem e as *mamanas* (mães) a baterem *nculungwana* (sinal de alegria) é isso que é encontro, e aquele que está a margem do encontro ele vai ver que teve um acordo e esses meios não possibilitam isso, excluem essa dimensão humana nem. (grifos nossos) (Ratmir Cuna, Docente e investigador em comunicação e cultura, em entrevista a 20 de Fevereiro de 2020)

As questões culturais nos processos da comunicação são fundamentais para que o impacto seja positivo. É neste contexto em que os argumentos da Schuler et al. (2004) nos revelam sobre a necessidade de a informação ter de, necessariamente, causar uma reação ao receptor para que possamos afirmar que, de facto, naquele processo comunicativo houve partilha de pensamentos, segundo nos mostra o conceito clássico de comunicação.

O conceito clássico de comunicação diferencia-se do conceito da comunicação social pelo facto de esta primeira poder criar condições para que entre dois ou mais indivíduos que se comunicam haja partilha e poderem os depois estarem no mesmo nível. Entende-se, porém, que a universalidade de uma mensagem em Moçambique é uma miragem. Miragem por não se considerar os indivíduos como sujeitos ou agentes comunicativos. Foi a esta conclusão a que se chegou em Nguenha (2008, 2013) por se perceber que as comunidades rurais olham somente para os serviços que o governo e parceiros oferecem na dinamização da economia local. Entretanto, a comunicação como estratégia “é chamada quando somente há problema ... não é parte do desenvolvimento ... por isso é que muita das vezes até quando não se consegue resolver o problema é que a culpa é que a comunicação não funciona” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020).

Funcionando como não, “fazer uma comunicação que tome o ser humano numa dimensão mais social, numa dimensão maior do indivíduo inserido na sociedade” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020). Portanto é premente que se assuma uma comunicação

na dimensão social na medida em que Schuler et al. (2004) assume a comunicação como um fenómeno natural. Um fenómeno natural que deixa de seguir o formato clássico e olhar para aqueles a quem a mensagem deve ser transmitida. Pois, uma compreensão ou uma transmissão de uma mensagem mostra-se evidente na medida em que os dispositivos visuais também são chamados a fazerem parte, em particular nas regiões onde a oralidade é dominante.

A comunicação oral assume-se de maior importância, em particular nas regiões rurais onde o conhecimento continua a ser transmitido de geração em geração e de forma oral por se tratar de comunidades em que o conhecimento e a prática da escrita foram esquecidos. Seu foco toma várias vertentes e é assumida como essencial na transmissão de confiança. Assume-se como uma comunicação em que se conjugam outros elementos semióticos como as cores que, representando várias significações, dão maior valor a uma mensagem. Pois, nestas comunidades:

as cores têm significado para eles. Sonho para eles é uma forma de comunicação. Então um líder pode vir comunicar um sonho e esse sonho, na verdade, segundo esse líder pode ser, ehh, um antepassado que está a dizer que se nós não cumprirmos com X,Y,Z vamos ter problemas na próxima época agrícola, então, tudo isso é mix e aí entram os instrumentos rudimentares. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

trazer esses elementos para a comunicação moderna hoje e não olhar a comunicação em língua portuguesa como a melhor coisa para as comunidades, pelo contrário, a maioria da nossa população, a maioria dos membros da comunidade não sabe ler nem escrever em português.... Ouve-se mais exactamente a partir das suas línguas ... em língua local você você abarca muita gente ... enquanto que a língua portuguesa só pega uma pequena percentagem de membros da comunidade. (Tomás Jane, Docente Universitário e investigador em C4D, em entrevista a 29 de Agosto de 2019).

A prova é que a imagem, combinada às cores, tendo substituído a televisiva ou panfletos, que se torna oneroso por vezes em sociedade sem recursos, serve-se de elo de ligação nos processos comunicativos para casos particulares. É a comunicação verdadeira entendida por Freire (1970, como citado em Magalhães, 2004), como sendo a que se resume pela simples forma de compreender a mensagem a partir de uma simples acção ou gesto. As

acções nestes contextos sociais, do mais simples ao mais complexo, carregam um conjunto de valores que vão identificando o *status quo* dos intervenientes no processo.

Como exemplo podem ser citadas as escutas colectivas comunitárias como “um dos mecanismos de, não é, de comunicação entre, entre entre as partes envolvidas num determinado problema, e que esse esses mecanismos não são aproveitados pelo sistema, não é, de gestão, não é, do Estado, no nosso caso” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020). As escutas colectivas são um mecanismo seguro para suavizar discórdias entre grupos. Neste caso, podiam servir de base para a orientação do pensamento dentro das comunidades, avaliando como a comunidade interpreta certos fenómenos.

Há uma chamada de atenção que determina a eficácia da comunicação a partir da lógica assertiva segundo a qual, e que se entende como sendo uma forma de orientação das acções comunicativas para que os serviços oferecidos sejam conhecidos e que a aderência na comunidade seja maior. Isto é, a comunicação serve de instrumento natural para colocar em ligação o indivíduo e o objecto.

Com que então mede-se a comunicação como sendo aquela acção que orienta e dá valor aos serviços, pois se “afecta todo o trabalho de comunicação ... faz-se todo o trabalho de promover os serviços, aumentar a procura mas às vezes a oferta dos serviços não vem na qualidade que seria desejável para o paciente” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020). Ora, anula-se todo um trabalho da comunicação que, em outros campos, seu impacto não se verifica. Verificando-se o impacto do ponto de vista de quem a pratica, o que deve disponibilizar os serviços fica apático, criando frustração social. Pois, sucede, não raras vezes, as pessoas recebem promessas de algo que nunca se verifica.

Por outro lado, sucede que a mesma comunicação, por vezes torna-se em uma necessidade para fazer com que os serviços disponibilizados, não só sejam conhecidos como também sejam valorizados dentro das comunidades.

Colocar lá um uma escola, por exemplo, com todo o equipamento necessário em termos de de cadeiras e do do, coisas do último grito. Vamos lá, dois meses depois vamos perceber que um membro da comunidade tirou janela, aquelas cadeiras já não estão lá, .... porque há um vazio grande no que tange à comunicação e à tomada e uso dos recursos da comunicação

disponíveis para fazer com que as pessoas sejam parte da governação. (Mário Marrengula, Especialista em SBCC, em entrevista a 25 de Fevereiro de 2020)

Há aqui uma necessidade de, nessas situações, se contextualizar a comunicação que olha para as questões educacionais como indica Schramm (1976) de modo que as pessoas dentro da comunidade sejam consciencializadas ao uso e conservação de bens públicos. A função educacional aparece como a mais indicada para resolver situações urgentes como estas. Evidentemente, na comunicação educacional os indivíduos do grupo passam a agir como sendo membros da sociedade, influenciando-se de forma positiva, cabendo a cada um definir seus padrões que vão ajudar a ter cada vez mais vontade de fazer parte do grupo, influenciando-se a si e aos outros.

O vazio da comunicação pode ser analisado pela falta de acções que determinem uma orientação em busca de um resultado seguro e satisfatório no grupo, por um lado, mas com grande impacto, resulta a não orientação social sobre o que pensar, como proceder, como agir, entre outras situações que perturbem a ordem social, passando a ser considerada como um método, daí Schramm (1976) argumenta ter de ser elevado ao nível de necessidade. Pois:

o desafio grande não é que mensagem está a se levar, é qual é o nível, o grau de planificação que existe para garantir que a todos estejam a, todos que intervêm estejam a intervir de forma sinérgica para garantir que os conteúdos das mensagens que são levadas reforçam-se uma as outras, nem e que essas mensagens, a longo prazo não produzam um efeito adverso. (Felisberto Massinga, Especialista em SBCC, em entrevista a 21 de Fevereiro de 2020)

A comunicação, entendida por Mefalopulos (2008) como uma ferramenta dialógica, deve passar a constituir-se, como indica Massoni (2008), em um elemento estratégico que possa contribuir na tomada de decisão em todos os níveis, concorrendo na participação dos actores. Pois, não raras vezes os agentes de mudanças “não têm ferramentas de comunicação porque eles não conhecem o seu interlocutor e então tudo vai dar nulo. Há uma coisa que vai, mas o impacto seria maior e até melhor se fossem para lá já com esses conhecimento” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Considera-se haver um entendimento da existência de “muitos problemas de interpretação do impacto da comunicação porque não estamos a tentar separar, até onde a

comunicação contribui e onde é que daqui para frente tem a ver com gestão” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020). Ora vejamos, indica-se um desconhecimento do que a comunicação pode fazer, pese embora se apregoe ao seu uso estratégico e como uma ferramenta. Porém, ela “não dita a transformação. A comunicação contribui, influencia para que haja transformação. Então, se quer influenciar para a comunidade poder se transformar então, tem de fazer isso” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Um dos grandes problemas na comunicação prende-se com o fraco uso ou capacidade de uso de ferramentas capazes de influenciar na mudança implicado pelo valor a que se dá a todo um processo comunicativo, pois, “os recursos que se devia colocar na comunicação e no fim quando se avalia, tudo o que dá errado o problema é comunicação e eu acho um pouco injusto” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).

É preciso que a comunicação seja dirigida por indivíduos que a conhecem para que se possa evitar desentendimentos e desajustes de estratégias para que haja mobilização assertiva, pois, muitas lideranças e tomadores de decisões:

não conhecem exactamente as leis relacionadas com a comunicação, como funciona a comunicação, não sabem e não são culpadas.... há instituições que dizem que a comunicação não é importante porque a comunicação normalmente nesses lugares é a visualização do responsável da área, das acções. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Porém,

Nem todas as mudanças dependem da comunicação. Há coisas que não tem nada a ver com a comunicação e temos de dizer que isto aqui não é um problema da comunicação.... Então, por vezes a comunicação, pode estimular nas pessoas a preocupação de ir mais cedo na unidade sanitária e estar a se registar casos, pode acontecer. (Felisberto Massinga, ex-director do GABINFO e do ICS, em entrevista a 21 de Fevereiro de 2020).

A comunicação precisa de ser inclusiva tornada mais acessível através da linguagem usada na transmissão da mensagem. Tomando em consideração a heterogeneidade étnica moçambicana, nas mensagens a serem difundidas é pertinente que se adoptem várias estratégias que possam ajudar na resposta satisfatória a todo o processo comunicativo como forma de responder às demandas sociais. “As pessoas que estão na área da comunicação têm de fazer um esforço para que ... a comunicação seja entendida nas suas várias vertentes, nas

suas várias vertentes porque se nós ficarmos apenas na difusão dos actos” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020), seu impacto vai ser insignificante.

Pois, a existência de várias etnias significa várias formas de perceber a mesma coisa, o que significa que a percepção para cada contexto deve ser moldada em função da forma de ser e estar nesse lugar. Entende-se que a ideia nas estratégias de comunicação é incluir as pessoas daí que se argumenta que para que as pessoas sejam incluídas é preciso que se “desenhe a comunicação que possa incluir ... as comunidades e todos aqueles que querem desenvolver actividades nesse sector” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Portanto, é preciso que haja uma definição clara dos públicos de cada mensagem para que as estratégias possam ser mais eficazes, o que significa “alinhar o pensamento de comunicação com as próprias mensagens para poderem chegar ao público-alvo” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020). Pois, “nós enquanto especialistas em comunicação temos que advogar isso. A comunicação é a solução de tudo” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020). Esta visão modesta e futurista coloca mais uma vez a comunicação como sendo o centro das acções dos indivíduos, porém, as questões culturais, como nos indica Obregón (2014), impedem a adopção de atitudes e condutas modernas que no contexto da presente pesquisa se mostraram dependentes da alfabetização, educação e tecnologia dos media.

Nestes termos, o conhecimento dos programas pela comunidade passa por processo estratégico determinado pelas boas acções do indivíduo que conhece as atitudes do grupo. Considerando o grupo como sendo o que tem influências internas e determinadas pelos contextos, ao que Habermas (1984) considera capacidades avaliativas do ambiente da comunicação podendo o indivíduo se posicionar em função dos seus interesses que, em Weber (1973), considera-se como sendo algo subjectivo ao indivíduo mas provida de sentido ao comportamento de outros.

O sentido da comunicação aqui entendido é que obedece ao sentido único, particularmente no sentido decrescente (*top-down*) cujas “decisões eram tomadas de cima e depois eram implementadas abaixo e muitas vezes sem a colaboração nenhuma com o implementado, o próprio cidadão, o que resultava na descontextualização de certas medidas” (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020).



O modelo unidirecional, particularmente, indica Mefalopulos (2008), ignora todos os processos comunicativos e não abre espaços para a tomada de decisão de forma correcta, por não poder abrir espaços para diálogo, avaliação de riscos, identificação de soluções e busca de consensos para a acção, pois, ela se limita apenas em transmitir a mensagem.

A consciência comunicativa idealiza uma comunicação em busca de resultados seguros e que permitam a sustentabilidade a longo prazo. Entretanto, há mais uso de um modelo cuja base se orienta pela conduta da comunidade e que “é influenciado não só pelas ... seus atributos individuais mas também pelo meio à sua volta, pela família,... no meio onde ele vive e que todos esses recursos acabam tendo uma influência na forma como a pessoa se comporta” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020). Entende-se ser o modelo psicológico que, em Rodríguez, Obregón e Veja (2002), se caracteriza por ser um modelo individualista que considera o receptor como pessoa isolada do colectivo.

O modelo ideal da comunicação tratando-se de uma situação em que os envolvidos nesse processo comunicativo pretenderem resultados significativos, seria o modelo construtivista a partir do qual a comunicação serve de padrão de construção do mundo e valoriza as relações sociais. Aqui, a comunicação deixa de ser um processo e passa a ser, conforme nos indicam Rodríguez, Obregón e Veja (2002), um padrão de valores que orienta o mundo da vida e da morte.

As pessoas, como um grupo, se orientam por um conjunto de códigos simbólicos, hábitos cognitivos, tradições culturais e, regras e normas, adotados como sendo padrões de relacionamento e manter as regras de conduta.

Estas regras de conduta encontram maior dinamismo quando o fluxo de informação for elevado ao nível necessário, ajudando da construção social através da difusão do conhecimento. Pois, é através da comunicação e da informação que as sociedades modernas e desenvolvidas se tornam capazes de dinamizar a participação dos grupos sociais na produção de bens económicos e industriais. Em Schramm (1976) entende-se que a comunicação e informação foram considerados como sendo os de maior importância no âmbito de construção económica através do fornecimento de conhecimento e uso aplicado da técnica.

Portanto, um projecto que se torna sustentável deve ter um carácter formativo, olhando para as comunidades que não detém o conhecimento da técnica. É importante munir

a comunidade de um conhecimento técnico de forma sustentável e rotativa por forma deixar a que se auto consciencialize. De forma rotativa para deixar um intervalo de tempo para fazer monitoria e avaliação aos formandos e ver até que ponto, depois dos conhecimentos adquiridos as pessoas tendem a condicionar o seu bem-estar social e das suas famílias.

## **10.2. Comunicação para o desenvolvimento e sustentabilidade dos projectos**

A comunicação para o desenvolvimento (C4D), pela sua capacidade interdisciplinar, toma, em particular, a comunicação dialógica como estratégia fundamental para analisar uma realidade comunitária. Consiste, basicamente, em facilitar processos que promovam mudanças nas várias esferas ideológicas e de sustentabilidade. Para tanto, fazendo uso da comunicação é possível influenciar as decisões das comunidades a introduzirem cada vez mais mecanismos tecnológicos para incrementar a produção.

Pode ser considerado, por um lado, como C4D nas práticas do fazer moçambicano, em particular, o “fazer e divulgar aquilo que são as políticas de educação para a mudança do comportamento das comunidades e também, sobre as políticas de comunicação comunitária em Moçambique” (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019). E que, por outro, “quando situamos a comunicação como o factor do desenvolvimento... Porque é algo que pode transformar as vidas, melhorar as condições de vida das próprias comunidades” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

No entanto, Schramm (1976) refere que os países subdesenvolvidos possuem também um sistema subdesenvolvido de comunicação, entendendo-se desta forma que a comunicação tem sido insipiente na determinação de mudança social. Pois, se “não contribuir para a mudança, se não contribuir para a melhoria das condições da comunidade, então aí que, naturalmente, não há desenvolvimento... Não tiveram nenhum sucesso em termos de transmissão das mensagens que eram necessárias para o desenvolvimento da comunidade” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Embora se argumente que a C4D “envolve tudo o que está em volta de um cidadão” (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019), há que considerar que a aplicação neste *tudo em volta do cidadão* (grifo nosso), obedece a um conjunto de regras que devem ser estabelecidas através de mecanismos que valorizem os contextos de cada lugar incluindo a língua e a

cultura identificadas nesses lugares, evitando a transferência de tecnologia sem conhecer o contexto e as implicações dessa transferência. Com que então, é necessário que, por vezes se faça:

um trabalho de avaliação para perceber se aquele modelo foi exactamente adoptado pela comunidade e que resultados positivos trouxe para a comunidade. Porque muitas coisas podemos implementar em Moçambique a partir de de das experiências de outros e que tem sua cultura e que levaram tempo exactamente para aplicar isso e nós queremos chegar e prontos, boom, vamos fazer isto, para uma comunidade não preparada. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

Considere-se preparação um mecanismo de apoio à estratégia da comunicação por poder avaliar os vários factores que podem comprometer o sucesso de uma boa comunicação. Ora, a comunicação tem como fundamento preparar contextos para receber um conjunto de elementos desde os técnicos até aos ideológicos, bastando apenas respeitar a forma como cada comunidade se comunica sobre um determinado assunto. Pois, a determinação da linguagem para emitir significados compreensíveis vai poder criar uma satisfação plena aos integrantes no processo, porque do contrário, significaria que a estratégia de comunicação implementada não teve êxitos esperados.

Tendo em conta que a comunicação atende, de modo geral, as mesmas necessidades em todas as sociedades (Schramm 1973, *in* Lerner & Schramm, 1973), e assumindo que as estratégias são universais, diferindo apenas no modo de implementação e dos contextos, na comunicação para o desenvolvimento podemos indagar na possibilidade de se avançar com uma estratégia usando o modo de se expressar das comunidades, sobre por exemplo, o “dever de mudar o comportamento na sua própria linguagem.... Então, a estratégia, ao se desenhar deve se apropriar dessa comunicação interpessoal” (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020).

Pois, quanto maior e mais livre o fluxo de informação, é menos provável que a comunicação manipuladora tenha algum efeito (Schramm, 1976). Porém, a comunicação pode ser usada, de alguma forma, para a manipulação se os possuidores dos canais decidem usá-los com esse propósito (Schramm, 1976).

A integração social ou comunitária em processos de desenvolvimento dependem muito da iniciativa dos participantes quando tornam seus interesses concentrados nos

resultados, por exemplo, do projecto vigente, com financiamento ou não, desde que, através de uma lógica estabelecida, os indivíduos participem de forma activa, respondendo aos objectivos macros de desenvolvimento integrado.

O consenso é considerado como uma forma de estar condicionado pela aprovação unilateral das ideias propostas que determinam ou aceitam uma conduta como válida dentro do grupo influenciado por razões racionais que orientam esse mesmo grupo. Um indivíduo só adere a um certo tipo de conduta ou a uma acção se essa acção estiver pré-determinada como sua conduta, o que aventa a condição de, no grupo, as pessoas com mesmo tipo de pensamento, desenvolverem uma orientação similar de actuação mesmo que esteja fora de um padrão desejado comunitariamente.

A deficiência na auto sustentabilidade de um projecto implementado na comunidade, para a comunidade e com a comunidade pode ser entendido como sendo problemático, não no âmbito comunitário, mas sim na sustentabilidade. Significa, em outras palavras, que o governo deve priorizar, para as comunidades, projectos e/ou programas em função do ambiente comunitário. Por exemplo, um micro banco nas comunidades rurais, sua sustentabilidade depende, em particular, da capacidade de circulação da moeda nesses lugares.

### **10.3. As Rádios Comunitárias e a comunicação mediática**

As rádios comunitárias como meios de comunicação social e que, no contexto moçambicano, dominam as transmissões diárias de mensagens, são assumidas como as mais importantes, especialmente nas regiões rurais. Portanto, o olhar de Marx (citado por Vicente, 2009) sobre os meios de comunicação social é que toma-se como papel fundamental a formulação e expressão de valores determinantes na consolidação não só de ideias, pensamentos e outras práticas, mas também a do conservadorismo a serviço das classes dominantes.

Portanto, os meios de comunicação social ao difundirem mensagens de utilidade pública:

provocam a consciência de que existe o problema mas não provocam na consciência a solução do problema porque apenas noticiam enquanto que uma rádio comunitária não. Notícia e ao mesmo tempo tenta pegar elementos que podem fazer com que a comunidade entenda o problema e participa na solução do problema e, participando na solução desse problema, isso significa melhorar as condições da sua própria vida. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

as rádios comunitárias são muito ideias para passar informação ou dar acesso a informação à população só que as rádios comunitárias são muito volúveis nos seus programas.... A programação da rádio comunitária depende de quem chega com dinheiro e diz assim insira dentro da rádio comunitária um programa tal e fala da nutrição. É o que acontece no caso de muitas ONGs, fazem isso, chegam na rádio comunitária e olha, produz um programa. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

a própria rádio funciona como escola porque muitos jovens vão lá como voluntários e acabam aprendendo como fazer rádio. Acabam aprendendo como fazer televisão na comunidade e quando perceber que ele está em condições de trabalhar numa rádio, numa televisão saem e vão a procura de emprego nesses órgãos de comunicação. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

A rádio comunitária tem uma importância incomensurável que, nas indicações de Lerner e Schramm (1973), suas qualificações programáticas criam maior dinamismo na informação difundida sendo capaz de substituir as escolas no âmbito de ensino e aprendizagem, capacitando as comunidades na gestão de seus recursos. Porém, por vezes, acontece que a informação difundida nesses meios colide:

com os valores culturais das pessoas sobre risco de as pessoas mudarem de canal, as pessoas desligarem rádio, afinarem ou não deixarem as crianças ouvirem aqueles programas. Há muita possibilidade de serem as próprias pessoas a resistirem àquela mensagem porque não foi bem empacotada porque ela, a forma como foi empacotada ela choca com as pessoas, eu quero que meus filhos ouçam aquela mensagem. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

As interferências na produção de programas é o dilema pelo que elas passam por muito tempo, pois, seus parceiros assumem-nos como o elo fraco por assumirem a rádio de

forma parcial de tal modo que os serviços que eles difundem pela rádio comunitária não são totalmente pagas, deixando a rádio cada vez mais necessitada de recursos.

O desempenho das rádios comunitárias dentro das comunidades tem sido significativo na medida em que conseguem fazer cumprir os papéis de outros órgãos sociais que fazem uso dos seus serviços. Embora se considere o meio mais abrangente, seu alcance é continuado pelas lideranças locais penetrando em lugares mais recônditos dos distritos fazendo passar a informação, em particular do governo. Vai daí Obregón (s.d) enaltecer que entre os meios e os líderes há uma interajuda na medida em que os meios informam os líderes e, por sua vez, estes influenciam a comunidade.

Entretanto, indica-se que por “vezes esses meios tradicionais ... às vezes não têm impacto quase que nenhum dentro das próprias comunidades” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020), o que faz com que a própria rádio comunitária tenha cada vez mais desafios na medida em que ela “vai sendo também diminuído ... continua para o nosso país,... sobretudo nas zonas rurais, é muito importante naquilo que são os meios mais formais” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).

Sua importância é indicada por Obregón (2014), por ter sido usado com muita frequência para transmitir e disseminar os valores da modernidade, promovendo o uso de novas tecnologias, processo que pode ser entendido como sendo educativo. No entanto, as rádios comunitárias em Moçambique se desviaram do “propósito real. Mesmo com relação às rádios criadas pelo instituto de comunicação social, pelo governo que tinha no passado uma missão muito grande que tinha que trabalhar nas comunidades com as comunidades.... Para a educação, para a mudança” (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019).

Ora, a disponibilidade de informação, a partir dos meios de comunicação, como mostram Briggs e Burke (2006) passam a afectar o ensino e aprendizagem formal. Por outro lado, considera-se a informação como o princípio de organização social, particularmente para regiões onde a disponibilidade de informação é condicionada por factores como electricidade, por exemplo.

O subdesenvolvimento é visto como sendo um entrave que nega o avanço de qualquer que seja evento, tanto económico como social. Pois, considera-se que o avanço económico e

sustentável depende dos processos da comunicação que condicionam um conjunto de informações através dos vários dispositivos possíveis dentro das comunidades.

Se os dispositivos comunicacionais estiverem ao nível de países subdesenvolvidos, então, a dinâmica do fluxo de informação por eles difundido vai ser incipiente para mover as pessoas na mudança de comportamento face aos vários fenómenos possíveis. Pois, Schramm (1976) argumenta que, “à medida que o desenvolvimento nacional é encaminhado, não são as funções da comunicação que se modificam mas as quantidades de comunicação” (Schramm 1976, p. 76).

#### **10.4. Compreendendo o alcance da comunicação comunitária**

A comunicação comunitária é vista como sendo as que promovem, com maior facilidade, a participação do cidadão, defendendo os seus interesses (AMARC, 2010, como citada em Steinbrenner & Hurtienne, 2012). Entende-se que suas acções dentro das comunidades procuram resolver problemas de relacionamentos dentro da comunidade fazendo com que esta seja unida para uma única causa, com particular destaque, no combate à pobreza rural e outros males sociais.

Evidentemente, refere-se que:

a rádio comunitária é um meio ideal para inserir as mensagens de desenvolvimento dentro das comunidades. Sobretudo a rádio comunitária é uma rádio que está inserida dentro da comunidade e fala a língua da comunidade. E então, o que é que está a acontecer, as rádios comunitárias em Moçambique são insustentáveis. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

a rádio abrange talvez em termos territoriais, maior número de ... interlocutores que podem ser abrangidos pela rádio e depois temos o líder comunitário que pode também abranger maior parte da população mas vai precisar de mais tempo para poder veicular sua imagem em vários níveis até em vários lugares o que poderá ser difícil para abranger portanto, o número de pessoas que poderão ser abrangidas pela rádio. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

Estando a dar apoio técnico às rádios comunitárias, o CAICC (2014) assume as RCs como tendo papel preponderante na democratização da comunicação incentivando cada vez

mais a participação comunitária, entendido no seu enquadramento legal como sendo um serviço estatal.

Os dispositivos técnicos para mim eles servem para convocar mas sozinhos também não funcionam. Agora, para diálogo, para consenso para ai sim, chegarmos no consenso sobre o que é desenvolvimento para a gente.... Eu preciso de dialogar e ai é que entram esses aspectos tradicionais, um equilíbrio de força com instrumentos da comunicação moderna. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

A necessidade de criação das rádios comunitárias nos distritos assume-se de maior importância na medida em que vai promover, dentro das comunidades, a mudança social e de comportamento. Uma das defesas que Lima (2010) avança sobre a importância das rádios comunitárias é que elas valorizam e incentivam as manifestações culturais locais, chamando atenção para a educação para a cidadania. Pois, “queríamos que as comunidades tivessem algum meio de comunicação. Um meio que poderia produzir e emitir informações educativas para aquela comunidade” (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019).

Por outro lado, sua necessidade prende-se com o facto de ter características particulares que a diferenciam de outros meios, sendo que “são essas características que poderão até certa forma contribuir para que o impacto também seja diferente. Não sei se pode ser diferente ou igual mas dependerá, portanto, da característica desse meio” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 202). Porém, o país ainda se ressentido do “problema da falta de meios educativos em determinadas comunidades” (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019).

Usando contextos e abordagens locais, as RCs democratizam a comunicação, como indica Peruzzo (1998, citada por Lima, 2010), o que contribuir na maior circulação de informação, contextualizando as dinâmicas sociais a partir da produção e consumo local de um conjunto de recursos disponíveis.

Quando já a informação começa a ser tratada desta maneira ao nível da própria comunidade, então a comunidade começa a interessar-se pela informação que está sendo difundida a partir daquele meio e então a partir daí que o meio começa a ter um grande impacto naquela comunidade o que é difícil já com esses outros meios tradicionais que nós conhecemos, já não vão até ai para fazerem tratamento específico. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).



Há que considerar que de um tempo para cá as opções em termos de canais para as pessoas acederem informações aumentaram, aumentaram as opções.... As rádios comunitárias estão a aumentar cada vez mais quase a maioria dos distritos já tem uma rádio comunitária, temos as televisões que aumentaram os canais e mais televisões a chegarem cada vez mais longe. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).

A disponibilidade dos meios nos contextos rurais ainda é uma miragem embora alguns considerem a sua disponibilidade significativa. Sucede que os distritos ainda não estão todos eles cobertos por sinais de rádio, pois, o país conta com cerca de 128 distritos, porém, somente existem em todo o país menos de 80 rádios comunitárias. Os sinais de radiodifusão pública apenas atingem as zonas urbanas e periurbanas.

É por meio deste facto que se observa que a “preferência de comunicação dessas sociedades rurais ainda têm sido pastor, líder comunitário, líder religioso, curandeiro e depois entra rádio e depois entra Tevé” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020). Pois, os meios existentes, nos lugares que existem, não conseguem responder de forma cabal aos desejos comunitários, por exemplo, para tratar questões informais das comunidades uma vez estas rádios terem oferecido seus espaços para programas empacotados das ONGs e outros organismos dentro da comunidade (CEC, 2014). Outrossim, o “ICS não chega lá, os únicos que passam informação são régulos, uma vez a outra quando recebem instruções ou uma informação que vem da direcção, de serviços distritais de saúde” (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020).

Os programas empacotados demonstram haver fraqueza da parte dos meios comunitários o que os coloca na posição subalterna e propensas à manipulação. Entrementes, dotados de uma capacidade de exercer certo poder dentro das comunidades, elas são vistas como as que somente difundem informação sem manipulação da opinião pública. E por essa via questiona-se sobre quem manipula quem, senão vejamos:

os meios de comunicação não estão para manipular, pelo contrário, estão para passar a informação que não é detida pela comunidade e recolhe da comunidade e devolve para a comunidade. O meio de comunicação não detém a informação porque é um canal da divulgação da informação. Então, a detenção da informação está com quem tem a informação e não com os meios de comunicação porque os meios de comunicação é uma rua. A informação passa só que é tratada para ser repassada. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

A capacidade dos meios na transmissão da mensagem é vista de forma holística pelos entrevistados na medida em que cada um resulta em seu impacto e responde de forma particular a cada caso. Ora, é importante “ver qual é o meio que é mais adequado para determinado tipo de mensagem que queremos transmitir” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Considerando a tecnologia, como a que se comporta na mesma dimensão que outros meios, na medida em que não é usada da mesma forma em todos os casos uma vez as formas de “difusão do meio ou a abordagem de mensagem para uma comunidade em que o contacto interpessoal funciona melhor.... Nem sempre a tecnologia pode ser usada da mesma maneira para determinados casos que pode retardar a aceitação” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Se o fluxo de informações e os canais de comunicação não são adequados a essas tarefas, é importante, segundo Schramm (1976) que se avalie sua dinâmica como forma de sustentar a ideia segundo a qual os fluxos de comunicação condicionam um bem-estar social.

Por outro lado, os canais de comunicação, seguindo as análises indicadas por Schramm (1976), ao abordar sobre integração, ao que tudo indica, por exemplo, no contexto das aldeias comunais moçambicanas e, posteriormente, as vilas de milénio, tinha-se em vista fazer com que o desenvolvimento separado e observado ao longo do tempo, influenciado pelas dinâmicas sociais comunitárias, se tornasse em um desenvolvimento nacional verdadeiro de modo a que os distritos, como uma unidade macro nas zonas rurais, pudessem reunir esforços no combate à pobreza.

### **10.5. Sustentabilidade e independência das rádios comunitárias**

Quebral e Gomes (1997, como citados em Paula, 2002), ao falarem de sustentabilidade mostram uma segurança em termos de acções a serem desenvolvidas o que, de certa forma, pode ser tomado como sendo estabilidade financeira. No entanto, há falta de mecanismos que possam dar suporte ao desenvolvimento e permitir uma actuação de forma independente das RCs nos distritos. Visto no contexto moçambicano:

a rádio podia contribuir para o desenvolvimento da comunidade mas como manter a rádio sustentável?... muitas dessas rádios comunitárias são geridas pela própria comunidade e não tem como manter porque tem o pagamento da água, pagamento da luz, do pessoal voluntário que trabalha nas rádios isso não tem e algumas acabam fechando. Sobre tudo as rádios comunitárias que estão nos distritos, nas localidades, essas é que sofrem muito, oscila a corrente eléctrica, o emissor queima.... Não tem dinheiro para pagar isso. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

O grande dilema de sustentabilidade prende-se, não com a falta de empresas nos distritos, mas com a falta de estratégias, tanto da rádio para prover recursos, tanto da comunidade, para que, a meio das dificuldades existentes no distrito, pudesse criar uma associação cuja missão seria arrecadar recursos existentes nos distritos para a sustentabilidade da rádio. Pois, os distritos, assumindo-se como pólos de desenvolvimento, têm maiores probabilidades de assumir a rádio como parte integrante do sistema, muito em particular, pela sua extrema importância na participação comunitária.

O entendimento é de que a rádio comunitária, sendo o único meio viável para ajudar a sociedade na educação e tomada de decisões, devia ser assumida pela comunidade como um serviço indispensável e que sua falta pode gerar contendas sociais, pois, sua comunicação, de acordo com o CDR Report (2002), é única saída das várias intervenções necessárias para conter problemas sociais.

Portanto, o ideal para a sua sustentabilidade é que:

as rádios comunitárias devem funcionar de forma independente e que se sustentem dentro da própria comunidade, isso é que é ideal... Ensaiou-se um modelo de centros multimédias comunitários mas não funcionam para todas as rádios. Algumas rádios não conseguem funcionar com os centros multimédias comunitários porque faltam a manutenção dos computadores, as avarias, tudo isso. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

Tendo se assumido como uma comunicação alternativa e que dá voz aos sem-voz, valorizando os seus anseios e cultura, as rádios comunitárias credibilizam para si suas estratégias de comunicação e partilha do conhecimento na medida em que sua tecnologia é instigada a atingir lugares mais distantes. Habermas (2003), nos seus argumentos, mostrou-nos que em comunicação para que a mudança social e de comportamento ocorram,

pressupostos desenhados e previstos pelas rádios comunitárias, a estratégia fundamental é fazer com que a comunidade determine o que ela quer ou gostaria de ouvir.

Portanto, é nestas condições a que se apregoa a necessidade de estas rádios terem independência de modo a que possam criar mensagens em benefício das suas comunidades de forma independente, pois, permitir interferência desmedida pelos que a podem financiar, seria vender, indirectamente, a sua liberdade de produzir programas que satisfaçam as necessidades da comunidade.

A ideologia que norteou a criação das aldeias comunais durante a época colonial é considerada sustentável a longo prazo na medida em que todos os grupos sociais integrados ao projecto tinham uma participação activa e com ideia de apropriação da lógica do projecto. Entretanto, a lógica do financiamento nas vilas do milénio em Moçambique não é viável para manter os projectos de forma coesa e que consigam dinamizar as comunidades ao bem-estar social.

Um dos grandes domínios que afasta as comunidades da ideologia do desenvolvimento vigente, para além de ter que ver com a integração social, prende-se, por outro lado, com as questões de dominação trazidas pela linguagem do neoliberalismo. Habermas (1989b), considerando a comunicação linguística, assume que a linguagem é um instrumento de exercício de poder. Para ele, esta dominação desconstrói todo um processo criado pela comunicação no âmbito do desenvolvimento motivacional. A partir do desenvolvimento motivacional, a comunidade ou os indivíduos, de forma isolada, podem, até certo ponto, garantir uma forma de ser e estar que toda uma geração vai servir de modelo em todos os domínios sociais.

Pois, a cada participante é-lhe atribuído um conjunto de normas que o ajudem a observar suas aptidões no processo de avaliação dos ambientes comunicacionais a que se faz presente e se posicionar em função dos seus interesses. Partindo-se do princípio de que as pessoas participam em uma acção tendo em conta responder aos seus objectivos, o indivíduo, usando das suas faculdades e, influenciado pela informação e capacidade de se comunicar, criar seus ambientes em função das observações que vai fazendo dos outros participantes no mesmo processo.

## 10.6. Efeitos das mensagens das rádios comunitárias

As mensagens difundidas pelos meios de comunicação social e não só, representam a capacidade da comunicação humana a partir do qual os participantes buscam se compreender. O fundamento de uma mensagem é de que ela emita um significado ao receptor, classificado por Schramm (1976) como sendo de vigilância, política e educacional.

No entanto, a emissão das mensagens no contexto moçambicano, no geral, não obedece a uma enunciação pré-estabelecida cujo limite fora deixado por uma outra anterior para avaliar seu impacto. Ora porque as mensagens não foram ensaiadas, ora porque elas “não estavam enquadradas culturalmente, então tinha que se testar se elas pegavam ou não pegavam dentro do contexto cultural” (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020). Por outro lado, sucede, não raras vezes, não se dar:

seguimento a longo prazo para ver qual é o efeito que esta mensagem tem a longo prazo... Não basta só testarmos as mensagens e dizermos que okay, a mensagem foi entendida e estamos a passar, temos que ver qual é o efeito dessa mensagem a longo prazo. Depois de algum tempo precisamos de voltar a comunidade e ver o que as pessoas estão a fazer decorrente daquela mensagem que iniciamos há um ano atrás, há dois anos atrás, algumas mensagens até vem de décadas. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

Assumindo-se as três grandezas da informação expostas por Schramm (1976) como a da vigilância, caracterizada por ser sobre relatos das tribos; a da política, que se preocupa com as questões de liderança e; a educacional, fundada por se preocupar com as comunidades, trazendo a elas seus membros unidos pelos seus valores. Portanto, a comunicação comunitária feita e apresentada neste contexto, pelas suas características e objectivos, assume-se ser uma comunicação do tipo educacional por visar uma transformação das comunidades.

Por outro lado, a grandeza educacional caracteriza-se por trazer informações cujos argumentos têm como manifestação a defesa para a comunidade na medida em que busca sua compreensão geral em função dos valores da modernidade cujos efeitos se observam pela libertação da comunidade das manipulações que podem ser trazidas pela informação política ou de liderança.

A capacidade dos meios de comunicação social na difusão de informação prende-se com o facto de, no meio comunitário, se observar condutas e posicionamentos diferentes, cujos efeitos se medem pelo bem-estar social, pois, em Sousa (2006) é mais social e humano, para além de legitimar as representações sociais. Considera-se um bom meio de comunicação aquele cujo alcance e capacidade de influenciar é maior e geral dentro das comunidades. Ora, os impactos negativos podem ser visíveis na medida em que “na comunidade a informação não chega. Portanto, não existem meios ou planos de fazer chegar a comunicação e a própria população ter acesso a mesma informação” (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020).

Nós temos a convicção de que qualquer intervenção de comunicação só vai realmente ser eficaz com a combinação de meios. Não há um meio que sozinho vai dizer que, trabalhando com este meio vai ser suficiente para nós atingirmos o número de pessoas que queremos e termos o efeito que queremos, é sempre uma combinação. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

A combinação de meios referenciados tem que ver com a relação estabelecida entre os meios de comunicação de forma tecnológica, por um lado e, com as lideranças locais, por outro. Esta combinação, em Schramm (1973), prende-se com a necessidade de se fazer com que a mensagem atinja o destinatário de modo a que se possa observar a mudança desejada, porque, do contrário, segundo o autor, não haverá mudança.

Tanto as lideranças locais, bem como os meios tecnológicos, devem ser colocados ao nível de necessidade e em parceria com as comunidades. Isto porque “o nosso líder comunitário ainda tem algum défice em termos de se equipar intelectualmente para poder dar respostas às questões que podem ser levantadas em torno daquilo que nesse momento deve ser desenvolvido” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

O líder comunitário ele vai dizer que bom, fazer em termos de mobilização ele é muito forte com o líder comunitário, mas na transmissão, vamos lá do da mensagem e com conhecimento necessário, às vezes a rádio comunitária ela pode ter mais prestígio, por quê? porque tem os elementos, não é, que dizem porque tem que, por exemplo, vir a vacinação, enquanto que as vezes o líder comunitário às vezes pode ter algum défice em termos de informação das, em termos da abrangência do próprio conteúdo, por que é que os adultos, as crianças devem ser vacinados. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

A combinação entre as lideranças e os meios tecnológicos justifica-se mais uma vez, pelo facto de se observar que o líder, por um lado, tem a capacidade de mobilização e, por outro, o meio tecnológico tem a capacidade de trazer um conjunto de elementos e, de forma mais clara, indicando as razões pelas quais deve se adoptar uma certa prática ou comportamento.

Neste contexto, argumenta-se sobre a necessidade de as comunidades terem de atingir um horizonte considerável de desenvolvimento tanto dos meios tecnológicos bem como a nível social para que se possa assumir que o grau de transmissão e recepção de mensagens está num patamar pretendido e que a mudança de comportamento ocorre com maior frequência, dando maior estima aos que influenciam a essa mudança.

Nesta visão, observa-se que o entendimento, condicionado por meio das acções das pessoas e, por outro lado, pela informação, tem a capacidade de gerar cada vez mais um bem-estar social, satisfazendo as demandas da comunicação e informação.

Um dos argumentos centrais de Habermas (1989b) sobre os meios de comunicação é que eles se baseiam pela acção estratégica perante o receptor, o que faz deste ser objecto na relação comunicativa, daí a dominação. O facto de tornar o sujeito na relação em objecto de dominação faz dos meios de comunicação um instrumento que perde espaço para um desenho estratégico da comunicação na medida em que se afasta do âmbito racional.

Entende-se que a acção comunicativa é dependente do contexto situacional que, por sua vez, representa segmentos do mundo da vida dos participantes em interação (Habermas, 2003). Logo, alcançar a compreensão é considerado um processo de atingir a unidade entre os sujeitos falantes e actuantes. Alcançar a compreensão é inerente ao *telos* da linguagem humana (Habermas, 2003, p. 120) que se preocupa em trazer ao de cima a interação entre sujeitos visando estabelecer uma comunhão de significados da comunicação. A linguagem humana é considerada pelo mesmo autor como o que orchestra o exercício de dominação.

A dominação, considerada mecanismo que favorece a exploração do outro, ao se servir dos meios de comunicação social, fecha os discursos que constroem as comunidades rurais, em particular, partindo do princípio de que nestas comunidades a circulação de informação é limitada, principalmente por factores como a língua, a sustentabilidade dos meios e a contextualização dos discursos.

Por outro lado, a dominação referida por Habermas remete-nos à ideia da existência ou uso da comunicação política, preocupada com a liderança. Uma liderança que, a princípio, nos contextos moçambicanos, conduz-se pelo escamoteamento da verdade e de todos os elementos a ele referentes.

### **10.7. Participação comunitária na tomada de decisões**

A concepção da participação no presente trabalho como sendo a capacidade de os indivíduos usarem das suas habilidades para influenciarem uma atitude ou conduta social que, no fim do dia, vai ter implicações directas ou indirectas nas suas vidas oferece uma base de análise sobre o impacto de uma decisão no seio social. Vai dai autores como Mefalopulos (2008), argumentando sobre abordagens participativas, remeterem-nos à ideia de interação social que parte dos diálogos com vista a trazer as pessoas para dentro da ideologia comunitária.

Ora, a participação, regendo-se de um diálogo que propõe medir a coesão das acções dos participantes visa, por outro lado, avaliar as prioridades a serem tomadas em conta, na medida em que a comunidade “ainda que seja analfabeta,... o ser humano é racional, não é, é preciso que conduzam as pessoas a reflectirem e a fazerem uma análise daquilo que são os principais problemas e também trazer algumas hierarquias, separar e trazer prioridades” (Mário Marregula, 25 de Fevereiro de 2020).

A hierarquização dos problemas bem como a sua identificação deve ser feita pela comunidade assumida como o centro das atenções, como interessada no processo e que acima de tudo, pretende observar mudanças do seu interesse. Thomas (2014, como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014), indica que a participação de um exercício de liberdade procura elevar a autoestima no processo doador-receptor cujo respeito se identifica como sendo a construção dos valores locais. A relação doador-receptor condiciona o ambiente social para que a comunidade, na qualidade de receptora de serviços/bens, dê início ao processo de avaliação dos ganhos participando dessa relação.

Segundo indica Thomas (2014) a comunicação para a mudança social é o elemento central para que se defina de forma clássica a participação comunitária (como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014). Pois, remetem-nos a aspectos muito práticos que tem que



ver com os “beneficiários de qualquer projecto, não é, se formos a verificar muitos projectos, primeiro não consideram a área de comunicação como uma das áreas fundamentais para o desenvolvimento de uma comunidade” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020).

A comunicação, nos contextos moçambicanos, é considerada como sendo fundamental, embora sua aplicação seja rara ou por vezes insignificante na medida em que se percebe haver desconhecimento do impacto da sua estratégia. Portanto:

o impacto de uma rádio comunitária na comunidade no sentido de que ela aprova uma participação, provoca essa consciência de que tem que entender e transformar e participar para poder melhorar as condições de vida, mas por quê? Porque uma rádio comunitária de facto tem que, ao ser formada, ou então, ao montar estabelecer a capacidade de produção de conteúdos temos que atender essas questões de quem é que vai para lá. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

O acesso aos dispositivos de comunicação em Moçambique são orientados pelo Art. 48 (CRM, 2004, 2015) que abre espaço, não só para o acesso à informação, mas também para que cada um possa criar um meio de difusão pública. De uma forma geral, entende-se que a difusão dos serviços públicos nas regiões rurais é feita de diversas formas podendo ser na base das lideranças locais ou por meio dos media locais, como o caso das RCs, particularmente nestes lugares. Significa que a difusão dos serviços, no entender de Deutschmann (como citado em Schramm, 1976), ganha mais eco se, primeiro haver uma difusão dos meios de comunicação e outros canais, entendendo-se seu segundo momento como sendo a recepção e conversação e/ou avaliação desses serviços.

Ora, a difusão dos serviços comunitários dentro das localidades é feita pelos meios comunitários como forma de garantir maior abrangência e flexibilidade da informação sobre os serviços, esperando-se maior difusão e participação na sua difusão e não só. É neste contexto em que se argumenta que se:

as pessoas não participarem, não se sentirem parte do processo e do debate que deve ser feito em volta, as mudanças não vão acontecer só por chegar lá a mensagem. As pessoas devem ter um processo de, uma oportunidade de assimilarem, analisarem, filtrarem dentro daquela mensagem o que é que realmente é aplicável para vida delas ou não e muitas das vezes nós não damos esses espaços, chegamos despejamos a mensagem e acabou, não estamos a dar

devidos passos de as pessoas examinarem o que é que esta mensagem está a nos trazer, o que é que essa, que mudanças essa mensagem está a nos propor, o que é ou quais as implicações dessas mudanças para a sociedade, para a vida de cada um de nós. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

Uma mudança ocorre quando for influenciada por meio de uma estratégia, porém, não raras vezes as estratégias de sua influência falham pelo facto de a comunicação feita, ou mesmo a estratégia usada, não obedecer aos critérios desejados e que respondam aos contextos. Ora, se:

you chega numa comunidade e no campo da agricultura e you quer promover uma iniciativa para a melhoria agrícola, ao invés de you fechar o projecto, fechar o que é que you vai dar, que tipo de insumo, que tipo de treinamento, you desenha junto e então you percebe as capacidades locais, o que é que eles fazem de impacto para you entender quais são os *gapes* que esse pessoal tem. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

o envolvimento dos beneficiários é um elemento fundamental.... Participação dos beneficiários em todo o projecto que nós desenhamos para o desenvolvimento da comunidade, desde os seus anseios, a questão dos recursos da comunicação que a população usa.... Todos esses aspectos são fundamentais para ajudar a crescer, portanto, a resolver todos os problemas da comunicação e também atingir aquilo que são o os objectivos do projecto de desenvolvimento. (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020)

A questão da difusão por meio dos diferentes canais remete-nos, mais uma vez, à ideia de participação ou envolvimento da comunidade à medida em que se alcança o público visado. Quanto maior a informação os indivíduos receberem, maior será a capacidade de tomar decisões de forma livre, o que faz com que haja mais demanda de informação.

Para Tönnies (como citado em Sousa, 2006), as tecnologias da comunicação são artefactos fundamentais para restituir o homem a uma dimensão comunitária, abrindo maior espaços para que indivíduos tenham a oportunidade de participarem de forma livre nas dinâmicas dessas comunidades. A RC é tomada como sendo o meio mais eficaz na dinamização das comunidades a participarem na tomada de decisões de suas vidas e da comunidade.

Por isso que estes meios dentro das comunidades são chamados a exercerem seu papel fundamental que é influenciar a participação condicionando, de acordo com Habermas (1984) a descentralização do conhecimento do mundo dando mais possibilidade a que o indivíduo tenha mais capacidade de avaliar os ambientes comunicacionais e se posicionar em função dos seus interesses.

As discussões em grupo são a principal estratégia dentro das comunidades para elencar mensagens e fazer com que a comunidade se sinta engajada na participação. Estas discussões em grupos são vistas como sendo o veículo de transmissão das mensagens chamando à “participação das pessoas, de retorno, interação, de esclarecimento de dúvidas, de influência mútua, de aprendizagem mútua, de aprendizagem social no meio da comunidade em que as pessoas partilham experiência” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).

Os ambientes comunicativos em Habermas (1989b) fundam-se na teoria da acção comunicativa, considerada acção de compreensão, na medida em que valoriza as relações sociais a partir de uma comunicação entre sujeito-sujeito. Um dos principais argumentos de Habermas (2003) é a criação de relações interpessoais cuja orientação, de acordo com Weber (1973), é ideológica, a qual, tendo sido analisada de forma particular, no contexto moçambicano, entende-se ser influenciado por questões étnicas.

As abordagens feitas sobre comunicação ajudam-nos a percebermos que ela tem sido o factor determinante para que as pessoas tomem decisões e introduzem, através dessa estratégias, uma nova forma de ver o mundo. A tomada de uma decisão é vista como uma acção de inteira responsabilidade do indivíduo, pois, ele busca o que o satisfaz, mostrando sua existência no grupo. Porém, decidir torna-se em uma acção aberta dentro da comunidade, na medida em que cada decisão influencia uma outra decisão. Significa que, quem toma uma decisão e, mesmo de forma individual, directa ou indirectamente, toma decisão pelos outros, influenciando-os.

Portanto, a tomada de uma decisão é influenciada por uma mensagem, considerada por Briggs e Burke (2006) como um dos princípios basilares na organização social. As sociedades, modernas ou não, buscam seu posicionamento em função do que se oferece no presente, procurando, nesse sentido, adoptar um comportamento que se mostre satisfatório.

Uma decisão tomada tem maior impacto quando influenciada pela participação de quem a toma nesse contexto. Significa que, a capacidade que um indivíduo tem em participar em lugares onde se tomam as decisões já é um ganho, pois, ele é submetido a uma liberdade total podendo observar o curso e impacto trazido por essa decisão. Daí a necessidade de “dar um espaço de as pessoas reexaminarem e proporem alternativas .... Isto só pode acontecer e essa mensagem ter um efeito se essas pessoas tiverem espaço de propor como é que essas mudanças devem ocorrer, e esses espaços não existem” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).

Porque:

se uma decisão, ainda que seja boa, não é, ela não vem do próprio beneficiário, ou o beneficiário não participa da sua tomada a implementação dessa decisão ... não vai acontecer e este vazio, digamos de comunicação ... tem de ser verificado como um dos desafios em quase todos os projectos.... Transformar essas decisões em decisões que mexam, que façam com que as pessoas sintam que também são parte dessas decisões.... Uma das coisas que dentro desta questão da participação da comunidade na tomada de decisões ... é a definição das prioridades. (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020)

Entretanto, há casos em que, não raras vezes, particularmente nos contextos moçambicanos, as pessoas não se sentem engajadas na tomada de decisões na medida em que não se sentem satisfeitas, ou por terem que tomar decisões por si e que vai beneficiar a elas mesmas, ou porque elas não têm a dimensão sobre ter que decidir sobre suas vidas, tendo que, em alguns casos, deixar que outros decidam por elas.

Acontece, e com muita frequência, as decisões serem tomadas a nível do topo onde as pessoas são apenas informadas sobre o que se decidiu, porém, não manifestarem descontentamento. Há um sentimento de apoio generalizado quando o assunto é tomar decisão mas que esse sentimento, normalmente, não se manifesta de forma aberta. Sucede, porém, que o comportamento e as condutas das pessoas posteriormente à recepção dessa mensagem, muda de direção, mas sem gerar conflitos.

Se você tem uma opinião e fica consigo pode matar pessoas porque a sua opinião, a sua informação podia ajudar em salvar outras pessoas só que depende da forma como você

transmite essa informação e como é que eu recebo essa informação e decifro essa informação. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

não é só no sentido de cima onde as decisões são tomadas, deve ter a participação do próprio cidadão e que ele próprio vai identificar os problemas que tem, vai identificar as normas e práticas culturais que muitas vezes são factores de barreira para essa comunicação para o desenvolvimento. (Celesctino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

Por outro lado, nos contextos sociais moçambicanos as lideranças, no sentido geral, não abrem espaços para que grupos de interesse discutam sobre um assunto e, na base disso, tomarem decisões que vão beneficiar suas vidas. Há um conjunto de elementos que influenciam a que os mecanismos de tomada de decisão estejam fechados, em particular, por questões culturais ou políticas. Por isso, não raras vezes “os mecanismos de transmissão de tomada de decisão não permitem que o cidadão se sinta parte desses projectos por isso que grande parte dos projectos acabam falhando” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020).

Ir a uma comunidade tentar falar ou engajar a comunidade para envolver-se numa determinada actividade que tem a ver com saúde, as pessoas querem saber o que é que vão ganhar.... Porque ainda tem a ideia de que o ónus está do lado do Estado de cuidar de nós como povo, da nossa saúde e isso depois tem uma interferência no próprio comportamento da pessoa quando a pessoa fica a espera de que seja o provedor de saúde de que seja o activista a tomar decisões por ela. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

Entende-se haver uma autoexclusão no processo de tomada de decisões onde um dos argumentos pode ter que ver com questões políticas, influenciada pela ideologia socialistas que vigorou até 1990 cujas implicações ainda se fazem sentir até aos dias de hoje. As regiões rurais onde a política das aldeias comunais venceu é onde se encontram concentradas pessoas ou grupos de pessoas cujo comportamento é caracterizado por um conjunto de factores como a organização social.

A ideologia socialista, como se percebeu no Cap. VII, não dotou os mecanismos comunicacionais do ponto de vista humano como sendo a linha de pensamento e de relacionamento entre os governos e governados, daí o tipo de comunicação de mão-única que se repercute até aos nossos dias, mesmo assumindo-se que a Constituição da República de 1990 e de 2004 criaram espaço para resolver esta deficiência.

A manifestação de experiências no contexto social serve de elo de mudança dentro das comunidades. Olhando de forma particular as comunidades rurais moçambicanas, percebe-se que a comunicação, manifesta de várias formas, induz a uma descoberta antes oculta e passa a servir como base de sustentação das condutas dos indivíduos.

Dos três procedimentos indicados por Habermas (1989b) no contexto da intenção comunicativa do falante, dois passam a servir de base para fundamentar e interpretar as ações desenvolvidas no campo comunicacional nas vilas de milénio. O primeiro refere-se ao facto de no meio comunitário, os falantes, iniciarem uma relação interpessoal que se torna reconhecida e legitimada dentro do seu contexto e; o segundo defende a veracidade de todas as intenções do sujeito de modo a que possa criar empatia no ouvinte, chamando à razão.

### **10.8. Influência dos programas educativos na mudança de comportamento**

Os programas de radiodifusão, quer seja de rádio, quer seja de televisão, eles têm um cunho educativo, mesmo que sejam de entretenimento e/ou informativos. Em particular, nas regiões comunitárias, onde as rádios comunitárias difundem programas com maior pendor educativo visto se tratar de comunidades em que a circulação e acesso a esses programas é de menor nível em termos quantitativos, pois, as condições de sua difusão não são suficientemente fortes. Na medida em que:

grande parte dos programas de facto, são educativos. São educativos não no sentido de escolarização mas de de de fazer com que as comunidades ou os membros da comunidade tomem conhecimentos sobre as formas de preparação da terra, das formas de prevenir eh doenças. Formas de de eh de semear, principalmente material ligada à agricultura, material ligada à saúde, à educação propriamente dito e ao combate aos males relacionados com com a violência, em chamada violência doméstica. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

A educação por meio dos programas de radiodifusão tem se mostrado de maior impacto nas comunidades por poderem englobar maior número de pessoas. Portanto, a educação básica e dos serviços de saúde são tomados, em Veiga (2005), como sendo os fundamentais e prioritários para que um país se desenvolva. Pois, para este autor, não é o desenvolvimento que deve ocorrer antes da educação, mas antes de lançar-se na rápida

expansão da educação. Isso equivale dizer ou referenciar a comunicação como uma dimensão sem a qual o bem-estar social fica comprometido.

O reconhecimento da necessidade de reeducar os fazedores dos programas radiofónicos, com maior destaque para os fazedores de programas das rádios comunitárias, é visto como sendo um factor crucial para que haja programas com maior qualidade onde vão passar a ser produzidos programas direccionados a darem respostas às comunidades sobre diversos assuntos de maior interesse social.

Programas que respeitem o contexto e as condições dos ouvintes na medida em que sua produção vai olhar, em primeiro plano, a quem recebe e faz uso deles para orientar sua vida. Com que então, é necessário que se incremente:

educação dos próprios fazedores da rádio. Um programa de educação pra a mudança deles próprio de reconhecerem que existem elementos culturais, elementos locais, elementos que não são percebidos quando são falados em língua portuguesa mas só são percebidos quando são falados em língua local. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

as referências da própria comunidade, se vai uma mensagem e está fora dos padrões da própria comunidade, claro que a comunidade não vão entender, vai ouvir e há de saber de uma forma geral, que é o que fazem essas medias tradicionais. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

Vai daí a necessidade de os programas terem de olhar para as línguas e contextos locais porque não só são valorizados como programas mas também se valoriza todo o manancial cultural de uma comunidade que o influencia. Sendo Moçambique um país de diversidade cultural, as dificuldades de se definirem estratégias para dialogar com as comunidades rurais tornam-se em problema geral.

Daí a necessidade de:

você conceber projectos e finalizar eles com leitura de contextos locais. De hábitos culturais, de hábitos de gestão de espaço, de gestão de recursos porque é nisso que secularmente essas sociedades têm conhecimento e é nisso que você não precisa de muito esforço para ensinar a lhe darem com isso e isso é fundamental para fundamentar a sustentabilidade de qualquer projecto. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

resistência da própria população. Existem, sim, ideias de querer desenvolver algumas normas e práticas culturais constituem barreiras.... Só uma palavra pode não significar aquilo que se deseja e, rejeitado, reproduz-se mensagem errada e acaba por passar mensagem errada, então há de haver resistência da população. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

no fundo como africanos existe uma ligação porque mesmo não sendo africano qualquer povo tem alguma ligação com os seus antepassados.... E daí que é difícil hoje porque nós entramos num processo de abandono a alguns valores culturais que exactamente sustentavam essa ligação. Sustentando essa ligação nós vamos encontrar que existem elementos que facilitavam a vida normal em termos de educação, em termos de socialização. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

No entanto, todos estes elementos só serão significativos se forem acompanhados ou definidos por uma comunicação que atende aos interesses comunitários gerais, porém, de formas particulares, olhando e respeitando os contextos. Olhar para as questões culturais, para as questões linguísticas entre outros, é a primeira definição a que uma estratégia deve assumir e, por outro lado, os comunicadores se colocarem no lugar da comunidade. Porque:

o contexto humano da pessoa, todos os seus valores, a sua relação com a natureza, o local onde se encontra e o que é que lá existe em termos culturais que é para podermos elaborar aquilo que são mensagens à medida, não é, mensagens que tem a ver com o ambiente cultural da comunidade.... Fazer que seja entendida para transformar suas vidas. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

entender o perfil socioeconómico e antropológico cultural daquela comunidade. É só assim é que eu vou entender quais são as necessidades daquela comunidade. Principalmente quais são as estratégias de vida. Eu acho que isso falta muito nos projectos porque se eu entender essas duas coisas eu vou entender quais são as necessidades daquela comunidade porque quando eu vou desenhar um projecto eu coloco lá árvores de risco, inclusive. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

Conhecer o perfil, conhecer as necessidades e conhecer a forma de estar das pessoas é fundamental para se pensar em como alertar em casos de perigo, por exemplo. É preciso que os comunicadores, ao produzirem mensagens para influenciar na mudança usem filtros e assumam, de forma particular, para alguns casos isolados, que a supressão ou acréscimo de alguns elementos na comunicação pode dificultar a sua aceitação dentro das comunidades.



Por outro lado, é preciso que se assuma que as mudanças não ocorrem com facilidade na medida em que as pessoas se baseiam e orientam suas vidas em dogmas, daí a comunicação humanista a que se apregoa, de uma forma geral, por ter a facilidade de valorizar as questões de relacionamento, não ser a mais indicada.

Pois, “essa coisa do mundo convencional, essa forma racional de fazer planejamento esquecem que essas comunidades elas não vivem num mundo tão racional assim onde a gente, um mundo onde a base de economia do mercado e tudo mais” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020) seja evidente no mundo moderno. Num mundo onde maior parte das comunidades rurais, no caso moçambicano, o tipo de comunicação ultrapassa a dimensão humana. Logo, “quando nós estamos perante um problema dependendo das sensibilidades nós não temos aquele cuidado de nos sentarmos e aprendermos a origem do problema não é, carregamos aquilo que nós achamos que são as soluções e vamos lá no local” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020).

A implementação de um projecto, seja de qual for a área, se não obedecer ao critério de análise de contexto para compreender os hábitos daqueles lugares, então é condicionar a que as pessoas, dentro da comunidade, passem a duvidar do implementador do projecto pelo facto de este não prestar atenção ao que faz e com quem o faz, daí haver maior probabilidade de a comunidade não se engajar no projecto.

Olhando aos argumentos de Vianna (2008) segundo as quais a linguagem serve como instrumento que medeia as relações humanas, a acção comunicativa de Habermas (1989b) serve-se como meio de socialização através do qual se influenciam os ambientes sociais e/ou familiares. A acção comunicativa é o lugar onde as pessoas aprendem o abc comunitário, abrindo o indivíduo ao mundo da vida.

A acção comunicativa de Habermas (1989b, p. 501), para o contexto desta pesquisa é entendida como a que serve para a manifestação de experiências, isto é, à autoapresentação do sujeito propício, em que o falante se refere a algo no mundo subjectivo, ao qual ele tem acesso privilegiado.

Resulta aqui que o falante, neste caso assumido no acto comunicativo como o emissor da mensagem disserta sobre algo existente na tentativa de buscar partilhar a ideia sobre algo existente e do seu contexto. A acção comunicativa torna-se um lugar onde as manifestações

subjectivas são exibidas de tal sorte que o outro (receptor) passa a se identificar e a se assumir como tal.

Ou então questionamos a necessidade de se implementar um projecto de desenvolvimento numa comunidade que, na verdade, precisa deste projecto, mas a sua implementação deixa a comunidade frustrada. Pois, em Nguenha (2013), foi claro que a vila de milénio de desenvolvimento de Chibuto, até à esta altura, era vista como um projecto que trouxera frustração naquela comunidade, daí o projecto não ter conseguido dar passos significativos como era de se esperar no contexto de desenvolvimento.

### **10.9. A criação dos espaços de produção e as barreiras na comunicação**

Os espaços de produção, que podemos designar como sendo os espaços verdes, são lugares onde a maior parte dos produtores rurais se encontram a desenvolver suas actividades agrícolas, em particular, como forma de condicionar a sustentabilidade familiar. Pela observação destes lugares percebeu-se haver um maior dinamismo na busca de sustentabilidade familiar, pese embora tenha sido na época da Covid-19 onde os contextos de trabalho eram limitados, porém, nas regiões rurais o trabalho ganhava outra dimensão.

Tendo raízes assentes na terra e nas tradições, as comunidades rurais assumem suas acções como as mais ideais e, não raras vezes, de difícil manipulação. Por isso, influenciar sua mudança implica uso de recursos e tempo de forma indeterminada, pois, a tomada de decisão para a mudança de hábitos não tem sido fácil, sobretudo para adoptar novas formas de ser e estar. Por isso tem havido muitas dificuldades para que uma mensagem, sobre uma acção, seja tomada em consideração.

Por esta via, entende-se que a explicação sobre novas práticas deve ser mais exaustiva porque:

se não explica bem ao camponês,... vai dizer que não, eu não posso fazer isso porque eu nasci, já os meus antepassados a fazerem isso, o meu avó e não sei quê e porque o senhor vem me mandar para deixar de fazer isto? não tem sentido nenhum eu deixar a prática ancestral para poder seguir o que o senhor diz. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

o projecto agride, sob ponto de vista de hábitos, locais agride aquele espaço. Agride em que sentido. Sob ponto de vista de recurso porque vai significar um impacto em na disponibilidade do recurso porque qualquer projecto precisa de espaço e o precisar desse espaço vai alterar tanto a dinâmica da circulação daquela sociedade aquela comunidade naquele espaço.... Tudo isso é afectado por um projecto que vai demandar essa alteração do uso do espaço, porém, quem traz esse projecto diz que é desenvolvimento. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

A comunicação assume-se importante na construção e integração sociais levando a que grupos dinâmicos se assumam como exemplos a seguir. Fisk (2001) mostrou-nos que uma comunicação pressupõe mudança, ao dar uma mensagem, o proponente age sobre o outro passando a moderar o comportamento e atitudes das pessoas. Portanto, entende-se em Piotrow e Kincaid (2001, citados por Waisbord, 2014 *in* Wilkins, Tufte & Obregón, 2014) que as barreiras à mudança do comportamento ocorrem em simultâneo com a participação, podendo esta ser activa ou não. Assim:

trabalhar numa rádio comunitária e estar completamente alheio àquilo que são as características dessa comunidade, os valores dessa comunidade, a parte cultural dessa comunidade nas referências dessa comunidade, então fica difícil de elaborar uma mensagem que seja capaz de, naturalmente, exercer alguma influência porque é preciso é o seguinte é que a, a mensagem não pode ir para lá como algo que é para ser consumida e provocar, vamos lá, a diferença e provocar uma transformação na pessoa. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

identificar essas barreiras. Identificar a linguagem apropriada de se comunicar com a população de se passar essa mensagem de que é preciso desenvolver, é preciso construir latrinas, é preciso lavar as mãos, a questão da higiene e depois temos de identificar o público-alvo porque nem todos tem a mesma forma de percepção. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

Um nível de barreira que ultrapassa as questões teóricas tanto sociológicas bem como da comunicação ou filosóficas são as questões multiétnicas que em Moçambique, “se formos a pensar a sociedade changana, sociedade shona, a sociedade macua, vamos encontrar instrumentos de comunicação diferentes nessas sociedades, instrumentos de comunicação indígenas, vão ser diferentes” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

Portanto, a transferência de uma estratégia para outro contexto comunitário implica transferir outro tipo de problemas para outra comunidade por se considerarem contextos diferentes. Isso significa ainda aferir que mesmo tendo sido uma estratégia com sucesso, a sua transferência a outros lugares onde as comunidades se comportam de formas diferentes, seria catastrófico para esse contexto.

As barreiras trazidas pelo processo comunicativo tornam-se mais evidentes à medida em que se caminha em direção ao interior dos distritos onde encontramos comunidades mais conservadoras quando se trata de mudança. Pois, os “factores culturais são muito influentes na abordagem de mensagens na transmissão de qualquer outra coisa que seja necessário para essa transformação para a comunidade para o seu bem-estar, naturalmente” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Observa-se, no entanto, que a partilha de ideias serve de fundamento para se enaltecer a unidade nesses lugares e fazer com que se influenciam as políticas públicas, com particular destaque e, se tratando de comunidades rurais, pobres por excelência, condicionada pela falta de vários serviços, ser premente a que a intervenção socioeconómica seja feita de forma macro/adoc, condicionando um ambiente para o bem-estar social (Weber, 1973).

É justamente por estes contextos que as comunidades tendem a se afastar das acções comunitárias. Actuam de forma desordenada. Tendem a buscar soluções de forma particular o que tem sido percebido como abandono do que fora criado. Portanto, primeiro é chamado o governo a voltar a si e satisfazer as necessidades criadas como forma de apaziguar as relações com a comunidade (Weber, 1973).

O conservadorismo e, por conseguinte, a renitência na mudança não se prende com o facto de serem casos em que o beneficiário não seja a comunidade, mas sim um modo de estar que foi se enraizando com o tempo, pois, as sociedades moçambicanas comandam-se pelos costumes locais ligados ao poder ancestral.

#### **10.10. Impacto dos programas para o desenvolvimento e sustentabilidade**

Um programa ou projecto de desenvolvimento é concebido com o fundamento de trazer progressos sustentáveis dentro das comunidades. Na indagação de Hornik, (1988, como citado em Mefalopulos, 2008), percebe-se que o dever ser de um projecto conhece seu progresso quando seu diagnóstico tiver sido ajustado no contexto o que determina sua melhor

concepção. Significa ainda que para “terem impacto é preciso que de facto sejam compreendidos pela própria comunidade” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Ajustar o projecto ao contexto é o principal fundamento para que os objectivos sejam cumpridos, pois, vai permitir a que haja compreensão do que se deve fazer. Esta compreensão do projecto é determinada pela combinação de factores que intervêm de forma directa na comunidade, particularmente, os factores culturais que determinam o contexto onde o projecto deve ser implementado.

É preciso e, sempre que for necessário, que os proponentes do programa de desenvolvimento a ser implementado, em parceria com a comunidade, façam uma análise de contexto que pode ter várias influências internas e externas que, no fim das contas, vai determinar ao que Weber (1973) apelida de acção comunitária.

Seria acção comunitária por se tratar, de acordo com Weber (1973), de uma forma de orientação conduzida por um raciocínio lógico, guiada por uma atitude orientada para atingir um certo objectivo. O objectivo, neste caso, deve ser norteado por um conjunto de valores que influenciam a comunidade a um engajamento social, pois, parte-se do princípio de que a implementação do programa respeita as normas sociais da comunidade, bem como abre espaço para uma conversação com vista a reorientação e reenquadramento do projecto.

A descoberta de um contexto e a busca das suas condutas é feita por pesquisas sociais que as organizações implementadoras de projectos normalmente efectuam. Porém, a implementação de projectos em Moçambique não são orientados por pesquisas. A falta de pesquisas faz com que haja desajustamento de políticas de implementação que, em última análise, violam as questões tradicionais onde são implementados.

Por outro lado, estes projectos são despídos de práticas da comunicação que valorizam as relações sociais. Dai:

naturalmente que muitas vezes esse programa pode sofrer revezes ou desaparece ou, mas isso vai sofrer alguns revezes por falta desse conhecimento nem, na implementação do programa tanto da área da comunicação tanto das outras áreas que contribuem para o sucesso do programa.... Muitas vezes é a própria comunicação que dá informação aos implementadores que algumas coisas não estão a funcionar.... A informação que estamos a receber da área da

comunicação está a dizer que este vector não está muito certa temos de encontrar uma outra forma. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

Entende-se aqui que a comunicação serve de leme para que um projecto seja implementado com sucesso em um determinado contexto. Por outro lado, há que ter em conta a existência de vários problemas que devem ser resolvidos com a implementação do projecto ou programa. Vai daí a necessidade de se trazer:

as questões tradicionais, culturais, para uma reunião de planeamento e eles abrem aquela planilha de planeamento e já conseguem colocar opah, semana X, cerimónia tradicional, então, semana Y, temos de comprar produtos pra cerimónias tradicionais, temos que identificar o curandeiro, isso chama-se, conseguir trazer coisas locais para uma sala de planeamento onde a galera nunca ia pensar nisso de que semana X nós temos que nós os donos da obra e tudo temos que estar lá, domingo ou num sábado às 4 horas para uma cerimónia tradicional, isso no mundo racional não entra, não entra, entra concreto, entra pregos, entra arames, entra bobinas, entra tudo isso mas não entram essas questões. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

Para um bom sucesso do projecto a comunidade deve se manter focado no desenvolvimento desse projecto a partir da criação de condições para que esse projecto seja implementado. Por outro lado, o implementador do projecto, o seu foco deve abarcar, tanto o projecto, por um lado, assim como a comunidade, por outro.

O sucesso dos programas implementados depende do interesse, não só da comunidade receptora em valorizar os em várias perspectivas, mas também e, muito em particular, do seu proponente. Vai daí a necessidade de haver uma interação entre a comunidade e o implementador do projecto de modo a que os dois estejam a partilhar um conjunto de valores comunitários e que vão ter interesse no desenvolvimento do projecto.

Para tal, é preciso que no âmbito da implementação dos projectos seja considerada, em primeiro plano, a realização das pesquisas que vão ajudar a conhecer as necessidades e o tipo de serviços a serem implementados, pois, o serviço por implementar “ajusta-se em função do ser humano” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020), permitindo maior aderência a esse serviço.

Outrossim, vai dar conhecimento sobre as:

reais necessidades da comunidade. Como resolver os seus problemas. Como é que articula os responsáveis pelas aldeias mais o governo, etc, as estruturas locais como funcionam, e como é que se comunicam, tudo isso. . . . As características daquela comunidade onde vamos implantar o meio e então, aqueles sistemas de altifalante é que nos despertou que afinal de contas se não seria uma coisa que as pessoas haveriam de se interessar ... não haveriam de escutar e perderíamos o tempo. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

se não conhece as características daquela comunidade corre-se o risco de ... contextos que pegaram um contexto keniano e depois trouxeram ali, trouxeram experiência, vieram, é como se fosse transferir, foi uma transferência de uma experiência de um lado para o outro contexto mais ou menos diferente. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

Mostra-se aqui a necessidade de o projecto saber a quem vai beneficiar para se poder maximizar os seus rendimentos. Pois, assume-se que muitos projectos são desenhados externamente e que levado a um outro contexto, basta a sua contextualização. Porém, mostra-se que “contextualizar pressupõe-se que você já tem ele e agora ... vamos construir juntos. Às tantas a promoção, a conectividade, a tecnologia para Chokwe é outra que eu vou promover” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

O desenho do projecto em parceria com o beneficiário traz consigo inúmeras vantagens onde a principal é que o projecto não vai falhar e, falhando, facilmente é reorientado dentro do mesmo contexto visto ter sido a própria comunidade a desenhar e a implementar. É neste contexto em que se deve valorizar a comunicação por se tratar de uma forma de integrar os participantes bem como “porque são projectos que são fechados e a comunicação é vista aí nesses projectos como ferramenta. É uma ferramenta para transmitir aquilo que já foi fechado. Então, não há espaço de diálogo” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

Como ferramenta, a comunicação, em particular a C4D, nos países do terceiro mundo, como indicam Lenner e Schramm (1973), deve ser levada ao nível desejado e, a partir disso, criam-se sinergias na busca de soluções urgentes. Por outro lado, a comunicação vai fazer com que:

as pessoas mudem de comportamento de forma sustentável. . . . Garantir que as pessoas adotem comportamentos sustentáveis que possam manter-se por longo período, que não sejam mudanças esporádicas ou isoladas mas mudanças, por isso que para nós já não

falamos muito de comunicação para mudança comportamental, mas falamos mais de de mudança comportamental e social. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

A comunicação, levada ao nível desejado, ganha maior dinâmica nos seus processos e faz com que tenha a capacidade de substituir as escolas e outros instrumentos de educação, vistos por Schramm (1976) como lentos, morosos e ideológicos, desde que esta comunicação tenha uma linguagem acessível para a comunidade. Uma linguagem acessível que mostra por si como a comunidade se comporta diante de vários fenómenos.

É a esta indicação referenciada por Habermas (1989b) sobre a sua teoria da acção comunicativa buscando uma análise dos contextos comunicacionais. Pois, para este autor na acção comunicativa os participantes não obedecem aos outros mas sim buscam incessantemente os seus objectivos que se resumem em sucessos. Com que então, a comunicação, para que seja incontestável, é preciso:

conhecer o seu interlocutor. É preciso conhecer o seu público-alvo, as características desse público-alvo, se não conhecer eles também estão muito interessados que os programas deles tenham impacto positivo e por isso aceitam e por isso gastam dinheiro financiando pesquisas. Mas num ambiente normal aqui na nossa cidade ele pensa que isso é perder tempo, é perder dinheiro o que é importante e é uma coisa de urgência e tudo, essa coisa de pesquisa leva tempo porque o povo está a morrer e pronto, todo mundo gasta dinheiro e vão para lá, faz tudo, faz reuniões e as coisas não ocorrem como desejavam que ocorressem, exactamente por causa disso. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

Portanto, o impacto da mensagem depende do contexto e da língua a que for veiculada. “Se nós veicularmos a informação na língua local até pode levar menos tempo.... Porque é fácil percepção a assunção da mensagem na comunidade” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020). Isto porque a compreensão e assimilação dependem das características e da forma como cada um recebe a mensagem. Há, no entanto, quem facilmente apreende e conserva a mensagem e, ainda, quem leva muito mais tempo.

A ideia geral é que as mensagens “precisam de serem constantemente descortinadas no sentido de ver se não entram em conflito com outras mensagens ou não diminuem o impacto de outras mensagens ou simplesmente não criam mais confusão com o andar do tempo” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).



A informação circulou nas regiões rurais de forma muito lenta o que levou a que as comunidades não sentissem sua falta mesmo quando, em algum momento, fosse necessário. Entretanto, ela fornece conhecimento de várias ordens que podem ajudar as comunidades a se posicionarem perante um fenómeno. Vai daí Schramm (1976) afirmar que conhecimento é poder e, por outro lado, Briggs e Burke (2006), indicam que a informação passou a afectar toda a vida humana. Isto é, sem informação as comunidades perdem um guia na tomada de decisões.

Nos contextos rurais, onde as condições não foram criadas devidamente, as condições de acesso à informação são exíguas e, partindo do princípio de que ela se tornou fundamental em todas as sociedades, modernas ou não, ela joga um papel fundamental na regulação das normas sociais, como firmam (Briggs e Burke (2006).

Portanto, o poder dos meios de comunicação em todos os lugares tem se manifestado de forma significativa procurando responder na resolução dos conflitos locais, pese embora o seu acesso seja de menor impacto devido às condições dos contextos. Ora:

o acesso à informação, nós temos uma classe, aliás, um nível de iliteracia muito baixo em Moçambique. A informação para chegar a um indivíduo que está numa região recôndita de Moçambique ou as vezes chega distorcida, muitas vezes isso, chega distorcida. A informação está disponível na língua portuguesa, na língua inglesa mas o cidadão não tem domínio exactamente da língua portuguesa e sabe-se que em Moçambique a língua portuguesa é falada mais ou menos por 60 ou 70% da população, os restantes não entendem dessa língua. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

De acordo com Schramm (1976), a distorção da informação, em todo mundo, vai decrescendo à medida que se sai em direção à periferia. Por isso, não seria de se estranhar o facto de as regiões opacas, pelas condições a que se apresentam, não terem condições suficientemente criadas para que os níveis de informação sejam elevados.

As zonas periféricas caracterizam-se mais por serem opacas, que, na designação de M. Santos (1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011), não reúnem condições para que o fluxo de informação seja de nível satisfatório. A principal razão é que as condições criadas para o seu fluxo retardam a sua penetração nesses lugares. Pode-se considerar as razões

políticas que não criaram vagas para que a informação seja dinamizada com maior rigor e que a comunidade possa usufruir dela.

Considera-se que a informação que circula nas regiões rurais é de marca oral, observada como sendo a comunicação feita pelos líderes locais para comunicar um dado fenómeno, frequentemente, como forma de partilhar o que fora comunicado pelo governo local. Uma forma de dar informação a partir da oralidade considerada a mais eficiente tratando-se de uma comunidade que se guia por discursos orais uma vez ser uma comunicação que envolve:

a questão corporal, incluindo a questão gestual. Então, tudo isso faz diferença.... A construção de consenso no diálogo, é assim que eles incutem uma ideia, eles não incutem uma ideia numa emissão de informação não, por quê? Porque eles têm uma capacidade de argumentar e essa argumentação é que vai gerando um conhecimento ali. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

temos que assegurar que a estrutura do governo seja uma estrutura dialogante, quer dizer, que tenha mecanismos de diálogo, não é, com a comunidade. Quer dizer, o chefe do que seja, chefe do quarteirão, de 10 casas não pode ser uma pessoa que só está para ir dar ordens, olha, o governo está a dizer para fazermos isto, percebe nem, a partir de hoje as coisas tem de acontecer desta maneira. (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020)

Considera-se haver uma falta de aplicação da comunicação nos contextos sociais rurais, particularmente nos países em desenvolvimento que, segundo Schramm (1973, *in* Lerner & Schramm, 1973), carecem de fluxos bidirecionais na medida em que as dinâmicas de seus fluxos não são adequadas para o desenvolvimento. Pode se notar, por outro lado, que:

a qualidade da informação muita das vezes é problemática por parte das pessoas que desenham essas informações que querem passar para a população, por quê? Porque não existe concertação, é a dificuldade que nós encontramos.... Problema da descoordenação a nível central e de criação de informação adequada a ser passada para a população. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

este acompanhamento a longo prazo é importante. Tem de ser feito no sentido de ver qual o impacto de determinadas mensagens tem ao longo do tempo, não só ao facto de terem sido

compreendidas naquele momento mas com as mudanças que vão acontecendo, o contexto muda. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

Parte-se do princípio de que a informação difundida deve ser capaz de influenciar quem a recebe de tal forma a que o emissor possa fazer valer seus intentos. Uma informação sem impacto considera-se uma acção sem reacção, pois, toda a acção pressupõe uma reacção o que significa haver a necessidade de toda a informação poder trazer um resultado. Se não há resultados, significa então que a informação tem um elemento, ou que choca nas questões culturais, ou porque não atingiu um nível desejado para ser aceite como tal. Porque, por outro lado, a comunidade socorre-se pelos seus valores para receber ou rejeitar as mensagens.

Vai daí considerar-se que “se uma informação chega a uma comunidade e não é capaz de influenciar todo esse desenvolvimento, esta transformação, essa participação porque tem que participar na comunidade, ouvindo alguma coisa” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020). Então, considerar-se-ia que esta informação não teve seu papel determinado, segundo indicam Briggs e Burke (2006) que seria o de ensinar. Entretanto, "o acesso à informação depende dos dois lados, não só do lado dos líderes mas também das próprias comunidades em ter vontade de saber e ter vontade de aprender” (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019).

Portanto, a estratégia de comunicação na base de modelos dialógicos e humanista é fundamental para o sucesso e sustentabilidade de um projecto, pois “um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer que seja o projecto tem o que mexe com a vida das pessoas” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020). Mexer com as pessoas significa criar interesse a quem o projecto é direccionado assumindo que as pessoas têm suas aspirações perante uma nova situação que se pretende criar e as suas aspirações vão se enquadrando na medida em que o projecto vai se solidificando.

Os programas de desenvolvimento, abordam assuntos relacionados com mulheres, assuntos relacionados com agricultura, são assuntos legais, estamos por exemplo a falar de leis e tal e a rádio comunitária não consegue traduzir isso em linguagem simples para a comunidade. Tem dificuldades porque muita das vezes as rádios comunitárias usam as línguas locais para transmitirem as suas mensagens. Agora, para pegar em um conceito, por exemplo, político legal, não tem essa técnica eles, não foram treinados. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

Um dos maiores embaraços no desenvolvimento das estratégias de comunicação comunitárias prendem-se com o facto de os fazedores de rádio não conseguirem traduzir a linguagem técnica em coloquial de modo a que as massas comunitárias possam ter acesso à informação transmitida.

Considerando que o desenvolvimento está ligado directamente às questões de liberdade como nos indica Sen (1999, 2001) e nas liberdades das escolas em Habermas (2003), então há um pressuposto segundo o qual as comunidades devem sentir que a vontade de quem implementa os projectos de desenvolvimento prende-se com o facto de ver as comunidades a aumentarem a renda e acondicionar a que ao mesmo tempo se elimine as privações que, segundo Sen (2000) se encontram umbilicalmente ligadas à tirania, intolerância ou interferência de Estados repressivos (como citado em Veiga, 2005).

Porque afinal, o que seria desenvolvimento em diferentes contextos? Qual seria o primeiro elemento de maior importância para o desenvolvimento de uma comunidade uma vez que na maior parte das vezes a implementação de projectos carecem de estudos? Pois, observa-se que “quando a gente chega e diz que esse empreendimento vai trazer desenvolvimento o nosso conceito de desenvolvimento leva em conta o conceito de desenvolvimento daquela comunidade?” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020). Estaria a se desenvolver uma comunidade cujos serviços de primeira necessidade se encontram distantes? O argumento de Veiga (2005) é de que um país não precisa esperar pelo longo período de crescimento económico que o levará a ser muito rico antes de lançar-se na rápida expansão da educação básica e dos serviços de saúde.

Mitchell (2005) analisa que qualquer processo de desenvolvimento tem que ver com as mudanças e, estas de forma alguma poderão ocorrer sem que exista um elemento de comunicação (como citado em Mefalopulos, 2008). Entende-se que a comunicação de alguma coisa também pressupõe mudança, mudança sobre a forma de estar, sobre o fazer, sobre o pensar que são sinais de desenvolvimento. Ora, no nosso contexto, “desenvolvimento nacional tem que incluir as comunidades... então tem de saber que estratégia de comunicação tem de se montar” (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020).

Dentro de uma comunidade onde temos um grupo heterogéneo, é possível encontrar aspectos que são comuns e é preciso encontrar aqueles aspectos que travam o desenvolvimento da

comunidade, ainda que estejam centrados num grupo específico, por exemplo, de jovens é possível a gente priorizar e dizer olha nós temos identificado que o desemprego dos jovens contribui para a criminalidade, vamos resolver este elemento e depois vamos entrar na habitação. (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020)

Há muitos desafios ainda por se fazer no desenvolvimento em Moçambique porque existem áreas que o próprio governo traçou na sua agenda 2025 que é estratégia que combina com estratégia ou objectivo do milénio que na verdade são áreas que devem ser combatidas até 2025. Ora bem, muitas dessas áreas não estão a ser devidamente concluídas na sua essência de desenvolvimento, por exemplo, o HIV e SIDA. (Celestino Vaz, 19 de Fevereiro de 2020)

Identificar aspectos comuns referenciados por Marrengula pressupõe conhecer, primeiro, os contextos dessa comunidade e, só depois criar condições para que a comunicação sirva de medidor da pulsação das intenções dos que implementam as mudanças. A comunicação vai servir, nesse caso, como sendo o elo de ligação na tríade agente-serviços-comunidade garantindo que esta relação se torne cada vez mais coesa a médio e longo prazos.

Vai daí que argumentamos a necessidade de dar primazia aos valores comunitários que ajudem a responder, nem que seja de forma parcial, aos desafios impostos pelas mudanças. Pois, uma mudança, que se considera sustentável e significativa, acarreta custos na medida em que advém de vários níveis que, segundo Mefalopulos (2008) incluem ouvir, confiança, compartilhar conhecimentos e habilidades, construir políticas, debater e aprender. Por outro lado, é preciso que, nas comunidades, se criem condições para que a comunicação seja crível e que os espaços de debate sejam levados à comunidade como forma de influenciar na mudança do comportamento e, de forma sinérgica, participar e influenciar a:

reduzir as incertezas.... O homem de campo sempre desconfia.... Se formos a ver como é que podem dar assistência para o gado resistir a uma determinada cultura mas o camponês desconfia.... Se diz que não deve cultivar daquela maneira e tem estes mecanismos ou tecnologia para uma boa produção ele sempre desconfia.... À medida que for a reduzir as incertezas que ele tem isso, a tendência é melhorar a aceitação sobre uma introdução da tecnologia na sua comunidade e então, ele também melhora a sua percepção sobre aquilo que

deve se fazer.... se não reduzir esse nível de desconfiança nunca há de aceitar qualquer introdução com a tecnologia. (Felisberto Tinga, 23 de Fevereiro de 2020)

O desinteresse em algumas questões da sociedade é enorme e alarmante, pois, em particular, a comunicação que, de acordo com Nguenha (2013), para estas comunidades a comunicação não traz benefícios mas sim os serviços é que condicionam ao bem-estar social.

Portanto, os desafios no desenvolvimento sustentável em países do terceiro mundo como Moçambique são enormes olhando a partir da génese da libertação nacional onde o governo da Frelimo adoptou o socialismo como modelo de desenvolvimento. Este modelo pressupunha uma liderança cuja estratégia de comunicação era de dominação, que parte do topo para a base sem que a base tenha mecanismos de reacção. Isto é, um modelo não humanista e que não condiciona as relações fazendo com que houvesse distanciamento entre a liderança e a comunidade.

Um exemplo muito recente sobre a comunicação pública foi aquando do surto da epidemia da Covid-19 onde se omitiu a informação do primeiro caso do vírus identificado positivo. Este comportamento fez com que a população moçambicana, no geral, não assumisse a doença como um problema social, em particular nas regiões rurais onde a informação é negada, por um lado, pelos receptores e, por outro, pelos emissores.

O posicionamento do governo perante esta pandemia e a influência do ambiente social moçambicano que retardou a massificação dos infectados, criou descrédito da população, maioritariamente em regiões periurbanas e rurais, da existência e gravidade da pandemia.

Ora, mostrar e tomar a comunicação como fundamental na mitigação dos problemas advindos tem sido um factor crucial no contexto moçambicano, o que tem ditado na lentidão e/ou criação de problemas adversos nos factores sociais, pois, “o indivíduo não está inserido na economia do mercado, então, não tem uma renda mas existe uma ordem social estabelecida na gestão desses escassos recursos onde a rede de interajuda são fundamentais” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

Portanto, é necessário que haja cooperação entre o proponente e o beneficiário. A cooperação, em Habermas (1984), serve de base da acção comunicativa, na medida em que,

segundo o autor, os outros participantes nesta acção não executam suas acções em função dos comportamentos dos outros, mas tomam iniciativas em respostas dos seus objectivos.

A busca dos objectivos que satisfaz a cada um e de forma isolada, determina, em grande parte, que as pessoas, de forma unida, tenham as mesmas soluções que beneficiem a comunidade como um todo. É a este processo que achamos ser sustentabilidade na medida em que as respostas das pessoas sejam capazes de fazer com que uma comunidade como um todo tenha inspiração em busca de um objectivo comum e que seja satisfatório para o bem-estar comunitário.

A visão de Habermas (1985b) é de que ao participar de um conjunto de acções dentro do grupo, os indivíduos aceitam, fundamentalmente, a mesma posição daqueles cujas manifestações tentam compreender, pois, só a compreensão é que ajuda o indivíduo a mergulhar na crítica de forma coerente e, por outro lado, a se integrar no processo de aprendizagem, pois, nesse processo não se define quem deve aprender de quem, como mostra o autor.

As actividades dentro das comunidades devem ter domínio comunicativo de modo a que possam, por si, criar uma base de sustentabilidade e apoiar nas pequenas despesas em torno do desenvolvimento do projecto a longo prazo. Entende-se que o financiamento diminui o sentido de responsabilização e apropriação da parte dos indivíduos.

O outro ponto a considerar é a não-participação da comunidade no âmbito da introdução do projecto como forma de levá-la a assumir como coisa que foi criada por eles e, os especialistas, aparecerem somente como sujeitos que dão ajuda em termos técnicos e/ou estratégicos.

Para a melhor compreensão da interpretação nos discursos sobre desenvolvimento sustentável nas vilas do milénio, compreende-se que a atitude que resulta em acções significativamente válidas, mesmo assumindo as adversidades identificadas, seria a atitude orientada para a compreensão de Habermas (1989b) por se considerar mais aberta para a comunicação. Já, atitude orientada para o sucesso, de acordo com o autor, embora considerada a mais prática na sustentabilidade, não se pode assumir como válida na medida em que o sucesso pode não ter como princípio a sustentabilidade aqui apregoada.

### 10.11. Modelos da comunicação dialógica

O diálogo social consiste em conversa entre dois ou mais sujeitos. Ele caracteriza-se por ser um acto de troca de mensagens onde o emissor da mensagem, por vezes passa a ouvinte e vice-versa. Neste processo, considerado em comunicação por excelência, a satisfação na participação é plena, podendo cada um ter a oportunidade de apresentar suas ideias.

A falta de diálogo, em termos estratégicos é considerada como sendo uma comunicação descendente e que não criar relacionamentos por apresentar uma característica típica, afastando os intervenientes no processo, onde apresenta um conjunto de deficiências por não apresentar-se como sendo viável na construção e integração das pessoas em todos os processos onde sejam necessários. É neste contexto em que se observam sinais negativos da falta de diálogo, pois, sua falta cria um descontentamento que coloca os projectos em crise.

Aí que vejo o *gape* na conversa, no diálogo não é, na comunicação de projectos teoricamente concebidos para promover o desenvolvimento com as comunidades rurais... Consigo estabelecer um diálogo horizontal quando o outro percebe que afinal de contas você tem ouvidos para escutar quais são as necessidades dele e colocar as necessidades dele na mesa de tomada de decisão. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

Villela (1995) refere sobre a necessidade de, entre dois sujeitos em comunicação, haver respeito mútuo bem como respeitando os valores do seu contexto histórico e sociocultural. Por outro lado, autores como Baldissera (2007) remetem-nos à ideia de que o diálogo ocorre de forma diversa em cada contexto (como citado em Bittencourt, 2017). Portanto, o sujeito, como agente do processo cultural, negocia, disputa, resiste, inaugura, dá vazão às sensações, procurando operar nesses processos alguma mudança em função do seu estado de espírito, pois, ganha nele uma capacidade de interagir com a cultura de forma activa.

Porém, nos espaços moçambicanos, no geral, “o governo e todas as instituições que gerem programas de desenvolvimento devem encontrar os melhores mecanismos, não é, para estabelecer uma ligação, estabelecer uma relação com os públicos beneficiários do programa” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020). Percebe-se que o mais importante factor de todos integrantes é a criação de relações seguras para que as pessoas, de forma unânime, assumam seus papéis para que as dinâmicas de desenvolvimento sejam verificadas.



Pois, a ideia central do relacionamento nos contextos sociais é que elas criem sinergias na busca de uma solução análoga que satisfaça a diferentes interesses.

Se a busca do relacionamento entre os diferentes intervenientes não se verificar é que não houve o cuidado de se criar:

espaço de diálogo, há emissão de informação. Então, a comunidade que está ali é para receber aquilo que foi concebido. Então, se é para receber o que foi concebido, qual é o espaço que elas têm para elas colocarem aquilo que é de facto o modo de vida delas, os hábitos culturais, sociais que transitam de geração em geração mas são fundamentais para a sua estratégia de sobrevivência. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

Uma estratégia de sobrevivência carece de uma estratégia de comunicação de modo a que se possa medir o pulsar das relações que criam entre as partes envolvidas, criando espaços de comunicação de forma ininterrupta. Os espaços de comunicação referenciados podem ser, no geral, físicos, tecnológicos ou não, podendo ser encontrados em dimensões não humanas desde que sejam assumidas como significativas entre dois ou mais falantes. O contexto aqui remete-nos à ideia de que a comunicação condiciona mecanismos de surgimentos dos espaços de conversação, mesmo podendo serem influenciados por questões políticas, influenciando assim a comunicação a um cunho político, desde que faça cumprir a sua missão.

Portanto, o factor político que envolve o campo da comunicação rege-se por um conjunto de normas, cabendo à comunicação como processo social de se despir da sua ideologia de dominação como campo político. Entretanto, referindo-se à comunicação a partir dos contextos rurais, os argumentos de Lerner e Schramm (1973) mostram ser de praz a falta de informação nestes lugares, pelas condições que se apresentam.

O modelo de comunicação usado, da forma a que se apresenta, entende-se ser o de imprensa indicado por Kunsch et al. (2006). Este modelo apresenta-se ser unidirecional, obedecendo ao sentido decrescente, isto é, parte dos tomadores de decisão para a base, considerando-se como um modelo transmissão linear das mensagens. Por outro lado, entende-se ser um modelo que visa alcançar mudança que pode ser uma comunicação para informar conforme indicam Pasquali (2003) e comunicação para persuadir em Mefalopulos (2008).

Portanto, é uma comunicação que se caracteriza por ser do tipo mediático que não valoriza as relações humanas na medida em que o emissor da mensagem se fecha ao diálogo. Por outro lado, caracteriza-se por uma comunicação que circula nas regiões rurais, organizadas em forma de povoamento concentrado que originou, de acordo com Araújo (1988), os aldeamentos populacionais rurais, com mais de 70% de população rural, como mostra o INE (2019).

A implementação das aldeias comunais nas regiões rurais, consideradas comunidades tradicionais e em forma de aldeias comunais não foi uma tarefa fácil. Pois:

alguns aceitaram e outros rejeitaram. Houve um trabalho de tirar as comunidades dos seus locais de origem para se aglomerar em determinados lugares porque lá teriam todas as facilidades que era um projecto de nascimento de novas cidades que se tivesse sido adoptado e aceite e implementado aquele processo de implantação das aldeias comunais hoje teríamos muitas cidades.... Houve um certo erro, talvez na aplicação ou implementação das aldeias comunais.... Implementação dos projectos não foi ao encontro da realidade local e não ter sido bem informado, divulgado e não ter sido bem percebido. (Tomás Jane, 29 de Agosto de 2019)

Na perspectiva de Machel (1976) um dos pressupostos da criação das aldeias comunais nos distritos e, em particular, nas zonas recônditas do país era de criar um ambiente que pudesse determinar o aparecimento das pequenas cidades (como citado em Maloa, 2016). O aparecimento destas pequenas cidades (cidades do campo) serviria de estratégia para “combater os vícios, o boato e a calúnia das cidades em contrapondo com a pureza e o espírito de sacrifício dos camponeses” (Machel, 1976, citado por Maloa, 2016, p. 70).

Entende-se ter havido uma negação da comunicação neste processo o que resultou em fracasso. A grande particularidade das comunidades rurais, com destaque para as comunidades moçambicanas é que elas cingem-se por uma doutrina assente nas tradições locais o que significa haver um procedimento no campo da comunicação não humanista e de outra dimensão que coloca em relação os vivos e os mortos como forma de resolver um dado problema. É uma questão

Portanto, vários factores foram influentes no processo de aldeamento dos territórios moçambicanos como forma de prover as comunidades rurais em condições de

sustentabilidade como serviços de educação, saúde e saneamento do meio, tomados como prioritários pelo governo de Moçambique no desenvolvimento do país.

Com suas raízes assentes na terra, tanto pela prática da agricultura e pastorícia, há maior predomínio de actos tradicionais que, acreditando nas forças exteriores em volta dos curandeiros, toda acção social dentro da comunidade gravita em torno destes e pelos líderes locais, entre outros, onde, cada acção é orientada de forma tradicional.

Portanto, entende-se que as comunidades:

acreditam que a sorte que elas tem é que existe alguém no mundo dos mortos que vela por isso. Elas acreditam que uma boa produção agrícola, um bom pasto só advém quando eles estão em harmonia com o mundo dos mortos que são os espíritos antepassados que dão essa sorte mas também são os espíritos dos antepassados que dão a proteção para invasões, doenças, então é lá onde está o centro da vida desse dessa geração mundana e eles acreditam que os que estão vivos, que aquela terra não lhes pertence, aquela terra pertence àqueles que estão do lado de cá. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

Portanto, as formas de comunicação tradicionais ao ritmo ocidental deixam de ser aplicáveis num contexto como este na medida em que a comunicação feita dentro da comunidade ser do domínio espiritual, não havendo nenhuma tecnologia conhecida que possa ajudar a interpretar certos fenómenos. Interpretar e fazer uma comunicação de forma massiva para estas comunidades usando meios tecnológicos seria praticamente difícil, porém, possível na dimensão mundana.

Pois, esta comunicação ocorre em outras dimensões acima da dimensão humana, o que nos ajuda a perceber que a comunicação neste domínio não tem cunho humanista para além de ser entendida de forma particular e pela minoria do grupo, o que deixa maior vazio na sua aplicação.

É neste contexto em que Valá (2011) argumenta que a comunicação formal não encontra enquadramento nas zonas rurais moçambicanas pelo facto de esta circular por mecanismos tradicionais. Sucede, porém, que “estamos a olhar também para um público que tem uma limitação em termos de acesso a algumas a algumas, a alguns recursos de comunicação” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020). Para além de que “nós desenhamos as nossas mensagens e passamos as mensagens mas nós não sabemos das vidas

das pessoas, então, temos de ter uma maneira de dar espaços a essas pessoas” (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020).

Não conhecer as vidas das pessoas significa desconhecer onde se encontram, seus contextos, seus gostos e pretensões. Significa ainda que a estratégia de comunicação não foi orientada por um mecanismo de reconhecimento e identificação desses contextos e lugares.

Um dos maiores desafios de Moçambique é ainda ter de combater a posição tomada pelos indivíduos perante os serviços do Estado que, na sua maioria são oferecidas de forma gratuita, o que não cria comprometimento com o indivíduo na medida em que seu uso ou não fica indiferente, daí ser indiferente também a sua conservação e manutenção para usos futuros, pois, sua aquisição advém do cofre do Estado. Sendo um Estado que teve raízes assentes no socialismo, com um estado de previdência, os serviços são oferecidos à população pelo Estado de forma grátis, daí a fraca apropriação e conservação. Pois, os argumentos são de que é:

uma coisa que o Estado está a vir me oferecer. Então, isto não cria aquela apropriação que as pessoas deviam ter.... As pessoas delegaram ao estado a responsabilidade pela saúde, não estão a assumir. Nós temos que andar atrás das pessoas e temos que convencer, temos que insistir, temos que estimular as pessoas para cuidarem da sua própria saúde. Não se limita somente na questão do conhecimento, da informação é um problema de mentalidade, a apropriação que é uma guerra grande. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

Reconhecer uma intervenção no âmbito comunicacional como forma de resolver os problemas sociais não se faz suficiente na medida em que a comunidade, para além de não ter acesso de forma fácil à informação, esta mesma informação não é levada ao nível necessário como uma comunidade que precisa de condicionalismos para influenciar na mudança de comportamento. Ser uma sociedade com falta de conhecimento não se torna em problema na medida em que o interesse na construção e aquisição deste conhecimento não tem sido muito importante nestas comunidades.

Portanto, a comunicação é o vector fundamental que ameniza as relações através do uso de estratégias eficazes como diálogos sociais de forma dirigida ou não bem como através de meios tecnológicos. A busca de relacionamentos dentro da comunidade visa responder a

um conjunto de normas e valores impostas pela sociedade, onde a comunicação serve como resposta.

A liderança de um grupo deve ser vista como sendo o elo de ligação entre o governo e os governados. Esta ligação consiste na tramitação de processos diversos cujo maior interesse governamental tem que ver com a criação de condições para a comunidade, integrando-a nos destinos gerais como parte do todo. A comunidade assume que a existência do líder local serve também de ligação com os ancestrais daí que:

você não coloca um régulo lá, ele não vai ser reconhecido nunca, é por hereditariedade e ele governa aquele espaço com seus assessores e, os assessores são dotados de alguma capacidade também reconhecida e então você tem assessores como gestores da terra, você tem o líder religioso, você tem o curandeiro, então, todos esses fazem parte dessa cúpula que ajudam o líder a governar. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

As lideranças nas comunidades rurais devem ser constituídas por nativos, para além de ser por linhagem, onde a capacidade de governo tradicional é impingido desde a tenra idade. Entretanto, existe um desconforto quando o assunto é tomar uma decisão onde os líderes são chamados a terem de decidir sobre a vida dos outros, mesmo que esta liderança seja por consenso, há aspectos como saúde, por exemplo, onde os indivíduos devem ser chamados a terem que tomar decisões por si.

Pois, assume-se que:

o problema dos líderes comunitários, o problema que estamos a ter é que não há ainda uma directriz clara dos líderes comunitários, primeiro sobre a própria definição, quando falamos dos líderes comunitários estamos a falar de quem? Por quê? Porque nos líderes você tem aqueles que são nomeados e tens desde os chefes de quarteirão, tens os chefes das localidades, tens os líderes tradicionais, tens, é um mapa complexo de lideranças locais mas cada um com seu nível de influência. (Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020)

O líder local, do meu ponto de vista, o chefe de 10 casas, o secretário do bairro, esses devem ser vistos como facilitadores do processo de desenvolvimento porque toda a agenda do governo, todos os planos quinquenais de todos governos do mundo inteiro visam desenvolvimento, não é, mas se os seus actores não são capacitados para este efeito, com ferramentas próprias para negociação, tomada de decisão, que tem a ver com comunicação,

nós não podemos chegar ao objectivo principal de todos esses planos que nós temos. (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020)

Facilitar processos significa servir de mediador nas relações advindas ou mesmo na criação de condições para que as relações ocorram. Portanto, servindo-se da comunicação, particularmente, a dialógica, é possível integrar as comunidades em todos os processos de desenvolvimento na medida em que sua integração obriga a que cada elemento do grupo adopte novos comportamentos para responder aos objectivos predeterminados. Em Gocci e Occhini (1998) entende-se que o comportamento humano está voltado para uma meta onde para que ela seja atingida, o indivíduo utiliza mapas cognitivos de aprendizagens que o guiam no interior do seu ambiente sensorial.

A identificação dos ditos facilitadores tem que ver com “a questão da legitimidade, o segundo aspecto tem a ver com a questão da das habilidades da pessoa para exercer, digamos, este processo de facilitação” (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020). Por outro lado, existe o factor imperativo que faz do líder ser o mais reconhecido na comunidade que é a sua habilidade inquestionável de lidar com questões fora do comum que seria o de “garantir a ligação dessa sociedade com o mundo dos mortos. Por isso que é hereditário, é por linhagem e acredita-se que ele está muito próximo dos antepassados e tem essa capacidade de mediar as relações com o mundo dos mortos” (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020).

Para a questão da conexão com o mundo dos mortos e que nesse processo ocorre uma comunicação que determina um modo de estar de uma comunidade podemos assumir que ela se torna legal a partir do momento em que a comunidade aceita que o procedimento seja feito nesses termos, pois em última análise, há uma compreensão entre ela e esse mundo desconhecido, porém, uma compreensão limitada da comunicação.

Mefalopulos (2008) considera a compreensão limitada da comunicação como sendo uma forma de disseminar, informar e persuadir embora não adopte o espírito do novo paradigma de desenvolvimento, no qual a comunicação é usada para facilitar a participação e gerar conhecimento, pois, entende-se que a participação é excludente.

A não questionabilidade dos intervenientes como moderadores dos processos comunitários eleva sua auto estima bem como a da comunidade por se poder representar por

sujeitos que reúnem consenso dentro da comunidade, daí seu papel na intervenção na resolução dos problemas locais.

Se olhar para alguns programas ... de saúde, eles foram muito mais longe neste conceito de liderança não é, um dos programas do desenvolvimento porque eles foram lá, encontraram um jovem que não é, não é, não tem nenhuma posição a nível da comunidade mas é uma pessoa que quando fala todos escutam. (Mário Marrengula, 25 de Fevereiro de 2020)

O que ele fala não é questionado porque entende-se que ele tem essa capacidade de mediar, não é, e isso não é racional, isso não é racional por isso não é questionado. Então, é justamente por isso que na comunicação, um dispositivo técnico, rádio não exerce o mesmo papel ... ele só serve para mobilizar. Eles só servem para juntar. Agora, para mudar uma opinião, para incutir uma ideia, não. (Ratmir Cuna, 20 de Fevereiro de 2020)

Se a comunicação, através destes não-líderes, cujo comando tem a capacidade de se fazer presente no meio de outros líderes, então, pode-se assumir que a comunicação, conforme argumenta o CDR Report (2002) toma o papel principal na conjugação das relações sociais, contendo litígios.

A acção comunitária indicada por Weber (1973) prova neste caso a existência de uma racionalidade identificada no comportamento destes grupos orientados por questões éticas, que tendem a buscar respostas comuns na base de seu padrão de comportamento para o bem da comunidade.

Portanto, os contextos sociais, no seu todo, são preenchidos por vários intervenientes sociais que, por um lado, procuram ensinar e, por outro, que procuram conhecimento através do aprendizado com outros. Esta tendência comunitária, orientada pela busca do conhecimento, encaminha os indivíduos na busca de respostas sobre o que os aflige que, não raras vezes, estas respostas se encontram dentro do grupo onde o indivíduo faz parte.

Na perspectiva de Weber (1973), a acção humana reveste-se de subjectividade para com os outros. Isto é, entende-se que as acções dos indivíduos se identificam por subjectividade para com outros na medida em que cada um toma uma posição diante dos fenómenos sociais em função da sua interpretação e, o significado a que se dá é em função da lente a que fora revestido no processo da socialização.

Ora, entende-se aqui a existência de uma norma ou acordos que orientam o fazer que determina ou que chama a atenção comunitária ao engajamento social em diversas perspectivas dentro do grupo. A atenção determinada por um sujeito que faz parte dessa relação vai poder influenciar as outras acções aos que provavelmente receiam em se engajar nesse acto. Isto porque as determinações dentro do contexto vão tomar espaço para que os indivíduos dentro do grupo se posicionem e que levem o evento a rumar numa direção favorável.

Neste sentido, Weber (1973) avança que os indivíduos envolvidos em processos dentro das comunidades não orientam o seu próprio agir unicamente nas expectativas do agir dos outros, entendendo agir como comportamento, numa ordem lógica e orientada por normas sociais e obrigatórias que definem os padrões de relacionamento na busca de uma satisfação comum.





## Capítulo XI

### 11. UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E AS EXPERIÊNCIAS DE VIDA NAS ALDEIAS COMUNAIS

#### 11.1. Um olhar histórico das aldeias comunais em moçambicanas

A História é entendida como sendo a ciência que estuda as atuações dos homens no tempo e no espaço simultaneamente à análise de processos e episódios que tomam espaço graças à sua autoridade. Estas acções, influenciadas por vários factores, justificam as necessidades alcançadas ou não num certo período. É no contexto destes actos dos homens que encontramos uma justificação e orientação de certas acções como mecanismos de orientar os comportamentos e atitudes sociais visando supervisionar o bem-estar. Assim, procuramos, numa perspectiva histórica, trazer ao debate algumas apreciações sobre o desenvolvimento de Moçambique tendo como condutor de análise os modelos socialista e neoliberal, ambos adoptados pelo governo da Frelimo.

Analisando os dois modelos de desenvolvimento implementados em Moçambique, entende-se ter havido, ao longo da vigência destes, um modelo de comunicação que orientava e definia o percurso das acções visando o desenvolvimento. Tanto os modelos de desenvolvimento assim como os de comunicação subentendem-se como estratégias cujos impactos podem ser considerados, para o caso de Moçambique, insustentáveis. Pois, os dois tipos de modelos foram influenciados pela (in)capacidade do governo em definir mecanismos que visem condicionar ao bem-estar do povo moçambicano.

Para o efeito, foi determinada uma conversação, de forma informal, com três historiadores formados em épocas diferentes, como forma de sustentar os argumentos por eles apresentados, pese embora as justificações sobre o facto histórico identificado tender aos mesmos argumentos.

Os relatos apresentados mostram que durante a época colonial, a percentagem de analfabetismo, de famílias que não se beneficiam de boa saúde, com posse de terra áridas, entre outros factores em Moçambique era muito elevado, dada a condição a que o país se encontrava, provocada pela forma de governação portuguesa, daí, por exemplo, ter-se optado

por via de luta armada para se alcançar a independência, diferentemente de outros países francófonos e/ou anglófonos.

A introdução do sistema socialista, depois do terceiro congresso da Frelimo, em 1977, influenciou a que a educação, considerada por Machel como a chave para o povo tomar o poder, passasse a ser vista como sendo o sector mais importante na definição dos destinos do país. Porém, em Mosca (2005) associando os pilares de desenvolvimento, aponta que no âmbito da criação das aldeias comunais não foram desenhados em paralelo com os costumes locais, daí o fraco empenho da comunidade na busca desses serviços como sendo os principais na resolução dos problemas emergentes (como citado em Matsinhe, 2011).

Uma das conquistas é que o socialismo permitiu a “integração sem distinção de de nenhuma situação e nem de raça, nem de tribo... Com a saída dos portugueses eh, muitas terras ficaram disponíveis ... foram nacionalizadas. Portanto, transformaram-se em empresas estatais” (Raul Matsimbe, Professor da disciplina de História na Escola de Jornalismo, em entrevista a 5 de Fevereiro de 2021). A nacionalização dos sectores chave como a educação, a agricultura e saúde foi uma estratégia para impulsionar a emancipação do povo moçambicano, embora se considere a fraqueza da sua aplicação, dada a falta de quadro capacitado para gerir os destinos do país nos primeiros anos da independência.

É na tentativa de diminuir os níveis de analfabetismo que nas regiões mais recônditas condiciona-se a educação básica com particular destaque às raparigas, mas com o tempo este número reduz de forma drástica (Meque, 2013). Um dos factores da diminuição do número de raparigas nas classes subsequentes tem que ver com as distâncias a percorrer para se chegar na escola, daí os pais apenas deixarem os rapazes.

Com a introdução do sistema de ensino nas comunidades, o governo moçambicano queria definir um bem-estar social de acordo com os preceitos de unidade, uma ideologia que até hoje serve como orientadora dos destinos económicos do país, olhando para o reencontro dos grupos étnico-linguísticos existentes. Ou seja, a base é que as diferenças culturais não podiam ser vistas como sendo o empecilho para o desenvolvimento e bem-estar das pessoas.

A ideia da introdução do socialismo é que o Estado, para além de poder controlar os comportamentos das pessoas, mais pelo ser, estar e posicionamento das ideologias socialistas, podia também evitar “a exploração do Homem pelo Homem ... então o sistema

socialista é um sistema social que ajuda, quer dizer, a divisão tem de ser por igual” (Francisco Zimba, Historiador e professor de história na Escola Secundária *Kiss Mabota*, em entrevista a 17 de Outubro de 2020).

No modelo socialista as questões económicas do país são vistas do ponto de vista social onde as relações de interajuda prevalecem e são incentivadas nas comunidades, daí a criação das aldeias comunais, como forma de trazer ao povo moçambicano o sentimento de bem comum. É, por outro lado, conhecido como sendo um “sistema de colonatos que na verdade éhhh é um projeto de desenvolvimento social integrado” (Manuel Matine, Historiador e professor da Universidade Pedagógica, delegação da Província de Inhambane, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021). Por isso, a criação dos grupos dinamizadores viria a servir de força de controlo e mecanismo de fazer cumprir as regras pré-estabelecidas.

Durante a fase de transição ao socialismo e ao longo da sua vigência, as informações circulavam com muita regularidade nas comunidades porque o governo da Frelimo tinha em vinha inculcar no povo moçambicano uma nova forma de ser e estar. Porém, a qualidade e a frequência da informação que circulava nestes lugares era dependente dos tomadores de decisão com capacidades manipuladoras para que a comunidade percebesse a mensagem dentro do contexto da ideologia vigente, mesmo considerando sua difusão na base das línguas locais.

Durkheim (como citado em Sousa, 2006) refere que a questão do uso das línguas locais cria uma consciência colectiva a partir das suas formas de pensar, de agir e de ser. Esta indicação de Durkheim pode ser entendida como uma forma de criar espaços para que as regiões rurais sejam lugares onde os níveis de informação sejam difundidos de forma a satisfazer a comunidade, pois, não seria a língua a minar seu fluxo, na medida em que, de acordo com o autor, as rádios comunitárias são chamadas a liderarem os processos.

Segundo indica Briggs e Burke (2006), quando a informação beneficia a minoria, a classe baixa auto exclui-se, pois, em Schramm (1976), nestes contextos, os níveis de fluxo de informação são baixos, o que significa ter capacidades reduzidas para atingir as massas. Pois, o meio mais privilegiado na difusão de informação pública neste processo eram os comícios populares e o jornal do povo, meios cuja exploração era limitada, na medida em que para a difusão pública:

era preciso ter as pessoas concentradas. Então, isto foi um dos motivos que fez com que as pessoas se concentrassem porque sabiam que iriam ter serviços básicos, não é, mas esses serviços básicos que dantes não tinham, não porque não existia, porque era preciso pagar. (Raul Matsimbe, em entrevista a 5 de Fevereiro de 2021)

Um outro aspecto é que a concentração das pessoas em aldeias visava condicionar um bloqueio económico, dificultando o progresso dos homens da Renamo. Pois, percebe-se que o avanço da luta entre o governo da Frelimo e os guerrilheiros da Renamo era intenso o que condicionou ao aparecimento de um outro tipo de aldeias comunais, conforme mostra Araújo (1988). Pois, ficando dispersas nas zonas rurais:

seria difícil construir a escola, seria difícil servir as populações em hospitais, seria difícil servir as populações em fontenárias de abastecimento.... Estariam mais vulneráveis aos ataques da Renamo, seria mais importante aglomerar as pessoas para poder proteger dos possíveis ataques. Aglomerados e seria mais fácil proteger essas pessoas militarmente dos ataques em comparação em em deixa-las nas zonas rurais. (Manuel Matine, Historiador e professor da Universidade Pedagógica, delegação da Província de Inhambane, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021)

A construção de escolas tornou-se em objectivo central nas acções do governo do dia, porém, pela centralização das decisões foi difícil responder às necessidades do povo moçambicano, daí a busca de uma consciencialização do povo por meio de comícios populares que pudessem chamar atenção da comunidade sobre o percurso do governo rumo à integração social.

Os comícios populares estabelecem uma comunicação de mão-única, descendente e que não cria relacionamentos. Por outro lado, caracteriza-se por ser uma forma de comunicação para dar ordens. Uma comunicação que não condiciona a criação dos diálogos. É um tipo de comunicação que se equipara à comunicação que somente se preocupa com os efeitos. Portanto, entende-se que o valor dado à comunicação era influenciado pelo contexto onde a confiança entre as pessoas era menor ou quase não existia. Mefalopulos (2008) entende este procedimento como sendo a que menos tem a capacidade de trazer a sociedade para junto das pessoas, considerando a cada membro que se integra no processo comunicativo.

O jornal Notícias, jornal de maior circulação no país desde a época colonial, depois da independência continuou a não ser o meio principal na busca de informação pública devido à fraca capacidade de domínio da língua portuguesa pela comunidade moçambicana e, os níveis de analfabetismo continuaram ainda significativos para se assumir que o jornal impresso constituía um meio de comunicação eficaz. O meio rádio, neste caso a Rádio Moçambique, que também se limitava a produzir conteúdos em língua portuguesa, não tinha maior alcance, perdendo a oportunidade de, conforme se entende em Peruzzo (1998, como citado em Lima, 2010) condicionar a democratização da comunicação. Pois, a democratização da informação consiste, segundo indica a autora, em o meio criar espaços através dos quais a comunidade possa discutir assuntos do seu interesse.

Com o socialismo esperava-se que a indústria, a educação e outros sectores se desenvolvessem rápido tendo em conta os investimentos e as apostas determinantes ao trabalho cuja política de implementação era definida na base do PPI, programa implementado em 1978 pelo governo da Frelimo, visando a eliminação da pobreza, particularmente nas zonas rurais que, durante muito tempo, foram relegados ao último plano pelo colono português. Porém, o avanço destes sectores foi insignificante, pois:

era muito comum nós encontrarmos uma empresa a ser dirigida por uma pessoa com uma baixa escolarização. Talvez seja esse o motivo que fez com que a produção fosse baixa, que o investimento fosse maior do que o retorno.... Os trabalhadores antes de entrarem para o campo tinham aulas de alfabetização e o conteúdo dessas aulas eram os processos locais até aos processos nacionais. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

Visto na perspectiva socialista, a estratégia de condicionar emancipação através da alfabetização era positiva, pois, munia as pessoas com conhecimentos que pudessem condicionar a manipulação dos processos de forma sábia, porém, pecava por não ter-se definido um subterfúgio capaz de orientar os trabalhadores na definição de prioridades sem, no entanto, prejudicar aquilo que cada um pode considerar como sendo o mais e/ou o menos importante. A alfabetização, considerada aqui como sendo uma das formas de educação que, feita na base das rádios comunitárias, como indica Peruzzo (2002, como citada em Bahia, 2008), estimula a participação comunitária.

No contexto do socialismo moçambicano, como forma de incentivar a comunidade a participar dos processos, o governo da Frelimo iniciou uma atitude participativa através da democracia popular, significando uma participação activa do povo, contudo, essa democracia não criava pactos sociais na medida em que o povo não tinha voz, apenas era considerado como se fosse coautora das acções definidas:

mas que no fundo não era.... Você falar coisas não reais era inimigo, era boateiro e podia ser combatido.... As pessoas não tinham roupa, as pessoas não tinham comida, mas diziam que viviam bem. Então, eram situações, porque aquele que dissesse que estamos mal e que, era tido como agitador que foi mandado pelo inimigo para criar a desunião. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

A participação social indicada por Weber (1973), pode ser concebida numa lógica em que o indivíduo se guia pelas suas acções podendo estas serem por consenso ou não. Facto é que há uma tendência de o indivíduo procurar integrar-se a um grupo com o qual se identifica, dando seu contributo nos condicionalismos sociais que visem ao bem comum, orientado pelos aspectos democráticos. A democracia na visão de Tocqueville (como citado em Sousa, 2006), pressupõe a capacidade de as pessoas poderem defender suas ideias, para além de que naquilo que são as decisões gerais, as pessoas sejam capazes de aceitarem ou não as outras ideias propostas.

O diálogo entre grupos dentro das comunidades era proibido por temer-se às revoluções não desejadas, assumindo-se, por outro lado, estar-se num período em que o governo diminuía os níveis de confiança com as comunidades dado o contexto social vigente. Apesar de o socialismo ter trazido valores à sociedade, criou também problemas, como foi mostrado no capítulo X, onde o PPI (1978) não conseguiu dinamizar a economia nacional, conforme pode-se perceber nos argumentos de Matsimbe.

Um dos pontos negativos trazidos pelo socialismo, corroborado entre Zimba e Matsimbe é que as “pessoas não via o valor de ainda ir para escola, as crianças não iam para escola por causa da fome.... Doenças! muita gente morria por causa da fome, falta de condições” (Francisco Zimba, em entrevista a 17 de Outubro de 2020). Daí, no período pós “independência havia campanhas de partos institucionalizados. Então, há um equilíbrio, mas podemos dizer que a vida não melhorou” (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021).

Entende-se que o governo da Frelimo aderiu ao socialismo por uma mera estratégia de arriscar certas ideologias que pudessem definir o desenvolvimento do país e não porque sabia ou conhecia as consequências do socialismo, mesmo considerando que o Presidente Machel e Marcelino dos Santos foram teóricos desta corrente. Portanto, o governo arriscou ao socialismo baseando-se no conhecimento teórico, o que justifica os resultados alcançados no fim de um período. Por outro lado, pode-se considerar que foi uma questão ardilosa para continuar a manter relações com os países parceiros que deram apoio logístico na luta de libertação, a exemplo da, “Rússia, a China, a Argélia, que continuam socialistas.... Ao aderirmos ao socialismo vamos resolver muitas coisas, como por exemplo, toda a gente vai trabalhar, toda a gente vai produzir e é para se atender a todas as pessoas sem distinção” (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021).

Considera-se neste caso que o modelo socialista tem características centralistas. Isto é, o “Estado é que controlava tudo.... nem, a questão dos preços para o desenvolvimento do país e também adotou programas nem do desenvolvimento como PPI ... modelo de desenvolvimento no período de dez anos” (Francisco Zimba, em entrevista a 17 de Outubro de 2020). A centralização do poder visava colocar o Estado em primeiro plano como aquele que busca responder aos problemas do povo, ou seja, era um mecanismo de dar primazia aos assuntos que interessavam ao Estado.

Adoptar o socialismo como modelo de desenvolvimento nacional foi uma estratégia que tinha que ver com as necessidades de se aliar a uma nação que se fez presente, respondendo às necessidades do país no momento em que precisava. A decisão vem a justificar as razões pelas quais se abandona os modelos de desenvolvimento adoptados pelo colono que até certo ponto respondia ao contexto geopolítico da região. Quando se argumenta sobre o risco que o governo tomou ao abraçar este modelo é que o contexto da região não permitia que se adotasse tal medida, daí os países vizinhos terem inviabilizado vários processos que visavam a criação de um bem-estar social.

A existência de programas como o PPI (1978), cuja missão era garantir a sustentabilidade das iniciativas do Estado como agricultura, a educação e a indústria, vê-se comprometida na medida em que o plano perdera financiamento dos países parceiros – os países socialistas. Ora, o PPI “não vai a a atingir o seu objectivo.... O nosso país não tinha



dinheiro para financiar esses projectos, por isso que esses projectos vão colapsar.... Não havia financiamento para estes programas de desenvolvimento” (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020). Entende-se que o governo da FRELIMO na época desenhou o modelo com vista a obter recursos através dos parceiros.

O PPI, no entanto, pouco produziu em concreto do qual o socialismo possa se orgulhar como um programa de desenvolvimento que ao menos tenha criado algo de fundamental. Considera-se, neste caso, que este programa afundou cada vez mais a economia nacional por não ter conseguido dar frutos positivos num período de 10 anos, período definido como sendo essencial para analisar os seus frutos.

O socialismo, mesmo podendo-se considerar um modelo eficaz teve seus pontos negativos que minou o desenvolvimento socioeconómico do país. Um dos aspectos a considerar foi o facto de ter condicionado o aparecimento dos desníveis sociais em função dos ganhos, mesmo se argumentando que todos deviam consumir de forma igual. Porém:

quando é para todos e as quantidades são poucas há quem veio fura a fila e em alguns casos podia ser, um trabalhador da padaria a desviar o pão, não é, desvia o pão, porque ele sabe, que nem é desviar, ele compra aquele preço e depois vai vender na comunidade. E na comunidade alguém podia o denunciar, não é, porque se todos, cada um tinha dois quilos de arroz por mês, como abastecimento, como é que a outra pessoa consegue ficar com um saco? É porque teve a fonte. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

A questão de fundo que se levanta é a forma como as decisões eram tomadas dentro do contexto do socialismo em que havia centralização dos poderes. A definição de prioridades sem olhar aos contextos reais criou dificuldades de gestão de certos projectos, quer a nível da agricultura, saúde e educação, quer a nível social, “a situação das decisões também é que não deixava espaço para outros opinarem .... Então, temos que deixar a centralização do poder.... O regime em si em termos de desenvolvimento não trouxe grande coisa” (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020).

Quanto mais as pessoas são integradas no processo de tomada de decisões (Schramm, 1976), melhores soluções são encontradas, tanto mais que as pessoas sentem-se livres em fazer o que elas mesmas determinam como acções a serem levadas a

cabo, pois, ganham autonomia sobre os processos, orientando-se na base de seus contextos culturais e não só.

A diversidade de vozes em uma sociedade propicia um ambiente de debates livres que, por sua vez, abrem espaços para que haja tomada de decisões de forma consciente, o que era negado durante a vigência do modelo socialista, pelo facto de as decisões serem tomadas a nível central, justificando a democracia popular como sendo a capacidade de o povo orientar as suas acções. Identifica um contexto social em que as pessoas vivem na base de um plano individual influenciado pelos diversos factores como os políticos, económicos, culturais, entre outros, na busca das melhores condições de vida de acordo com as capacidades de cada um. Porém, foi evidente a não concretização de nenhum projecto fomentado pelo socialismo dentro dos parâmetros definidos. Pois, a centralização das acções implementadas pelo governo no âmbito do desenvolvimento condicionava menor espaço para a aderência comunitária.

Portanto, a fraqueza do plano prospectivo indicativo (PPI, 1978) condicionou a criação de novos planos que pudessem alavancar a economia nacional, a exemplo do programa de reabilitação económica (PRE, 1987), justificando à entrada do Estado ao neoliberalismo, visando a recuperação da desordem económica criada ora criada até 1987. Dentre vários factores do fracasso do modelo socialista (Cap. VII) podem ser feitas referências à incapacidade da Rússia, país parceiro durante este período, em continuar a dar apoio a Moçambique e, por outro lado, à conjuntura política da região, dominada pelo governo de Ian Smith que inibia os avanços económicos do país usando sabotagens de vária ordem, a exemplo dos bombardeamentos da Cidade da Matola.

Assim, sustenta-se que, o neoliberalismo trouxe uma nova forma de estar dos indivíduos pela capacidade criada de busca de condições sustentáveis na medida em que “muitos salários vão melhorando um bocadinho ... boa habitação, energia eléctrica, água, nem” (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020). A luta pela melhoria das condições de vida das pessoas a partir da educação e saúde continua sendo estratégia de vencer a miséria e a fome.

Por isso o governo toma estes como os pilares de desenvolvimento, pois, só haverá desenvolvimento se as pessoas tiverem sido emancipadas. No entanto, estes pilares

encontram enquadramento na acção comunicativa de Habermas (2003) onde o autor argumenta sobre a necessidade de as pessoas serem integradas nos processos de decisão. Ora, as parcerias estratégicas foram redefinidas tendo em conta a resolução dos problemas iminentes, a exemplo da fome que se viveu na década de 1980, durante a vigência do socialismo.

Entende-se que o país redefiniu suas estratégias de criação de relações diplomáticas com os países dos quais possa tirar vantagens, olhando em primeiro plano, a conjuntura sociopolítica da região. Com a perda de privilégio ao governo russo, foi estratégico adoptar como modelo de desenvolvimento o neoliberalismo, que cria espaços para:

a livre iniciativa. A liberdade, por exemplo, quem é inteligente, quem é empreendedor pode trabalhar pouco e ganhar muito, não é, então, há uma vantagem e há quem acha que não precisa ser, porque naquela altura, de facto, para quem tivesse estudado havia emprego. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

abertura de Mercado.... Alavancar a nossa economia, porque a nossa economia já estava a colapsar mesmo.... Quando a gente passa para o neoliberalismo, Moçambique começou já a desenvolver porque ... houve muito investimento .... Em termos de acesso, por exemplo, da da comunidade para aceder a escola houve um avanço.... criou-se condições para atrair atrair as crianças para ir para a escola através de programas ou de ajuda. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

Entretanto, a livre iniciativa e a liberdade económica são considerados como sendo os que trouxeram evidências na desigualdade social, aparecimento de meninos de rua e excluídos, ao que Bauman (2009) chama de refugio humano. Portanto, os problemas sociais como os condicionados pela diferenciação de condições estabelecidas no território agudizam-se, abrindo-se espaço para a busca desenfreada de bens diversos influenciada, particularmente, pela corrupção .

A educação, saúde e agricultura, referenciados neste contexto, passaram a ser considerados áreas chave pelo governo de Moçambique (pilares de desenvolvimento) desde a independência, mesmo tendo se percebido que no contexto do PPI não favoreceram incremento significativo o que levou muitas pessoas a desacreditarem nos serviços do Estado. Hoje, com o incremento de outros projectos no contexto do neoliberalismo e

globalização, manipulados pela fraca capacidade do Estado moçambicano em prover investimento de forma contínua e sustentável, estes pilares continuam de baixo nível.

Nos dias que correm, muitas transformações foram acontecendo ao longo do país, mesmo havendo adversidades. Assim, pode-se afirmar que “desenvolvimento há. Mas como humanos sempre, eu acho que poderia haver mais do que temos hoje.... Até há bem pouco tempo a sociedade moçambicana era a sociedade mais liberal, que tinha mais ganho, mas não se controlou” (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021).

Olhando para as necessidades de hoje, influenciadas pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, comparando com as necessidades de ontem (socialismo), tendo em conta que no período do socialismo a população moçambicana era baixa (menos de 12 milhões) e analfabeta (INE, 2019). Hoje temos algumas condições criadas e, assumindo que a população cresceu para mais de 28 milhões (INE, 2019), as condições criadas desde 1992, ano considerado como sendo o de livre iniciativa, condicionado pela política e estratégias de informação e abertura do mercado, ainda são insipientes para responderem à demanda e satisfazerem o povo moçambicano.

Os sistemas de relacionamento estão cada vez mais se abrindo. O direito de expressão, a partir da Constituição de 1990 passou a ser um direito constituído no seu Art. 48, cuja sua defesa prende-se com a necessidade de valorizar o indivíduo, no contexto dos direitos humanos instituídos pelas Nações Unidas, em 1948.

#### **11.1.1. As aldeias comunais e as vilas do milénio no contexto do desenvolvimento**

Araújo (1988), na sua tese, mostrou que a dependência e subjugação dos moçambicanos pelo colonialismo português, também na qualidade de incapaz de resolver seus problemas pelo nível de pobreza a nível interno, deveu-se mais pela incapacidade de crítica condicionado pelo excesso de níveis de analfabetismo que afastava o povo dos processos de discussão de ideias sobre o bem-estar local. Entende-se que a introdução das aldeias comunais em Moçambique, na segunda leva, tendo em conta que o processo inicia no período de luta de libertação, tinha em vista instituir:

a personalidade do povo, libertar todos os preconceitos porque isto é revestido do colonialismo e absolutismo, tornou-se imperioso que a FRELIMO ... definisse uma estratégia que conduzisse a edificação de uma sociedade justa e progressiva sem ter bases científicas... É nesse contexto que ahh, o, o, ohh, a FRELIMO vai adotar as aldeias comunais como modelo socioeconómico no meio, no meio rural. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

Outrossim, o surgimento das vilas pode ser enquadrado no contexto histórico caracterizada pelo tipo de parcerias que os líderes da Frelimo foram tendo no contexto da luta armada e que se considerava estratégico visto fazer parte dos países não alinhados que, nesse período (ano 1960) foram ganhando independência. Portanto, “numa visão a longo prazo, devia-se transformar a aldeia comunal ... em cidade do campo. A estrutura existe que é o ordenamento territorial éhh, as pessoas que são as famílias existem, que vivem de uma forma ordenada” (Manuel Matine, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021). Uma das formas de conquistar as comunidades a manterem-se nas aldeias era a forma de organização dos novos espaços ocupados que garantia sustentabilidade desses lugares, mesmo considerando a baixa produção nesses lugares que, de acordo com Araújo (1988), a produção agrícola do sector familiar, em 1981, representava cerca de 41,5%.

A condição social das comunidades passa a ser definida a partir de dentro olhando a integração e aceitação social das aldeias que, mesmo considerando a sua aceitação parcial pelo facto de, em algum momento, não se pautar por uma comunicação que vise aproximar as comunidades aos movimentos de emancipação, daí considerar-se fundamental o uso dos meios comunitários, pois, em Tönnies (como citado em Sousa, 2006) estes meios têm a capacidade de levar o indivíduo a participar activamente nas dinâmicas sociais.

É neste contexto em que são introduzidos vários projectos que visem alcançar o indivíduo, com particular destaque aos serviços de primeira necessidade. Pois, até antes da independência os serviços do Estado eram muito distantes das comunidades moçambicanas que:

com as populações dispersas isso criava problemas .... Mesmo na educação as escolas eram muito dispersas. É certo que naquela altura as pessoas faziam uma classe, como por exemplo, a quarta classe, a quinta classe depois iam para o internato, não é, então, tendo a população

concentrada já era fácil ter uma escola para atender, eh para questões da saúde, questões de educação. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

o regime da FRELIMO encontrou como forma de desenvolver a, a, o povo, sobretudo nas zonas rurais, então pôr no mesmo sítio para poder dar melhor assistência, porque de uma forma dispersa não é possível dar essa assistência, então as aldeias comunais era sobre tudo um modelo correto. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

quais são as técnicas que as vilas do Milénio devem potenciar?... multiplicação de conhecimento, conhecimento que vem de fora e vai ser disseminado nas populações para as populações mudarem as suas práticas agrícolas, as suas práticas pecuárias.... ia potenciar as áreas como da saúde, educação, abastecimento de água, energia por aí em diante.... tinha que ter uma dinâmica comercial extraordinária não sei se percebe o mercado ali de venda de produtos agrícolas tinha que ser muito agitado mas não é isso que acontece em Lionde. (Manuel Matine, 04 de Janeiro de 2021)

Os objectivos de desenvolvimento social estavam assentes na necessidade de condicionar-se liberdade às massas populares. Contudo, a liberdade, que deve ser garantida pela imprensa, como indica Tocqueville (citado por Sousa, 2006), no contexto e olhando no contexto do socialismo moçambicano era condicionada dentro de parâmetros que pudessem facilitar o controle das acções das pessoas num determinado espaço. Este controle, em círculo fechado da comunidade, deu azo a várias interpretações dentro das aldeias, pois, o trabalho era concentrado visando resultados comuns, assumindo que esta comunidade possui valores e comportamentos comuns, daí poderem unir-se em busca de um objectivo comum.

Porém, a concordância entre os historiadores mostra o fracasso deste projecto na medida em que “os objetivos não foram alcançados como se esperava .... Vamos ver que as pessoas voltam das aldeias comunais para as suas zonas de origem” (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020). O retorno às zonas de origem prende-se com o facto de haver descontentamento na distribuição dos espaços para a prática da agricultura e da pastorícia, tendo em conta a diferenciação de capacidade das pessoas em produzir riquezas, porém, como indica George (1967, como citado em Araújo, 1988), com os mesmos interesses a defender.

Portanto, este fracasso teve como causa a falta de:

auscultação pública.... apresentação de projetos articulados, projetos do governo articulados, porque não basta você dizer que quero construir uma aldeia sem você articular com outros sectores que, queres poderão ser importantes para a concretização desse objetivo.... as próprias pessoas que a FRELIMO responsabilizava para fazer a mobilização não estavam informadas éhhh sobre as aldeias comunais, ou seja, não sabiam o que eram as aldeias comunais. Dizem que nesses encontros de mobilização as pessoas que iam para dar as palestras às vezes não conseguiam responder algumas inquietações das populações sobre as aldeias comunais, eles só sabiam dizer que o governo quer ver as pessoas a viverem no mesmo lugar, isso é o que eles sabiam fazer. (Manuel Matine, 04 de Janeiro de 2021)

É facto que a articulação dos projectos a serem implementados condiciona harmonização e facilitação do cumprimento dos objectivos pretendidos. Portanto, a informação, na qualidade de condição essencial na tomada de decisão, não deve ser omitida ou mal transmitida porque pode gerar maus comportamentos. Ou seja, informar mal sobre os procedimentos condiciona más atitudes. Na visão de Lucas (2011), a informação, incluindo a formação, são considerados como sendo os maiores indicadores do bem-estar da comunidade na medida em que permitem que a sociedade como um todo esteja informada dos processos que levem ao desenvolvimento, incluindo o papel de cada um nesse processo.

Por outro lado, nas aldeias comunais as condições de abertura de espaços para iniciar a construção das habitações das comunidades transferidas foi feita numa planificação sem suporte do governo, pois, como se percebe, as comunidades eram transferidas quase à força para as zonas consideradas seguras.

Os serviços disponibilizados nas aldeias comunais como escolas e hospitais mesmo não respondendo de forma completa à demanda da comunidade, considera-se haver:

aderência. As pessoas, não é, passaram a aceitar porque havia era informada a população sobre as necessidades .... os discursos da sua excelência, não é, faziam com que as pessoas se interessassem pela educação, não é, não só o discurso, mas também o vazio deixado pelo colonialismo. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

A aderência e a aceitação dos serviços era quase que inevitável tendo em conta que a população acabava de sair da opressão colonial onde estes serviços eram quase inexistentes. O governo da Frelimo tinha como ideal a unidade entre os povos num pensamento comum onde as acções das pessoas se justificavam pelo bem comum e, onde as ideias deviam ser

convergentes, no sentido de não haver discórdias, o que podia concorrer à existência de monções tendentes a desfavorecer o idealismo dominante.

O modelo de comunicação usado pelo governo, em concreto os comícios dos governantes, assumindo-se uma comunicação descendente, sem carácter emancipatório, por ser um tipo de comunicação que não pressupõe a criação de relações, não avalia as disposições dos receptores, criando instabilidade emocional. Por outro lado, nesta época do socialismo, nas aldeias comunais havia mais preocupação em ter acesso aos serviços que, na verdade, eram escassos. Isto porque, “a eletrificação era muito baixa. As pessoas não tinham rádio” (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021). Quase que a falta de informação era predominante.

Tomando em consideração a falta de electricidade nestes lugares, a criação dos espaços de debate público aberto onde as pessoas pudessem buscar conhecimento não existiam. Não existiam porque nestes lugares a circulação de informação é condicionada pela existência de elementos que determinam e facilitam a sua circulação, daí serem lugares considerados como sendo os despidos de questões técnicas (Santos, 1996, citado por Etges & Carissimi, 2014; Árabe, 2003).

Uma outra situação era a segurança.... As pessoas tiveram que ficar em zonas, não é, muito mais para a chamada vigilância popular.... Distinguir o inimigo. Mas o inimigo não é aquele que tem arma, é aquele que é preguiçoso, não quer trabalhar mas quer viver bem. (Raul Matsimbe, 5 de Fevereiro de 2021)

O governo colonial adotou a sistema de aldeamento de isolar a população, num mesmo espaço para não dar assistência a, a, a, a Frelimo, nem? Aos soldados da Frelimo. Então esses aldeamentos serviam como campos de concentração.... Ficavam isolados não havia apoio aos guerrilheiros da Frelimo. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

Uma das formas de condicionar a sustentabilidade é fornecer às pessoas uma informação construtiva, de modo a que as pessoas possam aliar essa informação ao conhecimento local. Existem, nas comunidades rurais, pessoas que não tem conhecimento científico mas que têm conhecimento através das experiências de vida. Esta experiência de vida nesses lugares deve, a partir das estratégias implementadas pelo governo, servir aos interesses locais.



Portanto, entende-se haver incapacidade do governo em prover serviços básicos como electricidade, considerado condição essencial para que se inicie desenvolvimento nesses lugares. É neste contexto em que pode-se entender em Pye (1963, citado por Schramm, 1976), que a escassez dos meios de comunicação de massa nas zonas rurais é devido à falta de electricidade. Portanto, a negação em electrificar os lugares condiciona ao aparecimento de zonas opacas e, na base desse pressuposto, entende-se que há uma tentativa de fazer com que a técnica seja escassa nesses lugares, daí a criação da dependência da comunidade e submissão aos desejos estatais.

Constata-se que até aos últimos dias estes lugares ainda abundam em demasia e que são lugares pobres em termos de desenvolvimento humano, porém, ricos em recursos cuja sua exploração depende do Estado, pois, em Moçambique a terra é do Estado. Um dos tipos de aldeamento que existiu no país mostra-se ser uma estratégia colonial em manter isolado os militares da Frelimo para não terem suporte da comunidade. Observa-se que as aldeias comunais monitoradas pelo governo da Frelimo também tiveram a mesma ideologia, isolando as comunidades para não ter contactos com o inimigo, neste caso os guerrilheiros da Renamo.

Assim, pode-se perceber a razão pela qual a Renamo não queria que as comunidades vivessem em aldeias, mesmo sem razões que justifiquem essa posição. Porém, os militares da Renamo foram, durante a luta armada, guerrilheiros da Frelimo, por isso conheciam as consequências dos aldeamentos bem como as estratégias usadas pelo governo.

Ora, nestas aldeias as condições não estavam totalmente criadas como forma de serem considerados lugares de habitação massiva, daí fracassarem porque:

as aldeias comunais não tinham criado as condições para atender a demanda da população... Por exemplo, numa aldeia comunal que devia de albergar quatro mil ou cinco mil éh, éh, éh camponeses, acabava albergando dez mil camponeses. Então aí vai surgir a questão da, da terra, a questão da terra, o acesso à terra, então há uns que ficavam sem espaço.... A fome, as doenças porque não havia uma, uma higienização completa que o governo esperava, a própria educação também veio a fracassar, porque não vamos ver que não havia uma relação, correlação entre os camponeses ... a capacidade deles de entender qual era o valor da, da educação. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

A superlotação de algumas aldeias comunais, condicionada pela divisão dos espaços foram feitas sem planificação e comunicação com a comunidade, daí o aparecimento de conflitos de terra, por um lado e, por outro, o abandono destes lugares, preferindo, a comunidade, em retornar às suas zonas de origem, mesmo tendo que correr certos riscos como a falta de proteção governamental, entre outros.

Neste caso, entende-se que a resistência da parte da comunidade em aderir à ideologia das aldeias comunais deveu-se pela falta de orientação e conhecimento de causa de quem implementa o programa, pois, a estratégia usada não respondia de forma satisfatória aos interesses da comunidade. Vai daí o abandono e, conseqüentemente, o fraco empenho de alguns serviços como:

educação.... As aldeias comunais de fato esses funcionavam para controlar o povo, controlar o povo e impor as suas políticas e aqueles que despertavam viam que isto aqui parece de novo o colonialismo, nem? As aldeias, por exemplo, o sistema de aldeamento para o controle, acabavam fugindo, acabavam fugindo. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

A política das aldeias comunais era vista como nova forma do colonialismo dado haver uma opressão trazida pelos níveis de controle de circulação das pessoas dentro e fora das aldeias. No entanto, percebe-se, em Matsinhe (2011), que uma das bases que influenciam a implementação do sistema socialista tinha em vista eliminar a opressão colonial apoiando-se pela orientação e edificação da democracia popular através da ideologia da sociedade socialista. Portanto, considera-se ter havido coação em algumas aldeias comunais, pois:

a integração das famílias nas aldeias não foi uma integração livre.... As famílias foram obrigadas abandonar as suas casas para viver em nas aldeias.... o governo não criou condições mínimas para a sobrevivência nas aldeias porque você não vai forçar alguém abandonar a casa dele para ir viver no outro lugar, sem que você aceite no mínimo arcar com algumas despesas.... E depois controlar essa pessoa, porque essa pessoa devia, devia ser controlada politicamente. (Manuel Matine, 4 de Janeiro de 2021)

As aldeias comunais serviram para afastar as comunidades dos seus hábitos culturais e tradicionais pela metodologia usada pelo governo apoiando-se na ideologia marxista segundo a qual “o campesinato, que é o camponês, tinha que paulatinamente, dissociar-se das práticas tradicionais da agricultura, da pecuária até de vida quotidiana” (Manuel Matine, em

entrevista a 04 de Janeiro de 2021). Portanto, o camponês passa a ser controlado e manipulado na sua forma de vida em comunidade na medida em que é obrigado a se afastar do seu olhar tradicional perante os vários fenómenos sociais.

É neste contexto em que pode-se entender as razões que contribuíram para o fracasso do projecto aldeias comunais, como sendo a que menos capacidade teve para convencer as pessoas a se engajarem na nova forma de estar nas comunidades. Portanto, os primeiros sinais do fracasso das aldeias comunais criou condições para que passasse a haver negociação dos processos como forma de conter os ânimos sociais de modo a que o governo possa cumprir as suas metas.

Pois, o mal estar abundava nas comunidades porque, por outro lado, “não havia essas condições, do saneamento, não haviam” (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020). Por isso que estes pilares de desenvolvimento serviram para orientar novas estratégias, incluindo o saneamento do meio como forma de trazer dignidade às comunidades. Portanto, as dificuldades em prover serviços diversos condicionou a que houvesse descontentamento social dentro de algumas aldeias.

A circulação das pessoas de dentro para fora dos espaços comunitários definidos era feita na base de apresentação de um documento - guia de marcha - que autorizava a saída de uma aldeia à outra. As vilas do milénio são vistas como sendo a nova edição das aldeias comunais. Por estes e outros motivos, considera-se que a produção agrícola, por exemplo, baixou de forma significativa, se comparado com a produção nos lugares de residência de onde a população era transferida.

A produção agrícola nos lugares tradicionais é orientada por vários factores que, como se percebeu no Cap. X, estas comunidades orientam seus destinos na base de conhecimento tradicional que inclui o conhecimento do mundo na base da consulta aos mortos, os quais ditam, por exemplo, como se deve proceder para se ter uma boa colheita, procedimento repudiado pela ideologia socialista adoptada pelo governo.

É neste contexto em que a partir de 2006 o governo reedita o plano de desenvolvimento na base das aldeias comunais em um novo conceito que se enquadra no sistema das vilas do milénio. Pois, a partir do novo conceito implementam-se os planos de desenvolvimento cujas políticas olham ao “local onde está o próprio camponês” (Francisco

Zimba, 17 de Outubro de 2020). Esta forma de proceder do governo passou a mostrar a valorização das bases tradicionais da comunidade que nas aldeias comunais eram ignoradas.

Portanto, o modelo de desenvolvimento aplicado nas vilas prende-se com o facto de se procurar olhar a comunidade a partir de dentro para fora na medida em que são implementados:

nas zonas de origem dos camponeses, enquanto já nas aldeias comunais não, você era obrigado a deixar as áreas férteis, nem? As suas terras férteis para passar para um sítio que as vezes você nem conhecia, nem? Que estava no mato .... Que dali vão ti dar terra, uma pequena parcela e as condições do mato, as terras não eram férteis e as vezes a distância para você chegar a machamba eram longas e isso algum momento criava descontentamento, há uma resistência, enquanto essas políticas actuais são implementadas no local da baixada mesmo que o governo financia e você desenvolve na sua machamba, no seu espaço. (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020)

Portanto, a flexibilização dos processos de desenvolvimento tem que ver com a disponibilização da formação em todas as áreas e para todas as idades e sexo que acharem necessário tendo em conta que todos participam nas dinâmicas do desenvolvimento do país. Pois, a formação “é uma das coisas que esses projectos às vezes fracassam, dar alguém, primeiro porque tinha que se formar alguém sabermos o que queremos, se for uma agricultura mecanizada, podemos formar... maquinaria, só aí damos dinheiro, a pessoa vai avançar” (Francisco Zimba, 17 de Outubro de 2020).

Uma das vantagens trazidas pelas aldeias comunais é que, particularmente as mulheres, educadas pela ideologia da OMM do partido Frelimo, nestas zonas rurais, elas têm maior capacidade em discutir assuntos sobre emancipação que as mulheres das cidades. Elas, ao tratarem, por exemplo, sobre assuntos que remetem à poligamia, facilmente percebe-se que:

as ideias que aquelas mulheres tem, são espetaculares. Mas tudo isso é herança desse passado político que eles beberam nas aldeias comunais e que os homens não conseguiam porque os homens não tinha uma organização de massa que pudesse contribuir teoricamente para a defesa ... dos seus hábitos e costumes. (Manuel Matine, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021)

Ora, entende-se que nem tudo foi negativo no modelo socialista. Houve a tentativa de educar as mulheres do campo em outras perspectivas que as coloca em posição de destaque se comparadas com as mulheres das cidades. Um dos grandes problemas com que se depara e que pode ser visto como sendo um dos empecilhos do desenvolvimento é o facto de o país ter importado os modelos aplicados, tanto o socialismo assim como o neoliberalismo, influenciado, não só pelos factores externos, mas também pelas condições herdadas na independência.

Mesmo considerando-se as vilas do milénio como uma reedição das aldeias comunais as estratégias de sua reedição nessa nova roupagem foram importadas, mesmo se respeitando os ideais e princípios que norteiam o vigor do governo da Frelimo em dinamizar processos ao desenvolvimento.

O conceito de desenvolvimento trazido pelas vilas do milénio traz uma nova abordagem sobre a questão de consideração dos valores culturais da comunidade que consiste em manter as comunidades nos mesmos lugares de habitação e introduzir as políticas de desenvolvimento na base da exploração da terra dentro das habitações.

Portanto, em termos comparativos pode-se analisar que as aldeias que foram construídas por motivos da guerra algumas delas foram abandonadas porque, apesar de a Renamo não ser clara nos seus objectivos que a levaram à guerra, dizia que não quer ver pessoas a viverem em aldeias comunais. Já, as aldeias criadas por outras razões conseguiram se impor. Portanto, até aos dias de hoje é possível observar-se algumas aldeias criadas ao longo do tempo em Moçambique, como atesta Araújo (1988). As vilas do milénio, introduzidas com a visão de financiamento, não foram definidos mecanismos de auto sustentabilidade num período de cinco anos, como mostra a Directora Adjunta do CITT.

O valor máximo de um projecto, mesmo que seja de pequeno impacto, mede-se pela forma como ela vai ser implementada. Se implementada em colaboração com a comunidade, então, maior probabilidade de observar-se sustentabilidade. Observa-se que no contexto das vilas do milénio, o governo continua a debater-se sobre a questão da sustentabilidade dos programas implementados a nível nacional.

Para o caso particular, entendendo-se a lógica de implementação das aldeias, sendo projecto que visava trazer uma nova dinâmica na sociedade, a construção das aldeias, tendo partido de um plano a nível central:

o governo teria feito de uma maneira muito transparente. Éhh, vai à aldeia comunal, a família que achar que tem condições de viver na aldeia comunal.... Porque o governo está a sair de uma luta de libertação, tem fundos muito reduzidos, não vai conseguir construir casas para todas pessoas, mas existem pessoas que vivendo nas zonas de origem éhh a evolução que eles tiveram em contato com a África do Sul, porque outras pessoas já trabalhavam em Lourenço Marques, percebiam que podiam viver melhor em lugares com o ordenamento territorial. (Manuel Matine, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021)

Viver em comunidade pressupõe-se que as pessoas reconhecem as normas estatutárias que vão determinar questões de unidade entre as pessoas e que a comunicação, assumida como o centro na condução dos destinos a nível da comunidade, deve ser trazido a nível de necessidade para que todos os grupos se integrem em relação ao que se planifica. Isto porque, assume-se ser uma comunidade cujos laços de convivência são identificados pelos padrões de comportamento relacionados, assumindo-se o padrão étnico linguístico que norteia essas relações.

Weber (1973), nas suas análise refere que o comportamento dos homens depende inteiramente dos outros. O que nos remete à ideia segundo o qual as acções dos indivíduos não são dissociadas da forma como os outros se comportam perante uma insatisfação, mesmo que o objectivo em vista não seja o mesmo.

A esta ideia, analisa-se que as aldeias comunais criadas pelo governo da Frelimo, tendo sido criadas para responder ao mesmo objectivo social, mas assumindo-se que as pessoas se posicionam e se comportam de formas diferentes mesmo tratando-se de indivíduos inseridos e orientados pela mesma lógica, não foram vistas como sendo as que, com maior intensidade, irão responder aos interesses gerais. Portanto, a criação das aldeias, remetendo-nos à ideia da diferenciação da criação das vilas, o interesse da Frelimo era proporcionar um bem-estar social de forma geral, diminuindo problemas comunitários.

## 11.2. Experiência de vida nas aldeias comunais de Moçambique

Este subcapítulo resulta da interação achada metodologicamente necessária no âmbito da presente pesquisa como forma de avaliar a necessidade de implementação das vilas do milénio. Assim, buscamos triangular os dados obtidos ao longo da pesquisa, olhando para as categorias dos nossos informantes-chave. A experiência de vida em aldeias comunais achou-se fundamentalmente necessário para podermos compreender os ambientes sociais comunitários que determinaram e que até hoje continuam a determinar a que o governo aposte nas aldeias comunais (actualmente vilas do milénio) como espaços essenciais para dinamizar o desenvolvimento local.

A ideia de concentrar as pessoas, como se observou em capítulos anteriores, tem que ver com a necessidade de facilitar os diversos serviços à comunidade, com que, em caso de comunidades dispersas, dificilmente o governo iria conseguir construir muitas escolas para servir a poucas pessoas que se encontram de forma dispersa. Um dos argumentos identificados nesta pesquisa sobre a criação das aldeias, mesmo no período pós-colonial “é que as aldeias tornariam fácil o desenvolvimento porque ... é mais fácil colocar os serviços onde há uma concentração de pessoas. Então viver de forma mais dispersa seria extremamente difícil criar o desenvolvimento” (Lázaro Mabunda, ex-morador na aldeia comunal de Ngalaze, Província de Gaza, em entrevista a 7 de Outubro de 2020). Ora, uma aldeia:

tinha quase uma estrutura socialista-comunista... As aldeias eram constituídas pela pela, a Frelimo lutava e ganhava algumas zonas e criava as aldeias comunais onde criava escolas, hospitais deles, algumas formações deles e já implementava aquilo que era o socialismo-comunismo. (Rui dos Reis, ex-morador da aldeia comunal de Cheringoma, Província de Sofala, em entrevista a 29 de Janeiro de 2021)

Isto porque a concentração de pessoas num determinado espaço condiciona a alocação dos serviços necessários para o bem-estar nesses lugares. O desenvolvimento, considerado necessário neste período, é considerado essencial para tornar mais fácil a vida das pessoas onde quer que as pessoas estejam. Daí notar-se que um dos principais projectos políticos de desenvolvimento do governo da Frelimo eram as “lojas do povo, machambas do povo, então, juntando as pessoas nas mesmas zonas era mais fácil construir esta ideia de comunismo de fazer tudo em benefício do povo” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020).

O socialismo, adoptado como um modelo de desenvolvimento do país, tem como política a concentração das acções e estratégias de desenvolvimento nas mãos do Estado/governo, tomando o indivíduo como receptor. Este pensamento foi rebuscado nas experiências vividas ao longo da guerra de independência onde, através dos parceiros estratégicos de orientação socialista, a Frente de libertação foi acumulando experiência de gestão comunitária.

No período pós independência transfere-se um novo posicionamento ideológico na liderança do desenvolvimento do país a partir da construção de uma comunidade orientada pelos valores socialistas cuja base se encontra assente no povo em forma de aldeamentos. Isto porque a ideia da Frelimo era de que “para nos desenvolvermos temos de nos concentrar em aldeias, estarmos juntos ao invés de as pessoas estarem dispersas” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020). Entretanto, a pressão externa contra o modelo socialista de desenvolvimento condicionou a guerra civil através das operações feitas pela Renamo que:

em 1976 começa a fazer ataque, os tais ‘bandidos armados’. Então, quando faz os ataques, a ideia mais do que de concentrar as pessoas para o desenvolvimento do país, por exemplo, em Gaza, era mais para controlo da população de modo que a população não esteja a ser influenciada pela Renamo. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

O governo nos colocou num mesmo lugar durante a guerra como forma de nos dar protecção contra os homens armados.... Nesse processo de protecção, não seria possível se as pessoas estivessem espalhadas.... no início foi difícil de nos engajarmos e nos enquadrarmos na vila porque tivemos dificuldades em compreender as razões pelas quais devíamos estar na aldeia enquanto isso a guerra se alastrava.... Usava-se um sistema de controle para controlar as pessoas.... Todos os dias era assim até ao fim do processo. Os que demoraram se engajar perderam a vida e outros ainda desprezaram e preferiram optar por suicídio dizendo que não queriam ir a nenhum sítio. (Carolina Siteo, ex-moradora da aldeia comunal de Mahundzane, em entrevista a 11 de Janeiro de 2021).

Ora, as ofensivas externas perpetradas pelo *apartheid* começam a ganhar outra dinâmica e as aldeias comunais passam a ser lugares de concentração populacional e de protecção contra os agressores que eram vistos como os que apoiam os inimigos do país, daí se enveredar maiores esforços para que “a população não esteja sobre a influência da Renamo.... Nas aldeias comunais ... a população, toda ela, quase 90 a 99% era analfabeta, por



exemplo, Gaza, iniciavam um processo que é de construir uma propaganda virada para aquelas comunidades” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020).

A propaganda era uma estratégia de se comunicar com as comunidades dentro das aldeias visando, por outro lado, influenciar sua forma de pensar. Esta comunicação era feita na base de comícios populares em sítios abertos e capaz de atrair maior número de pessoas com orientação das lideranças comunitárias como, por exemplo, o chefe do posto, comandante das forças armadas. Na base destas lideranças, “as pessoas faziam passar as informações, aquilo que queriam e assim sucessivamente porque lá não tinha rádio, não tinha comunicação ... e, mesmo se tivesse rádio, não captava exactamente o sinal da rádio Moçambique” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020).

Este mecanismo de partilha de informação foi de capital importância na dinamização de processos pertinentes dentro do grupo que, segundo Schramm (1976), são fundamentais no fornecimento de conhecimento e uso aplicado da técnica, um dos fundamentos apregoados pelo governo da Frelimo na dinamização do desenvolvimento local.

Partilhar informação nas comunidades é considerada uma das formas estratégicas e cruciais para o crescimento, primeiro individual e, segundo, da comunidade como um todo na medida em que a informação feita circular vai condicionar a que as pessoas desenvolvam aptidões de pensar sobre os fenómenos da mesma forma e buscar, mesmo que de forma diferenciada, soluções aos problemas adversos.

A ideologia socialista implementada pelo governo da Frelimo concentrava os poderes a partir das lideranças comunitárias, daí confiar somente a estes grupos para fazer chegar informação nas comunidades. Para tal, a estratégia de difusão era centralizada nas pessoas “mais importantes dos bairros e então comunica e então aquelas pessoas hão de ir de casa em casa informar, informar, informar, informar” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020).

Neste contexto, uma das críticas feitas na confiança dada às lideranças locais na partilha de informação é de que:

quando os que são, os que trabalham no na administração no posto administrativo às vezes pode trazer um documento que devia favorecer aquela aldeia ou um, um favorecer um poço a abertura de um poço, mas o régulo ele como não sabe ler eles só

dizem assina aqui.... E, consequência quando já vem no último dia a questionar o que é que está acontecer? Dizem que o régulo assinou. E nós agora estamos dizer que ter um adjunto de um jovem sabe ler e escrever. (Alves Macuacua, ex-morador da Aldeia de Muchuquete, distrito de Chibuto, em entrevista a 22 de Dezembro de 2020)

Os régulos, na sua maioria com baixo nível escolar, são assumidos como pessoas de fácil manipulação na definição dos processos a nível local, daí os problemas não serem conduzidos com urgências de tal forma que traga soluções a curto prazo.

Percebe-se que a comunicação feita dentro das comunidades era de porta em porta o que, aparentemente, sugere uma responsabilidade acrescida a quem transmite a mensagem, porém, menos eficiente na medida em que vai perdendo a significação quanto mais extensa. Neste sistema de aldeamento os desafios eram de vária ordem, desde o saneamento do meio através do fecalismo a céu aberto até aos da ordem cultural que obrigava as pessoas a ter de:

deixar as tuas terras, enormes terras onde tu aplicas a agricultura que é a fonte da sua sobrevivência e tu tens aquelas áreas todas onde tu colocas o teu gado, apascentas o teu gado e depois tens de ir a uma aldeia comunal. Uma aldeia comunal em que tu, nos arredores das aldeias comunais são campos agrícolas das pessoas, então, tu não tens como, por exemplo, tu estás a sair de um sítio que dista mais ou menos 12 km,... tu vivias lá e transferir o teu enorme gado. onde guardar o teu gado?... Então, tinha que pedir a pessoas que tinham espaço para te concederem um espaçozito (pequeno espaço) para fazer a tua machamba.... Então, as pessoas, algumas dessas pessoas resistiram. (grifo nosso) (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

Na aldeia sempre diziam que mesmo com as dificuldades devemos nos manter, por isso até hoje ainda estamos lá porque o governo quis que ficássemos lá e nos deu certos cuidados.... Havia um tipo de pessoas que se aproveitavam das fragilidades condicionadas pelo ambiente de guerra. Por exemplo, quando saísse, eles entravam e roubavam em sua casa e depois diziam que eram os bandidos enquanto não. (Carolina Siteo, 11 de Janeiro de 2021)

A estratégia principal adoptada no âmbito da criação das aldeias era de obrigar a que as famílias abandonassem suas terras aráveis em substituição por outras oferecidas pelo governo, porém, menos férteis e instáveis. Localmente, foi instituído que a comunidade devia erguer edificios comunitários para a construção de moradias e conservação dos bens adquiridos e, por outro lado, os bens trazidos dos lugares abandonados como o caso do gado

que devia ficar em espaços comunitário para responder às preocupações comunitários, tais como “onde é que eu vou deixar o meu gado? Criou-se um curral popular.... O curral popular estava dividido entre, em bairros, o gado do bairro um, está aqui; o gado do bairro 2, é daqui para aqui e a entrada é esta; o curral do bairro 3, do bairro 4 até bairro 5” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020).

Então, esta nova forma de assentamento das população removida nas suas residências foi aplicada em todos os bairros mesmo considerando-se a grandeza dos bairros bem como o gado em termos quantitativos que os criadores traziam, porém, para ser deixados em espaços confinados, o que nos remete à ideia de que o desenvolvimento nos novos bairros residenciais foi comprometido pelo facto de se alocar as pessoas em espaços confinados onde a liberdade, tanto das pessoas, assim como dos animais era quase que limitada. Pois:

o conceito de liberdade de circulação não era tanto assim porque era uma aldeia fechada e tínhamos medo do inimigo....inimigo do povo aquele que não tinha, não queria comungar.... As guias de marcha também criaram o conflito ... porque não deixavam essa liberdade de circulação.... Não havia liberdade.... Então, você não podia, mesmo nas reuniões, nas reuniões para falar, você tinha que saber o que você tinha que dizer. Então, para além de actuar com chamboco, havia fuzilamentos. Primeiro ao público e depois o desaparecimento, saber mesmo que o Sr. X já foi pegado. Você sente tiro. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

Portanto, é fundamental considerar que a transferência das comunidades de lugares com ordenamento territorial desorganizado para lugares organizados tornou-se em uma vantagem, porém, negativa quando tratar-se de questões culturais. Pois, olhando para as questões económicas e de sustentabilidade, os novos espaços consideram-se ambientes próprios para que se proporcione, de forma significativa, condições de sustentabilidade. Pois, os novos espaços foram desenhados de formas a que a comunicação flua em todos os sentidos.

Em Schramm (1976), as quantidades de comunicação devem ser colocadas a desempenhar suas funções, assumindo-se que estas funções cumprem seus objectivos quando definidos de acordo com a estrutura organizacional do ambiente. Pois, entende-se que:

se tu queres desenvolver tens de concentrar as pessoas porque só onde há concentração de pessoas pode existir mercado. Se vivem de forma alargada como é que tu vais construir

mercado para situações desta natureza como transações comerciais e sei lá o quê, isto mais aquilo. Como é que tu vais colocar a corrente eléctrica, vais distribuir água em zonas onde as populações, em cada km<sup>2</sup> tu encontras uma família, duas famílias, três famílias, como é que tu vais fazer porque desenvolvimento tem que, eipah, você tem que concentrar pessoas, tem de haver energia, tem de haver água, tem de haver aquelas trocas comerciais, a produção, essas coisas todas. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

um dos grandes problemas que acontece muito mais nas aldeias comunais é falta de água, falta de escolas, falta de hospitais, meios de comunicação isso são problemas básicos que preocupa muito mais a sociedade e muito mais o governo distrital que ainda não consegue resolver esse problema politicamente.... Porque muito mais as pessoas quando ficam doentes a população daquela zona deve percorrer aproximadamente uns 15 km 14 km.... A vida de uma aldeia comunal é muito diferente do da cidade, é muito diferente com a vida da cidade por quê? Por causa das condições ehh. Consequências, muitos jovens quando, quando frequentam o ensino básico e transitam para o ensino secundário já tem direito de abandonar a aldeia outros desistem de estudar por causa das condições, a distância entre a casa e a escola.... Muitos jovens quando saem naqueles distritos vão outras providências estudar. Quando eles adquirem emprego já não voltam a investir nos distritos onde nasceram, por vários, por alguns por alguns motivos. Um dos casos falta de emprego, falta de apoio, falta de moralidade relacionado com a própria política.... muitos jovens não tem acesso aos serviços. (Alves Macuacua, em entrevista a 22 de Dezembro de 2020)

Os serviços referenciados como educação, saúde, agricultura, electricidade, água, entre outros, principais para que uma comunidade inicie desenvolvimento, eram escassos. Portanto, devia-se tomar a educação para servir como construtora de uma base de elite para dirigir as massas (Machel, 1977: 20), considerando que 80% da população moçambicana vive na base agrícola (INE, 2019). Por outro lado, a situação sanitária, segundo Meque (2013), é exígua e mais crítica nas zonas rurais. Ora, estes serviços não foram alocados devidamente para responder à comunidade, porém, constava no plano do governo a criação de escolas e hospitais para beneficiar as comunidades e, com base nesses serviços, poder-se condicionar o bem-estar local.

Observa-se que, tanto os sinais de internet bem como de televisão são muito dependentes de electricidade, serviço sem o qual os lugares vão se tornando cada vez mais opacos e sem perspectivas de desenvolvimento. Olha-se aos sinais de circulação de

informação a todos os níveis como os sinais vitais da vida das comunidades que podem ser vistos como sendo os serviços que garantem ou que condicionam estabilidade sócio linguístico, étnico e cultural, na medida em que fornecem dados que abrem espaço para o debate público e colocar estes lugares e as pessoas em conexão com outros lugares, na partilha de informação.

Portanto, há aqui a tendência de estes lugares receberem informação de fora que não serve em nada na maior parte das pessoas por ser uma informação técnica. Nestes termos, as indicações de Santos (1996, citado por Etges & Carissimi, 2011), segundo as quais as condições sociais destes lugares tornam-nas opacas são válidas, pois há falta de informação e conhecimento técnico.

Ora, Santos (1996, citado por Etges & Carissimi, 2011) indica que em regiões onde a informação não circula não haverá mínimas condições criadas para que o desenvolvimento ocorra, pois, o uso da tecnologia não encontra nenhum campo aberto para que possa beneficiar a comunidade. Pois, em Bauman (1999), não há desenvolvimento dos meios técnicos nestes lugares que permitam com que a informação circule de forma livre em benefício do indivíduo.

Uma ideia fica como base de sustentação dos processos comunicativos, entendido como um mecanismo de diálogo que busca compreensão por ser considerado fundamental para a criação de relacionamentos assentes nas tradições e hábitos comunitários. Assim, entende-se que:

as pessoas tinham um relacionamento muito próximo como se fossem família, mesma família. Havia muita partilha, muita partilha de bens, de comida e mais aquilo. Eu não podia chegar aqui, por exemplo, é tua casa, ou é minha casa, sim, tu chegastes e me encontraste eu a comer, tu tens que comer. Tens que comer porque se não comes estas a me transmitir uma ideia errada de que eu não posso comer na sua casa, ou eu envenenei a comida, ou há algum problema. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

o relacionamento nas aldeias comunais é diferente daqui na cidade.... Lá nas aldeias bem que sabe que não tem essas coisas de quintal não tem essas coisas de muro.... Ali as pessoas vivem de acordo com a geração naquela idade.... Não há aquela coisa que acontece aqui na

cidade de Maputo, de jovens, crianças, velho vão no mesmo sítio, não, lá há separação. (Alves Macuacua, 22 de Dezembro de 2020)

A diferença de separação dos lugares frequentados mostra uma ideia segundo a qual as questões de tradição nas comunidades rurais são preservadas, pois, são esses contextos que definem as zonas rurais. Isto é, nestes lugares as regras de convivência são definidas em função do género e idade. Os mais jovens definem-se pelos lugares frequentados e, mais ainda, pelo que fazem ou devem fazer.

Sendo lugares definidos por critérios de sobrevivência e, sendo a actividade agrícola a base de sustentação familiar e comunitária e única fonte de renda nas aldeias, ficou comprometida pela instabilidade condicionada pelos avanços da guerra, mesmo considerando-se a cada vez mais aglomeração das comunidades nas aldeias. Com que, considera-se que o sistema de cultivo, feito sob pressão, dava:

quase nada. podia ter maior espaço de cultivo mas mesmo assim ser fraco porque você fica atento aos bandidos armados. Nesse ano, no fim, começamos a melhorar um pouco a produção, mas acontecia que havia roubo nas machambas entre nós da comunidade. Criamos nesse caso um grupo de vigilância para passarem a controlar em forma de patrulha, a partir das 17 horas. Fazíamos isso para vermos quem são as pessoas envolvidas nos roubos porque a preocupação devia ser a unidade entre nós, mas não. Isso depois passou. (Carolina Siteo, em entrevista a 11 de Janeiro de 2021)

O associativismo e o sentido de partilha eram, regra geral, condutores do bem-estar social das comunidades nas aldeias comunais por se considerarem a comunidade unida e que mantêm a paz mesmo a meio de adversidades. Partilhar refeições é o exemplo mais evidente de que as relações sociais dentro da comunidade eram muito fortes de tal sorte que as comunidades mantinham um vínculo assente nas tradições que superam a consanguinidade.

Por sua vez, a partilha de bens era considerado elemento de confiança nas aldeias daí considerar-se a forma de convivência trazida pelo Estado como a que condiciona o sentido:

do comum. Ninguém poderia destruir o outro, era muito, nesses lugares era muito porque qualquer situação, roubo, por exemplo, tinha logo aquele chamboco lá dentro, as pessoas estavam resolução e as pessoas tinham respeito .... Havia muito barulho mas era muito fácil para aí e as pessoas tinham medo de se colocar, porque também havia um conceito de um

povo unido, havia esse conceito de um povo unido. E sendo assim, o conceito do que é colectivo era respeitado e e por via disso, eu quero tentar analisar, por via disso, acho que esse tipo de situações criou, como chama, criou esta concepção do que é o estado, o respeito pelo comum. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

o teu filho chega na minha casa, se está a brincar e quando chega o período de de mata bicho, almoço, jantar, teu filho tem de sentar e comer com os meus filhos. Tem de ser contado como filho daqui. Se ele negar, eu tenho de vir ter contigo, o que é que você ensinou ao teu filho, porque você não pode comer coisa da minha casa?... Então, se não quer comer, então, não vai brincar lá. Então se brinca lá, então não pode fugir quando chega a hora de comer. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

Entretanto, a participação comunitária na tomada de decisões nas aldeias é reduzida entre as pessoas porque criou-se um sentido de confiança dependente do *status* e da aceitação da ideologia política vigente como a ideal dentro da comunidade. Porém, em Schramm (1976), os mecanismos de participação são assumidos como sendo as que conduzem a comunidade a um comportamento significativo.

Entende-se, assim, que a participação nas várias decisões:

obedecia a um certo nível. Tinha lá a nível das estruturas, tinha lá o chefe do posto e o comandante das forças armadas. E depois o chefe do posto tinha os secretários.... Nem toda a população pode participar, então quem deve participar eles indicam. São os secretários dos bairros e depois, outras pessoas influentes naquela zona indicadas, são essas pessoas que podem participar. Geralmente eram homens que chamavam homens para irem participar primeiro, usando aquela hierarquia.... Os chefes dos grupos dinamizadores, secretários dos bairros, os chefes das células, então, essas pessoas eram as pessoas que participavam nas reuniões e eles tinham a missão de transmitir essas informações para o resto das comunidades. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

os grupos dinamizadores, tinha aqueles que eram os chefes dos bairros e que a circulação desses lugares era tudo de controlo, era muito mais, havia controlo, guias de marcha, aquelas coisas todas que era quase o momento em que não sei se a Frelimo queria fazer o controlo para consolidar a sua independência, provavelmente, o discurso era esse de querer consolidar a independência e então tínhamos que ter o controlo das pessoas.... Pelo menos meus pais estavam a viver feliz, ninguém podia falar mal, sabiam que para viajar deviam fazer guia de

marcha, não havia problemas, a vida estava sendo vivida.... Uma saída qualquer que uma pessoa que viajou sem guia de marcha, eipah, era interrogado.... A interrogação era ao público, pegavam-te e todo mundo chamado, aqui ei, esse é bandido não sei quê. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

na tomada de decisões todos os jovens participam.... Numa aldeia como como não tem um uma, vamos num centro.... É um centro onde tem uma árvore, ali toda a gente sentamos e o responsável do programa começa a desenvolver os tópicos relacionados com o assunto.... Então, nos debates os jovens também são dados palavras para contribuir de acordo com os pontos colocados mas os jovens também tomam decisão relacionado com o mesmo.... Eles também são escutados só que o grande problema é que existe numa aldeia comunal não aceitam os jovens estar mais à frente da política da Aldeia.... Porque dizem que uma aldeia deve ser dirigido com régulos, tudo deve ser, ainda usam a tradição colonial. (Alves Macuacua, 22 de Dezembro de 2020)

A comunidade recebia mais orientações vindas do topo e, a informação descia para as bases (*top-down*), usando um modelo que não dialoga, o que significa afirmar que a partir da comunidade não havia nenhuma decisão muito menos influência para sua tomada. Assim, entende-se em Habermas (2003) que a comunicação descendente, caracterizada por não ser humanista, como nos sugere Mefalopulos (2008), afasta, sobremaneira, a comunidade dos aspectos sociais, abrindo portas para a desintegração social.

Portanto:

a comunidade recebe informações informada sobre as decisões tomadas e muitas dessas decisões nem eram tomadas a nível do distrito, por exemplo, ou do posto administrativo.... Havia um nível de decisões que cabia ao posto administrativo, mas havia decisões que cabiam ao distrito e a província e decisões nacionais. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

A informação recebida é de comando, com características militaristas onde a troca de opiniões é limitada pelo exercício da força, pois, o contexto caracterizava-se mais por ser período do partido-Estado, partido único - a Frelimo - onde a mobilização das pessoas era feita na base da coerção, justificada pelo poder que era dada não só às pessoas que mobilizaram mas também pela forma de obediência das comunidades. Pois, vivia-se um contexto em que:



o partido é que dirigia o Estado, então, o que acontecia é que o processo de mobilização obedecia um um também as mesmas hierarquias. O chefe do posto quer mobilizar a população para uma actividade, o chefe do posto chama as figuras mais das comunidades e comunicam e essas figuras vão mobilizar as populações a nível das suas zonas para uma determinada actividade. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

“Eles andavam a dinamizar vários processos incluindo nas machambas. Por vezes eram eles que estavam no grupo dos chefes... Nos reunia e nos ensinava sobre a unidade para vencermos o inimigo” (Carolina Siteo, 11 de Janeiro de 2021). Entende-se ser um processo comunicativo que se baseia nos valores culturais assentes na/e pela dominação. Por outro lado, esta comunicação era feita na base de comícios populares onde a comunidade era obrigada a participar para ouvir e cumprir as ordens.

No entanto, há situações em que a informação era feita circular através dos jovens na tentativa de criarem uma dinâmica dos processos esquecidos pelos mais velhos. Isto é:

os jovens participam de acordo, primeiro participam nas reuniões quando forem no posto administrativo, então depois dali os jovens informam os outros. Então a participação dos jovens, por exemplo, temos um grupo que são responsáveis para representar a aldeia no distrito.... Então eles quando vão nas reuniões depois voltam com as informações e debatemos o assunto sobre o caso.... Quando ver que o assunto de régulo tenta tratar não é correcto os jovens, estão a a reivindicar. (Alves Macuacua, 22 de Dezembro de 2020)

Como forma de manter a ordem e credibilidade a nível local (os mais velhos aceitam tudo o que vem do governo e sem questionar. Portanto, percebe-se a falta de capacidade de negociação dos processos por parte dos adultos e líderes locais. Com que então, os jovens argumentam haver a necessidade de a chefia incluí-los nos processos de decisão, como forma de condicionar transparência dos processos e credibilidade das informações passadas, uma vez se argumenta haver, em muitos casos, ‘o dito por não dito’, quando as lideranças a nível do governo não conseguem cumprir as metas ora prometidas.

Foi referido, anteriormente, que a criação das aldeias comunais tinha em vista condicionar desenvolvimento da comunidade na base de fornecimento dos vários serviços necessários para o bem-estar social como saúde, educação, saneamento do meio, entre outros, vistos pelo governo como sendo a base de sustentabilidade socioeconómica.

Entretanto, estes serviços não foram condicionados para o acesso das comunidades de forma qualitativa, como o caso da educação, por exemplo, que somente era de qualidade na aldeia de Cheringoma. A aldeia de Cheringoma caracteriza-se por ser uma aldeia muito organizada em termos de infraestruturas, pois era uma zona do colono, por isso as escolas e outros serviços eram de nível desejado. Em Nixon e Walters (2017) pode-se entender que nesta aldeia o aproveitamento escolar tinha um desempenho positivo, comparativamente a outras aldeias como Ngalaze.

Portanto, a aldeia de Cheringoma a mais privilegiada pelas condições criadas e que potencia o desenvolvimento do país, daí ser uma vila cujos processos de sustentabilidade àquelas comunidades a nível local eram facilitados uma vez que a comunidade local tem acesso à energia elétrica fornecida pela HCB, condição importante para a implementação de tecnologias.

Em Ngalaze, Muchuquete e Mahundzane, por exemplo, os outros serviços como:

a saúde não existia.... Não existia centro de saúde, só existia único enfermeiro que eu conheço era um enfermeiro militar.... Naquela altura as comunidades nem sabiam da existência dessas coisas de comprimidos, dessas coisas todas. As comunidades viviam de raízes, plantas, esse se tem, por exemplo, tuberculose, tradicionalmente tratava-se a tuberculose sem nenhum problema.... O serviço que era mais visível era a escola, mas também era uma escola que se estudava por baixo de árvores, que não é uma escola, por exemplo, primária completa.... Até agora, na minha aldeia não há energia. Não havia a água. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

na aldeia onde eu estava até hoje isso ainda é difícil.... Mesmo hoje ainda continuamos a pedir hospitais. Pedimos apoio na construção de uma escola mas ainda não é possível, o que acontece é que nas reuniões onde somos chamados dizem que devemos contribuir um valor. Isto deve ser feito por cada família e sempre este valor é aumentado. (Carolina Siteo, 11 de Janeiro de 2021)

havia, hospitais mas tinham problemas de medicamento e aquelas coisas todas e fica aí, ias ao hospital para ficar todo o dia na bicha porque o sistema da bicha era indispensável, era bicha mesmo bicha. Acorda 3 horas da madrugada ir deixar uma pedra e depois as 5 horas estar lá na bicha e você só poderia estar no primeiro quando você estar na bicha. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

Os contextos sociais de Moçambique, particularmente onde se localizavam as aldeias comunais, no fim da guerra civil em 1992 passaram a ser caracterizados por serem ambientes de tranquilidade e paz. As pessoas da comunidade conheciam-se de tal sorte que o inimigo era facilmente reconhecido. Pese embora este ponto positivo, os sinais de comunicação na base de tecnologias como radiodifusão continuaram fracos na maior parte dos lugares, daí a dificuldade de resolução de problemas pontuais. Em Marx (*in* Vicente, 2009) entende-se que os meios de comunicação de massa são responsabilizados no processo de consolidação de ideias de pertença social, o que justifica, no presente contexto, a unidade nacional apregoada pelo governo da Frelimo, mesmo não sendo alcançada de forma plena.

Por outro lado, a dificuldade de colocar serviços de forma complementar como resposta aos demais problemas sociais foi um dilema por muito tempo nas comunidades, o que contraria o argumento básico da criação das aldeias comunais que era de:

aproximar os serviços ao cidadão.... Para mim, aquilo foi mais para meter as pessoas nas aldeias e evitar que estivessem sobre influência da Renamo.... Porque esse discurso aqui na verdade estrutura a forma de agir da grande parte das pessoas.... Juntar as pessoas nas aldeias era mais fácil controlar facilmente, ter controlo social sobre as populações, inculcar aquelas ideologias. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

Não foi fácil eles dizerem de forma clara o que se pretendia no sentido de observarmos o desenvolvimento, daí as pessoas pensarem que ao querer fazer registo das posses de cada um o governo queria nos levar, mas não era isso.... A ideia era dar informação sobre o que você achava. (Carolina Siteo, 11 de Janeiro de 2021)

Porém, entende-se que:

algumas pessoas não aguentam a vida da cidade, outro estão deslocados então vão escolher um espaço começam a construir depois de construir ver que aquela aldeia tem muita gente a aquelas pessoas que estão lá é que já atribuem o nome da zona.... Depois de atribuir o nome da zona escolhe-se um responsável que eu que vai escolher sobre aquela responder todos os problemas daquela zona. E o que acontece com a aldeia comunal são pessoas que não têm condições Não tem casas só. (Alves Macuacua, 22 de Dezembro de 2020)

O agir das pessoas é fundamental porque demonstra uma posição em função do comportamento identificado perante as acções do governo. Neste caso há uma chamada de

atenção, que se pode perceber em Weber (1973), segundo a qual os comportamentos e valores socialmente identificados devem se enquadrar em diversas perspectivas no indivíduo como forma de responder às suas necessidades dentro do grupo de pertença. As dinâmicas de engajamento e socialização dos indivíduos na comunidade devem ajudar na percepção e identificação dos problemas existentes na sociedade, pois, nas aldeias, os problemas:

eram ponderados porque havia sistema de de educação moral e ao mesmo tempo de controlo jurídico que é no sentido de que os policiais eram muito rápidos na intervenção e aquela maneira de pegar alguém e ir ao público ser manifestado também desencoraja o banditismo, o ladrão, então um, lavagem cerebral para ser um pouco, tipo uma educação cívica que foi encontrado e depois quando as pessoas são encontradas são mandadas para o campo de reeducação porque não se pode ver na aldeia e esse tipo é mau e então manda-se para um campo de reeducação, uma forma de tirar do grupo, uma forma que achávamos que era melhor na aldeia, podemos pensar nisso, pensar na aldeia como um ninho, aldeia como um lugar, como dizem os francês, aldeia como um lugar de reencontro. Quando falo de reencontro estou a falar de troca de experiência de questões de, troca de experiência que troca de convivência mesmo e e a moral, a ética, a ser convivida ali nesse sentido.... a aldeia como um paraíso, como um ninho que os passarinhos devem se comportar bem. Não se comportando bem as pessoas tinham que ser tirado mas também havia consequências que era chamboco que estava a caminhar lá. Chambo. Era chamboco mesmo.... O que acontecia é que havia momentos de muita fome pah, momentos de muita fome. Momentos de muita procura de alimentos. Momentos em que as prateleiras das lojas estavam vazias. Por que as pessoas ficavam na bicha? E na bicha era para, um pão para sair era difícil. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

Sofremos! Em 1983 começamos a ter apoio em alimentos de vários tipos como óleo, ervilhas, peixe seco, entre outros, produzidos localmente. Depois de um tempo, os que distribuíam os alimentos começaram a recuar e levavam tudo para as suas casas e passamos a receber poucas quantidades. O governo sempre fez um esforço e agradecemos nesse apoio. (Carolina Siteo, 11 de Janeiro de 2021)

havia muita seca, muita fome, então, a famosa calamidade. Então, os carros de sacos de milho e sei lá, sempre que chegavam, chegavam numa coluna de carros acompanhado de militares. Quando chegasses uma coluna de carros, aquilo era uma felicidade, eram gritos na na naquilo, na aldeia porque vão receber. E então, depois disso, esse serviço foi muito

fundamental porque as pessoas não tinham o que comer. (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020)

uma das coisas mais importantes numa aldeia comunal em que as regras de convivência de uma aldeia comunal são práticas e são as regras de convivência são educativas para um, um jovem.... Naqueles bairros não existe discriminação na educação.... Uma das coisas mais importantes lá existe a ajuda mútua.... só que o grande problema que existe naquele naquela zonas está muito relacionado com o investimento.... numa zona que não tem investimento onde os jovens vão, vão trabalhar, vamos procurar outras condições é muito difícil para evoluir.... então significa aqui uma aldeia comunal em condições normais espera-se muita coisa quando existem apoios relacionais não só do governo mas das empresas privadas.... O grande problema que existem naquelas zonas é falta de condições.... Muito mais escola, hospital. (Alves Macuacua, 22 de Dezembro de 2020)

É neste âmbito em que se considera necessário e fundamental a orientação controlada do posicionamento de algumas vilas por terem sido criadas na base de ajuda do governo e parceiros, pois, com a monitoria é possível levá-las a observar os objectivos a que se propuseram a cumprir. O sentido de comunismo desacerbado foi desenvolvido durante a época das aldeias comunais em que as pessoas deixam que o Estado desenvolva um serviço em benefício da comunidade e que esta tenha acesso a custo zero.

A aproximação do Estado às comunidades e, o facto deste assumir o comando dos destinos das vidas das pessoas, acabou gerando um sentido de preguiça para dar iniciativa sobre o rumo que suas vidas deveriam tomar. É o que se entende nos dias de hoje, mostrado nas entrevistas com Felisberto Massinga (capítulo 11) sobre a forma como as pessoas se desleixam aos serviços prestados pelo Estado por não poderem contribuir nesses processos e, por outro lado, em Nguenha (2008; 2013) foi evidente a falta de interesse na informação, mas preocupados com os serviços.

Outrossim, foi claro em Felisberto Massinga (capítulo XI) que as pessoas quando são chamadas a observarem certas situações sobre, por exemplo, sua saúde, a preocupação é que elas devem ter um ganho. As pessoas não olham pela vontade do governo em dar apoio significativo em vários aspectos como um ganho a considerar.

Portanto, o conceito de aldeias comunais foi sendo marginalizado em vários lugares. Por exemplo, na região norte a Renamo havia assumido maior parte de espaços influenciando as comunidades a não aderirem à política de aldeamento, por um lado, prometendo segurança e, por outro, ameaçando em atacar os que decidem assumir as aldeias comunais como lugar seguro a partir do qual deveriam seguir suas vidas. Como estratégia de dispersar as pessoas nas aldeias sob o controlo do governo, a Renamo:

começa a trazer a doutrina de que isso não era bom as pessoas começam a ficar abertos, as pessoas acabaram na verdade, até algumas fugiam sozinhas para se juntarem a Renamo porque dizia que afinal de contas lá o conceito da liberdade de circulação, da liberdade de tudo, não de expressão porque estamos a falar mais do, as pessoas querem mais livre. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

Entende-se, assim, que estes dois factores influenciados pela Renamo acabaram ditando o abandono do conceito das aldeias comunais em vários lugares o que veio a prejudicar o aparecimento de pequenas cidades do campo, ideia esta partilhada por Jane e Mabunda que, em Machel entende-se como sendo a fundamental para que se propicie um ambiente estável de desenvolvimento nas zonas rurais. Pois, encontra-se uma população dispersa ao longo do país, principalmente caminhando mais para o interior, a densidade populacional vai baixando por cada km<sup>2</sup>. Assim, considera-se “que se não tivesse havido guerra, provavelmente tivéssemos pequenas cidades, ou vilas bem organizadas porque eu me lembro que aldeia, aldeia, a minha aldeia, aldeia de Ngalaze, a aldeia é altamente organizada” (Lázaro Mabunda, 7 de Outubro de 2020).

Um dos constrangimentos identificados nas aldeias comunais é a existência de uma opressão implicada pela dinâmica social em que as pessoas tinham de engajarem-se nas actividades da comunidade e produzir em moldes comunitários para o benefício da comunidade, para além de terem de o fazer segundo as normas instituídas pelo governo da Frelimo – o uso da guia de marcha. Embora esta forma de produção tenha suas vantagens, considera-se limitante na medida em que os problemas familiares não eram respondidos de forma satisfatório. Uma das evidências da opressão, mesmo não se tendo feito sentir em todas as aldeias, as acções foram universais, que de certo modo, deixavam desconforto nas comunidades. Um caso insólito sucedeu numa das aldeias onde um membro da comunidade:

saiu do do círculo da aldeia comunal foi buscar peixe numa das zonas fora da do controle. Acho que não tinha levado guia e não sei que que. E quando voltou lá, como conseguiu passar com peixe até lá. Como é que você foi e voltou com peixe sem ser atacado pelos militares da Renamo, então você é Renamo. Naquele momento nem e a milícia foi a noite pegar o gajo. Ficou uma semana e depois apareceu um militar chamado fulano e disse que eipah, eu mesmo é que atirei contra o tio fulano porque fui obrigado a atirar.... Então, a opressão eu acho que está a esse nível e aquelas obrigatoriedades de irem fazer as machambas coletivas. (Rui dos Reis, 29 de Janeiro de 2021)

Portanto, pode-se considerar que a implementação das aldeias comunais foi um projecto cujos factores que ditaram o seu início não respondiam às necessidades das comunidades abrangidas. Isto porque a base que sustenta as aldeias comunais esqueceu-se em dar valor à comunidade como o que deve ser informado sobre o curso desse projecto. Entende-se, assim que ao longo da existência das aldeias comunais, ou ao longo da sua implementação, os meios de comunicação social, interpretando os argumentos indicados por Vicente (2009), não foram tomados como instrumentos a favor da mudança, na medida em que denunciam, com seus conteúdos, a maneira como os tomadores de decisão perpetuam o poder e as formas de ascendência.

Hoje, em algumas aldeias, os indícios de mudança social tornaram-se evidentes, pois, as comunidades têm estado a condicionar o seu bem-estar social, mesmo no meio das dificuldades. As oportunidades de emprego, os problemas da falta de escolas, hospitais, entre outros problemas ainda continuam, mesmo que de forma delicada, daí a necessidade de cada vez mais a comunidade e o governo juntarem-se na mesma luta como forma de garantir o desenvolvimento comunitário.

Entretanto, em alguns lugares o desenvolvimento social ainda é uma miragem, mesmo se considerarmos os esforços do governo em alocar serviços de primeira necessidade. Isto porque nesses lugares ainda clama-se por um conjunto de serviços básicos que ainda não são condicionados. Daí que, para alguns casos, falar de desenvolvimento:

é muito complicado e é negativo para não ir mais longe. É negativo porque as pessoas, as pessoas não estão a ser, quer dizer, não estão a ser enquadradas no mundo atual conforme.... Quando digo serem considerados na na vida é que uma ideia para desenvolver devemos formar jovens.... Uma família que teve, que que é composto por 10 pessoas só se baseiam

sóhhh da machamba, e machamba dele não é um projeto, É machamba basta não chover corretamente perderam tudo.... por isso o desenvolvimento não podemos esperar um bom desenvolvimento neste neste nestas aldeias.... Na aldeia comunal a vida é muito pesada. Muito pesado em que sentido? o jovem deseja ter naquele local não tem acesso. Então para mim hoje em dia abandonamos as Aldeias comunais por causa de de falta de condições, falta de apoio, a pobreza também conta ... nem mercado não tem, nem uma escola primária ou secundária não tem.... quando avaria aquele furo a população tem que ficar os dias tem que percorrer quilômetros e quilômetros para ter água, então para mim para desenvolvermos naqueles bairros é preciso que o indivíduo abandone a procurar outras profissões nos outros sítios. (Alves Macuacua, 22 de Dezembro de 2020)

O fechamento dos processos comunicativos nas aldeias comunais inviabilizaram a abertura do indivíduo ao mundo da vida como nos sugere Habermas (1989b), a partir do qual a comunidade tenderia em se engajar na acção comunicativa, considerado como sendo o lugar onde as pessoas aprendem a vida em comunidade, construindo-se como seres sociais. Neste contexto, o autor nos indica que a atitude mais válida na construção social é a que se vale pela compreensão, que pode ser condicionada de forma aberta pela comunicação. Pois, nas aldeias comunais, o insucesso dos planos do governo deveu-se pelo fraco uso da comunicação, cujas determinantes das lideranças eram orientadas pelas estratégias de poder e dominação.

Portanto, a comunicação feita nas aldeias comunais como suporte do modelo de desenvolvimento na base da integração comunitária às actividades e trabalhos comuns, tinha como estratégia o uso do modelo monológico (Kunsch, 2006), neste caso, feita na base de comícios populares. Pois, o interesse, como se percebeu, era de difundir ideias com uma ideologia dominante, importando apenas a que a comunidade cooperasse e seguisse os comandos do governo.

À semelhança do que se percebe na análise do modelo de desenvolvimento socialista, estando as aldeias no contexto deste modelo, entende-se também que tem um carácter informativo (Pasquali, 2003), mas também para persuadir (Mefalopulos, 2008). Neste caso, os valores sociais são relegados a outros planos, dificultando a criação de relações e busca de resultados comuns.



Mesmo tendo-se mostrado importantes, estas aldeias comunais foram sempre marginalizadas tanto pelos locais como governo, pois, os governos distritais criaram dinâmicas que iam resultar em perspectivas competitivas e não cooperativistas (Araújo, 1988). Neste caso, houve falta de atenção aos objectivos criados, daí o abandono por não haver uma organização e orientação (Araújo, 1988).

Portanto, dos seis tipos de aldeias identificadas por Araújo (1988) em Moçambique, foi possível perceber que no âmbito do estudo, três tipos mostraram-se no contexto referenciado pelo autor. A saber:

- aldeias formadas durante a luta armada nas “zonas libertadas”. São, neste caso algumas aldeias criadas ao longo da guerra dos 16 anos que, buscando dar proteção às comunidades vulneráveis aos ataques, o governo da Frelimo criou zonas através das quais fosse possível isolar a comunidade da influência da Renamo. O exemplo é a aldeia comunal de Mahundzane;
- aldeias resultantes de calamidades naturais. São as aldeias que se criam em zonas altas por consequência das cheias do Rio Limpopo em 1977, o exemplo é a aldeia comunal de Ngalaze e Muchuquete;
- aldeias edificadas em antigos “aldeamentos”. Resulta da recuperação dos aldeamentos do colono depois da independência. A aldeia comunal de Cheringoma é um dos exemplos.

Estas aldeias até hoje ainda existem e têm mostrado alguns sinais de desenvolvimento embora em níveis diferenciados dadas as características de cada uma delas e, por outro lado, o contributo do contexto actual. Entende-se, por outro lado, que as decisões em algumas aldeias e vilas são tomadas por baixo de uma árvore escolhida pelos anciãos locais. É de referir que o sentido das relações estabelecidas com o passado desde os tempos remotos, as reuniões eram feitas debaixo de uma árvore (Josué, 24: 26, Reis, 9: 6).

A introdução das tecnologias nas comunidades rurais inicia logo depois da independência nas aldeias comunais onde tinha-se como objectivo condicionar um ambiente estável e de desenvolvimento das comunidades. Para tal, Araújo (1988) argumenta ser acções levadas a cabo por meio da difusão pública de informação que resulta da criação de um projecto de comunicação social logo nos primeiros anos após a independência nacional.

Portanto, o uso das rádios comunitárias resultam de um consenso que também foi possível verificar no governo da Frelimo.

Entretanto, há uma ideia levantada por Araújo (1988) segundo a qual a comunicação foi usada para sensibilizar as comunidades como forma de fazer surgir novos comportamentos, porém, estas acções careciam de tempo que justifique a manipulação dos aldeões em função dos seus interesses. No entanto, verifica-se que a população não foi sensibilizada por nenhuma acção que visasse a vontade local por um benefício nacional, o que não evitou o êxodo rural pela busca de melhores condições de vida.

Os erros cometidos pelo governo da Frelimo no pós-independência devem ser assumidos como sendo uma estratégia no âmbito da resolução dos problemas, pois estes erros foram resultantes e influenciados pelos actos do governo colonial até 1975. Se não se assumirem estes erros como aprendizado seremos obrigados a conviver, fugindo, prejudicando, deste modo, os sinais de desenvolvimento local.

### **Parte III**

## **A PARTICIPAÇÃO E AS DINÂMICAS COMUNITÁRIAS NAS VILAS DO MILÊNIO: TRÊS IDEALISMOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**



## **CAPÍTULO XII**

### **12. A VILA DO MILÉNIO DE CHIBUTO EM PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

#### **12.1. Perfil geoestratégico da vila do milénio de Chibuto**

O distrito de Chibuto dista a cerca de 285 km. Este nome tem sua origem numa pequena elevação que no tempo do régulo Chigonguanhane Macuacua era lugar onde se realizavam cultos tradicionais (MAE, 2005). Entende-se que o ambiente de produção agrícola no distrito de Chibuto é consideravelmente satisfatório e com matas menos densas. Há muitos campos de cultivo onde, na base da técnica rudimentar, diversas famílias se concentram nas suas machambas como forma de criar seu sustento. O vale do rio Limpopo tem sido a fonte de água para a irrigação dos campos. Portanto, as famílias deste distrito caracterizam-se por serem de baixa renda, o que faz delas uma comunidade cuja base principal de renda seja agricultura e pastorícia.

Foi notório a presença de pessoas em actividades dentro da vila de Chibuto, concretamente no Bairro Samora Machel, com campos de produção activos. Ora, estes campos são usados somente para a agricultura. Há escassez de pastos no interior da vila o que faz desta um lugar onde a produção não seja ameaçada pelo gado, pois, os que tem gado levam-no para pastos distantes.

Durante todo o ano, observa-se no distrito actividades agrícolas para poder manter sustento às famílias. Porém, há períodos ao longo do ano em que os produtores exploram somente pequena parcela das machambas de modo a permitir que a outra fique numa espécie de “repouso” para poder regenerar e garantir boa colheita em tempos que exigem maior produção. Entretanto, esta prática tem vindo a perder continuidade, pois, há tendência de os proprietários das terras ceder seus campos a familiares e/ou amigos, ou mesmo alugar para pessoas que requerem maiores espaços para produção de diversas hortícolas.

O nível de distribuição da corrente eléctrica em Chibuto é razoável. Todos os bairros da vila de Chibuto são servidos de corrente eléctrica fornecida pela empresa Electricidade de Moçambique. Outrossim, mesmo as zonas de expansão estão recebendo corrente eléctrica e há um esforço visível de aproximar estes serviços das comunidades.

No entanto, o uso da tecnologia de forma sustentável ainda vai para além das capacidades da comunidade pela aquisição dos instrumentos necessários, influenciado pela condição de extrema carência para a maioria das pessoas.

## **12.2. Circulação de informação no distrito de Chibuto**

O Distrito de Chibuto conta com uma Rádio local, a rádio comunitária de Chibuto. Este serve de elo de ligação entre a comunidade, o governo e outros agentes parceiros do governo a nível local. A Televisão de Moçambique (TVM) era, em tempos, um dos meios de maior sucesso em termos de busca de informação na medida em que a comunidade olhava para este meio como o mais importante pelas características que apresentava.

Sendo o meio rádio o que mais difunde informação pública no distrito, a comunidade tem estado a se ressentir pela forma como, nos últimos meses, a informação circula, porque a programação tem sido feita de forma descontínua. O maior problema prende-se com as avarias constantes da antena transmissora.

A estratégia de comunicação na partilha de informação tem sido feita em combinação com o uso de altifalantes. Desde 2009, a Escola Superior da Universidade Eduardo Mondlane, tem estado a partilhar sinal de internet de forma grátis para a comunidade de Chibuto, mas nem sempre o sinal é satisfatório. Entende-se que a internet é o meio de comunicação de preferência aos mais jovens e, a rádio tem sido o que difunde informação aos mais velhos.

Os líderes comunitários, agentes económicos, os jovens locais e estudantes, entre outros, incluindo a comunidade, no geral, admitem estar a par dos assuntos abordados em quase todo o distrito graças ao empenho abnegado da rádio local que, por vezes com os seus altifalantes, conseguem atingir lugares e comunidades, onde, por influência de outros factores, não conseguem aceder a nenhuma informação.

À semelhança de outros distritos, o distrito de Chibuto é servido pela rede eléctrica da HCB, porém, uma parte considerável da comunidade não recebe energia eléctrica porque as condições a partir da renda familiar não têm sido suficientes para cobrir todas as despesas do contrato. É neste contexto que, a partir de 2019, a electricidade passou a adoptar outra postura para fornecer energia às famílias carenciadas. Com que espera-se que maior parte da

comunidade de Chibuto e não só venha a beneficiar deste projecto de electrificar Moçambique.

### **12.3. As dinâmicas comunitárias na vila do milénio de Chibuto e desenvolvimento**

#### **12.3.1. Tendências de enquadramento comunitária e desenvolvimento**

A apreciação feita neste capítulo procura evidenciar as percepções das entrevistas na categoria de informantes com um perfil de definidores primários na vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto, na qualidade de uma comunidade com capacidades de influenciar processos a nível local e, da vila do milénio, em particular. É um conjunto de informantes que compreende, participa e influencia de forma activa na tomada de decisões locais no âmbito do desenvolvimento. É uma elite que tem dinamizado o saber local nas comunidades como forma de garantir o crescimento sustentável.

Assim, foi possível perceber que os níveis de circulação de informação neste distrito não são satisfatórios mesmo assumindo a diversidade de informação que circula a todos os níveis, porém, limitada, pois, há fraca diversidade de meios de acesso à informação pela maioria da comunidade. Por esta via, entende-se haver uma tendência de, segundo nos mostra Bolaño (2000), ser uma informação que não serve aos desejos de todos por considerar-se estar ao serviço dos interesses da elite do distrito. Ora, a posição social de alguns informantes ajudou-nos a perceber que o acesso à informação é na base do meio rádio, única plataforma de comunicação de acesso fácil à comunidade daí a circulação de informação não ser positiva, embora o meio rádio era capaz de servir a comunidade em todos os sentidos.

A vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto foi concebida para desenvolver a comunidade Samora Machel através de acções comunitárias na base do conhecimento local aliado ao conhecimento científico à semelhança das outras vilas. Sucede que o conhecimento local é tradicional referente aos hábitos culturais sobre o fazer e proceder para que se alcance uma determinada meta. Pode ser citado como exemplo do conhecimento tradicional, na agricultura, as práticas de queimadas como forma de preparar a terra para a prática da agricultura, considerada como uma técnica nocivas.

Em entrevista com a directora do CITT e com os técnicos representantes ou responsáveis pelas vilas do milénio nos locais estudados não foi possível identificar, em concreto, como é que se associa o conhecimento local com o saber científico de modo a que a comunidade dê passos significativos na busca de respostas de forma eficiente no esclarecimento dos problemas, a exemplo do combate à fome e à miséria.

Porém, com o fim do projecto e a sua transferência ao serviço distrital de agricultura e actividades económicas (SDAE), foi possível partilhar experiências de produção agrícola com a comunidade interessada, através do campo de demonstração de resultados (CDR). Os técnicos afectos orientavam a comunidade a ter como base as formas e/ou práticas por seguir. São os referidos técnicos que diziam:

devem sachar, devem pulverizar assim e depois eles, as pessoas não tinham onde implementar aquele conhecimento então isso em algum momento eu senti que houve um vazio mas se o CDR estivesse ou campo de demonstração de resultados fosse uma coisa pequena depois haver parcelinhas, nem se for para de de, parcelinha de sete metros ao quadrado em que as pessoas aprendem e depois vem desenvolver nos seus campos e depois haver exigências de comprimento de compassos, ou do cumprimento de técnicas de produção, então eu acho que as pessoas teriam aprendido melhor naquela altura por que haviam condições havia dinheiro e com dinheiro comprava-se adubos, sementes e não sei lá o quê. (Sérgio Zau-Zau, actual gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto, em entrevista a 26 de Janeiro de 2021)

As técnicas trazidas pelo SDAE foram tardiamente ensinadas na comunidade. Por outro lado, esta técnica não foi acompanhada por um processo prático nos campos de produção das comunidades como forma de aplicar o conhecimento aprendido. Facto é que os planos traçados pelo SDAE para ensinar as técnicas de produção à comunidade não levou em consideração o binómio teoria e prática, pois, como argumenta o gestor, de forma implícita, sobre a exiguidade dos recursos no actual patrono das vilas, o SDAE.

Entende-se que, na implementação desta vila houve falta de colaboração e/ou integração da comunidade como forma de criar condições para que a vila seja vista e assumida como sendo algo da comunidade, criada pela comunidade e para servir a comunidade, conforme pode-se perceber nos argumentos de Habermas (1984, 1985b, 1989a, 1989b). A falta de inclusão da comunidade na definição dos objectivos da vila colocou de



lado a todos os membros integrantes daí a fraca capacidade de se criar sustentabilidade. Pois, estes, de acordo com Sérgio Zau-Zau (em entrevista) “faziam e desfaziam.... recebiam instruções mas já se sentiam como donos do dinheiro”.

Foi possível, através do projecto ‘vilas do milénio’ condicionar-se os sistemas de agricultura, da avicultura, da saúde, da educação e do meio ambiente, considerados como pilares do desenvolvimento do governo nos seus planos de desenvolvimento dos distritos, em particular e, do país, no geral. Uma das evidências é a construção de escolas e centros de saúde, por um lado, com o financiamento da vila e, por outro, com os fundos da comunidade. Sucede que

quando as vilas do milénio passou a ter dificuldade porque o financiador já havia parado de injetar os fundos a própria comunidade vendeu pedras, vendeu blocos e ficou sem nada. Mas mesmo assim como viu-se a necessidade de se fazer um centro de saúde, o concelho municipal da cidade de Chibuto fez um centro de saúde. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

Com o fim do projecto e, não tendo cumprido os seus objectivos e nem ter conseguido deixar conhecimento na comunidade, a nova gestão condicionou outra forma de ser da vila cuja cara passou a ser o SDAE. Porém, os empreendimentos deixados já não eram operacionais. Isto é “saúde já não está lá, saneamento do meio não está lá, está a ver, e então, nem educação não está lá, porque havia a componente também educação havia alfabetização de adultos” (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021). A componente que preenche os pilares do desenvolvimento do governo foi descontinuada, ficando somente a área da agricultura.

Um dos pontos negativos identificados na constituição de equipas de trabalho no âmbito das actividades implementadas pela vila do milénio é que as pessoas não estavam vocacionadas e identificadas com as causas dos projectos daí, com o fim do projecto, tiveram de abandonar, pois, o interesse tinha que ver com os ganhos directos.

Neste contexto, deve-se perceber que condicionar desenvolvimento a uma comunidade desconhecendo os contextos, critérios e políticas que a rege, por um lado e, a comunidade que desconhece o raciocínio do projecto por não ter sido incluída na definição de razões de implementação desses projectos é jogar fora os recursos. Entretanto, é notável, dentro da comunidade de Chibuto a carência de vários elementos de sustentabilidade e

desenvolvimento. Por isso, de acordo com Sérgio Zau-Zau (em entrevista), é importante focar a implementação das actividades mas, “se nós queremos desenvolver toda a comunidade não é possível mas aquelas pessoas interessadas ficarem preparadas pra produzir como deve ser .... As pessoas que estão agora são pessoas que estão preocupadas em produzir, mas tem dificuldades”, porque há falta de recursos necessários para dinamizarem as actividades. No entanto, o lucro de cada actividade “era dado às senhoras que eram as beneficiárias” (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021).

Um dos erros que condicionou o não-desenvolvimento de capacidades aplicadas ao longo da implementação da vila é considerado como sendo a forma como a vila foi levada à comunidade de Chibuto. Pois, a forma como foi implementada obedeceu a duas ideologias distintas: por um lado a disseminação do conhecimento e, por outro, a criação de estratégias para o desenvolvimento. Neste caso, considera-se que:

tudo quanto se fazia naquela altura era que a pessoa vai fazer na sua casa, está a ver, não aquela coisa de monitorar a pessoa se já sabe fazer ou não. Disseminação do conhecimento é vamos fazer juntos e depois começa-se a monitorar se a pessoa sabe fazer ou não. Então aí eu consigo ver que talvez havia uma falha nesse sentido enquanto que agora a pessoa é obrigada a fazer em casa é a parte da agricultura mas é uma agricultura organizada porque onde é associação as pessoas estão a usar todas as ferramenta tecnológicas para a produção e sempre tem um extensionista que está a apoiar. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

Portanto, o desenvolvimento de capacidades, a partir da disseminação do conhecimento devia ter sido o foco da vila como forma de criar sustentabilidade. Pois, entende-se que “conhecimento é poder” (Schramm, 1976, p. 45), e que em Freire (1970, citado por Magalhães, 2004), o desenvolvimento de capacidades pode ser considerado como sendo a modernização do sistema de produção.

Portanto, a criação de projectos e associativismos para gerir os projectos carece de identificação de um problema e avaliar até que ponto os associados estão dentro do problema identificado como forma de conduzir o projecto a cumprir metas traçadas. Isto é, para que o projecto seja aceite por um grupo de pessoas é preciso que, por exemplo:

o meu problema tem de ser o mesmo consigo e mesmo com ele e termos um único objetivo, tá a ver? o que aconteceu é que naquela altura como havia financiamento as pessoas só

queriam tirar dividendos, há outros que saíram que faziam parte da associação mas os poucos que ficaram, depois receberam outros que tem mesmo interesses que aquele grupo tem. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

Olhando ao aspecto de difusão de informação na base dos meios de comunicação como forma de alargar o raio que influencia os debates sobre as acções da vila, bem como influenciar os níveis de aderência foi relegado à rádio local, a RC de Chibuto. Pois, a rádio tem a capacidade de discutir problemas locais sob uma perspectiva local, respeitando os contextos culturais.

Em termos do uso dos modelos de comunicação é possível identificar o situacional que, segundo Schuler et al. (2004), preocupa-se pela adequação mensagem-receptor, que facilita a descodificação pelo receptor. E, quanto ao modelo de difusão privilegia-se o de informação pública que, segundo Kunsch et al. (2006), preocupa-se em difundir informações por meio dos meios de comunicação de massa, neste caso, através da RC local.

O meio rádio, pela sua capacidade de abrangência, ganhou confiança no meio comunitário para transmitir informações à comunidade, daí afirmar-se que a comunidade tinha acesso à informação passada sobre a vila. Porém, “não era todas as informações que eram difundidas porque há informações muito relevantes que eram difundidas” (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021). Entende-se, por outro lado, que usava-se como suporte a este meio os megafones, muito em particular para a comunidade aderir aos programas de saúde.

Uma das evidências avançadas que prova a eficácia do meio rádio nas comunidades é que as pessoas, sobre um determinado assunto, particularmente sobre a vila, citam este meio como o que deixou passar a informação através do qual foi possível terem conhecimento sobre as actividades da vila. Por exemplo, é frequente ouvir a comunidade afirmando que:

nós ouvimos o médico veterinário a falar essa informação assim assim. Eeh, o impacto disso é que há participação massiva, sim. Há participação massiva nos programas que são divulgados na rádio porque eu posso não ter acompanhado, mas mas o o o meu vizinho, por exemplo, ter acompanhado. O meu vizinho vai me informar, eipah, acompanhei isto e a informação vai cada vez mais se expandindo. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

No entanto, o fim do projecto vilas do milénio e, tendo sido este transferido para o SDAE, a estratégia de comunicação foi redefinida. Isto é:

sobre as vilas do milénio nós já não usamos a via rádio, privilegiamos a o contacto directo, fazer reunião com com com os produtores. Os produtores nós conhecemos .... Das áreas de produção tem extensionistas que tem contactos já defendidos que eipah, sempre no dia X temos reunião com nossos produtores. Dia X há reunião na hora X. Então, quando terminam de trabalhar tem um contacto. Então, é muito fácil nós trabalharmos com eles, com as as pessoas dessa maneira. Agora, a não ser que seja um programa generalizada e que nós queremos informar a todo o distrito de Chibuto de um determinado programa, aí sim é quando recorremos a rádio, mas quando é assunto da vila do milénio só temos o contacto com as pessoas. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

A redefinição das estratégias de comunicação teve implicações directas e positivas sobre a forma como o SDAE, tendo assumido a vila, passou a se dirigir às pessoas. Isto porque o programa, não abrangendo a todos, é importante minimizar-se os recursos, optando-se pela comunicação directa que valoriza o diálogo, responsável pela construção dos pactos sociais e entendimento. O diálogo é um processo comunicativo considerado por vários autores como sendo eficiente no processo comunicativo na medida em que valoriza o indivíduo, integrando-o a todos os domínios participativos pela dinâmica a que todos são chamados.

A participação da comunidade nos destinos da vila como uma das formas pelas quais pode-se afirmar que a comunidade assumiu este programa de desenvolvimento como sendo própria é insipiente pelo facto de se perceber que a comunidade teve maior influência para que o projecto não tivesse o sucesso desejado. Por exemplo, em alguns componentes de desenvolvimento como o sistema de regadio e produção de frangos foram sabotados pela comunidade. Isto é, os beneficentes, produtores de frango:

durante a noite tirava ia deixar em casa e comercializava à maneira e quando chegava o tempo de se fazer a contabilidade havia sempre um desfalque dos frangos.... e chegou certo tempo que o negócio acabou mesmo falindo. O apoio tiveram e de novo haver uma isenção dos fundos, mas como haviam fixado aquilo de que se nós cairmos vamos ser apoiados.... Também uma coisa que é dada à comunidade as vezes as próprias beneficiárias sabotam. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

Um dos argumentos de que se avança é que os apoios, através de projectos de desenvolvimento, não têm sido eficazes nas comunidades na medida em que a comunidade

não valoriza os empreendimentos trazidos de fora mesmo com financiamento definido. Um dos dilemas é que os programas trazidos de fora, a comunidade apenas recebe, mas com um olhar de distanciamento, o que faz com que assuma como projecto dos outros.

A gestão do SDAE, hoje patrona das vilas de Chibuto, embora afirmar não ser seguro dar financiamento, lamenta a sua falta mesmo sendo a que atrasa as comunidades pela forma como ela assume a esta política, segundo o gestor da vila, quando disponível, tem maior probabilidade em galvanizar suas actividades como forma a “desenvolver as vilas do milénio ... e esse financiamento assegurar, assegurar o sistema de irrigação que existe nas vilas do milénio” (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021). Entretanto, ficou provado que com o financiamento a comunidade se desleixa da gestão sustentável, pois, ela não valoriza o que foi trazido de fora sem que ela tenha feito o mínimo de esforço para ter acesso.

É neste contexto em que o projecto foi transferido ao SDAE na tentativa de dar continuidade às acções desenvolvidas pela vila. Quer dizer, a má gestão bem como o mau aproveitamento dos esforços dos investidores condicionaram à descontinuidade da vila, isto é, “quando começaram a ter problemas de funcionamento, fizeram uma passagem da vila do milénio para o governo do distrito e o governo do distrito indicou funcionários para poderem estar lá a desenvolverem ou assegurarem o funcionamento das vilas do milénio” (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021).

Porém, a informação sobre a vila circulava quase que de forma negativa, pois, em algum momento percebe-se que a comunidade conhece muito pouco e quase que não se tem nada para dizer sobre ela, mesmo se considerarmos as acções por ela introduzidas. Ou seja:

era uma instituição independente e com um financiamento externo, porque naquela altura não tinha uma ligação direta com o governo do distrito, havia uma prestação de contas mas muito indireta. Só vimos aquilo que as vilas do milénio faziam, sobre o uso do fundo e não uso do fundo o governo não entrava, só víamos acções .... e o governo visitava as vilas do milénio e ver o que estava a fazer, mas não tinha-se uma ligação tão forte assim, porque o programa tinha o seu coordenador, tinha o seu administrativo e tinha os seus funcionários para o funcionamento das vilas do milénio, e quem segurava o salário desses funcionários era o, era o, tinham o financiamento externo. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

a única coisa que sei sobre as vilas do milénio é que o posto médico que lá havia, em caso de necessidade, transferia os doentes que lá recebiam para aqui. E chegados aqui, de acordo com o tipo de patologia que tivessem, nós encaminhávamos a eles ao departamento certo e lá se beneficiavam do devido tratamento. Essa é a única coisa que eu e meus enfermeiros aqui podemos te dizer. Agora, quando é que surgiu, como, o propósito do projecto, enfim, entre outros detalhes que pudesse precisar de saber, aqui nada mais lhe podemos dizer. (Directora do Hospital Rural de Chibuto, em entrevista a 15 de Janeiro de 2021).

Facto é que o modelo comunicativo no âmbito da difusão de informação sobre a vila não foi abrangente e, tratando-se do sector da saúde, era premente que o fluxo de informação atingisse todos os níveis da comunidade, pois, a sua funcionalidade visa enquadrar a todos e da mesma forma. Percebe-se ter havido um problema da falta de comunicação no início do programa, o que justifica ao facto de o projecto ter incorrendo ao risco de, não só as pessoas não entenderem o que se pretende desenvolver, como também não darem a devida atenção como forma de acompanhar de perto, mesmo que de forma indirecta ao curso das actividades desenvolvidas. Habermas (2003) ajuda a entender que a integração da comunidade no desenvolvimento e implementação de novos projectos a nível local deve ser entendido como sendo o que serve de base para a sua evolução e sustentabilidade.

É neste contexto em que se pode afirmar que os que não tiveram acesso aos serviços pouco sabem dizer sobre o que terá sido a vila, pese embora fossem visíveis algumas acções através do camião e trator como se argumenta, porém, como elementos de comunicação caíram em desuso aquando do fim do projecto. Portanto, o camião e o trator do qual se fala estão neste momento fora do serviço ou já não servem à vila.

Portanto, considera-se o papel da comunicação como o de “manter a transparência” (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021) cuja dinâmica era implementada pelos comités de desenvolvimento e de gestão compostos por pessoas influentes na comunidade. O gestor da vila cita, como exemplo, o caso dos “secretários do bairro, líderes comunitários do bairro, aquelas estruturas do bairro”.

No geral, considera-se que a vila tem boa imagem decorrente dos processos estabelecidos dentro da comunidade, muito em particular pelos serviços que trouxe. Pois,

mesmo tendo sido descontinuado e não tendo conseguido criar mecanismos de sustentabilidade durante os cinco anos de sua vigência:

... você encontra pessoas a dizerem que a vila do milénio fazia isso, fazia aquilo ... mesmo agora podia se fazer sentir se tivesse trabalhado as pessoas pra ficar com um conhecimento... Poderia haver um conhecimento porque é com esse conhecimento que muita coisa é feita... Acho que tinha que ter olhado muito em trabalhar a pessoa, a pessoa como ela é e não querer na primeira fase desenvolver .... Mas faz algo de bom porque mesmo algumas escolas construiu a vila do milénio. (Sérgio Zau-Zau, 26 de Janeiro de 2021)

De uma forma geral, entende-se que a vila não conseguiu, ao longo dos cinco anos que contava com o financiamento externo, colocar a vila num nível de sustentabilidade desejável como era de se esperar, pois, a comunidade continua a passar necessidades. Tendo sido passada à gestão do SDAE, a situação deteriorou-se pelo facto de se focar maior atenção apenas em um único pilar de desenvolvimento – a agricultura – ignorando-se os outros pilares como saúde, educação e saneamento do meio.

Considerando a ruralidade do território, pelas características que a identificam, não tendo sido possível diminuir os níveis de pobreza e necessidades básicas, pelo não-progresso da técnica (Santos, 1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011), entende-se que na vila do milénio de Chibuto, não se encontram mecanismos pelos quais iria acompanhar os movimentos da natureza ampliando as acções dos homens.

Portanto, a comunidade continua localizada em lugares periféricos, onde a técnica, a racionalidade e o discurso pragmáticos dos sectores hegemónicos são carenciados. Pois, a vila de Chibuto não conseguiu trazer o conhecimento técnico-científico para junto da comunidade como forma de criar independência em vários aspectos que possam dinamizar a produção, desde agrícola até à transformação dos produtos agrícolas ou mesmo a sua conservação, a exemplo da técnica de secagem da carne, uma técnica muito antiga que era aplicada pelos africanos, mas que hoje fora esquecido, havendo a necessidade de se rebuscar este conhecimento para esta vila e não só, assumindo-se a capacidade de produção da carne bovina nos distritos moçambicanos.

### **12.3.2. Os líderes comunitários como influenciadores dos processos**

Um outro grupo de informantes considerado fundamental para ajudar a compreender os processos é o conjunto dos líderes que assumem o papel de coadjuvantes da administração local. Na qualidade de pessoas conhecedoras dos contextos, são tidos como importantes para influenciarem as decisões do governo, por um lado, e da comunidade, por outro.

Os meios de comunicação mais conhecidos e mais usados no distrito de Chibuto, concretamente na vila de milénio de desenvolvimento, são a televisão de Moçambique (TVM) e a rádio comunitária local. Porém, "sintonizar a TVM é difícil, pois a antena da televisão no distrito desabou nos anos passados devido a uma tempestade. As informações da Rádio é que nos são fáceis de ter" (Agostinho Mathe, Líder Comunitário do bairro Samora Machel, em entrevista a 17 de Janeiro de 2021).

O acesso deficitário de alguns meios, mesmo se considerarmos a sua importância, remete-nos à ideia de Valá (2011) segundo a qual estes meios são insuficientes e ineficientes. Portanto, segundo o autor, há uma tendência abismal de se usar, nas regiões rurais, uma comunicação sob ponto de vista urbano, porém, desenquadrada nestes contextos. Uma imagem negativa vai para a TVM, embora seja o meio mais preferível, isto influenciado pela fraca capacidade dos seus agentes em recuperar o transmissor local, por seu turno, a rádio tem uma imagem positiva pelo facto de dinamizar a todo momento informações de várias ordens na comunidade.

A vantagem do meio televisivo prende-se pela sua capacidade de estimular a circulação da informação combinando imagem-som e "porque enquanto a rádio só dá a informação para os ouvidos, a TVM dá para os ouvidos e permite também ver o que se está a dizer. Ouvir dizer e ouvir a ver o que se diz é diferente" (Agostinho Mathe, Líder Comunitário do bairro Samora Machel, a 17 de Janeiro de 2021).

Em termos programáticos há uma tendência de as pessoas apostarem mais nos programas de debate mesmo que "não participe do programa nesse dia, mas o simples acompanhar a troca de ideias fico com alguma coisa na mente. Isso, gora, acompanho na Rádio. Mas da TVM, apesar da sua situação, eu gosto mais do telejornal, noticiário" (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021). Entretanto, o meio rádio é considerado o mais fundamental na comunidade por poder trazer programas de todos os distritos.



No meio de muitos programas e de acordo com a grelha programática, o meio rádio não privilegia a comunicação sobre a vila do milénio local, na medida em que se considera que a comunidade recebe informação sobre esta vila nos encontros. O privilegio a que se deve dar ao uso da comunicação alternativa através das RCs locais é que estas, segundo Obregón (2014), têm a capacidade de promover o uso de novas tecnologias e adopção de inovações

Portanto, no contexto das vias, a valorização da comunicação deve ser ao nível de orientar a comunidade a adoptar valores da modernidade de acordo com uma informação verificada. Na vila de Chibuto a informação é passada “através de uma reunião, onde nós chefes fomos convocados” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021). Outrossim, “foi através de uma reunião, onde nós líderes comunitários fomos convocados pelo governo distrital para nos informarem sobre, onde depois veio o ministro da Ciência e Tecnologia” (Américo Machava, Líder Comunitário do bairro 25 de Junho, em entrevista a 22 de Janeiro de 2021).

A convocação para participar em reuniões é sempre feita usando outras vias como o caso de mensagens telefónicas que é considerada uma comunicação dirigida de forma directa ao destinatário. Esta convocatória dava informe sobre a chegada de uma equipa técnica que visava dar início a um programa a nível local em parceria com o governo local. Ora:

à chegada dos proprietários do projecto, o governo do distrito chamou, convocou uma reunião para todos nós líderes, dos bairros e do distrito, termos uma sentada com os proprietários do projecto, onde estes tiveram uma vaga para falarem-nos melhor do programa. Depois disso, descemos até o local onde iriam se instalar, que já contava com construções dos tempos coloniais, onde renovaram estas e acrescentaram umas duas só para completar os sectores e depois começaram a trabalhar. (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

O governo convocava reuniões connosco líderes e por nossa vez, reuníamos a população de modo a passar o que tínhamos tido lá. Até agora trabalhamos assim, em todos os assuntos. Importa ressaltar assim o fazíamos em caso de ser um assunto que a comunidade devesse saber pois há assuntos que apenas deveriam terminar connosco. (Américo Machava, Líder Comunitário do bairro 25 de Junho, 22 de Janeiro de 2021)

Entende-se ter havido um conjunto de processos que foram ignorados na introdução das vilas do milénio. O mais importante de todos os processos prende-se com a falta de preparo da comunidade sobre a política de desenvolvimento a ser implementada e que chamaria a participação da comunidade na definição dos processos, facilitando a integração, não só da comunidade, mas também do projecto como um todo. Em Sen (1999, como citado em Mefalopulos, 2008), as questões de participação devem ser consideradas como sendo o fim último de todos os processos e visto como sendo o que condiciona sucesso e sustentabilidade na medida em que os beneficiários vão se apropriar de todos os processos.

Entretanto, considera-se que as convocatórias enviadas aos líderes locais eram discriminatórias, pois, uma parte deles não conseguia receber nenhuma informação, muito menos convites vindos do governo local. Pois, argumenta-se que “isso nunca chegou a acontecer” (Abdul Remane, Líder religioso da comunidade Islâmica, em entrevista a 15 de Janeiro de 2021). A esta exclusão social limita a definição dos processos na vila de Chibuto, a olhar pela não integração dos líderes religiosos, sobretudo da religião islâmica.

Woodward (2009) refere que a marcação simbólica é o meio pelo qual pessoas dão sentido às práticas e relações sociais, por exemplo, marcando quem é incluído ou excluído seja por quais razões, de um determinado grupo, de uma determinada identidade (como citado em Tondato, 2016). Os símbolos de exclusão quando mediatizados, de acordo com o autor, ganham mais impacto assumindo-se que este espaço é o de maior propagação simbólica relacionado ao consumo material.

Neste contexto, pode-se analisar que a media, portanto, torna-se o campo de batalha ideal, disseminando os parâmetros da disputa, trabalhando em favor da manutenção do *status quo* das perspectivas da elite (Tondato, 2016). Tratando-se de grupos de influência nas comunidades, espera-se que a coordenação das actividades programadas seja feita em harmonia como forma de garantir a coesão social esperada e que garanta paz e estabilidade na comunidade. Pois, “a percepção que temos do lugar onde vivemos carrega elementos da nossa identidade coletiva de pertencimento” (Tondato, 2016, p. 162).

Em Bolaño et al. (2008) a exclusão social é um mal advindo das desigualdades económicas. Partindo do princípio de que o Estado moçambicano é laico, então, a

diferenciação em termos de religião nas comunidades deve ser considerada como um atentado aos mecanismos que conduzem ao desenvolvimento.

Entende-se que a exclusão social, na visão de Bauman (1999) traz consigo um mal-estar social que pode fazer com que os excluídos enveredam em outros mecanismos de solução dos problemas o que vai trazer um problema maior dentro da comunidade, a exemplo de crimes organizados, delinquentes, entre outros males sociais que não abonam o desenvolvimento sustentável.

A estratégia de relacionamento dentro da comunidade a que a vila devia seguir, regulado pela fraqueza na valorização dada à comunicação com todos, tornou problemático o engajamento das massas populares se assumirmos que a comunidade islâmica, no país, é muito influente, sobretudo por ser uma religião que valoriza a união entre os povos. Em C. Santos (2006), a comunicação alternativa pode ser usada como auxílio para disseminar os laços de solidariedade criando coesão na comunidade (como citado por Lima, 2010).

O conhecimento a que pode ser considerado sobre a vila pelos líderes islâmicos é “que era um projecto ligado à agricultura, que principalmente ensinou e colaborou na produção massiva da moringa pela população local” (Abdul Remane, em entrevista a 15 de Janeiro de 2021). Por outro lado, os argumentos indicam que “existem machambas em que muitos aqui são proprietários e que quando chegam a uma determinada fase, recebem pessoas que lhes orientam em técnicas de produção” (Celestina Siteo, líder comunitária, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021).

Entende-se que o projecto não chegou a contactar as lideranças da comunidade islâmica para, de algum modo ajudar, a sensibilizar a população local como forma de maximizar a aderência ou para cuidarem de outros assuntos relacionados. Sousa (2006), ao abordar sobre aderência massiva na base da população argumenta ser fundamental o uso das rádios locais.

Neste caso, a chegada da vila na comunidade não orientou sua inserção na sociedade na base de uma comunicação abrangente que pudesse mover as pessoas a uma compreensão comum sobre seus valores, daí ter-se observado exclusão de uma parte da comunidade nos processos de tomada de decisões sobre o início da vila.

A exclusão da comunidade islâmica é generalizada, mesmo considerando o acesso aos serviços que foram fornecidos ao longo da vigência da própria vila. Não terem feito parte do projecto, por um lado e, não terem se beneficiado como uma comunidade local, para além de serem um grupo de pessoas que trabalha arduamente para o bem da comunidade, gera-se um sentimento de preocupação na medida em que foram totalmente ignorados como cidadãos locais. Isto é, considera-se a comunidade islâmica também como cidadãos comuns, isto porque, para além de serem líderes religiosos são também residentes locais.

Os especialistas da vila apenas usaram reuniões apenas para dar informação, o que significa ter havido preocupação em apenas difundir informação e cumprir suas metas como líderes locais. Esta postura remete à ideia de que nos processos de comunicação foi privilegiada o modelo de difusão, apenas focado na difusão pública de informação. Neste contexto, buscando as indicações de Mefalopulos (2008), subentende-se que a vila não se preocupou na valorização de diálogo que pudesse estabelecer consensos em todos os domínios comunitários. Servindo-se do poder de manipulação pela parte dos especialistas e governo, nem os líderes, nem a comunidade teve a capacidade de questionar e/ou negociar sobre o que deve ser feito e implementado em que termos como forma de o beneficiário poder fazer parte do processo.

A partir do modelo Kunsch et al. (2006) simétrico de duas mãos, preocupada em buscar equilíbrio entre os envolvidos, faz uso da comunicação para administrar conflitos e melhorar entendimento. Neste caso, na vila de Chibuto houve uma comunicação do tipo descendente que não permite pactos sociais e, onde o entendimento não é visto como sendo essencial na resolução dos problemas.

Portanto, entende-se à prior que os líderes do projecto não visavam uma acção que colocasse em sintonia e harmonia as relações ora iniciadas tendo em conta o humanismo apregoado por Mefalopulos (2008), mas subjugar e menosprezar a comunidade tida como sendo incapaz de por si dinamizar um conhecimento local no âmbito de criação de condições para o desenvolvimento.

Neste contexto e, pelas condições precárias encontradas na comunidade rural de Chibuto, tanto pela falta da técnica e, por outro lado, pela falta de informação, observa-se uma fraqueza a nível da comunidade sobre a forma como as comunidades devem se

posicionar para criarem riquezas a nível local. A informação que circula é dinamizada pelo “governo distrital, na voz do Conselho Municipal, para uma comunidade rural” (Américo Machava, 22 de Janeiro de 2021). A fraca capacidade da informação em dinamizar as comunidades nestas comunidades dificulta a circulação da técnica e do conhecimento, daí serem consideradas zonas opacas (M. Santos, 1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011; Árabe (2003).

De acordo com os autores supracitados, estas zonas ficam desprovidas de acções dos homens que condicionem desenvolvimento. Um dos problemas a ser considerado nesta comunidade é a inexistência de capacidades para a negociação dos processos. Por outro lado, esta inexistência de capacidades de negociação confunde-se com a posição a que as comunidades locais são colocadas pelas elites económicas e políticas nacionais, na medida em que são consideradas como aquelas cujas suas opiniões são ofuscadas e não podendo ser válidas mesmo na resolução de problemas de sua compleição.

É neste contexto em que buscamos compreender em Naldo Chivite (em entrevista, 20 de Outubro de 2020) sobre a situação da comunicação nos distritos na base das rádios comunitárias onde ele afirma a existência do uso do poder sob forma opressora, na medida em que os governos locais assumem os processos de várias ordem como se fossem seus pertences.

Nesta ordem entende-se que a fraqueza sócio económica da comunidade criou um campo aberto para que o projecto, mesmo sem condições próprias para andar tivesse sucesso significativo, pois num momento percebe-se ter sido benéfico porque criou vagas de emprego. Por ora, entende-se seu impacto na medida em que se considera que o projecto mudou o bairro Samora Machel. Pois:

houve pessoas que tiveram curso de corte e costura e assim viraram alfaiates e modistas. Outras aprenderam informática, e outros sobre técnicas de produção agrícolas e ajudou ainda oferecendo sementes e adubos, ensinou a irrigar as plantações, tendo aberto para a população local valas onde poderíamos retirar a água. Por isso mesmo, actualmente, nas manhãs, tu não encontras as pessoas daqui, nesse período estão lá nas vilas do milénio.... Como consequência disso, às pessoas não falta hortícolas para confeccionar nas suas casas e dar alimento à família. (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

Este conhecimento partilhado pela vila de milénio e de forma passiva, seguindo a lógica indicada por Neves (2009) não é significativo para avaliarmos o impacto de uma vila na medida em que esta vila não trouxe inovações tecnológicas para serem aliadas ao conhecimento local como forma de dinamizar os mecanismos de produção de bens de consumo a nível local. Portanto, em entrevista com a Directora do CITT a única tecnologia aplicável em Chibuto, assumindo suas características, é o sistema de irrigação, porém, em algum momento, percebe-se que há lugares onde os camponeses buscam água para a irrigação usando baldes e a longas distâncias.

Entende-se ainda insignificante o número de pessoas que receberam formação da vila, não atingindo 5%, mesmo assumindo o número mínimo que foi definido para a sua construção, na ordem dos cinco mil habitantes. No entanto, esta vila foi criada contando com mais de treze mil habitantes, hoje, pelas estatísticas do INE (2019) pode ter crescido na ordem dos 20%.

“Hoje há quem sabe ler graças à alfabetização proporcionada pelo projecto.... Hoje há quem sabe utilizar computadores” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021). O papel da vila em coordenar acções no combate ao analfabetismo foi significativo, porém, existem outras organizações vocacionadas à alfabetização como a Alfalit, uma organização não-governamental que tem dado apoio ao governo na alfabetização de adultos. No entanto, questiona-se sobre a importância de conhecimento de uso de computadores nas comunidades rurais.

Ora, as dinâmicas sociais obrigam as pessoas a pautarem por cursos de especialização que podem ser de informática, mas mesmo assim, ainda continuam com a falta de emprego, pois, este conhecimento na ope condição suficiente para garantir empregabilidade dos jovens, em particular nos distritos como Chibuto onde as condições da técnica não estão condicionadas. O ensino de informática apregoado como sendo uma tecnologia, no contexto de Chibuto é considerado como sendo uma tecnologia não viável na resolução dos problemas comunitários, porém, fundamental para o início dos processos em termos de comunicação.

Este conhecimento, não sendo associado a um saber-fazer de nível técnico ou científico não seria significativo, pois, as pessoas aprendem a usar o computador e depois ficam com o conhecimento. Em Chibuto, de forma particular, não há condições criadas para

que os que cursaram informática possam dizer que têm um conhecimento para resolver problemas básicos, pois, trata-se de uma região onde as condições de circulação de informação são limitadas.

O entendimento de Abdul Remane (líder islâmico, em entrevista a 15 de Janeiro de 2021) é impugnado pelas outras lideranças locais, pois para ele as lideranças não foram informadas sobre a chegada da vila e nem mesmo para se informar sobre serviços oferecidos pela vila. Por outro lado, há indicação de que o conhecimento sobre a vila só pode ser dado apenas pelos “que estão inseridos no programa.... Uma vez que a Vila foi implantada no bairro Samora Machel, os de lá é que mais abalizados estão do assunto” (Celestina Siteo, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021). No entanto, refere-se que a integração da comunidade aos serviços da vila foi feito:

após o arranque dos trabalhos da vila do milénio, consoante a necessidade deles de pessoas para estarem dentro do projecto. Nós líderes voltávamos e analisávamos a quem poderíamos chamar. O analisar devia-se, como todos nós sabemos, ao facto de nós as pessoas não sermos iguais, existindo os de fácil compreensão e os de difícil compreensão. (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

Porém, a forma de circulação desta informação era limitada por factores adversos. Portanto, considera-se em Melkote e Steeves (2001 *apud* Prasad, 2009: 3) que uma informação limitada comporta-se por ser do tipo descendente e que seus efeitos são limitados não podendo, desta feita, absorver as complexidades da cultura e estruturas que poderiam apoiar a mudança social. Assim, considera-se que:

não era tão frequente assim ouvir alguma coisa sobre as vilas na rádio Chibuto porque houve um tempo em que esta parou de funcionar. Acredito que só voltou a funcionar ano passado. E outro aspecto que importa aqui trazer é o facto de grande parte da população aqui, por exemplo eu, trabalhar à terra, então, conciliar a escuta à rádio e dar a atenção devida às nossas tarefas na machamba divergia. (Américo Machava, 22 de Janeiro de 2021)

A ideia a que se deixa transparecer é de que as pessoas somente foram convidadas a verem o lançamento e início do projecto, particularmente por questões de confiança. Não houve, no entanto, nenhuma acção da comunidade antes do início do projecto como forma de se avaliar as reais necessidades locais. Em Weber (1973), entende-se que a acção comunitária

é feita orientada por um conjunto de valores e que pressupõem o alcance de certos objectivos. Entretanto, as necessidades locais não eram prioritárias, mas a ideia era mostrar serviços à comunidade que, a todo custo, tem de confiar a um grupo de pessoas.

Este projecto esqueceu-se da existência da comunidade mesmo ela estando presente. Esquecida a comunidade tornou-se difícil criar espaços de conversação como formas de criar oportunidades para se partilharem ideias sobre como a vila devia ser orientada para dar respostas aos interesses comunitários e, por outro lado, partilhar seus sentimentos sobre como o projecto devia ser implementado e para responder a que necessidades de forma interna.

Mesmo com as dificuldades de percepção sobre o que estava sendo feito, a vila deu continuidade sem uma preocupação sobre os impactos futuros. Portanto, pode-se perceber de acordo com as indicações de Mefalopulos (2008) que a falta da percepção sobre os ideais da vila dificultou a criação de novos conhecimentos que, neste caso, podia trazer outras dinâmicas à vila do milénio de Chibuto. Considerando as percepções subjectivas, influenciadas por factores culturais e linguísticos, havia a necessidade de, antes da implementação do projecto, os especialistas da vila, vindo de outros contextos sociais, fazerem uma avaliação sobre as percepções comunitárias sobre o desenvolvimento. Esta avaliação podia indicar outros elementos não conhecidos pelos implementadores do projecto de modo a ajudá-la a se impor na comunidade.

Ora, entre concordâncias e disputas que caracterizaram o ambiente da vila, ela deixava sua marca. Porém, seu fim equipara-se ao seu início, na medida em que, para este caso, também não houve acordo mútuo entre os intervenientes no processo. Isto porque, “quando alguém vai, deve despedir de boa forma, daí, o que mais há é uma insatisfação quanto à maneira como o projecto terminou” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021). Há quem afirma que o fim do projecto obedeceu a critérios amigáveis e há, porém, quem afirme que não foi amigável. Entende-se que o fim do projecto não agradou aos líderes locais mesmo se considerarmos que a comunidade como um todo esteve satisfeito, embora no seu nível mínimo.

Ora:

a chegada do projecto foi muito benéfica para nós aqui pois, entre outros, permitiu ocupar aquelas edificações antigas para algo útil, quando antes albergavam pessoas de má-fé. E o



que nós sentimos hoje é falta daquele projecto, muita coisa mudou tanto na chegada assim como na saída daquele projecto. Hoje apenas ficou o nome, mas os trabalhos ali feitos já são outros. (Américo Machava, 22 de Janeiro de 2021)

Gerou-se na comunidade um sentimento de frustração pela forma como o projecto inicia por não ter visto os seus interesses respondidos e, por outro lado, engendra-se uma frustração do lado das lideranças locais pela forma como o programa chegou ao fim, provavelmente por considerar-se que os objectivos traçados não foram atingidos, pois, no âmbito da sua implementação, não houve consensos, indicados na acção comunicativa de Habermas (2003).

Portanto, o pressuposto de um consenso entre os indivíduos reside, na percepção de Weber (1973), na aprovação unilateral das ideias propostas que determinam ou aceitam uma conduta como válida dentro do grupo influenciado por razões racionais que orientam esse mesmo grupo que, por seu turno, em Mefalopulos (2008) entende-se como sendo o impulsionador de sustentabilidade aos esforços de desenvolvimento.

Como condicionalismos aos consensos, é importante a existência de mecanismos de comunicação e que se consideram fluxos contínuos para estimular a vontade popular a se integrar, mesmo que paulatinamente, ao cumprimento dos objetivos. Compreende-se que a circulação de informação dependia mais de quem tem as condições de iniciar seu fluxo na base do modelo de sentido único, ou seja, decrescente. O modelo decrescente de comunicação pode, em última análise, trazer entendimento, como era de se esperar numa estratégia de comunicação. Vai daí a existência de muitos problemas que colocavam em posições diferentes as lideranças, de forma geral.

A difusão de informação na base de modelo de informação pública desde o início do Séc. XX, de acordo com Grunig e Hunt (como citados em Kunsch et al., 2006) tem como características a partilha objectiva na base dos meios de comunicação. Portanto, entende-se que o uso dos meios, embora seja eficaz no alcance dos públicos desejados, acaba não sendo uma das formas mais eficientes quando se busca cooperação dentro da comunidade. Pois, no âmbito da cooperação, o diálogo serve de elo de ligação entre os que cooperam.

Assim, a despedida que indicava o fim do projecto “não foi saudável, pois já havia problemas na gestão entre eles, os gestores. Mas em caso de haver alguma informação nova

da parte do gestor, ele convocava uma reunião connosco líderes e depois voltávamos anunciar à comunidade” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021). A frequência dos encontros entre a gestão da vila e os líderes e, por outro lado, entre os líderes e a comunidade, dependia de cada caso e, em termos de orientação, que vai desaguar na forma como vai-se proceder para se atingir os objectivos traçados. Uma dinâmica que visava integrar os líderes nos processos para poderem acompanhar o desenvolvimento das acções, porém, excluía-se a comunidade.

Os encontros nos distritos têm acontecido no período da tarde pelo facto de se tratar de uma comunidade cuja actividade principal é agricultura que, por sinal, pratica-se melhor no período da manhã. É sabido a nível nacional que não há nenhum encontro com a comunidade que toma lugar se não no período da tarde, salvo se for o Presidente da República, cuja agenda inibe a que a comunidade se faça a machamba.

Este procedimento considera-se aceitável na medida em que pode ser considerado como sendo uma tentativa de se manter dinâmica e acessar a informação que devia circular nestes grupos, daí Briggs e Burke (2006, p. 261) considerarem importante que a informação tenha uma dinâmica desejada de modo a criar coesão social, chamando as pessoas a agirem por uma mesma causa.

É neste contexto em que se considera que o programa era muito falado, tendo em conta “o posto de saúde que lá no projecto havia, pois, ajudava a muitos residentes que estavam distantes dos centros de saúde distritais, mas que infelizmente também veio a falir com o declínio do projecto” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021). Bem como pode-se perceber que “uma parte dos que estiveram empenhados no projecto aquando da sua chegada encontram-se dispersos desde o declínio do próprio projecto” (Américo Machava, em entrevista a 22 de Janeiro de 2021).

Subjectivamente ou não, facto é que a forma como se entende em termos dos serviços avançados e que dão boa imagem à vila são entendidos de formas diferentes. Há quem diga que os serviços que foram aposta na vila são os de agricultura que, não sendo do interesse dos mais jovens, estes viram-se excluídos. Por outro lado, a falta dos serviços de saúde veio a ser sanado com a construção de um hospital a nível local, mesmo considerando-se a falta de medicamentos e outros serviços, o governo local tem dado apoio necessário.

Os programas trazidos pela vila são considerados significativos na medida em que se considera ter ajudado a resolver alguns problemas locais, mas em particular para as mulheres, porque mesmo agora que estou aqui a falar, pode existir alguém que tenha comprado para si uma máquina de costura e estar a se virar na vida, graças à formação cuja informação sobre teria escutado na rádio e por aí em diante. O bairro Samora Machel está, acredito eu, a colher bons frutos do que foram as Vilas do Milénio. Mas graças, em parte, ao trabalho realizado pela Rádio em concreto. (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

A circulação de informação a nível local tem obedecido a critérios rígidos. Considerando o pensamento de Schramm (1976) segundo o qual, a informação vai decaindo à medida que se caminha em direção à periferia, então, os níveis de fluxo de informação nesta vila é insuficiente. Insuficiente por ser uma informação manipulada pelos processos. Processos estes que identificam as regiões rurais moçambicanas e, por outro lado, porque os desejos políticos é que apenas circule informações disseminadas pelo governo.

É neste contexto em que se entende haver parceria de trabalho entre a rádio local e o governo que consiste basicamente em fazer com que a rádio seja convidada a participar e difundir todos os trabalhos do governo. Pois, há um maior interesse pela parte de governo em ouvir suas acções a serem discutidas dentro das comunidades, o que faz com que os serviços da rádio local neste distrito estejam ao serviço do governo distrital.

Por exemplo, ano passado, quando o presidente da República iria visitar o meu bairro, o governo do distrito convidou-me e anunciou-me e depois voltei, convoquei os meus subordinados e dei a orientação devida do que deveríamos fazer e nos comportar perante a visita do presidente da república. (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

C.Santos (2006) parte da ideia de que o meio rádio contribui na disseminação dos laços sociais e de solidariedade entre os diversos intervenientes, externos ou não, contribuindo na ampliação do capital social dessa comunidade (como citado em Lima, 2010). Ora, grande parte da comunicação entre os vários intervenientes sociais é feita na base de comunicados e/ou convite, o que limita a criação dos laços sociais de forma coesa.

O mais importante desta convocação ou informação prende-se com o facto de haver uma necessidade de adoptar-se uma postura diferente para impressionar o chefe do Estado

moçambicano, na sua visita ao distrito e não só. É nestes casos em que se justifica que a pertinência do assunto remete-nos à ideia do valor a que esse assunto é dado.

Entretanto, os líderes queixam-se de terem sido esquecidos pelo tratamento dado, tanto a nível do governo, assim como a nível da vila, considerando o projecto que dinamiza as lideranças locais, tendo de dar-se primazia aos assuntos destes. Pois, há momentos em que estes líderes devem percorrer longas distâncias na busca de soluções dos problemas locais.

Um dos aspectos deixados vazios pela vila do milénio foi não ter conseguido condicionar meio de transporte à semelhança de outros projectos trazidos, a exemplo da Visão Mundial, que facilita a deslocação dos líderes e torna mais dinâmica a sua participação na vida da comunidade. Isto porque as motorizadas existem, porém, não são de uso das lideranças locais. Pois, “acho que com motorizadas, se a nós os líderes oferecessem, as coisas estariam melhores ... nos facilitar na deslocação” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021).

Portanto, o sentimento é de que com o fim do projecto houve muito descontentamento pelo facto de os serviços da vila não terem conseguido trazer considerações novas que pudessem construir uma base de sustentabilidade a nível local. Casos há em que as queixas têm que ver com o material usado no projecto que não fora alocado nas mãos da comunidade, como era de se esperar, a exemplo do trator, que deve ser colocado no lugar “onde funcionava o programa, porque ainda existe e está alguém lá a tomar conta. Então, se o trator estivesse lá, iria facilitar muito a nós, pois poderíamos adquiri-lo a preços acessíveis para o trabalho à terra” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021).

Uma das razões que fizeram com que o governo do Japão não mais levasse a cabo o financiamento à vila de Itoculo foi a forma pela qual era feita a gestão de todos os elementos que fazem parte do processo do desenvolvimento da vila. Percebe-se que aqui houve um extravio do material usado e alocado em outros ambientes fora da vila. Hoje a comunidade de Chibuto ressentem-se da necessidade deste trator ser devolvido à comunidade como forma de dar continuidade aos trabalhos. Ademais, o grupo de Chibuto (em entrevista a 20 de Janeiro de 2021) deixou transparecer que o trator de que se fala como uma das máquinas que faziam dinamizar a vila deixou uma dívida ainda não sanada.

Portanto, entende-se que a vila criou na comunidade uma cisão aos laços sociais ora criados pelo facto de ter criado desentendimento no seio da comunidade. Conforme se pode entender em Mefalopulos (2008) ao avançar a ideia segundo a qual o diálogo cria novas oportunidades para resolver um problema e, por outro lado, estabelecer relações. A falta de diálogo em Chibuto abriu um espaço para que haja desconfiança e falta de entendimento, não só entre os líderes, mas na comunidade como um todo.

Entende-se assim, que os pressupostos que ditam boa convivência e que, consequentemente condiciona um bem estar social foi minado, levando a que as acções em comunidades fossem comprometidas. Entendendo Habermas (1984; 2003), a falta de entendimento distorce as visões de mundo e, por outro lado, condiciona a existência dos consensos baseados em acção estratégica que condiciona a que se alcance unidade entre os falantes (comunidade).

### **12.3.3. A comunidade de Chibuto e crescimento local**

Este grupo considera como fundamental a existência de meios de comunicação no distrito na medida em que proporciona um ambiente de paz e tranquilidade por poder garantir que as pessoas tenham uma ideia mínima sobre o andamento do país. Neste caso, considera-se que a situação de difusão de informação pública no distrito é “muito boa. Ainda não verificamos nenhum sobressalto quanto a isso. Tudo o que acontece a nível do distrito ficamos a par e a seguir fazemos chegar ao público” (Félix Júnior, Jornalista da RC de Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021).

No entanto, encontramos que o distrito é somente servido pela rádio local, com fraco sinal de televisão e, a internet não é de domínio de todos, em particular, se encontram excluídos a estes mecanismos de comunicação os adultos, contando-se que a comunidade é menos alfabetizada, com cerca de 70% de analfabetos, como mostram os dados do INE (2019). Outrossim, argumenta-se que nos últimos anos a situação do uso da internet, com destaque para os mais jovens, melhorou graças:

à chegada da Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto que montou wireless, daí, todo aquele que tivesse acesso à senha, usava. Até que o governo local, sendo um projecto nacional, montou o Wireless ou internet grátis no jardim da vila. Assim, qualquer

um que tiver um telefone que aceda à internet, estando numa região onde possa captar, faz o uso do mesmo. É gratuito. (Félix Júnior, Jornalista da RC de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021)

Preferencialmente ou não, sendo o meio rádio o único meio que serve a comunidade e a mais acessível, ela ganha mais importância comparativamente com, por exemplo, a internet na medida em que este último não é de domínio dos adultos e de quase 60% da população do sexo feminino, incluindo uma parte de jovens mulheres e crianças neste distrito. O meio rádio, considerado como sendo o que fornece uma comunicação alternativa, na visão de C. Santos (2006) auxilia na disseminação dos laços de solidariedade bem como contribui para a ampliação do capital social das comunidades (como citado em Lima, 2010).

Por isso considera-se que a rádio local “pelo facto de ser a única até aqui a operar, nós já conquistamos o público. Ainda que venham outros meios, digamos que a nossa rádio é a mãe.... Os adultos dificilmente usam as redes sociais” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021).

Um dos exemplos é de que sua capacidade de difusão acaba sendo assumido como o elemento essencial na partilha de informação. Daí afirmar-se que

eu gosto de escutar rádio.... Porque o rádio eu escuto onde eu estiver, desde que eu queira, mas televisão tu só vês aí mesmo de depois sais. Aqui em casa, por exemplo, desde sexta-feira até domingo, nem desligamos rádio. Até posso sonocar, mas o rádio está lá a funcionar, desperto, encontro o rádio no ar. (Verónica J. Muthevuye, moradora no bairro 25 de Junho, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021)

A maleabilidade do receptor de sinal de rádio cria condições para este meio seja universalmente aceite no distrito. Esta tendência mostra que os adultos nutrem paixão com o meio rádio dado ser um meio mais viável e de fácil acesso.

A rádio comunitária de Chibuto tem estado a desempenhar o seu papel e a garantir a que a comunidade fique informada em vários processos, daí considerar-se seu impacto positivo, conseguindo uma cobertura cujo sinal abrange outros distritos como Guija, Chókwè, Macia, Manjacaze, Xai-Xai e uma parte de Chidenguele. A capacidade de alcance do raio de cobertura do sinal de rádio neste distrito coloca a situação da circulação de informação local em outros lugares, o que significa que os assuntos abordados, em particular sobre a vila de milénio, são também ouvidos em outros lugares fora do distrito. Para

Schramm (1976), a circulação de informação é um factor significativo para tornar o conhecimento especializado e reforçar a forma como as pessoas tomam as decisões. Porém, mesmo considerando-se esta particularidade, ainda

há um trabalho de base a ser feito para que as pessoas não comprem apenas CD's para escutar, mas saibam também escutar a rádio. Que saibam que, por exemplo, para além de muitas outras notícias do nosso interesse, na rádio, também, vamos acompanhar o comportamento do tempo. Verificamos nos últimos tempos, o registo de temperaturas altas, a ocorrência de ciclones, é necessário que saibam que estas e muitas outras vamos acompanhar na rádio. Temos explicado, sim. Que a rádio é o elo de ligação. A rádio é o ouvido. É a vista imaginária das coisas. (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021)

O sentimento aqui é de que a capacidade de mobilização das pessoas por meio rádio é remota, embora C. Santos (2006, como citado em Lima, 2010) mostra que as acções deste meio preocupam-se com os contextos locais. Entretanto, no caso concreto de Chibuto, há a necessidade de adoptar-se novas estratégias como forma de chamar as comunidades a serem fiéis à rádio de modo a se maximizar os seus benefícios na comunidade, por um lado e, por outro, exortar o governo a não se apropriar dos seus serviços.

É neste contexto em que considera-se a comunicação como um fenómeno social importante em cada contexto onde ela for veiculada e dada sua importância na medida em que coloca a comunidade “a par dos trabalhos do governo... É por isso que deve existir um meio de comunicação para que sirva de elo de ligação” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021). A esta importância da comunicação, entende-se como sendo os casos em que há uma adequação *emissor-mensagem* referenciada pela Schuler et al. (2004), onde a coerência da mensagem coaduna com quem a diz e daí esta mensagem ter a capacidade de transformar o receptor.

Um dos sinais levantados que chama a atenção é que há um sentimento da parte do jornalista de que a rádio, como o meio de difusão de informação, é assumida como a que trabalha para o governo, como agente. Uma das razões é de que esta rádio está sob o controle do ICS, instituição que, como se percebeu no capítulo IX, serve de tutora de uma parte das rádios nacionais, incluindo a de Chibuto. O importante seria o jornalista dar seu maior apoio na capacidade de circulação de informação de forma geral e isenta, sem no entanto, assumir a

informação do governo como a mais importante e que ocupe, nesse caso, maior espaço de antena.

Isto porque, em Bokova, (em entrevista publicada no site das NU, Setembro de 2017), entende-se que fazer circular informação condiciona a criação de cidadania aberta e capaz de responsabilizar o governo em todos os seus actos. Ora, o facto de o governo do distrito de Chibuto se apropriar dos serviços da rádio tem a tendência de escapar desta responsabilização para além de fechar as oportunidades das comunidades.

Desta forma de proceder, a comunidade vai dar maior atenção a todos os processos de difusão pública. Pois, em caso de “desmando na comunidade, é normal que até mesmo antes do governo saber e/ou intervir, seja a população a contactar a rádio e nós depois vamos até lá com as autoridades competentes” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021). Este é um sinal de que a comunidade confia no meio que nas instituições de justiça. Por outro lado, entende-se que as comunidades não só querem ouvir, nestes processos a voz do governo, mas também as outras vozes, sobretudo as mais excluídas e as da oposição que se formaram depois do multipartidarismo, como mostram autores como Augustin (2013). Pois, a diversidade de vozes cria, no seio da comunidade, um sentimento de inclusão, mesmo aos que se sentem excluídos.

A situação da vila em tanto que posição que ela ocupa não é das melhores na medida em que a comunidade não dá importância aos seus recursos materiais, pois, por um tempo fora vandalizada pela comunidade. Portanto, estas informações sobre vandalismo “diziam que roubaram painéis solares lá.... Já ouvi também que tem machambas, mas se tais machambas pertencem à vila ou não, não sei” (Edna Nacodá, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021).

Portanto, recebe-se informação sobre a vila em questões negativas. Ora, a negatividade deixada transparecer é pelo facto de o projecto não se comunicar, tendo acabado por ser mal falada, o que prejudica a sua imagem. Neste caso, embora não seja algo negativo que afecte a vila de milénio, facto é que a sua falta acabou criando aspectos negativos a outras entidades locais.

Portanto, o roubo a que Edna Nacodá se refere podia ter sido evitado pela comunidade se o aparecimento da vila tivesse sido por consenso. Pois, em Habermas



(1989b), entende-se que os consensos, resultantes em uma conversação, proporcionam um ambiente saudável para que outras acções sociais se desenvolvam. Seria uma forma de a vila buscar parcerias especiais de acordo com o contexto, mesmo não podendo acrescentar valores, mas que seja estratégico na medida em que a comunidade serviria de agente protectora, no sentido de ‘esta vila é nossa e tudo o que ela cria é nosso’, uma forma de a comunidade se apropriar da vila e dos seus serviços.

O valor da comunicação mede-se, não pelo seu simples impacto, mas pela capacidade de ela poder fazer parte da comunidade. Entretanto, mesmo que de forma tácita, a comunidade deposita sua maior confiança na rádio, porém, a rádio valoriza a informação que circula, mesmo se considerarmos o desequilíbrio das vozes.

Portanto, considera-se que é através desta difusão pública de informação que a comunidade conheceu a vila do milénio de desenvolvimento de Chibuto por ter sido difundida informações sobre a sua chegada ao distrito, mesmo que de forma parcial.

Aquando da chegada do projecto no distrito, primeiro, fez-se um trabalho para o seu conhecimento. Foi através da rádio comunitária de Chibuto.... A meu ver, o projecto, entre outros, interessava mais os adultos. O que eu notei que não houve foi a mobilização social através de megafones, enquanto eu penso que de todos, este método é o mais abrangedor. (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021)

Epah, não quero mentir para si, meu senhor, detalhes sobre esse projecto não estou em altura de dar pois ele esteve a operar por muito quando eu me encontrava a residir em Namaacha e cá só voltei para vir cuidar do meu marido que já adoecia e esse programa já tinha entrado em declínio, por aí 2016, 2017, foi quando eu voltei a Chibuto. Os que estão muito abalizados sobre esse programa são os do bairro Samora Machel pois é onde havia sido implementado. Nós cá os 25 de Junho só vamos até lá para ter uma parcela e poder produzir o bocado que podemos e nos ajuda aqui em casa. Mas de onde tudo surge e onde tudo termina, sinceramente falando, não sei. (Verónica J. Muthevuye, residente na vila de Chibuto, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021)

“Apenas sei que é um projecto que estava ligado à produção agrícola, albergava lá um hospital, que tinha em vista ajudar na redução da pobreza, só isso” (Alegria Macuácuá, membro da comunidade e residente, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021). Um bom projecto considera-se aquele que mesmo com o seu fim as pessoas continuam a levantar

debates que abonam a sua imagem, o mesmo não acontece com a vila do milénio de Chibuto, onde com o fim, parece ter passado ao esquecimento.

Na apresentação do projecto, percebeu-se que ele foi desenhado para responder aos interesses dos adultos pela ideologia que a identifica. Considera-se que os mais jovens não estão muito atentos e nem preocupados em desenvolver actividades agrícolas, mas sim preocupam-se com o comércio e actividades de outros sectores. Porém, as actividades da vila, ao que se constata no distrito de Chibuto, é que estavam concentradas na área da agricultura. O saneamento do meio, educação e saúde foram assumidas como áreas transversais, daí o fraco desempenho e dedicação nesses sectores.

Ora, para que a comunidade adira, com particular destaque os jovens que se mostram desinteressados, uma das estratégias que deve ser adoptada é a sensibilização das pessoas sobre a importância de se engajarem nas actividades implementadas pelo projecto. Por exemplo, “recentemente, sensibilizaram aos residentes para que pudessem ir às reuniões que teriam como fim a aquisição de uma parcela nessas baixas onde cada um pudesse produzir as verduras básicas. Eu é que nunca participei das reuniões” (Alegria Macuácuá, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021).

A estratégia de comunicação usada na vila de Chibuto é acompanhada por um conjunto de promessas que servem de chamariz para as comunidades. Porém, é uma estratégia muito pouco eficaz na medida em que tem maior probabilidade em criar frustração nas pessoas, pois, o que se promete nem sempre se consegue fornecer. Portanto, uma estratégia, na visão de Schramm (1976), deve colaborar para a mudança efectiva, onde a comunicação deve ser usada para unir as comunidades isoladas.

Na maior parte dos casos é que as promessas feitas beneficiam as minorias, pessoas que estão mais próximas às lideranças locais tradicionais, religiosas ou do governo local. Entende-se que a integração da comunidade nos projectos visa apenas justificar a massificação em termos de presença como forma de se justificar o interesse no momento da implementação do projecto, que se resume na integração comunitária.

O acesso aos serviços prometidos é percebido por poucas pessoas, em particular dos que se beneficiaram do projecto e, os que não se beneficiaram têm dificuldades em dar suas opiniões sobre o assunto. Portanto, há, neste caso, uma negação dos processos de

comunicação na vila do milénio do desenvolvimento de Chibuto se olharmos pela forma como a comunicação é feita. Esta negação é entendida em Habermas (2003) como sendo a que exclui, de forma implícita, a participação comunitária nos processos de tomada de decisão.

Neste contexto, o papel da vila do milénio no desenvolvimento local considera-se incipiente na medida em que sua implementação no distrito não procurou identificar todos os problemas de modo a incidir suas acções na resolução destes. Consta-se ainda a fraca capacidade em dinamizar processos de desenvolvimento local na medida em que se entende que o projecto apenas serviu para dar emprego a “alguém por um tempo, durante esse tempo, essa pessoa teve, dali, o seu ganha-pão e isso é muito bom. Foi muito importante” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021). A esse indivíduo refere-se ao gestor da vila a nível do distrito que, por sinal, era um membro da comunidade, emprestado aos serviços governamentais.

Ora, os procedimentos de valorização e boa imagem da vila são assumidos não pela conquista do espaço por parte desta, mas sim pelo que ela faz nas pessoas, fornecendo emprego e outras condições antes inexistentes. A capacidade de empregabilidade deve ser medida pelos impactos que o projecto cria em termos de capacidade de responder aos problemas identificados, muito em particular, para os jovens de ambos os sexos, mas colocando em primeiro plano o sexo feminino, considerado o mais excluído em vários processos a nível do país.

É neste contexto em que se chama atenção aos fazedores de comunicação a nível nacional que, entendido em Massoni (2007, 2008), o processo comunicativo nas vila deve ser feito de forma estratégica onde o fim último seria o de trazer a comunicação como espaço de diversidade sociocultural de modo a que a comunidade possa caminhar de forma unida e, por outro lado, fazer com que, a rádio local, como nos mostra Vicente (2009), seja usada como instrumento de mudança. Pois, os meios de comunicação de massa são considerados os que mais trazem unidade na sociedade, tendo de capacitar as pessoas a lutarem e a se preocuparem pelos seus direitos fundamentais.

Na comunicação o que conta, no contexto do uso das RCs, em particular, é o conteúdo, feito pelos locais para servir aos locais, o que significa trazer à comunidade uma informação contextualizada de modo a responder aos problemas locais. Ora, na maior parte

das vezes, nos contextos comunitários, o desenquadramento das mensagens é evidente condicionado pela (in)capacidade dos meios locais em produzir conteúdos de forma local. Isto é, “os conteúdos já vinham desenhados. O nosso papel era apenas de garantir que tudo estivesse ao nível da linguagem do nosso público. Traduzimos à nossa língua local, Xichangana” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021).

Os conteúdos empacotados mostram uma das fraquezas da rádio em produzir conteúdos, por um lado e, por outro, mostra que os parceiros da rádio apenas estão preocupados em responder aos seus objectivos e justificar os fundos dados no âmbito das suas parcerias, não que há um interesse de facto, de querer ajudar a comunidade em certos aspectos virados à comunicação, elemento principal para influenciar na mudança de comportamento, condicionando ao bem-estar social.

Em termos de língua e/ou linguagem dos programas considera-se fundamental a sua transformação, porém, é muito importante que se desenhe programas a nível local tendo em conta o contexto local, como forma de, segundo indica Durkheim (como citado em Sousa, 2006), as línguas conduzirem a uma consciência colectiva, o que dá muita vantagem às RCs. Um programa que é desenhado olhando aos contextos locais tem maior probabilidade de ter efeitos desejados que um importado, mesmo assegurando-se os problemas linguísticos. A questão linguística caminha em paralelo com os factores culturais, onde, Berlo (1960), no seu modelo comunicativo reforça a importância da interpretação, como complemento fundamental da descodificação. Daí a necessidade de não só os profissionais de comunicação se preocuparem com a língua mas com outros factores que interferem na percepção e aceitação das mensagens.

Refira-se que a informação feita circular na introdução da vila pela rádio local tinha que ver com aspectos formais para que a comunidade saiba da sua existência, ao que se entende ter havido uso do modelo de difusão pública caracterizado, de acordo com Grunig e Hunt (como citados em Kunsch et al., 2006), por disseminar informação de forma objectiva usando os meios de comunicação social.

A informação dada pela vila na sua chegada no distrito foi fraca, pois, mesmo que alguns afirmem terem recebido ou ouvido através do meio rádio ou ter ouvido nas reuniões

convocadas pelo governo, há quem afirme que “eu não cheguei de ouvir” (Alegria Macuácuá, membro da comunidade e residente, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021).

Ora, se as pessoas estão sempre na comunidade, vivem na comunidade e todas as suas acções gravitam em torno da comunidade, então, considerar que a vila não se valoriza por não valorizar a comunicação e os impactos que dela podem advir, seria uma forma de justificar a necessidade premente de a vila se dar maior valor, valorizando os mecanismos da comunicação, os quais são considerados fundamentais para a apreciação, não somente dos serviços, mas também da vila.

Portanto, em Schramm (1976), entende-se que valorizar comunicação é sinal de reconhecimento do que ela pode fazer nos contextos sociais, particularmente sobre desenvolvimento, tendo que se apoiar em uma estratégia que motive a comunidade a se engajar nos diversos processos de desenvolvimento. Pois, a imagem que a instituição deve ter no fim de um processo, neste caso, a vila, deve ser criada pela forma como ela se posiciona dentro da comunidade, valorizando, por outro lado, a própria comunidade.

Portanto, pode-se considerar que o poder da comunicação na vila do milénio de Chibuto é significativamente reduzido e esgotado, o que determina o enfraquecimento dos seus serviços, tornando-os insipientes, mesmo se considerarmos a sua importância. Pode ser neste contexto em que se verifica que uma parte da comunidade, mesmo dentro dos que se beneficiaram dos serviços, não valorizarem, por exemplo, o sistema de irrigação construído pelo CITT no âmbito da parceria e criação de condições sustentáveis dentro da vila. Ou considerar-se a fraca capacidade do sistema em servir a toda a comunidade.

O entendimento é de que as pessoas dentro da comunidade não usam o sistema de irrigação porque não a valorizam pelo facto de ser resultante da parceria com o CITT não que a comunidade criou condições de forma local para que este sistema seja desenvolvido. Portanto, há aqui a não valorização dos serviços implementados dado terem sido implementados sem incluir a vontade popular sobre os moldes pelos quais deveriam ser implementados.

Neste âmbito, pode-se questionar o mecanismo através do qual as pessoas passaram a saber da existência da vila em Chibuto, como um projecto que fora implementado para ajudar o desenvolvimento local. Uma das respostas encontradas é que foi “através das pessoas. Eu,

por exemplo, ouvi através de uma vizinha” (Alegria Macuácuá, membro da comunidade e residente, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021).

Ou seja, a comunidade, pelo que se percebe, teve conhecimento da vila pelos rumores. Os rumores sobre a vila podem ser entendidos como ausência de estratégia de comunicação que, segundo Massoni (2008), deve desabrochar de um princípio que ajuda a compreender as soluções do problema através do contributo de cada actor social. Considerando esta forma de aceder à informação, pode-se considerar que a vila não sabe comunicar, pois, nos processos comunicativos, como se pode perceber em (Fisk, 2001), ela ignora as relações sobre as pessoas. A vila ignora os mecanismos mais eficientes de fazer valer a sua existência dentro da comunidade de Chibuto.

Esta forma de comunicação não busca equilíbrio entre os intervenientes no processo, vai daí a abordagem dessa comunicação estar virada para dar respostas sobre o que seria “a vila do milénio, onde se localizava, entre outros detalhes. Realizamos entrevistas com os pontos focais do projecto. E chamamos a atenção dos ouvintes nos programas antecedentes a acompanharem o programa X sobre as vilas do milénio à hora Y” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021).

Por outro lado, há um entendimento de que dentro da comunidade o projecto vilas do milénio seja o único a operar no distrito, isto é:

o único projecto que eu conheço aqui é este das vilas do milénio. Isto até porque o meu marido ainda em vida, tinha um posto de saúde lá. E como há um amigo dele que ainda vem aqui em casa, em caso de já ter havido um outro, teria nos informado, mesmo nas reuniões já teriam nos dito. Não há outro que eu conheça ligado a isso. (Verónica J. Muthevuye, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021)

“Falavam na rádio, só que estás a ver quando ouves algo sem que a tua atenção esteja lá? É o que acontecia comigo” (Alegria Macuácuá, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021). A falta de atenção sobre a vila bem como nas informações que passam referentes à vila prende-se com o facto de ela não ter dado valor à comunidade e sim valorizar mais os serviços, mesmo se considerarmos que esta comunidade, pela sua característica, preocupa-se mais com os serviços que com a informação.

Entretanto, o conhecimento geral do que seja a vila não é de domínio de toda a comunidade, pois há quem diga que “já ouvi falar, mas não sei o que fazem lá, não sei onde fica” (Edna Nacodá, Professora da escola secundária local, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021). Várias questões podem ser levantadas sobre a forma como a vila se posiciona na comunidade até ao ponto de seu desempenho ser considerado fraco. Um dos aspectos fundamentais é que a estratégia da comunicação usada no âmbito da implementação do projecto foi fraca.

Ora, chamar ou convidar a comunidade a se integrar nesse processo não era para avaliar junto a ela as estratégias a serem definidas na implementação do projecto de desenvolvimento, mas sim para confirmar o início de actividades que, como se percebe, a comunidade não tinha nenhuma informação sobre quais projectos devem ser levados a cabo e, saberem de que forma o projecto vai ajudar na resposta aos diversos problemas.

Este facto influenciou a uma percepção de que a comunidade tinha muito interesse no projecto, porém, o decurso das actividades foi mostrando que a comunidade, na sua maioria, não dá importância na medida em que muitos equiparam o projecto às antigas aldeias comunais. A comparação que se faz com as aldeias comunais antes da independência deve-se ao facto de, como indica Araújo (1988), haver promessas que não eram cumpridas, o que criava um sentimento de frustração entre os aldeões. De referir que neste distrito encontram-se muitas pessoas que viveram em aldeias comunais criadas no âmbito das cheias do rio Limpopo.

Considera-se que a falta de interesse é que no início do projecto “as pessoas viam com o olhar de ganhar alguma coisa” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021). Com o tempo este interesse foi frustrado, por isso as pessoas, pouco-a-pouco, foram se afastando. Por outro lado, o outro aspecto que caracteriza o comportamento das comunidades moçambicanas no contexto da implementação dos projectos é o facto de elas esperarem ganhos em termos monetários, como se pode constatar.

Felisberto Massinga (categoria dos especialistas em comunicação, em entrevista), mostrou claramente que no âmbito do desenvolvimento de actividades no contexto do seu trabalho as pessoas questionavam sobre os ganhos a terem ao participarem nos processos a que são chamadas. Portanto, mais do que os ganhos monetários, a comunidade, por um lado,

não percebe, em muitos casos, que os ganhos nos projectos não são monetários, mas pelo facto de a sua implementação ser feita na base de uma conversação com o beneficiário onde se avaliam as necessidades.

A capacidade da rádio local em manipular os contextos de modo a ser capaz de produzir conteúdos sobre a vila que respondam aos interesses locais foi minada na medida em que “nós apenas recebíamos os conteúdos e já traçados até” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021). Uma confirmação da recepção de conteúdos desenhados fora do contexto da comunidade.

Estes conteúdos têm maior chance de não criarem impactos positivos, como era de se esperar, mesmo considerando-se que o posicionamento da comunidade em relação à rádio local era positiva, porém, aparente na medida em que pode se entender que as mensagens importadas não incluíam a comunidade que recebe como uma forma de compreender o que os circunda. Pois, a produção de conteúdos de forma externa à rádio limita o grau de autonomia dos jornalistas (Sousa, 2006) e, conseqüentemente, dificulta as transformações sociais.

O relacionamento da rádio local com o Governo distrital é considerado significativo. Significativo porque o governo local não incita nenhuma acção sem que chame a rádio ao seu benefício. Significa que a rádio local tem estado a servir de papel de relações públicas do governo local, assumindo que, como se afirma “não há nenhum evento que o governo realiza sem antes ter convidado jornalistas. E ainda mais, só para ver, o governo traz até nós o seu plano semanal” (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021).

O governo local, apercebendo-se da importância da comunicação dos seus actos na comunidade, aparece como sendo o sujeito que ocupa maior espaço de antena, pois, há uma parceria com esta rádio através do ICS, tutora da rádio. Daí o jornalista considerar as relações entre a rádio e o governo uma relação saudável. Saudável porque, por outro lado, o governo não cria nenhum mecanismo de pressão sobre a rádio assumindo que este faz o trabalho devido e ajuda a responder aos seus interesses à semelhança das rádios geridas pelo FORCOM.

Portanto, comunicar-se com a comunidade, tem sido um processo quase que remoto considerando que os contactos com a comunidade não são feitos na base dos meios e/ou com



uma frequência definida, mas sim de forma ocasional como forma de medir o pulsar das relações e integração comunitária nas definições feitas e trazidas à comunidade pelo governo.

No entanto, considera-se a mobilização dos actores através dos meios como sendo uma estratégia que visa trazer as comunidades às acções governamentais no distrito, onde se procura atingir as comunidades mais longínquas a partir do que em Neves (2009) se subentende como sendo uma forma de criação de igualdade entre centro e periferia, assumindo o centro como sendo os lugares que tem a capacidade de trazer a si todos os ganhos e condicionar desenvolvimento, diferentemente da periferia. No caso concreto, esta mobilização pode ser considerada como sendo uma forma de, segundo Obregón (2014), se criarem condições estratégicas para fomentar a pluralidade de vozes perante os modelos de desenvolvimento. Pois, esta forma estratégica pode ser considerada como sendo o uso de megafones:

porque este meio vai chegar até onde mesmo a rádio, a televisão não chegam. Olha, para sintonizar a rádio é necessário que a pessoa tenha o aparelho, televisão envolve mais custos até. Nesta questão, vamos olhar para os cidadãos de baixa renda, que ao amanhecer só conseguem dinheiro para comprar pão e 1kg de farinha para o jantar, já pergunte-se se estes terão dinheiro para comprar o aparelho? (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021).

O uso dos megafones pode ser considerado como mecanismo para resolver problemas de acesso à informação útil. Pois, há, nas comunidades, pessoas/famílias que não têm acesso do meio rádio por exigir condições que não são do seu nível social, mesmo considerando-se o meio mais barato. Esta estratégia é muito significativa na mobilização das comunidades pelo facto de conseguir penetrar em lugares não planificados o que passa a conferir à comunicação uma eficácia consideravelmente sustentável. Entretanto, os megafones não ajudam a medir o pulsar da comunidade sobre as acções implementadas pelo governo pelo facto de trazerem uma comunicação de forma descontínua.

A nível dos fazedores da comunicação no distrito a satisfação ainda não é plena devido a vários factores de ordem financeira que vai comprometer o funcionamento da rádio. Daí ser preciso:

fortificar-se os equipamentos. Por exemplo, quando chegam as calamidades, queríamos que os ouvintes ficassem a par de tudo, mas não é possível fazer isso porque o equipamento X

e/ou Y estão estragados. E também o elo de ligação do meio e o governo, quanto à passagem de informação. Não diria mudar, mas fortificar-se ainda mais e/ou melhorar-se cada vez mais, pois o caminho é a frente. (Félix Júnior, 20 de Janeiro de 2021)

Entendendo o significado de partilha de informação na perspectiva da Schuler et al. (2004) como o centro de estabelecimento das relações entre os envolvidos no processo, então, torna-se pertinente neste contexto que a comunidade seja parte do processo, podendo ser ouvida e dada espaço para que a comunhão em todos os processos seja efectiva, influenciando no alcance dos benefícios a todos os envolvidos no contexto do desenvolvimento local, influenciando na democratização da comunidade.

A democratização da comunidade prende-se com o facto de esta poder assumir a liberdade de imprensa como dado adquirido e fazer uso dela em todos os processos que influenciam na tomada de decisões. Ora, é importante que o governo envolva a comunidade em alguns processos de tomada de decisão, que em Massoni (2013, como citada em Bittencourt, 2017) deve, impreterivelmente, ser feita na base da comunicação. O uso da comunicação de forma estratégica condiciona o desenho de conteúdos de forma local, fazendo com que o distrito seja alcançado, permitindo maior alargamento das actividades da rádio.

É importante ainda que o equipamento em uso na rádio comunitária de Chibuto e, em particular as tuteladas pelo ICS sejam suportadas pelos agentes locais e pela comunidade que, em forma de taxa, a comunidade paga nos mercados e em outros serviços, assumindo que, economicamente, o distrito é economicamente fraco. Isso vai ajudar com que a ligação entre a rádio e a comunidade não seja separada tendo em conta que a existência de um condiciona um bom ambiente para o desenvolvimento do outro.

É neste contexto em que Weber (1973) argumenta sobre a acção em comunidade que pauta pela observação dos interesses e busca dos objectivos individuais para satisfazer um grupo. Nos argumentos deste autor entende-se que a acção em comunidade visa estabelecer relações sociais a partir da partilha de valores que determinam e/ou orientam o grupo. Pois, as acções das pessoas em comunidade são, de certa forma, orientadas por padrões que tomaram espaço no passado, daí, estes grupos comunitários recorrerem aos ancestrais na busca de soluções de certos problemas ou males sociais.

#### **12.3.4. Os impactos dos serviços alocados na vila do milénio de Chibuto**

Na categoria dos beneficiários foram identificados como informantes duas senhoras que se beneficiaram do projecto vilas do milénio aquando da sua implementação. Volvidos 15 anos após o início da vila do milénio de Chibuto, identificar esta categoria foi um tanto quanto difícil pelo facto de, por outros factores, se encontrar em outros lugares. Nesta categoria pretendia-se ajudar a perceber o impacto criado pelos serviços e a forma pela qual esses mesmos serviços são fornecidos pela vila do milénio a nível local. Tomamos como beneficiários os que directamente tiveram suporte da vila no desenvolvimento e implementação dos projectos individuais e/ou de grupo. Olhando ao início da vila em 2006, as dinâmicas criadas ao longo do tempo, tendo em conta o período estipulado de cinco anos, são suficientes para a sua análise.

Na comunidade de Chibuto a vila do milénio do desenvolvimento no distrito orientou a sua integração na base da agricultura como um dos pilares capazes de *per si* condicionar a sustentabilidade na comunidade. Ao que se entende, os outros serviços como saúde, educação e água e saneamento do meio não tiveram o mesmo peso no âmbito da vila do milénio. A sustentabilidade resulta do facto de a comunidade ter condições criadas de forma local a exemplo de terras extensas, embora não muito férteis, na base da irrigação foi considerado oportuno desafiar todos os factores adversos.

A implementação do projecto na vila obedeceu a critérios formais, partindo da ideia da existência do governo local como a base do poder. Esta base orientou suas acções tendo como sustentáculo encontros regulares feitos pelas lideranças locais como forma de chamar a comunidade a aderir no empreendimento alocado.

Neste contexto encontram-se discussões feitas com os beneficiários do projecto, moradores do bairro Samora Machel, lugar onde foi implementado o empreendimento ‘vilas do milénio’. Os utentes directos do projecto, afirmam que a chegada da vila foi informada através de reuniões. Isto é, a informação disponibilizada foi de que “aquele era um projecto a chegar aqui no distrito com o propósito de incentivar a produção agrícola comunitária.... Eu não sabia que cultivar a terra tinha técnicas, mas com aquele projecto foi possível saber e

aprendemos muito” (Henriqueta Francisco Sitóe, beneficiária dos serviços da vila do milénio, residente na comunidade Samora Machel, em entrevista, 2 de Fevereiro de 2021).

Estas reuniões serviram de suporte para que fosse possível a identificação dos possíveis beneficiários tendo em conta as necessidades de cada um. Por outro lado, pode-se entender estas reuniões como forma de partilha de informações, hábitos das reuniões rurais moçambicanas. Entretanto, a informação geral sobre o conhecimento da vila foi feita usando vários tipos de meios na comunidade. É importante referenciar que a imagem da vila foi passada pelos meios de transporte trazidos pelo projecto como o caso do camião e trator, pois considera-se que foi “através dele ou da sua movimentação até que acabamos tendo corrente eléctrica” (Marta Macome, beneficiária dos serviços da vila do milénio, residente na comunidade Samora Machel e chefe do processo de recrutamento do pessoal para se beneficiarem, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021).

Ora, os beneficiários e/ou a comunidade não chegou a ser informada que o projecto vilas do milénio tinha como política fornecer ferramentas pelas quais devia se apropriar como forma de aprendizado para garantir sustentabilidade de forma local, pois, a vila tinha tempo determinado para dar seu suporte e assistência.

Com a chegada da vila na comunidade, esperava-se, do lado dos financiadores e gestores, que a comunidade tirasse benefícios a médio prazo como forma de mostrar seu trabalho com vista a que se tire o máximo proveito do conhecimento local aliado à ciência. Porém, entende-se que o plano não surtiu efeitos desejados na medida em que a comunidade não esperava que a vila chegasse ao fim.

Os ganhos da comunidade, influenciadas pela falta de informação na vila, condicionaram a que ela não soubesse que a vila é um projecto com um tempo determinado. No entanto, alguns encontros eram mantidos, porém, somente para abordar sobre algumas necessidades que se tornam problemáticas para a comunidade, “todavia, ainda não vi nenhum desses pedidos materializados” (Henriqueta F. Sitóe, em entrevista, 2 de Fevereiro de 2021). A negligência do governo e/ou do projecto vilas do milénio em dar uma satisfação acabou pesando do lado do projecto pelo facto de os envolvidos, com o passar do tempo, perderem vontade de participar.

Para este grupo de informantes, a chegada do projecto vilas do milénio no distrito foi anunciada na comunidade como sendo o que:

vinha para ajudar a população local. Ajudar no sentido de as pessoas trabalharem para este projecto e eu lhe retribuir por isso, mas isso não aconteceu plenamente por falta do devido empenho da nossa parte, por isso, o que se chegou a ter como ganho vivo é a obtenção de machambas. (Marta Macome, 2 de Fevereiro de 2021)

A falta de empenho e dedicação na vila é associada aos protestos pela parte da comunidade por dois motivos ora identificados. O primeiro prende-se com o facto de a comunidade perceber que o maior benefício não vai a quem trabalha a terra, mas para outros fora do contexto da vila, embora não identificados. O segundo motivo prende-se com o facto de uma parte da comunidade de Chibuto ter experimentado a vida nas aldeias comunais onde a vida em comunidade era feita em moldes socialistas e que a produção, no fim, era levada para outros lugares como política de desenvolvimento adoptada nesse período.

Portanto, é compreensível esta atitude da comunidade pelo facto das experiências vividas serem as que determinam o comportamento futuro. Os que tiveram experiência das aldeias comunais afirmaram que os ganhos tidos nos trabalhos da agricultura não justificam os esforços empreendidos.

Com a chegada da vila no distrito, um dos objectivos era fazer com que se partilhasse o conhecimento científico e técnico com a comunidade local para influenciar a “produção agrícola e não só. Chegou com o propósito de enriquecer a produção, mas empregando pessoas para trabalhar no seu seio” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Esta é uma das acções incontestáveis da vila e pela qual se tem orgulhado. Porém, foi difícil avaliar até que ponto foi possível conciliar o conhecimento local com o conhecimento técnico, pois, estes dois se confundem, para além de não se perceber ao certo o que seria conhecimento local e o que seria conhecimento técnico-científico e onde se cruzam.

Por outro lado, parte-se da ideia de que a comunidade não tem conhecimento técnico para a produção agrícola, mesmo considerando que “houve muita produção por parte deste projecto que proporcionou diferentes ganhos” (Marta Macome, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021). Os projectos de desenvolvimento ou de produção de bens de primeira

necessidade no distrito de Chibuto são considerados como a vanguarda pela qual parceiros diferentes aparecem com intuito de darem apoio às comunidades necessitadas.

Os planos de desenvolvimento trazidos pela vila do milénio de Chibuto serviu de oportunidade para as comunidades verem seus problemas e pedidos respondidos, pois, antes estes não tinham uma resposta directa vinda do governo. Nos encontros havidos durante a vigência da vila a comunidade fez seus pedidos de modo a que possa ter apoio de vária ordem como electricidade e:

meios de irrigação porque plantávamos, mas por falta de irrigação, a nossa produtividade não saudável. Só demorou, mas houve um tempo onde se abriu uma fonte de irrigação.... A pessoa planta e paga um valor a eles para a irrigação das suas plantações, e finda a época, a pessoa colhe o que é seu. (Marta Macome, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021)

Uma das satisfações da comunidade foi a implementação do sistema de irrigação, pese embora não ter sido da resposta do governo e, não estar a beneficiar a maioria da comunidade que continua ainda dependente da chuva e da busca de água nos rios e poços. Embora tenha resultado de um projecto financiado pelo governo e seus parceiros estratégicos para ajudar a comunidade rural há, no entanto, um valor que é cobrado para o uso deste sistema de irrigação, porém, este valor não é conhecido pela gestão do CITT a nível central. Portanto, este elemento remete-nos ao conceito de sustentabilidade do sistema de irrigação, o que deve ser aplicado em todas as vilas como forma de ver as acções da vila a darem frutos de forma ininterrupta.

A avaliação feita evidencia o esforço do governo, através da vila, em responder aos pedidos da comunidade que pode se enquadrar no âmbito da participação comunitária na definição de prioridades para se diminuir os sinais de pobreza através de vários meios locais. A interpretação na base do pensamento de Habermas (2003) é que os diálogos empreendidos serviram de elo de ligação entre as partes envolvidas e, mais do que nunca, as poucas oportunidades de a comunidade ser ouvida teve espaço no contexto do aparecimento da vila no distrito. Pode-se afirmar, assim, que a ação comunitária em Weber (1973) na busca de soluções locais teve seu êxito.

Entretanto, como se observou neste distrito, as necessidades a que são referidas e que deviam ser entendidas tem que ver com aspectos técnicos e/ou científicos. O conhecimento

local vem sendo aplicado mas sem nenhuma técnica devido à falta de condições destas comunidades. Os parceiros, neste caso, visam proporcionar conhecimento científico que possa aliar a técnica e o saber local para o bem da comunidade. Assim, considera-se que a técnica aplicada e partilhada com a comunidade não tem sido suficiente em termos de sustentabilidade, pois, o fim do projecto condiciona o fim do uso dessa técnica. A exemplo do sistema de irrigação que fora a aposta fundamental das vilas do milénio onde foi visível que, na vila de Chibuto, uma parte da comunidade continua a buscar água para a irrigação usando baldes.

É importante observar que dos integrantes da vila pela parte da comunidade e/ou do governo “que trabalhavam na gestão financeira desapareceram. Naquelas machambas só ficamos nós que trabalhávamos a terra naquela altura em que o programa funcionava” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Ao longo dos cinco anos entende-se ter havido mecanismos de partilha de conhecimento e ganhos da parte da comunidade pelas dinâmicas que a vila havia criado. No entanto, o problema do abandono da parte de alguns gestores com o fim do projecto sugere a uma ideia da falta de sustentabilidade e, por outro, da falta de apropriação em termos de acções levadas a cabo para o desenvolvimento da vila do milénio, o que nos ajuda a entender os motivos pelos quais os projectos no contexto moçambicano não serem continuados quando o financiador se retira do projecto.

“Nós apenas produzíamos e depois da colheita, víamos a nossa produção a ser comercializada pelos responsáveis” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Esta afirmação obriga-nos a questionar se as actividades desenvolvidas visavam tinham em vista proporcionar algum ganho ou benefício directo aos gestores da vila ou aos beneficiários? Ou era uma forma de ensinar as formas de produção? Entende-se que esta prática não era geral nesta vila, pois, uns afirmam que os ganhos da machamba eram de uso particular e outros não.

A ser verdade que os gestores se aproveitavam do trabalho das comunidades, então, é de considerar a parte negativa das acções da vila. Pois, percebe-se que a vila não foi projectada para condicionar um bem-estar social e sustentável à comunidade mas sim criar um bem-estar aos gestores, daí o sentimento de ser um projecto similar às aldeias comunais que, a meio da sua implementação, parte da comunidade abandonou.

Ora, as reuniões com a vila podem ser consideradas particulares, olhando ao nível do envolvimento e comprometimento com os beneficiários. Estes encontros regulares visavam dar monitoria aos que se envolvem em todos os processos como forma de atingir resultados satisfatórios e sustentáveis.

Portanto, o fim do projecto trouxe alegria aos beneficiários na medida em que se considera que “agora, nós trabalhamos aquela terra, plantamos, irrigamos as plantações e no momento da colheita, cada um faz a gestão da sua própria colheita” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Contrariamente à ideia anterior segundo a qual os envolvidos no programa tinham poucos benefícios, com a descontinuidade do projecto deu-se um salto significativo que resultou na apropriação dos benefícios pelos trabalhadores directos. Ou por outras, as pessoas ganharam um incentivo para continuarem a trabalhar e produzir. Esta forma parece dar vantagens à comunidade por ser a que fornece sustentabilidade a nível local.

Apesar de aparecerem muitos investidores no distrito, considera-se que “agora não temos nenhum projecto.... O trabalho é por nossa vontade” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Portanto, o não aparecimento de novos projectos e que ocupem o lugar da vila deve-se a factores conjunturais e que determinam em grande medida a aproximação da comunidade para aceitar projectos que vem de fora. Por outro lado, é que estes projectos têm um cariz exploratório e que, na base disso, a comunidade sempre se encontra na posição inferior na tomada de decisão sobre o andamento do projecto.

Hoje, as actividades desenvolvidas pela comunidade ajuda a uma avaliação sobre as condições pelas quais a vila do milénio de Chibuto vinha trabalhando e na sua relação com a comunidade. Percebe-se, mais uma vez, que ao longo da sua vigência, os gestores tiravam muitos benefícios em comparação com a comunidade. Pode-se considerar como sendo um dos elementos que fez com que a comunidade não aderisse a este projecto por ter passado as mesmas dificuldades ao longo da vigência das aldeias comunais.

Com a saída da vila do milénio em Chibuto o CITT transferiu as suas responsabilidades aos serviços distritais de actividades económicas onde a interação directa com a comunidade é feita pelo governo distrital ou mesmo pelos responsáveis do departamento das actividades económicas. Na qualidade de gestora de actividade agrícola,



este sector passou a fornecer, dentre outras actividades e serviços, sementes, porém, de fraca qualidade o que confere à comunidade ir em busca de sementes de melhor qualidade. Isto é, “quando alguém deseja fazer uma determinada plantação, a principal opção pela qual opta é ir efectuar a compra na loja” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021).

Ora, foi possível entender a situação actual dos bens fornecidos pela vila ao longo da sua vigência como o caso do sistema de irrigação, por exemplo, que neste momento se encontra avariada. Um dos motivos considera-se o facto de:

ficar na água por muito tempo. É que nem os dois tractores com os quais a Vila do Milénio nos havia deixado, já estavam estragados, então, tanto para trabalhar a terra, é pela nossa força braçal, quanto para irrigar, é mesma coisa. (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021)

Aqui pode-se questionar o tempo de vida dos tractores bem como da máquina de irrigação se foi pela qualidade do fabricante ou se pela forma de conservação e/ou uso assumindo que a comunidade não contribuiu na aquisição destas máquinas e aí aferir-se a diferença de uso entre um bem adquirido pelos fundos próprios e um bem adquirido por oferta ou donativo. É fundamental notar que o uso de um bem adquirido pelos meios próprios e doado é diferenciado.

Entretanto, é importante considerar o espírito de unidade e protecção do bem comum dos moçambicanos, no geral, pela capacidade de protecção dos bens do estado. Mas há diferenças sobre a forma como, de forma individual, as pessoas usam os bens públicos.

Os canais de difusão pública de informação, em Chibuto, são de nível não satisfatório na medida em que a partilha de informação não era uniforme. Há diferentes focos de difusão de informação sobre a vila, por um lado e, há fraco uso dos meios locais nesta difusão o que influencia a comunidade a buscar informação sobre o distrito e, particularmente sobre a vila “em outros locais e daí eu ganhava inspiração por ver outras mulheres produzindo, vendo a produção de outras comunidades.... Agora só restou a minha pessoa aqui, o meu aparelho radiofónico, agora, é a enxada” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Entende-se, assim, que eles buscam informação em outros canais e não nos meios locais como a rádio local que pudesse fornecer informação local.

Para além de ser um instrumento de trabalho, a enxada é vista como sendo um instrumento de comunicação. Apesar de se poder afirmar que houve uso da metáfora é importante considerar que a enxada serve também como um instrumento da comunicação que, no campo da Semiótica, se torna em signo. Se assumirmos que todos os signos comunicam, então, a afirmação segundo a qual ‘o meu aparelho radiofónico, agora, é a enxada’ é válida neste contexto.

Portanto, em termos de comparação dos meios pelos quais a comunidade tem acesso à informação considera-se a televisão como o meio mais persuasivo. Pois, com a televisão era possível “não só ouvir, mas também ver o andamento de outros povos” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021). Por outro lado, considera-se que “quando você liga a televisão há-de ouvir e ver tudo aí mesmo. Eu gosto da televisão por isso” (Marta Macome, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021).

As vantagens do meio televisivo em poder, não só fazer ouvir, mas também fazer ver as imagens, constituem-se em mais-valia positiva, porém, este meio não é de acesso fácil na comunidade, sobretudo para grupos com menores posses financeiras e que sua actividade principal é agricultura de subsistência, para além de que as estatísticas do INE (2019) mostram a província de Gaza como sendo a mais pobre do país.

Neste caso, era importante que a vila maximizasse o uso desses meios para transmitir informações de utilidade da comunidade como forma de estabelecer contactos frequentemente. Pois, pelo facto de não saber qual meio era preferido pela comunidade como forma de difundir informação para informar e persuadir, dificilmente se identificou uma estratégia de comunicação eficaz, embora em algum momento seja possível perceber que a rádio local é a mais preferível. Assim, entende-se que apenas “os que estavam nos escritórios que acompanhavam mais informações através de televisão e rádio... Eu pouco escutava rádio” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021).

Não escutar rádio foi desvantajoso se considerarmos a ideia segundo a qual este meio é o que trazia mais informações na comunidade que o televisivo. Estas indicações sugerem uma exclusão de uma parte da comunidade que, por sinal, era a maioria e entendida como a comunidade local que conhece os contextos sociais. Isto é, entende-se que a informação

apenas circulava para beneficiar os que trabalhavam directamente nos escritórios da vila e não à comunidade e/ou beneficiários, em particular.

O projecto vilas do milénio entrou aqui no nosso bairro Samora Machel no ano de 2006. Teve produtividade. Esta produtividade deu-se na medida em que alguns do nosso bairro tiveram machambas e produziram nessa machambas, havia os que estavam na produção de frangos, puderam produzir e vender frangos e ganharem algo por isso, até que o proprietário despediu-se e apartou-se de nós. (Marta Macome, 2 de Fevereiro de 2021)

Apenas pude acompanhar sobre o andamento das Vilas do Milénio de Chókwè e de outros sítios, onde até pude perceber que que nos tais sítios, já não estavam os proprietários, mas as vilas ainda funcionavam, diferente da nossa, aquela faliu mesmo. (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021)

Considera-se que a vila de milénio de Chibuto conheceu um ambiente de crescimento conturbado na medida em que se afirma ter estado ao serviço dos que trabalhavam no escritório, por isso, muito pouco ou quase nada se fala dela em concreto. Já para a comunidade como um todo, até mesmo considerando os beneficiários, houve negligência de informação para as comunidades, daí as falas sobre ela não avalizarem seu posicionamento como projecto implementado com propósitos de desenvolver a comunidade local.

Entretanto, é importante considerar que os esforços da implementação da vila trouxeram ganhos significativos olhando pela posição e condição de vida no distrito. Um dos elementos considerados fundamentais é o sistema de irrigação que passou a dar suporte na irrigação dos campos “para permitir sucesso no que se fosse futuramente plantar nestes sítios” (Marta Macome, 2 de Fevereiro de 2021). O entendimento sobre o sistema de irrigação cria divergência dentro da comunidade, pois, uns dizem que ainda se beneficiam e outros dizem que já não funciona e outros ainda dizem nunca terem se beneficiado desde que ela foi construída e disponibilizada.

Por outro lado, foi negada, nesta vila, a comunicação ou partilha de informação a partir das lideranças locais por parte dos beneficiários dos serviços. Neste contexto, entende-se que os encontros entre os utentes dos serviços da vila não eram dirigidos pelos líderes comunitários, pois, “o projecto não chegou por ter nenhum líder que reunisse as pessoas e

falar-lhes.... Tudo acontecia ali mesmo, entre eles” (Henriqueta F. Sitóe, 2 de Fevereiro de 2021).

Entende-se, neste caso, que todo o processo era dirigido pelos funcionários da vila. Portanto, sendo beneficiárias era suposto terem participado em algum encontro com os líderes ou da vila ou comunitários como forma de planificar as acções de acordo com os contextos. Portanto, há uma contradição entre os informantes na medida em que se afirma que as reuniões eram prioritárias na comunidade na medida em que “eles nos convocavam e diziam-nos o que eles tivessem dessa tal vez” (Marta Macome, 2 de Fevereiro de 2021). O uso de reuniões na ligação com a comunidade mostrou-se fundamental pelo facto de ter conseguido chamar para si uma parte da comunidade que achava importante se integrar e beneficiar do projecto.

Pode-se, desta feita, considerar-se que o processo comunicativo na vila do milénio de Chibuto foi relegado ao último plano, isto é, não faz parte das acções da vila como mecanismo de integrar as comunidades em todos os processos. Ao que se pode entender em Habermas (2003), Schramm (1976) e Bolaño (2000) é que os aspectos comunicativos elevam o espírito dos indivíduos a participarem nas várias acções dentro da comunidade como forma de definir e/ou orientar suas vidas.

Pois, é neste contexto em que, interpretando Soares (2000), aferimos que a comunicação de massa representaria o eixo que atravessa as novas condições da sociedade de pensar e organizar. Que a comunicação como um processo que ocorre entre sujeitos, visando sua aproximação, constrói pactos sociais cujo poder de união se assenta nas relações de dependência cultural e influenciando a que os intervenientes no processo e, não só, tenham o poder de decisão na autoconstrução.

Portanto, autores como Schramm (1976) e Soares (2000) consideram a educação um processo ideológico, formal e moroso na construção social. Daí que se apregoa que a formação das comunidades seja vista como sendo fundamental para alcançar as comunidades rurais mas feita na base da educação informal, isto é, da comunicação através dos meios de comunicação, como mostram os autores, por se considerar livre da ideologia, do tempo e de outros factores que concorrem para que comunidades rurais estejam isoladas do processo educativo.

Entende-se que a comunicação é um aspecto de comportamento que, com o tempo, vai normalizando-se e integrando-se em função das buscas que os indivíduos fazem em cada grupo de pertença. Ora, na percepção de Weber (1973), as acções da comunidade são orientadas em busca de uma solução com base em previsões dos comportamentos dos outros e cuja satisfação seja comum. Neste contexto, observa-se a capacidade de partilha de comportamento a nível comunitário que ajuda a diminuir os fossos entre os ricos e pobres, mesmo que seja de forma aparente.

### **12.3.5. O poder popular e as dinâmicas da vila no desenvolvimento**

O grupo focal é considerado como uma particularidade das categorias criadas nesta pesquisa como forma de levantar um debate em comunidade que nos ajude a compreender as dinâmicas que influenciam no desenvolvimento local. A identidade deste conjunto de informantes está enquadrada nos esforços de buscar uma análise minuciosa na forma como as pessoas entendem o mesmo fenómeno, assumindo que as diferenças étnico-linguísticos são determinantes nas percepções dos processos.

Particularmente em Chibuto escolhemos o grupo misto de mulheres e homens adultos para dialogarmos sobre a forma como entendem o projecto das vilas do milénio de desenvolvimento a partir da sua implementação no distrito. Como se afirma, já foram implementados vários projectos no distrito trazidos por especialistas estrangeiros (consideramos estrangeiros todos aqueles que não fazem parte da comunidade local) como forma de ajudar as comunidades locais a mudarem suas práticas locais de desenvolvimento. Um exemplo avançado sobre estes projectos é o “sustenta” e outros vocacionados à produção agrícola implementados pelo governo de Moçambique.

O aparecimento destes projectos a nível de Chibuto coincidem com o fim do programa das vilas do milénio de desenvolvimento, ora financiado pelo PNUD , como havia sido determinado o período de duração desta parceria. Isto é,

com o fim do projecto vilas do milénio depois passamos a ver outros que vieram e nos mostraram em actividades, mas que não eram designados como projectos.... Semeou arroz que está a ser de mais-valia por fornecer do distrito e levar para Maputo, mesmo sendo de forma individual. Ele não nos tomou os nossos espaços onde semeamos nossos alimentos

como cebola, couve, alface, nós ainda mantemos os nossos espaços e tem outras pessoas que fazem outras coisas. (Grupo focal de Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021)

Considera-se que na maior parte dos projectos implementados são do ramo agrícola, procurando trazer sustentabilidade na base das condições identificadas. Entende-se que o conhecimento técnico que devia ser trazido pelos especialistas da vila do milénio tenha como base a construção de diques e canais de irrigação. Porém, o projecto vilas do milénio não considerou estes aspectos uma vez seu início não ter passado por uma concertação com a comunidade para identificar as necessidades reais cuja solução pudesse ser encontrado a nível local. Assim, para irrigar os campos, a comunidade é obrigada a se deslocar por longas distâncias em busca da água carregando “baldes nas nossas cabeças para irmos buscar água e fazemos isso todos os dias até crescer” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021).

Mesmo com as dificuldades de irrigação, entendendo ser por onde o projecto e o governo deviam ter dado suporte e deixarem conhecimento na construção de diques e canais de irrigação, “conseguimos tirar cebola, tomate, alho, tudo, aqui produz-se. Veja que tudo o que plantamos sempre cresce e bem.... Cada um faz sua machamba e produz o que consegue” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021). Isto é, com a dedicação da comunidade os níveis de produção para o consumo familiar é garantido nesses termos.

Conforme argumentou-se e procurou-se mostrar até a esta parte que a circulação de informação no distrito de Chibuto é dinamizada pela rádio comunitária local que, mesmo com as dificuldades da falta de financiamento para um trabalho pleno, faz o seu trabalho conforme as condições disponíveis, “mas por vezes não funciona, não sabemos o que se passa com as máquinas da rádio porque por vezes ouvimos e por vezes não se ouve nada (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021). Esta é uma prática definida pela rádio no contexto do compromisso a que se predispôs a cumprir tendo em conta, ao que Habermas (2003) sustenta ser uma forma ou mecanismo de procurar, através dos mecanismos de comunicação com o público, produzir efeitos na forma como os indivíduos sentem, pensam ou agem.

Casos há em que a situação dos meios de comunicação nos distritos moçambicanos existam mas com fraca capacidade de dinamizar as informações de nível local, daí a comunidade ter de procurar informações em outros contextos. No caso concreto do uso da

RC local justifica a necessidade de se trazer “informação na nossa língua. Nós até podemos escutar outras coisas mas muito em particular ficamos à espera da antena nacional. Estas estações nos dão essas informações” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021).

O fundamental na comunicação como já se percebeu é o uso das línguas locais mas combinada com a produção de conteúdos de forma local que condicionam a que retrate as questões reais de modo a que a comunidade fique satisfeita. A comunicação transmitida à comunidade deve, necessária e impreterivelmente, responder às necessidades locais e de forma local, o que justifica a necessidade de as estratégias terem de olhar as questões pelas quais as pessoas se deixam influenciar e/ou tomam as decisões de forma acertada.

Em 2016 o projecto vilas de milénio foi dado como fim, o que obrigou o governo a passar os seus serviços para a direcção dos serviços da agricultura a nível do distrito. O valor do projecto para a comunidade é inestimável por ter deixado um saber fazer na comunidade que de outro modo não teria. Isso significa um impacto positivo do projecto, porém, com a sua saída a comunidade ficou a:

perder porque eles se foram. Nos orgulhamos muito porque já não compramos coisas básicas. A vila ajudou, eu mesmo fico preocupada quando vejo alguém a querer comprar cebola porque sei de tudo e aprendi na vila. Hoje eu posso conseguir ensinar os outros porque sei fazer essas coisas todas para ter uma boa produção agrícola. Sei fazer cruzamento das sementes, sei semear e conheço as épocas, tudo isso, nós que nos dedicamos nos trabalhos da vila ficamos com o conhecimento. (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021)

Ficou o saber fazer na comunidade através do qual a comunidade, hoje, faz uso dela para continuar a produzir alimentos de consumo e manter o bem-estar social. Esse é o ponto considerado positivo da actuação da vila neste distrito mesmo considerando-se a existência de muitos problemas que não foram resolvidos e, por outro lado, o número de pessoas abrangidas que, não por falta de vontade, mas porque as estratégias da comunicação que pudessem mover as pessoas a terem maior interesse, em participar, na vila, foram esquecidas.

Portanto, os que se beneficiaram dos serviços fornecidos argumentam sobre a dedicação de cada um, mas quando questionados sobre a forma como os membros que lideravam os processos se comunicavam sente-se uma brecha deste processo comunicativo. Outro aspecto é que houve, até certo ponto, uma prática buscada na era das aldeias comunais

que consistia nos modos de produção “em que diziam que nós todos vamos produzir para eles e nas machambas a que nos referimos é importante que cada um tenha a sua produção para o seu sustento para que no dia em que não receber nada da vila poder ir buscar em sua machamba” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021). Esta prática é a que fez com que maior parte das pessoas abandonasse as aldeias comunais, tendo se repetido na era do projecto ‘vilas do milénio’.

Um dos aspectos que valoriza a implementação de um projecto é que ele tem de se mostrar importante pela valorização das relações que devem ser determinantes para que ele se insira na comunidade. Porém, observou-se que a sua chegada e implementação usou uma estratégia de conversação como forma de apelar à comunidade para ceder um espaço de sua actuação e não conseguir esses espaço pelo mérito das suas acções. Este argumento sustenta-se pelo facto de “a chegada da Vila aqui na comunidade, foram apresentados aqui e eles pediram uma boa convivência connosco.... Pediram que convivêssemos juntos. Tudo o que se produzia partilhava-se como família.... Eles deram muitos ensinamentos aqui no distrito” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021).

Ao longo da vida da vila do milénio no distrito, ela partilhava um tipo de informações com a comunidade como uma das formas de deixar um aprendizado a nível local. Este aprendizado era difundido por meio de informação, usando a comunicação interpessoal por meio dos técnicos e, estes partilhavam com os líderes locais que, por sua vez, faziam chegar à comunidade. Neste caso, entende-se que, os técnicos, por sua vez, colhiam experiências locais e partilhavam em outros lugares onde haviam sido implementadas as vilas. Pois:

havam os técnicos que normalmente apareciam aqui para nos ensinarem. O que os técnicos apanhavam de nós por vezes metiam nas rádios e falavam muito sobre a vila Samora Machel e de outras vilas de outros lugares. Nós trabalhávamos com os técnicos que dinamizavam as actividades. (Grupo focal de Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021)

A estratégia de difusão da técnica e a de comunicar sobre os procedimentos foram totalmente ignoradas. Porém, entende-se que a comunicação interpessoal, por ser considerada humanista teve seu papel, mesmo sendo considerada em questões técnicas, longe do domínio comunitário, o que faz do seu impacto ser quase que insignificante. Uma das críticas que se



fazem é que os técnicos afectos à vila não tinham nenhum domínio da estratégia da comunicação, para além de serem pessoas estranhas ao ambiente.

Isto é, eles foram “foram trazidos aqui.... Os outros apenas vinham de forma descontínua e eles controlavam, mas trabalhávamos mais com os técnicos que eram residentes aqui” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021). Por isso a fraca capacidade de difusão de informação pública em todos os domínios sociais capazes de mover as pessoas a aderirem aos processos, influenciado, por outro lado, pelo desconhecimento dos contextos.

O funcionamento da rádio local tem sido fundamental na partilha de informação mesmo sendo considerada uma comunicação não-humanista conforme nos mostrou Mefalopulos (2008). Porém, tem servido de mais-valia para a comunidade na medida em que ajuda na partilha de informações. Casos há em que se ouve a rádio local, mas também, por vezes não funciona devido a outros factores e, sendo assim, capta-se o sinal de outras rádios em outros distritos.

Portanto, o fluxo de comunicação como forma de manter a comunidade informada é dinamizada fora da comunidade assumindo-se que a nível local somente a RC é que disponibiliza informação para as comunidades. Quer dizer, “em outros casos ouvíamos a rádio Xai-Xai a dar informações sobre a vila do milénio porque eles haviam sido implantados em vários lugares mas sobre nós aqui ouvíamos na rádio Chibuto” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021).

O sistema de partilha de informação apenas é feito na base de um único meio, a Rádio Comunitária local. As dinâmicas de fluxo de circulação de informação não são levadas a cabo ao nível desejado tanto mais que a comunidade não parece importar-se muito pela comunicação e sim pelos serviços (Nguenha, 2013).

O trabalho da rádio local no âmbito de partilha de informação localmente produzido tem sido significativo na medida em que os outros meios não são funcionais para a maioria da comunidade. Sendo a rádio o que cria harmonia dentro da comunidade por poder trazer vários elementos que constroem a sociedade, suas informações revelam-se pertinentes e significativas, pois, “fazem crescer as pessoas. Advertem sobre os males que podem vir na sociedade. O que gostaríamos é que não devemos ficar sem informação porque nos ajudam na nossa vida” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021).

A introdução dos primeiros sinais da vila no distrito foi feita na base de convite aos líderes locais juntamente com o governo local e, “depois o governo o apresentou a nós. Depois eles falaram connosco sobre como as coisas deviam ser feitas” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021). Portanto, trata-se de uma informação que chega até às lideranças e que, estes, por sua vez, fizeram chegar à comunidade. É um tipo de comunicação descendente cujo teor somente influencia na tomada de decisão. Particularmente a comunicação descendente é mais de comando, de orientação e que não permite a construção das relações sociais.

Assim, com o fim projecto vila do milénio e que não mais vai dar os serviços, um desconforto é identificado na comunidade por isso o argumento é que “gostaríamos que viesse um outro projecto igual ao da vila do milénio, com mais capacidade” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021). Com mais capacidade subentende-se que a vila mesmo tendo dado o seu máximo houve espaços vazios que não conseguiu preencher. Tendo sido o fim do projecto em comum acordo com a comunidade, era evidente que pelo menos os serviços iniciados tivessem chegado ao fim e serem de uso exclusivo da comunidade. Sucedem que a construção de escolas e do hospital das quais a comunidade se beneficiou não respondem aos problemas locais por serem insuficientes.

Duas situações podem ser avançadas neste contexto. A primeira está no contexto de a comunidade não se preocupar com a informação que circula e não estar a par ou ter domínio do que deve ser feito em prol do seu bem-estar social, importando-se apenas com os serviços a serem disponibilizados. A esta situação é a que se concluiu na pesquisa de Nguenha (2013) sobre o desenvolvimento na mesma vila onde as pessoas se mostraram indiferentes quando se trata de informação. Mais uma vez, esta comunidade, mesmo com a disponibilização de informação em todos os níveis, ela ainda não deu importância sobre o acesso à informação que pode criar um novo saber e influenciar na tomada de decisão sobre o que fazer.

A outra situação prende-se com o facto de a implementação dos projectos de desenvolvimento não ser em função da participação das comunidades, o que compromete a aceitação comunitária e ser assumida como sendo algo que veio da comunidade para a comunidade. A exclusão da comunidade na introdução do projecto significa criar condições

para que ela não tenha capacidade de identificar e resolver problemas adversos usando técnicas locais.

A implementação dos projectos de desenvolvimento a nível dos distritos, em particular em Chibuto, não é feita na base de uma concertação com a comunidade beneficente, mas uma decisão feita a nível central, à semelhança da forma como as decisões eram tomadas no período do modelo socialista. Isto é:

nós não sabemos o que eles trazem, apenas recebemos o projecto, apenas isso e passamos a conviver. Veja que eles vieram pela agricultura, não sabíamos sobre a moringa mas hoje já sabemos que é um produto que se pode comer. Hoje a forma de semear já é outra. Eles se foram mas ficamos com conhecimento. facto é que eles trouxeram conhecimento e nós aprendemos. As sementes agora estão a crescer nos nossos campos, mas eles se foram. Se pudessem trazer outro projecto como vilas do milénio seria bom. (Grupo focal de Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021)

Entende-se que o desconhecimento da ideologia do projecto pelo facto de a comunidade não ter feito parte do desenho e implementação condiciona desníveis de apropriação, verificando-se abandono pela comunidade. A comunidade apenas recebeu o projecto sem saber do que se tratava, apenas, sendo uma comunidade que tem estado a beneficiar-se do apoio externo e do governo. Embora o aparecimento do projecto tenha sido uma mais-valia para os locais, houve falta de apropriação, para além de ter sido pouco concorrido.

O projecto vilas do milénio deixou um saber fazer (*know how*) nas comunidades com particular destaque aos métodos de semear e controle de pragas, conhecimento e respeito nas épocas de plantio, entre outras técnicas antes desconhecidas, porém, as dificuldades ainda permanecem como indica o grupo de Chibuto, a exemplo da técnica de irrigação dos campo. E, por outro lado, “por mais que queiramos, não pode ser tudo de boa forma como gostaríamos porque há coisas que não conseguimos fazer pelas dificuldades e que as outras coisas requerem mais dinheiro. Algumas coisas que eles deixaram estão perdidas” (Grupo focal de Chibuto, 20 de Janeiro de 2021).

Os processos comunicativos interpessoais foram os mais privilegiados no âmbito do desenvolvimento das actividades o que considera importante a forma de comunicação por meio do diálogo, mais importante ainda por ser do nível humanista.

O entendimento de que se tem pela experiência de trabalho com as comunidades nos distritos é que as pessoas, ao serem inseridas em um projecto, de uma forma geral, não aceitam de forma fácil o desmame como mecanismo de crescimento. Outro ponto a considerar tem que ver com os benefícios directos de que as pessoas procuram ganhar, mesmo que não sejam de formas monetárias, o desenvolvimento de tarefas na presença dos especialistas acaba sendo um mecanismo que influencia nas capacidades de produção.

Outrossim, os pedidos submetidos no âmbito da revisão de situações anómalas ou de fornecimento de um bem solicitado pela comunidade ao governo local têm sido morosos, acontecendo, não raras vezes, que a resposta chega à comunidade depois de o pedido ter sido ultrapassado, o que cria um tipo de problema na actuação da comunidade em dar respostas urgentes.

Os desníveis verificados no processo de comunicação criam espaços vazios que deixam a comunidade preocupada com as respostas que são entendidas como urgentes. Porém, considerando a forma como o projecto foi implementado e, tendo em conta os responsáveis ao projecto, entende-se não haver uma coordenação na busca de soluções que preocupam as comunidades. Isto pela demora na busca de soluções nas inquietações das comunidades. Gera-se, no entanto, um vazio no seio da comunidade na medida em que as respostas aos pedidos feitos chegam em períodos remotos, gerando-se outro tipo de problemas.

Por exemplo, agora estamos a reclamar sobre as sementes e estando na época de sementeira, a resposta pode aparecer depois da época de sementeira e já não temos o que fazer, saímos a perder mesmo nos dando porque chega tarde. Cada coisa tem seu tempo, mas quando demora chegar já não combina com a época. (Grupo focal de Chibuto, em entrevista, 20 de Janeiro de 2021)

O acto comunicativo de Habermas (2003) pressupõe a criação de relações interpessoais com outros como forma de aproximar os intervenientes no processo visando cumprir uma missão cuja influência dos media é pertinente. Assim, considera-se que as

acções em comunidade apregoadas por Weber (1973) não são maximizadas na medida em que as acções verificadas não geraram impactos significativos na mudança de comportamento da comunidade.

Houve um fechamento dos processos comunicativos, primeiro porque os mecanismos definidos pelo projecto não criaram condições para que as pessoas possam tomar suas decisões de forma livre e, no fim agirem na base dessa informação recebida o que determina a inexistência de vozes capazes de justificar a utilidade do projecto com firmeza e sem reclamações. Pois, entende-se que as expectativas a que Weber (1973) procura justificar como as que gerem acção em comunidade foram frustradas logo ao início do projecto pelo facto de a comunicação não ter sido elevada ao nível de necessidade.



## **CAPÍTULO XIII.**

### **13. CHITIMA E AS TENDÊNCIAS COMUNITÁRIAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

#### **13.1. Perfil geoestratégico da vila do milénio de Chitima**

O Posto administrativo de Chitima fica situado na região central do distrito de Cahora Bassa. A norte faz fronteira com o posto administrativo de Songo (com cerca de 46069 habitantes) e, a sul faz fronteira com o posto administrativo de Chitolo (com cerca de 4372 habitantes).

A característica principal que identifica o posto administrativo de Chitima é de ser servido por rios temporais alimentados pelas chuvas, o que faz com que a falta de precipitação coloca em causa a produtividade local. No entanto, a produção agropecuária nesta vila é considerada satisfatória, com matas menos densas. A terra é considerada ardilosa o que não facilita a produção em moldes familiares que assegure uma actividade rentável, muito em particular, para quem não usa charrua ou outra técnica.

Foi notória a actividade agrícola neste posto evidenciado pela comercialização de bens agrícolas no mercado local, embora de pequena dimensão. Já, no bairro 25 de junho, local onde foi implementada a vila, percebeu-se a prática da pecuária como sendo a que é a mais dominante entre os moradores. E, avançando mais para o interior do bairro, percebe-se que a organização não deixou nenhum espaço para a prática de pequenas hortas, daí a comunidade se queixar pelo facto de ter de caminhar longas distâncias para chegar nas suas machambas, o que, de certa forma, acaba dificultando o escoamento da produção, pois, as vias de acesso dos campos de produção até ao mercado local são remotos.

O uso da tecnologia a nível local é quase que inexistente mesmo considerando o acesso dos jovens que, a cada dia e usando o celular, procuram condições de subsistência mesmo que de forma insustentável, pois ainda persistem muitos casos de mau aproveitamento das condições locais para a criação de sustentabilidade, sendo estes os que têm menores recursos ou condições de empregabilidade. O maior recurso de que a comunidade dispõe é a terra, mas subaproveitada por não haver condições e nem conhecimento suficiente, para além do tradicional, porém, limita a exploração.

### **13.2. Circulação de informação no posto administrativo de Chitima**

Chitima, pela sua localização, cria uma situação de desequilíbrio em termos de meios de comunicação se, por exemplo, comparado com Chibuto e Itoculo, mesmo sendo todos do interior dos distritos onde se localizam. Os postos administrativos de Chibuto e Itoculo, pela localização, encontram um apoio em termos dos meios de comunicação dos outros distritos que os dá uma vantagem em termos de cobertura pelos meios locais. Já, Chitima, encontra uma situação de fraqueza de circulação de informação pelo facto de fazer uso somente da rádio comunitária de Songo cujo sinal de transmissão encontra barreiras criadas pelos montes.

Isto porque a rádio comunitária local encontra-se paralisada e, sem, no entanto, que os gestores das rádios como o ICS e a FORCOM estejam a monitorar os processos com vista à sua reposição, porém, as promessas do governo é de reabilitar a estação da rádio Sanangwe. De acordo com as comunidades locais, esta rádio não funciona há mais de cinco anos, servindo-se, para se informarem, de outros meios possíveis mesmo se considerando a incapacidade da comunidade em ter acesso a esses meios, a exemplo da televisão de Moçambique e outros canais nacionais e internacionais de sinal fechado.

O mecanismo comunicacional mais aberto e, considerado eficiente, pelas condições que se foram criando, é o conjunto de líderes locais que têm se empenhado para que a comunidade tenha acesso à informação, mesmo que de forma tradicional ou do uso do celular. De referir que este último meio é o menos eficiente por não ser de domínio da comunidade.

O uso de altifalantes e megafones, à semelhança de outros lugares, não é privilegiada, ou porque os serviços de informação não se encontram disponíveis ou porque há uma ineficiência no seu aproveitamento, facto é que, este meio apenas é visto/usado quase que pelo ministério da saúde e seus parceiros quando trata dos processos de vacinação ou outros o seu interesse.

Os líderes comunitários e a comunidade, no geral, particularmente os que serviram como fontes de informação neste trabalho, assumem que os avanços em termos de desenvolvimento do posto administrativo de Chitima tem estado a conhecer progressos



significativos desde o último mandato do presidente Guebuza (2009-2015) quando o posto passou a receber energia eléctrica e água potável, o que ajudou a minimizar os problemas de saúde pública. Porém, estar à par dos assuntos abordados em quase todo posto ainda continua um dilema, por não conseguirem atingir lugares e comunidades, onde, por influência de outros factores, não se tem acesso à informação.

Hoje, a rede eléctrica a partir da empresa Electricidade de Moçambique tem estado a beneficiar uma parte da comunidade mesmo se considerarmos ainda o empenho que deve ser empreendido pelo governo para poder servir a toda a comunidade. Ou ao menos minimizar a esta necessidade que se assegura ser um princípio para que quase toda a comunidade possa passar a ter acesso livre de informação, abrindo-se um espaço para que a comunidade tenha habilidades em combater os fossos de pobreza absoluta.

### **13.3. AS DINÂMICAS DA VILA DO DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO DE CHITIMA**

#### **13.3.1. Enquadramento e mecanismos de desenvolvimento de Chitima**

A capacidade de influenciar outros dentro das comunidades tem sido vista como um sinal de liderança, o que justifica a escolha dos líderes através de sua postura e capacidade para influenciar na mudança. Sousa (2006) é exímio na sua abordagem sobre aderência nos programas implementados, muito em particular, se olharmos para as comunidades rurais cuja capacidade de influenciar coloca em destaque as questões ideológicas. Assim, a comunicação desempenha um papel fundamental por influenciar processos, onde, as rádios comunitárias tem uma capital importância para disseminar informação em todos os níveis.

O desenho de recolha de dados na vila do desenvolvimento do milénio de Chitima foi orientado de acordo com as condições encontradas no terreno. O dilema foi de que o novo milénio, segundo chama a comunidade, não chegou a iniciar as suas actividades como afirma o seu gestor, para além de se construir os edifícios, o que contraria os argumentos mostrados pelos relatórios do CITT. Um dos argumentos dados pela comunidade é de que o desaparecimento físico do patrono das vilas do milénio, engenheiro Venâncio Massingue, foi a razão principal do abandono desta ideia de desenvolvimento sustentável.

A vila do desenvolvimento do milénio de Chitima é uma das vilas tida pelos relatórios do CITT como sendo a que se beneficiou de obras de raiz para o seu funcionamento, diferentemente das outras, neste caso, a exemplo de Chibuto e Itoculo. Em 2013, o antigo ministro da Ciência e Tecnologia, engenheiro Venâncio Massinga, fez a inauguração do empreendimento e entregou ao governo local para dar início às actividades para responder às necessidades do posto administrativo de Chitima, no geral e, em particular, a comunidade de 25 de Junho, lugar onde a vila foi instalada. Porém, até aos dias de hoje não há actividades em desenvolvimento.

Entende-se que à semelhança de outras vilas como de Chibuto, alguns empreendimentos foram entregues, como forma de condicionar o desenvolvimento das actividades, aos serviços distritais das actividades económicas (SDAE) dado que o seu gestor era funcionário desta instituição pública, o que influenciou a não início das actividades no novo milénio. Por esta razão, é difícil falar das acções implementadas pela vila do milénio do desenvolvimento de Chitima visto que as actividades da vila se confundem com as implementadas por outras instituições, a exemplo do SDAE:

é mais ou menos isso para falar desse vila do milénio que tanto se dizia, não chegou de se ver na prática mas nesses últimos dias vê-se o esforço de educação está sempre o técnico lá mas a prática, os computadores foram montados se calhar muitas vezes surge roubo, porque que sabe os guardas estão lá então está funcionar assim aparentemente mais com uma transparência praticamente fosse que ainda não fosse o desenvolvimento, não é notório o desenvolvimento. (Luís Filipe Raiva, Chefe do Posto administrativo da vila de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021)

O plano da vila do milénio segundo consta nos documentos oficiais do governo devia privilegiar o uso de tecnologias de forma local associado ao conhecimento científico que devia ser partilhado com a comunidade de modo a que esta última tenha capacidade de lidar com novos casos e superar a pobreza. O uso das tecnologias no contexto moçambicano é visto pela CAICC (2016) como sendo um dos grandes desafios, devendo esta ser superada para facilitar a articulação dos processos que monitoram o crescimento económico. É neste contexto em que se toma as camadas desfavorecidas nas comunidades como as que deviam ser ensinadas o uso de tecnologias de modo a que elas possam:

criar um trabalho para eles mesmos, nem, porque nós podemos dar exemplo da, da deee formação de corte e costura para as mães que são chefes de família. Sim, elas são formadas em corte e costura e mais tarde tem um trabalho para fazer em casa que vai dar-lhe um sustento. (Helmer Azevedo, gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021)

Uma das teorias argumentadas como sendo o fundamento das vilas é o uso dos campos de demonstração de resultados (CDRs), embora se encontrem “pouco distante daqui da vila, ehm porque tinha que se encontrar zonas com água para a produção de hortícolas, abertura de campos.... Tivemos como material um trator, duas moto bombas para poder fazer esse trabalho.” (Helmer Azevedo, gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021).

Um dos exemplos que pode ser citado sobre o uso do conhecimento científico nas comunidades é a disseminação de técnicas do uso da adubação verde que substitui a técnica de queimadas. Porém, a comunidade continua praticando este conhecimento considerado como sendo ancestral, pois a vila ainda não se dispôs a dar capacitação nas comunidades por estar inoperante. Entretanto, a liderança da vila afirma ter capacitado cerca de 400 membros da comunidade e disponibilizado um trator, afirmação que é negada pela comunidade.

Os instrumentos deixados na responsabilidade do SDAE como o trator e a moto bomba, considerados fundamentais para a sustentabilidade da vila, já não estão operacionais, o que significa que a nova gestão da vila tem de procurar meios para condicionar estes instrumentos, pois a comunidade vive o dilema da falta de água para irrigação em algumas regiões, problema que pode ser resolvido pela moto bomba e, por outro lado, ressentir-se da falta de meios para o escoamento da produção.

Assim, de acordo com o gestor da vila, o futuro vai ser definido nos próximos dias depois de se analisar o ponto de situação da parceria criada com a HCB e outras instituições, pois “tínhamos um memorando para ver se é possível renovar o memorando já que as obras já estão no fim” (Helmer Azevedo, 29 de Abril de 2021).

Como áreas prioritárias da vila pode-se identificar “saneamento do meio, tratamento de água e saúde. Ehh, também, capacitamos também produtores em matéria de produção ehh de verme composto e combate a pragas. Também tivemos ehh a capacitação em gestão dos solos nem” (Helmer Azevedo, 29 de Abril de 2021). Assumindo-se que são áreas definidas pelo governo como pilares através dos quais é possível se galvanizar desenvolvimento nas comunidades rurais, em particular, nas vilas do desenvolvimento do milénio que, para Machel (1977), deviam se tornar em pequenas cidades do campo, daí que pode se perceber a designação ‘vilas’.

O objectivo principal deste projecto era de criar transferência de tecnologias para as comunidades nos distritos, nós tivemos esta sorte e tanto como foi lançado o projecto.... Tinha como objectivo, digo tinha porque não chegou a acontecer, tinha como objectivo de criar-se uma sala de informática para beneficiar as comunidades, uma sala de informática uma carpintaria, um aviário éeee um campo de futebol, mas isso tudo essa sala de informática o que vai acontecer ali era mesmo para alunos e a comunidade no geral, podiam se inscrever ali com uma taxa muito baixa como um valor simbólico. (Rogério, responsável pela área de tecnologia nos serviços distritais de educação, juventude e cultura na vila de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021).

Há um reconhecimento da falta de iniciativa dos gestores da vila ao se fechar à comunidade, tendo sido abandonada a ideia de condicionar-se sustentabilidade, com que esta ainda está à espera que se dê início das atividades planificadas que devem servir de elo de ligação entre o governo e a comunidade.

Porém, a não disponibilização destes serviços pela vila, entende-se que ela:

não chegou-se de notar na prática os objectivos por quais, portanto, foi criado o centro até população até dizia que devia ser uma vila quando dizia vila do milénio devia ser uma vila, essas pessoas entendia que devia ser tipo uma aldeia com casas bem organizadas e tal e um tipo de construção essas coisas todas só neste momento só tem marcos ali.... O próprio desenvolvimento do do do centro também não se notou. Veio se fazer uma inauguração aqui,... mas depois de terminar, então ficaram se cumprir os objetivos. (Luís Filipe Raiva, Chefe do Posto administrativo da vila de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021)

Em Mosca (2005, como citado em Matsinhe, 2011) entende-se que a não disponibilização dos serviços entendidos como os pilares do desenvolvimento tinha que ver com o facto de as aldeias comunais e as cooperativas, implementadas para darem suporte à comunidade nos diversos aspectos, não valorizaram as questões tradicionais. Neste contexto do novo milénio em Chitima entende-se haver falta de capacidade dos gestores para tomarem em consideração as questões sociais, olhando à situação real das famílias cujos suportes económicos estão assentes na agricultura de base familiar.

Assim, com a falta de informação, a comunidade invadiu os espaços da vila edificando suas residências, o que pode ser considerado como sendo uma estratégia com vista a fazer uso do empreendimento subaproveitado. Portanto, há um reconhecimento da fraqueza da implementação da vila o que causa, por exemplo, a frustração da comunidade, conforme se pode perceber no grupo-focal de Chitima, em entrevista (29 de Abril de 2021). Isto porque a comunidade ainda está à espera de uma oportunidade pela qual possa ver as acções prometidas pela vila do milénio (novo milénio).

Os mecanismos pelos quais a informação circula nas comunidades, particularmente nas vilas do milénio é insustentável. É neste contexto em que procuramos defender a tese segundo a qual há falta de participação comunitária e falha no uso efectivo da comunicação nos programas e projectos de desenvolvimento implementados pelo governo moçambicano e seus parceiros, cujo suporte foi encontrado em autores como Agungo (1997), Anyaegbunam, Mefalopulos & Moetsabi (1998) e Mefalopulos (2003).

No entanto, entende-se que o governo provincial tem dado seu apoio como forma de colocar condições de sustentabilidade das várias acções capazes de ajudar ao desenvolvimento da comunidade, a exemplo da agricultura, através do SDAE e de outros sectores como é o caso do fundo do desenvolvimento distrital (FDD), sectores que contribuem a que “quando amanhece, de facto, as pessoas estão éeee nos campos a fazerem o trabalho.... E o governo assiste em questões de vacina ” (Luís Filipe Raiva, Chefe do Posto administrativo da vila de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021). Isto é, as diligências comunitárias têm estado a ajudar na dinamização da economia a nível local.

“Existe, nas comunidades, algumas pessoas que foram, foram instruídas, capacitadas, treinadas, para poderem atender a questão de tratamento dos animais, para além dos próprios funcionários do SDAE, da agricultura” (Luís Filipe Raiva, 28 de Abril de 2021). Porém, estas formações não foram feitas no contexto das vilas do milénio, mas do SDAE. Portanto, pode-se entender em Lopes (2005) que a superação da pobreza parte da capacitação das comunidades locais para enfrentarem novos desafios. Isto é, para a comunidade enfrentar novos desafios ela precisa de ser induzida a uma situação de desafio e, num processo de integração capaz de condicionar um ambiente de partilha de estratégias de engajamento social.

A questão que se coloca é se o SDAE fez cumprir seu papel como instituição do governo dando assistência à comunidade de Chitima como forma de fazer com que esta seja conhecida e coloque sua imagem em primeiro plano na vida de Chitima ou, mesmo estando o gestor da vila afeto nesta instituição, ele terá-se preocupado em atender as actividades e planos do SDAE?

Se o SDAE se dirigia às comunidades, em particular, a comunidade da vila do milénio de Chitima para dar assistência em várias acções, como por exemplo, de cuidar dos animais, qual seria o papel da vila, se assumirmos que esta tinha em vista dar assistência às comunidades em várias frentes, tanto na agricultura, na educação, na saúde, higiene, entre outras, como foi definido pelo governo na resposta ao plano quinquenal? Portanto, a falta de mecanismos de desenvolvimento com vista a manter a dinâmica da economia local, faz do lugar ter o custo de vida elevado, pois, maior parte dos produtos de primeira necessidade são exportados de outras cidades, com particular destaque para a cidade de Maputo, que dista a cerca de 1280 Km de linha terrestre.

Em Árabe (2014), entende-se que as regiões rurais, sem técnica e sem informação, não concentram o conhecimento científico para o seu benefício, muito menos a produção para o seu desenvolvimento e sim, exportam-na das zonas onde a densidade técnica é abundante e, no fim de um processo, a produção não beneficia no desenvolvimento local, mas das regiões onde a densidade técnica é abundante. Percebe-se que a falta da técnica em Chitima condiciona cada vez mais o acesso à informação e, por seu turno, as capacidades de aplicação do conhecimento local para produzir, acabando por exportar outros serviços e

produtos de outros lugares, fazendo o custo de vida nesta vila ser muito elevado. Um dos grandes problemas pode ser entendido como a carência de transporte e todo o sistema de comunicação.

Os meios de comunicação que facilitam a circulação de informação a nível local são também condicionados, pois, localmente não existe uma rádio comunitária com capacidade de dinamizar informação de forma livre e condicionar liberdade plena à comunidade, o que em Obregón (2014) é entendido como sendo a capacidade de disseminar os valores da modernidade que transforma. Isto é, ao nível do distrito tinha-se acesso à informação através da rádio local, a rádio Sanangwe, ora extinta e, a rádio do Songo, mas com esta última “as informações, na sua maioria, são de Songo” (Luís Filipe Raiva, 28 de Abril de 2021), o que impede à abertura de espaços de diálogo de forma local para resolver assuntos locais.

Uma das formas de solucionar os problemas locais consiste em condicionar o fluxo e acesso à informação que toca diretamente nos aspectos culturais. É neste contexto em que se justifica o facto de o governo ter como plano a reabilitação da rádio local “mas isso falou-se já passa anos, mas há essa ideia de a rádio, porque dantes estava lá em baixo.... As pessoas gostam de desenvolvimento, tem aí as televisões” (Luís Filipe Raiva, 28 de Abril de 2021). Assumindo-se que, nas regiões rurais a censura em Moçambique é menor (AMB, 2014;2018), então, há espaço para que a comunidade possa debater sobre os diversos assuntos sociais.

Gostando do desenvolvimento ou não, facto é que o acesso à informação em Chitima, particularmente no novo milénio, não é na base da rádio local que devia ser feita por locais, para atender, de forma contextual, a questões locais. Tendo em conta que o meio rádio facilita o acesso à informação nas comunidades de forma fácil e, assumindo estas comunidades como desfavorecidas e com fracas condições para aceder informação na base de outros meios, sua falta, condiciona sobremaneira ao desenvolvimento destas comunidades, o que significa que, para que haja sustentabilidade é necessário que o fluxo de informação seja levado ao nível de necessidade e assumido como vital.

É neste contexto em que se considera que “se tivéssemos uma rádio comunitária que é para a melhor difusão da informação sobre qualquer coisa que vai acontecer localmente”

(Rogério, em entrevista a 29 de Abril de 2021), ajudaria na compreensão dos males que enfermam a comunidade e que fazem com que a comunidade não se desenvolva, abrindo espaços para a consciência colectiva (Sousa, 2006). Assim, como alternativa de acesso à informação, em caso de necessidade, para além do uso de megafones, a liderança local reúne a comunidade em lugares estratégicos para dar:

o programa do governo. Então, através da estrutura local, isso também vão tramitando a sua população e então assim vai-se difundindo a sua informação,... ou por outra, temos temos esses, temos esses tele móveis,... vias WhatsApp, nem.... porque os telefones todos estão espalhados. Apanha um apanha os outros, sim, sim, na família, por exemplo, posso apanhar, tem um ali, apanha e então comunica aos outros. (Luís Filipe Raiva, 28 de Abril de 2021)

Em Ruas (2002) entende-se que a difusão de conteúdos educativos pelos meios técnicos, tende a ajudar na produção de consensos para a resolução de dificuldades colectivas relacionadas à pobreza, como a criminalidade, a insegurança, a falta de solidariedade social, e as carências no acesso à educação e saúde, por exemplo.

O advento do uso da tecnologia, considerado essencial para galvanizar os mecanismos de desenvolvimento veio a superar as dificuldades de acesso à informação, porém, seu uso ainda continua deficitária por não poder abranger a toda comunidade, com maior incidência para os mais velhos e jovens tidos como os mais desfavorecidos, estes últimos são, no entanto, os que constituem a maioria da população (INE, 2019). Portanto, a tecnologia tem de ser capaz de tornar a agricultura uma actividade viável pela mecanização. Pois, no contexto moçambicano, o governo tomou este sector como sendo o principal objecto estratégico para a erradicação da pobreza absoluta no país, assumindo-se que cerca de 80% da população depende da agricultura (INE, 2019) familiar.

O SDAE, ora gestora da vila, pode ser considerado como sendo o que deixou a vila improdutiva, pois foi-lhe passado o papel de gestora, mas nada fez o que justifica o seu posicionamento negativo e a conseqüente frustração da comunidade a todos os níveis. Isto é, a “HCB também ficou chateada. Ficou chateada connosco porque nós devíamos ter avançado, ... mas já aquilo de eles virem para cá, fazer uma visita e ter que andar daqui e depois para ali, aquilo acabou criando também um mal-estar” (Helmer Azevedo, 29 de Abril de 2021).



Assim, considera-se que a falta de actividades visíveis na vila do desenvolvimento do milénio de Chitima condiciona ao cumprimento do plano económico e social (PES, 2017) do governo visto como sendo um dos instrumentos fundamentais para se atingir os objectivos do desenvolvimento do milénio.

Por outro lado, percebe-se que o departamento de tecnologias do distrito ainda não está capaz de conduzir a comunidade a apreender um conjunto de técnicas, condições sem as quais a comunidade não será capaz de dinamizar a economia local. Assim, este departamento deve adoptar, nas condições que se apresentam, um conjunto de acções que visem dotar a comunidade de conhecimento científico aliado ao local como forma de ajudá-la a migrar para o tecnológico de forma a aumentar a produção e produtividade.

O departamento de tecnologia, juventude e cultura, área chave para o sucesso da vila, ainda não conhece os condicionalismos do uso da tecnologia a nível local se assumirmos ser uma comunidade rural cuja prática nos remete às acções ancestrais. Isto é, é frequente as comunidades optarem por técnicas tradicionais aprendidas dos seus antepassados e perdurar por gerações.

Na categoria *governo* as informações sobre a vila do milénio de Chitima são díspares, ora porque a vila desenvolve actividades dentro dos parâmetros pelos quais foi criada, ora porque não há actividades nenhuma. Facto é que a vila, praticamente não existe, para além dos edificios criados e deixados à mercê da comunidade. A gestão da vila a nível central, por seu turno, tem em consideração o desenvolvimento pleno das actividades no novo milénio.

### **13.3.2. A liderança local e sua persuasão na condução dos processos do desenvolvimento**

As condições encontradas no posto administrativo de Chitima, em particular na vila do milénio, influenciaram a que certas entrevistas não obedecessem às regras rígidas conforme nos propusemos no capítulo de metodologias. É neste contexto em que na categoria dos líderes comunitários a entrevista foi feita em grupo, pois, a improdutividade da vila bem como os seus aspectos negativos que a determinam nos ajudaram a não considerarmos as entrevistas de forma particular. O outro factor a considerar nos líderes comunitários é que, contactados para a entrevista bem como para, na qualidade de pessoas que influenciam as

comunidades, serem eles a solicitar a comunidade disponibilizarem o seu tempo para a entrevista, conforme a orientação do governo do distrito, o que nos obrigou a orientar as entrevistas de acordo com as condições encontradas no terreno. O dilema encontrado é que o novo milénio, segundo chama a comunidade, não chegou de dar início às actividades como era de se esperar.

O processo que define o início do novo milénio é a introdução do modelo do desenvolvimento comunitário na base de inclusão de novas técnicas de produção dentro das comunidades orientado pelo novo posicionamento do fazer local tendo em conta a associação do saber científico em relação ao local.

Foi assumido, à semelhança de outras vilas, por se introduzir as lideranças locais sobre os procedimentos por eles desconhecidos bem como em um contexto desconhecido pelo proponente do projecto, embora se argumente a existência de estudos pilotos que orientam a implementação das vilas. Portanto, considera-se uma estratégia falhada a partir do estudo piloto que *a priori* não conseguiu definir as normas sociais dos grupos beneficentes aos projectos bem como definir-se estratégias de sua implementação.

Entende-se assim que a informação que se fez circular ao longo da implementação da vila era de que ia se colocar “instalações onde vamos aprender algumas informações de maneira como nós vivemos. . . . Desde que foram construídas e logo parou até aqui” (Líderes comunitários da vila de Chitima, em entrevista a 29 DE abril de 2021). Considera-se ainda que as instalações construídas estão subaproveitadas, pois “fizeram as casas e tudo, e então electrificaram, ... puseram ar-condicionado e ... aquelas casas ficaram.... Aquele programa parou e então nós não sabíamos que eipah, não sabíamos a que se deve aquela paragem e então aquelas casas ficaram” (Dionísio Chicoponha, enfermeiro-chefe do Centro de Saúde de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021).

A informação trazida pelos implementadores do projecto é de que a comunidade iria se beneficiar, para além, de vários apoios sociais, de formações que pudessem dar suporte aos níveis de ensino na comunidade que, após a conclusão, por exemplo, do ensino médio, os jovens, na sua maioria, não encontram enquadramento. Com que então, estas formações iriam ajudar a criar novas formas de desenvolvimento social nos jovens e nas mulheres, em

particular, como grupos sociais mais desfavorecidos. Grosso modo, “as informações que eu tive era para o desenvolvimento do próprio do próprio distrito não é, ... mas só que não chegou aquilo ali, mas é isso mesmo que é a política que falhou” (Dionísio Chicoponha, 28 de Abril de 2021).

A forma como se propalou sobre a vila desde o início e a forma como os relatório do CITT se referem à situação da vila dá a entender que a vila está a conhecer um desenvolvimento significativo e que seu impacto tem se repercutido na comunidade, no geral, daí afirmar-se ser “uma das vilas de verdade que está a trazer desenvolvimento” (Sidique Abílio, Sheik na Mesquita Massidide Bilal, em entrevista a 28 de Abril de 2021). Porém, esta informação não condiz com que se constata no terreno bem como às reações da comunidade e de uma parte dos líderes locais que afirmaram não existir nenhuma influência da vila no desenvolvimento do distrito

No entanto, “depois de se construir aquele edifício não se falou nada, só criaram uma comissão em que esta comissão será o elenco de mobilizar as pessoas para saber para que fim seriam aquelas casas” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021). Este procedimento considera-se como sendo a forma de partilhar informação apenas para informar (Pasquali, 2003) assumido como modelo de difusão (Kunsch, 2006). É de informar na medida em que não considera a situação psicológica do receptor como forma de avaliar o impacto que ela traz depois de recebida. Ora, o governo local, em parceria com a direção da escola, determinou que iria fazer aquelas casas em “salas anexas da escola Vala de Chitima, que é a secundária.... Mas disseram que acabaram, acabou chumbando aquele programa alegando que já não poderia porque lá é longe” (Dionísio Chicoponha, em entrevista a 28 de Abril de 2021).

Em termos de difusão de informação para se alcançar as comunidades visadas recorre-se aos métodos tradicionais usando a técnica porta-a-porta, onde, as pessoas:

naquele bairro passa a noite a difundir informação, grita, nem tem um processo de informe por grito, logo às quatro então passa a dar aquela toda informação porque ele já sabe que meu bairro inicia daqui e depois termina lá, então, passa a dar aquela informação e as pessoas já sabem, então logo naquele momento vão se reunir ali onde é o local habitual que sempre se faz a reunião. (Dionísio Chicoponha, em entrevista a 28 de Abril de 2021)

O ponto negativo deste modelo de fluxo de mensagens no contexto de Chitima é não ter criado condições para que a comunidade se engaje na transformação de comportamentos e atitudes que possam considerar o projecto como uma necessidade, elevando o engajamento. Ora, percebe-se haver um interesse pela parte dos líderes que o projecto avance porque os edifícios construídos “era para uma formação, para uma formação de vários tipos. E então, não chegaram de realizar essas informações depois de concluírem essas casas” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021).

O sentimento percebido entre as lideranças comunitárias é de que o projecto venha a ser um sucesso para que a comunidade consiga um meio termo para alcançar um nível aceitável de entrosamento social capaz de implementar mudanças significativas na comunidade. Considera-se haver aspectos significativos capazes de elevar o desenvolvimento da comunidade, porém, o imperativo consiste na incapacidade da comunidade em explorar e transformar os recursos a nível local.

Porém, pode-se entender, por outro lado, que uma das preocupações é que as acções do governo levam a vila de Chitima a um:

desenvolvimento a um nível limitado.... o governo devia dar continuidade, nem, dar continuidade e houver, criar mais posto de emprego a partir do que, a partir do novo milénio porque isso ia nos trazer um crescimento assim tão rápido, um desenvolvimento assim tão rápido a um nível alto, então é isso que nós precisamos. É isso que o distrito precisa.... Porque afinal de conta emprego é ... um calcanhar de todos nós e é isso que as pessoas querem, que todo mundo tenha um desenvolvimento a partir deste desenvolvimento que quer dizer, é um emprego. (Sidique Abílio, 28 de Abril de 2021)

Em um compasso de espera, aventa-se a possibilidade de o projecto começar a andar de modo a que se possa dar início a uma nova fase de construção capaz de superar problemas sociais e condicionar o bem-estar. Assim, “estamos a precisar dos projectos que nunca aparecem” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021). Mesmo considerando a falta de informação capaz de amenizar os ânimos de toda a comunidade tanto mais considerando-se a capacidade de comunicação e partilha de informação pelo proponente, a eles não foi dada nenhuma informação que pudesse criar esta esperança, porém:

estamos à espera porque eles disseram que haveríamos de ter uma formação que alguns de nós ou alguns dos nossos filhos teriam acesso a ensino e aprendizagem daquilo aí, portanto, a nossa opção, a nossa espera é que, queremos que aquelas casas sirvam para a comunidade. Queremos essa informação que nossos filhos tenham acesso. Tenham acesso de modo a que, nós somos camponeses, por exemplo, capinamos, temos a nossa produção e muitas das vezes a nossa produção não é aquela que às vezes nós conseguimos com toda satisfação. Capinamos e a nossa produção é invadida por pragas. Então, não sabemos como conservar, como impedir essa praga, como combater essa praga. Então, é nessa formação que talvez podemos ter essa oportunidade de como quando um camponês tem sua produção e a produção é roída ou é invadida com insectos e então, como é que se faz. Temos uma produção, por exemplo, temos que conservar o nosso milho que nós aproveitamos esse ano, depois de três meses, o milho já é moído pelos insectos, já não chega para o próximo ano. Então, esperamos por esse projecto para que tenhamos acesso de informação para podermos conservar o nosso serrea. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Como se pode perceber, existe na comunidade, um conjunto de requisitos suficientemente fortes para alavancar a economia local que, por um lado é favorecida pela capacidade da mão-de-obra local e, por outro, pela disponibilização da terra cultivável como forma de colocar em prática um dos pilares considerados pelo governo como sendo sustentáveis para o desenvolvimento, a agricultura.

Um dos aspectos que foi tomado em consideração na criação das vilas do desenvolvimento do milénio tinha em vista eliminar certos problemas que cria desestabilização na produção agrícola bem como na manutenção dos cereais para o mantimento familiar e/ou comercial. É neste contexto que Clarke (1982, como citado em Araújo, 1988) nos remete à ideia da necessidade de, em algum momento, nas comunidades desfavorecidas, se criarem centros de crescimento económico, dando maior primazia ao sector agrícola, mas sem se descurar dos processos educativos e sanitários.

Autores como Schramm (1976) e Bolaño consideram os processos educativos e sanitários como sendo cruciais por poderem libertar a comunidade. A capacidade técnica a nível do conhecimento local tem sido incipiente na resolução dos problemas de combate às pragas e na conservação dos bens agrícolas. Pois, um dos pressupostos que é mostrado pelo Relatório do CITT (2006) é de que a redução da pobreza nas comunidades é garantida pelas

dinâmicas condicionadas pelo centro de transferência de tecnologia no âmbito de criação de esforços com vista ao desenvolvimento comunitário.

Porém, neste caso, observa-se o não alcance dos objectivos almejados porque os proponentes dos projectos de desenvolvimento através da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima não chegaram a colocar os serviços a nível de necessidade e resolver os problemas locais. Assim, entende-se que “desde que construíram não tivemos outra informação sobre aquele espaço” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021). Por outro lado, argumenta-se que com a vinda do projecto vilas do milénio “hoje temos uma água limpa e não só e temos aqui também o alargamento do hospital... Afinal de conta quanto mais as infra estruturas locais do governo crescem mais emprego aparece” (Sidique Abílio, 28 de Abril de 2021).

A falta de informação objectiva e o não-cumprimento dos planos propostos é que domina as relações entre a comunidade e a gestão da vila, pois, grande parte dos planos traçados pela comunidade foi desmoronado pelo posicionamento negativo da vila, ao que se entende em Weber (1973) como sendo a geração de um mal-estar na relação vila-comunidade por não poder satisfazer as expectativas criadas.

Assim, entende-se que:

desde que construíram estão paradas. Desde então até hoje e todas as pessoas estão a espera o que vai acontecer com aquelas casas ai. Muitas pessoas, mesmo nós os líderes estamos a espera porque passam mais de cinco anos que aquelas casas estão assim. Está a ver na volta daquelas casas já estão cheias pessoas já porque quando construíram aquelas casas ai não havia aquelas casas que estão na volta daquelas casas, não havia nada, então, com o atraso, prontos, as pessoas sentem, estão a construir as casas. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Uma das evidências da frustração da comunidade que se constata é a usurpação do espaço onde foram construídos os edifícios da vila, tomando-os como espaços de residência. Isto é, com o abandono do projecto a comunidade ocupou os espaços da vila para construir suas moradias. Entende-se assim, que pelo menos há uma parte da comunidade do bairro 25 de junho que faz uso dos serviços da vila mesmo que de forma indirecta na medida em que

aproveitam a valorização da zona para se instalarem, criando um aglomerado capaz de manter o ambiente em volta seguro.

O fundamento do desgaste populacional e das lideranças prende-se com o facto de parecer-se que a gestão da vila trouxe uma promessa sem uma vontade clara de cumprir o prometido, daí observar-se que, todos os esforços empreendidos pela ideia do novo milénio reduz-se a zero, na medida em que os materiais fornecidos à comunidade, a exemplo das bombas de água, não serviram às necessidades locais. Com que considera-se que:

aquilo aí só deram bombas mas não tinha o coiso, não tinha mangueira, não tinha mangueira e depois disseram que haviam de trazer mangueira até desde desse dia até hoje, nem essas mangueira, aquelas bombas também acabaram ficar assim sem sem se fazer nada. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

A bomba de água oferecida acabou por ficar obsoleta por ter sido entregue à comunidade mesmo incompleta. Entende-se, assim, que a introdução da tecnologia no novo milénio foi negada pelos gestores na medida em que não foi possível proporcionar à comunidade instrumentos para o efeito. Pois, a distribuição das bombas com peças em falta frustra, em parte, os receptores, na medida em que estes materiais deixam de ser úteis, para além de não responderem às necessidades da comunidade, isto porque, mesmo para os que receberam as bombas em referência “não serviu para nada. . . . Faltava completar certos materiais aí” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021).

Por um lado, as mulheres, por serem as que mais produzem em condições desfavorecidas, mais pela falta da técnica de produção, acabam por serem submetidas quase que a trabalhos que precisam da força e, por outro, os jovens, com menores oportunidades de emprego no distrito, viam a implementação do novo milénio como sendo o que iria trazer certas condições de alívio, pois, os implementadores da vila vinham com promessas, assumindo a percepção de Lopes (2005) segundo a qual dar capacitação às comunidades locais ajuda a enfrentar novos desafios na superação da pobreza.

Considerando as potencialidades locais, a sua capacitação ao conhecimento técnico pode ser capaz de ajudar na resolução de problemas locais e, de forma local, como argumentam Schramm (1976) e Bolaño (2008). Então, pode-se considerar que a falta de

capacidade técnica nestes lugares vai cada vez mais condicionar ao abandono pela falta de informação, agudizando cada vez mais a condição social destas comunidades. Pois, mesmo tendo sido um dos planos para a comunidade “nunca houve formação e nem informação de que estamos a espera por causa disto e mais aquilo, não, por isso que acaba de dizer que o espaço acaba de ser invadido pela população porque não está sendo feito nada” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021).

A falta de clareza dos procedimentos observa-se um descontentamento comunitário pela forma como os processos são conduzidos, sendo o grupo dos líderes o mal compreendido, pois é considerado conivente. Isto porque:

até parece que o líder aqui comeu o dinheiro do projecto enquanto nem sequer pouca coisa você se beneficiou daquilo, mas a comunidade por vezes pensa nisto que nada, o líder alguma coisa comeu, por que é que aquela coisa ali não anda e ele não está a se interessar pelo projecto, alguma coisa, está satisfeito porque ele está a comer, enquanto o líder aqui, veja (mostrando a situação), nem mata-bicho as vezes não tem, almoço também é meio desenrascado mas quando a população para a informação que acata é problema sempre para o líder. Estão a ver, cheio de problemas, bocas não faltam. (grifo nosso) (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Entende-se que a não transparência das acções desenvolvidas pode criar instabilidade social dentro das comunidades. Facto é que os mentores da vila, em momentos de instabilidade não se encontram por perto e nem aproximam-se de quando em vez para partilharem sobre a forma como os processos são conduzidos. Assim, a criação das relações entre os implementadores da vila e a comunidade torna-se defeituoso na medida em que o processo de investimento nestes lugares, como mostram Thomas (como citado em Wilkins, Tufte & Obregón, 2014), não responde à demanda local, o que afasta a possibilidade de se criar capacidades nas populações locais para a busca de soluções olhando ao que os contextos oferecem.

Deixar de lado aquele a quem se pretende investir pode ser considerado como sendo um mecanismo de ignorar a sua capacidade de influenciar a mudança, pois, cada grupo social tem uma ideia, mesmo que vaga, sobre a forma como ela se auto influencia. Este argumento é fundamentado pela forma como se partilha a informação dentro da comunidade, pois:



o que devia ser quando as coisas se são informados os líderes e os líderes são o elo de ligação com a comunidade, então, passa a informação à comunidade e a comunidade acata, espera que seja feito aquilo e agora, seja feito espera que não é feita aquela coisa, então, revolta para o líder, então, estão a ver o vosso governo o que está a fazer enquanto não é o governo porque a própria pessoa que está enfrente daquilo ali, então, nós gostaríamos que aquelas casas que foram feitas e temos que ver o seu programa daquelas casas. Queremos que aquelas casas funcionem para o bem da comunidade. Estão dentro da comunidade. Queremos a formação, essa formação prometida, queremos ver com os nossos olhos para formar os nossos filhos, para formar as nossas mulheres, formar as nossas pessoas e nós líderes assistirmos que a nossa vila de Chitima, novo milénio está a avançar porque não basta só vermos aquelas casas no mato sem efeito nenhum, já estão a se estragar já. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

A auto confiança e determinação da liderança local remete-nos à ideia segundo a qual a criação de projectos dentro das comunidades deve ser consultada e deixar a que a comunidade decida-se em que moldes esse projecto deve ser implementado, participando em todos os processos. Observa-se, em algum momento que:

nós temos, em todas as conversas que o governo eles nalgumas vezes tem convidado, temos participado. Temos participado em várias reuniões e nessas reuniões todas assim que voltarmos da reunião nós temos dado relatórios aos crentes para estarem a par daquilo que está acontecer a nível do distrito do do do em termos do desenvolvimento. (Sidique Abílio, 28 de Abril de 2021)

A abertura de espaços para que haja participação das lideranças locais serviria de instrumento de medição para aferir o grau de capacidade de influência neste processo. Porém, a forma como a comunidade é convidada a participar dos processos entende-se manipulativa servindo apenas para dar apoio e visibilidade das acções do governo local, criando uma imagem positiva aos olhos externos. Assim, afirma-se que “talvez as pessoas não vão para lá porque o assunto não tem peso, nalgumas vezes só, a chance é pouca nem, porque nós temos um número de muita gente” (Sidique Abílio, 28 de Abril de 2021).

As acções aqui referenciadas são de outros contextos e não da vila, como por exemplo, do governo quando elabora outras estratégias de contactar a comunidade.

Habermas (2003) considerou a estas acções como sendo comunicativas que nos sugere uma gestão local de todos os processos e segundo uma ideologia que está ao nível da gestão local. Assim, a falta de inclusão de quem se beneficia na definição dos processos, conforme argumenta Habermas (2003), faz com que se percebam situações em que se aventa a possibilidade de as lideranças locais e/ou tradicionais pudessem assumir o controlo dos projectos:

o líder não pode desperdiçar nada do projecto, e nem pode comer o dinheiro porque a população está logo ali de olho por que ali primeiramente podemos formar o quê, comités. Criam-se comités dentro da comunidade e ninguém pode levar dinheiro e comer na casa dele sem o conhecimento da todo o comité e termos uma saída juntos com a comunidade, mas se aparece alguém porque é chefe ou quê, faz das suas e vai embora, mas amanhã o problema é de quem, do líder. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Este pensamento mostra de forma clara que as comunidades, a todos os níveis, estão organizadas nos seus lugares e procuram cumprir metas traçadas. Porém, é preciso que estas metas sejam desenhadas com o envolvimento comunitário de modo a que ela se aproprie de todos os processos. É a este conclusão a que Schramm (1976) chega quando observou os níveis de comunicação efectuadas em diferentes classes na sociedade e que, chegado nas comunidades rurais, percebe-se que está em níveis muito baixos, daí seu impacto ser quase insignificante na transformação dos processos. Por isso, o autor avançou, de forma implícita, a ideia segundo a qual as comunidades rurais passarão a ser incluídas nos sistemas de tomada de decisão a partir da sua inclusão na sociedade de informação.

Por não se considerar a forma de pensar e ser da comunidade, os implementadores dos projectos em parceria com o governo foi criando novos espaços e empreendimentos:

deixando aquilo, o novo milénio já construído lá. Fez-se a localidade, não sei aonde lá, deixando o novo milénio lá, aquelas casas só abandonadas e fez-se outra casa do outro lado, do CTA, do outro lado, que seria ali no milénio mesmo mas fez-se do outro lado. Então, por que é que essas novas construções não se fizesse lá e fazer uma vila mesmo como dizem vila do milénio, não seria bom? Não seria desenvolvimento? Agora este espalha isso, outra casa lá, outra coisa lá e então aquelas casas só ficam lá como embeleza. Não devia ser ponto de partida de outras pessoas que vão a machamba. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

A comunidade e o governo entendem os processos do desenvolvimento integrado de formas diferentes, na medida em que para a comunidade, o mais seguro seria a alocação dos empreendimentos construídos nos mesmos espaços de modo a que se possa criar uma identidade comum na forma de definição do desenvolvimento.

Com o procedimento do governo, por um lado e, a inoperância do novo milénio, entende-se que o novo milénio está num crescimento insustentável e fora do padrão desejado para que a comunidade sinta e veja as dinâmicas criadas. Ora, a ideia da criação das aldeias comunais foi justificada pelo facto de as comunidade encontrarem-se de forma dispersa o que dificultava a criação de dinâmicas capazes de condicionar desenvolvimento e sustentabilidade. Hoje, as vilas do desenvolvimento do milénio foram desenhadas para responder aos problemas do subdesenvolvimento em comunidades onde as condições do bem-estar social, desde o acesso à informação, não foram criadas.

Portanto, a forma como o governo e seus parceiros lidam com o novo milénio de Chitima é de quem está do lado de fora e que age sem se importar com os processos. Pois, a definição dos processos dentro dos parâmetros desejados ajudam a enquadrar e a eliminar comportamentos indesejados dentro do sistema.

Pela construção de edifícios de forma desordenada criou-se um ambiente de insatisfação, pois, a comunidade avança a ideia de estes edifícios serem entregues nas suas mãos “para servir de escola de nossas crianças que estão a sair daqui e ir lá no instituto, lá fora, longe, outros vão ali e não sei quem esses estão a fazer o quê, estão ali crianças em baixo de árvore” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021).

Há, no governo distrital e parceiros locais de desenvolvimento, uma postura que ignora o fluxo seguro dos processos partindo da avaliação das necessidades reais. Isto é, sem descartar a importância da vila, era importante considerar as necessidades dos beneficiários de modo a que se possa desenhar uma vila com estrutura que vai responder ao comportamento generalizado da comunidade.

A postura e comportamento das pessoas determina a forma como ela se comporta perante uma situação nova, nunca antes experimentada. Por isso, o abandono dos edifícios criados e que caíram num afastamento completo de quem as cria, leva a comunidade a

cogitar na ideia de dar um destino não planejado respondendo à necessidade da falta de salas de aulas, por exemplo.

Dentro das comunidades a informação flui à medida das dinâmicas comunitárias e com influência dos líderes locais, pois, os meios de comunicação, em particular a rádio comunitária local, a rádio Sanangué, meio através do qual a comunidade devia receber informação, está obsoleta “já há oito anos, oito anos ou sete, se não estou em erro que já a rádio não funciona” (Dionísio Chicoponha, 28 de Abril de 2021). Assim, o fluxo de informação foi relegado às dinâmicas criadas pelos líderes na medida em que procuram partilhá-la com a comunidade dentro do possível, assumindo-se as suas responsabilidades locais. Pois, considera-se que o meio rádio é que tem maior capacidade de fazer circular a informação e que com a sua falta, seu papel é passado aos líderes que, recebendo a informação do governo:

nós logo passamos a informação à comunidade. Mas não é toda que recebemos informação, as vezes que outras estão nas machambas, estão no mato. Você quando reúne com o número assim, então, aqueles também por sua vez podem partilhar informação para os outros mas através da rádio pode e muita gente, muita comunidade que pode apanhar informação. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Há uma percepção sobre os processos comunicativos que faz com que as lideranças locais achem que nem toda informação deve ser partilhada, havendo a que deve ser tratada como secreta. Entende-se, assim, que as análises de Schramm (1976) sobre a contextualização da informação ganha espaço na medida em que, para os líderes, existe um tipo de informação que não deve ser partilhada com que então, entendendo o autor, pode-se considerar como sendo a que exclui uma parte da sociedade, o que não cria condições para a mudança social necessária para o desenvolvimento.

Isto é, para os líderes locais, há um tipo de informação que deve ser vista como da elite, portanto, não partilhável. Este procedimento encontra espaço dentro da comunidade porque o meio rádio, meio de comunicação comunitário local, está obsoleto, havendo a necessidade de se partilhar informação na base das lideranças locais. Ora, a falta do meio rádio que sirva aos interesses locais faz com que a comunidade sinta sua falta porque considera-se haver “muita informação que não chega à comunidade. . . . A rádio faz com que

a informação fique, chegue até mais além ... com muita facilidade também” (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021). Porém, “eu poucas vezes escuto rádio” (Sidique Abílio, 28 de Abril de 2021), porque tem acesso à informação em outras plataformas.

A circulação de informação no novo milénio é condicionada pelas dinâmicas que se criam na RC de Cahora Bassa, a rádio de Songo, meio através do qual a comunidade de Chitima se informa, o que cria um vazio informativo sobre as questões locais, pois o uso do meio de outros contextos dificulta a conversação sobre as questões locais porque localmente não existe rádio capaz de dinamizar os sistemas de informação capazes de influenciar a comunidade a ter novas ideias sobre as questões locais, influenciando nos vários processos.

Isto porque os líderes, mesmo considerados elementos chave na comunidade, a informação por eles partilhada tem maior probabilidade de ser filtrada, como pode-se perceber, diminuindo seu impacto, pois, quando a informação chega aos líderes vinda do governo, estes reúnem-se para:

analisar qual a informação que vamos dar à comunidade. Qual é o ponto essencial para que a comunidade compreenda e você não pode levar toda informação, por exemplo, outras são críticas aqui e você não pode informar a população tem que levar os pontos mais importantes que é para passar a comunidade e dali depois de dois dias você passa a informação. Amanhã, você não pode informar hoje, hoje há reunião, você não há de apanhar, tem de anteceder, passando dois dias e depois de amanhã reunião não sei a que horas sei quê e a comunidade fica informada. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Os elementos de comunicação considerados simbólicos como o apito e o batuque têm sido importantes na partilha de informação dentro da comunidade, pois, tem seu valor cultural. E, por outro lado, a forma como o governo distrital partilha informação com as lideranças comunitárias é considerada segura e fiável na medida em que caso haja:

alguma coisa passa logo a informação. Passa logo a informação ao chefe de localidade e o chefe da localidade, por sua vez, convida todos os líderes e há esta situação assim assim, se dá para comunicar a comunidade, comunicar a comunidade e se é só para os líderes saberem então, nós os líderes ficamos a saber. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

Assim, recomenda-se aos gestores e patronos da vila que se prontifiquem em dar início às actividades ora planificadas. Pois, a ideia com que os líderes ficaram sobre as casas construídas é que sirvam para alguma coisa de útil como, por exemplo, condicionar mecanismos para alavancar a economia local na base de várias acções definidas. Assim, a ideia é que:

viesses concluir aquilo que é a vila do novo milénio porque não basta só construir casas sem as suas actividades porque nós queremos as suas actividades, queremos ver aquelas casas a trabalharem para o bem da comunidade. Queremos essas formações que esperamos que até aqui nunca acontecem. Gostaríamos que o nosso Chitima fosse mesmo vila, não é essa maneira de estarem a espalhar casas e depois casas e desde que o novo milénio construíram três só são três e o seu efeito, nada! queremos que seja feito as suas actividades para o rendimento de nós como comunidade. (Líderes de Chitima, 29 de abril de 2021)

A esperança das lideranças no desenvolvimento do novo milénio ainda está viva considerando a importância do projecto para o desenvolvimento local e, em particular, pela experiência de alguns membros sobre os efeitos condicionados pelas aldeias comunais criadas pela Frelimo durante a luta de libertação colonial. É importante considerar que esta esperança pode ajudar na diminuição da falta de informação sobre vários aspectos sociais que possam condicionar o desenvolvimento a nível local.

Por isso constatou-se que a comunidade de Chitima já não fala sobre a vila do milénio “porque se calhar pode se dizer que como levou muito tempo, ... sem surtir o efeito, como ficou muito tempo, então as pessoas já, algumas pessoas, por exemplo, tiveram espaços em volta mas não naqueles sítios onde tem marcos” (Dionísio Chicoponha, 28 de Abril de 2021). Ou seja, houve a iniciativa comunitária de tirar proveito dos espaços valorizados pela construção de edifícios e ter corrente eléctrica por ter feito promessas que não se verificaram e os implementadores não mais mantiveram contactos com a comunidade.

As condições que determinam a que Chitima seja considerada região opaca que, como se percebe na visão de Santos (1996, citado por Etges & Carissimi, 2011) e em Prebish e Arrigui (como citados em Árabe, 2003), devem ser solucionadas tendo em conta as necessidades da comunidade partindo do princípio de que a comunidade tem capacidade, a nível local, de dinamizar processos para o efeito, desde que se tenha em conta o respeito

pelas questões culturais, o que significa, deixar a comunidade definir seus processos, criando sustentabilidade na base do conhecimento e técnica locais.

Ora, é importante considerar-se a camada juvenil como o elo que possa galvanizar sustentabilidade a nível local:

porque afinal de contas, chamar jovens a trabalhar lado a lado, jovens criativos, heim, jovens ideais, ... a trabalhar duro.... A pesca é a nível do distrito é um projecto de muita sustentabilidade.... A pesar de, não temos capacidade de termos aquela pesca de referência mas acho que havendo essa oportunidade de termos aquela pesca, os jovens poderia se integrar ainda mais. (Sidique Abílio, 28 de Abril de 2021)

Uma das causas que condiciona a transformação da periferia em lugares atrativos é que, segundo mostrou Neves (2009), ela deve condicionar a que os processos levados a cabo reflitam as necessidades de forma interna, na base das condições internas e, contextualizadas as condições disponíveis na resolução e definição de parâmetros que orientem mudanças sociais, condicionando a chegada de informação (Schramm, 1976) de forma não manipulada mesmo considerando-se as condições de seu fluxo.

### **13.3.3. A inércia do novo milénio no desenvolvimento comunitário**

Em conversa com a comunidade de Chitima buscou-se compreender o processo da criação das vilas tendo como foco a condição social do lugar. Foi possível avaliar o papel da comunicação nos processos de aprendizagem bem como na integração das comunidades buscando responder um objectivo comum a partir das questões que identificam cada membro integrante. Portanto, considera-se que a comunicação, sendo um fenómeno social, tem a capacidade de chamar as pessoas a buscarem respostas sobre os seus problemas.

A comunicação alternativa que responde aos problemas directos e de forma eficiente em Chitima encontra um entrave pelo facto de a RC local não estar em funcionamento. O outro ponto a considerar foi a não criação de espaços para que se aprofundem as conversas sobre o ponto de situação da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima porque as actividades não chegaram a ser introduzidas.

Porém, a condição social no novo milénio, por não ter uma rádio comunitária local capaz de dinamizar a comunicação para o benefício social, deixa um vazio na invenção de espaços de conversação considerado fundamental para a criação de entendimentos. Isto é, a comunicação é vista como fundamental no desenvolvimento das comunidades, particularmente nos lugares onde o domínio da ciência e da técnica são escassos, pois:

o papel da comunicação social é primordial no sentido em que criou-se e até agora está a criar-se uma cultura de informação e, felizmente temos eee temos várias rádios a nível distrital o que faz com que as pessoas estejam atentas e tenham esta fonte de informação eee que para elas é credível e é acessível no sentido em que nem todos dispõem eeee de televisões aaa facilidade ao acesso a internet então tem a rádio como uma fonte segura. (Alson Alcinar, membro da comunidade repórter e escritor, distrito de Cahora Bassa, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Assumindo-se o lugar onde se encontra a vila, entende-se que a situação socioeconómica não favorece à proliferação, em particular, do meio televisivo que, mesmo não podendo ser considerado como o meio que mais facilmente dinamiza a informação, mas pelas qualidades que este apresenta em poder combinar o som e a imagem, faz dele o meio mais privilegiado, porém, a comunidade não tem seu acesso de forma livre.

Para reduzir os níveis de carência de informação, assumindo-se o processo comunicativo como central para o bem-estar das comunidades, “tem havido essa comunicação com megafones e também outra informação partilham com a rádio lá na vila do do Songo e eles partilham essa informação e nós apanhamos na rádio” (Alexandre Chaima, 25 de Abril de 2021).

Chitima, caracterizado pela fraca rede eléctrica, as condições de circulação da técnica são exíguas, fazendo com que a comunidade fique isenta do controlo social pela classe dominante, tendo que dinamizar os processos através do conhecimento local entendido em Rodrigues (s.d) como sendo a forma de se escapar da imposição sobre o que pensar.

A disponibilidade do governo em partilhar informação pública com os meios de comunicação social no distrito “facilita com que nós tenhamos o acesso ... e a possa difundir.... E temos esse contacto directo eeee a nível da administração que faz com que



humm não haja tanta dificuldade assim como talvez possa acontecer em outros pontos” (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021). A abertura do governo em partilhar informação pode ser considerada como sendo essencial para que a comunidade seja habilitada na participação em processos de tomada de decisões a nível local.

Olhar aos meios de comunicação social como parceiros estratégicos do governo deve ser considerado sinal positivo para que a comunidade coloque suas inquietações na forma como esta define e orienta os processos, desde que seja uma informação isenta de ideologias. Entretanto, os meios de comunicação abertos e que estejam sempre em sintonia com a comunidade de Chitima são quase nulos uma vez a rádio local estar obsoleta, não havendo outro mecanismo capaz de dinamizar os fluxos de comunicação fora aos líderes locais, pois a televisão e internet são de fraco acesso.

Um dos problemas de acesso à internet e televisão prende-se com a fraca distribuição da rede eléctrica, pois “há certos pontos onde ainda há dificuldades. Então, as pessoas sabem dizer que a rádio basta ter pilha,... e sabem dizer que mesmo que não haja energia com pilha podem ter acesso à informação. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Ora, a internet é considerada de acesso fácil para a camada jovem cujo acesso é feito “com algum conhecimento em relação aos que pertencem, por exemplo, à terceira idade que não têm tanta facilidade” (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021). A informação que circula no seio da comunidade é dinamizada pela rádio comunitária de Songo, da hidroeléctrica da Cahora Bassa, bem como por outras RCs, a exemplo de Marávia, Mágoé, Changara, entre outras, cuja intenção é facilitar acesso ao conhecimento. A rádio comunitária de Songo tem como sustentabilidade a hidroeléctrica Cahora Bassa, cujo patrocínio é facilitado pela sua localização geográfica, o que não sucede, por exemplo, com outras rádios, a exemplo da RC de Chitima (a rádio comunitária Sanangwe) que se encontra fechada por falta de sustentabilidade.

No novo milénio, bairro 25 de junho, a comunidade, por não ter a rádio local disponível, torna-se excluída dos processos e sem instrumento para acompanhar as dinâmicas da sociedade, limitando-se, por outro lado, aos mecanismos de desenvolvimento e sustentabilidade. Portanto, o uso massivo do celular como instrumento de comunicação veio

a influenciar em grande medida ao acesso à informação via rádio, pois, os dispositivos celulares usados, na maioria, nos distritos moçambicanos foi acoplado o dispositivo de rádio por se considerar a dificuldade de acesso a este meio pela maioria da comunidade, particularmente, em países do terceiro mundo. No entanto, uma das razões que influencia ao acesso do meio rádio:

tem a ver com a programação das próprias rádios, porquê nós, a grelha de programação nós fazemo-la no intuito de tocar a todas as faixas etárias aaaa fazendo aaa programas diversos desde programas infanto-juvenis e temos programas estudantis, religiosos, temos programas informativos o que faz com que todo mundo se sinta valorizado. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Um dos aspectos considerados importantes nos processos de integração social é a conversação que, através do meio rádio, se adquire instrumentos para que as pessoas possam se posicionar e tecer suas opiniões. O meio rádio, nestes lugares tem tido um papel fundamental na medida em que faz com que as pessoas passem a saber dos vários acontecimentos no distrito. Por exemplo:

que o chefe do estado vai falar. Eles sabem dizer que a rádio vai passar então todo mundo está focado porque todo mundo quer ter algo a dizer no dia seguinte para não ficar despercebido ou fora do contexto então, procura informação.... Então temos vários programas de música de cultura o que faz com que cada faixa etária saiba que olha, hoje, domingo, haverá velha guarda então não só os que são adultos hoje, ontem foram jovens. Então escutam música de hoje mas também escutam música de ontem, isso faz com que as pessoas fiquem presas a música porque é dos nossos pratos fortes éeee, essa parte do entretenimento. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Esta ideia remete-nos ao pensamento de Augustin (2013), segundo o qual a comunidade preocupa-se em ouvir uma diversidade de vozes para poder fazer uma escolha de forma livre, respeitando-se, por seu turno, os grupos étnicos. A comunicação alternativa feita nos moldes comunitários, por sua vez, tem em vista incluir as comunidades excluídas dos processos, defendendo interesses locais.

O acesso ou a busca de informação sobre os vários aspectos referentes à vida do distrito tem colocado em destaque vários programas informativos, mesmo se considerarmos assuntos não referentes ao novo milénio, mas por poder trazer uma conversação entre os indivíduos, serve de base para se afirmar que há busca de informação e, por outro lado, há tentativa, pela parte dos fazedores de programas, de satisfazer, até certo nível, os desejos comunitários.

Com particular destaque, a RC Cahora Bassa tem sido a opção mais eficaz na partilha de informação, o que deixa um vazio comunicativo pelo facto desta rádio não ter a capacidade de responder às necessidades de Chitima, assumido como outro contexto, embora seja do mesmo grupo linguístico. Pois, com a capacidade e sustentabilidade criadas, através dos parceiros como a hidroeléctrica de Cahora Bassa e outras instituições, meio pelo qual a vila de Chitima se informa. O acesso à informação sobre as questões locais é reduzido na medida em que a rádio, sendo de outro contexto, procura dar maior ênfase às questões de seus contextos. No entanto, as questões sobre Chitima tem sido abordados nesta rádio:

tendo em vista que é a sede distrital a nível de Songo e de vários outros pontos nem, Chitima sede distrital de Cahora Bassa. Entretanto, vários programas, várias informações que a administradora e outras entidades queiram difundir eles recorrem sempre a rádio e nós também estamos atentos porque temos correspondentes da rádio em Chitima. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Assim, questiona-se a capacidade da RC de Songo em dinamizar informações sobre a vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, pois para Songo, o *novo milénio*, encontra-se em zona remota. Vai daí ter-se como foco informações sobre as acções do governo e não necessariamente a real situação da vila do milénio (novo milénio), pois sobre esta vila nada se pode avançar pelo facto de as dinâmicas que a vila devia criar dentro das comunidades não serem visíveis pela sua inoperância. Entretanto, argumenta-se que:

sobre a vila nós abordamos assuntos mais inerentes a própria governação, os próprios trabalhos que vem fazendo com com as comunidades eeee, nesse contexto, por exemplo, actual de corona vírus pra reforçar as mensagens de prevenção éeeee não só, o manifesto, o manifesto, não no ponto de vista eleitoral, mas nos trabalhos em que o governo tem feito em parceria com várias ONGs, por exemplo, o PMA, a difusão da mensagem tem várias

organizações como a Helen Kheiller, ela que fala sobre o aleitamento materno eles trabalham com o governo e nós passamos esta mesma mensagem com as ONGs com o próprio governo que é para a credibilidade do próprio programa nem que eles vem fazendo. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Tanto o governo assim como o novo milénio, como entidades com planos por cumprir, a RC de Songo (da Cahora Bassa) encontra um desafio a superar condicionado pelos critérios de noticiabilidade. Pois, há falta de acções que mereçam uma cobertura da media no novo milénio. Daí afirmar-se haver programas “que nós só difundimos caso essas entidades solicitem.... Há programas que nós vamos ao encontro e há há aqueles que também vem ao nosso encontro.... Então, nós também esperamos que em algum momento que as entidades se aproximem a rádio” (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021).

A falta de assuntos que devem ser abordados sobre o novo milénio em Chitima é que ela, na qualidade de uma vila com metas a cumprir, não chegou a dar início às suas acções na qualidade de agente cujo objectivo era impulsionar mudança nas comunidades. A vila do desenvolvimento do milénio de Chitima não criou mecanismos pelas quais ela devia ser conhecida dentro da comunidade para além da construção dos edifícios que se encontram no estado de abandono.

É importante considerar a capacidade do meio rádio em dinamizar a informação nas comunidades, pois o apelo dos profissionais de comunicação social tem sido significativo, seja sobre qual for o nível de informação assumindo-se tratar de comunidades rurais, onde estas devem servir aos interesses comunitários induzindo ao que Sousa (2006) apelida de consciência colectiva.

É neste contexto em que afirma-se que as comunidades “já vão se aproximando e vão acreditando mais na rádio pela capacidade.... As pessoas já começam a se aperceber que para trabalhar com as comunidades e para atingir os seus objectivos uma parte deles precisam precisam da rádio. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021). Portanto, a rádio é vista como sendo o instrumento imprescindível na definição do futuro da comunidade e por ser cooperativa bem como (Santos, 2006, como citado em Lima, 2010), importante nos processos de construção do desenvolvimento local.

A informação sobre a vila de Chitima, chega em todos os lugares do distrito dinamizada pelos líderes locais. Os líderes são os que mais se empenham na partilha e difusão de informação referente à vida de Chitima. Isto é, estes são pessoas que vivem na comunidade e que facilmente podem dar uma informação de forma fácil se comparados com o meio rádio, embora o meio seja mais abrangente e flexível.

Os líderes comunitários são vistos como sendo os que servem de elo de ligação entre os governantes e a comunidade, com a vantagem de melhor conhecer as características da comunidade. Assim, sendo considerados fundamentais na sociedade:

eles monitoram eee a própria comunidade eeee em questões de de de destas das doenças, a educação eeee a própria agricultura. Por exemplo, eles são intermediários da parte do governo então eles levam a informação e expandem lá na comunidade.... Criaram seus focos, temos chefes de quarteirão, chefe de 10 casas, a partir daí apanha-se uma informação detalhada. (Alexandre Chaima, 25 de Abril de 2021)

há certos assuntos que nós podemos querer do líder comunitário que ele não pode passar sem o posto administrativo e o posto administrativo também não pode passar certos assuntos sem o conhecimento do governo a nível do distrito. Então trabalhamos em parceria com todos esses elementos que para que a informação não seja distorcida.... Para que a informação seja mais credível é preciso ouvir esses elementos que fazem parte das comunidades, por exemplo, falo do chefe do posto, falo do líderes comunitários. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

Há uma tendência de se considerar informação credível a que for partilhada, tanto pela rádio (tendo este ouvido o governo ou outro), assim como pelos líderes (membros da comunidade considerada apoiante da comunidade por se identificarem com os problemas locais) “porque as pessoas conhecem.... Se eu ouço só o jornalista a falar posso até acreditar, mas não tem aquele impacto de quando é o chefe do posto a falar para as comunidades” (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021).

A credibilidade da fonte de informação pode ser considerada como fundamento na busca de informação e que deve ser vista como sendo a chamada de atenção para que se prime pela confiabilidade no processo de reconstrução de notícias, mesmo considerando uma

comunidade com pouca escolarização na compreensão de certos fenómenos. Neste caso, a educação, vista em Schramm (1976) como função, tem em vista trazer os membros à sociedade com valores da sociedade. Pois:

nós não trabalhamos diretamente com a comunidade como tal sem passar pelos líderes, ... o próprio governo é que cria essa facilidade para nós como rádio.... se não ouviram na rádio eles desconfiam eles muitas vezes ligam para nós para certificar se existe um projecto se vocês passaram um projeto X se a gente diz sim eles facilmente acreditam e vão a procura. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

As acções da rádio são entendidas como sendo as que primam pelos interesses do governo por pretender atingir ou cumprir objectivos empresariais que, como terá se afirmado anteriormente, as acções da comunicação pública em Moçambique, particularmente em regiões onde a Frelimo governa, primam pela defesa e proteção ideológica. Assim, entende-se que a maior parte dos problemas reportados no contexto da vila de Chitima tem que ver com as barreiras culturais, tomando como exemplo a desinformação. Ou seja, “se tu vais a uma comunidade eles podem olhar para ti com uma estranheza, ou seja, és novo, não te conhecem, então podem achar que é uma armadilha” (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021).

A recepção dos projectos pela comunidade tem que ver com questões de confiança, por um lado, das lideranças locais e/ou da rádio e, por outro, do governo cujo papel é dinamizar o desenvolvimento a nível local. A receptividade ou não de um projecto tem que ver com a proveniência ou do próprio projecto ou da informação sobre esse projecto que, se “nunca ouviram na rádio então para eles é como se não existisse. Não há credibilidade, então se eles ouvem algo na rádio se tu vais eles já sabem que hammm é da rádio” (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021).

Pode-se entender, por outro lado, que o posicionamento da comunidade perante as questões de informação e da confiança, em particular, são os que abrem espaços para que o governo difunda mensagens com ideologia de dominação e fazer com que a comunidade fique dependente desta informação cada vez mais tornada escassa, pois sua falta pode ser vista como sendo estratégica para a dominação. Portanto, é importante considerar que:

para que se tenha sucesso num projecto nas comunidades tendo em vista que os factores socioculturais são fortes, ... mas nós porque trabalhamos com as comunidades e fazemos parte dela sabemos que são factores que não se podem vencer daqui para aqui. Então, tem que ser um trabalho contínuo, um trabalho com a liderança comunitária que as pessoas acreditam e que sabem como fazer com que as comunidades comecem a perceber as coisas de uma forma diferente. A própria linguagem, o próprio contacto a certos aspectos que nós daqui de fora podemos não perceber mas os que trabalham diretamente com as comunidades os que estão dentro podem perceber com alguma facilidade.... Se tu chegas no campo, as pessoas, quando tu falas as pessoas podem não receber aquela informação, mas se essa informação vem a partir do líder, por exemplo, o líder sabe como comunicar com essas pessoas porque ele não trabalha sozinho tem certos elementos que que certa estrutura que o próprio líder comunitário cria, tem vários chefes, chefe disto chefe de 10 casa ou chefe do bairro. Então, em conjunto com estes, o líder comunitário sabe dizer que olha para essa informação para que seja bem recebida nós temos de agir assim. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

As barreiras culturais e linguísticas são consideradas fundamentais na transmissão de mensagens na medida em que podem condicionar uma má interpretação, criando problemas de impactos, ser considerada uma estratégia de comunicação que desinforma. Incluir as questões culturais na definição de um programa é de extrema importância na medida em que o projecto procura resolver problemas da comunidade. É neste contexto em que se pode afirmar que a comunicação cultural, a que Habermas (1989b) chama de linguística, se torna relevante na motivação da comunidade.

Ora, a acção comunicativa torna-se em um meio de socialização capaz de influenciar os ambientes familiares, definidos por aspectos culturais. Para Habermas (1989b), a linguagem, entendida como sendo o artefacto que determina os contextos culturais, oferece uma forma de organização para os substitutos necessários à interpretação. Pois:

os factores socioculturais são fortes nas comunidades, mas com um trabalho contínuo as pessoas podem mudar a sua forma de pensar.... nós aqui de fora podemos não perceber, podemos pensar que é só passar a informação e já está.... Nós vamos ao encontro da chefe de posto as vezes vamos à própria administradora do distrito querem ouvir a voz da administradora que é para perceberem o impacto.... O peso dessa informação, então hoje se tu

vais ao campo por mais que haja pessoas que não não usem devidamente mas vais perceber que tem máscara sabem falar da importância da máscara e se fores a perguntar vão te dizer que ouviram na rádio ou porque o líder comunitário falou ou está sempre aaaa há uma equipe que está sempre a sensibilizar então as pessoas já tem conhecimento fundamentalmente partindo das lideranças a nível distrital mas tendo a rádio como o elo de ligação. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

As projeções da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima consideram-se insignificantes. As afirmações segundo as quais esta vila tem um desempenho positivo é condicionado pela falta de informação sobre a real situação da vila pela parte dos proponentes do projecto. A falta de dinâmica das acções da vila criou barreiras na circulação de informação que pudesse ajudar a comunidade a monitorar as acções levadas a cabo pelo governo distrital no apoio ao avanço significativo das actividades planificadas, aumentando a cooperação comunitária.

O fraco desempenho do novo milénio prende-se com:

a falta de confiança. Quando não há confiança por mais que existam várias equipes o resultado não é aquele desejável da parte deles. Então ... quando não há estrutura o resultado não é satisfatório... Criar estrutura é colocar pessoas com conhecimento do projecto, pessoas com a capacidade comunicativa também de sensibilizar que tenham ferramentas ou recursos que possam facilitar essa essa difusão dos trabalhos que fazem abraçando naturalmente aaaa elementos como a rádio a liderança comunitária dentre vários outros que é para fazer com que o seu projecto ou sua mensagem chega e seja percebida com muita facilidade. (Alson Alcinar, em entrevista a 27 de Abril de 2021)

É de notar que as conversas feitas com o jornalista referiram-se a uma vila cuja dinâmica se revela activa. Porém, os moradores do bairro 25 de Junho, lugar onde foram construídas as instalações onde devia estar a funcionar a vila afirmam que a ideia da vila foi abandonada em 2013, período em que se inauguram as instalações. Isto é, o bairro 25 de Junho “é um bairro que vive pessoas.... Não faz nada cada um amanhece e vai na vida dele. Não se faz nada aí.... eu vivo aí mesmo, minha casa está lá essas coisas ahh, não sei não soubemos” (Henriques, morador no Bairro 25 de Junho, em entrevista a 27 de Abril de 2021).



A inoperacionalidade da vila faz com que se desconheça a sua real situação, embora tenha sido definida de forma estratégica para resolver problemas de desenvolvimento local. Assim, é entendida como sendo uma vila recém criada que “está em processo de desenvolvimento nem. Se formos a ver em termos de infraestrutura está a se criar” (Alexandre Chaima, Professor primário na vila de Chitima, em entrevista a 25 de Abril de 2021).

Ora, percebe-se que alguns moradores conhecem as instalações onde devia funcionar a vila porque fazem parte da comunidade e, por outro lado, porque foi construída, em anexo, através dos fundos da HCB, um campo de recreação que não foi vedado à prática do desporto, instituição que se predispôs a ajudar na sua implementação.

Embora os relatórios do CITT tenham apontado o novo milénio como uma vila de sucesso, são evidentes problemas como a falta de água, de meios de cultivo bem como do escoamento dos produtos agrícolas, daí alguns estarem em dúvidas ao tecer opinião sobre ela. Pois, “eu não sei, ainda não aprofundei. Ainda não procurei saber mesmo como é que começou essa ideia da para se criar uma vila. Ainda não aprofundei” (Alexandre Chaima, 25 de Abril de 2021). Estas e outras justificações servem de evidência de que a introdução da vila não foi consultada à comunidade. Por outro lado, a comunidade não foi convidada a fazer parte do processo de definição e identificação dos problemas a serem resolvidos pelas actividades da vila.

Porém, a comunidade, por estar a ver um edifício onde as actividades planificadas deviam tomar espaço questiona-se sobretudo pelo facto de continuar fechada e sem nenhuma acção como o prometido. É neste contexto em que se argumenta que “não tenho uma ideia assim clara só eu conheço lá porque tem um campo de futebol as vezes um tempo quando eu ia lá ver assistir jogo tem umas infraestruturas lá que foram criadas” (Henriques, 27 de Abril de 2021). A falta de ideia do que se está a passar prende-se com o facto de haver um abandono total do edifício e sem que se informe os motivos pelos quais a vila não inicia as suas actividades.

Os implementadores da vila não chegaram a dar satisfações sobre o ponto de situação do processo, porém, a comunidade tem a responsabilidade de cuidar dos edifícios,

mas do lado de fora, como capinar, por exemplo, para mandar o espaço limpo. Entende-se que a liderança do novo milénio não chegou a dar início às actividades capazes de trazerem novas formas de posicionamento das pessoas da comunidade no que concerne às várias formas de actividades económicas para desenvolver a comunidade. Pois, o novo milénio foi concebido para criar condições para que as pessoas possam, de uma certa forma, condicionar o desenvolvimento.

Ao longo da vila de Chitima são visíveis as acções do governo local que vão dando cobro a algumas necessidades da comunidade em termos de escolas e habitação, por exemplo, buscando responder aos objectivos do plano quinquenal. Daí entender-se que “há uma melhoria nem eeee na educação, há uma melhoria porque foram-se construindo escolas nessas zonas de de, por exemplo, lá na vila milénio” (Alexandre Chaima, 25 de Abril de 2021). Entretanto, a escola a que se refere onde foi instalada a vila é uma sala de aula que serve a primeira classe dividida em três turnos. Esta escola é anexa aos edifícios da vila, mas construída pelo esforço da comunidade que foi se fixar de forma ilegal no terreno onde foram construídos os edifícios do novo milénio.

O ponto negativo sobre a criação desta vila recai sobre o governo, para além de não ter cumprido com as promessas feitas à comunidade, há o abandono do investimento uma vez considerar-se que desde 2013 até aos dias de hoje, nenhuma acção foi desenvolvida com vista a resolver problemas da comunidade. Quer dizer, para além do edifício construído, o empreendimento tem estado a sofrer sabotagem, a exemplo do ar-condicionado que já foi “roubado. Há anos atrás havia um guarda que costumava guarnecer, mas como ele acabava anos e anos sem receber acabou também desistindo e não está sem ninguém” (Henriques, 27 de Abril de 2021).

Fazendo uma análise de situação da construção da vila do desenvolvimento do milénio em Chitima, assumindo o conceito de vila do milénio o que substitui o de aldeias comunais que na perspectiva de George (1967) é entendido como o agrupamento de indivíduos tendo os mesmos interesses a defender (como citado em Araújo, 1988). As condições criadas nesta vila e a forma de produção que se supõe sustentável são ainda uma miragem.

Portanto, considerando as vilas do milénio como programa do governo objectivando dar benefícios às comunidades carenciadas de modo a beneficiar-se de tecnologias e inovações, facilidades em infraestruturas sociais, entre outros serviços, como forma de influenciar o desenvolvimento através do trabalho das comunidades empobrecidas associado ao uso das capacidades e potencialidades locais, o novo milénio perdeu foco, deixando as comunidades empobrecidas e em desvantagens.

Isto é, assumindo-se o objectivo que norteia a criação das vilas do milénio, entende-se não ter sido cumprido em Chitima, pois, não foram criadas condições para se apoiar as estratégias de desenvolvimento e de crescimento socioeconómico na base do conhecimento técnico-científico e sociocultural. Por outro lado, percebe-se que não foi cumprida a sua missão, pois, não há redução da pobreza absoluta, continuando uma vila caracterizada por extrema pobreza e sem visão a curto prazo para que os níveis de subdesenvolvimento sejam minimizados.

Para se impulsionar um desenvolvimento local e sustentável e reduzir os níveis de pobreza absoluta é preciso que se crie uma vila orientada pelas *ujamaa villages* (vilas do milénio do desenvolvimento), concebidas por Nyerere (1980), isto é, uma vila criada pelo povo e governada por aqueles que nela vivem e trabalham. Assim, é preciso redefinir-se estratégias de implementação, havendo a necessidade de ser a comunidade a elucidar o que e como deve ser feito de forma a respeitar a cultura local.

#### **13.3.4. Confiabilidade colectiva na criação do bem-estar local**

Nesta categoria, considerada como uma forma particular de entender os contornos do desenvolvimento, particularmente no Distrito de Cahora Bassa, na vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, trouxemos um debate sobre a situação actual vivenciada pela comunidade local que, por ser testemunha ocular neste processo, é considerada fundamental para compreender as dinâmicas que influenciam no desenvolvimento local. A identidade deste conjunto de informantes está enquadrada nos esforços de buscar uma análise minuciosa na forma como as pessoas entendem o mesmo fenómeno, assumindo que as diferenças entre sexo e idade são determinantes nas percepções dos processos.

Assim, como metodologia básica, foi escolhido um grupo misto em sexo e idade como forma de abrir espaço para o diálogo de acordo com cada percepção sobre a forma como cada participante entende o projecto vilas do desenvolvimento do milénio, ou particularmente, o novo milénio, conforme chamam na comunidade. Assume-se que o diálogo, na vertente de Mefalopulos (2008), é a forma de comunicação humana que aproxima os indivíduos partindo da ideia de consideração no processo comunicativo ponde, tanto o receptor assim como emissor, trocaram de papéis e, nesse sentido, criar-se uma dinâmica visando criar pactos entre os participantes.

A conversa com este grupo foi orientada em duas línguas: portuguesa e Cinyungwe, tendo sido traduzida por um membro do grupo nas duas línguas como forma de facilitar a comunicação. Portanto, foi visível o abandono das instalações onde devia funcionar a vila do milénio de desenvolvimento. Os edifícios construídos, até à nossa saída, não estavam ao benefício da comunidade, conforme foi programação. Por isso a comunidade local afirma não saber nada sobre a vila do milénio de Chitima (novo milénio), pois “desde que foi implantada nunca, nunca ouvi, não sei, o que vai servir o novo milénio, o que é o novo milénio” (grupo focal de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021).

O desconhecimento sobre a vila pela parte da comunidade prende-se com o facto de ainda não terem sido introduzidas as actividades a que se propunha desenvolver aquando da sua criação, como forma de responder aos objectivos do desenvolvimento do governo. É neste sentido em que se afirma que “espero ouvir do senhor, qual a actividades desses do novo milénio” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021). O argumento, indicando descontentamento pela parte da comunidade que devia se beneficiar dos serviços, o que mais importa às comunidades (Nguenha, 2013), pois:

isto ainda não é vila. A promessa desta vila ainda não está cumprida.... Se isto era vila ia ter campo de futebol, ia ter bazar ai, ia ter aquilo ai, ia funcionar, mas nem bazar não tem, nem campo de futebol não tem e é preciso ir a Songo para ver futebol. Não estamos a entender. Tinha promessa de bazar, tinha promessa de campo de futebol e tinha promessa de que isto aqui iria ser escola técnica para as pessoas virem estudar ... e nós estávamos muitos satisfeitos porque nossos filhos já tem escola de culinária, nossas senhoras já vão

estudar aqui e não sei o quê.... Esta coisa não está a vir, como está a ver, esta vila não fica assim. (grupo focal de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021)

Portanto, entende-se que houve falta da partilha de informação sobre a forma como a vila iria se posicionar dentro da comunidade como forma de responder às necessidades impostas pelas dinâmicas do desenvolvimento a nível nacional. Um dos sinais avançados é de que, por exemplo, em Simões (1995), entende-se uma ideia de verdade e transparência da informação que se pode entender como tendo sido omitida, na medida em que “a promessa existe só que não está a ser cumprido.... Quando começamos a ver isto a ser feito estávamos a dizer que aqui há de ser vila mesmo ... mas quando começamos a ver que isto parou ficamos assim” (grupo focal de Chitima, 29 de Abril de 2021).

As razões que ditaram a não início das actividades não é apontada pelas lideranças locais, apenas afirma-se a falta de desembolso de verbas pela Hidrelétrica de Cahora Bassa (HCB), instituição que se predispôs a dar suporte financeiro de todas as actividades desde as infraestruturas até ao desenvolvimento das actividades que serviriam de sinal das acções indicativas de desenvolvimento local, conforme se pretendia. O sentimento comunitário perante o cenário que se vive é de:

grande tristeza porque a promessa que tinha feito o governo era boa. Os filhos que estão a perder aulas, aliás, escola, matrícula. Matriculam mas uns não estudam, então, nós aproveitávamos a aprender ofícios, seria vantagem para nós. Agora dizer só novo milénio. Isto aqui não é nenhum novo milénio, só são duas casas, a terceira é aquela (indicando) só.... Aqui era promessa de, depois de tudo, então iria trazer pessoas que deviam dar aulas como essa coisa de curinária, alfataria, serralharia, também queria, é muita coisa que tinha prometido.... Na parte agrárias, deveria ter tratores, deveria ter enxadas, então, cada sector deveria ter também material organizado para servir na parte da educação. (grifo nosso) (grupo focal de Chitima, 29 de Abril de 2021).

As informações avançadas pelo departamento de gestão da vila a nível do distrito é que a comunidade recebeu um trator, uma moto-bomba e outros diversos instrumentos agrícolas que deviam ser usados para dinamizar as actividades agrícolas e não só. Este facto é negado pela comunidade o que nos sugere, interpretando Schramm (1976), que a comunicação não foi usada para estabelecer pactos sociais. Ora, ao negar ter recebido

material vindo do novo milénio cria a ideia de que a gestão da vila partilha informações falsas, pois, a comunidade afirma que “nem conhecemos isso.... Nem cor. Nem cor desse trator vimos. Se seria branco, se seria vermelho, não conhecemos” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021), ajuda-nos a avaliar o (in)cumprimento da vila em termos negativos.

Por um lado, houve ‘sorrisos’, mas por outro, houve ‘murmúrios’ mostrando descontentamento o que evidencia a falta de interesse no desenvolvimento da vila pela parte dos seus gestores por afirmarem a existência de um trator oferecido à comunidade, mas que esta não a recebeu. Outro ponto que deixou a comunidade indignada é referente à formação de cerca de 400 pessoas da comunidade pela vila. Ora, a pergunta que a comunidade coloca por se estar a apresentar uma informação falsa é “essas pessoas que foram formadas saíram de onde?... Isso era para fechar o problema e não ter este encontro com a população para não perceber da população. Então, faz de conta as coisas estão correndo bem aqui” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021).

De uma forma geral, percebeu-se a inoperância da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, vila esta que devia influenciar nas dinâmicas da economia local. Portanto, as instalações servem de toca para além de entrarem em processo de degradação por falta de uso.

Os objectivos a que a vila se propunha em resolver continuam sendo uma preocupação nas comunidades. Por outro lado, observa-se produção local de nível familiar que serve ao pequeno mercado local, mas que em algum momento é possível observar a fraca produtividade implicada por falta de conhecimento de técnicas próprias que deveriam ser ensinadas pela vila.

Em termos de comunicação e partilha de informação a nível do distrito a comunidade afirma que o mais eficaz é o meio rádio “porque dá de uma vez só. É rádio. Telefone eu não tenho número do outro, da mamã aí. Os velhos não sabem mover.... A rádio tem a capacidade de voltar a repetir” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021). Assumindo a comunicação alternativa como a que ajuda a enquadrar pessoas dentro dos processos, entende-se, assim, em Castells (2007), a necessidade do alargamento massivo da comunicação para alcançar

comunidades localizadas em zonas opacas que, pela sua localização, acabam estando esquecidas nos processos de desenvolvimento.

A existência de outros meios de comunicação, a exemplo do telefone, apenas serve de auxílio no processo de comunicação e dinamização dos fluxos de informação a nível local, mas para os mais jovens. Ora, importa considerar que a rádio local referenciada no momento da pesquisa não estava a funcionar há mais de cinco anos. Quer dizer, “aqui dantes tínhamos rádio comunitária. Agora não temos. Fazia também parte da comunicação. A rádio comunitária de Chitima parou, parou de vez” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021).

A rádio comunitária (RC) através do qual a comunidade recebe informação sobre a vila não dinamiza todos os aspectos a nível local por se encontrar distante do novo milénio de Chitima, pois a rádio quando é local e serve aos interesses locais, ela tem a capacidade de difundir informações a todos os níveis, a todo momento, fazendo-se valer pelas questões locais. Pois, beneficia aos interesses da comunidade, sendo servido por membros da comunidade e, cuja dinâmica é respondida e condicionada pelo comité de gestão local, na medida em que “nós tínhamos nosso rádio que pequena coisa nós íamos deixar informação lá e passávamos todos em todo o distrito” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021).

O meio rádio é, neste caso, o meio mais preferido pela comunidade por poder dinamizar a comunicação de forma abrangente nas comunidades e, em particular no distrito de Cahora Bassa, pese embora a rádio local (de Chitima) estar quase esquecida aos olhos da comunidade. Isto porque a rádio de Songo, reporta com mais facilidade assuntos daquele lugar mesmo que em pequenas dimensões. Portanto, o meio, considerado mais flexível na partilha de informação, é assumido como sendo o que mais dinamiza a circulação de informação nesta comunidade.

Ora, não foi pela rádio que a comunidade conheceu o novo milénio, mas pelo facto de se ter construído um empreendimento no bairro 25 de Junho, inaugurado em 2013. Isto é, o que influenciou ao conhecimento da vila do milénio pela comunidade é pelo facto de ela ter sido convidada na inauguração onde foi dado à vila o nome de novo milénio. Autores como Parks *et al.* (2005) defendem que o conhecimento do agente de mudança envolvido bem como dos recursos disponíveis devem ser levados a nível de necessidade como forma de abrir

espaços para a integração social. “Toda a população fizemos cerimónia naquele sítio ali onde estamos é por isso que está na nossa mente que isto é o novo milénio.... Só que parou assim com esse nome mesmo não desenvolveu mais” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021).

A falta de transparência na comunicação pela parte da vila deixa a comunidade do bairro 25 de junho transtornado com a situação, pois, via a construção da vila como uma oportunidade para ultrapassar alguns problemas básicos que por si não seria de fácil solução, como o caso do escoamento dos produtos agrícola, problema que tem estado a criar situações desconfortáveis em quase todo país.

Foi visível, em Chitima, esforços comunitários na produção e comercialização de bens de primeira necessidade. Porém, sucede que:

na machamba nessa campanha tentamos capinar mas não produzimos nada através de pragas. Para os que produziram produção estão muito lá longe mas como trazer para cá, não temos transporte e como conseguir conservar esse próprio produto. Não tem bicicleta e deixa tudo lá e vem aqui em casa e não tem como transportar. Vem o outro queima ou rouba. Vem aqui haaaa, eu produzi mas está lá. Sem nada! então, essa informação de que recebemos trator, de facto para eles está tudo feito lá mas não tem trator. (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021)

Percebe-se que em Chitima a componente tecnologia aliada ao conhecimento local não foi introduzida, daí a contínua perda de produtos, ou por falta de chuvas, ou pelas pragas bem como pela falta de escoamento. Por outro lado, os pilares de desenvolvimento implementados pelo governo no âmbito da criação de um senso de responsabilidade perante o meio ambiente ainda são insipientes, pois, verifica-se, ao longo das comunidades, principalmente do bairro 25 de Junho, onde foi implementada a vila do milénio, lixo espalhado e covas abertas de forma descontrolada para a produção de tijolos e não só. A falta de água, mesmo com o sistema de abastecimento pelo fundo de investimento e património do abastecimento de água (FIPAG), por vezes torna-se preocupante.

Diante da paralisação da vila, empreendimento pelo qual a comunidade tinha muitas expectativas, a recomendação da comunidade à gestão da vila é que “toda a promessa feita do novo milénio ... formação de curinária, de informática, de agricultura, que seja feita para nós



assistirmos de perto e é vantagem para nós que deve continuar para de verdade ser vila de milénio de Chitima” (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021).

Outrossim:

porque nós daqui não soubemos mas talvez podemos ouvir o responsável do novo milénio como veio aqui a nos dizer que aqui, como eles disseram que há trator, há moto-bomba no novo milénio. Nós que estamos aqui queremos saber um pouco, não vamos perguntar, nós queremos saber onde está? Se está em casa do Líder, nós vamos em casa do líder. Se está em casa do chefe do posto, nós temos de saber que o trator está em casa do chefe do posto. Se está em casa do administrador, nós vamos saber que está em casa do administrador o trator do novo milénio. Agora aqui só estamos a ouvir que há trator, então nós ficamos com cabeça no ar e sem saber. Então, nós queremos saber onde é que está esse trator. (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021)

Para além de se ter afirmado sobre a existência do trator, afirma-se também que nesta comunidade houve formação em várias áreas que iam dar suporte nas actividades idealizadas para incrementar o bem-estar social. Por isso, a preocupação da comunidade prende-se em querer saber o paradeiro dos que se beneficiaram com a formação da vila. Isto é, esses:

são filhos nossos ou levaram doutro distrito?... Nós queríamos ele para nos apresentar esses alunos onde estão. Comunidade somos nós. O povo somos nós. Quem são formados são os nossos filhos. Os nossos filhos estão lá desempregado e nossos filhos estão lá sem trabalho e ele andar a mentir.... Devia vir directamente com ele e dizer que de ahh, nós entregamos nas mãos destes, se é líder, se é aonde, então, isto que a gente queríamos ver se é isto ou não, então, essas pessoas, de que província, de que distrito que foram formados aqui? (grupo de Chitima, 29 de Abril de 2021)

Portanto, o descontentamento criado pelas lideranças governamentais por não se ter conseguido gerir o problema logo de início vai desacreditando suas capacidade na criação de empreendimentos com vista ao desenvolvimento local. Um dos aspectos considerados fundamentais neste processo é pelo facto de não ter havido envolvimento da comunidade na definição de prioridades perante os critérios de desenvolvimento como forma de fazer com que (Habermas, 2003) seja a comunidade a definir as formas pelas quais ela quer se desenvolver.

Há uma disparidade muito acentuada entre os empreendimentos trazidos pelo conceito da vila do milénio em relação ao estilo de vida da comunidade a se beneficiar pelos empreendimentos. Isto é, foi construído dentro da comunidade um empreendimento que deixa muitas dúvidas sobre a capacidade de gestão pela comunidade, pois, os edifícios estão acima das capacidades de gestão da comunidade, mesmo descurando do caso do abandono.

Outrossim, houve uma falta de consideração das questões culturais capazes de influenciarem na identificação dos hábitos culturais de um povo. Os hábitos culturais e o estilo de vida da comunidade de Chitima revelam uma forma de estar muito tradicional e longe da possibilidade de aceitar um estilo trazido pela vila, muito em particular, pela forma como os gestores da vila definem os critérios de alocação dos empreendimentos.

Entende-se, neste caso, o posicionamento dos gestores da vila, segundo nos indica Weber (1973), como uma acção voluntária visando o enfraquecimento da comunidade. Este posicionamento é, por outro lado, entendido como sendo orientado por razões políticas, pois, a mudança do Ministro de tutela determinou o abandono da vila, gerando um ambiente desconfortante à comunidade. Para o autor, a orientação das normas sociais num determinado grupo e, para o caso concreto dos gestores do grupo, tem em mente um agir não de acordo com as expectativas da comunidade na medida em que a orientação sobre as definições do ideal da vila do milénio de Chitima não ter respostas satisfatórias ao grupo beneficente.

Portanto, na visão de Habermas (2003), a ideia de que as acções dos indivíduos se baseiam em acções estratégicas orientam-se por conjunto infinito de cálculos buscando a compreensão das suas acções, o que vai determinar o relacionamento capaz de originar um ambiente próspero entre as pessoas. Portanto, a informação sobre a implementação da vila do desenvolvimento do milénio, pela forma como foi passada, ignorou, sobremaneira, a linguagem da comunidade e, por conseguinte, as acções predefinidas não foram reflectidas como era previsto.

Chitima, pelas características observadas e, pela forma como a gestão dos territórios vêm sendo feitos torna-se em espaços periféricos (zonas opacas), pobres de informação e da técnica, o que agrava a sua situação económica. Entende-se, nos argumentos de Prebisch (1949) e Arrigui (1999) (como citados em Árabe, 2003) que à medida em que a vila vai se

tornando incapaz de criar condições mínimas de sustentabilidade, ela vai se tornando esquecida, pois, pelo ambiente observado, as condições de sustentabilidade vão se escasseando à medida em que se caminha em direção ao interior.



## **CAPÍTULO XIV**

### **14. DESIDERATO COMUNITÁRIO NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO NA VILA DE ITOCULO**

#### **14.1. Perfil geoestratégico da vila do milénio de Itoculo**

O Posto administrativo de itoculo fica situado na região centro-este do distrito de Monapo. Tem cerca de 70045 habitantes. A sul faz fronteira com o posto administrativo de Namialo (nao é parte do distrito), a sul faz fronteira com o posto administrativo de Monaposedo (com cerca de 152942 habitantes) e a oeste faz fronteira com o o posto administrativo de Netia (com cerca de 128024 habitantes). Dista da cidade de Maputo em cerca de 1480 km de linha recta e em cerca de 2215 km de direcção de rota.

O distrito de Monapo localiza-se na província de Nampula, com sede na vila de Monapo. Faz limite, a norte com o distrito de Nacarôa, a oeste com os distritos de Muecate e Meconta, a sul com o distrito de Mogincual e a leste com os distritos de Mossuril e Nacala-a-Velha. É neste distrito onde se encontra a vila do desenvolvimento do milénio, no posto administrativo de Itoculo, Bairro Samora Machel, objecto do nosso estudo.

Itoculo produz culturas alimentares diversas, como é o caso de milho, mandioca, feijão, gergelim, algodão e sisal. As áreas agrícolas são caracterizadas em terras aráveis e potenciais para o cultivo. A agricultura rudimentar e a produção de algodão constituem a base de rendimento da comunidade de Itoculo e, particularmente no bairro Samora Machel, onde se encontra a vila do desenvolvimento do milénio.

A aldeia Samora Machel é o lugar eleito para se implementar a vila por preencher requisitos necessários como, por exemplo, ter no mínimo cerca de cinco mil habitantes. Com efeito, o bairro mostra sinais de algumas actividades de produção, pese embora a escassez de chuva na presente época agrícola.

A população é de baixa renda e, na sua maioria, analfabeta. Em termos de grupo étnico, socialmente são de comunidades matrilineares, professando fundamentalmente duas religiões: cristã e muçulmana (predominante).

Para quem entra pelo posto administrativo de Itoculo, atravessa uma floresta aberta e habitada de forma desigual pela população local. É também notória, ao longo da estrada, pela

via principal que dá acesso ao bairro, a presença de animais de pequeno porte como macacos, coelhos do mato, entre outros animais selvagens.

Na província de Nampula e, em particular no distrito de Monapo, o programa vilas do milénio tinha sido introduzido em dois distritos, nomeadamente: Monapo, no posto administrativo de Itoculo e Ilha de Moçambique, no posto administrativo de Lumbo. Em Itoculo a vila do milénio arrancou suas actividades em 2009, financiada pelo governo do Japão, com objectivo de contribuir no desenvolvimento da comunidade local, através da provisão de serviços básicos de qualidade, desde agricultura, saúde, educação, comércio e género, cobrindo uma área de cerca de 10 km<sup>2</sup>. Já, o posto administrativo de Lumbo não teve avanços significativos.

O programa vilas do milénio de Itoculo, na sua implementação, mostrou uma dinâmica de desenvolvimento local significativo e ajudou na melhoria da qualidade de vida dos habitantes dos bairros de Itoculo-sede, Muelege, Namiro, Namaca, Namalima e Tequela.

Na agricultura, cada comunidade era assistida por um extensionista bem como a criação de projectos sustentáveis. Ou seja, havia em Itoculo, subprojectos de criação de aves, farinação de cereais e transporte de produtos agrícolas e mercadorias de Itoculo a Nacalaporito ou cidade de Nampula e vice-versa, factores que dinamizaram a economia e determinavam a mudança de vida da população.

Através do programa vilas do milénio houve melhoria de algumas infraestruturas importantes como escolas, armazém dos produtos agrícolas, salas de treinamento em informática, aviário e indústrias moageiros. Havia ligação directa com as autoridades governamentais e eram realizados encontros para discutir assuntos ligados ao desenvolvimento local, através da vila do milénio. Estes encontros eram feitos numa mangueira frondosa, lugar considerado sagrado para realizar encontros comunitários.

Hoje, volvidos mais de 10 anos, o projecto está descontinuado o que compromete o bem-estar das comunidades locais que, por um momento, tiveram apoio na resolução de problemas pela facilidade de adquirir alguns serviços antes distantes e raros, como por exemplo, os serviços de saúde e educação.

## **14.2. Falta de informação sobre o andamento do projecto na comunidade**

O distrito de Monapo conta com uma Rádio Comunitária, uma antena repetidora da Rádio Moçambique, TVM e TMT, para além das três operadoras de telefonia móvel que operam em Moçambique (Tmcel, Vodacom e Movitel). Aquando da implantação do projecto foram destacados dois locutores da Rádio Comunitária local para integrar a equipa de gestão da vila do milénio de Itoculo. Entretanto, estes, depois passaram a simples membros e não mais desempenharam funções de comunicadores da Rádio, perdendo-se o elo de ligação entre a vila e a comunidade.

O projecto vilas do milénio de Itoculo foi implementado numa região que, até 2009, estava muito distante da Rádio comunitária local em termos de raio de cobertura daí a fraca interação e capacidade da rádio em dinamizar os fluxos de informação sobre o andamento da vila na comunidade, mas com o tempo, a rádio local deixou de funcionar por motivos não revelados o que faz a comunidade ter acesso à informação através de outras rádios comunitárias dos distritos vizinhos.

A interação não era lá tão grande porque como sabe, a rádio comunitária lá na altura não chegava, não tinha abrangência, mesmo comunitária, mandando uma informação, o raio não chegava até lá, então, o que é que nós fizemos? Criamos um ambiente de ... jovens para o nosso pessoal de trabalho e passavam dia e dia a divulgarem informações lá. Tínhamos megafones, tínhamos, epah, tínhamos um instrumento que, tínhamos carro específico para poder divulgar informações e tínhamos a componente de audiovisual, então, passávamos nas comunidade, mostrávamos aquelas cinemas, relacionados com aquelas actividades construtivas da área da educação, área da saúde e da área da agricultura. (Hilário Issa, Antigo dirigente das Vilas de Itoculo. Actualmente dirige a Escola Secundária de Monapo, em entrevista a 23 de Agosto de 2020)

A estratégia de comunicação da vila não foi para além de um projecto piloto que, influenciado pelas condições financeiras, não deu muitos avanços. Depois desta tentativa, o projecto não chegou a assumir uma estratégia focada na comunicação para o desenvolvimento, muito menos, algum acordo celebrado com a Rádio, para a divulgação das actividades da vila. Este factor, fez com que a comunidade local, estivesse distante das acções da vila e até neste momento, não sabe interpretar os motivos que contribuíram para o seu fracasso.

Os líderes religiosos, agentes económicos, entre outros, incluindo a comunidade, no geral, admitem que as suas expectativas foram frustradas porque aquando da apresentação do programa, projectava-se a construção de uma vila modelo, com ordenamento territorial definido, escolas, parques infantis, campos de futebol, hospitais, água e luz, melhoramento das vias de acesso, entre outros serviços de qualidade.

A vila do milénio está iluminada com energia da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, porém, beneficia, com regularidade, apenas infraestruturas do governo, como por exemplo, hospital local, casa do chefe do posto, escolas e alguns agentes económicos com algum poderio financeiro. A grande maioria da população, na sua maioria analfabeta, não se beneficia deste serviço, o que dificulta ainda mais o uso da tecnologia, frustrando, assim, o projecto do MCT em fazer com que o uso de tecnologia neste distrito seja uma realidade e que possa dinamizar a busca de outros conhecimentos a serem adaptadas ao consumo local.

### **14.3. Vila de milénio de Itoculo e os contornos do desenvolvimento local**

A análise que se faz neste capítulo prende-se com as percepções da categoria de informantes que fazem parte do governo distrital em particular, os gestores da vila, a administração do posto administrativo, professores e outros agentes que se identificam como parte da elite local. É um conjunto de informantes que têm uma formação considerável a nível do distrito e que compreendem e participam de forma ativa na tomada de decisões locais no âmbito do desenvolvimento. É uma elite que tem dinamizado o saber local nas comunidades como forma de garantir o crescimento local e não só.

Entende-se que o programa vilas do milénio é um conjunto de actividades “inseridas no programa do governo naquilo que diz respeito ao melhoramento de algumas acções ao nível local” (Adolfo Manuel, Chefe da Localidade Vilas do Milénio, entrevista a 20 de Agosto de 2020). Por outro lado, entende-se que:

as Vilas do Milénio, é um programa integrado, onde o saber da comunidade está em primeiro lugar, então, a ideia fundamental era do empoderamento da comunidade por formas que gere o desenvolvimento. O desenvolvimento no sentido integrado, quando digo desenvolvimento no sentido integrado estou-me a referir na componente da agricultura, educação, ehh, saúde,



empoderamento da mulher, entre outras actividades, que possam alavancar a própria comunidade. (Hilário Issa, 23 de Agosto de 2020)

Este programa foi implementado na visão de que o distrito é o “polo de desenvolvimento” comunitário e como forma de combater a pobreza absoluta. A vila de desenvolvimento de milénio de Itoculo seguiu uma linha governamental, que é de cooperação com parceiros, doadores, entre outros organismos nacionais e internacionais.

Nas categorias de informantes para a análise de dados das entrevistas a esta parte observa-se não haver partilha sobre a situação da vila, pois, para uns funciona e, para outros, está paralisada e que o seu desenvolvimento não foi para além de uma miragem desde o seu princípio.

Portanto é notória a implicação da dependência quanto à sustentabilidade da vila, como um pacote ou programa de desenvolvimento nacional cuja essência se baseia na transferência de conhecimento científico privilegiado pela Ciência e Tecnologia, cujo mecanismo é feito na base da difusão do uso da técnica nas:

comunidades através de expansão. Expansão significa tendo o extensionistas, técnicos de cada sector nessa altura chama-se, chamava-se pilares, cada pilar tinha seus técnicos e, estes eram responsáveis para difundir essas práticas no seio das comunidades.... A ideia principal era uma forma de encontrar um desenvolvimento para as comunidades empobrecidas. (Armando Venâncio, coordenador da Vila do Millennium de Itoculo, em entrevista a 24 de Agosto de 2020)

Hoje, no entanto, observa-se que com a fraca capacidade de sustentabilidade, a vila de Itoculo foi descontinuada uma vez ter sido criada com fundos estrangeiros ora suprimidos. Com que então se entende que “depois de haver um corte de financiamento, a situação começou a mudar duma, de um nível muito lento, já quase não ser distinguido que existe esse programa de Vila do Milénio” (Adolfo Manuel, 20 de Agosto de 2020). O facto é que a gestão local não encontra mecanismos de dar continuidade do projecto sem apoio de parceiros estratégicos, havendo a necessidade de se meditar em novas estratégias olhando para o contexto local.

Portanto, uma estratégia de difusão da técnica foi definida e considerada eficaz na partilha de conhecimento necessário e serviu de base para orientar todas as acções na

implantação da vila. Uma das acções foi considerar as associações já existentes que desenvolviam pequenas actividades no distrito como forma de condicionar o seu bem-estar social. Isto porque, segundo Armando Venâncio (em entrevista a 24 de Agosto de 2020), as associações locais juntam diferentes pessoas seleccionadas de diferentes lugares, o que vem a facilitar na difusão da estratégia baseada na demonstração.

Este processo demonstrativo consiste em identificar uma alternativa de fazer circular a informação técnica contendo uma explicação de como proceder para um bom resultado em vários domínios de produção. Ora, os ensaios dentro das comunidades são tomados como sendo fundamentais para essas demonstrações “e se a comunidade achar que tem benefício naquela variedade aí eles pessoalmente vão e nós facilitamos a aquisição dessa variedade” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020).

Ora, esta vila, como de praz, foi definida na base de número de habitantes que deviam atingir e satisfazer suas várias necessidades que foram circunscritas como uso da técnica para a produção e sustentabilidade. Isto é, esta vila, à semelhança de outras “tinha uma área de abrangência... Em termos de transferência de tecnologia dos vários pilares da sua intervenção” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020).

A transferência do conhecimento ao uso da técnica dentro da comunidade é em forma de réplica que, na prática, é em função do ensinamento por experiência adquirida que deve ser partilhada em outros lugares, dentro da mesma comunidade e incentivar cada vez mais ao uso dessa técnica na produção e certificação da sustentabilidade da comunidade. Portanto, houve a necessidade de o conhecimento científico trazido pelos especialistas do MCTESTP, nova designação do MCT, ser aliado ao “conhecimento local, experiências locais das comunidades” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). O governo do Presidente Nyusi alterou o nome do MCT e acresceu a ele para MCT(ESTP) – ensino superior e técnico profissional.

O problema de sustentabilidade da vila de Itoculo conheceu um dilema desde seu início, pois, considera-se que, actualmente, “a vila já não tem praticamente recursos de criar formas de sustentabilidade da própria vila” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). Ou seja, considera-se a vila inoperante por não se mostrar nenhum serviço dentro do contexto

definido na sua implementação, pese embora nos limites demarcados ainda ser possível observar acções de produção, dinamizadas pelas necessidades da comunidade.

É neste contexto em que se argumenta a necessidade o governo adoptar mecanismos proativos no que concerne à implementação dos projectos a nível dos distritos. Isso equivale a ser:

preciso vermos como é que é em termos de parcerias, estudarmos alguns parceiros capazes de ajudar a potenciar algum recurso, que é para também alavancar o desenvolvimento daquela região porque o que vai acontecer é só para desenvolver, a mentalidade já está na população, só o que está a faltar, o que está a falhar neste momento é a questão da falta de recursos financeiros. (Adolfo Manuel, 20 de Agosto de 2020)

A falta de recursos cria desconforto no desenvolvimento da vila, pois, são estes que dinamizam as pessoas em busca de um sustento familiar, fazendo com que haja contactos com diferentes pessoas, de diferentes lugares. O material alocado é assumido em como se fosse proveniente dos fundos locais pela capacidade de conservação e apropriação. Isso serve ou deve servir de indicador positivo na responsabilidade que a comunidade dá a todos os serviços e bens alocados.

Por isso, “a comunidade hoje considera a vila do milénio como uma coisa acabada. Já não existe, porque? Em função daquilo que fazia e hoje já não se faz sentir. Então, para a comunidade a vila do milénio não existe” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). São várias as questões que podem ser feitas no contexto da falha da operacionalidade desta vila tendo em conta o papel que desempenhava na sustentabilidade das comunidades. Porém, o site do CITT<sup>77</sup> refere que a vila de Itoculo é a que mais tem demonstrado sucesso se comparada a outras vilas a nível nacional, sem no entanto afirmar-se que ela se encontra encerrada.

É neste contexto em que se exorta a comunidade a participar no uso dos meios disponibilizados pela vila como forma de garantir sustentabilidade como o caso do uso do trator para o cultivo.

---

<sup>77</sup> <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> Acesso: 8 de Março de 2019.

Um dos elementos no processo da implementação de um programa é a comunicação estratégica que se define como sendo o elemento central para que a aderência aos serviços não só seja condicionado pelo que se oferece mas também pelo que a comunidade pode oferecer como um grupo socialmente construído. Isto porque, uma das razões que definiu a implementação destas vilas, em particular, a vila de Itoculo, foi o saber local, saber este que devia servir no desenho de estratégia de desenvolvimento a nível distrital e, no sentido mais amplo, a nível nacional.

Portanto, usar a liderança local foi um fundamento que justifica a necessidade de o programa ser visto e assumido pela comunidade como algo da comunidade e, até certo ponto, sustentável, pese embora a sua implementação não ter obedecido a esta lógica. Pois, estes líderes locais são considerados chave no alcance das comunidades, uma vez examinar-se que a informação vinda do governo é “estática. Quando se for para as medias a informação pode ir além da, do, da, da área onde estão inseridos os programas do Milénio, pode acontecer para outras áreas” (Adolfo Manuel, 20 de Agosto de 2020).

O conjunto dos líderes criou, para a melhor gestão, um comité considerado como sendo o centro para o desenvolvimento local e, na troca de experiências cuja estratégia é conduzido por encontros comunais no princípio de cada ano “para se perspectivar planos, o que se deve fazer no estado em que se encontra para ver como se alavanca,... É esta forma que a gente encontra para se comunicar com a própria comunidade” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). É nestes encontros anuais que se partilha todo tipo de informação usando, pelo que se entende, um tipo de comunicação horizontal, participativa e humanista. Esta estratégia considera-se viável no alcance dos objectivos preconizados a nível comunitário, porém, fraco se considerarmos a periodicidade dos encontros.

No entanto, a *media* tem de servir como elo de ligação entre as lideranças locais e a comunidade e ajudar a encontrar mecanismos mais simplificados para a aderência da comunidade e, por outro lado, fazer com que os serviços sejam dinamizados. Vai daí argumentar-se que esta media:

tem que reportar as aspectos daquilo que está sendo realizado no terreno, mas encontramos tem havido dificuldades. Por exemplo, nos momentos programa em si, não tem havido actividades que possa, por exemplo, tirar a media para vir informar, então, nesse contexto é

quando as coisas não andam como deviam andar, é por causa da falta de alguns financiamentos, de alguns recursos que possa alavancar as actividades dos programa do Milénio e seria assim depois de haver algum financiamento, haver alguma actividade, hem, do concreto, então, seria fácil solicitarmos a media que é para irmos dar alguma reportagem daquelas actividades que estão a ser desenvolvidas, então, por causa disto aqui é quando nós temos tido aqui algum desnível. (Adolfo Manuel, 20 de Agosto de 2020)

Por outro lado, há um argumento segundo o qual os meios de comunicação de massa são tomados como principais para a partilha de informação na vila que é a partir da RC de Monapo, tida como sendo a mais “escutada em perfeitas condições em Itoculo.... As pessoas usam, outras usam sinais de Tv que também de acesso para além de as televisões digitais eles também tem acesso analógico de Monapo que também chega nas zonas de Itoculo” (Hélder Martins, Jornalista da Rádio Comunitária de Monapo, 17 de Outubro de 2020).

A comunicação como um processo social, dentro da comunidade de Itoculo é descendente, partindo do governo distrital, passando pelas lideranças locais até chegar à comunidade. Este procedimento faz a comunicação ser demorada para além de correr o risco de sofrer mudanças à medida em que é levada para a comunidade, pois é feita de forma oral. É em termos desta postura comunicativa que Schramm (1976) argumenta que a comunicação vai descendo dos centros para as periferias e que nas periferias ela é menos consistente considerando as características de algumas regiões.

É através das lideranças que se interligam “as comunidades e o governo. A comunidade apresenta as suas preocupações e a vila, a partir do coordenador, faz chegar ao governo” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). Entretanto, num momento a figura do coordenador aparece como sendo o mediador das relações dentro da comunidade e, em outro momento, a rádio faz cumprir seu papel, pois, “todas as necessidades viradas a Itoculo já são emitidas pela rádio de Monapo, tanto o governo do distrito mesmo outras entidades, incluindo agentes comerciais de Itoculo, usam rádio para em caso de comunicação” (Helder Martins, 17 de Outubro de 2020).

Hélder Martins, por sua vez, contraria a ideia segundo a qual, para além dos encontros com a população, não são privilegiados meios de comunicação para a difusão de informação para além dos mecanismos de participação popular orientados por um conjunto

de acções que consistem em integrar a comunidade. Portanto, este distrito é servido, para além da RC de Monapo, pelas RCs de Nacala-velha e Mussoril, que faz circular a informação sobre a vila e não só.

Há uma notoriedade do vazio comunicacional que se vale pela importância que se dá aos serviços disponibilizados. Tradicionalmente, as comunidades moçambicanas não procuram buscar com maior exaustividade a comunicação como condicionalismo para o conhecimento ou participação nas acções sociais e sim, há uma priorização em termos dos serviços (Nguenha, 2013).

Daí, considerar-se significativo o facto de a vila:

ter sido implementado naquele posto administrativo, não é, porque a comunidade de lá já tem noções que não são esquecidas ao nível de, isso em termos de expansão de cidades ou de ou mesmo dos postos administrativos no país, não é, em termos de visibilidade. (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020)

Como prova disso é que a comunicação sempre aparece em último lugar, tanto pela parte da comunidade, bem como das lideranças em todos os níveis que, por um lado, é pelo desinteresse pela parte da comunidade, conforme se observa em Nguenha (2008, 2013) e, por outro, as lideranças tendem a não partilhar informação, considerada como sendo instrumento de poder. Entretanto, a ideia contrária é avançada por outros intervenientes ao mostrarem que “na nossa rotina de trabalho, sempre temos escalado o posto administrativo de Itoculo para dar voz à comunidade, como é o nosso lema, não é” (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020).

Portanto, os meios de comunicação como o caso da rádio comunitária local foram considerados importantes na difusão das acções da vila durante o período em que a vila era operacional, percebido, em algum momento, pela dinâmica a que era condicionada pela prática da difusão as demonstrações comunitárias.

Embora se considere a comunicação como o factor que mais favorece ao desenvolvimento das sociedades, iluminando-a a um novo saber técnico, seu uso nesta comunidade no com maior frequência, daí afirmar-se que, “rádio, televisão, não. Não usamos. Só através das nossas forças práticas locais, não usamos nenhum desses meios.... As nossas acções não são mais assim informativas, são práticas. As coisas acontecem e a

comunidade vê e está lá inserida” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). Isto é, todas acções são feitas na base da “língua tradicional, que a língua materna, todas actividades, programas que nós temos tido na nossa realidade, divulgamos a partir da língua tradicional, que é o nosso dialecto, então, assim, facilita a compreensão na nossa população” (Adolfo Manuel, 20 de Agosto de 2020).

A insatisfação, nos últimos dias, tem estado a dominar a comunidade de Itoculo porque “agora a vila do millennium já não existe” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). Portanto, aquando da sua operacionalidade plena, conseguia resolver vários problemas como a:

projeção de água da nos postos administrativos.... A agricultura que está a apoiar as comunidades no sentido de eles terem uma maior produção e produtividade.... É sinal de que essas infraestruturas, no que concerne a educação, saúde e comunicação e mais outras actividades, no caso de questões ligadas a agropecuária estão sendo resolvidos. (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020)

Aquilo que foram os objectivos traçados pelo governo central foi frustrado logo de início uma vez o governo do Japão, o financiador desta vila, não ter se entendido com o governo de Moçambique nos termos acordados como mecanismos de desenvolver a vila. Portanto, uma das medidas a serem consideradas é “os governos locais assumirem as vilas e desenharem estratégias de acordo com a actualidade, de acordo com momento actual, é a forma como se pode ultrapassar essa situação” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020).

Por outro lado, considerando a capacidade de os meios de comunicação social poderem criar condições para que a “própria comunidade possa adoptar técnicas em diversas áreas para poder desenvolver a sua própria comunidade, por exemplo, na agricultura, criar condições em que as comunidades sejam ensinadas como fazer a boa agricultura” (Hilário Issa, 23 de Agosto de 2020).

Considera-se um desafio da comunidade em dar sua iniciativa:

de âmbito local, dentro das nossas possibilidades, que é para podermos alavancar, vermos os nossos programas do Milénio a avançar.... Através de programas e iniciativas locais porque nós não podemos só esperar que haja doações externas, podemos capitalizar algumas acções ao nosso nível, de modos que haja prontidão no uso e nas pessoas e acredito que programas

da Vila do Milênio pode avançar.... Primeiro identificar os actores, quais são, depois desses irmos ao encontro dos actores, que é para o nosso programa ir mais a frente. (Adolfo Manuel, 20 de Agosto de 2020)

Em termos de envolvimento da comunidade, a partir da RC local, tem havido um défice significativo sobre as estratégias e relacionamento entre a vila de Itoculo e a rádio comunitária de Monapo. Porém, no início da vila, jornalistas de fora da comunidade, como o caso do jornal Notícias, é que sempre se interessavam em saber do desenrolar da vila, pese embora se perceba de outra forma para o caso dos jornalistas locais. O jornal Notícias, como o caso, se fazia presente na vila:

para tentar colher as sensibilidades.... Isto, de certa maneira mexia com as estruturas competentes do da do órgão, nem, nesse caso da Vila do Milênio. E, a partir das rádios, nós também apresentávamos o que é que estamos a fazer como agora que estou a dizer, quais são as dificuldades. Mesmo que não se resolvam como tal mas sempre isto chegava a quem de direito, em termos de hierarquia superior. (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020).

Falar da vila de milênio de Itoculo a partir da RC local foi sempre uma ilusão na medida em que não se coloca a vila na agenda da rádio, muito em particular, nos últimos dias, tendo em conta que está inoperacional. Neste momento há descontentamento generalizado pela parte da comunidade por se ver a vila a entrar em falência, pois, no seu início, “a aderência, quando estava a funcionar era era maior ... em todas as áreas porque tinha ali esses pilares” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020).

Os pilares de desenvolvimento como agricultura e saúde, por exemplo, tiveram seu impacto na comunidade aquando da sua implantação. A partir desta experiência e, influenciado pelo não-desenvolvimento da parceria com os financiadores, as vilas passam para a gestão local. Entretanto, para a gestão local:

parece que está a custar integrar essas vilas na sua gestão, no sistema de governação, já há muita papelada que fala disso, mas está a custar isto aqui. Yaa, e então, por isso que a vila ainda continua a funcionar assim de forma estática, porque como aquilo que dependia já não existe e aqui já não se assume e então, praticamente que está fraca. (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020)



Há um sentimento generalizado sobre o papel da vila resultante do fraco empenho no momento da sua implementação, pois, entende-se ser um projecto implementado sem a participação da comunidade, daí esta não ter compreendido a ideologia em causa. É neste contexto em que se percebe que o argumento apresentado não coincide com os factos, pois, fala-se que “antigamente a vila estava apagado mas agora já estão a surgir mesmo, as comunidade há outros que já estão a pensar em ter infraestruturas, casas de alvenaria, então, essa é uma forma que mostra que a vila está a desenvolver” (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020).

Portanto, o desenvolvimento a este nível considera-se fruto da implantação do projecto que trouxe uma forma de ver o mundo à comunidade local e que desenvolveu um espírito positivo e uma autoestima para que as pessoas busquem resolver certos problemas antes difíceis.

O não-envolvimento e participação comunitária na implementação do projecto condicionou a sua paralisação por tempo indeterminado, pois, o governo ainda não se mostrou apto para dar continuidade dos serviços principais tomados como sendo centrais no desenvolvimento das comunidades. Por outro lado, a comunidade não encontra mecanismos de avançar com o projecto por carecer de vários condicionalismos que somente podem ser suportados ou pelo governo ou por um agente económico independente.

Neste contexto, como solução para a continuidade da vila de Itoculo, o governo avançou a necessidade de as acções das vilas serem integradas “no plano económico social actual. Agora, o que falta é ver se isso vai se efectivar ou não. Se calhar a partir do próximo orçamento” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020). Portanto, o interesse do governo é de ver a vila de milénio a dar os seus frutos de forma significativa para salvaguardar os objectivos preconizados. Encontrando-se neste momento fechada por não conseguir dar continuidade ao projecto para a comunidade.

As actividades da vila foram caracterizadas por uma deficiência da comunicação implicadas pela falta da capacidade e/ou interesse da rádio em poder difundir seus feitos de forma contínua. Portanto, a rádio podia ter dado mais atenção aos outros parceiros estratégicos na difusão de suas acções, mas não foi positivo na difusão das acções da vila. Entende-se que, pela grelha de programação, que na maior parte das vezes era/é preenchida

por entretenimento, podia criar espaço para promover suas acções como forma de acolher a vila na qualidade de promotora de desenvolvimento local. Isto é, na:

sua janela de programas inserir alguma coisa lá da vila. Eu penso que a vila poderia vir como fazer alguma coisa, falar alguma coisa sobre a vila. Porque ser a vila a dizer, a desenhar planos para a rádio, isso implica custos que a Vila não tem para suportar. (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020)

Porém, observa-se que há uma fraca ligação entre a comunicação social e os projetos da Vila do milénio de Itoculo. Entretanto, argumentos há que indicam a importância dos meios de comunicação e, sendo mecanismos de ligação entre a comunidade e a vila. Segundo Hélder Martins (em entrevista a 17 de Outubro de 2020), a rádio tem trazido informação mais credível sobre a vila daí se apontar que “a informação falada por essas entidades tem mais peso que, apesar do líder comunitário ser conhecido naquela área mas são mais formais, essas que falam o próprio administrador que um líder comunitário” (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020).

No contexto da comunicabilidade do projecto por meios de comunicação há uma ideia segundo a qual a responsabilidade do que se fala ou se deve falar sobre a vila recai sobre si como sujeito que desempenha um certo papel dentro das comunidades. Logo, entende-se que para “você felicitar alguma coisa, tem que ter alguma coisa também a fazer para contrariar aquilo que está a acontecer naquele momento, não basta só dizer que eipah, venham aqui, isto vai ser assim, mas depois continuar no mesmo pé” (Armando Venâncio, 24 de Agosto de 2020).

Assumindo-se ser uma comunidade maioritariamente analfabeta (INE, 2019), as estratégias que usam para difundir informações sobre a vila do milénio encontra sustentabilidade quando apoiado pela media, capaz de influenciar na mudança e na educação das pessoas sobre como deve conduzir os destinos das suas vidas, porém, não se descarta o uso dos líderes comunitários tidos também como influentes nas comunidades.

De acordo com Hilário Issa (23 de Agosto de 2020), a política de sustentabilidade da vila fora definida em 2014 onde a ideia era integrar o orçamento da vila no plano estratégico e social (PES) como forma de criar incentivos em vários domínios onde a vila actua no contexto do distrito. Porém, isso significava que:

o ministério iria desembolsar ou doadores, financiadores, desembolsariam dinheiro através do distrito e o distrito havia de aplicar aquele dinheiro, como tem aplicado o valor das outras áreas, como por exemplo, educação, saúde, agricultura, então, isto já tínhamos começado, não sei como é que o projecto terminou até agora, mas seria um avanço muito grande. (Hilário Issa, 23 de Agosto de 2020)

Embora o uso dos meios de comunicação tenha sido refutado à prior, estes, mesmo se assumirmos que não são humanistas, têm maior poder de difusão que as lideranças locais, pois, os líderes são assumidos como sujeitos políticos, o que justifica a não unanimidade das decisões que tomam. Porém, “nem todos vão ao encontro convocado por um líder.... Seu grupo pode desconfiar que você está a trair.... As pessoas preferem ficar em casa e escutar a notícia” (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020). Isto porque as questões de ideologia política tem sido dominante no posicionamento dos indivíduos a nível nacional e, em particular, nos distritos onde a comunidade se conhece.

Foi possível notar que culturalmente, as lideranças estão divididas em dois grupos: os políticos e os religiosos. A comunidade vai optando em credibilizar as informações em função de cada ideologia, mas assumindo-se como sujeito que pode influenciar seus destinos na base, tanto de um, quanto de outro. Porém, considera-se o meio rádio como sendo o que tem maior capacidade de influenciar, por ser despida de cores partidárias.

Um dos factores considerados fundamentais neste contexto comunitário sobre o desenvolvimento prende-se com o facto de a comunidade ter a tendência de se instalar perto das infraestruturas criadas pelo governo. Pois, na base destas infraestruturas “as comunidades já saem de um ponto, de uma aldeia distante.... As próprias infraestruturas de implantação chama com que as pessoas estejam perto da própria vila” (Hélder Martins, 17 de Outubro de 2020).

A vila de Itoculo teve sinais positivos de desenvolvimento que pode ser medido pela forma como foi condicionando o bem-estar social das comunidades, muito em particular das mulheres vulneráveis que, através do fundo de desenvolvimento distrital (FDD) foi possível dar-se início a algumas acções que condicionem o bem-estar destas mulheres. Pois, estas mulheres:

tiveram oportunidade de terem este fundo do desenvolvimento do distrito, não só, a própria vila tinha, na altura, tinha um projecto que era financiado, chamávamos de projecto de financiamento para micro actividades, então, não era muito dinheiro, mas as pessoas eram dadas aquilo que, dentro das possibilidades que as próprias vila fornecia e, posteriormente, desembolsava. Para além desta parte do dinheiro, havia o projecto de produção de semente, e os produtores eram emprestados as sementes, produziam e apenas a vila levava aquela componente que emprestava e o produtor ficava com mais semente para garantir as próximas fases agrícolas e não só isto. As mulheres, tínhamos lá, na altura, quando eu estava, tínhamos criado um projecto de criação de aves, e este projecto era apenas realizado por mulheres e estas mulheres eram vulneráveis e chefes de família, então, com a venda das aves e tudo mais, aquelas senhoras conseguiam sustentar os seus filhos e as suas famílias e até muitas delas acabaram mudando de vida porque acabaram construindo suas casas e cobrindo de chapas e as crianças já iam à escola. Epa, isso, achámos que estávamos, dentro das nossas possibilidades, estávamos a integrar essas comunidades e não só, a vila não funcionava ali na sede, tínhamos cinco comunidades.... Então, todas aquelas comunidades que estavam a dez quilómetros da vila, pertenciam a Vilas de Milénio, estamos a referir a comunidade de Muelege, comunidade de Mutiapa, comunidade de Namiro, a própria vila sede e a comunidade de Namadima, então, esses eram os bairros abrangidos do projecto Vilas do Milénio. (Hilário Issa, 23 de Agosto de 2020)

Se as infraestruturas são convidativas para que as comunidades se aproximem da vila isso é sinal de que o desenvolvimento se torna sustentável quando há uma base para tal, neste caso entendido como sendo o caso do hospital, escolas, eletricidade, entre outros de âmbito económico, como o caso dos mercados locais.

Os movimentos criados na vila de milénio de Itoculo durante a fase da sua implantação condicionou a existência de várias frentes de desenvolvimento comunitário através da expansão dos serviços ora disponibilizados como o caso da técnica de produção que consistia no uso de sementes melhoradas e resistentes à seca.

A regressão do desenvolvimento comunitário em Itoculo, hoje, deve-se ao facto de os doadores como o PNUD e o governo do Japão terem deixado de dar o seu apoio ao projecto, isto, “porque eles tinham um prazo .... Terminado o prazo, o doador foi embora ... automaticamente, tendo o governo sabido que este projecto é viável, havia a necessidade de ... integrar nos PES” (Hilário Issa, 23 de Agosto de 2020).

Uma das constatações a que se pode chegar até a esta parte é de que o governo central tem estado a negligenciar a adoção de uma estratégia eficaz que possa condicionar o desenvolvimento deste distrito, em particular.

#### **14.4. Uma liderança comunitária equilibrada na busca de soluções locais**

A característica deste conjunto de informantes se agrupa na categoria dos que têm um certo poder de influenciar as comunidades na tomada de decisões. É um conjunto de informantes que se comportam por um cariz inquestionável sobre as decisões tomadas. Na sua maioria são pessoas que têm poderes sobrenaturais por conseguirem se comunicar com os mortos, daí suas decisões serem inquestionáveis.

A liderança comunitária da comunidade da vila de milénio de Itoculo afirma conhecer a vila através das informações feitas circular através da rádio comunitária do distrito de Monapo, bem como através de outros meios possíveis como a telefonia móvel e televisão, para os dois últimos, mesmo considerando-se em pequenas dimensões.

As análises feitas por Schramm (1976) remetem-nos à ideia de que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa podem ser medidos pelo desenvolvimento do país. Percebe-se nesta óptica e, acima de tudo, nos argumentos apresentados por Manuel Issa (em entrevista, 21 de Agosto de 2020), que a importância dos meios de comunicação de massa revela a necessidade de se desenvolver mais a forma como a comunicação é transmitida a nível distrital e não só. Isto é, “para descobrirmos que rádio é importante, posso dizer que graças ao nosso desenvolvimento, nem?” (Manuel Issa, primeiro secretário do bairro Itoculo-sede, em entrevista, 21 de Agosto de 2020).

Porém, há um entendimento segundo o qual o meio televisivo dá informações de forma mais dinâmica porque as informações que nela são passadas tornam-se “um pouco claras para mim também são visíveis, na medida em que eles comunicam” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020). A clareza e a visibilidade do meio televisivo revela-se mais aberto no processo da comunicação por poder transmitir imagens acústicas onde o telespectador não precisa de criar suas imagens à semelhança do que acontece num meio rádio.

Embora o meio televisivo seja considerado pelas lideranças locais como sendo o melhor na busca de informação pelas características que apresenta, revela-se fraco na difusão de informação na medida em que sua posse na comunidade é fraca, mais pelos custos de

aquisição, comparativamente ao meio rádio, porque “rádio, se calhar, qualquer hora, qualquer momento, ouvir tantas históricas” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020).

É neste contexto em que a comunidade passou a saber da existência da vila na comunidade, para além de informações partilhadas pelas lideranças locais ou nos encontros/reuniões comunitários, como de costume. Assim, considera-se ter-se feito presente na comunidade uma equipe multidisciplinar do governo alertar sobre:

um programa que está a vir, mas no princípio diziam que esse programa de vilas do milénio viria construir infraestruturas, posso dizer, casas, eram cerca de 5 mil casas, mas não chegou-se de se cumprir, mas vila milénio veio e ficou connosco, nos trouxe alguns benefícios. (Manuel Issa, a 21 de Agosto de 2020)

Inicialmente, diziam que o programa ia construir casas de enfermeiros, líderes comunitários, professores e outros funcionários, mas nunca mais construíram essas casas e muita coisa que haviam nos prometidos não vimos. Apenas vimos uma sala de informática, um armazém vazio e acabou por aí. (Américo Sineque, líder religioso da comunidade de Namiro, posto administrativo de Itoculo, em entrevista a 17 de Agosto de 2020)

da forma que nos explicaram com o embaixador do Japão, disse que resulta da contribuição do governo do Japão junto com seu povo japonês para ajuda ...do povo de Moçambique (...), foi assim nos explicaram e que começou vilas do milénio de Itoculo. (Francisco Ripas, líder comunitário de Itoculo-sede, em entrevista a 19 de Agosto de 2020)

Percebe-se, por estas falas, que o projecto vilas de milénio, particularmente em Itoculo, foi um projecto importado e implementado fora do domínio comunitário, daí a fraca apropriação e desenvolvimento de capacidades locais. No entanto, entende-se que a comunidade, apesar de não ter sido convidada a fazer parte do processo, mantém uma simpatia com o projecto por ter sido benéfico na mudança de comportamento social, embora em pequena escala, particularmente aos que se beneficiaram dos serviços ou mesmo dos que estiveram próximos dos beneficiários.

O governo é o que se apresenta como sendo o órgão máximo naquela comunidade e responsável pela difusão pública de informação, tanto usando meios de comunicação bem como usando uma comunicação dirigida através dos líderes comunitários. Aqui percebe-se

que dá-se primazia aos líderes que, de porta em porta, fazem comunicados de reuniões e encontros.

Os encontros, nos contextos comunitários moçambicanos, têm sido estratégias menos eficazes na partilha de informação, pois, abrem um espaço, embora raras vezes, de a comunidade participar na tomada de decisão a que lhes é trazida. Não raras vezes, nesses encontros discutem-se temas que tem que ver com a forma como a comunidade deve posicionar-se perante certos fenómenos. Entretanto, observa-se que nestes encontros apenas participam os pro-partidários uma vez considerar-se que estes movimentos são orientados por ideologias políticas, em particular, da Frelimo, partido que governa o país desde 1975.

O entendimento de que se tem sobre os serviços da vila de milénio no grupo dos líderes locais é de que estes são os que têm maior valor em detrimento dos serviços de informação pública. Isto porque mesmo não se comunicando com a comunidade, se disponibilizar serviços de que necessita, então os problemas serão reduzidos (Nguenha, 2013).

A circulação de informação, como foi mostrado ser através dos meios tecnológicos como a rádio local, há, por outro lado, a valorização dos encontros em lugares predeterminados pelos anciãos locais por se considerarem lugares eleitos e “habitual ... onde nós, a população costuma participar a reunião na mangueira.... Aqui na comunidade temos uma mangueira ... a nossa população sempre é nas mangueiras” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020). Considera-se a mangueira o lugar mais sagrado para lidarem com assuntos que dizem respeito à comunidade, pois, é assumido como “onde acontecem todos os encontros sobre a vida de Itoculo. É ali mesmo onde os donos da vila do milénio nos reúnem para falar destes projectos” Francisco Ripas, 19 de Agosto de 2020).

Em termos tradicionais entende-se que nestes lugares, escolhidos por régulos tradicionais e curandeiros locais, são lugares onde, de acordo com as percepções locais, os ancestrais também se reúnem para avaliarem o desempenho da comunidade e não só em diversas actividades comunitárias. Como nos argumenta Ratmir Cuna (em entrevista: 20 de Fevereiro de 2020) a informação transmitida por meios tecnológicos não têm maior impacto se comparado com a transmissão cara-a-cara.

Estas reuniões são convocadas pelas lideranças locais sempre que há uma informação a ser partilhada com a comunidade. Os chefes do Posto e da localidade buscam as informações no governo distrital e, “depois que vier reúnem connosco. Nós que somos líderes da comunidade e nós líderes começamos a entrar nas comunidades, começamos a expandir aquela mensagem” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020). A comunicação neste distrito assume a característica de contos por se apresentar em forma de discurso oral.

Nos encontros, as lideranças locais apresentam preocupações a nível da vila e não só, como também, sobre os problemas que afligem a comunidade. Pode-se afirmar que a comunidade de Itoculo conhece a vila de milénio local através de informações que são feitas circular na comunidade através dos líderes comunitários que, fazendo trabalho comunitário dinamizam os fluxos de comunicação em todos os lugares através de uma comunicação porta-a-porta.

A vila trouxe um certo dinamismo dentro da comunidade no tocante ao desenvolvimento local através dos ensinamentos de várias ordem atendendo as necessidades locais. No entanto, argumenta-se que “a partir de 2014, 15, 16, o programa está a reduzir, seus programas estão a reduzir, mas a população, aqui, localmente, conhece que existe a vila do milénio e tem seus programas, só que está a reduzir” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020).

O meio mais usado na vila para difundir informações é o radiofónico por ser mais abrangente e, por outro lado, é o meio de fácil acesso nesta comunidade. O impacto das mensagens que circulam, mesmo considerando-se informações que circulam de forma oral, é positiva, pois na “televisão, nunca ouvi falar de vila de milénio, nunca ouvi ... falava-se na rádio.... Porque é fácil ter aquelas informações do governo, muito fácil e é positivo” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020).

Por outro lado, “havia um grupo que sempre vinha ... este vinham sempre nos ensinar.... Televisão, é o meio mais fácil de ter informação.... Quando não tem escutam rádio porque funciona com pilhas ... mas todos meio são importante e as pessoas gostam” (Francisco Ripas, 19 de Agosto de 2020). Considera-se mais fácil ter acesso à informação a partir do meio rádio pela dinâmica que esta cria no âmbito da transmissão.



Nos últimos momentos da “vida” da vila, o fluxo de informação diminuiu de forma significativa fazendo com que a pouca informação que circulava fosse considerada não-construtiva, “por causa dessa redução, não está a me dar informação.... Podia dizer que há um aspecto muito negativo.... tinha um programa.... Ajudar a comunidade, mas o resto nesses dias, nesse período, não estamos a ver aquela ajuda” ” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020).

Em jeito de ajuda, as opiniões são diversificadas em função das necessidades mais prioritárias a serem respondidas como por exemplo:

porque há vezes que adoce alguém, quando chamarmos ambulância para levar o doente para o hospital da Ceta ou Monapo não ter dificuldade. Iam desenvolver aviários, melhoramento do centro de saúde, construção de maternidades, fontanários ao lado, isto chama-se organização. Mas não é o que aconteceu. (Américo Sineque, 17 de Agosto de 2020)

Valorizam-se os serviços trazidos de fora e não se cria um mecanismo de, através dos meios e condições locais, a comunidade dar início a acções práticas que pudessem incentivar ao desenvolvimento ou em outros procedimentos que sejam dinâmicos na mudança dentro da comunidade, o que se considera haver “fraca comunicação mesmo” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020), a não ser por vias de reuniões definidas pelo governo no âmbito da disseminação de suas acções como governo do dia. Isto porque “já chegaram aqui, depois comunicado através de reuniões, planificamos algumas reuniões nalgumas comunidades e criamos alguns grupos” (Manuel Issa, 21 de Agosto de 2020).

Considera-se haver fraca circulação de informação entre a vila e a comunidade mesmo observando-se os pequenos encontros promovidos pelas lideranças locais. Facto é que nestes encontros discutem-se mais temas vindos do governo sobre como a comunidade deve proceder sobre um dado fenómeno e não necessariamente sobre o andamento da vila como um projecto que deve/devia mexer com a vida da comunidade.

#### **14.5. A comunidade de Itoculo no combate ao subdesenvolvimento**

Nesta categoria encontram-se falas da comunidade residente em Itoculo que vivenciou ou não as rédeas do processo de implementação da vila do milénio neste posto administrativo. Esta comunidade é eminentemente rural, sua actividade económica principal é agricultura familiar. Nela, as informações circulam por meio de rádio comunitária local e

televisão por sinal aberto, porém, consideram-se que as informações chegam até eles e, com maior fluxo, através das lideranças locais.

Portanto, a vila de milénio de Itoculo é conhecida nesta comunidade por três vias: a primeira é por via rádio/televisão, embora em pequenas proporções; a segunda é via líderes comunitários que, também, em pequenos encontros e via porta-a-porta procuram transmitir a ideia da sua existência, com maior incidência durante a sua implementação e; a terceira é por via dos serviços fornecidos com particular destaque o trator e camião que foram alocados na comunidade com identidade da vila.

Mesmo considerando-se positiva a forma como a informação circula, a situação dos meios de comunicação social não é positiva. Não é positiva:

tomando em consideração as dificuldades que nós nos encontramos, devo referir que, primeiro, isto é distrito, só por si, seria um dos pontos a considerar em relação a essas tais dificuldades que nós referimos e depois, devo lembrar que as distâncias nossas são muito vastas. Não temos agora, aquilo que nós chamaríamos as possibilidades de chapa (transporte) como vocês tem lá, são os taxistas que nos ajudam e depois são um pouco muito perigosos. Eu penso que, bom, em termos lógicos, são problemas um pouco conjunturais para o tipo de rádios ou para o tipos de órgãos de comunicação que são, estão disponíveis nos distritos. (grifo nosso) (Luciano Jerónimo, locutor da Rádio Comunitária de Monapo, em entrevista, a 23 de Agosto de 2020)

Esta vila é conhecida como a que surge a meio de um projecto financiado pelo governo do Japão, objectivando apoiar o desenvolvimento da comunidade, pese embora tenha colapsado e, desde então a comunidade ter um sentimento de repulsa por estar inoperacional. Durante o período em que esteve a funcionar, a “pessoa que estava ligado na agricultura ajudava, ... aquilo que estava a alcance da nossa comunidade, até criação de ave, criação de animais, ajudava” (Cassimo Momade, comerciante do Bairro Itoculo-sede, em entrevista, 24 de Julho de 2020). O apoio ao desenvolvimento dos serviços comunitários era o lema da vila tanto mais considerados como sendo os de maior facilidade em termos de implementação, bem como serem de maior necessidade.

Assume-se, por outro lado, que aquando da sua implementação, o programa vilas do milénio na comunidade de Itoculo

teve uma publicidade muito enorme, teve um, vamos lá, uma, até podia dizer uma resposta a comunidade local muito grande, mas não foi acompanhado o ritmo, os passos, até hoje e ganhou uma desaceleração. Nos últimos 5, 6 anos, se não estou em erro, ganhou uma desaceleração, como fruto da falta do tal financiamento que eles vinham dando.... Acho que são japoneses aqueles, não sei de que nacionalidade eram, que tinham carregado as vilas do milénio com as duas mãos, mas quando eles cortaram o financiamento, aquilo ficou à deriva. Vilas do milénio nos primeiros dias ou nos primeiros dois anos, não é a vila do milénio que nós temos hoje. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

Um dos grandes problemas identificados como sendo o que impera o avanço do projecto no fim do financiamento é a falta de comunicação e envolvimento da comunidade e das lideranças no âmbito da sua implementação. Pois, com a implementação, junto com a comunidade, os especialistas poderiam ter encontrado uma forma de definir mecanismos de, na base dos fundos e conhecimento local, a vila ter sustentabilidade de forma interna.

Por outro lado, “havia ali um mau entendimento do que realmente seria a vila do milénio” (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020). Neste sentido, houve propagação de uma ideia fora do domínio dos objectivos traçados sobre o projecto. Pois, ao longo da propaganda

diziam que era um programa que (...) viria em Itoculo para transformar a sede do posto em uma Vila. Não era só Itoculo, falava-se também de Lumbo, na Ilha de Moçambique. Quando vieram, informaram a comunidade que o programa ia empregar muitas pessoas naturais, mas parece que as coisas não aconteceram como tinham programado. (Tony Araújo, professor e residente, em entrevista a 19 de Agosto de 2020)

Portanto, tendo sido um programa implementado com fraco fluxo de informação e, assumindo-se os contornos e custos que a transmissão de informação acarretam, gerou, de forma não-programada, uma situação não-desejada. Percebe-se ter havido promessas de vária ordem e que não foram cumpridas o que, de certa forma, agudiza as relações entre a vila e a comunidade, pois a comunidade sente-se vigarizada no processo, entendendo a comunidade em como se essas promessas fossem para impressionar ou para convidarem a presença massiva de pessoas a se fazerem presentes no acto do lançamento do projecto.

Presentemente a vila não desenvolve nenhuma actividade, daí não se falar mais dela. Pois, “para mim, não sei para os outros, não estou a ouvir nada, estou a ver tudo parado, por

exemplo, ali estou a ver dois meios, têm um tractor que ajudava a comunidade no seus campo e tem um camião, mas todos estão parados” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020). Inoperacionais ou não, estes dois empreendimentos disponibilizados pelo projecto deixaram uma marca positiva na comunidade por serem eles que criam a imagem positiva da vila.

Porém, quando a vila funcionava em pleno tinha como política fazer “intercâmbio. Levava a comunidade daqui para outra, outro milénio para também ir ter experiência. Nós também recebíamos outras comunidades de outros milénios para eles também terem a nossa experiência. Para mim, aquilo considerava como uma coisa positiva” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020).

Por outro lado, considera-se fundamental, para além dos intercâmbios entre comunidades locais, a parceria com a rádio local como forma de viabilizar uma estratégia para a difusão de informação referente ao desenvolvimento e posicionamento da vila dentro da comunidade. Isto porque:

quem fala da rádio fala da divulgação das actividades. Eu acredito que a vila do milénio tem vindo a desenvolver certas actividades que não estão a ser divulgadas porque a rádio não está lá ou porque por falta, por insuficiência financeira eles não estão a divulgar. Então, se for a ver, a vila do milénio agora está a sobreviver, aqueles trabalhos de grande vulto que vinha fazendo já estão, porque não tem financiamento.... Principalmente na agricultura, já não é tanto, mas na agro-pecuária, na agricultura como tal, havia um trabalho muito notório que estava sendo levado a cabo, mas nestes dias, parece-me que não. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

O contexto do projecto foi desenhado para ter um cunho de intercâmbio entre as comunidades do posto. Através do intercâmbio, a troca de experiência entre as comunidades servia de mecanismos de espalhar os serviços disponibilizados e fazer-se conhecer ao longo do distrito.

Em termos de acesso à informação a comunidade tem maior disponibilidade através do meio rádio, a rádio comunitária de Monapo, pois, “a Televisão são pouca gente que estão a aderir” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020). Já, a “rádio procura aquilo que é novidade.... Porque o que nós estamos a procura é informar aquilo que é novidade, não informar aquilo que já foi informado, para informar aquilo que já foi informado” (Luciano

Jerónimo, 23 de Agosto de 2020). A língua principal e mais falada é o macua, língua local. A língua portuguesa é de menor domínio pelas comunidades, o que obriga a rádio local a ter de disseminar informações e programas na base do macua. Neste sentido, a rádio, como meio de comunicação social é chamada a ter de ser meramente da comunidade visando, como mostra Obregón (2014), transmitir e disseminar os valores da modernidade, promovendo o uso de novas tecnologias e adopção de inovações.

Portanto, para se falar da vila é necessário que haja:

um programa que a vila do milénio traz à rádio, que a rádio divulgue. Tem que haver um trabalho, há uma novidade, porque a rádio procura novidades, a rádio procura actualidade. Se naquilo que a vila do milénio faz não tem uma actualidade, dificilmente a rádio entra para lá. Então, tem duas possibilidades, ou a vila do milénio vem reportar os seus serviços ou os serviços da vila do milénio são notórias que justifiquem que a rádio, que as rádios vão buscar as informações para pôr nos seus noticiários. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

Olhando aos serviços da vila, entende-se que foram, de início, considerados oportunos pela comunidade, porém, apenas foram implementados durante muito pouco tempo. Hoje em dia as actividades pararam, considerando a causa disso a descontinuidade do financiamento e, por outro lado, a mudança do antigo coordenador, pois o actual “muitos não conhece. Eu conheço porque estou aqui à frente, muitos não conhecem que aquele ali é coordenador da vila do Milénio, por isso, esta parte aí, toda a gente já sabe que o Milénio já parou, já não funciona” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020).

Entende-se que o antigo coordenador é que dinamizava a vila de milénio de desenvolvimento de Itoculo pela sua capacidade de interação com as comunidades. Através dele era fácil ver a dinâmica da vila, pois, “eu que estou aqui, estava a ver tudo que estava a acontecer, aqui, agora não estou a ver nada” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020).

A vila fazia-se presente na comunidade através da visibilidade das acções desenvolvidas. Entende-se que estas acções chamavam mais atenção à comunidade de tal sorte que eles conseguiam controlar os movimentos, por um lado, pela participação nas actividades desenvolvidas e, por outro, pelo movimento do camião que respondia a várias necessidades. Mas, hoje:

o tal anunciado desenvolvimento que se esperava não se viu na sua realidade.... Só vimos um camião, um trator. E as comunidades de Muelege e Namiro por exemplo, tinham aviários de criação de frangos, mas tudo isso, não durou muito tempo a funcionar. Foram só 3 anos se a memória não me falha.... A única coisa que acho que teve algum impacto é a expansão da energia eléctrica para as casas da população. Mas em tempos de desenvolvimento não aconteceu nada. Se não vejamos, Itoculo continua com problemas sérios de água até não-potável, há fome, as vias de acesso continuam intransitáveis, tudo está difícil como era antes. Não mudou nada. (Tony Araújo, 19 de Agosto de 2020).

num final de semana como este, muita gente está mais ligada às antenas de televisão, está mais ligada às telenovelas e por aí em diante, essa é que é a tónica, mas rádio como tal, como vínhamos nos, nos tempos passados, não! Eu penso, não diríamos que foi substituída, mas existem aqueles que rigorosamente, são, ou vamos lá, são efectivamente da rádio, não se desgrudam da rádio, existem estes, mas também existem aqueles que por estarem na zona pré-urbana, é do tipo, eles não tem outra alternativa, se não, só rádio vai à machamba, só rádio está ali em casa a fazer as suas actividades, esses sim, continuam a escutar a rádio. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

Nos meios de comunicação a vila não se faz presente, provavelmente, nos últimos dias, porque ela já não está operacional. Em termos de informação que a comunidade recebeu varia em função da área de concentração de cada um, podendo ser agricultura, comércio, saúde, entre outras áreas.

Portanto, era fundamental que se difundisse informação usando os meios de comunicação social como forma de a vila de milénio falar sobre as actividades que desenvolve. Um dos aspectos marcantes na comunidade foi a formação desenvolvida como forma de integrar as pessoas a aplicarem conhecimento melhor em sua área de exploração como forma de maximizar os benefícios. Por exemplo, “tive uma formação, uma capacitação do comércio, é por essa parte, mas dizer que o programa de vir do Milénio é este, não” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020).

Um dos constrangimentos encontrados é sobre a percepção do termo ‘informação’ cuja sua compreensão resulta da associação que alguns entrevistados fazem com o projecto, mas não necessariamente ouvir algo sobre o projecto. Portanto, o projecto vilas de milénio de desenvolvimento para a comunidade de Itoculo era bem-vindo “até neste momento que

parou, hoje estão furiosos, porque? E não sabem a quem colocar. Não sabem a quem colocar porque mesmo os governos que vem, conseguimos colocar essa preocupação, mas ninguém também consegue dizer alguma coisa satisfatória” (Cassimo Momade, 24 de Julho de 2020).

Ademais:

nos dias que lá visitei, há uma decepção muito enorme, o que a população concebia que seria a vila do milénio não é o que está a acontecer. Nós estávamos a espera que na realidade, a vila do milénio dinamizasse o próprio Posto de Itoculo, mas não digo que não fez ou não faz, faz, mas aquilo que é a esperança do povo, da população, não é o que está a acontecer. Nós estávamos a espera, no meu ponto de vista, que a vila do milénio ajudasse a população, sim, no melhoramento das técnicas de agricultura, estávamos a esperar que a vila do milénio, por uma outra forma financiasse algumas actividades agrícolas à população, facilitasse, por exemplo, o escoamento dos produtos, facilitasse, por exemplo, as vias de acesso, mas não sei se está a acontecer, mas acredito que não é o que está a acontecer. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

Do contrário ao que se esperava frustra a comunidade. Isto porque a comunidade esperava ver os problemas resolvidos, porém, percebe-se o projecto como o que aparentemente veio a frustrar a comunidade, criando problema descontentamento que, de certa forma, diminui a autoestima da comunidade.

Por outro lado, as mesmas questões encontram respostas, mesmo de forma indirecta, na medida em que algumas inquietações são respondidas. Por exemplo, há quem afirma que “ouço dizer também que temos que ter poupança das mulheres em grupos para apoiar nossos familiares quando estiver doente.... Esses da vila do milénio tem vindo e chamam as pessoas nas reuniões para explicar sobre os serviços de poupança” (Angélica Omar, residente da comunidade de Itoculo-sede, em entrevista a 17 de Agosto de 2020).

A existência da vila e suas acções foi uma realidade, porém, para alguns não passou de um ensaio não terminado por se considerar a não-clareza das acções levadas a cabo. Pois, o programa vilas do milénio de Itoculo foi um “programa que não houve transparência. Era difícil ouvir sobre o andamento do programa e só víamos as coisas a serem feitas.... Nem na rádio, nem na televisão ou mesmo no jornal não era fácil acompanhar alguma realização da vila” (Tony Araújo, 19 de Agosto de 2020).

A liderança da vila traçou um mecanismo de incentivar as comunidades a aderirem na poupança como forma de criar um rendimento que possa ser útil a longo prazo. A inviabilização desta iniciativa deveu-se à não-continuidade das acções da vila. Portanto, não há dúvidas de que a iniciativa geral da vila de milénio de Itoculo tinha um princípio de aliviar as comunidades locais e circunvizinhas da pobreza absoluta por meio da introdução de novas técnicas, tanto de produção, de relacionamento entre pares, bem como de poupança comunitária.

Uma das pressões ao desenvolvimento da vila de milénio de Itoculo é a falta de financiamento dos projectos ora definidos. Ou a falta de orientação das comunidades a desenvolverem acções ou projectos dentro da comunidade que não necessitam de financiamento. O financiador deste projecto abandonou logo de início pela falta de entendimento com o governo central, em 2011. O Governo de Japão, através da Embaixada em Moçambique decidiu que a sustentabilidade deste projecto não seria viável se o governo local não aderir aos mecanismos definidos.

Uma das críticas avançadas é de que:

os programas devem ser implementados da mesma forma como foram desenhados. Devem colocar pessoas certas nos lugares certos, o que estraga as vezes é olhar que este é do partido fulano não pode dirigir este projecto que vem do partido y. Desenvolvimento é para os moçambicanos e não para os partidos. (Tony Araújo, 19 de Agosto de 2020)

Quanto ao envolvimento das lideranças, considera-se ser de extrema importância olhar para o nível das dinâmicas que se observam dentro da comunidade, não só em termos culturais, mas também no que concerne às diversas formas de ser da comunidade. Portanto, esta ligação com a comunidade influencia na identificação e resolução dos diversos problemas socioculturais.

Por seu turno, a interação que se observa entre o governo e a comunidade, justificando a existência da vila é insipiente mesmo se considerarmos os esforços que são empreendidos pelos fazedores de rádio. Pois, a via mais eficaz neste processo é usando os meios de comunicação social, em particular as rádios comunitárias locais que conhecem os contextos locais, por serem feitas por pessoas locais. Pois:



uma das respostas seria a implantação das rádios comunitárias, mas agora, e passa também pela credibilização das nossas rádios, não é, porque eu sinto que, por um lado, nós precisamos de fazer mais para que mereçamos esse tal espaço, esse tal lugar, porque na verdade é que pouca gente é que escuta a rádio e se pouca gente escuta rádio, há qualquer coisa aí no meio que precisa ser melhorada, então, uma das coisas que precisam ser melhoradas é a nossa prestação de serviços. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

O meio rádio, hoje, tem estado a perder ouvintes devido à concorrência com outros meios electrónicos, muito em particular nos jovens que procuram mensagens que criam dinâmica como o caso do *whatsapp*, *facebook*, entre outras plataformas digitais. Portanto, a insistência do meio rádio em continuar a se manter perante a concorrência com outros meios é pela existência de uma associação local que lida com os problemas dos ouvintes e que funciona como se fosse o *Ombudsman*.

Esta associação tem dinamizado encontros com a comunidade para definir estratégias que convidem o ouvinte a se manter fiel aos serviços da rádio. Uma das formas são as reuniões que ajudam as pessoas a se aproximarem da rádio que, ao que tudo indica, acontece “uma vez por mês, fazem encontros, fazem intercâmbios e isto nós sentimos que é uma resposta dos trabalhos que são vindo, isto é, estão sendo desenvolvidos aqui na rádio comunitária” (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020).

O acesso à informação, à semelhança de outros distritos, continua sendo um problema pela forma como as fontes de informação, em particular, as governamentais no caso concreto, pode-se citar as da vila, se posicionam, sendo os que mais criticam o posicionamento dos jornalistas na produção da informação.

A rádio comunitária que não acredito que tenha, que tenhamos maior abrangência como tal, mas simplesmente nós conseguimos ganhar, ganhar alguns ouvintes fora deste raio, aquilo que nós chamaríamos de menor renda possível, esses sim é que nós conseguimos ganhar, nós conseguimos fazer sentir a nossa presença lá, mas, por exemplo, nós temos aqui antena da TVM, não é, que a TVM montou, mas esta não tem encontrado uma resposta ... na medida em que de repente não tem energia. Há vezes em que não tem energia, ou seja, a base da emissão, aqui, como chamamos nós, oh, aquela torre não tem energia e se eles não tem energia não transmitem, então, muitas das vezes quem vem assessorar, assistir, melhor dizendo, vem de Nampula e isso torna-se complicado e a informação de tal forma que se tu

tens dois dias que não tens o noticiário, não tens a televisão, acaba procurando alternativa ou acaba relegando isto ao outro plano. (Luciano Jerónimo, 23 de Agosto de 2020)

Várias questões podem ser levantadas aqui concernentes ao facto de as tecnologias de que o CITT procura passar para a comunidade de modo a que consiga se posicionar na sociedade, produzindo na base do conhecimento adquirido, tanto local assim como externamente. Uma delas é qual é a tecnologia implementada na vila de Itoculo para que a comunidade possa se orgulhar como sinal de dar resposta aos problemas locais? Como o CITT fez uso combinado das tecnologias com o conhecimento local? Que experiência o CITT tirou da combinação do saber científico com o local que possa ser válida a implementação em outros domínios comunitários a nível de Moçambique?

Percebe-se que, de facto, a condição social das pessoas acaba sendo determinante no tipo de informação que elas recebem, como mostra Schramm (1976). Segundo este autor, quanto mais as comunidades se encontram afastadas das cidades, mais se encontram propensas a exclusão.

De uma forma geral, as comunidades rurais moçambicanas, enquanto as tendências de partilha de informação e de desenvolvimento local dependerem de terceiros que desconhece os contextos, estas sociedades irão continuar mergulhados em diversos problemas sociais, em particular, criadas pela pobreza, mesmo considerando o potencial local na produção de bens de autossustento.



## CAPÍTULO XV.

### 15. Conclusões

Moçambique é um país maioritariamente jovem, com cerca de 76.5%, sendo que 68.2% vive em zonas rurais o que determina a condição socioeconómica dependente da agricultura de subsistência (INE, 2019). O presente estudo compreende três vilas situadas em três províncias diferentes em perfil e no contexto cultural a partir dos grupos linguísticos: Shangana, em Gaza; Cinyungwe, em Tete e Macua, em Nampula. As três províncias têm uma população estimada em cerca 31,6% da população total, sendo que 57,5% destes são do sexo feminino.

Antes de entrar no debate sobre o sentido dos resultados da pesquisa realizada, é preciso notar que as componentes sociocultural e linguístico, distinguindo os contextos, em particular das regiões rurais, na maior parte das quais estão sob o domínio político da Frelimo e, as rádios comunitárias montadas nesses lugares, a exemplo de Chibuto, desempenham funções políticas, criticando-se como da oposição aquelas que procuram ser isentas na cobertura dos assuntos.

Por outro lado, as vilas, em concreto, desempenhando o papel do governo na distribuição dos recursos existentes e monitoria de todos os processos de desenvolvimento, por vezes são confundidos com o papel das aldeias comunais, outrora, estratégias de desenvolvimento das regiões rurais.

No contexto da pesquisa e, olhando para os diversos ambientes moçambicanos, foi evidente a diferenciação dos níveis de subdesenvolvimento que aflige, grandemente, a camada jovem e, com particular destaque às mulheres, o que obrigou ao governo a criar pólos de desenvolvimento como forma de incentivar a economia local através da política *sete milhões*. Em 2006, esta política inspirou o governo a criar as vilas do desenvolvimento do milénio, rebuscando, por um lado, a política das aldeias comunais implementadas pela Frelimo ao longo da luta de libertação nacional e, por outro, inspirado pelo crescimento económico da vila de *Sauri*, no Quênia.

Para a sua gestão, o governo deu responsabilidade ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e, este criou o Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia

(CITT) para a sua administração e monitoria em todo o país. Hoje existem sete vilas do desenvolvimento do milénio distribuídos em províncias estratégicas. A definição estratégica da implementação das vilas nas províncias foi combinada à ideia de centros multimédia e tecnológico, pois as vilas do desenvolvimento do milénio deviam ser assumidas como política de desenvolvimento na base do uso do conhecimento científico e tecnológico combinada ao conhecimento local.

O ponto de distribuição tecnológico a nível do país foi colocado nas províncias de Gaza (sul do país), Tete (região centro) e em Nampula (região norte), locais considerados centros estratégicos regionais. É neste contexto em que foram seleccionadas as vilas do desenvolvimento do milénio localizadas nestes pontos, assumindo que a dinâmica das vilas, combinadas pelo uso de tecnologia, vai criar espaços para que haja desenvolvimento e sustentabilidade. Por outro lado, assumimos a existência de rádios comunitárias nestes lugares, pois, a parceria entre o MCT e o ICS, instituição do governo que gere as rádios comunitárias no país, visava a instalação de centros multimédias comunitários introduzidos no país pela UNESCO em 1980 em lugares estratégicos onde existe uma rádio comunitária ou um centro independente.

Assim, foi evidente que as estratégias de comunicação do governo, na perspectiva do *agir* estratégico, tornam-se em um instrumento de exercício de poder através do qual os participantes perdem a capacidade de avaliar os ambientes comunicacionais, pois a *acção* estratégica torna-se cada vez mais de dominação, cuja atitude da compreensão para a cooperação se reduz através do uso do *one-way*, o que cria uma fraca relação interpessoal reconhecida. Entretanto, considera-se que a estratégia usada pelas vilas não tem a tendência de ser um *agir comunicativo* conforme argumenta Habermas, pois os processos de comunicação do governo e parceiros ainda não são dinamizados aos níveis desejados que possam fazer a comunidade perceber a ideologia de desenvolvimento do país.

Um dos aspectos que nos chamou atenção é que a informação difundida nos programas de desenvolvimento pelo governo tem uma linguagem desfasada em relação à realidade local pelo facto de ser uma informação/comunicação que não responde ao *modus vivendi* local, pois a ênfase está sendo colocada no desafio do desenvolvimento sustentável a níveis internacionais e a participação comunitária é relegada ao segundo plano e cada vez

menos reconhecida como parte necessária para a mudança. Quer dizer, a linguagem usada nos processos de comunicação não é de acordo com as características das comunidades por ser possível se comunicarem na base das rádios comunitárias e líderes locais, embora o conceito de desenvolvimento implementado esteja a responder a contextos externos, daí não ser alcançado por ser de níveis superiores aos níveis estabelecidos, particularmente por se considerar a participação comunitária irrelevante nos processos.

A informação e a comunicação veiculadas pelo governo em seus programas de desenvolvimento deixam de cumprir seu papel, na medida em que deixam de ser igual à todos e passam a ser de classe, o que faz com que não tenham papel fundamental na resolução de problemas; na criação de confiança; na prevenção de conflitos e; ao envolvimento dos sectores mais pobres e marginalizados nos processos. Entretanto, esta informação tem característica de ser a que não resolve problemas da comunidade por não ser veiculada segundo as normas instituídas para além de ser uma informação rara, pois percebeu-se haver abandono da comunidade e, em alguns casos, os líderes locais queixam-se da falta da colaboração da gestão. Por outro lado, percebeu-se não haver confiança nos níveis de gestão, pois imperam mais as questões ideológicas.

O método usado nos diálogos entre o governo e a comunidade tem como orientação principal um modelo de mão-única (*one-way*) que não traz mudanças significativas bem como não visa compartilhar percepções e novos conhecimentos pelo facto de não poder abrir espaços de participação e abertura de conversação que possa ajudar a comunidade a ter acordos voluntários em nome da cooperação.

Nesta perspectiva consideramos termos conseguido atingir os objectivos nos seus dois níveis: o do **primeiro nível** pretendia “compreender o impacto das estratégias e das políticas de comunicação do departamento de comunicação do governo (a partir do centro de investigação e transferência de tecnologia – CITT) gestora das vilas do desenvolvimento do milénio em Moçambique no âmbito da criação e implementação de projectos de desenvolvimento nas comunidades bem como avaliar sua forma de apropriação como estratégia de condicionar sustentabilidade local”.

Isto é, foi possível compreender a situação que caracteriza a gestão das vilas do desenvolvimento do milénio no contexto moçambicano. Um dos pontos fundamentais é que

tanto o CITT assim como o MCT não tem gabinete de comunicação responsável pelo desenho de estratégias pelas quais a instituição devia ser compreendida.

Foi percebido que durante a implementação do projecto não houve participação da comunidade que pudesse influenciar a ideologia das vilas de forma a poder fazer intervenção dentro dos parâmetros definidos. A falta de integração da comunidade como forma de fazê-la assumir o empreendimento alocado como sua criou incongruências nos processos de sustentabilidade, a exemplo do sistema de irrigação investido em Chibuto sem a consulta popular que hoje deixou de ser operacional e insustentável. Ora, a comunidade local hoje recorre a instrumentos rudimentares para a irrigação dos campos.

O objectivo do **segundo nível** pretendia “explorar os contextos institucionais e comunitário de modo a interpretar os resultados da análise das entrevistas e, por outro lado, entender as relações e os tipos de relações que se criam entre os dois actores envolvidos no processo de comunicação (Governo/vilas e comunidade) para avaliar os níveis de participação comunitária na implementação dos projectos bem como analisar as percepções das mensagens enviadas a partir dos vários suportes comunicativos (mediáticos bem como da comunicação dirigida) que possam transmitir à comunidade informação capaz de influenciar na mudança e à acção bem como à educação no uso da técnica para o desenvolvimento sustentável”.

O objectivo do segundo nível tinha em vista explorar os contextos institucionais dos financiadores das vilas, parceiros do governo neste processo, porém, esta caiu por terra. As razões é que o PNUD e a HCB não aceitaram abrir portas para partilharem informação em sua posse, apoiando-se nas dificuldades impostas pela covid-19. Já, para o caso da embaixada do Japão, os integrantes que fizeram parte do processo não foram identificados por terem cumprido a missão em Moçambique e terem regressado à terra de origem.

A exploração dos contextos comunitários mostraram que há insucessos na implementação das vilas do milénio, particularmente na vila do desenvolvimento do milénio de Chitima cujas actividades não chegaram a ser introduzidas, ficando difícil fazer uma avaliação nesse contexto. Porém, foi possível perceber que as dinâmicas da comunidade precisam de um estímulo para impulsionar os processos. Isto é, o novo milénio, como é

conhecido no bairro 25 de junho, foi abandonado logo após a inauguração pelo então ministro de tutela, o engenheiro Venâncio Massingue.

Em Chibuto e Itocolo as análises mostram haver fragilidades nas vilas pelo facto de a sua dinâmica ser fraca. Em Chibuto, este procedimento foi confundido com a ideologia das aldeias comunais onde havia parte dos exploradores pelo facto de apenas se beneficiarem sem trabalharem. De início foi possível perceber existir pessoas que exploram o trabalho comunitário em seu benefício, em particular, os que faziam parte da gestão, daí apercebendo-se disso, paulatinamente, a comunidade foi abandonando. Hoje as vilas do desenvolvimento do milénio em estudo, porque o projecto de financiamento chegou ao fim, estão descontinuadas e insustentáveis. O investimento alocado como o camião e o trator encontram-se obsoletos.

Foi ignorado, por outro lado, neste processo, o conhecimento local, as características da comunidade, a cultura e seus hábitos como forma de se potenciar as acções das vilas a partir de cada caso. O que se entende é que a implementação destas vilas não olhou aos critérios que podiam ter sido circunscritos pelos líderes comunitários na definição das acções a implementar, assumindo-se que estes líderes têm maior capacidade de influenciar as comunidades, para além de serem os que definem parâmetros de relacionamento e das acções a serem desenvolvidas. Isto é, para que o programa vilas do milénio seja visto e assumido pelas comunidades em todos os lugares como algo comunitário é preciso que ela seja definida como elemento central na medida em que se implementa acções para influenciar no desenvolvimento da comunidade bem como participar na sua definição e implementação. Assim, é preciso que as definições de como limitar as prioridades seja determinada pela comunidade como sendo o que tem as necessidades de ajuda.

A avaliação feita nos processos de comunicação através dos meios alternativos comunitários revelou que o diálogo é reduzido optando-se numa comunicação de mão-única que não explora os contextos de relações sociais, daí a sua fraqueza em transmitir à comunidade informação capaz de influenciar na mudança e à acção bem como à educação no uso da técnica para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, o fim do financiamento criou instabilidade comunitária por esta não ter amealhado para si condições futuras pelas quais devia orientar suas acções.



Os modelos de desenvolvimento (socialismo e neoliberalismo) aplicados pelo governo, no caso do modelo socialista de desenvolvimento, entende-se que serviu de suporte na construção da sociedade moçambicana que hoje se encontra distribuída em todos os distritos que, através das aldeias comunais, buscando as experiências dos que nestes contextos viveram, foi mergulhada em contextos onde o sentido de comum foi incentivado, embora não seja o que tenha se constatado nas vilas, pois, a mesma ideologia foi rejeitada pelas comunidades tendo havido tendências de abandono em algumas partes.

No modelo socialista os mecanismos de comunicação não eram abertos e observava-se a imposição do que as pessoas deviam ouvir e os assuntos pelos quais deviam abordar. Este modelo não permitia a criação de uma comunidade aberta e capaz de tomar decisões diversas em seu benefício.

Já, o neoliberalismo, modelo forçado pelo Banco Mundial e FMI para a saída da crise criada pelo socialismo impôs certas medidas que influenciaram no colapso da economia, a exemplo da desvalorização do metical face ao dólar; empresas como a Mabor, vidreira de Moçambique, viram-se fechadas para responder aos interesses macroeconómicos. Porém, foi possível, através deste modelo observar-se mudanças económicas por ter permitido a abertura do mercado e a propriedade privada. Foi possível, também neste modelo, a abertura dos meios de comunicação privados e a liberdade de expressão que permitiram um pluralismo político e acesso à informação. Entretanto, foi na base deste modelo que os níveis de corrupção começaram a aparecer, o que tem comprometido o desenvolvimento nacional.

Entre as entrevistas feitas aos jornalistas das rádios comunitárias, com os profissionais do ICS e do FORCOM, foi possível constatar que a comunicação alternativa desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento pela capacidade de lidar de forma directa com as comunidades, de acordo com os seus contextos. Isto é, os contextos sociais apresentam uma particularidade sobre a comunicação, assumindo que a comunicação é contextual. O ICS e o FORCOM, como tutoras das rádios, têm um papel a desempenhar na vida dos meios, pois sua existência depende mais da tutoria.

Entretanto, as rádios do ICS pautam pela proteção das acções do governo a nível distrital e, as do FORCOM, são vistas como sendo o inimigo, aquele que não quer ver o governo a desenvolver suas actividades em pleno. Sucede que o FORCOM é uma instituição

interessada em ver o governo a desenvolver mais do que o próprio ICS, pois o FORCOM toma como missão a monitoria das acções governamentais. Isto é, se o FORCOM deixar de desempenhar o seu papel a informação a circular nas comunidades vai tornar-se ideológica e sem mecanismos de criar transformação. É o que sucede em regiões onde a rádio local está na tutoria do ICS, a exemplo do Chibuto, pois apenas passa para a comunidade uma informação filtrada e controlada, assim como são controlados os discursos populares.

Por outro lado, as conversas com historiadores e pessoas que tiveram experiência em viver nas aldeias comunais ajudaram-nos a perceber as dinâmicas vividas nesses contextos. Tanto os historiadores assim como os ex-moradores em aldeias comunais foram exímios em afirmar que o contexto das aldeias comunais era conturbado devido ao sistema montado pelo governo da Frelimo, pois fala-se das aldeias comunais no contexto do modelo socialista de desenvolvimento. Nas aldeias comunais todo o movimento das pessoas era controlado; os discursos eram controlados; a forma de pensar era controlada; a produção era controlada. Assim, o desenvolvimento humano e o bem-estar social eram baixos, pois as pessoas não eram livres. Um dos aspectos considerados positivos nas aldeias comunais, dentre vários, é a questão do sentido de responsabilidade e de unidade, cujos valores foram-se perdendo com o tempo e, hoje, há quem consagra este período por se considerar rico em aspectos de socialização.

Analisar os factores que intervêm e manipulam o processo do fluxo de mensagens capazes de influenciar os ambientes sociais nos contornos da comunicação para o desenvolvimento sustentável conduziu-nos a manter um diálogo com especialistas em C4D. O centro destas conversas consistia em compreender a teoria da comunicação para o desenvolvimento que tem sido efectuada no contexto de Moçambique a partir de vários exemplos a nível mundial assumindo-se que o desenvolvimento dos países do primeiro mundo teve como princípio a comunicação como fundamento.

Assim, os especialistas, compreendendo melhor os contextos da comunicação alternativa moçambicanos justificam a necessidade de as rádios condicionarem mecanismos para a sua sustentabilidade por forma a garantir transparência e independência. A falta de diálogo é considerado como sendo uma das falhas dos projectos implementados, pois é feita sem o conhecimento da pessoa a quem vai beneficiar, o que justifica a sua não progressão.

Portanto, financiar as vilas foi o ponto positivo para a sua introdução, porém, negativo para a sua sustentabilidade na medida em que a falta da integração comunitária na implementação influenciou a que ela deixasse todo o processo a quem financia (o implementador).

A avaliação feita procurou analisar os problemas socioeconómicos das comunidades nos três pontos onde foi possível perceber a existência de potencialidades económicas capazes de galvanizar a economia rural, chamando, neste caso a vila do milénio a desempenhar o seu papel que consiste na capacitação das comunidades ao uso das tecnologias e conhecimento científico combinado ao conhecimento local.

Assim, não havendo comunicação e envolvimento das pessoas (participação) não é possível determinar os níveis de desenvolvimento, assumindo que os que devem ser desenvolvidos são excluídos dos processos. Pois, não há diálogo nos projectos implementados, daí o pensamento de Habermas (1985a) indicar a importância de deixar as pessoas participarem do processo não ser verificável, pois na maioria dos casos as pessoas não sabem o que e como acontece.

Olhando para este enfoque, entende-se que as dinâmicas da comunicação nos países em desenvolvimento, como Moçambique, por exemplo, manifestam-se sobre várias dimensões que se tornam excludentes como, por exemplo, a elitização da comunicação. Assim, foi possível entender que os argumentos de autores como Agunga (1997); Anyaegbunam, Mefalopulos e Moetsabi (1998); Fraser e Restrepo-Estrada (1998) e Mefalopulos (2003), segundo as quais a história do desenvolvimento tem vindo a verificar falhas e desapontamentos foram verificadas nos três pontos estudados, pois não há desenvolvimento e, a comunicação apresenta falhas.

Portanto, a implementação das vilas do desenvolvimento do milénio foi feita seguindo a ideia das aldeias comunais cuja orientação era na base de concentração da população como forma de alocar serviços capazes de influenciar ao bem estar-social como o caso da agricultura, educação, saúde, saneamento do meio, considerados como pilares do desenvolvimento pelo então presidente Machel (1977).

### **15.1. Insustentabilidade da vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto**

A situação geográfica do distrito de Chibuto, mesmo situando-se em zona alta, vale-se do rio Limpopo nas suas actividades agrícolas, principal fonte de rendimento das comunidades. O distrito concentra inúmeras vantagens para as populações mesmo considerando um dos rios mais propensos para a inundação, uma das razões que condicionou a que as cheias de 1977 dessem origem às aldeias comunais. Sendo um dos lugares mais pobres do país, por se localizar na província mais pobre, as famílias dedicam-se na agricultura familiar e pastorícia.

Em 2006, estando o governo a mostrar sua preocupação na condição socioeconómica nos distritos, criou ‘pólos do desenvolvimento’ e, através do conceito das aldeias comunais, introduziu uma nova forma de estar e ser pelo conceito de vilas do desenvolvimento do milénio que devia ser um espaço que pudesse condicionar a criação de novas zonas de expansão, criando novas cidades do campo, conforme era o princípio de Machel, primeiro presidente de Moçambique independente.

A distribuição dos serviços de electricidade, da água, dos hospitais e das escolas é irregular, sendo que estes serviços se concentram no centro do distrito, onde, por sinal, foi implementada a vila do desenvolvimento do milénio, no bairro Samora Machel. Um dos objectivos da criação da vila foi o de responder, de forma significativa, aos pilares do desenvolvimento (visto aqui como serviços) como forma de proporcionar estabilidade social às famílias.

Em termos gerais e, olhando para os objectivos da vila entanto que uma componente que procura integrar a comunidade ao uso das tecnologias para o dia-a-dia da comunidade e, com mais destaque à aplicação do conhecimento local em paralelo com o conhecimento científico e uso da técnica, considera-se que este plano redundou em fracasso pese embora os esforços do CITT tenham dado maior enquadramento nesta perspectiva.

A técnica usada pelo CITT na alocação de meios tecnológicos para o acesso da comunidade pode ser considerada eficiente na medida em que olhou para a camada juvenil, pois, estes meios tecnológicos foram alocados na escola secundária local. Entretanto, as pessoas que se beneficiaram desta tecnologia são insignificantes tendo em conta a capacidade

de difusão desta técnica dentro do distrito e, na vila, em particular. Por outro lado, não se avaliou, pela participação dos beneficiários, as reais necessidades destes.

Ora, os serviços implementados pela vila do milénio, olhando para a integração social e pela condição socioeconómica das comunidades, podem ser considerados mais evidentes os da agricultura. Este pilar, tendo sido aceite pelos mais velhos de ambos os sexos, com o fim do projecto, continuou a dar os seus frutos de forma significativa, já nas mãos do SDAE. Os serviços da saúde e água e saneamento do meio, bem como a aplicação da tecnologia em todos os serviços, como o da irrigação, por exemplo, são considerados insustentáveis, pelo facto de não terem sido introduzidos com o aval e participação da comunidade.

A insustentabilidade da maior parte dos serviços deu-se pela forma como o projecto foi implementado. Um dos grandes erros do projecto na sua implementação foi a falta de integração da comunidade como forma de criar apropriação dos serviços considerados de capital importância. Por outro lado, foi notória a sabotagem por parte dos beneficiários de alguns serviços alargados, o que não trouxe sustentabilidade de que a vila possa se orgulhar. A comunidade foi passiva neste processo o que influenciou a que fosse passiva também na forma como cria e articula os serviços em todos os domínios sociais.

Portanto, assume-se que a vila, no âmbito da sua vigência, ignorou, sobremaneira, os mecanismos de comunicação em todos os níveis como forma de se fazer conhecer e, como forma de tirar proveito e condicionar a sustentabilidade. Ora, a fraca capacidade dos meios de comunicação em difundir mensagens sobre a vila deu azo à sua pequenez, mesmo considerando a capacidade destes meios na difusão pública de informação, como o meio rádio, por exemplo.

Os líderes comunitários e outros a eles referentes não foram dados o seu papel no processo da comunicação com a comunidade, pois, apenas foi notada a prática de alguns encontros para se discutir problemas relacionados. Porém, é de salientar que a comunidade consegue estar a par dos assuntos abordados em quase todo o distrito graças ao empenho abnegado da rádio local, mas quando o assunto é sobre as vilas do milénio, apenas os moradores do bairro Samora Machel é que sabem dizer alguma coisa, mesmo considerando que seja com menor conhecimento. Daí considerar-se que a informação que circula não serve aos desejos de todos por estar ao serviço dos interesses da elite do distrito (Bolaño, 2000).

A comunidade, na sua maioria, tem dificuldades em falar sobre o propósito do projecto, quando surge, entre outros detalhes precisos. Isto é, a fraca capacidade da vila em se comunicar com a comunidade não só foi diminuindo com o tempo no envolvimento da comunidade, como também fez com que, chegado ao fim, fosse difícil apurar as reais razões da sua implementação. Isto porque, não raras vezes, os que tiveram experiência de viver nas aldeias comunais perceberam como se a vila e as aldeias comunais tivessem a mesma ideologia e procedimento, daí os menores índices de aceitação.

O papel dos líderes na difusão de informação sobre a vila foi ineficiente, para além de se perceber que entre estas lideranças o entendimento e cooperação são diminutos. Foi como se este grupo fosse proibido de dar detalhes sobre o que eles ouviam em reuniões ou que eles mesmos decidiram fechar-se sobre o assunto, ficando eles com informação. A ser assim, considera-se o papel dos líderes dentro da comunidade insignificante, pois, assume-se que as lideranças é que servem de ligação entre a comunidade e o governo, tendo em conta que a vila, neste caso, é da gestão do governo a nível local.

Um dos problemas a ser considerado nesta comunidade é a fraca capacidade da comunidade em poder negociar sobre os processos de todos os níveis. Uma das razões e, pelo nosso entendimento, influenciado por autores como M. Santos (1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011) e Árabe (2003) é de que as comunidades rurais, se encontrando em zonas onde a circulação da técnica e do conhecimento são fechados, descontinuando a circulação livre de informação, as acções dos homens e suas capacidades de decisão ficam condicionadas.

Foi visível, neste caso, a condição de incapacidade de argumentação das comunidades sobre a forma como os processos ocorrem. Logo, a comunidade de Chibuto, caracterizada por estar em zonas onde a luminosidade é reduzida, percebe-se que sua condição social, como argumentam M. Santos (1996, como citado em Etges & Carissimi, 2011) e Árabe (2003) influencia de forma negativa o nível das dinâmicas económicas capazes de condicionar o crescimento a nível local.

Desanove anos depois da introdução da vila no distrito foi notório que uma parte da comunidade se tornou incapaz em dar informação que abone a imagem da vila como a que tem interesse em ver a comunidade a se desenvolver. Ora, pela forma de argumentação de

uma parte da comunidade, percebe-se que tanto na sua introdução assim como no fim, não houve informação que desse indicação dessa acção, o que justifica a necessidade premente de as lideranças governamentais, em todos os níveis, pautarem pela comunicação como forma de evitar, não só a exclusão de uma parte da comunidade, mas também o desconhecimento e descontentamento.

Outrossim, há uma necessidade premente em fazer uma avaliação constante partindo-se da ideia de que o projecto visa atingir as pessoas como forma de se desenvolverem de forma sustentável. Isto porque, o desenvolvimento almejado é para as pessoas devendo a comunicação, para o efeito, atingir as pessoas visadas.

É neste contexto em que se pode afirmar, na vertente de Schramm (1973); Lenner e Schramm (1976); Habermas (1989b, 2003) que a comunicação torna-se em instrumento de mudança, servindo para chamar à integração social. Com que então, as acções em comunidade, de acordo com Weber (1973), encontram uma fraqueza de dinamizar processos locais como condição principal de chamar atenção comunitária ao engajamento social em diversas perspectivas dentro do grupo. A atenção determinada por um sujeito que faz parte dessa relação vai poder influenciar as outras acções aos que provavelmente receiam em se engajar no acto.

## **15.2. Incongruências discursivas e desenvolvimento no novo milénio**

O posto administrativo de Chitima, com cerca de 60 mil habitantes (50,3% são mulheres e 49,6% são homens), tem como língua predominante o Cinyungwe, com cerca de 75,6% de falantes. A taxa de analfabetismo neste posto é de cerca de 44,4%, sendo 27,3% para homens e 61,3% para mulheres (INE, 2007). Esta relação mostra que a comunidade de Chitima valoriza a escolarização dos homens em relação à das mulheres, apesar de ser da linhagem matrilinear. As casas são maioritariamente de palhota e com fraco acesso à rede eléctrica.

Neste posto, particularmente no novo milénio, como é chamada pela comunidade, tem falta de informação, pois a rádio local não funciona há mais de cinco anos. A dinâmica da informação é condicionada pelos líderes comunitários que, apoiando-se pelos megafones e altifalantes, procuram fazer circular a informação a nível local.

Neste momento a vila é inoperacional, o que significa que os serviços propostos como sendo os que deviam dinamizar o desenvolvimento local, a exemplo da agricultura, educação, saúde e saneamento do meio, assumidos como pilares do desenvolvimento pelo governo de Moçambique, não estão a ser implementados, com que então há fracos índices do desenvolvimento social e humano.

A não implementação dos serviços condiciona o posicionamento da comunidade face aos diversos mecanismos que deviam adoptar para incrementar maior produção e produtividade. Verifica-se que a população ainda usa, por exemplo, a prática de queimada como forma de preparar a terra para a prática da agricultura, resultando em fraca produção e produtividade. Isto porque a vila criada para dinamizar conhecimento científico em quase todas as acções comunitárias, influenciando na forma como esta deve actuar, ainda não foram iniciadas.

O SDAE, entidade governamental que ficou com a missão de dar continuidade das actividades da vila, tendo recebido os materiais que deviam estar ao serviço da comunidade nas diversas acções e facilitar a dinâmica dos processos, a exemplo do tractor e da moto bomba, não disponibilizou à comunidade, encontrando-se, hoje, em situação obsoleta.

Portanto, o uso de tecnologias de forma local associado ao conhecimento científico que devia ser partilhado com a comunidade de modo a que ela tenha capacidade de lidar com novos casos e superar a pobreza não foi introduzida no novo milénio. Isto é, a vila, não estando operacional, não determinou nenhum mecanismo pelo qual a comunidade podia ter um aprendizado sobre as várias formas de produção, assumindo-se que a agricultura é a actividade desenvolvida por mais de 90% da população (INE, 2007).

Há um reconhecimento da falta de iniciativa dos gestores da vila ao se fechar à comunidade, tendo sido abandonada a ideia de condicionar-se sustentabilidade, com que esta ainda está à espera que se dê início às actividades planificadas que devem servir de elo de ligação entre o governo e a comunidade.

A não disponibilização dos serviços, entendidos como pilares do desenvolvimento, pode ser vista como a falta de valorização das questões tradicionais o que nos ajudou a entender que no novo milénio, em particular, há falta de capacidade dos gestores para



tomarem em consideração as questões sociais, olhando à situação real das famílias cujos suportes económicos estão assentes na agricultura de base familiar.

Assim, a falta de informação na comunidade, condicionada tanto pela falta de meios locais para dinamizar esses fluxos, tanto pela falta da aproximação entre a comunidade e os gestores da vila, tem estado a criar um sentimento de repulsa pelo facto de a comunidade não estar a ver o desenvolvimento das acções prometidas pelo novo milénio, o que tem estado a dificultar a superação da pobreza, pois não há capacitação das comunidades locais para enfrentarem novos desafios.

Prebisch e Arrighi (como citado em Árabe, 2014) ajudaram-nos a entender que as regiões rurais que se encontram sem técnica e sem informação, dificilmente concentram o conhecimento científico para o seu benefício, o que bloqueia ainda a produção agrícola capaz de condicionar o desenvolvimento comunitário. Para o caso do novo milénio, a falta da técnica condiciona o acesso à informação e, por seu turno, as capacidades de aplicação do conhecimento local para produzir, comercializar e consumir a nível local.

O advento do uso da tecnologia, considerado essencial para galvanizar os mecanismos de desenvolvimento, veio a superar as dificuldades de acesso à informação, porém, seu uso ainda continua deficitário por não poder abranger toda a comunidade, com maior incidência para os mais velhos (INE, 2019). Portanto, a tecnologia tem de ser capaz de tornar a agricultura uma actividade viável pela mecanização. Pois, no contexto moçambicano, o governo tomou este sector como sendo o principal objecto estratégico para a erradicação da pobreza absoluta no país.

Portanto, a não visibilidade das actividades na vila do desenvolvimento do milénio de Chitima condiciona o cumprimento do plano económico e social (PES, 2017) do governo visto como sendo um dos instrumentos fundamentais para se atingir os objectivos do desenvolvimento do milénio.

Percebe-se que o departamento de tecnologias do distrito ainda não está capaz de conduzir a comunidade a apreender um conjunto de técnicas, condições sem as quais a comunidade não será capaz de dinamizar a economia local a nível de sustentabilidade. Por outro lado, este departamento deve adoptar, nas condições que se apresentam, um conjunto de acções que visem dotar a comunidade de conhecimento científico em associação ao local

como forma de ajudá-la a migrar para o tecnológico de forma a aumentar a produção e produtividade.

Pela falta de dinâmica da informação, sendo somente dinamizada pelos líderes locais pudemos perceber haver no novo milénio informação apenas para informar (Pasquali, 2003), desvalorizando as questões psicológicas do receptor e que pode ser assumido, em Kunsch (2006), como sendo o modelo de difusão.

Considerando as vilas do milénio como programa do governo objectivando dar benefícios às comunidades carenciadas de modo a beneficiar-se de tecnologias e inovações, facilidades em infraestruturas sociais, entre outros serviços, como forma de influenciar o desenvolvimento através do trabalho das comunidades empobrecidas associado ao uso das capacidades e potencialidades locais, o novo milénio perdeu foco, deixando as comunidades cada vez mais empobrecidas e em desvantagens.

Isto é, assumindo-se o objectivo que norteia a criação das vilas do milénio, entende-se não ter sido cumprido em Chitima, pois não foram criadas condições para se apoiar as estratégias de desenvolvimento e de crescimento socioeconómico na base do conhecimento técnico-científico e sociocultural. Por outro lado, percebe-se que não foi cumprida a sua missão por não haver redução da fome, má nutrição, higiene, entre outros, continuando uma vila caracterizada por extrema pobreza e sem visão a curto prazo para que os níveis de subdesenvolvimento sejam minimizados.

Para se impulsionar um desenvolvimento local e sustentável e reduzir os níveis de pobreza absoluta é preciso que se crie uma vila orientada pelas *ujamaa villages* (vilas do desenvolvimento do milénio), concebidas por Nyerere (1980), isto é, uma vila criada pelo povo e governada por aqueles que nela vivem e trabalham. Assim, é preciso redefinir-se estratégias de implementação, havendo a necessidade de ser a comunidade a elucidar o que e como deve ser feito de forma a respeitar a cultura local.

A existência de outros meios de comunicação deve ser incentivada, a exemplo do telefone, mesmo estando somente a servir de auxílio aos jovens no processo de comunicação, é possível observar-se a dinâmica dos fluxos de informação a nível local capaz de influenciar na mudança.

A falta de transparência na comunicação pela parte da vila deixa a comunidade do bairro 25 de junho transtornado com a situação, pois via a construção da vila como uma oportunidade para ultrapassar alguns problemas básicos que por si não seria de fácil solução, como o caso do escoamento dos produtos agrícolas, problema que tem estado a criar situações desconfortáveis em quase todo país.

Portanto, o descontentamento criado pela gestão da vila do milénio por não se ter conseguido gerir o problema logo de início vai desacreditando suas capacidades na criação de empreendimentos com vista ao desenvolvimento local. Um dos aspectos considerados fundamentais neste processo é pelo facto de não ter havido envolvimento da comunidade na definição de prioridades perante os critérios de desenvolvimento como forma de fazer com que (Habermas, 2003) seja a comunidade a definir as formas pelas quais ela quer se desenvolver.

Há uma disparidade muito acentuada entre os empreendimentos trazidos pela vila do milénio (casas construídas) em relação à capacidade de gestão provocada pela condição socioeconómica e pelo estilo de vida da comunidade onde o empreendimento foi colocado. Isto é, foram erguidas casas que deixam muitas dúvidas sobre a capacidade de gestão pela comunidade, pois os edifícios estão acima da condição socioeconómica da comunidade.

Outrossim, houve falta de consideração das questões culturais capazes de influenciarem na identificação dos hábitos culturais de um povo. Os hábitos culturais e o estilo de vida da comunidade de Chitima revelam uma forma de estar muito tradicional e longe da possibilidade de aceitar um estilo trazido pela vila a curto e médio prazos, muito em particular, pela forma como os gestores da vila definem os critérios de alocação dos empreendimentos.

Entende-se, neste caso, o posicionamento dos gestores da vila, segundo nos indica Weber (1973), como uma acção voluntária visando o enfraquecimento da comunidade. Este posicionamento é, por outro lado, entendido como sendo orientado por razões políticas, pois, a mudança do ministro de tutela determinou o abandono da vila, gerando um ambiente desconfortante à comunidade. Ainda interpretando o autor, a orientação das normas sociais num determinado grupo e, para o caso concreto dos gestores da vila, tem em mente um agir

não de acordo com as expectativas da comunidade na medida em que a orientação sobre as definições do ideal do novo milénio não ter respostas satisfatórias ao grupo beneficente.

Portanto, na visão de Habermas (2003), a ideia de que as acções dos indivíduos se baseiam em acções estratégicas orientam-se por um conjunto infinito de cálculos buscando a compreensão das suas acções, o que vai determinar o relacionamento capaz de originar um ambiente próspero entre as pessoas. Portanto, a informação sobre a implementação da vila do desenvolvimento do milénio, pela forma como foi passada, ignorou, sobremaneira, a linguagem da comunidade e, por conseguinte, as acções predefinidas não foram reflectidas como era previsto.

Entende-se que à medida que a vila vai se tornando incapaz de criar condições mínimas de sustentabilidade, ela vai se tornando esquecida, pois, pelo ambiente observado, as condições de sustentabilidade vão se escasseando, agudizando-se as necessidades.

Assim, entende-se ser viável, como forma de se fazer cumprir os objectivos do desenvolvimento do milénio e da agenda 2025, que as actividades sejam introduzidas na vila como forma de se condicionar mudanças significativas na comunidade. Considera-se haverem aspectos significativos capazes de elevar o desenvolvimento da comunidade, porém, o imperativo consiste na incapacidade da comunidade em explorar e transformar os recursos a nível local por falta de capacidades capazes de ajudar nesse processo.

### **15.3. Desajustes do projecto vilas do desenvolvimento do milénio de Itoculo**

O distrito de Monapo é potencialmente agrícola, actividade potenciada pelo CITT, na implementação da vila do desenvolvimento neste distrito, com apoio do governo do Japão. O auge da implementação da vila resolveu o problema da falta de sementes no país, bem como na melhoria de algumas infraestruturas importantes como escolas, armazém dos produtos agrícolas, salas de treinamento em informática, aviários e indústrias moageiros, o que colocou a vila numa posição destacável a nível da província.

As dificuldades de funcionamento pleno da rádio comunitária local criou problemas de acesso à informação, pois, as dinâmicas sociais não eram movidas por nenhuma estratégia de comunicação que pudesse colocar as comunidades em alerta sobre as várias decisões tomadas a nível local. É neste contexto em que se pode afirmar que a falta de informação

sobre como se devia proceder para dar avanços na comunidade diminuiu as expectativas comunitárias que via na vila um parceiro para lograr seus interesses, conforme as promessas no âmbito da sua implementação.

Uma das estratégias do ensino à comunidade consistia na demonstração visando fazer apresentação das técnicas de produção agrícola em todos os níveis. Porém, as actividades da vila estão descontinuadas, o que cria uma revolta à comunidade pelo abandono do projecto que proporcionou um bem-estar e ter condicionado na proporção da resposta às necessidades diversas, minimizadas pelas acções da vila.

Foi ignorado, por outro lado, neste processo, o conhecimento local, as características da comunidade, a cultura e seus hábitos como forma de potenciar-se as acções da vila a partir do ser desta comunidade. O que se entende é que a implementação da vila não olhou aos critérios que podiam ter sido circunscritos pelos líderes comunitários na definição das acções a implementar, assumindo-se que os líderes têm maior capacidade de influenciar as comunidades, para além de serem os que definem parâmetros de relacionamento e das acções a serem desenvolvidas. Isto é, para que o programa seja visto e assumido como sendo da comunidade é preciso que ela seja definida como elemento central na medida em que se implementam acções para influenciar no desenvolvimento comunitário.

É a esta perspectiva que a visão de Habermas nos remete, sobretudo quando a acção que visa integrar a comunidade não é levada à necessidade. Pois, a visão do autor mostrou-nos que a participação comunitária na definição de processos em seu benefício deve ser monitorada na sua presença de tal sorte que ela possa orientar essa definição como forma de responder às suas necessidades.

Isto porque, uma das razões que definiu a implementação desta vila, em particular, a vila de Itoculo, foi o saber local, que devia servir no desenho de estratégia de desenvolvimento a nível distrital e, no sentido mais amplo, a nível nacional. Para o efeito, os meios de comunicação locais devem ser vistos como elementos parceiros do desenvolvimento bem como servir como elo de ligação entre as lideranças locais e a comunidade, ajudando a encontrar mecanismos mais simplificados para a aderência da comunidade e, por outro lado, fazer com que os serviços sejam dinamizados.

Portanto, a comunicação como um processo social, dentro da comunidade de Itoculo é de mão-única (descendente), partindo do governo distrital, passando pelas lideranças locais até chegar à comunidade. Esta atitude torna o processo comunicativo muito lento, para além de correr o risco de sofrer mudanças à medida que se transfere para a comunidade, pois, é feita de forma oral. É em termos desta postura comunicativa que Schramm (1976) argumenta que a comunicação vai descendo dos centros para as periferias onde é menos consistente considerando as características de algumas regiões, neste caso particular, a comunidade de Itoculo, onde esta comunicação é feita na base de línguas locais, por meio de tradução dos programas, na sua maioria, produzidos fora do contexto e, por vezes na língua portuguesa.

Entendemos a língua como um artefacto cultural, daí que uma ideia dada numa língua, e traduzida para outra, não expressa na mesma dimensão a ideia proposta. Pois, uma língua não consegue transcender as dimensões culturais, dos hábitos e dos costumes. Particularmente quando a tradução é feita para as línguas moçambicanas, que se definem por grupos étnicos.

As actividades da vila foram caracterizadas por uma deficiência da comunicação implicadas pela falta da capacidade e/ou interesse da rádio em poder difundir seus feitos de forma contínua. Portanto, a rádio podia ter dado mais atenção aos outros parceiros estratégicos na difusão de suas acções, mas não foi positivo, observando-se uma fraca ligação entre a comunicação social e os projectos da vila.

Embora o uso dos meios de comunicação tenha sido refutado à prior, estes, mesmo se assumirmos que não são humanistas, como nos mostrou Mefalopulos (2008), têm maior poder de difusão que as lideranças locais, pois, os líderes são assumidos como sujeitos políticos, o que justifica a não unanimidade das decisões que tomam, para além de pertencerem a ideologias políticas diferentes bem como influenciados pela religião.

A rádio, como meio de comunicação social é chamada a ter de ser meramente da comunidade visando, como mostra Obregón (2014), transmitir e disseminar os valores da modernidade, promovendo o uso de novas tecnologias e adopção de inovações. Procedendo desta forma, é possível que, mesmo sem financiamento do governo, as comunidades sejam capazes de levar avante as suas acções de mudança de comportamento bem como influenciar as comunidades a adoptar novas formas de ser e estar. Entretanto, os implementadores da vila

estavam muito distantes para responder às necessidades reais da comunidade, pois, por motivos não avançados, abandonaram a vila logo após a sua introdução.

As análises feitas por Schramm (1976) remetem-nos à ideia de que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa pode ser medido pelo desenvolvimento do país. E, particularmente, olhando aos contextos comunitários de Itoculo, percebe-se a falta de vários elementos que podem condicionar sua sustentabilidade, a exemplo de instituições financeiras que as valorizam como parceiras fundamentais nas suas actividades. Por outro lado, percebe-se que a estratégia que orientou a implementação da vila do desenvolvimento do milénio de Itoculo foi importada e implementada fora do domínio comunitário, daí a fraca apropriação e desenvolvimento de capacidades locais.

Várias questões referentes ao uso das tecnologias de que o CITT procura passar para a comunidade produzida na base do conhecimento local, podem ser levantadas. Uma delas é qual é a tecnologia implementada na vila de Itoculo da qual a comunidade possa se orgulhar como sinal de dar resposta aos problemas locais? Como é que o CITT fez o uso combinado das tecnologias com o conhecimento local? Que experiência o CITT tirou da combinação do saber científico com o local que possa ser válida na implementação em outros domínios comunitários a nível de Moçambique?

A embaixada do Japão, parceira estratégica na implementação da vila de Itoculo abandonou a parceria antes dos cinco anos previstos por razões desconhecidas ou não reveladas, o que veio a criar descontinuidade muito antes do seu amadurecimento. Este posicionamento ditou inconformismo na comunidade por ter visto um sonho de desenvolvimento deitado abaixo. Entende-se que o abandono influenciou sobremaneira o desenvolvimento local, atrasando a comunidade na busca de novas formas de conhecimento científico para combinar o conhecimento local na criação de sustentabilidade a nível distrital.

#### **15.4. Crítica ao modelo vilas do desenvolvimento do milénio**

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), assessorado pelo CITT na gestão das vilas do milénio, deve dinamizar as capacitações às comunidades de modo a que elas possam criar condições de auto emprego sem dependência externa, olhando as condições locais. Pois,

a dependência externa não cria desenvolvimento e, falando de desenvolvimento, a ideia básica é que qualquer projecto definido para o efeito deve ser auto sustentável.

Entende-se que as falhas do projecto vilas do milénio, pelo facto de ser insustentável, é que o MCT/CITT e seus parceiros não deram espaço à comunidade para que possa fazer valer seus critério na implementação de novos estilos de vida e na busca do conhecimento, sendo que as tecnologias de que se fala não foram introduzidas na comunidade durante os cinco anos da implementação das vilas.

A deficiência da auto sustentabilidade dos projectos implementados começa pelo não envolvimento da comunidade e, assumindo-se que o projecto visa beneficiar a toda a comunidade pode ser entendida como sendo problemática, não no âmbito comunitário, mas na sustentabilidade. Significa, em outras palavras, que o governo deve priorizar, para as comunidades, projectos e/ou programas em função do ambiente comunitário.

Ora, é premente que se criem condições, com particular destaque aos recursos humanos, capazes de justificar a necessidade dos projecto em determinados contextos onde a tecnologia não é conhecida.

O outro ponto a considerar é a criação de sinergias através dos jovens recém formados saídos nesses distritos, influenciado pela unidade nacional que as universidades públicas criam, que devem ser convidados a regressarem às suas zonas de origem para dinamizar a economia local. Um dos aspectos fundamentais de sustentabilidade da tecnologia, ou de projectos na base da tecnologia é a capacidade de a comunidade conseguir manter dinamismo nos serviços básicos como electricidade, pois não há tecnologia sem electricidade.

#### **15.4.1. Condicionalismos:**

Um dos aspectos considerados fundamentais neste processo é pelo facto de não ter havido envolvimento da comunidade na definição de prioridades perante os critérios de desenvolvimento como forma de fazer com que (Habermas, 2003) seja a comunidade a definir as formas pelas quais ela quer se desenvolver.



Portanto, foi notório que o conceito vilas do desenvolvimento do milénio não foi explorado em nenhum dos três contextos, havendo a necessidade de se reeditar, porém, respeitando os seguintes condicionalismos:

- os empreendimentos (edifícios) devem ser do nível da comunidade, respeitando o seu estilo de vida como forma de criar sustentabilidade (as comunidades tradicionais moçambicanas discutem assuntos por baixo de uma árvore considerada, normalmente, sagrada);
- Não se deve transportar conceitos da metrópole para implementar em comunidades rurais (a comunidade deve definir a forma como entende os processos em função do seu contexto cultural);
- O conhecimento local deve ser valorizado e incentivado. Os efeitos nocivos trazidos por este conhecimento devem ser negociados e influenciados a mudança porque pode não criar um bem-estar na sua implementação;
- As diferenças dos contextos culturais e linguísticos devem ser levados ao primeiro plano como forma de buscar integração de toda a comunidade;
- É preciso que os meios de comunicação funcionem em pleno como forma de condicionar um espaço do aprendizado, pois através da comunicação, as comunidades podem aprender várias técnicas e temáticas enquadradas nos contextos locais e na base das línguas locais.
- É preciso que a vila seja gerida por um líder comunitário que melhor conhece as necessidades locais e com maior probabilidade de respeitar esses mesmos contextos (líder tradicional, chefe do posto ou da localidade);
- O modelo de comunicação privilegiado entre os intervenientes deve ser o participativo por ser considerado como o que condiciona a mobilização social e maior pluralidade de vozes perante os modelos de desenvolvimento dominantes.

#### **15.4.2. Recomendações**

Se o conceito das rádios comunitárias nos remete à ideia de que elas são feitas por pessoas locais, para beneficiar a pessoas locais e a falarem de contextos locais, então, a vila, estando para resolver os problemas locais, é importante que seja vista da mesma forma que

uma rádio comunitária, assumindo que ela também visa responder aos problemas locais. Os contextos socioculturais moçambicanos são diferenciados e, em particular, influenciados pelo grupos étnico-linguísticos e tendo em conta que deve-se assumir que está em voga um processo de desenvolvimento para desenvolver as pessoas.

Portanto, o conceito ‘comunidade’ não é definido de forma a responder aos problemas da comunidade e sim para justificar um plano externo, daí a falta de coesão dos processos. Por exemplo, é do conhecimento das lideranças do governo a nível central que as comunidades reúnem-se em lugares sagrados. Por exemplo, o nome *Chibuto* remete-nos à ideia de um lugar que, para a comunidade, em tempos passados era considerado sagrado, sendo onde se rezavam os cultos tradicionais. Hoje, em quase todos os distritos do país as reuniões em comunidade acontecem por baixo de uma árvore, considerado sagrado e escolhido pelos líderes tradicionais que, também foram indicados pelos poderes ancestrais, isto é, pelos mortos.

Este contexto justifica a não necessidade de criação de espaços novos onde a comunidade vai se reunir sem que essa construção seja negociada que, ao que tudo indica, haveria a necessidade de os líderes tradicionais consultarem a essa possibilidade de mudança dos encontros com a comunidade aos mortos. Pois, as lideranças locais não tomam nenhuma decisão sem o aval destes. Se os projectos forem implementados pelos líderes locais, estes não vão necessitar de novos lugares sem que antes os espaços tradicionais sejam esgotados.

Foi percebido nos três contextos que as comunidades locais não precisam do conhecimento do uso do computador, pois, é uma tecnologia não aplicável na agricultura, na pesca, na pastorícia, na agropecuária, no saneamento do meio e, em particular, na gestão dos negócios a nível local, pois as dinâmicas rurais são diferentes das dinâmicas das cidades. Isto é, o uso do computador não é prioritário se assumirmos sua importância quanto maior for o volume de negócio e dos registos. Nestes lugares, garantir sustentabilidade dos meios de comunicação de massa é o fundamental, pois, foi percebido em Schramm (1976) que os meios substituem as escolas no ensino da técnica e não só.

Porém, é necessário um investimento básico em meios de transporte para o escoamento dos produtos. É preciso também investimento na construção de sistemas de irrigação, à semelhança de Chibuto que teve benefício em um sistema de irrigação. É preciso

também investimento para alocar tratores de modo a apoiar na lavoura. De um modo geral, para cada actividade precisa de um investimento, sendo chamado o governo em condicionar as vias de acesso que vai condicionar a durabilidade, por exemplo, dos meios de transporte a serem alocados em todos os lugares em expansão.



## 16. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAHAMSSON, H e NILSSON, A. (1995). Ordem mundial futura e a governação nacional em Mocambique. Maputo: CEEI-ISRI.
- ANDRADE, M. G. de (2005). Introdução à metodologia do trabalho científico. (7ª ed). SP: Atlas.
- APPOLINÁRIO, F. (2006). Metodologia da Ciência – Filosofia e prática da pesquisa. SP: Pioneira Thomson learning.
- BAUMAN, Z. (2009). A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias. RJ: Zahar Ed.
- African Media Barometer [AMB, 2014). O primeiro exercício de análise concebido localmente sobre situação dos media em África. Windhoek: fesmedia África.
- BAHIA, L. M. (2008). Rádios comunitárias: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- BARDIN, Laurence (1977). Análise de conteúdo. Lisboa: edições 70.
- BOLAÑO, C. (2000). Indústria cultural: Informação e capitalismo, SP: Hucite/Polis.
- BOLAÑO, C. et al. (2008). Comunicação, Educação, Economia e Sociedade no Brasil – desenvolvimento histórico, estrutura atual e os desafios do século XXI. SP: UFS Ed
- BORDENAVE, J. D. (1974). Novas perspectivas na capacitação em comunicação para o desenvolvimento rural. RJ: IICA ed.
- BRIGGS, A. & BURKE, P. (2006). Uma história social da mídia. (2ed). RJ: Jorge Zahar Editora.
- CALLOU, A. B. & BRAGA, B. (2005). Estratégias de Comunicação para o Desenvolvimento Local: uma Experiência Governamental em Pernambuco. Brasil: Unircoop.
- CAREGNATO, R. C. & MUTTI, R. (2006). Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso versus Análise de Conteúdo. Florianópolis: Texto Contexto Enferm.
- CASTELLS, M. (2009). Comunicación y poder. Madrid: Alianza Editorial.
- Centro de Estudos Interdisciplinares de Comunicação [CEC, 2015). Relatório de Pesquisa Casos de violações das questões éticas no jornalismo em Moçambique. Maputo: CEC.
- CERVO, A. L. (1996). Metodologia científica. 4ed. SP: Makron Books.
- COHEN, L. et al. (2007). Research Methods in Education. London: Routledge.
- Constituição da República de Moçambique (2004). Coleção legislação moçambicana. Maputo: Plural Editores.
- Constituição da República de Moçambique. Imprensa Nacional de Moçambique. (1990). 2ed. Maputo. 1990 – publicado no Suplemento ao Boletim da República, 1ª série, no 44, de 2 de Novembro de 1990.
- Constituição da República Popular de Moçambique de 1975. (2013). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Constituição da República de Moçambique (2004). Coleção legislação moçambicana. Maputo: Plural Editores.

- CORNISH, G. P. (2003). The information society and the information professional. *in* Hornby, S. & Clarke, Z. (2003). Challenge and change in the information society. London: Facet Publishing.
- ÉVORA, S. L. (2018). Comunicação social e cidadania. (1ª ed.). Cidade da Praia: ISE Editorial.
- FIORIN, J. L. (2003). Linguagem e ideologia. SP: ática.
- FISK, J. (2001). Introdução ao estudo da comunicação, (6ª ed). Pt: ASA editora.
- FREIRE, P. (2009). Pedagogía del compromiso. América Latina y Educación popular. Barcelona: Hipatia Editorial.
- HABERMAS, J. (1984). The theory of Communicative action. Volume 1. Boston: Beacon Press.
- HABERMAS, J. (1985a). The Theory of Communicative Action - lifeworld and system: a critique of functionalist reason. (3rd ed). Boston: Beacon Press.
- HABERMAS, J. (1985b). Conciencia moral y acción comunicativa, (1ra ed). Barcelona: Ediciones Península.
- HABERMAS, J (1989a). Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos. Madrid: Ediciones Cátedra.
- HABERMAS, J. (1989b). Consciência moral e agir comunicativo. RJ: Tempo brasileiro.
- HABERMAS, J. (2003). On the Pragmatics of Communication. (2nd ed). Cambridge: Polity press.
- HEDEBRO, G. (1982). Communication and Social Change in Developing Nations: a critical view. Iowa: Ames.
- Instituto de Comunicação Social [ICS], (2015). Plano estratégico do ICS 2015-2019. Maputo-Moçambique. Impressão Académica, Lda.
- Instituto Nacional de Estatística [INE], (2003). *Inquérito Nacional Sobre Saúde Sexual e Reprodutiva dos Jovens e Adolescentes*. Maputo.
- KAUARK, F. da S.; MANHÃES, F. C. e MEDEIROS, C. H. (2010). Metodologia da Pesquisa: um guia pratico. Itabuna/Bahia. Brasil: Editora Via Litterarum.
- LAKATOS, E. M. (1999). Técnicas de pesquisa em ciências sociais. (1ªed). SP: Atlas.
- LAKATOS, E. M. & MARCONE, M. de A. (2002). Técnicas de pesquisa. (5ª ed). SP: Atlas.
- LERNER, D. & SCHRAMM, W. (1973). Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento. SP: editora USP.
- LOPES, C. (2005). Cooperação e desenvolvimento humano - a agenda emergente para o novo milénio. SP: Unesp Ed.
- LUZ, D. (2007). A arte de pensar e fazer Rádios Comunitárias. Brasília.
- MAY, T. (2004). Pesquisa Social: questões, métodos e processos. (3ª ed). SP: Artmed.
- MEFALOPULOS, P. (2008). Development Communication Sourcebook: broadening the boundaries of Communication, Vol 1. Washington. USA.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social [MGCAS], (2007). Um Perfil das Relações de Género. Maputo: Asdi.

- MOREIRA, A. (2008). Teoria das relações internacionais. (6ª ed). Coimbra: Almedina.
- MOURA, C.P. de & LOPES, M. I. V. de. (2016). Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas académicas. Porto Alegre: EdiPUCRS.
- NETTO, J. T. C. (1980). Semiótica, Informação e Comunicação. SP: Perspectiva.
- NGUENHA, F. P. M. (2008). Fluxo de informação extra institucional – o caso da Visão Mundial. Maputo: UEM. Monografia apresentada em defesa pública para obtenção do grau de licenciatura em Jornalismo pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade Eduardo Mondlane. Maputo.
- NGUENHA, F.P.M. (2013). Comunicação para o desenvolvimento sustentável, o caso da vila do milénio de Chibuto. Dissertação do mestrado Apresentada no Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique. Maputo.
- NHANALE, E. C. (2019). A cobertura dos media sobre a corrupção em Moçambique: um “contra-poder” abalado? (1ed). Maputo: Editora CEC.
- NICOLAU, I. (2001). O conceito de estratégia. Lisboa: INDEG/ISCTE.
- PRASAD, K. (2009). Communication for Development – reinventing theory and action. (1<sup>st</sup> ed). Delhi: B. R. Publishing Corporation.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V. (2003). Manual de investigação em Ciências sociais. (3.ed). Lisboa: Gradiva.
- SANTOS, M. (2000). Por uma outra Globalização, do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, M. (2001). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal (5ª ed). RJ: Record.
- SCHRAMM, W. (1973). Comunicacao e mudança social nos países em desenvolvimento. *in* LERNER, D. & SCHRAMM, W. (1973). Comunicação e mudança nos países em desenvolvimento. SP: editora USP.
- SCHRAMM, W. (1976). Comunicação de massa e desenvolvimento, RJ: Blosh Ed.
- SCHULER at al., M. (2004). Comunicação estratégica, (1ª ed). RJ.
- SEN, A. K. (2001). Development as freedom. NY: sixth printing.
- SPRADLEY, J. P. (1980). Participant observation. USA: Thomson leaning.
- SIMÕES, R. P. (1995). Relações Públicas: função política, (3ª ed). SP: Summus.
- TAYLOR, S. J. y BOGDAN, R. (1994). Introducción a los métodos cualitativos de investigación: la búsqueda de significados, 2da ed. Barcelona: Ediciones Paidos.
- THIOLENT, M. (2000). Metodologia da pesquisa-acção, (9ª ed). SP: Cortez/autores associados.
- TONDATO, M. (2016). A construção cotidiana da cidadania: identidades e significações. *in* COGO, D; ROCHA, R. de M e HOFF, T. (2016). O que é Consumo? Comunicação, dinâmicas produtivas e constituição de subjectividades. Porto Alegre: Sulina.
- TRAQUINA, N. (2001). **O estudo do Jornalismo no século XX, Brasil**: Editora Unisinos.
- TRIVIÑOS, A. N. (2007). Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais - a Pesquisa qualitativa em educação: O Positivismo, a Fenomenologia e o Marxismo. (1ª ed). SP: Atlas.

- VALÁ, S. C. (2017). Desenvolvimento endógeno no Moçambique em transição. Maputo: Escolar Editora.
- VIEGAS, W. (1999). Fundamentos de metodologia científica. (2ª ed). Brasília: editora Universidade de Brasília;
- WEBER, M. (1973). Metodologia das ciências sociais. (2ª ed.) parte 2. SP: Cortez.
- WEBER, M. (1989). A Skeleton key - Masters of social theory. New Delhi: Sage Publication.
- WEBER, M. (1999). Metodologia das ciências sociais. (3ª ed.). parte 1. SP: Cortez.
- WEBER, M. (2005). A ética protestante e o espírito do capitalismo. (6ª ed). Lisboa: Editorial presença.
- YIN, R. K. (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. (2ª ed). Porto Alegre: Bookman.

### Textos electrónicos

- ALVES, A. M. (2005). *As rádios comunitárias em Moçambique – estudo de caso*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em [https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23\\_1/apache\\_media/5UA1SHBPLC38XL8R9CADAMRDJV29QS.pdf](https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/5UA1SHBPLC38XL8R9CADAMRDJV29QS.pdf) Acesso a 14 de Fevereiro de 2019.
- ANDRADE, D. P. (2019). *O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais*. Revista Sociedade e Estado – Volume 34, Número 1, Janeiro/Abril 2019. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/se/v34n1/0102-6992-se-34-01-211.pdf> Acesso: 8 Agosto de 2020.
- ARAÚJO, M. G. M. de (1988). *O sistema das aldeias comunais em Moçambique: transformações na organização do espaço residencial e produtivo*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://www.repositorio.uem.mz/handle/123456789/402> Acesso: 20 Fevereiro 2019.
- AUGUSTIN, K. N'da K. (2013). *Da Radio analógica à Radio digital: quais as perspectivas para a Africa Ocidental Francesa?* Dissertação de Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media apresentada ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35948/1/Da%20radio%20analogica%20a%20radio%20digital.pdf> Acesso: 24 de Janeiro de 2019.
- BATA, R. (2006). O discurso oficial sobre o desemprego no contexto do programa de reabilitação econômica e social (PRES), 1989 a 2004, Maputo-Moçambique disponível em: <http://monografias.uem.mz/bitstream/123456789/991/1/2006%20-%20Bata%2C%20Rafael%20.pdf> Acesso: 19 Julho 2020.
- BAUMN, Z. (2001). Modernidade líquida, Jorge Zahar ed. RJ. Disponível em [https://francojunior.net/download/cosmovisao\\_crista/Modernidade\\_Liquida\\_BAUMN\\_Z.pdf](https://francojunior.net/download/cosmovisao_crista/Modernidade_Liquida_BAUMN_Z.pdf) Acesso: 22 de Julho de 2019.
- BITTENCOURT, M. A. (2017). A metodologia da comunicação estratégica difundida pela Escola da Universidade Nacional de Rosário: sua aplicação em uma instituição de ensino superior. Anais do XI Congresso Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, ISBN, Abrapcorp. Disponível em



- <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/arquivos/43.pdf> Acesso a 17/07/2019.
- CÁCERES, D.; COSSA, E.; GUEZE, J.; ORDEMANN, M.; SCHRADE, A.; STRAUB, U.; UTI, S.; HARMS, H. (2007). Desenvolvimento Económico Local em Moçambique: m-DEL para a planificação distrital - Um método para identificar potencialidades económicas e estratégias para a sua promoção. Série de publicações do SLE, Vol. 1 Chimoio/Berlim - Disponível em <https://edoc.hu-berlin.de/bitstream/handle/18452/3824/229-1.pdf?sequence=1> Acesso: 19 Julho 2020.
  - CASTELLS, M. & CARDOSO, G. (2005). *A Sociedade em rede: do conhecimento à acção política*. Trabalho apresentado em conferência promovida pelo Presidente da República. Centro Cultural de Belém. Disponível em [https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a\\_sociedade\\_em\\_rede\\_-\\_do\\_conhecimento\\_a\\_acao\\_politica.pdf](https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_sociedade_em_rede_-_do_conhecimento_a_acao_politica.pdf) Acesso: 2 de Junho de 2021.
  - Centro de Apoio à Informação e Comunicação Comunitária [CAICC], (2014). <https://www.caicc.org.mz/index.php/2014-01-16-09-57-33/documentos-sobre-radios> Acesso: 21 de Fevereiro de 2019.
  - CHIPENEMBE, M. J. M. (2004). Papel do Estado na regulação da economia em Moçambique (1987-1999). Dissertação de mestrado em Sociologia económica e das organizações, Universidade técnica de Lisboa, Instituto superior de economia e gestão. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/18697/1/DM-MJMC-2004.pdf>. Acesso: 19 Julho 2020.
  - CRESSWELL, J. W. (2014). *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. 4th ed. Los Angeles: SAGE. Disponível em 23 de Julho de 2021.
- <http://englishlangkan.com/produk/E%20Book%20Research%20Design%20Cressweell%202014.pdf> Acesso: 23 de Junho de 2019.
- Cairo +7 (2001). *População e desenvolvimento em Moçambique* - Ministério do Plano e Finanças, Maputo- Moçambique – disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Antonio\\_Francisco5/publication/317502615\\_Cairo\\_7\\_Populacao\\_e\\_Desenvolvimento\\_em\\_Mocambique/links/593c3c270f7e9b33175fa753/Cairo-7-Populacao-e-Desenvolvimento-em-Mocambique.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Francisco5/publication/317502615_Cairo_7_Populacao_e_Desenvolvimento_em_Mocambique/links/593c3c270f7e9b33175fa753/Cairo-7-Populacao-e-Desenvolvimento-em-Mocambique.pdf) Acesso: 19 Julho 2020.
  - Centro de Apoio a Informação e Comunicação Comunitária (CAICC, (2006). *situação da agricultura em Moçambique*. Disponível em <https://www.caicc.org.mz/index.php/biblioteca/corruptcao/98-agricultura> Acesso: 9 de Agosto de 2020.
  - Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário (CIIT). Disponível em <https://citt.gov.mz/vila-do-milenio-de-itoculo/> Acesso: 02 de Julho de 2019).
  - Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias (CITT). Disponível em: <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> Acesso: 05 de Julho de 2019.
  - Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário (CIIT). Disponível em <https://citt.gov.mz/vila-do-milenio-de-itoculo/> Acesso: 02/07/2019).
  - Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias (CITT) disponível em <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> Acesso: 7 de Março de 2019

- Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias (CITT) disponível em <https://rnti.org.mz/citt/> Acesso: 8 de Março de 2019.
- Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias (CITT). Disponível em <https://citt.gov.mz/programa-nacional-vm/> Acesso: 8 de Março de 2019.
- Centro de Investigação e Transferência de Tecnologias para o Desenvolvimento Comunitário. Disponível em <http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/centro-de-investigacao-e-transferencia-de-tecnologias-para-o-desenvolvimento-comunitario-0>. Acesso: 19 de Março de 2019.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. (2007). Neoliberalismo – Neo-imperialismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007. <https://www.scielo.br/pdf/ecos/v16n1/a01v16n1.pdf> Acesso: 8 Agosto de 2020.
- Estatísticas do Distrito de Chibuto. INE. 2013. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/gaza/novembro-de-2013/distrito-de-chibuto.pdf/view>; Acesso: 02/07/2019.
- Estatísticas do Distrito de Monapo, INE, 2013. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/nampula/2013/monapo.pdf/view> Acesso: 02/07/2019.
- Estatísticas do Distrito de Cahora Bassa, INE, 2013. Disponível em <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-territorias-distritais/tete/novembro-de-2013/cahora-bassa.pdf/view> Acesso: 02/07/2019.
- ESTEVES, C. M. 2009. Quadros interactivos multimédia: concepções de professores de Matemática do conselho do barreiro sobre a sua utilização na didática da Matemática, Lisboa. Disponível em <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/1164/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Celso%20Esteves.pdf> Acesso: 20 Abril 2018.
- Estratégia nacional de desenvolvimento (ENDE) (2014). Maputo – Moçambique; disponível em <http://extwprlegs1.fao.org/docs/pdf/moz147210.pdf> Acesso: 19 Julho 2020.
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento [END], (2013). Disponível em <http://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/ESTRATEGIA%20NACIONAL%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20VERSAO%20FINAL.pdf> Acesso: 12 de Março de 2019.
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento do Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Disponível em <http://www.acismoz.com/wp-content/uploads/2017/06/ESTRATEGIA%20NACIONAL%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20VERSAO%20FINAL.pdf> Acesso: 12 de Março de 2019.
- ETGES, V. E. & CARISSIMI, E. (2011). *Territórios Luminosos e Territórios Opacos – uma análise à luz das contribuições de Milton Santos*. Anais do I Circuito de debates Acadêmicos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo37.pdf>. Acesso: 21 Março de 2019.
- Folha Informativa do País (s.d), Saúde e Direitos Humanos. Ministério da Saúde de Moçambique. Disponível em [https://www.who.int/hhr/news/Moçambique\\_Folha%20Informativa.pdf?ua=1](https://www.who.int/hhr/news/Moçambique_Folha%20Informativa.pdf?ua=1) Acesso: 8 de Agosto de 2020.

- FRITZ, K. (2008). *Ethical Issues in Qualitative Research*. Johns Hopkins Bloomberg School of Health. Disponível em [www.ocw.jhsph.edu/courses/qualitivedataanalysis/PDFs/Session12](http://www.ocw.jhsph.edu/courses/qualitivedataanalysis/PDFs/Session12) Acesso: 20 de Janeiro de 2018.
- FROTA, M. G. da C. (s.d). A delimitação das unidades de análise em Ciências Sociais, Artigo. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a03.pdf> Acesso: 19/09/2018.
- GERHARDT, T. E.; Ramos, I. C. A.; Riquinho, D. L. e Dos Santos, D. L. (2009). Estrutura do projeto de pesquisa (p. 65-89); in Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. [org.] (2009), Métodos de pesquisa, 1a ed. UFRGS ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GIL, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6ª ed). São Paulo: Atlas. Disponível em <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso: 21 de Abril de 2018.
- GIL, A. C. (2002). Como elaborar projectos de pesquisa. (4ª ed). São Paulo: Atlas. Disponível em [https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\\_resource/content/1/como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf) Acesso: 23 Abril 2018.
- GOULART, S. (2006). *Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos*. BR 104 - Norte, Km 97, Cidade Universitária - Maceió - AL, CEP 57072-970. Cadernos EBAPE.BR, on-line version ISSN 1679-3951. Cad.EBAPE.BR vol.4 nr.3 Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512006000300004&script=sci\\_arttext&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512006000300004&script=sci_arttext&tlng=es) Acesso: 21 de Fevereiro de 2019.
- Governo de Moçambique (2000). *Programa Quinquenal do Governo para o Período 2000-2004*. Maputo: Imprensa Nacional. Disponível em <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Governo/Documentos/Planos-e-Programas-de-Governacao/Plano-Quinquenal> Acesso: 7 de Setembro de 2019;
- Instituto Nacional de Estatística [INE], (2010), Relatório do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/2009; disponível em <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-sobre-orcamento-familiar> Acesso: 14 de Outubro de 2018.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2017). *Anuário Estatístico*. Maputo: INE Disponível em [www.ine.gov.mz](http://www.ine.gov.mz). Acesso: 02 de Junho de 2019.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010). *Relatório do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2008/2009*; disponível em <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-sobre-orcamento-familiar>
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2016). *Relatório final do Inquérito ao Orçamento Familiar – IOF 2014/2015*; disponível em <http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/inqueritos/inquerito-sobre-orcamento-familiar> Acesso: 16 de Junho de 2020.
- Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019). *IV recenseamento geral da população e habitação – resultados definitivos*. Maputo-Moçambique. Disponível em <http://www.ine.gov.mz> Acesso: 17 de Junho de 2020.
- JANE, T. J. (2006). Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique. Tese apresentada na

- Universidade Metodista de São Paulo para obtenção do grau de doutor em Comunicação Social. Disponível em [http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/876/1/Tese\\_Tomas\\_Jane\\_final\\_1\\_.pdf](http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/876/1/Tese_Tomas_Jane_final_1_.pdf) Acesso a 15 de Janeiro de 2010.
- JOSÉ, A. C. (2005). Neoliberalismo e crise do trabalho em Moçambique: o caso do caju – Assembleia geral do CODESRIA – disponível em [www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt) Acesso: 19 de Julho de 2020.
  - KRIPPENDORFF, K. (1989). Content analysis”. In E. Barnouw, G. Gerbner, W. Schramm, T. L. Worth, & L. Gross (1989). International encyclopedia of communication. Vol. 1. New York, NY: Oxford University Press, pp. 403-407, disponível em [http://repository.upenn.edu/asc\\_papers/226](http://repository.upenn.edu/asc_papers/226) Acesso: 04 de Agosto de 2020.
  - LAGARTO, J. R. (s.d.). O papel das tecnologias de informação e comunicação no desenvolvimento comunitário em Moçambique. Pt. Disponível em [https://www.academia.edu/37551361/O\\_papel\\_das\\_tecnologias\\_de\\_informa%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_comunica%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_desenvolvimento\\_comunit%C3%A1rio\\_em\\_Mo%C3%A7ambique](https://www.academia.edu/37551361/O_papel_das_tecnologias_de_informa%C3%A7%C3%A3o_e_comunica%C3%A7%C3%A3o_no_desenvolvimento_comunit%C3%A1rio_em_Mo%C3%A7ambique) Acesso: 20 de Março de 2019.
  - LIMA, I. O. de. (2010). *Rádio comunitária, género e capital social: a experiência da Alternativa FM, emissora da Associação das Mulheres de Nazaré da Mata – Amunam*. Dissertação do Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação, Recife. <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/bitstream/tede2/6082/2/Ivanice%20Oliveira%20de%20Lima.pdf> Acesso: 22 de Fevereiro de 2019.
  - MACHEL, S. M. (1977). FRELIMO: o partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Relatório do Comité central ao 3º congresso; Maputo – Moçambique.
  - MALOA, T. M. (2016). história da economia socialista moçambicana. Dissertação de mestrado em história económica, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na USP. São Paulo. Disponível em [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br) Acesso: 19 julho 2020.
  - MASSONI, S. (2007). Estrategias. Los desafios de la comunicación em um mundo fluido, Homo Sapiens Ediciones, Rosario, Argentina. Disponível em [http://aulavirtual.agro.unlp.edu.ar/pluginfile.php/34315/mod\\_resource/content/1/Modelo\\_comunicacion\\_estrategica\\_Sandra\\_Massoni.pdf](http://aulavirtual.agro.unlp.edu.ar/pluginfile.php/34315/mod_resource/content/1/Modelo_comunicacion_estrategica_Sandra_Massoni.pdf) Acesso a 22 de Julho de 2019.
  - MASSONI, S. H. (2007). Estrategias: Los desafios de la comunicación em um mundo fluido. Rosário: Homo Sapiens Ediciones. Disponível em [http://aulavirtual.agro.unlp.edu.ar/pluginfile.php/34315/mod\\_resource/content/1/Modelo\\_comunicacion\\_estrategica\\_Sandra\\_Massoni.pdf](http://aulavirtual.agro.unlp.edu.ar/pluginfile.php/34315/mod_resource/content/1/Modelo_comunicacion_estrategica_Sandra_Massoni.pdf) Acesso: 22 de Julho de 2019.
  - MASSONI, S. H. (2008). *Os desafios da comunicação em um mundo fluido*. FISEC- Estrategias - Año IV, Número 10. Pp. 45- 56 <http://www.fisec-estrategias.com.ar/>. Acesso: 17/07/2019.
  - MATSINHE, L. S. (2011). Moçambique: uma longa caminhada para um futuro incerto? Porto Alegre. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/29398> Acesso: 5 de Agosto de 2020.

- MENDES, E. S. (2007). *Mediações jornalísticas na era da comunicação de massa: o ombudsman na imprensa do Brasil e de Portugal*. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, Brasil; Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-22072009-180423/publico/5065923.pdf> Acesso: 24 de Janeiro 2019.
- MEQUE, A. M. S. (2013). *A influência das Instituições de Bretton Woods nas políticas públicas de Moçambique (1975-2010)* - Mestrado Conjunto em Ciência Política, Governação E Relações Internacionais entre as Universidade Católica de Moçambique (UCM), Universidade Católica Portuguesa (UCP) Instituto de Estudos Políticos (IEP) - Disponível em <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19328/1/ANA%20MEQUE-%20tese.pdf> Acesso: 19 Julho 2020.
- Ministério da Administração Estatal [MAE, 2012). Perfil do distrito de Cahora Bassa, Província de Tete. Direção nacional de administração local. Maputo. Disponível em <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/CBassa.pdf> e <http://www.portaldogoverno.gov.mz> Acesso: 18 de Março de 2019.
- Ministério da Administração Estatal [MAE, 2014). Perfil do Distrito de Cahora-bassa. Disponível em <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/CBassa.pdf> Acesso: 18 de Março de 2018.
- Ministério da Administração Estatal [MAE, 2014). Perfil do distrito de Monapo, Província de Nampula. Direccao nacional de administração local. Maputo. Disponível em <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Monapo.pdf> e <http://www.portaldogoverno.gov.mz> Acesso: 18 de Março de 2018.
- Ministério da Administração Estatal [MAE, 2005). Perfil do Distrito de Chibuto, Província de Gaza. Disponível em [www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2953/23817/version/1/file/Chibuto.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2953/23817/version/1/file/Chibuto.pdf) Acesso: 14 de Outubro de 2018.
- Ministério do Género, Criança e Acção Social [MGCAS, 2014). *Perfil de género de Moçambique*. Disponível em [http://www.mgcas.gov.mz/st/FileControl/Site/Doc/4021perfil\\_de\\_genero\\_de\\_mocambique.pdf](http://www.mgcas.gov.mz/st/FileControl/Site/Doc/4021perfil_de_genero_de_mocambique.pdf) Acesso: 20 de Maio de 2021.
- MIRANDA, G. L. (2007). *A história da evolução da mídia no Brasil e no mundo*. Centro Universitário de Brasília – uniceub faculdade de ciências sociais aplicadas – FASA curso de comunicação social habilitação em publicidade e propaganda disciplina: monografia. Disponível em <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/123456789/1265/2/20266495.pdf> Acesso: 22 de Janeiro de 2019.
- MUCHANGOS, A. dos (1999). *Moçambique: paisagens e regiões naturais*. Disponível em <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/458/1/MOCAMBIQUE%2C%20PAISAGENS%20E%20REGIOES%20NATURAIS.pdf> Acesso: 31 de Maio de 2021.
- NEGRÃO, J. G. (2001). *Como induzir o desenvolvimento em África?* Lisboa: CEAs. Disponível em <https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp61.pdf> Acesso: 24 de Maio de 2021.

- NHANALE, E. C. (2017). *O Jornalismo e a democracia em Moçambique: A cobertura dos casos de corrupção nos jornais Domingo e Savana*. Tese de Doutoramento em Media, Comunicação e Cultura apresentada na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona; Bellaterra (Cerdanyola del Vallès) – disponível em [https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2017/hdl\\_10803\\_456269/ecnlde1.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2017/hdl_10803_456269/ecnlde1.pdf) Acesso: 20 de Agosto de 2019.
- NIPASSA, O. (2009). Ajuda externa e desenvolvimento em Moçambique: uma perspectiva crítica. IESE. II Conferência sobre as dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique. Disponível em [https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/CP36\\_2009\\_Nipassa.pdf](https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf) Acesso: 23 de Junho de 2019.
- NIXON, F. e WALTERS, B. (2017). *Mundos distantes: saúde reprodutiva e direitos numa era de desigualdades*. Suplemento do relatório sobre o estado da população mundial, Moçambique; disponível em <https://mozambique.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/UNFPA%20Suplemento%202017%20PT.pdf> Acesso: 19 Julho 2020.
- Objectivos do Desenvolvimento do Milénio; disponível em <http://www.principesdonada.com/Odm/pais/3/mocambique> Acesso: 15 de Setembro de 2018.
- PARKS, W. et al. (2005), *who measures change? – an introduction to participatory Monitoring and Evaluation of communication for Social change*. disponível em <https://www.participatorymethods.org/resource/who-measures-change-introduction-participatory-monitoring-and-evaluation-communication> Acesso: 23 de Agosto de 2017.
- Perfil do Distrito de Cahora-bassa, edição de 2014 <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/CBassa.pdf> Acesso: 18 de Março de 2018.
- Perfil do Distrito de Monapo, Província de Nampula. Edição de 2014 <http://www.maefp.gov.mz/wp-content/uploads/2017/04/Monapo.pdf> Acesso: 18 de Março de 2018.
- Perfil do Distrito de Chibuto, Província de Gaza. Edição de 2005 [www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2953/23817/version/1/file/Chibuto.pdf](http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/content/download/2953/23817/version/1/file/Chibuto.pdf) Acesso: 18 de Março de 2018.
- PÉREZ, R. A. (2014). La estrategia como campo de estudio. ¿Tenemos ya un nuevo paradigma? *Revista Mediterránea de Comunicación*, Vol. 5(2), 9-31. Disponível em <http://mediterranea-comunicacion.org.DOI10.14198/MEDCOM2014.5.2.03>. Acesso: 25 de Julho de 2019.
- PERUZZO, C. M. K. (2006). *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília-DF, INTERCOM/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/116338396152295824641433175392174965949.pdf> Acesso: 22 de Fevereiro de 2019.
- PINHEIRO, H.; KELVEN, J., SERGIO, P., MACEDO, R. & COSTA, V. (2012). *Os estudos da comunicação na América Latina – teorias da comunicação*. São Luís. Trabalho apresentado à disciplina de Teorias da Comunicação, regida pela Prof. Flávia Moura, para obtenção de nota parcial. Disponível em

- <https://www.slideshare.net/VirginiaGabriele/os-estudos-de-comunicacao-na-america-latina-1> Acesso: 22 de Janeiro de 2019.
- Plano de acção para a redução da pobreza absoluta 2006-2009 (PARPA II) (2006) – governo de Moçambique, Maputo. Disponível em [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz) Acesso: 19 Julho 2020
  - Plano económico e social para 2018 [PES]; 2017). Maputo – Moçambique. Disponível em [https://www.cabrisbo.org/uploads/bia/mozambique\\_2018\\_approval\\_external\\_enacted\\_budget\\_ministry\\_of\\_finance\\_sadc\\_portuguese\\_1.pdf](https://www.cabrisbo.org/uploads/bia/mozambique_2018_approval_external_enacted_budget_ministry_of_finance_sadc_portuguese_1.pdf). Acesso: 19 Julho 2020.
  - Plano nacional de acção para a criança II 2013-2019 [PNAC II], 2012), a criança em primeiro lugar. Maputo-Moçambique; disponível em [http://www.mgcas.gov.mz/st/FileControl/Site/Doc/1995plano\\_nacional\\_de\\_acciao\\_para\\_a\\_crianca.pdf](http://www.mgcas.gov.mz/st/FileControl/Site/Doc/1995plano_nacional_de_acciao_para_a_crianca.pdf) Acesso: 19 Julho 2020.
  - Programa nacional de desenvolvimento sustentável (PNDS) (2016), Programa nacional de desenvolvimento sustentável: crescimento rural, sustentável e inclusivo. Ministério da terra, ambiente e desenvolvimento rural. Maputo – Moçambique;
  - Relatório do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico profissional. Disponível em: <http://ns.mct.gov.mz/mctestp/?q=content/programa-tilas-do-mil%C3%A9nio> Acesso: 9 de Março de 2019.
  - Relatório sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (2015). Disponível em [https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015\\_PT.pdf](https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf) Acesso: 7 de Março de 2019.
  - Relatório do Milénio do Secretário-Geral das NU, Kofi Annan (2010), “nós, os povos, as Nações Unidas do Sec XXI, in <https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade> Acesso: 7 de Março de 2019.
  - República Popular de Moçambique: Constituição de 1975. Disponível em <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf> Acesso: 11 de Setembro de 2020.
  - República Moçambique: Constituição da República de Moçambique (2004). Colecção e legislação moçambicana. Maputo: Plural Editores.
  - RODRÍGUEZ, C.; OBREGÓN, R e VEJA, M. J. (2002). Estrategias de Comunicación para el Cambio Social. ed Friedrich – Ebert – Stiftung. Quito. Ecuador. Disponível em [https://www.academia.edu/3856267/Estrategias\\_de\\_comunicaci%C3%B3n\\_para\\_el\\_cambio\\_social](https://www.academia.edu/3856267/Estrategias_de_comunicaci%C3%B3n_para_el_cambio_social) Acesso: 22 de Julho de 2019.
  - RUAS, C. M. S. (2002). *Rádio comunitária como factor de desenvolvimento local*. Universidade Católica dom Bosco. Programa de pós-graduação em desenvolvimento local. Salvador. Núcleo de Pesquisa Mídia Sonora. Salvador: INTERCOM. Disponível em <https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7901-a-radio-comunitaria-como-fator-de-desenvolvimento-local.pdf> Acesso: 21 de Fevereiro de 2019.
  - SANTOS, A. (2013). *Desenvolvimento como liberdade em Amartya Sen*. Florinópolis (Monografia). Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572007000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572007000100006), Acesso: 8 de Julho de 2019.
  - SANTOS, C. R. P. dos (2006). *As rádios comunitárias do Vale do Itajaí enquanto geradoras de capital social*. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

- Universidade do Vale do Itajaí – Itajaí /SC. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIX Congresso brasileiro de Ciências de Comunicação – UnB 6 a 9 de Setembro. <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1543-1.pdf> Acesso: 22 de Fevereiro de 2019.
- SEMEDO, M. V. 2012. *Literatura, Literacia e Inclusão: estudo sobre o Atraso global do desenvolvimento psicomotor da criança*. Relatório apresentado à Escola Superior de Educação João de Deus, na especialidade de Educação Especial: domínio cognitivo e motor. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2535/1/Dissertacao%20MariaSemedo.pdf> Acesso: a 16 Abril 2018.
  - SEN, A. K. (1999). *Development as freedom*. 1ed. NY: Anchor Books. Disponível em: [este livro li? http://fs2.american.edu/dfagel/www/Philosophers/Sen/DevelopmentAsFreedomIntroNch1NEW.pdf](http://fs2.american.edu/dfagel/www/Philosophers/Sen/DevelopmentAsFreedomIntroNch1NEW.pdf).
  - STEINBRENNER, R. e HURTIENNE. (2012). *Rádios Comunitárias na Amazônia: desafios da comunicação comunitária em regiões periféricas*. Trabalho apresentado no GT Mídia e Ambiente no âmbito do VI Encontro da ANPPAS. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Belém: Pará. Disponível em <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11121> Acesso: 21 de Fevereiro de 2019.
  - UNESCO/UNDP. (2003). *Integração e formação de produtores de programas em rádio comunitária*. Disponível em (<http://koha.ucm.ac.mz/cgi-bin/koha/opac-search.pl?q=Provider:Editora%20UNESCO%20/%20PNUD>) Acesso: 20 de Maio de 2021.
  - UNICEF (2017). *Situação do sector de educação em Moçambique*. Disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/educa%C3%A7%C3%A3o> Acesso: 9 de Agosto de 2020.
  - VIANNA, T. L. (2008). *Crítica da razão comunicativa: o direito entre o consenso e o conflito*. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176562/000860604.pdf> Acesso: 22 julho 2018.
  - WILKINS, K. G.; TUFTE, T. & OBREGÓN, R. (2014). *The Handbook of Development Communication and Social Change*. (1<sup>st</sup> ed). London: Wiley Blackwell. Disponível em: <https://www.wiley.com/en-us/The+Handbook+of+Development+Communication+and+Social+Change-p-9781118505311> Acesso: 17 de Julho 2021
  - WOLF, M. (1999). *Teorias da Comunicação-mass medias: contextos e paradigmas; novas tendências; efeitos a longo prazo; o Newsmaking.*, 5<sup>a</sup>ed. Lisboa: Editora Presença. Disponível em [https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9\\_gW1Y7OWJTeGp5LVJjcFU/view](https://drive.google.com/file/d/0ByGOj9_gW1Y7OWJTeGp5LVJjcFU/view) Acesso: 18 Fevereiro 2019.
  - ZAPPELLINI, M. B. & FEUERSCHÜTTE, S. G. (2015). *O uso da Triangulação na Pesquisa Científica brasileira em Administração*. in Revista Administração: Ensino e Pesquisa, Vol. 16, nr. 2 (pp. 241-273), RJ. Disponível em



<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238/183> Acesso: 19 Setembro de 2018.

## **Apêndice 1 – Entrevistas semi-estruturadas individuais**

### **1. Profissionais de comunicação para o desenvolvimento**

1. O que seria, na sua opinião, comunicação para o desenvolvimento?
  - a. Em que ela consiste?
  - b. O que ela pressupõe?
2. Em que, precisamente, o uso de comunicação contribui ao tipo de mudança que deve ocorrer no desenvolvimento socioeconómico?
3. Até que ponto o uso desta comunicação pode estabelecer o clima em que o desenvolvimento se realiza?
4. Como chegam as informações aos povos dos países em desenvolvimento?
5. qual é o nível de informação útil nos pontos em que estes países mais necessitam dessa informação?
6. O que a comunicação pode fazer para ajudar o desenvolvimento económico e social?
7. Que tipos de estratégias de comunicação são viáveis num país em desenvolvimento?
8. Como olha para a educação no processo de desenvolvimento?
  - a. A educação constitui-se no maior factor que limita o desenvolvimento, principalmente nos países em desenvolvimento. Por quê? (pergunta original)
9. Será que Moçambique é uma sociedade que possui grande propensão e credibilidade dos meios de comunicação de tal sorte que o fluxo de informação responda aos desejos das comunidades? Perceber sobre os níveis de credibilidade dos meios
  - a. Se sim, até que ponto?
  - b. Se não, quais as razões?
10. Qual é o benefício da comunicação no contexto social (numa nação/comunidade em desenvolvimento)?
11. O contexto atual de desenvolvimento em Moçambique caracteriza-se, do ponto de vista estrutural, por uma onda de ações políticas no combate à pobreza e ao analfabetismo, da falta de acesso aos serviços de saúde, de água potável e do saneamento do meio seguro que apenas serve as zonas urbanas e periurbanas.
  - a. Neste contexto, o que se pode dizer sobre as zonas rurais tendo em conta este contexto?
12. Existe hoje mais liberdade, mais democracia, mais bem-estar, mais acesso ao conhecimento, etc. Porém, ainda existe muita pobreza. Quais são os arranjos para fazer face a esta problemática?
  - a. Na sua opinião, qual é o caminho mais rápido para se diminuir a pobreza a curto prazo?
13. Jane: o que se pode fazer para que a comunicação não seja manipulada e sirva de forma fiel aos propósitos criados?

### **2. Líderes (Comunitários, religiosos e chefes dos bairros)**

1. Conhece algum meio de comunicação no distrito?
  - a. Qual?
    - i. Para que serve esse meio de comunicação?

- b. Como é que conhece?
- c. Quais são os meios de comunicação que existem aqui nos eu distrito? Se anunciar mais de um, perguntar:
  - i. Qual destes é da sua preferência (Televisão, rádio, jornal, internet)?
    - 1. Por quê?
    - 2. Perguntar: o que estes meios da sua preferência têm de especial?
  - ii. Destes todos, qual é que é mais fácil de ouvir?
    - 1. Por quê?
    - 2. Perguntar: o que é que eles têm de bom/apresentam que os outros não têm?
- 2. O que mais gosta de ouvir nestes meios (dizer o nome do que mais gosta de ouvir em termos de assunto).
- 3. Na qualidade de líder dentro da comunidade já ouviu falar das Vila de Milénio aqui no seu distrito (programa de desenvolvimento)? Se sim,
  - a. Onde?
  - b. Como ou em que circunstância?
    - i. De que falava ou o que estavam a apresentar?
    - ii. Quem estava a falar?
  - c. Caso não, perguntar:
    - i. Como é que vocês como líderes orientam a comunidade na produção de bens (machamba, ou outro)?
    - ii. Se disser que juntam as pessoas e falam, perguntar:
      - 1. O que falam ou dizem?
      - 2. Onde falam?
      - 3. Quando falam?
      - 4. Como falam?
    - iii. Explorar: onde buscam as informações que dão à comunidade? (eles produzem)?
    - iv. Se disser ouvem do Governo, perguntar:
      - 1. Como é que o governo vos faz chegar?
      - 2. E como vos mandam difundi-la? (orientação na difusão)
  - d. A vila tem solicitado os serviços dos líderes na comunidade?
    - i. Quando solicitam vosso apoio, como o fazem?
    - ii. São pagos alguma coisa pelo trabalho que fazem?
- 4. A comunidade já ouviu falar da Vila de Milénio no? Se sim, perguntar:
  - a. Como?
  - b. Quando?
- 5. As pessoas falam da vila de milénio dentro dos bairros?
  - a. Se sim, o que normalmente falam?
- 6. Rebuscar a conversa sobre *media* (1ª questão) - O que acha do que ouve na media sobre a Vila de Milénio (se numa das perguntas responder que não ouve nada na media – cancelar a questão)
- 7. O que acha da forma como o Governo (distrital) vos passa a informação?
- 8. Qual é a recomendação que vos dá?
- 9. E o que acha disso?

10. Se pudesse mudar, o que mudaria?

### 3. Comunidade e Beneficiários

1. Conhece o programa vilas do milénio?
  - a. Como a conhece?
  - b. o que faz?
2. Qual é o meio de comunicação que mais gosta de ouvir?
  - a. Por quê?
3. Na pergunta anterior, se disser que conhece a vila e o meio que gosta de ouvir, perguntar:
  - a. A vila costuma dizer alguma coisa para a comunidade?
  - b. O que diz?
  - c. Como diz (meio usado)?
  - d. Em que momento diz?
  - e. como é que as pessoas da comunidade se informam acerca da vila?
4. alguma vez já escutou falar da Vila do milénio num dos órgãos da comunicação Social (rádio ou Tv)? Com que frequência ouve essa informação?
5. alguma vez já recebeu algum folheto ou panfleto?
  - a. o que acha acerca da informação que ouve falar nos meios de comunicação?

### 4. Entrevista com Jornalistas

1. Qual é a situação da *media* no distrito?
  - a. E qual é a situação do acesso a informação.
    - i. As pessoas apanham informação sempre que a procuram (em qualquer instituição)?
      1. Se não, o que impede tendo em conta que em Moçambique temos a Lei de direito a informação suportado pela Constituição da República?
2. Quantas rádios, Tvs ou Jornais existem?
  - a. Qual é o nível de acesso a corrente elétrica, na sua opinião?
  - b. Qual é a situação da internet (acesso a todos os meios)?
3. Qual é o meio mais acessível para a comunidade?
  - a. Qual é o meio de comunicação preferido pela comunidade na busca de informação?
    - i. Por quê?
    - ii. Que tipo de informação as pessoas na comunidade mais procuram?
    - iii. E quando há dificuldades de acederem, a quem elas recorrem para ajudar a terem essa informação procurada?
  - b. Qual é o alcance/impacto destes meios?
  - c. Que importância/papel os meios de massa tem dentro das sociedades?
4. Na sua opinião, a comunidade conhece as Vilas de Milénio daqui do distrito?

- a. Como a conheceu?
  - b. A rádio (*meios*) fala da vila no seu distrito?
    - i. Se sim, como fala?
    - ii. Se não, por quê? O que acha disso?
5. Qual é o papel da Vila no seu distrito?
    - a. O que é que a vila tem feito no distrito?
    - b. Qual é a sua importância (da vila no distrito)?
  6. Como profissional, tem explicado da importância do uso da rádio ao pessoal que faz a gestão da vila?
    - a. e à comunidade? Se sim,
      - i. como o faz?
    - b. Como a comunidade se sente em relação a isso (ao procedimento)?
    - c. Qual é o impacto da sua abordagem sobre o assunto (falar da *media*)?
    - d. Em algum momento a vila terá te comunicado a pedir sua assessoria para desenhar uma estratégia de comunicação para a comunidade como forma de apresentar uma situação?
      - i. se sim, o que a instituição disse para fazer ou como fazer?
      - ii. Se não, em algum momento você como profissional, vendo uma situação em que a instituição precise de se comunicar com a comunidade, você terá sugerido uma estratégia?
        1. Se sim, qual foi?
        2. Qual foi o impacto da estratégia?
  7. E como a comunidade se comporta perante as estratégias da comunicação da vila?
  8. O que acha da forma como os gestores da vila fazem circular informação sobre a vila na comunidade?
    - a. Na sua opinião, os procedimentos por eles usados, são eficazes?
      - i. Se não, por quê?
  9. Que tipo de problemas têm aparecido/surgido depois de se implementar a vila na comunidade?
  10. A comunicação tem conseguido resolver esses problemas criados?
    - a. Se sim, pode nos explicar os procedimentos usados pelos que lideram essas estratégias/processos (lideranças)?
    - b. Se não, o que deve ser feito?
      - i. Ainda neste contexto (o de não conseguir resolver os problemas) quais tem sido os problemas maiores?
      - ii. Pode nos dar um exemplo de um caso que não foi resolvido pela comunicação?
        1. Não tendo sido conseguido pela comunicação, qual foi o passo dado?
  11. Qual tem sido o nível de envolvimento das lideranças na vida da vila?
  12. Como é que avalia o desempenho da vila nos seus aspectos comunicativos?
  13. Aqui no distrito o governo e/ou a vila tem abertura para partilharem informações com a comunidade?
    - a. qual é a via mais preferível no processo de partilha de informação?
  14. Na sua opinião, qual é a via mais flexível e eficaz no contacto com a comunidade?

## 5. Governos distritais

1. O que são VMM?
2. Em que contexto foram criadas? Por quê?
3. Olhando para o contexto em que foram criadas e fazendo uma comparação com o contexto actual, o que seria pertinente remodelar para o sucesso dos objectivos preconizados?
4. Qual é o procedimento de transferência e uso do conhecimento científico ou tecnológico privilegiado pela CITT para o uso e aplicação local?
  - a. Nos contextos locais, o que mais se privilegia?
5. Qual é o critério usado na combinação do saber local com a ciência e tecnologia para garantir a sustentabilidade e continuidade do desenvolvimento sócio económico e cultural?
  - a. Como a comunidade encara a vila e seus serviços?
6. O CITT privilegia comunicação com a comunidade?
  - a. Se sim, qual é a estratégia usada?
  - b. qual é o papel da comunicação nesse processo?
  - c. Se não, por quê?
    - i. Como é que o CITT comunica as novas inovações ou descobertas à comunidade?
    - ii. Ou como comunica a introdução de novos projectos?
  - d. Se disser que usa meio rádio –
    - i. Qual é o impacto dessas comunicações?
7. Qual é a estratégia fundamental para a difusão pública dos serviços da Vila? (se não anunciar comunicação, perguntar –
  - a. até que ponto se privilegia a comunicação como uma das estratégias básicas?
  - b. Como é que os profissionais encaram a comunicação no desenvolvimento do programa?
  - c. Qual é o nível de percepção da comunidade no desenvolvimento do programa? (se o argumento mostrar insatisfação, perguntar:
    - i. o que causa a insatisfação?
    - ii. Como ultrapassar isso?
  - d. Qual é o nível do envolvimento da media nas estratégias da comunicação na vila?
    - i. Qual é a preferência (media) tendo em conta o tipo de público:
      1. Impresso?
      2. Televisivo?
      3. Radiofónico (atenção: há cada vez mais necessidade do uso das RCs nos distritos, mas até que ponto os programas implementados na comunidade dominam a importância desta no processo da comunicação?
8. Qual é o nível de aderência da comunidade aos serviços fornecidos:
  - a. No âmbito dos serviços?
  - b. No âmbito da implementação do projecto?
9. Qual é a importância da *media* no contexto do desenvolvimento do programa junto à comunidade?
  - a. Até que ponto esta importância é dada atenção?

10. Qual é o nível de interesse do Governo central/local em se tomar a comunicação como elemento essencial no desenvolvimento de relações com a comunidade de modo a que se possam efectivar os objectivos preconizados?
11. Porque nas estratégias da implementação e do desenvolvimento do programa a componente da comunicação (mediática ou não) não é vincada?
12. Como é que promovem o uso da C&T no seio da comunidade?
13. Como é que difundem o conhecimento da técnica no contexto comunitário? (onde maior parte da população é analfabeto)?
14. Que implicações são trazidas pela iliteracia:
  - a. Mediática?
  - b. Educativa
  - c. Etc.
    - i. Neste contexto qual tem sido o posicionamento dos Governos (central/local)?

## 6. Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia (Maputo)

1. O que são VMM?
2. Em que contexto foram criadas as vilas do Milénio? Por quê?
  - a. Qual é a relação que se pode estabelecer com as aldeias comunais?
3. Olhando para o contexto em que foram criadas e fazendo uma comparação com o contexto actual, o que seria pertinente remodelar para o sucesso dos objectivos preconizados?
4. O que é que a vila prioriza na comunidade?
5. Qual é o procedimento de transferência e uso do conhecimento científico privilegiado pelo CITT para o uso e aplicação local?
6. Qual é o critério usado pelo CITT para garantir sustentabilidade e continuidade dos programas de desenvolvimento?
7. Qual é a estratégia fundamental para a sua difusão? (se não anunciar *comunicação*, perguntar:
  - a. Qual é a estratégia que o CITT usa para se comunicar com as comunidades?
  - b. *até que ponto se privilegia a comunicação como uma das estratégias básicas?*
  - c. *Como é que os profissionais encaram a comunicação no desenvolvimento do programa?*
  - d. *Qual é o nível de percepção da comunidade no desenvolvimento do programa? (se o argumento mostrar insatisfação, perguntar:*
    - i. *o que causa a insatisfação?*
    - ii. *Como ultrapassar isso?*
  - e. Qual é o nível do envolvimento dos meios de comunicação social (RCs nos distritos) nas estratégias da comunicação das vilas ou do CITT?
    - i. Qual é a preferência (*media*) tendo em conta o tipo de público:
      1. Impresso?
      2. Televisivo?
      3. Radiofónico (atenção: há cada vez mais necessidade do uso das RCs nos distritos, mas até que ponto os programas

implementados na comunidade dominam a importância desta no processo da comunicação?

8. Quais são os mecanismos usados pelo CITT para fazer o acompanhamento da implantação dos programas?
  - a. Neste processo há envolvimento da comunidade na implantação dos programas?
    - i. Se sim, em que momento a comunidade é chamada a participar?
    - ii. Se não, qual é a garantia de que não sendo chamada a participar vai incorporar a ideologia em causa e fazer cumprir os objectivos planificados?
9. Porque nas estratégias da implementação e do desenvolvimento do programa a componente da comunicação (mediática ou não) não é vinculada?
10. Como é que promovem o uso da C&T no seio da comunidade?
  - a. Como é que difundem o conhecimento da técnica no contexto comunitário? (onde maior parte da população é analfabeta)?
    - i. Qual é a estratégia usada?
  - b. Quando falamos do conhecimento, de que estamos a falar no concreto?
11. Qual a proximidade entre o CIIT e as rádios comunitárias locais?
  - a. Até que ponto o CITT explora os serviços das rádios comunitárias locais?
  - b. Qual é o mecanismo de difusão da ciência & tecnologia nas comunidades rurais?
12. Qual tem sido o papel dos líderes locais na difusão de informação sobre a vila?
  - a. Como é que eles (líderes) estão a ser envolvidos no processo de difusão e implementação das vilas?
  - b. Qual tem sido a sua dinâmica neste processo?
  - c. Até que ponto eles são úteis em todo o processo de da implantação e desenvolvimento da vila?
  - d. Quais foram os problemas que as vilas conseguiram resolver
13. Por que as vilas não estão a ser sustentáveis?
  - a. Por que algumas foram descontinuadas?
  - b. Sua implantação nas comunidades trouxe implicações negativas?
    - i. Se sim, quais são?
14. Quais foram as lições aprendidas para que possamos dizer que nos próximos anos, a implementação de um programa de desenvolvimento a nível das comunidades (à semelhança das vilas de milénio) não vai ter o mesmo destino?



## **Apêndice 2 – transcrições das entrevistas**

### **1. Especialistas em Comunicação para o desenvolvimento, mudança social e de comportamento.**

#### **1.1. Celestino Vaz Joagete, entrevista realizada a 19 de Fevereiro de 2020**

Pergunta (P): ... acabou me dando uma nova ideia aqui para a introdução sobre ser uma área nova em Moçambique, a comunicação para o desenvolvimento (C4D). Dr. Acabou dizendo que é uma área que não explora na academia mas em outras áreas. A ideia é que ... quando é que começou a ser introduzida a C4D, na sua opinião.

Resposta (R): a questão da C4D é uma área nova porque começou a ganhar interesse pela parte da (Une...) da UNICEF. A UNICEF começou a receber uma espécie de pressão pela parte das nações unidas (NU) para que começasse a implementar o modelo aqui em Moçambique. Então os primeiros a implementarmos fomos nós, eu, o professor Nhanala, Natividade e depois estive lá o Dércio. Fomos consultores das NU para treinar funcionários públicos para implementar a C4D mas a C4D é uma área muito grande. Sendo ela grande, cabe a cada um dos sectores que nós treinávamos, treinávamos sectores específicos, para nutrição, para a educação, para a área de saúde, HIV e SIDA, para área relacionada com saneamento do meio e higiene e então, cada um desses sectores tinha que desenvolver a C4D. Era por aí que se introduziu. Então, a UNICEF traçou-se a há dois anos atrás a ideia de criar a política nacional de C4D que seria a política do governo e se trabalharia e a UNICEF remeteu o trabalho para o Gabinete e o Gabinete requisitaria os termos de referência para nós que estamos na base de dados da UNICEF começamos a dar todo o treinamento e formação a cada sector do estado na área de C4D e não avançou só houve o desenho dos termos de referência e a UNICEF tinha um pouco mais de 13 milhões de dólares para entregar ao Gabinete mas há uma lentidão da parte do Gabinete para avançar com essa área. Para dizer que a C4D na verdade é uma abordagem não muito antiga, ela é recente mas ganha mais interesse nas organizações filiadas as Nus já há pouco tempo para cá.

P: qual foi a causa?

R: a causa é o modelo antigo que já era usado para a cooperação e desenvolvimento internacional. Usava-se o modelo unilateral que as decisões eram tomadas de cima e depois eram implementadas abaixo e muitas vezes sem a colaboração nenhuma com o implementado, o próprio cidadão, o que resultava na descontextualização de certas medidas como por exemplo, água e saneamento, os modelos europeus não serviam aqui. Traziam um modelo europeu para a lavagem de mãos, para o saneamento, na verdade ao implementar falhavam muito. Muitas ONGs que estiveram a trabalhar em Moçambique falharam muito nesses modelos. Então, as NU passam a adoptar esse modelo de C4D para implementar esse modelo no sentido de que não é só no sentido de cima onde as decisões são tomadas, deve ter a participação do próprio cidadão e que ele próprio vai identificar os problemas que tem,

vai identificar as normas e práticas culturais que muitas vezes são factores de barreira para essa C4D. Então, ela vai colaborando e assim, em simultâneo vai se elaborar uma estratégia de comunicação para o desenvolvimento mas preste atenção que a C4D é muito ampla e ela requer destrinçar claramente com aquilo que se pretende com a C4D e daí que surge a abordagem de comunicação para a mudança social e de comportamento (CMSC), já é uma nova área. Se supormos que se descobre que que se deve implementar a CMSC por causa da resistência da própria população. Existem, sim, ideias de querer desenvolver algumas normas e práticas culturais constituem barreiras, só vou lhe dar um exemplo do caso onde eu estou a trabalhar neste momento com o Ministério das obras públicas e habitação (MOPH). Estivemos quase em cinco províncias: Cabo Delgado, Niassa, Zambézia, Tete, Manica e Maputo Província, na questão de saneamento e higiene sobre tudo na questão do fecalismo em especial encontramos muitas barreiras. Então a C4D o que é que está a tentar fazer neste caso do MOPH, identificar essas barreiras. Identificar a linguagem apropriada de se comunicar com a população de se passar essa mensagem de que é preciso desenvolver, é preciso construir latrinas, é preciso lavar as mãos, a questão da higiene e depois temos de identificar o público-alvo porque nem todos tem a mesma forma de percepção, então o estudo feito chama-se *estudo formativo* já do mapeamento geral dos aspectos culturais, dos aspectos populacionais, o grau académico, o nível do público-alvo à mensagem adequada para essas populações. Então, esse estudo formativo é o que dá uma base de onde começar. É por cima do estudo formativo que se pode dizer assim, olha vou desenvolver a estratégia de comunicação para a questão do saneamento e higiene para a população, sem isto, muitas vezes falham as políticas de implementação. Só vou lhe dar um exemplo concreto, as províncias de cabo delgado e Nampula, as pessoas não aceitam facilmente mudar o comportamento, por exemplo, em relação ao fecalismo ao céu aberto. É um hábito de fazer a prática do fecalismo....

P: é uma prática cultural. Acabou sendo uma prática cultural.

P: exacto, é uma prática não é norma. Uma coisa é prática outra coisa é norma. Então, essa prática é muito comum na região norte. Agora. Nos modelos antigos, quando quiseram fazer a implementação de medidas de saneamento e higiene, tudo veio de cima. Então, eles foram para lá, é proibido fazer fecalismo ao céu aberto, então, começou um diálogo com a população. Então começaram a implementar uma estratégia de comunicação que era exactamente a de administrar o cloro pra desinfectar a água, resultado, o cloro associou-se à cólera, hoje é muito difícil você introduzir cloro em Cabo Delgado e Nampula e nas regiões onde tem ocorrido muitas vezes as questões de diarreia, estamos a falar de doenças diarreicas. A população está a resistir....

P: por isso a mudança do conceito do cloro para certeza?

R: sim, não muda.

P: por que?

R: porque o modelo é antigo de como abordar a população de como mudar o comportamento correlação a saneamento e higiene. Agora, a C4D veio mudar isso. Mas total e radicalmente por que nós vamos dizer como é que você pode informar ao seu tio ou a sua tia ou ao régulo sobre dever de mudar o comportamento na sua própria linguagem. O cidadão vai dizer eu vou dizer desta forma e daquela forma. Então, a estratégia, ao se desenhar deve se apropriar dessa comunicação interpessoal. Apropria-se desse se nós queremos fazer mudanças vamos usar a linguagem deles. Dessa forma as coisas vão mudar. Casos de sucesso: neste modelo de C4D já acontece na população da província de Sofala, mudou muito. Sofala era conhecida como uma das províncias onde o fecalismo ao céu aberto era muito comum, a população agora já adota as latrinas e já tem uma linguagem apropriada e já sabe consciencializar as pessoas. Portanto, a própria população é que faz a multiplicação das próprias ideias. Caso de sucesso em Sofala, caso de sucesso por exemplo, da Ilha de Moçambique também está a acontecer. O outro campo mais aberto da C4D só vou dando algumas áreas, no caso da agricultura. Na agricultura, as práticas das sementeiras fora das épocas, falta do conhecimento ao combate as pragas, estamos a falar da gestão dos alimentos e tal tudo mais, é um problema sério no campo da agricultura. Então, a C4D intervém também neste sector educando as populações camponesas a usarem racionalmente a terra porque a terra pode se cansar em época de agricultura, quais são os tipos de digamos de fertilizantes naturais e orgânicos que se pode usar para uma maior produção e como gerir os alimentos e como fazer poupança dos alimentos. Porque o que acontece, a população quando produzem em grandes quantidades em grandes alimentos, a tendência é vender tudo para poder comprar material escolar dos filhos e se esquecem e entram bolsas de fome. Então, é aí, a isso entra a C4D, porque educa o próprio camponês, educa como gerir seus alimentos, como produzir com qualidade os alimentos e tal. Outras áreas, HIV e SIDA, essa é uma área das mais complicadas na área de C4D que tem a ver com a questão de saúde, como você abordar a questão de HIV e SIDA numa família, numa comunidade, na sociedade e como utilizar estratégias adequadas para você começar a abordar questões de HIV e SIDA na sociedade. Se não existem políticas para isso, você tem que fazer advocacia. Advocacia a nível do governo de modo que se criem legislação, que se faça influência nas redes governativas para que eles se engajem na mobilização social para a mudança de comportamento em relação ao HIV e SIDA, comportamentos de risco e tal. E depois se na sociedade existe má informação sobre o HIV e SIDA, como mobilizar os meios sociais, como mobilizar a população até chegar ao próprio indivíduo. Então, existe um modelo que se chama modelo sócio ecológico utilizado para uma abordagem dessas e esse modelo sócio ecológico também tem aquilo que se chama de estratégia de comunicação para cada um dos vários modelos sócio ecológico. Então, isso é que exactamente se utiliza. Agora, quanto aos modelos de abordagem são muitos ....

P: mas quando se fala de modelo está a se falar de quê exactamente?

R: é modelo teórico em que você quer entrar para mudar o comportamento de uma determinada população você tem que usar como referencial esse modelo. Esse modelo tem quatro anéis, tem anel que abarca o indivíduo, tem um anel que abarca o a nível comunitário,

tem um anel que abarca a nível social e o anel político legal. Agora, tu vais pegar nesse modelo, até pode encontrar esse modelo em vários sítios, se for a internet vai encontrar o modelo sócio ecológico de Brown Forbrenner, um inventor que nem chegou a concluir esse modelo. Com esse modelo tu dizes assim, eu vou para a população de Magude para abordar, por exemplo, a questão de saneamento e higiene. Agora, o modelo, é um modelo referencial que tem indivíduo, tem a comunidade, tem a sociedade e tem o governo. Agora, o problema do saneamento, por onde devo começar? Existe legislação? Sim existe. A nível da comunidade ou da sociedade existem pessoas ou régulos que podem abordar isso? Sim, existe. Então onde está o problema? Está na comunidade. Então, o modelo sócio ecológico orienta-lhe a identificar os problemas, as barreiras todas para fazer desenho de uma estratégia da C4D. Agora, existe também outro modelo que é de planificação. Como você pode planificar a comunicação. São vários modelos, tem o *process P* (modelo do processo P) ....

P: conheço um pouco ...

R: é mais de elite o processo P. Existe o processo de planificação C e existem outros modelos para a comunicação, tu escolhes qual o melhor, depende da escola de cada qual é a melhor forma de planificar a comunicação estratégica. Além desse modelo, existe também um modelo específico para área de saneamento. Não se pode aplicar o modelo sócio ecológico para a questão de saneamento, são modelos completamente diferentes. Há um chamado Sean Foam. O Sean Foam é de *sanitation*, então, esse modelo de saneamento o que ele faz, ele faz um estudo de mapeamento da cultura da população, hábitos que tem e quem é dentro da população, quais as barreiras que tem e então, ela tem 4 janelas de análise nas questões específicas de saneamento. Então, ela acaba se identificando. Cada uma das janelas tem seus elementos específicos lá dentro que dizem existe isso e existe aquilo. No público-alvo, quem é a pessoa influenciador e ele acaba te mapeando, já é fácil você começar a fazer seu estudo formativo e é fácil você em seguida desenhar a estratégia de comunicação para aquela população. É um exemplo. Existe, vou lhe dar um exemplo de um caso de sucesso em que eu Nhanala e o Dércio fizemos um trabalho para o Ministério de Justiça e assuntos constitucionais mas o trabalho foi financiado pela *Save de children* e UNESCO, na *save the children* e a UNICEF e que era exactamente estratégia de comunicação para a mudan... registo de nascimento ... as mensagens fui eu que desenhei e o Dércio, todos nós desenhamos as mensagens mas aquelas mensagens não estavam, não sei, não estavam enquadradas culturalmente, então tinha que se testar se elas pegavam ou não pegavam dentro do contexto cultural. E por que se usam as pré-testagem das mensagens? Porque se a mensagem falha, todo o processo está estragado. Estraga tudo. Vou lhe dizer como é que se estraga. Só uma palavra pode não significar aquilo que se deseja e, rejeitado, reproduz-se mensagem errada e acaba por passar mensagem errada, então há de haver resistência da população. As pessoas não podem aderir e tal, então, esse caso que vocês fizeram do ministério da justiça é um caso de sucesso e hoje estive a acompanhar há dias a aderência aos registos de nascimento, em particular é muito grande, particularmente, em Moçambique. As pessoas já tem o hábito de

registar seus filhos, tornaram-se cidadãos.... é um exemplo de C4D que se pode aplicar. Há várias outras áreas que se podem aplicar em Moçambique.

P: e em termos gerais, esses modelos, eles podem ser aplicados numa mesma comunidade? Podemos aplicar vários modelos ou podemos escolher um modelo que é específico?

R: modelo específico e para áreas específica. O modelo sócio ecológico ele é universal, ele pode ir para várias áreas. O modelo para saneamento é o Seam Foam que se pode aplicar.

P: agora, quando nós olhamos para a comunidade, não há que dizer qual é?

R: numa comunidade você pode usar o modelo sócio ecológico porque se quer analisar uma comunidade pegas no modelo sócio ecológico e fica bem. Vou trabalhar com o modelo sócio ecológico para verificar quais são as esferas que existem dentro da sociedade e depois ir vendo cada uma das esferas e aplica. Mas atenção na aplicação no modelo sócio ecológico. O modelo sócio ecológico é aplicado quando se trata especificamente do estudo formativo. É mais teórico. O estudo formativo é um estudo mais de levantamento e mapeamento de um cenário que existe e depois em cima de um estudo formativo vem a estratégia de comunicação. Você não pode ir para a estratégia de comunicação sem passar primeiro por um estudo formativo. Agora, dentro de um estudo formativo os modelos ai já são aplicados. É a parte teórica para o levantamento de dados dentro da sociedade que você quer estudar e trazer e dizer não, nós podemos nos comunicar desta forma com a comunidade, os problemas que existem são estes e o público-alvo é este, os meios de mobilização social são estes, nos meios de comunicação de uma forma mais específica são estes.

P: e se eu tiver por exemplo, um modelo que seja aplicável, vamos supor por exemplo, que nós testamos uma mensagem, a mesma mensagem para a província de Gaza, de Inhambane e para Maputo e esta mensagem dar certo para os três contextos, o que significaria isso em termos de .....

R: pode não dar certo no contexto moçambicano por causa do factor multicultural, multiétnico, multilinguístico. Como se comunicam em Inhambane não é a mesma coisa como se comunicam no sul. Como se comunicam no norte 576a ope a mesma coisa, isso no contexto moçambicano. Mas pode ser válido para outros contextos onde existe uma única nação, uma única cultura, isso sim, você pode encontrar. A comunicação, por exemplo, a mensagem chave no nosso caso moçambicano não podem ser as mesmas em todo o território nacional. O macua quando se comunica tem seus códigos linguísticos que ele utiliza para fazer passar a mensagem. Os mesmos códigos podem não ser aplicados na região sul. Então, ali tem de se referenciar a mensagem de comunicação.

P: e o contexto actual de desenvolvimento em Moçambique, como tem visto, vamos olhar neste caso no sentido geral, a partir do das várias estratégias de comunicação que são efectuadas.

R: há muitos desafios ainda por se fazer no desenvolvimento em Moçambique porque existem áreas que o próprio governo traçou na sua agenda 2025 que é estratégia que combina com estratégia ou objectivo do milénio que na verdade áreas que devem ser combatidas até 2025. Ora bem, muitas dessas áreas não estão a ser devidamente concluídos na sua essência de desenvolvimento. Por exemplo, o HIV e SIDA, acho que há um prazo, a erradicação do HIV e SIDA que ainda não está a cumprir isto os prazos. No caso, por exemplo da nutrição, este é um caso de sucesso já começa a aparecer casos de sucesso na região norte quando à nutrição, um problema gravíssimo para as crianças em que já algumas mães começam a adoptar medidas correctas para o desenvolvimento como alimentar adequadamente a criança, quais são os alimentos nutritivos para as crianças, tudo isso, esta parte está a ser vencida. O Ministério da saúde (MISAU) neste caso está mesmo de parabéns no caso da nutrição mas ainda há uma margem muito grande por vencer nesse campo da nutrição. No campo da agricultura ainda não está vencida falta muito, Moçambique ainda tem muitas bolsas de fome, essas bolsas de fome muitas vezes não são causadas por falta de comida, falta de instrumento ou da própria terra, não, ehhh, da própria consciência e da informação do próprio camponês em relação a como produzir e há muitas tantas áreas que ainda não estão cumpridas no campo da C4D, então, isso vai requerer que haja mais técnicos ou que haja mais especialistas da área de C4D que possam trabalhar em várias áreas. O que nós estamos a fazer agora é como turbos, nem, estamos a trabalhar com várias áreas mas tem de haver especialização no futuro em estratégias de C4D para cada sector. Por exemplo, eu estou a meter num sector de, não é da minha profunda especialização que é sector de água e saneamento. Se houvesse um especialista estrategia de comunicação para água e saneamento era bom. Existe sector da nutrição, por exemplo, ehhh não existem muitos e acabam entrando muitos que não são especializados nessas áreas, por exemplo, indivíduos que fazem biologia ou que fazem nutrição e entram nessa estratégia de comunicação para a nutrição. E depois muitos dos trabalhos não resultam. Não resultam porque tem que haver essa combinação comunicação e especialidade, não temos esses especialistas que, ou pode ser um nutricionista mas que domina a comunicação ou pode ser um comunicólogo que domina um pouco ou que seja especialista em estratégia de comunicação para a nutrição, por exemplo. Então, há campos que ainda não estão muito explorados e que requerem mais ou menos cursos de formação. Falando nisto, só houve uma única universidade que arrancou com o curso de C4D que era a universidade católica de Nampula mas fechou por falta de candidatos. Então, foi descontinuado e não há mais outra instituição em Moçambique que aborda a questão de C4D que é prioritário.

P: falou, por exemplo, sobre a estratégia de comunicação, difusão de informação, olhando para aquilo que seria o acesso à informação que é esta informação que estamos a dizer que se for bem desenhada, se forem bem produzida e as pessoas tiverem acesso serão mais informadas e tomar boas decisões. Qual é a sua opinião acerca desse processo de acesso à informação?

R: acesso à informação, nós temos uma classe, aliás, um nível de iliteracia muito baixo em Moçambique. A informação para chegar a um indivíduo que está numa região recôndita de Moçambique ou as vezes chega distorcida, muitas vezes isso, chega distorcida. A informação está disponível na língua portuguesa, na língua inglesa mas o cidadão não tem domínio exactamente da língua portuguesa e sabe-se que em Moçambique a língua portuguesa é falada mais ou menos por 60 ou 70% da população, os restantes não entendem dessa língua. É estranho! Agora, como transformar isso e para que essa informação chegue até la esse é outro desafio. Ou por via de línguas *bantus* mas as pessoas também devem ter domínio de leitura em línguas *bantus* ou por via oral. Passar a informação de forma oral, boca-a-boca dentro da comunidade que é muito trabalhoso passar das comunidades, o que era ideal é que disponibilizasse os manuais e esses manuais fossem replicados dentro da comunidade, pelos régulos, professores na escola, pelos enfermeiros nos hospitais, as pessoas podiam, aos poucos, começarem a ganhar esse hábito mas ainda não. Ainda estamos a caminhar muito para isso, só para lhe dar um exemplo de Magude perguntamos uma vez se você já ouviu falar que o fecalismo ao céu aberto pode provocar muitas doenças. Não, não sabemos, nós fazemos isso já há muito tempo. Quer dizer, quando vai ao hospital, ele é dito no hospital que olha, é preciso lavar as mãos, é preciso construir latrinas e tal mas na comunidade a informação não chega. Portanto, não existem meios ou planos de fazer chegar a comunicação e a próprias população ter acesso a mesma informação.

P: e nesse caso, por exemplo, em Magude não há, não uso dos meios de comunicação comunitários?

R: não. Ehh, o ICS não chega lá. Nós estivemos numa comunidade muito remota, ICS não chega lá, os únicos que passam informação são régulos, uma vez a outra quando recebem instruções ou uma informação que vem da direcção, de serviços distritais de saúde ou um informação que vem ...

P: mas no sentido geral, olhando no contexto moçambicano, as rádios comunitárias mesmo elas não são suficientes pra atenderem a demanda moçambicana.

R: as Rcs são muito ideias para passar informação ou dar acesso a informação à população só que as Rcs são muito volúveis nos seus programas.

P: como assim?

R: é assim, a programação da RC depende de quem chega com dinheiro e diz assim insira dentro da RC um programa tal e fala da nutrição. É o que acontece no caso de muitas ONGs, fazem isso, chegam na RC e olha, produz um programa sobre nutrição ou produza um programa sobre HIV e SIDA e as Rcs ...

P: eles é que produzem ou trazem para a rádio?

R: ou eles produzem e trazem para a rádio.

P: quando trabalhei numa ONG nós produzíamos informação e entregávamos em disco e o que ela fazia em contrapartida era dar um certo apoio em material informático, o que significa mesmo que as Rcs ou o problema básico das Rcs é a sua próprias sustentabilidade de modo a que ela possa responder a demanda social.

R: mesmo os pilares das próprias rádios, os programas de desenvolvimento, abordam assuntos relacionados com mulheres, assuntos relacionados com agricultura, são assuntos legais, estamos por exemplo a falar de leis e tal e a RC não consegue traduzir isso em linguagem simples para a comunidade. Tem dificuldades porque muita das vezes as Rcs usam as línguas locais para transmitirem as suas mensagens. Agora, para pegar em um conceito, por exemplo, político legal, não tem essa técnica eles, não foram treinados.

P: o que está a faltar? O que está a faltar é o treinamento?

R: o treinamento do jornalista para tratar desses assuntos.

P: e aqui nós temos o projecto de desenvolvimento através das vilas do milénio e eles tem lá 5 pilares ou 7 como saúde, agricultura, educação, água e saneamento e depois tem outros e esses são programas do governo. Na sua opinião

R: é político.

P: será que esses modelos ou estas 5 áreas são suficientemente fortes para dizermos que ao implementar isto numa comunidade X essa comunidade terá habilidade suficiente para o desenvolvimento?

R: politicamente eu não domino essa área como é que os pilares são traduzidos, são implementados, como são executados para o desenvolvimento. Agora, em termos de estratégias comunicacionais sim. Isso eu posso lhe falar com toda propriedade que em termos de estratégias comunicacionais para o desenvolvimento nessas vilas de milénio não sei de nada que há alguém que esteja a implementar. Portanto, se houvesse técnicos, exactamente, aliar ao próprio governo na estratégia de comunicação era muito bom, mas a própria estratégia não está desenhada. É essa que deve ser desenhada pelo Gabinfo e entregue ao governo para que ela comece a implementar em todo o território. Que comece a implementar desde a província, distrito, localidade e posto administrativo. Portanto, isso é que falta. Não tem.

P: na verdade não tem porque eu fiz o meu mestrado na mesma área e fui ver a vila de milénio de Chibuto e não tem praticamente nada e eles nem sabem como transmitir uma mensagem sobre isto para aquilo. E tem uma rádio comunitária ao lado na vila de Chibuto, tem a rádio Chibuto. Significa que as Rcs mesmo assim não estão a ser bem exploradas nem pelo governo e nem pela comunidade, nem pela, porque tem doadores por acaso e quem está a o doador da rádio Chibuto parece que é o PNUD, se não me engano. Ehh...

R: exacto. Mas a qualquer altura pode abandonar.



P: e eu ia já chegar aí na questão de financiamento. Será que o financiamento nos projectos de desenvolvimento será que é viável, tem sido significativo ...

R: a RC é um meio ideal para inserir as mensagens de desenvolvimento dentro das comunidades. Sobre tudo a rádio comunitária é uma rádio que está inserida dentro da comunidade e fala a língua da comunidade. E então, o que é que está a acontecer, as Rcs em Moçambique são insustentáveis. O ideal do desenho de uma RC é um ideal excelente, é um ideal em que na verdade a rádio podia contribuir para o desenvolvimento da comunidade mas como manter a rádio sustentável para esses, muitas dessas Rcs são geridas pela própria comunidade e não tem como manter porque tem o pagamento da água, pagamento da luz, do pessoal voluntário que trabalha nas rádios isso não tem e algumas acabam fechando. Sobre tudo as Rcs que estão nos distritos, nas localidades, essas é que sofrem muito, oscila a corrente eléctrica, o emissor queima, pagamento de energia para poder fazer funcionar a rádio não tem dinheiro para pagar isso e algumas chegam a fechar. Agora, o que pe que se está a fazer a nível do topo é que a nível do topo está a se desenhar a partir do banco mundial um projecto de desenho de formas de sustentabilidade das Rcs. Este desenho está sendo implementado pelo ministério da ciência e tecnologia (MCT). Eles, na verdade querem encontrar uma fonte alternativa em que as rádios sejam auto sustentáveis. Ensaiou-se um modelo de centros multimédias comunitários (CMC) mas não funcionam para todas as rádios. Algumas rádios não conseguem funcionar com os CMC porque faltam a manutenção dos computadores, as avarias, tudo isso.

P: na verdade, no fundo vão precisar de um *baget* para sustentar isso.

R: agora, não sei qual é o ensaio de sustentabilidade que está a ser desenhada. Chamaram-me no ano passado em Novembro ou Dezembro, foi em Dezembro, aqui na USAID mas naquela empresa que está ligada a USAID, acho que é a CIC que está numa dessas duas torres, acho que ela funciona acho que é no 6º ou 7º andar. Essa está a tentar ensaiar um modelo de sustentabilidade das rádios que era para implementar em duas províncias que era a província de Manica e Tete, queriam um consultor para poder realizar esse trabalho e lá fui e defendi a ideia e tal mas não voltaram a me chamar acho que ligaram para um amador qualquer aí que quisera lá ir mas na verdade qual era o ensaio que eu estava querendo ter com eles para tornar as Rcs sustentáveis é que as Rcs fizessem aquilo que se chama de *royalty* numa comunidade, por exemplo, se existem empresas e tal, a rádio podia divulgar informações sobre aquela empresa e em contra partida recebia alguma coisa, nem ou aquela empresa, se produz alguma coisa, deve ter alguma coisa daquela empresa orientada para aquelas rádios de modo que ela se sustente mas esse ensaio não seria muito viável em situações em que determinadas rádios vão funcionar num campo em que não há nenhuma empresa, essas rádios obviamente que não vão ter nenhum meio de sustentabilidade mas poderia se buscar uma alternativa para ultrapassar a isso que é a nível da própria província em alguma percentagem para financiar a rádio no desenvolvimento. Este seria um modelo ideal para sustentabilidade das rádios. É um ensaio.

P: ou mesmo a rádio Moçambique (RM) devia drenar 0,5% do seu orçamento para as Rcs.

R: exacto. Mas acontece que as Rcs ...

P: pode ser uma saída.

R: nao, vai ter implicações. Vai ter implicações porque ...

P: não, tendo em conta que é o governo e as Rcs que aparecem, aparecem mesmo para ajudar de alguma forma o governo ou o estado.

R: mas perceba uma coisa, as Rcs não podem ter interferência política mesmo financeira. É o que aconteceu com algumas Rcs em que o governo começou a dar dinheiro e a impor já os programas. As Rcs não podem funcionar assim. As Rcs devem funcionar de forma independente e que se sustente dentro da própria comunidade, isso é que é ideal. Mas não é isso que está a acontecer, as Rcs para elas poderem funcionar elas arrecadam para elas publicidades da própria zona, das fotocópias que vendem, pequenos anuncio de falecimentos que dão, cobram valores como 20 mt, 10 mt, então isso é muito pouco para as rádios. E então tem de ser .....

P: então, significa que o orçamento do estado vai influenciar de uma forma directa na grelha do ....

R: politicamente, sim. Na própria RC. Tem que haver uma forma de encontrar uma forma alternativa de sustentar as Rcs. É um ensaio.

P: e a mesma pergunta, olhando para a questão das vilas de desenvolvimento como tal, nós temos 7 vilas em funcionamento agora, umas observam sucesso, outras não. Eu perguntava sobre a questão da dos 5 pilares que existem que é a agricultura, saúde, educação, água e saneamento e a outra não me ocorre, mas a ideia qual era, era perceber do professor se essas áreas são suficientemente fortes para podermos dizer que ok, dentro desta comunidade nós estamos a observar certas mudanças no desenvolvimento, no sentido geral daquilo que seria a comunidade como um todo.

R: é assim, é aquilo que eu estava a dizer antes que área política não percebo muito bem. Não percebo muito bem (risos)

P: risos. Ok. Então podemos não... e em termos de liberdades, também vai ser político, provavelmente mas ok é que existem aquilo que nós chamamos de liberdade dos indivíduos para terem acesso a informação. De uma forma geral, na sua opinião, essas liberdades de acesso a informação são, fazem-se sentir ou é uma utopia?

R: está a se referir a que? Informação para o desenvolvimento ...

P: informação no sentido geral.

R: no sentido geral. Mas isso foge muito do seu trabalho

P: não. Eu estava a olhar muito no sentido de as rádios nas comunidades, por exemplo, fizeram uma mensagem naquele projecto e fomos pré testar. Eu por exemplo, fui para Namaacha e temos uma rádio da Namaacha lá, não sei se depois fizeram um *follow up* de seguimento para perceber se as mensagens estão a ser aderidas, estão a ser percebidas, estão a surtir efeitos, é um pouco nesse sentido.

R: ehh, é assim, a população é muito receptiva. Nós temos uma população muito, quando você vai para um distrito, toda a população reúne-se e eipah, alguém está a vir da sede do distrito e quer ter informação mas a qualidade da informação muita das vezes é problemática por parte das pessoas que desenham essas informações que querem passar para a população por que, porque não existe concertação, é a dificuldade que nós encontramos. Por exemplo, ehhh no MOPH tem informação sobre saneamento mas não trabalha em coordenação com o MISAU e não trabalha em coordenação com outras instituições do estado para fazer passar aquela mensagem, este é o grande problema. Problema da descoordenação a nível central e de criação de informação adequada a ser passada para a população. A população recebe, bombardeada mensalmente com variedade tipo de informações nos distritos, ora são do MISAU, ora são do ministério sei lá, ora são ONGs ou são programas de não sei quê de calamidades, todo momento a população deixa de trabalhar nas suas machambas para ir ouvir cada mensagem semanal que lhes chega. Isso não. Tem de haver uma (risos). É isso páh o que nós encontramos nos distritos até farta para eles nem. Até estiveram semana passada. São esses que vem de Maputo e eu não somos nós (risos).

P: bom DR. É tudo o que tinha que tinha a perguntar

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **1.2. Ratmir Cuna, entrevista realizada a 20 de Fevereiro de 2020**

P: estou a escrever minha tese em C4D e estou a fazer minha pesquisa em três pontos nas vilas de milénio que é a vila de Chibuto, Itoculo e Chitima. São três pontos com contextos totalmente diferentes e a ideia era perceber de si nas questões antropológicas e culturais aquilo que são as implicações ou os possíveis passos a serem dados por um grupo ou por um projecto no âmbito de perceber as questões antropológicas de modo a que o projecto, neste caso, como as vilas de milénio possa ter efeitos desejados. Porque por exemplo, no meu mestrado falei do mesmo assunto mas olhei para a vila de Chibuto somente e percebi lá que não existia lá nenhum elemento ou individuo que lida com comunicação em todos os projectos implementados, nem no ministério nem no centro de investigação e transferência a tecnologias (CITT) não há praticamente nada. Então, a ideia de eu estudar três vila é para eu poder trazer esta análise um pouco mais substancial em função daquilo que é o que eu percebi no mestrado porque eu percebi que, estou a fazer em três incluindo Chibuto, achei que não devia fazer Chibuto mas acabei metendo Chibuto. Então, a ideia agora era tentar fazer uma análise um pouco geral a partir do momento em que eu percebi que as vilas do

milénio (VM) é um novo conceito que foi trazido por Guebuza no contexto da vitalização das aldeias comunais (AC). Então, a ideia aqui é perceber como é que podem ser olhadas essas questões antropológicas e culturais nesses contextos.

R: Ehmmm, eu tenho uma ideia vaga das vilas do milénio. Já passei por algumas inclusive em Malawi e no caminho de de Pemba a Palma. O que mais me chamou atenção nas que eu vi no Malawi, Pemba e Cabo Delgado é a forma como eles ehmm fizeram intervenção em modelos construtivos mas sem alterar os traços culturais de processos de construção, ou seja de arquitetura. Se estamos a falar de palhota, o que eu vi foram intervenções para melhorar a estrutura da palhota mas sem deixar de ser palhota mas é só até ai que tenho contacto com elas, não é. Ehmmm mas e depois fiz um paralelo uma vez numa entrevista que um arquiteto de uma localidade no interior de Guiné-Bissau que ganhou uma bolsa. Na verdade não foi uma bolsa foi uma associação naquelas redes de interajuda. Então, ele conseguiu estudar fora porque os tios que tinham lojas, os familiares, os vizinhos, por verem que ele era aplicado, conseguiram bancar os estudos dele fora da arquitetura e no regresso quando lhe pediram projectos para escolas, para postos de saúde naquela localidade ele teve uma intervenção semelhante a que estou a falar de vila de milénio. E na entrevista dele é que essa foi a maior decepção daquela comunidade que lhe esperou pela forma porque esperavam que ele projectasse edifícios modernos com base em material convencional e tudo. Então, essa entrevista foi rica porque para mim, e ai por isso faço a conexão com as vilas do milénio porque ele disse que se ele desenhasse edifícios modernos, porque ele até poderia fazer, não seriam sustentáveis sob ponto de vista de manutenção. Até sob ponto de vista do uso dos espaços, seria uma agressão. Então, o que ele fez foi olhar para os modelos construtivos locais e incrementar a técnica para garantir resiliência, então, é isso que eu olhei nas vilas de milénio nessa situação. Por que estou a falar isso tendo em conta o comentário do do do, do seu comentário é porque esse estudo de uma forma insipiente porque eu não adentrei no projecto mas essa entrevista demonstra a necessidade de você conceber projectos e finalizar eles com leitura de contextos locais. De hábitos culturais, de hábitos de gestão de espaço, de gestão de recursos porque é nisso que secularmente essas sociedades têm conhecimento e é nisso que você não precisa de muito esforço para ensinar a lhe darem com isso e isso é fundamental para fundamentar a sustentabilidade de qualquer projecto. Então, essa questão também eu vejo na comunicação. Comunicação de projectos virados para o desenvolvimento e não só de projectos e programas virados até de infraestruturas viradas para o desenvolvimento, nem que aliás, e devo dizer que é o que eu estou a estudar, é o que estou a escrever. Então eu vou lhe falar na verdade de experiências de *gapes* que eu percebi e até de casos que não estão na vila do milénio mas também pode ajudar a vir a perceber a vila de milénio. Qualquer empreendimento público quando é levado para uma determinada região rural e ai é isso é esse contexto que é mesmo com a vilas do milénio ele é apresentado como um projecto de desenvolvimento. Essa apresentação depois o são apresentações de cima para baixo e quem leva esse conceito de desenvolvimento é quem concebeu o projecto. O projecto é um concreto, o projecto agride sob ponto de vista de hábitos locais agride aquele espaço.

Agride em que sentido. Sob ponto de vista de recurso porque vai significar um impacto em na disponibilidade do recurso porque qualquer projecto precisa de espaço e o precisar desse espaço vai alterar tanto a dinâmica da circulação daquela sociedade aquela comunidade naquele espaço vai retirar daquele espaço a oportunidade de aquela comunidade eeh extrair dali recursos para a sua sobrevivência porque são comunidades essas que vivem na base de economia de subsistência porque não tem economia formal, então vivem de principalmente na base da terra e a agricultura ela não lhe dá uma capacidade de sustento anual e então ela tem que *mixar* as estratégias de sobrevivência tirando recursos naturais, produto de carvão vegetais para poder vender e as vezes ter acesso ao rio para poder ter peixe para poder vender, para poder comer então, tudo isso é afectado por um projecto que vai demandar essa alteração do uso do espaço, porém, quem traz esse projecto diz que é desenvolvimento. E ai podemos incluir escolas, podemos incluir pontes, podemos incluir hospitais mas tudo isso é desenhado de cima para baixo. Será que quando a gente chega e diz que esse empreendimento vai trazer desenvolvimento o nosso conceito de desenvolvimento leva em conta o conceito de desenvolvimento daquela comunidade local? Alguém já perguntou aquele ali o que é desenvolvimento para eles? Maputo Sul, a circular de Maputo é empreendimento para trazer desenvolvimento mas tirou-se uma população ali do fajardo para se fazer a rotunda. É uma população cuja dinâmica a maior parte daquela população quando vamos ler o estudo socioeconómico, o perfil, a característica socioeconómica daquela população, a maior parte dela estava na economia informal. Vendia ali no mercado próximo. Não precisavam de transporte, o seu filho ia para a escola e não precisava de transporte e então, chega um empreendimento de desenvolvimento e é comunicado para aquela população que é um empreendimento que vai trazer desenvolvimento e tira-se aquela população para mais de 30, 40 km da região urbana de Maputo onde ofereciam essas oportunidades informais de produção de renda. Então, se hoje formos a conversar com essas comunidades e dissermos para elas que este empreendimento trouxe desenvolvimento será que trouxe para elas? Porque hoje elas tem que pagar transporte para elas irem vender pouco que conseguem no mercado informal, tem que pagar transporte para seus filhos, a qualidade de energia é outra, a qualidade de acesso a água é outra, quando está doente tem de pagar transporte para ir para hospital e já não é só um chapa, tem de pagar dois três chapas e então, o que é desenvolvimento? É desenvolvimento para quem? Então, é ai que vejo o *gape* na conversa, no diálogo não é, na comunicação de projectos teoricamente concebidos para promover o desenvolvimento com as comunidades rurais e nessa lógica eu insiro as vilas do milénio. Poderia, quando diz que não tem um profissional de comunicação mas por que? Porque são projectos que são fechados e a comunicação ela é vista ai nesses projectos como ferramenta. É uma ferramenta para transmitir aquilo que já foi fechado. Então, não há espaço de diálogo. Se estamos a dizer que não tem profissional de comunicação, não há espaço de dialogo, há emissão de informação. Então, a comunidade que está ali é para receber aquilo que foi concebido. Então, se é para receber o que foi concebido, qual é o espaço que elas têm para elas colocarem aquilo que é de facto o modo de vida delas, os hábitos culturais, sociais que

transitam de geração em geração mas são fundamentais para a sua estratégia de sobrevivência. É basicamente isso que estava enxergando. (Habermas)

P: então, como é que nós podemos fazer para contextualizar um projecto?

R: eu acho que para contextualizar um projecto, nem diria contextualizar é conceber o projecto eu diria que seria estratégia não o *top-down* como essa que acabamos de falar mas *down-top* de baixo para cima. Existem iniciativas, existem iniciativas que são desenvolvidas nesse âmbito no meio rural mas que são fantásticas. Por exemplo, você chega numa comunidade e no campo da agricultura e você quer promover uma iniciativa para a melhoria agrícola, ao invés de você fechar o projecto, fechar o que é que você vai dar, que tipo de insumo, que tipo de treinamento, você desenha junto e então você percebe as capacidades locais, o que é que eles fazem de impacto para você entender quais são os *gaps* que esse pessoal tem mas acima de tudo quais são só, a administração chama de *skills*, mas talento. Então, quer dizer, por isso mesmo é necessário entender as vilas do milénio e o que de facto ela objectiva para entender como esse projecto foi desenhado para cada vila. Esse projecto foi desenhado junto com aquelas comunidades em termos de priorização de acções? Essa é que é a grande questão. Vou lhe dar mais um outro exemplo quando eu falo disso. Agora estou a assessorar um projecto que também é de desenvolvimento mas na concepção dos gestores do projecto, para as comunidades, e eles construíram casas excelentes. Já andei em muitos reassentamentos, aquele aí realmente as casas são boas só que na perspectiva dos gestores eram casas só que aquela comunidade precisava porque 100% na vila em que estamos a trabalhar agora vivem em casas de construções de material precário. Então, prontos, vamos dar alvenaria, vidro e tudo. E, passaram 3 meses sem conseguir sentar com a comunidade e sem conseguir colocar as comunidades naquelas casas e aí não entendiam porquê e começaram a dizer que estas comunidades tem problemas, não sabe o que querem construímos casas boas e nem nós temos. Quando fomos chamados e nós entramos, eu entrei para reestruturar uma estratégia de diálogo com essas comunidades a primeira coisa que eu quis entender da comunidade foi, o que é que se passa, porque não podem mudar para ali. Todos eles reconheceram que aquelas casas realmente são casas brilhantes mas que eles não podiam mudar para ali por quê, porque a construção das casas iniciou sem que as questões culturais fossem observadas. Que questões? Eles iam receber casas num talhão que até aquele momento eles não, a comunidade não reconhecia que era talhão deles. Aquele talhão pertencia a outra comunidade sob ponto de vista, ainda que o projecto tivesse negociado com a comunidade para construir, mas sob ponto de vista cultural, o dono daquele espaço estava a espera de um pedido de licença e sob ponto de vista cultural, o dono daquele espaço estava muito ofendido porque foram construídas casas de outras pessoas que veem sem se quer ter pedido licença e então, entendiam que tinha que primeiro tinha que se pedir desculpa. Tinha que se pedir licença e tinha que se pedir desculpa que isso era fundamental. O gestor desse projecto é um sul africano. Estudou em escolas inglesas, tem um MBA em *projects*, essas questões para ele era um projecto estava a falhar por isso. Então, essa foi a primeira questão que os caras colocaram. Aí é? Sim. Ok quando eu concebi todo o processo de implantação

daquelas casas eu ignorei as questões locais, culturais que são fundamentais para essas sociedades, então naquele momento eu perguntei o que precisamos pra fazermos isso? A primeira coisa é *phahlar* (cerimónia tradicional africana feita por um curandeiro para fazer um pedido aos deuses – os mortos). Temos que *phahlar* e temos que buscar o régulo para pedir licença. Segunda coisa, pedir desculpas só assim eu é que vou aceitar ir visitar aquelas casas porque se eu for visitar aquelas casas sem fazer isso corro o risco de um filho meu morrer. Segundo ponto, os mortos que vocês dizem que temos de levar para lá, também temos que consultar se eles querem sair e se eles e como é que eles vão sair. Então, essas duas questões foram colocadas como prioritárias. Olha que essas comunidades ainda iam receber dinheiro, iam receber material para construírem cozinhas fora e tudo mais e tudo isso não era prioridade mas no projecto estava no inverso, a prioridade era material, dinheiro, apoio para construir, mudar e depois essas outras coisas. O que nós fizemos foi alterar invertendo a pirâmide. O que é necessidade para eles e o que é que isso implica na vida deles. Resumo da estória, em um mês chegamos a um acordo e em Janeiro mudamos essas famílias e só agora é que estamos a calcular custos para elas receberem material para construírem cozinha, cural também elas exigiram. Então, construímos juntos essa estratégia de mudança onde, inclusive o dono da obra, porque ele ia tirar todo dinheiro em Dezembro, no tirou ainda, então é caixa, está a pagar outras coisas mas ele achava que aquilo era prioridade, prioridade era colocar camião ali e carregar as coisas, nem, material, essa coisa do mundo convencional, essa forma racional de fazer planeamento esquecem que essas comunidades elas não vivem num mundo tão racional assim onde a gente, um mundo onde a base de economia do mercado e tudo mais. Então, é justamente isso que eu acho que falta em muitos projectos. Éhh quer de combate ao HIV e SIDA, combate a malária porque porque é que anualmente elas fazem um balanço e dizem que estamos a falhar. Ah, mas é estratégia de comunicação. Por quê? Porque a comunicação está lá como ferramenta. A comunicação só entra depois que aqueles que desenharam o processo chegaram aqui e disseram ah olha, o nosso projecto é distribuir rede mosquiteira. Ok, eu vou distribuir rede mosquiteira para uma comunidade sem entender qual é o contexto e entender o contexto o que é? É entender o perfil socioeconómico e antropológico cultural daquela comunidade. É só assim é que eu vou entender quais são as necessidades daquela comunidade. Principalmente quais são as estratégias de vida. Eu acho que isso falta muito nos projectos porque se eu entender essas duas coisas eu vou entender quais são as necessidades daquela comunidade porque quando eu vou desenhar um projecto eu coloco lá árvores de risco, inclusive. Então, vai ser um risco par um projecto virado para o combate a malária ir para uma comunidade onde a maioria é pescadora e onde as necessidades básicas são técnicas de pescada, como aumentar a produção do pescada e isso faz com que essa comunidade viva em condições de fome porque não consegue garantir um pescada que a dê sustento anual, então vai ser um risco pra esse projecto que vai entrar ignorando essas questões culturais e locais e do contexto e entrar só para distribuir rede mosquiteira para combater malária porque a primeira coisa que o sujeito vai olhar, ah, isto aqui é uma oportunidade para eu aumentar a minha produção. A

malária vai ficar para o segundo plano, aquilo que é o primeiro plano que é o sustento da minha família, de produtos que eu não consigo anualmente, essa rede vai aumentar. Então, os projectos, eles devem ser concebidos de uma forma holística e conceber de forma holística é fazer essa árvore de problemas mesmo.

P: e aí nós temos de identificar as necessidades reais?

R: exactamente. E esse é que é o grande problema. E eu acho que os sociólogos tem muito a dizer sobre isso mas principalmente aquela metodologia de marco lógico para desenho de projectos parece que não é muito bem feito nos nossos projectos. Porque é isso que lhe permite ver que as vezes não é uma acção que vai contribuir para resolver um problema. É que aquela acção que eu vou colocar ali, por mais bem intencionada que seja ela não vai ser eficiente e muito menos eficaz por quê? Porque para que ela seja eficiente, eu tenho que também dar suporte em outras acções, é que nem doar equipamento ao hospital central de Maputo, equipamento de última geração e sem dar capacitação e sem treinar, é mesma coisa. Então, nessas sociedades que não estão inseridas nessa dinâmica nossa não é e que estão numa outra lógica é necessário entender essa lógica porque só assim que eu consigo, eu costumo dizer assim, só assim que eu consigo estabelecer um dialogo horizontal quando o outro percebe que afinal de contas você tem ouvidos para escutar quais são as necessidades dele e colocar as necessidades dele na mesa de tomada de decisão. Então, para mim é isto que falta nos projectos, não é, é concepção. Não é contextualização porque contextualizar pressupõe-se que você já tem ele e agora vamos a vilas do milénio, vamos contextualizar virado para Chokwe. Não. Vila do milénio mas vamos construir juntos. As tantas a promoção, a conectividade, a tecnologia para Chokwe é outra que eu vou promover, não é? Tem um sujeito que está a estudar, está a fazer estudos africanos mas ele está a estudar a tecnologia, desenvolvimento da roda adapta-lo para o contexto africano, adaptar como é que a bicicleta, então ele está a estudar vários polos e inseriu Quelimane como um campo de estudo para entender a cena porque o uso da bicicleta na Europa é para desporto, é para lazer, Quelimane não é, é táxi. É um meio de transporte necessário, não é, mas como é que isso também pode ser inserido num processo de desenvolvimento local tendo em conta que já há uma aptidão local de uso, tendo em conta todo outro *gap* que você tem por parte do do sector publico de garantir vias em boas condições para automóveis. Então, eu acho que é isso. A tecnologia é que ela não pode ser vista de uma forma homogénea embora Manuel Castells tenha essa pretensão não é, quando diz que sociedades que não se conectarem a rede e na perspectiva dele é estar ligado a internet, ter um dispositivo técnico, nem essas sociedades são falhas ao processo todo ou estarem excluídas mas várias pesquisas que a gente vê de estudos de impacto social de projectos tem demonstrado que preferência de comunicação dessas sociedades rurais ainda tem sido pastor, líder comunitário, líder religioso, curandeiro e depois entra rádio e depois entra Tévê. Ou seja, nessas sociedades ainda prevalece uma comunicação oral, nem e aí vamos entender que na base, a comunicação oral e a comunicação escrita visual tem muita diferença e isso vai ditar também as diferenças sócio culturais. Então, eu vejo a questão por aí.



P: eu já ia entrar aí nessa área de comunicação via instrumento ou via, nesses contextos moçambicanos, ehhh, quais só as vantagens de se usar um líder comunitário em detrimento, por exemplo, de uma rádio que nós podemos gravar um texto e colocar para as pessoas ouvirem, mas provavelmente as pessoas podem não preferir o meio rádio e preferirem outro instrumento como ir ao curandeiro, preferirem o líder, e por aí.

R: eu estou a lhe dar resultados da minha dissertação mas não tem problemas porque são temas totalmente diferentes. Porque na minha dissertação eu fechei, falta só fazer conclusão, mas já tenho a conclusão pronta porque eu fiz uma análise do da fricção de modelos de comunicação ocidentais e modelos de comunicação da África rural, mas peguei um termo, meu orientador que é sociólogo fala da África agrária e ele vai dizer que África agrária é aquela que vive ainda da terra é essa onde ehhh, os indivíduos eles conjugam uma série de estratégias para manter seu sustento mas a terra em si ela não consegue garantir esse sustento, o indivíduo não está inserido na economia do mercado, então, não tem uma renda mas existe uma ordem social estabelecida na gestão desses escassos recursos onde a rede de interajuda são fundamentais, onde o líder e aí você tem desde o líder que é um régulo, que é reconhecido reconhecido e é por hereditariedade, então você não coloca um régulo lá, ele não vai ser reconhecido nunca, é por hereditariedade e ele governa aquele espaço com seus assessores e os assessores são dotados de alguma capacidade também reconhecido e então você tem assessores como gestores da terra, você tem o líder religioso, você tem o curandeiro, então, todos esses fazem parte dessa cúpula que ajudam o líder a governar mas então, qual é que é um dos grandes papéis do líder? O grande papel do líder é garantir a ligação dessa sociedade com o mundo dos mortos. Por isso que é é hereditário, é por linhagem e acredita-se que ele está muito próximo dos antepassados e tem essa capacidade de mediar as relações com o mundo dos mortos. Mas agora o que é o mundo dos mortos para essas sociedades? É lá onde é determinada o curso de vida dessas sociedades, é nisso que eles acreditam, então elas acreditam que a sorte que elas tem é que existe alguém no mundo dos mortos que vela por isso. Elas acreditam que uma boa produção agrícola, um bom pasto só advém quando eles estão em harmonia com o mundo dos mortos que são os espíritos antepassados que dão essa sorte mas também são os espíritos dos antepassados que dão a proteção para invasões, doenças, então é é lá onde estão centro da vida desse dessa geração mundana e eles acreditam que os que estão vivos que aquela terra não lhes pertence, aquela terra pertence aqueles que estão do lado de cá, não é. Então, por isso que qualquer acção que é desenvolvida ali na terra tem que se pedir licença ao mundo dos mortos, eles só estão ali para gerir a terra. Então, o líder ele ocupa esse lugar fundamental nessa mediação. Então o que ele fala não é questionado porque entende-se que ele tem essa capacidade de mediar, não é e isso não racional, isso não é racional por isso não é questionado. Então, é justamente por isso que na comunicação, um dispositivo técnico, rádio não exerce o mesmo papel só na minha perspectiva que que hoje defendo depois da pesquisa, ele só serve para mobilizar. Eles só servem para juntar. Agora, para mudar uma opinião, para incutir uma ideia, não. Por quê? Porque nessa comunicação dessas sociedades elas tem um *mix* ali só que é um *mix* que é

ignorado no mundo da comunicação moderna, no mundo da comunicação ocidental, é um mix de uma comunicação visual quer dizer, quando Ngwenya está ali em frente com a comunidade, interessa para eles verem como é que Ngwenya está falar, os gestos contam, se você fala olhando para todo mundo, se você fala olhando para o chão. Interessa saber como é que o Ngwenya está vestido, nem. Se Ngwenya está vestido de preto, as cores têm significado para eles. Sonho para eles é uma forma de comunicação, então um líder pode vir comunicar um sonho e esse sonho, na verdade, segundo esse líder pode ser, ehh, um antepassado que está a dizer que se nós não cumprirmos com X,Y,Z vamos ter problemas na próxima época agrícola, então, tudo isso é mix e aí entram os instrumentos rudimentares, ehhh mas que na perspectiva do, tem um um pesquisador de Comunicação também ele diz que são tecnologias sociais, não é que é desde o tambor, o Ayeté, que ele diz que um encontro com a comunidade que termina com um determinado ritmo do tambor significa alguma coisa e quem não está no encontro pode te dizer em que lugar chegaram, se trata de um consenso ou não, por que? Porque já está impregnado neles, um sopro de um chifre de sei lá de boi, de elefante, também significa alguma coisa. Então, tudo isso entra no mix de comunicação de dessas sociedades, não é onde não basta dizer que eles têm acesso ao telefone, não basta dizer que eles têm acesso a rádio, que eles têm acesso a televisão, que eles têm, que eu consigo colocar lá um *outdoor* tudo isso para eles é nada mais que informação dada, é nada mais que informação dada. Um telefonema para um líder, se eu te ligo agora para um líder digo a ele olha, aquela solução está arranjada, nós vamos ter insumos para a cerimónia tradicional ele vai dizer assim, “Sr. Cuna, pegue no carro e vem para cá”, está a perceber, ou seja essa comunicação que você está a me dar por telefone não serve. Não serve para eu concordar consigo. Ele vai dizer vem aqui. 30 km que sejam, venha. Vem aqui debaixo de uma tal árvore, eu vou chamar testemunha X,Y,Z e vais nos dizer os olhos que de facto daqui há 5 dias nós vamos receber os insumos para a cerimónia tradicional, não é mas eu posso ligar daqui para administração de Moamba e mandar um e-mail e dizer que vai ter os insumos, a administração de Moamba tem isso como dado numa comunicação formal, nos dispositivos técnicos, tecnológicos modernos, nem. Então é essa diferença porque para eles o que faz a diferença é essa comunicação oral, comunicação incluindo a questão corporal, incluindo a questão gestual, então, tudo isso faz diferença e é isso, e não só, a questão e aí sim, que o próprio Habermas fala, não é, a construção de consenso no dialogo, é assim que eles incutem uma ideia, eles não incutem uma ideia numa emissão de informação não, por quê? Porque eles têm uma capacidade de argumentar e essa argumentação é que vai gerando um conhecimento ali, nem. Porque ele quer, numa coisa dessa quer saber, mas que tipo de galinha é essa que você vai trazer? Mas essa galinha vem de onde? Mas vocês levaram consideração a isso? Mas quer ter a certeza de que está a falar consigo e no fim quer te abraçar quer te pegar, nem e as *mamanas* a baterem *nculungwana* (sinal de alegria) é isso que é encontro, e aquele que está a margem do encontro ele vai ver que teve um acordo e esses meios não possibilitam isso, excluem essa dimensão humana nem. Eu acho que a comunicação ela tornou-se racional, tão racional, não é, que exclui essa dimensão humana,

essa dimensão sentimental que ainda prevalece nessas sociedades. Então, essa é que é a grande diferença.

P: então, melhor ehh, para o nosso caso ehh, podemos dizer que o desenvolvimento ou a implementação de qualquer projecto parte necessariamente ou principalmente da organização dessas questões humanas e não necessariamente ehh, que tenhamos que excluir ao uso da maquina por exemplo, que é a mensagem radiofónica mas se essa mensagem não passar pelo líder significa que não vai surtir efeito.

R: na minha perspectiva, nós tínhamos que fazer um mix e um equilíbrio, não é, e é por isso que eu disse que os dispositivos técnicos para mim eles servem para convocar mas sozinhos também não funcionam. Agora, para diálogo, para consenso para ai sim, chegarmos no consenso sobre o que é desenvolvimento para a gente e ai essa ponte, essa vila de milénio ser entendida como algo que vai contribuir para o nosso desenvolvimento, eu preciso de dialogar e ai é que entram esses aspectos tradicionais, um equilíbrio de força com instrumentos da comunicação moderna. É porque o que acontece é que as nossas escolas de comunicação e eu não vejo uma que já deu conta pelo menos escola, de inserir ehh, nos seus planos temáticos as questões de comunicação dessas sociedades mas por que é que, mas ai eu também entendo é um problema epistemológico porque as teorias ainda não estão construídas localmente, não é, a gente, tudo o que a gente tem de referência são de ocidente e mesmo quando nós discutimos, discutimos com os olhos do ocidente. Hoje eu vejo estudos de alguns, centros, na Nigéria, no Gana, estudiosos que dedicaram uma boa parte do tempo pesquisando formas de comunicação de sociedade indígenas mas é uma coisa ainda insipiente porque eu acho que eles também só se, não não, ficaram num ponto que era de mapear os instrumentos de comunicação indígena que já foi muito bom mas entendendo vamos entender que cada sociedade também africana é uma, mesmo em Moçambique, se formas a pensar a sociedade changana, sociedade shona, a sociedade macua, vamos encontrar instrumentos de comunicação diferentes nessas sociedades, instrumentos de comunicação indígenas, vão ser diferentes. Então, por isso que se calhar torna-se difícil levar isso para a academia. Agora, o que eu acho que devia ser feito, para além de sistematizar os instrumentos era também entrar nas formas de comunicação que prevalecem hoje nas sociedades e que contribuem para a tomada de decisão, a aderência a uma ideia, heim, como é que um líder comunica para os seus, para a sociedade toda, não é pelo rádio e depende do tipo de informação que ele dá, como é que ele dá. Então, porque determinados tipos de comunicações só podem ser feitas as 4 horas da manha. Por que é que logo na primeira hora da manha vê alguém na sua casa e diz “aqui há algo de errado”, é uma forma de comunicação já estabelecida, ele já sabe que se trata de infelicidades e em muitos casos é infelicidades, então, como é que se dão esses tipos de comunicações para determinadas questões. Então, é isso que eu acho que falta e que é um recorte que estou a fazer hoje no doutorado mas não pegando esse total, esse grande porque não sei daria para quantas pesquisas mas virando para as formas que prevalecem de comunicação dessas sociedades com o mundo dos mortos, dos espíritos, porque mudou, muita coisa mudou, nem, temos ai influência de várias questões migratórias, nem a entrada

desses dispositivos, heim, o que é que prevalece? É isso que eu estou a me debruçar e então olha-se para esse mix, olha para o marketing, marketing é marketing ele diz você para promover um produto para promover uma instituição tem que desenvolver um plano de comunicação e esse plano deve perceber e deve deve conceber um mix de comunicação, mas que mix é esse? Comunicação visual, comunicação auditiva, então, mas só fica ali no meio moderno, então, para mim para além desse mix todo, no contexto local você tem de fazer um mix também com as formas existentes, essa é que é a grande dificuldade. Então, hoje o que eu faço nos projectos de desenvolvimento ehh, por exemplo agora, Corumna, quando eu trago as questões ehm, tradicionais, culturais, para uma reunião de planeamento e eles abrem aquela planilha de planeamento e já conseguem colocar opah, semana X, cerimónia tradicional, então, semana Y temos de comprar produtos pra cerimonias tradicionais, temos que identificar o curandeiro, isso chama-se, conseguir trazer coisas locais para uma sala de planeamento onde a galera nunca ia pensar nisso de que semana X nós temos que nós os donos da obra e tudo temos que estar lá, domingo ou num sábado à 4horas para uma cerimonia tradicional, isso no mundo racional não entra, não entra, entra concreto, entra pregos, entra arames, entra bobinas, entra tudo isso mas não entram essas questões. Então, é isso essa, saber escutar e trazer mas essa é que é a grande dificuldade porque nenhuma escola mesmo as africanas de administração de gestão de projectos, nenhuma escola tem abertura para isso, é como se estudos africanos ali fosse uma coisa a parte, nem mas também qual é a agenda dos estudos africanos aqui, o que é que eles têm discutido?

P: certo, naquilo que era a minha planificação básica podemos parar por aqui, qualquer coisa acredito que posso, nem que fosse pelo telefone, pelo menos a grande coisa já está, deu para perceber. A ideia era eu perceber esses elementos todos que foi dando um um e já dá para ir fazer analise.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **1.3. Tomás José Jane, em entrevista a 29 de Agosto de 2020**

Pergunta (P): Saber do Dr. Jane como tem sido, na sua opinião, como é feita a C4D em Moçambique? Ou em que consiste?

Resposta (R): A C4D consiste no fazer e divulgar aquilo que são as políticas de de educação para a mudança do comportamento das comunidades e também ahh, sobre as políticas de comunicação comunitária em Moçambique. comunicação comunitária que não só está se falando das rádios comunitárias (RCs) ou televisões comunitárias (TVCs) mas também ah ah o próprio processo de comunicação, de troca de comunicação e de troca de de saberes dentro da comunidade.

P: e quais são essas políticas das Rcs?

R: Políticas das RCs aquilo que se baseia naquilo que é a legislação que orienta a instalação e funcionamento das RCs (primeiro). Segundo, a sua sustentabilidade. Terceiro, aaaa o seu o seu sustento em termos daquilo que é a sua orçamentação para o seu funcionamento e, o quarto, o futuro das RCs. Ya. Mas que tudo isso passa pela contribuição que as RCs eh eh fazem para o desenvolvimento ... para a educação para a mudança.

P: e o que dizer sobre a sustentabilidade das RCs?

R: a sustentabilidade das RCs é que a maioria das RCs foram criadas e instaladas através de fundos externos. Yaa. Muitas rádios foram criadas e instaladas a partir dos apoios da da da UNESCO através de projecto do desenvolvimento dos Medias em Moçambique. Outras rádios foram criadas aaa a partir de apoios recebidos de organizações não governamentais (ONGs), heim e pronto. Queríamos que as comunidades tivessem algum meio de comunicação. Um meio que poderia produzir e emitir informações educativas para aquela comunidade. E que grande parte dos programas de facto, são educativas. São educativos não no sentido de escolarização mas de de de fazer com que as comunidades ou os membros da comunidade tomem conhecimentos sobre as formas de preparação da terra, das formas de prevenir eh doenças. Formas de de eh eh de semear, eim, principalmente material ligada à agricultura, material ligada à saúde, à educação propriamente dito e ao combate aos males relacionados com com a violência, em chamada violência doméstica, que ultrapassa a violência doméstica. Quando a gente quando e falo de violência só no geral porque tem a doméstica e tem a não doméstica que é feita na rua e por ai assim por indivíduos mal intencionados. Então, as RCs tem uma função muito grande eeh no papel de educação na mudança do comportamento das pessoas e também para se divulgar informações de interesse da própria comunidade. Ya.

P: e olhando para aquilo que é a génese, como disse, surgem em termos de financiamento, aah, de outras organizações. E qual é o futuro? O que é que se espera dessas rádios?

R: o trabalho que eu fiz é exactamente no sentido de eh conhecer cada rádio. Das rádios que eu trabalhei com elas durante a pesquisa, era exactamente para saber ah qual é a sustentabilidade futura da RC e porque eu previa que depois da saída dos doadores essas rádios tivessem que enfrentar problemas de financiamento e alguma rádios continuam resistindo porque ainda tem apoios externos. Prepara projectos educativos, preparam projectos no âmbito da saúde, da educação, da agricultura e por ai assim e mandam esses projectos para organizações estrangeiras ou internacionais que se interessam em apoiar programas dessa natureza e ai tem com que se autossustentar. E ainda há contribuições que são feitas a a por pessoas singulares. Querem apoiar a rádios e acabam contribuindo. Durante a pesquisa fui encontrar também que há algumas rádios que fizeram uma espécie de clube da rádio. Clube da rádio constituído por pessoas da comunidade que mensalmente dão alguma coisa para o sustento da rádio, alguma contribuição e nas zonas rurais até não são contribuições em dinheiro, as contribuições são em espécie, produtos, criação, qualquer coisa assim e a gestão da rádio pega naqueles produtos, vende para ter dinheiro de pagar a a

algumas despesas e que não é suficiente mas acabam se ajeitando. A maioria das dos colaboradores das RCS são colaboradores voluntários. Não são funcionários. Não são contratados. Muitas rádios eh funcionam assim e a própria rádio funciona como escola porque muitos jovens vão lá como voluntários e acabam aprendendo como fazer rádio. Acabam aprendendo como fazer televisão na comunidade e quando perceber que ele esta em condições de trabalhar numa rádio, numa televisão saem e vão a procura de emprego nesses órgãos de comunicação.

P: e falou sobre o programa de educação que são a génese, ou que são aquilo que as RCs fazem. No nosso contexto moçambicano, será que esses programas educativos acabam contribuindo de forma positiva naquilo que é o objectivo da rádio?

R: para a mudança do comportamento acabam contribuindo, sim. Porque os programas que passam, esses programas educativos, ehh tem como objectivo exactamente alertar a população sobre alguns problemas e e aquilo que muitas vezes não é feito pelos pais de sentar com os filhos e dizer é isto, a maneira de viver é esta a partir da sua própria experiência, alguns programas são feitos na base de convidar eh pessoas eh mais experimentadas na vida, idosos para falarem sobre a vida. Falarem sobre os cuidados com a saúde, principalmente com relação a saúde da mulher. Eh, os cuidados com relação ao casamento. Os cuidados com relação a a produção agrícola nas machambas familiares. O combate às pragas, por exemplo. E isso contribui para que a pessoa comece a perceber que afinal posso fazer isto para resultar naquilo. Ya

P: e por exemplo, como é que se justifica o facto de, por exemplo, em algumas comunidades haver maior produção de alimentos, haver maior quantidades de animais de como gado bovino, caprino, mas eles ainda continuam a sofrer por uma uma sofrem a fome, por exemplo a desnutrição crónica das crianças?

R: isso é o problema da da falta de meios educativos em determinadas comunidades. E porque se a pessoa tem gado, tem vacas, tem leite lá e tem eh vacas, tem bois, pode matar um boi por ano e preparar essa carne para aguentar um ano todo, não é. Vai cortando em pedaços e cozinha hoje. Passam dois dias, três, cozinha outra coisa e ai vai. E então, preparar a carne seca....

P: essa técnica é conhecida pelas comunidades?

R: é exactamente isso. Algumas comunidades conhecem mas não divulgam. O problema é esse. Alguns membros da comunidade conhecem mas não divulgam. Os membros não divulgam. E também os próprios eh colaboradores da rádio não conhecem e dai que não vão a busca mas a comunidade, alguns mais crescidos, mais idosos conhecem a técnica porque alguns foram caçadores e matavam os animais e colocavam a carne a secar. Ya. Para aguentar durante mais tempo, nem. Então, muitos não fazem porque pensam que a carne vai se estragar mas na verdade, bem preparada em secagem pode aguentar mesmo seis meses, até mesmo um ano. Você vai para um restaurante, por exemplo, te fazem um prato com carne

seca e até outros penduram ai assim para você ver . Quando você sai fora você encontra isso nem. Ehh, em outros países, te penduram carnes secas ai assim preparadas para aguentar mais tempo. Por que é que as nossas comunidades não podem fazer porque é um processo natural, não passa por mais técnicas, não, é apenas um conhecimento popular. Agora, falta exactamente passar esse conhecimento popular a ser adoptado pela maioria dos elementos da comunidade para evitar que haja fome. Por exemplo, matapa, nhangana, dá para preparar matapa para aguentar por mais tempo. Preparar nhangana para aguentar mais tempo. Quer dizer, todo tipo de folha comestível pode se fazer isso. Deixa-se secar e você cozinha no dia e na hora que você quiser.. mas porque isso ficou com os os mais idosos e mais antepassados e não foi passado isso ... e também porque tem havido esse desprezo por que é que eu vou me preocupar com isso se eu vou ao bazar e já tenho tudo fresco. Vou a loja e tenho tudo fresco.

P: pode se meter no congelador ...

R: é isso. Mas acontece que esses congeladores, essas geleiras e esses não sei que, não existem nas casas das comunidades. Para ele ir comprar alface ou couve, ele tem de percorrer distâncias. Existe um tipo de couve conhecido como couve africana que já não se faz que esse aguenta, é resistente a secas. Não precisa ficar plantando toda hora, basta a primeira vez e ele vai crescendo e quando chega o momento não vai dar porque não é época mas quando é época, quando chove, ele renasce e e e continua. Então, há há desnutrição crónica, sim. É falta de conhecimento de como sobreviver mesmo em momentos difíceis. Eu acho, encontro exactamente um espaço de se divulgar isso é a partir das RCs.

P: então há problemas entre a ligação entre as lideranças com as rádios comunitárias e tem que ver com o próprio governo distrital ou local?

R: sim. Por que? Porque as RCs hoje, eh se afastaram daquilo que era o propósito real. Mesmo com relação as rádios criadas pelo instituto de comunicação social (ICS), pelo governo que tinha no passado uma missão muito grande que tinha que trabalhar nas comunidades com as comunidades. Hoje já não continuam com a mesma filosofia como antes. Quando digo antes no momento até em que se chamava colaborador da rádio no campo, um jornalista pé-descalço que ia até onde faziam batata-doce, onde faziam plantavam mandioqueira para saber o que é que está a acontecer e que tipo de pragas podem estragar as plantações ou as sementeiras e como combater-las. Até alguns trabalhavam melhor do que alguns extencionistas porque eles colhiam as matérias, colocavam na emissora, a emissora divulgava. Então, há um processo, esse processo eu acho que deve ser retomado de certa forma apesar da modernização. Trazer esses elementos para a comunicação moderna hoje e não olhar a comunicação em língua portuguesa como a melhor coisa para as comunidades, pelo contrário, a maioria da nossa população, a maioria dos membros da comunidade não sabe ler nem escrever em português, nem ouvir. Então, ouve-se mais exactamente a partir das suas línguas, alguns até leem e escrevem nas suas próprias línguas. E então, isso a partir também do sentido cultural que as RCs em determinados locais recuperam. A cultura de passar informações para gerações mais novas se bem que as gerações mais novas não estão

mais com tempo de ficar a espera de ouvir os mais velhos a contarem estórias que era o processo educativo no meu tempo. Ya. Por exemplo, hoje, a própria linhagem familiar é contada a partir de mim até ao meu avo e no máximo até ao bisavó. De lá até os como surgem os Ngwenya para lá ninguém mais conhece mas era importante isso dai diziam que se você encontrar uma Ngwenya você não pode casar ...

P: é minha prima ou minha irmã...

R: mesmo que não seja primo de segunda ou terceira geração, só porque é Ngwenya já é familiar. E então, esses elementos todos no campo cultural acabam nos prejudicando. Desaparecem e nós não temos a ligação com a origem do passado. E dai que isso também torna difícil, torna-se difícil para os mais velhos sentarem para conversarem com os mais novos.

P: e quais são as dificuldades?

R: dificuldades de língua. Dificuldades também dos conceitos. Dificuldades de interpretação e dificuldades das idades. Hei. Dai que na escola superior de jornalismo (ESJ) estamos em discussão ainda para a possibilidade de introdução de um projecto ou um programa de troca de saberes. Não porque vão sair daqui jornalistas, agricultores, ou relações públicas curandeiras, ou ou publicitários, sei lá, pescadores. Não. Mas é no sentido de trazer esses especialistas natos. Tratarem o seu conhecimento para a universidade. Num dia chamarmos um curandeiro, por que não, para vir falar sobre a arte dele. A arte dele de contar a verdade ou a arte dele de contar a mentira. Porque existem curandeiros e curandeiros. E um dia chamarmos o curandeiro e o médico, o chamado médico tradicional e o médico moderno para colocarmos em mesa redonda para sabermos exactamente onde é que convergem e onde é que divergem e trazerem aquilo que são os conhecimentos e trazer um agricultor familiar para falar da sua experiência da produção. Trazermos um pastor para falar da sua igreja e porque não e das técnicas de convencimento a outros para aceitarem a sua filosofia religiosa. Então, falta isso. São saberes que estão por ai e que são ignorados porque vivemos em um mundo ocidentalizado e não africanizado. Ya.

P: falou, disse que os objectivos da comunicação nos dias modernos parece que mudou.

R: sim.

P: e então como é que é feita a comunicação hoje. Por exemplo a comunicação comunitária?

R: ela é em algumas rádios que eu pude acompanhar, grande parte do tempo de emissão é engolido pela comunicação em língua portuguesa, enquanto que no passado, maior percentagem de tempo era coberto pelos programas em línguas locais.

P: e qual é a diferença em termos do aprendizado, tanto olhando para aqueles que aprendiam em língua local e comparando com aqueles que aprendiam em língua ....?



R: em língua local você você abarca muita gente. Quase pode abarcar toda a população que entende aquela língua e enquanto que a língua portuguesa só pega uma pequena percentagem de membros da comunidade.

P: e o que é que deve ser feito, então, hoje para voltarmos ao passado?

R: precisa de haver programa de educação aos próprios colaboradores das RCs. Um programa de educação para a a mudança também...

P: para os fazedores da rádio?

R: das RCs.

P: (risos) ok. E e...

R: ao invés de eles fazerem programas educativos para a mudança de comportamento, eih, tem que haver um processo de retorno mas que passa exactamente pela educação dos próprios fazedores da rádio, um programa de educação pra a mudança deles próprio de reconhecerem que existem elementos culturais, elementos locais, elementos que não são percebidos quando são falados em língua portuguesa mas só são percebidos quando são falados em língua local.

P: e o que é que acha doutor, a comunicação para o desenvolvimento (C4D) tem contribuído para o desenvolvimento em Moçambique?

R: a C4D no geral, sim, tem contribuído. Porque não olha só para a C4D comunitário na linha que é que eu tenho trabalhado mas existem outras linhas de C4D que contribuem para o desenvolvimento da sociedade moçambicana. A a C4D local, a C4D rural. O local é diferente do rural porque o local pode ser aqui na cidade também é C4D local mas quando se especifica esse local para o desenvolvimento local ou para o desenvolvimento local rural ai já especifica para o desenvolvimento da comunidade (nãos)citadina. E também a C4D como disse envolve vários aspectos: envolve a saúde, envolve a nutrição, envolve a comunicação, envolve tudo o que está em volta de um cidadão. A educação moral e cívica, por exemplo que hoje podemos ler que as novas gerações não têm a educação moral que no passado ou que tem uma educação moral bastante avançada do que a do passado porque hoje eles se baseiam naquilo que colhem de lá de forra em forma de enxerto e vão vivendo nisso. Ya. Tem culturas modelos que a gente adopta que não se adequam a cultura local. Ya. E eu admiro muito os países que estão a volta de Moçambique que ainda prezam até a os nomes tradicionais para darem aos seus filhos em Moçambique, os filhos que nasceram, posso dizer, desde a minha geração para cá, não usam os nomes tradicionais. É difícil você encontrar um Matxinguassane assim e aceitar que ele é Matxinguassane, só a Julieta Langa. A Julieta Matxinguassane Langa, ela é sente ...

P: tem orgulho.

R: sim. é nome dela. Ya. E e e muitos pais não aceitam mais dar nomes tradicionais. Nomes das famílias. Nomes que tem significado de alguma coisa. Frederik Elbert não sei quanto é de

lá, o que é que tem , o que esse nome significa para minha família, por exemplo, não significa nada....

P: isso teria algumas implicações no contexto cultural olhando aquilo que tem sido o bem-estar social na ligação com a cultura?

R: eu acho que sim. Eu acho que sim. E daí que é difícil você ehhh conversar, por exemplo, com os antepassados. Claro que em termos religiosos não existem antepassado daí que a gente (risos). Mas no fundo no fundo como africanos existe uma ligação porque mesmo não sendo africano qualquer povo tem alguma ligação com os seus antepassados. Aquilo que vivemos em Moçambique a nossa relação com os antepassados em qualquer sítio. Você vai para europa, vai para os estados unidos, você vai encontrar isso. Eu tenho assistido agora alguns documentários coreanos. Olha, eu vejo que eles estão apegados à cultura coreana de verdade. Claro que pode não ser todo o povo coreano, Coreia do Sul mas há uma ligação. Quando vejo esses documentários, esses filmes, eu vejo que as famílias tradicionais ainda estão ligados a cultura, aos antepassados e por aí em diante. E posso não dizer como é como nós olhamos essa ligação com os antepassados mas existe. E daí que é difícil hoje porque nós entramos num processo de abandono a alguns valores culturais que exactamente sustentavam essa ligação. Sustentando essa ligação nós vamos encontrar que existem elementos que facilitavam a vida normal em termos de educação, em termos de socialização. No passado da minha adolescência eu via a minha mãe quando preparava comida em casa não preparava apenas para nós, mas preparava contando com mais uma pessoa ou duas que poderiam surgir a qualquer momento. Isso para dizer que ela sabia que quando chegasse essa pessoa podia lhe dar um pratinho de comida ou uma xícara de chá para tomar e a gente chegava, aliás, sentava de manhã e durante o dia para almoçar e gente sentava a volta e alguém passava ali assim e a minha mãe dizia venha comer. Ou estamos a almoçar, se aproxime e a pessoa pode parar guardar a bagagem dela e vir comer e beber água e sair ir embora. Mas hoje é difícil você fazer isso. Não é difícil porque estamos a viver num mundo em que o custo de vida é elevado. Então, a desnutrição, ela pode exactamente não estar percebido. O formato da nutrição que nós temos é exactamente encontrar dinheiro para ir para a loja para comprar. Mas as vezes com terra em casa que dá para produzir mesmo no fundo do quintal. Mesmo não tendo nenhum quintal, dá para produzir, comprando alguns vasos, vai semeando lá plantando, pelo menos vai ter couve, vai ter alface, vai ter cebola. Eu visitei uma vez um amigo nas torres vermelhas e, não na Mao Tse Tung, ali perto da Martin Luther King. Centro cultural norte americano, vivia no sétimo ou no sexto andar. A mulher tinha tinha inventado de colocar vasos assim, trouxe vasos e semeou lá. Fez a sua horta lá e eu olhei para a mulher está a fazer isto sim sim, de facto era bonito a couve alface que ela tinha feito e a partir daí eu passei a fazer em casa. Não era em vasos mas em espacinhos de terra que estão lá e meso agora quando for a minha casa vai encontrar cebola misturado com flores e no sei lá.... por que porque temos espaço para fazer mas você vai encontrar alguém que tem grandes terras mas que está morrendo de fome. Por que? Claro que não chove. Sim, mas tem algumas

plantas que resistem a seca e podem ser reaproveitadas. Tem uma plantinha que abunda mesmo no Chamanculo, Maxaquene, não sei que, você encontra....

P: a tseke está em todo sitio...

R: a tseke está em todo sitio... mas existe uma outra plantinha ... onde tem quintais de caniço ou de espinhosa você encontra essa plantinha. É uma trepadeira. Conhece. Se eu disser que é esta aqui você vai reconhecer. É só passar por um lugar onde tem quintal de espinhosa você vai encontrar uma trepadeira exactamente na espinhosa com folhinhas assim pequenina .... uma vez levei o engenheiro Micavo para lá em casa em Massinga. Quando eu estiver lá minha tia sabe que tem de fazer para eu comer ou em forma de chiguinha ou misturado. é uma plantinha que todo mundo ignora mas é alimento puro que nós chamamos de chidocomelani .... é uma planta alimentícia muito boa. A primeira vez que eu comi era adolescente e era num ano em que havia muita fome. A minha mãe passou a fazer isso e todas as pessoas faziam mesmo sem amendoim, era só xitsakato. A ordem na minha casa é de não cortarem aquela plantinha, podem cortar todo tipo de capim mas não aquela plantinha porque é um alimento. As minhas tias e as minhas irmãs não comiam mas agora comem. Ya. Então, nessa vez que fui com o engenheiro Micavo, minha tia fez aquilo. Jantamos e eu perguntei ao engenheiro que prato é esse que você comeu e ele haam, você está a brincar comigo, isto aqui é nhangana (risos) eu ri e a minha tia também riu. É nhangana isto? Ele sim, você não conhece nhangana? Eu disse não é nhangana isso. Não é nhangana o que é isso? Não não é nhangana, amanhã vou te mostrar. Então, de manhã eu levei, fui tirar a plantinha na machamba e mostrei e ele é isto que comemos ontem e eu sim, ele ele mas temos em Maputo isto e eu sim, eu sei que existe em Maputo. Existe em Maputo mas ninguém pensa que aquilo se pode comer. Claro que aqui na cidade eu não arranquei porque por vezes maltratam as plantas mas nas minhas pequeninas machambas eu preservo. Você comendo aquilo sai com a sensação de que comeu nhangana. Sabe a nhangana mas não é nhangana. Aquela plantinha também pode se arrancar as folhas e deixa-se secar da mesma forma como se arranca nhangana e deixa-se secar ou matapa deixa-se secar, aquilo que nós chamamos, na minha língua, mufussa. Então aquelas folhas podem ficar um ano, é só colocar na panela e cozinha ou então põe na água e aquilo amolece. O peixe seco. Então existem formas de combater a desnutrição, sim, não por falta de comida porque pode haver falta de comida exactamente arroz, carne e não sei que para quem não cria mas alguma coisa para matar a fome existe.

P: e então, o que dizer sobre a questão de acesso à informação porque parece que nos argumentos do Dr. percebi que, naquilo que eu dizia que aqueles que detêm a informação, os líderes tanto dos governos e outros, não partilham certas informações com as comunidades rurais. O que dizer então do acesso à informação exactamente nas comunidades rurais e em particular as moçambicanas?

R: eu acho que o acesso à informação depende dos dois lados, não só do lado dos líderes mas também das próprias comunidades em ter vontade de saber e ter vontade de aprender. Claro

que não vai aprender aquilo que nunca ouviu falar, sempre tem de ouvir alguém ou ver alguém fazendo e aí se interessar. Mas a responsabilidade maior está exactamente com os líderes de, naquilo que eles exactamente dominam como conhecimento poderem partilhar. E as vezes esse partilhar é que fica difícil porque nos moldes antigos os líderes juntavam, tocavam tambor e toda a comunidade ia sentar e alguém falava. No meu tempo de adolescência, no tempo colonial, havia época de obrigar as populações a fazerem machambas de plantação da mandioca porque exactamente teriam a própria mandioca, a matapa, teriam rale e por aí em diante. Era obrigatório, como também era obrigatório fazer machamba para a produção de algodão, claro que algodão não se come, vendia-se para ter algum dinheiro mas aí a plantação de mandioca não é como agora que plantamos mandioca e algumas alguns hectares e hectares quando você vai para Inhambane, por exemplo, porque há uma utilização dessa produção para a produção de cerveja. Ano passado há havia isso, ninguém pensava até, era mesmo para alimentação mesmo, fazer rale e a própria mandioca para cozinhar para se alimentar e tudo mais. E por que? Porque queriam que as pessoas tivessem um pouquinho de machamba onde tivesse mandiocas e garantiria, no entanto, a alimentação em casa mas hoje para dizer vai fazer machamba ninguém quer mesmo tendo machamba, tendo terra. Quando você sai daqui vai encontrar terras e terras não cultivadas, principalmente quando entra para o interior onde vai encontrar até casas abandonadas.

P: quais são as causas disso?

R: ehh, ehh, o novo nem, que é encontrado na cidade. Então, se eu for para cidade não vou mais pegar na enxada e então vou vender qualquer coisa para sobreviver.

P: então, é medo da enxada ou é medo de trabalhar?

R: é medo da enxada. Por que? Porque trabalhar ele pode fazer na cidade também, a enxada em si que é exactamente o trabalho que existe que pegue na enxada. A enxada que vai lhe sujar. A enxada que tem tem muita coisa. Por que? Eu, por exemplo, vim parar em Lourenço Marques na altura, em 1967, terminei a minha 4ª classe. A minha vontade era de continuar a estudar porque lá não havia escola para permitir que eu continuasse. Talvez se tivesse escola para continuar até ao nível médio lá na zona e quem sabe até universidade, talvez não teria saído. Mas não havia nem o chamado ciclo preparatório depois da 4ª classe, então tinha que me deslocar ou para Inhambane ou para Maputo. Inhambane havia uma escola do ciclo preparatório mas não havia em Maxixi, em Massinga ou em outro lugar e então, ou vir para Maputo, ou ir para Inhambane. Não fui para Inhambane, por que? porque não tinha, não conhecia ninguém que pudesse me acolher mas em Maputo já conhecia algumas pessoas que até já haviam estudado comigo. E conhecia em Maputo a minha professora que estava em Massinga, em Rio das pedras, vindo de Maputo, transferido para trabalhar lá chamada Isolina Parafina Manhiça. E que mais tarde quando vim para Maputo eu acabei conhecendo a casa dela que fiava bem próximo ao mercado de xipamanine. Então, é isso, as pessoas vão, saem do campo muitas vezes a busca de formação, a busca de um bem melhor que é exactamente

trabalhar e ganhar dinheiro e porque não querem mais continuar a mexer com a terra, com a enxada e tudo mais.

P: e o que é que dá mais bem-estar, é o dinheiro ou é trabalhar na machamba em termos de ....

R: eu acho que tudo gira em torno do dinheiro nem, mesmo trabalhando na machamba (risos) ... o fim é de o excedente vender para ter dinheiro para ir comprar sal, para ir comprar açúcar que não dá para fazer em casa. O dinheiro mexe em tudo.

P: então esta liberdade de acesso à informação depende muito mais de quem produz a informação?

R: de quem produz a informação. Muito mais de quem detém a informação. De quem detém a informação, daí que se diz que quem detém a informação é rei porque só ele é que conhece as coisas e fica com ele e morre com ele mas não partilha com ninguém e quando partilhar a informação, aí a sua riqueza do conhecimento ....

P: e em termos de manipulação? É sabido que em muitos meios há uma tendência de produzir a informação a partir de quem detém o poder de produzir essa informação e financiar a produção dessa informação. E como é essa mesma situação nas RCs nas zonas rurais? Há essa tendência de esses fazedores de informação manipularem a informação para o benefício de alguns?

R: existe um livro de Ciro Mascondes Filho da Escola de comunicação e artes da USP com o título “quem manipula quem” isso porque ele, na sua pesquisa, muito se falava de que quem manipula a população é são os meios de comunicação e ele discute no seu livro que não são os meios, os meios de comunicação não esto para manipular, pelo contrario, estão para passar a informação que não é detida pela comunidade e recolhe d comunidade e devolve para a comunidade. O meio de comunicação não detém a informação porque é um canal da divulgação da informação. Então, a detenção da informação está com quem tem a informação e não com os meios de comunicação (MC) porque os MC é uma rua. A informação passa só que é tratada para ser repassada. Então, a manipulação em si não é feita pelos MC mas porque a partir de quem recebe informação. Que leitura eu faço dessa informação. Porque se eu chego a conclusão de que esta informação não é propícia para mim, eu não vou. Mas porque eu leio aquilo que o informador escreveu ou divulgou e me sinto atraído e me convenço de que aquela é que é a melhor informação, então, eu é que sei do sobre o ser ou não melhor. Não é o órgão de comunicação. Claro que, porque o órgão de comunicação tem poder exactamente de atrair leitores, de atrais espectadores, de atrair telespectadores acabam dizendo que o órgão está manipulando a opinião mas que na verdade a opinião ela tem que ser conhecida por muitos porque se você tem uma opinião e fica consigo pode matar pessoas porque a sua opinião, a sua informação podia ajudar em salvar outras pessoas só que depende da forma como você transmite essa informação e como é que eu recebo essa informação e decifro essa informação. Daí a pergunta, quem manipula quem? Porque a população também

pode manipular os MC dependendo de como passam a informação para o jornalista, para o comunicador e por aí em diante. Mas a verdade tem poder de manipular, o MC e daí que chamam de quarto poder porque tem poder para isso de até fazer com que o chefe do estado caia, como já havíamos visto por aí assim. Porque o poder da palavra é maior daí que as religiões estão aí por causa do poder da palavra que outros falaram e que outros escreveram e nós outros estamos consumindo e que até adoptamos, aliás, rejeitamos os próprios santos nossos para adoptarmos os santos dos outros (risos).

P: e olhando para aquilo que nós estamos num contexto geral, Dr. falou de dois modelos de comunicação que visam desenvolver, ou seja, dois modelos de comunicação, um para rural e outro para as cidades. E como é que nós podemos integrar, por exemplo, os modelos de desenvolvimentos, no sentido geral. Os modelos macros que são usados pelo governo. Será que eles conseguem atingir aquilo que são os objectivos propostos?

R: ya. O atingir os objectivos propostos ou não...

P: estamos a falar, por exemplo, das vilas do milénio...

R: sim. E é preciso haver um trabalho de avaliação. Um trabalho de avaliação para perceber se aquele modelo foi exactamente adoptado pela comunidade e que resultados positivos trouxe para a comunidade. Porque muitas coisas podemos implementar em Moçambique a partir de de das experiências de outros e que tem sua cultura e que levaram tempo exactamente para aplicar isso e nós queremos chegar e prontos, boom, vamos fazer isto, para uma comunidade não preparada para isso. Então, tem que haver um processo de avaliação para se aferir se de facto o projecto ou o modelo aplicado para as vilas de milénio é o adequado ou não. Como também chegou-se a, no passado nem, de se implementar as chamadas aldeias comunais que alguns aceitaram e outros rejeitaram que houve um trabalho de tirar as comunidades dos seus locais de origem para se aglomerar em determinados lugares porque lá teriam todas as facilidades que era um projecto de nascimento de novas cidades que se tivesse sido adoptado e aceite e implementado aquele processo de implantação das aldeias comunais hoje teríamos muitas cidades. Teríamos muitas cidades. Ya, mas ou foi a forma como foi transmitido para a população e a população não percebeu e daí que não aceitou ou é a forma como foi impingido nas pessoas como se fosse uma espécie de xibalo de pegar toda gente e vão. Então, houve um certo erro, talvez na aplicação ou implementação das aldeias comunais. Então, as vilas de milénio também podem ter esse tipo de problema se a a a implementação dos projectos não for ao encontro da realidade local e não ter sido bem informado, divulgado e não não ter sido bem percebido também. Então, tem que haver uma avaliação. Um estudo avaliativo em que se pega a partir do início da implantação das vilas do milénio, ver o percurso e ver os resultados.

P: a trajetória na verdade tem que ser esta aqui porque a tese vai ser valida quando eu for a mostrar a utilidade da sua da tese. O supervisor até havia dito que tenho de mostrar o que é e o que não é e é por isso que estou a tentar ver se consigo fazer isso. E a nossa entrevista termina aí porque ... eu até sinto que as aldeia comunais deviam até ter sido um conceito

melhorado e aparecer as vilas mas parece que foi importado. Na verdade havia financiamento enquanto que as aldeias comunais não tinham financiamento. É uma coisa dos próprios moçambicanos. Será que foi abandonado por falta de dinheiro, apenas trabalho e produzir para comer. Mas as vilas de milénio tem financiamento onde se ganha dinheiro... pode ser por causa disso que em algumas vilas que tem bom financiador atingem bons resultados enquanto em outras não tem bom financiador os resultados são negativo. O que é que nós queremos? Queremos ser financiados ou queremos ser autossustentáveis?

R: e o que fica quando termina o financiamento ...

P: exactamente

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **1.4. Mário Marrengula, entrevista realizada a 25 de Fevereiro de 2020).**

**Pergunta:** boa tarde Dr. Eu estou a fazer doutoramento em C4D em Barcelona, mesma área do Dr Nhanale, na UAB. Estou a falar da C4D na minha pesquisa que é uma das suas áreas de pesquisa. Então estou a analisar três projectos: a vila de Itoculo, a Vila de Chitima e a Vila de Chibuto. Então, lá tem muita coisa que me interessa que ser um projecto do governo que financia a comunidade no âmbito do desenvolvimento. Eu estou a analisar o âmbito da comunicação no sentido de perceber até que ponto as vilas do milénio incentivam ou criam condições a difundir informações para fornecer informação que eles tem no âmbito do desenvolvimento. Então, a ideia aqui é perceber, por acaso no meu mestrado olhei uma vila que era de Chibuto em Gaza e naquele contexto acabei percebendo que eles não tem uma componente pratica sobre a comunicação e é por isso que a vila em algum momento ela não consegue observar as questões do desenvolvimento como tal, há um regresso ao invés de haver progresso. Eu senti isso e infelizmente não consegui entregar o relatório final ao agentes lá por razões que, eu depois fiquei muito chateado com eles porque não foram sérios, não valorizaram o meu trabalho mas agora eu fui mais para além, ao invés de analisar uma só estou a analisar três. Porque, porque eu percebi que a vila de Chibuto é uma vila que não se desenvolve, por acaso estava em falência em 2012 e em contra partida, tem uma vila de Itoculo que está em progresso. Eu quero fazer uma comparação. Na verdade nem é fazer uma comparação mas é que no fim irei comparar. Não estou a usar o método comparativo mas no fim irei fazer uma breve comparação para perceber o que está a acontecer para uma das vilas. Eu não sei se Dr conhece as vilas mas não é este o caso. O que eu quero conversar com Dr é nesta componente sua que é a pesquisa sobre a C4D em todo o seu progresso, experiencia que tem vindo a que já acumulou que pode contribuir de certa forma naquilo que vai ser a tese no fim, as descobertas que podem vir a sair por que porque com a entrevista eu irei usar como se fosse uma revisão de literatura que não existe naquilo que são as necessidades, existe sim, mas naquilo que é a prática moçambicana não temos. Então, a ideia é perceber do dr se uso alguns termos, algumas partes da sua experiencia para que possa no fim fazer isso no contexto das vilas no sentido geral.

**Resposta:** ok. Muito bom. Quanto tempo nós temos?

P: 30 minutos, pode ser.

R: pode ser reduzido? Por que estou a ter, venho atrasado e tenho de ir para outro encontro.

P: não tem problemas, podemos discutir e vamos ver ...

R: podemos, se não pudermos levantar outros aspectos podemos ver como ...

P: sim, não tem problemas, podemos arranjar outra forma e momento. Eu até tenho um modelo que questões mas não o uso de forma rigorosa devido ao tipo de metodologia.

R: mas se mandasse essas questões ...

**P:** é que estas questões não tem. Em algum momento o que eu preciso não está no questionário, apenas serve de guião. Eu vou perseguir as suas falas porque o que quero está no seu discurso. Acho que podemos explorar mais a sua experiencia para ver se possa usar isso como....

R: Parece que há uma coincidência de coisas, eu estou a vir agora de um encontro com membro da empresa Total que está a explorar uma das áreas lá em Palma. Estão a explorar uma das áreas em Palma e fizeram lá uma vila de reassentamento. Dia 7 vão entregar uma nova vila de reassentamento da população e uma das coisas que estava a falar para eles era chamar atenção sobre alguns aspectos que tem a ver com desenvolvimento e na área de comunicação que estamos a falar, é uma área que grande parte dos projectos negligenciam ou se a tratam não a tratam como ela deve ser porque tem muitos aspectos envolvidos nisto e se for a verificar grande parte desses, bom começando por aspectos muito práticos que tem a ver com a participação da da dos beneficiários de qualquer projeto, não é, se formos a verificar muitos projectos, primeiro não consideram a área de comunicação como uma das áreas fundamentais para o desenvolvimento de uma comunidade, de qualquer sociedade, não temos esta apreciação mas nós sabemos porque esta é uma nova área se olharmos no numa maneira muito geral, as ciências de comunicação é uma das áreas muito recentes, não é, e só agora é nós, em Moçambique precisamente ainda precisamos muito de perceber até que ponto esta área é muito fundamental para o desenvolvimento das nossas comunidades até das empresas.

P: neste caso, por exemplo, como é que o projecto deve ser implementado?

R: e então, este projecto nós fomos chamados porque eles estão interessados por uma área de inclusão financeira porque também o que nós estamos a prever é a comunicação, quer dizer, não tem nada mais do que, não é, levarmos a comunicação e aplicarmos todos os modelos que nós sabemos para apoiarmos o desenvolvimento daquela comunidade, ok, então eu estava a dizer que estou a vir de um encontro onde estão a discutir aspectos ligados ao desenvolvimento da comunidade onde criaram uma infraestrutura nova, estão a tirar pessoas de uma de um lugar para o outro....



P: de um sítio para o outro...

R: de um sítio para o outro. Estão a reassentar as pessoas mas tem coisas que não foram acautelados. Eu chamava atenção e o senhor lá acabou dizendo que precisamos de vos incluir neste processo porque tem elementos que não, eles nunca tinham pensado. Todo mundo pensa na educação formal, pensa no (risos) nos serviços de saúde e tudo e esquece e eu chamava atenção para eles que olha, a daqui há dois três anos, se não respeitar alguns dos modelos não é, que estão plasmados nos modelos de desenvolvimento, não é, eh eh eh e ligados a comunicação, eu dizia para eles, daqui há dois anos vocês terão as pessoas até a revoltarem-se contra o projecto, percebe nem, porque tudo o que vocês colocaram lá, até mostrou as casas, hospital, o mercado mas ninguém está a usar não é. Estão preocupados e querem fazer o lançamento e pois é, porque vocês não respeitaram alguns princípios que tem a ver com digamos com a até a de comunicação que é a participação das pessoas em todo esse processo. Isso é comunicação, estas a perceber não é? Todas as decisões que são tomadas elas tem que respeitar, tem que incorporar não é a a a participação das pessoas. Você sabe disso, as teorias de mudança de comportamento também explicam isso, não é, se um, se uma decisão, ainda que seja boa, não é, ela não vem do próprio beneficiário, ou o beneficiário não participa da sua tomada a implementação dessa decisão, ainda que seja boa, não ela não vai acontecer e e e e este vazio, digamos de comunicação é extremamente, tem se verificado como um dos desafios em quase todos os projectos, acredito que esse que você visitou também tem exactamente o mesmo desafio. Então, quando a gente fala de comunicação muita das pessoas estão a olhar para os meios de comunicação social que estão a falar, do jornalismo, que é um dos elementos importantes não é, é uma das ferramentas que permita ou que permite que haja um diálogo participativo e tudo mas vai para além de um meio como tal, estas a perceber nem, então são esses elementos que nós precisamos olhar quando a gente fala de C4D, não é. Há uma imposição de culturas deixe me dizer, há uma imposição de culturas (risos) externas não é ou estranhas ao meio não é e que esse processo também não é acompanhado de um plano de comunicação para que se viabilize tudo aquilo que nós queremos em prol do desenvolvimento da comunidade. Esses são os principais, não é, desafios. E acredito que nos três projectos que você analisou se olhar com atenção este é um dos grandes problemas que nós temos.

P: e diz que a comunicação vai mais para além dos meios. Para além dos meios então significa necessariamente que ...

R: então, quando digo que a comunicação vai para além dos meios é que muita das vezes quando a gente pensa na comunicação estamos a olhar para o meio estamos a dizer, vou colocar uma rádio lá e eles já vão, embora... Colocar o meio. Então, a os conteúdos de comunicação e a forma como nós fazemos esta comunicação conta muito mais, não é, acho que tem percebido que vários programas hoje em dia estão a adoptar outros modelos, outras abordagens, não é, eh eh de comunicação para fazer com que a a a os beneficiários dos

projectos sejam parte das decisões ou tomem parte das decisões que são tomadas. Acho que já ouviu os modelos da Johns Hopkins, por exemplo, introduziu os tais diálogos comunitários que é uma plataforma e se for a verificar, em zonas onde as pessoas tiveram acesso a esses modelos, mesmo depois do fim do projecto as pessoas disseram não, nós queremos estender este modelo não é para discutirmos outros assuntos que não tenham nada a ver com a área de saúde. Temos criminalidade, não aceitaram umas questões que as pessoas levantam na a nível da comunidade, temos questões a nível da criminalidade que nunca tivemos um espaço para discutirmos, aliás, este é o grande vazio que tu encontras entre entre estou a fazer da grande parte dos nossos países em vias de desenvolvimento e alguns países também em, desenvolvidos é o grande vazio que tu encontras não é, no relacionamento entre o governo e a população. Quer dizer, os mecanismos de de de transmissão de tomada de decisão não permitem que o cidadão se sinta parte desses projectos por isso que grande parte dos projectos acabam falhando. Acabam falhando, vou lhe dar o exemplo prático que acontece em muitas localidades onde temos o governo a fazer um esforço grande. Coloca lá um uma escola, por exemplo, com todo o equipamento necessário em termos de de cadeiras e do do, coisas do último grito. Vamos lá, dois meses depois vamos perceber que um membro da comunidade tirou janela, aquelas cadeiras já não estão lá, não é, e, só para citar algum discurso do presidente que sempre tem, na inauguração dos dessas infraestruturas escolares não é, cada membro da comunidade tem que digamos, ser o vigilante desses materiais que estão aqui, não queremos vir apanhar coisas, mas tudo isso por quê, porque há um vazio grande no que tange a comunicação e a tomada e uso dos recursos da comunicação disponíveis para fazer com que as pessoas sejam parte da governação. Para que as pessoas façam parte da tomada de decisão de assuntos que tem a ver com a sua vida.

P: e para que as pessoas participem é preciso o quê?

R: então, é por isso que estou a dizer, é por isso que repisei isto que tem vários modelos, não é, e abordagens que nós temos, não é ahhh, temos a estrutura do governo. Primeiro temos que assegurar que a estrutura do governo seja uma estrutura dialogante, quer dizer, que tenha mecanismos de diálogo não é, com a comunidade, quer dizer, o chefe do que seja, chefe do quartirão, de 10 casas não pode ser uma pessoa que só está para ir dar ordens, olha, o governo está a dizer para fazermos isto, percebe nem, a partir de hoje as coisas tem de acontecer desta maneira. Ahh ainda que sejam coisas benéficas para a própria comunidade, é preciso transformar, portanto, transformar essas decisões em decisões que mexam que façam com que as pessoas sintam que também são parte dessas decisões. Infelizmente esses mecanismos não estão a acontecer mas e se formos a pegar experiências de de algumas organizações da sociedade civil nós vamos perceber que tem desde escutas, não é, comunitárias, a escuta comunitária é um dos mecanismos de, não é, de comunicação entre, entre entre as partes envolvidas num determinado problema, não é, e que esse esses mecanismos não são aproveitados pelo sistema, não é, de gestão, não é, do do Estado, no nosso caso, não é. Então são esses mecanismos que nós precisamos não é, trazer a tona para

que as pessoas possam de facto, não é, e a comunicação possa trazer o seu impacto a nível do desenvolvimento no nosso país.

P: e como é que o governo, por exemplo, uma empresa, ou um projecto deve se comunicar com o público?

R: bom, na área de relações publicas nós temos vários mecanismos de de de comunicação, não é, com os diversos públicos. Portanto, as empresas tem vários mecanismos, não é, nós sabemos, dependendo do público-alvo, tem vários mecanismos, os encontros fazem parte disso, os boletins, os vários materiais como os boletins, os pequenos jornais, a internet hoje em dia, as redes sociais restritas para o público que interessa, são os vários mecanismos mas nós estamos a falar hoje, estamos a falar, quando falamos de C4D estamos a falar de amm, estamos a olhar, primeiro para um público diversificado. Estamos a olhar também para um público que tem uma limitação em termos de de acesso a algumas a algumas, a alguns recursos de comunicação, não é, algumas fontes de comunicação. Então, estamos a falar o que estamos a dizer é que o governo e todas as instituições que gerem programas de desenvolvimento devem encontrar os melhores mecanismos, não é, para estabelecer uma ligação, estabelecer uma relação com os públicos beneficiários do programa. É isto que estamos a a, no nosso país se olhar para o nosso país que está a falhar. Temos pessoas que estão a comunicar, primeiro que não são da área, não são da área de comunicação, usam a comunicação não de forma eficiente, não é, e temos também, vou voltar, por exemplo, para aquilo que estávamos a dizer e você estava a dar retorno das empresas que estão a explorar os recursos aqui em Moçambique que eles não tem isto como parte do seu plano. Não é, a comunicação muita das vezes em Moçambique e em algumas partes do mundo é chamada quando somente há problema. Estás a perceber, não é, não é parte do desenvolvimento. Eu tenho certeza de que dos três projectos que você estudou se quisesse saber, não é, ou olhar para o plano de estabelecimento dessas vilas ou cidadelas vamos perceber que a comunicação não era parte não é, desses projectos, não é, todo mundo estava preocupado em colocar infraestruturas, questões que tem a ver com atitude e comportamento das pessoas, essas questões são colocadas, são negligenciadas e só a comunicação é chamada quando há um problema, quando se percebe que há um problema aqui, há um vazio de comunicação não é, e que gerou um conflito, a comunicação já é chamada. Mas é chamada para resolver aquele problema e muita das vezes não é chamada para a de forma estruturada, não é, de forma a intervir mas é chamada para acalmar aquele problema que nós temos não é e não há espaço para um planeamento estratégico, um planeamento estratégico que permita que a comunicação seja o não é, o motor de desenvolvimento, não é, em todos os aspectos. Estamos a falar de todos os aspectos da vida do indivíduo, saúde, educação, não é, cidadania, em todos os aspectos, então, não é possível nós termos o desenvolvimento pleno se nós não considerarmos esta área, ainda que seja nova não é, um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento de qualquer que seja o projecto tem o que mexe com a vida das pessoas.

P: e quando há problemas, disse aqui que chamamos a comunicação quando há problemas. Neste caso, por onde é que começamos, por exemplo?

R: bom, am, são vários aspectos. Quando nós estamos perante um problema dependendo das sensibilidades nós não temos aquele cuidado de nós sentarmos e aprendermos a origem do problema não é, carregamos aquilo que nós achamos que são as soluções e vamos lá no local não é. Nós mitigamos sim, as consequências daquele problema mas nós não combatemos por isso que estava a dizer que não temos, quando há um problema, a a comunicação é chamada para apaziguar não é, mas não se usa esta oportunidade para fazer um planeamento que permita tomar e delinear acções da comunicação que possam, primeiro prevenir situações semelhantes e em segundo lugar, a a a prever situações não é, e trazer as melhores soluções para o problema. Percebe nem, então, estamos perante uma situação em que a comunicação é chamada, por isso é que muita das vezes até quando não se consegue resolver o problema é que a culpa a é que comunicação não funciona, percebe não é. Já percebeu que há cursos agora sobre planeamento estratégico que permitem digamos, não é, onde o envolvimento da comunidade, portanto, o envolvimento dos beneficiários é um elementos fundamental. Então, a comunicação estratégica, se for a verificar, ela nos permite não é, a definir aquilo que são as nossas prioridades e permite também que reduzamos tudo aquilo que possa contribuir para o o, porque esta comunicação, portanto, para que este projecto de comunicação que estamos a desenhar atinja o seu objectivo. Esse é o principal objectivo.

P: então, as melhores soluções, como é que nós podemos trazer em caso de ...

R: uma das primeiras soluções que eu sugiro tem a ver com a participação da comunidade, como eu disse, participação dos beneficiários em todo o projecto que nós desenhamos para o desenvolvimento da comunidade, desde os seus anseios, a questão dos recursos da comunicação que a população usa porque nós precisamos, todo o plano de comunicação tem de ter se socorre dos recursos não é, existente, não é, e então, todos esses aspectos são fundamentais para ajudar a crescer, portanto, a resolver todos os problemas da comunicação e também atingir aquilo que são o os objectivos do projecto de desenvolvimento.

P: e como é que, por exemplo, podemos responder a uns anseios que são diversificados em uma comunidade em que temos vários jovens, por exemplo, com falta disto e com falta daquilo ou reclamam isto e reclamam aquilo, como é que nós podemos, de uma forma unânime resolver a este problema usando a comunicação?

R: então, uma das coisas que dentro desta questão da participação da comunidade na tomada de decisões porque resolve-se, portanto, é a definição das prioridades. Se eu lhe perguntar, por exemplo, agora, só para ver que há um *gap* de comunicação, se eu lhe perguntar quem disse que aquela população que está numa comunidade e estamos a tirar para outra, quem disse que pra para ela, para o o ....

P: o essencial ...

R: o essencial é uma estrada asfaltada, por exemplo? Quem disse que para ela o que é importante é uma casa digamos, construída naqueles moldes que nós colocamos, quem disse? Percebe nem, quando eu falo desta questão da participação é para perceber que a definição das prioridades, não é, porque a comunidade, ainda que seja analfabeto, tem o ser humano é racional, não é, é preciso que conduzamos as pessoas a reflectirem e a fazerem uma análise daquilo que são os principais problemas e também trazer algumas hierarquias, separar e trazer prioridades não é, porque nem tudo, aliás as comunidades, sabe nem que não é de um dia para o outro que se resolve que se constrói e se termina uma casa, não é, tem etapas que precisamos seguir. Então, dentro desta comunidade que nós temos ou dentro de uma comunidade que onde temos um grupo heterogéneo, é possível encontrar aspectos que são comuns e é preciso encontrar aqueles aspectos que travam o desenvolvimento da comunidade, ainda que estejam centrados num grupo específico, por exemplo, de jovens é possível a gente priorizar e dizer olha nós temos identificado que o desemprego dos jovens contribui para a criminalidade, vamos resolver este elemento e depois vamos entrar na habitação, percebe não é? E ainda sem muitos, quer dizer, sem avultados recursos financeiros é possível dizer então, como é que nós podemos resolver esse problema de desemprego. Nós temos recursos lá como a terra disponível diferentemente dos outros países, é possível conduzir a comunidade a encontrar soluções locais até mas é preciso que haja esta, a comunicação seja chamada a desempenhar o seu papel, não é, e temos, não temos, infelizmente, facilitadores porque um dos elementos fundamentais é encontrar facilitadores dos processos e aquilo que nós temos nas nossas estruturas não é, consideradas administrativa, nós temos pessoas que não são facilitadores, são pessoas que, não sei por influência do dos vários sistemas e que te também da história de Moçambique, estão lá para darem ordens. Percebe não é, estão lá para ditar o que as pessoas tem que fazer e uma das coisas que estou a dizer aqui, a questão da participação, (...) o ser humano não gosta de ser, criança e adulto não gosta de ser dito o que tem que fazer porque ele parte-se do principio que é um ser racional. Ele pensa, vê ouve, sabe o que é bom porque fez parte da educação ainda que seja prejudicial, para ele se aprendeu que aquilo é bom, ainda que seja prejudicial do ponto de vista nosso enquanto enquanto pessoas do outro nível para ele é benefício até até até provarmos o contrário que não, isto tem essas consequências é quando a pessoa vai vai vai digamos, perceber e construir tudo que possa não é, fazer sair daquele daquele pensamento.

P: e em termos de experiencia....

R: então, estava a dizer agora que o nosso sistema, infelizmente não temos facilitadores, não é, se for a perceber na história do mundo inteiro, a questão de lideranças, os líderes são facilitadores. Estamos a falar mesmo na nossa história, história da África do Sul, o Nelson Mandela foi um facilitador, não foi um ditador, não. Não é, foram pessoas que usaram as habilidades de facilitação para facilitar processos, não é, foram pessoas que usaram os seus para facilitarem processos e nós não temos, é esta capacitação que eu acho que tem que se considerar quando nomeamos pessoas para cargos técnicos como desenvolvimento. O líder

local, do meu ponto de vista, o chefe de 10 casas, o secretário do bairro, esses devem ser vistos como facilitadores do processo de desenvolvimento porque toda a agenda do governo, todos os planos quinquenais de todos governos do mundo inteiro visam desenvolvimento, não é, mas se os seus actores não são capacitados para este efeito, com ferramentas próprias para negociação, tomada de decisão, que tem a ver com comunicação, nós não podemos chegar ao objectivo principal de todos esses planos que nós temos.

P: falou de uma questão muito interessante, esta questão dos chefes dos bairros, dos líderes comunitários e chefes de 10 casas, como é que devem ser identificados? São pessoas que devem ser identificadas pela comunidade ou se for pela comunidade, qual seria o critério básico para que possamos dizer que este indivíduo merece ser um líder que vai conseguir juntar a comunidade como um todo?

R: bom, são vários os aspectos que concorrem aí. Um dos aspectos para a identificação desses facilitadores é o, eu chamo de facilitadores de todos os processos por quê, porque ainda que seja pastor, sei lá, secretário, é um facilitador de um processo, não é, seja ele religioso ou político ou processo do desenvolvimento comunitário, não é, para mim são facilitadores. A sua identificação tem alguns aspectos. Primeiro tem a questão da legitimidade, o segundo aspecto tem a ver com a questão da da da habilidades da pessoa para exercer, digamos, este processo de facilitação, ok. Então, se nós olharmos para a questão da legitimidade, a legitimidade é uma questão que se constrói também. Alguns pegam a questão da legitimidade e colocam em primeira mão. Eu colocaria em segundo lugar. Porque é uma questão que nós construímos. Ninguém sai legítimo. Alguma coisa foi feita para legitimar um determinado uma determinada pessoa como, sei lá, a pessoa que nos orienta em determinados assuntos, como assuntos religiosos, sei lá, tradicionais, por aí assim. E este processo é construído, como estou a dizer e pode se desconstruir também, é possível desconstruir. Mas este processo de liderança, este processo de facilitação já exige, também que é construído mas é mais complexo do que do que a a legitimidade também, a construção da legitimidade dos indivíduos, ou a legitimação do indivíduo. Am, este. Exige algumas habilidades que não a a que dificilmente você encontra em todos os indivíduos. Percebe, nem. Por isso se olhar para alguns programas, alguns programas aqui, eles definem o líder não como sendo o chefe, ou aquele que é indicado, ou definem determinadas características para não é, identificar os líderes, não é. O líder pode ser um vendedor da loja, não é, que não foi indicado por alguém como líder mas ele é líder porque as pessoas o procuram a procuram para determinados assuntos que acham que ele é que pode resolver. Se olhar para alguns programas, alguns programas de saúde, eles foram muito mais longe neste conceito de liderança não é, am dos programas do desenvolvimento porque eles foram lá, encontraram um jovem que não é, não é, não tem nenhuma posição a nível da comunidade mas é uma pessoa que quando fala todos escutam, não é. Quando tem uma ideia, ainda que coloque de forma não estruturada, mas todo mundo aceita ouvir e coloca questões, percebe nem, não é, por isso que a gente costuma dizer até nos cursos de liderança que temos líderes que nunca foram para escola, nunca tiveram formação de liderança. Tem pessoas que foram para cursos,

não é, frequentaram cursos de liderança, não é, e que nunca conseguiram nem ser líder não é, como se espera (risos) ou como se esperava. Então, são assuntos que têm a ver com a a com a comunicação como estamos a falar aqui. Se nós queremos levar a comunicação a desempenhar o seu papel que é o papel de desenvolvimento das comunidades, então, são matérias que precisam ser tomadas em consideração.

P: certo dr, então, 30 minutos já se foram e para qualquer coisa vamos falar. Já não ficou muita coisa, talvez uma experiência mas para qualquer coisa posso mandar por email.

R: podes mandar por e-mail podemos interagir.

P: porque o que falta seria em termos de experiencia, o trabalho que foi fazendo, o que v que podia trazer para os outros projectos que podem precisar dessas experiencias.

R: sem dúvidas. Tenho algumas matérias que estou a preparar que o meu amigo Greg que nós editássemos sobre a nossa experiencia em Angola e Gune-Bissau, projectos que tem a ver com comunicação. Nós enquanto especialistas em comunicação temos que advogar isso. A comunicação é a solução de tudo. Eu tive uma discussão com a Dida e eu dizia sabes que tudo o que estamos a fazer é comunicação? E mais tarde ela sim senhora, isto é comunicação. E eu disse o segredo para todos os desafios que temos na vida, passam pela comunicação. Ela quis discordar não mas as pessoas tem de ir para escola mas depois de algum tempo e de trabalho conjunto, fizemos muitas coisas e ela disse já percebi a sua visão.

P: uma forma de sentar para comermos já é uma comunicação (risos)

R: claro! Claro. Nós só por um conceito muito simples, nós somos o que somos graças ao que nos foi transmitido, não é, e foi transmitido ao longo dos tempos pelos nossos, desde a família até onde nós...

P: ok.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **1.5. Felisberto Tinga, entrevista a 23 de Fevereiro de 2020.**

**Perfil do Dr Tinga:** foi jornalista da Revista Tempo por 4 anos. Depois foi ao ICS onde levou 20 anos. Primeiro ficou como responsável pela área de pesquisa e avaliação dos materiais e mensagens do instituto. Depois passou a director de produção. Depois ficou como director geral por 10 anos. Depois foi fazer mestrado nos EUA, em Medinson. Depois volteou a ser nomeado como director do Gabinfo por 8 anos. É também docente, investigador em C4D e consultor em várias instituições publicas e privadas.

P: boa tarde Dr. Conforme eu dizia que estou na minha tese e que neste contexto aqui de desenvolvimento, C4D, é sabido que a C4D é mais efectiva em função daquilo que são os meios de comunicação de massa, em particular a rádio comunitária que é o meio que consegue penetrar nas comunidades e conseguir fazer com que as pessoas tenham

informação. Mas na sua opinião, qual é a diferença em termos de impacto olhando para uma RC e aquilo é, porque há um argumento que diz que o líder comunitário ele tem essa capacidade de levar informação para a comunidade. Então, qual é o meio, na sua opinião que pode ser considerado como sendo mais eficaz e com maior impacto entre a RC e o líder comunitário?

R: rádio e o líder?

P: exactamente, olhando aquilo que é o nosso contexto, porque o nosso contexto, olhando para as questões culturais nós temos uma situação em que nas RCs o que encontramos? Encontramos jornalistas que provavelmente e em muitos casos não são residentes locais e eles não conhecem os contextos gerais daquilo que são as comunidades e depois, por outro lado temos um líder que é um indivíduo dotado de princípios da comunidade e ele conhece os problemas da comunidade. Então, quando é para transmitir um tipo de informação, qualquer que seja, qual é o meio que tem maior impacto. Ou seja entre o meio rádio e o líder quem é entre esses dois tem maior impacto para a comunidade?

R: bem, ehhh, os dois portanto são meios, rádio e o líder da comunidade. Eu penso que cada meio tem naturalmente as suas características e são essas características que poderão até certa forma contribuir para que o impacto também seja diferente, não sei se pode ser diferente ou igual mas dependerá, portanto, da característica desse meio. Bom, uma rádio nós sabemos que tem maior abrangência e para além disso os conteúdos não é que são, que poderão ser veiculados tanto pelo líder comunitário, como a rádio comunitário, de certa maneira podem ser imbuídos de uma, quer dizer, de uma informação, quer dizer, de mensagens que podem ser um bocadinho diferentes também. Por exemplo, e depois temos a questão da abrangência, não é, porque a rádio abrange talvez em termos territoriais maior número de de de como é que vou, de alvo, vou dizer, mas exactamente aqueles interlocutores que podem ser abrangidos pela rádio e depois temos o líder comunitário que pode também abranger maior parte da população mas vai precisar de mais tempo para poder veicular sua imagem em vários níveis até em vários lugares o que poderá ser difícil para abranger portanto, o número de pessoas que poderão ser abrangidas pela rádio. Agora, uma das coisas é que os conteúdos podem ter, vamos lá, por si só, serem os mesmos mas a forma da qualificação desses conteúdos pode ser um bocadinho diferente, a qualidade, em termos de qualidade. Quero com isso dizer o seguinte, que bom os trabalhadores ou os profissionais de comunicação que se encontram na RC podem pegar num assunto relacionado com a saúde, vamos lá e eles fazem um trabalho de pesquisa, fazem um trabalho de auscultação, em fim, também, os profissionais de comunicação social existente lá tem alguma formação, penso eu, então, eles podem encontrar uma série de informações que, por exemplo, o líder comunitário pode não ter, então, o líder comunitário ele vai dizer que bom, fazer em termos de mobilização ele é muito forte com o líder comunitário mas na transmissão, vamos lá do da mensagem e com conhecimento necessário, as vezes a RC ela pode ter mais prestígio por quê porque tem os elementos não é que dizem por que tem que, por exemplo, vir a vacinação enquanto que as



vezes o líder comunitário as vezes pode ter algum défice em termos de informação das, em termos da abrangência do próprio conteúdo, por que é que os adultos, as crianças devem ser vacinados. Isso quer dizer que bom, essas características de RC vamos lá com todo um aparato técnico que é capaz de abranger as pessoas e não só também tem essa parte de da dos conteúdos que podem ser elaborados por trabalhadores ou por profissionais de comunicação enquanto que o líder comunitário ele não tem as vezes essa capacidade de elaborar. Eu estou a falar daquele líder comunitário tradicional, não é, porque pode, daqui há algum tempo, o líder comunitário não quer dizer que não será um individuo que se calhar licenciado, ou formado, pode ser, estou a falar neste momento, neste actual contexto, o nosso líder comunitário ainda tem algum défice em termos de se equipar intelectualmente para poder dar respostas às questões que podem ser levantadas em torno daquilo que nesse momento deve ser desenvolvido, desse conteúdo que deve ser desenvolvido perante comunidade. Então, eu acho que a RC tem de facto um papel visto, um papel preponderante, visto nesse sentido, não é de trabalho de matéria e de abrangência territorial e depois, o líder comunitário tem também naturalmente porque ele conhece, então ele é capaz de penetrar na comunidade apesar de ter que dar informação ou mensagem com algum défice daquilo que deve ser feito da forma como ele pretende que seja feita. Então, ehh, é mesmo isso que posso dizer, eu penso que é o que perguntou qual seria ou o que eu penso sobre desenvolvimento, então eu qualifico os dois contextos dessa maneira.

P: então, a questão da do acesso a informação, olhando para esses dois pressupostos, como é que nós podemos afirmar que em Moçambique as comunidades têm maior acesso à informação? Ou na sua opinião, no sentido geral, olhando para aquilo que é a, hoje em dia em Moçambique temos muitas RC distribuídos em todo território. Em termos de impacto, ou seja, em termos de acesso a informação, o que Dr. acha sobre isso, se essa informação é veiculada, por exemplo, a UNICEF, em parceria com o MISAU tem produzido vários conteúdos e difundem através das rádios e uso das RCs, se formos a avaliar em termos do acesso a informação, o que nós podemos considerar?

R: bom, a RC penso que já só por si é um avanço muito grande em termos de acesso à informação, ehhh porque muitas vezes, como disse no princípio que temos aquilo que são os media tradicionais, a rádio, a televisão, nem, portanto, a televisão pública neste caso e as outras privadas que também tem cobertura territorial muito grande. Então, mas muitas vezes esses meios tradicionais, não é de de comu... de difusão comunicação de massa, às vezes não tem impacto quase que nenhum dentro das próprias comunidades. Chega lá, eles sintonizam a televisão mas os assuntos que são abordados são completamente alheios a determinadas comunidades. Também são as próprias características o meio, eles penso eu que fazem uma difusão geral para o público em geral, não é, não vão para públicos específicos, enquanto que, por exemplo, uma RC já vai atender assuntos a comunidade a assuntos específicos também. Portanto, agora, dizer que as comunidades são informadas pela rádio e esses meios tradicionais, bem, podem ser informados, não restam duvidas porque podem ter acesso, mas o problema está ai eles vão ter acesso mas eles não vão, vamos lá, poder transformar as suas

vidas com base na informação que vão receber numa rádio tradicional, numa televisão tradicional. Por quê? Porque eu penso que quando falamos de C4D é quando nos situamos a comunicação como o factor do desenvolvimento. Factor de desenvolvimento por quê? Porque é algo que possa transformar as vidas, melhorar as condições de vida das próprias comunidades. Portanto, se uma informação chega a uma comunidade e não é capaz de influenciar todo esse desenvolvimento, esta transformação, essa participação porque tem que participar na comunidade, ouvindo alguma coisa, neste caso está a falar da dos programas do UNICEF, para que os programas do UNICEF terem impacto é preciso que de facto sejam compreendidos pela própria comunidade. Então, essas mensagens tem de estar ao nível da comunidade. Também tem de ser feita, as referências da própria comunidade, se vai uma mensagem e está fora dos padrões da própria comunidade, claro que a comunidade não vão entender, vai ouvir e há de saber de uma forma geral, que é o que fazem essas medias tradicionais. Provocam a consciência de que existe o problema mas não provocam na consciência a solução do problemas porque apenas noticiam enquanto que uma RC não, noticia e ao mesmo tempo tenta pegar elementos que podem fazer com que a comunidade entenda o problema e participa na solução do problema e participando na solução desse problema isso significa melhor as condições da sua própria vida. Portanto, C4D para mim é nesse sentido, se não contribuir para a mudança, se não contribuir para a melhoria das condições de comunidade, então ai que naturalmente não há desenvolvimento. Então, eu vejo as coisa nesses sentido, o impacto de uma RC na comunidade no sentido de que ela aprova uma participação, provoca essa consciência de que tem que entender e transformar e participar para poder melhorar as condições de vida mas por quê? Porque uma RC de facto tem que, ao ser formada, ou então, ao montar estabelecer a capacidade de produção de conteúdos temos que atender essas questões de quem é que vai para lá, não é. Portanto o perfil da pessoa que deve participar na produção de mensagem dentro da própria rádio. Como disse, pode ter pessoas que não tem nada a ver com aquele meio ambiente, não conhece a comunidade, as características daquela comunidade e então, se não conhece as características daquela comunidade corre-se o risco de, aquilo que falou da da dos contextos que pegaram um contexto keniano e depois trouxeram ali, trouxeram experiência, vieram, é como se fosse transferir, foi uma transferência de uma experiencia de um lado para o outro contexto mais ou menos diferente. Então, se há alguém que é capaz de ser, trabalhar numa rádio comunitária e estar completamente alheio àquilo que são as características dessa comunidades, os valores dessa comunidade, a parte cultural dessa comunidade nas referencias dessa comunidade, então fica difícil de elaborar uma mensagem que seja capaz de naturalmente exercer alguma influência porque é preciso é o seguinte é que a, a mensagem não pode ir para lá como algo que é para ser consumida e provocar, vamos lá, a diferença e provocar uma transformação na pessoa. Não é assim, penso que estávamos a dar as nossas aulas falamos mais ou menos disso que temos de ver o contexto humano, o contexto humano da pessoa não é, todos os seus valores a sua relação com a natureza, o local onde se encontra e o que é que lá existe em termos culturais que é para podermos elaborar aquilo que são

mensagem à medida, não é, mensagens que tem a ver com o ambiente cultural da comunidade para poder entender se não é um autêntico fracasso. Então, a comunicação é para desenvolvimento nesse sentido se conseguir fazer que seja entendida pela comunidade, fazer que seja entendida para transformar suas vidas.

P: e como é que a comunidade participa na resolução dos problemas locais?

R: bom. De diversas formas, depende cada, vamos ver, de cada tipo, de cada caso, da maneira como, por exemplo, se o caso for da agricultura não vai saber como se posicionar para poder resolver o problema se for de produção, por exemplo. Se for, por exemplo, da área da saúde em vacinação vai saber como fazer dependendo exactamente de como é que as comunidades recebem a informação daquilo que é o objectivo das mensagens que dão. Se eles não tiverem um objectivo bem claro, então aí é que está o problema porque eles não entendem. Eu dava exemplo, a alguns estudantes que nós com os extencionistas rurais vão para o campo e então tem tudo aquilo que viram nos manuais de produção e então o que tem na cabeça, decoraram e fixaram ou que tem nas mãos e chegam ao camponês e dizem que bom, esta questão de fazer culturas associadas muitas vezes não é bom, pôr feijão, mandioca, põe milho e põe tudo então aquilo prejudica o desenvolvimento das próprias plantas e pode não produzir nem uma coisa nem outra, ou o produto que for mais forte debela os outros vão para frente e outros são um fracasso. Então, mas tem, se não explica bem ao camponês, o que é que o camponês vai dizer, vai dizer que não, eu não posso fazer isso porque eu nasci, já os meus antepassados a fazerem isso, o meu avo e não sei que e porque o senhor vem me mandar para deixar de fazer isto, não tem sentido nenhum, eu deixar a prática ancestral para poder seguir o que o senhor diz. Está a ver nem, de facto, ele tem os métodos, a transmissão da ciência aí e então ele não está a conseguir transmitir e então ele apanha essa resposta ou então dizem sim, vão para uma reunião todos levantam os braços e concordam perfeitamente e quando saem daí pura e simplesmente desligaram, não é ou então isso é no mínimo, as vezes vão provocar uma confusão e ruptura das formas de produção da visão de que os camponeses tem sobre aquilo que é a realidade deles e então, desestrutura ao invés de comunicar passam desestruturar toda uma um edifício cultural que existe naquela comunidade e para poder produzir. Eu penso que o que é necessário nesses casos é que o extencionista olhe e vá para o campo e tem conhecimento de saber como transmitir esse conhecimento. Ter de estudar o eu público-alvo e quais são as suas características e muitas vezes isso é por ser que aqui há um grande problema de falta de pesquisa e então, as pessoas vão. Tenho experiência do instituto de comunicação social (ICS) onde fiquei algum tempo, nós nunca, quando digo nós é o ICS, nunca íamos montar um meio de comunicação sem termos aquele sistema de alto-falantes mas antes da alto-falante era escuta colectiva, era rádio que ficava com um dos responsáveis da aldeia que era para escutar os discursos do presidente mas era captada da emissão nacional e então todos há uma determinada hora sabiam de que há relato hoje ou então hoje o presidente vai falar ou então a saúde tem um programa específico sobre a vacinação e então avisava a toda a aldeia para quem quisesse e iam para lá, no centro, punha-se lá a rádio assim alto, ligado e sintonizado e todos ficavam a ouvir, não é.

Então, e depois disso começamos a meter o sistema dos alto-falantes em que essa rádio com um amplificador era amplificado e então a torre com altifalante difundia a informação para toda aldeia. E depois disso nós começamos a ver que isso senão seria de facto o quê uma espécie de um exercício inútil, pomos o alto-falante e não sei quê e pomos o sistema de amplificação sonora e todos estão a escutar mas começamos a ver que o que é que isto tem em termos de mais valia para uma comunidade que se encontra aqui? E começamos a fazer a pesquisa e muitas vezes íamos pôr o meio depois de saber quais as reais necessidades da comunidade, como resolve os seus problemas, como é que articula os responsáveis pelas aldeias mais o governo, etc, as estruturas locais como funcionam, e como é que se comunicam, tudo isso já tínhamos mais ou menos as características daquela comunidade onde vamos implantar o meio e então, aqueles sistema de altifalante é que nos despertou que afinal de contas se não seria uma coisa que as pessoas haveriam de se interessar com o futebol para quem gosta de futebol mas aqueles outros programas relacionados com a área, por exemplo, da saúde, da agricultura e outras áreas também, não haveriam de escutar e perderíamos o tempo. Então, o que é que nós fizemos, começamos a ver que a rádio nacional (a RM) transmitia e o sistema de altifalante reproduzia mas então seleccionamos as pessoas das aldeias ou os responsáveis, se for da saúde íamos buscar um enfermeiro as vezes o curandeiro para aquele assunto, já ser abordado em consoante a realidade local. Então quando já se falasse a partir das 15, 16 horas alguém anunciava que hoje as 18, 19 horas por ai porque os camponeses dormem muito cedo e então, 18 horas nós vamos falar sobre as vacinas e nas vacinas é para falarmos sobre isto mais isto e mais porque a criança que não for vacinada pode vir a ter este problema mais aquele mais aquele então fiquem atento porque sabemos que aqui na comunidade há muitas crianças com esses sintomas e ainda por cima, porque tínhamos correspondentes populares que davam uma volta quando a informação não chega a todos, por exemplo, quando morre uma criança aqui e morre uma outra noutra sítio, então, as pessoas só sabem da criança que morreu aqui e então do outro lado não, e então não é capaz de ver a incidência do problema ai naquela comunidade,. Quando diz que nós já fizemos um trabalho aqui dentro da comunidade morreram nesta semana 5 crianças então, vejam o que é que podem fazer para travarmos esse assunto porque amanhã pode ser a sua criança. Estás a ver nem a maneira como está a ser tratada a questão de vacina que foi difundida através da rádio mas ali já dão esses ingredientes característicos da própria comunidade e da forma como está sendo dada a informação e então a partir daquela hora toda gente fica quieta e ninguém faz barrulho, a criança não chora, ninguém está a tocar rádio não sei de quê e desliga todos querem ouvir e ai já começa o tal impacto daquele meio perante a comunidade e depois saímos dai e formos para os centros de comunicação social que esses já precisam de uma de embrião em que já tinha correspondente e ai já convoca-se elementos influenciistas da sociedade para fazerem debates de diversos assuntos culturais até de entretenimento. Então, quando já a informação começa a ser tratada desta maneira ao nível da própria comunidade, então a comunidade começa a interessar-se pela informação que está sendo difundida a partir daquele meio e então a partir dai que o meio começa a ter um grande

impacto naquela comunidade o que é difícil já com esses outros meios tradicionais que nós conhecemos, já não vão até aí para fazerem tratamento específico.

P: bom, aqui foram as experiências que eu ia perguntar lá para o fim mas não tem problema, foi bom ter dado essas.... e olhando esses factores que influenciam essas mudanças, quais são os principais factores que influenciam a que as pessoas possam aderir a uma certa informação, por exemplo, falou agora na sua experiência sobre a questão da vacinação, a questão de as pessoas aderirem ou não aderirem, quais são os factores que influenciam para isso?

R: bom, são factores culturais, principalmente. Mas o importante é reduzir como dizem os conhecedores da matéria, é tentar reduzir as incertezas sobre um determinado assunto na comunidade, nas pessoas.

P: como?

R: toda pessoa quando recebe informação, esta questão da machamba que eu falei que o extencionista que não deve fazer uma cultura associativa, e então mas a pessoa que está ali sempre desconfia (risos). O homem de campo sempre desconfia. Há vezes que fazem o arrolamento do gado, por exemplo se for na agricultura pecuária, se formos a ver como é que podem dar assistência para o gado resistir a uma determinada cultura mas o camponês desconfia. Uma vez fomos para um camponês e perguntamos se tinha gado e ele não tenho gado não tenho nada e não tem gado? Ele não, eu não tenho gado nenhum nunca me interessei em criar gado nenhum porque dá muita maçada. Entretanto, um boi que estava do seu não sei que, levantou-se, mas aquele? e ele, tinha me esquecido que tenho (risos). Então, estás a ver nem esses factos todos que revelam que eles têm um *background* de conhecimento e de julgamento da sua própria vida mas não sabe muito bem se está a fazer um arrolamento para que um dia qualquer virem lhe buscar e então ele desconfia. O homem que está a produzir na machamba se diz que não deve cultivar daquela maneira e tem estes mecanismos ou tecnologia para uma boa produção ele sempre desconfia, não vai acatar logo a primeira, quer dizer, não vai assumir isso logo a primeira. então, o que é importante nas mensagens é conhecer, como disse, as características do seu interlocutor, do seu público-alvo, e depois disso e tentar com base nisso reduzir as incertezas que ele tem porque a medida que for a reduzir as incertezas que ele tem isso, a tendência é melhorar a aceitação sobre um a introdução da tecnologia na sua comunidade e então, ele também melhora a sua percepção sobre aquilo que deve se fazer, por exemplo, uma mudança que se pretende introduzir na comunidade, no entanto se ele continuar com as desconfianças, se não reduzir esse nível de desconfiança nunca há de aceitar qualquer introdução com a tecnologia ou uma ideia nova naquela comunidade, não vai fazer isso. Portanto, o acho importante, porque ele tem aquilo que é a base, aquilo que é o *background* sobre a actividade que tem desde há muito tempo e depois tem esses aspectos culturais porque muitas das vezes, bom ele pode pensar que bom, quando morre alguém todo mundo não vai cultivar e você chegar tem que cultivar porque tem que aumentar a produção e produtividade que é aquilo que você

aprendeu nos manuais, e então, tem que saber que quando morre alguém eles ficam três dias sem cultivar, então tu vais lá e violas isso então a partir daí o comunicador é visto como um indivíduo contra a comunidade, contra a própria organização. Como é que morre alguém e os extencionistas dizem que eles não devem ficar três dias porque isso, sei lá isso atrasa a produção e a produtividade porque foi aquilo que aprendeu. Então, esses factores culturais são muito influentes na abordagem de mensagens na transmissão de qualquer outra coisa que seja necessário para essa transformação para a comunidade para o seu bem-estar, naturalmente. Então, penso que essas referências que a comunidade tem tem de ser vistas para não interferir negativamente, portanto, naquilo que nós pretendemos que aconteça na comunidade porque o que é preciso, a comunicação penso não vai, não dita a transformação, não. A comunicação contribui, influencia para que haja transformação. Então, se quer influenciar para a comunidade poder se transformar então, tem de fazer isso, tem de entrar por esses.

P: vamos supor que eu estou numa situação em que as pessoas não aderiram a uma mensagem que o meu grupo difundiu exactamente porque não consegui, na base daquela mensagem, fazer com que eles reduzam as incertezas, o que é que tenho de fazer a seguir de modo a que, pelo menos consiga puxar esses indivíduos, essa comunidade ao meu lado?

R: é o que eu disse, bom no princípio ou a uma dada altura disse que nós muitas vezes não privilegiamos a pesquisa, temos de saber por que é que isso aconteceu só assim é que pode encontrar outras maneiras, outros métodos, você pode desenhar outra estratégia, posso assim dizer, para poder ir, porque senão há de ser desconfiado como aqueles que passaram a princípio e não tiveram nenhum sucesso em termos de transmissão das mensagens que era necessárias para o desenvolvimento da comunidade. Portanto, é fundamental e isso nós não fazemos, quem faz normalmente aqui no nosso país são, eu tenho trabalhado com organizações internacionais, são esses que aceitam isso, esses UNICEF, FNUAP e não sei quê, essas organizações aceitam porque sabem onde está o segredo que é preciso conhecer o seu interlocutor, é preciso conhecer o seu público-alvo, as características desse público-alvo, se não conhecer eles também estão muito interessados que os programas deles tenham impacto positivo e por isso aceitam e por isso gastam dinheiro financiando pesquisas mas num ambiente normal aqui na nossa cidade ele pensa que isso é perder tempo, é perder dinheiro o que é importante e é uma coisa de urgência e tudo, essa coisa de pesquisa leva tempo porque o povo está a morrer e pronto, todo mundo gasta dinheiro e vão para lá, faz tudo, faz reuniões e as coisas não ocorrem como desejavam que ocorresse, exactamente por causa disso. Eles vão para lá e não tem ferramentas de comunicação porque eles não conhecem o seu interlocutor e então tudo vai dar nulo. Há uma coisa que vai, mas o impacto seria maior e até melhor se fossem para lá já com esses conhecimentos. Eu tive, quando estava a estudar desenvolvimento rural um professor nos deu um livro e parece que ainda tenho, tem que ter,... era para comunicação para o desenvolvimento rural e então vinha um desenho na capa, de um lado estevão os médicos, com o telescópio, engenheiros com o que essas coisas todas e a comunidade de lá descansa e tal meio rota e com enxadas e tudo e então aparece um

e diz “nós vamos vos mudar” e depois aparece “nós é que vamos mudar a vocês e depois vocês [...]”. (risos). ....

P: já nos falou desse livro e ainda tem esse livro....

R: ainda tenho, sim. (risos). E então, estão para mostrar o quê que há esse problema porque se fosse uma campanha ou um programa porque muitas vezes isso acontece da falta de primazia da investigação e pesquisa porque tudo é feito em campanha. De facto, uma campanha não vai esperar que você vá fazer um trabalho de pesquisa, que vá ao campo e desenhar aqueles métodos todos e depois voltar, não, campanha é campanha, tem de ser na hora. Então, mas isso não podia se fazer em termos de programa porque o programa é desenhado a longo prazo e com etapas até, esse é um programas. Então, eu penso que nesse desenho de programas então, era ai onde se devia pôr a questão da pesquisa para diversas áreas, nesse caso da comunicação, para poder então, durante a implementação e todas as fases do programa e então, ai vai se saber que neste programa vai se fazer isto mais isto nesta fase e na segunda fase vamos trabalhar com estes aspectos e então para a comunicação vamos desenhar uma estratégia que possa corresponder em termos de comunicação para podermos implementar estes aspectos aqui vai andando e muitas vezes é a própria comunicação que dá informação aos implementadores que algumas coisas não estão a funcionar, nem, e eles também, tem que, não só a estratégia de comunicação mas a estratégia para o próprio desenho do programa porque as vezes pode mudar mas quando e então arranjar outros paradigmas de implementação dos programas e começaram a ver que aqui as coisas parece que não estão a funcionar, a informação que estamos a receber da área da comunicação está a dizer que este vector não está muito certa temos de encontrar uma outra forma de, pronto, é isso. Por exemplo, os brasileiros, os brasileiros, eu não me recordo agora do da telenovela, porque vão auscultando o impacto dos ouvintes ou dos telespectadores, nesse caso, então, eles vão ouvindo e vão direccionando os capítulos e a maneira de ser, a maneira de interpretação dos factos de acordo, porque eles também querem o mercado porque se a telenovela não tiver interesse pura e simplesmente as pessoas não vão ver, vão desligar ou vão mudar de canal pra o outro ...

P: é por isso que, por exemplo, numa novela, quando um actor é morto ele depois aparece, como se não tivesse sido morto. Aquilo que a comunidade diz não, vocês mataram aquele individuo ....

R: exactamente, ou então o que aconteceu também havia um actor que hostilizava as mulheres, a mulher dele e então foi visto como um individuo, como se aquilo fosse da vida real desse individuo e então começaram a até a perigar a sua vida na sociedade. Começou a limitar os movimentos por causa disso, porque é reconhecido, então o que é que fizeram, mataram por causa de que, por causa de maltratar a mulher e não sei que, chegou um momento em que saiu para recuperar a imagem da telenovela e salvar a vida daquele senhor

também porque ele já estava a ser linchado cá fora porque era visto como um indivíduo que maltrata a mulher e então ele era o símbolo das pessoas .....

P: foi morto na novela...

R: exactamente, foi morto na novela sim, para manter (risos). São essas coisas que de facto, mas é preciso pesquisa para ver essas coisas para ver se está a funcionar ou não está a funcionar mas se não haver pesquisa, e implementamos um programa e não há nenhuma pesquisa tanto dos implementadores que tem outros factores e outras formas de implementar programas como da comunicação, naturalmente que muitas vezes esse programa pode sofrer revezes ou desaparece ou mas isso vai sofrer alguns revezes por falta desse conhecimento nem na implementação do programa tanto da área da comunicação tanto das outras áreas que contribuem para o sucesso do programa.

P: uma mensagem, por exemplo, quanto tempo de durabilidade tem, quanto tempo de vida tem? Se quisermos por exemplo, se fazermos uma mensagem hoje sobre o aleitamento materno, quanto tempo é que esta mensagem pode durar em termos de mensagem que vai ser difundida para a comunidade?

R: bom, também depende de cada contexto. Há contextos em que pode levar mais porque depende das línguas que nós usamos para veicularmos a informação. Se nós veicularmos a informação na língua local até pode levar menos tempo.

P: mas por quê?

R: por que é fácil percepção a assunção da mensagem na comunidade.

P: e quando se percebe depois passa ou significa que as pessoas já perceberam e a mensagem deve ser retirada?

R: sim.

P: e quando é retirada coloca-se uma outra.

R: exactamente.

P: que vai dar continuidade à mensagem.

R: exactamente. Ou de vez enquanto fazer referência da anterior para poder avisar a consciência das pessoas que são os alvos dessa mensagem. Mas depende muito do das formas como nós vamos colocar a mensagem nas comunidades, então que facilita a compreensão ou não facilita a compreensão e então, leva muito tempo porque também aqueles que levam, quando a gente veicula uma informação há aqueles que entendem muito rapidamente mas são poucos e aqueles que os primeiros podem entender em uma semana mas são poucos e então, na segunda semana já há outros que começam a entender e vão somando com aquelas que já entenderam e então, mais tempo para aqueles são os últimos a entender, aqueles últimos a entenderem a mensagem e então isso vai depender muito do ritmo da compreensão da mensagem mas isso sempre tem de ser verificado para se saber



onde está o problema. Eu vou citar um exemplo que pratiquei. Aqui no Hulene, quando começou a televisão montou-se um aparelho de televisão para, do centro de comunicação do Hulene, então tinha aqueles televisores que vinham da Itália, e então ICS produziu em conjunto com o MISAU uma espécie de um pequeno filme, um vídeo, para mostrar como se deve conservar a água, o UNICEF financiou por causa das diarreias das crianças. Então, o que acontece é o seguinte quando se produziu esse vídeo o cenário foi pôr um velho que está ao lado a fazer vida dele e umas crianças ai ao lado a jogarem futebol e então a bola as tantas entra no poço e então, o velho vão para lá e chama as crianças e tira o coiso a bola e chama eles e explica que não podem jogar perto do poço porque normalmente são poços abertos e então o que vocês metem aqui, a bola está suja o que vai acontecer é que vai contaminar água e vocês vão beber, aquelas coisas todas, mas está a se demonstrar que nós temos de conservar a água, temos de tapar o poço para começar, já para apelar a comunidade e tudo isso. Então, feito isso, começamos a trabalhar com o vídeo na comunidade, fomos a Hulene. Fomos a noite, naquela época não é como agora as coisas já mudaram mas naquela altura bastava fazer uma convocatória através do sistema do altifalante as pessoas estavam lá e então passa a se exhibir o filme. Corre o filme e prontos, mas antes de sairmos, estavam lá pessoas do próprio instituto para recolher se o filme foi entendido ou não. Maior parte não tinha entendido nada, absolutamente nada. Então voltamos mais uma vez em 3 ou 4 dias, para não fartarmos a população por exhibir o mesmo filme. Alguns começaram a dizer já alguns episódios mas muito soltos, alguns eu vi a bola a entrar no poço, eu vi as crianças a jogarem mas não conseguiam estruturar uma ideia daquilo que está a acontecer. Fomos outra vez mas sempre com homens da pesquisa até que passado algum tempo percebemos que algumas pessoas já estavam a entender o que está a acontecer que afinal não podemos deixar as crianças jogarem a bola e sujar a água do poço porque nós podemos beber aquela água e depois termos doenças, tas a ver, mas levar muito tempo por quê? Porque nas primeiras cenas, nas primeiras projecções as pessoas estavam admiradas pelo *hard ware*, querem saber mas como é que a imagem sai dai, de onde é que vem a imagem? Você vê as pessoas a levantarem para irem ver como é, quer dizer, estão interessadas nisso, admirados com a tecnologia do hardware, como é que está e então via alguém a mexer no gravador que projectava e via que tinha um fio para ali mas e mexe ai e depois sai a imagem ali, então as pessoas estavam mais. Agora, nas outras projecções as pessoas já não se admiraram tanto naquilo ai começaram já a prestar atenção ao filme e depois de algum tempo começaram a pensar já no filme, quer dizer, eu vi aquilo, conversavam lá fora, e depois foram pouco a pouco a entender a introdução das novas tecnologias para começar, essa alfabetização da imagem nas comunidades. Começamos por ai e então para dizer que toda essa comunicação no terreno precisa de ser acompanhada por averiguação, saber se as coisas estão a funcionar como devem ser porque de facto, está a ver se não tivéssemos ido para lá exhibir e passarmos para outro distrito e para outro e por ai adiante, nós éramos capazes de fazermos estatísticas de que não nós atingimos 8 bairros. Os 8 bairros, cada bairro são mais menos a participação era mais ou menos de tantas pessoas multiplicando ia dar, eipah, trabalharam sim sra., o ICS

está a fazer um trabalho muito sério com as comunidades (risos) e o que é que ia dar? Não ia dar em absolutamente nada íamos dar informação falsa para nós próprios e íamos produzir uma informação falsa para o próprio governo e o governo a pensar que está tudo muito bem mas entretanto as pessoas não iam tratar água como o UNICEF gostaria que tratassem para poder evitar doenças que advém da água contaminada, era isso. E então, a partir daí, então começamos a encontrar outras formas não é porque só a questão de a bola que foi chutada por um menino e entretanto o velho está a tirar a bola da água, eles não viram a trajectória, e então como é que, então aquele chuta e no entanto está a sair da água, mas como é que apareceu na água? Só isso já é um problema para entender que, para um indivíduo que já tenha alfabetizado, ou que já conhece como funciona o cinema já sabe que chutou e pronto, não precisa de ver a trajectória mas a verdade é que foi retirado logo mas os outros para entenderem como é que a bola entrou dentro do poço querem ver a trajectória da bola a entrar lá dentro.

P: e a questão das tecnologia podemos dizer que a tecnologia é muito importante? vamos supor em uma comunidade onde estamos a implementar um projecto de desenvolvimento e achamos que um dos elementos fundamentais para que o desenvolvimento ocorra naquelas pessoas é a tecnologia. Até que ponto é que a tecnologia pode ser importante ou não para essas comunidades?

R: bom, nesse caso depende das tecnologias, e aí a gente seleciona o meio que pode ser rádio, os encontros, as reuniões do público e pode ser a televisão e aí vamos ver qual é o meio que é mais adequado para determinado tipo de mensagem que queremos transmitir porque em, eu vou lhe falar com os exemplo porque eu sou homem do terreno. Em Manica, estava a se falar da higiene nas casas para não haver malária por causa do mosquito, então a casa tem de estar limpa, então fazia-se reuniões e discutia-se a necessidade de se fazer limpeza a necessidade de ver aqueles excrementos dos animais que criam que não podem ficar misturados com, portanto com as pessoas, com as crianças e tudo isso, etc., etc.,. mas isso eram reuniões, contacto interpessoal que é muito bom também porque as pessoas podem tirar dúvidas mas não convencia ou então não assumiam no entanto não tinha um impacto individual na informação que era dada aí, as pessoas iam para casa, uns e outros faziam, limpavam a casa e essas coisas todas mas o que é que aconteceu, porque fazíamos unidades móveis nas comunidades, no entanto com a câmara de filmar, filmanos a casa de uma pessoa que já estava a aplicar os ensinamentos que recebeu porque também, nas reuniões, as reuniões eram gravadas muitas das vezes eram difundidas através das RCs mas depois foram fazer com vídeo. Filmaram a casa da pessoa que acatou, a pessoa que entendeu e assumiu e começou a implementar e depois foram filmar casas de pessoas que não estavam a fazer absolutamente nada e viram que as vezes no hospital crianças doentes e no entanto voltaram para as mesmas comunidades com aquele vídeo, mostraram a casa e essa é a casa do tal fulano e as casas das pessoas que não tinham varrido não falavam mas a casa do tal fulano até foi entrevistado, como é que você fez e não alguns dos meus filhos até estão aqui, varemos, a latrina e ya. Aquele meio naquele momento funcionou melhor do que a rádio a

difusão da rádio do que as reuniões porque aquilo teve um impacto de imediato (risos). A imagem. A imagem. E então a partir daí mais do que metade dos habitantes da aldeia começaram de facto a melhorar as condições do saneamento do meio das próprias casas. Entanto, a questão tecnológica eu penso que tem a ver com os meios ou é a rádio, para tecnologia da rádio ou a tecnologia da televisão, neste caso das formas, que já não é tecnologia, porque há as formas a difusão do meio ou a abordagem de mensagem para uma comunidade em que a o contacto interpessoal funciona melhor do que outros, mas depende, mas funciona mesmo porque a televisão tem algumas coisa escrita e então, mas muitas vezes não, como esse exemplo que eu dei que é conclusivo de que nem sempre que a tecnologia pode ser usada da mesma maneira para determinados casos que pode retardar a aceitação ou a assunção do das mensagens e a própria retenção das mensagens porque quando é visual as pessoas veem e depois retêm por muito tempo aquilo que viram. Quando ouve, desaparece logo (risos).

P: e como é que nós podemos fazer, por exemplo com o governo, ou pode não ser com o governo mas com outras instituições de modo a que possamos ter a certeza de que há uma valorização da informação ou da comunicação.

R: não percebi a pergunta.

P: o que eu tenho vindo a perceber nas pesquisas é que as instituições não valorizam a comunicação. o que é que pode ser feito para que esta situação possa mudar? Por exemplo, as vilas do milénio na minha dissertação do mestrado de 2013 eu percebi que eles não valorizam a informação, não valorizam a comunicação. O que é que pode ser feito ou qual o passo que pode ser dado de modo a que possamos inculcar valores nessas organizações ou instituições?

R: eu penso que o passo que tem que ser dado parte exactamente dos fazedores da comunicação. Porque muitas vezes como eu sou engenheiro da construção civil, engenheiro agrónomo eu sou não sei o que, sou médico pediátrico, sou médico ginecologista e por aí em diante nem, eu faço minha comunicação na medida em que eu falo com os meus pacientes, agora e depois amanhã sou o responsável da área da saúde do mistérios da agricultura ou das obras públicas, neste caso agora com esta coisa, sou responsável do INGC e temos que mobilizar as pessoas para poderem sair da zona de risco e etc., etc., e então essas pessoas que estão aí não digo que não tem obrigatoriedade mas não conhecem exactamente as leis relacionadas com a comunicação, como funciona a comunicação, não sabem e não são culpadas. E então, resultado, eles quando estão, por exemplo, há instituições que dizem que a comunicação não é importante porque a comunicação normalmente nesses lugares é a visualização do responsável da área as acções dos responsáveis da área, não é, pública, não é, e bom aquilo é que é a comunicação, para eles é isso. Portanto, para esta questão, a difusão pública das acções dos responsáveis de determinados sectores para ele estar muito bem na fotografia já para ele é público. Muitas vezes, dr Ngwenya, não sei se já prestou atenção,

quando os responsáveis chefes estão no campo a lidar com a comunidade a discutir assuntos com a comunidade, muitas vezes fazem o discurso aí mas que não é para aquela comunidade que está aí, fazem discurso para o presidente da república aí, fazem discurso para o governador, se é um director ou chefe distrital está a fazer para, então, fazem discursos moldados para as suas chefias que eles é que vão ver e ouvir mediante aquilo vão lhe promover ou não vão lhe promover, vai continuar até ou não vai (risos), e então há de ouvir uma certa terminologia que a comunidade não entende porque eles querem, não fazem a comunicação então, porque também ele não entende o que entende é isso que tem que manter o posto dele e para manter o posto dele o chefe dele tem de saber que ele está a fazer trabalho. Então são aquelas acções públicas que ele está a fazer que ele valoriza e então, resultado, ele quer um indivíduo que lhe leve a fazer relações públicas, marketing de instituição que é muito bom também mas para a comunicação que nós queremos neste caso das comunidades, isso pouco funciona. Agora, o que é preciso de facto é que os fazedores da comunicação, as pessoas que estão na área da comunicação tem de fazer um esforço para que estas pessoas para que a comunicação seja entendida nas suas várias vertentes, nas suas várias vertentes porque se nós ficarmos apenas na difusão dos actos dos responsáveis que é de uma instituição, temos de fazer entender que existem outros níveis de comunicação que aquela que ele está a fazer é muito bom porque ficamos a saber que existe, está sendo feito um trabalho tal e sim, senhor para tomarmos a consciência de que o trabalho está a andar, mas tem aquela comunicação que tem que ser feita a nível da base para quê, para a operacionalização daquilo que disse, nem. Então, a operacionalização disso não é aquilo que disse, na comunicação que ele fez, é com a comunicação que tem de ser feita nas comunidades isso é que, mas não são eles, nós os profissionais da comunicação é que temos de fazer isso. Não sei como neste momento mas sei que temos de fazer isso. Eu estive a trabalhar no Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e pediram para fazer uma dissertação num conselho coordenador sobre comunicação porque eles tinham de facto muitas matérias relacionadas com, por exemplo, esta coisa de andarem a danificar a linha férrea, não é, estão aí, não são chefes e eu disse bom, vocês falam tudo isso mas as pessoas estão a danificar a linha férrea estão lá na base e vocês sabem por que elas estão a fazer isso, vocês vão dizer que isso é má, que são antipatrióticos porque estão a prejudicar a economia nacional, e sim senhor, isso é verdade mas ainda não atingiu aquela comunidade ou pelo menos aquela comunidade de onde partem essas pessoas para irem fazer esses males todos. Então há outro tipo de comunicação que deve ser feita, não é e eu comecei a explicar e levei não sei quanto tempo, e então começaram a entender que mesmo aqui no próprio ministério, a comunicação que se faz aqui as vezes é exclusiva, não inclui todos. É exclusiva porquê, por causa da linguagem, por causa as vezes dos alvos que vocês definem que exclui os outros. Então há série de vertentes de comunicação que deve ser vista aqui. Naturalmente, saíram dali, saímos e eipah, mas a gente pensava que bastava só ouvir, alguém me disse isso, bastava ouvir um Panguana a entrevistar um chefe, um director aí e dia seguinte sai na televisão aí sobre a questão dos portos e caminhos de ferro já estava tudo feito e eu disse não também é

necessário isso mas não é só isso mas vocês querem o desenvolvimento nacional. O desenvolvimento nacional tem que incluir as comunidades, vocês tem de dizer aquilo que disse o dirigente a ser entrevistado por Simião Panguana na televisão, então, peguem nisso agora como é que podem transmitir a mesma coisa porque ai são como é que vou dizer, não são acções práticas são anúncios daquilo que deve existir na instituição e como devem acontecer as coisas mas na operacionalização daquilo que vocês andam a falar, então tem de saber que estratégia de comunicação tem de se montar. As vezes tem de se montar duas estratégias ou três estratégias dependendo do público-alvo que vocês, porque se vocês forem a Nhamatanda, estão a lidar com a comunidade que tem umas referencias, que tem a forma de ver as coisas e depois vão lidar com a população de Marromeu, não é, tem também a forma de ver as coisas e depois vão lidar com a população de não sei de onde e como se vê a comunicação não basta chegar ai e sair a cara do chefe, não nem na televisão ou ouvirem a voz na rádio ou verem a imagem no jornal, é também mas vocês querem, incluam e para incluírem, então desenhe a comunicação que possa incluir, inclusiva e que possa incluir as comunidades e todos aqueles que querem desenvolver actividades nesse sector para a frente é só isso. Então, para dizer o seguinte, nós também os profissionais da comunicação social temos de fazer este esforço de fazermos uma mobilização mas essa mobilização fazer a eles compreenderem que os grandes chefes, os responsáveis ou a comunidade ou as pessoas no geral, porque não sabemos amanhã quem é que vai ser ministro ou amanhã vai ser director nacional e não sei quê, então temos que encontrar, para isso temos que definir essas, aquilo que nós chamamos os diversos públicos, os público-alvos, quais são e então desenhamos uma, não sei quem vai fazer isso se o conselho superior da comunicação social, não sei se é o gabinete de informação que tem de fazer isso e não sei, e em fim mas temos de encontrar uma forma de atingir este outro público que pensa que sabe, é geradora das mensagens, não é, e pensa que não precisa de ser comunicado, então, esse público também tem de ser comunicado para depois saber como comunicar para os outros, então penso que é isso.

P: e na sua opinião, a diferença, se é que existe, entre os modelos de comunicação e as estratégias de comunicação. Qual a diferença se é que existem diferenças entre aquilo que nós podemos chamar modelos de comunicação e estratégias de comunicação.

R: eu penso que as estratégias veem dos modelos. A gente tem os modelos de comunicação que temos de desenhar ou que que temos de implementar em uma determinada comunidade e então, porque a estratégia é a operacionalização do modelo, não é. Nós temos a operacionalização do modelo, dizer que este modelo tem de ir funcionar ali desta e daquela maneira.

P: e quando nós dissemos modelos da comunicação, estamos a dizer o quê?

R: quando falamos de modelos de comunicação significa que, como vou dizer, estamos a falar em como é que nós devemos desenhar ou alinhar o pensamento de comunicação com as próprias mensagens para poderem chegar ao público-alvo. É uma forma de pensar sobre a

comunicação. Essa nos dá. Modelo é a forma como nós corporizamos a nossa maneira de pensamento perante uma situação de uma determinada comunicação de determinado lugar. Então, corporizamos dessa maneira, e se corporizamos dessa maneira, como é que nós podemos então, nesta maneira de pensar, ser validada na comunicação. Então, podemos desenhar o modelo.

P: bom , Dr. está certo Dr. Acho que podemos terminar a nossa entrevista tendo em conta que já corporizei aquilo que havia preparado dentro das minhas percepções. As suas experiencias me ajudam a definir outras formas de abordar a conversa de acordo com o método que era para adoptar.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **1.6. Felisberto Massinga, 21 de Fevereiro de 2020**

**PERFIL:** Especialista em SBCC há 13 anos na *Johns Hopkins University, Center for Communication program*, extensão de Maputo

P: a vossa perspectiva de trabalho no contexto das estratégias de comunicação?

R: o centro de comunicação da Universidade *Johns Hopkins*, assume-se como um centro que faz pesquisa e que desenvolve estratégias de comunicação para a área de saúde pública e tem como base todo um referencial, um modelo que baseia-se na ideia de que o comportamento do ser humano é influenciado não só pelas suas pelos seus atributos individuais mas também pelo meio à sua volta, pela família, amigos, as políticas, só serviços disponíveis no meio onde ele vive e que todos esses recursos acabam tendo uma influência na forma como a pessoa se comporta. Então, a nossa abordagem baseia-se na ideia de que tem de haver intervenções de comunicação que consideram todos os aspectos do ponto de vista individual, do lado psicológico da pessoa, mas também o ambiente em volta da pessoa e os recursos de que a pessoa dispõe para poder realmente influenciar o comportamento da pessoa. Então, dentro dessa abordagem somos exigidos a fazer um pouco de pesquisa para conhecer e identificar quais são as esses aspectos que determinam qual é o contexto em que as pessoas estão envolvidas e temos estado a apoiar os parceiros nesse sentido principalmente o ministério da saúde e outros que trabalham na área de saúde para perceberem essa perspectiva para perceberem que precisamos de tomar esse todo contexto em que as pessoas para podermos elaborar estratégias que sejam apropriadas para o contexto e cultura das pessoas.

P: e qual é a ideia básica da vossa abordagem?

R: a ideia básica, em 1º lugar é de não tomar, primeiro levar em consideração aquilo que são os dados que são, o que é que as pesquisas nos trazem mas também levar com que as pessoas mudem de comportamento de forma sustentável, não é. Isso nas diferentes áreas, não só estamos a falar de HIV, não é só malária, mas em quase todas as áreas onde temos estado a

apoiar o ministério como planeamento familiar, nutrição, saúde materno infantil, em todas essas componentes a ideia base é de garantir que não ..., garantir que as pessoas adotem comportamentos sustentáveis que possam manter-se por longo período, que não sejam mudanças esporádicas ou isoladas mas mudanças, por isso que para nós já não falamos muito de comunicação para mudança comportamental, mas falamos mais de de mudança comportamental e social. É mais mudança social. Tem que ser uma mudança mais abrangente que ultrapassa os indivíduos mas que seja da sociedade em si, então temos uma ideia que ultrapassa a simples ideia de promoção de saúde, não é só a promoção de saúde, é preciso considerar que as pessoas tem muito mais obstáculos na vida a superar, tem muitas prioridades na vida que não estão só focados na binómio saúde-doença e muita das vezes quando nos aproximamos das pessoas queremos vender a ideia de que para quem tem HIV aderir ao tratamento, tratar-se é importante e esquecemos que aquela pessoa tem uma vida que está muito acima disso. Aquela pessoa tem trabalho que as vezes não lhe permite estar a frequentar a unidade sanitária. Que a unidade sanitária as vezes é preciso se ajustar aos horários daquela pessoa. Esquecemos que aquela pessoa tem uma reputação, tem um estatuto social que não lhe permite estar ali numa bicha todos os meses numa bicha para receber o tratamento. A questão de estigma, então, é preciso ter em conta que as pessoas tem outras prioridades acima das necessidades para além do trabalho, as mulheres querem ter filhos, os homens querem ter filhos, os casais querem ter outras necessidades que no podem ser limitadas pela ideia de que a saúde está em primeiro lugar. É verdade que sim que é uma prioridade mas as pessoas tem outras prioridades. As pessoas tem, os homens tem as suas prioridades também de relacionamento e também de estarem inseridos nos seus grupos e também tem a questão do papel que o homem exerce dentro da família e que tudo isso influencia quando a gente vai na ideia de que tem de ir tomar a medicação e então, a nós tentamos olhar para a pessoa, para o individuo de uma forma completa, inteira e tu olhas para ele e diz que vive numa sociedade e essa ideia que tentamos transmitir que temos muitos parceiros, muitas instituições e até os doadores olham para isto com muito complexo, demorado, leva muito tempo andar a fazer estas pesquisas, leva muito tempo a desenvolver estas estratégias que levam estas abordagens e por vezes levam muito dinheiro para fazer esse tipo de abordagem que a gente até encara uma resistência por parte das pessoas para fazer uma comunicação como deve ser para fazer uma mudança social como deve ser porque também implica mudança na oferta de serviços de saúde, implica uma mudança na postura dos provedores de saúde, implica uma mudança, eu falava dos horários que as vezes devem ajustar-se a situações dos homens que trabalham e não só, ajustar o serviços ajustarem-se também a essa necessidade de diminuir a frequência de ir a unidade sanitária, seja pensando em modelos em que algum tipo de medicação é disponibilizado na comunidade, seja através dos agentes polivalentes, seja através das brigadas móveis. Mas pensar numa forma de descongestionar as unidades sanitárias mas facilitar a vida dos pacientes. Tudo isto tem a sua influencia no comportamento e depois pode dizer que essas pessoas não comparecem as consultas, as pessoas não cumprem, as mulheres grávidas não vão as consultas pré-natais no

devido tempo, vão quando já é muito tarde mas é quando há toda uma necessidade de o próprio serviço ajustar-se em função do ser humano, em função do utente e não o contrário, não o utente que tem de se ajustar à gestão hospitalar porque as vezes a prioridade está em facilitar a gestão hospitalar do que facilitar a vida do paciente e então tem de haver esse balanço porque isso afecta todo o trabalho de comunicação porque faz-se todo o trabalho de promover os serviços, aumentar a procura mas as vezes a oferta dos serviços não vem na qualidade que seria desejável para o paciente. Então há que fazer um balanço no trabalho que se faz na oferta de serviços assim como no momento da procura na promoção dos próprios serviços e nós tentamos fazer esse balanço tomando em conta todos esses níveis de influência, família, os serviços, as políticas, isso tudo é esta abordagem que o país tem de caminhar nessa direção que é de fazer uma comunicação que tome o ser humano num dimensão mais social, numa dimensão maior do indivíduo inserido na sociedade.

P: e em termos das vossas estratégias, qual é a sua opinião em relação a produção de mensagens que mandam para as sociedades. Tem tido eficácia, as pessoas aderem, conseguem perceber, o que tem observado?

R; yaaa. Antes de chegar à mensagem, queria referir um aspecto que é muito importante que fala-se muito que é a questão da harmonização das mensagens que tem que ver com a coordenação. O problema, o desafio grande não é que mensagem está a se levar, é qual é o nível, o grau de planificação que existe para garantir que a todos estejam a, todos que intervêm estejam a intervir de forma sinérgica para garantir que os conteúdos das mensagens que são levadas reforçam-se uma as outras, nem e que essas mensagens, a longo prazo não produzam um efeito adverso. O que é que esta a acontecer? Nós temos um processo que eu acho que já é aceite por quase todos os parceiros que é necessário fazer uma pesquisa que deve produzir mensagens que devem ser testadas com a própria audiência, ver se a audiência percebe e etc., quase a maior parte dos parceiros está a tentar seguir este princípio mas quando a gente testa que é onde eu acho que existe o maior problema, a gente testa com uma amostra da nossa audiência em um grupo pequeno que acha que está clara a mensagem, percebemos mas não há seguimento a longo prazo para ver qual é o efeito que esta mensagem tem a longo prazo. Eu vou dar alguns exemplos que nós temos, nós temos o exemplo da do apoio que os homens tem dado as mulheres, nós queremos que as mulheres vão a consulta pré-natal acompanhado pelo marido, que o marido envolva-se na saúde da mulher. Com andar do tempo, esta mensagem vai se solidificando e ela fica tão sólida que a interpretação que se tem é que se não vai acompanhada pelo marido então não vai ter bom atendimento ou vai ser repreendida na unidade sanitária e há muitas mulheres que estão a ir e por vezes pedem alguém para lhe acompanhar que não é o marido só para chegar lá e dizer que levou lá o marido. É um exemplo, mas tem também o exemplo da prevenção da malária que tem mensagens que vem já desde há muito tempo que confundem as pessoas, tem pessoas que pensam que tirar o capim e não sei quê, tem um benéfico para a saúde? Tem o benefício. Fazer limpeza tem benefício mas não tem a ver com a prevenção da malária mas por ver algumas mensagens que a pessoa associou e que vão se solidificando e a pessoa fica



com esta ideia. Tem a mensagem do PTV, por exemplo, que durante muito tempo também, por causa dos protocolos que o ministério da saúde defendeu na altura mas que depois as coisas foram mudando, acho que as pessoas ainda trazem isso. Tem a questão do aleitamento que fala-se do aleitamento exclusivo durante os seis meses que depois interfere com a mensagem geral do aleitamento, que a mãe deve continuar a dar o aleitamento a criança mas que a mensagem dos seis meses foi tão forte que há mães que se confundem até hoje que não devem dar o leite a criança depois dos seis meses mas o que se está a falar é que durante os seis meses só tem que dar o leite materno e então, algumas mensagens tem um propósito mas elas depois interferem e tem um efeito adverso porque eles depois são entendidas a longo prazo porque passam durante muito tempo e e então ganham uma outra dimensão. Nós não, não basta só testarmos as mensagens e dizermos que ok, a mensagem foi entendida e estamos a passar, temos que ver qual é o efeito dessa mensagem a longo prazo, depois de algum tempo precisamos de voltar a comunidade e ver o que as pessoas estão a fazer decorrente daquela mensagem que iniciamos há um ano atrás,, há dois anos atrás, algumas mensagens até vem de décadas. Temos o caso do estigma hoje, do medo que as pessoas tem hoje devido as mensagens que foram lançadas há duas décadas quando se disse que SIDA mata mas até hoje tem seu efeito. Então, este acompanhamento a longo prazo é importante, tem de ser feito no sentido de ver qual o impacto de determinadas mensagens tem ao longo do tempo, não só ao facto de terem sido compreendidas naquele momento mas com as mudanças que vão acontecendo, o contexto muda. Será que aquela mensagem não precisa de ser revista, ser reformulada, e será que esta mensagem não está a excluir algumas minorias, ou não está a ser interpretada em detrimento de algumas minorias que naquele momento não se pensou ou há acontecimentos recentes que associadas àquela mensagem cria um determinado conflito na interpretação. Então, há este problema que eu acho que não é que as mensagens que estão a ser passadas não tenham validade. Elas tem mas elas precisam de de serem constantemente descortinadas no sentido de ver se não entram em conflito com outras mensagens ou não diminuem o impacto de outras mensagens ou simplesmente não criam mais confusão com o andar do tempo, porque por exemplo, quando falo dessas mensagens sobre ir ao hospital acompanhada pelo parceiro, isso é importante e tem seu impacto em determinadas áreas mas está a afectar outros programas que não tem propriamente este foco, então se determinados programas estão a fazer pressão de se ir lá com os parceiros, outros programas em outras áreas de saúde as vezes perguntam mas por que é que nós temos ali na sombra, porque as vezes na unidade sanitária não sabem o que é que vão fazer aqueles homens que estão lá, então, essa coisa de engajamento masculino tem que se pensar como é que a gente promove o agente masculino mas sem que seja um entrave para as mulheres terem serviços de saúde. O que nós queremos é que os homens apoiem as mulheres mas isto não é condição para que a mulher sozinha não possa ter acesso aos serviços de saúde.

P: e olhando para aquilo que é a o acesso à informação, no sentido geral, na sua opinião, as pessoas tem tido acesso à informação? Houve uma lei que determina que as pessoas tem direito à informação, tem direito em criar isto e aquilo, tudo em benéfico em ter acesso a

informação. Na sua opinião, as pessoas tem acesso a informação, olhando do Rovuma ao Maputo?

R: eu acho que sim. Acho que em primeiro lugar há que considerar que de um tempo para cá as opções em termos de canais para as pessoas acederem informações aumentaram, aumentaram as opções. Agora tem opções das sms (mensagem de texto), tem opção de para quem um *smartfone*, tem as redes sociais, temos mais canais de rádio locais e as rádios comunitárias (RCs) estão a aumentar cada vez mais quase a maioria dos distritos já tem uma RC, temos as televisões que aumentaram os canais e mais televisões a chegarem cada vez mais longe. Então, há muitas opções em termos de potencial de penetração de mensagens até aquelas zonas recônditas. Agora, esta cobertura de, em termos de possibilidade de abranger mais pessoas não quer dizer necessariamente que esta informação penetra até onde devia penetrar porque há de haver depois outras limitações ainda muitos mensagens não estão sendo feitas em línguas locais. Os formatos em que são feitos os conteúdos, há muita gente que ainda não sabe ler e escrever, uma boa fatia da população não escreve, que não lê, não pode ler, que não fala português, e depois tem questões de limites, limitações tecnológicas que em muitas situações as pessoas não tem acesso aos aparelhos que podem permitir a aceder rádio, televisão, redes sociais, e não sei quê, há essas limitações todas, então, o facto de haver este potencial, dizer-se que sim, a partir de agora as pessoas já podem ter 4,5G a partir do distrito não sei quê, não quer dizer que as pessoas possam um ter *smartfone* para utilizar aquela capacidade de internet que existe lá. Não significa que o sinal da Mira-Mar chegar num distrito isso significa que automaticamente todos vão ter televisores para aceder, não é necessariamente isso. Então, em princípio sim, há um potencial sim, de as pessoas acederem mais informação mas há um trabalho que tem que ser feito para fazer com que essa informação possa penetrar até onde estão aquelas pessoas que tem essas limitações de língua, de tecnologia, etc, etc. Hoje em dia até os internet cafés estão a desaparecer que era uma coisa que dava grande jeito para pessoas que tem essas dificuldades de ter, até casas de vídeo estão a desaparecer. Enquanto por um lado está a se aumentar esse potencial de cobertura, não está a se conseguir penetração porque tem pessoas que tem limitações que tem a ver com a pobreza, que tem a ver com o contexto do país, nem. Essa é uma questão, segundo é a forma como esta mensagem é desenhada e aí voltamos de novo a questão do conteúdo, aquilo que colocava por quê? O ideal de uma mensagem que foi devidamente feita ela tem que ter uma aceitação na sociedade, tem que ter uma aceitação na comunidade. Se essa mensagem não tem aceitação na comunidade, o que eu quero dizer com isto é que a forma como ela é veiculada não pode ser ofensiva, não pode chocar com os valores culturais das pessoas sobre risco de as pessoas mudarem de canal, as pessoas desligarem rádio, afinarem ou não deixarem as crianças ouvirem aqueles programas, há muita possibilidade de serem as próprias pessoas a resistirem aquela mensagem porque não foi bem empacotada porque ela, a forma como foi empacotada ela choca com as pessoas, eu quero que meus filhos ouçam aquela mensagem. Tem este problema. Segundo, tem o problema do envolvimento comunitárias de as pessoas não participarem, não se sentirem parte do processo e do debate

que deve ser feito em volta, as mudanças não vão acontecer só por chegar lá a mensagem, as pessoas devem ter um processo de, uma oportunidade de assimilarem, analisarem, filtrarem dentro daquela mensagem o que é que realmente é aplicável para vida delas ou não e muitas das vezes nós não damos esses espaços, chegamos despejamos a mensagem e acabou, não estamos a dar devidos passos de as pessoas examinarem o que é que esta mensagem está a nos trazer, o que é que essa, que mudanças essa mensagem está a nos propor, o que é ou quais as implicações dessas mudanças para a sociedade, para a vida de cada um de nós. Se eu digo para uma mulher que, por exemplo, ela deve usar o preservativo com o parceiro nós temos que dar uma oportunidade a esta mulher de ela ter resposta o que é que vai acontecer se meu marido me perguntar onde é que eu aprendi isso ou qual é o valor de um casal, se elas são comprometidas usarem o preservativo, são uma só carne, por que elas tem de usar o preservativo. Então, se não tiver uma oportunidade esta pessoa de aprofundar as acções daquela mensagem para a vida dela, corre o risco de aquela mensagem ser colocada de lado porque ela pode dizer sim, somos serro-discordantes ou se estou infectada, como marido estou infectado mas se ela não tiver a oportunidade de aprofundar quais são as vantagens de eu trazer este conteúdo para a minha casa, esta mensagem não vão para lá onde ela ouviu e então é preciso dar um espaço de as pessoas reexaminarem e proporem alternativas de ok, talvez, em vez de ser eu a conversar sobre isto com o meu marido, ao invés de ser eu a conversar sobre isto com a minha mulher, que tal se talvez levar o meu marido para irmos a unidade sanitária ou irmos conversar com um líder religioso ou activista para serem eles a falarem sobre isto, e então, isto só pode acontecer e essa mensagem ter um efeito se essas pessoas tiverem espaço de propor como é que essas mudanças devem ocorrer, e esses espaços não existem. Nós temos os clínicos, os provedores de saúde que atendem as pessoas, prescrevem o que as pessoas devem fazer mas não estão preparadas e nem querem, não tem a predisposição pra ouvir aquelas pessoas, não dão espaços aquelas pessoas, não dão espaço de as pessoas colocarem, de pedirem outras alternativas de que na minha casa isso não funciona, não vai funcionar, será que não há outra forma de fazer? É isto. Outras pessoas as vezes nem sabem porque é que tem de tomar aqueles comprimidos. Tem pessoas de malária, por exemplo que há muito recebem a medicação para prevenirem a malária mas elas não percebem o que estão a tomar. Eles tem uma data de comprimidos e tomam, tem o sulfuroso, tem não sei quê, elas só sabem que estou a tomar isto porque estou grávida mas não sabe porque é que eu tenho que tomar um fansidar sem eu ter malária porque ninguém se dá o tempo de explicar porque quem entende de saúde são eles, os clínicos, os provedores e não querem se dar o trabalho de explicar porque não há de perceber, assumem que a pessoa não há de perceber. Então se aquela pessoa se sente desconfortável em tomar uma coisa que ela não sabe mas porque ela tem de tomar na presença da enfermeira ou porque tem de levar os comprimidos, ou vai deitar fora os comprimidos, ou se ela tem de tomar na presença da enfermeira não há de ir mais a consulta, só há de ir lá para ir dar parto. Há de preferir não ir por quê, porque não está a lhe ser dado espaço de ela manifestar o sentimento dela em relação aquele comprimido. Que eu tenho receio de que este comprimido que estas a me dar

não vai criar problemas ao meu filho, pode me criar um aborto. Alguém tem de estar lá para esclarecer essas dúvidas mas para saber que essa pessoa tem essas dúvidas tem de lhe dar espaço para elas pensarem, essas dúvidas não é isso e as pessoas não tem esse espaço. É na unidade sanitária, é com as activistas, é com não sei quê, as pessoas só estão a ser utilizadas como tábuas rasas que tem de receber informação, o médico é que sabe, o enfermeiro é que sabe, o activista é que sabe mas nós não somos especialistas das vidas das pessoas as pessoas é que são especialistas das suas próprias vidas, ninguém conhece melhor a vida de alguém do que a própria pessoa. Então, nós desenhamos as nossas mensagens e passamos as mensagens mas nós não sabemos das vidas das pessoas, então, temos de ter uma maneira de dar espaços a essas pessoas. Os programas de rádio tem de criar espaços para as pessoas ligarem, mandarem mensagens para termos um feedback e esse feedback não está a existir. Então, eu acho que é um dos aspectos que comprometem as mensagens. As mensagens vão lá mas depois nós não temos a preocupação de termos esse retorno em tempo útil mesmo, não é depois de 5 anos estamos a ir fazer uma avaliação. Quanto dano uma mensagem pode criar durante 5 anos? É muito tempo. Então, tem de haver uma preocupação de (...) porque eu sei que toda a gente resiste a essas coisas parece que são muito caras mas é muito mais caro 5 anos depois ires descobrir que na sua mensagem só gastaste dinheiro não funcionou do que fazer avaliações intermédias, monitorar de forma mais ....

P: e os líderes comunitários e religiosos e curandeiros, não tem tido esse papel na comunidade?

R: o problema dos líderes comunitários, o problema que estamos a ter é que não há ainda uma directriz clara dos líderes comunitários, primeiro sobre a própria definição, quando falamos dos líderes comunitários estamos a falar de quem? Por quê? Porque nos líderes você tem aqueles que são nomeados e tens desde os chefes de quarteirão, tens os chefes das localidades, tens os líderes tradicionais, tens, é um mapa complexo de lideranças locais mas cada um com seu nível de influência. Alguns com influência positiva outros com influência negativa e outros com questões de interferência política também porque tens o líder que é da oposição que puxa pessoas dele e tudo o que vem do governo não presta porque desvaloriza tudo que vem, então, tens uma mistura de lideranças e que a gente quer trabalhar com eles de forma homogénea dentro dos líderes comunitários mas esses líderes comunitários não são grupo homogéneo tem tudo lá dentro com diferentes nuances com diferentes tipos de influência. E depois, ainda não está muito claro, não se estudou ao fundo para ver qual é a eficácia, até onde vai a influência deste líder. Em que aspecto podemos envolver o líder e onde é que termina e onde é que podemos dizer que até aqui o líder não tem como ser ele a influenciar e ser ele a trabalhar com as pessoas e até onde as pessoas gostariam que o líder interferisse nas questões da sua saúde, percebe. Então isto tudo não está delimitado só se recomenda que temos de trabalhar com os líderes comunitários mas o líder comunitário tem de ter um papel delimitado, bem delimitado, sabe que o líder é capaz de ser útil em trabalhar

conosco até aqui e não pensarmos que o líder comunitário podem fazer tudo, podem intervir na vida das pessoas na vida do casal, em questões de saúde, em questões sigilosas, tem mais cenários em que as pessoas abandonam tratamento. Há activistas que vão a procura daquela pessoa para voltar ao tratamento, procuram o líder comunitário e temos essa pessoa aqui e preciso de falar com ela, a partir daquele momento, o líder comunitário já conhece o estado da pessoa, já sabe que esta pessoa está a ser precisada no hospital e não sei quê. Até onde é que esta pessoa está confortada que o líder saiba que ele abandonou o tratamento ou não abandonou e que está sendo procurado por um activista. Então, este papel do líder não pode ser, não pode ultrapassar aquilo que é autodeterminação das pessoas de que até onde eu quero que o líder comunitário interfira na minha vida. Tem que haver uma directriz de como nós queremos trabalhar com o líder comunitário. Quem é o líder comunitário? Quem são os líderes comunitários que tem influência sobre a saúde das pessoas? Um líder comunitária não tem influência nenhuma, não vale a pena envolver na saúde das pessoas, isso não está claro. Isso não está claro e se eu lhe perguntar se há algum estudo que diz quando as pessoas falam ahh eu passei a usar rede mosquiteira por causa da influência do líder, quem são as pessoas que foram em massa a unidade sanitária porque houve intervenção do líder comunitário. Não está estudado em nenhum sitio. Não há nenhuma análise que diz até onde vai o líder comunitário. Não sabemos que, achamos que o líderes comunitários são importantes mas até onde? Então, é preciso percebermos bem e se clarificar qual é o papel do líder comunitário e até onde, sob o risco de apostarmos, fazemos uma grande aposta no líder comunitário e irmos perceber que o problema não está só ai, porque o líder comunitário é apenas uma peça de uma coisa mais complexa, então, e também para clarificarmos melhor e definir melhor quem são os líderes comunitários são determinados para a componente de saúde porque há outros líderes comunitários que tem um peso que tem quando são aspectos políticos de mobilização, quando são aspectos ambientais, quando são outros aspectos de fórum cultural mas quando estamos a entrar na área da saúde talvez eles não tem peso nenhum. Qual é a preparação que eles próprios tem, a percepção que eles tem sobre aquele tema também. As vezes eles são menos informados que as pessoas que estamos a dizer a eles para mobilizarem. Então, é importante, sim, o envolvimento dos líderes comunitários mas ainda não temos clareza do papel que eles devem exercer e do limite que eles tem como pessoas e como líderes que são...

P: e a questão do coiso, dos meios, falamos dos meios formais e dos informais. Nos vossos programas o que é que mais priorizam. Meios formais estamos a falar dos meios de comunicação e os informais estamos a falar dos líderes, aqueles dos quais estava a falar agora, no vosso programa quais são ...?

R: nós temos a convicção de que qualquer intervenção de comunicação só vai realmente ser eficaz com a combinação de meios. Não há um meio que sozinho vai dizer que, trabalhando com este meio vai ser suficiente para nós atingirmos o número de pessoas que queremos e termos o efeito que queremos, é sempre uma combinação. Mas nós temos meios que priorizamos e que achamos que em qualquer intervenção temos que apostar neles porque dão

mais resultados. As discussões em grupo, nós chamamos de diálogo comunitário, é uma plataforma, um canal que nós usamos para passar a mensagem porque já avaliamos e vimos que funciona e teve um impacto nos projectos anteriores, então é uma aposta grande e que até o MISAU já inclui nas suas estratégias de saúde como um veículo de transmissão das mensagens que é válido e que cria esse espaço de participação das pessoas, de retorno, interação, de esclarecimento de dúvidas, de influência mútua, de aprendizagem mútua, de aprendizagem social no meio da comunidade em que as pessoas partilham experiência, não só experiência que o activista traz no álbum seriado que é válido mas eles também trazem experiências deles como se pode dizer que olha, eu ao invés de fazer assim assim, na minha casa estou a fazer assim assim assim porque ela ajustou à realidade dela as capacidades dos recursos que ele tem e não exactamente como está escrito no manual do activista ou do jeito como a enfermeira disse e ao invés de eu dar as papinhas e não sei que como dizem para a criança que está a iniciar a alimentação eu faço desta maneira desta maneira porque é o que eu tenho em casa. Então, dão oportunidade de as pessoas trocarem experiências de coisas positivas e do contexto, então os diálogos comunitários são um meio informal que conseguimos provar que funciona. A comunicação interpessoal através daquelas visitas porta-a-porta também para certos conteúdos funcionam, tem algumas indicações quando são doenças que estão muito associadas ao estigma, por exemplo que tem que haver outra estratégia quando vê um activista de um projecto de HIV a entrar numa casa a pedir licença é problemático mas em áreas como malária e não sei quê tem funcionado muito bem na comunicação interpessoal através de visitas domiciliárias. Tem outros meios que são mais caros que outros parceiros usam, teatro, nos chamamos de entretenimento educativo que, também funcionam que é importante mas tem um problema de ser complexo, significa a mensagem depende do talento, da perícia dos actores que fazem a peça de teatro e depois tem muita linguagem conotativa que não é directa, não passa uma informação, que está sujeita a muitas interpretações então, não digo que não é um bom veículo, é mas também as vezes mexe com as emoções das pessoas e as vezes as pessoas estão a se entreter, estão a rir ou estão a ficar tristes, a tirarem lágrimas por causa de uma história que estão a ver que ao mesmo tempo mexe com elas e ao mesmo tempo tem a capacidade de gerar a uma reflexão mas tem as suas limitações como todos os meios. Cada um dos meios tem suas vantagens e suas desvantagens. Depois tem a rádio que está a ser cada vez mais desafiada por outros meios como, a medida em que as pessoas vão tendo telefones, o papel da rádio vai sendo também diminuído mas é uma, continua para o nosso país, esse é o meio de comunicação, sobretudo nas zonas rurais é muito importante naquilo que são os meios mais formais. Depois temos algumas figuras dentro da comunidade que tem um acesso privilegiado a determinados grupos da população, os líderes religiosos, por causa das missas que fazem, aquelas sessões que fazem com as suas congregações religiosas eles tem acesso privilegiado aquelas pessoas, tem uma audiência que está lá para lhes ouvir por uma a duas horas, três horas. Então, são canais muito bom mas que exige que eles tenham uma capacitação para que eles falem a vontade sobre aquele tema que é um outro problema esse. Tu capacitares, teres a

certeza que estou a capacitar bem os professores por exemplo, para virem trabalhar com os mais jovens tem acesso aos jovens nas escolas, os adolescentes, também são um canal muito bom mas que pressupõe primeiro capacita-los para eles saberem como vão falar sobre aqueles temas e não ser como está a acontecer agora chegar dar um folheto a um professor e dizer que queremos que fale sobre isto nas suas aulas e depois chega lá na sala e diz as coisas e depois os meninos começam a encher de perguntas e depois ele fica encurralado, já não sabe lidar com os assuntos porque os adolescentes o desafiam e não sei quê então, são canais que todos eles são válidos mas que exigem todos eles que se crie uma capacidade porque mesmo rádio, se o jornalista não dominar aquele tema, não for preparado é capaz de se transformar em uma pessoa que desinforma, então, exige-se sempre que se pensa em reforçar a capacidade de cada um desses veículos de comunicação para que ajudem chegar mensagens de qualidade porque não basta dizer que os líderes religiosos é bem respeitado, vamos apostar nele, vamos lhe dar folheto as pessoas hão de ler e hão de passar a mensagem, tem que se investir na criação de capacidades para aquela rede de líderes com quem queremos trabalhar ou mesmo com os professores, até com os activistas que facilitam os diálogos comunitários, etc, etc.

P: e este vosso trabalho todo sobre os dados de saúde, quando falamos da mudança do comportamento e essas coisas todas, o que é que acha, no fim de um processo, condicionam para que as pessoas possam ter condições, passa a repetição, para que as pessoas possam ter desenvolvimento social e sustentável?

R: ya. Tem dois níveis. Há um nível em que a gente diz nós queremos ver a prevalência do HIV a diminuir, provavelmente se olhar por ai vai dizer que não, não funciona, mas nós para fazermos as nossas intervenções em comunicação temos de ter clareza e sabermos muito bem o que é que depende inteiramente depende da comunicação e o que é que não depende da comunicação. O que é que depende de outros factores que tem a ver com comunicação e as vezes a comunicação é penalizada porque joga-se toda a responsabilidade na comunicação e acha-se que com a comunicação vai se fazer o milagre das mudanças. Nem todas as mudanças dependem da comunicação. Há coisas que não tem nada a ver com a comunicação e temos de dizer que isto aqui não é um problema da comunicação. Então, respondendo a sua pergunta, sim. Todos aqueles problemas que a ver com a comunicação nós temos conseguido ver mudanças sim, mas há coisas que espera-se que mudem a partir da comunicação mas que não vão mudar, já não é problema da comunicação. Vou dar alguns exemplo: na área de malária, por exemplo, há uns dois anos, até acho que em 2019, mas lembro que em 2018, o director nacional da saúde pública apareceu a dizer que houve uma diminuição no número de mortes, o número de casos de malária está a reduzir mas os casos de malária estão a aumentar. Significa o quê, que estamos a ter uma boa resposta nas unidades sanitárias, os médicos estão a fazer os possíveis, os provedores de saúde, para mitigarem os casos de malária e tem se conseguido tratar os casos de malária mas os casos de malária estão a aumentar, há cada vez mais pessoas com a apanhar malária, significa que a prevenção não está a a funcionar bem, significa que há falhas na área da comunicação mas

não é o que logo se conclui, mas não é bem assim, porque por vezes a comunicação pode fazer aumentar o número de casos por quê, porque nós podemos estar a dizer as pessoas que quando tens este tipo de sintoma significa que é malária tens que ir a unidade sanitária, coisas que antes não faziam. Coisas que talvez quando tinham esses sintomas pensavam que é feitiço e iam ao curandeiro e as vezes morriam sem se conhecer as causas. Na zona rural é normal termos óbitos sem que a pessoa tenha ido a unidade sanitária e as vezes até ser enterrada lá mesmo e só sabermos que houve óbitos mas não se saber de que foi, então, provavelmente estamos a ter mais casos de malária porque as pessoas estão a correr para o hospital para fazerem o teste por quê porque há mensagens que estão a passar que este e aquele sintoma, idem com a tuberculose. Então, por vezes a comunicação, pode estimular nas pessoas a preocupação de ir mais cedo na unidade sanitária e estar a se registar casos, pode acontecer. Pode ser também que seja o sistema de monitoria melhorou porque há melhor registo de casos, pode ser também. Mas o que eu quero dizer com isto é que a guerra de prevenção de saúde pública é muito grande e tem que se ter priorizar quais os ganhos imediatos que queremos ter e que a comunicação pode contribuir. Quais são os ganhos de longo prazo e que provavelmente possam depender desses ganhos de curto prazo e não pensarmos que vamos fazer comunicação para ganharmos toda a guerra de uma vez, não há de ser possível. Temos de escolher ainda falamos da malária, nós quando fazemos comunicação, não garantimos que aquela pessoa vai ser curada da malária ou não, isso já é trabalho dos clínicos mas se nós dissermos que queremos que das 100 mulheres grávidas desta comunidade, pelo menos 90% vá a consulta pré-natal nos primeiros três meses que não chega lá quando já é tarde e está com a barriga com 9 meses por quê, porque quando se detecta a malária antes, quando começa o tratamento preventivo antes as chances de ter um bebé saudável são maiores então, se nós dissermos que queremos garantir que estas mulheres consigam chegar na consulta pré-natal aos três meses, se nós conseguirmos que cheguem lá, o trabalho de comunicação foi feito, foi bem feito. Conseguimos que elas cheguem lá na consulta pré-natal, agora o que vai acontecer dali até lá em frente já não é um trabalho da comunicação é um trabalho do provedor de saúde, a enfermeira tem que fazer de administrar a medicação, se ela administrar mal não vai ter efeito nenhum e no fim do dia não venham dizer que não conseguiu se prevenir a malária na gravidez porque houve problemas de comunicação, não houve. Os que fazem comunicação fizeram, aquela mulher foi no início da gravidez fazer a consulta pré-natal mas se alguma coisa correu mal não é a comunicação que correu mal. Alguma coisa lá no procedimento clínico, nas dosagens e não sei que, alguma coisa correu mal. Então, há muitos problemas de interpretação do impacto da comunicação porque não estamos a tentar separar, até onde a comunicação contribui e onde é que daqui para frente tem a ver com gestão hospitalar, tem a ver com o protocolo dos clínicos, da medicação e não sei que, do atendimento, todas outras coisas, com a logística, a distância mas que a comunicação faz a sua parte faz então tem que se avaliar até a sua parte então, muita das vezes a comunicação tem sido muito mal, tem sido injustamente avaliada porque procura se avaliar comunicação através de indicadores de saúde, indicadores de saúde podem



sim indicar uma parte da contribuição da comunicação mas tem lá aspectos de assistência medica que não são considerados mas que tem grande impacto nos indicadores de saúde que não tem a ver com a comunicação tem a ver com assistência medica. Está a perceber? Então, para dizer o quê, que pelo menos das campanhas que acompanhei e foram muito bem desenhadas, as avaliações que foram feitas daquilo que é a contribuição da comunicação eu diria que sim, tivemos um bom impacto, agora a campanha de circuncisão médica que coloca Moçambique nos países com melhores resultados de circuncisão médica mas se eu lhe disser quantas pessoas vão para ir fazer circuncisão e que voltam porque não foram atendidas naquele dia porque tinha poucos enfermeiros ou porque deu 15 horas porque dela as 7 até as 15 não tinha ninguém e chegado a sua vez de fazer circuncisão e diz que já não vou mais porque demoram não atendem, são lentos e vamos dizer que a comunicação não fez o seu trabalho, fizemos porque as pessoas foram lá para fazer circuncisão, voltaram porque há outros problemas de número de camas, de provedores de servidor, há um problema da disponibilidade de serviço, já não é a comunicação. Significa que tem que haver um maior investimento nas infra estruturas hospitalares, tem de haver investimento no pessoal, é outra coisa. Então, na avaliação que se faz no trabalho que a comunicação faz, não pode se olhar quantas pessoas fizeram circuncisão, simplesmente. Tem que olhar quantas pessoas que nunca tinham tido a intensão de fazer circuncisão e simplesmente, decidiram que nunca iam fazer circuncisão e decidiram que querem fazer circuncisão e que foram a unidade sanitária. Ai tu estás a avaliar o trabalho da comunicação não é de quantas pessoas fizeram circuncisão porque se nesse dia a enfermeira ficou cansada as 12 e disse que eipah eu já não vou fazer mais ninguém, voltem lá para casa, onde entra a comunicação nisso? Não tem nada a ver. Então, há muitas situações dessas que o impacto da comunicação é mal avaliado e de forma injusta porque estamos a ir olhar para indicadores que não tem nada que ver com a comunicação, tem a ver com e até hoje é o mesmo problema cada vez que vem ler-se os, eu lembro que com o ministro Ivo Garido foi mesma coisa, veio ler a situação do HIV quando publicou-se o INSIDA que os casos estão a subir, a comunicação está a falhar. Vamos com calma, não é só a comunicação que está a falhar é preciso avaliar melhor o que é que está a falhar, não pode se dizer que é a comunicação, por quê? Porque quando fazem-se os inquéritos percebes que as pessoas tem informação, as pessoas tem informação. As pessoas sabem o que é HIV e como se previne. Tem informação e depois percebemos tudo (interrupção na entrevista por uma colega no escritório). Estas a ver, então é um pouco injusto a forma como, primeiro quando se planifica, não se prioriza a comunicação. Não se dá o dinheiro que devia se colocar, os recursos que se devia colocar na comunicação e no fim quando se avalia, tudo o que dá errado o problema é comunicação e eu acho um pouco injusto. Eu diria assim, que os aspectos que tem a ver com comunicação, a maior parte das doenças que tem se feito campanhas de comunicação, sim, as pessoas tem informação, as pessoas tem intenção, gostariam de se prevenir melhor, gostariam de se tratar mas há outros factores que interferem mas que a comunicação já não tem controlo que no estamos sob controlo de quem faz comunicação e que as pessoas não aderem, simplesmente porque há

questões de gestão, há questões de infraestruturas, há questões de recursos humanos que não é só a comunicação que vai mudar.

P: e na sua opinião, a comunicação que vocês fazem influencia para o desenvolvimento das pessoas como tal, no fim das contas, falamos do bem-estar, por exemplo?

R: ya. Ehhh, eu acho que em grande parte, sim. Não estamos a conseguir, não estamos a conseguir é mudar a mentalidade, tornar as pessoas mais proactivas no sentido de tomarem iniciativas e advogarem para o seu próprio interesse nas questões que tem a ver com saúde. Isso ainda não estamos a conseguir. Vou tentar ser mais específico, existem a noção dos deveres e direitos do paciente que implicam, tem como consequência ao paciente perceber que ele é tem que ser agente e o principal interessado pela sua própria saúde, nós ainda temos uma mentalidade, acho que tem a ver com o sistema de estado que nós temos em que o estado é que arca com todas as despesas de saúde de todas as pessoas , quase todo o atendimento é quase gratuito é quase subsidiado nas unidades sanitárias públicas e que fazem com que as pessoas deleguem para o estado e por consequências para os parceiros de cooperação do estado a responsabilidade sobre a sua própria saúde e não assumem a responsabilidade. Eu para ir a uma comunidade tentar falar ou engajar a comunidade para envolver-se numa determinada actividade que tem a ver com saúde, as pessoas querem saber o que é que vão ganhar com isso, se vão ganhar uma camiseta, se vão ter algum subsidio, por quê? Porque ainda tem a ideia de que o ónus está do lado do estado de cuidar de nós como povo da nossa saúde e isso depois tem uma interferência no próprio comportamento da pessoa quando a pessoa fica a espera de que seja o provedor de saúde de que seja o activista a tomar decisões por ela. As pessoas não conseguem exigir um bom atendimento não conseguem exigir explicações para entenderem melhor por que é que o enfermeiro ou a enfermeira tomou, ou o médico optou por isto. As pessoas não consideram seu próprio direito a prerrogativa de escolher, se é para fazer planeamento familiar que tipo de método devemos usar, este método não queremos, ou simplesmente não queremos. As pessoas não podem ir a um hospital ou até a uma unidade de testagem só para ir me informar e não eu chegar para eu ser testado. Eu posso ir só saber como isso funciona para eu tomar uma melhor decisão de quando quero ir fazer o teste, a pessoa pensa que basta ir para lá vai ser testado porque as pessoas acham que elas não tem controlo sobre a sua própria saúde e que a saúde delas está nas mãos do estado e o estado é que decide o que faz com a saúde delas. Então, esta mentalidade não ajuda no processo de mudança de comportamento porque as pessoas. As pessoas não tomam iniciativas por elas próprias de que tem que procurar a informação. A informação tem que vir para mim, ainda não me disseram nada sobre isso é por isso que não sei, nós não fomos, ainda não sabemos nada, as pessoas não tomam iniciativa e então, isso não ajuda porque seria isto que faria com que o sistema melhorasse por pressa das próprias pessoas, dos utentes que a qualidade do atendimento melhorasse, que o os clínicos ficassem a perceber que olha esta medicação não tem sido eficaz por causa disto, não é boa para o estilo de vida como o paciente leva e que o tratamento não está a ter eficácia porque eu estou a lhe dar uma medicação que tem que tomar em determinadas horas que não lhe dá jeito, talvez

devia lhe dar injeção, se não for injeção podia ser um xarope, podia ser não sei quê mas estou a lhe dar comprimido. Mas como é que o clínico vai saber se o paciente nem lhe diz, simplesmente opta por abandonar, diz haa eu não hei de ir mais para ali porque estão a me dar, eu tenho que tomar medicação e eu estou lá na rua, estou a vender, em que momento eu vou tomar essa medicação enquanto eu estou a vender porque eles me dão comichão, porque eu estou ali em baixo do sol, estas a ver. Então, esta apropriação nós não estamos a conseguir embutir nas pessoas que a saúde é um recurso que pertence a pessoa e que a pessoa tem toda prerrogativa de fazer gestão deste recurso. As pessoas ainda estão muito a espera, então são os activistas que vão lá insistir as pessoas, tem que fazer isto, tem que fazer aquilo, as pessoas fazem porque ok. Uma coisa é, as pessoas só aderiram a uma coisa a fazer porque estão a dizer que temos que fazer, isso não ajuda muito no comportamento, não ajuda. Então, há ainda um trabalho que eu acho que claro, nosso país não tem ainda essas condições porque é uma questão social mesmo de os serviços de saúde estarem nas mãos do estado mas nos países onde as pessoas pagam do seu próprio bolso um plano de saúde, pagam as empresas, as seguradoras, não sei quê, aquela pessoa, por mais que esteja a pagar um pacote, o pacote mais barato do plano de saúde mas a pessoa exige muito, exige o máximo, o melhor possível porque aquele pacote pode oferecer e a pessoa sabe que estou a tirar do meu bolso aquele, eu não vou ficar aqui a sentir o que eu estou a sentir no dente enquanto estou a pagar, aquela pessoa tem que ir me ver e me dizer o que eu tenho e como posso aliviar isto e tem que me dar o melhor do atendimento não tem que me despachar. Por quê? Porque as pessoas estão a pagar do seu bolso e as pessoas tem na mente que isto é um direito meu que estou a pagar por ele agora aqui já não. Aqui é tudo, o próprio preservativo é oferecido, se eu uso não uso, não faz diferença, posso deitar fora. A rede mosquiteira estão a me oferecer se eu quiser posso usar na capoeira, posso usar não sei quê. Não paguei por ela. Posso guardar até numa gaveta quando vier uma visita vou tirar para a visita usar. Não paguei. É uma coisa que o estado está a vir me oferecer. Então, isto não cria aquela apropriação que as pessoas deviam ter que é a minha saúde. Não tem. Então, trabalhar com as pessoas com esta mentalidade, não está a ajudar porque alguém que está a fazer tratamento que sabe que se eu abandonar este tratamento a minha saúde pode piorar e este tratamento pode não ser mais eficaz vão ter que me mudar de linha, vão ter que me dar um outro tipo de tratamento que é mais caro mas é caro para quem? Não é caro para mim. É mais caro para o estado, para mim continua a ser gratuito. Só vão me dizer que mudaram de linha porque aquela linha já não estava a funcionar mas não estava funcionar por minha responsabilidade porque não cumpri com os procedimentos que me informar que tenho que tomar a mesma hora, tenho que acabar os comprimidos. Não tenho que saltar dia mas simplesmente eu negligencio mas se eu soubesse que olha, se não cumprir com esta medicação e a medicação falhar, tivermos que mudar de linha para esta linha vais pagar três vezes mais o preço. Eu não vou querer pagar três vezes o mesmo preço da medicação por quê? Porque isso, as pessoas delegaram ao estado a responsabilidade pela saúde, não estão a assumir. Nós temos que andar atrás das pessoas e temos que convencer, temos que insistir, temos que estimular as pessoas para cuidarem da

sua própria saúde. Não se limita somente na questão do conhecimento, da informação é um problema de mentalidade, a apropriação que é uma guerra grande. Nas cidades onde as pessoas vão as clínicas privadas e não sei quê e que pagam muito caro, tem uma outra mentalidade porque as pessoas querem qualidade, aqui já não, só estão conformados. Nas zonas rurais, perguntam, o que eu vou ganhar o quê com isso você vir entrar comigo e fazer me a sua palestra ou eu ir participar nas suas, nos diálogos, é para eu ganhar o quê com isso? Fazem-te essa pergunta.

P: ok, muito obrigado, mas uma pergunta só. Qual é o seu papel no escritório? Sua área?

R: nós aqui temos pessoas que fazem pesquisa, são pessoas que vão buscar evidências, temos a área de desenho a estratégias, área de desenho de material e tem a de disseminação. Eu estou mais na componente de desenvolvimento do material até a sua disseminação, mais a produção de materiais de comunicação – especialista de comunicação da Johns Hopkins para a produção de conteúdos de media.

P: muito obrigado.

## **FIM DA ENTREVISTA**

## **2. profissionais do ICS e do FORCOM**

### **2.1. Belmiro Mangaze, em entrevista a 16 de Marco de 2020**

Pergunta – P

Resposta – R

Perguna - Ehhhh só para dar uma introdução, ehh eu estou a fazer uma disserta... uma tese do meu doutorado, ehh estou a fazer doutorado na Espanha, eeeee estou a falar sobre as vias do Milénio deee em Moçambique, que tem haver com as questões do desenvolvimento, ehhe tendo em conta a vila do Milénio as características que tem sendo uma uma vila que tem implementado na na, nas comunidades de modo a que ehhe em conjunto ehhe o associativismo, estas comunidades possam trabalhar de modo a que possam ter benefícios sociais e económicos, ehhe então ahhe na minha por acaso no meu mestrado eu falei do mesmo assunto só que eu fui falar naaa na vila do Chibuto.

Resposta - Okay

P - Agora estou a pegar três vilas. Vila do Chibuto, ehhe estou a repetir a vila do Chibuto, de depois vou a Vila deee Chitima, depois vou a Vila deee de Itoculo em Naaa em Nampula, ehhe Chitima está em Tete.

R - Mmmm

P - Então a ideia aqui ééé é perceber a questão daquilo que vai ser aaaaa as rádios comunitárias locais, como é que o ICS consegue gerir as vilas, as as aldeias, as as rádios, que estão nessas vilas ou nessas aldeias, ehhe e como é que tem sido pela experiência aquilo que são os resultados das comunicações que vocês produzem, ehhe eee por outro lado, também se as Vilas sendo uma uma instituição do governo, elas pelo menos conseguem cooperar, ou dar um informe sobre aquilo que são suas atividades através das vossas rádios, ehhe uma questão de de experiência, acho que em 30 minutos podemos tentar ver se conversamos. Eu hei-de ir fazendo as questões.

R - As questões, okay uhummm.

P – Exato!

R – Okay vamos ver se..., humm.

P - Hamm. Mas como é que como é que funciona aaaa o ICS no sentido geral? Olhando para aquilo que é o papel do ICS a nível nacional?

R - Bom ehhe a vocação do do ICS éhh é comunicação para o desenvolvimento.

P - Exato!

R – Ehhe, ou seja, o ICS está a implantando, então implantando ehmmm emm, todo país, ehhe nas onze províncias eeee em sessenta e três distritos.

P – Okay.

R – Uhummm, então nesses sessenta e três distritos é onde temos ehhe é onde ehhe tem rádios comunitárias, ohm ....

P - como é que funciona?

R- Bom funciona tem o ICS além das rádios comunitárias tem várias plataformas, temmm produção de vídeos ehhe temáticos, ehhe temmm unidades moveis de desmobilização social, ehhe tem também Boletins locais cada província tá produzir umm Boletim que fala daquilo que acontece naquelaa naquela região e e não só. Ohm a essência é levar o desenvolvimento das próprias comunidades para a para para o conhecimento de todaa a sociedade. Ehhe porque a as zonas rurais não são isoladas do do país , então o ICS ehhe como uma plataforma que busca essas informações através dessas experiências das comunidades rurais para o resto o o do país e tira as outras das cidades também para para o campo, então através das rádios comunitárias, ehhe como é que ehhe funciona ehhe, o ICS como uma entidade do Estado, tutela essas sessenta e três até agora rádios comunitárias, eeee lá na na onde está instalada a rádio comunitária temmm funciona uma um comité de gestão que é formado por éhh líderes, os influentes da zona, éhhhe eles reúnem com aaa o pessoa da rádio e cada rádio tem entre três, cinco a sete funcionários do estado que recebem através do do Estado, eee o restante são colaboradores que nãoo não tem salário, só vão lá vão aa vão ajudar naquilo que podem, então ooo a participação por exemplo de comunidade é através ehhe do comité de gestão,

**comité de gestão**, comité de gestão é que hmm tem ido lá, acompanha a programação da rádio ehhh, contribui também com ideias como é a rádio deve funcionar, se tiver a ter algumas dificuldades o comité de gestão é que tem aaaa a que tem a iniciativa de levar isso para a outros organismos. Agora as rádios também tem trabalhado eh com as instituições e associações estão lá implantadas, para a disseminação dessas mensagens, então as associações vão eh e tem tem portas abertas para participar eh na programação da própria radio comunitária, hmm.

P – E e e como é que tem sido o fluxo da informação nos distritos?

R – Bom eee eu penso que lá nos distritos aaa o fluxo da informação é é satisfatória, aaa aquelas organizações que estão lá implantadas usam a rádio, usam a rádio como um veículo de transmissão de informação, até porque as populações também lá credibilizam o trabalho que é feito pela rádio comunitária, nem as populações escutam escutam a rádio e participam através deee de mensagens eles eh contribuem porque as rádios também tem espaços que eles abrem as linhas telefónicas, então é aí onde se vê a participação da própria comunidade êh naquela naquela rádio comunitária. Falam de vários temas há debates que são organizados ali na na rádio que são chamados eh alguns líderes, especialistas da saúde, educação, eles vão ali debatem um certo tema em que abrem as linhas para participação das comunidades assim conseguem ver que a a a oooo a rádio tem temmm tem jogado um papel importante para o desenvolvimento eh socioeconómico de dessas comunidades.

P – E e olhando para essas eh para essa questão de desenvolvimento, porque é aquilo que importa mais em termos de participação, eh como técnico como é que tem visto para este processo como um todo?

R – Bom!

P – Se há mudanças ou não há mudanças se tem havido desenvolvimento ou se não tem havido desenvolvimento?

R – Bom eu penso que a a a participação da rádio é muito fundamental para o desenvolvimento das comunidades, porque há várias coisas que iam sendo feitas, mas com a a a implantação da rádio tem se notado uma mudança de comportamento de algumas pessoas. Eh por exemplo temm quando uma comunidade temm sente falta de água potável por exemplo humm, através da rádio através da rádio consegue-se ver que alguma coisa há muda nas comunidades, porque através da rádio a rádio busca a informação na comunidade e depois vai as entidades eh competentes e quando cruza com essas informações a ooo o próprio governo local as estorturas locais tomam conta disso, eh aaa por exemplo, problemas de saneamento do meio, se são as próprias comunidades que participam no nos debates eh o saneamento melhora na nas comunidades, então há várias coisas há vários assuntos que são abordados e que concorrem para o desenvolvimento dessas comunidades, humm, porque eh falou aqui de eh vilas do Milénio humm há varias informações eh que passam passam através da rádio da rádio comunitária que não é possível por exemplo eh nos

ehh o ICS tem alguns programas que produz a partir daqui da sede e envia para as rádios comunitárias, mas esses programas são de nível global, hmmm retratam ehhh o espelho do país, então o quê que acontece? Lá naa na rádio lá no distrito as rádios abordam questões locais do próprio desenvolvimento local, então e vê-se a a a vê-se o o o a mudança do comportamento através das atitudes das pessoas que lá vivem.

P – Okay, e e o papel dos líderes neste caso qual é? Falou de da existência de alguns líderes dentro da rádio que são paaaa que são indivíduos que vivem na comunidade e que colaboram ou coordenam muitas atividades dentro da rádio, o quê que eles tem trazido de benefício para que nos possamos dizer que a existe uma uma uma satisfação plena entre a rádio por um lado e por outro lado para a sociedade ou para a comunidade?

R – Hummm, bom é que esses eh esses líderes ehhh que participam através do comité de gestão, são um elementos escolhidos pela própria comunidade. O que acontece a a rádio lança um anúncio e diz éhhh vai se formar um comité de gestão da rádio comunitária, porque é, é um comité que funciona de dois em dois anos então deve ser reno renovado, então o que acontece? Eles eh participam na programação e sabem quais são os programas que tem mais impacto nas comunidades porque eles vivem lá na comunidade eles vão ter periodicamente com a rádio e vão saber como é que.....

P – E fazem isso nas necessidades das comunidades.

R – Exatamente! São o elo de ligação entre a rádio e a comunidade. Hum então todas as dificuldades por exemplo que a acontecem na rádio é do conhecimento deles e eles ahhh na medida do possível eh eh eles apoiam, tem um exemplo concreto por exemplo aqui emm Chibuto que um líder comunitário lá onde estava para onde está para oferecer ummm uma viatura, quer dizer isso tudo mostra que ehhh tem um papel preponderante para aquela sociedade. Portanto por questões burocráticas há políticas que ainda estão a travar isso, ohh, mas esse é um exemplo de que a rádio está inserida na na naquela comunidade e que a as pessoas que vivem lá sentem o impacto da eh da rádio. Ehh

P – Okay. E e as informações que circulam, eh h h h h h h h eh em algum momento condicionam ao bem-estar em algum momento condicionam eh conflitos, eh olhando para as duas posições, quando é que uma informação cria conflitos quando é que uma informação pode criar o bem-estar? Eh h h no mesmo grupo social.

R – Hoooo no no percebi bem!

P – A a a informação que circula, vamos supor que estamos a assistir uma um um noticiário na televisão...

R – Hummm!

P – E depois há uma informação que pode nos criar problemas **nos** que vimos a informação, ma em algum momento esta informação, eh h h h pode criar-nos o bem-estar, tem acontecido isso lá nooo nos distritos? Através das suas rádios?

R – Não! Tem acontecido, tem acontecido o que oo o que se aconselha é que eles eh devem eh com a informação correta hum, eles muitas das vezes as rádios não não não funcionam com eh com conflitos como tal, hum eles eh adotam eh fazem o jornalismo para o desenvolvimento, ou seja, eles tem a prerrogativa de tratar assuntos eh no lado positivo hum e não no lado negativo, há vários eh assuntos que concorrem para conflitualidade e que a rádio não a rádio no não dissemina essas mensagens.

P – Hummm!

R – Não dissemina, humm, porquê primeira coisa não é também do domínio do do dos colaboradores da raadio então melhor deixam, deixam essas informações para os órgãos mais eh...

P – Okay. Mas era necessário no sentido de por exemplo, um exemplo concreto eh a questão da Cólera nos distritos, é aquilo que estava a dizer tem criado conflitos entre a comunidade e os agentes da saúde ou com o governo por um lado.

R – Hummm!

P – Quer dizer a mesma informação sobre a cólera, em outros lugares não criam conflitos criam o bem-estar, as pessoas recebem a informação e atuam de acordo com aquilo que receberam que deve ser feito, mas outros lugares eh a a as pessoas vandalizam, por exemplo as escolas, porquê? Porque dizem que a cólera é, ou seja, este o cloro neste caso, é a mesma coisa que clo que cólera, então as pessoas que trouxera o clore ao invés de a comunidade entender como sendo um mecanismo de eh limpeza da água as pessoas entendem que este cloro é que traz a cólera, as pessoa relacionam esses conceitos então era no sentido de é perceber se eh eh é a rádio comunitária o ICS como como uma instituição do governo como é que tem monitorado esses processos? Porque existem, pode não ser só no caso da cólera pode ser em outros, outros casos.

R – Sim, aí é que vem a relevância do uso da das línguas locais nas nossas rádios, humm porque as línguas locais tem desempenhado um papel fundamental para ah nesses casos, humm porquê muitas das vezes as mensagens que chegam lá chegam na língua portuguesa eles vão transmitindo em língua portuguesa e as pessoas eh não entendem ou entendem de uma forma distorcida, então o uso das línguas nacionais eee é o que tem mais-valia do do das nossas rádios comunitárias.

P – Que tem maior impacto em termos daquilo que são as informações....

R – Exatamente! Que são levadas eh para para as comunidades.

P – Okay, ee e em termos de língua olhando aqui para a questão de língua local eh aquilo que é a informação que vem em português depois traduzido para outra língua local como é que é esta tradução, tem sido fiel em termos de especificidade daquilo que se pretende dizer?



R – Bom eu penso que sim, ahhh é por isso ehhh aqui no ICS nós já adotamos um sistema de não traduzir ehhh ummm as mensagens a partir daqui da sede, o que acontecia antes era ehhh termos as informações na língua portuguesa e traduzir aqui, depois manda-se para a rádio só para inserção mas o que oo que se notou é que havia distorção das mensagens, quando chegassem lá a pronúncia da pessoa que saiu por exemplo oo eh tem uma especificidade ahhh Macua por exemplo dooo litoral não é o mesmo ehhh Macua do interior, humm então quem está na rádio lá no litoral não fala a mesma coisa queeee e não entende da mesma forma que a pessoa que está a falar Macua do interior.

P – Como é que vocês monitoram esses processos?

R – Então o que nós fazemos é que cada rádio traduz da sua forma, hummm então isso tem valido muito a pena, tem mais-valia. Até agora não temos tido problemas porque cada rádio traduz da forma como eles entendem as coisas.

P – Okay. E e e e olhando para aquilo que é por exemplo os lugares onde a existem outras rádios que estão na outra gestão, como é que vocês tem feito, tem feito parceria com com a Forcom por exemplo? Em Termo de deee se for uma informação de âmbito Nacional e de âmbito urgente como a questão por exemplo daa da corona vírus, como é que tem feito ooo, tem havido colaboração com as outras rádios?

R - Bom neste momento não tem não temos eh tido problemas de de de parceria nós temos eh, temos parceria com outras rádios, ehhh não sei foi uma coisa passageira já há uns dez anos mas agora, tanto com as outras rádios ehhh ICS tem tido uma uma boa parceria, **nós** temos ah tido mensagens que **nós** mandamos para inserirem nas rádios que não são não são só ICS.

P – Por exemplo a radio do Chibuto é radio de quem?

R – É do ICS.

P – É do ICS?

R – Sim.

P – A raadio doo Itoculo?

R – Itoculo não.

P – Itoculo não é ICS?

R – Não.

P – Eh hh Chitima?

R – Hummm Chitima, humm não sei só posso confirmar Chitima só posso confirmar.

P – Okay, sim porque eh hh eu pretendo ir a essas rádios no fim eh hh conforme conversei contigo aqui, terei que encontrar alguém em que é técnico do campo.

R – Okay.

P – Para ver se pode me dar mais se possível sobre sobre a questão do...okay então era mais ou menos... então entanto, entanto que o seu perfil pode me dar de forma resumida o seu perfil ehheh profissional?

R – Meu?

P – Sim sim.

R – Bom, bom eu sou produtor, realizador e editor de programas radiofónicos ehheh...

P – Não percebi realizador, produtor?

R – Produtor, realizador editor de programas radiofónicos.

P – Radiofo... há quanto tempo?

R – Já a trinta anos (Risadas)

P – Haaa já vai para a casa da reforma, yeah esta a ver que faz sentido aquilo que eu disse. Ehheh é licenciado, só é licenciado só?

R – Sim sim

P – Jornalismo depois passa para jornalismo?

R – Sim, sim.

P – Okay, tem tem já desempenhou alguma atividade ou algum papel de dee além de editor?

R – Como?

P – Como de chefia qualquer?

R – Sim agora sou chefe deee ahh de departamento de radio e televisão.

P – Ta bom, ta certo então acho que era isso que queria perceber, eee se eu tiver mais duvidas ao longo do texto ao longo do tempo posso voltar a procurar.

R – Okay

P – Okay

R – E tenho na minha bagagem dez prémios hei. (risadas)

P – Hooo! Dez prémios Uau! (risadas).

R – Uma delas é do da SADC.

P – Hooo! Okay.

R – 2012.

P – 2012?

R – Sim.

## FIM DA ENTREVISTA

### 2.2. **Trinidade Zucula, Gestor técnico do ICS, em entrevista a 19 de Março 2020).**

Pergunta - P

Resposta – R

Pergunta – Mas a ideia éhhh é mais até para questão doo do trabalho do ICS, o que o ICS faz como trabalhos doo de campo...

Resposta – Exatamente

P – É aquilo que nós é, é, é sobre isso que temos que falar

R – Haaa okay

P – É, é, é a a talvez querer saber como é que como é que vocês criam ahhh a ah como é que vocês implementam uma rádio numa comunidade? Quais são os critérios?

R – Um dos critérios, a rádio é uma necessidade doo do Governo das comunidades, primeiro está estipulado dentro da política do Governo que deve se garantir o acesso à informação a por constituição da república já fala de isso ai, ehhh nós sabemos que neste momento a rádio pública neste caso, primeiro não cobre todos pontos do país, então uma rádio comunitária acaba resolvendo essa lacuna, então as próprias comunidades vão pedindo, mas o próprio Governo tem essa obrigação de pôr a informação a disposição das comunidades, ahhh a outra coisa é que uma rádio comunitária, tem a vantagem de olhar de forma mais aproximada de descer até lá a comunidade por exemplo temos a questão da língua, a questão da cultura , então ahh essa questão toda por tanto implementando-se uma rádio temos uma comunidade mais informada e uma comunidade que pode participar de forma mais ativa no desenvolvimento.

P – Okay e essas rádios como é que são geridas?

R – Bom, as rádios o ICS éhhh criou aquilo que chama-se deee “comité de gestão”, em que os membros da comunidade, os membros que representam a comunidade, participam contribuem, por exemplo, em ideias como é que deve ser a programação da própria rádio quais são as línguas, por exemplo, vou dar ummmm outro exemplo os nomes das rádios a maior parte são a própria comunidade é que decide nós queremos este nome, há casos por exemplo que nós criamos uma rádio já temos o nome lá mas nós geralmente a tendência é de usar o nome do distrito, mas a comunidade vem dizer depois não não não nós não queremos este nome queremos bom que conste o nome de distrito mas queremos também há um nome específico um nome que ehhh, faz parte da identidade cultural da comunidade, então é uma das formas de participação. Mas posso dizer que os comités de gestão sempre têm uma e outra falha no seu funcionamento porquê as vezes as pessoas pensam que vão ganhar éhhh algum dinheiro, o ICS não tem como pagar, porque por exemplo, os membros do comité de

gestão tem um contrato de serviço como como eu funcionário do Estado tenho para com ooo com o Estado. Nós temos emmm alguns técnicos lá a maior parte da das rádios ou a regra deveria ser, cinco funcionários e depois o resto são colaboradores dos colaboradores também podemos ter esses membros doo comité de gestão que participa na na gestão da rádio, então há essa união de força, o próprio ICS em si mas também trabalha em coordenação com a comunidade, existe fraqueza sim no processo mas ta estabelecido a coisa dessa forma.

P – Ehh as fraquezas quais são?

R – As fraquezas principalmente a participação nem sempre é dinâmica a participação dos membros da comunidade, porquê? Porque as pessoas têm outras necessidades na vida, mas há sempre quem diz, por exemplo, vamos supor que o programa não é bom, vai dizer epá esse esse programa não é nos identificamos com ele então é mais no sentido deeee, a participação é ativa ou não.

P – E quando e quando há casos que os programas não são bons, normalmente quias são as causas? No sentido dee o programa não ir ao encontro...

R – Da expectativa da comunidade, sim, sim

P – Quais tem sido as causas do...

R – Bom isso é difícil de determinar éhhh quais são as causas.

P – Já teve um exemplo específico?

R – Eu não posso ter de trazer um em mente agora, mas existem alguns casos específicos sim.

P – Okay, então qual qual tem sido a solução neste caso?

R – A solução é procurar fazer alguma modificação.

P – Como é que se faz como é que é feita essa modificação?

R – É procurar fazer um programa que já vai de encontro com as expectativas da comunidade, porque por exemplo mesmo nós aqui, embora não tenhamos ou no passado não houvesse ahh uma política editorial escrita, mas sempre há aquela filosofia de Comunicação para o Desenvolvimento que o ICS tem que trabalhar com programas mais educativos, então vamos supor, alguém produz um programa que não é educativo, temos que ver se mudamos alguma coisa, a verdade é que há aquela informação que é mais geral.

P – Mas quais são os critérios para você mudarem este este caso? Vamos supor que é um programa assim como disse não tem nenhum especto de educação, então qual é o critério que o ICS usa de modo que possa ter um programa que tenha aspetos de educação éhhh responde as necessidades?

R – É só chamar ooo atenção a equipe de produção queee o programa de uma rádio comunitária deve ter este padrão ou deve ter este perfil, então é assim mais ou menos como

nós trabalhamos, procuramos fazer uma orientação editorial mais inclinada para a Comunicação para o Desenvolvimento mais inclinada para educação das comunidades.

P – E como é desenhado o perfil da de um programa?

R – Esse é um outro problema ahhh, porque para nós o básico é a questão de educar as comunidades, mas nooo educar as comunidades não é naquele sentido de dizer que as comunidades são ignorantes, então as comunidades também tem muita coisa a ensinar a nós os próprios produtores dos programas, então eu olhando para os aspectos culturais da própria comunidade é também olhar para aquilo que é a filosofia do ICS de educar de informar, educar e comunicar.

P – Ehhhh vamos supor que é uma comunidade éhhh de Chibuto em Gaza, em que em Chibuto ahhh comunidade tem a cultura de por exemplo tendo em conta a província de Gaza de ter mais de duas mulheres ou seja mais de uma esposa.

R – Sim sim

P – E estamos a tratar da questão do assunto como o HIV-SIDA.

R – Humm

P – Como é que é, é éhhh como é que vocês desenham programas de modo a que este programa possa influenciar a mudança de comportamento ou informar aquela comunidade neste caso uma família cujo marido tem mais de uma esposa para não haver contaminação com o HIV?

R – Sim ahhh o que nos fazemos na verdade é que primeiro você não pode entrar em **Chócue** e com as comunidades

P – Hum

R – Yeah

P – É dai que eu estava a perguntar qual é o critério?

R – Sim sim nohhhhh quer dizer talvez não existam coisas ahhh muito mais definidas que éhhh claramente com como tal, mas aquela tendência de olhar de informar, educar e comunicar depois formar os próprios técnicos que trabalham lá na nas rádios para tomar em conta esses aspectos culturais é preciso educar as pessoas de uma forma em que não haja choque, se você entra em choque com as comunidades é muito complicado, mesmo para falar com, por exemplo, da da pobreza é preciso saber desenhar uma mensagem que não choque com as pessoas ehhh temos a tendência de dizer que as pessoas que estão nas zonas rurais são pobres, mas nem todas as pessoas que vivem nas zonas rurais são pobres como tal, então é preciso sempre tomar em conta o...

P – Então tendo em conta essa questão de de desenvolvimento riqueza ou não pobreza, qual quais são como é que tem abordado os assuntos, nessa comunidade sobre o assunto de riqueza, boa alimentação, boa nutrição, como é que tem feito programas dessa natureza?

R – Bom, eu como não estou lá na rádio talvez não posso responder de forma mais concreta, eu trabalho na parte mais, mais técnica, mas na verdade a questão é que o perfil do programa tem que ter aspetos educativos.

P – Okay

R – Yeah tem que ter aspetos educativos.

P – Okay, éhhh

R – O tema sempre por orientação do editorial daa de sede da delegação.

P – Okay

R – Para seguir esses aspetos, agora temos que ter também em conta que as rádios trabalham com muitos voluntários, mesmo aquele quadro de cinco pessoas é difícil ter, yeah a maior parte das pessoas que trabalham nas rádios são colaboradores.

P – Hummm

R – São pessoas que não tem, por exemplo, uma formação da escola de jornalismo, não tem uma formação hummm, nesse momento já temos a formação superior...

P – Mas se não tem formação de jornalismo qual é...

R – Temos uma formação básica, lá.

P – Dão dão na radio?

R – Yeah que é feita lá.

P – Mas qual é o critério de seleccionar os jovens para integrar?

R – Primeiro tem que ter um nível, que éhh que é a décima segunda.

P – Em todos os distritos conseguem ter jovens com essa qualificação?

R – Nessa altura sim já conseguimos, mas houve tempos em que noo não conseguíamos não conseguíamos, existem, até agora existem.

P – E as respostas são...

R – Mas tem, tem pelo menos um domínio paraaa para fazer ooo o trabalho.

P – Okay

R – Yeah

P – E as respostas são satisfatórias em termos deeee éhh esse jornalista com uma qualificação mínima possa responder pelo que demanda a comunidade?

R – Ter uma pessoa formada sempre é bom ehhh ter uma pessoa formada é melhor, mas de uma forma geral, ooo os colaboradores que estão lá estão a fazer o trabalho, um trabalho queee pode ter as suas lacunas, mas é um trabalho que traz benefícios para a comunidade.

P – Okay, mas em termos de uma avaliação geral a nível nacional, como é que tem sido este procedimento ou qual é o relacionamento que faz no geral?

R – Eu penso que a avaliação do trabalho da das rádios comunitárias é positiva, mas tem é essas lacunas por uma formação, a formação muitas das vezes pode acontecer depois da rádio ter sido começado a a a a trabalhar.

P – Okay

R – E é uma formação também de curta duração esse é outro pormenor, as formações que estamos a ter geralmente é de uma semana, hummm geralmente é de uma semana, se fosse em forma...

P – Mas de quando em quando uma semana depois de ter compensado a trabalhar quando é que ele volta a entrar na formação?

R – Não temos um programa específico, porquê? Porque não temos um orçamento pronto destinado a formação, então dependemos muitas das vezes dependemos do da existência de doadores que queiram, por exemplo, patrocinar uma formação, se não aparece aa esse doador não aparece a uma mulher, então tem sido tem sido difícil, então a a dependência do do do do do desses doadores é que também você tem que formar numa área em que ele esta interessado, eu por exemplo, posso dizer quero fazer aperfessoamento em jornalismo, mas durante ooo aqueles dias, por exemplo temos uma semana de formação humm aaa nós queremos formar um jornalista depois, ligado por exemplo aooo vamos supor aos direitos da criança, durante aquele período dentro dos cinco dias alguns dias serão dedicados aos temas doo doo do próprio yeah do próprio doador ehhe não basicamente na questão do aperfessoamento técnico doo do profissional, então essa dependência também é é é éhh éhh tem sido um bocadinho não vou nociva, mas cria uma certa limitação, cria uma certa limitação.

P – Então quando....

R – Se nós tivéssemos um programa específico com um orçamento específico vamos supor, por exemplo, por ano vamos dar três, quatro formações vamos supor uma na zona sul, outra na zona centro, outra zonaaa zona norte.

P – Mas em termos gerais esta necessidade de programas de informação não é dado em conta pela direção da instituição ouuu....

R – Não, é dado em conta, é dado em conta até sempre, tem havido sempre proposta de programa de formação, mas como digo a formação também tem custos, yeah tem custos.

P – Okay

R – O o o o o grande a maior limitação que o ICS tem são recursos financeiros e recursos humanos éhhh e isto espelha-se na sede e vai descendo mesmo até as rádios comunitárias, então muitas rádios comunitárias tem dois ou três efectivos o resto são colaboradores, então

um colaborador, tem porque há uma outra coisa essas pequenas oportunidades de formação que temos, você forma por exemplo um colaborador hoje mas passado dois, três dias ou passados dois, três meses se ele tem uma oportunidade vai voar. Então quando se tivermos um efetivo aa a coisa seria melhor, a coisa seria melhor sim.

P – Então nessas formações que vocês formam os colaboradores no sentido geral, ou seja, são generalistas ou cada colaborador tem sua área específica?

R – Não ooo por causa dessa limitação o colaborador tem que ser multifacetado.

P – Okay

R – Tem que ser multifacetado, ele tem que saber fazer locução, tem que saber fazer notícias, tem que também fazer reportagem.

P – Ehh e olhando para aquilo que seria a o caso específico das rádios no local, em termos de sustentabilidade como é que é a gestão?

R – Éhhh eu penso que...

P – Tendo em conta aa, aa o problema não da crise do país, mas já havia comentado que o ICS também debate-se com o problema doo dos fundos ehh como é que é isso, como é que se reflete isso naaa na gestão das rádios locais?

R – Bom ahhh primeiro há uma lacuna dee oooo os colaboradores nãoooo não ter uma formação em gestão deee de recursos financeiros, mas estamos a tentar ultrapassar esse problema, queremos também passar a formar oooo os colaboradores nessa área, queremos ter mais a questão da sustentabilidade. Agora o que acontece nem todas as rádios são iguais existem algumas que também dependem da localização geográfica, que podemos dizer que conseguem alguns recursos, é, é difícil falar de uma sustentabilidade numa forma muito gee generalizada, cada caso é um caso, há aquelas que estão mesmo em condições muito difíceis.

P – Hummm

R – Estão em condições muito difíceis, existem zonas que tem muito comércio, zonas onde há muita produção essas podem...

P – É por isso que eu perguntei quando vocês implantam as rádios, qual é o critério que usam, usam o critério de situação geográfica porque tem...?

R – Por exemplo a densidade populacional conta.

P – Haaa a densidade populacional...

R – Yeah a falta de uma rádio nesse sítio conta muito.

P – Okay

R – Yeah conta muito, e depois também o pedido da população, quando a população por exemplo vai a o presidente “Queremos uma rádio, queremos uma rádio”. Nos temos que ter



em conta essa situação, também tem aquelas situações em que aparece um ummm um parceiro e diz ahhh “Eu já identifiquei que naquele sítio há falta de uma rádio, eu possoo dar alguns recursos para vocês criarem uma rádio lá”. Então trabalhamos com esse parceiro. E nós também já fizemos levantamento geral do país, quais são os distritos que tem rádio, quais são os que não tem, yeah então tomas em conta....

P – E quais são as rádios que estão em sit... em zonas ou em locais onde a situação económica do próprio lugar favorece o desenvolvimento de uma rádio?

R – Não posso dizer porque éhh é uma...

P – Mas existem?

R – Nooo noo não está assim como é que vou dizer? Feita de uma forma sistematizada.

P – Mas existem?

R – Existem sim.

P – Emmm situações em que há rádios que estão implementadas numa zona em que aa a situação económica é favorável?

R – Por exemplo vamos ver se uma rádio que está noo na zona de Nacala por exemplo, pode não ser o caso, mas Nacala em termos da dinâmica da vila é outro assunto.

P – Okay

R – Yeah, Uma rádio que está, por exemplo, a situação é outra, voltamos para Niassa, se tivéssemos uma rádio em Cuamba o ICS não tem rádio por acaso em Cuamba, mas tem por exemplo vamos supor Mandimba, então comparando Mandimba, Cuamba e \_\_\_\_\_ há sempre um desequilíbrio em termos de de de recursos.

P – De recursos, okay há um sítio onde é mais forte e há um sítio onde é mais fraco. E e e falou aqui no principio sobre a constituição da republica queee nos remete a ideia daa do acesso a informação, de acordo com a sua experiencia ahhh tendo em conta o trabalho que tem feito no meio da comunidade éhh qual é o nível que nós podemos dar em termos de acesso a informação? Tem a informação esta vossa éhh partindo das rádios comunitárias e não só.

R – Eu penso que o estabelecimento das rádios comunitárias, melhorou o acesso à informação, podemos discutir já a questão da qualidade isso é um outro assunto mas há mais comunidades que tem informação do que antes de se ter lá as rádios comunitárias. Por outro lado, o facto de as rádios terem a obrigação de transmitir a informação em português e nas línguas locais também contribuem para que se melhore esse acesso à informação, yeah. E outro lado porquê a informação que é feita na comunidade também tem haver com aspetos locais é mais fácil a pessoa pensar no especto local de desenvolvimento para depois pensar no país de forma geral isso também é...

P – E e e sobre estas questões de desenvolvimento qual é a éhhhh qual é o pilar que a radio a o ICS éhh éhh toma mais atenção? Porque podemos ver a educação, podemos ver a questão da agricultura, podemos ver a questão do meio ambiente, podemos ver a questão da saúde e outro pilares, qual é ahh o pilar que que o ICS toma com maior com maior incidência e cada a cada 24 horas em termos de percentagem é o programa é o tipo de programa é o tipo de pilar que tem maior é é é aceitação não que tem mais espaço nas rádios.

R – Bom nós não fazemos talvez uma avaliação específica nesse sentido, mas posso dizer, por exemplo, na saúde, a agricultura ahhh questão dos direitos da criança, a questão do ambiente, aa pecuária, por exemplo, são áreas que nós a destacamos na naaa na questão doo na programação das rádios comunitárias.

P – Hummm

R – E também éhh neste humm neste caso a questão das infraestruturas de edificação rural, mas queria dizer de uma forma geral as acções de promoção de desenvolvimento realizadas pelo Governo também tem, são destacadas.

P – Okay

R – São destacadas.

P – Eeee e olhando para aquilo que é a comunidade éhh há maior aderência ou não em termos gerais sobre aquilo que são as acções a partir da radio e do Governo no geral?

R – Sim sim, sim há sim, eu posso dar por exemplo a questão da doo, campanha de vacinação.

P – Okay

R – Durante a campanha de vacinação é ... consegue-se perceber que a rádio, a população dá importância àquilo que é feito a partir da informação queee que é feita na rádio.

P – E como é que a rádio do ICS olha para a questão dos líderes comunitários?

R – Haaaaa esses não podem ficar longe das rádios comunitárias temos, temos sempre a obrigação de contar com eles.

P – Okay

R – Uma das questões éhhh eu não posso precisar agora que na parte do Comité de Gestão eles também estão lá.

P – Eles também fazem parte.

R – Hummm

**P – Esta certo, então são essa questão que eu tinha éhhh acredito que ficou uma e outra**

**FIM DA ENTREVISTA**

### **2.3. Vitória Homwana, editora do Jornal ‘o Campo’ do ICS, em entrevista a 17 de Março de 2020**

Pergunta - P

Resposta – R

Pergunta - há quanto tempo trabalha no ICS?

Resposta – Desde oitenta e quatro (1984).

P – Yuuu! Então já estás na reforma!

R – (Risadas) Estou. Só não tratei, quer dizer agora eles não obrigam nem, as pessoas a reformar, se não eu já estaria fora.

P – Mas vais reformar como chefe?

R – Não.

P – Como o quê, como Técnica?

R – Sim

P – N1?

R –N1 se eu conseguir, porque ainda não consegui meter os documentos.

P – Haaaa yeah okay.

R – Se eu defender, se eu não defender não tenho nenhum.

P – Haaaa próxima semana tu podes defender é só você querer, agora tu estás aí como o quê trabalhas como o quê?

R – Como técnico de comunicação social.

P – Técnico de comunicação social, respondes pelo jornal, jornal... já estamos a começar a conversa.

R – O Campo.

P – Jornal o Campo, desde que tu entraste é jornal o campo?

R – Na na na não, eu entro para o ICS via concurso.

P – Okay

R – Para trabalhar na radio Xai-Xai, a primeira radio comunitária em Xai-Xai.

P – Okay

R – Hummm, então só que já estava nas vésperas do meu casamento não não fiquei muito tempo lá, trabalhava no partido, me tiraram do partido para eu trabalhar na raadio comunitária de Xai-Xai, chamava de Rádio Local na altura, era antes de ehhe começar ihhh

funcionar ohhh introduzir as rádios comunitárias, então depois do meu casamento passei para Maputo, aqui em Maputo estive até dois mil, até mil novecentos e noventa e oito, a fazer programas radiofónicos, fazia em língua Tsonga aqueles programas que divulgavam as cinco e meia na Rádio Moçambique via Rádio Moçambique.

P – Okay.

R – Agora ehhh nesse ano houve éhhh quando surgem já as rádios comunitárias. A Rádio Moçambique também começou a largar o ICS, largou o ICS ficamos sem fazer programas a divulgar via rádio.

P – Então significa que o a informação que está nooo no no no no no Campo no Jornal o Campo é a mesma informação que passa na rádio?

R – Não, Não é assim.

P – Como é que é? Como é que é a informação que circula no no no no no Campo?

R – Agora está se a tentar uniformizar, mas nunca vais ser igual da da de igual maneira geralmente neste momento quando saímos, saímos em três grupos, temos vídeo, temos rádio e e e jornal.

P – Hummmm

R – Mas a forma de tratamento é diferente, porquê rádio trata os assuntos ehhh via introdução que completa fala enquanto nós temos de buscar o historial, historial mais desenvolvido.

P – Então...

R – Tudo é escrito.

P – Oooo o vosso papel nesse caso éhh é divulgar as informações que ocorrem nas comunidades?

R – Bem nós ooo papel do do do

P – Okay qual é o papel neste caso do Jornal o Campo?

R – Jornal o Campo ta cumprir aquilo que é o papel do ICS, que é o ICS é criado para buscar preocupações dos camponeses para para responde a lacuna que ohhh no campo havia devido à fraqueza da informação que não chegava lá, o jornal não chega, a maioria dos sítios chegava a aaaa a oooo informações da Rádio Moçambique, ehhh televisão idem, também começava já a, começou como rádio experimental. Então o ICS entra com o objetivo de ehhh fazer chegar informação lá no campo e trazer preocupações do campo para o oooo o Governo poder responder, poder ehhhh cuidar das preocupações que eles deparam lá no campo.

P – Hummm

R – Então quando vamos ao campo a maior preocupação é buscarem as atividades que se desenvolve no distrito, na localidade, na comunidade de um modo geral, mas na área rural.

P – Humm

R – Ehhh entrevistamos ehh os agricultores, os pescadores, depois as preocupações que ele tem, os sucessos ehh os dirigentes por sua vez falam daquilo que eles fazem, no campo eh eh eh de possíveis, possíveis resoluções nos problemas que os agricultores apresentam pesca... pescador entre outros.

P – Okay

R – Ehhh é esta a nossa função. E o Jornal o Campo está tematizado, tem páginas de educação sobre a agricultura e inovações agrícola como... quer dizer fazer troca de experiência dos conhecimentos do modo geral aquilo que o camponês não sabe, ehhh transmitir para poder aplicar e ehhh neste contexto no início nós trabalhamos mais em ligação com Instituto de Investigação Agrária, mas a partir de um certo momento houve um bloqueio em que já não era fácil, assuntos de saúde também ehhh por tanto ahhh aquelas doenças que precisam fazer chegar.....

P – Corona Vírus por exemplo.

R – A população, para se precaver caso de diarreias, malária éhh variedade de doenças, essas deee temos o quê neste momento que afligem muita população, população além da diarreia? HIV-SIDA também, temos uma página que trata sobre HIV-SIDA, ali trazemos ensinamentos e atividades desenvolvidas pelo Governo ehhh e e e avaliamos também qual é ahhh a a a o impacto daquilo que é dado como ensinamento, nas comunidades. HIV-SIDA, planeamento familiar temos diversidades de assuntos que éhh é do interesse também do Governo e do da própria população na comunidade rural, locais de difícil acesso ehhh como é que o Governo procura resolver os problemas daquela comunidade que não tem condições é quando já surge por exemplo a resposta na parte das maternidades e mulheres que não dão parto institucional, porque no não estão perto das maternidades é quando já criam o quê as casas de mães perto, o que facilita as mulheres sair do campo e virem ficar ali com alguém até quando aproximar do tempo até tiver o parto. Então éhhh são essas coisas, podemos dizer que é um dos impactos que ehhh nos achamos que tem um resultado que... se acompanha com pesquisa mas nunca se fez pesquisa, para saber qual é o impacto que nos rea... mas nós vimos o que o que eh é resposta do Governo a partir das preocupações apresentadas pelos camponeses pelos ohhh pela população daquela comunidade rural.

P – Okay falou que ehhh esta envolvido o Governo e a comunidade. Eu queria perceber aqui na parte do Governo vocês buscam informação na comunidade para o Governo através no jornal?

R – Sim.

P – E assim como vocês buscam informação do Governo para a comunidade, como é que isto funciona? Não percebi direito, como é que como é que o Governo, o Governo tem lido o Jornal o Campo?

R – É suposto terem que ler, tem alguém sempre que tem que ler e fazer chegar as preocupações da comunidade.

P – Ahamm okay, esse alguém esta aonde?

R – Nós não sabemos quem, mas é sabido que...

P – Então vocês estão a escrever jornal para pessoa que não sabem quem é?

R – O jornal é para o Campo, traz levanta traz as preocupações do campo para o governo saber resolver.

P – Sim, eu estou...

R – Fala dos postos de saúde

P – Quem são essas pessoas do campo do Governo que leem o Jornal o Campo? É isso que eu estou a perguntar. Não estão identificadas?

R – Não não, o jornal quando sai é distribuído.

P – Para as instituições do Governo?

R – Para as instituições do Governo assim como para o campo lá.

P – Okay

R – Sim.

P – No campo a comunidade consegue ler?

R – Sim, conseguem ler, leem.

P – Qual tem sido o impacto do Jornal?

R – Ahhh a maior dificuldade que nos temos deparado nos últimos tempos, é falta de impressão do próprio jornal, raramente se imprime, nesses últimos dias mais ou menos...

P – Não eu me refiro no impacto das comunidades quando vocês imprimem, nos dias em que imprimiam, o jornal chegava lá e as pessoas liam. Qual é o impacto disso?

R – As pessoas gostam de aprender do jornal as técnicas por exemplo da agricultura, ehnh até o jornal é usado também nas escolas primárias, crianças éhhh aprendem algumas coisas a partir daquele jornal que até levam para eh eh eh suas residências, lê para os pais transmitem informação para os pais a partir daquilo que leram no jornal, para aqueles pais que não sabem ler. Ehhh é como se fosse um meio que apoia na formação própria da da das crianças do nível ensino primário, até secundário quando nós chegamos com o jornal, lutam as crianças para receber aquele jornal, gostam. Camponeses quando vamos lá no campo,

nunca podemos ir numa zona sem aquele jornal quem na na não recebe você entrevista diz “onde esta o jornal? Nós não temos jornal aqui”. Aqui o maior problema é impressão, haver condições de imprimir o jornal é precisado no campo, porque esse Jornal Notícias não sei quê as pessoa querem se informar, também de um modo geral saber daquilo que se passa nas outras províncias, nas outras comunidades como é que eles conseguem isto acolá, como é que resolvem as suas dificuldades, por exemplo há esse sistema de associações ehh do.. pessoas que criam associações para fazer empreendedorismo introduziram agora ahhh questão de criação do peixe, é um é uma informação que também estamos a divulgar eh eh e o Governo está preocupado também em fazer eh eh essa promoção de de de criação de peixe para aliviar para atenuar a dieta nem, para alimentar nas comunidades invés de esperar só do rio trazer, no sítio onde tem lagoa eles criam.

P – Hum

R – Sim

P – Ehhh em termos dos líderes comunitários qual tem sido o apoio dos líderes comunitários no jornal, o envolvimento deles no jornal?

R – Bem no jornal nos só fizemos deles como fontes, nossas fontes.

P – Fontes de informação ou...

R – São fontes de informação, nos buscamos aquilo que é são as preocupações da comunidade porque eles vivem com a comunidade.

P – Humm podes falar

R – Vivem com a comunidade então eles conhecem melhor ohh quais são quais são as preocupações que ahh as comunidades tem apresentado, eles ehhh também se preocupam em levantar para o conhecimento do Governo através do nosso jornal, nosso jornal funciona como um canal, foi criado para funcionar como uma canal.

P – As medidas que costumam levar o jornal para aquela comunidade que não consegue ler e não sabe ler, tem feito isso/

R – Bem, o problema é que não há humm regularidade, de envio do jornal.

P – Okay

R – Não é fácil responder com precisão essa pergunta.

P – Okay, então esta a me dizer que há há um problema ou há uma défice que se verifica no processo da produção do jornal, porque se significa que o jornal não vai cumprir com aquilo que é o seu papel fundamental.

R – Não estou a conseguir neste momento

P – Mas qual é a causa...

R – O seu objetivo.

P – Mas qual é a causa disso?

R – Questões financeiras porque depende do do do Governo, então tem tem tem que haver dinheiro para poder imprimir, dinheiro para as pessoas até problema de buscar busca de informação não é tão grave.

P – Os que produzem jornal quem são?

R – As delegações provinciais são envolvidas.

P – Okay.

R – Temos repórteres lá em cada província em que vão ao campo procura ohhhh, fazem essas entrevistas que eu me referi lá na comu... nas comunidades eh hh hmmm entrevista os líderes comunitários eh hh os diretores hmmm da da de do do coiso das atividades IDAI nem até os administrador eh hh eles depois mandam para nós, por exemplo temos agora um um artigo deee sobre justiça que divulgamos no Jornal Notícia, tem um memorando de entendimento que temos com o Jornal Notícia, eh hh cada tema escala em que cada província de dois em dois meses tem que trazer mandar um artigo que fala de um determinada profunda de um determinado distrito o assunto tem que eh h tratar a partir da base, buscar a sensibilidade doo do do do do beneficiante ou do agente neste caso. E depois a pessoa que responde que é oh hh o chefe das comunidades eh hha até ao o distrito, assim como os secretários eh hh presidentes das associações que se envolvem em diversas áreas.

P – Essa essa edição do Jornal o Campo onde é feita? É feita na central?

R – Sim sim.

P – Que é aqui na sede?

R – Sim, nos é que fizemos.

P – Eh hh e essa informação que aparecem de todos os distritos onde vocês têm oh hh onde vocês têm sede, vem sendo editada na na sede?

R – Sim sim.

P – Depois é devolvida para...

R – É material bruto nos preparamos.

P – Para ficar no jornal?

R – Sim

P – Sim o que estou a dizer é, depois de produzirem o jornal mandam de volta os jornais para os distritos?

R – Sim



P – Naa na linguem portuguesa?

R – Sim sim, sim.

P – Okay, então tendo em conta que ehh o nosso país não é não é assim como é que vamos dizer? No no não é de falante de língua portuguesa, mas vocês editam o jornal na língua portuguesa, co como é que tem sido isso, qual é o impacto desse jornal nas comunidades?

R – Sim como dizia no ini... no princípio as crianças é que fazem chegar a informação, quando os pais não entendem eles geralmente as crianças quando chegam em casa até são curiosas

P – Essas crianças apanham o jornal aonde?

R – Nas escolas.

P – Hamm okay

R – Nas escolas, lhes distribuem nas escolas.

P – Mas okay depois tem tem um jornal que é editado nas localidades?

R – Não não.

P – É tudo editado na sede?

R – Sim sim.

P – Okay

R – Não, não temos.

P – Então precisam de uma edição nos distritos, nem que fosse um jornal ou seja um jornal de parede.

R – Humm

P – Porquê? Porque o o o o quê que eu estou a tentar perceber? O que eu estou a tentar perceber é, tendo em conta que é um jornal que visa aa aliviar certos problemas, dentro da comunidade ehh por outro lado, é um jornal que visa incrementar o desenvolvimento local, significa para para os estudos que assim podem ser científicos que éhhh, o desenvolvimento é local, aquilo que acontece em Chibuto não é o mesmo que acontece em Chinavane, em **Mandjacase** em outros sítios, o que significa que aqueles debates que são feitos a nível da comunidade tem de ser produzido no jornal a nível local, tem aquilo que importa aquilo que... porque assim o Jornal o Campo esta a funcionar como uma espécie de Jornal Noticias.

R – Hummm

P – Porquê? Porque ele traz esta centralizado o poder do jornal a capacidade de linguagem do Jornal o País atingir as massas esta centralizado, a linguagem que o Campo a linguagem pelo o qual o Campo é divulgado é editado não é a linguagem que a comunidade usa lá nos distritos, então o Campo o ICS, precisa de editar ou de ter uma revista alias um jornal de

edição local, nem, que fosse um jornal em que vamos imprimir quatro folhas de A4 de depois colamos na parede, se for na escola colamos na parede, se for no..

R – Na língua local?

P – Sim, se for na sede do bairro colamos na parede, podemos ter até língua local e em português. Se for no bairro, na localidade nahh nas comunidades, ali onde os líderes comunitários se encontram, na casa do líder naa nas escolas primárias, que dizer tem que ter um jornal local, para quê? Para mostrar porque o que é um jornal local comunitário? É um jornal que ajuda as pessoas a informar aquilo que acontece dentro da comunidade, significa que no no na na na na na perspectiva do ICS há assuntos que acontecem na localidade e que os locais não conhecem?

R – Sim

P – A não ser por ser por via radio.

R – Sim

P – Ou ou as políticas são iguais, onde editam a matéria que passa na rádio?

R – Éhhhh na rádio também estava para dizer que éhhh as informações que vem no jornal o Campo.

P – Hummm

R – Também quando voltam paraaa no no no no dispositivo jornal, éhhh é mandado para as rádios comunitárias neste momento utilizamos o sistema de WhatsApp, eles traduzem as as notícias que acham que são importantes para aquela zona em línguas locais, neste momento.

P – Mas será que a tradução éhhh éhhhh a tradução é fiel para as pessoas perceberem o que aconteceu?

R – Pode não ser (risos), pode não ser, mas prontos é umm vamos supor que estamos vem um assunto de Corona Vírus que estamos a tratar muito beste momento.

P – Hummm

R – Sempre vem em português, é como o programa que é, é feito na naa provincial, éhh ele faz-se em português depois se divulga em em em faz se a tradução para changana ou para para Tsonga.

P – Yeah, mas a tradução nem é sempre éhhh é aquilo que é acho que a comunidades como comunidade ela precisa de ter uma informação que é editada a nível local, faz semelhança, é por isso eu estava pergunta é assim as rádios comunitárias não editam informação na localidade? Editam. Então isso pode ser feito a nível do Jornal o Campo, existem informações que devem vir para a centra serem editadas serem vistas depois mandarem de volta outra informação mandarem para o Governo como diz. Agora exi por exemplo dizer

que no meu vizinho roubaram lhe galinha esses roubaram lhe galinha, isso é uma informação comunitária.

R – Huuhmmm

P – Quem é que roubou a galinha do vizinho? Esta é um problema que deve ser resolvido a nível da comunidade.

R – Claro!

P – Mas essa mesma informação já não pode vir a nível central.

R – Já não dá não há espaço.

P – Sim não há espaço para isso, agora é por isso que estava a perguntar é por isso estava a perguntar como é que é esta este processo? Não sei se faz sentido é mais ou menos por aí, é por isso que eu estava a perguntar se cada cada comunidade tem seu jornal ou é único, mas estou a perceber que o jornal aqui é único.

R – É único

P – Yeah a forma... porquê que estou a perceber o ICS existe em todos os distritos, não é isso? Então existindo em quase todos os distritos a forma de pensar do distrito de Chibuto é diferente da forma de pensar do distrito de Munhava, e os problemas também são diferentes, então é preciso que em Munhava o Campo tenha uma forma de dar informação para os locais, em Chibuto o Campo tenha uma forma de dar a informação aos locais isso estariam dentro da comunicação para o desenvolvimento, a semelhança daquilo que se faz na radio, na radio faz assim. Okay eu estava a procura de coiso aqui mas este questionário não serve para o ICS, mas okay já ti levei muito tempo. Ahmm okay é esse aqui. Acho que podemos parar por aqui a não ser que tenha algo que não tenha perguntado que gostaria de acrescentar

R – Não, não tenho

P – Ahhhh em termos do teu perfil dizias que trabalhas já falamos de perfil nem?

R – Falei um pouco.

P – Falou um pouco?

R – Eu.... depois cortou

P – Humm

R – Eu disse que entrei a trabalhar para o programa radiofónico, que era um programa divulgado via Rádio Moçambique, depois quando termina esse contrato com o surgimento das rádios comunitárias eles deixam de ter essa parceria com o ICS, noos começamos éhh a fazer nossas coisas também mas na sede como se não tivesse rádio comunitária, como se não tivesse rádio como agora, eu passei para o Jornal o Campo, fui treinado lá ehhe chegou um momento já que houve necessidade de eu ocupar aquele lugar de chefia e ocupei.

P – Okay.

R – Humm

P – Então esta lá como técnica?

R – Sim

P – Muito obrigado.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **2.4. Naldo Chivite, coordenador de Comunicação e Programas na FORCOM, em entrevista a 20 de Outubro de 2020**

#### **Pergunta (P): contextualização e pergunta**

**Resposta (R):** ehh, bom, há muita coisa que se pode falar sobre as rádios comunitárias ao nível das comunidades. Ehhh, primeiro dizer que elas, vou falar especificamente das rádios comunitárias filiadas ao FORCOM, elas trabalham, são vocacionadas para trabalharem para as comunidades, esse é o princípio. Ehh, e de que forma elas trabalham para as comunidades? eeh, elas desenvolvem várias acções, não é, ehhh, principalmente ehhh na componente de programas, ok? Em que consiste essa produção de programas? Esta produção de programas consiste ehhh, primeiro eles fazem uma espécie de levantamento dos principais problemas que o distrito enfrenta, não é, principais problemas, principais preocupações ao nível das comunidades, das comunidades e com base nessas preocupações, elas produzem conteúdos, não é, e a produção de conteúdos, para que elas produzam conteúdos de qualidade elas estão preparadas pelo FORCOM, em técnicas de produção de conteúdos e são esses conteúdos que eles pegam e produzem programas em com envolvimento das comunidades e diferentes actores a nível local. Estamos a falar das instituições ehh do governo, estamos a falar do sector privado, estamos a falar de aaaa de outros actores relevantes ao nível local. Então, elas difundem esses conteúdos e disseminam para as comunidades, não é. Os conteúdos são em várias áreas, estamos a falar de saúde, educação, recursos minerais e naturais, infraestruturas, em todas as vertentes locais. Então, ahhh, eles passam estas informações às comunidades e depois temos uma espécie de **clube de escuta**, que são, que é um grupo que é criado que com o apoio da rádio ao nível das comunidades que faz uma espécie de censura dos conteúdos que são produzidos ao nível das rádios. Estes clubes de escuta ahhh, eles fazem uma espécie de censura sobre os conteúdos que são abordados, se vão de acordo com as necessidades das comunidades ou não e recomendam a rádio. Então, os clubes de escuta é um elo de ligação entre as comunidades e a própria rádio. Um dos grandes fortes do amm das rádios é mesmo a questão da monitoria da governação do governo. Elas olham muito para aquilo que são os fundos alocados aos distritos e distribuídos em várias áreas, então elas fazem uma espécie de monitoria de como aqueles fundos estão a ser geridos, não é, que é para garantir a transparência e o desenvolvimento ao nível local.

Infelizmente, estes programas não são muito bem concebidos porque os governos locais entendem e percebem isto como uma afronta e é uma cultura, é preciso perceber que é uma cultura e isso eu particularmente já reparei porque muitas vezes quando fazemos visitas de monitoria, quando eu vou, e tenho encontro com os governos locais eu eu eu reparo e e é testemunhado pelos meus colegas é que há uma cultura de que o administrador é o “dono do distrito” (grifo do entrevistado). Então, tudo o que acontece no distrito ele é que manda, tudo, tudo e ele tem tanta vontade e tanta coragem de chegar e já temos vários casos de chegarem na rádio e censurarem os conteúdos que estão a passar, não é, quererem influenciar, quererem mudar a linha editorial da próprias rádios porque ele acha que de facto, é o dono, não é, e desconstruir isso não é assim tão fácil. Então, isto faz com que haja uma grande guerra porque os jornalistas sabem que o administrador não é dono, o administrador está ali para servir o povo, está ali para servir as comunidades. Mas entretanto, não, compreensão, essa compreensão do lado do próprio governo. Então, isto acaba fazendo com que haja uma grande rixa nesses programas de monitoria da governação que são produzidos para para as rádios. Estes programas tem uma grande relevância por quê? Porque ajudam a consciencializar as comunidades sobre os seus direitos e seus deveres, mas particularmente, os seus direitos, não é. Ajuda a fazer perceber as comunidades como é que estaa sendo gerido os fundos. Primeiro deve saber que saber que existem fundos que são alocados, não é, para desenvolver, por exemplo, áreas de infraestruturas, desenvolver, por exemplo, melhorar a qualidade dos serviços nas unidades sanitárias, eles sabem que, da existência do fundo, mas entretanto, depara-se com uma situação lastimável em termos de qualidade dos serviços na área de saúde. Então, isto faz com que o quê, com que a comunidade tenha voz e esta voz aparece muita das vezes nos programas em directos em que nós convidamos os governantes, convidamos os técnicos das áreas específicas, saúde, educação, agricultura e e convidamos organizações da sociedade civil e confrontamos com as comunidades. Então, temos vários programas em que as comunidades ligam através das linhas directas a desmentirem feitos que são ditos pelos governantes locais, por exemplo, a melhoria das vias de acesso que faz ligação de um ponto para o outro, então, temos situações em que um técnico de área estaa la, um chefe de departamento estaa la a dizer isso mas então, essa informação é desmentida pelos próprios moradores de lá. Situações das vias de acesso que iniciaram com a sua reabilitação mas ao meio foram paralisadas não é, não se sabe por quê? onde foram os fundos, se iniciou o processo é que existiam os fundos para o efeito. Então, são as comunidades que questionam esses tipos de situações. A questão do atendimento hospitalar, a questão da falta do acesso aos medicamentos básicos nas unidades sanitárias também são muito questionados os técnicos de saúde porque são as comunidades que ligam ao do próprio hospital até fazer a questão de dizer que olha jornalista pode vir para aqui agora para testemunhar se realmente tem estes medicamentos, o hospital não tem. Então, são estes tipos de programas que nós fazemos que é para vermos que é para elevar o nível de consciência do distrito primeiro ponto, mas também para permitir e garantir que haja este espírito de transparência dos governantes, mudança de atitudes e transparência porque só assim é que é

possível desenvolver o distrito não é. ya porque o que nós reparamos é que há fundos que são drenados para para para o desenvolvimento dos próprios distritos mas estes fundos, como é que estes fundos são geridos ao nível local? Estamos a falar de uma comunidade muito sensível, uma comunidade analfabeta, a maior parte delas, comunidade que não tem espaços para poder criar debates poderem como é que posso dizer, poderem ehm ehm ter o conhecimento de que entrou isto e aquilo para o distrito. Então, tem que haver alguém que lhes passe esse tipo de informação que são as próprias rádios comunitária. Então esse é o nosso grande papel lá ao nível local. Mas também temos ahm, temos as outras vertentes do trabalho, por exemplo, que é a questão da promoção da participação política da mulher, não é, a nível dos distritos, nós sabemos que é muito fraca, vários estudos mostram isso e nós procuramos através dos programas influenciar até que ponto estas mulheres podem ter uma participação activa. Como é que elas podem fazer parte dos governos locais e isso nós fazemos diferentes tipos de de de programas com base em estudos feitos aqui pela fórum mulher, pela Wilsa, então, eles facilitam-nos com documentação e é esta documentação que nós usamos como evidência para mostrarmos que, de facto, estamos a ter problemas de de enquadramento das mulheres ehh ehh. No entanto, na esfera política, por exemplo, ao nível dos governos locais ainda continuamos com esse défice, nós trabalhamos isso também. Ahm, no contexto eleitoral nós trabalhamos muito na massificação da informação para permitir uma participação qualitativa das comunidades. Atenção, é preciso perceber que nós nós já desde as eleições de 2014 até aqui estamos a fazer um grande trabalho em termos de consciencialização ao nível das comunidades. Nós, só para veres, em 2017, 16, 17, por ai, espera ai, nós fizemos uma espécie de um estudo sobre o impacto do trabalho das rádios comunitárias no contexto da governação olhando mais o processo eleitoral e o estudo revelou-nos que cerca de 48% não é, da amostragem, portanto, foi votar por influencia da informação passada pelas próprias rádios. Nós temos vários casos evidentes de pessoas ao nível local que ligavam para a rádio a solicitar informações, ligavam para a rádio a mostrarem-se indignadas porque ouviram na rádio, por exemplo, eh vaarias informações que tem que ver com o pacote eleitoral, não é, os limites que tem que ter, que as autoridades tem que ter, então com base nessa informação eles reivindicavam isso lá portanto, nas proximidades das mesas de votação, entravam em contacto mas nós ouvimos esta informação e temos programas disso, nós ouvimos essa informação na rádio e agora ficamos sem saber porque estamos a ter situações como estas no terreno, então, nossos jornalistas eram obrigadas a deslocar lá e se estivessem lá, apoiar as comunidades que estão certas. Isto é o que vem na Lei, não foi inventada. Então, nós procuramos garantir esta consciencialização ao nível das comunidades para elas terem uma participação qualitativa porque nós sabemos que o que acontece muitas das vezes é que os nossos governantes vão nas comunidades e fazem enumeras promessas e não cumprem, não é. E um dos aspctos que que nós achamos que é relevante é que quando se aproxima um pleito eleitoral nós fazemos uma espécie de levantamento das principais promessas feitas pelo partido X, Y que não foram cumpridas e nós alertamos as comunidades. Recordam-se desta e daquela promessa que vinha no

manifesto eleitoral do candidato X, do partido Y, entretanto, pelo que constatamos não há, não houve evolução, não foi feito isto mais aquilo, a construção de 15 escolas, por exemplo, e só construíram 5 e as outras 10? E então, nós, quer dizer, alertamos e quando eles começam a fazer uma espécie das suas campanhas e não sei quê a nível das comunidades, as vezes são confrontados com estas questões, não é. Então, este tipo de exercício que nós fazemos que é para permitir, no entanto, o elevado nível de consciência das comunidades para que elas possam claramente ter uma participação qualitativa.

P: e a participação no na comunidade, neste caso, como é que tem sido, a nível das rádios?

R: muito! Tem sido muito boa a participação das comunidades. Elas participam muito de tal forma que quando a rádio regista um problema e fica e fica interrompida, interrompe as suas emissões e fica um dois três dias, são as próprias comunidades que procuram contactar a rádio, procuram até dirigir-se a própria rádio saber o que é que se passa. Nós aqui, eu já recebi chamadas daqui das pessoas na comunidade, nós quando vamos fazer monitoria na comunidade, por vezes temos encontros com as comunidades e sedemos os nossos números telefónicos, não é, já recebemos aqui chamadas a dizer que eipah, nada, esta rádio já não está a produzir aqueles programas bons, agora só está a passar música e não sei quê. É a própria comunidade que está a ligar para nós.

P: e quando é assim, qual é que tem sido a causa para que a rádio deixe de produzir programas e passe só música?

R: isso depende de, porque é preciso perceber que infelizmente há muitas dinâmicas ao nível das rádios, razão pela qual nós sempre, anualmente damos uma série de formações nas rádios. Ehm e não só há há ah estagiários, há jornalistas, perdão, estagiários que ainda estão a entrar na rádio e o que nós constatamos é que a maior parte de pessoas que faziam isso, das poucas pessoas, são pessoas novas que ainda estão naquele processo de perceber o conceito de rádio. Há aquele conceito de rádio de chagar ali e está a fazer show com música ali porque quer chegar ali no bairro e ser o menino bonito porque está a pôr boas músicas, não é esse o conceito que tem que, a rádio tem uma grelha de programas, é preciso seguir aquela grelha de programas e mesmo os próprios programas, um programa de 45 minutos, que é um dos programas modelos, o tempo que nós usamos aqui as vezes, ahm, nós temos situações em que, e isso a comunidade também reclamava, tem uma situação de termos novos colegas que nesse tempo colocam 4 músicas, o espaço para debate fica muito curto. Então, conseqüentemente, não se explora muito os conteúdos. Então, quando os colegas mandavam estes programas e recebíamos também algumas queixas, é ai onde nós intervimos como FORCOM. o programa pode ter uma música no principio e uma música no fim, mas não podem ser músicas longas, porem músicas curtas, tem de se explorar o debate. Já tivemos situações de a rádio estar a cortar com pessoas que ainda estão a ligar porque estão preocupados com vaarias questões, com determinados assuntos. Então, são essas questões que nós corrigimos, mas felizmente, isso foram poucas rádios, a maior parte das rádios elas já

estão muito, estão preparadas mesmo e desenvolvem debates muito sérios a nível das comunidades.

P: e em termos de capacidade das rádios, naquilo que seria a gestão do trabalho e olhando para aquilo que são as questões de financiamento, como é que elas conseguem ter essa robustez para dinamizar a rádio...

R: para a rádio angariar fundos?

P: sim, sim. Não só, não no sentido de angariar mas no sentido de dizer que temos a capacidade. Podemos olhar para a questão da angariação, mas a ideia era ver como é que de onde é que vem a capacidade financeira das rádios para que possam dinamizar esta...

R: a capacidade financeira das rádios vem através do apoio do FORCOM, porque nós temos o o, o nosso mandato é melhorar e coordenar o trabalho das rádios. Nós temos várias acções de capacitação na área financeira, na área programática para que as rádios também tenham a capacidade de de de poderem por si só irem buscar alguns fundos. Temos vários exemplo, porque há fundos pequenos que são lançados pelos parceiros, a USAID, por exemplo, lança um fundo de 10 mil dólares, lança um fundo de, são valores que o FORCOM diz ok, estas são oportunidades para as rádios concorrerem directamente, 10 mil dólares para uma organização da dimensão como FORCOM não é um valor elevado, não é, é um valor muito reduzido para nós concorrermos e ainda pegarmos neste valor e distribuímos pela rádios, não é, então, o que é que nós fazemos? Capacitamos elas e elas já foram capacitadas portanto em matérias de elaboração de projectos, sustentabilidade, quais são os mecanismos de sustentabilidade ao nível das rádios. Se pudesse, se um dia for a Beira e for ao distrito de Dondo, pode visitar a rádio Águia, tem varias iniciativas de sustentabilidade. Aquela rádio se não recebe fundos do FORCOM continua viva e a sobreviver. É muito dinâmica ela, bastante dinâmica, trabalha com uma qualidade extraordinária. Tem bons jornalistas e tem esta capacidade de boa gestão administrativa e financeira, não é, eles lá tem, por exemplo, tem criação de pintos, tem um centro de formação tem tem tem umas lojinhas que eles criaram e que vendem vários produtos, tem fazem serviços de costura e vendem. Nós quando vamos para lá, fazem estas pastas artísticas aqui, pena as minhas colegas não estão aqui, senão havia de ver, há umas pastas que eles produzem lá e nós compramos e eles vendem. Então, eles conseguem, não digo garantir tanto mas conseguem pelo menos terem o mínimo e e e a gente também vê a forma como eles gerem os fundos que nós mandamos para eles lá. É verdade que não são todas as rádios, há aquelas rádios que tem clivagens ainda na própria gestão.

P: e neste caso então, quando eles buscam o financiamento, o exemplo concreto seria que vem da FORCOM ou o conhecimento, a FORCOM tem dado apoio...

R: exactamente.

P: de modo a que eles possam ter, como se fosse uma recomendação?



R: exactamente.

P: e eles têm conseguido esses fundos?

R: tem conseguido. Algumas rádios não, mas a maior parte das rádios sim....

P: porque a ideia era perguntar a questão do staff do próprio, da própria rádio. São voluntários ou são funcionários que são assalariados?

R: são voluntários. Não são assalariados. Uma e outra rádio consegue pagar salário a a ao gestor financeiro, provavelmente por lidar com questões sensíveis de dinheiro, consegue, mas outros são voluntários. São voluntários, eles não têm salário. Eles vivem de subsídios que nós quando temos nós enviamos aam fundos para as rádios....

P: os fundos enviados inclui a questão dos subsídios?

R: sim, subsídios. A gente dá subsídios mensal a eles lá, sim.

P: e olhando aquilo que seria a interferência do governo, como tem sido a gestão da FORCOM olhando para as rádios naquilo que tem sido a mão do governo. Quer dizer, falou do governador do distrito que tem e que se assume como sendo o dono de tudo. Quando é assim, qual tem sido o papel do FORCOM para amenizar ou para afastar o que seria a mão do governo?

R: (risos). Eu estou a rir porque prontos, eu muita das vezes eu é que vou, para ir resolver esses litígios, eu é que vou. Não, o papel do FORCOM, primeiro quando nós estamos perante situações como estas, nós procuramos nos deslocar ao local, vamos ao local onde estamos a ter problemas, não é, a interferência do trabalho das rádios. Estabelecemos um encontro com o governo para, particularmente, com a pessoa responsável, a pessoa numero um responsável por este por estes comportamentos, não é, esses é o primeiro passo que nós fazemos. Agora, há, nesta negociação, o que nós fazemos é procurar consciencializar a eles, mostrar não é, a a a a , como é que posso dizer, mostrar a eles mas também que a rádio é uma rádio imparcial. O trabalho da rádio não é perseguir o governo, não, esse não é o trabalho da rádio. O trabalho numero um da rádio é garantir o acesso à informação para as comunidades, não é, e dentro deste processo de garantir o acesso à informação tem que ser informação de qualidade, agora se o governo não está gerir bem os fundos obviamente que a rádio tem que reportar, são jornalistas. O trabalho de jornalista é esse mesmo, é ir ao fundo e trazer a verdade. Então, nós procuramos mostrar esse lado não é, mas temos algumas resistências, não é, haaa porque a informação, a reportagem que a rádio emitiu feriu pah não sei quê. Então, vou dar exemplo, nós tivemos uma situação com a chefe do posto do do do, ehhm, chefe do posto policial, comandante distrital do do Murrombene, em que nós, a comandante distrital, a rádio foi fazer uma investigação em que descobriu e com evidencias que um dos agentes da poliicia estava envolvido, fazia parte de um grupo de pessoas que estavam envolvidos no roubo e houve evidencias disso, até imagens. A rádio foi lá, viu,

registou, reportou. E aquela foi a notícia do dia, não é e o comando distrital estava a tentar esconder isto mas já era tarde, os jornalistas já tinham evidências, já tinham toda informação e começaram a produzir programas, começaram a, quer dizer, produziram programa aceso em que houve muitas intervenções das comunidades, algumas a dizerem que nós já desconfiávamos, quer dizer aparecerem outras situações ali. Então, a comandante a questionar, as comunidades a questionarem o papel, o trabalho da própria comandante. Então, a comandante, apercebendo-se disso, desencadeia, manda manda quatro homens para a rádio. Começam a perseguir jornalistas, os jornalistas fugiram todos. Começam a ser ameaçados, começam a receber mensagens e tiveram que, o coordenador teve que ir a Massinga, os outros da rádio, o próprio o o próprio apresentador do programa, é monitoria da governação mesmo, teve que ir a Maxixe, ir se refugiar na Maxixe. Então, a rádio ficou abandonada. Então, reportaram-nos tudo isso, e nós dissemos vocês fiquem ai e continuem escondidos, e então nós fomos para lá. Falamos com a administradora que era uma senhora muito acessível. A administradora ficou muito preocupada e recebeu-nos na casa dela e chamou a própria comandante. Nós estávamos com os nossos colegas, os visados e tal. Aquilo foi um, tu vês uma comandante que a vontade dela era matar aqueles jovens e até a desrespeitar a própria administradora. Mas ela estava com tanta raiva daqueles jovens, e os jovens disseram simplesmente, diga senhora comandante se é mentira isso que nós estamos a reportar. Estão aqui as fontes. Diga na presença da administradora, quer dizer são esses tipos de situações, ali houve um grande problema mas depois houve um pedido de desculpas da própria administradora, da própria comandante, eipah, ela não quis saber mesmo, saiu dali toda ela chateada. Então, imagine se nós não tivéssemos ido. Então, temos outras várias situações em que os nossos colegas são ameaçados. Tivemos um caso de Nampula onde um colega foi ameaçado com arma nas eleições. Então, eu fui para lá também. Fui para lá e tive encontro com comandante, o que é que está a acontecer? Estamos aqui, nosso colega foi ameaçado com arma, o colega até mencionou o nome de dois de dois membros da PRM que o ameaçaram com arma. Então, são essas situações todas que fazem com que nós como FORCOM temos a obrigação de primeiro ir para lá, agora se está difícil resolvermos através lá internamente, nós começamos a fazer advocacia aqui a nível central. Mas antes do nível central nós primeiro vamos para lá para perceber melhor e realmente ir buscar a notícia ao fundo, não é. Exacto.

P: e há exemplo de rádios que terão fechado por algum momento que pertencem a FORCOM?

R: yaaa, temos vários exemplo, mas isso foi em 2012, 13.

P: e de lá para cá nunca mais?

R: não. De lá para cá, não.

P: significa que a situação foi melhorada?

R: ya. A situação foi melhorada. Em termos de enceramento das rádios, a situação foi melhorando.

P: agora, quanto à questão de de impostos, as rádios da FORCOM pagam alguma taxa qualquer que seja, pode ser disto...

R: as rádios pagam ehm, taxa, pagavam, pagam, pagavam, ainda estamos nessa que é taxa de exploração do espectro rádioelétrico não é, e nós desencadeamos uma grande advocacia quanto a isso por quê? porque o decreto, está a me fugir o nome de 2004, decreto de exploração de taxas rádioelétrica estabelecia o mesmo regime de cobranças a rádios comunitárias e rádios comerciais e eu escrevi um artigo na altura para o Savana sobre isso e e era dada, e era dada, o decreto dava o mesmo tratamento enquanto sob ponto de vista de actuação, elas são diferentes sobre o ponto de vista da própria génese. É que elas são geradoras de rendimento, as rádios comunitárias não são geradoras de rendimento, não é, e então, o tratamento era o mesmo, então, de tal forma que seria muito pesado porque eles mandaram, por exemplo, um, por exemplo, uma factura de 50 mil meticais, a rádio não tem esses dinheiro, a rádio não tem esse dinheiro, as rádios fazem dedicatórias e pagam cinco, dez meticais, agora as rádios comerciais vendem produtos, tem contratos com a Vodacom, contratos com a Mcel, contratos não sei com quem, privados e não sei quê vendem o seu produto e podem conseguir até pagar isto, agora elas já não, então nós fomos desenvolvendo várias acções da advocacia de tal forma que em 2016 o governo revogou este decreto, exactamente, revogou este decreto, mas mesmo depois de ter revogado este decreto, o INCM continuou a emitir facturas para cobrar as rádios, não é e como as rádios também não pagaram, não pagaram aquelas porque não tinham recursos, não tinham como pagar, não tinham como pagar porque elas não são geradoras de rendimento. Aquelas dívidas ficaram acumuladas e o INCM mesmo assim está a tentar, está a fazer barrulho nas rádios porque querem reaver esses valores, esses valores, há rádios que chegam quase a 200 mil meticais vão apanhar aonde? Então, essa é a luta para nós, no sentido de estamos a negociar com eles no sentido de de ter que se perdoar essa dívida porque elas não pagaram porque não queriam, não tinham condições para pagarem, não é. Exactamente.

P: e quanto ao contrato, por exemplo, falou de publicidade, ehh, nas comunidades tem algumas instituições financeiras, mesmo pequenas que possam dar sustentabilidade a própria rádio pela publicidade, dá uma informação....

R: são muito poucas. Muito poucas mesmo e não como é que posso dizer? Elas são poucas e fazem uma má negociação com as rádios, aliás pagam muito pouco, muito pouco mesmo, muito pouco. Algumas rádios que conseguem ehm, conseguem fazer, conseguem ganhar algum um valor relativamente considerável são instituições que estão aqui em Maputo como sede e fazem negociação com FORCOM não é, transferem-nos os fundos e nós transferimos para as rádios. Agora, lá localmente, é um processo muito complexo, eles não...

P: agora esses parceiros estratégicos, por exemplo que fazem essa negociação, eles acabam pagando a taxa real ou, porque tem a parceria?

R: não. Eles...

P: se beneficiam da parceria?

R: bom. Há duas formas. Há aqueles parceiros que querem explorar as rádios, vou considerar explorar, querem usar os espaços das rádios mas não querem pagar, esses nós não aceitamos. Já tentaram mas a rádio tem que pagar energia, tem que pagar pequenos subsídios, tem água, questões básicas de de ya, para ela poder sobreviver. Mas há aquelas que se aperceberam disso e sabem que precisam de passar informação para as comunidades, então, essas nós negociamos. Nós temos uma tabela fixa de preços para cada programa, preços de de inserção, quanto é que sai fazer inserção, fazer uma inserção não é. Então, nós quando tentam negociar, quando veem negociar conosco, nós apresentamos a tabela das rádios. Esta é a tabela apresentada em sede da assembleia geral, não é a FORCOM que decidiu, não, as rádios é que aprovaram. Então, é com base nessa tabela que se faz a proposta. Por exemplo, nós queremos trabalhar, queremos inserir estes *sports* durante seis meses, está bom está aqui a tabela. Quantas inserções vocês querem por dia? Fazem os cálculos todos e depois mandam de volta para elas.

P: e diante de tudo o que foi mostrando como argumentos como situação das rádios, qual é o futuro? O que é que se espera das rádios, por exemplo, em particular as rádios da FORCOM porque estamos a perceber que na situação das rádios, por exemplo do ICS, o ICS tem estado sempre a dar aquilo que são os benefícios eh diferentes ... e as rádios da FORCOM têm de estar sempre a batalhar. Vamos supor que a FORCOM< como também vive de financiamento eh tenha um colapso, qual é que vai ser o futuro do das rádios comunitárias do FORCOM?

R: amm, se for nessa situação, por exemplo, de o FORCOM colapsar aam, o futuro das rádios, algumas rádios comunitárias podem ficar mais afectadas, as outras não, por quê? Porque essas já estão, já evoluíram muito em termos dos meios de capacidade de ir buscar pequenos financiamentos, não é, então não pode ser um problema assim tão tão grave para algumas rádios. Agora, é preciso perceber que a dimensão dos fundos, ai é que pode ser problema porque as rádios comunitárias ainda não estão em condições de por si concorrerem a um financiamento, por exemplo, de 100 mil dólares, 50 mil dólares, 50 mil dólares até podem tentar mas a partir de 100 mil dólares para lá elas não têm ainda capacidades para concorrerem naqueles fundos, para gerirem aqueles fundos. É importante, dai a relevância do próprio FORCOM, não é, por quê? Porque nós já abrimos oportunidades mas elas próprias não tem capacidades disso, já tivemos até situações de alguns parceiros quererem fazer uma espécie de avaliação e dizerem que eipah a rádio até está organizada mas para gerir esses fundos é complicado, se mesmo nós aqui, prestação de contas com as rádios é um problema as vezes. São pessoas que estão ali e então, dinheiro ...

P: esses problemas de dinheiro vai persistir...

R: ya. Sim, sim. Claramente. Vai persistir, ya. E isso pode prejudicar as próprias rádios. A não existência do FORCOM pode prejudicar as próprias rádios. E também porque as rádios

têm a questão da mobilidade, as pessoas saem dali e vão para, conseguem emprego na função pública e saem dali vão para a Rádio Moçambique, vão para a Televisão de Moçambique, então tem que vir novas pessoas e quem é que vai capacitar essas novas pessoas? Ai está.

P: está certo então Sr Naldo. Era mais ou menos por ai que eu queria perceber a dinâmica. Acho que podemos terminar a entrevista e....

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **3. ex-moradores nas aldeias comunais até 1992**

#### **3.1. Lazaro Mabunda, funcionário sénior do MISA-Moçambique. Já foi jornalista e editor do jornal ‘o País, em entrevista realizada a 7 de Outubro de 2020**

Pergunta (P): a ideia é ....

Resposta (R): O argumento na altura, acho que isso já leu em alguns manuais, em alguns discursos de Samora que foram iniciantes neste processo, o principal argumento que eles apresentaram é que as aldeias tornariam fácil o desenvolvimento porque vai montar, é mais fácil colocar os serviços onde há uma concentração de pessoas. Então viver de forma mais dispersa seria extremamente difícil criar o desenvolvimento. Isso, viver de forma distanciada também contra aquilo que era o projecto político deles que era a questão de de lojas do povo, machambas do povo, então, juntando as pessoas nas mesmas zonas era mais fácil construir esta ideia de comunismo de fazer tudo em benefício do povo. E então, este é o argumento de desenvolvimento que coincide com, quer dizer, segundo eles isto tinha a ver com as aldeias comunais eram produtos da experiencia da luta de libertação nacional porque as zonas onde eles ocupavam, as zonas libertadas tendiam a organizar as populações e as pessoas se concentravam em zonas libertadas, não viviam de forma dispersa. Era mais para a protecção da população. Então, esta experiencia quando ganha, quando se conquista a independência eles transferem estas ideias para o período pós independência para construir as aldeias comunais mas a ideia ai é que já é esse de que nós temos de nos desenvolver e para nos desenvolvermos temos de nos concentrar em aldeias, estarmos juntos ao invés de as pessoas estarem dispersas. Só que há também um elemento chave, é que coincide esta ideia com o período em que a Renamo começa a fazer, quer dizer, surge a Renamo, em 1976 e começa a fazer ataque, os tais “bandidos armados”. Então, quando faz os ataques, a ideia mais do que de concentrar as pessoas para o desenvolvimento do país, por exemplo, em Gaza, era mais para controlo da população de modo que a população não esteja a ser influenciada pela Renamo, ou seja, para que a Renamo não consiga ter acesso à população por que? Porque esta experiência é do centro. Por que é que no centro houve dificuldade por parte da Frelimo, mesmo agora, por exemplo, a Renamo é muito forte, é que o centro do país grande parte das

populações não foram às aldeias comunais. Resistiram às aldeias comunais e o surgimento da Renamo, a Renamo surgiu com um discurso de que olha as aldeias comunais, nas aldeias comunais a Frelimo quer vos controlar. A Frelimo quer vos controlar. Nas aldeias vocês não podem ir, vão deixar as vossas machambas, vão viver de forma, quer dizer, em conjunto, como se fosse, quer dizer, um curral aquilo. Então, vocês não podem ir nas aldeias comunais e quem for as aldeias comunais, nós vamos fazer até que nas aldeias comunais. Então, quem não vai na aldeia comunal, nós vamos proteger a ele caso a Frelimo venha a fazer ataques. E foi isso o que aconteceu. E é por isso que as zonas, por exemplo, naquela zona da Serra da Gorongoza, no Centro, Manica também tem essas zonas. Na Zambézia, há zonas que desde a independência nunca chegaram a entrar nas aldeias comunais. Nas zonas que eram protegidas pela Renamo durante a guerra dos 16 anos, as pessoas viviam de forma alargada, não iam nas aldeias comunais. Não defendiam isso, vocês devem viver como vocês acham melhor e não vão as aldeias comunais. Então, estas experiências levou a Frelimo, em vez de olhar para esta questão de desenvolvimento, usou a questão do desenvolvimento mas no fundo no fundo aquilo era mesmo para fazer com que a população não esteja sobre a influência da Renamo. A Renamo não tenha acesso para influenciar a resistir em entrar nas aldeias comunais. Então, o que fizeram era, como a Renamo ainda está a atuar no centro, porque a Renamo só chega em Gaza por aí 6 a 7 anos depois, em 82 e 83, é quando chega em Gaza, praticamente toda a população estava quase nas aldeias comunais, só iam nas machambas um pouco distante lá nas antigas residências deles mas todos já estavam no, mas as machambas continuavam lá e as vezes iam dormir lá para poderem acordar e trabalhar mas as pessoas já estavam nas aldeias comunais. Então, nas aldeias comunais é onde muitas vezes a, quer dizer, é onde por outro lado a população, toda ela, quase 90 a 99% era analfabeta, por exemplo, Gaza, iniciavam um processo que é de construir uma propaganda virada para aquelas comunidades. Quer dizer, o tipo de comunicação que era mais usada, chamam, convocar as pessoas para um espaço aberto, chamavam de centro, a uma reunião, os tais comícios. O comício quem orientava o comício geralmente era o comandante ou o chefe do posto. Mas a figura do chefe do posto não tinha peso comparativamente ao comandante das forças armadas. Então e lá as pessoas faziam passar as informações, aquilo que queriam e assim sucessivamente porque lá não tinha rádio, não tinha comunicação. Se tu quisesse rádio tinha que ter pilhas e as pilhas onde é que podia trazer, só podia trazer da África do Sul, então, quem podia fazer isso é uma pessoa que trabalha na África do Sul é que tinha aquelas pilhas. Chamavam de *pen ten...*

P: que se recarregavam ao sol?

R: sim. Então, praticamente ninguém tinha rádio e mesmo se tivesse rádio, no captava exactamente o sinal da rádio Moçambique. E então a comunicação naquelas zonas era boca-a-boca ou então, quer dizer, geralmente o que era mais comum era juntar as populações, juntar ou chamar algumas mais importantes dos bairros e então comunica e então aquelas pessoas hão de ir de casa em casa informar informar, informar, informar. Há isto mais aquilo, então, era mais ou mesmo isto que acontecia. As questões por exemplo, que eram desafiantes. Quais as questões que eram mais desafiantes na altura nas aldeias comunais?

Primeiro era deixar as tuas terras, enormes terras onde tu aplicas a agricultura que é a fonte da sua sobrevivência e tu tens aquelas áreas todas onde tu colocas o teu gado apascentas o teu gado e depois tens de ir a uma aldeia comunal. Uma aldeia comunal em que tu, nos arredores das aldeias comunais são campos agrícolas das pessoas, então, tu não tens como, por exemplo, tu estas a sair de um sitio que dista mais ou menos 12 km, daqui a mais ou menos cidade da Matola, tu vivias lá e transferir o teu enorme gado. onde guardar o teu gado. Onde tu fazias aquilo, a tua machamba e então tinha que pedir a pessoas que tinham espaço para te concederem um espaçozito (pequeno espaço) para fazer a tua machamba. Ou então tem que voltar para Matola, todos os dias ir lá e isso era muito difícil. Então, as pessoas, algumas dessas pessoas resistiram. Só que contrariamente ao centro onde a Renamo já estava lá, lá a Renamo chegou muito tarde e era difícil resistir, quer dizer, resistir às forças armadas porque você era tido como um reacionário, isto mais aquilo e pode ser assassinado. Houve muitos assassinatos realizados pelas forças armadas por causa da resistência das pessoas porque opah, onde é que eu vou deixar o meu gado. Criou-se um curral popular. Curral popular é um curral onde todo, quer dizer, estava dividido. O curral popular estava dividido entre, em bairros, o gado do bairro um, está aqui; o gado do bairro 2, é daqui para aqui e a entrada é esta; o curral do bairro 3, do bairro 4 até bairro 5. Então. ....

P: e os donos do rebanho conseguiam identificar se este é meu ou na ope meu?

R: ya. Tens de identificar. Eles identificam.

P: e qual era o critério que era usado?

R: as pessoas conhecem o seu rebanho. Mas também naquela altura as pessoas começaram a vender o seu rebanho e então tinham uma manada muito grande, tinham mais ou menos 15, 20, 30 e ai conhecem, não tem problemas. Então, tinha que chegar e meter ali de manha vais tirar vais apascentar e sei lá o quê, essas coisas todas. Então, havia esse desafio do curral e do gado e do agricultor...

P: esse conceito *Xiconhoca* surgiu nessa época por causa de pessoas que não queriam aderir

R: sim. *Xiconhoca* era uma pessoa que que é resistente a tudo. Que não quer aderir a a, quer dizer, resiste a ideologia, às orientações. Ele sempre cria problemas, cria argumentos, ele sempre quer obstruir as ideias que e quer influenciar negativamente os outros. Então, era ...

P: então, na sua opinião, viver de forma dispersa e viver numa aldeia comunal concentrada, onde é que há mais possibilidade de desenvolvimento porque é aquilo que nós temos hoje nas vilas do milénio. As vilas do milénio ainda consegue manter a ideologia das aldeias comunais....

R: sim. Eu ainda estava a contar os desafios. Um outro desafio era, por exemplo, como as pessoas não tinham hábitos higiénicos, naquelas zonas onde as pessoas vivem de forma alargada não tem casa de banho e não há nada, então quando as pessoas sentem necessidade

saem e entram no mato faz lá e volta, aquilo ali dias depois secou e já, então tem que sair uns bons metros, entrar no mato e faz e os animais vão comendo aquilo e então as pessoas para ir para uma ladeia significava que eipah, onde é que vamos fazer as necessidades? Isso era preocupação, diziam que eipah, haverá casa-de-banhos? Latrina, o que é latrina? É fazer uma cova onde vocês todos vão entrar e vão fazer necessidades ali e então depois aquilo o que acontece quando enche, tapa-se e abre-se uma cova, eipah, aquilo foi um transtorno para aquelas populações porque aquelas populações, homem, mulher e criança não entravam, você está a entrar e ele sabe que papá vai fazer necessidades ali agora e depois do papá vai lá um filho ou eipah. Então, isso foi um dos problemas.

A questão que colocas, onde é que há desenvolvimento claramente que se tu queres desenvolver tens de concentrar as pessoas porque só onde há concentração de pessoas pode existir mercado. Se vivem de forma alargada como é que tu vais construir mercado para situações desta natureza como transações comerciais e sei lá o que, isto mais aquilo, como é que tu vais colocar a corrente eléctrica, vais distribuir água em zonas onde as populações, em cada km<sup>2</sup> tu encontras uma família, duas famílias, três famílias, como é que tu vais fazer porque desenvolvimento tem que, eipah, você tem que concentrar pessoas, tem de haver energia, tem de haver água, tem de haver aquelas trocas comerciais, a produção, essas coisas todas. Então, não podes fazer isso em zonas em que as populações estão alargadas. Por exemplo, lá o normal é que as crianças cresçam sem saber que existe dinheiro, só ouvem falar de dinheiro e muitas das vezes quando se falasse de dinheiro eipah, o fulano comeu dinheiro do fulano, comer dinheiro parecia pegar dinheiro e meter na boca porque as pessoas não sabiam que é comprar coisas. Então, grande parte, era normal criança de 11 anos, 12 anos, não saber nada, não conhecer a cor do, quer dizer, se calhar vê aquilo alo que é dinheiro mas qual a utilidade não sabia, tas a ver, mas se tu crias e concentras as pessoas, as pessoas automaticamente...

P: e esta aldeia comunal, qual era o nível de relacionamento, por exemplo, o seu contexto, entre as pessoas?

R: relacionamento interpessoal?

P: sim.

R: o relacionamento era diferente, por exemplo, do relacionamento nas cidades. As pessoas tinham um relacionamento muito próximo como se fossem família, mesma família. Havia muita partilha, muita partilha de bens, de comida e mais aquilo. Eu não podia chegar aqui, por exemplo, é tua casa, ou é minha casa, sim, tu chegastes e me encontraste eu a comer, tu tens que comer. Tens que comer porque se não comes estas a me transmitir uma ideia errada de que eu não posso comer na sua casa, ou eu envenenei a comida, ou há algum problema com aquilo ali. Se não quiser comer, pelo menos fazer alguma coisa, pelo menos pegar alguma coisinha e comer aquilo que se diz que é só para sujar prato, tens de fazer isso. Então, não era problema eu por exemplo, estou com fome, aqui em casa a comida ainda não está pronta, eu eipah, não tens comida aí? Estou a perguntar a um vizinho, este há, eu inda



estamos a prepara. E ai não tem comida, eipa, estou com fome? Eipah, temos comida sei la quee servir, ou eu tenho chima mas não tenho caril mas o vizinho ali tem caril que está a preparar e chima também e eu ia dizer que eip[ah, peço caril. Então, é muito normal esta ideia de partilha. O teu filho chega na minha casa, se está a brincar e quando chega o período de de mata bicho, almoço, jantar, teu filho tem de sentar e comer com os meus filhos. Tem de ser contado como filho daqui. Se ele negar, eu tenho de vir ter contigo, o que é que você ensinou ao teu filho, porque você não pode comer coisa da minha casa? Então, isto gerava um um um problema para ti e você tinha que pegar teu filho, você não come lá por que, falar para o teu filho porque tem que comer lá. Então, se não quer comer, então, não vai brincar lá. Então se brinca lá, então não pode fugir quando chega a hora de comer. Então, havia, na verdade, este comunismo no verdadeiro sentido da palavra contrariamente a aqui em que é cada um por si e Deus por todos. Lá por exemplo, havia quintais mas grande parte dos quintais eram feitos de, chamávamos de gala-maluco, é um tipo de planta...

P: na minha casa tínhamos o *chimunha-munhana*.

R: era mais ou menos assim, sim. Usas aquilo, mas os quintais são aqueles. Ou seja, alguém pode sair de lá atravessar, andar pelas casas...

P: sem usar a rua.

R: sem usar a rua, atravessar. O que ele tem de fazer é cumprimentar “bom dia”, sei lá que, não há isto aqui na ope rua, rua é aquela ali, você, não, não existia isso. E então, há um estilo de vida totalmente diferente do estilo de vida em que nós encontramos ca. É um estilo de vida em as pessoas pareciam familiares, parecíamos uma família.

P: e em termos de participação nas decisões comunitárias, por exemplo, como é que eram, nessa época?

R: os processos de tomada de decisão, sobre tudo na participação, na tomada de decisões comunitárias obedecia a um certo nível. Tinha lá a nível das estruturas tinha lá o chefe do posto e o comandante das forcas armadas. E depois o chefe do posto tinha os secretários...

P: quem era o mais influente entre os dois?

R: o mais influente em termos de...

P: na comunidades

R: nas comunidades eram os secretários porque o chefe do posto, primeiro tem este nível, se nos processos eles querem, por exemplo, porque nem toda a população pode participar, então quem deve participar eles indicam. São os secretários dos bairros e depois, outras pessoas influentes naquela zona indicadas, são essas pessoas que podem participar. Geralmente eram homens chamavam homens para irem participar primeiro usando aquela hierarquia, secretário dos bairros...

P: os professores, enfermeiros...

R: sim. Enfermeiros nem existiam muitos. Enfermeiros lá, os professores, ya, quantos professores existiam, na minha aldeia acho que eram 3 ou 4 professores. Ehhh, então, as estruturas, tu tens os chefes dos grupos dinamizadores, secretários dos bairros, as chefes das células, então, essas pessoas eram as pessoas que participavam nas reuniões e eles tinham a missão de transmitir essas informações para o resto das comunidades. Então, o mecanismo era o mesmo, ou você junta os teus, as tuas comunidades do teu bairro ou quarteirão para informar o que você recebeu lá como orientações. Então, a informação era mais ou menos esta.

P: então, significa que a comunidade recebia mais aquilo que são orientações, a partir da comunidade não havia nenhuma decisão ...

R: não. Não.

P: ok. Então, era como se fosse, a comunidade só recebe informação.

R: a comunidade recebe informações informada sobre as decisões tomadas e muitas dessas decisões nem eram tomadas a nível do distrito, por exemplo, ou do posto administrativo. Eram tomadas a nível do distrito e o posto administrativo era comunicado. Havia um nível de decisões que cabia ao posto administrativo, mas havia decisões que cabiam ao distrito e a província e e e decisões nacionais.

P: e quem é que tinha mais capacidade de mobilizar as pessoas?

R: aquilo era o período do partido-Estado, então o partido Frelimo controlava o Estado. O Estado era uma entidade abaixo do partido. O partido é que governava. O partido é que dirigia o Estado, então, o que acontecia é que o processo de mobilização obedecia um um também as mesmas hierarquias. O chefe do posto quer mobilizar a população para uma actividade ou chefe do posto chama as figuras mais das comunidades e comunicam e essas figuras vão mobilizar as populações a nível das suas zonas para uma determinada actividade. Então, o processo de mobilização funcionava assim. Claro, haviam aqueles que se destacavam e outros que não eram, mas todo o processo era por via de comícios, mas o comício não era...

P: o Estado, por exemplo, quando diz que queremos criar aldeias para podermos facilitar o fornecimento dos serviços, em termos dos serviços fornecidos, qual era o nível de capacidade do Estado para fornecer esses serviços, por exemplo, a educação, a saúde.

R: não. É que a saúde não existia. Por exemplo, na aldeia onde eu cresci não existia saúde. Não existia centro de saúde, só existia único enfermeiro que eu conheço era um enfermeiro militar que tinha serviço...

P: ele atendia as pessoas?

R: eipah, era difícil atender as pessoas porque aquele era mais para os militares. Para assistência aos militares.

P: e a comunidade, como é que se virava?

R: naquela altura as comunidades nem sabia da existência dessas coisas de comprimidos, dessas coisas todas. As comunidades viviam de raízes, plantas, esse se tem, por exemplo, tuberculose, tradicionalmente tratava-se a tuberculose sem nenhum problema. Não usava essas coisas. Tas com dores de cabeça, tu trata a dor de cabeça sem recorrer ao comprimido, xarope. Constipação, constipação era só pegar numas havia umas folhas que se pegava e se esmagava pelas mãos e cheirava-se. Depois passa. E então, a população vivia assim. Quais são os serviços que o Estado providenciava lá? Praticamente, o serviço que era mais visível era a escola, mas também era uma escola que se estudava por baixo de árvores, que não é uma escola, por exemplo, primaria completa. Naquela altura primaria era de primeira até quinta classe. Então, era, havia, 1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, e 4<sup>a</sup>. a 5<sup>a</sup> classe à medida em que esses da 4<sup>a</sup> vão passando vai se criar 5<sup>a</sup> classe. Então, vai se criar 5<sup>a</sup> classe. Então, esses processos vão, tinha lá, se não me engano tinha lá dois professores, um professor que era meu primo e mais duas senhoras. Então, um ensina 1<sup>a</sup> de manhã e 1<sup>a</sup> a tarde. O outro, 2<sup>a</sup> de manhã e 2<sup>a</sup> de tarde, outro 3<sup>a</sup> de manhã e 3<sup>a</sup> de tarde, quer dizer, faziam uma ginástica ali porque só eram três professores para tantas turmas.

P: e os serviços de energia eram...

R: não havia energia. Até agora, na minha aldeia não há energia. Não havia , a água existia também, era um serviço que usava-se uma fontenária mas uma fontenária que tinha aquelas de uma roda de girar e aquilo ali não era suficiente para aquela população toda. Então, o que acontecia, aquele serviço praticamente era nulo. Não existia...

P: porque depois as pessoas iam ao rio.

R: sim. E a fontenária por vezes avariava e se avariasse, depende das vilas (aldeias) e lá não havia comunicação, é muito difícil comunicação para encontrar alguém que saia para lá era muito difícil porque a Renamo já tinha inicia....

P: então, se estes serviços todos era deficitários, qual....

R: não existiam.

P: então, não existia nenhum serviço? Saúde não existia, educação era precária.

R: sim.

P: electricidade, nem se fala.

R: não existia. Água não existia.

P: não existia água, não existia estradas.

R: quando existia água,....

P: então quando se cria a aldeia era exactamente para quê? Era somente para juntar pessoas só?

R: não. O argumento era que é preciso aproximar os serviços ao cidadão, mas esses serviços não existiam.

P: então, era uma questão de dizer que

R: sim. Para mim, aquilo foi mais para meter as pessoas nas aldeias e evitar que fossem estivessem sobre influencia da Renamo.

P: então, foi uma estratégia?

R: a Renamo chegava encontrava ruínas porque as pessoas estavam nas aldeias e era mais fácil tu domesticares aquela gente e incutir a sua doutrina, a sua ideologia ... que passassem a odiar o outro. E olhar para o outro como um bandido, sei lá, um sanguinário...

P: por isso que os discursos de Samora são nessa linha

R: exactamente. E mesmo até agora, Gaza, o discurso não mudou porque esse discurso aqui na verdade estrutura a forma de agir da grande parte das pessoas de Gaza. Dizer que a Renamo roubou, a Renamo pilou crianças, criou orelhas, boca das pessoas. Mas tu vais e procuras em Gaza, quem é que foi cortado boca? Vais dar uma volta inteira e não vais encontrar e se tu consegues um, procura saber quem ele era na altura. Haaaa, ele era miliciano (espécie segurança do Estado) ou ele era do grupo dinamizador que eram essas pessoas que a Renamo queria para ou matava ou fazia esse tipo de coisas, mas também são casos muito raros. A questão para mim é que juntar as pessoas nas aldeias era mais fácil controlar facilmente, ter controlo social sobre as populações, incutir aquelas ideologias, aquele ódio contra o outro, passar a ver o outro como um inimigo, alguém que se apanha vamos esquarterar e então, eu tenho que não permitir que ele encontre ... As aldeias foram mais para isso, agora, há um serviço que foi muito fundamental durante esse período que também jogou um papel muito fundamental para que as pessoas corressem para as aldeias, era a distribuição de alimentos. Havia muita seca, muita fome, então, a famosa calamidade. Então, os carros de sacos de milho e sei lá, sempre que chegavam, chegavam numa coluna de carros acompanhado de militares. Quando chegasses uma coluna de carros, aquilo era uma felicidade, eram gritos na na naquilo, na aldeia porque vão receber. E então, depois disso, esse serviço foi muito fundamental porque as pessoas não tinham o que comer.

(...) Araújo mostra em sua tese que a província de Gaza foi uma das províncias que teve um sucesso muito grande no aldeamento. Gaza e depois Cabo Delgado e curiosamente, são os dois sítios que a Renamo tem alguma dificuldade de se engrenar na política. Então, a a fome, quer dizer, porque as aldeias de Gaza surgiram de três formas: a primeira foi das cheias de 1987, quando as cheias, ao longo do rio Limpompo. Porque é preciso notar uma coisa, grande parte da população de Gaza está no sul de Gaza, ao longo do rio, grande parte da concentração populacional está ao longo do rio. Quando tu te afastas ao longo do rio vais encontrar algumas pequenas concentrações e então, quando o rio encheu, as populações ficaram cercadas, perderam muitas coisas e então, o que aconteceu? É que as comunidades, as comunidade, quer dizer, o governo aproveitou aquilo para criar as aldeias comunais, as

aldeias que surgiram ao longo do rio Limpopo todas elas surgiram por causa das cheias e não por força da do do daquilo da política, não, surgiram por causa das cheias onde houve a necessidade de transferir as pessoas para zonas mais seguras, surgiram assim as aldeias em Gaza. E depois há outro grupo das aldeias que surgem por obrigação, é obrigação você ir a uma aldeia caso contrario você vai ser conotado com bandido e ser conotado com bandido tem de ser morto porque é colaborado do bandido. E se o bandido passar pela tua casa nós eliminamos-te porque você é colaborador. Então, as pessoas para não passarem por isso fugiram para as aldeias. Mas um outro factor que obrigou as pessoas a irem é a fome e seca. As pessoas não tinham o que comer mas para poderem ter alimentação as pessoas tinham que ir as aldeias porque só distribuíam comida só para aquelas pessoas que estavam nas aldeias, então, as pessoas viram-se obrigadas a terem que ir nas aldeias.

P: então, qual é o seu sentimento por ter crescido num ambiente em termos de, sentimento, aquilo que te construiu como individuo. O que é que tu achas sobre, ou podemos olhar para a vida na cidade hoje comparando com a vida da aldeia comunal.

R: eu acho que a maior lição que tirei das aldeias é que é a vida em comunhão. A vida em comunhão. O teu vizinho, na ope teu vizinho é teu familiar. Então, isso é é é na verdade a grande conquista da aldeia. Então, para quem estava na situação daquelas a vier daquela forma, depois vir a cidade, encontrar uma situação em que cada um vive por si, cada um por si e Deus por todos era uma vida muito estranha. Ou seja, eu costumo dizer que nós vivíamos no comunismo no verdadeiro sentido da palavra nas aldeias enquanto nas cidades vivia-se o capitalismo puro em que eipah, não me interessa se você morre ou não, desde que eu sobreviva, enquanto que nas aldeias não, tinha que haver partilha, se não tem vamos fazer alguma coisa e não havia essa coisa de prestação de serviços. Vais prestar serviços para quem?

P: isso nas comunidades, nas aldeias?

R: sim.

P: e olhando para vida nas vilas de milénio em termos de desenvolvimento.

R: não tenho experiencia de vilas de milénio. Não sei como estão estruturados (pergunta anulada)

Continua: o que sei é que tem arruamento, tem centro de saúde, tem escolas, tem água. Qual é a diferença entre essa vila e as restantes zonas, eu não sei, eu não conheço.

P: e então, na sua opinião, terá dito que houve alguma resistência nalguma parte das comunidades em aderir ao sistema das aldeias, se tivesses aderido, essas pessoas, essas comunidades, hoje teríamos cidades que seriam resultantes dessas aldeias?

R: creio que se não tivesse havido guerra, provavelmente tivéssemos pequenas cidades, ou vilas bem organizados porque eu me lembro que aldeia, aldeia, a minha aldeia, aldeia de

Ngalaze, a aldeia é altamente organizada. Tu parado numa rua não conseguias ver onde termina. Quarteirões, não tinha carros lá mas as ruas eram grandes. Quarteirão era de 4 casas em que as casas são separadas por duas ruas (uma descrição). Estava muito bem organizado, não há comparação. Quando comparas isto e depois chegas num bairro como Maxaquene, foi violento porque eu estava numa aldeia bem organizada, não tinha corrente, não tinha nada mas era muito organizada do que aquilo ali.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **3.2. Entrevista com a Sra. Carolina Siteo, ex-moradora da aldeia comunal, em entrevista a 11 de Janeiro de 2021**

Perfil: a Sra. Carolina Siteo vive na aldeia de Mahundzane, desde 1982, ano da sua criação. Fez parte do grupo de vigilância na aldeia por onde teve um treino semi-militar. Desistiu de suas tarefas por causa dos avanços da guerra quando foi capturada para as bases da Renamo em 1984.

**Pergunta:** gostaria de conversar com a Sra. sobre como foi parar nas aldeias comunais no período em que viveu lá. Como era a forma de viver na aldeia?

**Respostas:** as aldeias comunais iniciaram em 1982, refiro-me à aldeia onde eu vivi que surge no contexto da guerra dos 16 anos. O governo nos colocou num mesmo lugar durante a guerra como forma de nos dar proteção contra os homens armados. Nesse processo de proteção, não seria possível se as pessoas estivessem espalhadas. Estive na aldeia de Mahundzane, em 1982. Nesse ano, ficamos mas no início foi difícil de nos engajarmos e nos enquadrarmos na vila porque tivemos dificuldades em compreender as razões pelas quais devíamos estar na vila enquanto isso a guerra se alastrava. A partir daí, em cada bairro devia ser dividido e indicados um espaço, mesmo não tendo sido parcelado. Cada um tinha sua tarefa como forma de criarmos as casas, mesmo no meio do capim, desde que a casa tivesse uma porta. Todos os dias era assim até ao fim do processo. Os que demoraram se engajar perderam a vida e outros ainda desprezaram e preferiram optar por suicídio dizendo que não queriam ir a nenhum sítio. A guerra ia se intensificando e acabou mesmo entrando nas aldeias. Os homens da defesa eram os milicianos, nessa época. Usava-se um sistema de controle para controlar as pessoas, mas apenas era colocado de plantão apenas uma ou duas pessoas o que colocava os homens da guarda vulneráveis e em caso de ataques eles por vezes fugiam. Por vezes saímos vitoriosos. Houve um tempo que eu fui capturado mas estou aqui hoje. As residências criadas chegou um período em que ficaram estáveis. Sofremos. Em 1983 começamos a ter apoio em alimentos de vários tipos como óleo, ervilhas, peixe seco, entre outros, produzidos localmente. Depois de um tempo, os que distribuíam os alimentos começaram a recuar e levavam tudo para as suas casas e passamos a receber poucas quantidades. O governo sempre fez um esforço e agradecemos nesse apoio. Mesmo a distribuição dos alimentos era diferenciada em função das lideranças. Em 1983 houve muita

fome, não tinha nada, não se produziu quase nada mesmo nas machambas porque a preocupação era também controlar as invasões dos homens armados...

P: então, vocês não cultivavam?

R: cultivávamos mas não saía quase nada. podia ter maior espaço de cultivo mas mesmo assim ser fraco porque você fica atento aos bandidos armados. Nesse ano, no fim, começamos a melhorar um pouco a produção mas acontecia que havia roubo nas machambas entre nós da comunidade. Criamos nesse caso um grupo de vigilância para passarem a controlar em forma de patrulha, a partir das 17 horas. Fazíamos isso para vermos quem são as pessoas envolvidas nos roubos porque a preocupação devia ser a unidade entre nós, mas não. Isso depois passou. Na aldeia sempre diziam que mesmo com as dificuldades devemos nos manter, por isso até hoje ainda estamos lá porque o governo quis que ficássemos lá e nos deu certos cuidados.

P: ainda existe esta aldeia?

R: até hoje. Ainda existe.

P: o governo, do lado dos hospitais e escolas tinha alguma coisa para a população poder se ajudar, no caso das crianças irem a escola?

R: na aldeia onde eu estava até hoje isso ainda é difícil. Tivemos escola e hospital mas alguns não gostavam como as coisas eram feitas. As pessoas podem criar um problema para ser tirado de onde foi colocado em como se a comunidade não gostasse disso mas é somente uma pessoa para que as pessoas não conseguissem se desenvolver. Mesmo hoje ainda continuamos a pedir hospitais. Pedimos apoio na construção de uma escola mas ainda não é possível, o que acontece é que nas reuniões onde somos chamados dizem que devemos contribuir um valor. Isto deve ser feito por cada família e sempre este valor é aumentado. O que eu entendo hoje é que cada família, este ano, deve contribuir 300 meticais.

P: para fazer o que esse dinheiro?

R: para se comprar material e se poder construir uma escola. O dinheiro sai mas não é fácil porque não trabalhamos. Nós não temos projectos que nos possa dar apoio de modo a que possamos conseguir resolver a falta de condições. Tivemos cooperativas na aldeia mas com o avanço da guerra tiveram de ser fechados.

P: os alimentos que chegavam nas cooperativas de onde vinha?

R: vinha do governo mas a cooperativa nós comprávamos, não era para receber. As cooperativas funcionavam como lojas, onde tudo era vendido. Outras cooperativas serviam de machambas onde íamos plantar e aí não tínhamos de comprar com valores altos só para não ser de graça. Comprávamos as sementes por preços baixos e os insecticidas para controlar as pragas. A cebola e tomate, depois distribuíamos. Havia um grupo de chefes que controlavam os grupos de trabalho.

P: haviam os chefes denominados grupos dinamizadores?

R: sim.

P: e qual era o trabalho deles?

R: eles andavam a dinamizar vários processos incluindo nas machambas. Por vezes eram eles que estavam no grupo dos chefes. Eu mesma estive a trabalhar com eles mas não foi por muito tempo.

P: e porque desistiu:

R: desisti por causa da guerra.

P: para além da guerra, havia outras coisas que faziam com que a comunidade sofresse? Na forma de vida?

R: acontecia mas não tanto. O problema é que havia um tipo de pessoas que se aproveitavam das fragilidades condicionadas pelo ambiente de guerra. Por exemplo, quando saísse, eles entravam e roubavam em sua casa e depois diziam que eram os bandidos enquanto não. Além disso recrutavam-se rapazes de menor de idade. Bastava completar os seus 12 anos era mandado a tropa. O problema era que, assim que chegou aqui, por exemplo, e era levado a tropa e nesse instante os bandidos atacam onde estão, davam-te uma arma para combater. As nossas crianças morriam por isso, era visível a guerra. Houve um debate para se aumentar a idade com que se deve ir a tropa mas não foi possível. Para além disso não vejo outro problema.

P: o governo dava um bom tratamento?

R: sim.

P: nas boas coisas que o governo faziam, o que era, por exemplo?

R: é que nos reunia e nos ensinava sobre a unidade para vencermos o inimigo. Para além disso, não vejo mais porque onde tem um inimigo são muitas coisas que acontecem e aí vocês entram em desacordo.

P: olhando desde o início da aldeia até hoje, houve desenvolvimento, na sua opinião, que faz com que as pessoas se sintam bem?

R: sobre o desenvolvimento, houve, sim, desenvolvimento porque houve uma época em que havia registo das famílias e saber o que cada família tem em termos de gado, seja o que for. Me esqueço do ano, mas nisso cada um registou. Não foi fácil eles dizerem de forma clara o que se pretendia no sentido de observarmos o desenvolvimento, daí as pessoas pensarem que ao querer fazer registo das posses de cada um o governo queria nos levar, mas não era isso. Mesmo vendendo, isso era da sua responsabilidade. O sistema de registo não era correcto porque havia quem não declarava o que tem de verdade, mesmo tendo e o governo não obrigava porque o governo sempre sabia da forma de vida de cada família. Eles sabem. A ideia era dar informação sobre o que você achava que devia dar. Por isso digo que houve



desenvolvimento, não do governo mas uma vez estamos em paz e há muitas construções. Os mais jovens se preocupam em comprar carros daí que digo que há desenvolvimento. Outra coisa é que parece que nós lá tínhamos de ser iguais aos que estão na cidade. Por exemplo, já tentaram fazer com que cada um que faz uma casa de alvenaria tínhamos que ter documentos e aí houve confusão, negando que tudo resulta do esforço da comunidade em função das batalhas. Até hoje as pessoas ainda não aceitam pagar imposto de residências na minha comunidade. Em caso de o chefe da aldeia tentar abordar sobre esse assunto, levanta-se uma confusão e mandam passear o chefe. Há desenvolvimento.

**P:** Muito obrigado pela entrevista.

### **FIM DA ENTREVISTA**

### **3.3. ENTREVISTA COM RUI DOS REIS, ex-morador da aldeia comunal de Cheringoma, Província de Sofala, em entrevista a 29 de Janeiro de 2021**

**Pergunta – P:** em uma conversa rápida, encontramos o Sr. Rui dos Reis, ex-morador da aldeia comunal de com o qual conversamos como forma de partilhar experiência de viver em aldeias comunais...

**Resposta – R:** eu posso trazer a minha experiência um pouco vivida lá. Mas antes era necessário esclarecer este conceito porque, aparentemente, daquilo que tu falavas da outra vez é que as aldeias comunais tinham um conceito positivo no momento da luta de libertação, pela independência, nem. Na luta pela independência, a Frelimo atacava e ganhava as zonas e constituía as aldeias comunais nessas zonas. Era isso que estavas a falar nem. O conceito começa assim, nem. Só que esta experiência de de de convívio pelo pelo que eu percebi, o convívio daquilo que as aldeias comunais tinham, não sei se estaria a caminhar bem, mas tinha quase uma estrutura socialista-comunista, tas a ver nem. As aldeias eram constituídas pela pela, a Frelimo lutava e ganhava algumas zonas e criava as aldeias comunais onde criava escolas, hospitais deles, algumas formações deles e já implementava aquilo que era o socialismo-comunismo porque nessas aldeias, nesses lugares iam fazer machambas colectivas juntos, iam fazer as pescas juntos para depois distribuir. O conceito de liberdade de circulação não era tanto assim porque era uma aldeia fechada e tínhamos medo do inimigo, esse que apareceu. Só que este, esta ideia ela larga até depois da independência, larga-se até depois da independência. Eu não sei se, se porque a independência foi sucedida pelo pela guerra da Renamo, não sei se é por causa disso. Mas a mesma estrutura, quando termina a guerra instala-se este processo dentro das comunidades onde já o português já não estava lá. Então, havia estas coisa, quer dizer, a aldeia naquele momento era uma zona, ou a vila, que é a vila as casas onde já haviam sido deixado pelos portugueses ali os assimilados ficavam naquelas casas, os criados dos portugueses quando iam embora deixava a casa com eles e ficavam naquelas casas, mas o governo criava um espaço para a construção de uma zona de expansão e nessa zona, os terrenos eram distribuídos para a construção e os terrenos

era, aqui aqui e aqui, não tinha a vedação e tinha já os grupos dinamizadores, tinha aqueles que eram os chefes dos bairros e que a circulação desses lugares era tudo de controlo, era muito mais, havia controlo, guias de marcha, aquelas coisas todas que era quase o momento em que não sei se a Frelimo queria fazer o controlo para consolidar a sua independência, provavelmente, o discurso era esse de querer consolidar a independência e então tínhamos que ter o controlo das pessoas. Então, sabia-se quem era, quem é quem e quem era novo. Era mais ou menos por aí. E como eu disse as casas, as aldeias ali atribuía-se terreno, terras dava-se terrenos, as construções ligadas mesmo, não há, não havia espaço, é como, mesmo com as casas de de de muita das vezes eram de barro, depois madeira e depois com chapas de zinco, luzalite, zinco, sim. Mas as casas tinham que estar sempre assim perto e dali, automaticamente, se introduziu, sistematicamente, aquele conceito de machambas colectivas, as cooperativas de consumo, estas a ver nem. E quando falo das machambas colectivas eu me lembro quando criança era, as pessoas saíam num grupo para irem fazer machamba com o chefe do bairro e todo mundo a capitar, uma machamba do povo até cantavam música – canta em sua língua – para as pessoas capinarem, fazerem trabalho, “vamos fazer a machamba que é nosso, que é do estado, que é do povo” mas sobretudo o conceito era esse conjunto e os produtos eram deixados naquelas machambas, naquelas machambas, aquelas lojas de cooperativas, muita das vezes para ir comprar era bicha e essas coisas todas. Agora, esse era o conceito de, como eu disse partindo do do conceito que era muito positivo no momento da libertação porque a ideia era era era conserva-se do povo perante o inimigo mas quando ganhamos a independência voltamos quase a conviver a mesma ideia. Era muito difícil as pessoas ficar, qualquer suspeito, uma saída qualquer que uma pessoa que viajou sem guia de marcha, eipah, era interrogado e a interrogação era ao nível, tu sabias disso nem, porque eram tempo do fuzilamento. A interrogação era ao público, pegavam-te e todo mundo chamado, aqui ei, esse é bandido não sei quê. Eipah, há momentos em que as pessoas eram mesmo mortas na presença... que era para assustar os outros na na... Eu pelo menos convivi porque tenho tios que, fugindo daquele cerco, foram caçar, fazer machamba. Caçar lá só que quando foram apanhados pelos milícias na altura que eram homens da patrulhas do governo a confundirem-lhes com inimigo. Foram chamados e quase eram mortos perante todo mundo, cortar cabeça, bater, mas é isso que eu estou a dizer. E ali é onde a Renamo se aproveita do conceito da, aproveita a fundamentar a sua luta, sua guerra usando este conceito de aldeias comunais, as guias de marcha, as machambas colectivas, estas a ver nem. Por quê? Porque quando a Renamo se funda, eu não sei qual é a história que eles criaram, quando começaram a fazer as lutas eles chegavam nas vilas, atacavam, naquelas aldeias comunais e capturava a população para as suas zonas onde chamavam de zonas de libertação deles. Mas quando chegasse naquelas zonas, o conceito já era diferente, era diferente. Tu tinhas a liberdade de fazer a casa Magoanine, a outra está ali, mas eles diziam nós queremos liberdade, aqui não precisamos da guia de marcha, cada um pode ir caçar, pode ir arranjar mel onde quer e comer e andar, fazer machambas do que aquilo ali, então ‘abaixo as aldeias comunais, abaixo’, não é? ‘abaixo as aldeias comunais, abaixo a guia de marcha’, quer dizer, é só para mostrar que

este conceito de guia de marcha até podia desenvolver se quiser, se a Renamo não tinha objectivos claros mas aproveitou-se disso e se tinha se o que falava era o fundamento, então, pode ser que as aldeias, as guias de marcha também criaram o conflito, foram uma das portas de conflito porque não deixavam essa liberdade de circulação, sobretudo. Não era, não era, não eram, não havia liberdade. Agora, o que podemos dizer se o povo estava feliz com aquilo, há, isso pode-se questionar. Eu naquele momento, pelo menos meus pais estavam a viver feliz, ninguém podia falar mal, sabiam que para viajar deviam fazer guia de marcha, não havia problemas, a vida estava sendo vivida, não é, estava sendo vivida. Agora, não sei como é que, é isso que estou a dizer que talvez, se o povo estava a concordar com isso, eu acho que nós não havíamos, não havia muito problemas, não havia problemas porque as pessoas eram controladas, a não ser que era medo nem, porque você sabe que na altura havia a SNAPS, era a SNAPS que na altura, a PIDE antiga foi transformada em SNAPS, eipah, aqueles gajos eram perigosos, naquele grupo e era muito fácil nas aldeias comunais o governo usar os serviços secretos deles e controlar o coiso, a controlar a mesma massa popular, a controlar. Porque tu não tinhas que fazer nenhum movimento sem ninguém saber ya, e...

P: nisso falou um pouco da criação das escolas e hospitais, significa que nas aldeias, nessa aldeia onde você viveu, pelo menos tinha, o governo conseguia condicionar os serviços básicos como fornecimento de água?

R: não! Eh, yaaa. Exactamente. Isso era indispensável. Esse pelo menos porque já era o fim da guerra nem, talvez eu estou falando nisso e uma das escolas que tínhamos encontrado eram daquelas escolas que os portugueses tinham deixado, a nacionalização nem, porque o governo chega e nacionalista tudo e tinha escolas e nessas aldeia, uma das coisas que tinha que se controlar era justamente, a escola não havia problemas, o controlo de, como se chama isso, o governo também favoreceu muito a educação, as crianças. Eu me lembro que na altura não tínhamos uma idade certa mas fazíamos aquilo ali quando (faz um gesto de pegar na orelha) basta pegar naquilo e vai para a escola. Fazíamos isso, basta pegar na orelha, então vai para escola. Tínhamos a pré, apanhamos o sistema colonial um pouco. Tinha a pré duas vezes. Tinha a pré pré, fazia a pré-primária, pré-primária. Tinha a pré-classe tinha duas vezes, fazer a pré pré e depois é que íamos para a primeira classe. Agora, para ser resumida, não havia problema de escola, era um assunto que o governo estava estava e as escolas não eram precárias porque o governo usava escolas que, pelo menos nas vilas onde eu vivi, na vila em Cheringoma....

P: era herança?

R: ya. A escola tínhamos a 25 de Setembro. A escola secundária estava lá. A escola de Matadouro, a escola de Kankhomba, tinha escolas deixadas pelo colono e que os filhos dos moçambicanos tinham de estudar lá. Os hospitais eram mesma só que o problema era, já sabe aquela situação nem, pelo menos ao nível dos hospitais, havia, hospitais mas tinham problemas de medicamento e aquelas coisas todas e fica aii, ias ao hospital para ficar todo o

dia na bicha porque o sistema da bicha era indispensável, era bicha mesmo bicha. Acorda 3 horas da madrugada ir deixar uma pedra e depois as 5 horas estar lá na bicha e você só poderia estar no primeiro quando você estar na bicha, esse sistema de conceito de bicha era uma outra palhaçada, seja para compra de pão, para compra de quê quê, para os bancos, para hospitais, para moagem, para ir fazer, para ir moer comida nas moagens, era tudo bicha, tudo bicha. Era uma outra ...

P: e como é que conseguia identificar que esta é a minha pedra?

R: ya, bem. Do princípio as pessoas....

P: era no sentido de ver se nunca houve problemas.

R: nunca, nunca, eu quero fazer uma análise, quero fazer uma pequena análise saindo do conceito de forma objectiva, quero fazer uma pequena, uma análise um pouco científica nessa perspectiva. Parece-me que o conceito do Estado era muito vivido naquele momento, o conceito do do comum. Ninguém poderia destruir do outro, era era muito, nesses lugares era muito porque qualquer situação, roubo, por exemplo, tinha logo aquele chamboco lá dentro, as pessoas estavam resolução e as pessoas tinham respeito e o facto de se morar numa casa do Sr. Tcherere, do Sr. Nguenha, do Sr. Tomás e quem fez mal é o filho do X, era era automático, havia muito barulho mas era muito fácil para aí e as pessoas tinham medo de se colocar, porque também havia um conceito de um povo unido, havia esse conceito de um povo unido. E sendo assim, o conceito do que é colectivo era respeitado e e por via disso, eu quero tentar analisar, por via disso, acho que esse tipo de situações criou, como chama, criou esta concepção do que é o estado, o respeito pelo comum, e depois mais tarde pode-se discutir isso quando eu digo comum, porque em outros países o que é do Estado parece que não é muito favorecido nem, eles estão muito mais pelo privado e então, o que é do Estado pode ser estragado, mas nós temos muita diferença até alguns faziam análise dizendo que Moçambique é um dos países que não consegue fazer manifestação e nem consegue destruir um painel solar que está na via pública e nem um poste de energia na via pública por quê, porque o moçambicano tem um sentido do que é o comum. mas noutros países, uma pequena manifestação estão a cortar do Estado, estão a partir porque não importa, porque são eles. Então, mais ou menos. Então, desenvolvi esse, haviam conflitos, não faltam, não faltam, haviam conflitos mas eipa...

P: eram ponderados?

R: eram ponderados porque havia sistema de de educação moral e ao mesmo tempo de controlo jurídico que é no sentido de que os policiais eram muito rápidos na intervenção e aquela maneira de pegar alguém e ir ao público ser manifestado também desencoraja o banditismo, o ladrão, então um, lavagem cerebral para ser um pouco, tipo uma educação cívica que foi encontrado e depois quando as pessoas são encontradas são mandadas para o campo de reeducação porque não se pode ver na aldeia e esse tipo é mau e então manda-se para um campo de reeducação, uma forma de tirar do grupo, uma forma que achávamos que

era melhor na aldeia, podemos pensar nisso, pensar na aldeia como um ninho, aldeia como um lugar, como dizem os francês, “aldeia como um lugar de reencontro”. Quando falo de reencontro estou a falar de troca de experiência de questões de, troca de experiência que troca de convivência mesmo e e a moral, a ética, a ser convivida ali nesse sentido. Era um lugar de uma outra maneira privilegiado, por isso que quando existe, é como um paraíso nem que tem que ser e quando há um problema tem que se tirar deste paraíso para a pessoa ser lavado um pouco a cara, aliás, a cabeça do outro lado. Ya.

P: e então, a liberdade, as pessoas mesmo com esta guia de marcha a forma de circular, de ir para onde quiser, de um lugar para o outro, ainda era difícil?

R: é assim. É que na verdade havia uma limitação. Havia uma limitação. Porque tu não tens que, não tens que fazer, a liberdade de circulação era realmente limitada, limitada. O que me deixa como questionamento é se o povo tinha essa consciência e se estava revoltado por isso. Eu acho que podemos ter duas balanças aqui duas duas perspectivas porque os meus pais não os ouvi a reclamarem, não sei. Mas infelizmente, quando a Renamo começa a trazer a doutrina de que isso não era bom as pessoas começam a ficar abertos, as pessoas acabaram na verdade, até algumas fugiam sozinhas para se juntarem a Renamo porque dizia que afinal de contas lá o conceito da liberdade de circulação, da liberdade de tudo, não de expressão porque estamos a falar mais do, as pessoas querem mais livre, viver livres. Visitar as famílias quando quiserem. Eu estou a dizer que nas aldeias comunais, uma família que vem três, quatro, cinco, vocês tinham medo de receber essa família porque depois tinha que chegar a SNAPS primeiro para analisar se quem são não sei quê, se não são aqueles os inimigos como dizia o Samora Machel que dizia que são minas retardadas que o governo tem, ou seja, nós adquirimos a independência mas a maneira como tentamos adquirir esta independência, a maneira como expulsamos o inimigo tínhamos a consciência de que a qualquer momento ia explodir a guerra. Sabíamos que há consequências, então, tínhamos medo, tínhamos de estar todos atentos porque senão há de vir alguma coisa e também, a infelicidade deste processo, de transição, do governo português para o nosso foi logo a seguir porque em 1975, nós ganhamos a independência e em 1977 inicia logo a guerra. Então, se inicia em 1977 significa que em 1976 já havia problemas. Agora, só que há um ponto, eu não sei, depois vais retirar, não é importante. Um ponto em que eu estava a assistir a uma entrevista de Afonso Dlakama com aquele gajo ali. Ele estava a dar aulas, Afonso Dlakama sobre a política, ele disse que em 1976, em Março de 1976, logo que terminou a independência, disse que houve que uma tentativa de golpe de estado dos Macondes aqui no quartel general, os Macondes já estavam a reclamar o sistema. Então, ele questionava. Então, e a nossa guerra ela vem mais tarde em 1979, então, porque um ano depois havia uma reclamação, uma tendência de golpe de Estado, o Estado é uma confusão. Então, ele estava a tentar justificar que a transição foi mal feita e a transição foi mal gerida logo a transição que não é só Afonso Dlakama, ou a Renamo mas havia já movimentos que queriam, que já não estavam contentes, mas não tinham como fazer a guerra porque eram logo reprimidos. Então, daí que, poder ser, é para responder aí essa questão de que pode ser que essa situação de viver as pessoas não estavam

felizes mas não tinham como se expressarem porque uma das coisas, uma das máquinas fortes, a Frelimo usou e que até agora usa é os serviços secretos e é isto, apanharam de Estaline mesmo (...) quando fala do totalitarismo, quando fala de como a URSS nem, a antiga Rússia vivei com Estaline, ele fala disso que o serviço secreto é que sustentava e depois apareciam as propagandas como uma forma de de de conservar, mas isso é um outro debate político.

P: e como era a liberdade de expressão, se é que existia, as pessoa não podiam ficam em grupo a conversar ...

R: não podiam. Porque uma das coisas fundamentais era o SNAP, o SNAP trabalhava seriamente. O serviço secreto era uma arma para o governo, para gerir, não tinha como. Eles podiam passar sem perceber mas depois apareciam milícias e eipah as pessoas eram pegues, eram pegues. E e segundo Samora as pessoas não podem, esse tipo de agrupamento essas coisas todas, as pessoas são marginais, não podem, tem de ir trabalhar. O conceito de trabalho estava ali, podia havia festas, convivências, mas tudo registado nem, sabem que chegou-se uma fase onde se vocês querem fazer uma uma cerimónia de não sei quê tinham de informar aos aos as autoridades para saberem de que ali há de haver barulho amanhã ou hoje e ser autorizado. Então, a liberdade de expressão eu acho que foi um inferno, para mim, porque estamos a falar de falar libertamente, escrever, era muito difícil. Era muito difícil.

P: e quanto ao bem-estar social? Em termos de, vamos lá dizer, da produção agrícola, nestas machambas coletivas. A produção era sustentável no sentido de que a comunidade consegue se beneficiar em termos de ..

R: eu não sei se existem zonas assim. Mas na minha experiência não. Na minha experiencia não, porque como eu disse, a guerra também começou a fortificar-se. A Renamo começou a fortificar logo, a fortificar logo nestes lugares. Então, o que acontecia é que havia momentos de muita fome pah, momentos de muita fome. Momentos de muita procura de alimentos. Momentos em que as prateleiras das lojas estavam vazias. Por que as pessoas ficavam na bicha? E na bicha era para, um pão para sair era difícil. Era difícil. Não sei, talvez na aldeia comunal da Frelimo exactamente enquanto movimento de luta contra o colonialismo. Mas naquela transição se isso aconteceu, talvez de 1975 a setenta e, mas é muito difícil porque a transição foi muito pouca....

P: essa aldeia foi criada em que ano, a sua aldeia?

R: não. Eu nasço encontrando a aldeia, nem. Ya. Eu estou a falar do que tenho a consciência dessa aldeia. Estou a falar de 1983/4/5, mais ou menos, porque foi nesse momento, 83, tenho ideia de 83. Uma percepção como tal, e então, até 85 porque nós depois fomos capturado pela Renamo e fomos às matas. Então, deixamos a aldeia e então esse conceito depois fortificou-se muito porque ya. Estou a falar mais ou menos nesse intervalo. Mas se eu tenho esta consciência é que mesmo quando já, nasci a ouvir isso já, esse discurso na família. Falavam disso os pais ei isso não pode e ninguém sai daqui e tu percebes de que a família

também já vivia nessa situação e nós também, nem e eu nasço num ambiente onde já havia havia sido consumido essa ideia por isso que eu disse que não estou a ver, mesmo de 75 para 70, porque logo em 75, a Renamo se forma em 77 nem, só tinha 76. Então, não era possível. 76 a ver uma coisa do tipo corrupção no país pah, não! Foi mesmo, por isso que eu disse eu talvez seja mesmo antes da independência, as aldeias comunais antes da independência, o que é que era feito. Mas também ali a aparecem os Khavandames que depois foram conotados porque eles queria fazer as produções mais privadas mas depois o governo não queria, a Frelimo na altura não queria porque queria que, isso acho que foi depois da guerra. Mas eu acho que no mínimo, durante a guerra da independência o que podia ser feito eram machambas de produção para o consumo imediato. Fazer machambas, levar milho entregar os militares nossos para combater. Caçadores caçarem carne para darem os militares para dispararem contra o inimigo até ganhar a independência, estas a ver nem. Aí sim, iam dar milho para eles comerem, quer dizer, o povo fazer machamba e entregar milho, feijão, era possível nas zonas libertadas porque eram zonas perto dos rios que podiam fazer cultivos, esse sistema também que a Renamo acabou usando, só que a Renamo usou num sistema duma de de das comunidades abertas, já não eram comunidades fechadas por quê, porque também por causa do bombardeamento, podia também ser uma estratégia da Renamo, colocar casas, daqui, daqui era terrível com os militares do governo quando vinham bombardear, então, uma casa lá e outra lá era mais fácil. Mas havia havia muita circulação...

P: a sua aldeia como se chama?

R: a minha é Cheringoma, em Inhaminga. Inhaminga foi uma das, até agora é uma vila, é uma das vilas mais conhecidas. Na província de Sofala era a segunda vila depois da própria cidade da Beira, o primeiro distrito e depois vinha Dondo, vinha Marromeu e vinha os outros. Por quê? Porque Inhaminga, o governo da Frelimo, o governo colonial tinha potenciado oficinas locomotivas e Dlakama, o o a Renamo fez muita merda ali porque começou a destruir porque eles queriam cortar a logística porque, mas Samora Machel não passava muito tempo sem visitar Cheringoma porque não tinha como, a movimentação de Moatize, do Malawi, porque a linha férrea passava dali, passava de Inhaminga, Marromeu na altura, e Chinde que tinha a Cena Sugar e essas coisas todas. Os comboios era a oficina era troca de comboios e não sei quê era, o central era Inhaminga.

P: e tinha energia para toda a comunidade?

R: sim. Não, aquilo, Inhaminga é uma vila histórica. E até tem o massacre de Inhamiga, o Presidente foi inaugurar agora aquele monumento do massacre de Inhaminga porque houve massacre. Tinha um governador português. Inhaminga é um lugar histórico. As casas que estão lá dos CFC, tem um bairro dos CFM com casas de luxo. Tem uma vila que é do município, não sei se era município naquele momento porque só ficavam os brancos e depois tem ali outra população que estava nas matas.

P: e como é esta vila hoje, por exemplo?

R: hoje já está outro nível, mas de de 86 até dois mil e qualquer coisa era muito problemático por quê? Porque como eu disse, primeiro foi vítima da guerra que era para tentar destruir as investidas do governo saindo da Beira para o outro lado e depois a Renamo acabou ficando naquelas casas do, da vila e então a Frelimo ao ir bombardear preferia bombardear mesmo as casas porque sabia que o inimigo estava naquelas casas. Então, destruiu as casas todas dos CFM que estavam lá. Terminada a guerra, a Renamo se apoderou daquela vila como se fosse a vila deles e tu sabes se olhares para os ataques onde a Renamo manteve os seus homens em Maringue, tinha Cheringoma, sempre vais ouvir Cheringoma, Cheringoma porque Dlakama tinha a casa dele e tem uma base deles lá em baixo e criam um administrador deles e então isso também o governo largou um pouco em termos de investimento até que pouco a pouco o governo começou a recuperar e e agora já é outro nível mas levou muito tempo para ser o que está agora. Agora já tem a energia da Cahora-Bassa, já tem a linha férrea já passa de Marromeu....

P: há quem diga que, por exemplo, durante a época da guerra, nas aldeias, havia muita opressão. Como é que era feita esta opressão?

R: eu isso o que estou a dizer. Não sei se o conceito de opressão é este ou não, mas se é o que eu apanhei quando eu era criança eu acho que ... é o que estou a dizer, o que é opressão? Parece que o governo da Frelimo com Samora Machel com a ideia de machamba e depois de campo de reeducação, lembra que eu usei o termo ético que parece que eu estava a tentar buscar no conceito ético a aldeia, eu via a aldeia como um paraíso, como um ninho que os passarinhos devem se comportar bem. Não se comportando bem as pessoas tinham que ser tirado mas também havia consequências que era chamboco que estava a caminhar lá. Chambo. Era chamboco mesmo. Então, apanhar um grupo de pessoas e como eu disse, mal, o nível, a milícia actuava automaticamente. Era bater. Actuava muito. Actuava. Então, você não podia, mesmo nas reuniões, nas reuniões para falar, você tinha que saber o que você tinha que dizer. Então, para além de actuar com chamboco, havia fuzilamentos. Primeiro ao público e depois o desaparecimento, saber mesmo que o Sr. X já foi pegado. Você sente tiro. Em Inhaminga tem massacre. Para além de esse massacre...

P: esse massacre foi lado

R: pelos militares, foi usado pelos dois regimes.

P: pelos dois regimes?

R: sim. O regime de do como se chama esse, do português, usou mesmo até... tem muitas valas. Eu estive lá, não sei se tenho foto, hei de ver se te mando algumas fotos onde fizeram. Quando a Frelimo entrou eles usaram mesmo uma zona, como é uma zona de mato tipo massacre era uma zona mesmo para fuzilar aqueles que eles achavam que eram inimigos do povo, inimigo do povo aquele que não tinha, não queria comungar com, ou seja, esse que queria falar. Que queria falar ao contrário. Então, tu não tinhas que dizer nada ao contrário senão aquilo que, e atenção, os nossos pais para conversarem algumas coisas tinha que (em



voz baixa) porque tinham medo da PIDE, da SNAPS na altura, não tem como, você até pode ter coisas mas não pode, só ouvíamos os nossos pais a dizerem eipah, vocês não falem estão a falar o quê, quer dizer, não podia, tinha que falar aquilo que o governo tinha que ouvir, estar a ver. Falar só assim, você não sabe quem está ao seu lado e no dia seguinte a milícia já está lá, está a ser preso. Eipah, ao ser preso não vai para a cadeia. Ou vai para a cadeia um dia, dia seguinte vocês só sentem uns tiros do outro lado, as pessoas já foram mortas.

P: e depois as pessoas eram recuperadas na vala?

R: era na vala ali. Na vala comum.

P: e a família ia recuperar?

R: não pode. Eu tinha um tio chamado fulano que foi morto. Choramos e nós sabíamos. Quem veio nos dizer o próprio milícia que foi matar. Porque ele era da família. Viram ali o nome fulano, que ele tinha uma camioneta dele e então saiu, só para mostrar. Saiu do do círculo da aldeia comunal foi buscar peixe numa das zonas fora da do controle. Acho que não tinha levado guia e não sei que que. E quando voltou lá, como conseguiu passar com peixe até lá. Como é que você foi e voltou com peixe sem ser atacado pelos militares da Renamo, então você é Renamo. Naquele momento nem e a milícia foi a noite pegar o gajo. Ficou uma semana e depois apareceu um militar chamado fulano e disse que eipah, eu mesmo é que atirei contra o tio fulano porque fui obrigado a atirar. Levamos e fomos ali, amaramos a capulana e disparamos e uma das pessoas que devia disparar era eu porque fui indicado. Ele até agora fica quase maluco. Ele vem falar sempre, essa informação ele acabou confessando em 96/97. Eu me encontrei com ele na Beira e ele disse. Ele sente que tem um dever maior e quer ser perdoado. A família diz que a gente sabe que não tinhas como que se tivesse negado você é que levaria tiro.

P: matavam ao tio e depois a ele.

R: aí está. Então, a opressão eu acho que está a esse nível e aquelas obrigatoriedades de irem fazer as machambas coletivas. Fazer trabalhos comuns muitas das vezes porque o se decidirmos fazer a limpeza na estrada era recrutamento que tinha que se fazer. Então, eipah, estamos a ver que esta estrada aqui está mal e queremos que todo mundo fazer limpeza, tem que ir fazer limpeza. A vila era feita limpeza com população, era obrigado e o governo não tinha, não sei se não tinha a capacidade de fazer o que está a fazer agora nem, de pagar os funcionários para irem fazer limpezas na estrada, era o povo que era obrigado a fazer isso e tu não podias negar.

P: ok. Era isso mesmo. Acho que deu para ter uma ideia sobre as aldeias comunais. Muito obrigado

**FIM DA CONVERSA**

**3.4. Alves Macuacua, ex-morador da Aldeia de Muchuquete, no posto administrativo de Malehice, distrito de Chibuto, em entrevista a 22 de Dezembro de 2020.**

Pergunta – P

Resposta – R

P – Ok então podemos falar só pelo menos uns 15, 20 minutos é possível?

R – Uns 15 há 20 minutos?

P – éh!

R - ok, ok. Estou assinar um papel sim yeah é possível, podemos falar.

P –Então não precisa desligar voltar a ligar, podemos falar assim mesmo?

R – Não percebi!

P – podemos continuar a falar assim mesmo?

R – Ok, ou vai ativar ou vai fazer o quê?

P – Não não precisa ativar eu não preciso ativar nada.

R – Ok podemos continuar a conversa.

P – OK tá nice então. agora então diz alguma coisa pa, éhhh conforme eu havia dito nooo no coiso na conversa antes de ontem ontem.

R –Sim.

P – Que a ideia é eu percebi um pouco sobre aquele que seria ahh a forma de estar uma forma de ser quee que você é estiver ao longo daaa da volta estadia, ou seja, quando tu estavas no contexto das aldeias comunais.

R –Sim, primeiro ponto a minha aldeia comunal onde que eu nasci está no distrito de, está está dentro do posto administrativo de Malehice, isso em Chibuto.

P –Ok.

R – sim lá, a regra como funciona nós não pertencemos ahh ao município, pertencemos ao posto administrativo .

P –ok

R – E todos nós o que devemos fazer dentro da nossa comunidade, primeiro devemos mandar a informação para o posto administrativo e o posto administrativo é que já envia informação para o distrito.

P – ok R – então significa que ohh a aldeia comunal tem o seu próprio regulo. P – ok

R – A sua organização, o que acontece? Quando existe algo, quer dizer Existe algum, Existe algum problema dentro daquela Aldeia primeiro é canalizado o assunto com o régulo, com os

membros dahh daquela aldeia, e depois já vão no posto administrativo e depois o posto administrativo leva o caso para chegar até ao distrito.

P – ok

R – sim e neste contexto, toda a decisão de lá não depende do do do Conselho Municipal não Conselho Municipal não entra, depende do governo.

P – ok.

R – como quando precisa de apoio para abertura dos Poços, a ajuda da organização Escolar, tudo depende do apoio do governo, mais quem está a frente é o líder, o chefe do posto junto com o representado do governo.

P – Ok.

R – sim, mas naquela zona um dos grandes problemas que acontece muito mais nas aldeias comunais é falta de água, falta de escolas, falta de hospitais, meios de comunicação isso são problemas básicos que preocupa muito mais a sociedade e muito mais o governo distrital que ainda não consegue resolver esse problema politicamente.

P – ok

R – por quê? porque muito mais as pessoas quando ficam doentes a população daquela zona deve percorrer aproximadamente aos 15 km 14 km.

P –Mmm para conseguir mmm R – a hospital. P – exato!

R – Então significa aqui a vida de uma aldeia comunal é muito diferente do da cidade, é muito diferente com a vida da cidade por quê? Por causa das condições ehh consequências, muitos jovens quando, quando frequentam o ensino básico e transitam para o ensino secundário já tem direito de abandonar a aldeia outros desistem de estudar por causa das condições, a distância entre a casa e a escola.

P –ok

R – Então o que que acontece ao longo do tempo? muitos jovens quando saem naqueles distritos vão outras providências estudar. Quando eles adquirem emprego já não voltam a investir nos distritos onde nasceram, por vários, por alguns por alguns motivos. Um dos casos falta de emprego, falta de apoio, falta de moralidade relacionado com a própria política.

P –ok

R – Então uma zona que às vezes não tem energia é muito difícil para a nossa geração atual.

P –Mmmm

R – Então tudo que acontece numa aldeia comunal eh tem a sua política mas essa política é regulado internamente com os nativos, é que regulam.

P – ok R – Decidem o que que eles querem o que que eles não querem. P –Mmmmm ok

R – sim não sei se pode ir colocar algumas questões eu estou argumentar mas ainda não deixo as questões.

P – sim sim, estou a perceber. e neste caso olhando para aquilo que é a forma na distribuição dos recursos na na na nas aldeias nesse caso falta desses serviços conforme dizia que cria abandono nahh na parte dos jovens. éhhh

R –Exatamente!

P –Vamos lá ver então significa que éhhh a questão dos serviços ou quando não há serviços e quando não há serviços, a mais a mais concentração de pessoas no lugar onde há mais serviços e menos concentração de pessoas no lugar onde a menos serviços?

R – sim é relacionado com os serviços muitos jovens não tem acesso aos serviços.

P – aos serviços ok.

R – sim é relacionado com o concurso que o governo lança.

P – ok

R – por causa dos níveis.

P – por causa de quê?

R – por causa dehh de níveis de estudo .

P –ok

R – porque a maioria, porque a maioria frequenta o ensino básico até a sétima classe para oitava classe é um problema.

P –Mmmm ok. então há muita a falta de serviço para servirem aquilo que é o interesse do crescimento dos jovens.

R – exatamente!

P – Então se se significa que éhh a falta desses serviço é que cria abandono nessas aldeias comunais?

R –Criam abandono dos jovens para outras localidades para outras cidades, Onde eles Consigam ter condições

P – Oooh, ok.

R – Muitos mas muitos jovens daquelas zonas, muito mais na minha zona, não é que abandonam a zona e vão nas outras províncias estudar não, outros vão para África do Sul a procura da vida

P –Ahhh tá bom!

R – Já não voltam mais a continuar com os seus estudos, a pobreza.

P – Mmmm, então significa...

R – aquelas zonas dependem muito mais dá machamba, na machamba. Hoje em dia só consegue mandioca.

P – ok R – milho, então com isso aí outros já preferem abandonar

P –ok Então significa que ehheh a maior parte das Aldeias comunais sofreram despovoamento por causa desta condição?

R – Sim, a maioria dos bairros.

P – ok

R – Porque eu estou, por exemplo, eu estou no meio de dois bairros, um bairro que é é Muchuquete e outro bairro é Mangueme. então todos esses bairros comunicam as informações que acontecem.

P – ok

R – e para dizer que um jovem que estuda até alcançar 12a classe os pais é que tentam criar as condições, Ou pode encontrar que o pai é mineiro.

P – ok

R – sim, ou o irmão trabalha ou no aparelho os está aqui em Maputo a trabalharem então envia dinheiro para o irmão construir, ir à escola porque para chegar na escola é um processo.

P – ok R – sim

P – então na sua opinião entre viver dentro da aldeia comunal e viver fora da aldeia comunal o que que é melhor?

R – Ehheh eu na minha ótica daí na aldeia comunal pode sair com objetivo não sairão por não querer mais muito mais na aldeia comunal a vida é muito pesada. muito pesado em que sentido? Ihheh o jovem deseja ter naquele local não tem acesso. Então para mim hoje em dia abandonamos as Aldeias comunais por causa de de falta de condições, falta de apoio, a pobreza também conta.

P – OK

R – sim. por exemplo eu, por exemplo no meu caso, eu cresci lá na na minha zona de primeira a quinta classe, fiz dentro da Aldeia mas da quinta classe para a oitava classe tive que sair daquele local para um outro ponto.

P –ok

R – sim

P – ok. então na sua opinião ahheh ha mas desenvolvimento ou seja para criar o governo coloque serviços para as pessoas poderem se desenvolver, é mais fácil onde há muitas pessoas ou é mais fácil o governo fazer isso Onde há poucas pessoas? Ou por outras onde é

mais fácil colocar serviços para pessoas desenvolverem? é onde as pessoas estão de forma dispersa, ou é onde as pessoas estão concentradas no único espaço?

R –Ihhh onde é que, ohhh... não percebi bem a questão,

P – para as pessoas desenvolverem

R – sim

P – o que é que o governo deve fazer para incentivar as pessoas a abrirem qualquer coisa para o desenvolvimento, é onde as pessoas são muitas ou é onde as pessoas são poucas em função daquilo que podemos contar na colocação dos serviços?

R –ok na colocação dos serviços não depende doo do número, mas sim depende das condições que o governo oferece.

P – Ok, por exemplo?

R – Por exemplo, por exemplo posso dizerrrrr ehhe posso comparar uma aldeia e dentro da cidade onde tem o município.

P –Mmmm

R – Onde tem um município há facilidade Por que o jovem consegue ehhe se adaptar, consegueeee ter ahhe posso dizer o quê? Pode ter alguns meios comooo criar um negócio, pode continuar com os estudos, enquanto numa aldeia comunal é muito difícil porque nem próprio, nem mercado não tem, nem uma escola primária ou secundária não tem.

P –Mmmm

R –é é um pouco complicado ehhe e e o número também o número podemos contar sim mas não é mais considerado o número é considerado muito mais a política ou a organização daquela sociedade e o apoio do governo o apoio do governo que oferece para aquelas pessoas, meu *boss* não é normal numa aldeia que tem mais de que tem mais de cinco bairros não ter um hospital (...).

P – ok

R – não é fácil, um bairro que tem mais de, uma aldeia que tem mais de cinco bairros não ter uma escola secundária (...).

P – ok

R – e hoje em dia para alguém ser contactado ter um emprego mesmo que seja \_\_12.55 Dizem que querem de décima classe e a maioria naquela zona termina na sétima, quinta e é problema.

P – ok

R – casamento prematuro.

P – ok

R – falta de acompanhamento

P – ok

R – Então e muito mais onde que eu vejo o governo quando diz que está apoiar uma província não está boa era uma província está apoiar uma cidade porque nas aldeias comunais o fundo ou o apoio não chega lá.

P –Mmmm

R – Esta ver onde existe o problema?

P – sim sim estou a perceber.

R –Mmmm, outro outro exemplo imagina um bairro ou um bairro que depende de um furo esse furo não é um furo automático tem um furo manual.

P –Mmmm Mmm

R – quando avaria aquele furo a população tem que ficar os dias tem que percorrer quilómetros e quilómetros para ter água, então para mim para desenvolvermos naqueles bairros é preciso que o indivíduo abandone a procurar outras profissões nos outros sítios.

P – Então me diz alguma coisa a questão dos casamentos prematuros é influenciada mais pela falta de serviços, como por exemplo a questão da educação?

R – Exatamente! Sim, porque o que acontece? uma menina termina a sétima classe fica mais de três anos não está ver nem nem, não tem na escola condições para chegar a nenhuma escola para continuar os estudos para ter uma educação casam-se entre eles.

P - Ok

R - Casam entre eles e essa e esse esse tipo de caso não é que são pessoas são jovem com 20 e tal anos não, são 16, 17.

P - ok

R - encontrar uma menina de 19 anos mas já tem três crianças

P - Mmmm ok

R - sim. e jovem Basta perceber que engravidou uma menina a intenção mesmo os pais quererem tentar criar condições jovem abandona para África do Sul à procura de condições.

P - Mmmm ok.

R - então esse é um dos grandes problemas.

P - ok. então éhhhh qual é a forma de relacionamento como é que as pessoas vivem entre elas nahhh nas aldeias comunais? refiro-me em termos dehhhh Nas questões de relacionamento.

R - Ehhh o relacionamento nas aldeias comunais é diferente daqui na cidade.

P - sim, como é que é na na na nas aldeias?

R - Lá nas aldeias bem que sabe que não tem essas coisas de Quintal não tem essas coisas de muro que que que

P - ok

R - ali as pessoas vivem de acordo com a geração naquela idade

P - ok

R - sim lá éhhh impossível encontrar um jovem de 30 anos brincar com jovem de 14 anos não é, não é possível. Mas a relação há respeito entre eles, eles vivem de uma boa forma Quando é o tempo de cultivo por exemplo naquele tempo de canho, bebem vão ao mesmo sítio

P - Mmmm-Hum R - Ehhh respeito existe

P - ok

R- Sim, só que o que não o que não sei bem éhhh o que eu sei é que lá há separação de gerações.

P - ok

R - Sim, os jovens quando é um encontro por exemplo de jovens ,os jovens é que debatem entre eles, quando é um assunto de adultos pais adultos debatem entre eles.

P - ok

R - Não há aquela coisa que acontece aqui na cidade de Maputo, de jovens crianças velho vão no mesmo sítio, não, lá há separação.

P - em termos de idade e em termos de sexo?

R - Ehh em termos de idade Porque lá em termos de idade Depende das pessoas porque tem aqueles que já são, são nossos pais às vezes eles dizem há uma reunião para os pais das famílias.

P – Mmmmm.

R - Há uma reunião para os jovens, então cada grupo tem o seu responsável isso aí iniciaram há seis anos atrás por causa da, daquele problema que os jovens Antigamente acusavam os velhos alegando que os velhos que são os feiticeiros, os avós são feiticeiros então tentaram criar uma estratégia para educar os jovens de uma boa forma.

P - ok. então aí na na falou de relacionamento Então gostaria de saber como é a questão de participação das pessoas nas decisões na vida da comunidade? éhhhh refiro-me a questão por exemplo, dahhh como é que as pessoas participam ou o que que as pessoas costumam fazer para tomarem decisões sobre qualquer coisa?

R - sim, na tomada de decisões todos os jovens participam, mas aí...

P - como é que participam?



R - toda sociedade participa

P - como é que participa? Na tomada de uma decisão por exemplo.

R - Ehhhh, primeiro ponto numa aldeia como como não tem um uma, vamos num centro P - sim

R - Por exemplo, é um centro onde tem uma árvore, ali toda a gente sentamos e o responsável do programa começa a desenvolver os tópicos relacionados com o assunto.

P - Ok

R - então, nos debates os jovens também são dados palavras para contribuir de acordo com os pontos colocados mas os jovens também tomam decisão relacionado com o mesmo.

P - ok

R - e eles também são escutados só que o grande problema é que existe numa aldeia comunal não aceitam os jovens estar mais à frente da política da Aldeia.

P - Porquê?

R - porque dizem que uma aldeia deve ser dirigido com régulos, tudo deve ser, ainda usam a tradição colonial.

P - ok

R - sim, não aceitam Aquela política de que o jovem deve dirigir o país, Ainda querem que os antigos são responsáveis para dirigir a aldeia.

P - Ok, e os régulos conseguem orientar aquilo que são os destinos da Comunidade no sentido positivo?

R - os régulos, não percebi!

P - Os régulos, eles conseguem orientar as políticas da comunidade no sentido positivo?

R - Ahhh não, não conseguem internamente porque a maioria dos régulos não sabem ler nem escrever.

P - ok

R - O que acontece? Quando os que são, os que trabalham no na administração no posto administrativo às vezes pode trazer um documento que devia favorecer aquela aldeia ou um, um favorecer um poço a abertura de um poço, mas o régulo ele como não sabe ler eles só dizem assina aqui.

P - Mmmm ok.

R - E, consequência quando já vem no último dia a questionar o que é que está acontecer? Dizem que o régulo assinou. e nós agora estamos dizer que ter um adjunto de um jovem sabe ler e escrever.

P - ok. E conseguem ter isso?

R - Han?

P - E conseguem ter como adjunto um jovem que sabe ler e escrever?

R - sim

P - ok. então que é que tem mais capacidade para mobilizar a comunidade aí nohhh nos coisos , na aldeia?

R - Quem tem o quê?

P - a capacidade de mobilizar as pessoas

R - Ahhhh a capacidade de mobilizar as pessoas agora hoje em dia são os jovens.

P - são jovens? OK

R - Sim porque hhh nós já não estamos de acordo com as ideias dos líderes, dos nossos mais velhos tudo eles dizem sim sim sim.

P - ok. e e como é que fazem os jovens a mobilização neste caso?

R - Ehhh os jovens participam de acordo, primeiro participam nas reuniões quando forem no posto administrativo, então depois dali os jovens informam os outros. Então a participação dos jovens, por exemplo, temos um grupo que são responsáveis para representar a aldeia no distrito.

P - ok.

R - Então eles quando vão nas reuniões depois voltam com as informações e debatemos o assunto sobre o caso

P - Ok ok. então o o o os jovens eles como é que éhhh quando eles querem éhhh por exemplo tomar uma, reunir as pessoas ou apareceu uma informação do governo e querem dar a a comunidade Como é que os jovens fazem? Tendo em conta que eles já tomam as decisões.

R - Ehhh Quando ver que o assunto de régulo tenta tratar não é correto os jovens, estão a a reivindicar.

P - não! Quando vem uma informação do governo chega nos líderes no jovens neste caso esta informação deve ser partilhada para comunidade Como é que os jovens fazem, qual é o meio que os jovens usam para difundir a informação?

R - Ahhh (...) para os meios de comunicação como rádio por exemplo?

R - Não, lá quando os jovens voltam com uma informação usam aquele sistema de informar responsáveis dooo dos bairros.

P - Dos bairros , ok.

R - Mmmm Éhhh os secretários dos bairros é que já informam em cada em cada elementos

dele que estão ali, que há um assunto X.

P – ok.

R - sim comunicamos dessa maneira.

P - Éhhh pode pode.

R - mas se é um assunto de emergência por exemplo a noite, comunicamos o assunto do apito.

P - comunicam com o quê?

R - usamos o apito como alarme.

P - Ohhh para chamar as pessoas para se concentrarem naquela árvore?

R - sim sim. por exemplo, vimos um movimento estranho à noite.

P - Ohhh ok ok. Então quando se cria uma aldeia por exemplo, neste caso uma aldeia é é, qual foi a ideia desse Criar a aldeia, para quê que o governo por exemplo decidiu criar a Aldeia comunal?

R - Ehhh primeiro ponto uma aldeia comunal é, a sociedade é que cria.

P – ok.

R - quando o depois de o governo perceber que lá já tem muita gente já o posto administrativo é que aproxima para aquelas pessoas.

P – ok.

R - para começar a orientar uma nova estrutura, mas essa nova estrutura de acordo com a política local.

P - ok então em que em que condições as pessoas se aproximam para criar o bairro para criar aldeia o que normalmente acontece para se criar o bairro por exemplo na tua no teu bairro como é que como é que surgiu Quais foram as causas?

R - Ahhh Aquilo de que era Aldeia, aquilo ali aconteceu naquela geração de expansão por exemplo, algumas pessoas não aguentam a vida da cidade, outro estão deslocados então vão escolher um espaço começam a construir depois de construir ver que aquela aldeia tem muita gente a aquelas pessoas que estão lá é que já atribuem o nome da zona.

P - ok R - Estás a perceber?

P - Sim Sim estou.

R - Depois de atribuir o nome da zona escolhe-se um responsável que eu que que vai escolher sobre aquela responder todos os problemas daquela zona. E o que acontece com a aldeia comunal são pessoas que não têm condições Não tem casas só.

P – Mmmm.

R - já precisão de apoio, por exemplo, do governo. E o governo não é que vai só lá, solicitado com a população.

P – ok.

R - sim, por causa de quê? de apoio.

P - então seria neste contexto em que o governo éhhh pelas condições que tem o nosso estado moçambicano acabam não conseguindo colocar Esses serviços como escola, Hospital, não é por causa disso?

R - exatamente! Sim, por exemplo, posso dizer um dos exemplos e agora na aldeia comunal onde que eu estou nem tem corrente.

P - não tem corrente elétrica?

R - não tem corrente elétrica mas tá dentro do Moçambique.

P - ok

R - é, Para chegar no distrito do presente Chissano são 14 km.

P - ok como é que se chama o bairro bairro?

R - Aldeia comunal de Muchuquete.

P - Maxaquene?

R - Muchuquete.

P – Ok.

R - Muchuquete sim

P - Ok está certo. então qual é o seu sentimento, por ter crescido num ambiente em termos deee em termos de sentimentos qual é e que tem qual é e que tem, vamos dizer como é que como é que tu ti sentes construído como Indivíduo como é que ahhh o bairro ou em quê E o bairro ou a aldeia influenciou para ti construir como indivíduo tendo em conta o seu crescimento ou éhhh tendo passado a maior parte da sua vida dentro de uma comunidade ehhh na aldeia comunal?

R - Sim uma das coisas mais importantes numa aldeia comunal em que as regras de convivência de uma aldeia comunal são práticas e são as regras de convivência são educativas para um, um jovem.

P – ok.

R - Porque naqueles bairros não existe discriminação na educação.

P – ok.

R - éhhh uma das coisas mais importantes lá existe a ajuda mútua.

P – ok.

R - aquilo de vizinho não tem comida você consegue te ajudar tem problema com coisa x podemos ajudar.

P – Mmmm.

R - lá ajuda existe ajuda entre eles, só que o grande problema que existe naquele naquela zonas está muito relacionado com o investimento.

P – ok.

R - e num bairro, numa zona que não tem investimento onde os jovens vão, vão trabalhar, vamos procurar outras condições é muito difícil para evoluir.

P - Mmmm-Mmm.

R - E muito Muitas das vezes encontra, por exemplo, naquelas zonas tem um campo de futebol mas as crianças que estão lá tem talento mas não tem futebol para usar, então significa aqui uma aldeia comunal em condições normais espera-se muita coisa quando existem apoios relacionais não só do governo mas das empresas privadas.

P - ok

R - mas o grande problema que existem naquelas zonas é falta de condições

P - ok

R - sim

P - ok

R - muito mais escola, hospital.

P - ok ok. e olhando para essas condições esses problemas todos que anunciou a falta de escola a falta do hospital o que que tu pode dizer ou qual é a sua avaliação em termos deeee níveis de vida, nível social das pessoas nesta comunidade ou nas aldeias comunais

R - Sim, relacionado com nível de vida é que é muito complicado para nós que já saímos naquela zona só voltarmos no tempo de visita ahh ou se tem festa, porque As pessoas que estão lá não tem nível normal de escolaridade e é muito complicado convencer a eles politicamente.

P – ok.

R - é muito difícil, você, e é muito complicado falar com ele usando a língua portuguesa

P – ok.

R - Você só pode falar dialeto.

P - tem que ser língua local mesmo?

R - língua local, sim para se perceber bem com eles tem que falar em língua local.

P – ok.

R - isso quando alguém chega lá fala português existem alguns que ara, fala mas não falam corretamente.

P - ok

R - sim

P - Ok, já olhando para (...) não percebi!

R - Sim, estava a dizer?

P - Olhando para o desenvolvimento das pessoas do desenvolvimento da Comunidade, o que que nós podemos dizer sobre a vida que as pessoas levam nestas éhh nessas comunidades? tendo em conta que por exemplo a sua comunidade de Mucha... de Muchuquete.

R - Sim, a vida ahhh desenvolvimento da vida é muito complicado e é negativo para não ir mais longe. É negativo porque as pessoas, as pessoas não estão a ser, quer dizer, não estão a ser enquadradas no mundo atual conforme.

P - Ok

R - Quando digo serem considerados na na vida é que uma ideia para desenvolver devemos formar jovens.

P - Mmmm de fato!

R - Devemos apoiar um pouco.

P - E não há nenhum que vem do governo?

R - Sim, com o governo, com o governo a apoiar, não temos. o que não é normal uma família que teve, que que é composto por 10 pessoas só se baseiam sóhhh da machamba, e machamba dele não é um projeto, É machamba basta não chover corretamente perderam tudo.

P - ok, ok. E nahhh nessa. Sim sim pode dizer dizer.

R - Sim estava a dizer que por isso o desenvolvimento não podemos esperar um bom desenvolvimento neste neste nestas aldeias.

P - ok, ok

R - E um das, dos casos para saber melhor, todos jovens da minha geração, década 90 para hoje, abandonaram as zonas muito mais foram na África do Sul outros vão e nem voltam mais, ficam lá e deixam os pais aqui em Moçambique, sofrerem precisão de apoio para o hospital tem que depender dos vizinhos.

P - Humm

R - Então éhhh é um assunto muitohh, muito complicado.

P - Ok. e nessa zona, na sua aldeia comunal tinha, tem acesso a rádio?

R - Tem o quê?

P - Tem acesso a rádio?

R - Sim, temos acesso mas, a maioria ahhh só aquele e aquele que usam, mas temos acesso.

P - Qual é a rádio? Rádio Moçambique ou tem uma rádio comunitária?

R - É, é, é, não só usamos ohhh a rádio, é rádio Chibuto

P - Ahhh Ok, daí vocês conseguem ter acesso à rádio Chibuto?

R - Sim.

P - E ehhh

R - Sim, temos acesso ali. Não percebi!

P - Todas as informações que circulam nesse distrito, nessa comunidade vem da rádio Chibuto, rádio comunitária de Chibuto?

R - Sim, porque toda informação é lançada lá, sim.

P - ok. e quando...

R - E esse pode dizer que é rádio local, porque é o rádio que está próximo de nós.

P - está a quantos quilômetros de Chibuto?

R - O rádio é que está perto dahh da nossa zona, por isso muitas informações obtemos através daquele, daquele canal, só que a maioria daquelas pessoas gosto muito mais quando transmite a informação de, com a língua local.

P - Humm ok.

R - Sim naquela hora das 12, das 11 e tal 14, aquela hora das 20 ahhh já não estão interessados.

P - OK tá nice. A televisão, não?

R - Ahhh televisão não porque não tem corrente.

P - Ahh não porque não tem corrente. Então também não tem internet?

R - Não percebi! P - não tem internet?

R - A internet ahhh a maioria não usa internet, só usa essa coisa de WhatsApp, internet temos já sim, só que com problemas, por quê para você navegar, se não, se não haver corrente na cidade não temos acesso.

P - Ahhh ok.

R - É como por exemplo a rede da Mcel, a rede Mcel para comunicar lá é um grande

problema só usamos Vodacom e Movitel.

P - ok, ok. tá tá bom, épah mano Muito obrigado, as questões que eu tinha para fazer são essas. Muito obrigado.

R - não percebi!

P - não, estava dizendo que a nossa conversa já terminou por que as questões que eu tinha para te fazer estas.

R - então muito obrigado mano.

P- muito obrifado

**FIM DA ENTREVISTA**

#### **4. Jornalistas profissionais dos órgãos de comunicação social e pesquisadores em jornalismo**

##### **4.1. Dias Impula, Jornalista da RC de Molumbo, Província da Zambézia, em entrevista a 14 de Outubro de 2020**

Transcrição DIAS - RC Molumbo, Província da Zambézia

Pergunta – P

Resposta – R

P – Boo bom dia

R – Sim bom dia

P – Bom dia Sr. Dias, como esta?

R – Yeah tudo bem, não sei como vais?

P – Humm também Graças a Deus. Epá estava a ter umas dificuldades, que ainda não ultrapassei.

R – Okay.

P – Mas okay, acho que pelo menos para, para conversarmos um pouco vai ser, vai ser possível a partir das condições que eu acabo de criar aqui. Não são das melhores, mas prontos, vão ajudar para perceber uma, uma e outra questão. Bom Sr. Dias é assim, éhh conforme eu havia falado ontem, eu estou a fazer um trabalho de pesquisa, que queria compreender um pouco aquilo que seria a conjuntura dos meios de comunicação comunitários em Moçambique especialmente no seu, no seu distrito ou na zona centro. Alo?

R – Sim, sim estou a entender, estou a entender.



P – Sim, então a éhh a conversa vai ser mesmo em torno daquilo que é a importância ou o papel dos meios de comunicação nos distritos, nesse caso comunicação comunitária.

R – Sim, sim.

P – Então na sua opinião qual é a situação dos meios comunitários no seu distrito?

R – Bom humm, obrigado por esta oportunidade.

P –Mmm-humm

R – Que me é atribuída para falar em torno desse, da situação comunitária de comunicação.

P – Exato!

R – Éhhh principalmente na comunidade onde estou, aqui no distrito de Molungo, é um novo distrito.

P – Okay

R – E eu estou em rádio, o único meio de comunicação de massa que está aqui. A comunicação nos distritos moçambicanos é feita, normalmente, na base das RCs que, em particular, se apresenta como único meio de comunicação, sobretudo por se tratar de uma comunidade rural. Este facto faz dos distritos lugares isolados em termos de condições para o desenvolvimento o que vem a diminuir tomando como base a os meios alternativos.

P –Exato!

R – No meu entender, eu acho que o meio de, de deste órgão de comunicação, ehh estaa a ser ehh uma grande valia, e pelo pelo nível que deee, nós temos aquela interação deee, dee nós como profissionais de comunicação temos tido com as próprias comunidades, digo isso porquê? Ehh estamos, a rádio está operacional há dois anos e já tivemos várias pesquisas para além de interações e a procura dee como é que eles acham a vinda da rádio ao distrito? O feedback que nós estamos, tem sido obviamente um alívio porque eles no meu entender, percebem que já se sentem informados, é um é um instrumento que lhes fazia muita falta, porque muita coisa se passava, e eles não se apercebiam, não só a nível do distrito também para outros aspetos ehh que que vinham do, do país, uma vez que a nossa rádio está conectada também com, com alinha da Rádio Moçambique.

P – Okay

R – Então ehhe além disso implementamos vários programas educativos e queee de uma forma destes programas e revelam queee mudam, algo muda nas no seu ser, a comunidade começa a ter conhecimento certos hábitos que talvez anteriormente antes da... e tem um meio de comunicação que eles não tinham relativamente e o conhecimento básico disto, na base deste meio de comunicação. Ehhh repare que há mudança de verdade, o meio de comunicação está sendo um, um, um, um, meio que está ajudar a, a própria comunidade daqui do distrito.

P – Okay, e e em termos de acesso a informação como é que é a informação aí no distrito?

R – Bom, ehh é um desafio de acesso à informação principalmente para eh eh para os sectores públicos, falo dos serviços para ter uma informação tem ahh, não tem sido algo facilitado mas nós em todos sectores, mas há certos sectores que facilmente ehh percebem ehh mas como eu disse, como a rádio é um pouco é, é nova aqui ainda as instituições não se socializaram com, com esta matéria, mas vamos paulatinamente nossa abordagem, e nós comunicadores da maneira como nós colocamos a eles começam a ter consciência de perceber a informação, mas ahh sinto eu que não é algo tão fácil que daqui para aqui, há aquela morosidade que principalmente em que encontramos um sector para ter informação é alguém que está lá do meio artístico que precisa de uma autorização de tal fulano ou do chefe superior, depois com aquela toda burocracia acaba levando um tempo para nós termos essa informação, mas em termos totalmente de, de uma rejeição ou de, de, de submissão de informação quando nós solicitamos não tem havido essa... o que tem havido é a demora, as pessoa ainda não tem o a cultura não tem um conhecimento aprofundado de como ceder a informação, que esta informação tem de ser do consumo público pela qual não pode haver ehh ehh barreiras, mas como eu me referia como é, é, é algo novo aqui, mas começam a ganhar consciência à medida em que nós efectivamente vamos a busca desta informação. Quanto à comunidade no seu todo isso já não é, ehh não há nenhum, não há nenhum impasse sempre que nós queremos uma informação principalmente nas comunidades com os líderes comunitários aquele que é possível que é atento nas comunidades.

P – Mmmm e o quê que pode ser feito em termos da comunidade, para que a comunidade possa acordar e conseguir dizer que nós temos direito a informação, temos que, temos que ir atrás da informação, o quê que pode ser feito?

R – Não percebi bem esta, esta questão.

P – O quê que na sua opinião pode ser feito de modo a que as pessoas, ou a comunidade no geral, possa ter mais interesse em buscar a informação?

R – Bom, eu acho que é preciso haver capitalizar-se muito bem, ehhe é o capitalizar-se é no sentido de divulgar mais, ehh ooo a importância de ter a informação. Ehhe porquê, que, um dado ou um servidor seja, do Estado ou, ou, ou privado ou público, porquê que ele tem que dar uma informação, o quê que, o que que, até um ponto isto poderá melhorar aquilo que é nosso. Então isto é que é mais fundamental, vai ser necessário talvez será em fórum ou em debates ou em, em, em, em, em, em formações que tem que se abordar profundamente esta questão da importância de, de acesso a, a, à informação, ou de ceder quando um dirigente ou um qualquer que dá informação. Porquê que a pessoa deve ... esta informação? Eu acho que este é muito fundamental.

P – Okay, e, e na sua opinião qual é o meio mais acessível aí para as comunidades terem acesso a informação? Vamos olhar para toda a província não só no, no seu distrito em particular.

R – Bom, yeah os meios agora com, com o surgimento das novas tecnologias de informação, e, ehh está sendo abrangente, mas eu como estou em rádio, trabalho na rádio a bastante tempo, e, e olhando para a província quase esta, não sei 90 ou 95% usa rádios, eu até digo a rádio ehh no meu entender, Mmm é um meio que é mais usado e é mais abrangente para as comunicação, para a comunicação, mas por outros, Mmm vem, como eu dizia éhh as tecnologias de informação e principalmente éhhh éhhh....

P – Ummm

R – Que é o WhatsApp, Facebook ehhh os canais que são usados, mas isso é mais usado nas ehh, ehh posso dizer nas nos centros das vilas. Mas quando vamos mais para as comunidades é, é esta procura de de comunicação usando as vias de comunicação de informação se torna um pouco ehh reduz. Mas aquele que é mais abrangente em termos de comunicação que a própria comunidade o rádio tem sido o, o, o mais notável aqui.

P – Hummm, e, e quando há problema por exemplo no sentido geral, um problema que mexe a comunidade como o caso por exemplo dooo, de uma tempestade, de uma cheia, a, a, a comunicação consegue éhh minimizar éhh o, os problemas advindos? Ou consegue antecipar para com que as pessoas consigam perceber que há um problema que esta a vir e temo que nos proteger.

R – Só que este pelo menos a rádio nota que é do Instituto de Comunicação Social, uma das suas tarefas é são essas eh eh educar as pessoas a terem sentimentos ehh a certas orientações, principalmente a questões dessa, a título de exemplo de hoje que eu falo estamos no meio de ano da pandemia e, e a rádio tem, tem, tem, tem, desempenhado um papel fundamental, e temos éhh éhh feito várias intervenções éhh consultas, e nós perguntamos “Já se fala agora da doença Covid-19, onde é que vocês apanharam essa...” “Nós ouvimos na rádio” e como é que vocês...” “Nós estamos a seguimos aquelas recomendações que ouvimos na rádio ouvimos o, o, o administrador a falar disto”. Então nós aqui... e eles seguem as orientações e nós acreditamos que meio que nós temos aqui, e não só aqui nos escritórios, esteja a contribuir e é um meio quee, que é, é, é está dentro tem utilidade, segue as recomendações, e há uma diferença quando chega esses eventos.

P – Okay, e os líderes comunitários tem se envolvido na atividade da rádio?

R – Bom o, o, os líderes comunitários, o seu envolvimento efectivamente ehh tem se notabilizado, humm tem se notabilizado.

P – Okay

R – Há certos aspetos que que nós, por exemplo, como nas rádios, temos promovido várias mesas redondas que envolvemos dependendo do, do, do, da situação que tem que se abordar tem uma necessidade de ser, de estar lá um líder religioso ou um líder comunitário.

P – Mmmm

R – E quando solicitada a comunidade faz-se presente, contribui com, com, com seu saber ehhh com as, aquilo que é a sua realidade, então eu acho que é notável aqui que os líderes comunitários assim com religiosos, eh participam.

P – Okay. E, e no distrito ou na província éhhh qual é, qual é o uso do Governo, éhh quando ele quer se comunicar, qual é, qual é o meio que o Governo usa para partilhar informação?

R – Como eu dizia anteriormente de que ehhh, agora a, a, a, a província, por exemplo a província da Zambézia, éhhh está sendo muito abrangida pelas rádios comunitárias o meio mais que eu exemplo dependente das, do local da situação onde está, usa-se muito a rádio.

P – Mmm-Humm

R – Usa-se a rádio, mesmo o Governo para, por exemplo, vamos supor um aspeto só do nível do distrito, então tem um as vezes a nível de distrito tem uma lá, meio que o Governo usa para debater ou divulgar alguma informação seja do, do, de do interesse público. Tem sido a rádio, então para mim a rádio é um meio que é mais o usado para a comunicação.

P – Mas porquê que o Governo prefere mais a rádio?

R – Bom, pela sua, pela sua abrangência a rádio é, é um meio rápido, por exemplo, e pela a sua localização, eles olham que a rádio tanto localmente falando por exemplo língua local a informação chega lhes mais rapidamente é perceptível, então optam em, em, usar a rádio, por exemplo eu digo daqui, há, há uma situação de éhhh há uma informação de prevenção ou de... vamos ter, então comunicando-se, comuniquem-se a comunidade falo em língua local eles acham que essa informação falado em própria língua daqui, ou para essa esta, para esta unidade ehhh ehhh eh é mais viável, acham que ah atingir aquilo que são os objetivos, razão pelo qual optam mais em, em rádio.

P – Okay. E, e, e, e, em termos de, em termos gerais a população aceita mais informação que vem da rádio ou que vem diretamente do Governo ou que vem dos líderes?

R – Bom, eh é transversal.

P – Okay.

R – Completamente a comunidade aceita consoante a informação como vai chegar.

P – Okay

R – E, e por exemplo, se a rádio, se o Governo vai, o que temos notado por exemplo aqui no terreno onde estamos se há uma informação que tem que se divulgar o Governo pretende divulgar uma, uma informação eh num certo povoado ou numa certa população, o quê que o Governo faz? Sempre quee, faz éhh faz envolve a rádio lá só que fica a rádio, porque nós temos uma atividade eh no povoado “X” vamos divulgar essa informação, essa informação. Ehhh então estando lá, eh a rádio depois de o Governo ter divulgado a sua informação ali localmente que também pode ser apren... e a rádio por sua vez coliga aquela informação passando também a divulgar, ehhh então achamos que é, é a razão por ai que eles optam mais

a, a, a rádio então há esta, esta, esta maneira de perceber que dependendo de vários sectores como a informação vai chegar, ehhh o Governo tem o seu mecanismo como usa, mas nós não nos esquecermos do trabalho porque o Governo disse que quer divulgar uma informação, e não só agora já a por exemplo, ehhh são, a comunidade já tem a consciência em função organização religiosas, querem, eles querem praticar uma, hmmm uma atividade da comunidade eles optaram virem na rádio deixar uma informação comunicando, porque sabem que essa informação vai ser abrangente, vai chegar para todos, então por isso eu disse que, depende do modo como essa informação... agora se o Governo vai fazer uma actividade enquanto que não envolve eh a rádio éhh porque fica um pouco difícil fazer uma avaliação como é que essa informação chega, mas num contexto geral daquilo que nós temos participado, ah a comunidade o, o Governo assim como quando se envolve a, a rádio na, nas, nas suas atividades então notamos que essa informação é, é, é consumida a todos.

P – Okay. E, e na tua opinião essa informação influencia para a mudança da comunidade?

R – Eu acho que sim, eu acho que influencia bastante, como eu dizia no, no, em outras intervenções que nós temos, éhhh certos programas quee nós, eh eh trabalhamos e no fim vamos as próprias comunidades procurar saber como é que isto era e como é que agora é. E eles mostram ohh uma melhoria, uma mudança, eu acredito que está a contribuir efetivamente para aquele que é a mudança.

P – Okay, então, vamos supor que houve umaaa, um, um vendaval por exemplo, éhh houve recentemente um vendaval em, na província, há uma decisão que o Governo precisa tomar, quando é assim há, há uma consulta na comunidade de modo a que a comunidade possa estar a par daquilo que deve ser tomado ou não?

R – Yeah, tem havido.

P – Tem havido isto?

R – Eu já, tem, tem existido, há envolvimento do, dos próprios membros da comunidade, tem existido.

P – Okay, e, e, como é que tem sido por exemplo por experiência aí na comunidade?

R – Não percebi bem.

P – Como é que é, como é que, pode nos partilhar um pouco da experiência sobre esse processo quando é para se tomar uma decisão, o quê que se faz, como é que se faz?

R – Bom, uma experiência vivida por mim foi no ano passado.

P – Okay

R – Ehhh, na estória a rádio também já estava na, na nos primeiros, era o primeiro ano a funcionar, eclodiu aqui o, o, uma doença e foi afectado aqui no distrito de Molumbo, eh que é, que é a Poliomielites, uma criança foi diagnosticada aqui que tinha essa doença, eh pretendia-se vacinar todas as crianças.

P – Okay

R – Até que além do investimento também, foi envolver os outros distritos circunvizinhos, então esta actividade começou com uma mobilização, e essa mobilização eu já pude participar em certas comunidades, ehnh a fazer a mobilização, primeiro encontros, aconteceram vários encontros com os líderes comunitários, com os líderes religiosos, com a comunidade, e a comunidade começou a ser informada se assim for não houver participação da própria comunidade o quê que vai acontecer? E deu-se a responsabilidade aos membros da própria comunidade, que seriam eles a divulgar a comunidade para que, essa actividade tivesse efeito. Chegado a altura foi notável, houve mais desenvolvimento, os próprios líderes, a própria comunidade já sabia contar o quê que está a acontecer, ehnh então esta é uma das experiências que me marcou bastante.

P – Okay.

R – Na fase de, deste, o resultado que foi se notar foi propriamente na parte deste envolvimento de, dos próprios membros da comunidade.

P – Okay, okay muito certo então há uma coisa só, a radio aí chama-se Rádio Molumbo?

R – Chama-se Rádio Comunitária de Molumbo.

P – Okay esta certo. Esta bom muito obrigado Sr. Dias éhnh acho que éhnh é basicamente isto que eu queria perceber um pouco no contexto da comunicação aí no, no distrito, éhnh muito obrigado pela, pelo tempo pela paciência, ehnh acho que até breve.

R – Muito bem, obrigado!

P – Esta foi a conversa com o Sr. Dias de Molumbo, hoje é dia 14 de outubro, éhnh até já.

**FIM DA ENTREVISTA**

#### **4.2. Ernesto Saul, em entrevista a 14 de Outubro de 2020**

**PERFIL:** Jornalista de profissão, Licenciado em ensino de Geografia e Mestrado em estudos de Media pela UP. Activista dos direitos humanos. Ex-funcionário do FORCOM e actualmente a trabalhar para o MISA na área de comunicação e advocacia.

Pergunta (P): qual é o funcionamento das RCs em termos de linha editorial?

Resposta (R): falaríamos de conteúdos, neste caso?

P: exactamente, na produção de conteúdos.

R: é um pouco difícil dissociar a produção de conteúdos nas RCs estando as estatais que pertencem ao ICS assim como as privadas porque ao nível da actual Lei de imprensa as rádios comunitárias ainda são consideradas como rádios privadas. É claro que depois não tem fins lucrativos e pertencem as associações locais. Portanto, nesse ponto de vista é, como eu

dizia, é um pouco difícil dissociar o funcionamento das nuances de produção e desenvolvimento de conteúdos. Por quê? Porque produzir conteúdos custa dinheiro e falarmos em recursos nas rádios comunitárias é recuarmos a questão central que é como é que elas funcionam e como elas operam. O princípio de funcionamento das rádios comunitárias é serem rádios criadas localmente, geridas por pessoas ou comunidades localmente, constituídas numa associação, neste caso, e depois tem a responsabilidade de gerir a rádio. Agora, se ao nível dos órgãos sociais são voluntários ao nível dos produtores, fazedores também são voluntários, ok, nós partimos do princípio de que não existem recursos para custearem a permanência destes recursos humanos, e isto vai desencadear um outro problema que é da mobilidade, não existindo compensação, há um alto nível de mobilidade dos fazedores de rádio difusão comunitária. Quer dizer que alguém pode ser voluntário e é transferido, deixa de fazer rádio. É estudante, faz rádio e tem uma melhor oportunidade de formação, deixa de fazer rádio. Faz rádio e de repente decide fazer negócio, descarta rádio e vai fazer negócio. Quer dizer, vai de deixar um vazio que precisa de ser preenchido. Isto levanta um outro problema que é a passagem do testemunho porque se as pessoas duram muito tempo porque não vê na rádio uma fonte de renda, ok, o que vai acontecer é que a este nível de mobilidade é que agora vendo um alto nível de mobilidade deixam um vazio a nível da rádio que precisa de ser suprido, ok e quer dizer que aqueles que já estavam habituados já haviam ganhado alguma experiência, tiveram alguma experiência em termos de produzir conteúdos, fazerem edição de conteúdos e fazerem continuidade, etc., etc., deixando de fazer parte da rádio obriga-se ao recrutamento de novos voluntários, sem experiência, sem formação, etc. Etc. E começa-se do zero, praticamente e vai ser um círculo, um círculo vicioso, não é e isto faz com que haja necessidade, a meu ver, do pouco eh eh experiência que tivemos no treinamento das rádios que haja uma necessidade constante de treinamento das rádios comunitárias porque alguns doadores, por exemplo, quando são desenvolvidos alguns projectos. Quero fugir um pouco olhando para esta a questão do *funding*, geralmente, uma das questões que se colocam é por que é que as rádios comunitárias não mudam a estratégia, olham por exemplo, uma das formas de intervir nas rádios, a questão da formação, formação, formação. É que esta é uma das poucas formas de garantir a sustentabilidade, não sendo possível mobilizar recursos para pagar as pessoas, salários, eh a única forma é garantir que uma vez havendo este vazio, esta mobilidade, os novos que entram tem que ter oportunidade de formação. É uma das formas de garantir que pelo menos o básico em termos de qualidade de conteúdo está lá presente. Falando concretamente na produção do desenvolvimento do conteúdos, esta questão é influenciada pela pelos altos níveis de de mobilidade, am mas também ao nível local e à semelhança do que acontece no “jornalismo convencional” (grifo do entrevistado), a imprensa pública privada mais robusta que é susceptível, está exposta a a interferências quer do ponto de vista político editorial, do ponto de vista de diferentes actores políticos económicos, etc etc que interferem na produção de conteúdo, nas tendências editoriais, na abordagem de determinadas matérias jornalísticas ou não, isto acontece também ao nível das rádios comunitárias, sobretudo ao nível das rádios

comunitárias onde não há conhecimento muitas vezes da Lei de imprensa, até onde o jornalista pode ir, de como o jornalista se pode defender numa situação de injustiça e pressão, por exemplo. Portanto, note que ao nível da imprensa convencional já ocorre em maior dimensão e é visível. Então, imagina-se o meio rural onde o conhecimento de direitos e de normas que nos protegem em muitas vezes é é é, de certa forma, deficitário. Então, numa primeira visão geral digo que a produção e desenvolvimento de conteúdos é influenciado por estes dois factores: o factor económico, que tem a ver com o funcionamento das rádios e que desencadeia altos níveis de mobilidade e, havendo altos níveis de mobilidade faz com que haja recrutamento de pessoas inexperientes novamente para suprir este vazio e este recrutamento faz com que haja esta necessidade de treinamento para que tenham o básico de conhecimentos para produzir conteúdos. E por conta desta mobilidade, o domínio, a experiência, que é também um processo acaba interferindo na qualidade dos conteúdos produzidos.

P: e esta questão de sustentabilidade, como é que, como é que as rádios se autossustentam tendo em conta aquilo que disso que são produzidos pela comunidade e estão na comunidade e pertencem a comunidade, tendo em conta esta questão financeira das comunidades rurais, em particular onde não tem nenhum recurso financeiro que possa garantir a sustentabilidade. Como é que as rádios conseguem sobreviver?

R: am, eu nem sequer chamaria a isso de sobrevivência porque as rádios trabalham a meio de inúmeros desafios. Eu chamaria a estes fazedores dos meus heróis da comunicação social porque um estudo mais aprofundado vai nos levar seguramente a concluir que funcionar naquelas condições em que maior parte das rádios funcionam é mesmo obra. Ehh, a ideia inicial de da criação das rádios comunitárias pressupunha a existência de cada rádio ao nível de cada área geográfica de certo nível de agentes económicos que possam olhar para a rádio como um espaço onde possam, onde difundem informação sobre negócio, publicidade, dedicatórias, etc, etc. Mas agora a prática, é minha própria visão, não está escrito em nenhum lado mas eu defendo que em zonas onde o desenvolvimento socioeconómico é bastante baixo como os distritos, em muitas vezes, o tipo de agente económico também é ajustado às características destas zonas, solicitar que ele pague uma publicidade de 1500 mt 2000 mt mês é arruinar o seu negócio sobretudo porque eles não sentem a necessidade de fazerem publicidade porque os empreendimentos económicos são conhecidos, estão confinados na sede distrital e todos eles, então, a questão é haveria a necessidade de fazer publicidade? Provavelmente não. Dedicatórias, com o bum das tecnologias de informação e comunicação, deixaram de ser uma fonte de rendimento, vender papel, impressão para as pessoas escreverem, sobretudo porque também é preciso considerar que ao nível do distrito as pessoas mal escrevem, quem escreve são as pessoas de certa forma instruída não é, então, há questões que não foram muito bem estudadas para ao se pensar na sustentabilidade das rádios comunitárias. Mas, por outro lado, está a questão das parcerias estratégicas, mas isso extrapola um pouco o nível distrital com alguns, com algumas iniciativas de ONGs, associações que desenvolvem algumas actividades que também não se pode garantir que seja



uma fonte segura de rentabilidade porque os projectos têm a sua vida útil e depois extinguem, alguns perduram cinco a seis anos, mas outros se calhar nem dois anos dura, então, é mesmo. Meu entendimento, se me perguntasse o que é que se podia ser feito, se calhar seja uma pergunta que esteja aí anotado mas na minha opinião era desenvolver-se uma iniciativa sabe-se lá de quem, confesso que não sei, mas uma estratégia de desenvolvimento de negócio ao nível das rádios, desenvolver planos de negócios para que....

P: ao nível da comunidade ou ao nível das rádios?

R: ao nível das rádio.

P: e que tipo de negocio mais ou menos?

R: aí está a questão, cada distrito tem suas especificidades e suas necessidades, seria necessário mapear as necessidades de cada distrito, ao mesmo tempo que se deve mapear o básico que é preciso para o funcionamento da rádio comunitária, ok e portanto, e depois isso mexe também com questões de transparência, governação, etc etc porque criação dos planos de negócio acarreta um conjunto de risco. É preciso perceber se ao nível das comunidades as pessoas estão preparadas para lidar com, por exemplo, uma oportunidade de negócio e não se olhar para isto como se fosse uma propriedade de alguém ou de certos grupos, por exemplo, que é o que nalgumas rádios acontece aconteceu quando foi criado o projecto Mirac, por exemplo, no Niassa em a Ibis, através da Ibis foram construídas alguns rádios houve uma estratégia mais ou menos de saída para entregar as rádios às comunidades mas não estão a entregar algumas praticamente fecharam as portas, falo da Rádio Muembe, por exemplo, vila Muembe, falo da rádio Nghauma, e por aí em diante. Então... defeito de financiamento a que estamos habituados

P: exactamente essa questão de falta de condições para sustentar a rádio?

R: exactamente.

P; e olhando para aquilo que seria, por exemplo, falou um pouco das rádios do ICS e que são rádios estatais e que tem financiamento do governo eh se seria oportuno, nesse caso, na sua opinião, por exemplo, olhar para aquilo que seria a sustentabilidade das rádios do ICS ou fazer com que os impostos que saem da Rádio Moçambique, por exemplo, que são são, quer dizer, a Rádio Moçambique tem muito dinheiro, assumo eu pelo que venho fazendo e observando percebo que tem muito dinheiro. Então, seria oportuno ou seria viável, na sua opinião, é que o governo tomasse essa medida e fazer com que uma parte dos impostos da Rádio Moçambique fosse drenado para as rádios comunitárias a nível nacional sem olhar para aquilo são as rádios destes e daqueles e por aí....

R: olhar para as rádios comunitárias num conjunto, no geral...

P: no geral, exactamente.

R: ehm, neste momento há um benefício, antes de responder directamente ao que me pergunta. Há um benefício, sinto-me tentado a não olhar de forma igualitária as rádios comunitárias e hade perceber por quê. Porque as rádios do do do ICS mesmo do ponto de vista legal são beneficiadas porque recebem alguns recursos do Estado para pagar salário de um pessoal chave a nível de cada rádio comunitária que é o coordenador e o gestor financeiro ou contabilista e depois tem um mobilizador, pelo menos tem duas ou três pessoas assalariadas. Então, a partir dai custa pensar que as outras rádios estão em igualdade de circunstâncias com as do ICS, mas pensando de forma global, ainda assim, do ponto de vista legal, as rádios do ICS têm um conjunto de isenções que as outras rádios das associações não têm do ponto de vista legal...

P: que isenções? De imposto?

R: amm, o pagamento da taxa do espectro, exploração do espectro radioelétrico, por exemplo, as rádios do ICS não tem que pagar mas as as outras rádios tinham que pagar até a emissão de um decreto que foi por muito tempo omitido por fruto de alguma advocacia de algumas associações... foge-me aqui é decreto 30, qualquer coisa de 2017, se pesquisar, se eu encontrar depois eu partilho consigo. Amm, por conta da advocacia de alguma associações que defenderam que as rádios independentes, rádios comunitárias independentes, estaria a se beneficiar desta isenção e houve uma relutância até que o foi elaborado um decreto que isentava estas outras rádios, mas foi por muito tempo omitido porque o INCM a nível regional tratava de fazer cobrança às rádios até que na altura, eu pessoalmente estava no FORCOM, nas pesquisas encontramos este decreto e partilhamos com as rádios e partilhamos também com o próprio INCM e prontos, chegou-se a conclusão que de facto, mas vamos continuar.... neste momento até por vezes continuam a ir fazer cobranças achando que o decreto não ainda não era do “domínio público” (grifo do entrevistado) a nível das rádios. Agora, olhando para a pergunta directamente feita se os benefícios que a Rádio Moçambique, por exemplo, tem podiam ser repartidos para as rádios comunitárias, independentemente da tutela, ICS, todas. Eu penso que sim, mas sobretudo num aspecto que tem a ver com as taxas de lixo, ok. Eu penso que se quiséssemos partir de algum lado podíamos olhar para isto como uma experiência, olhando, tudo bem que pode se discutir a nível de alguns distritos cobra-se taxa de lixo mas não são municípios e etc etc. Nós temos rádios que estão localizadas em municípios, por exemplo, fazer testarmos as rádios que estão localizados nos municípios ainda que não seja na mesma proporção que a rádio Moçambique mas pensar-se em parte destas taxas para apoiar as rádios comunitárias seria um bom caminho para ajudar a resolver estes problemas, mas é um debate bastante antigo, na altura, o FORCOM, há cindo, dez anos mais ou menos que o FORCOM levanta esta questão mas que que não é levada em conta porque obviamente que ainda que eu fosse gestor da Rádio Moçambique também defenderia os interesses da Rádio Moçambique, mas entre os interesses e a justeza é preciso perceber que ....

P: então, neste caso, assim sendo, se se aprovasse esse decreto de modo a que a rádio, os impostos da taxa de lixo fossem drenados um pouco para a questão das rádios comunitárias, acha que estas rádios seria isentas em termos de do seu funcionamento, no sentido geral? Ou teriam uma interferência de qualquer tipo?

R: o que eu penso em volta desse debate de isenção versus *funding*, eh, depende muito dos procedimentos. Eu penso a forma como as coisa começam é que abrem é que dão aso a esse tipo de interpretações, de possibilidade de pressão, mas se am, digamos, qualquer que seja a decisão nesse sentido, seja devidamente clarificada que é um apoio estatal, ok, é um apoio estatal e que em nenhum momento deve ser traduzido como mecanismo de pressão e por ai em diante, penso que não haveria espaço para pensar-se, ainda que implicitamente cada um possa interpretar do seu jeito mas é que nem um funcionamento de uma instituição, as decisões não devem ser tomadas mediante a percepção dos líderes mas mediante os regulamentos, normas institucionais que, portanto, são aprovadas não é e que orientam o funcionamento das organizações, das instituições. Penso que a forma como a coisa começa é que é determinante. Se a decisão é devidamente regulamentada, não é, portanto, todos os actores estão claros relativamente a seus papéis até onde podem ir, penso que e ai entra também um pouco, na minha opinião, o papel do conselho superior de comunicação social, os sindicatos de jornalistas, o próprio MISA e outras organizações ligadas aos medias se isto está claro, o próprio FORCOM inclusive, o próprio ICS, se isto está claro do ponto de vista de documento, está definidamente documentado, penso que não haveria espaço para se pensar...

P: e olhando para...

R: porque terá que ficar claro que são fundos estatais, não são fundos do ministério, não são fundos da EDM, não. São, é um apoio estatal. É.

P: e olhando para aquilo que seria os parceiros estratégicos, falou um pouco aqui dos parceiros estratégicos que em algum momento têm dado apoio às rádios e depois em algum momento influencia sobremaneira na produção dos conteúdos. Acha, o que é que acha desse tipo de procedimento ou será que os parceiros estratégicos tiram proveito ou acabam tirando maior proveito em detrimento da própria rádio naquilo que seria esta parceria que se cria entre, por exemplo, a Mwetí que traz conteúdos para a rádio e a rádio depois é beneficiado de algumas de algum apoio simbólico. Acha que isto é viável para a própria rádio?

R: o que eu penso é o conceito implicitamente construído a volta da rádio comunitária. Eu penso que este é o maior dilema porque tem um exemplo claro de organizações de entidades, não quero especificar que acham que podem entregar conteúdo às rádios comunitárias e elas podem difundir até gratuitamente porque para essas pessoas a rádio comunitária está lá para servir a comunidade, não tem fins lucrativos. Há alguma dose de razão porque o objectivo penso que o que fica por clarificar é o alcance desta questão de não ser não ter fins lucrativos.

Não gerar lucros não significa não gerar recursos para o seu funcionamento porque lucro pressupõe-se que depois a distribuição é entre os acionistas e entre aqueles que fazem parte. Agora, gerar recursos para o autossustento não é gerar lucro, é criar condições para continuar a manter a rádio, energia, água, luz, etc etc. Então, é preciso primeiro desconstruir esta percepção de que o não ter fins lucrativos significa não ir atrás de recursos, não. Por outro lado, é preciso desconstruir a ideia de que o facto a ideia de não ter fins lucrativos pode se entregar qualquer que seja o conteúdo e as rádios elas difundem gratuitamente, não. É preciso também perceber ao nível da rádio, muitas vezes as rádios aceitam isto porque produzir conteúdos custa dinheiro, então a lhes ser oferecidos conteúdos lhes ajuda a suprir o vazio do ponto de vista de grelha de programação, mas é preciso perceber que há uma componente humana que opera a rádio que precisa de um mínimo de condições para continuar a trabalhar. E portanto, voltando à questão que colocava sobre os conteúdos que são entregues influenciarem ou representarem alguma pressão, nesse caso, as rádios são livres de aceitarem ou rejeitarem qualquer nem, independentemente da tutela tem esta liberdade, agora, depois cada rádio analisa até onde os conteúdos que lhe são oferecidos são benéficos ou não, não é e muitas vezes elas aceitam olhando sobretudo para os benefícios dos conteúdos ao nível das comunidades. Penso que foi mais ou menos esta a ideia que fez com que surgisse, por exemplo, o FORCOM, na altura até as rádios do ICS faziam parte do FORCOM que era criar um interlocutor oficial que falasse em nome das rádios, não totalmente proprietária das rádios mas que defendessem os interesses das rádios para minimizar este aproveitamento excessivo que que vem se verificando em termos de ....

P: e o que aconteceu para haver essa cisão?

R: questões de alinhamento ideológico, provavelmente porque é inegável que fazendo parte do Estado há princípios também que norteiam o princípio do funcionamento do Estado que difere um pouco das ONGs, associações e por ai em diante, isto é inegável. Mas isso não quer dizer que até hoje não haja colaboração numa e noutra perspectiva. Eu sei que na altura foi criada a rede de formadores e mentores do FORCOM em que alguns quadros do ICS estavam lá e faziam formações e etc etc.

P: e quanto ao acesso à informação, no sentido geral.... podemos olhar não só para os as rádios comunitárias mas o que interessa mesmo é nas regiões rurais. Como é na sua opinião de difundir informação através dos vários mecanismos, a comunidade em si consegue ter acesso à informação necessária para que possa tomar decisões das suas vidas?

R: relativamente no acesso à informação, amm eu penso que ao nível da consciência temos grandes ganhos, há um alto nível de consciência, se bem que a expressão alto é sempre discutível mas nota-se um crescimento dos cidadãos do ponto de vista de consciência dos seus direitos e sobretudo nesta questão de direito à informação impulsionada em parte em parte com com a existência da Lei do direito à informação, não é. Agora, não é menos verdade também que há uma percepção implícita de que o usufruto deste acesso à informação precisa de ser aprimorada porque uma coisa é a existência da Lei de direito à informação,

existência da consciência de que qualquer cidadão pode solicitar informação mas depois quanto mais ele barra-se com barreiras digamos, muitas vezes ligadas a quem gere determinadas instituições mostram-se algumas mais algumas nem tanto receptíveis, nem tanto aberta, aliás, o MISA tem estado a fazer um trabalho muito bom, muito interessante nesse sentido de verificação e monitoria de implementação da Lei de direito à informação juntamente com outros parceiros, não é. Então, relativamente com outra questão, ao nível da consciência acho que estamos num bom caminho, mas o a resposta de quem de direito a como as instituições faz com que muitas vezes as pessoas percebam que uma coisa é consciência e outra coisa é existência de instrumentos legais mas a implementação quer me parecer que prevalece ainda a ideia de que depende muito da boa vontade das instituições.

P: e como é que pode se fazer para que possa, porque a comunidade já está minimamente consciencializada, para consciencializar as instituições.

R: Pois, am, eu acho que já tem sido feito um bom trabalho, precisa de ser aprimorado, no sentido de, por exemplo, desenvolver formas de capacitações, as lideranças. A questão não deve passar apenas por capacitações amm, é meu entender que a indicação das lideranças ao nível das instituições deve pressupor um alto nível de consciência e de compromisso para com o funcionamento do Estado. A consciência de que se está nas instituições do Estado para servir e não para ser servido e falo, não estou a falar de outras áreas, falo nesta questão do direito versus acesso à informação que qualquer cidadão é utente e é o dono das instituições merece ser informado. Como fazer isso especificamente, não me ocorre aqui mas levar à consciência e depois podemos levar outras acções transversais e capacitações, debates, dialogar, discutir mas penso que é preciso definir-se o perfil do gestor público, perfil do gestor da coisa pública, não ao nível dos Ministérios apenas, não ao nível das direcções nacionais, a partir do servente que está ali, a partir do recepcionista, não é. Porque muitas das vezes as barreiras começam por aí e muitas vezes de forma implícita e não porque o seu superior seja alguém digamos, não receptivo, mas a vontade de prestar “um bom serviço” (grifo do entrevistado) quando na verdade não é bom serviço ao seu superior faz com que haja este tipo de cenários. Mas por outro lado, também, construir cidadãos e instituições que funcionam na base na Lei, simples. Se temos instituições que funcionam na base na Lei, se o director nacional ou superior imediatamente, o superior hierárquico, não é, servente, seja lá quem for, sonegue com a informação, ele tem de perceber que há consequências nisto. Quem tem de garantir que as consequências existam é o superior hierárquico e, portanto, ele não vão não vai actual à margem da Lei, terá que se basear na Lei do direito à informação e de outros instrumentos que rejam o funcionamento das instituições públicas para garantir que de facto... acredito que alguém trabalhando neste caminho, provavelmente, grande parte das barreiras seriam ultrapassadas. Primeiro tem de perceber que é de Lei. As Leis estão para serem cumpridas. A capacitação, debates, etc, são assuntos complementares porque pode se chegar a conclusão de que não há conhecimento. Esta é uma é uma questão mas por outro lado, um servidor público, um gestor da coisa pública tem que ter um mínimo de bagagem do ponto de vista de como é que as instituições funcionam, que tipo de constrangimento

poderá enfrentar. Constrangimento não do ponto de vista do funcionamento como tal, mas sua relação com o cidadão, por exemplo. Quais são as suas obrigações, etc etc. Quer me parecer que não existe, precisamos de consolidar este e que não existe seria exagerado, mas precisamos consolidar esta percepção de que o servidor público tem que ser alguém com o domínio das normas e instrumentos legais e predisposto a cumprir esses instrumentos legais.

P: desculpe-me eu saltei um pouco, queria deixar esta questão quase lá para o fim. A questão do futuro das rádios, na sua opinião, qual é? Olhando para este

R: cenário ...

P: exactamente.

R: é difícil prever o futuro. O que eu penso é que enquanto continuarmos com este cenário de excessivo aproveitamento das rádios comunitárias, quase que querendo difundir conteúdos de forma totalmente gratuita, ausência de um mecanismo de garantia de sustentabilidade, apoiam-se mais os fortes e enfraquecem-se mais os fracos, ammm, o que pode vir a fazer, se me perguntar, fazendo um parênteses, é que quem mais necessita da taxa de de rádio difusão, taxa de lixo, por ai em diante, eu penso que são as rádios comunitárias que a próprias rádio Moçambique que tem outro conjunto de fontes de recursos para a rádio poder funcionar. Não traço um cenário sombrio mas um cenário ainda difícil, permanentemente difícil porque se depois de todas essas nuances que sobre as quais estamos aqui a reflectir as rádios continuam, maior parte delas continuam a funcionar, quer me parecer que não se pode traçar um cenário sóbrio, mas um cenário permanentemente difícil de funcionamento em que a dependência do ponto de vista de recursos humanos vai continuar, a fonte de recursos humanos serão continuarão a ser voluntários e isto vai continuar a interferir em grande medida na qualidade dos conteúdos radiofónicos produzidos e difundidos e, portanto, é basicamente isto. Eu prevejo um cenário de prevalência desses cenários de dificuldades de funcionamento e deficiência de qualidade dos conteúdos produzidos e difundidos, os conteúdos de qualidade que serão transmitidos continuarão a ser fornecidos por outro tipo de actores.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **4.3. Eurico Rosário Guedes, Jornalista da Rádio Comunitária de Ile, Província da Zambézia, entrevista a 16 de Outubro de 2020**

**Pergunta – P**

**Resposta – R**

P – éhhh, é assim Sr. Guedes, éhh conforme eu havia falado consigo ontem.

R – Mmmm.

P – Eu estou a fazer uma pesquisa, éhhh nesta pesquisa envolve um pouco ahhh questão das rádios comunitárias.

R – Sim

P – No sentido geral olhando para aquilo que é o seu funcionamento, éhhh na comunicação e noos contactos que tem vindo a fazer com a, com comunidade de modo a que possa desenvolver um pouco aquilo que é a comunidade como um todo não é. Éhhh então a nossa conversa vai ser em torno daquilo que vai ser o papel das rádios comunitárias em Moçambique, podemos olhar no sentido geral se achar conveniente ou se não, podemos olhar para aquilo que são as questões, as questões pa, particulares daa, da sua província onde, onde se encontra neste momento.

R – Okay

P – Bom, então podemos começar por aí mesmo, éhhh em questões deeee a a a essa rádio onde pai esta qual é, como se chama a radio? É Radio do Ile não é isso?

R – Rádio Comunitária do Ile.

P – Haaa, okay. Já estive aí uma vez em 2016, eu estava a fazer um trabalho do CAIC.

R – Sim, sim.

P – Hmmm já estive aí uma vez. Okay então como é que...

R – Temos trabalha.

P - não percebi!

R – Temos trabalhado com o CAIC.

P – Haaa tem trabalhado com o CAIC. É isso mesmo, então como é que é, como é que tem sido o, o o vosso dia-a-dia aí na rádio, nesses últimos dias?

R – éhhh,

P – Ou de forma breve,

R – Sim.

P – O trabalho da rádio comunitária como é que tem sido o dia-a-dia?

R – Bem, o trabalho da rádio, ul, ultimamente é um trabalho notório e recebido com duas mãos, por parte da comunidade...

P – Comunidade.

R – Porquê digo com duas mãos, é que a comunidade aqui onde nós estamos esperam da rádio qualquer informação.

P – Mmmm

R – E principalmente neste, neste período em que estamos, no estado de calamidade, a rádio virou como, o veículo de transmissão de mensagem, nem? Virou como elo de ligação, comunidade – informação; informação – comunidade. Então a própria comunidade tem se aberto muito na que, nahh, quando nós precisamos colher alguma informação, nem, o nosso, o nosso, os nossos, os nossos blocos informativos locais estão mais virados até a própria comunidade do que acções governamentais. Acções governamentais sim trabalhamos, mas fala mais a comunidade do que ahh o próprio Governo. Prioriza-se mais informações que provem da comunidades que a informação que vem do governo porque ...

P – Okay. E, e qual é a participação da comunidade então neste caso, nohh, naquilo que é o trabalho da rádio?

R – Bem a participação da rádio, da comunidade, nós começamos no, no, primeiro, nós envolvemos a própria comunidade.

P – Okay, o que fazem?

R – Maior parte dos programas que passam na rádio, são programas que saem da própria comunidade, porquê digo isso? Nós na nossa grelha de programação quando nós precisamos inserir algum programa, temos convocado alguns influentes, líderes comunitários alguns religiosos e temos feito uma mesa redonda para discutir quais os programas que serão bem-vindo para a comunidade? Então recebemos muitos conselhos a partir da própria comunidade, ehh a partir destes, deste todo processo sentimos o envolvimento da própria comunidade para com a rádio.

P – E qual é o programa de maior interesse nesse caso para a comunidade?

R – Sim, ohh, o programa de maior interesse, temos um programa denominado Práticas e Expressões Comunitárias. Programa Práticas e Expressões Comunitárias é um programa que está mais vinculado a hábitos e costumes da própria comunidade, então quando passamos este programa, quando abrimos linha, tem tido muita afluência, o outro ohh, os outros programas são aqueles de entretenimento, rádio-drama, ahhh os magazines, e tem um outro programa que nós chamamos de Educador Ambiental.

P – Okay.

R – Este programa está mais virado a falar sobre o meio ambiente, éhhh no geral no contexto geral, e quando falamos de Educador Ambiental, fala, para além de falar de queimadas descontroladas vamos até as erosões.

P – Okay

R – Então, yeah éhh são, são programas que a comunidade se identifica com ele.

P – Okay. Ehhh e se a, se há uma participação da comunidade ehhh...

R – Okay.



P – Olhando para aquilo que seriam os parceiros estratégicos que a rádio mantém com as organizações, como é que os parceiros influenciam no trabalho da rádio?

R – Bem éhhh, os parceiros influenciam nas atividades, em princípio cada parceiro tem a sua linha e tem a sua área que ele quer actuar.

P – Okay.

R – Ahhhh outra parte aquilo que é alguns incentivos para a própria rádio, nem? E, e nós no trabalho para o parceiro nós fizemos o trabalho segundo aquilo que é a orientação do próprio parceiro.

P – Isso significa que vocês, há uma interferência nohh, naquilo há uma interferência no programa dahh, na grelha da rádio?

R – Quando aparece um parceiro?

P – Sim.

R – Bem, interferir até posso não considerar tão bem interferir.

P – Okay.

R – Quando a rádio recebe um parceiro para nós é bem-vindo.

P – Okay.

R – Porque digo é bem-vindo? As rádios sobrevivem por fruto do trabalho e prestação de serviços. Quando aparece um parceiro nós vamos prestar serviço para ele, é nesse âmbito que nós consideramos a liderança comunitária para poder sensibilizar que a nossa grelha vai sofrer alguma alteração, olhamos para ahh, o espaço o maior espaço de, por exemplo, na parte de rádios comunitárias entendem-se por... nota-se mais o espaço do entretenimento, nem? Éhhh então nós diminuimos o espaço do entretenimento para acomodar o parceiro, os interesses do parceiro.

P – E ohh, e o parceiro neste caso ele paga uma taxa para passar os programas dele?

R – É sim, é lógico que ele paga.

P – São taxas justas?

R – Não percebi!

P – As taxas são justas? Ou são suficientemente éhhh como é que vamos dizer? São, são, são, são sustentáveis para a rádio?

R – Bem ahhh as taxas, justas não são, maaas a cada dia vem um arranjo, nem?

P – Okay.

R – Porque imaginamos que nós como uma instituição não temos aquilo que se chama o orçamento, nenhum traço orçamental, nem?

P – Mmmm

R – Quando vem, quando vem um parceiro com um pequeno bolo e diz “eu quero te apoiar com isto mais para isso você tem que me prestar este e aquele serviço”. Epá é do pequeno que se chega no grande.

P – Okay.

R – Então nós, até que nós acabamos melhorando naquilo que é ahhh, a tabela de preços, nem? Porque nós temos uma tabela que o instituto de comunicação enviou para todas rádios.

P – Okay.

R – Então, quando, quando acaba chegando um parceiro que nós tentamos discutir com eles, e o parceiro diz “eu não vou conseguir ah cumprir com a vossa tabela” mas nós precisamos de um apoio, nós como rádio precisamos de um apoio, por exemplo, para a componente de credelec, para a componente de pilhas e gravadores, acabamos fazendo um reajuste, nem?

P – Mmmmm

R – A nossa realidade que é para também não perdermos o parceiro e continuarmos com as atividades ainda para frente.

P – Okay, ehh, e olhando nesse caso, éhhh como é que tem sido a sustentabilidade da rádio?

R – Ah, a sustentabilidade da rádio ahh, temos, sobrevivemos graças a algumas parcerias, nós temos parcerias de longo e curto prazo. Porquê digo isso? Temos pequenas, medias e grandes empresas, ao nível do distrito, nem? (Perguntar ao Guedes quais empresas?)

P – Humm

R – Ah, temos éhh algumas barbearias, temos alguns pequenos agentes económicos e nós fizemos algumas publicidades eles vão nos dando pouco ehh vamos tentando... com esse pouco vamos juntando, juntando para poder suportar algumas, algumas atividades. Agora éhhh em algum momento temos prestado ahhh, a, assim serviços para alguns parceiros quee, o caso da FGH, o caso da Visão Mundial ahh que também trazem ahh, as suas informações quando tem uma atividade.

P – Okay.

R – Sim, então temos sobrevivido graças a, ao, aos pequenos marketings que temos a nível do distrito.

P – Humm, okay. Então quanto ao com, ao acesso a informação nah no distrito, o quê que o, o quê que o Sr. acha sobre a forma como as pessoas acessão, tem acesso a informação?

R – Parte da rádio ou parte da comunidade?

P – Da parte da comunidade. O acesso à informação pela parte da comunidade. Como é que avalia?

R – Bem, se formos até a usar em percentagem podemos até chegar em 75%.

P – Okay.

R – Yeah. Podemos chegar aos 75%, porquê digo isto? Éhh tem informações que de certo modo se não é a rádio que fez chegar a comunidade, ah demora muito pra chegar, mesmo, mesmo sendo pessoal, o, o Governo, o papel dele é este nem, atualizar a comunidade até lá na base, mas existe aqui, tem existido uma morosidade, nem? A circulação de informação torna-se mais dinâmica quando veiculada pelos meios comunitários....

P – Okay

R – Se a rádio não estar, demorar com a intervenção, alguma informação acaba atrasando chegar, mas, informação tem chegado na comunidade.

O acesso à informação é considerado de nível desejado pelos jornalistas na medida em que as comunidades, mesmo considerando-se de forma remota e, considerando ainda o facto de se tratar de regiões rurais onde os níveis de fluxos são considerados por serem descendentes, a comunidade se satisfaz por estes níveis e praticas comunicacionais. A liderança, por sua vez, como agente que dinamiza a informação, serve de elo de ligação dentro da comunidade (... citar o trecho anterior aqui)

P – Okay. E, e quanto a mudança ahh, a mudança de comportamento das pessoas a partir da informação que as pessoas recebem, como é que avalia este, este processo?

R – Ahhh mudança de comportamento é um processo, não é, no, no, não se nota de hoje para amanhã, maaas, através de alguns programas eu começo a ver, há mudança.

P – Okay

R – Ohh vou dar, vou dar exemplo, por exemplo, casamentos prematuros, ao nível do distrito do Ile, ao nível da província, o distrito do Ile era quase campeão, naquilo que era a desistência da rapariga nas escolas, ehhe os casamentos prematuros era, éramos campões, mas de tanta mensagem divulgada aqui a, a informar a, a tentar chegar, fazer chegar a comunidade a mostrar o, ohhh, os impactos de deixar a miúda estudar, qual será a vantagem. Nota-se hoje que pelo menos temos até hoje nas escolas, sejam escolas primárias assim escolas secundárias a se registar uma redenção da rapariga.

P – Humm

R – Então foi fruto, nem? Existem uma e outra zona que ainda pratica casamento prematura não posso aqui dizer que estamos limpos a 100%, mas nota-se. Ahhh vou dar outro exemplo, a componente do uso da rede mosqueira na pesca, nem?

P – Humm-hmmm

R – A rádio foi intensificando mensagens sobre o bom uso da rede mosqueira, ehhe hoje as zonas que eram de maior foco eram as zonas que eram mais registadas pelo menos este verão já passamos lá não para disseminar mensagem, mas para tentar ver se aquela mensagem que

divulgamos chegou. Fomos ver que sim, a população já reduziu aquela prática de, de usar a rede mosquiteira para a pesca.

P – Okay. E, e quanto a mobilização, éhhhhh estou a perceber que a rádio tem feito uma mobilização para com a comunidade, e a questão dos líderes eles têm um papel preponderante na mobilização das pessoas da comunidade?

R – Bem o, o líder realmente tem, ahh eu até olho os líderes em duas vertentes.

P – Okay

R – Yeah, lá na comunidade, se nós formos a chegar na comunidade, tem, olho que a comunidade tem duas figuras, nem?

P – Humm-hmm

R – Embora as mais acreditadas para a comunidade, porquê digo duas figuras? Eu trago o exemplo, uma figura é religiosa e outra figura é política, nem? Existem, existe população que quando a mensagem sai de um líder religioso para o seu povo esta mensagem não tem contestações, não tem aqui argumentos, é positiva. Tem outros que quando é um líder comunitário a fazer chegar a mensagem também é recebida realmente sem também sem clamores, mas também o líder comunitário tem um papel preponderante na sensibilização e mobilização da base.

P – Okay. Então significa que são, se percebi bem, são dois tipos de líderes, tem o líder religioso e o líder político.

R – Yeah, sim, sim.

P – O político neste caso é o comunitário?

R – São esses comunitários sim.

P – Ahhh okay, okay esta certo. Está bom então, já percebi. E, e a questão do, do, do coiso doh como é que vamos dizer? Éhhh dos doadores já falamos um pouco sobre isso, mas eu queria perceber melhor a questão dahh, se os doadores eles, eles influenciam na grelha de forma directa? Porque falou um pouco aqui sobre os, os, os eh, éhh os parceiros estratégicos, mas eu quero perceber melhor aqui nos parceiros estratégicos, refiro-me um pouco mais aos doadores aqueles que são, ohhh que tem programas que eles desenvolvem dentro da comunidade e que eles não tem, não são eles na verdade, não são empresas que tem lucro, eles também são, são empresas quee, ou seja, instituições que não visão lucro. Então eles produzem um programa, em algum momento eles produzem programa depois levam o programa como, como foi produzido para a, a rádio?

R – Mmm-Humm. Eis que, eu respondi dizendo: “interferir assim na grelha, não é por vontade deles”, mas de certo modo eles...

P – A fraqueza da rádio.

R – Sim, tem um programa e que pretendem divulgar esse programa, nem? A rádio éhh, tem a obrigação de fazer o reajuste da sua grelha, para poder acomodar a, aquele programa, nem?

Argumenta-se que a interferência que as rádios sofrem nas suas grelhas não se deve ao facto de estes parceiros terem poderes sobre as rádios mas sim porque as rádios, de alguma forma, elas é que são fracas do ponto de vista de sustentabilidade o que os faz precisarem de apoio externo, mas que este não vem de borla, sempre tem seus custos que, neste caso é a interferência na grelha de programação.

P – Okay.

R – Porque todos programas a finalidade é mudança de comportamento para as comunidades.

P – Hummm

R – Nem?

P – Hummm

R – Ehh nós como rádio somos da comunidade para a comunidade, nem?

P – Humm

R – Então, para além do, do parceiro, ou, ou do doador trazer aquele programa, a rádio por si só tem que estar na sua responsabilidade social.

P – Okay

R – E a rádio não tem condições na sua responsabilidade social de ir, ahhh construir uma escola, uma igreja, uma estrada, um furo de água. A nossa responsabilidade social recai mais em fazer chegar a mensagem a população, é fazer chegar as informações. Então de certo modo nós é que acomodamos o, o programa por saber que esse programa não é para beneficiar a nós como fazedores da rádio, mas sim é para beneficiar a própria comunidade a, e ai a nossa grelha de programação não é estática acaba, acaba sendo uma grelha dinâmica, quer dizer, como regra, como regra a nossa grelha nós mudamos trimestralmente, nem? São estes os sinais de interferência...

P – Okay.

R – E mudamos trimestralmente vendo, se há um programa para acomodar, que possa sair da comunidade ou se há um programa que estamos a vir com ele mas acabamos notando que este programa de certo modo o apresentador, alguma coisa não está muito bem desenhada, removemos para refazer demovo o programa e voltar a, a ter o programa como, com bom script, com tu, com tudo que, que, que de bom para servir a comunidade.

P – Okay e, e, e isso tem em vista ahh responder aquilo que são as dinâmicas sociais da comunidade?

R – Perto.

P – Okay

R – O objetivo mesmo é esse.

P – Okay, então o, ohh disse aqui que algum tempo queee a questão dos, das pessoas, da comunidade ela houve, tem pessoas que ouvem mais, tem pessoas que ouvem mais a liderança éhh política, mas também tem outras pessoas que ouvem mais a liderança religiosa, agora comparando essas duas, juntando essas duas lideranças e comparando com aquilo que são os meios de comunicação, quando a população quer ouvir éhh uma mensagem, ouve mais a quem? Aos líderes ou a, a, a rádio?

R – Bem, nós como rádio de uma ou de outra maneira aqui onde estamos no distrito onde estamos, a, as tecnologias não são abrangentes, nem? Como é aplicado o uso de tecnologia nos distritos?

P – Okay.

R – A única tecnologia abrangente é, é a rádio, nem?

P – Okay.

R – Ehh nas comunidades, o único meio de diversão, ou o único meio de busca de informação tem sido a rádio.

P – Okay e o principal?

R – É o principal, e é o único, televisão não chega éhh entre outros canais não chegam lá na comunidade, não tem essa possibilidade, mas para um receptor como nosso, nem? Eles têm a possibilidade de duas pilhas as vezes usam esse, painel solar, então acabam ficando a se inteirar do que acontece a partir da rádio. Quando eu dei os exemplos de líder comunitário ehhh líder religioso, que é no âmbito, deee como é, como é que as pessoas olham para essas figuras lá na base.

P – Okay.

R – Não estou a dizer que esses que olham no líder comunitário, não valorizam a informação que sai no líder religioso, não. Os que sabem que estão aliados ao líder religioso não valorizam a informação do líder comunitário, não estou a dizer que não.

P – Okay.

R – Não existe, não existe a diferença entre esses dois, mas existe aquela, a que, naquele hábito em que tu recibes informação, mas essa informação tens muito questionamento. Por exemplo nem?

P – Hummm

R – E acabas recebendo do outro lado em que já no, não dá espaço para questionamento.

P – Hummm

R – É nesse âmbito que eu quis trazer, lá na comunidade nem? Lá na base epá em algum momento a população “epá esse governo nos engana, esse governo”. Estava a pensar em trazer essas abordagens que nós temos ouvido quando vamos a comunidade.

P – Okay

R – Mas quando já é hábito religioso, eles já não dão espaço dee, de comentar em relação a um aspeto, nem?

P – Okay

R – Ora, o, o, ora vejamos, nós vamos por exemplo queremos sensibilizar a própria população num determinado aspeto, nem? Aqui na base mesmo para a informação mesmo passando pela rádio, as pessoas também acabam fazendo passar a informação na igreja.

P – Hummm

R – Nem? Sim, porquê? Um líder comunitário os encontros são de hoje para quando, mas as igrejas naquele momento em que estavam abertas para os cultos religiosos, nós notamos maior massa até ai nas igrejas.

P – Okay

R – Então eles quando difundem alguma informação espalha-se mais rápido, na religião é mais, o processo de abrangência espalha-se mais rápido, para lá, localmente, nem?

P – Okay

R – Enquanto a rádio traz..., mas a religião espalha mais rapidamente do que, do que a um líder, a um líder re... éhh comunitário. Hoje por exemplo o líder comunitário lá na base pode convocar uma reunião, ao de ir mais ou menos umas, muna zona onde esta, tem por exemplo vinte ou trinta famílias podem ir cinco ou sete famílias.

P – Humm-Humm.

R – Mas num, num, numa convocatória religiosa, aliás, se formos a comunidade nós encontramos igrejas bem construídas com bons edifícios e até uma escola, se difícil.

P – Okay.

R – E a própria igreja construída pelo esforço da própria comunidade, mas quando assim as pessoas dizem, “vamos construir, fa, fabricar blocos para levantar a escola para os nossos filhos”, tem, tem existido algum impasse. Há uma valorização considerável das igrejas que outras infra estruturas, mesmo considerando sua importância social.

P – Humm-Humm

R – Sim então, é era só esta visão de comparação.

P – Okay, esta certo percebi.

R – Humm

P – Então qual é a influencia política na rádio?

R – A influência política na rádio.

P – Exato!

R – Bem, como sabemos que existe o poder político, mas a influência política são muito, não tem usado a rádio a 100%, nem?

P – Okay

R – Éhhh nós trabalhamos mais emm, na divulgação de realizações do Governo.

P – Okay

R – Bem, bem soubemos queee o Governo do dia, nem? É do partido no poder.

P – Humm-Mmmm

R – Mas nós usamos mais a divulgação do, doo, das realizações do Governo eh não temos sentido assim muito a divulgar atividades muito mais do partido, nem?

P – Humm

R – Yeah, aliás onde nós estamos poucas atividades os partidos políticos trazem para serem divulgadas na rádio, não sei se é a estratégia dos partidos políticos no âmbito de dizer temos medo de ir divulgar essa informação por, o outro copiar, não sei. Os políticos é que sabem bem oque, o que fazem, mas na relação a isso quando é para a política só recebemos que éhhhh um comunicado e é alguma convocatória a convidar os membros do partido X ou Y para alguns encontros, aquela afluência directa ou interferência directa para os partidos para a nossa rádio não.

P – Okay, ta, esta certo então. Éhhh desculpe Sr. Guedes o seu nome é Sr. Guedes quem?

R – Eurico Rosário Guedes.

P – Okay esta certo. Está bom então sr. Rosário éhhh acho que é tudo por hoje, éhhh naquilo que eu tinha preparado para conversar consigo.

R – Okay

P – Éhhh muito obrigado pelo tempo eh manda saudações aí a família, a todos e amigos fiqueee, a rádio Ile seja uma rádio mesmo que velha a fazer... já trabalhei um pouco, nem foi um trabalho foi uma colaboração que fiz com o CAIC.

R – Sim, sim.

P – Eu fiz, fiquei aí uns três dias.

R – Okay

P – Acho que se me vires, acho que podes se lembrar de mim, Nguenha.

R – Okay



P – Já estive aí chamado Nguenha.

R – Certo

P – Okay, muito obrigado então bom trabalho aí

R – Obrigado igualmente aí do seu lado

P – Ta com a licença.

**FIM DA ENTREVISTA**

## **5. Entrevistas com Historiadores**

### **5.1. Raul Matsimbe, Professor da disciplina de História na Escola de Jornalismo, em entrevista a 5 de Fevereiro de 2021**

**Pergunta (P):** conforme eu dizia, a ideia é perceber nas suas análises como historiador o processo de entrada ao socialismo e neoliberalismo, dois modelos que abraçamos para o desenvolvimento do país. Os outros percebi são planos e estratégias.

**Resposta (R):** ok. É para a gente ver a partir do socialismo para a fase actual.

P: sim. Podemos começar de 1975 até 2004...

R: ya. Mas o próprio socialismo tanto como sistema a ser adoptado só foi depois do 3º Congresso da Frelimo.

P: em 1977?

R: ya. Mas pode ter sido antes porque as nacionalizações foi em 76, foi uma conquista, não é, não só dos prédios, dos prédios, dos banco, mas também, eh a educação, a terra, não é, com a debandada, com a saída dos portugueses eh, muitas terras ficaram disponíveis, então, é para a partir do próprio sistema socialista e ver a transição para o lib, o capitalismo.

P: sim.

R: ya. Aqui há uma situação. Primeiro no contexto sócio cultural, não é, a percentagem de analfabetismo era muito elevado. Então, muitas pessoas pensavam, foi um boa, foi muito bem recebido o próprio sistema socialista porque foi, tendo sido resultado, não é, tendo sido a independência resultado da luta armada, foi uma grande conquista em todos os aspectos, não é. Por exemplo, na educação, tal como acontece agora, nós podemos ver que há pessoas que gostariam de estudar mas não podem, não é, não tem aquelas condições. Pode até o Estado dar aquilo que se chama educação gratuita, mas a situação de certas pessoas faz com que as pessoas abracem todos os caminhos ao invés da educação. Ya. Então, era o que acontecia na época colonial. Então, quando se alcança a independência, cria-se aldeias comunais, cria todo

o processo não é, de integração sem distinção de de nenhuma situação e nem de raça, nem de tribo, não é, então tudo isso foi (...). E isso foi informado ao povo.

P: e como é que foi informado o povo?

R: bem, naquela altura havia muitas formas, não é, não na área da comunicação em tanto que tal mas havia aquilo que chamamos jornal do povo. Havia o jornal do povo que era um quadro preto em que se escrevia as informações...

P: e o povo corria para ali para ler o jornal.....

R: para ler o jornal. Por exemplo, eu sou natural de Chokwé. Ehh, que é uma zona agrícola, as terras foram nacionalizadas, portanto, transformaram-se em empresas estatais, acho que já ouviu falar do CAIL (complexo Industrial do Limpopo)...

P: sim. Já.

R: que os trabalhadores antes de entrarem para o campo tinham aulas de alfabetização e o conteúdo dessas aulas eram os processos locais até aos processos nacionais, não é, então, mas só vamos dizer que nem tudo foi bonito, não é, porque o Nawit, autor do livro Histórias de Moçambique, Malin Nawit, fala desse processo da de adesão da população, não é, aos processos revolucionários, mas no fundo o resultado era o inverso. Por exemplo, ele diz que, num dos capítulos, em cada dois meticais investidos, só se, nem era lucro, havia um retorno de um metical. Significa que era um investimento, não é, que não era....

P: mas em que processo isso? Em tudo... agrícola?

R: processo agrícola. Por exemplo, comprava-se maquinaria, adubos e tudo e não sei o que e ia-se a colheita só tinha ... mas tudo isso a forma como era feito o processo de agricultura Estatal. Muita hierarquia, tanto como acontece em algumas empresas. Director não sei quê, director do aprovisionamento, comercialização, não sei quê quê quê. Então, e depois as pessoas, o próprio, o tempo, pode ser também o tempo em que as pessoas estão na alfabetização poderiam estar a produzir, ya, mas isto é é outra parte que pode ser aprofundada.

P: sim, mas é o que eu estou a perceber que o sistema de operacionalização como dizia que foi um processo muito complexo. E então, aqui falou um pouco sobre as aldeias comunais, como é que foi o processo de criação de algumas aldeias que conhece?

R: bem, algumas aldeias, por exemplo, aldeias comunais, que o processo de efetivação só foi de, depôs, a partir de 1977. No Chokwé, por exemplo, houve, não é, há muitos processos que fizeram com que surgissem as aldeias comunais. As cheias de 1977 fizeram com que algumas pessoas fossem transferidas das zonas baixas para as zonas altas, não é, isto em 77, não é, é um processo, mas também era para facilitar o processo de integração em muitos aspectos. Por exemplo, ter um hospital num local distante com as populações dispersas isso criava problemas, tal como disse não é, qua mesmo na educação as escolas eram muito dispersas. É certo que naquela altura as pessoas faziam uma classe, como por exemplo, a

quarta classe, a quinta classe depois iam para o internato, não é, então, tendo a população concentrada já era fácil ter uma escola para atender, eh para questões da saúde, questões de educação...

P: e esses serviços respondiam na comunidade?

R: como?

P: esses serviços, as escolas e tal, respondiam a demanda da comunidade?

R: sim. Sim. Havia, de facto, havia aderência. As pessoas, não é, passaram a aceitar porque havia era informada a população sobre as necessidades, pode não (...) em que ano nasceu?

P: em 80.

R: 80, não é, ya, pode não ter visto, mas era muito comum a escola é a base para o povo tomar o poder, não é, ya. Mas isto porque...

P: conheço essa expressão.

R: conhece. Mas há aquela situação de, rádio, a eletrificação era muito baixa. As pessoas não tinham rádio. A estatística de 1980 mostram que haviam muito poucos rádios por algumas dezenas de milhares de pessoas. E depois não havia eletrificação e depois havia falta de produtos e um dos produtos eram pilhas, não é, mas mesmo assim, os discursos da sua excelência, não é, faziam com que as pessoas se interessassem pela educação, não é, não só o discurso, mas também o vazio deixado pelo colonialismo era muito comum nós encontrarmos uma empresa a ser dirigida por uma pessoa com uma baixa escolarização. Talvez seja esse o motivo que fez com que a produção fosse baixo, que o investimento fosse maior do que o retorno, não é, pode ser por causa disso. Então, haviam muitos aspectos, no meio rural a única forma de comunicar as pessoas, não é, eram os comícios, não é, os comícios, yaaa. Os directores provinciais da área de educação, por exemplo, algumas doenças como a malária, era preciso ter as pessoas concentradas. Então, isto foi um dos motivos que fez com que as pessoas se concentrassem porque sabiam que iriam ter serviços básicos não é, mas esses serviços básicos que dantes não tinham, não porque não existia, porque era preciso pagar. Por exemplo, até agora é um metical só para a consulta, é um metical e os medicamentos são cinco meticais, mas há aquele paradoxo de você não tem medicamentos no próprio hospital. Mas isso já era uma grande conquista, não é. Então, no meio urbano, aliás, um outro aspecto era (...)mas eu acho que isso depois vais organizar (...).

P: sim, sim. A ideia é essa.

R: eu só estou a (...), mas no no, uma outra situação era a segurança. Segurança em termos de, nós nos tornamos independentes em 75, depois Ian Smith começou a atacar, não é, e então, o que é que acontece? As pessoas tiveram que ficar em em zonas, não é, muito mais para a vig, a chamada vigilância popular. Era muito comum naquela altura “unidade, trabalho, vigilância”, não é, documentos, sempre terminavam “unidade, trabalho, vigilância”. Distinguir o inimigo. Mas o inimigo não é aquele que tem arma, é aquele que é preguiçoso,

não quer trabalhar mas quer viver bem, não é, então, eu perguntei a data de nascimento porque eu sei que agora é muito comum, podemos ouvir “ladrão” mas naquela altura não, porque ele não tinha espaço. O Xikonhoka, que era a forma que ele tomava, porque era uma pessoa que vivia connosco, não é, mas que tinha uma outra forma de vida em outro ambiente, então, naquela altura não havia. Existiam ladrões, podiam ser ladrões tal como os actuais corruptos, não é, que se aproveitassem do certo cargo para (...) para lograr os seus intentos. Quando Ian Smith começa a nos atacar, não é, então ehh tornou-se mais importante avisar a população sobre a necessidade de defesa comum. Então, nas aldeias comunais o que é que tinha, tinha as forças locais que eram chamados milicianos, não é, que defendiam, porque Ian Smith não só matava as pessoas assim como destruía as infraestruturas. Então era preciso ter força capaz de enfrentar essa situação.

P: então, essa defesa comum era formada pelas comunidades ou pelas milícias?

R: ya. Eram mais ou menos trabalhadores, por exemplo, no Chokwe onde eu estava uma empresa chamada empresa agraria de Massabatsa que era da localidade. E então, aquelas forcas ali dos milicianos eram forcas de defesa local mas que recebiam como se fossem trabalhadores da empresa. Ya. Não. Como uma forma de compensar, não é, não adstritas ao Ministério da Defesa, não é, mas adstrita a situação local.

P: falou sobre a questão dos processos locais, eu estava a entender os processos locais como sendo a própria convivência entre a comunidade e a relação que ia mantendo com com os líderes locais ou governo local ou distrital, nesse caso. Então como é, como é que eram feitos os processos, por exemplo, de partilha de informação? Falou sobre a questão do jornal do povo e falou dos comícios, será que as pessoas, as comunidades, elas aderiam a esses serviços aderiam ao jornal do povo, aderiam aos serviços, tendo em conta esta, aos comícios, tendo em conta que maior parte da população como disse, na altura eram mais analfabetas, para ler o jornal local, como é que eram feitos esses processos para aproximar a comunidade e e e os líderes governamentais?

R: ya. Uma coisa por exemplo, naquela altura chamava-se democracia popular. Democracia popular como se o povo fosse fosse, não é, coautor daquele processo mas que no fundo não era, não é....

P: é exactamente isso que eu queria dizer....

R: mas é o seguinte, tal como até agora acontece, mas em menor grau nem, porque as pessoas já falam português, não é. Mas são muito poucos os casos, mas é uma questão de identidade, por exemplo uma pessoa de Gaza, que não fala português, identifica-se muito mais com África do Sul do que com a administração local e ele não acha isso importante falar português, mas naquela altura quando se fizesse comício sempre havia um intérprete. Havia um, alguém, dizia, alguém falava e o outro traduzia, não é, para o povo entender, não é, agora, havia outras situações, por exemplo, em termos de, haviam os informados, ou para quem diz que “no meio dos cegos quem tem um olho é o Rei”, havia alguém, porque naquela

altura, agora por exemplo, eu não tenho assinatura do jornal, não é, do jornal notícias que é muito importante porque os valores podem não ser bons para mim, mas naquela altura qualquer pessoa podia comprar jornal e isso nós não podemos entender por causa do valor que agora há um, há outros meios, eu posso ter informações todos dias sem ter o jornal físico. Então, haviam aqueles que eram assinantes e recebiam informação e partilhavam a informação. Por exemplo, sobre a captura de um informante, não é, e uma notícia que saiu no jornal, podia ser uma pessoa a ler e informava outras pessoas ou ele escrever no jornal do povo, não é, e as outras pessoas podiam já dizer de que trata o caso. Então, as pessoas eram sempre sedentas tanto que agora as pessoas querem informação só que agora há aquilo que se chama *fake news* que naquela altura não era assim, porque primeiro você falar coisas não reais era inimigo, era boateiro e podia ser combatido e é por isso que eu digo que algumas situações não é eram da origem do próprio povo mas era dado como se o povo tivesse dito. Só vou dar um exemplo, eh, ladrões eram chamboqueados, mas quando se alcançou a independência um dos clamores foi de que nós sofremos durante muito tempo a sermos chamboqueados ... por isso que já acabou, não é, mas depois por causa dos problemas sociais, violações, não sei quê, num dos discursos, a sua excelência Presidente Samora disse que vamos chamboquear estes, não é, isso como se fosse discurso do povo, como se o povo estivesse a pedir que fosse feito dessa maneira enquanto não. Sempre vinha de lá de cima. Ya.

P: e quais eram os problemas sociais frequentes?

R: bem, problemas, tal como eu disse, investia-se dois meticais e tinha-se o retorno de um metical, então, havia fome. Fome era uma realidade, principalmente na década de 80, então, o padeiro, não é, o cacheiro, o logístico da defesa, estes é que tinham (...) havia abastecimento aqui, não é, e estes é que tinham e então, alguns iam roubar, a pessoa roubava porque estava com fome e então, era preciso julgar esses e depois quem julgava, não era o sistema actual, eram os chamados tribunais populares. Então, eram mais ou menos essas situações.

P: e no âmbito da da tomada de decisão, quando fosse para se tomar uma determinada decisão de um assunto, a comunidade era chamada nesses comícios, por exemplo, temos comícios que pudemos ver no tempo do Guebuza que fazia comícios mas que depois a comunidade participava para apresentar problemas a serem influenciados na tomada de decisão. Nesta época, este processo de tomada de decisão, o governo, a comunidade tinha seu espaço?

R: bem, a comunidade era era era chamada a pronunciar-se. Mas por exemplo, você pode notar que até agora quem sobe ao pódio para falar as vezes tem de dizer antes de falar aquilo que vai falar, não é, porque senão depois vai entrar em choque...

P: o que vai dizer tem de ser monitorado...

R: sim.

P: e tem que ser censurado antes de ser dito..

R: ya. E então, isso acontecia em alguns casos. A razão disso é que as pessoas não tinham roupa, as pessoas não tinham comida, mas diziam que viviam bem. Então, eram situações, porque aquele que dissesse que estamos mal e que, era tido como agitador que foi mandado pelo inimigo para criar a desunião ou a revolta, não é, então, todos, era preciso trabalhar para ultrapassar essas situações. Era slogan da época do Socialismo.

P: e quais são, ou por que se aderiu ao Socialismo, afinal?

R: porque?

P: por que se aderiu ao Socialismo. Disse que aderiu-se ao Socialismo no período do terceiro congresso. Quais foram as razões que o presidente apresentou?

R: o primeiro congresso foi a fundação da Frelimo..

P: em 62.

R: ya. O segundo congresso foi em 68, não é. Divergências dentro da Frelimo isto, e alguns foram afastados e tudo mais, não é, e depois morre Mondlane. E depois a guerra toma outra dinâmica. Mas há uns aspectos que dizem em relação a operação “Nó Górdio” de Kaulsia de Ariaga. Nós chamamos de “guerra de luta de libertação de Moçambique”, os portugueses chamam de ‘guerra colonial’. Os portugueses dizem que a guerra tinha sido ganha. Eles dizem que ganharam a a guerra só que houve outros processos que tiveram que negociar e nós dissemos que vencemos o colonialismo. Então, são muitos discursos dispersos. Eh, a situação, mas isso podes ver no Aurélio Rocha, que é a obra sobre a História de Moçambique ou mesmo em Malin Newit, não é Agora porque aderimos ao Socialismo? Porque o socialismo, quem nos apoiou durante a luta armada foram os os socialistas, a Rússia, a China, a Argélia, que continuam socialista mas um socialismo moderado, não é, e outros países porque os Estados Unidos, aliados de Portugal na NATU, apesar de os Estados Unidos estão é favorável onde eles tiram interesses, mas também tem teóricos que aprenderam muito sobre o socialismo leninismo, o próprio Marcelino dos Santos, não é, Samora Machel. É certo que alguns dizem que Eduarmo Mondlane não estava mais, porque ele negou até o apoio de Che Guevara durante a luta de libertação nacional quando se encontraram numa das conferências. Então, isto porque é que nós aderimos no socialismo, mas também pode ser por uma outra razão porque nós ao aderirmos ao socialismo vamos resolver muitas coisas, como por exemplo, toda a gente vai trabalhar, toda a gente vai produzir e é para se atender a todas as pessoas sem distinção, não é, pode ser também essa razão. E também a questão, e só pode dizer que tipo de abordagem não é, essa abordagem, é que o colono era responsável por tudo o que nós passamos. Por exemplo, nós éramos trabalhadores de mão-de-obra barata e vai ver que em 1910 eh, Portugal transforma-se em em República e em 1911 cria-se o ministério das colónias porque colonizaram. Muita das vezes colonizar é você dar boa coisa a pessoa. É transformar a pessoa, mas depois da segunda guerra mundial quando alguns países se tornam independentes Portugal abandona o termo colónia, chamam de província

ultramarina para a suavizar, para não despertar as pessoas para lutarem pela independência, só que em 1971, passa, deixa de chamar de província ultramarina e chama de Estado de Moçambique que era o processo para emancipar os colonos para se tornarem independentes sem a hostilização de Portugal, que já era tarde porque a guerra já tinha começado. Então, são mais ou menos esses aspectos, pode ter muitas justificações culturais, para o africano que trabalhava muito pensava que depois da independência pensava que iria trabalhar pouco, não é, ya. Então, e aqueles que não trabalhavam iam compensar o tempo daquele que trabalhava muito. Então, o socialismo era visto como se fosse o melhor sistema. Ya.

P: ok. E nesse período, na sua opinião, havia desenvolvimento? Depois da época colonial nós ficamos independentes. Na época colonial nós éramos, como dizia, éramos baixo assalariados, então, com a independência, será que as comunidades ou as pessoas de forma individual começaram ganhar um pouco de estabilidade em termos económicos, estando nessa fase do socialismo?

R: eu acho que não. Não porque quando há uma tendência de equilibrar, não é, aquele que não tinha passa a ter e são muitas as pessoas que não tinham, depois da inde... na época colonial para passarem, era muito comum naquela altura, as padarias andavam cheias, não havia produtos nas lojas porque o objectivo era que todas as pessoas tivessem. Mas houve ganhos também porque todos eram atendidos no hospital, por exemplo, algumas doenças foram erradicadas por causa das campanhas de vacinação, não é, a população, a mortalidade infantil baixou, não é, a esperança da vida pode não ter melhorado por causa de outras combinações, não é, mas havia informação de que as mul... é certo que na época colonial havia maternidades nas zonas rurais mas depois da independência havia campanhas de partos institucionalizados. Então, há um equilíbrio, mas podemos dizer que a vida não melhorou. Houve tendência para aqueles que, por exemplo, não estavam directamente ligados ao sistema administrativo, por exemplo, aos trabalhadores da África do Sul ou que estiverem fora do país estavam em melhores condições do que aqueles que estavam aqui e era muito comum, por exemplo, alguém dizer venda-me lá esses sapatos, não, eipah, esta camisa pode me vender? Depois de ele pôr podia vender a outra pessoa, era muito comum.

P: falou um pouco sobre os ladrões no tempo do socialismo e dizia que eram punidos.

R: sim, sim.

P: eh, esses ladrões como é que aparecem no contexto do socialismo, porque o socialismo é o que disse, por exemplo, que aqueles que não tinham haviam condições criadas para poderem ter.

R: sim.

P: significa que eh, o aparecimento de ladrões e prevaricadores era menor. Então, gostava de saber como aparecem esses ladrões tendo em conta que as condições eram minimamente criadas?

R: sim. O problema é que quando se cria as condições nem tudo está, por exemplo, só vou dar um exemplo da época da Covid, agora, testes, não é, para ter testes não é fácil, testes institucionais a não ser que você queira pagar. Então, quando é para todos e as quantidades são poucas há quem váo fura a fila e em alguns casos podia ser, um trabalhador da padaria a desviar o pão, não é, desvia o pão, porque ele sabe, que nem é desviar, ele compra aquele preço e depois vai vender na comunidade. E na comunidade alguém podia o denunciar, não é, porque se todos, cada um tinha dois quilos de arroz por mês, como abastecimento, como é que a outra pessoa consegue ficar com um saco? É porque teve a fonte. Bem, havia ladrões de, Xidiminguane, punha açúcar na guitarra, naquela viola ali, e há pessoas que perderam membros a ir roubar açúcar aqui do porto. E então, rouba açúcar para ir vender, não é, e quem compra o açúcar faz bebidas e depois alguém bebe, não é, vai roubar, quer dizer, estes eram problemas sociais que o socialismo parece que não tinha visto porque estes problemas sempre existem em qualquer sociedade, não é, então, mas combater isso seria combater o juízo de cada um porque eu, eu e você, por exemplo, somos diferentes, até podemos parecer sérios mas eu ter o meu comportamento e em termos psicológicos parece que eles queriam combater todo mal, o que não é fácil, nem.

P: e quais foram as vantagens de termos saído do socialismo para o neoliberalismo?

R: a livre iniciativa. A liberdade, por exemplo, quem é inteligente, quem é empreendedor pode trabalhar pouco e ganhar muito, não é, então, há uma vantagem e há quem acha que não precisa ser, porque naquela altura, de facto, para quem tivesse estudado havia emprego. Por exemplo havia falta de professores, a falta de não sei quê quê, mas em termos de outros conhecimentos nós não tínhamos, por isso, ficamos com os recursos por muito tempo senão teríamos explorado naquela altura. Há uma vantagem em passar para outro sistema para além de que a população aumente e há cada vez mais necessidades.

P: ok. E olhando para as necessidades de hoje, comparando com as necessidades de ontem tendo em conta que ontem, no tempo do socialismo, a população moçambicana era baixa, mas também analfabeta e hoje temos algumas condições criadas e somos muitos mas parece que as condições criadas também não chegam para todos. Então, nesta comparação do socialismo e neoliberalismo, se fosse para escolher um tipo de sociedade qual é que escolheria?

R: ya, isso é difícil porque há uma lei da filosofia marxista-leninista, não é, que é a lei da unidade de contrários, não é, não sei bem se é exactamente isso mas. Por exemplo, a satisfação de uma necessidade cria outra necessidade. Por exemplo, você é um homem e é colonizado e você quer lutar pela independência, luta e consegue se tornar independente, mas depois de você ser independente você não vai descansar porque já é independente, tem que, tem uma outra necessidade. Sendo um ser humano, você sempre vai criar novas necessidades. Por exemplo, a sociedade americana, não é uma sociedade domestica é uma sociedade que explora, por exemplo, carro elétrico, viaja ao espaço, não é, porque mesmo sabendo que vai morrer com aquele, satélite vai explodir, para ele não é preocupação isso de



morrer, então, eh, a sociedade evolui consoante o seu próprio desenvolvimento, não é. Só para mostrar que, por exemplo, era muito comum naquela altura, quando se tratasse de casamento, as pessoas pensavam na comida, eipah, ir a um casamento, é certo que até agora ainda acontece, mas agora a pessoa chega pega numa chamussa, um copo de vinho, por quê, porque em casa come. Mas naquela altura porque em casa não tinha, não é. Então, quando a sociedade evolui, não é, a pessoa também cria um tipo de condições, não é. Então, agora já não se estuda a filosofia marxista-leninista mas sempre explicou alguns aspectos, não é. Lenine, numa das obras, por exemplo, quando diz que ehh dois passos para trás e um passo para frente, se nós formos a ver parece que a pessoa perdeu terreno, não é, mas talvez é para tomar posição para ver o que é que vai fazer. Ya.

P: ok. E neste caso do neoliberalismo, há desenvolvimento em Moçambique, hoje? Olhando no sentido geral, les-a-les ou muito em particular nas regiões comunitárias e rurais.

R: ya. Desenvolvimento há. Mas como humanos sempre, eu acho que poderia haver mais do que temos hoje.

P: do que temos hoje.

R: ya. Porque tudo é feito na base (...) há certas sociedades que têm, muito legais, que controlam, mas quando, por exemplo, quem está no topo e não porque controla mas talvez porque controla mas porque protege algumas pessoas torna-se difícil. Desenvolvimento, as pessoas são capazes de de de de se desenvolver mais do que estamos hoje, mas parece-me que há há muito desvio. Mas isso não é questão desta sociedade. Até há bem pouco tempo a sociedade moçambicana era a sociedade mais liberal, que tinha mais ganho, mas não se controlou porque chegou uma altura em que a pessoa podia entrar numa floresta tirar madeiras, tirar recursos, então sem instituição para controlar torna-se um pouco difícil, não é. Tirava tudo isto, aliás, acontece, até agora a madeira sai, não é, então, muita das vezes (...) há desenvolvimento mas podia ter um pouco mais do que tem.

P: muito bom. Acabei levando um pouco do seu tempo do que o previsto.

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **5.2. Francisco Zimba, Historiador e professor de história na Escola Secundaria Kiss Mavota, em entrevista a 17 de Outubro de 2020**

Entrevista parte 1<sup>78</sup>.

Pergunta – P

Resposta – R

---

<sup>78</sup> A entrevista com Francisco Zimba foi feita em duas partes separadas devido ao factor tempo e condicionado pela Covid-19, uma no dia 17 de Outubro no dia 22 de Outubro.

P – A ideia aqui é perceber aquilo que seria os dois conceitos ohh...

R – Os conceitos, sim, sim.

P – Como é que elas foram ahh...

R – Adaptado...

P – Os modelos de desenvolvimento, como é que foram aplicados ehhe no contexto do desenvolvimento em Moçambique? De uma forma geral aquilo que terá sido a implicação ou a influência do Governo da FRELIMO, logo após a Independência depois da Independência o o adotou-se o Modelo Socialista.

R – Socialista, sim, sim.

P – Ehhe, mas haviam muitos modelos que podiam ter sido éhh adotados. Qual foi a razão principal para que nós possamos dizer que ahhe o Modelo Socialista era o melhor modelo?

R – Sim, é o seguinte éhh, Moçambique éhh no contexto da actualização éhh da Luta de Libertação nós tivemos o apoio da da União Soviética, o apoio da União Soviética que era um Regime Socialista, então foi nesse contexto que nem nesse contexto de apoio que nós tivemos, nem, do regime socialista, é por isso que após a Independência Moçambique também adotou o o Regime Socialista, porque nós temos até no contexto da guerra fria nem da guerra fria entre Estados Unidos de América e e a Rússia, então nesse contexto da corrida nem, chama-se mercado da ajuda dos países para a independência então nós tivemos ajuda da União Soviética é por isso que logo após a independência em 1977, nem no terceiro congresso da FRELIMO é que nós adotamos o Regime Socialista nem, foi nesse contexto em que Moçambique aderiu ao socialismo porque foi um dos países que nos ajudou com a Luta de Libertação Nacional, e a a a então essa é a resposta da primeira pergunta nem, “Quando é que Moçambique Adotou o Socialismo?” Então nós vamos ver o o o sistema Socialista, em algum momento nem éh éh éh em algum momento vai colapsar nem.

P – Mas como é que se comportou ao longo dos éhh, dos dez anos nos últimos dez anos, como é que se comportou o modelo de desenvolvimento Socialista?

R – O modelo de desenvolvimento era centralizado, em era centralizado tudo não era em detrimento do mercado, tudo estava centralizado. O Estado é que controlava tudo nem, a questão dos preços para o desenvolvimento do país e também adotou programas nem do desenvolvimento como PPI nem, nós a PPI em 1979, éhh o PPI nem que era o plano prospectivo indicativo nem, era um modelo de desenvolvimento no período de dez anos.

P – Agora o quê que se teve durante esse período?

R – Ahhh

P – O quê que nós podemos dizer que tivemos como desenvolvimento tendo em conta o plano?

R – O plano, aquele nós podemos dizer que esse plano tendo em conta que ao mesmo tempo esse plano vai colapsar, não vai a a a atingir o seu objetivo nem esse PPI. Não conseguiu desenvolver o país como tal.

P – Quais foram as razões?

R – As razões éhh falta de financiamento, o nosso país não tinha dinheiro para financiar esses projetos, por isso que esses projetos vão colapsar, a educação, a agricultura nem a agricultura, então vão colapsar éhh por causa da falta de financiamento, de financiamento vão colapsar. Não havia financiamento para estes programas de desenvolvimento.

P – Quando foi quando foi desenhado foi desenhado em que perspetiva?

R – Era para desenvolver Moçambique num período de cinco anos, era um plano de desenvolvimento.

P – Mas esse plano foi, foi, foi perspetivar em que dimensão em que em quem como é que é... visão? Com que visão? Porque está a falar de financiamento?

R – Sim.

P – Porque o que eu quero perceber muito aqui é ainda melhor a questão de financiamento.

R – Hmhhh

P – Porque se está a dizer o plano colapsou porque não tinha financiamento significa que o...

R – Sim sim, sim, sim

P – Esse lugar seria a União Soviética

R – União Soviética, sim, sim. Na União Soviética por isso nós vamos ver que esses planos quando colapsam, em 1987 já há outro plano, outro plano que se chama **PRE** esse plano era para recuperar o PPI, o fracasso do PPI.

P – Hamm era para recuperar o fracasso do PPI.

R – Mm-humm, é o plano da integração económica era para restaurar o fracasso do PPI, nós vamos ver que em 1984 Moçambique já é que apoio o neoliberalismo porque o que acontece? O sistema socialista esses planos aqui do PPI quando fracassam éhh a união soviética ao mesmo tempo diz que já não havia tanto dinheiro para financiar o o os seus os países Socialistas, já não havia dinheiro para financiar, uma das coisas é esse fracasso do PPI, então como forma de Moçambique recuperar a a a a economia é quando nós já passamos para o Neoliberalismo, o sistema capitalista, nem temos a visita, por exemplo, em 1984 temos a visita do presidente aos Estados Unidos de América para tentar buscar o financiamento nem, do sistema capitalista. Então ele passa já para obter o apoio do FMI nem o apoio do do do FMI. É por isso logo em 1986 depois da morte de Samora Machel, em 1987 esse plano aqui esse plano de PRE teve como financiamento já com Estados Unidos de América, Estados Unidos de América, então nós passamos quando o sistema socialista

colapsa já a Rússia que já não tinha dinheiro para financiar os países, então nós somos obrigados já a mudar doo do sistema do modelo de desenvolvimento então passamos porá o neoliberalismo.

P – Okay, então durante essa época do socialismo nos primeiros dez anos com PPI...

R – Sim PPI, sim, sim, sim

P – O quê que, o quê que esse plano trouxe de concreto?

R – Yeah é bem como eu disse que esse plano aqui colapsou, não chegou de concluir o seu objetivo.

P – Não chegou de criar nada?

R – Na não, criou por exemplo ohh a agricultura nem, agricultura, educação para financiar esse projeto, mas não chegou de se concretizar, colapsou.

P – Hamm okay, então a ideia de PPI era continuar estas questões básicas.

R – Básicas, sim do desenvolvimento dos país.

P – Como educação, agricultura, saúde.

R – Saúde, exato! Sim do país e a indústria também, como a alavanca do desenvolvimento, a indústria também entra aqui. Não chegou de se concretizar porque não tinha financiamento, então foi uma das causas que nos levou...

P – Não se concretizou ou não avançou muito? Porque por exemplo temos a indústria do vidro, nós tínhamos a indústria do vidro da Matola, aquela indústria não veio através...

R – Mmmm não veio através desse projeto aqui, não veio através desse projeto aqui é, é, é que essa indústria tem que tomar em conta que essas indústrias já existiam. As indústrias já existiam no tempo colonial.

P – Hamm okay

R – As indústrias já existiam.

P – Okay

R – O que era necessário era financiamento porque depois, após a independência, perdemos o apoio nem da mão-de-obra colonial nem portuguesa, então esse projecto aqui tem, já financiar a indústria, os portugueses sempre levaram tudo nem, já não havia dinheiro nos cofres do Estado, essa necessidade nem desse plano para alavancar a a a esses projetos de desenvolvimento a indústria, educação, cultura nem, que tentou-se fazer mas não teve o sucesso que se esperava porque já não havia financiamento.

P – Okay okay, então não houve nenhum benefício assim tanto direto, ou visível.

R – Ou visível, sim não, não teve, não teve.

P – O socialismo não teve nenhuma...

R – Yeah exatamente não teve nenhuma, exatamente, o socialismo também no contexto da guerra nem.

P – Okay

R – Então neoliberalismo já começa a controlar os nossos projetos já a financiar começa já a financiar transporte, o desenvolvimento até começa ahhh em 1987, por exemplo, ahhhh aqueles deee chapa amarelo, chapa amarelo que existia nos tempos, foi através desses planos nem, para o transporte, indústria. Quando a gente passa para o sistema capitalista.

P – Okay, mas olhando para aquilo que seria ainda o socialismo, está esta questão de centralizar.

R – Mmm-Humm

P – Ou seja a centralização do poder das decisões éhhh qual é a sua opinião sobre esta questão doo do do Governo?

R – Haaa okay, é que o o o regime socialista, o regime socialista neste caso, porque o o o o o, qual é a ideia do socialismo? É que a ideia do socialismo ele vai lutar contra o capitalismo, o capitalismo era a exploração do Homem pelo Homem por meio do mercado.

P – Exato!

R – Então, quando o Estado, Moçambique adotou o sistema socialista é que aqui nós temos aquilo de o Estado é que deve controlar para evitar lutar contra a exploração do Homem pelo Homem, porque o capitalismo era visto desse contexto, nem na exploração do Homem pelo Homem, então o sistema socialista é um sistema social que ajuda, quer dizer, a divisão tem de ser por igual, nem a divisão tem de ser por igual, nem?

P – Okay

R – Então o capitalismo já não, porque também a gente o socialismo associava o colonialismo ao capitalismo, nem?

P – Hummm

R – Então que é a exploração do Homem pelo Homem, isso tinha que se combater, essa forma de mercado livre, nem? Porque o mercado livre pode desenvolver, mas outros não, então tem que haver, por isso é que temos aldeias comunais, temos por exemplo o o o ohh éhhh como chama aquilo, chamam deeeee as filas das bichas nem, temos aquela do capitão a gente recebia...

P – Abastecimento.

R – Abastecimento, é neste contexto vem divisão por igual, porque o capitalismo era visto como um sistema de exploração do Homem pelo Homem.

P – Mas olha, era por esta por esta questão aqui dooo da divisão por igual hee daa das bichas os capitães, toda a política que tem haver com o socialismo qual é a sua opinião o seu sentimento diante deste...

R – Haaaa okay, para mim a minha opinião é que o sistema socialista para mim de facto colapsou, quer dizer não era possível que a gente, éhhh uma pessoa que trabalha, faz muito esforço e a outra ter uma divisão por igual, era injusto isso para mim nem, quem trabalha merece mais, aquele que não trabalha vai receber aquilo que merece. Então quando veio o sistema capitalista foi bom nem naquele contexto da luta pela independência, mas após o sistema fracassar não era um sistema, não era um modelo de desenvolvimento.

P – E quanto a a a a centralização doo das decisões?

R – Mmm-Humm, éhhh a situação das decisões também é que não deixava espaço para outros opinarem, nem? Isso também é uma das coisas que dificultam o desenvolvimento, então temos que deixar a centralização do poder, porque de facto aqui a centralização do poder aqui éhhh podemos ver em duas perspetivas nem, 1 – como nós temos no contexto de guerra nem, no contexto de guerra então era mais para o controle nem, guias de marcha nem, mas por outro lado também temos a a a a situação de que era um modelo que Moçambique adoptou paraaa, por causa do país que ajudou para a independência, mas o regime em si em termos de desenvolvimento não trouxe grande coisa, não trouxe grande coisa. Tentou-se...

P – Ehhh e a questão daaa, por exemplo disse que houve surgimento dee de de elefantes branco, chamam mais de elefantes brancos.

R – Mmm-Humm

P – A questão de através dessa decisão, desta decisão centralizar ou planificada centralmente, o Estado acaba criando condições em lugares onde não eram necessários, significa que é, é houve muitos éhhh bens que foram criados e depois foram subaproveitados.

R – Mmm-Humm, ohhh okay, por exemplo esta a falar daqueles valores nem?

P – Não, não necessariamente dos valores dos edificios por exemplo esses por exemplo e Xai-Xai, há um colega que dizia que Xai-Xai houve criação de escolas mas que depois essas escolas viu-se que estavam distantes das comunidades e depois dai haviam necessidades de se criar as aldeias comunais, por ai.

R – Mmm-Humm

P – Yeah

R – Okay, yeah isso de facto aconteceu mas esse era no contexto de desenvolvimento comunitário nem, o Estado, eh a educação para todos a educação para todos então nas mesmas zonas haviam necessidades de se construir as escolas mas ao mesmo tempo aquela a a a mesma escola era de borla, aquela comunidade daquelas regiões não tinha essas condições por exemplo de frequentar a a a a escola, por exemplo a pobreza, pobreza nem,

pobreza, e também também essas escolas das zonas recônditas temos que ver o contexto da guerra, Moçambique estava em guerra, muita gente fugia daquelas zonas para as cidades como forma de fugir da da guerra, então é nesse contexto, essas escolas ao longo do tempo ficaram sem sem sem ser aproveitadas essas escolas por causa dessas coisas que falamos.

P – Okay, o que fez o abandono das escolas foi o contexto da guerra?

R – Da guerra sim.

P – Okay, então aqui no no no contexto do surgimento do neoliberalismo, dizia que éhhh exatamente influenciada pelo contexto acabamos aderindo a questão dooo do neoliberalismo.

R – Sim, sim, sim.

P – Então qual foi o primeiro passo dado pelo neoliberalismo foi a questão da adesão PRE?

R – éhhh.

P – Depois porque depois foram aparecendo outros projetos.

R – Outros projetos sim.

P – Outros programas.

R – Outros programas sim.

P – Qual a sua ideia sobre estes éhh estes programas de desenvolvimento, será que estes programas são, foram suficientes, ou foram capazes de condicionar o desenvolvimento a nível doo do país?

R – Para mim eu acho que sim, porque éhh o PRE de facto como chama a a o plano de reabilitação económica, desenvolveu éhh o, trouxe coisas notáveis.

P – Como por exemplo?

R – Ooo condição do transporte nem, a indústria, a indústria nem éhh financiamento a indústria nem eh também vamos ver que Moçambique passa já para esse sistema aqui, nós já demostramos já estamos a passar para o sistema sob o sistema capitalista, houve muitos programas de financiamento através do FMI para que esses programas fossem avante, de facto quando Moçambique passa já para o regime capitalista ou neoliberalismo houve mesmo o desenvolvimento, houve desenvolvimento.

P – Então significa que o o o programa do neoliberalismo foi bem-vindo aqui.

R – Foi bem-vindo sim.

P – Naquele contexto.

R – Sim, foi bem-vindo naquele contexto sim, porque veio alavancar a nossa economia, porque a nossa economia já estava a colapsar mesmo.

P – Okay, então significa que voltamos de novo a privatização?

R – Exatamente, exatamente e era...

P – E era o processo inverso.

R – Inverso sim.

P – Okay okay. Então como é que, tu achas desteee destaaa desta contradição ou desta saída de um ponto para o outro depois retorno, o que significa na tua opinião?

R – Epá para mim é positivo, nem como dizia Samora Machel nem, que se é para o bem do meu povo, eu aceito, não é? se é para o bem do meu povo, não há problema, é por isso que esses planos, para mim esses planos, por exemplo quando a gente passa para o neoliberalismo, Moçambique começou já a desenvolver porque já ai já temos mercado livre, nem, éhhh mercado livre houve muito investimento, nem, houve muito investimento quando a gente passa para o neoliberalismo, enquanto para o socialismo já não, aqui não havia... tudo era centralizado aqui tudo era Estado, centralização, nem. Enquanto aqui já há abertura do mercado, há muitos investimentos, então as pessoas começaram a investir neste sistema. Então esse sistema quando Moçambique passa para o neoliberalismo foi positivo nem, ajudou mesmo o país a desenvolver.

P – Okay, e qual é que podemos dizer, o quê que nós podemos dizer sobre a questão desses éhh éhh das áreas? Temos agricultura, temos a saúde temos indústria, temos educação, temos ahh água e saneamento, depois podemos ter outro exemplo deee do HIV-SIDA, vamos supor esses cinco pilares ou essas cinco áreas, neste contexto do capitalismo como é queee como é quee, qual é a sua interpretação sobre os fenómenos, que ocorrem no contexto do desenvolvimento da educação da sociedade, da saúde na segurança, no acesso a água.

R – Mm-Humm

P – E nos centros de saúde em geral, qual é a sua opinião sobre isto?

R – Éhhh. a minha opinião a gente, quando a gente vai a busca por exemplo no caso da educação, no caso da educação nem, embora a gente tenha herdado a ação colonial nem, mas em termos de acesso, por exemplo, da da da comunidade para aceder a escola houve um avanço, porque também temos que ver que estamos num período de fome, então este programa, por exemplo este programa de PRE, para educação, por exemplo, ajuda nem as crianças na escola já tem acesso por exemplo a arrufadas nem, que era um dos motivos que fazia muita gente desistir, as crianças desistir de ir para as escolas, então criou-se condições para atrair atrair as crianças para ir para a escola através de programas ou de ajuda...

P – Lanche escolar.

R – Lanche escolar, exatamente! Então é nesse contexto mesmo nem, é nesse contexto para ahh conquistar as pessoas a vir na escola, já havia lanche, porque aqui no sistema socialista havia muita fome, pessoas não via o valor de ainda ir para escola, as crianças não iam para escola por causa da fome, nem? Por causa da fome, então neste período já aquele já. Por isso no neoliberalismo apostou-se mais na educação, na educação. Ehhh quanto por exemplo a a



a a ao HIV-SIDA, epá neste período aqui vamos dizer que ainda a procura, eu sou um... porque era antes mesmo da existência do antirretroviral, nem na na naquele tempo havia a questão de epá, tens que comer o ovo, não havia medicamento por isso morreu-se muito como SIDA neste período aqui, porque ainda não havia medicamento mesmo para para ajudar. E indo paraaa para o transporte, transporte já ouvi que epá já demonstrou um avanço a partir de oitenta e sete começou já a ter o financiamento do FMI, éhh o Governo trouxe muitos carros para transportar as pessoas, como aqueles chapas amarelos que eu disse nem, usavam muito aquela rota dee...

P – Museu – Xipamanine

R – Museu – Xipamanine, Mmm-humm, então teve esse avanço nesse contexto de apoiar diretamente a indústria de transporte, quanto a indústria, a indústria também houve um um avanço, houve um avanço porque já como já disse temos um nível tão, então mesmo aqueles investidores que haviam abandonado a país já começaram de novo a retornar, porque já veem a economia no mercado, Moçambique estava na tendência de, para abertura de mercado, então a partir deste período ai pelo menos aqueles que tinham abandonado começaram já a retornar, investir nas suas indústrias que haviam deixado, nem. Porque temos portugueses que haviam deixado por causa deste regime, então houve esse avanço aí.

P – Então significa que a centralização das tomadas de decisões com...

R – Afugentava mesmo, afugentava mesmo os investidores.

P – Não, refiro-me a esse caso da centralização

R – Mmmm a centralização.

P – A descentralização já veio na condicional de que os investidores retornassem ao país.

R – Ao país, sim, sim.

P – E o qual é a vantagem disso? Nesse contexto.

R – A a a a vantagem, há vantagem nem, porque o país desenvolveu, nem, há vantagem nem, por tanto para para para o Estado através do pagamento de imposto, começa já a pagar imposto nem?

P – Humm

R – E também vamos ver que muitas empresas vão ser abertas e muita gente vai conseguir emprego, diferentemente já do sistema socialista, para mim foi um sistema que veio mesmo quando Moçambique passa a adotar o neoliberalismo, para alavancar a nossa economia.

P – Okay, okay. Então como é que é em termos de sustentabilidade éhhh dos projetos de desenvolvimento que aparecem em torno do nosso, éhhh nosso país podemos olhar por exemplo ohhh a sustentabilidade na questão da educação, se há sustentabilidade na educação ou se há sustentabilidade na saúde, na agricultura, no sentido geral.

R – Mmm-Humm, haaa okay éhhh éhhh éhhh a sustentabilidade existe no ahh neste caso nem, neste caso. Só que nós sabemos que ahh no nosso país também esses projetos são bem-vindos, mas também nós não vamos deparar com a situação da corrupção nem, corrupção que as vezes o valor já não é investido diretamente na na na sua totalidade, é por isso que nós vimos aqui até hoje você chega as vezes no hospital, há mau atendimento, ou não há medicamento nem, não há medicamento. A questão da segurança aqui, quanto a questão de segurança vamos ver que em Moçambique nós aqui nesse período aqui do neoliberalismo ainda estamos era da da da guerra civil, era antes da guerra civil, então a questão da segurança mesmo havia pouca da segurança aqui, nós estávamos no contexto daa da guerra da guerra civil, da guerra.

P – Okay.

R – Então há um ponto mesmo que nós ainda... não havia como mesmo controlar, no contexto da, da guerra, por isso que criou-se guias de marcha como forma de controlar a movimentação da das pessoas para saber quem é quem, nas guias de marcha, era mais para a questão da segurança, para saber quem vem. Porque na guerra civil nós sabemos que a RENAMO punha, punha, punha fardamento, então tínhamos que saber quem é quem. É por isso as guias de marcha foi criada nesse contexto da segurança, porque estávamos no contexto da guerra civil.

P – Okay, opa, então em termos da questão de exercícios do Poder éhhh. Poder no sentido de o Estado tem o Poder ou o Governo tem o Poder ou algumas instituições tem o poder para com o cidadão, como é que é este controle sobre este exercício do Poder? Se é exagerado, se é controlado, se é minimizado, como é que é?

R – O, o, o aqui no neoliberalismo?

P – Sim.

R – Epá, aqui no neoliberalismo é, é, é em termos de dee, de, de poder o, o, o Estado aqui em termos do Poder com outras indústrias como, como a descentralização, o Estado está aqui mas ele já não é ele, por exemplo, que aborta as políticas monetárias dos preços, no mercado o Estado esta lá, apenas como como...

P – Mmm-Hum

R – Mas quem gere a estipulação dos preços são os empresários, porque a descentralização é isso mesmo, quem...

P – A tomada em função da colisão do mercado.

R – Em função do mercado, o Estado já não entra.

P – E olhando para o indivíduo, o Poder, o exercício do poder olhando para o indivíduo.

R – Ahhh pra pra pra o indivíduo, o poder tem, mas está limitado nem, tem algum poder, o indivíduo tem algum poder nem.

P – Não, refiro-me no sentido do Estado, ou o Governo, ou alguns indivíduos que tem, que estão em posições de destaque no Governo ou no Estado, então esses como é que são ou como é que fazem ou como é que actuam em função daquilo que o poder que ele tem para com as pessoas.

R – Para com as pessoas, epá aqui vamos ver já o poder já quando ele já actua no cidadão já há limites, há limites nem, aqui há limite, porque nós temos o contexto dos direitos humanos, os direitos humanos, então tem que haver, eles atuam mas também, eles devem respeitar a, a, a, algumas liberdades do próprio do próprio indivíduo, do próprio indivíduo aqui no neoliberalismo, enquanto que no socialismo você era preso, bastava alguém não gostar de ti no bairro e dizer aquele é o fulano, você era preso, não era julgado, as vezes era levado de qualquer maneira. Já aqui no neoliberalismo já temos esse contexto, porque nós sabemos que um um um dos resultados fortes por exemplo do Estados Unidos quando quer intervir num país é a questão dos Direitos Humanos.

P – Humm

R – Nem, é a questão dos direitos humanos, ele entra como capa é só um pretexto, nem um pretexto na questão dos Direitos Humanos, enquanto por detrás eles trazem, tem tem tem tem questões económicas, então ai eles entram na forma de direitos humanos, aqui o cidadão aqui, o líder tem o poder mas já há limites tem que respeitar algumas liberdades do cidadão, no modera-lismo.

P – Okay

R – Uma, um um dos pontos do Estados Unidos é a defesa dos Direitos Humanos, é claro que nem, entre aspas eles tem, é um pretexto, é económico, então aqui já há respeito sim de fato pelo pelo cidadão.

P – Humm

R – Há respeito pelo cidadão.

P – E olhando para aquilo que seria a condição social fazendo uma comparação éhh da condição social, no tempo do socialismo e no tempo do neoliberalismo.

R – Mmm-Humm

P – Qual é, quais são as diferenças?

R – As diferenças existem nem, no neoliberalismo vamos ver o cidadão como tal o cidadão começa já a desenvolver nem, em termos da vida, a questão da saúde, de casa de habitação, tem uma boa habitação começa já nesse período a corrente elétrica, comprar um carro, embora que não era assim mas já no neoliberalismo o cidadão em termos de desenvolvimento social o cidadão desenvolveu diferentemente do regime socialista, tudo estava fechado mesmo aqui não havia nada aqui tudo, as casas eram precárias então quando a gente passa para o sistema do neoliberalismo onde muitas empresas, muitos salários vão melhorando um

bocadinho, então o cidadão começa já a mudar a sua modo de vida, tinha uma boa habitação, energia elétrica, água, nem, o que não acontecia no regime socialista, era uma coisa muito difícil de você ter aqui. Então em termos de o cidadão como tal aqui no neoliberalismo desenvolveu de facto.

P – Okay, okay. Então hoje temos éhh a questão daaa da liberdade de expressão, liberdade de expressão em termo de as pessoas tem o direito de falar e ouvir os outros.

R – Sim, sim, sim.

P – Em termos de direitos qual é a sua percepção?

R – Éhhh, sim em termos de deste a minha percepção de facto existe, existe porque agora a pessoa pode falar, existe para mim esse direito da pessoa falar nem, exprimir as suas ideias ser ouvido, o que não acontecia no regime socialismo, aqui coisa que você falar era contado como oposição mas aqui mesmo já no sistema neoliberalista então o cidadão tem essa liberdade de se expressar falar se expressar ser ouvido, e se achar que as suas ideias são positivas pode ser convocado até a fazer parte do do do Governo, da governação, temos muitos pelo monos esses porta-voz era ohh agora o porta-vos da da da do Estado, estou a me esquecer o nome dele, era um coligador o guard...

P – O Seth Suazi?

R – O Suazi, então substituição de umas pessoas, via esse contexto de liberdade de expressão, comentava isto aqui esta errado, então acabamos levando ele para a governação para ver se pode mudar alguma coisa, então atualmente já há essa liberdade, essa liberdade a pessoa pode falar, o Estado até se achar que essa pessoa é muito importante pode até o convocar para a sua governação.

P – Okay. Esta certo em termos do contexto que eu tinha por questionar aqui é isso. Agora não sei se tem alguma coisa que gostaria de acrescentar sobre os dois lados, o socialismo assim como do modera-lismo, que eu não terei perguntado.

R – Não, é mais ou menos isso, outra coisa também que pode explorar mais é aqui no socialismo durante a tese, pode explorar por exemplo a questão das aldeias comunais nem, as aldeias comunais quais são as políticas que foram introduzidas nas aldeias comunais, porque a ideia das aldeias comunais as comunidades é por causa do desenvolvimento nem, então como aqui estamos a falar nem, como o, o, o estamos no contexto de guerra e a população o Estado não conseguia éhh para levar a cabo essa esses por exemplo o projeto deee da educação, da educação por exemplo tinha que criar aldeias comunais como uma forma de juntar as pessoas no mesmo sítio para poder dar a, a, ajuda, nem?

P – Okay.

R – Então as aldeias comunais foram criadas nesse contexto, então aí podemos explorar ver se essas todas aldeias comunais deram certo ou não, mas também fracassaram, também fracassaram.

P – Fracassaram porquê?

R – Éhhh fracassaram por causa de financiamento, o Estado não tinha dinheiro para a, a a a a por exemplo, o financiar aqueles projetos, por exemplo, da educação no mesmo sítio, então o Governo não tinha condições, é por isso que vamos ver que as pessoas voltam das aldeias comunais para as suas zonas de origem.

P – Mmmm

R – Nas suas zonas de origem.

P – Hoje nós temos a questão das vilas do Milénio, as vilas do Milénio é um, é uma outra forma de dizer aldeias culminares?

R – Sim, sim.

P – éhh, isto é, as aldeias comunais no período do socialismo.

R – Sim

P – E hoje no período do neoliberalismo temos as vilas do Milénio.

R – Vilas do Milénio, sim.

P – Então em termos de de de conjuntura social, da vila das aldeias

R – Das vilas culminares.

P – Não, das vilas do Milénio, qual é a tua percepção sobre isso?

R – As vilas do Milénio, eu acho que o, o o o o Governo está a tentar de tudo nem, para obter o financiamento que eles dão nem, está a tentar construir escolas, agora como já dantes como agora já o desenvolvimento económico está espalhado em vários sítios então esses projectos em algum momento estão a surtir algum efeito porque Então esses projetos como vão diretamente, ao local da população onde estão, então a residir, éh éh, estão a surtir algum efeito, embora que seja um processo, mas...

P – O quê que pode ser feito por exemplo para, para flexibilizarmos o processo?

R – éhhh talvez o o o o Governo, talvez não só, dando dinheiro para estes projectos mas a formação do cidadão, a formação, porque não faz sentido, por exemplo, você dar dinheiro a uma pessoa que não tem projecto, tivemos aqui por exemplo aqueles sete milhões para a população, que as pessoas acabaram que não, não, não devolvendo o dinheiro porque não é só chegar e dar o dinheiro a pessoa, tem de ser informado, informar a pessoa, depois dá o financiamento a pessoa pegando o dinheiro enquanto já sabe o que fazer, não é só chegar dar dinheiro enquanto a pessoa não tem projecto. Então essa é uma das coisas que esses projectos as vezes fracassam, dar alguém, primeiro porque tinha que se formar alguém sabermos o que queremos, se for uma agricultura mecanizada, podemos formar... maquinaria, só ai damos dinheiro, a pessoa vai avançar.

P – Okay, acha que formando as pessoas podem conseguir se sustentar através do financiamento?

R – Exatamente! Eu acho que sim, enquanto a pessoa, a pessoa já sabia o que deve fazer, já a pessoa pode avançar, a pessoa pode avançar. Eu lembro que há um projeto queee em 2015, acabava de sair da da faculdade, que éhh chama-se extensão agrária, extensão agrária, então nós, haviam uns americanos que estavam a financiar esse projeto em Chibuto, então nós tiveram no nosso departamento, precisavam de estudantes do último ano, nem, que já tinha terminado o curso, fomos lá trabalhar na administração agrária, para socializar-se a pessoas com que as sementeiras, as sementes, chamam são sementes...

P – Melhoradas.

R – Melhoradas, são sementes resistentes, resistentes, então tivemos que trabalhar naquelas comunidades, estivemos em Chaimite em Chibuto, Chaimite. Estivemos com aqueles americanos naquelas palestras todas nem. E eles de facto quando nós chegamos já vinham nos amostrando o, o, o, o resultado daqueles projetos, daquelas comunidades que eles fizeram nos anos anteriores, a a a as populações já sabem não depender daquelas sementes éhhh tradicional, nem?

P – Mmm-Humm

R – Então, nós estivemos lá a formar pessoas como usar aquelas sementes, você dando a pessoa enquanto já sabe o que deve, deve fazer.

P – Okay, okay esta bom então, acho que era basicamente isso. Agora em termos do seu perfil não cheguei de explorar isso noo, no coiso porque eu vou precisar do seu perfil.

R – Mm-Humm

P – De forma geral

### **FIM da parte 1 da entrevista com F. Zimba**

(continuação da entrevista)

Entrevista, parte 2

Transcrição Francisco.Zimba-2020

### **Segunda parte – sobre as Aldeias comunais**

Pergunta – P

Resposta – R

P – A ideia aqui na verdade éhhh, é perceber aquilo que é a lógica, no sentido da comunicação nas aldeias comunais. Mas no, no nosso caso aqui, podemos estar a conversar no sentido geral, porque ahh, o processo, em termos de experiência que você tem do

conhecimento que você tem sobre, sobre as aldeias comunais. Talvez eu perguntaria qual foi a necessidade de se criar ahh, as aldeias comunais no contexto moçambicano?

R – Okay, okay as, as aldeias comunais ah, ah, ah, a sua implementação éhh foi no contexto, Moçambique quando tornou-se independente havia essa necessidade de lutar contra as sequelas do colonialismo, que é o capitalismo. Neste caso era a exploração do homem pelo homem. Então a partir de, de, desta perspectiva da exploração do homem pelo homem, a FRELIMO, nem a FRELIMO ahh, adotou um sistema, um sistema socio económico para desenvolver o país, nem? Então é nesta perspectiva é nessa, nessa perspectiva nem? Como diz aqui, nem?

P – Mmmm

R – Éhh para firmar a personalidade do povo, libertar todos os preconceitos porque isto é revestido do colonialismo e absolutismo, tornou-se imperioso que a FRELIMO, nem? A FRELIMO, éhhh definisse uma estratégia que conduzisse a edificação de uma sociedade justa e progressiva sem ter bases científicas, essa base científica é social... socialismo. É nesse contexto que ahh, o, o, ohh, a FRELIMO vai adotar as aldeias comunais como modelo socioeconómico no meio, no meio rural, nem? No meio rural. Então foi nesse contexto que se definiu as aldeias comunais.

P – Okay, enta significa que ahh, ahh definição das aldeias comunais está paralelamente ligada ah, ao socialismo.

R – Ao socialismo, sim.

P – Mas porquê que éh, éh, éh porquê este parale, paralelismo?

R – éhh por exemplo é que nós copiamos modelos dos, dos países socialistas, principalmente a, a...

P – A União Soviética.

R – A União Soviética, então, e nós ao copiarmos esse modelo as aldeias comunais, a FRELIMO vai criar as aldeias comunais como um modelo de desenvolvimento, assim como introdução nem?

P – Mmmm.

R – Porque nós vamos ver que as aldeias comunais, mas como éh, ah as comunidades, han? Os camponeses, as pessoas, o povo em si estava disperso, então havia necessidade de pôr no mesmo sítio para poder dar uma assistência na educação, na educação, na éhh a própria produção éhh as cooperativas nem? A educação nem? a educação, a própria habitação, a própria habitação, então foi neste modelo que o regime da FRELIMO encontrou como forma de desenvolver a, a, o povo, sobretudo nas zonas rurais, então pôr no mesmo sítio para poder dar melhor assistência, porque de uma forma dispersa não é possível dar essa assistência,

então as aldeias comunais era sobre tudo um modelo correto nem? Daquele contexto para poder pôr a pessoas no mesmo sítio e darmos assistência aqueles que precisassem.

P – E consegue-se alcançar os objetivos?

R – éhhh os objetivos não foram alcançados como se esperava, como se esperava nem? Porque nós quando vamos ver por exemplo, porque nós daí estávamos muito avançados, nós tivemos tipos de aldeias comunais, vários tipos de aldeias comunais.

P – Mmmmm.

R – Por exemplo, nos tivemos por exemplo oh...

P – As aldeias que foram criados pelas cheias...

R – Processo de formação das aldeias comunais, a partir das cheias, nem? A partir daa cheias a partir das de, de outras pessoas. Por mais, as zonas altas, as zonas altas e também tivemos as aldeias a partir da produção coletiva, a produção coletiva, nem? Havia uma necessidade de o povo produzir, então era, era ir levar os camponeses pôr no mesmo sítio, no mesmo sítio e parcelar algumas parcelas de terras que eles podiam cultivar de uma forma coletiva, e também vamos ver éhh alguns éhh, o qual é, co, co, coo, comunais que surgiram a, a partir dos antigos aldeamentos, já sabemos o que é aldeamentos nem? Aldeamento, principalmente em Cabo-Delgado no contexto da, da, da libertação nacional o, o, o, ohh o Governo colonial adotou a sistema de aldeamento de isolar a população, num mesmo espaço para não dar assistência a, a, a, a FRELIMO, nem? Aos soldados da FRELIMO. Então esses aldeamentos “serviam como campos de concentração”, nem? Ficavam isolados não havia apoio aos guerrilheiros da FRELIMO. (o tipo das aldeias comunais é mostrado por Araújo)

P – Não percebi, era para não dar apoio ao pessoal da FRELIMO?

R – É , durante a luta de libertação.

P – Quem fazia isso?

R – Eram os portugueses.

P – Hammmm? Okay!

R – Eram os portugueses, eram os portugueses então eles usavam o sistema de aldeamento, nem?

P – Ahmm, isolavam a população...

R – A população. Levavam os camponeses punham no mesmo espaço isolavam, para... era o sistema para alimentação, informação, por exemplo passou daqui os portugueses.

P – Okay, estou a perceber.

R – Então após independência esses, esses aldeamentos serviam como já havia essas estruturas, casas saneamento, nem? Não era aqueles que se esperava, então após a



independência então o Governo da FRELIMO usou esses aldeamentos como aldeias comunais, como aldeias comunais. E também temos aldeias comunais nos regressados, aldeia nos regressados é quando por exemplo, a, a, a luta de a luta da libertação aqueles camponeses que fugiam para os países vizinhos, como Zimbabué e Tanzânia.

P – Hmm-Mmmm

R – Então quando a luta de libertação houve a necessidade de levar todos esses regressados, regressa... neste caso refugiados colocar no mesmo sítio para dar a assistência.

P – Okay.

R – Então, claro que o, o objetivo do, do, do, do, do Governo era dar assistência em todo, todo a, a produção agrícola, para a produção agrícola a, a escola, educação, neste caso a educação, a questão de habitação deles a questão da habitação. Mas, contudo, fracassou porque vamos ver que as aldeias comunais, as aldeias comunais não tinham criado as condições para atender a demanda da população, a demanda da população, a demanda da população. Por exemplo, numa aldeia comunal que devia de albergar quatro mil ou cinco mil éh, éh, éh camponeses, acabava albergando dez mil camponeses então aí vai surgir a questão da, da terra, a questão da terra, o acesso a terra, então há uns que ficavam sem espaço.

P – Humm.

R – E, eh, eh, eh, para além da, da, da, da questão da, da terra temos a questão da distância, a questão da distância, as machambas ficavam longe das aldeias ou das habitação. Então eles tiveram, as vezes, de caminhar longas caminhadas para chegar as suas machambas, uma coisa de cinco quilómetros, para chegar as suas machambas e na época da colheita era difícil se transportar por exemplo ohh, a colheita para as aldeias, outros até acabavam apodrecendo nas próprias machambas.

P – Mmmm.

R – Para além de, de, destes, temos outro caso a questão da, da seca vamos ver que, que o, o, os, as aldeias comunais muitas das vezes eram, eram colocadas um sítio que a terra não era fértil para a prática da agricultura, nem? Era um sítio argiloso, argiloso e a seca em si foi uma das causas do fracasso das aldeias comunais, nem?

P – Mmmm

R – Então vamos ver que as aldeias comunais foi para além daquilo que o Governo esperava a prosperidade, eclodiu a fome. A fome, as doenças porque não havia uma, uma higienização completa que o Governo esperava, a própria educação também veio a fracassar, porque não vamos ver que não havia uma relação, corelação entre os camponeses e a própria, a capacidade deles de entender qual era o valor da, da educação, então vamos ver que as aldeias comunais vai fraca, fracassar, porque muitas aldeias fraca, fracassou.

P – Okay. Seria aqui uma das coisas pode ter, pode ser considerado como o, o financiamento?

R – Nah, a questão do financiamento éhh segundo literatura nem? Segundo a literatura a questão do financiamento entrou muito, são as próprias políticas das aldeias comunais. As políticas foram implementadas nas aldeias comunais. Porque vamos ver também a resistência do próprio camponês ou do próprio povo para aderir as aldeias comunais.

P – Porquê, o que criou muito a resistência?

R – Exatamente! A resistência do camponês é a questão da terra. Vamos ver que as aldeias comunais, por exemplo, as aldeias de produção coletiva, dizia que ohhh, levava algumas famílias que já tinham as suas terras, suas terras, suas terras que ficavam perto das suas residências e levavam para as aldeias comunais, e chegado lá a parcela de terra ou de hectares do que deviam produzir era menor em relação aqueles que eles tinham lá. Então, isso em algum momento criou frustração para o, o, o, os camponeses, criou uma frustração. Então houve o abandono das aldeias comunais, as pessoas vão voltando para as suas zonas de origem.

P – Okay.

R – Então houve, houve esse, esse desfalque, esse desfalque das aldeias comunais, o quê... como estamos no meio socialista era produção por igual. Então há aquele, houve uma resistência mesmo, no período das secas reclamavam, as terras onde eles estavam não havia, não eram férteis, a questão das distâncias para chegar as machambas, é a questão, por exemplo, do espaço que deviam cultivar, a questão da higienização no próprio espaço, não havia condições, então por isso que as aldeias comunais fracassaram.

P – Okay. Então vocês aqui é tinham, não tinham condições, as condições a que se referem são as condições da habitação, da saúde, da água.

R – Da água, saneamento, tanto, tanto do saneamento, não havia essas condições, do saneamento não haviam.

P – Okay.

R – Por isso muitas da vezes até o Governo obrigava que os próprios camponeses construíssem as suas próprias casas, então é claro que eles limitavam, “tem que ser assim-assim”, mas o Governo nunca ajudava mesmo, como dizia a questão económica, do financiamento, o dinheiro também contava, porque as vezes eles não faziam as casas, as vezes eram casas precárias, nem? Ao longo dos anos cada um foi desenvolvendo a sua, da sua maneira.

P – Há quem, há quem diz, éhh nas aldeias comunais as pessoas sofriam muita opressão a partir do...

R – Han, okay. É, é que a, a essa tal opressão, chama-se a estrutura política, nem? A estrutura política, estrutura sócio política das aldeias comunais, havia uma estrutura sócio política das aldeias comunais, não é? Essa estrutura política por exemplo o órgão, o órgão por exemplo, era indispensável se estivesse um órgão não é, o órgão máximo era o partido FRELIMO, então depois do órgão do partido, organizações democráticas de massas, assembleia popular e o conselho executivo. Tribunal popular, órgão de ordem e segurança socialista de produção. Então esses todos órgãos aqui para que uma aldeia seja considerada como aldeia comunal devia albergar todos esses órgãos, havia muita opressão porquê? Porque qualquer um que não estava na linha de pensamento político, socialista da FRELIMO era considerado como reacionário, reacionário, é por isso que havia grupo de dinamizadores dentro da, da, das aldeias comunais.

P – Os grupos de dinamizadores faziam o quê?

R – Os grupos de dinamizadores eram um grupo sensibilização do partido e de vigilância, os mobilizadores.

P – Faziam o quê?

R – Eles éhh o trabalho de dinamizadores faziam, controle.

P – Okay.

R – Nem? Da população, da população faziam o controle da população. Quem concorda com as ideias políticas socialistas da FRELIMO e quem não concorda. Então esses dinamizadores que ao mesmo tempo ti indicavam, “o fulano não está com o nosso caminho”. Então por isso essa tal opressão, então você era preso, nem? Através desses dinamizadores, você era preso era preso sem razão, são, é um grupo também que expandia as políticas socialistas da, da FRELIMO, esses grupos de dinamizadores. Então no caso de você mostrar uma tendência contra a, o regime socialista ou da FRELIMO então você sempre era preso ou executado ou mesmo deportado para os campos para a educação, os campos para a educação. Então, é nesse contexto que o, existiu opressão mesmo, porque havia o controle nas aldeias comunais.

P – E, ehhs esta opressão ahh trouxe vantagens? Vamos olhar para o lado da, do Governo da FRELIMO que era ah, o Governo da época.

R – Humm.

P – Para eles, olhavam isso como sendo algo vantajoso para que as pessoas pudessem caminhar para aquilo que seria a política socialista?

R – Exatamente! Éh, éh olhando para a FRELIMO, eles nas aldeias comunais, nem? Era um modelo de controle ao mesmo tempo, de controle para que esteja no mesmo sítio para controlar e, e, eh impor a sua metodologia socialista.

P – Humm.

R – Mas sempre houve resistência do povo, vamos ver que muita gente vai fugir das aldeias comunais, a regra da questão de secas, essa, esta opressão, nem? Essa opressão afugentava, afugentou muita gente. Um dos exemplos que é concreto é que nas aldeias comunais, éhh onde agregavam muita gente, cada um com a sua, sua, sua como se chama? Termo com a sua ahhh, com a sua cultura, com a sua cultura nem? A sua cultura, então combateu-se muito nessas aldeias comunais o curandeirismo. Nem?

P – Okay.

R – Combateu-se muito nessas aldeias comunais o curandeirismo, se era, se fosse encontrado um curandeiro, dentro das aldeias comunais, aquilo que chamava Samora, obscurantismo, nem a lutar o com o espiritualismo nem? Não queríamos o espiritualismo aqui dentro, estou a falar do curandeirismo neste caso. Se, se encontrassem que você é curandeiro era obrigado até mastigar como se chama aquelas coisas, chamam de “Tinholo”.

P – Humm.

R – Nem? Eras obrigado aqueles ahh, era obrigado...

P – Aqueles objetos de curandeirismo.

R – De curandeirismo, era obrigado você a mastigar aquilo ali. Então e isso ai criou desavença, no ceio da comunidade dos camponeses contra o regime. Vamos ver que muitos curandeiros vão fugir e vão se aliar a RENAMO, nem?

P – Okay.

R – A RENAMO nem? vão fugir muitos curandeiros vão se aliar a RENAMO, porque ele diz que temos que lutar contra, a, a, o sistema tradicional do obscurantismo. Também nas aldeias comunais combateu-se muito a questão do Lobolo, nem? segundo a escola de Samora Machel diz que a, a, a pessoa não pode ser vendida, então isto tudo aqui entrava em contradição contra a tradição, a nossa tradição dos camponeses ou da zona rural. E essa toda éhhh desavença entre o regime eh, e, e os camponeses vai levar muita gente a se afugentar da zona, dohhh, das aldeias comunais.

P – Bom ia perguntar, já os que fugiam, todos que fugiam das aldeias iam se juntar a RENAMO?

R – Não, não todos, alguns iam se juntar a RENAMO os outros voltavam nas suas zonas de origem.

P – Os que voltavam para suas zonas de origem, de origem o que acontecia depois?

R – Éhhh aqueles que voltavam nas suas zonas de origem era difícil, nem? Nós sabemos era difícil controlar, porque esse exemplo, os que vão voltar as suas zonas de origem, éhh levando no contexto da, da, do, dah, da, da guerra civil, muitos desses que saíam por exemplo, que fugiam das aldeias comunais, nós temos um dos, um dos motivos de fracasso das aldeias comunais, temos a questão das causas naturais, que é a seca do terreno que não

favorecia a prática da agricultura, ahh a própria falta de, de, dehh o fracasso da própria escola educação, nem? Essahh por exemplo a relação entre saneamento, educação e também temos a questão da guerra. Então vamos ver que todas as aldeias comunais que existiam lá toda a população depois, por causa da guerra vão fugir para as zonas urbanas, vão para as zonas urbanas. Então muitos desses que fugiam por exemplo do, do das políticas essa perseguição, outros iam se aliar a RENAMO outros fugiam para as cidades.

P – Okay, Hmm.

R – Humm-Mmm.

P – Então seria por isso, por exemplo, o que faz com que ahh, em algumas zonas das províncias do Norte a RENAMO tenha valor, força, em termos de apoiantes?

R – Sim, exatamente! Exatamente, nem? só que no, no centro, norte então há muita gente que aderiu a RENAMO, nem? Fugindo das políticas da opressão e do, do regime da, da FRELIMO, porque as aldeias comunais de fato esses funcionavam para controlar o povo, controlar o povo e impor as suas políticas e aqueles que despertavam viam que isto aqui parece de novo o colonialismo, nem? As aldeias, por exemplo, o sistema de aldeamento para o controle, acabavam fugindo, acabavam fugindo.

P – Hummm

R – Fugir, sim.

P – E como é que era a força, por exemplo, neste caso, como é que passou a ser a força das aldeias comunais? Se as pessoas estavam a abandonar.

R – E, e, ehh a força de quê? Do...

P – Em termos dee, dee, como é que vamos dizer? A força para criar a produção, o desenvolvimento.

R – Han. O desenvolvimento. Vamos ver que comparando, por exemplo, a produção familiar com o que os camponeses produziam antes de serem levados para as aldeias comunais, vamos ver quando eles passam para as aldeias comunais, vai baixar a produção. Temos alguns dados qui nem? Esse documento, vais ter esse documento. Vamos ver por exemplo, o exemplo destas aldeias comunais. Vou passar este trecho nem? “As percentagens a seguir referem-se ao número de famílias que nos dois períodos, anterior o posterior a sua apresentação em aldeias comunais afirmam ter vendido grande parte da sua produção agrícola”. Aldeias antes e depois vamos ver por exemplo, éhh aldeias Três de Fevereiro.

P – Fica aonde Três de Fevereiro?

R – Três de Fevereiro Gaza, em Gaza nem? Três de Fevereiro Gaza.

P – Okay.

R – Então temos antes 70% de produção, mas depois baixou para 31%, porquê? Porque há um abandono.

P – Humm.

R – Há um abandono. Então Júlios Nyerere, 54% depois passou para onze, temos Carlos Prestes, em Gaza também, Carlos Prestes, até eu conheço Carlos Prestes, essa aldeia, 63% passou para doze, temos 1º de Maio de sessenta para doze, para ver que as políticas de produção, nem? essa força de produção que o Governo esperava foi declinando, então esse abandono da população, esse abandono da população então há uma descida, nem? Então isso é um fracasso porque isso demonstra um fracasso das políticas por exemplo agrícola, porque nós tomamos uma base de desenvolvimento para a agricul, agricultura e a indústria. Então estamos a demonstrar aqui que as aldeias comunais as políticas do Governo para produzir aqui a produção vai declinando. Temos muitos dados que demonstram mesmo o fracasso.

P – E com este fracasso da produção de acordo com o abandono, porque as pessoas não eram a favor com a política da, da, do socialismo, quais são as medidas que a o Governo da FRELIMO teria tomado?

R – As medidas que o Governo da FRELIMO teria tomado é que foi tentando, nem? Éhh replanificar as políticas das aldeias comunais, para ver se podia tentar resgatar, mas mesmo assim ahh pelo menos as aldeias comunais não havia planificação, nem? Não era planificada as aldeias comunais, não havia planificação era só levou a população para pôr num sítio e nós vamos dar assistência toda, não havia uma planificação. Então a partir de 1981 o Governo tenta, nem? Éhhh planificar, nem? planificar as aldeias comunais como a questão da saúde, dar assistência na questão da saúde, questão sanitárias, nem?

P – Hummm.

R – O Governo vai tentando reorganizar, dantes não havia uma organização só levavam a população vão colocar por causa das cheias, ou porque tem a produção coletiva, então a partir de 1981 já há uma tentativa porque o Governo quando viu esse fracasso já passa, há uma tentativa de tentar planificar nas aldeias comunais.

P – Hummm

R – E vamos ver mesmo para essas políticas o Governo não conseguiu, também associado a guerra civil, nem? as pessoas vão fugindo das aldeias comunais. Então praticamente as políticas das aldeias comunais fraca, fracassou.

P – Mesmo com a replanificação?

R – Exatamente!

P – Okay, okay. Então...

R – Fracassou.

P – Podemos considerar que éhh hoje nós temos, por exemplo, a questão das Vilas do Milénio.

R – Humm

P – Podemos considerar que a, a, as Vilas do Milénio são resultado ou são uma consequência daquilo que são, ou são propriedade das aldeias comunais.

R – Sim podemos, podemos, podemos enquadrar nem? O modelo, por exemplo, olhando, por exemplo, a ideologia, por exemplo, do projeto como o Milénio, desenvolver nem? O, o, o, o meio rural.

P – Humm

R – E nas zonas rurais desenvolver todas as políticas da agricultura, essas coisas todas.

P – Humm

R – Mas a diferença é que agora já esta planificado, nem?

P – Okay

R – Está a ser implementado nas zonas de origem dos camponeses, enquanto já nas aldeias comunais não, você era obrigado a deixar as áreas férteis, nem? as suas terras férteis para passar para um sítio que as vezes você nem conhecia, nem? Que estava no mato, você nem conhecia, nem? Que dali vão ti dar terra, uma pequena parcela e as condições do mato, as terras não eram férteis e as vezes a distância para você chegar a machamba eram longas e isso algum momento criava descontentamento, há uma resistência, enquanto essas políticas actuais são implementadas no local da baixada mesmo que o Governo financia e você desenvolve na sua machamba, no seu espaço. A diferença esta aí.

P – Okay.

R – Então é mais fácil você agradar uma pessoa que está em casa dele do que você tirar uma pessoa a força, porque naquela época você era tirado a força.

P – Hummm.

R – Lembro, por exemplo do, do, do das cheias de mil novecentos ehhe grandes cheias oitenta e quê setenta e quê? Cheias de...

P – Setenta e seis?

R – Setenta e seis, as cheias de setenta e seis, nem? As cheias de setenta e seis (1976).

P – Setenta e oito parece...

R – Setenta e seis, cheias de setenta e seis, estou a confundir com a fome mas é setenta e seis, aquelas cheias de setenta e seis, para certas zonas, chama-se, aquela aldeia ali, aquela aldeia doh, lá de Carlos Prestes, éhhh acho que, o nome da aldeia estou a me esquecer, mas quando estás no Chissano, conhece o Chissano?

P – Hmmm.

R – Se você ver o Chissano, em Chissano vira tem uma aldeia, estou a me esquecer o nome da aldeia.

P – Não, não conheço.

R – Humm foi criado, quando me lembrar depois vouh, vouhhh vou ti mandar depois mesmo por mensagem, nem? Até minha mãe e meus avos passaram para lá.

P – Okay.

R – Então toda aquela população foi uma aldeia que foi criada no âmbito das cheias, das cheias.

P – Hummm

R – Então o Governo mesmo, porque estava a ter aquela zona, estava no baixo Limpopo, Vale do Limpopo, Vale do Limpopo, então na época das cheias o Vale do Limpopo transborda.

P – Transborda.

R – Então toda aquela população que estava ali nos arredores do Vale do Limpopo, foram levados para, para essa aldeia. E veja só não era que resgatar de uma forma humanitária, nem? Uma forma humanitária, é minha mãe me contou. Vinha helicóptero e você estava em cima de uma árvore ti levavam, ao subir dentro do helicóptero você levava chamboco, nem? Levava chamboco e iam ti deixar aonde? Nessa aldeia, e dantes não era aldeia, era uma, uma mata nem? E muitas aldeias eram formadas nas matas, na mata. Uma zona zerada, aí ser uma zona alta que as águas da chuva chegavam na sua população, sem condições. Então cada um tinha que se arranjar.

P – Hummm

R – Era, eram secas, nem? Secas nenhuma condição para a produção, então isso aí criou fome. mas para além de melhorar, tinha isso, fome, nem? Doenças, muita gente morria por causa de fome, falta de condições. Então é neste contexto, as aldeias comunais. Então há diferença, enquanto dantes era obrigatório você passar para lá, agora você vai implementar as políticas no local onde está o próprio camponês, então essa é a diferença.

P – Okay. Então significa que ah hoje em dia o Governo tenta ser, tenta estar próximo da comunidade...

R – Hummm.

P – Para implementar as medidas de desenvolvimento?

R – De desenvolvimento, sim.

P – Okay. E isso é vantajoso?



R – É vantajoso, é vantajoso, porque isso cria estímulo, porque a pessoa está na sua machamba, nem? Está na sua machamba, na sua machamba, está a dirigir a sua machamba, conhece bem o terreno, as épocas, as épocas de produção. Então basta você dar dinheiro essa pessoa claramente que ele vai produzir e vai desenvolver mais, do que você levar uma pessoa para um sítio que não conhece e se chegar lá dizer “Está aqui pra você produzir”, vai ser muito difícil. Mesmo você dando dinheiro essa pessoa não será fácil porque não conhece o terreno, a política, quer dizer é um, é um, é um, quer dizer é um sítio, a pessoa se você deixar a pessoa, por exemplo, abrir uma porta no escuro deixar uma pessoa é diferente de você deixar a pessoa numa porta aberta e você falar “Está aqui”, e as políticas do Governo podem até dar...

P – E olhando para o contexto atual, acha que há desenvolvimento noh, desenvolvimento olhando para as vilas do Milénio.

R – Hummm.

P – Acha que há, há desenvolvimento nas vilas? Já que tens experiência um pouco sobre aquilo que seria as aldeias comunais.

R – Hummm.

P – E olhando para aquilo que seria a experiência hoje nas Vilas de Milénio, acha que há, há desenvolvimento de facto? Porque estamos a dizer que okay. As Vilas de Milénio são um projeto que devem andar que merecem maior atenção nas comunidades?

R – Yeah na minha opinião, eu, eu, eu, na minha ótica eu acho que sim. Porque nós quando vamos ver por exemplo naquelas Vilas do Milénio, éhhh, por exemplo ,há, há distritos que dizem esse distrito aqui é famoso pela produção disto, mas vamos ver que é uma produção familiar ou de camponeses, nem? (o texto mais importante para recorts vai ate aqui, mais abaixo nao tem conteúdo para o texto)

P – Okay

R – De camponeses. Então significa que está a dar efeito, pode ser batata, pode ser cebola, nem? que até agora abastece éhhh a cidade, por exemplo, o mercado Malanga, nem? Quando houve essa interrupção, por exemplo éhhh esse conflito nem? Esse conflito quando Dlhakama ainda estava vivo, quando esse conflito que havia problema de...

P – Conflito Militar.

R – Conflito Militar da RENAMO e a FRELIMO.

P – Hummm.

R – Nem? Quando a havia esse ahh de colunas, nem? De culunas.

P – Hummm.

R – Nós vamos ver que os preços aqui dispararam aqui no mercado Malanga, porque aquele tomate que vinha daqueles distritos, não podiam passar até esperar da coluna que demorava e isso acarretava custos, nem?

P – Hummm.

R – Até em algum momento os camponeses reclamavam, tinham muita produção, mas não tem pessoas para levar o produto para as cidades. Então significa que produzem. Vamos ver que em Moçambique nós não temos aquela produção industrial, mecanizada industrial não temos, nem.

P – Hummm

R – São eles próprios campo, éhh camponeses que produzem e eles levam o produto nas estradas, nem? Então vem os camionistas, vem *guevar*, nem? Bons preços nem? Pode ser uma associação dos *Mukheristas*, pessoas vão para lá assinam acordo com aqueles camponeses “Épá nós queremos uma tonelada “x””. E trazem para cá, são camponeses, não é uma agricultura mecanizada, uma empresa “x” que está a produzir não. São os próprios camponeses que estão a produzir através deste dinheiro deste, deste projeto do Milénio.

P – Okay, okay. Então a produção das vilas tem trazido tem, tem alimentado os mercados nacionais?

R – Sim, tem alimentado.

P – Agora como é que se justifica que ahh, ohh maior parte dehh daquilo que nós consumimos aqui na Cidade de Maputo provem da Africa do Sul?

R – Isso já são, são políticas, são, são as políticas económicas porque aqui visto que há um conflito de interesses, há um conflito de interesses aqui. Porque nós vamos ver temos aquela coisa que o, o, os nossos produtos que vem daqui os nossos internos são mais, são mais caros, o que vem da Africa do Sul são baratos.

P – Humm.

R – São baratos, mas ao mesmo tempo vamos ver que os produtos que vem de Africa do Sul acabam saindo caro por pagar os direitos alfandegários, essas coisas todas. Então o que está a falhar não é a produção como tal, que está a falhar são as políticas de escoamento dos produtos para aqui. Há camponeses que acabam reclamando que há produtos que apodrecem porque não tem como tirar das machambas para aqui, para aqui.

P – Hummm.

R – Então como nós estamos num regime capitalista vamos ver que quem talvez, dou exemplo dos camiões aqui de batata são pessoas bem posicionadas, nem? Do Governo, são que acabam influenciando para talvez pagar portagem e vão ganhando direitos alfandegários essas coisas. Eles esquecendo que nós podemos abastecer o nosso mercado, mas isto aqui

também como eu disse quando por exemplo fechou, o abastecimento de amendoim, coco e outros produtos que não podiam passar para o mercado de Grossista de Malanga.

P – Hummm.

R – Deixando a batata essas coisas, houve especulação de preço, alias os preços subiram, os produtos básicos mesmo, como o coco.

P – Hummm.

R – Então significa que essa produção é muito importante, faz sentir quando esse, esses produtos não entram, faz sentir. Então Africa do Sul, aqui já está a ver questões económicas a nível macro, nem? Envolve já muita coisa, não é porque nós não produzimos, nós produzimos e vou dar um exemplo muito prático ao tocar esse ponto aí. Éhhh Moçambique no tempo colonial, Moçambique no tempo colonial um, um dos grandes empresários ahh, ahh português quis investir na agricultura aqui em Moçambique, quis investir. Sul, cerca do sul de Moçambique, porque é uma zona de planícies hein? Que favorece, para a agricultura.

P – Okay.

R – Mas como entrava em contradição com a política sul Africana, sabotaram, sabotaram essa, esse plano, e tiraram sul de Moçambique como o maior produtor, porquê? Porque Africa do Sul, e o sul de Moçambique...

P – Era o quê? Era arroz?

R – Não, toda aquela, para produzir tudo.

P – Okay

R – Nem o sul de Moçambique para não depender da Africa do Sul.

P – Hummm.

R – Então o regime no tempo colonial, mas vamos ver que, isso entrava em contradição com a política sul Africana, porque Africa do Sul reservava o sul de Moçambique era uma reserva de mão-de-obra para as minas da Africa do Sul. Então desenvolvendo uma agricultura significa que ia empregar, ia precisar de muita mão-de-obra, mão-de-obra. Então se é a mão-de-obra na Africa do Sul já iam trabalhar nas fábricas daqui do sul.

P – Okay.

R – Africa do Sul, então quando esse empresário, estou a me esquecer o nome tentou pedir empréstimo, nem? Ao, ao banco Britânico, e o banco Britânico sabia, o banco Britânico ao mesmo tempo as minas sul Africanas são dos Ingleses então o, os proprietários das minas sul africanas queixaram ao, ao banco Inglês, dizer que “Epá vocês não podem emprestar dinheiro para a agricultura no sul de Moçambique, porque nós vamos ter a falta de mão de obra“. Então são essas políticas que historicamente podemos enquadrar, não é?

P – Hamm

R – Não é porque Moçambique não é capaz, não. Mas aqui entra muita, muitos jogos, não é? Nós sabemos que o Governo ganha muito dinheiro através da, das alfandegas sul africanas, das alfandegas, nem? Vamos ver que o cofre do Estado muitas das vezes depende de quê? Das alfandegas.

P – Hummm.

R – Então, se não passa por sul africanos para cá, significa que os cofres de Estado vão zerar.

P – Humm.

R – Então, não é porque não está, produz-se muito bem. Podemos abastecer o, a, as cidades, mas já essa política, vamos la deixar por causa da Africa do Sul para pagar as tarifas para os cofres do Estado.

P – Okay

R – Então é nesse contexto.

P – Então o quê que se pode fazer para o, para compensar essas, essas medidas?

R – Epá, essas, essas medidas são de decisão política, nem? A vontade política, vontade política, porque se nós decidirmos que nós não queremos, mas por exemplo comprar o tomate sul africano, então vamos lá produzir aqui, nós podemos criar condições, até podemos criar uma linha férrea, nem? Uma linha férrea para o escoamento de tomate, nem? Uma linha férrea do centro, do Sul até ao centro mais ou menos, nem?

P – Hummm.

R – Para o escoamento do tomate, por exemplo, cebola, batata, impulsionar mais vai impulsionar, essas políticas sim podem dar efeito, mas impulsionar mais.

P – Okay.

R – Então é possível, é possível, é possível.

P – Está bem. Então conhece a Vila de Chibuto, de Milénio de Chibuto?

R – Como?

P – Conhece a Vila do Milénio de Chibuto?

R – De Chibuto?

P – Hum

R – Na, a Vila de Milénio de Chibuto não conheço, ainda não conheço.

P – Qual é a Vila de Milénio que conheces?

R – Ohhhh já fui para lá estar lá mesmo lá não, eu só vi por exemplo, temos por exemplo, chama aquele distrito ali? Distrito de...

P – Chókwé?

R – Não, não, não Chokwé, de...

P – De onde? Do Centro do Norte?

R – Do Centro, a vila do Centro estou a me esquecer o nome.

P – Em que província?

R – Esta, esta noo em Tete, não Manica, Manica. Manica uma vila de Manica.

P – Tem umas vilas lá, cujo o nome também não me recordo. Mas okay, acho que éhhh basicamente é um pouco, era um pouco disto que queria tentar conversar contigo.

R – Hummm

P – Acho que são, são coisas que dá para... não sei se há uma coisa que eu não perguntei sobre as vilas, ou sobre as aldeias que acha que podia acrescentar?

R – Ohhh acho que ohhh é mais ou menos isso ia, nem?

P – Okay

R – Que nós tentamos de uma forma resumida nem?

P – Okay. Então esta nice. Muito obrigado éhhh hoje é dia 30 de outubro.

R – Hoje é dia 30 de outubro.

P – Okay muito obrigado então.

R – Talvez se precisar de alguns dados, alguns dados geométricos nem? para talvez queira comparar.

**Fim da entrevista**

### **5.3. Manuel Matine, Historiador e professor da Universidade Pedagógica, delegação da Província de Inhambane, em entrevista a 04 de Janeiro de 2021**

**Pergunta – P**

**Resposta – R**

P - Na minha pesquisa, estou a falar doo, olhar para a questão do paraaa o desenvolvimento em Moçambique.

R - Mmm-Hmm!

P - O que é as várias acções que são feitas tanto do governo Assim como a nível individual, aquilo que é o processo da partilha de informação Sobre aquilo que existe, aquele que pode ser feito de modo aqui para que as pessoas possam de uma certa forma éhh serem influenciadas Adotar novas formas de, ser estar. então numa numa perspectiva histórica olhando um pouco para questão dahh daquilo que teria sido o surgimento das Aldeias

comunais para poder passar numa trajetória para questão das Vilas do milénio, por quê? Porque eu percebi que éhh éhhh isso serve, ou as aldeias comunais serviram como base para se criar a as vilas de milénio, embora éh éh ah a História de um lado retrata que foi um conceito trazido de fora, mas que na verdade antes disso nós já tivemos as vilas de milénio. Estou a falar mesmo das vilas de milénio de Chitima, ahh estou a olhar um pouco as vilas de Chibuto e para a vila deh deh Itoculo. Então a ideia aqui é como historiador éhh éhh tentar olhar para aquilo que teria sido a situação histórica do desenvolvimentos em Moçambique na base destes. Chamaria de que? Chamaria de modelo porque vocês Historiadores, há um historiador que eu já li que dizem que não são modelos na verdade, são são uma forma de de é uma é uma estratégia, é um projeto, então acabei desenvolvendo muito mais ou percebendo muito melhor a questão do do do surgimento das aldeias, o surgimento das vilas. Então na sua na sua análise ou em função daquilo que terão sido as suas observações ao longo do dohh Processo todo, como é que como é que tem sido o comportamento em termos comparativos, se quisermos dizer, ahhh as aldeias comunais no passado e aquilo que é hoje, ou são as vilas do Milénio?

R - ok. éhhh é um assunto complexo mas eu vou tentar, vou tentar criar da seguinte forma: éhh Eu sou historiador ahhh de raiz porque eu fiz a minha licenciatura em história, o mestrado em história, e agora estou a fazer o doutorado também história.

P- ok

R - Tem uma particularidade sobre a tua proposta de conversa, porque analisando a evolução do que você estuda vai ao encontro do que eu pesquiso desde a licenciatura, porque eu na licenciatura pesquisei sobre o sistema de colonatos que na verdade éhhh é um projeto de desenvolvimento social integrado éhhh quando nós falamos dos colonatos estamos a falar na verdade das aldeias comunais no período colonial. Esse, esse foi o meu trabalho ahh de licenciatura.

P – ok.

R - Peguei isso de uma forma geral, ehhh no mestrado fui falar, escolhi, é um colonato específico para pesquisar, no caso eu escolhi o Colonato de Limpopo, que hoje é o distrito de Chokwe. É a partir daí que eu comecei a ter contato com as aldeias comunais a partir do Colonato de Limpopo quando eu fazia, por exemplo, entrevistas. Alguns entrevistados me puxavam para relatar sobre as aldeias comunais e eu fiquei interessado em pesquisar as aldeias comunais e por isso eu voltei para o doutorado para entender como é que funcionou ou como é que foi a transição a ahhh dos sistemas dos colonatos para as aldeias comunais. Na verdade tanto os colonatos como as aldeias comunais não visavam apenas fins econômicos nem sociais tinham ali ahh muito evidente um objectivo político. Ahhh não sei se realmente podemos falar do objectivo político nas vilas de Milénio mas tem ali uma uma questão muito séria que pode nos fazer pensar nesta perspectiva política da formação desses projetos. Ahhh eu tive oportunidade de visitar duas aldeias do Milénio como eu disse a aldeia de Lionde porque encontra-se na área que era do Colonato do Limpopo. E Este ano tive oportunidade de

visitar a vila de Milénio de Chibuto, porque eu estava a pesquisar Guijá, estava a pesquisar uma aldeia comunal de Guijá. E Guijá como está ali perto de Chibuto eu de vez em quando ia para Chibuto e consegui visitar e ver as dinâmicas éhhh econômicas, culturais e sociais éhhh da Vila de Milénio de Chibuto. Apenas estava a tentar fazer uma contextualização para depois ir diretamente a pergunta que você me coloca. Ahhh eu vejo uma evolução mas essa evolução tem a sua base no projeto colonial que é ohh o o colono não chamava aldeias comunais chamava de sistema de aldeamento, em toda parte ahhh de Moçambique onde eles perceberam que havia necessidade de criar um bloqueio éhhh econômico, criar um bloqueio social, criar um bloqueio cultural para ahhh dificultar o avanço...

P- okay!

R - Da luta de libertação nacional, eles formavam o sistema de aldeamentos. Agrupa as populações, isso criava barreiras para o inimigo penetrar. Fizeram isso em toda parte.

P - yeah

R - Éhhh com a independência, volvidos alguns anos começa a Guerra civil e o governo, na altura de Samora Machel, percebe que as pessoas ficando dispersas na zona rural estariam mais vulneráveis aos ataques da RENAMO, seria mais importante aglomerar as pessoas para poder proteger dos possível ataques. E se você for a ver essa política também é de criar uma barreira política uma barreira social até econômica ao avanço da guerra civil, ou seja, a Guerra civil estaria, é nas zonas rurais não conseguiriam atingir as populações porque as populações estariam a é aglomerados e seria mais fácil proteger essas pessoas militarmente dos ataques em comparação em em deixa-las nas zonas rurais. Essa é a visão que eu encontro assim de longe nas aldeias comunais. A essência das aldeias comunais é muito debatida não só pelos historiadores mas também pelos antropólogos. O que é que o que é que uma visão antropológica sugere, por exemplo, para análise, para análise das aldeias comunais? Éhhh sugere que maior parte das pessoas foram obrigadas abandonar as suas zonas de origem para viverem nas aldeias comunais, e essas pessoas por serem obrigadas a fazerem isso éhhh facilmente se entregaram a RENAMO, ou seja maior parte das aldeias comunais éhhh serviram dehh suporte social da RENAMO, porque a ideia da FRELIMO de transformar as aldeias comunais em cidades do Campo era um projeto a longo prazo, mas logo que as aldeias foram construídas, a RENAMO começou a operar e muitas pessoas que foram retiradas a força das duas zonas de origem se entregaram a RENAMO.

P -Ok

R - Qual era a visão, por exemplo, do governo colocando as pessoas vivendo em aglomerados? Era aquela ideia marxista de transformação de Campesinato. Ou seja, o Campesinato, que é o camponês, tinha que paulatinamente dissociar-se das práticas tradicionais da agricultura, da pecuária até de vida quotidiana. Por essa razão nas aldeias comunais éhhh atuavam os grupos dinamizadores que tinham como objectivo a promoção social das famílias, ou seja, ensinar as famílias é é as regras elementares de convivência,

ensinar as famílias, por exemplo, as regras elementares de higiene, ah é muito recorrente encontrar o relato sobre o feccalismo a céu aberto que foi muito combatido nas aldeias comunais, e alguém e alguém e alguém perguntava. Nas entrevistas que eu fiz, alguém perguntava "se não fossem as aldeias comunais nós não teríamos latrinas melhoradas?" Ahhh mesmo com as latrinas melhoradas existem pessoas que ainda não se sentem seguras em fazer necessidades nas latrinas melhoradas continuam a, a procurar a mata para as necessidades biológicas. Ahhh o outro elemento que mobilizou-se bastante nas aldeias comunais só para pontuar alguma algumas realizações é a questão de cooperativas, essa visão marxista de que as pessoas devem cooperar, ehh devem ter uma machamba familiar e ter uma machamba da cooperativa, devem dividir o seu, o seu tempo em trabalhar na machamba familiar e na machamba da cooperativa mas isso foi uma coisa foi uma coisa, como foi uma coisa introduzida de cima para baixo ehh as populações apresentavam muita resistência.

P - Mmm-Humm

R - Entendes? Éhhh apresentavam muita resistência e em contrapartida no meio dessa resistência toda é tivemos a, a Guerra civil, que quase desestabilizou todo o plano que o governo tinha para as aldeias comunais. Eeh continuando a sequenciar alguns pontos importantes sobre as aldeias comunais éhh a outra visão do governo era poder prover essas famílias em bens, em serviços básicos, como escola, hospital, estradas, vias de comunicação. Porque o governo acreditava que as pessoas, quando as famílias continuarem éhhh a viverem de uma forma dispersa seria difícil construir a escola, seria difícil servir as populações em hospitais, seria difícil servir as populações em fontenárias de abastecimento de água, então juntando as pessoas ah ehh em aldeias comunais em vez de construir 4, 5 escolas, uma só escola podia servir a diversas famílias, em vez de construir muitos hospitais um hospital no centro, não hospital como tal, no sentido figurado um posto de saúde no centro da aldeia serviria para as famílias todas. Porque uma aldeia comunal chegava a, por exemplo, a aldeia que eu estudo, ehh teve 15000 famílias, não habitantes, famílias. Então era mais prático para o governo servir essas famílias juntas do que elas dispersas. E como é que existem outros assuntos muito importantes que que e fizeram com que o governo pensasse em colocar as famílias aglomeradas nas aldeias comunais mas no geral são, são esses aspectos que eu gostaria de pontuar mas sem também deixar de dizer que tratou-se de uma experiência que a Frelimo já vinha tendo muito antes da independência, porque a Tanzânia que é um país muito importante nas manobras da formação até da luta de libertação de Moçambique, já havia começado esse processo enquanto Moçambique lutava pela independência...

P – Immm!

R - Dá a entender que ahhh a FRELIMO teve contacto com esse projeto na Tanzânia, ahhh é um processo que ocorreu na China, é um processo que ocorreu na Argélia...

P – Immm!



R - É um processo que ocorreu na Rússia, então tanto na Argélia tanto na China quanto na Rússia, são experiências que ocorrem ahh perto do contato de membros da FRELIMO, porque os membros da FRELIMO viajavam nesses locais todos ahhh, partindo do princípio que são esses países que foram muito importantes para formação do pessoal da da FRELIMO e para a própria própria ajuda, para o auxílio militar e técnico. Ahhh o que tenho como experiência das entrevistas que eu faço nas pessoas que vivem nessas aldeias comunais, dá para entender que, segundo eles, os primeiros anos foram anos muito difíceis, foram anos muito difíceis e algumas famílias abandonavam as aldeias. Ahh algumas aldeias, não a maioria, algumas aldeias de Gaza foram construídas em 1977. Em 1977 em fevereiro temos cheias no Vale do Limpopo. O que é que a FRELIMO faz? Usa o pretexto de cheias para materializar a construção das aldeias comunais, o plano já existia antes só que era muito difícil do nada a Frelimo começar a mobilizar as pessoas para a construção das aldeias comunais, então as cheias serviram serviu de pretexto para aglomerar as pessoas e a formação das aldeias comunais. A aldeia comunal que eu estudo, em Guijá, formou-se em 1977 depois das cheias mas foi por causa um ponto interessante é interessante porquê? Porque a população do Vale do Limpopo sempre convive com cheias. O Vale de Limpopo de, éhhh periodicamente inunda o que é que as pessoas as famílias fazem? Quando há cheias sempre abandonam e vão para as zonas altas, e quando as cheias desaparecem

P – Retornam.

R - Retornam. Então com as cheias de 1977 Segundo os relatos a Frelimo Não evacuou todas as famílias as famílias já sabiam lidar com a cheias, quando aconteceram as cheias em 1977 as famílias saíram para zonas altas o que é que a FRELIMO fez? Éhh nessas zonas altas criou condições para famílias não retornarem mais para as suas zonas de origem, começou a fazer o parcelamento, começou a transferir a escolas, que estavam nas zonas baixas, para zonas altas e começou a mobilizar mais pessoas para afixarem-se definitivamente, e é a partir desses relatos que as pessoas começam a dizer que algumas famílias não acataram a ideia algumas famílias voltaram até que a própria Frelimo começou a mobilizar militares para perseguir as famílias que abandonavam as aldeias comunais, para retornarem às suas zonas de origem. Então tudo isso ocorre não negociado porque se fosse um processo de negociação as coisas seriam outras mas isso acontece nos primeiros nos primeiros anos porque as mesmas pessoas que retornavam nas zonas de origem percebiam que as escolas que os filhos frequentavam o governo transferiu todas para zonas altas, os postos de saúde que existiam o governo transferiu para as zonas altas então acontece uma situação de um pai de família aceita deixar os filhos nas aldeias comunais e ele vai para as zonas de origem porque é lá onde tem a sua machamba, é lá que tem a sua machamba com terra fértil porque nas zonas altas as terras são semiáridas. Então acontece isso, e as pessoas dizem que os primeiros anos foram anos deee muito sofrimento. Okay muitas coisas que a FRELIMO prometia, o governo prometia não conseguiu prover rapidamente, isso também trouxe mais sofrimento éhh éhh para as famílias, eles dão exemplo dee fontenárias, receberam muito tarde e só depois da guerra, só depois da guerra civil é que tiveram água todo esse tempo o governo mobilizava

para eles continuarem a usar poços tradicionais. As escolas, tinham as escolas mas eram de construção precária, era, a família éhh ohh os familiares dos estudantes dos alunos é que iam cortar estacas, iam cortar capim para construir escolas, então foi uma vida muito sofrida foi uma vida muito difícil. Mas em contrapartida eles dizem que a estrutura que foram receber, ohh o planejamento urbano que eles foram experimentar lá nas aldeias comunais não tem comparação. Éhh Gaza é um reservatório de mão-de-obra para a África do sul, a maior parte das pessoas que foram para as aldeias comunais, os pais, os irmãos, os avós, eram mineiros. Diziam o quê? Diziam que era muito difícil, por exemplo, mandarem bens da África do Sul com os *deliver* que eles chamam, pessoas que fazem transporte, emh, para suas casas nas zonas baixas onde viviam de uma forma dispersa. Éh os *deliver* podiam até não localizar a própria família ou localizam mas o carro não podia percorrer até a própria casa, mas já nas aldeias comunais eles tinham a certeza que qualquer coisa que mandasse o carro ia deixar no quintal da família, por causa da estrutura Urbana, por causa do sistema de arruamentos. Eles sempre revisam isso. Éhhh falam muito sobre a questão éhhh dehh de gado, éhhh dizem eles que quando viviam nas zonas baixas o gado deles ficava perto das suas casas, ou seja, o gado estava no quintal, mas na aldeia comunal tinha um espaço reservado só para currais. Éhhh tinha um parcelamento, zona residencial e parcelamento para reserva de gado e isso eles encontravam como um diferencial porque eles já não ficavam com o gado em casa. E naquele tempo segundo eles havia, havia muita segurança porque os ladrões de gado não existiam, segundo eles os ladrões de gado não existiam, o gado ficava na reserva de gado sem nenhum problema, logo cedo iam buscar, iam trabalhar, e é assim que eles passavam o seu dia-a-dia. Então éhhh como é que isso termina? Isso termina por causa da guerra civil, a guerra civil vai desorganizar tudo segundo eles, e a aldeia comunal que é um estudo, éhhh a, a partir, nos finais da década 80 todo mundo havia abandonado por causa da guerra. Aldeia foi construída em 1977 até 1988-89, era quase impossível manter-se na aldeia.

P - E isso pode considera-se como o elemento que criou o fracasso da aldeia comunal?

R - Yeahhh, eu acho que numa, numa análise assim breve a guerra civil contribuiu, não é um, é um dos elementos são, são vários, é um dos elementos que criou condições para o fracasso do projeto. E acredito que por mais que não tivesse sido a Guerra civil a forma em que as aldeias foram criadas elas já tinham dentro de si é bases para o fracasso, porque como disse antes não foi um projeto negociado. Ehhhh associado a isso, diz-se que muito antes da guerra civil as famílias abandonavam as aldeias, retornavam às suas zonas de origem só para perceber que aqui já existia um descontentamento isso podia também ter contribuído para o fracasso muito antes da dessa dessa aldeia que eu pesquisei ser atacada pela RENAMO, porque aldeia foi construída em 77 e o primeiro ataque da RENAMO foi em 84. Mas dentro desse período muitas famílias abandonavam a aldeia. Abandonavam a aldeia porquê? Por causa disso que eu acabei de dizer, foi um, foi um projeto desenhado de cima para baixo, do topo para a base, então as famílias não estavam preparadas para alguns processos que não deviam ser negociados dentro da aldeia. Ahhh a aldeia comunal éhhh posso considerar o quê? Posso considerar uma nova organização. Ehh na aldeia comunal tinha um cemitério da

aldeia. Só para dar um exemplo, para perceber como as famílias não estavam preparadas, tinham um cemitério da aldeia, e todas as famílias que viviam na aldeia se perdessem um ente querido deviam fazer o enterro no cemitério da, da aldeia. Mais tradicionalmente essas famílias faziam no cemitério familiar. Ok! eles abandonaram a as suas zonas de origem mas o cemitério familiar ainda continua, mas eles já não podiam fazer o sentido inverso para realizar cerimônias fúnebres, esse era um outro, era um problema que preocupava as pessoas que viviam nas aldeias ehheh o outro era a distância que separava a aldeia as machambas, as machambas com aldeias, as machambas ficavam em média 5 a 6 km. Na aldeia que eu estudo média de separação entre a aldeia e as machambas por aí 5, 6, 7 km. É muito difícil éhh praticar a agricultura nessas condições por essa razão houve uma negociação e o governo acabou aceitando para as famílias construírem palhotas nas machambas para nos tempos de Campanha agrícola, enquanto os pais estão a trabalhar na terra vão pernoitando lá nas palhotas que constroem, porquê? É muito difícil descer e subir diariamente. Os filhos ficam na aldeia onde tem a escola perto, mas isso tudo foi uma coisa negociada entre as famílias e o gestor, como eles chamavam a direção da aldeia que era o chefe da aldeia e os grupos dinamizadores. Aconteceu tudo isso antes, ahhh da aldeia ser atacada. Quando a RENAMO começou, há uma coisa muito interessante também que eu percebi desse campo que eu fiz, o quê que acontece? Quando constrói-se a aldeia as famílias não queriam viver na aldeia. A RENAMO começa a atacar, a primeira aldeia comunal que a RENAMO ataca, Guijá teve uma coisa de 6 á 7 aldeias, a a primeira aldeia comunal que a RENAMO ataca chama-se aldeia comunal de Nhapunguane e eu estudo a aldeia comunal de Chivonguene. E as pessoas, e as famílias dizem escutaram relatos de que tem bandidos armados que assaltaram a aldeia, queimaram casas, dizem que não querem as aldeias comunais exatamente, de longe...

P – (...)

R - Exatamente! De longe parecia que a RENAMO fosse um interlocutor válido para as famílias que vivessem nas aldeias comunais porque a RENAMO também era uma organização que não queria as aldeias eles falavam "ah agora está aparecer alguém que pode até nos ajudar a voltarmos para as nossas zonas de origem". Mas eles não percebiam que a RENAMO não tinha um plano sério, falavam que não queriam as aldeias comunais mas não diziam o que queriam isso, isso fica muito claro nas entrevistas que eu fiz ok. Dois anos depois a RENAMO ataca essa aldeia que eu pesquiso. Algumas pessoas que presenciaram o ataque ouviram a RENAMO, os homens da RENAMO a falar em que nós não queremos as aldeias comunais isso foi, foi motivo para o primeiro abandono da aldeia das famílias, épha aqui existem bandidos armados que dizem que não nos querem nas aldeias então melhor coisa é nós voltarmos para as nossas zonas de origem. Agora já temos motivos para isso e algumas famílias começaram a voltar para zonas de origem. O governo éhh a pressionar as famílias para permanecerem na aldeia com o pretexto de formar grupos de milicianos para proteger a aldeia, aconteceu isso. O quê que sucede? É que a RENAMO já não atacava apenas aldeias, atacava aldeia e ia para zonas baixas também atacar as mesmas populações que abandonaram as aldeias entendes? E isso quando também relatado pelas famílias é uma

coisa impressionante, não sei se percebe? É uma coisa impressionante. Okay as coisas foram acontecendo éhh os milicianos não conseguiram conter a RENAMO, as investidas da RENAMO eram muito fortes e os milicianos não conseguiam, a RENAMO às vezes atacava a aldeia e permanecia lá semanas, transformou, em algum momento transformou a aldeia que eu estudo em sua base, porque como a aldeia é perto de Chokwé, perto de Guijá ele se quisessem atacar a vila de Guijá atacar **chókwé** podiam ficar aí muito tempo a organizarem a logística deles na tal aldeia e depois faziam esses ataques, então a aldeia ficou sem famílias, todas as famílias refugiaram-se éhhh na cidade de **chókwé** ou em outras partes da província de Gaza. Então no geral éhhh é essa situação que ocorreu ahhh nas aldeias comunais em participar na aldeia em que eu pesquiso eh.

P - Ok. Falou aqui um pouco sobre a criação de barreira de proteção

R - Mmm-Humm

P - Contra ohh os homens da RENAMO,

R - Mmm-Humm

P - Está barreira em que consistia? Era a base das milícias como terá falado?

R - Não, as aldeias comunais tinham que fazer éhhh uma cintura assim, entre a vila e o campo, ou seja, entre a vila e a zona rural no caso, abandona-se toda a zona rural onde se escondem, no sentido figurado, os homens da RENAMO. Os homens da RENAMO para conseguirem atingir à vila, aqui no meio tem uma barreira construída pelas aldeias comunais e essas aldeias comunais como dizia antes não tinham só um fim socioeconómico tinham esse fim político e militar. Pela primeira barreira para se atingir ahhh as vilas ohh os pequenos centros urbanos que existem nas províncias, que existem nas sedes provinciais.

P - Ehhh alguns historiadores nos textos que eu apanhei eles falam um pouco sobre a opressão na aldeia em que consistia essa opressão? Seria esse contexto em que dizia que as pessoas eram forçadas a estarem a viver em aldeia, ou a questão dos como é que é? Falou um pouco sobre a questão do, por exemplo, dos agentes mobilizadores ohh dinamizadores da...

R - Yeah, é porque quando se fala de opressão é aquela questão mesmo de formação compulsória das aldeias a integração das famílias nas aldeias não foi uma integração livre.

P - okay

R - as famílias foram obrigadas abandonar as suas casas para viver em nas aldeias.

P - Mmmm

R - E há uma outra particularidade porque éhhh, o governo não criou condições mínimas para a sobrevivência nas aldeias porque você não vai forçar alguém abandonar a casa dele para ir viver no outro lugar, sem que você aceite no mínimo arcar com algumas despesas.

P - Mmm

R - okay, pode arcar com as despesas do transporte, pode arcar com as despesas da construção da casa, qualquer coisa você tem que ser responsabilizar, mas nas aldeias comunais não as pessoas só foram indicadas um espaço e dizer "seu espaço é este, 30 por 40 seu 30 por 40 é isto você tem que tirar todas tuas coisas que tem lá, onde você vivia há séculos a partir de agora sua casa é essa. Essa é uma pressão!

P - okay

R - Entendeu? E depois controlar essa pessoa, porque essa pessoa devia, devia ser controlada politicamente.

P - Em que consistia esse controle???

R - O controle político é que essa pessoa devia participar éhhh nas naaa, na hierarquia do partido essa pessoa devia participar na célula do partido, essa pessoa devia participar no círculo do partido essa pessoa devia participar em toda aquela estrutura partidária eh forcosamente essa pessoa devia ser da FRELIMO e também não tinha outra opção na altura.

P - Ok

R - As mulheres por exemplo deviam se inscrever deviam ser membros ativos da organização da OMM.

P - okay, Então...

R - O conceito de emancipação você ir para uma uma aldeia comunal, você vai encontrar uma coisa extraordinária, que não encontra em alguns centros urbanos as mulheres das aldeias comunais tem uma visão uma filosofia de vida espetacular são emancipadas em termo prático e simples, eles discutem assuntos que algumas pessoas que até estudaram, mulheres consideram tabú, mas eles como tiveram essa escola do partido essa integração forçada na OMM eles tratam assuntos candentes mesmo, de uma maneira muito tranquilo, nas minhas entrevistas em algum momento eu tratava assuntos sobre a poligamia e você percebia que as ideias que aquelas mulheres tem, são espetaculares. Mas tudo isso é herança desse passado político que eles beberam nas aldeias comunais e que os homens não conseguiam porque os homens não tinha uma organização de massa que pudesse contribuir teoricamente para a defesa dos seus dos seus dos seus hábitos e costumes, enquanto eles os homens para o caso da poligamia mobilizam questões culturais "porque meu pai teve muitas mulheres". As mulheres não, eles mobilizam, elas mobilizam questões mesmo éhh teóricas de convivência outras até chegam a dizer ok tabom você no passado tinha muitas mulheres, e agora só ficou comigo, as outras onde é que estão?". Essa é uma pergunta muito difícil de ser feita por uma mulher.

P – (Risadas)

R - Entendes?

P - Yeah

R - Yeah, então elas são muito assim abertas em discutir assuntos que algumas mulheres, mesmo escolarizadas conseguem. E, segundo elas discutia-se muito isso ahh nos debates da OMM, nos encontros da OMM.

P - okay. Houve uma, uma, uma uma ideia sua aqui sobre o abandono?

R - Mmm-Humm

P - Que as pessoas que não aceitavam éhhh ficar na aldeia eles abandonavam.

R - Mmm-Humm

P - Éhhhh eu queria saber se eles abandonavam para a RENAMO, e outros voltavam para as suas zonas de origem. Havia outros que abandonavam para outro sitio ou....

R - A experiência que eu tenho é que a Renamo quando atacasse, raptava pessoas....

P - Exato!

R - e nesse processo de rapto, outras pessoas não conseguiam mais voltar.

P - Mmm ok

R - Éhhhh outras pessoas morriam, outras pessoas ficavam ahhh, ficavam esquecidas. E isso acontecia. Mas o abandono que eles relatam é o abandono de regresso aas zonas de origem.

(telefone do entrevistado toca)

P - Agora entrando no contexto das Vilas de Milénio.

R - entrando no contexto das Vilas de Milénio, éhhh eu não sei muito bem qual foi o critério que o governo usou para a escolha de algumas aldeias comunais para serem transformadas em aldeias do Milénio, não conheço o critério. Mas as aldeias do Milénio surgem, em particular aqui em Moçambique por causa desse antecedente histórico que Moçambique teve. Que é das aldeias comunais que numa visão a longo prazo ahh devia se transformar, a aldeia comunal devia se transformar em cidade do Campo, éhh a estrutura existe que é o ordenamento territorial éhh as pessoas que são as famílias existem, que vivem de uma forma ordenada. O que é que a ideia da Vila da Vila de Milénio trás? É que, éhhh essas, essas famílias que já vivem de forma ordenada precisam de ser éhhh monitoradas com técnicas científicas que ao serem introduzidas a essas famílias de uma forma articulada organizada pode elevar a vida da aldeia, ahh elevar a vida em que sentido? Éhh a base das aldeias comunais era a agricultura até podemos não falar só da agricultura podemos falar da agricultura e pastorícia, quais são as técnicas que as vilas do Milénio devem potenciar? São técnicas que possam possibilitar maior produção e maior produtividade na agricultura e na pastorícia. Essa é que é a essência. Porque a base já existe que é das aldeias comunais e agora tem que vir um "know how" de fora, para as famílias, aquilo que se chama de éhh éhh éhh multiplicação dehhh de conhecimento, conhecimento que vem de fora e vai ser disseminado nas populações para as populações mudarem as suas práticas agrícolas, as suas práticas pecuárias. Essa é que era a essência da vi, da Vila de Milénio, ia potenciar as áreas como da

saúde, educação, abastecimento de água, energia por aí em diante. Mas isso precisaria de um fundo que o governo moçambicano não se dispunha ah a disponibilizar por isso houve essa necessidade de parcerias, as vilas do Milénio ahh não sei como é que funcionaram ou como é que continuam a funcionar mas do que sei é que o governo moçambicano não entrou com fundo monetário, o fundo monetário vem dos parceiros internacionais. Ahhh Lionde, por exemplo, que é uma das Vilas, a primeira Vila do Millennium que eu visitei, você percebe muito bem essa dinâmica de que lá tem um parceiro estrangeiro a tentar colocar dinheiro para ver se alguma coisa funciona e a experiência que tenho das visitas que eu faço não sei se as coisas funcionam, porquê a vila de Milénio de Lionde me parece que é de 2006 já passa muito tempo já devia já devia ser uma cidade, se a ideia for aquela do Machel de transformar as aldeias comunais em cidades do Campo. Ou seja, éhh tinha que ter uma dinâmica comercial extraordinária não sei se percebe o mercado ali de venda de produtos agrícolas tinha que ser muito agitado mas não é isso que acontece em Lionde. O mesmo posso dizer é da Vila de Chibuto que me parece que é mais mais recente acho que é de 2009.

P - Chibuto é de 2006.

R - Chibuto é de 2006 sim, sim.

P - Então podemos dizer que eh, estas questões de desenvolvimento que é o centro da minha pesquisa.

R - Mmm-Humm

P - Naaa não está a acontecer, ou também fracassou para as aldeias das vilas de Milénio?

R - Epah pelo que eu vejo acredito que a ideia mesmo de transformação das aldeias comunais em Vila do Milénio, porque o nome já diz Vila do, do Milénio, tinha que ser um centro badalado em todos, em todos os aspectos. Para mim isso fracassou.

P – ok.

R - Fracassou. Ehh em, em Lionde até conversei com o chefe do posto a dizer que parece que o projeto assim ahh estava meio suspenso.

P - Mmm

R - O projeto...

P - Até hoje o projeto de Chibuto está suspenso, o projeto de Itoculo também está suspenso. São, são as duas Vilas que eu estou a estudar falta perceber como é que é a Vila de Chitima.

R – Chitima em Tete, isso!

P – sim. E que tem financiamento da HCB...

R- Ah, tem financiamento da HCB?!

P – não sei como é que a HCB faz. Acho que no próximo mês vou viajar para poder ver como isso funciona. Mas ok, as ideias que eu tinha, no que eu queria perceber, as ideias

forma mais ou menos neste contexto. Uma questão só. A questão da participação no sentido de tomada de decisões sobre aquilo que é o processo de negociação tanto da aldeia como na assim como na na nova Vila de Milénio, como é que é na sua opinião em termos deee, pode não ser é questões de observação de como era feito mas como é que acha no sentido geral olhando para aquilo que seria o nosso contexto moçambicano este processo de negociação este processo de comunicação de partilha a partir do governo, tem sido oh oh o, tem sido o central daquilo que seriam as incursões do governo? Entende?

R - Tou, tou a perceber. Éhh para mim eu acho que seria importante a auscultação pública, é o que vejo ahh que faltou por exemplo na construção ahh das aldeias comunais. Esse é o primeiro aspecto, mas para perceber esses aspeto nós temos que mobilizar o segundo que éhhh a apresentação de projetos articulados, projetos do governo articulados, porque não basta você dizer que quero construir uma aldeia sem você articular com outros setores que, queres poderão ser importantes para a concretização desse objetivo que é e construção da aldeia. Éhh trata-se de um erro, eu posso considerar um erro, éhhh que o governo da FRELIMO não conseguiu se desfazer.

P - Mmm-Humm

R - Não sei se me faço entender?

P - Sim estou a perceber.

R - Porqueee éhh se havia uma ideia de construção das aldeias comunais, o governo teria feito de uma maneira muito transparente, éhh vai a aldeia comunal, a família que achar que tem condições de viver na aldeia comunal, digo condições porque o governo está a sair de uma luta de libertação, tem fundos muito reduzidos, não vai conseguir construir casas para todas pessoas, mas existem pessoas que vivendo nas zonas de origem éhh a evolução que eles tiveram em contato com a África do sul, porque outras pessoas já trabalhavam em Lourenço Marques, percebiam que podiam viver melhor em lugares com o ordenamento territorial. O governo tinha que dar prioridade, que estamos a construir essa aldeia é para as pessoas que vivem aqui na zona baixa eh hh éhhh, que sempre são inundadas possam sair para lugares seguros e isso tinha que ser um plano bom, e as pessoas paulatinamente criavam condições de abandonar as suas zonas e passassem para as, as aldeias comunais, mas isso não aconteceu

P - Olhando aquela experiência de estar a mandar material da África do Sul que tem que chegar ao destino.

R - Exatamente!

P – Ok!

R - Ehhh, e tantas outras experiências que que aparecem que são relatadas éhhh pela, pelas pessoas. E o outro, o outro ponto que é muito interessante, que eu encontrei nas entrevistas que fiz é que as próprias pessoas que a FRELIMO responsabilizava para fazer a mobilização não estavam informadas éhhh sobre as aldeias comunais, ou seja, não sabiam o que eram as



aldeias comunais. Dizem que nesses encontros de mobilização as pessoas que iam para dar as palestras às vezes não conseguiam responder algumas inquietações das populações sobre as aldeias comunais, eles só sabiam dizer que o governo quer ver as pessoas a viverem no mesmo lugar, isso é o que eles sabiam fazer. Mas como é que isso devia acontecer tinham dificuldades de explicar as populações, e esse é um impasse grave para qualquer projeto social que mobiliza famílias, mobiliza pessoas.

P - E isso ainda continuamos a ver nas aldeias.

R - Entendes?

P - Mmmm

R - Então eu acredito, eu acredito que o governo seria muito difícil pensar isso na década de 1970. Essa é que é a vantagem do Historiador, porque a gente deixa o tempo passar para analisar o passado. Seria muito complicado fazer isso na década de 70, a FRELIMO tentava mobilizar os recursos que tinha no momento para fazer esse trabalho ehhh justifica-se o facto de algumas pessoas não estarem preparadas, porque as aldeias comunais eram mobilizadas em todo o território nacional. Então quando eu falava por exemplo desses projetos articulados, éhhh uma questão mesmo de, o governo devia ter desenhado o projeto e tentar implementar sem muita pressa em comunicação direta com as populações. Ouvir a opinião...

P - ok

R - Das populações, e em função dessa opinião tentar desenhar um plano que não fosse contra a expectativa das populações e também que não afetasse a política da FRELIMO, que queria introduzir naquele momento, que era a concentração das famílias em aldeias comunais. E seria possível ter feito isso.

P – de facto. De facto. Bom, acho que já esgotamos até o nosso tempo. Estava a prever uns 20 minutos a 30 minutos. Então, acho que podemos fechar a nossa conversa. Naquilo que eu queria perceber, acho que já deu para apanhar algumas notas. No momento da transcrição vou ver como é que faço. Uma das coisas, acho que só tenho o seu apelido aqui.

R – Não entendi.

P – o seu nome, qual é? só tenho seu apelido.

R – Manuel Henriques Matine

P – Ok. Por questões éticas, posso colocar seu nome no meu texto?

R – Não, não. Sem nenhum problema.

P – ok. É historiador.

R- sim.

P – então, está bom. Podemos terminar a nossa conversa

## FIM DA ENTREVISTA

### 6. Entrevista no Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia (CITT)

#### 6.1. Dra. Ivone Muocha, directora adjunta do CITT, em entrevista a 10 de Fevereiro de 2021

**Pergunta (P):** quais são as tecnologias que vocês valorizam mais, podemos olhar para os diferentes lugares onde o CITT vem actuando?

**Resposta (R):** Bom, eu penso que você terá visto no documento que partilhamos que o CITT agora tem, naquele documento estava escrito que nós temos seis vilas do milénio, mas agora nós temos sete.

P: sim.

R: ehh, a sétima vila do milénio tem um outro conceito, já não é exatamente chamada vila do milénio, é chamada vila sustentável porque ehh, as outras vilas do milénio foram desenhadas no âmbito de um programa nacional que se enquadrava nos objectivos do desenvolvimento do milénio. E depois, com o fim ou com a alteração da designação, redefinição dos objectivos de desenvolvimento foram chamados de objectivos de desenvolvimento sustentável e, por força disso migrou-se o conceito de vila do milénio para vila sustentável. Então, temos estas que já tinha naquela lista mais a vila sustentável do Mulumbo que está na Zambézia. Agora, nós trabalhamos com diferentes pilares, penso que também terá apreciado esta informação.

P: sim.

R: ehh, os pilares com os quais nós trabalhamos foram desenhados para todas as vilas, os mesmos pilares, mas o que acontece é que há comunidades que uma e outra, eh, um e outro pilar tem mais força. Por exemplo, ou uma parte do pilar, não necessariamente um pilar, mas pode ser que seja uma parte do pilar ter mais força do que o outro, ehh, nós começamos ehh, como dizia em todos os, em todas as vilas, os pilares são os mesmos que são agricultura, educação, saúde, água e saneamento e infraestruturas, mas o o nalgumas, nalgumas, essencialmente para infraestrutura nós eh, foi priorizada mais a parte das construções, construção de escolas que é para apoiar a comunidade a desenvolver a componente da educação, construção de centros de saúde para ajudar a comunidade a melhorar a sua qualidade de vida em termos de saúde. Mas em termos de transferência de tecnologias as áreas principais são agricultura, água e saneamento e um pouco de saúde porque na componente da saúde nós trabalhamos com a nutrição, ehh, estabelecemos oficinas de nutrição e, dizer quais são as tecnologias que são priorizadas em cada uma das vilas é um pouco difícil, mas são as áreas que têm mais enfoque. Como estava a dizer todas as vilas do milénio foram estabelecidas com mesmos tipos de pilares de intervenção, mas há algumas

vilas que foram se destacando mais nalgumas áreas. Por exemplo, para para a componente de água e saneamento, em todas as vilas continua este trabalho com a questão de água e saneamento. Ahh, é preciso fazer referencia também a um outro aspecto, é que as vilas do milénio foram estabelecidas com âmbito, com base em financiamento externo e a questão de garantir que as vilas depois fossem sustentáveis foi um pouco descurado durante o tempo da implementação do projecto, então, os projectos, nalgumas vilas acabaram e as actividades também reduziram, embora haja comunidades, haja membros da comunidade que tenham desenvolvido, que tenham melhorado a sua qualidade de vida, nós já não podemos ter, o exacto controlo de quem onde estão as pessoas, quem são as pessoas que melhoraram, por quê, porque durante o processo de implementação do projecto não houve o cuidado de se garantir, de se estudar os mecanismos de garantir a sustentabilidade das iniciativas no final do projecto, de tal forma que se fomos a Chibuto, por exemplo, hoje, nós trabalhamos em Chibuto com a agricultura, saúde, educação e todas as componentes, mas a componente de saúde, de agricultura, manteve-se mais na vila do milénio de Chibuto onde estabelecemos um sistema de irrigação e é este o sistema de irrigação que está ainda a funcionar dentro da da da vila do Milénio de Chibuto. Ehh, existem outras iniciativas isoladas como a produção de frango, a purificação de água com recurso a sementes da moringa, essas iniciativas ainda continuam e um pouco da componente de de saúde na parte da nutrição porque das oficinas de nutrição que foram estabelecidas algumas mulheres passaram a produzir produto e ehh resultantes da sua produção agrícola para, como por exemplo, sumos, biscoitos, passaram a produzir isto para a geração da renda familiar. Ehh, em Lionde que é no Chokwe, a vila do milénio foi mais para a produção de sementes e piscicultura, eles foram mais activos porque a comunidade aceitou mais a componente, esta componente de de de produção agrícola e piscicultura...

P: então, significa que cada vila ela tem aquilo que aceita mais?

R: aquilo que aceitou mais. O estudo de base que foi feito para as vilas do milénio foi igual, foi o mesmo com a mesma abordagem assumindo que, porque o conceito de vila do milénio é um conceito de desenvolvimento comunitário integrado, assumindo que ninguém pode produzir, ninguém pode comer sem poder ir ao hospital, ninguém pode ir ao hospital sem poder ir à escola, ninguém pode ir à escola sem poder ter dinheiro, então, foram desenvolvidas todas as componentes que permitissem que as áreas se interligassem. Eh, vou dar um exemplo, um pai, por exemplo que está numa comunidade, tem o seu filho onde só tem uma escola primária. Na altura ainda havia escolas primárias de eh, incompletas, não sei como posso chamar, da primeira a quinta classe, quando terminasse o período de de de quando a criança completasse a quinta classe, o pai não deixava a criança ir para outros distritos para estudar, principalmente as raparigas, não podiam ir continuar a estudar, só estudavam até a quinta classe. Quando o projecto vilas do milénio chegava a uma certa comunidade dentro destas áreas seleccionadas, eles diziam que nós queremos uma escola, por quê, porque não podemos deixar as nossas filhas irem estudar a 200 Km daqui, então tem que construir uma escola para nós, para as nossas filhas poderem continuar a estudar. Tem

que abrir um um furo de água para as nossas mulheres pararem de ir buscar água no rio e por ai fora. Então, tudo isto foi resultado de estudo de base que foi feito e se decidiu quais eram as áreas de intervenção. Mas dentro destas áreas de intervenção por ser um sistema de desenvolvimento integrado em todas as vilas do milénio houve intervenções nas diferentes áreas para impedir que uma pessoa tivesse produção agrícola mas não soubesse vender, por isso que também promovemos a questão do agronegócio.

P: ok. Então, aqui tem, há um objectivo que não entendi bem no plano, aliás no relatório, o objectivo oito, ehh, que quem a vem com a disponibilização dos benefícios das tecnologias de comunicação, em particular o acesso à Internet e a serviços de telefonia móvel. Qual foi a estratégia que foi usada para a materialização deste objectivo?

R: ok. Am, a ideia desta componente é que gradualmente, o mundo vai se tornando digital, por causa das tecnologias da informação e comunicação e nós pensamos que através das vilas do milénio, dentro das comunidades, poderia se criar condições para as comunidades também passarem a ter acesso, passarem a saber da existência das tecnologias da informação e comunicação e saberem como é que são utilizadas. O que é que o programa fez, estabeleceu salas de informática nas vilas do milénio. Na vila do milénio de Lionde a sala de informática foi estabelecida na própria vila, no próprio centro de de de transferência de tecnologia de desenvolvimento humano, mas na vila do milénio de Chibuto, por exemplo, sentimos que o local onde estava a vila do milénio haveria de reduzir o impacto da sala de informática, daí que a sala de informática foi estabelecida na escola secundaria local, porque todo este é um sistema, como estou a vou estar sempre a repetir, que é um sistema integrado. Onde nós acharmos que era melhor fazer intervenção é onde nós nos colocávamos. É onde nos colocamos porque não é um programa que está a terminar e continuamos a gerir este programa.

P: então, vou insistir um pouco nesta questão de tecnologias, ehh, por exemplo, na agricultura falou sobre a colocação de como é, para drenagem de água...

R: do sistema de irrigação...

P: do sistema de irrigação, então, na educação como é que se processa a tecnologia para a educação?

R: ok. Na educação, o que é que nós fizemos, foi eh não seria exactamente dizermos que fizemos uma transferência de tecnologia mas porque o conceito tem muita coisa que sempre dizemos que é transferência de tecnologias mas não é só transferência de tecnologia porque nem tudo era uma tecnologia, mas podemos também alargar para transferência do conhecimento, transferência do conhecimento.

P: como é que é feito este processo?

R: ehh, nós ao nível da educação, em especial, promovemos a realização de palestras sobre aspectos importantes da saúde, por exemplo, promovemos a realização de de feiras de saúde,

promovemos a realização de palestras sobre matérias importantes, eh no âmbito de de de doenças sexualmente transmissíveis sobre a educação sexual da rapariga, transmissão, fizemos esta esta toda ligação entre as, entre os a comunidade e as crianças dentro da escola.

P: e como é que vocês fazem, por exemplo, a comunicação institucional, olhando para as diferentes comunidades, em diferentes lugares, será que usam a mesma estratégia, por exemplo, se estamos a falar de estratégia estamos a falar de um boletim, por exemplo, é uma estratégia, olhando para as diferenças de características desses distritos, desses lugares, será que usam a mesma estratégia para os vários lugares, tendo em conta a capacidade de cada distrito?

R: bom, na verdade nós nunca produzimos eh documentos como tal, para podermos fazer...

P: quando digo documento era uma forma de dizer que é uma forma de comunicação, por exemplo, podemos falar do relatório que podem fazer no fim um relatório e depois de produzir o relatório partilham com o governo, e por essa via, o governo informa as lideranças e as lideranças fazem chegar a mesma informação para para a comunidade. E no meio disso a mesma informação circula e volta em forma de de circular para chegar na instituição, neste caso no CITT.

R: ok. Nós temos eh, uma comunicação com o governo do distrito, geralmente é feita a comunicação através de ofícios e partilha de informação, através de relatórios com o governo do distrito. Mas para cada vila do milénio, tem aquilo que é chamado comité de desenvolvimento local, através do comité de desenvolvimento local que é composto por pessoas influentes daquela comunidade, desde o líder comunitário, o director de serviços locais, pode ser de serviços de actividade económicas, de serviços de saúde e outras áreas que nós consideramos importantes, o serviço distrital de planeamento de infraestruturas fazem parte deste comité de desenvolvimento local. Através deste comité nós conseguimos chegar nas comunidades e as comunidades chegarem a nós por quê, porque o comité de desenvolvimento local é como se fosse alguém que estivesse no meio entre o CITT e a comunidade. Muitas vezes, uma das coisas que nós fazemos nas comunidades foi dar alfabetização por quee, porque nós temos dificuldades em partilhar com eles documentos escritos porque muitas das comunidades onde nós fizemos intervenções eram comunidades que, embora estivessem com algum nível de escolaridade, quem participa activamente neste processo de de desenvolvimento comunitário, muitas vezes é a própria comunidade e dentro da própria comunidade temos as crianças que sabem ler e escrever mas os adultos não sabem, então, promovemos estas formações, esta educação, esta alfabetização de adultos. Mas o que acontece? Por causa desta deficiência de do nível de alfabetização dos adultos a nossa comunicação é mais verbal através deste comité de desenvolvimento local para as comunidades. O comité de desenvolvimento local tem acesso aos relatórios das acções desenvolvidas, tem acesso a toda a informação que é realizada a nível da comunidade, mas comité de desenvolvimento local ou do CITT para as comunidades a informação é mais verbal do que escrita.

P: e eles, a comunidade, fazem chegar a informação para o CITT?

R: sim, fazem chegar através do comité de desenvolvimento local directamente a nós porque a existência do comité de desenvolvimento local não quer dizer que a comunidade não possa comunicar directamente o CITT através dos centros de eh, os CTTDHs, acho que terá visto isso lá dentro do relatório.

P: algumas vilas conforme terá feita referencia, eh, chegaram ao fim, por exemplo, a vila de Itoculo e Chibuto, neste processo, terá feito uma referencia sobre o novo conceito, mas o que eu queria saber nestas duas que chegaram ao fim é que se ao fim deste, com o fim destes dois projectos, o CITT terá observado alguns ganhos que são possíveis de serem transferidos para outras vilas ou outros lugares ou aproveitar alguma coisa que foi feita nas vilas para a nova abordagem que a sustentável?

R: sim. Ok. Eu diria que há muita coisa que foi aprendida neste neste nesta maratona de 2006 até 2012 e depois em 2012 entrou um outro parceiro que é este da vila sustentável. Eu diria que há muita coisa que foi aprendida mas deixa-me dizer primeiro que em Chibuto e Lionde a produção de frangos foi alavancada com a existência da vila do milénio porque nós fizemos a formação eh de principalmente de mulheres na produção de frangos como fonte de renda. Fizemos também a formação em Lionde para mulheres e jovens na na produção de derivados de produtos agrícolas, como é o caso da produção de sumo, produção de biscoitos e outros derivados que vem desta da produção agrícola. E quando eu digo que já terminaram os projectos não estou a dizer que a vila está morta, a vila continua só que não com a mesma dinâmica porque a dinâmica inicial era dinâmica de um financiador externo que tinha prazos e metas por cumprir. Agora a comunidade está a se adaptando ao uso da vila nos seus próprios recursos. Como dizia, em Chibuto um dos maiores ganhos foi a instalação do sistema de rega que permite que as comunidades possam ter áreas um pouco maiores para desenvolver as suas actividades de produção agrícola, principalmente de hortícolas. Em Itoculo, a a produção de sementes é uma das apostas que nós temos com com a aquela comunidade. Houve uma grande adesão na produção de sementes. Em Moçambique um dos maiores défices que existe é a qualidade de sementes. Então, nós estamos a produzir sementes de amendoim, de culturas leguminosas na vila do milénio de Itoculo e a comunidade aceitou. Aceitou bem porque o rendimento também é bom, quando as pessoas produzem e aprendem como deve ser e produzem semente de qualidade o rendimento também é bom, a renda que recebem também é bom.

P: e na sua opinião, há desenvolvimento nesses distritos, nos dois, por exemplo aqui que cuja cujo projecto chegou ao fim, uma opinião sua.

R: dizer que há desenvolvimento do próprio distrito é um pouco difícil mas eu diria que ...

P: quer dizer, no sentido de mudança...

R: da qualidade de vida das pessoas porque de alguém que ficava, acordava todos os dias e pegava na enxada para ir a machamba, mesmo quando não é período de produção intenso, a

pessoa sempre ia a machamba, principalmente as mulheres. Agora elas têm uma outra fonte, têm uma outra saída. Há mulheres que no período de de de na época agrícola, passam o tempo na machamba, mas quando a época agrícola sessa, elas ficam produzir frangos porque assim elas elas tem uma alternativa de trabalho, não é obrigatório que a pessoa vá todos os dias na machamba, tem uma outra saída. Tem a questão também da piscicultura, esta foi muito abraçada pelos homens e estão também a continuar esta produção. Eu penso que há mudanças, sim. há comunidades que não tinham nenhuma fonte de renda, mas passaram a ter uma fonte de renda com base no aprendizado que tiveram das vilas do milénio. Ya, temos também implementamos também modelos de conservação de produtos agrícolas, eh que é celeiro do modelo gorongoza, estabelecemos nas vilas também e se está a produzir, está se a conservar os produtos.

P: em Chibuto, por acaso vi a o sistema de irrigação, mas numa das conversa com umas senhoras, elas diziam que tiram água usando baldes, coisas do género, dizem que carregam nas cabeças a uma distancia. O sistema de irrigação não será, não será abrangido ou ela apenas serve uma parte das pessoas ou da comunidade?

R: ya. O que acontece é que, isso já não é parte do relatório (em *off the record*).

### **Continua a entrevista**

R: é uma das partes que nós temos como deficiência e o CITT está a trabalhar para melhorar. Nós temos que criar na comunidade a mentalidade de sustentabilidade. As iniciativas que nós levamos para as comunidades nós levamos com um certo intuito de dar a comunidade uma oportunidade de iniciar, mas depois de iniciar, a comunidade tem que ter capacidade para continuar. Perguntava se nós tivemos ganhos com estas vilas que nós trabalhamos nelas. Nós tivemos, sim, agora nós estamos a implementar a vila sustentável do Mulumbo. Na vila sustentável do Mulumbo, a comunidade tem de pagar para usar o trator. Não está a usar o trator de graça. Quando chega o dia do camião levar os produtos agrícolas para a feira, o membros da comunidade tem que contribuir para levar os tratores à feira. O membro da comunidade tem de participar do crédito rotativo, tem aquilo ali que chamam de crédito rotativo. Nós estamos a promover o crédito rotativo, não somos nós, não é dinheiro do ministério, não é dinheiro do orçamento do estado, não é dinheiro do estado moçambicano, são recursos da própria comunidade. A comunidade cria um grupo de de de é uma espécie de *xitique*, então, eles vão fazendo crédito rotativo. Cada um tem suas responsabilidades. Estamos a promover a criação de cooperativas com várias várias matérias, com várias áreas de trabalho. Eh em Molumbo nós promovemos a criação de cooperativas agrícolas, cooperativas de pisciculturas e rede de fornecedores de insumos, por quê, porque nós pensamos que a comunidade tem que poder ficar a fazer aquele trabalho mesmo quando já não tivermos recursos do de financiadores externos ou do orçamento do Estado.

P: então, o CITT, neste caso, já não mete nenhum, já não entra em, para a criação dessas vilas sustentáveis, já não está preocupada em olhar para parceiros locais ou parceiros do governo para criar essas iniciativas, faz na base dos recursos locais. Esses recursos locais

estão, são suficientemente, como vamos dizer, fortes, vamos usar essa expressão para alavancar, por exemplo, dar início a uma actividade?

R: Não. Em todas as, em todos os locais onde nós temos que ter recursos externos, talvez não me expressei bem. Nós sempre temos que ter recursos externos para poder iniciar. A comunidade nunca teria recursos para comprar um camião, para comprar um trator. Esses recursos vem para comprar trator. Não tem recursos para a abertura de um furo, mas tem, tem que ter recursos para poder gerir o furo. Não tem recursos para comprar o camião mas tem que ter recursos para fazer a manutenção do camião. Então, esse é o exercício que nós estamos a fazer para a comunidade poder se se habituar. Criamos comités para a gestão de água, criamos comité de gestão de escola para, mesmo sem, e estes comités não gastam recursos. Não há recursos grandes recursos envolvidos, a os lanches que são servidos durante, por exemplo, uma formação, são produtos locais. As senhoras da comunidade preparam as refeições para os membros que vão participar dessa sessão. Nós promovemos oficinas de nutrição. Nas oficinas de nutrição nós compramos o equipamento para as pessoas poderem aprender, utensílios domésticos de base para as pessoas poderem aprender a preparar, mas os produtos alimentares que são preparados e, a a ensinadas diversas formas de combinar diversos produtos para aumentar e aumentar o nível nutricional de da alimentação são trazidas pelas próprias ehh, senhoras da comunidade que participam da formação. Cada senhora vem com os seus produtos. É como se fosse uma escola de culinária. Hoje nós vamos fazer bolo de batata-doce, então, todas as senhoras tem de vir com batata-doce para se poder preparar, sim.

P: e a construção dos edifícios como terá falado no principio, também é na base de algum financiamento externo?

R: é financiamento externo, sim. Mas criamos, por exemplo, um comité de gestão da escola. Se nós não estivermos, alguém tem que voltar a repor a lâmpada que vai cair. Tem que ter alguém que vai fazer a manutenção dos dos lavabos. Então, nós treinamos comité de desenvolvimento local, criamos treinamos o o comité de gestão escolar que é para eles poderem ser quem vai fazer gestão do do local.

P: então, neste caso, na base dessa experiencia desta vila de Mulumbo, há uma perspectiva de dar início outras vilas, tendo em conta a experiencia...

R: estamos a sonhar. Estamos a sonhar com isso porque vimos que aprendemos bastante e com esta vila estamos a fazer um trabalho que eu diria que vale a pena, so que Mulumbo não é aqui, nem. E se calhar termine a sua tese sem ter tido oportunidade de visitar mas haveria de ver a diferença entre estas vilas que conhece cá e a vila sustentável de Mulumba e a abordagem que estamos a usar lá que é completamente diferente do ponto de vista operacional. Do ponto de vista conceitual é igual, mas do ponto de vista operacional temos uma série de diferenças porque alteramos a forma como nós lidamos, por exemplo, todas as segundas-feiras, nós temos que dar informação ao governo do distrito sobre o que é que nós fizemos ao longo da semana em relação às actividades desta da implementação desta vila



sustentável. Mas ao mesmo tempo temos as vezes défice de de alguma área específica da implementação do projecto, comunicamos com o governo do distrito e o governo do distrito nos disponibiliza o técnico que vai fazer este trabalho. Assim, quando o projecto se retirar do local tanto o técnico de um serviço distrital específico como o próprio governo do distrito estão devidamente esclarecido sobre o conceito e o modos de operar desta desta iniciativa.

P: está bom, muito obrigado, já podemos terminar com a nossa conversa

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **7. Entrevistas na Vila do Milénio de Chibuto**

#### **7.1. Adbul Remane, Líder religioso – Comunidade Islâmica, em entrevista a 15 de Janeiro de 2021**

P - Já ouviu falar das vilas do milénio?

R - Sim, já.

P - O que sabe?

R – Eu só sei que era um projecto ligado à agricultura, que principalmente ensinou e colaborou na produção massiva da moringa pela população local.

P – O projecto teria contactado à liderança da Comunidade Islâmica para de algum modo ajudar a sensibilizar a população local a aderir ao mesmo ou a tratarem um outro assunto ligado a ele?

R – Não, isso nunca chegou de acontecer.

P – Alguém de vocês (liderança) teria feito parte do projecto como um cidadão comum uma vez que para além de serem líderes religiosos são também residentes locais?

R – Não, isso também não.

P - Obrigado!

## **FIM da entrevista**

#### **7.2. Agostinho Mathe, Líder Comunitário do bairro Samora Machel, em entrevista a 17 de Janeiro de 2021**

P - Conhece algum meio de comunicação no Distrito?

R – Sim, conheço.

P - Qual?

R – TVM e Rádio Comunitária de Chibuto. Mas para sintonizar a TVM é difícil pois a antena da televisão no distrito desabou nos anos passados devido a uma tempestade. As informações da Rádio é que nos são fáceis de ter

P - Como é que conhece?

R – A TVM como sendo aquele canal em que o seu transmissor desabou. A Rádio como sendo aquele canal em que as suas informações nos são fáceis de ter.

P - Qual destes gosta(va) de ouvir (prefere/ia)?

R – Eu gostava da TVM.

P - Por quê?

R – Porque enquanto a rádio só dá a informação para os ouvidos, a TVM dá para os ouvidos e permite também ver o que se está a dizer. Ouvir dizer e ouvir a ver o que se diz é diferente. Se a TVM pudesse instalar uma antena aqui para nós, eu seria muito grato

P - O que mais gosta de ouvir nestes meios (dizer o nome do que mais gosta de ouvir).

R – Eu gosto mais de programas de debates. Ainda que eu não participe do programa nesse dia, mas o simples acompanhar a troca de ideias fico com alguma coisa na mente. Isso, agora, acompanho na Rádio. Mas da TVM, apesar da sua situação, eu gosto mais do telejornal, noticiário.

P - Já ouviu falar da Vila do Milénio?

R – Sim, já ouvi falar.

P - Como ou em que circunstância (estava a fazer o quê)?

R – Foi através de uma reunião, onde nós chefes fomos convocados

P - De que falava?

R – “À chegada dos proprietários do projecto, o governo do distrito chamou convocou uma reunião para todos nós líderes (dos bairros e do distrito) termos uma sentada com os proprietários do projecto, onde estes tiveram uma vaga para falarem-nos melhor do programa.

Depois disso, descemos até o local onde iriam se instalar, que já contava com construções dos tempos coloniais, onde renovaram estas e acrescentaram umas duas só para completar os sectores e depois começaram a trabalhar. Mas tratou-se de um projecto de desenvolvimento e mudou mesmo o bairro Samora Machel pois houve pessoas que tiveram curso de corte e costura e assim viraram alfaiates e modistas, outras aprenderam informática, e outros sobre técnicas de produção agrícolas e ajudou ainda oferecendo sementes e adubos, ensinou a irrigar as plantações, tendo aberto para a população local valas onde poderíamos retirar a água. Por isso mesmo, actualmente, nas manhas, tu não encontras as pessoas daqui, nesse período estão lá nas vilas do milénio (apesar de que o próprio projecto terminou, mas ainda chamamos assim), como consequência disso, às pessoas não falta hortícolas para confeccionar nas suas casas e dar alimento à família. Hoje há quem sabe ler graças à alfabetização proporcionada pelo projecto

Hoje há quem sabe utilizar computadores. Enfim, muita coisa mesmo.

P – Quando é que vocês como líderes falavam/falaram à comunidade sobre a Vila do Milénio?

R – Após o arranque dos trabalhos da vila do milénio, consoante a necessidade deles de pessoas para estarem dentro do projecto, nós líderes voltávamos e analisávamos a quem poderíamos chamar. O analisar devia-se, como todos nós sabemos, ao facto de nós as pessoas não sermos iguais, existindo os de fácil compreensão e os de difícil compreensão. Todavia, para responder à essa pergunta já não tenho muito a dizer porque “quando alguém chega, deve despedir de boa forma, daí, o que mais há é uma insatisfação quanto à maneira como o projecto terminou. Houve sim despedida, mas não foi saudável pois já havia problemas na gestão entre eles, os gestores. Mas em caso de haver alguma informação nova da parte do gestor, ele convocava uma reunião connosco líderes e depois voltávamos anunciar à comunidade

P - Qual era a frequência de falarem sobre a vila com a comunidade?

R – não era regular. Dependia do convite dos líderes à comissão, em caso de necessidade.

P - Qual era a orientação?

R – Também dependia do que eles pretendiam no momento.

P - Tem ouvido alguma coisa sobre a vila na rádio (ou em outro meio)?

R – Sim. Muitas vezes.

P - O que falam?

R – “Este programa era muito falado. E o que tornava-lhe ser mais falado era o Posto de Saúde que lá no projecto havia, pois, ajudava a muitos residentes que estavam distantes dos centros de saúde distritais, mas que infelizmente também veio a falir com o declínio do projecto.

P - E o que acha do que ouve na media (rádio) sobre a Vila?

R – “Achava muito bom pois ajudava de tamanha forma, porque mesmo agora que estou aqui a falar, pode existir alguém que tenha comprado para si uma máquina de costura e estar a se virar na vida, graças à formação cuja informação sobre teria escutado na rádio e por aí em diante. O bairro Samora Machel está, acredito eu, a colher bons frutos do que foram as Vilas do Milénio. Mas graças, em parte, ao trabalho realizado pela Rádio em concreto” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

P - O que acha da forma como o Governo (distrital) vos passa a informação?

R – “para mim, direi que são boas e me são fáceis até. Por exemplo, ano passado, quando o presidente da República iria visitar o meu bairro, o governo do distrito convidou-me e anunciou-me e depois voltei, convoquei os meus subordinados e dei a orientação devida do que deveríamos fazer e nos comportar perante a visita do PR” (Agostinho Mathe, a 17 de Janeiro de 2021)

P - Qual é a recomendação que vos dá?

R – Depende do assunto em causa.

P - E o que acha disso?

R – Acho bom.

P - Se pudesse mudar, o que mudaria?

R – Bom, não diria mudar, mas sim, pedido, mas o pedido deve ser dado com respeito, por exemplo, eu vi motorizadas, eu acho que poderiam nos dar para nos facilitar na deslocação porque por exemplo, porque chefe é chefe, se diz às 07 horas temos reunião, cedo já tenho de estar a caminhar, mas devido à distância que temos aqui, principalmente eu que estou muitíssimo distante, eu acho que com motorizadas, se a nós os líderes oferecessem, as coisas estariam melhores.

P - Recomendações ao Governo e à vila?

R – Sobre a vila, gostaria que o governo pudesse devolver o tractor que pertencia ao projecto nas mãos de quem hoje dirige onde funcionava o programa, porque ainda existe e está alguém lá a tomar conta. Então, se o tractor estivesse lá, iria facilitar muito a nós pois poderíamos adquirir-lo a preços acessíveis para o trabalho à terra

P – muito obrigado, vamos dar por terminado a nossa conversa.

### **Fim da entrevista**

### **7.3. Alegria Macuácuá, membro da comunidade e residente, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021**

P - Aqui na comunidade há programas de desenvolvimento da comunidade?

R – Sim.

P - Se disser sim, pergunte qual?

R – Vilas do milénio e Truqueza são os que eu conheço. Mas esse outro está em Chibuto só que já é fora.

P - O que o projecto Truqueza faz?

R – Produz tomate, couve, por aí.

P - E o projecto Vilas do Milénio?

R – Apenas sei que é um projecto que estava ligado à produção agrícola, albergava lá um hospital, que tinha em vista ajudar na redução da pobreza, só isso.

P - Qual é o meio de comunicação que mais gosta de ouvir?

R – Aqui em Chibuto temos a Rádio Chibuto. Mas eu gosto de Miramar, TV Sucesso e TVM. Mas mesmo Stv vejo às vezes.

P - Alguma vez já escutou falar da Vila do Milénio num dos órgãos da comunicação Social (rádio ou Tv)?

R – Falavam na rádio, só que estás a ver quando ouves algo sem que a tua atenção esteja lá? É o que acontecia comigo.

P - Alguma vez já recebeu algum folheto ou panfleto?

R – Não. O que eu já vi é a chapa de indicação do local onde ficavam ou chamava-se Vilas do milénio.

P - O Governo tem promovido programas de desenvolvimento aqui na comunidade?

R – Sim, tem publicado mais ou menos. Tem sensibilizado às pessoas para aderirem, sim. Por exemplo, recentemente, sensibilizaram aos residentes para que pudessem ir às reuniões que teriam como fim a aquisição de uma parcela nessas baixas onde cada um pudesse produzir as verduras básicas. Eu é que nunca participei das reuniões. Mas eu também foi por causa da preguiça (risos).

P - A vila do Milénio local quando chegou aqui na comunidade para iniciar suas actividades informou a comunidade?

R – eu não cheguei de ouvir.

P – neste âmbito, pode-se questionar através das pessoas. Eu, por exemplo, ouvi através de uma vizinha.

se ela não se comunica ou não se comunicou ao chegar aqui, como é que vocês passaram a saber o que ela faz?

R – Através das pessoas. Eu, por exemplo, ouvi através de uma vizinha.

#### **FIM da entrevista**

#### **7.4. Nome: Américo Machava, Líder Comunitário do bairro 25 de Junho, em entrevista a 22 de Janeiro de 2021**

P - Conhece algum meio de comunicação no Distrito?

R – Sim.

P - Qual?

R – Rádio Chibuto

P - O que mais gosta de ouvir nestes meios (dizer o nome do que mais gosta de ouvir).

R – Muito pode se gostar de ouvir. Mas eu gosto de ouvir notícias que dão conta de que o Presidente da República já está a conseguir acabar com a guerra em Cabo Delgado, acabar com a guerra da Junta Militar da RENAMO. Quando ouço notícias do género fico muito feliz pois, por exemplo, não que eu tenha nascido aqui em Chibuto, não, mas vim parar aqui devido à guerra. Então, gosto muito de notícias do género, de conhecer as estratégias criadas pelo governo para com isto, saber que o governo teve suas conversações até a este ponto, enfim, não que não goste de ouvir outras coisas, mas informações deste género são a minha preferência.

P - Já ouviu falar da Vila do Milénio?

R – Sim.

P - Como ou em que circunstância (estava a fazer o quê)?

R – Foi através de uma reunião, onde nós líderes comunitários fomos convocados pelo governo distrital para nos informarem sobre, onde depois veio o ministro da Ciência e Tecnologia, na altura era o Venâncio Mastinhe, para vir fazer a apresentação oficial do projecto. Reuníamos na sede do governo distrital e nas próprias instalações da Vila. Salientar que uma parte dos que estiveram empenhados no projecto aquando da sua chegada encontram-se dispersos desde o declínio do próprio projecto. Há os que ainda usam daquele espaço para produzir de forma individual. E ainda no mesmo espaço, hoje já lá está um produtor de arroz de origem asiática.

P - De que falava?

R – Ao apresentar-nos o projecto, o Conselho Municipal dizia-nos que estava a chegar um programa de passagem de conhecimento para as comunidades sobre as técnicas de produção.

P - Acha que a comunidade já ouviu falar da vila do milénio?

R – Sim.

P - Se sim, perguntar: Como?

R – O governo convocava reuniões connosco líderes e por nossa vez, reuníamos a população de modo a passar o que teríamos tido lá. Até agora trabalhamos assim, em todos os assuntos. Importa ressaltar assim o fazíamos em caso de ser um assunto que a comunidade devesse saber pois há assuntos que apenas deveriam terminar connosco.

P - Quando?

R – Desde a sua chegada no distrito até à altura em que ela funcionava.

P - A informação que davam à comunidade, onde apanhavam?

R – No governo distrital, na voz do Conselho Municipal.

P - Qual era a frequência de falarem sobre a vila com a comunidade?

R – A frequência não era regular. Variava consoante a agenda.

P - Tem ouvido alguma coisa sobre a vila na radio (ou em outro meio)?

R – Sim.

P - O que falam?

R – Importa dizer que não era tão frequente assim ouvir alguma coisa sobre as vilas na rádio Chibuto porque houve um tempo em que esta parou de funcionar. Acredito que só voltou a funcionar ano passado. E outro aspecto que importa aqui trazer é o facto de grande parte da população aqui, por exemplo eu, trabalhar à terra, então, conciliar a escuta à rádio e dar a atenção devida às nossas tarefas na machamba divergia. Por exemplo, já sabemos que a rádio costuma dar “Bom dia Moçambique”, mas eu, nós, nem é sempre que conseguimos acompanhar. Por exemplo, agora, que é tempo do verão, até as 04 horas já estamos na machamba. Então, havia para nós esse impasse.

P - E o que acha do que raramente ouvia na media (rádio) sobre a Vila?

R – Via com bons olhos pois vejamos, a chegada do projecto foi muito benéfica para nós aqui pois, entre outros, permitiu ocupar aquelas edificações antigas para algo útil, quando

antes albergavam pessoas de má-fé. E o que nós sentimos hoje é falta daquele projecto, muita coisa mudou tanto na chegada assim como na saída daquele projecto. Hoje apenas ficou o nome, mas os trabalhos ali feitos já são outros.

P - O que acha da forma como o Governo (distrital) vos passa a informação?

R – É boa, é boa, é boa. Aqui não há que se queixar de nada.

P - Se pudesse mudar, o que mudaria?

R – Nada. A maneira que eles vem utilizando podem continuar a fazer o uso dessa mesma. Por exemplo, amanhã temos visita do Presidente do Conselho Municipal no nosso bairro, fomos chamados e fomos ditos. E algo que nos alegra é que este encontro vai acontecer às 14 horas, uma hora em que nós já teremos voltado das nossas actividades nas machambas. O que pode vir a nos constanger um pouco é se as reuniões forem marcadas para o período da manhã.

### **FIM da entrevista**

#### **7.5. Celestina Siteo, líder comunitária (em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021)**

NOTA: Esta líder tem poucas acções dentro da comunidade pelo facto de não se encontrar em ótimas condições de saúde para exercer suas funções, porém, ainda não houve sinais de a substituírem.

P – Aqui na comunidade, há programas de desenvolvimento da comunidade?

R – Epah! Eu não sou uma das que estão dentro disso, mas não por exclusão, não por falta de conhecimento, todavia, por questões da minha saúde, por recomendações médicas não posso mais frequentar zonas lamacentas e com água.

Mas conheço pessoas que estão dentro desses projectos e tenho acompanhado deles bons relatos pois já fizeram menção várias vezes dos benefícios que eles já teriam obtido ou rendido por estar dentro deles.

P – Para além do projecto Vilas do Milénio, já houve outros com o mesmo propósito que este?

R – Existem machambas em que muitos aqui são proprietários e que quando chegada uma determinada fase, recebem pessoas que lhes orientam em técnicas de produção, agora, o que eu não sei é a quem pertencem essas machambas exactamente, pois como já referi, eu não estou ligada a esses projectos.

Mas sei ainda que há uma fase em que até recebem sementes.

P – Como conhece a Vila do Milénio, digo, quando o projecto chegou, qual foi a informação que voi dada sobre ele?

R – Epah! Isso não sei. Não acompanhei.

P – Através de que meios acompanham a informação aqui no distrito de Chibuto?

R – Isso também não sei.

P – Que meios a Vila usava/ainda usa para passar a informação à comunidade?

R – Isso não faz parte do meu conhecimento, apenas os que estão inseridos no programa.

P – Quando a Vila chegou, teriam recebido alguma informação?

R – uma vez que a Vila foi implantada no bairro Samora Machel, os de lá é que mais abalizados estão do assunto.

P – Vocês de cá 25 de Junho, para terem informação sobre a existência do projecto até para alguns moradores de cá fazerem parte dele, foram reunidos e informados pelas autoridades locais ou foram sabendo dos demais cidadãos?

R – Quando alguém daqui de 25 de Junho quer um espaço lá, apenas vai até lá e dão-lhe uma parcela onde ele/a poderá fazer as suas plantações.

P – Já alguma vez a vossa comunidade teve encontro com o governo local onde teria manifestado o que gostaria de fazer para ajudar no desenvolvimento do distrito?

R – Sobre isso também não lhe quero mentir, talvez conversando com os demais líderes superiores a mim, talvez eles esclareçam-lhe essa pergunta. (Ela faz parte das estruturas locais, é chefe de bloco).

P – Obrigado, mamã Celestina!

**FIM da entrevista**

#### **7.6. Directora do Hospital Rural de Chibuto (entrevista em anonimato, a 15 de Janeiro de 2021)**

P – Já ouviu falar sobre Vilas do Milénio?

R – Sim, já ouvi falar.

P – O que sabe sobre elas?

R – A única coisa que sei sobre as vilas do milénio é que o posto médico que lá havia, em caso de necessidade, transferia os doentes que lá recebiam para aqui. E chegados aqui, de acordo com o tipo de patologia que tivessem, nós encaminhávamos a eles ao departamento certo e lá se beneficiavam do devido tratamento. Essa é a única coisa que eu e meus enfermeiros aqui podemos te dizer. Agora, quando é que surgiu, como, o propósito do projecto, enfim, entre outros detalhes que pudesse precisar de saber, aqui nada mais lhe podemos dizer. A única coisa que sei sobre as vilas do milénio é que o posto médico que lá havia, em caso de necessidade, transferia os doentes que lá recebiam para aqui. E chegados aqui, de acordo com o tipo de patologia que tivessem, nós encaminhávamos a eles ao



departamento certo e lá se beneficiavam do devido tratamento. Essa é a única coisa que eu e meus enfermeiros aqui podemos te dizer. Agora, quando é que surgiu, como, o propósito do projecto, enfim, entre outros detalhes que pudesse precisar de saber, aqui nada mais lhe podemos dizer”

### **FIM da entrevista**

#### **7.7. Nome: Edna Nacodá, Professora da escola secundaria local, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021**

P – Já ouviu falar sobre as vilas do milénio?

R – Já ouvi falar, mas não sei o que fazem lá, não sei onde fica.

P – O que já ouviu da vez em que ouviu falar sobre as vilas?

R – Diziam que roubaram painéis solares lá e desconfiavam que fosse alguém que tivesse sido nosso aluno aqui na Escola.

Já ouvi também que tem machambas, mas se tais machambas pertencem à vila ou não, não sei. Enfim, é isso.

### **FIM da entrevista**

#### **7.8. Félix Júnior, Jornalista da RC de Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021**

P - Qual é a situação da difusão de informação pública no Distrito?

R – a situação de difusão de informação pública aqui no nosso distrito está muito boa. Ainda não verificamos nenhum sobressalto quanto a isso. Tudo o que acontece a nível do distrito ficamos a par e a seguir fazemos chegar ao público ou à comunidade.

P - Quantas rádios, Tvs ou Jornais existem?

R – Até aqui só temos uma e única rádio, esta a comunitária de Chibuto. Ainda não tem televisão, não tem jornal ainda.

P - Qual é a situação da internet (acesso a todos os meios)?

R – Há anos estava crítica até à chegada da ESNEC (Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto) que montou wireless, daí, todo aquele que tivesse acesso à senha, usava. Até que o governo local, sendo um projecto nacional, montou o Wireless ou internet grátis no jardim da vila. Assim, qualquer um que tiver um telefone que acede a internet, estando numa região onde possa captar, faz o uso do mesmo. É gratuito.

P - Quem são os grupos (etários/status) que fazem maior uso deles?

R – Digamos que todos fazem uso, mas maioritariamente a camada jovem.

P - Qual é o meio de comunicação preferido pela comunidade na busca de informação?

R - É a rádio comunitária. E olha que com muita adesão.

P - Por quê?

R – Quero acreditar que seja pelo facto de ser a única até aqui a operar, nós já conquistamos o público. Ainda que venham outros meios, digamos que a nossa rádio é a mãe.

P - Qual é o meio mais acessível para a comunidade local?

R – É a rádio. Chegamos a grande parte da província.

P - Qual é o alcance/impacto deste meio?

R – O impacto é positivo. O nosso raio vai até ao distrito de Guija, Chókwè, Macia, Manjacaze, Xai-Xai e uma parte de Chidenguele.

P - Qual é a importância da comunicação no contexto social?

R – A comunicação para o contexto social é muito importante pois para que a comunidade fique a par dos trabalhos do governo deve existir a comunicação. É por isso que deve existir um meio de comunicação para que sirva de elo de ligação.

P - E qual é o valor que a comunidade dá aos processos de difusão pública?

R – A comunidade valoriza no extremo máximo da importância. Nós conseguimos perceber isso, o feedback, o calor do público. Por exemplo, quando há um desmando na comunidade, é normal que até mesmo antes do governo saber e/ou intervir, seja a população a contactar a rádio e nós depois vamos até lá com as autoridades competentes.

P - Na sua opinião, a comunidade conhece a Vila do Milénio?

R – Conhece, com certeza.

P - Se sim, como?

R – Aquando da chegada do projecto no distrito, primeiro, fez-se um trabalho para o seu conhecimento. Foi através da rádio comunitária de Chibuto (é de se explicar que isto aconteceu dentro do memorandum de entendimento entre a RM e o ICS, onde as rádios comunitárias apenas retransmitiam os conteúdos, sobre as vilas do milénio, previamente traçado por estas duas instituições) e também através da televisão, TVM, antena nacional. Quanto ao uso da internet, concretamente, as redes sociais, vou com um pé atrás pois pelo menos aqui, os adultos dificilmente usam as redes sociais e a meu ver, o projecto, entre outros, interessava mais os adultos. O que eu notei que não houve foi a mobilização social através de megafones, enquanto eu penso que de todos, este método é o mais abrangedor. (Félix Júnior, Jornalista da RC Chibuto, em entrevista a 20 de Janeiro de 2021).

P - Qual é o papel da vila do milénio no desenvolvimento local?

R – Já é do nosso conhecimento que a vila do milénio propriamente dita, aqui já decaíu. Mas ela teve um papel muito importante no desenvolvimento local. Ajudou a comunidade. O facto de ter empregado alguém por um tempo, durante esse tempo, essa pessoa teve, dali, o seu ganha-pão e isso é muito bom. Foi muito importante.

P - A vila consegue fazer cumprir esse papel?

R – Cumpriu, sim.

P - Se sim, como?

R – Empregou uma parte comunidade.

P - Como profissional, tem explicado da importância do uso da media à comunidade? Se sim, Como o faz?

R – Ainda devemos intensificar. A media é valorizada. Ainda há um trabalho de base a ser feito para que as pessoas não comprem apenas CD's para escutar, mas saibam também escutar a rádio. Que saibam que, por exemplo, para além de muitas outras notícias do nosso interesse, na rádio, também, vamos acompanhar o comportamento do tempo. Verificamos nos últimos tempos, o registo de temperaturas altas, a ocorrência de ciclones, é necessário que saibam que estas e muitas outras vamos acompanhar na rádio. Temos explicado, sim. Que a rádio é o elo de ligação. A rádio é o ouvido. É a vista imaginária das coisas.

P - Como a comunidade se sente em relação a isso?

R – Confortável, muito confortável. Às vezes temos tido paragens devido à avarias técnicas, mas sentimos a reacção dos ouvintes, ligam a procurar saber o que está a acontecer. Recebemos aquele calor. Nota mil.

P - Qual é o impacto da sua abordagem sobre o assunto (falar da media)?

R – É muito positivo.

P - E alguma vez já falou no seu meio sobre a vila do milénio e sua importância?

R – Já, sim. Todavia, aqui, importa eu retrazer o que já disse, a questão da retransmissão. Os conteúdos já vinham desenhados. O nosso papel era apenas de garantir que tudo estivesse ao nível da linguagem do nosso público. Traduzíamos à nossa língua local, Xichangana.

P - Se sim, qual tem sido a abordagem?

R – A abordagem virava em torno do que é a vila do milénio, onde se localizava, entre outros detalhes. Realizávamos entrevistas com os pontos focais do projecto. E chamávamos a atenção dos ouvintes nos programas antecedentes a acompanharem o programa X sobre as vilas do milénio à hora Y, onde terão isto.

P - Como é que a comunidade olha para esses aspectos?

R – Com interesse, muito interesse. E aqui tenho de frisar que o que mais tornava mais interessantes os programas da vila do milénio, é que as pessoas viam com o olhar de ganhar alguma coisa.

P - Quando fala da vila do milénio no seu meio de quem tem sido a iniciativa: sua ou a vila faz uma proposta?

R – Não sei de quem era a iniciativa, pois como já disse, nós apenas recebíamos os conteúdos e já traçados até.

P - Qual é que tem sido o posicionamento da comunidade em relação à informação?

R – Era positivo pois conforme já referi, a cada vez, interessava a mais pessoas.

P - Qual é o relacionamento do seu meio com o Governo distrital?

R – Dos melhores. Não há nenhum evento que o governo realiza sem antes ter convidado jornalistas. E ainda mais, só para ver, o governo traz até nós o seu plano semanal. A relação está saudável, muito saudável.

P - Alguma vez o meio (jornalistas) sofreu ameaça?

R – Não.

P - Qual é que tem sido o posicionamento do Governo sobre o trabalho do seu meio?

R – Sempre louvou muito o trabalho da rádio de Chibuto. O governo tem dado a sua mão para a realização do trabalho da rádio, quanto à disponibilização de informação. Só para ver, mesmo para a troca das torres da nossa Estação, temos de informar a todos os sectores do governo, pois iriam ligar para perguntar o porquê do apagão. O governo sempre apoiou a rádio.

P - Qual é a participação do Governo na gestão dos programas da vila?

R – É uma questão muito difícil de responder, porque de uma ou de outra forma o governo sempre participou. Mas como participou não posso estar aqui a inventar.

P - Na sua opinião, qual é a via mais flexível e eficaz no contacto com a comunidade?

R – A mobilização social, através de megafones, pegamos um carro e montamos porque este meio vai chegar até onde mesmo a rádio, a televisão não chegam. Olha, para sintonizar a rádio é necessário que a pessoa tenha o aparelho, televisão envolve mais custos até. Nesta questão, vamos olhar para os cidadãos de baixa renda, que ao amanhecer só conseguem dinheiro para comprar pão e 1kg de farinha para o jantar, já pergunte-se se estes terão dinheiro para comprar o aparelho.

P - E se tivesse algo por mudar em termos de difusão pública de informação, o que mudaria?

R – Não diria mudar, mas fortificar-se os equipamentos. Por exemplo, quando chegam as calamidades, queríamos que os ouvintes ficassem a par de tudo, mas não é possível fazer isso

porque o equipamento X e/ou Y estão estragados. E também o elo de ligação do meio e o governo, quanto à passagem de informação. Não diria mudar, mas fortificar-se ainda mais e/ou melhorar-se cada vez mais, pois o caminho é a frente.

P – muito obrigado. Chegamos ao fim da nossa entrevista

### **Fim da entrevista**

### **7.9. Henriqueta Francisco Sitóe, beneficiária dos serviços da vila, residente na comunidade Samora Machel, entrevista a 2 de Fevereiro de 2021)**

P - Aqui na comunidade há programas de desenvolvimento da comunidade?

R – O Vilas do Milénio veio no ano de 2006, sim, entrou em 2006, trabalhamos com ele até que se passaram 5 anos. Veio com a veia de produção deixando ensinamentos de técnicas de produção agrícola e não só. Chegou com o propósito de enriquecer a produção, mas empregando pessoas para trabalhar no seu seio. Eu estava no grupo dos que trabalhavam à terra, eu ia, sachava, registava a minha presença e voltava à casa. Ensinou-nos técnicas de trabalhar à terra, de plantação, irrigação e de preparação de viveiros.

Passados os cinco anos em que trabalhamos com a Vila do Milénio, não houve nenhum outro projecto que teria chegado com propósito de trabalhar connosco, ensinando-nos ou ajudando-nos a produzir, assim, todos que trabalhavam na gestão financeira desapareceram, naquelas machambas só ficamos nós que trabalhávamos a terra naquela altura em que o programa funcionava não temos nenhum projecto. O que nós fizemos foi criar uma nossa própria associação, nós que permanecemos e como na altura do projecto, nós apenas produzíamos e depois da colheita, víamos a nossa produção a ser comercializada pelos responsáveis por isso, agora, nós trabalhamos aquela terra, plantamos, irrigamos as plantações e no momento da colheita, cada um faz a gestão da sua própria colheita. É nesta situação que nos encontramos agora, não temos nenhum projecto.

P – Não estão a ser geridos pelo governo do distrito?

R – Não. Somos geridos pelo Serviço Distrital de Actividades Económicas. É este sector que nos aviva, envia técnicos para nos orientar no trabalho, distribuem sementes, avaliam a existência de pragas, avaliam a vida das plantações, mostram-nos as sementes que condizem com essa época, eles são o nosso auxílio, mas o trabalho é por nossa vontade.

P – Todas as sementes que vocês plantam é este sector que vos traz?

R – Não. A maior parte nós é que compramos na loja, eles trazem alguns tipos de sementes, mas não são fortes, quando alguém deseja fazer uma determinada plantação, a principal opção pela qual opta é ir efectuar a compra na loja.

P – Antes da chegada do Vilas do Milénio, não chegou de haver um outro projecto com um objectivo similar?

R – Houve um que quis se juntar a nós. Veio um senhor da zona norte do país, disse que queria se juntar a nós em jeito de projecto, mas nem um mês findou a estarmos com ele, desapareceu da nossa vista, então, praticamente, não nos ajudou em nada. A única coisa com a qual nos havia deixado é uma máquina.

P – Máquina de quê?

R – Era uma máquina de irrigação.

P – Ainda funciona?

R – Não, estragou-se faz tempo, por ficar na água por muito tempo. É que nem os dois tractores com os quais a Vila do Milénio nos havia deixado, já estavam estragados, então, tanto para trabalhar a terra, é pela nossa força braçal, quanto para irrigar, é mesma coisa.

P – Certo. Deixando esse assunto um pouco de lado, que canais de passagem de informação pública conhece aqui no distrito de Chibuto?

R – Hoooh! Nada posso dizer em relação a isso porque estou sem aparelho radiofónico nem televisivo já há dois anos. Mas na altura em que ainda possuía, acompanhava o decurso da produção em outros locais e daí eu ganhava inspiração por ver outras mulheres produzindo, vendo a produção de outras comunidades, todavia, já não tenho o aparelho de rádio nem de televisão, agora só restou a minha pessoa aqui, o meu aparelho radiofónico, agora, é a enxada.

P – O que gostava mais entre rádio e televisão?

R – Eu gostava mais de televisão porque conseguia não só ouvir, mas também ver o andamento de outros povos e dali eu dizia para mim mesma que aquela mulher não me pode superar porque ela também possui dois braços e é bípede como eu.

P – A Vila vos dizia algo através destes meios?

R – Posso testemunhar pouco quanto a isso pois aquando do funcionamento do projecto, os que estavam nos escritórios que acompanhavam mais informações através de televisão e rádio. Eu pouco escutava rádio.

P – Mas quando ainda possuía os seus aparelhos de rádio e televisão, teria alguma vez acompanhado alguma informação sobre as Vilas do Milénio?

R – Apenas pude acompanhar sobre o andamento das Vilas do Milénio de Chókwe e de outros sítios, onde até pude perceber que que nos tais sítios, já não estavam os proprietários, mas as vilas ainda funcionavam, diferente da nossa, aquela faliu mesmo.

P – Os líderes comunitários faziam reuniões convosco para vos falar sobre este projecto ou algo sobre ele que a vós interessasse?

R – O projecto não chegou de ter nenhum líder que reunisse as pessoas e falar-lhes sobre. Tudo acontecia ali mesmo, entre eles.

CONTINUA

P – O governo distrital tem incentivado à comunidade para participar de projectos do género?

R – O governo tem sim, incentivado, mesmo para estarmos a trabalhar estas terras (apontando) o governo é que nos incentivou.

P –Faz/zia-o através dos líderes comunitários?

R – Sim.

P - A vila do Milénio local quando chegou aqui na comunidade para iniciar suas actividades informou a comunidade?

R – Sim, informou.

P - Se disser sim, perguntar, como é que informou?

R – Foi através de uma reunião convocada. E nós fomos para lá dar boas vindas.

P – O que lá foi dito?

R – Foi dito que aquele era um projecto a chegar aqui no distrito com o propósito de incentivar a produção agrícola comunitária, transmitindo saberes sobre isto e de facto transmitiu, eu não sabia que cultivar à terra tinha técnicas, mas com aquele projecto foi possível saber e aprendemos muito.

P - A comunidade terá dito alguma vez ao governo distrital quais programas queria desenvolver como mecanismos de seu desenvolvimento local?

R – Sim. Nem foi uma vez, todavia, ainda não vi nenhum desses pedidos materializados.

P – O que a população pedia mais?

R – Nós pedíamos mais sementes, sementes de diversas culturas para podermos produzir e ajudarmo-nos a nós mesmos, não pedíamos algo já produzido, que nem farinha de milho, porque isso só iremos comer e ficar por aí, mas se nos derem sementes de milho, repolho, mandioqueira, entre tantas outras culturas, nós iremos produzir e não só por uma vez.

**FIM da entrevista**

**7.10. Marta Macome, beneficiária dos serviços da vila do milénio, residente na comunidade Samora Machel e chefe do processo de recrutamento do pessoal para se beneficiarem, em entrevista a 2 de Fevereiro de 2021.**

P - Aqui na comunidade há programas de desenvolvimento da comunidade?

R – O projecto vilas do milénio entrou aqui no nosso bairro Samora Machel no ano de 2006. Teve produtividade. Esta produtividade deu-se na medida em que alguns do nosso bairro tiveram machambas e produziram nessa machambas, havia os que estavam na produção de

frangos, puderam produzir e vender frangos e ganharem algo por isso, até que o proprietário despediu-se e apartou-se de nós.

P – Para além do Vilas do Milénio, já chegou de haver outros programas com o propósito de desenvolver o bairro ou distrito?

R – Para o desenvolvimento do nosso bairro, Samora Machel, recebemos e destacamos o Vilas do Milénio porque houve muita produção por parte deste projecto que proporcionou diferentes ganhos. Produção, por exemplo, da cebola e muitas verduras. Até que chegou um tempo onde recebemos um apoio do CCM, com o qual disseram-nos que nós deveríamos produzir e nos seriam regadas as culturas. Produzimos, por exemplo, o milho, e nos era regada a plantação, produzimos cebola, também nos foi regada, esse projecto também o recebemos e estivemos nele.

E foi depois disso que veio já a entrar o projecto de vilas do Milénio, cujas machambas são estas, é aqui onde funcionava o referido projecto Vilas do Milénio (falava apontando às tais machambas).

E para além disso, houve uma fase em que foi aqui lançado um projecto de produção de arroz, mas eu trabalhei nesse projecto, estava num outro depois destas machambas.

P – Através de que canais aqui no distrito de Chibuto acompanham a informação?

R – Através da televisão e da rádio.

P - Qual é o meio de comunicação que mais gosta de acompanhar?

R – Televisão.

P - Por quê?

R –É que quando você liga a televisão há-de ouvir e ver tudo aí mesmo. Eu gosto da televisão por isso.

P - Alguma vez já escutou falar da Vila do Milénio num dos órgãos da comunicação Social (rádio ou Tv)?

R – Sim, a vila informava-se à população através da media, mas o que mais se informava é o projecto que me refiro ter se instalado lá do outro lado. Mas a vila usava sim esses meios porque foi através dele ou da sua movimentação até que acabamos tendo corrente eléctrica.

P - Utilizavam a televisão ou rádio?

R – Utilizavam a Rádio Moçambique.

P – Para além de utilizarem os meios de comunicação social, que outros meios o projecto Vilas do Milénio usou para passar a informação à comunidade?

R – Utilizava-se também as reuniões, em que eles nos convocavam e diziam-nos o que eles tivessem dessa tal vez.



P – Recebiam também panfletos?

R – Sim, não. (Foi o que ela disse)

P - O que acha acerca da informação que ouve falar nos meios de comunicação?

R – Eu achava aquilo bom, pois de alguma forma tinha em vista o desenvolvimento do nosso bairro. Por exemplo, um dos benefícios que se obteve disso tudo foi ter-se uma fonte de água para irrigação das plantas. Irrigava-se toda aquela outra parte para permitir sucesso no que se fosse futuramente plantar nestes sítios. Por exemplo, mesmo o projecto de produção de arroz que lá agora decorre ainda recorre à irrigação proporcionada por esta fonte.

P – Este de plantação de arroz, em curso, que refere, está de alguma forma ligado às Vilas do Milénio?

R – Não.

P - Aquando da sua chegada, o projecto Vilas do Milénio teria informado à comunidade?

R –vem para dar apoio às comunidades. O projecto Sim, informou. Quando aquele projecto chegou, reuniu-nos e nos informou que vinha para ajudar a população local. Ajudar no sentido de as pessoas trabalharem para este projecto e eu lhe retribuir por isso, mas isso não aconteceu plenamente por falta do devido empenho da nossa parte, por isso, o que se chegou a ter como ganho vivo é a obtenção de machambas.

P - A comunidade terá tido chance de se encontrar com o governo e nesse encontro, ela ter espaço para dizer quais programas queria desenvolver como mecanismos de seu desenvolvimento local?

R – Já houve sim espaço, “nós como comunidade manifestamos pedido de ajuda em meios de irrigação porque plantávamos, mas por falta de irrigação, a nossa produtividade não saudável. Só demorou, mas houve um tempo onde se abriu uma fonte de irrigação onde cujo proprietário do projecto de plantação de arroz em curso, faz uso.

Entre outros, esta fonte de irrigação permitiu e ainda permite a irrigação de diferentes plantações, como tomate, cebola, repolho e muito mais.

P - Esta fonte de irrigação foi lançada pelo governo local?

R – Não, não pertence ao governo. Pertence a um privado.

P – Sendo de um privado, quais são as condições para o seu uso?

R – A pessoa vai pedir um espaço para produzir, eles dão. A pessoa planta e paga um valor a eles para a irrigação das suas plantações, e finda a época, a pessoa colhe o que é seu.

P – No momento da colheita, a pessoa não chega de partilhar com eles alguma parte?

R – Não, apenas efectua um pagamento pela irrigação.

P – O que acha do valor que efectuam para beneficiarem da irrigação?

R – Acho acessível, só é desafiante nos tempos actuais em que mesmo para respondermos a esse acessível é muito difícil.

P – Teria havido programas de desenvolvimento lançados pelo governo local e que no momento do seu lançamento, o governo ter chamado as comunidades a abraçarem-nos?

R – Os encontros que eu tenho na minha memória são do projecto Vilas do Milénio porque quando esse projecto estava a funcionar, nós nos reuníamos toda a hora.

Depois disso, só vimos a entrada de outros projectos, como esse de plantação de arroz que me referi, mas não chegamos de ser informados.

P – E o que acha do facto de não terem sido informados?

R – Eu acho isso negativo, pois a comunidade local sempre é a base.

### **FIM da entrevista**

#### **7.11. Verónica Joaquim Muthevuye, residente na vila de Chibuto, em entrevista a 14 de Janeiro de 2021**

P - Aqui na comunidade há programas de desenvolvimento da comunidade?

R – O único projecto que eu conheço aqui é este das vilas do milénio. Isto até porque o meu marido ainda em vida, tinha um posto de saúde lá. E como há um amigo dele que ainda vem aqui em casa, em caso de já ter havido um outro, teria nos informado, mesmo nas reuniões já teriam nos dito. Não há outro que eu conheça ligado a isso.

P - Como a conhece?

R – Epah, não quero mentir para si, meu senhor, detalhes sobre esse projecto não estou em altura de dar pois ele esteve a operar por muito quando eu me encontrava a residir em Namaacha e cá só voltei para vir cuidar do meu marido que já adoecia e esse programa já tinha entrado em declínio, por aí 2016, 2017, foi quando eu voltei a Chibuto. Os que estão muito abalizados sobre esse programa são os do bairro Samora Machel pois é onde havia sido implementado. Nós cá os 25 de Junho só vamos até lá para ter uma parcela e poder produzir o bocado que podemos e nos ajuda aqui em casa. Mas de onde tudo surge e onde tudo termina, sinceramente falando, não sei.

P - Qual é o meio de comunicação que mais gosta de ouvir?

R – Haaaaa eu gosto de escutar rádio. Mas essa coisa de projectos ainda não acompanhei muito bem. O que eu acompanho, isso quando sintonizo a TVM, é que em outros sítios como Manica, Sofala, e por aí em diante, existem programas ligados ao desenvolvimento que lá implementaram, desde a criação de pintos, projectos de postos de saúde, de produção de produtos alimentares, tanto que numa dessas vezes a acompanhar uma reportagem onde mostravam os produtores a dizerem a quanto vendem tais produtos, cheguei a me sentir

tocada e só me vi a reconhecer que nos tais sítios vivem bem pois até os preços nos quais vendem são baixos. Até em Namaacha onde estava, participei de um projecto de produção agrícola financiado por organizações internacionais, só durou por 6 seis meses, mas ajudou-nos muito bem, mas aqui, não, não posso mentir.

P – Mas entre rádio e televisão, o que a senhora gosta mais de acompanhar?

R – Gosto mais de rádio.

P - Por quê?

R – Porque o rádio eu escuto onde eu estiver, desde que eu queira, mas televisão tu só vês aí mesmo de depois saís. Aqui em casa, por exemplo, desde sexta-feira até domingo, nem desligamos rádio. Até posso sonocar, mas o rádio está lá a funcionar, desperto, encontro o rádio no ar. Mas a estação que eu mais gosto de acompanhar é a rádio Matola. Agora, não sei se é por eu não acompanhar muito as rádios comunitárias locais, como Xa-Xai, Chibuto, que eu não fico muito a par dos projectos de desenvolvimento locais.

P – Obrigado!

**FIM da entrevista**

### **7.12. Sérgio Zau-Zau, actual Gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chibuto ( entrevista realizada a 26 de Janeiro de 2021)**

Pergunta (P): Sim bom...., a primeira curiosidade que eu teria seria perceber seria de ouvir da vossa opinião o que são essas vilas de milénio de desenvolvimento e em que contesto elas surgiram e por que elas surgiram.? enfim um pequeno histórico em relação ao surgimento das próprias vilas do do milénios. E o que elas são, antes..?

Resposta (R): Bem eeh.... o historial das vilas do milénio talvez nós não seríamos as pessoas indicadas para darmos o historial sobre o surgimento das vilas do milénio...

P: das vilas do milénio, sim, sim.

R: porque digo isso? porque o programa vilas do milénio era uma instituição independente e com um financiamento externo, porque naquela altura não tinha uma ligação direta com o governo do distrito, havia uma prestação de contas mas muito indireta. Só vimos aquilo que as vilas do milénio faziam, sobre o uso do fundo e não uso do fundo o governo não entrava, só víamos acções .... e o governo visitava as vilas do milénio e ver o que estava a fazer, mas não tinha-se uma ligação tão forte assim, porque o programa tinha o seu coordenador tinha o seu admirativo e tinha os seus funcionários para o funcionamento das vilas do milénio, e quem segurava o salário desses funcionários era o, era o, tinham o financiamento externo.

P: exactamente. Mas um um...

R: então com o tempo quando começaram a ter problemas de funcionamento, fizeram uma passagem da vila do milénio para o governo do distrito e o governo do distrito indicou funcionários para poderem estar lá a desenvolverem ou assegurarem o funcionamento das vilas do milénio, neste caso depois daquela fase que eu lhe falei foram indicado três funcionários, que foi um coordenador e dois assistentes.

P: e esses saiam do SDAE? Uma vez que...

R: Esses saiam do governo do distrito, foram fazendo o que foram fazendo e porque a vila do milénio uma das atividades característica ou actividade predominante das vilas naquela na vila lá na na vila do milénio era a atividade agropecuária. Acabou se passando a gestão da vila do milénio para a gestão do SDAE. Então quando passa-se a gestão da vila do milénio a gestão do SDAE, levamos, só conseguimos ter dessa dessa passagem uma funcionária que está a trabalhar connosco aqui. E o que nós estamos a fazer através de extensão temos extencionistas estão lá a assistir, está um extencionista indicado pra fazer assistência ao povo, então eu posso dizer que naquela altura que tinha financiamento e agora que não tem financiamento, a vila do milénio agora é que está a fazer um trabalho possível não sei se já passou por lá pra ver as produções que está a acontecer no terreno?

P: não, ainda não tive a chance de passar por lá.

R: então, Em resumo posso dizer isso.

P: Então por aquilo que hoje e o que podemos dizer que são as vilas do milénio?

R: Bem, como bem disse que as vilas do milénio é um projecto para desenvolvimento...

P: surgiram para? (sorrisos) ou por que é que surgiram?

R: posso até...

P: sim, porque ... exactamente. É mesmo essa ligação

R: a vila do milénio surgiu para desenvolver a comunidade Samora Machel. Não se se....

P: sim, percebo.

R: foram concebidas as vilas do milénio para desenvolver a comunidade Samora Machel.

P: ok. Somente a comunidade Samora Machel?

R: exactamente. No tempo que foi concebido o projecto. Neste caso para desenvolver a comunidade Samora Machel. Neste caso, o projecto vilas do milénio tinha a componente saúde, tinha a componente da agricultura, tinha a componente ambiente, é ambiente? Essa coisa de sanidade, não sei ambiental (saneamento do meio) saneamento do meio ambiente. Yaa!

P: certo.

R: Na componente da agricultura tinha capoeiras, tinham três capoeiras e as três capoeiras tinham beneficiários em que o técnico tinha que apoiar aqueles beneficiários em produzirem os frangos, produzidos sentava-se pra fazer a contabilização depois da contabilização, depois da contabilização ficava o valor da aquisição de ração e outros elementos...

P: sim, para a continuidade do projecto.

P: para a continuidade do projeto. O lucro era dado às senhoras que eram as beneficiários.

P: Esses beneficiários eram pessoas que trabalhavam na produção de frangos.?

R: Exatamente, aí mesmo.

P: ok.

R: eram, havia havia havia-se criado dois grupos, um grupo entrava neste neste lote de produzir depois da comercialização o próximo lote entrava um outro grupo neste caso eram seis grupos por que as capoeiras eram três... é isso. (pausa).....eram quatro grupos as capoeiras eram duas. Depois com o tempo criou-se mais uma capoeira que era pra apoiar as crianças vulneráveis e as mesmas crianças vulneráveis eram as promotoras de frangos e tiveram o que tiveram mas também uma coisa que é dada à comunidade as vezes as próprias beneficiárias sabotam. O que acontecia? se entrassem naquela noite enquanto os frangos já são grandes em algum momento tiravam vendiam à maneira, aquele grupo que entra naquela noite, porque depois elas se subdividiam em grupinhos naquele conjunto de senhoras. Subdividiam-se em grupinhos numa de eipah, vocês hoje vão entrar e nós vamos entrar amanhã. Então há grupo que se fazia de esperto e durante a noite tirava ia deixar em casa e comercializava à maneira e quando chegava o tempo de se fazer a contabilidade havia sempre um desfalque dos frangos. Então isso acabou fazendo com que o número de frango que sempre se metia reduza e chegou certo tempo que o negócio acabou mesmo falindo. O apoio tiveram e de novo haver uma isenção dos fundos, mas como haviam fixado aquilo de que se nós cairmos vamos ser apoiados...

P: atuavam da mesma forma.

R: atuavam da mesma forma. Então, Eu dizia que o projeto foi concedido para desenvolver a comunidade Samora Machel, aqueles é que eram os donos do dinheiro, estás a ver? recebiam instruções mas já se sentiam como donos do dinheiro, então faziam e desfaziam. No assunto de saúde.

P: sim, acompanhei que eles tinham clínica

R: havia um posto de saúde ali mesmo e funcionou por muito ali e a vila do milénio chegou um certo tempo que queria fazer um centro de saúde lá dentro da comunidade, no centro da comunidade, aliás, no centro do bairro Samora Machel, chegou de mandar fazer a planta só que houve uma complexidade na produção da planta do hospital porque muitas das vezes as plantas tem um feitio, as plantas do hospital, são plantas típicas do hospital, então houve em algum momento alguma complexidade, mas chegou de se produzir blocos colocou-se pedras,

só faltava mesmo ferros e cimento para o início das obras. Quando as vilas do milénio passou a ter dificuldade porque o financiador já havia parado de injetar os fundos a própria comunidade vendeu pedras, vendeu blocos e ficou sem nada. Mas mesmo assim como viu se a necessidade de se fazer um centro de saúde, o concelho municipal da cidade de Chibuto fez um centro de saúde

P: nesse mesmo sítio.

R: lá no mesmo sítio.

P: e só para perceber um pouco mais, tem uma coisa que só está a surgir agora, com que eu teria perguntado ao secretário do Bairro. Como é que era feita, Como é que as pessoas aderiam aos serviços quanto ao pagamento? Efetuavam algum pagamento para serem atendidos e se efetuavam como é que era, ia de acordo com os pagamentos que se efetuava nos serviços público, como é que era?

R: O que acontece é que o projeto de milénio, o projecto tinha a componente posto de saúde, mas os que trabalhavam no posto de saúde eram enfermeiros públicos, eram enfermeiros públicos e os medicamentos

P: eram também de serviço publico...

R: eram do serviço público. E então, o atendimento era um atendimento normal....

P: certo. Apenas foi uma expansão da rede de sanitária.

R: exactamente.

P: está certo.

R: é claro que haviam já alguns reformados, haviam técnicos que recebiam fundos externos mas também haviam alguns enfermeiros que são, para dizer que os serviços, eram até assegurados a esses, eram públicos.

P: Está certo. Esta por acaso é uma boa informação que acabo de ter porque o chefe do bairro apenas tinha me avançado que o projeto tinha parado ele não tinha muita informação sobre a continuidade sobre o estado da continuidade uma vez que este projeto continua mas desta forma como explicou na pergunta anterior.

Na tua opinião o que acha que poderia ser pertinente ser remodelar para que o sucesso daqueles que são os objetivos desta vila da maneira como a funcionar hoje, o que é que acha que poderia ser remodelado para que fosse considerado um Projeto de sucesso?

R: Há muita coisa que ficou remodelado ficou ultrapassado porque agora quando estamos a ver vilas do milénio estamos a ver o SDAE. Saúde já não está lá, saneamento do meio não está lá, está a ver, e então, nem educação não está lá, porque havia a componente também

educação havia alfabetização de adultos, havia informática que havia me esquecido de referenciar...

P: sim, por acaso, ihim...

R: então isso já não existe. Havia também a componente de de de, havia a capacitação eram formação de ...

P: de corte e costura...

R: de corte e costura...

P: sim, avançou-se o chefe, sim.

R: mas agora já não existe então só é a parte da agricultura só neste exato momento.

P: Então na tua opinião.?

R: Na minha opinião, na minha opinião, se havia uma maneira talvez de fazer desenvolver as vilas do milênio podia ser talvez de haver algum financiamento e esse financiamento assegurar, assegurar o sistema de irrigação que existe nas vilas do milênio.

P: e hoje ainda está em funcionamento este sistema de irrigação.?

R: Está mas de uma forma dificultada porque depois houve algumas sabotagens. Tinha uma eletrobomba e tinham uma moto bomba que puxava a água dos rios pra o sistema de regadio, mas também tinha que se expandir o sistema de regadio porque toda vila do milênio aproveitava então depois tinha que se criar talvez uma associação, aliás existe uma associação mas a associação tinha que ser capacitado de modo a produzir para a comercialização, neste caso, tinha que ser uma associação que tem todas as ferramentas de agro negócio contabilidade, contabilidade organizada e tudo mais. Então se nós queremos desenvolver toda a comunidade não é possível mas aquelas pessoas interessadas ficarem preparadas pra produzir como deve ser eu acho que na minha opinião estaria tudo bem. As pessoas que estão agora são pessoas que estão preocupadas em produzir, mas tem dificuldades, tem dificuldades...

P: por causa dos meios de produção....

R: por causa dos meios de produção se eles tivesse um sistema de regadio operacional tivesse um equipamento agrícola, neste caso o trator e suas alfaias, e existe alguma coisa que nós às vezes fazemos e achamos que estamos a ajudar a comunidade mas não estamos a ajudar.

P: Neste caso o que seria?

Heee...eu fui tirando algumas provas às vezes nós trazemos alguns programas, programas de apoio às comunidades. Eu trago, por exemplo, comida eu digo eipha vamos produzir e quem produzir hei de dar no fim do mês vai ter algum subsídio ou vai ter quantidade X de comida aquilo ai é manter a pessoa na sombra da bananeira a pensar que sempre haverá comida logo

que acaba comida deixa de trabalhar mas se existem pessoas que a produção está na veia das pessoas eu acho que são essas pessoas que precisam de algum empurrão para poderem desenvolverem porque da sua produção eu hei de ter e os outros também aonde ter.

P: Então, na sua opinião deveria se olhar muito nas pessoas que serão incluídas nesse processo? deveria haver um processo de seleção de pessoas realmente engajadas no processo.?

R: Exatamente. Agora na parte da educação no caso de querer se reativar há uma coisa que vilas do milénio fazia de bom tinha uma sala de informática e todas as pessoas da cidade da comunidade iam se formar lá.

P: E os preços eram acessíveis.?

R: Não me lembro se pagavam. Os serviços não eram pagos, não eram aquilo era gratuito as pessoas formavam-se e eram passados os certificados. Eu acho que isso é bom. Eu acho que é um dos projetos que eu acho que tinham que ser promovidos nem que fosse para se pagar uma taxa para porque tudo o que é gratuito as pessoas não dão valor, está a ver, tudo o que é gratuito, as pessoas não dão valor, mesmo sendo uma coisa de qualidade porque você não está a cobrar nada não valorizam, então mas eu acho que é um dos projetos também que podia ser levado avante mesmo o projeto de corte e custara é um projeto que cria auto emprego para as pessoas conheço muitos jovens que agora são modistas e alfaiates por causa de vilas do milénio. Então...

P: Então, falando, uma vez que sabemos todos que é um projeto nem, quer dizer, todo projeto é novo numa primeira fase o projeto e traçado depois vai se implementar tendo em conta pra este projeto em concreto foi implementado num sítio em que enfim pode se encontrar alguém que pudesse fazer parte desse projeto mas então qual é que seria, mas nós sabemos que é necessário adicionar alguma coisa na mente dessa pessoa antes de entrar no terreno, qual é pra si o procedimento que era usado pra a transmissão desse conhecimento seja científico ou tecnológico para que pudesse se fazer o uso, o que é que se privilegiava, em concreto?

R: Não percebi a questão.

P: o que é que se privilegia, o meio que se privilegia pra se poder passar o conhecimento seja científico seja tecnológico a estas pessoas que farão parte desse projeto pra que o projeto possa, para nós possamos alcançar os objetivos que nós queremos , as então, as pessoas que estão envolvidas nalgum momento precisam de algum de alguma capacitação, nem ao fortalecimento no trabalho que vão estar a fazer. Então, qual é a forma, o meio, o procedimento para podermos

R: o meio que se irá usar?

P: sim, para se transmitir, sim.

R: a transmissão.



P: do conhecimento, sim

R: bem, os meios (pausa)

P: sim, para a transferência do conhecimento.

R: bem, quase o meio era o mesmo de quase existir em cada área, nem, uma estrutura de um formador, digo isso por que, porque na parte da educação tinha um alfabetizador que ele foi tirado

P: do serviço público

R: de um serviço público. Podia ser um reformado que foi puxado para lá. E este tinha um contacto directo com com as pessoas, então, havia uma comunicação directa aluno-professor e na parte da agricultura também tinha dois extencionistas que pra a transmissão das de de de técnicas ou de factores tecnológicos havia um campo que havia sido criado no CDR aquele campo de CDR todos os bens, aliás, todos os produtores, todos os beneficiários do projeto tinham que passar daquele campo só que aquilo era um pouco difícil porque não era um número definido que são 10, 15 pessoas que vão naquele CDR, haviam muitas pessoas mesmo 200 pessoas passavam então e se entrasse um grupo hoje o outro grupo podia ficar muito tempo sem ir pra lá porque o objectivo era de amostrar o que estava a se fazer e outra coisa e que o problema naquela altura não havia se estudado a questão de se criar um campo pequeno de demonstração de resultados e cada pessoa ter sua parcela pra servir de réplica daquilo que se está a ver no campo, tá a ver. Então apesar de de de ter-se criado o CDR as pessoas estavam ver o CDR como um local de produção e não um local de aprendizado porquê quando chegassem dizem vão a machamba e estava lá o técnico que dizia devem schar devem pulverizar assim e depois eles, as pessoas não tinham onde implementar aquele conhecimento então isso em algum momento eu senti que houve um vazio mas se o CDR estivesse ou campo de demonstração de resultados fosse uma coisa pequena depois haver parcelinhas, nem se for para de de, parcelinha de sete metros ao quadrado em que as pessoas aprendem e depois vem desenvolver nos seus campos e depois haver exigências de comprimento de compassos, ou do cumprimento de técnicas de produção, então eu acho que as pessoas teriam aprendido melhor naquela altura por que haviam condições havia dinheiro e com dinheiro comprava-se adubos, sementes e não sei lá o quê. Então, na componente de corte e costura tinham um alfaiate e uma modista ensinavam como fazer a corte e também se ensinava como costurar também então havia um contacto directo.

P: E desse contato tendo em conta que estamos numa comunidade, numa localidade e tal na passagem, sim na transferência deste conhecimento não há algo de especial que podemos destacar que levava-se em conta. Já sabemos que havia um contacto directo entre o instrutor e os instruídos tendo em conta que esse conhecimento está sendo passado num local como este diferente de outros sítios, não havia algo de especial neste contacto que se levava em conta que se deveria olhar em concreto tendo em conta que estamos a passar conhecimento

numa localidade, numa comunidade onde nós sabemos as diferença que existem entre essas pessoas com quem nós nos encontramos?

R: O que eu pude perceber é que nós próprios implementadores do programa havia uma confusão porque havia dois pensamentos no envolvimento à comunidade mas também havia disseminação do conhecimento, então eu o que fui percebendo é que o que os implementadores levavam mais em conta era o desenvolvimento não transmissão de conhecimento tudo quanto se fazia naquela altura era que a pessoa vai fazer na sua casa, está a ver, não aquela coisa de monitorar a pessoa se já sabe fazer ou não. Disseminação do conhecimento é vamos fazer juntos e depois começa-se a monitorar se a pessoa sabe fazer ou não então aí eu consigo ver que talvez havia uma falha nesse sentido enquanto que agora a pessoa é obrigada a fazer em casa é a parte da agricultura mas é uma agricultura organizada porque onde é associação a pessoas estão a usar todas as ferramenta tecnológicas para a produção e sempre tem um extencionista que está a apoiar.

P: Conforme disse, que foi indicado alguém do vosso departamento, ou alguém do SDAE para encabeçar esse Projeto e se encontra lá a trabalhar com uma associação e essa associação é de agricultores que lá estão a operar.?

R: é da associação Samora Machel e essa associação desde há muito tempo existiu e de é de produtores.

P: E será que esses produtores são os mesmos que operavam antes quando o projeto estava em acção ou quando entrou o SDAE recrutou outros?

R: Não! Há outros que entraram porque essa coisa de associativismo precisa de um dinamismo diferente daquilo que alguém pode dizer que eipha, vamos formar um grupo é preciso a pessoa querer. Primeiro é preciso identificar o problema. O meu problema tem de ser o mesmo consigo e mesmo com ele e termos um único objetivo, tá a ver? o que aconteceu é que naquela altura como havia financiamento as pessoas só queriam tirar dividendos, há outros que saíram que faziam parte da associação mas os poucos que ficaram, depois receberam outros que tem mesmo interesses que aquele grupo tem. Então, para dizer que há um grupo novo e há um grupo que está a vir mesmo daquele período do funcionamento das vilas do milénio, mas nós não podíamos desfazer o primeiro grupo não, nós quando entramos tínhamos que dar a continuidade daquela mesma associação que nós apanhamos de sempre.

P: mas acabaram, quer dizer, abrindo chance pra novos entrarem...

R: A Associação é assim mesmo, quando há um que apresenta interesse desde o momento que cumpra com as obrigações da associação. Se tem que pagar joias a pessoa está disponível pra pagar joias e está disponível para pagar cotas, essas coisas todas, não há problema.

P: E já agora, olhando na questão do conhecimento houve um conhecimento que foi passado a pessoas que irão fazer parte mas nós sabemos que alguma dessas pessoas já possuem, já vem com com algum conhecimento tal. Por exemplo, na área da produção há pessoas que

fizeram parte do projecto e, em fim, tiveram esse conhecimento que foi transmitido mas já tinham algum conhecimento também, como é que lidavam ou como é que lidam ainda hoje com esta questão de encontrarem alguém com um conhecimento que adquiriu localmente, não é, e este conhecimento que é transmitido, como é que lidam com estes dois conhecimentos o local e o que está a ser transmitido.?

R: O que eu talvez poderei dizer é que eeee (pausa). Essa coisa de adoção de conhecimento eu posso dizer que leva o seu tempo. Não é possível entrar (...). é possível entrar, a pessoa estar a trabalhar consigo todos os dias e você ser muito lento a na adoção de conhecimento mas uma outras pessoa entrar hoje e dentro de seis meses ele estar mais avançada que uma pessoa que está a vir lá de trás. Então, mas é preciso, como associação, como produtor, nós estamos lá pra ensinar a produzir nós não temos o problema de encontrar um que já sabe um pouco e um que não sabe e nós dizermos que eipha vamos ficar com aquele que já sabe, não! O mais importante é sensibilizar a pessoa e entrar no ritmo que nós desejamos.

P: E em caso de encontrarem esta pessoa que já sabia alguma coisa sobre o que estava pra fazer como vocês lidavam com essa pessoa havia alguma coisa em especial ou seja, por exemplo, aquele ali por exemplo esse aqui já sabe já entende alguma coisa da área, perguntavam ou perguntam para a pessoa o que é que sabe para melhor para melhor o colocarem ou vocês independentemente daquilo que a pessoa souber vocês ensinam tudo.?

R: As metodologias de extensão não funcionam dessa maneira nós dependemos daquilo que conseguimos visualizar no campo. Se encontramos algum produtor que sabe alguma coisa, é que aquilo que ele faz no campo é que vai demonstrar que ele tem conhecimento e nós quando conversamos com ele vamos perceber o nível de conhecimento que ele tem, está a perceber? e desse conhecimento vamos adicionar aquilo que nós queremos que se adicione sem dizer que eipah, nós estamos a ver que você já tem conhecimento, não! Ele sempre tem alguma coisa em falta vamos conversar com a pessoa, vamos tornar a ele um nosso amigo, vamos elogiar eipha estas a produzir bem, mas nós em algum momento queremos fazer entender a ele que nós, apesar de você ter algum conhecimento, nós ainda somos importantes porque temos um elemento talvez que você não sabe, e nós lançamos de uma forma indirecta que estamos a ver uma coisa assim. Como é que você está a fazer isso. De uma forma indirecta e não fazer ver que aí você falhou através mesmo de CDR vamos criar um campo de demonstração de resultados ele lançou eu também trago eu digo e papá eu estou a trazer. Por exemplo, tenho um pouco da semente eipha queria fazer CDR neste espaço que não semeio nada, conversamos e nos entendemos e faço o CDR e eu vou começar a monitorar o CDR juntamente com ele e no fim último eu digo a ele eipah papá, vamos medir aquele campo que temos, medimos pra ele saber que conseguiu quantos quilos ou quantas toneladas naquela área que nós fizemos o CDR depois vamos também medir uma outra área igual a, igual a aquela campo aí que que foi monitorado pelo CDR, também vamos medir e vamos comparar a produção e ele sozinho vai perceber que vale a pena eu aderir a esta tecnologia, é quando vou aumentar a minha produção e produtividade.

P: e dando um olhar meio que roubado sendo técnico e sendo da área digo meio roubado em que sentido, está na área da leitura da comunidade nem, olhando para a comunidade, como é que acha que ela encarrou a vila do milénio e os seus serviços.?

R: bem, eu acho que a comunidade encarrou a vila do milénio como algo, como algo bom porque mesmo eu, assim que faliu você encontra pessoas a dizerem que vila do milénio fazia isso fazia aquilo só que eu acho que em algum momento, a vila do milénio com os recursos que tinha talvez mesmo agora podia se fazer sentir se tivesse trabalhado as pessoas pra ficar como um conhecimento...

P: certo.

R: podia, haveria, poderia haver um conhecimento porque é com esse conhecimento que muita coisa é feita. Para me eu acho que tinha que ter olhado muito em trabalhar a pessoa, a pessoa como ela é é não querer na primeira fase desenvolver (...) ya! Estas a ver. Mas faz algo de bom porque mesmo algumas escolas construiu a vila do milénio.

P: sim, sim. Certamente!

R: construiu também uma manga de tratamento (de água?). portanto, são obras que desenvolveram a comunidade fez muito mesmo, fez muito. Então, tem muita coisa boa mas também tem algumas coisas que não correram como deve ser.

P: olhando para a, conforme disse que havia um contato de, um contacto entre, dentro do projecto, os instrutores e os instruídos, nem, agora acha que podia privilegiava-se a comunicação comunidade? Isto é, projeto comunidade, agora já olhando para esse lado e não dentro do próprio projeto será que se dava a importância a comunicação do projeto pra a comunidade, no geral.?

R: Os projeto estavam mais para, davam mais privilégio mesmo para a comunidade não aos próprios funcionários.

P: sim. Estou a falar da própria comunicação.

R: sim, eu eu venho aí mesmo.

P: hamm. Okay.

R: sim, venho aí mesmo. Por quê? porque eeeh havia se criado um, dois comitês, um comitê de desenvolvimento e o comitê de gestão. O comitê de desenvolvimento era o comitê mais mais que deliberava que eipha com esse dinheiro vamos fazer isto, comitê de gestão os funcionários não deviam executar aquele dinheiro sem o acompanhamento do comitê de gestão então tudo tinham que trabalhar juntos do comitê de gestão então havia esta comunicação entre eles,

P: esses comitês...

R: entre o projeto e os comitês.

P: Esses comités, quer dizer, eram compostos por pessoas da comunidade Samora Machel e pertenciam ao projeto?

R: Eram compostos por pessoas da comunidade

P: sim, mas que

R: que não faziam parte do projeto não sei como posso dizer o projeto quem trazia o projeto podia dizer-se que eram os funcionários. Os funcionários é que sabiam que foi alocado quanto. O comité de desenvolvimento era composto por pessoas da comunidade e eles é que deliberavam e quando houvesse recursos comunicavam que eipah, tem recursos X, a própria comunidade, através do comité de desenvolvimento e comité gestão, deliberavam.

P: Então pra dizer que criou-se uma estratégia no lugar de se tentar comunicar com toda a comunidade procurou-se seus representantes,

R: exactamente.

P: agora, quando é que nós poderíamos dizer dentro disso, qual é, dentro disso, quando é que podemos dizer qual seria o papel da comunicação, dentro desse processo? Dentro desse processo todo qual é que seria o papel da comunicação?

R: Não sei se eu percebi bem a pergunta.

P: dentro deste...

R: O papel da comunicação...

P: sim. Agora já estamos a falar da comunicação em si. Qual é o papel que a comunicação diríamos que tem ou teve dentro deste processo.

R: O papel da comunicação é de manter a transparência. Esse. Essa. O papel desse tipo de comunicação é de manter a transparência.

P: certamente! E esses comités depois reunião as pessoas da comunidade pra expandir informação ou tudo terminava neles?

R: eeh, bem, eu posso não ser capaz de responder isso mas o que eu sei é que esses comités eram compostos por pessoas influentes da comunidade, era composto por secretários do bairro, líderes comunitários do bairro, aquelas estruturas do bairro.

P: Agora, também podemos dizer que nós sabemos que, por exemplo, para além desse contacto directo que às vezes se faz, usa-se a *media*. Neste caso, o projecto também recorria à *media*? Por exemplo, para a rádio comunitária, será que usava da rádio comunitária para se comunicar com a comunidade?

R: Bem, eeh eu, dizer que algumas informações passavam mesmo pra rádio, para a rádio expandir. Isso posso posso posso dizer. Agora, posso dizer que não era todas as informações que eram difundidas porque há informações muito relevantes que eram difundidas.

P: Qual é que podemos dizer que eram o impacto dessas comunicações usando o meio rádio, o meio rádio? porque nós sabemos que qualquer tipo de comunicação possui impacto pode ser comunicação direta assim como esta comunicação.

R: Usando a rádio é que a informação, toda toda a população quase tinha informação, a informação era, era, chegava para todos.

P: Então podemos dizer que esse meio rádio, nesse caso, era eficiente.?

R: Até agora continua a ser eficiente só não é eficiente pra quem não gosta de escutar a rádio.

P: ok. Poderíamos ter, poderíamos exemplificar com alguma com alguma evidência.?

R: tinha-se, alguns programas eram feitos com, como é que? São, mais uma coisa não sei se são megafones então usava-se megafones pra informar...

P: isso pra além da rádio?

R: para além da rádio (pausa). os programas da saúde usava se muito os megafones pra informar a população pra aderir a um certo a um certo serviço da saúde.

P: Temos algumas evidências de que que o meio radiofônico é eficiente, nem?

R: não entendi.

P: Temos algumas evidências de que que o meio radiofônico é eficiente?

R: ya! Posso, Eu digo sim tenho evidência, uma evidência porque eu vou sair do assunto das vilas do milénio. Nós, em algum momento temos feito aqui a disseminação da informação sobre o tratamento do gado exemplo quando chaga o tempo de vacinação através da rádio e mesmo fazendo aquelas reuniões chega lá enquanto as pessoas já tem informação. A rádio, ouvidos tudo diretor do SDAE a falar isto e isto haa. Nós ouvimos o médico veterinário a falar essa informação assim assim. Eeh, o impacto disso é que há participação massiva, sim. Há participação massiva nos programas que são divulgados na rádio porque eu posso não ter acompanhado, mas mas o o o meu vizinho, por exemplo, ter acompanhado. O meu vizinho vai me informar, eipah, acompanhei isto e a informação vai cada vez mais se expandindo. Então tem, eu acho que tem tem muito impacto.

P: certamente. Será que a comunidade é informada sobre o tipo de programa a ser implementado nesse determinado momento?

R: ainda continuamos no assunto das ou já saímos das vilas do milénio?

P: sim, sim. ou seja, se puder pode dar uma visão dupla (pausa).

R: A pergunta qual foi?

P: bom, nós sabemos que, quer dizer, a a se comunica com a comunidade, nem, através do através do meio rádio, através desse contacto directo. Talvez antes de entrarmos nessa pergunta me actualizar se até aos dias de hoje ainda se usam esses meios. Esse contacto

directo, o meio radiofónico, os megafones e se ainda se usam essas estratégias para se comunicar com a comunidade. Qual dessas estratégias ainda é usada com a comunidade hoje?

R: bem, sobre as vilas do milénio nós já não usamos a via rádio, privilegiamos a o contato directo, fazer reunião com com com os produtores. Os produtores nós conhecemos dentro das (comuni) das (comuni). Das áreas de produção tem extencionistas que tem contatos já defendidos que eipah, sempre no dia X temos reunião com nossos produtores. Dia X há reunião na hora X, então quando terminam de trabalhar tem um contacto. Então, é muito fácil nós trabalharmos com eles, com as as pessoas dessa maneira. Agora, a não ser que seja um programa generalizada e que nós queremos informar a todo o distrito de Chibuto de um determinado programa, ai sim é quando recorremos a rádio, mas quando é assunto da vila do milénio só temos o contato com as pessoas.

Privilegiar uma comunicação directa prende-se com o facto de se considerar a vila, no novo contexto do SDAE como sendo uma actividade

P: okay. Então, hoje só recorrem a rádio para o caso de de outros assuntos e que não são sobre a vila do milénio?

R: Sim. porque olhamos para vila do milénio como uma das nossas actividades rotineiras não como dum programa como tal, aquilo de vila do milénio e um programa X, não! Nós estamos a ver aquela baixa como um local em que o nosso trabalho de produção tem que ser feita. Os produtores que nós temos nas vilas do milénio são como os outros produtores que estão nos outros cantos. Então, o tratamento tem que ser igual. O que nós queremos na vila do milénio é ver os produtores a produzirem de como deve ser.

P: E como já disse que para outros programas usam o meio radiofónico e só para a vila do milénio é que privilegiam o contacto directo. Eh, olhando para outro programa da vila do milénio que recorreram a rádio para poderem anunciar a comunidade qual é que foi ou qual é que tem sido a participação da comunidade de modo que possamos assumir que a comunidade assumiu este programa como sendo própria porque nós sabemos que há uma coisa reina na comunidade as vezes a comunidade entra pra determinados programas mas com aquele olhar de distanciamento como quem diz este programa não é nosso, este programa é do governo. Há pessoas que entram em certos programas mas com esta mentalidade. Agora, no caso de outros programas que vocês já recorreram a rádio pra anunciar, como é que esteve o nível de participação da comunidade para que nós pudéssemos ou vocês mesmos concluírem que sim a comunidade assumiu este este programa como sendo dela mesma?

R: Bem, eeh posso dizer que quase todos as atividades que nós recorremos a rádio pra informar a comunidade, no geral, tem havido um impacto. Porque, mesmo quando estamos perante a previsão, é previsão meteorológica? Chefe, como é que é aquela informação que o INAME manda sobre a previsão (...), previsão da época chuvosa (...) o prognóstico, nós

apare, o diretor tem ido a rádio para divulgar esse prognóstico e nós temos visto que as pessoas costumam cumprir com isso. Por exemplo, quando é um ano atípico, de falta de chuvas, por exemplo, (entrevista interrompida por causa de uma chamada telefónica do nosso entrevistado. Entrevista continua noutro momento).

### **Fim da primeira parte**

(Continuação)

Continuação da entrevista com o gestor da vila de Chibuto

**R:** olha, nos anos em que nós tivemos um ano, coincidimos com um ano

**P:** um ano atípico, sim.

**R:** sim. Que havia falta de chuva, aquele aconselhamento que o SDAE faz, você começa a ver nos campos agrícolas de tal forma que as pessoas não estão a ariscar eh em lançar a semente em áreas grandes, estas a ver?

**P:** certo,

**R:** estão a lançar .... isso significa que a mensagem disseminada na rádio

**P:** impactou mesmo...

**R:** teve grande impacto na na comunidade. mesmo o o próprio, o próprio programa de vacinação do gado, falta mais atenção nas pessoas para participarem, a participação massiva. Quando são informados que diz X os técnicos vão fazer a vacinação do gado, as pessoas participam de forma massiva.

**P:** certamente!

**R:** então, isso significa que a rádio tem um impacto muito importante (...)

**P:** agora, uma vez que o SDAE implementa diferentes programas, olhando no programas no geral, cada programa será que é implementado de acordo com as mudanças desta comunidade que que vão se registando com o tempo ou com as necessidades em fim. Se há um programa que deve ser implementado é traçado antes, mas será que antes de ser implementado, este programa é adequado às circunstâncias, à realidade da da própria comunidade?

**R:** essa questão continua sendo das vilas do milénio ou...

**P:** não, de um modo geral?

**R:** ok. Yaaa! (sorrindo). Yaa. Eipah. Eu posso dizer que depende. Depende das circunstâncias...

**P:** ou seja, cada programa é adequado às circunstâncias actuais da comunidade.

**R:** Não!



P; okay.

R: cada programa tem aquilo que são os seus princípios que a regem. As actividades são asseguradas por nós como um serviço em que nós assim, olhamos para para a realidade da nossa comunidade e nós desenhamos o programa e o programa de modo a servir melhor uma determinada comunidade. Por exemplo, estamos num momento de estiagem, se nós, por exemplo, ehh, queremos incentivar a comunidade e na fase mais crítica em termos do milho, nós não chegamos lá e como se trata de mandioca, se trata da batata-doce, ananás, ananaseiro que ia se produzir lá porque naquela região, aquele tipo de planta tem tolerância aos intempéries do ambiente. Não sei se percebe.

P: sim, sim. Ficou muito bem claro.

R: mas, mas, às vezes recebemos algumas ONGs que têm financiamento externo e que essas ONGs já definiram que eipah, isto tem de ser feito assim, assim. E é irreversível porque o financiador lá definiu isto. Mesmo nós querendo adequar à realidade do campo, não temos como alterar. É por isso que estou a dizer das circunstâncias e das políticas.

P: para dizer que há programas que não tem como adequar mesmo querendo se tivesse traçado assim, deve ser da maneira como foi traçado?

R: claro. Houve um programa que apareceu aqui que era da distribuição de alimentos e nós dissemos, além de nos distribuírem alimentos, se nós conseguíssemos comprar sementes e darmos as pessoas produzirem, seria boa coisa. O financiamento vai dar hoje mas amanhã não vai dar nada. mas sementes já não. Se você dá e ele consegue produzir qualquer coisa, produz e mais daquilo que você pode imaginar a a pessoa ... mas como o programa está a ser assim, deve acontecer assim. A realidade é esta. Ou vocês querem ou nós vamos sair. Você nunca vai deixar de ... se a comunidade for a ouvir que eipah, o distrito de Chibuto no recebeu um programa X porque ele dizia que eipah, não devíamos ser dados comida, eish (risos)

P: vai ser um bom.

R: sim. O que fizemos é sim aceitar e identificar essas comunidades que devem se beneficiar da comida olhando pra a priorização das necessidades porque tem as comunidades mais críticas e tem as comunidades que podem conseguir de algum modo alguma comida.

P: agora, falando mais uma vez dos meios de comunicação, ja que dissemos que os meios de comunicação possuem uma importância elevada no que diz respeito ou no contexto de programas deste género, programas de desenvolvimento junto à comunidade, já dissemos isso ao longo da conversa que os meios de comunicação têm uma importância muito elevada em programas deste género como as vilas do milénio que são programas de desenvolvimento junto à comunidade, mas então, agora, em poucas palavras como é que diríamos, esta importância é dada atenção até que nível, esta importância dos meios de comunicação, é dada importância até que nível mais ou menos?

R ainda continua sendo o assunto das vilas do milénio? Ou já saímos das vilas do milénio? Porque eu tenho de responder de acordo com a sua preocupação.

P: sim. Pode ser. Essa pergunta mesmo se enquadra, o que acontece é que estamos a falar de um programa que é implementado e nós já dissemos que a implementação deste programa a media é importância quando exemplificamos com o meio radiofónico então, aqui a pergunta surge depois dessa ideia. Até que ponto esta importância é dada, mais uma vez a relevância. Ou é dada atenção?

R: eu não sei como responder a sua pergunta. Até que ponto...

P: até que ponto é dada atenção esta importância...

R: até se fosse possível tínhamos de colocar alguns indicadores aí. De 50 a 100%, mais ou menos, eu não posso responder até aí, mas o que eu posso dizer é que, porque eu costumo falar alguma coisa e depois exemplificar. Em algum momento posso pensar que estou a conseguir satisfazer e quanto na verdade alguma coisa falhou. A comunicação é uma coisa muito difícil, então, temos que, tendo, aliás, a comunicação é vista como algo primário, ou a comunicação via rádio, neste caso, é visto como algo primário porque em todas as (entra chamada telefónica e atende – pausa da entrevista)

Continua: o que tem acontecido, ultimamente, com qualquer programa, qualquer evento que acontece no distrito, sempre tem a cobertura da rádio ou da comunicação social, qualquer evento. Qualquer saída do administrador, não sei se me faço entender? Qualquer saída do administrador ou governação aberta assim, a imprensa está lá, para dizer que há cobertura da comunicação social...

P; e com isso nós podemos sair...

R: com isso nós conseguimos acompanhar as actividades que estão a ser desempenhadas pelo governo do distrito, tanto da agricultura, saúde, tanto da educação, por que? Porque no programa, quando o administrador sai em governação aberta está acompanhada com os seus membros, neste caso, o SDAE, comunicação, saúde, entre outras esferas e a rádio, a comunicação social quando já divulga a informação, divulga de uma forma generalizada. A informação de saúde, do SDAE, então, isto tem um grande impacto na comunidade. então, sobre o nível -me difícil dizer que eipah, o nível é este, mas já... mais menos tem um indicativo, sobre que maneira. De 50 a 100%, as vezes 90, 80 a 85, 90% há cobertura da comunicação social. Mas fora disso, a própria comunicação social tem feito algumas entrevistas sem haver um evento, fazem algumas entrevistas mesmo a própria TVM nós já fomos visitados, dizerem eipah, nós queremos ver o que vocês estão a fazer. Já fizeram cobertura dar imagem, falarem das nossas actividades. Então, a comunicação social tem muito impacto.

P: então, com esta explicação, podemos dizer, por outro lado, que o interesse do governos a nível central assim como local é elevar, o interesse do governo é trabalhar com a media para

a afirmação da sua relação com a comunidade também é elevada. Certo. Falando mais um pouco sobre esta questão da ciência e tecnologia, estamos a dizer que a população cresce, ela existe, em fim ela tem seus meios de produção. Então, como é que promovem o uso da ciência e tecnologia no meio da comunidade?

R: ya, o assunto de ciência e tecnologia a educação é que fala muito disso. Mas na nossa área, na nossa área, foram concebidos alguns programas como pacotes tecnológicos, ai o desenvolvimento de ciência e tecnologia. Temos a questão da escola de na machamba do camponês que é um programa de disseminação de pacotes tecnológicos aos produtores. Temos a componente de CDR, também te procedido para a disseminação do pacote tecnológico para os produtores. Tem a componente do PITA, já ouviu falar do PITA?

P: é a primeira vez.

R: é a primeira vez. Este programa está sendo realizado ao extencionista. Programa integrado pra a transferência de tecnologias agrárias em que o próprio extencionista tem que ter um campo, em m'dia de um hectare em que ele vai produzir naquela área o que define os pacotes tecnológicos de modo a convencer o público a aderir, que eu não só ando a vos ensinar, mas sei fazer. Então, façam aquilo que eu faço. Estas a ver, há uma gama de...

P: e dentro desses programas já sabemos, puxando a ideia que trouxe, recorrem ao contacto directo com as pessoas para a transmissão dessas técnicas, para além do contacto directo, tem recorrido aos meios, a a rádio, por exemplo?

R: como já disse, essa coisa tem que ser uma coisa já ultrapassada. Nós trabalhamos com a rádio para fazer a cobertura desses ....

P: e ai dentro desses programas, para transmitir,...

R: há dias em que há visita, o administrador, o director, os eventos que nós fazemos, às vezes há troca de experiência, saímos e vamos num campo de um extensionista e convidamos as pessoas, alguns produtores, algumas associações para irem ver a troca de experiencia e quando se vai há convite da media.

P: então podemos dizer que o contacto é misto, directo assim como o radiofónico.

R: há uma mistura.

P: olhando para as implicações da passagem dessas técnicas ou dessa experiencia, nem, tendo em conta que nos nossos temos aquelas pessoas que só analfabetas ou que não foram muito alfabetizadas, isto não tem constituído algum impacto na transmissão do conhecimento, a questão do analfabetismo?

R: não! O que acontece é. Qual é a sua tribo?

P: minha tribo é dos machanganas.

R: é dos machanganas. Sabe falar bem changana?

P; sim, falo.

R: me ouviu agora.

P: sim.

R: eu estava a falar com quem? Eu falei changana agora.

P: sim, percebi

R: estava a falar com um dirigente mas eu a minha tribo sabe de onde é? É de machope. Quando cheguei aqui fui ensinado a falar changana para me comunicar com as pessoas. Eu tenho que conviver com os produtores. Então, não constitui nenhum impasse. A boa comunicação, o respeito, a responsabilidade é que faz com que o produtor mude de mentalidade porque ele saber fazer sabe, só que ele costuma desprezar porque acha que aí não vai ter conhecimento. Se você encontra, antes de saber que você tem algo de bom que você traz, ele (em changana) “eu nasci a cultivar a terra e até hoje ainda continuo cultivando e você chega aqui a me ensinar”. Então, se você não está preparado, com essa mensagem fica complicado. E é muito bom evitar esse tipo de mensagens. Esse tipo de mensagem aparecem quando? Quando você não está preparado, chegar lá e você dizer que eipah, o produtor não sabe fazer coisa boa. Não! Há mecanismos próprios, há metodologias de extensão que ensina a pessoa. A mudança de mentalidade e daí que eu disse que a transmissão do conhecimento é um processo. Não de hoje para amanhã que vamos dizer que já mudam de mentalidade. Depende. Há um com muita facilidade adere mas há outro que também leva muito tempo. Ainda tem aquele conhecimento empírico de eipah, eu sem precisar do compasso e não sei lá o quê pah, produzo. Sim, produz, mas há alguma coisa que pode falhar. Então, é preciso boa maneira de direccionar as vias do ensaio de modo a não ferir a pessoa. O quanto eu lhe respeito, o quanto eu gosto daquilo que ele faz, estás a ver. Ele tem de perceber de mim a minha maneira no meio de comunicar tem de perceber de mim o que é que tem e como eu entendo....

P: só mesmo para terminar, como governo local, qual é o nível de satisfação no contexto deste programa de desenvolvimento das vilas? Está muito satisfeito, muito...

R: o programa das vilas?

P: sim. No contexto deste programa de desenvolvimento das vilas uma vez que o vilas do milénio é um programa de desenvolvimento das vilas, então, o nível de satisfação dentro destes....

R: eu não sei se posso dizer que estou satisfeito porque, como o programa já faliu, então, logo, há uma insatisfação. Agora, se o programa vilas do milénio não tivesse falido, haver inserção de funcionários públicos no programa para darem continuidade no meio do sustento próprio, eu havia de ver que haveria uma satisfação. Para mim há uma insatisfação porque o programa vilas do milénio não satisfiz aquilo que era o seu propósito não foi alcançado.

P: e apesar desta falência haveria ideia de expandir este projecto?

R: mas como expandir enquanto o projecto faliu?

P: faliu aqui onde, quer dizer, no bairro Samora Machel, apensar de ter falido aqui, haveria ideia de se implementar, se calhar em outros sítios, ou falido que, mas ir se implementar em outros sítios.

R: a ideia de implementar em outros sítios, na há como implementar agora porque da maneira como foi concebido o programa só podia ser implementado nesses sítios se a vila do milénio tivesse um sucesso. A comunidade Samora Machel tivesse tirado um sucesso é quando podia se levar aquilo e servir directo para outros sítios, mas ...

P: tendo falido aqui

R: fazer algumas réplicas pode, por exemplo, o assunto da morringa. A morringa aqui no distrito de Chibuto não é problema, graças ao programa

**Fim da entrevista**

## **Vila do desenvolvimento do milénio de Chitima**

### **8. Entrevistas na Vila do desenvolvimento do Milénio de Chitima**

#### **8.1. Alson Alcinar, membro da comunidade, repórter e escritor, Songo, Distrito de Cahora Bassa, em entrevista a 27 de Abril de 2021**

Pergunta (P): bom, vamos começar. Vou contextualizar um pouco mais só para ter uma ideia geral. Eu estou a fazer uma pesquisa sobre as vilas do milénio mas aqui nas vilas do milénio estou mais focado na área da comunicação quero perceber até que ponto as vilas do milénio como um projecto de desenvolvimento ela valoriza os aspectos sociais, e não só a partir da comunicação de modo que as pessoas, neste caso, a comunidade no geral possa se interessar aqueles que são os projetos numa visão éeeee em que pelo menos as pessoas participem dos processos éeeee as pessoas precisam primeiro ouvir o que deve ser feito e o que não deve ser feito e acima de tudo olhando para aquelas que seriam as condições sociais e um projecto vem para dar apoio a uma sociedade, por exemplo, tendo aquilo que seria a ideologia do projecto mas tendo em conta que existe uma outra ideologia que existe, passa a redundância, na comunicação ou seja na sociedade. Então como é que essas duas coisas são aliadas a partir daquilo que vai ser o processo de aprendizagem do princípio até ao fim do do projecto mais aqui entram os aspectos da comunicação eeee vamos olhar um pouco aquilo que seria a comunicação social no sentido de olhar o papel da comunicação social talvez poderíamos começar por ai em querermos eeee falar um pouco mais ou introduzir um pouco mais sobre

aquilo que seria a sua percepção do do daquilo que seria o papel da comunicação social qual, é a sua opinião.?

Resposta (R): Eeeee primeiramente para mim, e tendo em conta a natureza do lugar onde estamos nem aaaaa agora aaaaa pela minha percepção o papel da comunicação social é primordial no sentido em que criou-se e até agora está a criar-se uma cultura de informação e, felizmente temos eee temos várias rádios a nível distrital o que faz com que as pessoas estejam atentas e tenham esta fonte de informação eee que pra elas é credível e é acessível no sentido em que nem todos dispõem eeee de televisões aaa facilidade ao acesso a internet então tem a rádio como uma fonte segura e nós trabalhamos diretamente com o governo o que em algum momento facilita com que nós tenhamos o acesso a essa informação e a possa difundir.

P: Então o governo está aberto pra vos dar informação de qualquer tipo para difundir para comunidade.?

R: Exacto, o governo está está eee disponível e temos esse contacto directo eeee a nível da administração que faz com que humm não haja tanta dificuldade assim como talvez possa acontecer em outros pontos.

P: Então, significa que o governo está mais atento ou vocês como rádio dão mais atenção ao governo daquilo que seria a lei do direito à informação.?

R: Eeee nós damos atenção naturalmente ao governo e a várias outras instituições eee e não governamentais mas o governo por saber a força do impacto que que a comunicação que os mídias tem, falo em concreto da das rádios e o governo também aposta aposta nos mesmos.

P: Quantas rádios existem aqui? Disse que tinha um conjunto de rádios comunitárias.

R: Temos várias rádios éeeee temos no songo, éeee a radio Cahora Bassa; Temos em Chitima temos em Chifunde; temos em Mágue eee; temos em Marávia e alguns outros pontos que posso não ter na consciência para poder citar mas temos várias rádios até em chagará também temos.

P: Essa rádio de Chitima funciona em que moldes.?

R: Aaaa, a rádio de Chitima tem funcionado mas houve tempos, de uns tempos pra cá que teve algum problema mas tenho conhecimento de que a rádio de Mágue éeeee, Changara que eu tive a oportunidade de estar também em Chifunde éeee tem funcionado em pleno e algumas das rádios tem tem, nós temos tido contato que e para facilitar a difusão da informação não só por sermos uma rádio comunitária somos também como que filhos da rádio Moçambique. Entretanto, há certos pontos que não tem tanta qualidade assim aaaa quando entro em contato com a rádio Moçambique e tem recorrido a nós. A nossa frequência, porque a nossa qualidade é melhor, então é para facilitar que as pessoas tenham conhecimento e estejam informadas de tudo aquilo que acontece não só ao nível local mais também ao nível nacional e internacional tem recorrido a nossa rádio.

P: A rádio Moçambique, por exemplo, chega aqui, tem sinal aqui.?

R: Tem, tem sinal aqui e tem sinal em vários outros pontos em várias sedes distritais tem, tem essa facilidade.

P: Agora em termo de situação de comunicação olhando pra aquilo que são questões digitais da internet qual é o nível de acesso.?

R: A nível do distrito?

P: sim.

R: ultimamente, já vem crescendo. As pessoas tem tido acesso a internet éeeee talvez a dificuldade cinja-se em como, em como usar esta internet, mas em termos de acesso é, o nível tem .....

P: Qual é a faixa etária que tem mais, que gosta de ter acesso a internet.?

R: Eeee é mais, éeeee a camada juvenil é a que mais tem, acede a internet com algum conhecimento em relação aos que pertencem, por exemplo à terceira idade que não tem tanta facilidade, mas por falta de conhecimento, não porque não existe à internet.

P: Agora, em termos de acesso a rádio qual é a faixa etária em comparação com a rádio e a internet, qual é a faixa etária que acede mais a rádio? qual é a acessibilidade já que disse que a internet é mais para os jovens e a rádio.?

R: Aaaa no meu ponto de vista, eu acho que éeeee hoje, antes eram os mais velhos que escutavam a rádio, mas hoje noto ou notei uma grande mudança éeee os jovens, as crianças eee os adolescentes a classe já estudantil já já já começa a escutar exatamente a rádio.

P: qual é a razão disso?

R: eu acho que tem a ver com a programação das próprias rádios, porquê nós, a grelha de programação nós fazemo-la no intuito de tocar a todas as faixas etárias aaaa fazendo aaa programas diversos desde programas infanto-juvenis e temos programas estudantis, religiosos, temos programas informativos o que faz com que todo mundo se sinta valorizado eee na própria rádio, isso faz com que as pessoas aaaa o entretenimento também.

P: Qual é, na tua opinião, o programa que é mais badalado que meche quase com todas as faixas etárias.?

R: Para mim, os programas que mechem mais com todas as faixas etárias e para além dos programas informativos porque jovens também já tem algum interesse porque sabem que o chefe do estado vai falar eles sabem dizer que a rádio vai passar então todo mundo está focado porque todo mundo quer ter algo a dizer no dia seguinte para não ficar despercebido ou fora do contexto então, procura informação. Os outros programas são mais entretenimento música, cultura, teatro. Então, eu acho que todo mundo gosta da música e porque nós temos a música da velha guarda, temos a música contemporânea, temos a música Rap, todo estilo de música que as pessoas sabem dizer que só podem apanhar na rádio então temos vários

programas de música de cultura o que faz com que cada faixa etária saiba que olha, hoje, domingo, haverá velha guarda então não só os que são adultos hoje, ontem foram jovens. Então escutam música de hoje mas também escutam música de ontem, isso faz com que as pessoas fiquem presas a música porque é dos nossos pratos fortes éeee, essa parte do entretenimento, nem. Exacto!

P: Lá em chitima, a comunidade diz que há um problema da rádio funcionar com irregularidades. Como é que tem sido a solução para eles lá em chitima, por exemplo, pelo facto da rádio estar off-line.?

R: Eles recorrem aaaa rádio Cahora Bassa eeee por causa da capacidade e da qualidade da própria rádio que chega a vários pontos não só ao nível da vila assim como também ao nível do distrito também a várias sedes distritais em que a rádio conseguiu atingir diferente das outras rádios que tem uma qualidade não tão grande que a nossa.

P: Como é que essa rádio de Cahora Bassa ganha esta potência máxima, quais são os, de onde e que vem os fundos.?

R: éeee nós éeeee temos eeee vários parceiros que trabalham com conosco mas eee um dos principais eeee parceiros que suporta a rádio e a própria empresa HCB.

P: E isto tem sido mais eeee dá mais valor o coiso ou seja as outras empresas que suportam a rádio para além da Cahora Bassa fazem pela forma como deviam como empresas que precisam de se publicar na rádio ou porque éeeee aproveitam-se dessa imagem de Cahora Bassa.?

R: não! Fazem como várias outras empresas aaaa vem fazendo que e a prestação de serviços nem, nós difundimos o trabalho que elas fazem e elas também suportam com alguns fundos.

P: Então olhando para aquilo que e seria este processo de comunicação através da rádio de Cahora Bassa para todo distrito existe uma vila ou um distrito para além de Chitima, que é a via de desenvolvimento de Chitima. Na vossa rádio vocês tem abordado assuntos que tem a ver com a vila de chitima, neste caso da vila do milênio.?

R: Naturalmente! temos abordado tendo em vista que ée a sede distrital a nível de Songo e de vários outros pontos nem, Chitima sede distrital de Cahora Bassa, entretanto vários programas, várias informações que a administradora e outras entidades queiram difundir eles recorrem sempre a rádio e nós também estamos atentos porque temos correspondentes da rádio em Chitima.

P: Então a vossa a vossa comunicação no sentido geral faz com que pelo menos a comunidade do distrito conheça ou tenha conhecimento mínimo sobre a vila do milênio.?

R: Exatamente! a maior parte sabe que éeee a partir da nossa rádio podem ter informações daquilo que vem acontecendo dos trabalhos que vem acontecendo a nível da vila de Chitima pra vários outros pontos.



P: Quais são os assuntos que vocês costumam abordar sobre a vila?

R: Sobre a vila nós abordamos assuntos mais inerentes a própria governação, os próprios trabalhos que vem fazendo com as comunidades eeee, nesse contexto, por exemplo, actual de corona vírus pra reforçar as mensagens de prevenção éeeee não só, o manifesto, o manifesto, não no ponto de vista eleitoral, mas nos trabalhos em que o governo tem feito em parceria com várias ONGs, por exemplo, o PMA, a difusão da mensagem tem várias organizações como a Helen Kheiller, ela que fala sobre o aleitamento materno eles trabalham com o governo e nós passamos esta mesma mensagem com as ONGs com o próprio governo que é para a credibilidade do próprio programa nem que eles vem fazendo entre outros programas.

P: Então lá no Chitima tem uma vila de desenvolvimento de milénio, tem falado sobre essa vila nos vossos programas.?

R: Eee nós éeee não abordamos tanto que como talvez pode se pensar nem há programas ou há projectos que nós só difundimos caso essas entidades solicitem o nosso trabalho há programas que nós vamos ao encontro e há há aqueles que também vem ao nosso encontro porque nós, há programas que não podemos difundir porque pode haver algum sigilo eeee profissional ou as entidades não queiram que esse programa passe pela rádio então nós também esperamos que em algum momento que as entidades se aproximem a rádio que é para nós fazermos nosso trabalho nem.

P: Mas como profissional tem dado este apelo as comunidades para que eles possam se aproximara.?

R: Nós apelamos éeeee não só às comunidades, mas também a várias entidades. Ultimamente as pessoas já vão se aproximando e vão acreditando mais na rádio pela capacidade pela capacidade pela dimensão da própria rádio do raio da própria rádio as pessoas já começam a se aperceber que para trabalhar com as comunidades e para atingir os seus objectivos uma parte deles precisam precisam da rádio.

P: E quando vocês falam sobre a necessidade de as pessoas se aproximarem a rádio qual tem sido a reacção deles.?

A reacção Tem sido positiva porque de uns tempos para cá, as pessoas trabalham mais com a rádio eee as instituições, individualmente ou mesmo na parte das instituições vem trabalhando em coordenação com a rádio as publicidades dos seus trabalhos a nível de empresas a nível individual com fins lucrativas ou não, as pessoas já vem trabalhando com a rádio porque tem noção e percebem o impacto que a rádio tem nas comunidades, aliás nas nossas comunidades a maior parte delas não tem condições, por exemplo, de ter uma Tv ou se tem condições tem algumas limitações no caso de acesso a energia, por exemplo, há certos pontos onde ainda há dificuldades então as pessoas sabem dizer que a rádio basta ter pilha ou um outro meio que não seja essa energia que nos dependemos muito temos os painéis,

recorrem sempre e sabem dizer que mesmo que não haja energia com pilha podem ter acesso à informação.

P: A HBC por exemplo já pediu uma assessoria sobre a comunicação sobre um dado fenômeno que eles queiram difundir na comunidade.?

R: Pela natureza do lugar nós trabalhamos em parceria com a HCB e toda informação todo comunicado tudo que tem a ver com interesse de utilidade pública da empresa nós passamos, sempre.

P: Agora lá no Chitima.?

R: Eles também enviam. Nós temos um correspondente da rádio que qualquer necessidade a nível do governo do distrito ele entra em directo ou através de gravação de entrevista com a governadora e vários outros nós temos acesso e as pessoas sabem que podem diretamente ter essa informação a partir da rádio sem precisar.... Nós não precisamos de nos deslocar a Chitima porque temos lá alguém que faz com que a informação chegue lá através lá do ... do distrito.

P: Ele tem trazido informações sobre a vila do milênio.?

R: Tem. Tem tem trazido sempre informação.

P: A comunidade quando há esta forma de proceder da.... Da vila neste caso como a comunidade tem reagido sobre essas informações tendo em conta, por exemplo, ou talvez começaria pela forma como ooo podia me dar opinião sobre a diferença de como nós podemos fazer a comunicação como instituição olhando para os líderes comunitários que são pessoas que vivem na comunidade e que facilmente podem dar uma informação comparando com o meio rádio que provavelmente no no neste caso o rádio de HCB que não está em Chitima mas que dá informação na comunidade de Chitima olhando pra esses dois pontos qual é a vantagem de usarmos a rádio e qual é a vantagem de usarmos a rádio e qual é a vantagem de usarmos os líderes das comunidades.?

R: A vantagem para mim é positiva em ambas as partes, mas porque somos uma rádio comunitária, trabalhamos em parceria com esses elementos que fazem o governo. Digamos trabalhamos diretamente com os líderes comunitários éeeee, trabalhamos diretamente com os postos administrativos, trabalhamos diretamente com o governo ou seja é mais ou menos como uma equipe de futebol que tem o staff, tem os treinadores, tem eeee todos esses elementos que fazem uma comunidade, ou seja, nós não trabalhamos diretamente com a comunidade como tal sem passar pelos líderes, pelos chefes do posto, pela própria administradora do distrito, ou seja, não vamos a um sem passar ou seja seguimos sempre a hierarquia até porque o próprio governo é que cria essa facilidade para nós com rádio e nós também quando temos alguma dificuldade eles aconselham-nos, olha, podem até não virem diretamente a nós mas há assuntos que deve se ir ter com o líder comunitário. Mas há certos assuntos que nós podemos querer do líder comunitário que ele não pode passar sem o posto

administrativo e o posto administrativo também não pode passar certos assuntos sem o conhecimento do governo a nível do distrito. Então trabalhamos em parceria com todos esses elementos que para que a informação não seja distorcida, nem.

P: Agora, vamos supor que você é um membro da comunidade e não ocupa a posição de jornalista, na qualidade de membro da comunidade como gostaria de receber a informação? seria através dos líderes ou pela da rádio.? ou pode ser pelos dois.?

R: Eu acredito que pelos dois mas talvez éeeee voltando para rádio porquê acredito que para mim é mais fácil e para que a informação seja mais credível é preciso ouvir esses elementos que fazem parte das comunidades, por exemplo, falo do chefe do posto, falo do líderes comunitários. Então, não basta a rádio só difundir a informação como rádio sem que vá ao encontro dos líderes comunitários, do chefe do posto porque se eu como ouvinte na comunidade, por exemplo, se eu ouço só o jornalista a falar posso até acreditar mas não tem aquele impacto de quando é o chefe do posto a falar para as comunidades. Entretanto nós, para além de passarmos a informação como informação nós vamos ao encontro destas figuras, que é da administradora que é do chefe do posto, dos líderes comunitários, do PCA, por exemplo, vamos supor da HCB, então nós vamos fazemos o trabalho com eles e vamos a rádio passamos a informação e temos esta prova de que quem está a falar fomos entrevistar o PCA ou o chefe do posto e porque as pessoas conhecem sabem dizer e a informação tem mais credibilidade, então nós trabalhamos assim.

P: Então, já reportaram na vossa rádio algum problema que tem a ver com a vila do milénio, neste caso, do desenvolvimento de Chitima, não necessariamente da vila do Chitima mas sim da vila do milénio.?

R: Desculpa fiquei um pouco distraído.

P: Já teriam reportado em algum momento ou a vila eles lá, os líderes dirigentes da vila do milénio teriam reportado para rádio sobre algum problema que fosse necessário resolver de forma urgente.?

R: éeee algum problema específico?

P: Pode não ser específico, quer dizer, problemas no sentido aquilo que são as suas pretensões ou as suas acções pode criar algum desconforto para com a comunidade e em algum momento eles acharem que é algo que na verdade cria problema sim mas que é um problema dentro daquilo que seria no contexto cultural mas com o tempo isso poderia ser ultrapassado éeeee, pela forma como a comunidade pode vir a se cruzar com a vila de modo a que possa ultrapassar isso.?

R: Sempre. Um dos problemas éeeee, maiores é a da desinformação éeeee, vamos supor eles podem ter um projecto eeee mas eeee pela barreira cultural ou sociocultural eles percebem que olha, eles não podem ir diretamente a eles a comunidade neste caso, então eles percebem que olha, as comunidades estão mais atualizadas e mais atentas às rádios, por exemplo.

Então, se eles trabalham com as rádios eles podem chegar a essas comunidades que eles pretendem chegar sem que possam ir diretamente a elas ou seja através da rádio eles podem chegar a essas comunidades e a mensagem ser recebida, diferentemente como que eles se fossem, se fossem, diretamente a essas comunidades talvez pode poderão não reagir da mesma forma. Então, vamos posso até supor falar de problemas no contexto da desinformação eeee se tu como éeeee dono de um projecto se tu vais a uma comunidade eles podem olhar para ti com uma estranheza, ou seja, és novo, não te conhecem, então podem achar que é uma armadilha ou para extorquir ou para desinformar enquanto que o objectivo é informar, então eles não recebem bem esses projetos que não são do conhecimento do governo que nunca ouviram na rádio então para eles é como se não existisse não há credibilidade então se eles ouvem algo na rádio se tu vais eles já sabem que ham é da rádio, nós ouvimos na rádio é como, por exemplo, aaaa quando há promoção de carreiras, por exemplo, a nível eeee da educação esses como é que éeeee as vagas de emprego, então eles recorrem mais a rádio e se eles ouvem assim interpessoalmente se não ouviram na rádio eles desconfiam eles muitas vezes ligam para nós para certificar se existe um projecto se vocês passaram um projeto X se a gente diz sim eles facilmente acreditam e vão a procura.

P: Então, esses problemas ao longo desse processo da conversação depois são ultrapassados.?

R: Sim são ultrapassados.

P: Falou dos problemas culturais, como é que os problemas culturais são ultrapassados, se por exemplo, o projecto que vem a ser introduzido aqui choca um pouco aquilo que seriam os valores culturais, como é que tem sido ou como pode ser ultrapassado, na sua opinião, para que o projecto não volte, mas sim fique a beneficiar a comunidade.?

R: Para mim, aaaa é trabalhar em conjunto com todos os elementos que fazem uma comunidade, ou seja, para que se tenha sucesso num projecto nas comunidades tendo em vista que os factores socioculturais são fortes tem tem uma força uma dimensão que muitos podem desconhecer mas nós porque trabalhamos com as comunidades e fazemos parte dela sabemos que são fatores que não se podem vencer daqui para aqui então tem que ser um trabalho contínuo, um trabalho com a liderança comunitária que as pessoas acreditam e que sabem como fazer com que as comunidades comecem a perceber as coisas de uma forma diferente. A própria linguagem, o próprio contacto a certos aspectos que nós daqui de fora podemos não perceber mas os que trabalham diretamente com as comunidades os que estão dentro podem perceber com alguma facilidade. Ou seja, se eu chego a alguns membros da comunidade falo sobre, por exemplo, HIV eles podem olhar para ti com desdém ou seja podem responder que sim mas no fundo não não seguem com as recomendações de prevenção contra o HIV, contra o corona vírus, por exemplo. Se tu chegas no campo, as pessoas, quando tu falas as pessoas podem não receber aquela informação mas se essa informação vem a partir do líder, por exemplo, o líder sabe como comunicar com essas pessoas porque ele não trabalha sozinho tem tem certos elementos que que certa estrutura que o próprio líder comunitário cria tem vários chefes, chefe disto chefe de 10 casa ou chefe do

bairro, então em conjunto com estes o líder comunitário sabe dizer que olha para essa informação para que seja bem recebida nós temos de agir assim ... núcleos conversar sensibilizar o que nós aqui de fora podemos não perceber, podemos pensar que é só passar a informação e já está. E trabalhar em conjunto também com a comunicação social falo da rádio, posso falar de televisões então ser um trabalho contínuo de modo que as pessoas não se cansem de ouvir aquilo as pessoas quando vão ouvem todos os dias e o impacto começa a mudar as comunidades são resistentes. Os factores socioculturais são fortes nas comunidades, mas com um trabalho contínuo as pessoas podem mudar a sua forma de pensar e o que se verifica agora por exemplo, no início quando se falava da pandemia era como se fosse um tabu algo que não existe mas nós também como temos como temos esse papel como a comunicação social de difundir a mensagem de pegar esses elementos indivíduos, comunitários colocar eles a falarem para as comunidades o posto administrativo sempre passa, nós vamos ao encontro da chefe de posto as vezes vamos à própria administradora do distrito querem ouvir a voz da administradora que é para perceberem o impacto, o peso dessa informação, então hoje se tu vais ao campo por mais que haja pessoas que não não usem devidamente mas vais perceber que tem máscara sabem falar da importância da máscara e se fores a perguntar vão te dizer que ouviram na rádio ou porque o líder comunitário falou ou está sempre aaaa há uma equipe que está sempre a sensibilizar então as pessoas já tem conhecimento fundamentalmente partindo das lideranças a nível distrital mas tendo a rádio como o elo de ligação.

P: E como é que avalia o desempenho da vila do milénio de Chitima em termos daquilo que seriam as suas projeções da comunidade e a comunidade aceitando aquelas que são as actividades desenvolvidas .....social.?

R: O desempenho é positivo, apesar de alguma falta de difusão da informação porque nem todos passam aaaa passam esta informação dos trabalhos que fazem aaaa com aquilo que talvez era expectativa nem, mas num sentido geral acredito que é positivo tendo em conta que eles não só ao nível da da da comunicação social falo da rádio, mas aaaa com alguns grupos e alguns trabalhos que eles vem fazendo interpessoalmente eles vem vem sensibilizando as pessoas que abracem ao projecto que vem desenhando.

P: E na sua opinião por exemplo o que a vila pode fazer para que possa se dinamizar mais as suas actividades e que a comunidade possa aceitar uma responsabilidade e observamos mais esse envolvimento social.?

R: Para mim é criar mais do que o projecto que eles vem criando e criar essa facilidade de informação aaaa criar equipes que trabalhem no terreno passando a mensagem sensibilizando as pessoas fazendo com que elas tenham confiança porque uma das coisas que muito eeee iiii que intervém de forma negativa nestes vários projectos é a falta de confiança. Quando não há confiança por mais que existam várias equipes o resultado não é aquele desejável da parte deles então criar estrutura porque eu acredito que há várias instituições que nós criamos mas quando não há estrutura o resultado não é satisfatório então é criar estrutura. Criar

estrutura é colocar pessoas com conhecimento do projecto, pessoas com a capacidade comunicativa também de sensibilizar que tenham ferramentas ou recursos que possam facilitar essa difusão dos trabalhos que fazem abraçando naturalmente aaaa elementos como a rádio a liderança comunitária dentre vários outros que é para fazer com que o seu projecto ou sua mensagem chega e seja percebida com muita facilidade.

### **Fim da entrevista**

## **8.2. Alexandre Chaima, Professor primário na vila de Chitima, em entrevista a 25 de Abril de 2021**

Pergunta (P): Éeee, estamos aqui no bairro de Chitima nesta noite para fazer entrevista com um dos jovens do bairro. éeee pode me dizer como é que conhece a vila do milénio de Chitima.?

Resposta (R): éeee, eu conheço aqui na Chitima, no geral Cahora Bassa a partir de 2019, aliás, 2009 eeee daí comecei a viver aqui na na Chitima a partir de 2019 sim.

P: Mas já vinha conhecendo e frequentando Chitima antes.?

R: Sim, já vinha conhecendo sim. Trabalhava numa zona um pouco distante daqui de Chitima e nos dias de salário vinha cá levantar meu salário então é assim que foi conhecendo Chitima daí mais para Songo, por aí.

P: Nesse processo todo de vaivém tem ouvido alguma coisa a falar da vila do milénio de chitima.?

R: Sim.

P: O que tem ouvido.?

R: Eeee é uma recém vila criada, é uma vila recém criada está em processo de desenvolvimento nem, se formos a ver em termos de infraestruturas está a se criar. Sim, estão a se criar essas infraestruturas é uma recém vila.

P: Então, quando os que trouxeram a vila aqui o que disseram tem uma ideia sobre o que eles teriam dito aqui sobre a vila?

R: éeee não sei. Eu não sei, ainda não aprofundi. Ainda não procurei saber mesmo como é que começou essa ideia da para se criar uma vila. Ainda não a aprofundi.

P: Mas tem uma ideia sobre aquilo que estão a fazer, pelo menos.?

R: HUUUUUU não muito! Não tenho uma ideia assim clara só eu conheço lá porque tem um campo de futebol as vezes um tempo quando eu ia lá ver assistir jogo tem umas infraestruturas lá que foram criadas ....

P: é para que?

R: foram construídas lá só que eu não sei para que vai servir aquelas infraestruturas. Não sei! Não sei! mais existe lá até porque havia oooo a UDS, a Uniao desportiva de songo, tinha criado um espaço para servir como campo de futebol mas depois parece que a ideia acabou ficando por terra nem talvez não foi aprovada, não sei.

P: Agora em termos de, porque a vila de Chitima foi criada mais para dinamizar o desenvolvimento local na base das condições locais aquilo que existe aqui na comunidade é isso que a vila vai tentar fazer com que as pessoas olhem para isso e criem condições para que elas se desenvolvam. Agora, em termos de já que disse que a vila iniciou há pouco tempo as suas actividades, tem feito alguma coisa, em termos gerais na comunidade o que você está a ver como mudança desde que pelo menos tentou se criar na vila.?

R: Ok, estou a ver uma mudança da parte, por exemplo, já há água, água potável, água potável yeah. Essa é uma das mudanças água, luz energia nem, energia da HCB já está lá e a vila está em franco desenvolvimento está a população, porque de antes as casas que estavam lá eram casa de de construção precária, mas agora podemos ver casa de construção a tijolo e cobertas a chapa.

P: Essas casas de tijolo quem construiu é a comunidade ou é o governo que construiu.?

R: é a comunidade.

P: Na base nos seus fundos.?

R: Sim.

P: Então significa que a comunidade passou a ter uns ganhos extras olhando para aquela que é a atividade da vila por isso é que as pessoas conseguem criar condições para terem casas?

R: Eu acredito.

P: Quais são as atividades aqui no chitima.?

R: As atividades aqui eeee aqui, aqui há pessoas que dedicam se a pesca do do do da lá da da do rio há um rio nem.

P: é longe daqui.?

R: é um pouco distante sim, as pessoas viajam para lá depois voltam, é aqui mesmos em Cahora Bassa eeee, depois qual é outra atividade? éeeee o comércio.

P: O mercado é este.?

R: O mercado é este sim.

P: Não tem outro além deste.?

R: ehhh, aqui na

P: para além daquele que está lá? Tem um mercado que vi aqui, um pouco mais para lá, só no perguntei porque como vinha para cá, disseram que tinha um outro mercado para....

R: Este é o mercado mais grande porque as pessoas circunvizinhas todas trazem seus bens para vir vender aqui.

P: Esses bens trazem de onde.?

R: Das suas machambas, por exemplo, se formos aaaaa as hortas nem hortaliças trazem das suas pequenas hortas eeee peixe trazem também lá do rio.

P: Então essas hortas, esse peixe antes da existência da vila as pessoas já traziam ou começaram a trazer depois da vila.?

R: Isso já acontecia.

P: Então em termos daquilo que a vila trouxe como novo o que seria.?

R: E água e luz.

(interrupção da conversa)

P: okay. Eu estava a perguntar sobre a questão da mudança se estas pessoas que trazem hortas e outras coisas da machamba já conseguiram fazer isso antes ou depois da vila.?

R: Já faziam já faziam.

P: Então, Olhando para aquilo que seria a escola e saúde como é que é aqui na comunidade.?

R: Eeee sim há uma melhoria nem eeee na educação há uma melhoria porque foram-se construído escolas nessas zonas de de , por exemplo, lá na vila milénio.

P: Essas escola pertence a vila.?

R: Eeee yeah.

P: Pertence a comunidade ou pertence... sim pertence a comunidade mas veio através da vila ou foi uma outra iniciativa.?

R: Yeah.... Lá naquela zona ainda não há escola ainda não há escola aquelas infraestruturas não sei se é para servir de escola não sei, mas não está a ser usadas ainda podem haver assim salas anexas mas numa construção assim, não.

P: Aqui há uma produção de frangos.?

R: Sim.

P: Essa produção de frangos que fez. são as associações ou pessoas individuais.?

R: Existem pessoas individuais e acho que associações também.

P: E essas associações como é que produzem, através da vila que financiou deu apoio.?

R: Não, acho que isso é indivi.... isso é só, acho que em termos de do comércio podem adquirir o valor do do bancário e e vão e vão fazendo seus negócios.



P: Agora em termos da comunicação tem ouvido alguma coisa aqui a falarem sobre a comunicação.?

(Interrupção)

... Eu estava a falar sobre a questão da saúde eeee como é que é, a iniciativa da saúde veio quando.?

R: Este a saúde já vinha desde há muito, o hospital por exemplo.

P: Os serviços como é que eram.? Estavam bons.?

R: Agora melhorou de antes estava um pouco um pouco.

P: Agora quando a vila quer dizer alguma coisa passa na rádio ou televisão que tem ouvido.?

R: Aqui localmente havia uma rádio, mas agora já não existe só existe lá na vila do Songo.

P: Então já não tem rádio aqui?

R: Não.

P: Então já não tem onde a vila fala quando quer falar a não ser..?

R: Não.

Interrupção

P: Eu perguntava sobre comunicação a vila tem feito alguma coisa ou tem dado informação de qualquer forma aqui na comunidade.?

R: Eeee essa informação uuuu acho que partilham informação a partir de aqui localmente, por exemplo, tem havido essa comunicação com megafones e também outra informação partilham com a rádio lá na vila do do Songo e eles partilham essa informação e nós apanhamos na rádio.

P: Com esses megafones costumam dizer o que.?

R: Por exemplo, quando há questões dessa informação de covid-19 eles passam a girar na comunidade.

P: Essa comunicação tem sido feita ou só fazem agora por causa da covid-19.?

R: Yeah faziam, faziam de antes, faziam.

P: Dantes faziam avisavam sobre o que.?

R: Questões de, por exemplo, quando aparece uma visita querem receber uma visita aqui no distrito sobre o governo, então nas comunidades tem aquela estrutura criada lá, então, comunicavam, comunicavam comunicava o com esses megafones.

P: Qual é o papel dos líderes comunitários.?

R: Os líderes comunitários tem um papel fundamental, nem na comunidade.

P: Qual é?

R: em termos de de de eeee eles monitoram eeee a própria comunidade eeee em questões de de de destas das doenças, a educação eeee a própria agricultura, por exemplo, eles são intermediários da parte do governo então eles levam a informação e espadam lá na comunidade.

P: Entre essas duas formas através dos megafones e comparando com a forma como os líderes comunicam qual é a melhor forma? qual é a parte onde vocês conseguem ter boa informação, é através dos megafones ou através dos líderes?

R: Os líderes! como eles vivem? vivem com a comunidade eles vivem na primeira pessoa então lá consegue ter uma boa informação na parte dos líderes, então os líderes também criaram seus focos, temos chefes de quarteirão, chefe de 10 casas, a partir daí apanha-se uma informação detalhada.

P: Muito obrigado. Era só isso que queria perguntar.

**Fim da entrevista**

### **8.3. Henriques, morador no Bairro 25 de Junho, em entrevista a 27 de Abril de 2021**

Nota introdutória: esta conversa iniciou de forma informal e foi se desenvolvendo.

R: Exatamente. é um bairro que vive pessoas agora o que está sendo perguntado aqui no papel...

P: O que que fazem as pessoas lá.?

R: Não faz nada cada um amanhece e vai na vida dele. Não se faz nada aí.

P: Agora o o o o milénio não tem prestado atenção ou apoio as pessoas na comunidade.?

R: Nada!

P: Não há pessoas que beneficiaram-se de formações que foram criadas pelo milénio, por exemplo, pessoas que não sabiam, ou mulher, que são solteiras ou que são viúvas que tem famílias para cuidar não beneficiaram-se de uma formação sobre, por exemplo, como cuidar da machamba ou como criar galinhas ou como o corte e costura ou como se aproveita daquilo que produz na machambam para fazer outras coisas como usar batata-doce pra fazer bolo da batata-doce não há nenhuma mulheres que beneficiaram-se disso.?

R: Para mim, para mim, nada! Porque eu vivo aí mesmo, minha casa esta lá essas coisas ahh, não sei não soubemos ta aí também ele.

P: Então significa que o governo que estava a liderar a vila aí não chegaram de fazer o que deviam fazer porque o milénio quando foi criado foi exatamente para isso para criar condições para que as pessoas possam de uma certa forma condicionar o desenvolvimento

para poderem criar aquilo que eu estava a dizer para quem não trabalha, as mulheres, por exemplo, podem criar auto emprego quer dizer o milénio vinha para isso.

R: Então isso não foi feito, mas também são pessoas que também vive da forma como também estamos a viver, isto não está sendo feito. Nada, eu vivo lá, não tem nada aí, cada um só vive da sua maneira que ele sabe amanhece vai na machamba ou se vai no madjoridjo ou se vai numa eipha diferente coisas diferentes.

P: Ok. isso de ir a machamba as pessoas não beneficiaram de nenhuma formação para poderem cultivar de forma diferente ou produzirem mais,?

R: Não, não.

P: Não foi colocado nenhuma técnica para influenciar nesta forma de produção.?

R: Não!

P: okay.

R: então nós fomos as primeiras pessoas, para mim o que eu acho era chegar lá mesmo ouvir com pessoas que estão lá, mas acho que já tem umas notas.

P: okay. Aquela coisa de de escola que dizem que tem escola como é que é?

(entrevista continua noutra áudio)

R: Não tem escola aí, só tem casa que foram construído, não sei se era para ser instituto não sei, mas há... não chegou de de de funcionar.

P: Mas se dizem que HCB éeee deu patrocínio deu muito dinheiro para aquilo ali andar.

R: Agora ele sabe em que ano parou? 2013.

P: Em 2013 não se fez quase nada.?

R: Desde 2013 até agora costumam .... agora tem casa tem ar-condicionado estava a ser roubado há anos atrás havia um guarda que costumava guarnecer, mas como ele acabava anos e anos sem receber acabou também desistindo e não está sem ninguém.

**Fim da entrevista**

#### **8.4. Dionísio Chicoponha, enfermeiro-chefe do Centro de Saúde de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021**

**Pergunta (P):** hoje é dia 20 de Abril. Então, vamos conversar com o enfermeiro chefe do posto de Saúde. É posto de Saúde de quê?

**Resposta (R):** Centro de Saúde de Chitima.

P: Centro de Saúde de Chitima. Então dizia que...

R: sim, eu dizia queee aquilo de posso dizer assim...

P: dizia que o presidente Guebuza...

R: haaa, sim. Ele que veio inaugurar, veio fazer o lançamento da primeira pedra para aquela construção, para a construção da vila do milénio e depois de fazer aquele lançamento então começaram logo a fazerem aquilo que é o trabalho não sei quê e depois de fazer aquela limpeza toda para poderem já começarem com as obras. Então e daí começaram já com as obras e sim, começaram com a construção, mas fizeram as casas e tudo, e então electrificaram. Depois de electrificarem puseram ar-condicionado e não sei quê e daí que aquelas casas ficaram. Ficaram assim. Do princípio se dizia que ia ia começar a funcionar como uma escola de de informática de princípio para poderem dar aquilo de poder formar algumas pessoas para questões de informática, logo pacote básico, do pacote básico e depois até. E ficou se assim e aquela informação então andaram a equipar alguns, deram alguns equipamentos como o coiso, computadores para poder já iniciar ehh com o trabalho, mas depois aquilo depois não foi até além e não funcionou quase, podemos dizer, não ficou, não foi até além e depois acabou aquilo ficando assim. Aquele programa parou e então nós não sabíamos que eipah, não sabíamos a que se deve aquela paragem e então aquelas casas ficaram. Então, parece com as reuniões que estavam acontecendo na era do Sr. Administrador cessante Abel Samson Chongo e acabaram as pessoas apresentando aquilo como questões acerca daquelas casas alegando que aquelas casas estão ficando e depois nós queremos saber o fim daquelas casas o que ia funcionar porque ouvimos que ia acontecer alguma coisa para poder funcionar ali, mas até a este momento estamos a ver que nenhuma coisa e as casas estão abandonadas. Então, daí resolveram-se que ouvir-se que sentou-se que houve uma reunião a dizer que como aqui tem uma e única escola secundária que é a escola secundária do vale do Chitima e então que aquela escola está superlotada porque não consegue responder com aquilo que é a demanda dos próprios estudantes visto que Chitima de ontem não é de hoje, então, a vila de Chitima está a crescer, então acharam que poderiam ocupar aquelas salas como como aquelas casas como se fossem salas anexas da escola vala de Chitima, que é a secundária. Então, mas mesmo assim eipah, acabou-se discutindo, foi um plano que o governo havia de passar juntamente com a direção da escola, mas disseram que acabaram, acabou chumbando aquele programa alegando que já não poderia porque lá é longe e então, também ficou assim sem funcionar e começou-se a funcionar com umas outras escolas que estão perto como salas anexas, mas para lá disseram que já é um pouco distante, o estudante sair de lá do Vale de Chitima para fazer isso, entao, não iam dar, não sei se talvez pelas condições lá dentro e não sei quê quê quê e então, acharam assim, não sei ou alguma coisa que houve entre debate que eles fizeram e então, aquilo acabou sendo uma coisa sem se realizar. Então, daí até cá aí já aquilo está abandonado.

P: então, o serviço da que veio como projecto para o desenvolvimento para a comunidade através do governo parou..

R: yaaa, parou. Desde que construíram aquela aquelas casas, fizeram aquele aqueles edifícios até então nunca se nunca se fez nada quase por aquilo que, como vila do milénio. Sim.

P: então, essas casas que foram construídas na ideia de sala de informática, a sala de informática era mais para formar jovens para quê?

R: Yaaa, aquilo era para, aquilo que eu pude ouvir, ehh, quando construíram, então, do princípio quando construíram ehh, eu não tenho bem a informação e quando fizeram aquele lançamento. Só que ouvi dizer que eipah, é vila do milénio. Então, lá dizia-se que podia se construir além daquelas casas que construíram lá porque construíram, aquilo são casas que construíram tipo escola, estão num sítio. Então, para além daquelas casas estarem, estarem só aquelas casas, então, acabaram então criando uma, parcelaram um espaço daquela, alegando que iam dar ehhh, iam dar aos funcionários, então, para poderem, até que teve demarcações. Lá tem demarcação naquelas casas que é vila do milénio até lá. Então, alegaram que é ummmm, esta, é uma parcela que poderia atribuir funcionários do Estado para poderem fazerem casas.

P: então, isso foi, significa desvio daquilo que é o projecto para o desenvolvimento do distrito!

R: sim. Sim.

P: então, qual é a base, por qual meio as pessoas se inspiram para desenvolverem certas actividades aqui no Distrito, na sua opinião?

R: eee, não percebi, peço para...

P: qual é a base, por exemplo, que as pessoas tem agora, porque a vila do milénio devia servir como se fosse uma escola, onde ia ensinar as pessoas sobre técnicas e critérios de desenvolvimento para que, por exemplo, um indivíduo pode ter uma ideia de criar um empreendimento mas não sabe como fazer, então, a vila ia funcionar como sendo uma escola, como sendo um, ehh, uma espécie de sítio onde as pessoas aprendem a fazer muitas coisas. Agora, como é que, tendo em conta que esta ideia da vila caiu, qual é a ideia, como é que as pessoas hoje se inspiram para poderem ehhh, criar seus empreendimentos? Como é que elas buscam estes critérios para o desenvolvimento?

R: yaaa, ali em termos daquilo, conforme o que nós, que eu pude ouvir naquele momento já que aquilo não se fez nenhum efeito, ehh, não funcionou. Então, eu acho que a população, em termos daquilo que estava a se prever, ali conforme para casos, por exemplo, para casos de do que estava a acontecer, de dizer o que ia acontecer conforme a escola de informática, pelo menos as pessoas já vão, tentam, ehh, tem umas escolas que cada um já paga, ali tem um sítio que funciona a informática que é ali no mercado as pessoas sozinho, aquilo que cada um eipah, quer tentar se inscrever na informática, então paga. Aquilo paga-se por pacote. Então, tem aquele pacote base e depois tem outros pacotes, isso aquilo depende dos próprios pacotes

já para poder pagar, por isso cada um já cria um custo pessoal para poder e inscrever para pelo menos ter aquela noção da informática....

P: em conversa, em Maputo, com a directora, acho que conhece, a Dra. Ivone Muocha, ela dizia que aqui no Chitima pelo menos a vila conseguiu potenciar a questão da produção do frango. Há produção de frango aqui no Chitima?

R: sim, produção de frango tem, sim. Tem muita gente que estão, bom, produção do frango como uma ....

P: de forma individual, pessoas que se ....

R: de uma forma criada que o Estado talvez criou, bom, eu nunca nunca pude ter essa informação, mas talvez pode se criar ehh, uma organização, se calhar aparecer fazer aquilo tipooo, criar um incentivo, um incentivo de modo ehh a para que haja, que nem empreendedorismo para algumas pessoas porque na verdade isso muita gente fazem. Tem muita gente que cria frangos. Tem um ali que é o Sr. Carlitos que é pedagógico, é director da escola de Chussua, está aqui no Catondo que cria frango, aqui no mercado também tem uma senhora que também cria frangos, compra aqueles pintos e depois ração, compra ração e depois cresce aquilo e depois vende. Tem! Tem muitas pessoas. Tem essa criação de frango, fazem.

P: então, aqui na vila de Chitima tem uma rádio comunitária?

R: sim, rádio comunitária, na verdade tinha rádio Sanangué, sim. Tinha, mas já está se calhar há, acho que já há oito anos, oito anos ou sete, se não estou em erro que já a rádio não funciona e então, mas ouviu-se que ia que algumas pessoas que foram capacitados que estavam a trabalhar naquela rádio, foram solicitados e outro que estava em frente foram até no Maputo ainda para poder, se calhar reactivar a rádio, mas até este momento a rádio ainda está parada. Então, a própria HCB também tinha dito que poderia se prontificar para poder dar alguns acessórios que ainda estão em falta para poder equipar o coiso, a própria rádio, mas até este momento eu não tenho ainda uma umas informações assim, mas como tenho um amigo que também trabalha na rádio do Songo que também é daqui, ele que estava a trabalhar nessa rádio, então, ele é que estava a me dar essa informação de que não, brevemente a rádio vai funcionar, mas do momento aqui a rádio está parada, se calhar há sete anos, se não estou em erro, se a memória não me falha, mas está há sete ou oito anos porque eu mesmo quando cheguei aqui a rádio não funcionava. Eu cheguei aqui em 2011. Yaa, até 2011 estava a funcionar, yaaa, 2011 estava a funcionar até funcionou um pouco, 2011 quando eu cheguei aqui em, no mês de, primeiro vim estagiar aqui como chefe do grupo, em 2011, em 2010, haaa, em 2010 que estava a funcionar, sim, depois em 2011 quando vim como colocação então, já a rádio não estava a funcionar e então...

P: e como é que as pessoas se informam aqui no Distrito?

R: yaaa, aqui no Distrito nós nos nos informamos, bom. A informação, há pessoas como tem rádio comunitária de de Cahora Bassa que é o próprio distrito que está instalado no Songo,

P: sim, sim.

R: então, aquela rádio, para algumas pessoas que, por exemplo nós que, por exemplo, eu como tenho DSTV em casa, também eu fico mais informado com a televisão...

P: agora, a comunidade que não tem...

R: sim, agora, para a comunidade que não tem então, aquela rádio ali aqui também apanha porque como a antena está acima. Só que tem uma oscilação por causa dessas montanhas que só as vezes só aquele que tem aquele aquelas rádios ... então, aquele pelo menos tem potência, então consegue, mas a informação aqui muitos apanham rádio comunitária de Songo para se informar, mas aqui mesmo localmente aqui na vila de Chitima, no posto administrativo de Chitima não tem, sim, sim.

P: okay. Então, quando se iniciou a vila aqui no distrito, ehh, o que é que o governo terá dito sobre essa vila, quando eles quiseram implementar a vila, terão dito alguma coisa, sobre a vila?

R: yaaa, informação mesmo detalhadamente com como informação mesmo, eu não tive por quê, porque aquela informação como eu primeiro quando em 2012, quando fizeram aquele lançamento, foi em 2012 ehh, eu em 2012, quando em 2011 cheguei e então trabalhei na periferia, fui colocado na periferia, uma distância de 65 km daqui, mas uma terra batida, ehh, mas o que havia de acesso não é daquelas boas, no tempo chuvoso impede sempre a travessia, mas então, eu trabalhava lá só que sempre vinha na entrega do relatório, também a minha casa estava aqui, minha esposa também aqui, eu só ia trabalhar lá ficava se calhar um mês e depois vinha aqui para deixar relatório sempre mensalmente, de mota. Então, e como informação como informação, mas aquilo ali sei que a vila do milénio no mínimo as informações que eu tive era para o desenvolvimento do próprio do próprio distrito não é e então mesmo para facilitar também dar espaço aos jovens para poderem fazer aquilo que que é, para o futuro não é, para garantir o futuro de da sua casa, mas só que não chegou aquilo ali, mas é isso mesmo que é a política que falhou que poderiam atribuir espaços nem para funcionários e também para jovens e também para garantir o desenvolvimento dos jovens, então, é muito mais isso que eu pude ouvi com ....

P: e a comunidade ouviu sobre isso?

R: sim, sim. A comunidade teve essa informação. Teve essa informação porque criou-se até polémica do no no fim daquilo porque as pessoas iam lá ocupar aqueles espaços porque eles parcelaram uma área grande e depois lá puseram marcos e depois a dizerem que aqueles marcos, aquele sítio onde puseram marcos a comunidade não poderiam invadir. Então, houve uma informação que poderíamos, que nós poderíamos entregar documento para depois você requerer o espaço para depois sermos atribuídos, então fizemos isto mas até então, não fomos

atribuído esses espaços mas acabou se requerendo. Requeemos e metemos documentos só que não tivemos acesso.

P: e a comunidade, fala sobre a vila do milénio de Chibuto, de Chitima, aliás?

R: yaaa, mas neste momento a comunidade já nem fala, nem porque, não fala porque, porque ehhh, não falam já porque se calhar pode se dizer que como levou muito tempo, nem, levou muito tempo sem se se sem coisa, sem surtir o efeito, como ficou muito tempo, então as pessoas já, algumas pessoas, por exemplo, tiveram espaços em volta mas não naqueles sítios onde tem marcos, então, tiveram e para algumas pessoas. Agora, muitos já não falam daquela situação porque você já não disseram que não podem já construir porque é uma área que já está, já está coiso, nem, já está marcado, é uma área do governo, então, a comunidade já tem essa informação de que aquele espaço já é do governo, já não pode não pode...

P: e o governo, quando quer comunicar alguma coisa, usa que meios, por exemplo, podemos ver que há muitos meios, podem existir os líderes comunitários, o chefe acha que é um líder na comunidade, tem os líderes comunitários tradicionais, tem os curandeiros, e depois tem os meios de comunicação como rádio. O governo quando quer transmitir uma informação para a comunidade, qual é a via que eles usam?

R: yaaa. Ali, primeiro quando quer transmitir alguma coisa se calhar muito mais ligado a, porque tem uma liderança, primeiro tem a liderança do bairro, depois aquele ciclo todo, depois tem a liderança do bairro que está ligado ao chefe da localidade, o chefe de localidade está ligado ao chefe do posto e o chefe do posto está ligado directamente a senhora administradora. Então, essa liderança, primeiro tem um elo de ligação, a informação se, por exemplo, eh, a senhora administradora quer, por exemplo, fazer uma visita, fazer uma visita, por exemplo, num bairro, quer dar uma informação ou ele, por exemplo, se for uma informação que quer dar ou então, quer reunir com um dos bairros, então ela entra por via do chefe do posto e o chefe do posto entra para a localidade e a localidade vai direccionar ao bairro onde eh a excelentíssima quer fazer a sua reunião naquele momento e então, dão um informe. Tem pessoas que na na na naquele bairro passa a noite a difundir informação, grita, nem tem um processo de informe por grito, logo às quatro então passa a dar aquela toda informação porque ele já sabe que meu bairro inicia daqui e depois termina lá, então, passa a dar aquela informação e as pessoas já sabem, então logo naquele momento vão se reunir ali onde é o local habitual que sempre se faz a reunião e depois de seguida a senhora administradora chega lá naquela hora e começa com a visita ou começa a saudar com a população, ouvir as inquietações da da própria comunidade, então, é ai como, as coisas funcionam.

P: muito obrigado. Acho que era isso que eu queria conversar com o senhor enfermeiro. Agradeço pelo seu tempo. Obrigado pela paciência de me explicar aquilo que pelo menos .....

**FIM da entrevista**



### **8.5. Sidique Abílio, Sheik na Mesquita Massidide Bilal, em entrevista a 28 de Abril de 2021.**

**Pergunta (P):** bom dia mais uma vez. Agora vamos iniciar outra entrevista com o Sheik da Mesquita Massidide Bilal. O procedimento vai ser normal em função da entrevista que nós a, ou com as questões que nós fomos a levantar para obtermos as respostas. Bom, Sheik, conforme eu havia dito, ehh, eu estou a fazer uma pesquisa sobre as vilas do milénio, essas vilas do milénio foram introduzidas em 2006 pelo presidente Guebuza quando ele tomou o poder como presidente e ao longo do tempo, as vilas do milénio foram crescendo. A primeira vila que surgiu foi a vila do milénio de Chibuto, em Gaza e com o tempo as vilas foram crescendo e hoje em dia, nós temos muitas vilas que se encontram em quase todo o país e temos mais uma vila aqui do Chitima, ou na vila de Chitima. Eu escolhi esta vila porque nos documentos do governo que eu fui lendo, diz-se que esta vila é uma das melhores vilas. É uma vila que tem apresentado eee uma sustentabilidade positiva, mais porque tem apoio da HCB, não sei se a comissão seria exactamente essa. Então, o motivo que me fez escolher esta vila foi exactamente porque o governo diz que os gestores do CITT, que são aqueles que gerem as vilas, o centro de investigação e transferência de tecnologia, eles dizem que esta vila é uma das melhores vilas dentre as as tantas que existem no país. No entanto, a ideia é mais para conversarmos sobre isso conforme eu havia dito. Então, como forma de começar eu gostava de saber como ee que conheceu a vila eehh, de Chitima, a vila de desenvolvimento de Chitima?

**Respost (R):** bem, ehh, eu conheci a vila praticamente diria há um tempo eee, praticamente entre 2011 para cá...

P: este foi o ano em que se fundou a vila.

R: sim, é é o momento em que eu cheguei cá porque eu, praticamente eu não sou de cá. Sim. Mas estou desde 2011 quando eu cheguei cá. Agora, falando do desenvolvimento do milénio, bem, praticamente é uma das vilas de verdade que está a trazer desenvolvimento, no geral, e o governo praticamente tem feito esforço de fazer tudo para haver o desenvolvimento da própria vila porque na verdade não é tão fácil o crescimento da vila daqui para aqui. Mas em todo caso a vila está a crescer num ritmo bom.

P: okay. Nós estamos a falar da vila do desenvolvimento de Chitima.

R: sim.

P: ehh, quais são as actividades que são desenvolvidas lá na vila do desenvolvimento do milénio?

R: bem, talvez dizer que quais são as actividades que estão sendo desenvolvidos, dizer aquilo e mais aquilo estaria a falar no sentido negativo porque eu também não estou mais empenhado, eu as vezes não tenho ido naqueles edifícios me inteirar do do melhor.

P: Mas não te convidam para lá estar ou é vontade própria?

R: (risos)

P: porque o que percebi aqui nos distritos e por onde andei é que aaa, quando se tem uma acção feita pelo governo e que é preciso envolver os líderes e a comunidade, no sentido geral, os líderes, eles são convidados para estarem lá, então, ehh, muitos dos que dizem que conhecem a vila é que já participaram. A vila começou em 2011, e o Sheik diz que está aqui desde 2011, mas não conhece muito bem porque não tem ido. Não vai porque não te convidam ou porque eeh, por outras tarefas não consegue ter tempo suficiente para participar na nas diversas actividades?

R: bem, eu diria que, portanto, na verdade, o governo tem um papel muito grande e positivo em termos de a nível do distrito em relação ao aos líderes religiosos, ele anda sempre ocupado e particularmente sempre trabalhamos juntos nem, ehh. Ele nós nesses eventos, na verdade, ele tem convidado, tem convidado vários eventos mas em relação ao milénio, particularmente a mim, talvez por ocupação e não consigo sempre lá estar... fico particularmente sem me inteirar bem do assunto.

P: então, na sua interação com outros líderes religiosos não tem se informado? Ou em outras ocasiões não tem se informado sobre sobre as mesmas questões pelas quais eles convidam para .... quer dizer, parto do princípio de que se te convidam é que acham que é importante, mas pelas suas actividades, não tem tempo de estar lá. Agora, no fim, quando tem tempo, em momentos em que tem tempo, ou na relação com outros líderes, podem ser religiosos, podem ser líderes comunitários, nas conversas, não costumam abordar sobre os assuntos que são abordados na vila? Mais para se informar melhor da sua parte. Só para ouvir teu o ponto de vista, a vila pode trazer benefícios para a sua comunidade, porque os seus crentes, não são, são crentes?

R: são.

P: os seus crentes podem ter benefícios dos serviços que são oferecidos pela vila, mais menos nessa perspectiva.

R: bem, ehh, eu nalgumas vezes eu tenho me inteirado aaaa, em conversar com colegas líderes, não só líderes comunitários em relação ao assunto, nem, mas o que eles tem me falado na verdade há um sinal de crescimento, nem. Há um sinal de crescimento, de desenvolvimento e tudo mais cada vez mais o governo está a ter planos e e em termos para o desenvolvimento de modo que os jovens também, que tenham uma coisa para poderem sobreviver, nem, o trabalho, o desenvolvimento em si.

P: agora, na sua opinião, olhando para a sua comunidade onde está em volta, como é que achas, há desenvolvimento, acha que há desenvolvimento? Olhando para aquilo que é, aquilo que os olhos nos dizem e pela sua convivência no dia-a-dia, tanto olhando para aquilo que

seria o ambiente que nos rodeia assim como olhando para aquilo que são os seus crentes que aparecem na igreja. Acha que há desenvolvimento?

R: sim, sim. Claro. Na verdade, olhando nesse aspecto ali eh, há um desenvolvimento. Há um desenvolvimento muito grande, eu recorde-me muito bem naquela altura quando cheguei cá e muita coisa nós não tínhamos dentro da vila e de 2011 para cá, na verdade há um crescimento muito, muito elevado que em relação a esse aspecto ali é de louvar e agradecer a Deus e não só, agradecer ao governo distrital por tudo que ele está a fazer.

P: e o que é que pode ter como influência para o governo que desde 2011 até hoje que antes não tinha e que na graça, graças a vila do milénio do desenvolvimento ah, esta coisa veio criar condições para que haja desenvolvimento. Um exemplo de uma coisa. O que é que não tinha antes mas que depois do aparecimento da vila passamos a ter aqui no distrito?

R: bem, eh, começamos a mencionar mencionar, eu diria que estaríamos a levar muito tempo, mas mesmo assim, na verdade há muita prova nisso nem que a partir daí que do assunto, vimos que através do do desenvolvimento a vinda do milénio, nós principalmente aqui no Chitima, nós tínhamos problemas sérios de água. Yaaa, num num até nos doer, que até as pessoas não gostavam de estar em Chitima, então foi água. Mas a vinda do daquele projecto hoje temos uma água limpa e não só e temos aqui também o alargamento do hospital. Temos aqui as infraestruturas do próprio governo estão cada vez mais num crescimento. Afinal de conta quanto mais as infraestruturas locais do governo crescem mais emprego aparece. Então, por aí, sim.

P: okay. E olhando para aquilo que seria a sua comunidade interna, os seus crentes, dentro daquilo que seria a pouca informação que tem tido uma vez que dificilmente aparece lá. A informação que tem tido através dos outros líderes consegue partilhar com a sua comunidade de crentes?

R: sim, sim, sim. Nós temos, em todas as conversas que o governo eles nalgumas vezes tem convidado, temos participado. Temos participado em várias reuniões e nessas reuniões todas assim que voltarmos da reunião nós temos dado relatórios aos crentes para estarem a par daquilo que está acontecer a nível do distrito do do do em termos do desenvolvimento. Mas em qualquer também aspecto e mesmo sendo desenvolvimento e não desenvolvimento, nós tudo partilhamos aos nossos crentes.

P: o que é que dizem normalmente aos vossos crentes?

R: no, eh, quando nós damos esse relatório eles dão parabéns nem. Quando se fala de desenvolvimento, eipah pedimos mais que haja mais desenvolvimento. Eles pedem que haja mais desenvolvimento, haja enquanto haja mais desenvolvimento, emprego vai existir porque afinal de conta emprego é um calcanhar, é um calcanhar de todos nós e é isso que as pessoas querem, que todo mundo tenha um desenvolvimento a partir deste desenvolvimento que quer dizer, é um emprego, sim.

P: agora, é exactamente neste aspecto que devia se perceber quando nós falamos das vilas do milénio de desenvolvimento em Chitima ou em todas as vilas que existem em todo o país porquê, porque o governo é é, a questão das vilas do milénio, é um projecto que o governo implementa em Moçambique para aquelas comunidades se desenvolverem, então, sendo, tendo sido trazido aqui a vila do milénio para Chibuto, para Chitima, sorry, para poder ajudar as comunidades naquilo que seria a percepção das formas eh, exactamente para combater este este, esta falta de emprego, este subdesenvolvimento, os líderes vão para os encontros e trazem informação. A informação depois chega nas comunidades, aos vossos crentes, neste caso, qual tem sido a a posição que eles tomam como pessoas que tem carência disto e daquilo de modo a que possam, pelo menos, em algum momento, resolver os problemas, por exemplo, estamos a falar de comida, porque existe, em todo o país nós temos este problema de fome, então, como é que, qual é a posição da, se há interesse em que as pessoas irem para lá na nas vilas do milénio para se beneficiarem daquilo que o governo ou daquilo que a vila oferece?

R: bem, em relação, nessas pessoas irem para lá para usufruírem daquilo que o milénio bim, aliás, o milénio oferece, na verdade, nem muitos vão para lá, mas creio que um, dois, vão para lá para poderem se beneficiar do deste desenvolvimento e deste problema, porque afinal de conta nós estamos a falar de desenvolvimento, estamos a falar com, a fome e todo mal, nem...

P: mas as pessoas não vão para lá porquê? Não vão porque não tem interesse ou porque acham que é coisa do governo e o governo não vai dar seguimento ou porque acham que aquilo que o governo lhes oferece não tem muito peso ou não vai trazer muita diferença?

R: não, dizer que talvez as pessoas não vão para lá porque o assunto não tem peso, nalgumas vezes só, a chance é pouca nem, porque nós temos um número de muita gente, então, praticamente é aquilo que antes falei que nem todos vão pra lá porque os que vão para lá beneficiam, o governo dá chance...

P: tem algum membro daqui da sua comunidade que foi para lá e que tem pelo menos conhecimento?

R: sim, tenho um membro do meu grupo daqui da comunidade que já, que já foi para lá que tenho conhecimento.

P: Okay. Depois vamos voltar para esta questão. Então, como é que eh, eh, aqui no distrito tem um meio de comunicação através do qual eh se partilha informação a nível do distrito?

R: bem, eh, a nível do distrito nós temos um meio de comunicação, sim,...

P: qual é?

R: que é rádio. É rádio comunitária de Songo.

P: ah, usam a rádio de Songo.

R: sim. Sim.

P: esta rádio comunitária local não tem, não tem usado.

R: ehm, são poucas vezes.

P: são poucas vezes.

R: yaaa!

P: então, o que é que normalmente, esta rádio de Songo tem falado sobre a vila do milénio de Chitima?

R: sim, sim. Tem falado.

P: e o que é que tem ouvido, por exemplo, na rádio de Chitima sobre a vila?

R: na verdade eu, a rádio tem sim, eu sei que eles várias vezes tem tem tem tem abordado assuntos de relacionado ao distrito, eh assuntos não só também do milénio mas na verdade poucas vezes eu tenho aquela participação da comunidade do próprio, da própria comunicação no seio, na rádio.

P: okay. Então, não gosta de ouvir rádio? (risos)

R: (risos).

P: gosta de televisão. Não, são questões de preferência, pode não gostar de ouvir rádio mas gosta de televisão, é normal. Particularmente eu não gosto de rádio, não vou mentir, mas gosto de assistir televisão, por vários motivos.

R: na verdade,

P: então, pode ter também os seus motivos.

R: não, é que na verdade é que eu poucas vezes escuto rádio. Poucas vezes assisto rádio.

P: é normal.

R: então, muitas vezes estou na televisão, estou na televisão.

P: e na televisão, normalmente não falam, não falam muito sobre, esse é que é o problema das televisões porque nós não temos televisões locais...

R: sim, sim.

P: se tivéssemos televisões locais, o assunto ia ser, ia ser outro.

R: seria outro. é verdade.

P: okay. Okay. Então, tudo bem. E a sua comunidade tem ido para lá, tem corrido para lá, para a vila, disse que sim, mas como é que, olhando para aquilo que seria a sua comunidade, observa mudanças na sua comunidade depois de introduzirem a vila? Ou pode ser mudança

naqueles que pelo menos conhece que diz que tem se beneficiados desses serviços. Essa pessoa que se beneficiou dos serviços da vila mostra algum desenvolvimento ao longo da sua vida? Ou mostra alguma mudança.

R: bem, dizer que mostra uma mudança, uma mudança assim, do desenvolvimento éh, talvez estaria a falar pouco errado nem. Mas mudança como mudança, existe, mudança existe, mesmo que não seja a do do do desenvolvimento de um patamar muito elevado, sim.

P: okay. Eh, tem conversado com outros líderes locais?

R: sim, tenho conversado.

P: tem conversado sobre a vila do milénio de Chitima?

R: sim, temos conversado.

P: o que é que conversam normalmente com os outros líderes?

R: bem, o que nós conversamos a a milénio é que discute-se aquilo que é o desenvolvimento nem. Ficamos preocupados porque se aparece um desenvolvimento a um nível limitado, então, nós queremos que este desenvolvimento não venha para um nível limitado, a um certo nível que cada vez que aparece até aqui nós queremos que sempre houver crescimento do desenvolvimento. Então, é isso que temos conversado.

P: okay. Então, de uma forma geral, qual é a sua opinião sobre a vila do milénio?

R: de uma forma geral eu diria que o governo devia dar continuidade, nem, dar continuidade e houver, criar mais posto de emprego a partir do que, a partir do novo milénio porque isso ia nos trazer um crescimento assim tão rápido, um desenvolvimento assim tão rápido a um nível alto, então é isso que nós precisamos. É isso que o distrito precisa. É isto que o povo precisa, então, sendo assim, seria é uma coisa muito benéfico em termos gerais para todos. Não só poderia desenvolver, poderia ser um benefício para o distrito mas também para o país em geral. Sim.

P: então, se te convidassem para dar apoio na gestão da vila eh, olhando para aquilo que são as necessidades da comunidade para criar condições para que se crie outra coisa de modo a que se possa satisfazer estas necessidades, o que é que daria mais prioridade?

R: não entendi.

P: se tivesse assim uma oportunidade para gerir por um tempo a vila do milénio de Chitima e que dissessem para você criar um projecto de sustentabilidade, um projecto para ajudar as comunidades, tanto suas assim como de Chitima, como um todo, o que é que ia priorizar mais?

R: bem, eu se me dessem essa oportunidade de eu poder estar em frente e gerir a prioridade iria dar a sustentabilidade de jovens porque afinal de contas, chamar jovens a trabalhar lado a lado, jovens criativos, heim, jovens ideais, então, é nesse sentido, colhendo jovens, levando jovens a trabalhar duro...

P: mas que projecto iria trabalhar com os jovens? Ia convidar os jovens para fazerem o quê?

R: bem, emmm, nós temos aqui o a pesca, por exemplo, nem nós temos aqui a pesca. A pesca é a nível do distrito é um projecto de muita sustentabilidade, então, levando esses jovens pondo nesse projecto eu creio que tem teria uma pesca de um nível elevado, uma pesca de qualidade que podia render aos próprios jovens, acho que poderia render ao próprio distrito e não só e também a comunidade poderia se beneficiar.

P: os jovens gostam mais de fazer o quê na verdade, particularmente jovens daqui de Chitima?

R: bem, jovens, daqui, particularmente daqui de Chitima o que eles gostam mais é trabalhar...

P: em que áreas?

R: cada jovem, praticamente precisa de trabalhar. Em que áreas eles gostam muito de trabalhar. Na verdade nós, até diria que falar em termos gerais e não só nós de Tete assim, praticamente vou falar em termo geral. Penso que muitas vezes estamos mais inclinados na parte mineira, nem... estamos a falar a pesca, a pesar de não temos capacidade de termos aquela pesca de referência mas acho que havendo essa oportunidade de termos aquela pesca, os jovens poderia se integrar ainda mais, sim.

P: está bom, muito obrigado então. Acho que são essas as questões que eu queria levantar consigo. Então, podemos terminar com a nossa entrevista.

**Fim da entrevista**

## **8.6. Helmer Azevedo, gestor da vila do desenvolvimento do milénio de Chitima, em entrevista a 29 de Abril de 2021**

Uma breve conversa aconteceu antes do início da entrevista

**Pergunta (P):** então, podemos falar um pouco sobre, sobre a vila do milénio do desenvolvimento do Chitima. Como coordenador da vila, há quanto tempo está como coordenador da vila?

**Resposta (R):** bom, eu estou como coordenador desde 2018 em Setembro. Setembro de 2018, sim.

P: então, desde que a vila foi criada em 2011 até hoje quis foram as acções que podem ser consideradas como sendo ehm, as mais privilegiadas pelo projecto?

R: bem, desde 2011?

P: sim, podemos falar desde 2011 até a época em que foi concebida como projecto.

R: yaa. Talvez como não poderei lhe dar toda a informação assim como eu estava a dizer que desde 2018, mas aquilo que eu tenho como informação é que já vinha se fazendo um trabalho

porque a vila tinha os CDRs que são os campos de demonstração de resultados emm, que ficavam um pouco distante daqui da vila, ehm porque tinha que se encontrar zonas com água para a produção de hortícolas, abertura de campos. Então, tinha um campo na zona de Massecha onde já fazia-se um trabalho, então com o apoio também da HCB, nem, por causa do memorando do entendimento ehh, fez-se, fez-se os campos e tivemos como material um trator, duas motos, moto bomba para poder fazer esse trabalho. Então, desde lá, desde 2011, que foi o ano em que procura saber, já se fazia trabalho porque tínhamos um CDR, tínhamos campos, ehh, não tavam os CDRs lá e já se fazia o trabalho. O próprio trator também usava a usava-se para trabalhar junto com a comunidade, exacto.

P: então, em que contexto pelo menos se cria a vila aqui no distrito?

R: não percebi.

P: em que contexto cria a vila aqui no distrito?

R: bem, estas vilas têm como missão nem, a promoção de investigação, eh, a inovação. Então, quando se cria a vila eh aqui em Chitima era muito mais no sentido de dar apoio a uma camada desfavorecida, nesse caso, podemos dizer assim, nem uma camada desfavorecida em que podiam se fazer a disseminação de tecnologias para que as mesmas pudessem, mais tarde, criar um trabalho para eles mesmos, nem, porque nós podemos dar exemplo da, da deee formação de corte e costura para as mães que são chefes de família. Sim, elas são formadas em corte e costura e mais tarde tem um trabalho para fazer em casa que vai dar-lhe um sustento. Sim. Então, foi foi mais nesse sentido.

P: ehh, o apoio do qual falou, qual é o tipo de apoio que tem dado, por exemplo, às comunidades?

R: o apoio que as vilas dão...

P: sim.

R: dão para a comunidade.

P: sim.

R: bem, a princípio as comunidades olhavam para as vilas como um um programa, como um programa, tipo nós vamos para as vilas para receber, nós não temos farinha, não temos caril e então, nós vamos às vilas vamos receber porque nós somos pessoas desfavorecidas, então as vilas devem nos apoiar. Mas então, não é nesse contexto que nós queremos, porque as pessoas não podem olhar para as vilas como um programa, como um projecto que está ali para dar repolho, farinha, não. Na verdade disseminamos técnicas disseminamos técnicas. Por exemplo, tem uma senhoras que têm machambas, têm campos, mas não têm, eles usam conhecimento local para a prática da agricultura, por exemplo, então, nós como vila temos tido treinamentos, capacitações, onde disseminamos boas técnicas para práticas agrícolas.

P: por exemplo?



R: ehh, por exemplo, para quem é criador, gestão, por exemplo, podemos olhar para a gestão do dos solos. Há quem utiliza queimada, inicia por exemplo, com a primeira época da da da campanha agrícola, não são boas técnicas essas, então, nós disseminamos outras técnicas que devem, que devem usar, ou adubação verde através de quê, os próprios campos já criam um um aquela máquina que chamamos de capim e não sei quê, então, nós podemos revirar e criar adubação ao invés de queimadas porque acaba empobrecendo os próprios solos. Então, lá nos nossos treinamentos, nas nossas capacitações, nós conversamos com esses papás, com essas mamãs para que possam aderir às nossas técnicas, exacto.

P: e a adubação serve para quê?

R: como?

P: a adubação, serve para ê?

R: para fertilizar ainda mais os solos. Enriquecer os solos.

P: então, qual é a técnica, por exemplo, para substituir as queimadas?

R: é essa adubação, porque ehh, nós temos duas campanhas agrárias, temos a primeira época e temos a segunda época, sim. Então, naquele intervalo, por exemplo, da da da no intervalo da segunda época para a primeira, por exemplo, daqui a nada vamos entrar na segunda época e então, na primeira época temos um intervalo e então, os nossos campos criam muito capim, sim. Então, o que acontece mais tarde, as pessoas chegam e queimam para limpar o campo, mas já se estivéssemos a usar, por exemplo, a usar assim a adubação, aliás, onde o trator chega ou mesmo para quem tem charrua com os animais vem e revira o solo tipo aquele capim passa para o solo, então, aquele capim acaba enriquecendo ainda mais o solo ao invés de queimada porque vai tirando nutrientes do solo se nós queimarmos porque cada vez, cada ano que passa a produção baixa, sim.

P: okay. Então, quais são as tecnologias normalmente disseminam para a comunidade?

R: ehhm, yaa, em termos de tecnologia nós ehh, existem, nós criamos camas, temos tido com apoio de parceiros nem, nós temos o polo em Angónia, sim, o polo tem camas para a produção do *verme composto*, os que produzem *Verme composto* que usa-se nos campos para a adubação, para a produção dos campos, e então, tem minhocas e não sei quê, é praticamente uma terra, mas que são criadas em camas que ajuda de alguma forma para para que a pessoa não possa ter que usar fósforo para queimar o campo e não sei lá o quê, então, nós temos a produção do verme composto, por exemplo, no caso dos animais temos apoio do SDAE, onde vamos trabalhar com produção do feno para a escrementação dos animais, nem para a seca, porque na época seca não tem pasto. Então, nós usamos o o os técnicos, alguns colegas do SDAE, da área de de da área da pecuária e trabalhamos lá porque nós trabalhamos todos em parceria, acabamos trabalhando em parceria. Exactamente.

P: agora, como é que vocês disseminam as vossas informações? Tudo aquilo que tem a ver com a vila para a comunidade, qual é o meio que vocês privilegiam?

R: bem, nós usamos, as informações que temos para a comunidade ehh, nós primeiro quando temos, por exemplo, uma capacitação, uma formação nós usamos os líderes comunitários, usamos os líderes comunitários. Aqui está tudo dividido em bairros e então, nós usamos os bairros e eles porque nós também, por causa da sala, a sala por ser pequena, então delimitamos algum algum número de de pessoas que vão participar e os outros participam depois, escolhemos o número de um bairro e outro bairro e então juntamos e fazemos um trabalho. Todos, toda aquela informação que nós temos trabalhamos com aquelas pessoas assim e vamos fazendo assim de forma intercalar.

P: então, quando há uma informação muito pertinente, qual é o meio que usam? Usam também os líderes comunitários? Ou seja, para tudo aquilo que é o processo de comunicação, a interação entre a instituição e a comunidade é na base dos líderes?

R: sim. É que nós temos que sempre respeitar o conhecimento local, sim. Porque eles, nós até podemos trabalhar com eles se eles disserem sim, nós nas nossas machambas, nós trabalhamos assim, assim, assim. Nós essa técnica que vocês estão nos a dar, essa técnica não não nos vais ajudar porque nós desde sempre já trabalhamos dessa forma. E então, se nós desrespeitarmos o conhecimento local, é ali onde nós vamos ter problemas porque se a gente faz um trabalho que não passa pelos líderes, é como se fosse uma falta de respeito, é como se fosse uma falta de respeito. Nós temos que, tudo temos que passar pelos líderes, em tudo os treinamentos, formações, o que nós temos na vila do milénio, sempre temos que passar antes pelo líder.

P: já formaram quantas pessoas, por exemplo?

R: ehh, nós em termos do número yaaa, já...

P: no mínimo, não precisa ser um número exacto, uma estimativa.

R: como posso dizer, yaaaa, chegam umas 400 e poucas, como trabalhamos assim, temos capacitação do saneamento do meio, temos e então, vamos trabalhando assim. Porque há pouco tempo...

P: e essas pessoas existem? São da comunidade?

R: são da comunidade.

P: daqui do Chitima”

R: sim. São pessoas da comunidade daqui do Chitima.

P: quais foram as formações que foram priorizadas?

R: ehh, nós tivemos uma das formações foram capacitação das comunidades em matérias do saneamento do meio, tratamento de água e saúde. Ehh, também, capacitamos também produtores em matéria de produção ehh de verme composto e combate a pragas. Também tivemos ehh a capacitação em gestão dos solos nem, boas práticas na gestão do solo. Sim.

P: agora, em termos de faixa etária, qual é a vossa maior preferência para a vossa formação, em todas as áreas em que dão formação.

R: não, nós não temos porque nós trabalhamos com ehh, vamos dizer...

P: okay, por exemplo, em que área os jovens tem maior interesse?

R: área dos jovens, yaaa, os jovens correm mais para agricultura, área da agricultura, ehh, a maior parte está nas pescas só que nós como não a as pescas nao faz parte sim, então, mas a maioria dos jovens por causa do do do da força no trabalho, porque a agricultura exige muita força, então eles acabam apoiando muito mais ehh na agricultura. Alguns na criação de gado caprino, bovino.

P: gora, neste processo aqui de definição de prioridades para o benefício da comunidade, como é que vocês têm feito para envolverem a comunidade de modo a que a comunidade possa se apropriar, por exemplo, de todos os projectos que implementam?

R: como é que podemos ....

P: como é que envolvem a comunidade na implementação de programas ou projectos, na implementação dos, por exemplo, falou da formação sobre o saneamento do meio, para a comunidade assumir eeh que este programa ou esta formação vai nos beneficiar até aos nossos netos, como é que a comunidade faz para se apropriar desta deste conceito desta ideia vossa que trazem para eles?

R: bem, ai eh, nós, nós como é que trabalhamos, nós ehh vamos ao encontro eh daquelas, daquela comunidade que nós percebemos que aqui há mesmo dificuldades, por exemplo, falamos do saneamento do meio, há pessoas que não têm latrina melhorada, as casas de banho não são aquelas convencionais. Então, o que acontece é, ehh, naquela zona onde há mais foco de problemas, nós trabalhamos com SDPI....

P: SDPI, o que é?

R: é o serviços distrital, SDPI, serviços distritais de infraestruturas e planeamento. Sim. Então, nós trabalhamos com SDPI, eles conhecem muito bem a zona. Então, a partir dos líderes, então nós vamos dali tirar algumas pessoas para a capacitação, sim. Vamos tirar dali algumas pessoas para participarem da capacitação em relação a coisa, e nós vamos voltando, as respostas através do do do do, depois de um tempo vamos fazer umas visitas e conseguimos notar a melhoria, heim, em termos de de de de latrinas melhoradas, aquela coisa e então, nós percebemos que melhoramos porque sim, mesmo os próprios líderes quando estão lá no na nos treinamentos e capacitações eles também reclamam, sim realmente também nosso bairro há esta situação assim, assim e assim, e quando chove nós passamos muito mal, heim, porque aquilo fica de qualquer maneira e as crianças ficam ali a brincarem e porque isto mais B e não sei quê. Então, já com aquela sensibilização eles acabam passando para ahh a aderir mais a latrinas melhoradas.

P: e de onde é que vem a capacidade para melhorar, por exemplo, a as latrinas?

R: de onde vem a capacidade

P: sim.

R: sim, ai já que nãoo posso dar mais detalhes porque eles realmente vão atrás nem, uma vez que tem pessoas que fazem como é que é, fabricam e vendem aquelas aqueles coisos de de aqueles tampas de latrinas e então, eles arranjam alguma forma de adquirir e nem que seja como é que chamam, nem que sejam blocos para poderem fazer ... sim, para poderem fazer aquela latrina melhorada que a gente sempre teve.

P: e então, quando nós falamos do conhecimento local, eh e depois falamos do conhecimento científico, neste caso, tecnologias que nós queremos implementar na na comunidade, como é que nós, como é que nós conseguimos aliar estes dois elementos, conhecimento científico que nós trazemos pela tecnologia e conhecimento local?

R: eh, nós, sempre ficamos num treinamento, numa capacitação eh, nós dissemos que queremos aprender de vocês assim como vocês vão aprender de nós. Aquilo que estiver errado da nossa parte, nós vamos experimentar. Por isso que existem os CDRs, nem que são os campos de demonstração de resultados, muitas vezes esses CDRs são feitos na própria machamba do produtor ou do agricultor. Então, é lá onde usa-se o conhecimento científico, heim e faz-se uma comparação com aquele conhecimento local porque eles já veem trabalhando de uma forma. Então, nós chegamos ali e dissemos, olha, aqui o compasso de sementeira não deve ser assim, o compasso, entre linhas também não deve ser assim, ehh, densidade sementeira não pode ser este número. Então, olha como nós vamos fazer aqui, nós vamos usar densidade sementeira, tanto entre linha, tanto e então, eles depois vão ver que afinal, é dessa forma. Então, eles vão ver também o rendimento porque ehh, eles podem querer, por exemplo, fazer ooo ooo, o manejo, nem, a limpeza do campo, por causa do ervas daninhas que depois acabam criando uma competição entre as culturas porque se existir muita erva daninha no campo ai onde há problema, acaba criando competição entre as culturas e há um choque. Quer dizer, você vai regando e aquela erva também cresce, então vai tirando nutrientes e a cultura pode crescer assim muito e então, tem que haver um espaço para que o produtor, se for a entrar no seu próprio campo porque dizer que vamos usar o meio mecânica, é um pouco complicado, onde vai se usar eh a própria cultura. Então, o produtor tem que, entra no campo e conseguir sozinho fazer o manejo manual, controlar as ervas manualmente. Agora, se não obedecer, ehh ehh, o compasso entre as culturas ali é onde fica complicado porque não terá como tirar porque senão mexe aqui, estragam uma cultura e o resultado final não vai ser aquele esperado por ele, sim.

P: está certo. Falou aqui sobre o princípio de alguns materiais que a vila trouxe para a comunidade como é o caso do trator ....

R: si, sim.

P: Esses instrumentos, estão em que zona?

R: bem, esses instrumentos, na altura, como me perguntou logo 2011, nem, então, esses instrumentos, na altura, ehh, passaram para o SDAE, sim, passaram para o SDAE, porquê, porque ehh lá o centro de investigação para o desenvolvimento comunitário estava em reabilitação, então, estava ainda a finalizar então, passa para o SDAE porquê, porque o responsável da vila do milénio estava no SDAE. Sim, a pessoa, o técnico coordenador não estava aqui, o coordenador estava na cidade ehh, o técnico responsável estava no SDAE. Então, o equipamento, o material todo que se recebeu foi ao SDAE. Foi ao SDAE. Então, ehh, com isso cria-se esse campo para demonstração de resultados onde podia se fazer uma pequena instrução dos próprios produtores, tipo escolhia-se um produtor e fazia-se uma excursão para o campo para irem ver quais são as técnicas que são disseminadas ou as técnicas que eles podiam usar. Então, com a ajuda deles mesmos lá no campo, eles faziam aquele trabalho usando aquele compasso recomendado, a densidade de sementeira também recomendada e eles viam e depois de um tempo voltavam para irem verificar como é que é, será que o que estamos a fazer é isto? Mas realmente, eles diziam que é o que estava a acontecer. Então, ficou com o colega do... como eu também não estava aqui na altura...

P: então, todo o material ficou no SDAE?

R: sim, sim.

P: e se a comunidade precisar da vila como é que é, como é que faz?

R: bem, ehh, nós por exemplo, fomos ver o trator, já não está em condições, está com avaria, as duas motos também estão com problemas, yaa, então...

P: as moto bombas?

R: a moto bomba, a moto bomba não vimos, não vimos. Então, aqui, por isso que a nossa luta é criar parcerias ainda. Pedir apoio também a HCB, tínhamos um memorando para ver se é possível renovar o memorando já que as obras já estão no fim para ver se continuamos a executar o nosso, o nosso...

P: quais obras? A obra da construção da sede daa da vila?

R: sim, as obras da vila.

P: então, para que nós possamos ter uma vila mais sustentável o que é que deve ser feito?

R: para podermos ter uma vila mais sustentável, yaaaa, nós necessitaríamos desse material todo que eu estava que estávamos aqui a falar. Vamos precisar de campos, vamos necessitar de campos e também vamos necessitar desses tratores, meios para podermos expandir, tipo, nós podemos expandir mais os campos da vila do milénio ao invés de concentrarmos tudo num mesmo sítio, nós podemos ter, por exemplo, em cada localidade, nós podemos ter um campo, nós podemos ter um campo em Chibabativa, nós podemos ter um campo em Chicoa

Nova, podemos ter um campo em Nhacapirire, em Nhambandi e por ai em diante. Tudo isso para quê, para conseguirmos disseminar, disseminar as técnicas ehh para a nossa comunidade, exacto. Então, necessitaríamos desse material, desse equipamento todo. Nós tínhamos aqui também, nós temos uma sala de informática onde vamos também treinar ehh, os jovens, ehh, os jovens locais porque a maioria deles termina o ensino médio geral e simplesmente ficam parados. Então, com a sala de informática, com a sala de informática, nós poderemos, de alguma forma, ajudar numa formação que mais tarde eles poderão concorrer, sim. Então, tínhamos apoio em termos de computadores, mas é aquilo que eu estava a dizer que este todo equipamento chegou muito antes de eu cá estar então, foram os outros colegas que receberam e nós estávamos a espera de cumprir com aquilo para depois irmos pedir se ainda existe aquilo que existir passa para nós para nós começarmos a executar os trabalhos.

P: então, em termos de lições aprendidas de acesso à sua liderança na vila, quais são as acções que devem ser eh eh mais, vamos dizer, como vai ser a linguagem, por exemplo, se nós quisermos eh criar uma outra vila em outros lugares, quais são as, em termos de lições, o que é que nós aprendemos desta vila que se for negativo nós não gostaríamos que voltasse a se repetir em outras vilas que forem criadas?

R: bem, eh...

P: tendo em conta esta dinâmica social toda e que provavelmente a diferença cultural pode vir a influenciar, mas em termos daquilo que foi negativo aqui na vila de Chitima, eh o que é que nós podemos dizer sobre isso?

R: bem, eh, daquilo que foi negativo na vila de Chitima é, primeiro, primeiro ponto, eu penso que é a o atraso na conclusão das obras...

P: levou quanto tempo a conclusão da obra?

R: bem, a obra.... porque a conclusão mesmo foi até dois mil e....

P: 2013, não foi isso?

R: sim. Aquilo tinha que ser concluído até 2013, mas

P: o Engenheiro Venâncio, falecido, não inaugurou a conclusão, o edifício?

R: não! Foi. Penso que fez a cerimónia pelo lançamento da primeira pedra. Mas em termos da parte negativa eh, é essa nem do atraso na conclusão das obras porque a HCB mostrou, deu apoio, a HCB deu apoio ehh, e eu acredito que se nós tivéssemos recebido todo aquele equipamento que os colegas receberam no SDAE, e se as obras já tivessem concluídas, então acredito que tudo estaria em ordem lá do outro lado, mas já aquilo de espalhar o material, porque mesmo a própria HCB também ficou chateada. Ficou chateada connosco porque nós devíamos ter avançado, devíamos ter alguma coisa, nem mas já aquilo de eles virem para cá, fazer uma visita e ter que andar daqui e depois para ali, aquilo acabou criando também um mal-estar. Então, no caso de se pretender criar, quer dizer, as vilas, as vilas do milénio

realmente, as vilas do milénio tem uma missão muito boa, nem, então, no caso de se pretender criar mais vilas, em em noutros distritos, noutras províncias, seria muito bom, é algo muito positivo. Eh, eu digo isso porquê, porque nós temos outros colegas que estão nos coisos, nós por exemplo, se temos uma vila que está tudo bem é em Molumbo, na Zambézia.

P: por quê?

R: ela teve apoio e parcerias, e teve boas parcerias e também apoio. Então, a vila até aqui está, compara-se aos outros polos, aos polos de desenvolvimento, sim, compara-se aos polos de desenvolvimento porque ela teve apoio e até hoje está tudo. Já, nós já para o nosso caso, alguns de nós nos limitamos muito nas reclamações eipah, não temos falta disto, temos falta daquilo e a orientação que nos deram é que devem se enquadrar todas as actividades da vila no PES do governo que é para eh no caso de necessitarmos de alguma coisa recorrermos ao governo. Então, a nossa luta agora é essa de tirarmos das cabeças das pessoas que vila não é um programa, não é um projecto. As pessoas a levam assim, eipah, eu tenho que construir ali do lado do milénio para que quando chegar a vez eu vou ter que ser beneficiado com A mais B. Então, nós agora a nossa luta é essa, tirar da cabeça das pessoas, da própria comunidade que as vilas não são um programa...

P: se não é um programa e não é um projecto como é que deve ser concebido?

R: bem, as vilas devem, devem ser olhados como algo que vem para trabalhar com, porque é do governo que vem apoiar, que vem apoiar a comunidade, do mesmo jeito, por exemplo, que trabalhamos com com com agricultura, as pessoas sabem dizer que não, na agricultura isto, isto e isto. Se a agricultura diz que nós hoje temos o, temos como vos capacitar, por exemplo, no no no coiso, na vacinação do gado, então, vocês vão ter que se agrupar, pede-se apoio na própria comunidade, a comunidade faz as mangas de tratamento através do material local, faz-se mangas de tratamento e deixa-se as mangas lá e a agricultura vem e ajuda a vacinar os animais do do da comunidade. Então, já olhando para a vila como um sítio que eu vou para lá porque vou lá receber ai é onde complica tudo, sim, é onde complica tudo.

P: então, como coordenador ehh, quais são os seus planos?

R: ehh, sim, os meus planos futuros é...

P: para garantir sustentabilidade.

R: sim, meus planos futuros é ver ehh, os próprios planos que que de actividade que eu executei a correr, porque nós temos muitos planos, planos de actividades, muitas acções que nós estamos limitados de fazer por conta não só da covid, mas também por falta de material, ehh porque nós ali precisamos de, como eu estava a dizer há pouco tempo atrás, temos que ter trator, temos que abrir campos e então, nós gostaríamos de ver tudo isso heim, resolvido. Nós queremos de qualquer das formas arranjar maneiras de executar todas as actividades que nós planeamos, exacto, todas as actividades que nós definimos e que deve se fazer na vila do milénio, nós pretendemos com isso fazer, de trabalhar, exacto, sim.

P: está bom, então, muito obrigado. Acho que é isto que tinha que conversar consigo. Deu para captar a informação toda e agradeço a oportunidade de estar nesta entrevista. Muito obrigado até!

## **FIM DA ENTREVISTA**

### **8.7. Luís Filipe Raiva, Chefe do Posto administrativo da vila de Chitima, em entrevista a 28 de Abril de 2021**

**Pergunta (P):** A partir do momento em que se cria o novo milénio até aos dias de hoje, então a nossa conversa começa aqui. Éeee nós podemos não começar aqui olhando para aquilo que são as vilas do milénio, mas talvez ia perguntar como é que eeee como é que surgem como é que surgem, qual é que foi a necessidade daqui da da de da vila de Chitima neste caso, como é que surge a necessidade de se criar o novo milénio? Tendo aquilo que eu já havia dito queeee em todo país existiram as aldeias comunais que foram criadas de vários tipos, também aldeias criadas através da, a partir da guerra e tem aquelas que foram criadas através das cheias, em Gaza, por exemplo, em gaza 77 inicia o problema das cheias e há necessidade das pessoas serem evacuadas para zonas altas para escaparem das cheias. Então, há vários tipos de aldeias que foram criadas, agora hoje em dia nós temos um tipo único de novo milénio que foi criado na mesma perspectiva de desenvolvimento a partir daquilo que seriam as estratégias de desenvolvimento do governo, porque o governo tem este interesse em pelo menos dinamizar as acções sociais, as acções económicas e políticas para que as comunidades, pelo menos mudem a forma de estar, por exemplo, na forma da agricultura, como é que fazem a agricultura, como é que fazem na forma como produzem o frango como é que fazem para a criação do gado. Então o novo milénio traz estas componentes todas para ajudar a as comunidades a nível de todo o país, eu quero saber em concreto. Como é que surgem aqui no nosso contexto em particular em chitima.?

**Resposta (R):** Bom, em princípio, quando se criou este novo milénio, então os objectivos os mesmos, bom não houve um bom estabelecimento, mas entretanto, nós ficamos sensibilizados de que aí começaram a demarcar fora do das instalações do próprio novo milénio começaram a fazer, tanto a parcelar o terreno quase toda aquela faixa, andaram começaram a marcar, demarcaram talhões e disseram que iam distribuir funcionários. Dali, e a demarcação de fato decorreu SDBI junto com a empresa HCB fizeram esse trabalho muito bem. Dali, prontos, numa primeira fase as pessoas ficaram a pensar que pronto, ali hade sair uma vila milénio, portanto com casas obedecendo portanto o arruamento, essas coisas todas e depois quando constrói aqueles dois ou três edificios não sei se já chegou lá, um dos três edificios depois acabaram dizendo que ali deveriam montar ehhe computadores para as as pessoas interessadas, os alunos poderem fazer aprendizagem de informática e de facto tinham montado lá os computadores só que eh passando tempo nosso entender, meu entender,



quando perdemos o primeiro ministro o fundador, o primeiro ministro que iniciou com com esta, como é que posso dizer, este éeee, é ministério, não é?

P: é ministério.

R: de tecnologia.

P: sim.

R: Então, o Venâncio Massingue veio até aqui. Veio até aqui ficamos com ele explicou muito bem só que quando ele perde a vida nós sentimos alguma coisa de ehh, corte aqui, então e pronto começamos a ver que começaram a falar menos de novo milénio nem construções, nem algumas inovações e prontos ficou se assim mas entretanto alocaram os computadores e ficaram lá e aumentaram até algumas construções e fizeram aí um campo de futebol, mas em termos de construções são dois três blocos quando fizeram e pararam aí, parou-se assim mesmo, até porque não tinha atribuído nenhuma entidade mas acabaram atribuído aa educação, neste momento a educação faz mais frequência lá. Então, para dizer que estamos mal na educação. Então, praticamente para funcionar o próprio centro para toda a comunidade sentir-se estar a ser não chegaram de implementar esta, estes computadores e acabaram, porque aí não tem gente, não tinha população, aquilo está num canto assim abandonado, até as pessoas acabaram invadindo aqueles talhões que tinham parcelado para distribuir funcionários embora alguns que foram distribuídos não chegaram de fazer nenhum edifício, embora os tais edifícios ficou assim. Portanto, não chegou-se de notar na prática os objectivos por quais, portanto, foi criado o centro até população até dizia que devia ser uma vila quando dizia vila do milénio devia ser uma vila, essas pessoas entedia que devia ser tipo uma aldeia com casas bem organizadas e tal e um tipo de construção essas coisas todas só neste momento só tem marcos ali não chega mais de 1,4,5 casas. Um e outro iniciaram e acabou parando, e o próprio desenvolvimento do do do centro também não se notou veio se fazer uma inauguração aqui, montaram ali tendas até parecia uma vila não sei de onde, da HCB como aqueles são são são economicamente são potentes, montaram aquilo na televisão parecia, mas depois de terminar, então ficaram se cumprir os objetivos. Portanto, é mais ou menos isso para falar desse vila do milénio que tanto se dizia, não chegou de se ver na prática mas nesses últimos dias vê-se o esforço de educação está sempre o técnico lá mas a prática, os computadores foram montados se calhar muitas vezes surge roubo, porque que sabe os guardas estão lá então está funcionar assim aparentemente mas com uma com uma transparência praticamente fosse que ainda não fosse o desenvolvimento, não é notório o desenvolvimento.

P: Então significa que ainda não houve nenhuma oportunidade de a comunidade ir ter um aprendizado sobre aquilo que seriam as respetivas não se fez praticamente nada ou seja em outras palavras não houve nenhum novo milénio não existe, podemos perceber que não existe.?

R: exatamente! é praticamente isso, só criou sozinho alguns edifícios ali pôs ali mobiliário mas na prática mesmo não se notou.

P: Agora vamos olhar um pouco para aquilo que seria o movimento comunitário em si éeee na busca de certas acções para empreender neste empreendimento e naquele, como tem sido aqui no posto administrativo.?

R: Relativamente ao novo milénio.?

P: Não, pode não ser necessariamente ao novo milénio, mas na forma como as pessoas buscam a sua subsistência em termos individuais em termos familiares, chefe de família que se prontifica em levantar cedo para ir buscar isto ou para ir a pesca. Como é que o governo tem dado apoio a estas pessoas, por exemplo, querem ir a pesca mas não tem condições, quer criar gado mas não sabe como fazer éeee, o governo, em algum momento o governo tem trazido certos apoios relacionados a esses aspectos.?

R: Bom, de facto o governo tem dado uma mão, em que sentido éeee a população, portanto mostra aquela vontade de de querer desenvolver, lembro-me de a partir de 2007 quando começam éeee o fundo de desenvolvimento distrital vulgo FDD, então as pessoas levavam projecto, levavam dinheiro cada um mediante a sua capacidade, então promovem um certo projecto, muito mais aqui na nossa zona e a pesca aqui, pesca depois outro era compra e venda de peixe então outros, portanto preferiram hortas para aqueles que tem dom de fazerem horta, faziam horta em algum momento outros faziam carpintarias e prontos uns acabaram caindo naqueles projectos e outros mantem-se até aqui. Mas não é só projeto de FDD as pessoas em si mostram aprovação, portanto agora que é agricultura quando amanhece de facto as pessoas estão éeee nos campos a fazerem o trabalho, portanto....

P: Como é que fazem a irrigação dos campos.?

R: Bom, aqui praticamente o que se nota mais éeee é aquela agricultura que depende mais das chuvas mas quando for a segunda a segunda época nem, por causa das hortícolas então só se aproveita aquelas populações que estão nas baixas com possibilidade de de de água por vezes pode abrir um furo, 5,6,7,8,10 metros atinge a água, mas noutras zonas mesmo com vinte e tal não consegue apanhar água e outras zonas estão naqueles riachos que as vezes corre água sem parar. Esses, portanto fazem trabalho, de facto aí apanhamos verdura, tem muita verdura nos mercados aqui são locais, são poucas coisas que as pessoas vão lá para angónia para comprar carapau tem localmente só que repolho não se produz em quantidade mas para outros éeee questão de couve, o resto as pessoas fazem, portanto, produzem aqui mesmo e a questão de criação de animais yaah de facto, existem de facto mesmo pessoas que produzem e tem os animais incluindo a mim mesmo tenho um curral de bois e o governo assiste em questões de vacina, portanto, devia ser este, fez-se este mês por tanto fez vacina de âmbito nacional foi este mês, da vacina para os animais, até ao nível da província veio aqui o governador portanto fez-se, mas não só existe nas comunidades algumas pessoas que foram, foram instruídas, capacitadas treinadas para poderem atender a questão de tratamento dos

animas, para além dos próprios funcionários do SDAE da agricultura, existe nas comunidades pessoas que foram instruídas, foram treinadas como podem tratar um animal.

P: Foram treinadas por quem, Pelo governo.?

R: Bom por aí, e o governo sim. Por exemplo, quando a gente fala de SDAE é o governo só que dentro do SDAE existem umas ONG's. Então através dessas ONG's via SDAE, então, portanto instruir as pessoas, eles tratam da questão de banho de..., vinham em caso de doença mesmo para conseguir tratar.

P: Aqui no Chitima percebi que o custo de vida é elevado, as coisas estão um pouco mais caras.

R: Bom, sim. Quer dizer, caras.... bom, isto, Praticamente produtos que são trazidos, por exemplo, de angónia, então o custo tem a ver com a distância se a pessoa lá vai comprar 50 ele deve, deve contabilizar de angónia, por exemplo, até chegar aqui quanto gasto e este gasto tem que dar aí naquele produto, e daí quando dispara porque comprou a 50 não pode estar 50 aqui então deixa de ser negócio não é rentável e a partir daí mesmo estes produtos de primeira necessidade este de arroz as vezes eleva-se um bocadinho em relação a cidade, porque da cidade para cá, por exemplo, a passagem de cada éeee pessoa são 170 agora 170 ida e volta adi aguentar com 300 e tal então isto ai tem que compensar também nestes produtos aqui. Então, daí que alguns trazem nos seus carros ou compram depois põem num carro caixa aberta para cá então aqueles que compram diretamente lá mesmo assim acaba ficando um bocadinho caro por causa de passagem, pessoas mesmo precisam de caixa não sei que que, tem que ser cobrado *minibus*, então acabam comprando, embora com uma ligeira diferença nem, então é daí que os preços, e não são preços fixos, então há quem vende 5 a mais outro 10 a mais outro 5 a menos depende porque a nossa política é de comércio livre.

P: Agora em termos de comunicação, éeee qual é o meio de comunicação que é mais usado aqui na localidade.?

R: Hummm bom, ao nível do distrito nós tínhamos duas rádios comunitários. Então, esses estavam em dois postos administrativos, aqui neste posto administrativo de Chitima, tínhamos uma rádio enquanto no Songo também só que ao andar do tempo como aquilo era um projecto que estava a assistir, então fazia aquisição daqueles materiais, essas coisas todas, assistia em termos de avaria então as pessoas que estavam lá não não não tinham nenhum subsídio, então faziam arranjos deles lá. Então quando é assim as vezes não tem muita segurança, quando cai o projecto também a tendência é de cair também a rádio assim estava numa perspectiva de montar a rádio aqui nesse novo milénio, mas isso falou-se já passa anos, mas há essa ideia de a rádio, porque dantes estava lá em baixo. Está a ver esta vila de Chitima, acho que não movimentou para quem vai para lá, aqui em baixo havia um projecto ali. Fonte de água, *Thuma chugogo* (nome de um lugar em língua local) onde os camponeses faziam não sei o quê, então alí é onde estava a rádio, mas é uma baixa agora

aqui é onde já estudar que ia se montar o novo milénio então aqui aqueles locutores passariam a fazer o trabalho ali.

P: E a comunidade neste caso como é que consegue ter acesso a informação.?

R: Bom aqui neste momento aproveita-se através da rádio do songo é muito potente consegue para isto tudo.....só que as informações, na sua maioria, são de Songo, exatamente, mas uma e outra informação, as pessoas aproveitam mandar como quando há falecimento muito mais quando é antena nacional, até que vieram, vieram montar aqui aparelhagem para que quando for antena nacional falarem no Songo, essas aparelhagens pegam, é como se estivesse aqui, então montaram aqui há uma residência oficial eeee o resto as pessoas gostam de desenvolvimento, tem ai as televisões.

P: E quando o governo tem uma informação que tem para a comunidade como é que faz tendo em conta que a rádio é descartada, porque de lá do Songo está distante como é que o governo faz neste caso aqui internamente.?

R: Internamente aproveita esta rádio do coiso, do songo, ouve-se aqui. Aproveita-se a rádio do Songo

P: Para além da rádio tem outra alternativa.?

R: Outra alternativa praticamente é é usar só, por exemplo, neste momento estamos a preparar a vinda do presidente nem, sua excelência senhor presidente da república e é preciso pessoas andar nem, reúnem grupos para transmitir aquilo que é o programa do governo. Então, através da estrutura local, isso também vão tramitando a sua população e então assim vai se difundido a sua informação, exatamente, ou por outra temos temos esses, temos esses telemóveis, também usa-se fulano X manda mensagem colectiva ou vem grupos nem, então são vias que se usam, aquelas vias WhatsApp, nem.

P: A comunidade consegue ter essa informação na base desses instrumentos.?

R: Sim, sim, porque os telefones todos estão espalhados. Apanha um apanha os outros, sim, sim, na família, por exemplo, posso apanhar, tem um ali, apanha e então comunica aos outros.

P: okay. Está certo. Então é basicamente isto. Acabei ficando sem perguntar outras coisas porque houve a percepção de que a vila não....

**Fim da entrevista.**

**8.8. Rogério, responsável pela área de tecnologia no ministério da Educação, departamento de tecnologia, juventude e cultura, na vila de Chitima. Em entrevista a 29 de Abril de 2021**

**Pergunta (P):** Ok, éeeee, sim estava a tentar dar introdução sobre a questão da das vilas do milénio.

**Resposta (R):** Sim sim, a questão da vila do milénio a nível do país, para o nosso caso aqui no distrito nós tivemos esta oportunidade no ano de 2006, não é, éeee na altura quando esta em vida o malgrado Venâncio Massingue. Digo nós conhecemos ele com esta iniciativa aonde aqui no nosso distrito, afinal de conta qual é o objectivo deste projecto.? O objectivo principal deste projecto era de criar transferência de tecnologias para as comunidades nos distritos, nós tivemos esta sorte e tanto como foi lançado o projecto e fizeram as infra-estruturas ali não sei se já chegou.

P: Só vi de longe e eu esta a pretender ir para lá essa tarde.

R: Sim sim, ali tinha como objectivo, digo tinha porque não chegou a acontecer, tinha como objectivo de criar se uma sala de informática para beneficiar as comunidades, uma sala de informática uma carpintaria, um aviário eeee um campo de futebol, mais isso tudo essa sala de informática o que vai acontecer ali era mesmo para alunos e a comunidade no geral, podiam se inscrever ali com uma taxa muito baixa como um valor simbólico, então a ser assim eeee trabalho se 2006 ,2007, 2008 hoje também faz 2021. Então ficou parado de novo o projecto mas estavam para iniciar nos finais de 2019 mas quando aconteceu essa situação que estamos nós todos exactamente ficou tudo parado, porque ali tem que se conservar cultivar, já tinha se criado uma equipe com a HCB para virem fazer trabalho, poço de água, uma vedação, aquelas condições todas ficamos de lá para cá estamos parados aliás tinha-se o plano de criar uma rádio comunitária então até então ficamos assim, estamos a espera de decisões superiores.

P: Então na sua perspectiva ou na sua análise como técnico de engenharia informática como é que nós podemos aplicar as tecnologias numa comunidade destas que provavelmente a maior parte da população é analfabeta ou tem o domínio da língua portuguesa em condições básicas, como é que nós podemos aplicar essa tecnologia.?

R: Para começar talvez dizer se tivéssemos uma rádio comunitária que é para a melhor difusão da informação sobre qualquer coisa que vai acontecer localmente, então eu acho que este.....

P: Significa que a rádio comunitária tem esse papel de dinamizar os processos.?

R: Sim sim, e também tem.....

P: Mas que tipo de tecnologias?

R: Mais ou menos ter, por exemplo, termos iiiii uuuuu internet para começar, na sala de informática tem que ter internet 24/24 ou Wi-Fi podemos assim dizer não é, sim sim eu acho

que a partir deste meio, é verdade que nós ainda vamos enfatizar mais, mais a internet e a coisa mais fundamental que temos que ter no distrito, aliás no distrito não, naquele local. Estamos a falar do local da vila do milénio não é isso.?

P: Então olhando para aquilo que seria o ambiente social com as comunidades que nós temos que na verdade todo o país se identifica da mesma forma a diferença é a forma como as pessoas olham para as coisas ou o contexto cultural como é que nós éeee o que nós podemos potenciar mais nestas comunidades de modo a que possa condicionar o desenvolvimento que é a respectiva que é trazida pela vila do milénio.? O que há de predomínio aqui na comunidade que não é explorado pela comunidade muito mais porque a comunidade não percebe como é que isto de modo que possa...

R: Talvez uma agricultura mecanizada, a prender como é a agricultura.

P: Mas os jovens não gostam muito de ir a agricultura mesmo essa mecanizada tenho experiência de Chibuto em que eeee houve uma tentativa de mecanizar um pouco a agricultura mas que os jovens não apostam muito pela agricultura eles preferem fazer outras coisas para além, aqui em Chitima como e que e o jovem de Chitima.? Eles tem esta apetência de ir para a agricultura ou nem tanto.?

R: Nem tanto.

P: O que é que os jovens fazem com maior prazer aqui porque uuuu porque o desenvolvimento parte da medida em que os indivíduos eles mesmos assumem que isto eu posso fazer com todo gosto com todo prazer para que não seja uma coisa que o indivíduo é imposto, porque uma coisa que é imposta o indivíduo pode fazer mas não com toda vontade e isso pode não trazer nenhum fruto, agora olhando para os jovens da comunidade de Chitima o que eles gostam mais de fazer.?

R: Aqui no Distrito de Cahora-Bassa.? Eu aqui acho que eeee acho que se empreende muito eeee como e que no comercio informal.

P: Fazem o que no comercio.?

R: São tantas coisas, vende isto, compra isto.

P: Em termos de tecnologia como é que nós podemos aplicar essa tecnologia no comércio.? Já falou de informática que a base é informática, mas será que a tecnologia termina.....

R: Eu tenho uma experiência de 3 jovens que eu conheço que abriram, por exemplo, suas papelarias onde lá fazem impressão de documentos cópias máquinas fotocopadoras essas coisas para ajudar os alunos.

P: Então na tua perspectiva como é que é em termos de uso desta tecnologia para o desenvolvimento, os jovens são mais abeis a aplicar as tecnologias? Tendo em conta aquilo que eu havia dito, estamos numa comunidade que parece remota, remota no sentido de que mesmo a corrente eléctrica chegou muito tarde, então tendo chegado muito tarde ela

influencia em muitos aspectos naquilo que seria o acesso a informação que é aqui onde começa a questão do uso da tecnologia. Olhando para essa perspectiva ou essa dinâmica social que influencia em várias coisas aqui aqui no distrito como é que é a dinâmica em termos do desenvolvimento porque no fim das contas tudo que nós queremos fazer é para o desenvolvimento para o bem-estar da sociedade e da comunidade, na tua opinião há desenvolvimento olhando naquilo que seria o contexto social.?

R: O que acontece aqui é que também temos a sorte de termos uma escola técnica profissional onde quando um aluno gradua da 7 para 8 vai se inscrever na escola técnica.

P: E aquela que está lá no fundo.?

R: Na verdade tinha o governo tinham proposto de termos a escola básica, então para este ano segundo aquilo que estava a falar que a pandemia parou com tudo, então estava previsto para a partir do ano 2020, funcionaria como instituto médio então quando os nossos jovens saírem de lá já tem mercado do trabalho, já abrem suas serralheiras, suas oficinas para fazerem seus trabalhos de modo que não fiquem.

P: Os jovens aqui usam internet para difundirem tipo facebook, WhatsApp para publicarem seus serviços.

R: Usa mais facebook, sim sim.

P: Então em termos de meios de comunicação de massa eeee aqui percebi que já não existe uma rádio comunitária, como é que a comunidade se informa para além, para aquelas comunidades, por exemplos, os mais velhos não tem muita facilidade de aderir ao sistema tecnológico, estou a falar da internet e outros como é que eles dinamizam, o governo dinamiza o fluxo de comunicação para com estes grupos. ? Estou a falar de pessoas mais idosas, que não tem escolaridade.

R: Nós na altura, nós temos uma rádio comunitária mas no Songo eu acho que aquela rádio por causa de destas montanhas deve imaginar, por causa daquela interferência, então o raio não chega até aqui na sede, mas de Songo para lá temos uma rádio comunitária que funciona normalmente, mas antes no ano 2006 mesmo também tínhamos uma rádio aqui.

P: Como se chamava essa rádio.?

R: Rádio comunitária Sanagwe, Sanagwe estamos a referir aquele rio ali que atravessa naquela ponteca para quem vai na vila.

P: O nome foi dado na base do rio.?

R: Exactamente, rádio comunitária Sangwe chitima não é. Agora indo nessa sua pergunta como é que nós aqui no distrito temos, líderes comunitários são chefes de guarda, então quando tem uma informação muito pertinente para com as comunidades, cada chefe de grupo ele convoca e, com megafones e tudo.

**Fim da entrevista.**

## 8.9. TRANSCRIÇÕES LÍDERES comunitários, em entrevista a 29 de abril de 2021

**NOTA:** a entrevista aos líderes, considerando-se da mesma categoria, os contactos fizeram com que eles aparecessem em número de quatro o que nos obrigou a manter a conversa em forma de grupo.

**Pergunta (P):** bom dia mais uma vez.

**Resposta (R):** bom dia. Bom dia.

P: estamos aqui para conversarmos sobre a nossa vila de Chitima, conforme havia anunciado anteriormente, é que o projecto vila do milénio é um projecto que veio para dinamizar as actividades económicas do nosso distrito, da nossa comunidade, da nossa comunidade, como forma de incentivar ou dar um ensino às pessoas para que possam eh, na base daquilo que sabem ou na base daquilo que produzem para aumentarem mais a produção e produzirmos cada vez mais na na nossa comunidade. Então, vamos conversar de forma livre, de forma aberta, sem nenhum preconceito eh, sem nenhum medo. É uma conversa entre homens só para levarmos isto em consideração daquilo que nós temos como nossas ideias sobre a nossa vila. Então, gostaria de saber como é que como é que iniciou o projecto de milénio aqui no Chitima. A forma de falar não tem regras, qualquer um pode falar.

R: primeiro dizer que o projecto vila do milénio começou no seguinte, os líderes fomos informados de como vamos construirmos umas instalações onde vamos aprender algumas informações de maneira como nós vivemos e desde que foram construídas e logo parou-se até aqui.

P: ok. Sim, mais ideias? A mesma pergunta que eu faço podemos falar todos. E então, depois de se construir aquele edifício, depois disseram o quê?

R: depois de se construir aquele edifício não se falou nada, só criaram uma comissão em que esta comissão será o elenco de mobilizar as pessoas para saber para que fim seriam aquelas casas. E depois daquela construção parou-se assim, não houve mais um avanço.

P: então, disseram para que fim eram aquelas casa?

R: disseram que aquelas casas, o fim daquelas casas era para uma formação, para uma formação de vários tipos. E então, não chegaram de realizar essas informações depois de concluírem essas casas.

P: então, qual é o sentimento que nós temos com esta vil do milénio?

R: bom, o sentimento de que a comunidade cá está à espera daquilo que foi o projecto do governo e mesmo assim estamos a precisar dos projectos que nunca aparecem.

P: ok. Mas eles disseram para esperar depois de construírem o edifício?



R: não disseram para esperar mas nós tínhamos que estamos a espera porque eles disseram que haveríamos de ter uma formação que alguns de nós ou alguns dos nossos filhos teriam acesso a ensino e aprendizagem daquilo aí, portanto, a nossa opção, a nossa espera é que, queremos que aquelas casas sirvam para a comunidade. queremos essa informação que nossos filhos tenham acesso. Tenham acesso de modo a que, nós somos camponeses, por exemplo, capinamos, temos a nossa produção e muitas das vezes nossa produção não é aquela que as vezes nós conseguimos com toda satisfação. Capinamos e a nossa produção é invadido por pragas. Então, não sabemos como conservar, como impedir essa praga, como combater essa praga. Então, é nessa formação que talvez podemos ter essa oportunidade de como quando um camponês tem sua produção e a produção é roída ou é invadida com insectos e então, como é que se faz. Temos uma produção, por exemplo, temos que conservar o nosso milho que nós aproveitamos esse ano, depois de três meses, o milho já é moído pelos insectos, já não chega para o próximo ano. Então, esperamos por esse projecto para que tenhamos acesso de informação para podermos conservar o nosso serreais.

P: mas eles chegaram a dizer que formações iriam dar lá no milénio?

R: não chegaram porque desde que construíram não tivemos outra informação sobre aquele espaço.

R: a primeira palavra disseram que vão fazer exemplares de três casas para observar se esta planta está boa ou não. Então, construiu-se aquelas três casas, então, desde que construíram estão paradas desde então até hoje e todas as pessoas estão a espera o que vai acontecer com aquelas casas aí. Muitas pessoas, mesmo o nós os líderes estamos a espera porque passam mais de cinco anos que aquelas casas estão assim. Está a ver na volta daquelas casas já estão cheias pessoas já porque quando construíram aquelas casas aí não havia aquelas casas que estão na volta daquelas casas, não havia nada, então, com o atraso, prontos, as pessoas sentem, estão a construir as casas....

P: estão a invadir o terreno...

R: sim.

P: ok. Então, neste processo de construírem as casas quando trouxeram aquele projecto ali e disseram que iria ajudar a construir alguma coisa na comunidade, qual foi o papel dos líderes?

R: porque ali só o que nós vimos, só nesse dia, parece que foi no dia da abertura em que deram uma coisa aquelas bombas manuais deram algumas pessoas só, o que fizeram é isso, mas aquilo aí só deram bombas mas não tinha o coiso, não tinha mangueira, não tinha mangueira e depois disseram que haviam de trazer mangueira até desde desse dia até hoje, nem essas mangueira, aquelas bombas também acabaram ficar assim sem sem se fazer nada.

P: essas bombas, eram bombas de quê?

R: de água. Sim. De água.

P: são bombas de água e era para tirar água?

R: sim. Era para o uso das hortas, não é?

P: ohh, era uma bomba de irrigação.

R: sim, de irrigação.

P: então, os que receberam aquelas bombas fizeram o quê?

R: se aquilo não tinha suas mangueiras e nem nada, era bomba só. Agora, como é que a pessoa podia usar?

P: então, não foi útil para nada?

R: sim, não serviu para nada.

R: faltava completar certos materiais ai.

R: há um só que tentou trabalhar com aquilo ali mas ele tinha que ir no Zimbabwe desenrascar mangueira como ele já tinha o coiso, já tinha horta ali, já tinha outra bomba e quando recebeu aquele ai tentou trabalhar com aquilo mas eih, aquilo não durou muito tempo e depois ele acabou por deixar. Assim, a bomba só ficaram assim sem fazer nada.

P: ok. Para além da bomba não deram mais outra coisa, só foi a bomba só?

R: não tinha mais nada.

P: e os jovens chegaram de ser formados para alguma coisa, as mulheres foram formadas para fazerem alguma actividade, por exemplo, na produção de frango?

R: nada.

P: na produção de bolos na base de batata-doce?

R: nada. essa espera que acabamos de dizer agora que nunca, desde que foram construídas, nunca houve formação e nem informação de que estamos a espera por causa disto e mais aquilo, não, por isso que acaba de dizer que o espaço acaba de ser invadido pela população porque não está sendo feito nada.

R: para essa coisa de criação de frangos mas aquilo aí eu estava no grupo no início mas lá disseram que vamos trazer todo material para fazer, para vocês criarem frango mas aquilo ai foi em Massecha e não é aqui. Nós saíamos daqui a Massecha e agora....

P: Massecha é outra localidade?

R: sim, outra localidade. Mais a frente. E depois daquilo ai parece que fizemos um ano a fazer aquilo mas depois de de coisa de nós irmos lá vinha, o chefe era coisa, só estou a me esquecer o nome que estava na cidade. Ele vinha levar o coiso o frango para cidade e dizia que vou vender lá e vou trazer dinheiro e depois vendeu e não trouxe dinheiro e acabou por ficar assim, todos tinham que abandonar. Até ali ele disse que em vez de ficam em Massecha procurem um sítio aqui para fazerem coia, para vocês criarem ao invés de irem lá. Aranjamos

um sítio, construímos bem e depois de construir aquilo ai não trouxeram nada de frango e depois aquilo ai acabou por cair e ficamos assim.

P: ok. Então, a comunidade, o que ela diz sobre a situação, sobre como está a vila, nesse caso que não está a andar, o que ela tem dito para vocês como líderes?

R: ahh, que não estamos mesmo bem porque a comunidade mesmo chega a aparecer que estas coisas você está na sua coisa, quando você não dá informação, é problema mesmo. Até hoje é problema, zangam mesmo. Mente isso, promete aquilo e não cumprem, fazem aquilo e não sei o quê, muita coisa. Até parece que o líder aqui comeu o dinheiro do projecto enquanto nem sequer pouca coisa você se beneficiou daquilo, mas a comunidade por vezes pensa nisto que nada, o líder alguma coisa comeu, por que é que aquela coisa ali não anda e ele não está a se interessar pelo projecto, alguma coisa, está satisfeito porque ele está a comer, enquanto o líder aqui, veja (mostrando a situação), nem mata-bicho as vezes não tem, almoço também é meio desenrascado mas quando a população para a informação que acata é problema sempre para o líder. Estão a ver, cheio de problemas, bocas não faltam.

R: por exemplo, no que ele diz agora estava num projecto de criar frangos desde que cheguei e então houve alguém da cidade que veio levar frangos vender e então, a comunidade pensa o quê, que o líder levou e comeu com ele, enquanto não. O que devia ser quando as coisas se são informados os líderes e os líderes são o elo de ligação com a comunidade, então, passa a informação à comunidade e a comunidade acata, espera que seja feito aquilo e agora, seja feito espera que não é feita aquela coisa, então, revolta para o líder, então, estão a ver o vosso governo o que está a fazer enquanto não é o governo porque a própria pessoa que está enfrente daquilo ali, então, nós gostaríamos que aquelas casas que foram feitas e temos que ver o seu programa daquelas casas. Queremos que aquelas casas funcionem para o bem da comunidade. estão dentro da comunidade. queremos a formação, essa formação prometida, queremos ver com os nossos olhos para formar os nossos filhos, para formar as nossas mulheres, formar as nossas pessoas e nós líderes assistirmos que a nossa vila de Chitima, novo milénio está a avançar porque não basta só vermos aquelas casas no mato sem efeito nenhum, já estão a se estragar já. Estivemos semana passada a fazermos limpeza ali.

R: não funcionou nada. as pessoas já estão ai. Partiram vidros. Está abandonado aquilo ali. Ou por outra, se for que o projecto a ver na comunidade está nas mãos dos líderes, o líder não pode desperdiçar nada do projecto, e nem pode comer o dinheiro porque a população está logo ali de olho por que ali primeiramente podemos formar o quê, comités. Criam-se comités dentro da comunidade e ninguém pode levar dinheiro e comer na casa dele sem o conhecimento da todo o comité e termos uma saída juntos com a comunidade, mas se aparece alguém porque é chefe ou quê, faz das suas e vai embora, mas amanhã o problema é de quem, do líder.

R: e por vezes ele não sabe nada.

R: até as vezes ali combinam de que já temos de tirar esse líder aqui e você é chamado para um sítio ali de reunião, o senhor tem que sair, você está a fazer isto assim, assim, nada não sou eu, o projecto está, nada é mentira, você está a comer junto com esta pessoa aqui.

Por exemplo, esse ai...

R: dói muito, está a nos doer mesmo.

R: por exemplo esse projecto, quer dizer, que tinha criado para a criação de coiso, de frangos, se fosse que não era a pessoa de coiso da cidade que estava a controlar aquilo ai, acho que nesse momento acho que já podia crescer aquilo ai, até poderia ter, quer dizer, teria um comité mesmo desenvolvido, mas com aquilo ai que ele fazia, levava frangos para cidade, aqui não vendíamos nada, era só carregar e ir vender lá e depois, o dinheiro não trazia.... Mas aquilo ai ficou assim.

P: Mas vocês já se aproximaram para a comunidade, para o governo para fazerem reclamações de como deixaram a vila como está?

R: muitas vezes. Por exemplo, como nós discutimos isto muitas vezes. Discutimos isso muitas vezes por quê, fez-se aquela residência do Administrador do outro lado, deixando aquilo, o novo milénio já construído lá. Fez-se a localidade, não sei aonde lá, deixando o novo milénio lá, aquelas casas só abandonadas e fez-se outra casas do outro lado, do CTA, do outro lado, que seria ali no milénio mesmo mas fez-se do outro lado. Então, por que é que essas novas construções não se fizesse lá e fazer uma vila mesmo como dizem vila do milénio, não seria bom? Não seria desenvolvimento? Agora este espalha isso, outra casa lá, outra coisa lá e então aquelas casas só ficam lá como embeleza. Não devia ser ponto de partida de outras pessoas que vão a machamba.

R: eu passei por ali nessa coisa aquele edifício do CTA vi ali já está quase de porta aberta, janelas a maneira, já arrombaram. Estão a arrombar pessoas porque não está sendo usado.

R: mesmo aquelas ali foram arrombados porque li mesmo quando o critério acabou de construir aquilo ai a entrega dele não vimos nada nós os líderes só quem está lá a guarnecer aquilo era o próprio coio, empreiteiro, agora até aqui se já foi entregue ainda, não se sabe. Até a comunidade já estava a dizer, naquele dia quando fizemos limpeza disseram porque é que isto não entregam nas mãos da comunidade para servir de escola de nossas crianças que estão a sair daqui e ir lá no instituto, lá fora, longe, outros vão ali e não sei quê esses estão a fazer o quê, estão ali crianças em baixo de árvore. Edifício assim a maneira há anos abandonado.

P: e o que é que o governo fez depois de vocês reclamarem?

R: não fez nada, não temos resposta nenhuma até aqui. Continua na mesma. E o governo sabe muito bem e tem assistido crianças no ar livre, sabe. Por exemplo aqueles que são de Massecha para lá naquela escola do mato é muito longe, quase percorre mais de cinco a oito quilómetros...

R: não, é 15.

R: 15? Está a ver o que é isso?

R: do vale para Massecha são oito.

R: agora, por exemplo aquele que entra naquela hora da tarde não dá para em casa, é longe lá no mato vai andar todo esse percurso a noite, criança, como? Podia aproveitar ai. Até nós falamos semana passada se é assim, os que são deste bairro perto daquela escola podiam também estar aqui esses de Massecha também podiam estar no vale, mas agora há contradição, daqui vai para lá, quer dizer, mobilidade de criança e ouvimos semana passada que alguém tinha perdido criança porque daqui para Cahombo mais de seis três quilómetros. Como? Criança de três anos vai andar sozinha no meio da estrada, mas aqui é difícil vivermos assim sem sermos....

R: mesmo eu para conhecer que quer dizer, para ver que ali tem uma sala que mesmo dá para dar essa formação não sei quê quê, quando eles chamaram coiso, a aqueles agricultores, foram felicitados, foram lá, quer dizer, a conversar com eles e não sei quê, eu assisti também convidaram-me e eu entre e afinal de contas ali o que está a faltar? Bonitos edificio até bem até. E mesmo assim, eles não estão a usar.

R: podem vir ladrões e levarem todas as cadeiras que estão lá. Tem coisas lá mas está fechado. Não tem guarda.

P: e agora, aqui na comunidade tem a como é que as pessoas recebem informação? Qual é o meio mais fundamental para partilhar informação?

R: informação. Informação mesmo é através dos líderes.

P: é através dos líderes.

R: sim.

P: entre os líderes e a rádio, qual é o melhor meio de dar informação ou qual é o melhor, sim, qual é o melhor meio entre os líderes e a rádio?

R: neste momento não temos rádio. Tínhamos a rádio comunitária aqui já que a máquina está avariada já não temos rádio, rádio é no Songo. Então, nós quando recebemos informação do governo então nós logo passamos a informação à comunidade. mas não é toda que recebemos informação, as vezes que outras estão nas machambas, estão no mato. Você quando reúne com o número assim, então, aqueles também por sua vez podem partilhar informação para os outros mas através da rádio pode e muita gente, muita comunidade que pode apanhar informação.

R: e é melhor.

R: e é melhor só que não temos rádio aqui.

P: e não ter rádio, como é que comunidade se sente ou como os líderes se sentem pela falta desse instrumento?

R: sentimos falta porque há muita informação que não chega à comunidade através da...

R: muita coisa ultrapassa.

R: rádio. A rádio faz com que a informação fique, chegue até mais além.

R: com muita facilidade também.

R: com muita facilidade também.

P: por exemplo, quanto tempo leva o líder para dar informação em toda a localidade em que ele comanda. Quanto tempo é que ele leva?

R: mais ou menos dois a três dias porque é preciso dar tempo. Você receber informação tem que sentar com outros líderes e analisar qual a informação que vamos dar a comunidade. qual é o ponto essencial para que a comunidade compreenda e você não pode levar toda informação, por exemplo, outras são críticas aqui e você não pode informar a população tem que levar os pontos mais importantes que é para passar a comunidade e dali depois de dois dias você passa a informação. Amanha, você não pode informar hoje, hoje há reunião, você não há de apanhar, tem de anteceder, passando dois dias e depois de amanhã reunião não sei a que horas sei quê e a comunidade fica informada.

R: ou mesmo pelos dias do coiso, chegando esse dia via coiso nem, com apito.

R: temos um mensageiro ali que passa sempre as cinco d manha. Publicar a noite. Comunicar todo a comunidade.

P: então, esses são os sinais de comunicação que a comunidade entende o que é que significa?

R: sim.

P: ok. Quando há falecimentos, por exemplo, como é que informam?

R: falecimentos,

P: o sinal que dão para não terem de andar de casa em casa.

R: é a mesma porque a mesma no lugar onde você há infelicidade, as vezes tocam batuque, só que nesses momentos de coronavírus já não tocamos, tocam batuque, tocam aparelho, não sei que, mas pessoa já procura saber onde tem batuque o que se passa mesmo, seria cerimonia? Há festa? Então, é dai onde as pessoas já apanha informação de que há infelicidades, família X e não sei quê, toda a comunidade fica informada.

E a infelicidade é corre muita informação. Hoje, agora agora mesmo pode acontecer aqui, agora pode chegar em Nhacapirira, nas machambas aonde aonde porque 7 cada um liga para o outro e eipah, tal fulano morreu, perdeu a vida até chegar as 15 horas toda a comunidade já

tem informação. Quando for uma informação assim que tem que publicar, explicar, eipah, nós temos isto a informar só. Portanto, havia a rádio comunitária mas avariou e acabou não tem mais só o que ficou é a antena só. Nem rádio, nem o que já não existe. A informação sempre chega lá, mesmo aquelas casas ali. Tubos a apodrecer sem utilizar, fazer racha enquanto não tem pessoas. Pessoas a construírem a volta enquanto o quintal é muito maior, cheio de casas. E depois para tirar aquela gente ai tem te haver barrulho.

R: vai ser problema.

R: outro já tem murro ai.

R: pensam que aquilo ai construíram tudo e não havia de invadir.

R: até que se fossem construir aquelas casas ai iam fazer logo, pôr logo na volta em todo quintal rede, seria melhor. Agora ficou assim, e então com a espera da população, espera, espera e prontos, as pessoas começaram a aproximar casa, casa, casa e o quintal ficou menor.

R: mas tem pessoas que tem talhão ali mas não estão a construir não só estão a fazer documento e depois daquele documento estão a eixar assim.

P: ok. E a forma como o governo vos dá informação é boa, na vossa opinião?

R: como?

P: a forma como o governo partilha informação convosco, é da melhor forma? É boa forma?

R: é boa forma. É boa forma de modo que se há alguma coisa passa logo a informação. Passa logo a informação ao chefe de localidade e o chefe da localidade, por sua vez, convida todos os líderes e há esta situação assim assim, se dá para comunicar a comunidade, comunicar a comunidade e se é só para os líderes saberem então, nós os líderes ficamos a saber.

R: a informação! É boa, só que outra coisa na opinião, por mim, acho que devia ter também transporte e não mota. Por exemplo, daqui para Candolo é uma distância. Alguém lá está doente ou um líder ou chefe de 10 casas, não há transporte ali e ele vai de mota, que ajuda vai dar aquela pessoa de imediato? Se tivesse uma carrinha pequenina de caixa aberta todos nós iríamos servir aquilo aqui a comunidade, por exemplo, em Nhacapirira, daqui para aqui ele pode encontrar alguém lá que está, ou roubou e está para ser queimado e chega de mota, vai carregar aquela pessoa ali? Como carregar? O policiamento comunitário, é esse ladrão, é líder, vão caber na mota? Hammm! Temos reunião, por exemplo, daqui para um pouco coiso, podia passar recolher os líderes para lá. Se é uma situação em como íamos socorrer outra zona em conjunto nem, podemos, mas como está de mota, um cinquentinha ali, ele como chefe grande que trabalha bem com as pessoas mesmo encontrando pessoa que tem problema de imediato nas machambas, como líder ali, chefe de quarteirão, vão junto e ali o socorro ali vai ser de imediato. Agora, vão dar mota, aquilo costumo ver parecer também as autoridades terem mota, aquele nacaromba (fala na língua local – referindo-se à posse de mota)...

R: para chefe de localidade...

R: deviam ter.

P: então, qual é a recomendação que vocês tem para o gestor da vila. Aqueles que criaram aquelas casas ali. Qual é a recomendação que vocês gostariam de dar?

R: àquela gente ai?

R: não, gestores.

P: sim, gestores da vila. Aqueles que trouxeram aquele projecto ali. Qual é a recomendação que vocês gostariam de dar a eles? Porque no fim, quando eu terminar, eu hei de escrever isto e depois hei de lhes entregar.

R: eu gostaria o seguinte que o gestor viesse concluir aquilo que é a vila do novo milénio porque não basta só construir casas sem as suas actividades porque nós queremos as suas actividades, queremos ver aquelas casas a trabalharem para o bem da comunidade. queremos essas formações que esperamos que até aqui nunca acontecem. Gostaríamos que o nosso Chitima fosse mesmo vila, não é essa maneira de estarem a espalhar casas e depois casas e desde que o novo milénio construíram três só são três e o seu efeito, nada! queremos que seja feito as suas actividades para o rendimento de nós como comunidade. muito obrigado.

P: ok. Muito obrigado eu. Conforme eu havia dito que não íamos demorar, não ia levar muito tempo. Pelo menos deu para perceber em termos daquilo que são as conversas, a forma como vocês percebem sobre a vila e aquilo que vocês gostariam que acontecesse sobre a vila. Vamos terminar a nossa conversa.

Muito obrigado

## **FIM DA ENTREVISTA COM OS LIDERES**

### **8.10. Entrevista do grupo-focal de Chitima 20 de ABRIL de 2021**

**Pergunta (P):** boa tarde. Meu nome é Francisco Nguenha, venho de Maputo. Eu estou a estudar a vila. Todos entendemos português, não é?

**Respondente (R):** sim, todos

P: então, o problema é que eu não entendo a língua local. Mas não é problema, quando eu não entender papá vai nos ajudar a traduzir.. ehh, como eu dizia, eu venho de Maputo, eu estou a estudar esta vila aqui, ehhe para sabermos como é que o governo cuida da comunidade de Chitima e porque esta vila aqui foi criada no âmbito do desenvolvimento pela pelo nosso governo. Como sempre, o nosso governo sempre promete que vai trazer isto, que vai trazer aqui para servir de instrumento de desenvolvimento. Então, (pausa – momento de avaliação do uso da língua portuguesa sem a tradução. Houve pedido para a tradução para a língua local).



Continuando, eu estava a dizer que o nosso governo ele tem dado o assistência de vários níveis para que se criem empreendimentos a nível de todo o país. As vilas do milénio, na verdade, existem em todo o país. Ehh, eu estou a estudar a vila daqui de Chitima, estou a estudar a vila de Chibuto que está em Gaza e tem a vila de Itoculo que esta ala em Nampula.

(momento de tradução)

P: então, o projecto vilas do milénio o que devia fazer ou o que faz ou aquilo que dizem que está a fazer é que eehh, criou este empreendimento como em todos os lugares para que possa criar condições para colocar coisas lá, ou instrumentos, ou materiais para servir como escola...

(momento de tradução)

P: esta escola, p ela onde as comunidades iam aprender a fazer muitas coisas, como por exemplo, se tem, se por exemplo, produz muita batata-doce na machamba e depois não consegue vender toda a batata-doce da machamba, a parte que resta para não apodrecer e deitar fora, você pode cozinhar essa batata e fazer um bolo de batata-doce.

(momento de tradução)

P: na machamba podem ensinar a não fazer queimada, por exemplo capim não temos que queimar, temos que usar uma forma de trazer a charrua, cavar como está o capim e depois misturar o capim e a areia, aquele capim vai servir de estrume e então, aquilo que nós semearmos vai crescer muito.

(momento de tradução)

P: outra coisa também, há muito tempo atrás, há muuuito tempo, antes dos nossos avos nascerem, eles criavam animais e matavam. Então, quando matavam um animal, eles nesse tempo eles não tinham energia. Não tinham geleiras. Então, quando matassem um animal eles não precisavam de geleira para conservarem a carne, eles podiam conservar a carne através da seca, secar a carne para proteger-se a carne para a carne não apodrecer. Essa carne pode ficar dois, três, quatro, cinco anos, essa carne nunca vai apodrecer, era assim como os nossos avos viviam ....

(momento de tradução)

P: são muitas coisas que o milénio poderia nos ensinar. Para os jovens, por exemplo, ali é uma sala que deveria ter computador, onde os jovens poderiam aprender a usar informática, a usarem internet, para, por exemplo, se é negociante, tu podes, naquilo que voe faz como negocio, você pode, se vende mascaras, você pode vender mascaras através do telefone, mandar para outras pessoas e verem que eipah, esta senhora aqui tem mascaras bonitas e então, podemos comprar. Tu podes comprar a maquina, a mascara nesse caso, sem sair daqui onde eu estou, eu compro a mascara e depois a máscara vem aqui, ele manda a máscara e eu mando dinheiro.

(momento de tradução)

P: o projecto vilas do milénio não era para dar dinheiro, não era para dar comida, não era para dar outras coisas de uso imediato mas sim trazer ensinamentos para nós como comunidade para os nossos filhos, para os nossos netos para que eles não passem fome com tanta coisa que nós produzimos. Por exemplo, a malambe pode fazer iogurte, não sei se vocês sabem fazer malambe de iogurte (iogurte de malambe) mas a malambe faz um bom iogurte. Então, o milénio, são essas coisas que o milénio devia estar a ensinar para as comunidades.

(momento de tradução)

P: então, quando o Presidente Guebuza criou o programa vilas do milénio era exactamente para fazer isto aqui. É por isso que eu estou aqui hoje porque na minha escola lá onde eu estou a estudar, eu prometi que ia estudar esta vila. É uma das vilas que eu prometi que ia estudar, é por isso que hoje eu estou aqui para conversar com vocês como comunidade para perceber o que é que está a acontecer ou o que é que está sendo feito ou o que é que vocês aprenderam desde 2011. O Ministro falecido, o nosso ministro falecido (refere-se a Venâncio Massingue) inaugurou o a o espaço aqui em 2013, então eu quero saber desde lá até aqui, como é que é a situação no na comunidade de 25 de Junho tendo em conta a vila do milénio.

(momento de tradução)

P: então, eu estou aqui para vos perguntar. É como se eu fosse jornalista, eu vos pergunto mas na pergunta eu não quero saber a nossa inteligência, na ope isso o que eu quero, o que eu quero é o conhecimento que vocês têm sobre a vila. Eu quero ouvir as vossas opiniões sobre como vocês como comunidade convivem com a vila. Eu de manha estava lá no minist onde está a pessoa que faz a gestão da vila e conversei com ele...

(momento de tradução)

P: eehh, então, as perguntas que eu hei de fazer vai precisar de respostas de vossas respostas e a primeira pergunta talvez seria essa, como é que vocês se sentem hoje com com a existência da vila do milénio aqui na vossa comunidade?

(momento de tradução)

P: nas perguntas, quem tiver uma resposta pode responder, não tem regras para responderem, somente os líderes não vão responder mas nós os outros vamos participar. É uma conversas que vamos ter, não tem regras. Qualquer um pode levantar a mão ou pode falar. Pode falar na língua local, papá vai traduzir para português para eu entender melhor.

(momento de tradução)

(murmúrios na língua local)

P: pode fazer vai ouvir. Pode falar.

**Respondente 1:** (Senhora fala na língua local - traduzido) – desde que foi implantada nunca nunca ouvi, não sei, o que vai servir o novo milénio, o que é o novo milénio.

P: ok. Mas quando você ouviu que há novo milénio, ouviu a te dizerem que era para fazer o que?

R 1 - Respondente 1: (Senhora fala na língua local - traduzido) – desde, nunca ouvi e espero ouvir do senhor, qual a actividades desses do novo milénio.

P: ok. Eu venho estudar desde que o ministro falecido inaugurou, o que é que acontecer, como é que está a situação em Chitima. Como é que está, se a comunidade está feliz com esta vila ou não. Eu venho estudar. Eu não venho dar respostas. O que eu hei de fazer depois de estudar é fazer um relatório e entregar ao Ministério. Que u na minha escola eu estudei isto na vila do milénio e a comunidade de Chitima diz que existe isto, isto, isto e isto. Que há problemas X, Y e Z que precisam de serem resolvidos. Esses problemas que forem encontrados vocês é que vão me dizer.

(Traduzindo)

P: então, vocês devem fazer, vocês devem se abrir, não tenham medo de falar. Não há ninguém aqui que vai vos repreender do que falaram. Se vocês não falarem, provavelmente vocês não vão ter solução da vossa vila. Então, é preciso dizerem tudo aquilo que vocês sentem.

**Respondente 2 (homem):** boa tarde. Isto ainda não é vila. A promessa desta vila ainda não está cumprida. (falando na língua local – traduzindo) ... se isto era vila ia ter campo de futebol, ia ter bazar ai, ia ter aquilo ai, ia funcionar, mas nem bazar não tem, nem campo de futebol não tem e é preciso ir a Songo para ver futebol. Não estamos a entender.

Tinha promessa de bazar, tinha promessa de campo de futebol e tinha promessa de que isto aqui iria ser escola técnica para as pessoas virem estudar. Muita coisa, nem, essas coisas de culinária, de quem quem íamos estudar aqui e nós estávamos muitos satisfeitos porque nossos filhos já tem escola de culinária, nossas senhoras já vão estudar aqui e não sei o quê. Muitas coisas que havia de se estudar. Esta coisa não está a vir, como está a ver, esta vila não fica assim. Já assistimos no televisor vila milénio, sim, de Maputo, lá no coisa, lá onde está, não está desta forma que está aqui.

Nós agradeceríamos que leve-nos a informação que o governo, aquela proposta que fez do novo milénio nós também deixarmos de ir em Songo, deixarmos também de bazar aonde e fazer tudo aquilo que prometeu aqui neste distrito de Cahora bassa, aqui na vila do milénio.

Porque isto já é distrito, não é um posto. Em Songo, é posto, tudo devia existir aqui como futebol porque há vezes que nós somos velhos, não conseguimos ir assistir futebol no Songo. Aquela promessa que tinham aqui de campo de futebol já estão .... há vezes que há mercado grande, prometeu aqui e nós estávamos a pensar que teríamos um mercado talvez muito grande aqui. A promessa existe só que não está a ser cumprido só que não sei porquê. Que está a ser cumprido eu não sei, só sei que talvez está a vir nos levar esta informação para frente, eles é que sabem o que é que vão falar.

Outras pessoas vão falar aquilo que viram porque naquela promessa não estava sozinho, todos estávamos aí e quando começamos a ver isto a ser feito estávamos a dizer que aqui há de ser vila mesmo, há de ser vila mesmo, mas quando começamos a ver que isto parou ficamos assim e onde vamos perguntar. Se você está a estudar, está a investigar que investigue e leve nossas soluções ir entregar lá o governo vir nos apoiar.

P: e como é que vocês se sentem diante de tudo isto?

Respondente 3 (homem): nós estamos a sentir grande tristeza porque a promessa que tinha feito o governo era boa. Os filhos que estão a perder aulas, aliás, escola, matrícula. Matriculam mas uns não estudam, então, nós aproveitávamos a aprender ofícios, seria vantagem para nós. Agora dizer só novo milénio. Isto aqui não é nenhum novo milénio, só são duas casas, a terceira é aquela, só.

Nosso, acho é esse. Queríamos que o novo milénio continuasse a ser novo milénio, não como está. Toda aquela promessa que o governo tinha posto para nós era de bem-vindo e que continuassem a rever os processos para poder ser novo milénio.

P: quando o governo prometeu, prometeu que ia fazer o quê?

Respondente 3 (homem): aqui era promessa de, depois de tudo, então iria trazer pessoas que deviam dar aulas como essa coisa de curinária, alfataria, serralharia, também queria, é muita coisa que tinha prometido.

P: ok. Mais ideias?

R4 (homem): eu o que ouvi no início do novo milénio ouvi que aqui deveria ter, deveria ser uma escola por técnica na base, o que deveria ter? Deveria ter computadores para os alunos que devessem aprender diversas matérias. E além disso de ter outras coisas, se hoje, também estamos surpreendidos por ver assim de ver a forma como está assim a nos perguntar porque o novo milénio aqui praticamente não existe só que normalmente existe casa de Chitima. Por que nós dizemos assim, casa de banho aqui não tem, mesmo casa para os alunos fazerem prática, não tem, casa de banho para aluno, não tem, transporte se for na parte agrárias, deveria ter tratores, deveria ter enxadas, então, cada sector deveria ter também material organizado para servir na parte da educação. Só, do momento nós estamos a ver é que vê lá casa de banhos, são precárias, não temos por nós ir. Só que se hoje recebemos essa visita a nos perguntar sobre novo milénios para nós é novidade. Até nós se os colegas que estão aqui sentados eles todos estão interrogados porque desde o início até aqui não teve nenhuma resposta. Nem talvez as cadeiras, mas talvez as cadeiras que eles existem ninguém entrou aí para ver como estão aí as cadeiras porque estão fechado. É por isso aqui agradecemos muito bastante se for a levar o caso para frente para servir de novo milénio, talvez vai servir nesse dia que vem a delegação ver e trazer as coisas que pode servir novo milénio. Obrigado, para mim é tudo (grupo da aplausos – costume local).

P: de manhã eu estava aqui com o chefe-líder e depois saímos para casa. Só que eu tinha um encontro com a pessoa que faz gestão da desta vila. Eu tinha uma entrevista marcada com ele. Quando estávamos a conversar, ele disse que a comunidade recebeu um trator, a comunidade recebeu uma moto-bomba e recebeu o que, outra coisa já não me recordo. Mas pelo menos disse que recebeu um trator. Vocês receberam um trator?

A exemplo de alguns materiais agrícolas como o trator, a comunidade afirmou não ter recebido como afirmara o gestor da vila. Questionados sobre este facto a resposta foi que, em coro não ... nem conhecemos isso

R: quase que em coro – não!

Nem conhecemos isso!

Fala na língua local a traduzir para a comunidade)

Murmúrios causados pelo argumento de que existe um trator e outros instrumentos agrícolas

Respondente 1 (senhora responde na língua local): nem cor desse trator nunca vimos.

P: nem cor?

Respondente 1: nem cor. Nem cor desse trator vimos. Se seria branco, se seria vermelho, não conhecemos.

Continuam os murmúrios mostrando descontentamento da comunidade (do grupo).

Por um lado, há sorrisos que evidencia a existência de falta de seriedade pela parte da pessoa que afirmara que existia um trator oferecido à comunidade(esta parte do texto consta na transcrição).

P: outra coisa, outra coisa, é que diante daquilo que vocês disseram que até os papás, sobre a formação, eles disseram que foram formadas 400 pessoas.

R: aqui?

P: sim.

R: eiiiissh, aonde?! (sorrisos em coro)

P: o que eu quero saber é em que áreas essas pessoas foram formadas.

Muitos murmúrios na língua local – misturados com risos

R5 (senhora na língua local): essas pessoas que foram formadas saíram de onde. Esses homens que foram formados são de Chitima mesmo? Isso era maneira de defender em como ia investigar a população, ia ter este encontro procedida pela população, então, as pessoas ficaram assim calmos.

P: não entendi, por quê?

R: ela estava a dizer que era para fechar o problema e não ter este encontro com a população para não perceber da população. Então, faz de conta as coisas estão correndo bem aqui.

P: oh, eu nem lhe disse que iria, depois iria ter encontro convosco, não lhe disse.

R: só fez boa coisa.

P: okay. Yaaa!

R1: Deus entrou no coração deste senhor e então, por não informar que vou ao encontro da população, atavão lá mentindo que já fizeram tudo. Mentira.

R6: esse aluno quem deu esse aluno porque ai nem casa de banho tinha e como está a ver aqui, é mato. Quem então. Sim. Quem doou esses alunos terem uma formação?

P: okay. Fala alto mamaoh! É importante ouvir.

R7 (homem na língua local): a característica que está, se agora está um bocado limpo foi iniciativa dos líderes porque era vergonha mesmo encontrar esta casa como ali (indicando uma mata densa de arbustos de uma altura de mais de um metro e meio). Aqueles arbustos.

P: estava assim?

R7: sim! (quase que em coro). Isso é da semana passada

R8 (homem): há duas semanas que nós estávamos a fazer limpeza, por isso que está a encontrar assim. Isto está fora da mão.

R5 (senhora falando): há duas semanas, foi dois fins de semana com a população com iniciativa dos líderes. Veja só!

R8 (homem): foi sorte apanhar isto assim. Podemos apanhar enquanto roubaram....

P: okay. Então, queria saber também sobre o meio de comunicação daqui de Chitima. Qual é o meio que vocês usam muito aqui?

R2 (homem): actualmente é telefone.

P: só telefone?

R2: ou talvez ir em casa do senhor líder comunicar e o líder também dar aviso.

R3 (homem): eu gosto de falar - aqui dantes tínhamos rádio comunitária. Agora não temos. Fazia também parte da comunicação. A rádio comunitária de Chitima parou, parou de vez.

P: quando é que parou?

R3: ihm, já faz anos.

R4: e aqui outra comunicação foi telefone que são outras pessoas que conseguem subir em Songo para deixar na rádio comunitária de Songo, eles podem tirar comunicação até em toda zona, mas dantes nós tínhamos nosso rádio que pequena coisa nós íamos deixar informação

lá e passávamos todos em todo o distrito. Agora parou, parou de vez. Não sei como, vamos até longe.

(pausa: uma breve conversa em língua local)

P: mas em termos de preferência, entre telefone, comunicação através dos líderes, comunicação através da rádio, qual é o meio que é melhor para vocês?

R (homem): é telefone!

P: por quê telefone?

R8 (homem): por que é rápido – este meio, considerado mis flexível na partilha de informação, é assumido como sendo o meio que mais dinamiza a circulação de informação nesta comunidade. Porém, (ligar a vermelho)

R2 (homem): é rápido.

R3 (homem): rádio também.

R4 (homem): O meio de comunicação melhor mesmo é rádio.

R5 (homem): porque dá de uma vez só. É rádio. Telefone eu não tenho numero do outro, da mamã ai. Os velhos não sabem mover.

(celular toca)

R2: a rádio tem a capacidade de voltar a repetir.

P: então, como é que vocês conheceram a vila? Qual foi o meio que usaram para vos dizerem sobre a vila? Ou quando ouviram falar da vila do milénio ou do novo milénio, ouviram aonde?

R3: (homem) – uma parte que não entendi bem ai sobre essa comunicação da vila do milénio. Não entendi, desculpe estou a pedir de novo.

P: a pergunta que eu fiz agora era no sentido de eu querer perceber como é que vocês ouviram falar sobre a vila. Quem vos disse que existe a vila e que aparecerá a vila aqui no milénio? Se ouviram na rádio, se ouviram através dos líderes ou se ouviram, receberam mensagens via telefone ou se ouviram isso na televisão?

R3 (homem): houve inauguração aqui e deram nome de novo milénio ou novo milénio. O camarada Ministro falecido veio fazer inauguração nesse sitio mesmo ai e depois de fazer inauguração deu-se nome de que aqui é novo milénio e outros novo milénio estamos a assistir no televisor de Nampula lá no coiso, de Maputo, naquela zona do coiso que já assistimos no televisor quando estava a dar programa vila novo milénio de outras províncias nós assistimos no televisor mas enquanto aqui nós fomos, já demos o nome de novo milénio aqui, toda gente, toda a população fizemos cerimónia naquele sitio ali onde estamos e pôr isso que está na nossa mente que isto é o novo milénio, foi uma cerimónia feita com o presidente Guebuza, não é?

P: o presidente Guebuza veio também para aqui?

R: não foi nessa vez que estava?

R: não, não estava.

R3: só estava o ministro. Deu nome, fizeram inauguração, fez-se cerimónia, depois da cerimónia, dizia-se que aqui era novo milénio e então, só que parou assim com esse nome mesmo não desenvolveu mais. (ligar para substituir o nome de Guebuza)

P: então, diante desta situação que se vive na nossa vila que não está a andar nada, eh, qual a recomendação que vocês dão, por exemplo, se fossem para, se fosse para dar alguma recomendação, qual é que dariam? Ou o que é que diriam?

R1: (mulher) – a recomendação é que continue, toda a promessa feita do novo milénio que seja feita para nós, para nos servir, toda essa formação de curinária, de informática, de agricultura, que seja feita para nós assistirmos de perto e é vantagem para nós que deve continuar para de verdade ser vila de milénio de Chitima. Que continue.

P: Mais?

R8 (homem): toda a promessa feita pelo governo, ele como jovem, recomenda que continue. Nós como jovens não temos emprego. Queríamos essa formação para que temos empregos. Alguns de nós já concluímos classes e não estamos a fazer nada, estamos em casa. Temos malambe aqui para fazermos iogurte, sem formação não sabemos como fazer iogurte. Queremos que esse novo milénio continue, nós como jovens.

P: mais?

Murmúrios em língua local (não traduzidos)

R1 (mulher): nós não recebemos trator e nem sabemos da cor do trator. Na machamba nessa campanha tentamos capinar mas não produzimos nada através de pragas. Para os que produziram produção estão muito lá longe mas como trazer para cá, não temos transporte e como conseguir conservar esse próprio produto. Não tem bicicleta e deixa tudo lá e vem aqui em casa e não tem como transportar. Vem o outro queima ou rouba. Vem aqui haaaa, eu produzi mas está lá. Sem nada! então, essa informação de que recebemos trator, de facto para eles está tudo feito lá mas não tem trator. Nalgumas zonas as mães aprendem muita coisa, essa parte de costura, de renda, tanto como essa coisas de bordados mas aqui nada e esperamos que sejamos feito isso.

(risos no grupo)

P: mais! Não voltem com ideias para casa, falem.

Murmúrios em língua local

R2 (homem): eu quero saber, o trator, está onde mesmo?

Risos no grupo



R2 Continua: porque nós daqui não soubemos mas talvez podemos ouvir o responsável do novo milénio como veio aqui a nos dizer que aqui, como eles disseram que há trator, há moto bomba no novo milénio. Nós que estamos aqui queremos saber um pouco, não vamos perguntar, nós queremos saber onde está? Se está em casa do Líder, nós vamos em casa do líder. Se está em casa do chefe do posto, nós temos de saber que o trator está em casa do chefe do posto. Se está em casa do administrador, nós vamos saber que está em casa do administrador o trator do novo milénio. Agora aqui só estamos a ouvir que há trator, então nós ficamos com cabeça no ar e sem saber. Então, nós queremos saber onde é que está esse trator.

R3 (homem): queria saber, nós como comunidade, esses 400 alunos que foram formados estão a trabalhar aonde? Estão aonde porque nós nem fizemos enceramento, queremos ver esses 400 alunos, onde estão aa.... são filhos nossos ou levaram doutro distrito? Se é daqui na Chitima era bom nos mostrar, só foi mal porque ele não veio aqui. Devia lhe convidar e nós perguntar chefe, esses 400 alunos estão aonde, porque ele deve nos mostrar. Não é bom mentir, deve nos dizer que ainda não estão a trabalhar para sair com uma informação certa, quando levar essa informação de 400 alunos lá em Maputo disse há esses já tem alguma coisa já feito. Essa coisa de que investigou de 400 alunos lá vão dizer que pah, já tem 400 alunos em Chitima....

R (outro interrompe): formados já!

R3 (homem – continua): formados no Cahora Bassa, distrito de Chitima. Não fica bem. E nós queríamos ele para nos apresentar esses alunos onde estão. Comunidade somos nós. O povo somos nós. Quem são formados são os nossos filhos. Os nossos filhos estão lá desempregado e nossos filhos estão lá sem trabalho e ele andar a mentir sem, já formou 400 alunos no povo, não fica bem assim.

R8 (homem): mais outra coisa. Desculpa! Conforme estava a dizer o meu colega, são 400 pessoas formadas e mais uma cabeça de trator. Depois uma bomba, e então, estão nas mãos de quem? Porque nunca devia dizer isto perante a este chefe. Então devia vir directamente com ele e dizer que de ahh, nós entregamos nas mãos destes, se é líder, se é aonde, então, isto que a gente queríamos ver se é isto ou não, então, essas pessoas, de que província, de que distrito que foram formados aqui? (...) esse líder lhe conhece? Porque parece brincadeira. Você chefe está connosco aqui, conhece isto? Então, pah, não sei se é isto.

P: então, lá no no governo, porque a pessoa com quem eu falei está lá no coiso, no governo, ele tem dado informação sobre a vila para os líderes ou para a comunidade?

R (homem): não conhecemos essa pessoa.

R3 (homem): nem o trator não conhecemos. Ele que sabe onde é que está o trator e vir aqui nós íamos descobrir de que ele tem trator e então, está a esconder porque nós não temos trator. Casa de banho tem duas semanas aquelas de casas de coisa, de caniço, de pau e pique....

P: fizeram aquilo no dia em que capinaram aqui?

R4 (homem): sim. Acho que ele tinha um conhecimento de que tinha uma delegação que vinha de Maputo e então tinha que correr com o líder e o líder também tinha que correr com a população vir fazer limpeza e vir fazer coisa, casa-de-banho.

P: não, quando eu vim para aqui eu não avisei que vinha para aqui. Vim de surpresa, nem eles sabiam que eu vinha para aqui. Eu quando cheguei e disse que estava a fazer pesquisa sobre a vila, não tinham em conta, ninguém tinha.....

R (homem): ouviram zunzum.

P: nada! Não tinham!

R4: parece que o governador.... manifestou....

(sorrisos)

P: então, era isto que eu queria conversar com a comunidade. eu já não tenho nada a perguntar. Aquilo que tinha de perguntar já perguntei e já tenho as respostas. Conforme eu disse no principio que eu vinha buscar um pouco das vossas respostas e não que eu esteja a trazer resposta para vocês e sim eu vinha buscar respostas sobre a vila. Vou parar por aqui e agradecer a vossa paciência em terem deixados as vossas coisas para virem se reunir aqui e conversarem comigo. Não deixem esses coração. Eu não sou do governo. Eu sou professor. Lá em Maputo trabalho mais com pessoas e aprendi que cada coisa que a gente faz tem de agradecer. Então, eu agradeço do fundo do meu coração o facto de vocês terem deixado tudo para virem conversar comigo. Até outro dia (no fim palmas, como sinal de gratidão).

### **FIM da entrevista de grupo focal**

## **9. Vila do desenvolvimento do milénio de Itoculo**

### **9.1. Cassimo Momade, membro da Comunidade de Itoculo, em entrevista a 24 de Julho de 2020**

(1) Entrevistador – Cássimo?

(2) Entrevistado – Cassimo Momade João, sou comerciante local.

1 – Conhece o programa Vilas do Milénio?

2: Conhecer, conheço, porque uma parte quando as coisas começavam, eu fiz parte.

1 – Como é que conhece?

Como é que conheço? Porque era um projecto financiado pelos japoneses, trouxeram e trouxeram esse, vieram plantar no posto de Tupulo, com o objectivo de ajudar a comunidade de Tupulo.

1 – O que faz esse projecto?

2 – O projecto, o que faz presente? Está parado, mas

1 – O que é que fazia?

2 – Te anteriormente ajudava áreas, muitas áreas, área da agricultura, pessoa que estava ligado na agricultura ajudava, pessoa que estava ligado ao comércio ajudava, quase, aquilo que estava à alcance da nossa comunidade, até criação de ave, criação de animais, ajudava. Essas parte ajudava esse período.

E fora tisso, fazia um intercâmpio, levava a comunidade taqui para outra, outro Milénio para também ir ter experiência. Nós também recebíamos outras comunidades de outros milénios para eles também terem a nossa experiencia. Para mim, aquilo considerava como uma coisa positiva.

1 - Qual é o meio de comunicação que gosta de ouvir?

2 – Aqui o meio de comunicação vulgar é macua, macua, português ouve, mas as pessoas são pouca gente que entende e enterrar bem.

1 – Gosta de Macua na Rádio, na Televisão?

2 – Na Rádio, aqui, a Televisão são pouca gente que estão a aderir.

1 – Então, prefere Rádio?

2 – Rádio.

Nem na Rádio, nem na instituição, para mim, não sei para os outros, não estou a ouvir nada, estou a ver tuto parato, por exemplo, ali estou a ver dois meios, tem um tractor que ajudava a comunidade no seus campo e tem um camião, mas totos estão paratos.

1 – E como é que a comunidade sabe aqui sobre a vila do Milénio?

2 - São oficial não, estamo ver o para, o morolisaditate da, do, do Milénio, não fá, quase, está parado, não faz quase nada porque na altura o Milénio fazia os seus encontros nas comunidade porque este Milénio estava dividido por cinco pairro, que é aqui na sede, M'elege, Namiro, Mutiapa e Tekela, e eles fazia ver, te cata ano, plano te cada pairro, mas agora, teste, posso dizer teste foi tirato o primeiro coortenator, este, muitos não conhece. Eu conheço porque estou aqui à frente, muitos não conhecem que aquele ali é coortenator da vila do Milénio, por isso, esta parte aí, tota a gente já sabe que o Milénio já parou, já não funciona.

1 – Mas como é que vocês sabem disso, que parou?

2 – Principalmente o meu caso, eu que estou aqui, estava a ver tudo que estava a acontecer, aqui, agora não estou a ver nada.

1 – Okay

2 – Não estou a ver nada.

1 – Alguma vez já ouviu falar da Visão Mundial?

2 – Sim, ouvi falar da Visão Mundial porque até aqui temos alguns activistas que circulam aqui dentro do Posto, da Visão Mundial.

1 – Okay. Ouviu na Rádio ou na Televisão e quantas vezes ouviu falar da Visão Mundial?

2 – Na Televisão é vulgar porque às vezes eu como tenho a televisão, custa-me escutar assistir, ouvir Rádio, gosto ver e ouvir, por isso, digo, na Televisão, muitas vezes tem a Visão Mundial.

1 – Já recebeu um folheto ou um manual sobre Vilas do Milénio?

2 – Não. Um manual, salvo, eu recebi porque tive uma formação, uma capacitação do comércio, é por essa parte, mas dizer que o programa de vir do Milénio é este não.

1 - Não.

2 – Não.

1 – E o que acha da informação que houve nesses meios de comunicação sobre Vilas do Milénio, é boa, é desesperante, como é que vocês acham que esse projecto devia funcionar?

2 – Era bem-vindo. À sua entrada, era bem-vindo quase à toda a comunidade, até neste momento que parou, hoje estão furiosos, porquê? E não sabem a quem colocar. Não sabem a quem colocar porque mesmo os governos que vem, conseguimos colocar essa preocupação, mas ninguém também consegue dizer alguma coisa satisfatória para a comunidade.

1 – Tabóm!

### **Fim da entrevista**

## **9.2. Adolfo Manuel, Chefe da Localidade Vilas do Milénio, entrevista a 20 de Agosto de 2020**

1 (Entrevistador)

2 (Entrevistado): Esse programa de Vila do Milénio são actividades inseridas no programa do governo naquilo que diz respeito ao melhoramento de algumas acções ao nível local, eu posso me situar dessa maneira, que programas de Vila do Milénio são aqueles que incentivam algumas actividades ao nível local que possam levar a um certo nível de desenvolvimento naquela comunidade.

1 – Em que contexto foram criadas e porquê?

2 – Os contextos são esses que eu acabei de mencionar, era de ver ao nível local algum certo desenvolvimento, diferentemente, aquele, para se fazer alguma comparação, as comunidades

com Vilas de Milénio e aquelas que não são da Vila do Milénio, como é que é em termo de desenvolvimento, onde é que existe uma certa aceleração, então, a importância no âmbito foi dessa maneira, que era para poder ver como é que é em termo de impulso de desenvolvimento naquela região.

1 – E, olhando no contexto com a situação actual o que seria pertinente mudar?

2 – Não cheguei de perceber?

(Silêncio)

2 - O que devia mudar era só a questão de, em termo do ambiente em si, aquilo que foi o objectivo da sua criação não é o que está a acontecer na realidade. Há uma desaceleração em termos, naquele momento por causa do financiamento do exterior, ajudava o desenvolvimento, era notório essa questão de Vila de Milénio na realidade, só que depois de haver um corte de financiamento, a situação começou a mudar duma, de um nível muito lento, já quase não ser distinguido que existe esse programa de Vila do Milénio.

1 – Muito bem. Nesse caso, qual é a sua sugestão, chefe, precisamos de trazer mais financiamento ou precisamos de requalificar?

2 – Não, requalificar o programa não devia ser, só era preciso vermos como é que é em termos de parcerias, estudarmos alguns parceiros capazes de ajudar a potenciar algum recurso, que é para também alavancar o desenvolvimento daquela região porque o que vai acontecer é só para desenvolver, a mentalidade já está na população, só o que está a faltar, o que está a falhar neste momento é a questão da falta de recursos financeiros.

1 – E, parece que a Vila do Milénio recebeu computadores, recebeu material tecnológico ...!

2 – Sim, sim!

1 – Como é que, quais são os procedimentos definidos para o uso desse material e como é que a aplicação a nível local de Tuculo?

2 – Ao nível local, aquele material tecnológico era para poder ver a nossa juventude a ser capacitada, capacitados esses para sua vez, eles também criar um auto-emprego para as própria juventude, só o que está a dificultar agora é a aderência, a nossa juventude já não consegue de forma voluntária para se ingressar no programa e haver alguma continuidade em termo de aprendizagem da nova tecnologia, sim sim!

1 – E é pagável para alguém ir fazer lá, por exemplo, um curso de informática?

2 – Sim, temo tido ali alguma promoção, muito simbólica, só para participação, tem havido ali algum valor, até porque nós como governo tentamos mobilizar os nossos jovens de modos que pudessem aderir que é para, pelo menos ter aquela noções básicas do uso de computador, eh, com um valor simbólico, de a mínimo 500 meticais, mínimo, mas mesmo assim há dificuldades na sua aderência. Há dificuldades!

1 – E influencia no desenvolvimento local?

2 – Influencia, sim

1 – Negativamente ou positivamente?

2 – A influência é negativa porque o uso da tecnologia impulsiona para um rápido desenvolvimento, sim, sim!

1 – Como comunidade encara as Vilas do Milénio, os serviços da Vila do Milénio, como é que a comunidade de Itoculo encara os serviços?

2 – Os serviços eles, primeiro, encaram com uma certa responsabilidade, fala com uma responsabilidade porque conseguem conservar o seu bem. Aquilo que já exigem dali, eles conseguem respeitar, mesmo as suas infra-estruturas, e o uso, anteriormente temos dito aquele que é o do transporte, temos um camião lá, temos o nosso tractor, temos essa material informático, eles respeitam, a população respeita muito.

1 – Será que o programa valoriza a comunicação com a comunidade, interacção programa – comunidade, privilegiam aquele contacto directo?

2 – Sim, sim, sim, tem havido boa interacção porque eles estavam muito virados para o pacote da agricultura, aquilo que é da transformação, transformação das tecnologia na agricultura, das técnica de produção nesse caso, e aquele momento eles conseguem ver entrar num campo, para fazer alguns campo de demonstração. Eu acredito que existe boa interacção entre o programa e a população.

1 – E qual é o papel da comunicação nesse processo, comunicação estou a falar de medias, jornais, eh, rádios, qual tem sido o papel?

2 – Yeah, media, é aquilo que eu diria nesse contexto que tem, temos havido dificuldades na difusão, próprio programa

1 – Porquê?

2 – Porque o programa é que devia elaborar o seu projecto e entregar nesse caso na rádio comunitária e eles para fazer a sua expansão, então, tem havido aqui alguma, alguma, alguma dificuldade nessa parte.

1 – Se há dificuldades, como é que o programa comunica as suas inovações, descobertas ...?

2 – Através de encontros, através de encontros, temos tido encontros com os líderes comunitários, encontros com os líderes religiosos, nas informações do, do, do Conselho Consultivo, eh, naqueles momentos de fazer chegar alguma informação, eles conseguem nos informar o que é que eles conseguem fazer.

1 – Esses encontros tem algum impacto?

2 – Tem, tem sim, tem. Porque a partir dos líderes comunitários eles divulgam nas comunidades. Tem algum impacto.

1 – Mas na sua opinião, chefe, qual é o meio fundamental, a estratégia fundamental de comunicação para difundir serviços da Vila do Milénio?

2 – Sim, para além dos líderes comunitários e do governo, também pudessem fazer expansão no uso das medias, porque quando são líderes comunitários, nós, a nossa informação é estática, quando se for para as medias a informação pode ir além da, do, da, da área onde estão inseridos os programas do Milénio, pode acontecer para outras áreas, então

1 – Se em algum momento houve essa parceria com a Rádio, qual tem sido o envolvimento do pessoal da Rádio, por exemplo, comunitária que é dos meios que temos aqui para o programa da vila do Milénio?

2 – Ehm, como vinha dizendo que a Rádio eles esperam que algum programa venha ser solicitado, para fazer a sua fase, então, enquanto isso não acontecer, pode haver alguma dificuldade, mas em termo de prontidão dos nosso colega da Rádio, eu acho que eles mostram muito interesse, porque, porque, é assim, nós também temos tido alguns eventos em que solicitamos a Rádio, eles participam, aliás, eles aparecem para melhor divulgar aquela nossa informação, acredito que não tem havido alguma dificuldade.

1 – Qual é o nível de percepção de comunidade no desenvolvimento do programa, como é que a comunidade percebe o desenvolvimento do programa da Vila do Milénio?

2 – A comunidade percebe de uma boa maneira, a comunidade percebe e eles só essa dificuldade de falta de fundos, é o que dificulta para o avanço desse programa de forma numa, num ambiente mais acelerado, mas eles concebem da melhor maneira.

1 – Como ultrapassar essa falta de fundos?

2 – Através de programas e iniciativas locais porque nós não podemos só esperar que haja doações externas, podemos capitalizar algumas acções ao nosso nível, de modos que haja prontidão no uso e nas pessoas e acredito que programas da Vila do Milénio pode avançar.

1 – Se o chefe tivesse sido dado um pacote aqui, tá aqui, qual é a via que iria usar para divulgar os próximos passos do projecto?

2 – Eu seria, seria muito abrangente, o que está a acontecer é que nós devemos abranger a informação, tínhamos que primeiro identificar os actores, quais são, depo desses irmos ao encontro dos actores, que é para o nosso programa ir mais a frente, então, seria dessa maneira como é que

1 – Aqui iria usar a Televisão, a Rádio, ...?

2 – A Televisão, a Rádio, dependendo das nossas

1 – Todos os meios?

2 – Sim, sim, para não limitar o nosso programa.

1 – Okay

2 – Sim, sim.

1 – E aqui há necessidade de termos uma rádio comunitária, as pessoas usam a Rádio?

2 – Usam, usam, sim.

1 – Tem alguma importância?

2 – Usam, usam.

1 – Como é que usam?

2 – É de saudar. Se chega aquela hora das medias em que o programa lança, ali tem havido entretenimento, algumas informações, em caso, agora, por exemplo, estamos numa situação de Covid-19, usamos a nossa rádio, é a nossa Rádio que eles divulgam, não só, fazem alguns movimentos, aqueles que são, eh, pacotes ligados a móveis, que entram até na comunidade para ir divulgar, eu penso que aquela parte está mais importante. A importância nesse contexto Covid-19, para além da estrutura que também divulga, também na Rádio também é expandido a informação, então, é fácil aqui termos alguma concepção que é muito, muito

1 – Ou seja, a relação entre Rádio e governo está boa?

2 – Está boa, não há problemas. Está boa.

1 – Okay, no âmbito de serviços, qual tem sido a aderência da comunidade pelos serviços, pelos serviços que a Rádio fornece, a população adere?

2 – Adere, adere sim porque mesmo em ligações, aqueles dedicatórias, eles conseguem, conseguem ligar, uma interacção, apresentar as suas sugestões, as suas dificuldades, até, até cumprimentos a familiares, isto está mais bonito, sim, sim.

1 – Hoje o programa da Vila do Milénio está em decadência, acabamos afirmando isso e como é que olha o interesse do governo central, será que há equipas que vem de Tuculo para vir aferir onde é que o projecto parou e quais são os próximos passos, interesse do governo, central, local, província?

2 – Até que em decadência diríamos sim, só que diríamos que os passos são um pouco lentos, os programas do Vila do Milénio estão inseridos num, num ministério, Ministério de Ciência e Tecnologia, eles é que velam o desenvolvimento ou as actividades ligadas a Vila do Milénio, é nesse âmbito em que está, acredito que o governo central havido, tem feito alguns projectos que pode, que possam alavancar a Vila do Milénio, esperamos que mesmo tarde que seja, vamos ver que o desenvolvimento nessa área pode vir mais ser um pouco acelerado.

1 – E, e, e, e, e, o que eu estou a perceber da Vila do Milénio é que pouco a Vila do Milénio tem programas específicos para a media

2 – uhm (sim)!

1 – Só está muito mais com a comunidade, a questão da divulgação é deficitária, porquê é que isso está a acontecer e será que, eh, porquê é que não se está a massificar mais o assunto



divulgação para, por exemplo, atrairmos mais pessoas, porquê é que isso não está a acontecer?

2 – Sim, o que está a dificultar nesse contexto, vínhamos falando que, por exemplo, a media tem que reportar as aspectos daquilo que está sendo realizado no terreno, mas encontramos tem havido dificuldades, por exemplo, nos momentos programa em si, não tem havido actividades que possa, por exemplo, tirar a media para vir informar, então, nesse contexto é quando as coisas não andam como deviam andar, é por causa da falta de alguns financi, de alguns recursos que possa alavancar as actividades dos programa do Milénio e seria assim depois de haver algum financiamento, haver alguma actividade, hem, do concreto, então, seria fácil solicitarmos a media que é para irmos dar alguma reportagem daquelas actividades que estão a ser desenvolvidas, então, por causa disto aqui é quando nós temos tido aqui algum desnível.

1 – Em Tuculo, uma parte da população é analfabeta, é menos escolarizada, e as estratégias usadas para comunicar o programa chegam a comunidade perfeitamente, quais são as línguas usadas e que modalidades usam para informar à comunidade, é através da Rádio, não ou sim, pouco e ou tem uma forma educativa, se a população tem pouco conhecimento em relação a aquilo que é, a interpretação de alguns termos?

2 – Muitas vezes o que nós usamos é a nossa língua tradicional, que a língua materna, todas actividades, programas que nós temos tido na nossa realidade, divulgamos a partir da língua tradicional, que é o nosso dialecto, então, assim, facilita a compreensão na nossa população.

1 – E nesse momento qual é o posicionamento do governo central, provincial, local, até o governo de Tuculo, onde o chefe faz parte, qual é o posicionamento do governo, quais são os desafios para o programa da Vila do Milénio?

2 – Sim, nós o nosso desafio é de termos, fazermos algumas iniciativas de âmbito local, dentro das nossas possibilidades, que é para podermos alavancar, vermos os nossos programas do Milénio a avançar.

1 – Alguma iniciativa já desenhada?

2 – Sim, por exemplo, nós temos ali o nossos tractores, nosso tractor é tentarmos recuperar o tractor de modos que naquele momento de lavoura alocarmos aquela população e explicarmos que aquele tractor provém daquele programa da Vila do Milénio, não só, mas também temos ali o nosso camião, o camião também poder fazer algumas acções naquilo de poder levar algum produto de algum, alguma população de um ponto para o outro, pelo facto da comunidade ver aquele carro a levar alguma, algum bem duma população local, acredito que o programa do Vila do Milénio ainda está inserido na nossa população, já não passa ser uma coisa nova porque esses meios em si, identificam a existência desse programa ao nosso distrito, então, o nosso desafio é de continuarmos fazermos algumas actividades ao nosso nível de modos que o nosso programa de Vila do Milénio não venha a ficar de forma apagada, mas sim darmos alguma continuidade.

1 – Obrigado.

2 – Sim, sim!

Fim da entrevista

### **9.3. Manuel Issa –líder comunitário. Entrevista**

P – Papá Manuel Issa, conhece algum meio de comunicação aqui no distrito de Monapo?

R – Meio de Comunicação?

P – Sim!

R – (...) como é que vocês ouvem informação?

R – Ah, sim, acompanhamos através de rádios, através de televisão, isso TVM, e outros canais, mas também telefonicamente, isso, actualmente.

P – Okay. (...)

R – Servem muito bem.

P – Como é que conhece Rádio, como é que descobriu que afinal ter rádio é importante?

R – (Risos) Eh, para descobrirmos que rádio é importante, posso dizer que graças ao nosso desenvolvimento, nem? Porque a pessoa compra rádio, chega em casa, começa a sintonizar, começa a ouvir coisas que acontecem na sua província, no seu distrito, a nível do país, mesmo fora do país.

P – Desses todos que papá falou aqui, qual deles que gosta mais de acompanhar?

R – Entre esses programas ou ...?

P – Esses meios

R – Esses meios ...

P – Qual deles gosta mais, que usa mais?

R – É a TVM.

P – Porquê gosta da TVM?

R – Por causa das suas informações, vem um pouco claras para mim também são visíveis, na medida em que eles comunicam, a pessoa consegue ler.

P – (...)

R – Mais fácil?

P – Sim.

R – Emhhh, é a Rádio.

P – Porquê?

R - Rádio porque, TVM, às vezes, é preciso ter dinheiro, como eu tenho antena, se não tiver dinheiro, se não tiver pago, às vezes, não sai nada. Mas rádio, se calhar, qualquer hora, qualquer momento, ouvir tantas históricas, como é que tornamos independente, quem foi o promotor, quais foram os promotores da independência, por aí, gosto essa parte.

P – (Sem pergunta)

R – Já ouvi, sim, falar de vilas do milénio, já ouvi.

P – Ouviu aonde?

R – Aqui mesmo, já ouvi.

P – Foi numa reunião ...?

R – Primeiro, foi numa reunião, porque veio uma equipe, do governo do distrito, nos alertou que há um programa que está a vir, mas no princípio diziam que esse programa de vilas do milénio viria construir infra-estruturas, posso dizer, casas, eram cerca de 5 mil casas, mas não chegou-se de se cumprir, mas vila milénio veio e ficou connosco, nos trouxe alguns benefícios, ajudou algumas comunidades nas machambas, criação de galinhas, posso dizer, avícola, nem? Outra parte, já temos, já tem um camião, também que beneficiava a comunidade local, transportando seus produtos de machamba para casa.

P – Quem estava a falar isso?

R – Quem estava a falar isso é governo do distrito

P – (Sem pergunta)

R – Provincial mesmo nacional. Provincial e nacional já chegaram aqui, depois comunicado através de reuniões, planificamos algumas reuniões nalgumas comunidades e criamos alguns grupos ou posso dizer brigadas, então, outro vai para naquele bairro, outro naquele bairro e aquele outro vai naquele bairro, mas tudo isso, dando sensibilização na área agrícola, para termos produção, para aumentarmos nossos campos de produção.

P – (...)

R – Onde reúno, a nossa população, às vezes, tem levantado algumas questões, tem levantado algumas questões, em termos de desenvolvimento, eles, às vezes, pedem, pede o governo local para alocação de uma máquina para ajudar nas vossas machambas.

P – Costumam sentar aonde?

R – Costuma, naaaaaa, umnh, epah, posso dizer, sítio local, muitos sítio habitual porque aqui temos um sítio habitual onde nós, a população costuma participar reunião na mangureira ou

...

P – Uma sala?

R – Não não não, aqui na comunidade temos uma mangueira, mas quando for pala lá, estou a dizer ali na sede do Posto, mas a nossa população sempre é nas mangueiras.

P – Reúnem sempre que há informação?

R – Qualquer informação, desde que haja informação qualquer, nós reunimos com a população e deixamos aquela informação com a população.

P – E onde é que (...) governo traz aqui, como é que faz chegar a vocês?

R – Bom, tem-se re(...) alguns líderes chefe do Posto, chefe da Localidade, eles vão lá no distrito, participam na reunião, depois que vier reúnem connosco, nós que somos líderes da comunidade e nós líderes começamos a entrar nas comunidades, começamos a expandir aquela mensagem, não só governo do distrito, mas também governo provincial tem vindo aqui dirigir reuniões populares.

P – Esse programa vilas do milénio costuma solicitar os líderes?

R – Tem solicitado sim os líderes para actualizar o programa deles e os líderes actualizam a comunidade, o que está a andar na vila do milénio é isto, isto.

P – Então, quando vocês são solicitado (...)?

R – Temos colocado muitas questões como líderes, nem? Porque aqui temos preocupação de, preocupação de água, água não é suficiente, não porque não temos fontenários, mas temos fontenários, mas são suficientes para toda a comunidade.

P – E vocês recebem algum dinheiro que vem da vila do milénio, quando vão nas reuniões?

R – Não, não temos.

P – E a comunidade, aqui, já ouviu falar da vila do milénio?

R – A comunidade no seu geral?

P – Sim.

R – Sim, já conhece.

P – Como é que conhece?

R – Conhecem através das nossas informações.

P – E as pessoas (...)?

R – Falam, falam porque já estão habituados mesmo naquele programa do milénio, falam, já estão habituados, só que este período, nós, a partir de 2014, 15, 16, o programa está a reduzir, seus programas estão a reduzir, mas a população, aqui, localmente, conhece que existe a vila do milénio e tem seus programas, só que está a reduzir, não sei (...).

P – Esse programa fala-se na Rádio, costuma-se falar ou na televisão, costuma-se falar?

R – Aquiiii, eu como sempre costumo lidar com a televisão, nunca ouvi falar de vila de milénio, nunca ouvi, mas anteriormente, falava-se na rádio, no princípio falava-se na rádio.

P – E (...)

R – Positiva para nós, mesmo para a comunidade porque é fácil ter aquelas informações do governo, muito fácil e é positivo.

P – E (...)

R – Não tenho boa informação, não tenho, o que está a acontecer lá no Milénio por causa dessa redução, não está a me dar informação.

P – Mas se fosse que o papá era dono (...)

R – Se eu fosse o dono da Vila do Milénio? (Risos) Eu gostaria de mudar algum programa, a cerca de, de, acerca de, como é que posso dizer mesmo? Acerca de, se fosse meu programa, podia dizer que há um aspecto muito negativo, mas este assunto não está bem, não está no lugar.

P – Qual?

R – O assunto que não está no lugar, porque no princípio, segundo, como eu disse, Vila do Milénio tinha um programa, mas bem ligado na comunidade, programa dele era para ajudar a comunidade, mas o resto nesses dias, nesse período, não estamos a ver aquela ajuda porque aqui temos, tínhamos uma ambulância, temos um camião, temos um tractor, temos um aviário, mas tudo isto já está (...), não sei por causa de não ter o programa, não sei.

P – Entao, há fraca comunicação entre a Vila do Milénio e a comunidade?

R – E a comunidade, é verdade, sim, há fraca comunicação mesmo.

P – Tabóm, muito obrigado, pai.

R – Muito obrigado.

Fim da entrevista

#### **9.4. Hilário Issa, Antigo dirigente das Vilas de Itoculo. Actualmente dirige a Escola Secundária de Monapo, em entrevista a 23 de Agosto de 2020**

Pergunta (P): fale-me um pouco sobre a vila

Resposta (R) – No princípio, quando nós criámos, aliás o Ministério da Ciência e Tecnologia introduziu as Vilas do Milénio, havia muitas interpretações.

Mas no concreto, as Vilas do Milénio, é um programa integrado, onde o saber da comunidade está em primeiro lugar, então, a ideia fundamental era do empoderamento da comunidade por formas que gere o desenvolvimento. O desenvolvimento no sentido integrado, quando digo

desenvolvimento no sentido integrado estou-me a referir na componente da agricultura, educação, ehh, saúde, empoderamento da mulher, entre outras actividades, que possam alavancar a própria comunidade, então, isto tudo fazia com que as Vilas do Milénio fossem definidas como um programa integrado para o desenvolvimento da comunidade.

Pergunta (P) – Se pudesse, imaginemos que até agora está lá a representar as Vilas do Milénio, vamos imaginar isso, se pudesse falar com os directores da comunicação social, medias, o que é que falarias, o que é que precisarias como apoio da media?

R – Bem, o apoio da media, em princípio, como o próprio nome já diz, media, é na divulgação, na divulgação eeee (iiii), o que eu poderia pedir, é a componente da formação, a formação em primeiro lugar, formar o que é, não estou a dizer montar lá escolas, montar lá não sei o quê, mas sim, criar condições da própria comunidade possa adoptar técnicas em diversas áreas para poder desenvolver a sua própria comunidade, por exemplo, na agricultura, criar condições em que as comunidades sejam ensinadas como fazer a boa agricultura, eeeee (iiii), se a memória não me falha, nós lá naquela altura e acredito que até agora ainda existe, atendendo esta componente, já tínhamos lá uma sala especifica para aprendizagem da comunidade, significa isso que ensinávamos, aliás, mostrávamos, primeiro, os filmes, se é assunto relacionado com a agricultura, mostrávamos, primeiro, a componente visual, audiovisual e depois, é quando entrávamos na prática, então, é esta parte aqui, ajudou-nos bastante, como media, pessoas que não podem trazer (...) se não ensinar também através desta área, o que eu podia pedir é essa área.

P – E olhando no contexto pelos quais foram criados, o que seria necessário remodelar para atingir os objectivos preconizados na criação de Vilas de Milénio?

R – bem, o que eu posso pedir para que aquilo desenvolva mais, e até já que o próprio Ministério através do Centro de Investigação e Transferência de Tecnologia já tinha começado, eu lembro em dois mil, entre 2014 e 2013 já tínhamos feito um projecto, que era integrar o orçamento das Vilas de Milénio no PES do próprio distrito, significa o Ministério iria desembolsar ou doadores, financiadores, desembolsariam dinheiro através do distrito e o distrito havia de aplicar aquele dinheiro, como tem aplicado o valor das outras áreas, como por exemplo, educação, saúde, agricultura, então, isto já tínhamos começado, não sei como é que o projecto terminou até agora, mas seria um avanço muito grande.

P – E (...)

R – Oportunidade sempre existiu, ehhh, só para ver que as Vilas do Milénio, na sua implantação, primeiro, calhou com o projecto FDD e a maioria dos agricultores na Vila do Milénio, principalmente, tiveram oportunidade de terem este fundo do desenvolvimento do distrito, não só, a própria vila tinha, na altura tinha um projecto que era financiado, chamávamos de projecto de financiamento para micro actividades, então, não era muito dinheiro, mas as pessoa eram dada aquilo que, dentro das possibilidades que as próprias vila fornecia e, posteriormente, desembolsava, para além desta parte do dinheiro, havia o projecto

de produção de semente, e os produtores eram emprestados as sementes, produziam e apenas a vila levava aquela componente que emprestava e o produtor ficava com mais semente para garantir as próximas fases agrícolas e não só isto, as mulheres, tínhamos lá, na altura, quando eu estava, tínhamos criado um projecto de criação de aves, e este projecto era apenas realizado por mulheres e estas mulheres eram vulneráveis e chefes de família, então, com a venda das aves e tudo mais, aquelas senhoras conseguiam sustentar os seus filhos e as suas famílias e até muitas delas acabaram mudando de vida porque acabaram construindo suas casas e cobrindo de chapas e as crianças já iam à escola, e, isso, achámos que estávamos, dentro das nossas possibilidades estávamos a integrar essas comunidades e não só, a vila não funcionava ali na sede, tínhamos cinco comunidades, tínhamos, ehh, tínhamos uma área de cinquenta quilo, dez quilómetros, ali era o centro, então, todas aquelas comunidades que estavam a dez quilómetros da vila, pertenciam a Vilas de Milénio, estamos a referir a comunidade de Muelege, comunidade de Mutiapa, comunidade de Namiro, a própria vila sede e a comunidade de Namadima, então, esses eram os bairros abrangidos do projecto Vilas do Milénio.

P – Qual era a vossa interacção com a Rádio Comunitária local?

R – Ehhhh, na altura nós, ee, não tínhamos, a interacção não era lá tão grande porque como sabe, a rádio comunitária lá na altura não chegava, não tinha abrangência, memo comunicá, mandando uma informação, o raio não chegava até lá, então, o que é que nós fizemos? Criamos um ambiente de, como chama aquilo? Como posso dizer? É uma, é uma, são jovens que tinham formação na rádio comunitária, tou me a referir que tínhamos dois jovens, um, infelizmente, faleceu, chamava-se Phomphora e o outro chamava-se Muthothoana, esses eram jovens formados para actividades das rádios comunitárias, mas como não tínhamos lá, adoptamos esses jovens para o nosso pessoal de trabalho e passavam dia e dia a divulgarem informações lá, tínhamos megafones, tínhamos, e, tínhamos um instrumento que, tínhamos carro específico para poder divulgar informações e tínhamos a componente de audiovisual, então, passávamos nas comunidade, mostrávamos aquelas cinemas, relacionados com aquelas actividades construtivas da área da educação, área da saúde e da área da agricultura.

P – Acha que o governo está interessado em alavancar a Vila do Milénio neste momento? E se está, o que é que aconselharia ao governo (...)?

R – Bem, eu acredito que o governo está interessado porque para Vilas do Milénio chegar a Moçambique foi o próprio governo que trouxe, através do presidente Armando Emílio Guebuza entre o contacto que teve com o reitor da Universidade da Culúmbia e através dessas interacções a Vilas do Milénio chegaram a Moçambique e quando chegou a Moçambique, diferentemente de como está a acontecer noutros países como Quénia, Malawi, Etiópia, as Vilas do Milénio lá é uma actividade independente, que não está dentro do governo, mas em Moçambique as Vilas do Milénio foram geridas ou estão sendo geridas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, então, eu acredito que o governo está interessado,

talvez o que falta é mais força por parte dos parceiros no sentido de alavancar aquilo porque de facto aquilo ajuda a comunidade.

P – Não acha que essa inserção dentro do Estado pode ter contribuído para o ponteiro puxar para baixo?

R – Não, não acredito tanto porque a integração, porque as Vilas do Milénio funcionavam com os fundos dos doadores, apesar de estar dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia estava a funcionar com fundos de doadores, estou-me a referir do governo do Japão e através do PNUD, então, com a saída desses doadores, porque eles tinham um prazo, era prazo de cinco anos, terminado o prazo, o doador foi embora, quando o doador foi embora, automaticamente, tendo o governo sabido que este projecto é viável, havia a necessidade de esse projecto que acabei de mencionar, a necessidade de integrar nos PES, no PES do próprio distrito, cada distrito tinha que introduzir estas actividades no PES do distrito, significa aquelas actividades da área da educação deveriam estar no serviço distrital da juventude e tecnologia, actividades da agricultura deviam estar lá no STAE, actividades das infra-estruturas deviam estar nas infra-estruturas também, entre várias outras coisas, então, não sei o que é que deu, como é que foi isto porque também calhou, na altura, eu estava a ser transferido para a Escola Secundária de Monapo, daí, não procurei mais saber do que estava a acontecer, mas acredito que havia esse esforço.

P – Obrigado!

**Fim da entrevista**

### **9.5. Luciano Jerónimo, locutor da Rádio Comunitária de Monapo, em entrevista a 23 de Agosto de 2020.**

Pergunta (P) – (...) Eu sou (...), trabalho no ICS<sup>79</sup>, (...) estou a fazer essa reportagem (...), como radialista, qual é a situação da media neste (...)?

Resposta (R) – Situação da media?

P – sim!

R – Penso que não é das melhores, não é? Não é das melhores, tomando em consideração as dificuldades que nós nos encontramos, devo referir que, primeiro, isto é distrito, só por si, seria um dos pontos a considerar em relação a essas tais dificuldades que nós referimos e depois, devo lembrar que as distâncias nossas são muito vastas, não temos agora, aquilo que nós chamaríamos as possibilidades de chapa como vocês tem lá, são os taxistas que nos ajudam e depois são um pouco muito perigosos. Eu penso que, bom, em termos lógicos, são

---

<sup>79</sup> Esta forma de apresentação visava colmatar as formalidades exigidas para que alguns investigadores pudessem proceder com as pesquisas durante o período do confinamento pelo Covid-19.



problemas um pouco conjunturais para o tipo de rádios ou para o tipos de órgãos de comunicação que são, estão disponíveis nos distritos.

P – Muito bem. E o que é que temos aqui, em termos de órgãos, temos rádios (...)?

R – Sim, sim, o que nós temos aqui é basicamente isto que é a rádio comunitária de Monapo e um pouco por alguns serviços, nem, tem também feito um esforço de emitirem alguns boletins de instituição, mas estão mais focalizados pela actividade das próprias instituições. Exacto!

P – Muito bem. E qual é a situação da internet?

R – Situação da internet, agora, com a implantação da, de dois pontos de apoio, acho que também são da INSS, não sei como é que chamaria, da ICS, não é, INCM, exacto, ligada à comunicação social, sim, implantaram aqui umas duas torres, acredito que estas tem vindo a ajudar a comunidade, mas se tiramos estas duas realidades ou esta realidade, acredito que em termos de comunicação, nesse sentido, aqui no Monapo, estamos a falar de internet, digamos que a única fonte são os telefones, nós já não temos aqueles famosos cafés, internets cafés já não temos, é difícil encontrar uma instituição que está vocacionada para prestar esses serviços, então, cada um luta para o seu lado, com os seus telefones, os seus respectivos modems e por aí em diante.

P – Qual é o meio mais acessível para a comunidade local, meio de comunicação?

R – Bom, eu acho que é o telefone, bom, hoje em dia, para ser sincero, todo o mundo, ainda que seja de baixa renda, tem este meio disponível, um e outro tu podes encontrar com os tais modems, mas de um modo geral, o mais abrangente são os tais modems, ou seja, ou tais telefones.

P – Em termo de busca de informação, qual é o meio aqui que a comunidade busca para ter acesso à informação?

R – Acesso à informação, eu penso que hoje em dia nós temos, vamos lá, aa a rádio, aliás, a televisão, ainda que seja, esporádica, ou seja, ainda que seja de forma individual porque o que acontece é que para aqueles que tem essa capacidade compram as suas antenas e a partir das antenas, eles conseguem ter as informações através da televisão. E temos a rádio comunitária que não acredito que tenha, que tenhamos maior abrangência como tal, mas simplesmente nós conseguimos ganhar, ganhar alguns ouvintes fora deste raio, aquilo que nós chamaríamos de menor renda possível, esses sim é que nós conseguimos ganhar, nós conseguimos fazer sentir a nossa presença lá, mas, por exemplo, nós temos aqui antena da TVM, não é, que a TVM montou, mas esta não tem encontrado uma resposta, pode ser o meu ponto de vista, não tem encontrado uma resposta positiva, na medida em que de repente não tem energia, há vezes em que não tem energia, ou seja, a base da emissão, aqui, como chamamos nós, oh, aquela torre não tem energia e se eles não tem energia não transmitem, então, muitas das vezes quem vem assessorar, assistir, melhor dizendo, vem de Nampula e

isso torna-se complicado e a informação de tal forma que se tu tens dois dias que não tens o noticiário, não tens a televisão, acaba procurando alternativa ou acaba relegando isto ao outro plano.

P – Falou aqui da não abrangência da rádio comunitária, se formos a estimar, quantas pessoas aqui escutam a rádio?

R – É difícil fazer uma (...) digamos, numérica, não é, porque acredito que (fio de pensamento cortado pelo jornalista)

P – Mas de 0 a 10 estaríamos a dar quanto mais ou menos?

R – De 0 a 10, sinceramente falando, eu estaria a dar uns 4, não é, 4 ou 3 e meio mesmo. Repara que aqui na zona urbana, vamos lá chamar, não é, zona urbana, a dinâmica é outra, pouca gente está com, com pouca, não diria interesse, mas com esta, com este tempo, se assim poderíamos referir, de estar com uma rádio a escutar, por exemplo, num final de semana como este, muita gente está mais ligada às antenas de televisão, está mais ligada às telenovelas e por aí em diante, essa é que é a tónica, mas rádio como tal, como vínhamos nos, nos tempos passados, não! Eu penso, não diríamos que foi substituída, mas existem aqueles que rigorosamente, são, ou vamos lá, são efectivamente da rádio, não se desgrudam da rádio, existem estes, mas também existem aqueles que por estarem na zona pré-ur, pré-urbana, é do tipo, eles não tem outra alternativa, se não, só rádio vai à machamba, só rádio está ali em casa a fazer as suas actividades, esses sim, continuam a escutar a rádio.

P – Mas na sua, na sua análise, acha que esses meios de comunicação social são importantes?

R – Não restam dúvidas que são importantes, é verdade que a mentalidade é que vai retirando esta importância a cada um, a cada indivíduo, é só lembrar, ainda que sejamos nós, podíamos também fazer essa pergunta, quantas vezes por dia escuta rádio, quantas vezes por dia está na televisão, mas não é por querer, é porque as dinâmicas em si, vão obrigar que a gente fique afastado, mas na verdade, que elas são importantes são importantes porque por exemplo, por exemplo, eu sai do trabalho, sou obrigado a estar na, na televisão, agora, a preferência é uma coisa, mas a questão da importância, a pertinência da audiência em si, eu acredito que sim, ela é de extrema importância para todos nós.

P – Na sua opinião, a comunidade do distrito de Monapo, sobretudo de Itoculo, onde, acredito que também tem ouvintes, conhecem o programa projecto vilas do milénio?

R – Sim, sim, conhecem o projecto vilas do milénio porque aquando a sua implementação, teve uma publicidade muito enorme, teve um, vamos lá, uma, até podia dizer uma resposta a comunidade local muito grande, mas não foi acompanhado o ritmo, os passos, até hoje e ganhou uma desaceleração, nos últimos 5, 6 anos, se não estou em erro, ganhou uma desaceleração, como fruto da falta do tal financiamento que eles vinham dando, os, vamos lá, acho que são japoneses aqueles, não sei de que nacionalidade eram, que tinham carregado as vilas do milénio com as duas mãos, mas quando eles cortaram o financiamento, aquilo ficou

à deriva. Vilas do milénio nos primeiros dias ou nos primeiros dois anos, não é a vila do milénio que nós temos hoje, sim!

P – A rádio fala das vilas do milénio?

R – Ehem, como sabe, as rádios são comerciais, mais do que (...), elas são comerciais, não é do nada que elas estão paradas depois vamos falar só das vilas do milénio, não. Para falar das vilas do milénio tem que haver um programa que a vila do milénio traz à rádio, que a rádio divulgue, tem que haver um trabalho, há uma novidade, porque a rádio procura novidades, a rádio procura actualidade, se naquilo que a vila do milénio faz não tem uma actualidade, dificilmente a rádio entra para lá. Entao, tem duas possibilidades, ou a vila do milénio vem reportar os seus serviços ou os serviços da vila do milénio são notórias que justifiquem que a rádio, que as rádios vão buscar as informações para pôr nos seus noticiários. Então, é mais ou menos isso.

P – Significa que aqui é difícil se falar da vila do milénio na rádio?

R – Quando justifique, fala-se, dizer que é difícil não, por exemplo, quando havia lá os serviços todos, sim, a rádio falava da vila do milénio, que porque a vila do milénio quer alguns serviços, quer porque a vila do milénio quer publicitar uma actividade, assim, falava-se, mas também a rádio vendo que a vila do milénio está a trabalhar, ia para lá, deslocava-se para lá, para ver de perto o que está a fazer e publicitar nas comunidades, mas actualmente, como disse, não é como vinha sendo, eu devo reconhecer que houve uma desaceleração nesta parceria.

P – Acha que era pertinente que a vila do milénio tivesse alguma parceria com a media, com a rádio?

R – Acho que sim. Era pertinente, sim. Porquê? Porque quem fala da rádio fala da divulgação das actividades. Eu acredito que a vila do milénio tem vindo a desenvolver certas actividades que não estão a ser divulgadas porque a rádio não está lá ou porque por falta, por insuficiência financeira eles não estão a divulgar, então, se for a ver, a vila do milénio agora está a sobreviver, aqueles trabalhos de grande vulto que vinha fazendo já estão, porque não tem financiamento, é verdade que há um esforço muito enorme do gestor do vila do milénio, eu tenho apreciado os trabalhos porque temos feito esses trabalhos comunitários, nós vemos o esforço que ele faz nas culturas, principalmente na agricultura, já não é tanto, mas na agropecuária, na agricultura como tal, havia um trabalho muito notório que estava sendo levado a cabo, mas nestes dias, parece-me que não.

P – Mas como é que podemos reafirmar essa parceria mesmo que reconheçamos que está (...), na sua opinião, o que é que pode ser feito (...)?

R – O primeiro de tudo é que a vila do milénio deve trabalhar, não é? Deve trabalhar, porque o que é que a rádio faz? A rádio procura aquilo que é novidade. Neste entretanto, neste momento em que nos encontramos, o que está a acontecer é que a vila do milénio não

consegue fornecer essa (...) é aquilo que nós dizemos em Macua, "...", então, se tu estás com coisas de sempre, o que vai acontecer é que dificilmente a rádio há-de ir para lá porque o que nós estamos a procura é informar aquilo que é novidade, não informar aquilo que já foi informado, para informar aquilo que já foi informado, você é quem deve vir dizer que olha, estamos a fazer isto, há uma pequena mudança porque essa mudança nós podemos não estar a ver a olho nú, mas a pessoa que está a fazer esse trabalho, pode nos mostrar essa mudança, essa pertinência, essa inovação e nós divulgarmos. (...) Um dos grandes calculistas daqui dizia que a rádio ou as rádios são comerciais, então, só por isso as coisas começam a complicar, mas é preciso sublinhar que há vezes que a rádio é que vai buscar a informação, mas também há vezes em que a informação vem à rádio. É basicamente isto.

P – Como é que a comunidade se sente com essa desaceleração da vila do milénio?

R – Bom, eu devo referir que por aquilo que eu já pude ter como a informação, nos dias que lá visitei, há uma decepção muito enorme, o que a população concebia que seria a vila do milénio não é o que está a acontecer, nós estávamos a espera que na realidade, a vila do milénio dinamizasse o próprio Posto de Itoculo, mas não digo que não fez ou não faz, faz, mas aquilo que é a esperança do povo, da população, não é o que está a acontecer, nós estávamos a espera, no meu ponto de vista, que a vila do milénio ajudasse a população, sim, no melhoramento das técnicas de agricultura, estávamos a esperar que a vila do milénio, por uma outra forma financiasse algumas actividades agrícolas à população, facilitasse, por exemplo, o escoamento dos produtos, facilitasse, por exemplo, as vias de acesso, mas não sei se está a acontecer, mas acredito que não é o que está a acontecer.

P – Nessa sua abordagem, qual é o impacto da media, nessa sua própria abordagem (...)?

R – Sim! O impacto da media é comunicar, mas nós não podemos só comunicar por, como é que chamamos aquilo, por, quer dizer, eu ter o meu raciocínio, não é, e ir comunicar e colocar esse raciocínio como se fosse da população, não, já isso é perigoso, aquilo que é expectável pela população, não é expectável, por exemplo, por mim, a população vai chorando, a população até quer ver mais do que aquilo que eu mencionei aqui, mas nós temos cruzado informações, explicando porque para além dessa forma, parte de comunicação, também temos a outra parte que é da informação, a própria população deve ser informada qual é o objectivo da vila do milénio, eles até pensavam que, veja só o próprio nome vila de milénio, a visão da população qual era? Que bastou lá haver a implementação da vila do milénio, nós temos lá, os grandes edificios, não é, temos lá os grandes edificios, temos lá, bom, todos aqueles aparatos de desenvolvimento de uma vila, mas a verdade não é esta, a verdade é que a vila do milénio estava ali para ajudar, não é, naquelas que são as técnicas de produção de, quer dizer, galvanizar o desenvolvimento.

P – Acha que a vila do milénio tem que pedir uma assessoria para desenhar uma estratégia?

R – Tem que pedir. Tem que uma assessoria à rádio para desenhar uma estratégia, ainda que seja, rádios de outros níveis, de outros patamares, mas esta assessoria sempre é importante

porque cada passo que tu dás, tem que dar a conhecer à população o que estás a fazer porque nem toda a população está confinada num único meio.

P – Alguma vez eles já pediram assessoria?

R – Não me lembro, como eu não sou dirigente, eu sou um simples funcionário, não sou, não tenho a certeza de que eles já fizeram isso, mas nos primórdios, quando se estava a implementar as vilas do milénio, havia esta parceria.

P – Como coordenador, já deu alguma sugestão?

R – Eu, pessoalmente, não, nunca dei nenhuma sugestão, mas sei que nesta parceria, rádio comunitária – vilas do milénio, o maior número de técnicos que estavam afectos à vila do milénio, a maior parte daqueles saía, vinha daqui da rádio.

P – A comunicação tem resolvido os problemas criados pela vila do milénio?

R – Tem resolvido. Tem resolvido porque eu como disse, havia ali um mau entendimento do que realmente seria a vila do milénio e do que aquilo de vila do milénio é e isto só foi possível a partir desta comunicação, a partir deste auxílio que a rádio foi dando à população assim como da rádio à própria vila do milénio.

P – Okay. Ainda nesse contexto, nem, se consegue resolver os problemas, quais tem sido os problemas que a rádio consegue resolver, acho que já abordou essa parte. Já percebi!

P – Qual tem sido o nível do envolvimento das lideranças locais nos problemas?

R – Eu penso que é maior porque com a actualidade, o envolvimento em si dos líderes comunitários ou seja, eu sinto que há muito envolvimento dos líderes comunitários naquilo que é a gestão dos problemas locais, porque há muitos esforços entre governo do distrito, outras, outras, vamos lá, instituições afim, estamos a falar, não-governamentais que tem vindo a desenvolver actividades. Estes têm desempenhado um valor, um papel muito enorme, não é, com as lideranças e as lideranças com a população. (copiado mas depois descartado – ver onde encaixa 0 apenas interpretado)

P – Como é que avalia os aspectos da comunicação da vila, será que a comunicação da vila com os outros actores é eficaz ou poderia mudar qualquer coisa?

R – Eu penso que poderia mudar alguma coisa. Existe ou é, tem se verificado, mas eu penso podia melhorar mais, não é, podia melhorar mais, porque nós que estamos aqui como fazedores da rádio sentimos que há um distanciamento muito enorme entre a rádio em si e aquilo que são, vamos lá, os órgãos de gestão, nem, do distrito todo, estamos a falar do governo, neste caso, temos sentido esse distanciamento, mas no entanto não significa que não está a acontecer, acontece, mas nós gostaríamos que fosse ainda melhor, ainda mais eficaz, não é? Exacto.

P – Quais são os meios preferidos pelo governo local para difundir programas de desenvolvimento, quer dizer, partilha de informação?

R – Sim, é aquilo que eu disse, outrora, o governo do distrito tem vindo para aqui, mas porque nós adivinhamos essa tal resposta, não é, também o próprio governo tem feito a sua parte, que é um trabalho de campo, não é, através, vamos lá, dessas segregações das lideranças, eles tem uma informação, chamam seus líderes dão a informação e os líderes acabam divulgando as informações porque tenho de lembrar que a nossa população, ainda que os anos após a independência vão crescendo, mas continua ela analfabeta e principalmente aqui, no nosso, na nossa região norte do país, o índice é maior ainda em relação ao resto do país.

P – Na sua opinião, qual seria a via mais flexível e eficaz de interagir entre o governo e a comunidade?

R - A via mais eficaz seria a rádio, aliás, eu penso que uma das respostas seria a implantação das rádios comunitárias, mas agora, e passa também pela credibilização das nossas rádios, não é, porque eu sinto que, por um lado, nós precisamos de fazer mais para que merecemos esse tal espaço, esse tal lugar, porque na verdade é que pouca gente é que escuta a rádio e se pouca gente escuta rádio, há qualquer coisa aí no meio que precisa ser melhorada, então, uma das coisas que precisam ser melhoradas é a nossa prestação de serviços.

P – Outra questão, como é que a comunidade se comporta, nem, nessa estratégia de comunicação, falando da vila, qual é que tem sido (...)?

R – Há muita interacção, não restam dúvidas, dos poucos que escutam, há muita interacção porque como sabe, a rádio é muito jovem, não é, distrito e tem também gestores muito jovens e há muita interacção, só basta referir ou reparar que aqui tem uma associação dos, como é que chamamos, dos ouvintes. Eles sempre tem feito encontros aqui, acho que é uma vez por mês, fazem encontros, fazem intercâmbios e isto nós sentimos que é uma resposta dos trabalhos que são vindo, isto é, estão sendo desenvolvidos aqui na rádio comunitária.

**Fim da entrevista**

## **9.6. Hélder Martins, Jornalista da Rádio Comunitária de Monapo, 17 de Outubro de 2020**

Pergunta (P): (...) acho que podemos conversar (...) queria entender um pouco sobre a vila de Itoculo. No dia em que conversamos dizia que a vila está na sua jurisdição, na ope?

Resposta (R): não. Está no posto administrativo com cerca de 35 km.

P: é um posto administrativo?

R: exactamente.

P: mas como está a operacionalidade da vila, aí?

R: em termos da operacionalidade da vila está a funcionar. Eh, a própria vila do milénio também é visível. Agora não sei quais as actividades que enfrenta mas estão com uma sala de informática. A vila do milénio tem um posto de abastecimento de água, está lá a escola secundária de Itoculo, a Escola Secundaria Samora Machel que lecciona até a 12<sup>a</sup> classe. Tem um posto de saúde, tem um posto policial e tem cerca de duas operadoras que lá funcionam que é a vodacom e a movitel. Tem mesmo algumas infraestruturas que mostra a vila com, que seria do posto e mais alguns agentes que estão lá a comercializar vários produtos.

P: e em termos da situação da comunicação ai no bairro, no posto administrativo, como é que é os meios de comunicação de massa?

R: ao nível do posto administrativo?

P: sim. Sim. O meio rádio, por exemplo?

R: uma delas é a rádio de lá que é escutada, a rádio de Monapo é escutada em perfeitas condições em Itoculo e outros meios são essas duas operadoras, não é, também as pessoas usam, outras usam sinais de Tv que também de acesso para além de as televisões digitais eles também tem acesso analógico de Monapo que também chega nas zonas de Itoculo.

P: ok. Então, significa que a comunidade ai não tem problemas para ter informação?

R: como diz?

P: significa que a comunidade não tem problemas em ter acesso aos meios de comunicação de massa?

R: não, não, não. A comunidade não tem problemas.

P: ok. Então, qual é o meio mais acessível ai para a comunidade?

R: como diz?

P: qual é o meio mais acessível para a comunidade?

R: o meio mais acessível de comunicação é por via rádio.

P: ok. Que é nesse caso, a rádio de Itoculo?

R: não, a rádio de Monapo, a rádio que está na vila cede de Monapo, que é a minha rádio, chega em perfeitas condições em Itoculo e em Itoculo não existe outra rádio.

P: ahh, ok. Ok.

R: ... todas as necessidades viradas a Itoculo já são emitidas pela rádio de Monapo, tanto o governo do distrito mesmo outras entidades, incluindo agentes comerciais de Itoculo, usam rádio para em caso de comunicação, mesmo em casos de publicidade.

P: ok. E dizia que .... qual é a distancia que sai entre então da tua rádio para Itoculo? Para o posto administrativo?

R: A distancia?

P: sim. Sim.

R: é de cerca de 50 km.

P: 50 km, ok. Então significa que a tua rádio tem mais potencia?

R: exactamente. Tem potência e não só o mesmo os nossos ... estão mais virados para Itoculo. Porque é lá onde o distrito é mais vasto para além da via que cruza com o outro posto administrativo de Naitia que vai a Nacaroa, outro distrito da província de Nampula.

P: ok. Significa que o posto administrativo de Itoculo é o centro de confluência?

R: exactamente. É o centro sim, porque mesmo o Itoculo, o posto de Itoculo, para além de rádio de Monapo eles tem a rádio de Nacala-velha, e tem acesso também a rádio de Mussoril.

P: ok. Então, eles tem acesso a três rádios.

R: três rádios comunitárias a comunidade do posto administrativo de Itoculo tem acesso a escuta.

P: ok. Muito bom. Interessante. Então, diz lá uma coisa, na sua opinião qual é a importância que os meios de comunicação tem dentro da sociedade?

R: como diz?

P: qual é a importância dos meios de comunicação, neste caso da rádio, na sociedade?

R: claro. Tem extrema importância porque hoje em dia toda a comunidade quase do distrito de Monapo já sabe o acesso à informação. Então, sendo que maior parte eles usam os meios, não é, para o caso de, em caso de notícias, não é, informações úteis, de utilidade pública, caso de achados, o caso de desaparecimento físico de um familiar, no caso de necrologia, eles usam estes meios para terem já informação. Então, a comunidade sabe que precisa de informação, então e rádio eles usam mais para terem essas informações.

P: ok.

R: exactamente.

P: muito certo.

R: que é muito importante os meios de comunicação que eles usam.

P: então, a comunidade conhece a vila de milénio de Itoculo?

R: sim.

P: conhece?

R: maior parte da comunidade conhece a vila do milénio, sim.

P: e como é que conheceu a vila?



R: a vila do milénio é conhecida para além de ser visitada, não é,

P: pela comunidade?

R: aos próprios, pela comunidade a mesma que lá reside, a vila de milénio tem algumas iniciativas e exposição de feiras, não é. Não só eles dedicaram-se na venda de frangos e em que eles ...em quase maior parte dos três postos administrativos a venda do produto e eles, como tem um camião já descrito vila do milénio, as pessoas facilmente com a leitura identificado onde é que fica a vila do milénio. Então eles já sabem que a vila do milénio fica em Itoculo, não só, a primeira fase de implantação eles tinham alguns debates específicos por via rádio que já falava da vila de milénio Itoculo. Aqui pelo menos a implantação das tecnologias de Itoculo, como eles têm uma sala de informática, eles já leccionaram tantas pessoas no posto administrativo de Itoculo que tem noção de uso de tecnologias de uso de comunicação e informação.

P: ok. E qual é o papel da vila, neste caso, no distrito?

R: não sou capaz de dar uma dianteira, não é, porque tratando-se do polo do desenvolvimento, não é, é mais valia já a implantação com a vila sede do posto administrativo com a vila do milénio porque para além de mostrar a visibilidade do distrito também mostrou que o posto administrativo tem um potencial para produção, não é. Mostrou também a facilidade de as tecnologias também foram a comunidade. Então, valeu a pena ter sido implementado naquele posto administrativo, não é, porque a comunidade de lá já tem noções que não são esquecidas ao nível de , isso em termos de expansão de cidades ou de ou mesmo dos postos administrativos no país não é, em termos de visibilidade. Então, é mais valia porque para além de só a posição de visibilidade que a comunidade do posto administrativo de Itoculo, também, o governo serve de mais-valia também a apresentação que tem aqui Monapo, tem uma vila de milénio também que está no posto administrativo de Itoculo, então, faz com que o distrito também tenham uma imagem, mostre o crescimento naquele posto do do do distrito e do país em geral.

P: ok.

R: não sei se me fiz perceber?

P: sim, sim. Percebi. E como profissional, você nesse caso, tem falado da vila, nas comunidades?

R: eh, temos falado, sim, da vila. Ehh eh, da forma que a gente fala da vila é, são formas diferentes não é, porque a própria vila não tem programas específicos para expandir na rádio. Então, nós, na nossa rotina de trabalho, sempre temos escalado o posto administrativo de Itoculo para dar voz à comunidade, como é o nosso lema, não é. Então, damos voz a quem não tem voz que é ouvir a comunidade na área de produção, vários programas, não é, até a busca de pessoas de sucesso. Então, é desta maneira que nós falamos da vila do milénio, não é, quando durante as nossas reportagens, por exemplo, quando nós temos uma entrevista com

o coordenador da vila do milénio, ou com o posto administrativo de lá na pessoa do chefe do posto, então, nós acordamos que importa referir que o posto administrativo de Itoculo é vila do milénio. Então, isso faz com que seja conhecido porque uns conhecem pela rádio que Itoculo tem uma vila de milénio mas nunca tiveram a oportunidade de visitar.

P: ok. Ta certo. E neste caso, em termos de de problemas, tem havido problemas no seio da comunidade, um problema que tem sido eh, que tem trazido questões negativas para a situação da comunidade que parte da vila?

R: problema como tal, eu sei que muito em todas as sociedades há problemas, não é...

P: sim. Mas que sejam problemas que veem da vila.

R: exactamente.

P: que conseguiu reduzir uma e outra coisa.

R: é isso que eu estou a querer tentar responder. Os problemas existem mas os problemas que a comunidade enfrenta são programas que estão sendo solucionados nalgum momento, não é, que é a questão de água que está sendo vista e lá ainda este ano implantou-se sobre essa projeção de água da nos postos administrativos, tem uma empresa que está lá a trabalhar no sentido de canalizar a água para que as comunidades tenham água potável, não é, então alguns problemas estão sendo resolvidos, também lá tem um projecto ligado a agricultura que está a apoiar as comunidades no sentido de eles terem uma maior produção e produtividade. Então, alguns problemas ligados a questões de água, a questões de alimentação, estão a ser resolvidos. Em questões de unidade sanitária o posto resolve pelo meio de transporte que em caso de urgência tem canalizado a já hospital distrital de Monapo, é sinal de que essas infraestruturas, no que concerne a educação, saúde e comunicação e mais outras actividades, no caso de questões ligadas a agropecuária estão sendo resolvidos. A situação está ... não não situações de maior relevo.

P: ok. E como é que avalia, nesse caso, então, o desempenho da vila, no aspecto comunicativo?

R: em termos de avaliação é positiva, não é, já que eu estava a referir aqui dessas infraestruturas que estão sendo implantadas lá em que esse acesso a água que eles estão a ter mesmo o ambiente mostra que as pessoas já têm noções de de de que enm viver lá boa vida como se diz na gíria, não é. Antigamente a vila estava apagado mas agora já estão a surgir mesmo, as comunidade há outros que já estão a pensar em ter infraestruturas, casas de alvenaria, então, essa é uma forma que mostra que a vila está a desenvolver.

P: então, aqui no distrito, qual é a via preferida pelo governo, neste caso, ou pelos gestores da vila do desenvolvimento na partilha de informação. Quando o governo tem uma informação para partilhar, prefere a quem, aos meios de comunicação ou aos líderes comunitários?

R: tem expandido informação em todas as áreas, tanto aos líderes comunitários mesmo por via rádio, não é, mas em termos pontais, em termos pontuais o governo tem usado via rádio.

Mas não só, por causa das lideranças comunitárias, no caso do chefe do posto, chefes de localidades, não é, que sempre tem mantido encontros com governo do distrito eles também expandem uma X comunicação. Mas a informação mais credível em fontes credíveis tem sido da rádio porque há vezes que fala o próprio administrador numa abordagem do assunto há vezes que fala o porta-voz do governo do distrito, não é, a informação falada por essas entidades tem mais peso que, apesar do líder comunitário ser conhecido naquela área mas são mais formais, essas que falam o próprio administrador que um líder comunitário. Mas há vezes em que as informações cruzam, não é porque se o governo lança um desafio, por exemplo, estamos a falar da pandemia, por exemplo, não é, se o governo lança um desafio, as informações fluem a partir da rádio, não é, do governo do distrito pelo administrador e nós também damos a lideranças para procurar saber o que estão a trabalhar, o que estão a fazer na comunidade o sentido de eh, no sentido de prevenir a pandemia. Então, nós cruzamos informações, o que diz o administrador, o que diz o líder comunitário, o que diz o pessoal da saúde, já a comunidade tem se perceber em tantos actores já há informação. Então, há fluxo de informação, tanto os líderes, há líderes que solicitam uma cobertura de rádio, não é, de jornalistas, o governo do distrito também solicita jornalistas e então, aqui nós sempre cruzamos a informação.

P: ok. E a comunidade, prefere a quem, prefere ouvir informação pela rádio ou prefere ouvir a informação pelos líderes?

R: ehmmm, eu não posso mentir aqui a maior preferência da comunidade, não é, porque porque apesar do líder ter informado não é, eles escutam as informações na rádio e ganham maior confiança quando é a rádio a publicar uma informação, não é, já disse muito bem que na comunidade temos a diversificação de a questão de cores partidárias, nem todos, por exemplo, vão aos encontros convocados pelo chefe do posto, não é, nem todos vão ao encontro convocado por um líder comunitário por causa da diferença partidária. Então, o que é que acontece, nós já conseguimos suprir esses que tem e que acha que acha que quando for numa reunião sob o chefe do posto ele hade ouvir situações, questões do partido, não é. Então, ele consegue, ele consegue dizer eu por exemplo, prefiro escutar essas informações na rádio porque sabe-se muito bem que na rádio você diz está bom esse o que é que diz vou escutar, mesmo de um outro partido quando é rádio você tem escutado o que é que ele disse quero escutar mas se você está directamente reunido algum momento seu grupo pode desconfiar que você está a trair o grupo, mas quando é rádio, as pessoas preferem ficar em casa e escutar a notícia, até por exemplo, se nós damos fuga a uma informação, posso dizer que se perdemos uma informação, não é em que acha que a comunidade já sabe que é matéria de debate, até questiona-nos, aquilo que passou na televisão a ser dito que, suponhamos, há poucos tempos, uma pessoa da comunidade estava a nos questionar a dizer ‘olha, apareceu o ministro da saúde a dizer que ele tem a situação do corona vírus, ele já foi infectado, é verdade?’ estas a ver, é sinal que ele queria confrontar connosco para perceber se aquilo é verdade mesmo. Então é sinal que uns preferem rádio mesmo, a informação, então aqui

cruza-se as ideias mas todos aqueles que escutam as informações por via líder também escutam por via rádio. Sim, sim.

P: ok. E como é que a comunidade usa os serviços da vila. Como é que valoriza?

R: não percebi.

P: como é que a comunidade valoriza ou usa os serviços da vila?

R: eh, a vila em si, só pela natureza, a beleza, a organização em si faz com que a comunidade sintam-se convidada, não é, porque há bairros que estão a sobressair em forma de expansão mas por causa do movimento da vila, não é. Então, essa tem uma forma também de as comunidades usarem a vila, não é. Para além das infraestruturas as comunidades já saem de um ponto, de uma aldeia distante e já para ter a proximidade da vila porque eles lá querem ter acesso a energia, querem ter acesso a água, então, esta é uma forma que eu acho que eles usam a vila para além de infraestruturas que estão lá implementadas que é a base de educação e saúde, eles também seguem no caso de iluminação para terem acesso a água potável, não é, e mais outras facilidades de contacto porque quando um familiar diz 'eu estou logo na vila' é fácil chegar a visita do que dizer estou a 20 km da vila, do posto administrativo, então, está um pouco distante e então, as próprias infraestruturas de implantação chama com que as pessoas estejam perto da própria vila.

P: ok. Muito obrigado Sr. Martins

**Fim da entrevista**

### **9.7. Armando Venâncio, coordenador da Vila do Millennium de Itoculo, em entrevista a 24 de Agosto de 2020**

Definir a vila do milénio como tal. A vila de milénio definir como tal, institucional, ela é uma forma que foi adotada pelo governo para alavancar o desenvolvimento das comunidades. A ideia principal era uma forma de encontrar um desenvolvimento para as comunidades empobrecidas. Então foi a essência da criação das vilas do Millennium.

P: olhando ao contexto em que elas foram criadas.

R: A própria visão, porque na altura da sua criação o pensamento era esse como eu te expliquei no princípio, dependia muito de fundos estrangeiros do tipo donativos. Depois deste donativo que já parou, agora sob a gestão dos governos locais. Então a maneira de pensar devia ser reestruturada de acordo com a situação actual. É essa visão que tenho e que se fosse fosse o caso já não estaria no sentido como está a acontecer agora.

P: Qual é o procedimento de transferência de conhecimento científico tecnológico privilegiado para Ciência e Tecnologia? Para uso da aplicação local em termo científico, Como é que a população ali se beneficia das vilas do milénio, uma vez que já tinham computadores e outros equipamentos eletrónicos?

R: O mecanismo de transferência é entregar o conhecimento entre estas a comunidade através de expansão. Expansão significa tendo o extensionistas, técnicos de cada sector nessa altura chama-se chamava-se pilares, cada pilar tinha seus técnicos e, estes estes eram responsáveis para difundir essas práticas no seio das comunidades.

P: nos contextos locais, Como é que isso era privilegiado?

R: Isso era privilegiado através de, principalmente através de, a partir de associações, sim. Então com base nas associações os existencialistas privilegiavam associações e as associações como agrupam maior parte de várias e várias pessoas de várias origens das comunidades, então isto facilmente se difunde. Então, na agricultura era na base de criação, por exemplo, de campos de demonstração, na por exemplo, nesta área de informática é através de treinamentos que eram selecionados membros de comunidades das várias zonas porque a vila do Millennium tinha uma área de abrangência, por exemplo, de Itoculo não é porque serviu por exemplo todo o povo como tal, ou todo o distrito como tal, tinha áreas de abrangência. Então, naquelas áreas eram selecionadas pessoas para fazer a expansão desse conhecimento como está a dizer em termos de transferência de tecnologia dos vários pilares da sua intervenção.

P: qual é o critério usado na combinação do saber local com a combinação da ciência e tecnologia para garantir a sustentabilidade da própria vila do milénio, desenvolvimento económico ou cultural?

R: o critério usado era o conhecimento científico, sim mas era preciso aliar partindo do do Conhecimento local, experiências locais das Comunidades. Agora, para o seu sustento, isso no começo é o que faltou e porque só isto está a se pensar agora que a vila já não tem praticamente recursos de criar formas de sustentabilidade da própria vila. Se tem o trator, o trator não pode só ir lavrar para só beneficiar a comunidades, a comunidade deve participar com alguma coisa que é para sustentar esta actividade, manter. Então, é esse o critério.

P: agora é que se está a pensar mas no principio não era assim.

R: sim.

P: E como é que a comunidade encara, hoje, os serviços da vila do milénio?

R: praticamente a comunidade hoje considera que a vila do milénio como uma coisa acabada. Já não existe, porque? Em função daquilo que fazia e hoje já não se faz sentir. Então, para a comunidade a vila do milénio não existe.

P: há a comunicação entre a vila e a comunidade?

R: há.

P: com a comunidade? Qual é a estratégia usada?

R: a estratégia usada neste momento é através dos líderes comunitários que eram, na altura, os membros do Comité de desenvolvimento local, sempre no início de cada ano há um

encontro para se prespectivar planos, o que se deve fazer no estado em que se encontra para ver como se alavanca, em fim, então é esta forma que a gente encontra para se comunicar com a própria comunidade.

P: Qual é o papel da comunicação nesse processo?

R: O papel da comunicação, não sei se percebi bem, é que através dessas colheitas de ideias nós aproveitamos também fazer os nossos planos operacionais e de atividade e remetemos ao governo porque a Vila do Millennium em si, principalmente, neste caso, o coordenador serve-se apenas como elo de ligação entre as comunidades e o governo, a comunidade apresenta as suas preocupações e vila, a partir do coordenador faz chegar ao governo. É neste sentido que nós encontramos a importância do elo de ligação, aliás, da da comunicação neste contexto.

P: e os canais usados, para além de encontros com a população, quais são os outros meios que a vila usa para difundir informações?

R: hoje em dia, difundir Informações é aquilo que eu disse no começo, quando temos exemplo, uma nova abordagem no setor principalmente de, ultimamente usamos mais a agricultura. Selecionamos alguns produtores e instalamos alguns campos de demonstração, por exemplo, uma forma correta ou uma nova variedade para fazer chegar às comunidades, primeiro se faz ensaio em cada comunidade e se a comunidade achar que tem benefício naquela variedade aí eles pessoalmente vão e nós facilitamos a aquisição dessa variedade. Então o critério aqui de comunicação é esse.

P: usam rádio, televisão ou como é que é?

R: Rádio, televisão, não. Não usamos. Só através da nossas forças práticas locais, não usamos nenhum desses meios.

P: Até que ponto Se privilegia a comunicação como uma das estratégias básicas? Será que olham para a comunicação? Por exemplo, Por exemplo nesses meios de Rádio Televisão mesmo não estando a usar olham isso como algo que pode ajudar na na em trazer investimentos, em manter a população informado sobre o andamento do projeto?

R: sim, a comunicação sempre foi um factor privilegiado para qualquer sociedade. Ajuda a difundir informações, por exemplo, uma só para ter uma ideia, uma vez que houve cobertura do dia do campo sobre as nossas actividades a partir daquilo começamos a ter, eipah, felicitações desta e daquela actividade ou adquirir algumas variedades que naquela altura nós tínhamos. Então, nós aqui olhamos na comunicação como um factor que pode alavancar, mesmo como disse para fazer chegar aquilo que estamos a fazer, o que é que nos falta, as nossas dificuldades, em diante.

P: no começo chefe disse que neste momento não havia, a vila está coxa, nem, entre aspas e a população, está satisfeita?

R: ahh, não está tendo em conta aquilo que eles viveram no começo não é. É por isso que eu disse numa das minhas intervenções que sentem que agora a Vila do Millennium já não existe, sim.

P: e como é que se pensa em ultrapassar esse, essa situação?

R: a única forma de ultrapassar isso é os governos locais, como foi dito, depois do término do financiamento, os governos locais assumirem as vilas e desenharem estratégias de acordo com a atualidade, de acordo com momento actual, é a forma como se pode ultrapassar essa situação.

P: Será que os meios de comunicação envolvem-se na Vila do Millennium, quer dizer, ajudam para que o projeto continua a andar ou alavanque e saia da zona de de barreira para uma zona de sucesso, a comunicação estou a falar de jornalistas, aqui tem uma rádio comunitária de Monapo como é que eles se envolvem para ajudar a Vila do Millennium?

R: até porque o envolvimento como tal é assim, nem, só nesses dois últimos anos nunca aconteceu, mas normalmente, anualmente, sempre vinham alguns jornalistas do Jornal Notícias vinha para mim é para tentar colher as sensibilidades do quê, se faziam reportagem assim, quer pelos jornais principalmente e, isto, de certa maneira mexia com as estruturas competentes do da do órgão, nem, nesse caso da Vila do Millennium. E a partir das rádio, nós também apresentávamos o que é que estamos a fazer como agora que estou a dizer, quais são as dificuldades. Mesmo que no se resolvam como tal mas sempre isto chegava a quem de direito, em termos de hierarquia superior. Então, é assim como funciona a comunicação.

P: então, neste momento não há programas de rádio aqui na rádio comunitária a funcionarem e que falem sobre vila do milénio?

R: que falam da vila do milénio, não. Não há.

P: não há?

R: não há.

P: qual é o nível de aderência da comunidade aos serviços fornecidos pela Vila do Millennium? Podemos rebuscar no tempo em que estava a funcionar.

R: A aderência, quando estava a funcionar era maior. Era maior. Era maior mesmo, em todas as áreas porque tinha ali esses pilares, como disse esses pilares da agricultura, água e saneamento, educação, saúde, gênero, esse HIV e SIDA. Então, praticamente, a vila do milénio Itoculo já era outro nível, entre aspas, sim.

P: e será que há atenção, por exemplo, imaginemos que neste momento a rádio não se envolve lá, o que é que está a falhar aqui no meio, é a vila ou é a rádio?

R: eu acho que a própria rádio, não sei de acordo com os seus programas. Aqui não vamos dizer se é a vila ou rádio, porque se a rádio tem um programa, aliás, de acordo com a sua, a sua janela de programas inserir alguma coisa lá da vila, eu penso que a vila poderia vir como

fazer alguma coisa, falar alguma coisa sobre a vila. Porque ser a vila a dizer, a desenhar planos para a rádio, isso implica custos que a Vila não tem para suportar.

P: Qual é o nível de interesse do governo a partir de central, provincial local para que a vila de milénio continue a funcionar em pleno e que relação tem com as comunidades, se há esse interesse? Neste momento o que é que está a ser feito para tentar salvar os objectivos preconizados?

R: interesse eu nem sei dizer se há. Mas todas as partes, cada um desenha na perspectiva de entregar ao outro, não é. A nível central, pensou-se que as vilas do milénio agora, parece que isso a partir de 2013 para cá, deviam fazer parte da gestão dos governos locais e os governos locais não sei o que é que está, parece que está a custar integrar essas vilas na sua gestão, no sistema de governação, já há muita papelada que fala disso, mas está a custar isto aqui. Yaa, e então, por isso que a vila ainda continua a funcionar assim de forma estática, porque como aquilo que dependia já não existe e aqui já não se assume e então, praticamente que está fraca....

P: se percebi bem, parece que há uma fraca ligação aqui entre a comunicação social e os projetos da Vila do milénio. E e e neste momento, porque é que isso na ope vincado. Porque é que não buscam a a comunicação para publicitar a vila?

R: publicitar em que sentido?

P: publicitar nas medias sociais, quer na internet, estamos a falar de televisão, desses jornais impressos, tentar, se hoje não estamos a caminhar, mostrar o que fazíamos no tempo em que caminhávamos e como é que nós queremos que a coisa funcione.

R: no início eu disse em algum momento, isso sempre tínhamos um jornalista que vinha ali, por exemplo, o jornal noticia, eu me lembro, só nesses últimos dois anos ou três assim, 2017, 18, aliás, 2019 e 20 é que já não está a acontecer. Se calhar se calhar eles também tinham esse objetivo de querer ver mudar esse Paradigma atual, tentando fazer isso mais aquilo mas se calhar cada vez que vem encontra no mesmo plano se calhar muito mais pior. Não sei, penso que estão a ver que a sua acção não está a surtir efeitos desejados. Então, não é por falta de vontade, nem da vila, não vou dizer a outra parte dos órgãos de comunicação porque não sei mas para você felicitar alguma coisa, tem que ter alguma coisa também a fazer para contrariar aquilo que está a acontecer naquele momento, não basta só dizer que eipah, venham aqui, isto vai ser assim, mas depois continuar no mesmo pé. Então, É preciso publicitar, sim mas também mudando esse paradigma, por exemplo, se os governos locais assumirem aí há momento de começar a dizer, eipah, hoje vila vai ser isto, passamos a ser assim e e assim e isso fazer essa sua implementação, não só falar, assim a população compreende e a coisa muda.

P: talvez a população de Itoculo não seja toda alfabetizada. É uma população que grande número de pessoas é analfabeta. Como é que, quais são as estratégias que usam para difundir



informações da vila do milénio. É através da media ou costumam educar as pessoas. De que forma vocês difundem vossas informações lá nas comunidades?

R: uma das partes já expliquei que as nossas acções não são mais assim informativas, são práticas. As coisas acontece e a comunidade vê e está lá inserida. É nesse sentido.

P: e agora, qual é o posicionamento do governo do distrito, há alguma informação sobre os próximos dias, os próximos meses?

R: neste momento pelo menos este ano uma das questões que o governo local sugeriu a implementação dos planos de vila do milénio no plano económico social actual. Agora, o que falta é ver se isso vai se efectivar ou não. Se calhar a partir do próximo orçamento.

P: ok. Muito obrigado

**Fim da entrevista**

### **9.8. Américo Sineque, líder religioso da comunidade de Namiro. Em entrevista a 17 de Agosto de 2020**

**Pergunta:** Já ouviu falar da vila do milénio?

**Resposta:** Sim, já ouvi falar da vila do milénio. Ouvia pela radio que viria aqui administrador e governador, daí nós líderes comunicamos a população. No acto de implementação, tínhamos sidos comunicadas que haveria um projecto chamado vilas do milénio. Inicialmente, diziam que o programa ia construir casas de enfermeiros, líderes comunitários, professores e outros funcionários, mas nunca mais construíram essas casas e muita coisa que haviam nos prometidos não vimos. Apenas vimos uma sala de informática, um armazém vazio e acabou por ai.

**Pergunta:** se fosse gestor como iria organizar a vila do milénio?

**Resposta:** Se eu fosse chefe, por ex: assim que dizerem havia de existir vila do milénio vai construir nada e não veio nada. Eu havia de ordenar construir casas de professores num bloco, desmobilizados de Guerra, num outro bloco, estruturas administrativas (chefes do posto e local.), num bloco, criação de alinhamento das residências da população com água e luz, numa forma organizada. Porque há vezes que adoce alguém, quando chamarmos ambulância para levar o doente para o hospital da Ceta ou Monapo não ter dificuldade. Iam desenvolver aviários, melhoramento do centro de saúde, construção de maternidades, fontanários ao lado, isto chama-se organização. Mas não e o que aconteceu.

**Fim da entrevista**

### **9.9. Angélica Omar, residente da comunidade de Itoculo-sede, em entrevista a 17 de Agosto de 2020**

**Pergunta:** O que já ouviu falar sobre a vila do milénio?

**Resposta:** ...Ouvi que o programa vilas do milénio, na terra onde é implementada é para ajudar o povo, trazem galinhas para vender, mas vender a preços baixos, ouço dizer também que temos que ter poupança das mulheres em grupos para apoiar nossos familiares quando estiver doente (...)

**Pergunta:** Qual é a via usada para obter estas informações? Radio, Tv, Jornais ou outros?

**Resposta:** o que tem acontecido ... esses da vila do milénio tem vindo e chamam as pessoas nas reuniões para explicar sobre os serviços de poupança, mas eu nunca fiz parte.

**Fim da entrevista**

### **9.10. Francisco Ripas, líder comunitário de Itoculo-sede, em entrevista a 19 de Agosto de 2020**

**Pergunta:** Já ouviu falar da vila do milénio?

**Resposta:** ...Vila do milénio, eu não ouvi apenas, também vi. Veio o governo na sede do distrito e organizou eleições a nível do distrito de Monapo, Netia, Monapo-sede e Itoculo ... e ganhamos nós povo de Itoculo... mas a vila do milénio foi financiada pelo governo do Japão... da forma que nos explicaram com o embaixador do Japão, disse que resulta da contribuição do governo do Japão junto com seu povo japonês para ajuda ...do povo de moçambique (...), foi assim nos explicaram e que começou vilas do milénio de Itoculo.

**Pergunta:** Como Conseguiu ouvir sobre vila do milénio?

**Resposta:** Ouvimos pela radio, mas também assistimos na televisão, mas também os donos sempre vinham, havia um grupo que sempre vinha, chamado Ciências e Tecnologia, este vinham sempre nos ensinar...

**Pergunta:** Que meio de comunicação se ouve aqui em Itoculo?

**Resposta:** Ouvimos na televisão, é o meio mais fácil de ter informação, porque consegue ouvir e ver, mas também escutamos a radio. Por exemplo, aqui na nossa terra chegou energia eléctrica, o povo assiste televisão, quando não tem escutam rádio porque funciona com pilhas (...), mas todos meio são importante e as pessoas gostam.

**Pergunta:** Que programas da Rádio gostam de ouvir:

**Resposta:** Gostamos um pouco de tudo .... Programas da agricultura, saúde materno infantil, educação das crianças, etc.

**Pergunta:** O que mais se produz aqui em Itoculo?

**Resposta:** Aqui produz-se de tudo ... produtos alimentares e de rendimento, para ajudar no dia-a-dia, produzem feijão Holoco, gergelim, milho, algodão, entre outros.

**Pergunta:** Como é que os líderes realizam os seus encontros e em que momento?

**Resposta:** Nós temos o nosso local de reunião ali na mangueira, onde acontecem todos os encontros sobre a vida de Itoculo. É ali mesmo onde os donos da vila do milénio nos reúnem para falar destes projectos.

## **Entrevista com**

### **9.11. Tony Araújo, professor e residente, em entrevista a 19 de Agosto de 2020**

**Pergunta:** Já ouviu falar da vila do Milénio?

**Resposta:** Já ouvi sim.

**Pergunta:** O que ouviu dizer sobre este projecto?

**Resposta:** Na altura diziam que era um programa que (...) viria em Itoculo para transformar a sede do posto em uma Vila. Não era só Itoculo, falava-se também de Lumbo na Ilha de Moçambique. Quando vieram, informaram a comunidade que o programa ia empregar muitas pessoas naturais, mas parece que as coisas não aconteceram como tinham programado.

**Pergunta:** porque acha que as coisas não aconteceram como era o previsto?

**Resposta:** Na verdade, o tal anunciado desenvolvimento que se esperava não se viu na sua realidade. Embora que tenham anunciado que os japoneses já haviam enviado o dinheiro para a implementação do programa vilas do milénio na iintegra. Só vimos um camião, um trator. E as comunidades de Muelege e Namiro por exemplo, tinham aviários de criação de frangos, mas tudo isso, não durou muito tempo a funcionar. Foram só 3 anos se a memória não me falha (...). A única coisa que acho que teve algum impacto é a expansão da energia eléctrica para as casas da população. Mas em tempos de desenvolvimento não aconteceu nada. Se não vejamos, Itoculo continua com problemas sérios de água ate não potável, há fome, as vias de acesso continuam intransitáveis, tudo esta difícil como era antes. Não mudou nada.

**Pergunta:** Se dependesse de si, como ajudaria a levantar-se?

**Resposta:** Esta difícil ajudar, num programa que não houve transparência. Era difícil ouvir sobre o andamento do programa e so víamos as coisas a serem feitas. Quando o assunto é dinheiro tem sido difícil prestar-se contas as comunidades sobre como foi gasto o valor. Nem na Radio, nem na televisão ou mesmo no jornal não era fácil acompanhar alguma realização da vila do milénio. Como é possível ajudar assim?

**Pergunta:** que conselho daria ao governo?

**Resposta:** Ao governo, os programas devem ser implementados da mesma forma como foram desenhados. Devem colocar pessoas certas nos lugares certos, o que estraga as vezes é

olhar que este é do partido fulano não pode dirigir este projecto que vem do partido y.  
Desenvolvimento é para os moçambicanos e não para os partidos.

**Fim da entrevista**